

Que enorme prazer ter você aqui, querido(a) concurseeiro(a)! Tudo bem com você?

Já quero lhe adiantar que nosso contato pode ser, sim, cada vez mais próximo e pessoal. Agora você deve estar se perguntando: “Como?!”.
Simples, estamos aqui para esclarecer suas dúvidas, ouvir suas sugestões e até mesmo ser aquele ombro amigo para quando você precisar desabafar.

Disponibilizamos o e-mail professoresapostilasdominio@gmail.com. Através dele, você pode entrar em contato com nossos professores especialistas nas mais diversas áreas, que, com certeza, estarão de portas abertas para recebê-lo(a).

Para tornar esse caminho ainda mais prazeroso, fácil e didático, liste-nos os seguintes pontos:

Para tornar esse caminho ainda mais prazeroso, fácil e didático, liste-nos os seguintes pontos:

01. Apostila (concurso e cargo);
02. Disciplina (matéria);
03. Número da página onde se encontra a dúvida; e
04. Qual a dúvida.

Assim que nossa equipe receber seu e-mail, abre-se o prazo de 5 dias úteis para uma devolutiva.

Ah, deixa eu dar outra dica de ouro: fique à vontade para mandar quantas dúvidas tiver, porém, caso você tenha dúvidas em disciplinas distintas do seu concurso (ex.: Português e Matemática), envie um e-mail diferente para cada disciplina. Esse processo facilita a comunicação dentro do corpo de professores.

Viu como é fácil ser amparado(a) e acolhido(a) por nossa equipe?

Espero seu feedback, mesmo que seja para nos dar um simples “Oi”!

A Domínio faz você ser o(a) maior dominador(a) dos seus sonhos, acredite e seja o(a) mais novo(a) aprovado(a)

Siga nosso Instagram: https://www.instagram.com/apostilas_dominio/

Boa prova e sucesso nos seus concursos!!

ÍNDICE

Língua Portuguesa	3
Raciocínio Lógico/Matemático	140
Informática.....	185
Conhecimentos Gerais	249
Conhecimentos Específicos.....	473

SUMÁRIO

Análise e interpretação de texto (compreensão global; ponto de vista do autor; ideias centrais desenvolvidas em cada parágrafo, inferências);	1
Comunicação, linguagem e variações linguísticas;.....	25
Gêneros e Tipologias textuais;	33
Elementos de coesão e coerência textual;	50
Ortografia Oficial (acentuação gráfica, letra e fonema, sílaba, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos);.....	60
Emprego das classes de palavras;	77
Semântica (sinônimos e antônimos, significação das palavras, sentido conotativo e denotativo);.....	101
Funções sintáticas;.....	105
Concordâncias nominal e verbal;	117
Pontuação;	120
Uso dos porquês;	126
Literatura Brasileira: prosa e poesia, autores e obras, ...	126
Figuras de linguagem.	132

**Análise e interpretação de texto
(compreensão global; ponto de vista do
autor; ideias centrais desenvolvidas em
cada parágrafo, inferências);**

Para interpretar e compreender um texto, é preciso lê-lo. Sim, isso parece óbvio, mas não se trata de qualquer leitura. Um texto só pode ser compreendido a partir de uma leitura atenta, com calma, analisando todas as informações nele presentes.

Eis alguns significados da palavra *interpretar*, de acordo com o dicionário *Priberam*:

- Fazer a interpretação de.
- Tomar (alguma coisa) em determinado sentido.
- Explicar (a si próprio ou a outrem).
- Traduzir ou verter de uma língua para outra.

Ou seja, ao interpretar:

- Tomamos a informação do texto em determinado sentido;
- Explicamos a nós mesmos aquilo que acabamos de ler;
- E traduzimos para nosso intelecto todas as palavras que formam as informações do texto, realizamos a *intelecção*.

Já *compreender* é o mesmo que *entender*. Ou seja, quando interpretamos um texto da maneira correta, compreendemos e entendemos a mensagem que nos transmite.

Ter dificuldades em interpretar um texto pode gerar vários problemas, já que, todos os dias, nos deparamos com diversos textos, seja em jornais, panfletos, nos estudos e, sobretudo, na internet. E nesse mundo virtual as falhas em interpretar um texto já se tornaram uma piada, ou melhor, um *meme*. Duvida? Então dê uma olhada nos comentários de publicações em redes sociais, especialmente aquelas que envolvam algum tipo de notícia.

Em um concurso público saber interpretar é essencial, visto que há muitas questões desse tipo. A maioria delas irá

apresentar um texto e alternativas com possíveis interpretações das ideias e informações apresentadas pelo autor. Apenas uma será a correta. Para isso, é necessário confrontar as alternativas com o texto em si e verificar se é aquilo mesmo que está sendo dito.

Existem vários tipos e gêneros de textos que podem cair em perguntas de concursos e é preciso estar preparado para todos. Geralmente há a informação de onde o texto foi retirado, geralmente ao final. Assim, caso não consiga identificar qual o tipo ou gênero do texto, essa informação será de grande ajuda.

O título também pode ajudar nesse sentido, uma vez que pode apresentar o tema ou assunto que será abordado ao longo do texto.

É interessante ter essa noção, porém não é o conhecimento do gênero ou tipo que será determinante para uma boa interpretação. Todo texto apresenta alguma informação, que pode ser compreendida ao se realizar uma leitura atenta.

Até mesmo as imagens trazem informações, não precisam ser apenas palavras. Tiras de jornais apresentam texto e imagem. É comum trazerem conteúdo bem-humorado ou de caráter crítico, com toque de ironia.

Uma imagem sem qualquer texto pode ser passível de interpretação. Caso seja a imagem de alguém sorridente, é possível inferir se tratar de alguma coisa boa. As propagandas fazem isso com frequência, pois as empresas querem seus produtos associados a momentos felizes. Tipo o Natal, uma época festiva e em família, que acabou sendo associado à Coca-Cola, graças a muito marketing.

Uma notícia de jornal ou um artigo de opinião podem apresentar ideias que virão de encontro a nossas concepções e valores. Às vezes o autor pode defender um posicionamento com o qual não concordamos. Entretanto, nosso pessoal não deve entrar em jogo. Interpretar um texto é entender aquilo que está escrito, não aquilo em que acreditamos. Sendo assim,

ao iniciar uma leitura, manter a neutralidade é crucial.

Tópico Frasal/Paragrafação

Um parágrafo é organizado a partir de uma ideia central e outras secundárias. Quando o autor quer iniciar uma nova ideia, ele inicia outro parágrafo. O **tópico frasal** normalmente inicia o parágrafo (é comum estar nos dois períodos iniciais) e nele está contida a **ideia principal**, também chamada de **tema** (as ideias secundárias podem ser chamadas de **subtemas**).

Veja o parágrafo:

“A pandemia acelerou o pagamento de compras com o celular, porque muita gente optou pela modalidade sem contato para evitar tocar em dinheiro. A Apple tem uma opção robusta de pagamentos eletrônicos há mais de cinco anos com seu software Wallet para iPhone, que permite que as pessoas façam compras com cartão de crédito e carreguem documentos importantes como cartão de embarque e dados de saúde”.

(Disponível em: Como a atualização do iOS e do Android vai mudar seu smartphone (msn.com). Adaptado.)

A ideia principal (ou central) está logo no início: *A pandemia acelerou o pagamento de compras com o celular*. E logo após temos a secundária, uma justificativa: *porque muita gente optou pela modalidade sem contato para evitar tocar em dinheiro*.

O restante do parágrafo se desenvolve a partir da ideia principal, tendo alguma relação com *pagamentos com o celular*.

Saber que *a Apple tem uma opção robusta de pagamentos eletrônicos com seu software* é uma informação até importante e que se relaciona com o tema. Porém, saber que esse aplicativo também possibilita *carregar documentos importantes e dados de saúde* é um dado irrelevante para a ideia principal, já que não se relaciona com *pagamentos de compras com celular*. Ao realizar a releitura de um texto é interessante não perder tempo focando em informações de pouca relevância.

O título do texto apresenta uma ideia geral a respeito do tema principal que será abordado por ele.

Argumento

O tópico frasal apresenta a ideia central. O autor precisa defender essa ideia e, para isso, se valerá da argumentação. Ele quer convencer o leitor a comprar sua ideia.

O autor pode recorrer ao **argumento de autoridade**, quando faz uso de uma autoridade no assunto para defender sua ideia, podendo ser uma pessoa importante, ou uma instituição.

Pode fazer uso do **argumento histórico**, remetendo sua ideia a fatos históricos que tenham sentido com o que está sendo exposto.

Também pode utilizar o **argumento de exemplificação**, que é pegar um fato cotidiano para ilustrar sua ideia. É como as lições de moral, pegar pelo exemplo de outrem.

Existe o **argumento de comparação**, que justamente compara elementos para dar força à argumentação.

O **argumento por apresentação de dados estatísticos** pode ser muito útil, pois apresenta dados concretos para fortalecer o argumento. Se o argumento é sobre a pobreza no Brasil, o número de pessoas que vivem nessa situação pode fortalecer o argumento, mostrando que ele diz a verdade, pois está de acordo com os dados.

Já o **argumento por raciocínio lógico** está pautado na relação de causa e efeito. É seguir uma lógica do tipo “se isso aconteceu lá, acontecerá aqui também”.

As **conjunções** e os **advérbios** são muito utilizados nas argumentações. Por exemplo, quando o autor desejar comparar algo, poderá empregar *tanto quanto*.

“O desemprego aumentou *tanto quanto* a pobreza, ou seja, um tem relação com o outro”.

Quando se fala em **pertinência** do argumento, fala-se no quanto a informação fornecida por quem está argumentando cabe dentro do tema. Ou seja, um

argumento pertinente deve fazer sentido dentro do tema que está sendo abordado.

A **relevância** de um argumento pode ser analisada pelo quanto uma argumentação é capaz de surtir um efeito sobre a problemática estabelecida pelo tema. Isto é, um argumento relevante é aquele que pode trazer grande peso para o convencimento do leitor. O argumento relevante será decisivo para isso.

Em relação à **articulação dos argumentos**, diz respeito à identificação de ligação entre uma informação apresentada e outra, formando um argumento coerente e homogêneo. As informações apresentadas precisam fazer sentido. Não se deve apresentar uma informação e logo em seguida apresentar uma segunda totalmente descontextualizada. Todas as informações devem conversar entre si, para formar uma ideia coerente, que dará ainda mais força ao argumento, tornando-o ainda mais relevante.

Relação de oposição ou restrição

Uma relação existente entre ideias contrárias, isto é, que se opõem. Por exemplo, “bom” é o oposto de “ruim”.

Alguns conectivos podem indicar ideia de oposição ou restrição, como: Pelo contrário, em contraste com, salvo, exceto, menos, mas, contudo, todavia, entretanto, no entanto, embora, apesar de, ainda que, mesmo que, posto que, ao passo que, em contrapartida.

Exemplo: “Eu gosto dela, **mas**, às vezes, ela me irrita”.

“É um atleta muito dedicado, **em contrapartida**, não faz nada além do básico”.

Relação de causa e consequência

Relação de duas frases, uma das quais é a causa que gera uma determinada consequência ou efeito.

Exemplo: “O menino tirou dez **porque** estudou muito”.

Causa: o menino estudou muito.
Consequência: o menino tirou dez.

Relação de exemplificação

Um exemplo serve para explicar uma ideia. Podem ser introduzidos por: Por exemplo, isto é, como se pode ver, a exemplo de.

“O Brasil é um país muito rico em sua natureza, **como se pode ver** pela quantidade de animais presentes em nossas florestas”. A expressão em destaque introduz um exemplo para explicar a ideia de o Brasil ser um país de natureza rica, um motivo para tal.

Intertextualidade

Trata-se da superposição de um texto a outro. A influência de um texto sobre outro que o toma como modelo ou ponto de partida, e que gera a atualização do texto citado.

Os pesquisadores atuais dizem que todo texto apresenta intertextualidade, visto que é quase impossível escrever um texto sem qualquer tipo de referência. Afinal, quando escrevemos um texto, buscamos referências mentais de outros textos que já lemos. *É preciso escrever uma notícia? Ah, então vou pensar em uma notícia que já li e tentar escrever mais ou menos igual.*

Esses pesquisadores gostam de complicar as coisas. Para simplificar, vamos tomar a intertextualidade como uma referência mais explícita, quando o autor do texto, em sua escrita, faz referências a textos de outros autores. Pode ser feita por meio:

- **Da citação:** é dizer, nas mesmas palavras, aquilo que outro autor disse. Seria uma citação direta.

- **Da paráfrase:** é dizer aquilo que outro autor disse, mas a partir das próprias palavras. Seria uma citação indireta.

- **Da alusão:** é um tipo de referência vaga, indireta, com poucos detalhes que indicam se tratar de uma referência a outro autor. Geralmente, para “pegar” a alusão, é preciso ter um conhecimento prévio.

- **Da paródia:** uma paródia é uma releitura de uma obra, texto, personagem ou fato. Aparece de maneira cômica, com o

uso de deboche e ironia. O mais comum é se parodiar algo famoso, conhecido.

Pode ocorrer a intertextualidade intergêneros, que é um fenômeno segundo o qual um gênero textual pode assumir a forma de outro gênero textual, tendo em vista o propósito da comunicação, finalidade maior de todos os atos de fala. Tal hibridização (outra denominação para a intergenericidade) pode ser encontrada em anúncios publicitários, tirinhas e mesmo em artigos de opinião.



<<http://tinyurl.com/j2t828n>> Acesso em: 02.09.2016. Original colorido.

Temos um exemplo de intertextualidade. A charge acima dialoga com uma parte do enigma da Esfinge de Tebas, criatura mitológica grega, que perguntava para quem passava perto dela: “Decifra-me, ou devoro-te”. Além dessa pergunta, o formato do lixo empilhado lembra uma esfinge.

Fato ou Opinião

Os textos argumentativos são aqueles nos quais o autor apresenta um ponto de vista central a respeito de algum tema. Para que o autor convença o leitor de seu ponto de vista, isto é, de sua opinião, é necessário apresentar argumentos bem elaborados.

Na argumentação desse texto, é possível que o autor cite fatos e, em seguida, emita sua opinião acerca deles, criando uma explicação que pode convencer o leitor daquela ideia.

Do outro lado do texto, o leitor deve identificar e diferenciar o que é fato e o que é opinião relativa a esse fato.

O fato é um acontecimento, uma ocorrência, aquilo que acontece em decorrência de eventos exteriores.

Exemplo: “O médico prescreveu um remédio ao paciente”.

A opinião é um ponto de vista sobre um fato. Ela não é, assim, um fato. Trata-se de um julgamento pessoal, de um pensamento em relação a algo, é um modo de pensar.

Exemplo: “O médico prescreveu um remédio bastante caro ao paciente”.

Veja que no último exemplo que a expressão “bastante caro” é uma opinião a respeito do fato de o médico ter prescrito um remédio ao paciente. Tal prescrição ocorreu, é um fato. Todavia, o autor da frase possui uma opinião específica sobre o fato: o remédio é bastante caro.

Exemplo de paráfrase:

Original: O novo, o estranho e o diferente não podem ser identificados com as categorias e valores europeus.

Paráfrase: Não é possível identificar o desconhecido (*o estranho*), o exótico (*o novo*), o não semelhante (*o diferente*) às classes (*categorias*) e aos valores europeus.

Informações explícitas

Estão expostas no texto, com todas as palavras. Ao ler, fica óbvia. Basta ler aquilo que o autor do texto diz para compreender e interpretar a informação. Quando o enunciado de uma questão diz “De acordo com o texto”, por exemplo, trata-se de encontrar uma informação explícita.

Informações implícitas

Para conseguir detectar as informações implícitas, o leitor deve deduzir aquilo que o autor quis dizer, mas não disse de maneira explícita. Trata-se de ler nas entrelinhas. Quando o enunciado de uma questão diz “Depreende-se do texto”, por exemplo, é preciso localizar uma informação implícita.

Inferência

A inferência está relacionada a ideias não explicitadas pelo autor. A questão de um concurso pode pedir, por exemplo, para analisar a partir do ponto de vista do autor.

Isso quer dizer que o candidato precisa encontrar no texto aquilo que o autor disse, literalmente e explicitamente. Quando questão apresentar enunciados do tipo *conclui-se*, *infere-se*, será preciso inferir, ou seja, fazer uma dedução a partir de uma informação que não está explícita no texto. Ou seja, tendo em vista tudo o que foi lido no texto, o que será que o autor quis dizer?

Mas é preciso que essa inferência tenha uma lógica, que esteja relacionada com o texto.

De “Brasil está importando computadores moderníssimos” é possível inferir que o Brasil não está produzindo computadores modernos em número suficiente, afinal, se a produção fosse suficiente, não haveria a necessidade de importação. É possível inferir também que parte dos brasileiros está exigindo computadores moderníssimos, pois é necessário haver demanda para importação. Mas não é possível inferir que os computadores importados são mais caros, pois o trecho não faz nenhuma menção a preços; ser importado não torna o computador necessariamente mais caro. Aliás, o assunto nem é preço, não há lógica. Pensar que algo é mais caro por ser importado é ler sem manter a neutralidade.

Pressupostos e Subentendidos

Os pressupostos e subentendidos estão na área dos implícitos. Para “pegá-los”, é preciso ter um ponto, a partir de algo.

Sobre os pressupostos: Quando inferimos uma ideia de um texto, buscamos aquilo que está pressuposto e subentendido, isto é, aquilo que está implícito. O autor não vai transmitir uma ideia completa, com todas as informações explícitas, todavia, a partir de certas palavras e expressões é possível inferir a ideia. Uma ideia pressuposta não é dita explicitamente pelo autor, mas espera-se que fique “óbvia” ao leitor.

Quando é dito “José parou de jogar futebol”, podemos pressupor que José jogava futebol.

É importante prestar atenção aos verbos. Por exemplo, se o autor disser “Os funcionários deixaram o emprego após o pronunciamento do diretor”. O verbo deixar indica que, até antes do pronunciamento do diretor, os funcionários estavam trabalhando normalmente.

Os advérbios, do mesmo modo. “Mariana também deixou a festa cedo”. O “também” indica que mais pessoas além de Mariana deixaram a festa cedo.

Os adjetivos. “Os profissionais qualificados conseguem emprego com maior facilidade”. O “qualificados” indica que há profissionais que não são qualificados e que esses talvez não consigam emprego com tanta facilidade quanto os qualificados.

Orações adjetivas. “Alunos que fizeram silêncio foram premiados”. O “que fizeram silêncio” indica que há alunos que não fizeram silêncio e que, provavelmente, não ganharam prêmio algum.

Palavras denotativas. “Até mesmo Gabriel conseguiu entregar a tempo”. O “até mesmo” indica que havia poucas expectativas em torno de Gabriel, e que outras pessoas conseguiram entregar a tempo.

“Estou cansada de suas ciscadas por aí.” O “ciscadas” indica que o interlocutor estava fazendo coisas erradas, traindo ou enganando a narradora.

— Cíntia, eu sou um homem de conduta ilibada, de quem você não pode duvidar. E você é a mulher pela qual sou apaixonado. Você tem tudo quanto quer de mim e ainda assim sempre duvida dos lugares onde digo que estou.

— É mesmo? Fiquei lisonjeada...”

O “lisonjeada” pressupõe que Cíntia está sendo irônica. É uma informação implícita, pois a ironia está escondida nessa palavra.

Sobre os subentendidos: A informação subentendida depende do contexto e está ainda menos evidente. É preciso ler nas entrelinhas.

Vamos supor que, em uma tira, um adulto, para um grupo de crianças, do que

elas estão brincando. A resposta é “de governo”. O adulto adverte para que não façam bagunça. Elas então respondem que não é preciso se preocupar, pois não vão fazer absolutamente nada.

Dessa tira seria possível subentender que o governo não trabalha, pois quem não faz nada também não trabalha. Se as crianças estão brincando de governo e não estão fazendo nada, então o governo nada faz, não faz seu trabalho.

Em um texto, uma ideia subentendida pode dizer uma coisa, mas fica entendido que o leitor entenderá outra coisa. Se alguém perguntar “Você tem horas?”, não quer dizer que você tenha horas fisicamente, mas sim fica subentendido que a pessoa perguntou sobre as horas, que horas são.

Referente

“O mito da Torre de Babel conta por que existem tantas línguas no mundo. Nele, uma população unida e monolíngue decide construir uma torre que alcance o céu. Deus, irritado com a prepotência das pessoas, confunde a língua delas para que não se entendam mais e espalha as línguas pelo mundo”.

“Nele” tem como referente “o mito”, pois o mito conta uma história, e nessa história uma população unida e monolíngue decide construir uma torre que alcance o céu. É possível reescrever “No mito, uma população...”.

O referente do pronome “delas” é “pessoas” (a língua delas, de quem?, das pessoas). É possível reescrever “confunde a língua das pessoas para que...”.

O referente é um termo retomado por outro, para evitar sua repetição desnecessária, dando coesão ao texto.

Contexto

Um texto é produzido em um determinado contexto. Por exemplo, um texto jornalístico é produzido na redação de um jornal. Além disso, esse texto será distribuído e lido em outros contextos. Da

mesma forma um poema, seu contexto de produção e de recepção é outro.

Há também o contexto histórico. Um texto antigo pode apresentar muitas referências que dizem respeito ao tempo em que foi produzido. O contexto dos dias atuais já pode ser bem diferente. Basta pensar em alguns textos antigos que apresentam costumes que não fazem sentido hoje em dia. Não entender esse contexto pode prejudicar muito a compreensão do texto e levar a interpretações errôneas.

Sem falar de certas palavras que podem deixar o leitor atual perdido. O conhecimento histórico é muito importante, assim como a compreensão desse contexto histórico de produção.

Vamos supor que dois amigos estão jogando um videogame de luta e um deles diz para seu personagem: “Acabe com ele”. Dentro desse contexto, não se trata de uma frase que incita à violência. Mas fossem duas pessoas brigando na rua e um expectador gritando a mesma frase, aí sim seria uma incitação à violência. Por isso é importante compreender o contexto dentro do texto.

Textos técnicos e teóricos, como artigos, possuem uma linguagem técnica, mais difícil, pois é produzido dentro do contexto científico, pensando em leitores que entendem sobre o assunto. Diferente de um jornal, que visa um público mais amplo, variado.

É interessante também notar o contexto semântico da palavra, isto é, seu significado dependendo da situação na qual é empregada.

Por exemplo, a palavra “droga”.

- “Esse time é uma droga!” - O time não é literalmente uma droga, mas sim um time ruim, que joga mal.

- “Parece que ele está usando drogas” - Aqui a palavra está mais em seu contexto literal, ou seja, indicando uma substância química, geralmente ilícita.

- “Que droga!” - Neste caso, trata-se de uma interjeição, uma expressão que indica

uma emoção, podendo tanto indicar raiva, frustração, espanto.

Nunca tome uma palavra diretamente pelo seu significado literal sem antes analisar todo o contexto no qual foi utilizada. Leia todo o texto para entender o motivo de tal palavra ter sido escrita, e não uma outra.

¹Gêneros de circulação da vida cotidiana: adivinhas, álbum de família, exposição oral, anedotas, fotos, bilhetes, música, cantigas de roda, parlendas, carta pessoal, cartão, provérbios, cartão-postal, quadrinhas, causos, receitas, comunicado, relatos de experiência vividas, convites, trava-línguas, curriculum vitae.

Gêneros de estudo e pesquisa: artigos, relato histórico, conferência, relatório, debate, palestra, verbetes, pesquisas.

Gêneros midiáticos: blog, reality show, chat, talk show, desenho animado, telejornal, e-mail, telefonemas, entrevista, torpedos, filmes, videocliques, fotoblog, videoconferência, home page.

Gêneros literários e artísticos: autobiografia, letras de música, biografias, narrativas de aventura, contos, narrativas de enigma, contos de fadas, narrativas de ficção, contos de fadas contemporâneos, narrativas de humor, crônicas de ficção, narrativas de terror, escultura, narrativas fantásticas, fábulas, narrativas míticas, fábulas contemporâneas, paródias, haicai, pinturas, histórias em quadrinhos, poemas, lendas, romances, literatura de cordel, memórias, textos dramáticos.

Coerência Textual

Um texto precisa ser organizado, com suas ideias bem relacionadas. As ideias secundárias precisam ter uma relação com a ideia principal, pois as secundárias não podem falar sobre um assunto que não tem nada a ver com a principal. A boa organização das ideias faz com que o texto seja coerente.

O texto coerente apresenta uma ordem e ele não se contradiz. O autor não pode apresentar uma ideia em um parágrafo e, mais diante, dizer o contrário. Ele estaria sendo incoerente.

Há questões de concursos que mesclam correção gramatical, reescrita de textos e coerência. Por exemplo:

“Há a necessidade premente da implantação de programas, projetos e atividades de conservação e uso de energia”.

O trecho destacado poderia ser substituído por *urge a*, visto que o sentido e a ideia seriam mantidos. Algo que urge tem urgência, ou seja, necessidade.

Ponto de Vista do Autor

Há textos impessoais, onde a opinião do autor não é expressa. Há também textos nos quais a opinião do autor fica aparente, ou seja, textos nos quais o autor apresenta seu ponto de vista sobre determinada coisa ou assunto.

“O céu é azul”, isso é um fato. “O céu está bonito hoje”, isso é uma opinião, o ponto de vista de quem está falando. Um fato é incontestável, uma opinião não, já que outros podem discordar dela.

Veja o texto de uma questão:

(Câmara de Taquaritinga - Técnico Legislativo - VUNESP)

O líder é um canalha. Dirá alguém que estou generalizando. Exato: estou generalizando. Vejam, por exemplo, Stalin. Ninguém mais líder. Lenin pode ser esquecido, Stalin, não. Um dia, os camponeses insinuaram uma resistência. Stalin não teve nem dúvida, nem pena. Matou, de fome punitiva, 12 milhões de camponeses. Nem mais, nem menos: 12 milhões. Era um maravilhoso canalha e, portanto, o líder puro.

E não foi traído. Aí está o mistério que, realmente, não é mistério, é uma verdade historicamente demonstrada: o canalha,

¹<https://bit.ly/3Vba7Cs>

quando investido de liderança, faz, inventa, aglutina e dinamiza massas de canalhas. Façam a seguinte experiência: ponham um santo na primeira esquina. Trepado num caixote, ele fala ao povo. Mas não convencerá ninguém, e repito: ninguém o seguirá. Invertam a experiência e coloquem na mesma esquina, e em cima do mesmo caixote, um pulha indubitável. Instantaneamente, outros pulhas, legiões de pulhas, sairão atrás do chefe abjeto.

(Nelson Rodrigues, “Assim é um líder”. O óbvio Ululante. Adaptado)

É correto afirmar que, do ponto de vista do autor: líderes são lembrados especialmente por atos que ele classifica como canalhice.

Logo no início o autor já diz que um líder é um canalha. Depois apresenta alguns líderes e os atos que cometeram, “canalhices” para o autor. A seguir, diz que um santo não será seguido por ninguém, mas o canalha sim. Stalin, canalha para o autor, não pode ser esquecido e, realmente, é um líder que não foi esquecido pela história.

O autor de um texto pode tentar uma maior aproximação com o leitor ao, por exemplo, realizar perguntas dirigidas ao leitor e fazer uso da linguagem coloquial, a fim de conquistar atenção para as informações desenvolvidas e despertar o pensamento reflexivo.

Tipos de Discursos no Texto

Quando o autor realiza o **discurso direto** em um texto, isso quer dizer que ele está escrevendo exatamente o que outra pessoa disse. Por exemplo, quando o autor indica a fala de uma personagem.

Quando o autor realiza o **discurso indireto**, ele não diz exatamente o que a personagem disse. Por exemplo: “Ela lhe falou sobre o caso ocorrido ontem”. O autor está dizendo sobre o que *ela* falou, porém não com as palavras expressas.

O **discurso indireto livre** é uma mistura dos dois anteriores. Junto com a fala do narrador, a fala do personagem também é apresentada. Por exemplo: “O rapaz estava

cansado. Poxa vida, como é duro viver assim. Por mais que lamentasse, ele não conseguia fazer nada a respeito”. Veja que em “Poxa vida, como é duro viver assim” temos a fala do personagem, e não mais a do autor.

Síntese Textual

Realizar uma síntese textual é sintetizar as ideias do texto longo, ou seja, fazer um resumo, apresentando suas principais ideias. Apresenta um caráter mais pessoal, pois a escolha das informações mais relevantes será feita por quem escreve a síntese. É feita tendo como base aquilo que foi lido e compreendido de um texto. Não há um aprofundamento nas ideias do texto e as ideias secundárias não devem ser contempladas.

Apresenta vocabulário preciso e clareza, bem como a linguagem denotativa, ou seja, em seu sentido literal.

Geralmente o título de um texto faz uma síntese de seu tema, daquilo que abordará. O título “Somos 100% SUS” sugere que, por exemplo, o SUS é um sistema de saúde para todos os brasileiros e, mesmo os que têm plano de saúde privado, são de alguma maneira beneficiados por ele. Lendo esse título, espera-se um texto que fale sobre o que é o SUS, seu início e objetivo.

Adaptação

Sintetizar um texto é realizar um tipo de adaptação. De um texto longo, ele se torna uma síntese das principais ideias. O resumo também é uma adaptação, pois apresenta o texto com poucas palavras, focando, sobretudo, em sua intencionalidade. Há obras literárias adaptadas, por exemplo, com linguagem mais simples ou mais atual (considerando os clássicos). Muitas versões adaptadas são resumidas, apresentando apenas as situações principais de toda a trama.

Uma adaptação pode ser pegar um texto e transformar sua estrutura. Apresentar as mesmas ideias, mas de maneira diferente, com outras palavras e em outra ordem. Muitos textos utilizados em questões de

concursos são adaptados, pois não caberiam numa prova, já que são originalmente longos demais, e uma prova não é um livro! Nesse caso, o texto é adaptado com objetivos didáticos.

No caso de um concurso, os textos são verbais, pois fazem uso de palavras para transmitir sua mensagem, usam a **linguagem verbal**. A linguagem verbal é dita ou escrita.

As palavras são signos, mas uma cor também pode ser um signo. Como no caso do semáforo. A cor vermelha indica “pare”. Não é preciso escrever com palavras para captar a mensagem. Essa é a **linguagem não-verbal**, que pode aparecer também em placas de trânsito, por exemplo. Grande parte delas possuem apenas desenhos, formas ou sinais que têm um significado completo. Sendo assim, é possível adaptar um texto verbal para a linguagem não-verbal e vice-versa. A linguagem não-verbal pode se dar por sons, gestos, imagens, expressões faciais, cores, objetos, etc. Formas podem passar uma mensagem também. Um círculo geralmente é tomado como “sim” e um X como “não”. Uma seta para a esquerda pode indicar que é para virar à esquerda, ou que o caminho segue esse rumo.

Há também textos que **misturam** ambas as linguagens. Uma placa com um cachorro e a frase “Cão Bravo!” é um exemplo. Isso significa para ter cuidado, pois na casa em questão existe um cachorro grande, que pode atacar e machucar alguém.

Recursos expressivos e efeitos de sentido

²O uso de recursos expressivos possibilita uma leitura para além dos elementos superficiais do texto e auxilia o leitor na construção de novos significados. Nesse sentido, o conhecimento de diferentes gêneros textuais proporciona ao leitor o desenvolvimento de estratégias de antecipação de informações que o levam à construção de significados.

Em diferentes gêneros textuais, tais como a propaganda, por exemplo, os recursos expressivos são largamente utilizados, como caixa alta, negrito, itálico, etc. Os poemas também se valem desses recursos, exigindo atenção redobrada e sensibilidade do leitor para perceber os efeitos de sentido subjacentes ao texto.

Vale destacarmos que os sinais de pontuação, como reticências, exclamação, interrogação, etc., e outros mecanismos de notação, como o itálico (para destacar a fala de alguém ou uma palavra estrangeira), o negrito (para destacar uma palavra ou expressão em uma frase, chamando a atenção do leitor), a caixa alta (que pode indicar uma fala em tom de grito, ou chamar a atenção para a palavra ou expressão) e o tamanho da fonte (para indicar que a palavra ou expressão se destaca das outras, como **PROMOÇÃO**, em uma propaganda, sendo a palavra que mais deve chamar a atenção) podem expressar sentidos variados.

O ponto de exclamação, por exemplo, nem sempre expressa surpresa. Faz-se necessário, portanto, que o leitor, ao explorar o texto, perceba como esses elementos constroem a significação, na situação comunicativa em que se apresentam.

Vamos analisar uma questão:
(Prefeitura de Paulista - Técnico de Enfermagem - UPENET/IAUPE)

Terra, planeta único

Marcelo Gleiser

(1) Hoje, escrevo sobre nossa casa cósmica. Vivendo em cidades, na correria do dia a dia, a gente pouco se dá conta do que ocorre ao nível planetário, ou de como nosso planeta é especial. Mas a Terra é única, e devemos nossa existência a ela.

(2) Primeiro, temos uma cumplicidade com o Sol, nossa estrela-mãe. A energia que vem de lá, e que vem chegando aqui por

²<https://bit.ly/3WKTSwZ>

quase cinco bilhões de anos, é fundamental para a vida. A Terra fica no que chamamos de zona de habitabilidade, a faixa de distância duma estrela onde a água, se houver, tem chance de ser líquida. A premissa, aqui, é que, sem água, a vida é impossível. Mas vemos Vênus e Marte, nossos planetas vizinhos também na zona de habitabilidade do Sol, e a história lá é bem diferente. Como no futebol, estar bem posicionado não é suficiente para marcar um gol. O que, num jogador, chamamos de talento, num planeta chamamos de propriedades adequadas.

(3) Vênus é um verdadeiro inferno, tão quente que as rochas, lá, são incandescentes. Além do mais, sua atmosfera ultradensa é rica em muitos compostos de enxofre, incluindo o que dá o fedor dos ovos podres. Marte, o oposto, é um deserto gelado, com cânions de rios e outras estruturas geológicas que mostram que seu passado foi diferente. Acreditamos que, na sua infância, o Planeta Vermelho tinha água em abundância e até, quem sabe, algum tipo de vida rudimentar. Mas sua atmosfera foi desaparecendo aos poucos, vítima da gravidade mais fraca e dos ventos solares, radiação que sai do Sol e se espalha pelo Sistema Solar.

(4) A Terra tem uma idade aproximada de 4,53 bilhões de anos. Nos primeiros 600 milhões de anos, a situação foi bem dramática, com bombardeios constantes vindos dos céus, asteroides e cometas que "sobraram" durante a formação dos planetas e suas luas. Esses visitantes trouxeram uma gama de compostos químicos e muita água, ingredientes da sopa que, em torno de 3,5 bilhões de anos atrás ou mesmo antes disso, daria origem às primeiras formas vivas.

(5) Essas criaturas, muito simples, eram seres unicelulares do tipo procariotas. Vemos fósseis deles em algumas rochas bem antigas, como as descobertas na costa oeste da Austrália, na Baía do Tubarão. Durante um bilhão de anos, pouco aconteceu. Mas a Terra foi se resfriando, os oceanos já bem formados, e regiões com

terra firme foram cobrindo pequenas partes da superfície.

(6) Foi então que, em torno de 2,4 bilhões de anos atrás, esses seres unicelulares passaram por uma mutação fundamental: descobriram a fotossíntese, a capacidade de transformar a energia solar em energia metabólica, consumindo gás carbônico e produzindo oxigênio. Aos poucos, essas criaturas foram mudando a composição da atmosfera, que foi ficando cada vez mais rica em oxigênio.

(7) Devemos, em grande parte, nossa existência a essas bactérias e a essa mutação. Mas formas de vida só podem se transformar quando o planeta em que existem oferece condições para tal. Apesar das grandes transformações no decorrer de sua existência, a Terra permaneceu relativamente estável nos últimos dois bilhões de anos, permitindo que as formas de vida primitivas pudessem passar por suas mutações.

(8) Os cataclismos que ocorreram – enormes erupções vulcânicas, emissão de metano, bombardeios de asteroides e cometas – mudaram as condições planetárias e, portanto, renegociaram as formas de vida que podiam existir aqui. Mas nunca a ponto de eliminar a vida por completo. (Se bem que a grande extinção do Permiano-Triássico chegou perto, eliminando cerca de 95% das formas de vida na Terra.)

(9) Comparada aos outros mundos que conhecemos, a Terra se distingue por ser um oásis para a vida. Sua atmosfera protege a superfície dos raios ultravioleta letais que vêm do Sol. O campo magnético – resultado da circulação de ferro e níquel líquidos no centro do planeta – funciona também como um escudo contra radiação nociva que vem do espaço, principalmente partículas oriundas do Sol. (...)

(10) Portanto, viva a Terra! Não estamos aqui por acaso. Somos produto disso tudo, das inúmeras mutações que transformaram bactérias em pessoas, dos acidentes cataclísmicos que redefiniram as condições planetárias, das inúmeras mudanças que

ocorreram no decorrer de bilhões de anos de história.

(11) Saber disso não nos diminui; pelo contrário, nos remete ao topo dessa cadeia de vida, nós que somos as criaturas capazes de reconstruir nosso passado com tanto detalhe e, ao mesmo tempo, nos questionar sobre o futuro. Por outro lado, devemos lembrar que estar no topo não significa desprezar o que está por baixo. Do poder vem a responsabilidade, no caso, de guardar a vida e o planeta, entendendo que somos parte dessa dinâmica planetária, na verdade, completamente dependentes dela. Somos poderosos no nosso conhecimento, mas frágeis quando comparamos forças com a natureza. Tratar a Terra e suas formas de vida com humildade e respeito é a única opção que temos, se queremos continuar por aqui, por outros tantos milhares de anos.

Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcelogleis/2017/11/1932441-terra-planeta-unico.shtml?loggedpaywall>. Acesso em: 11 maio 2018. Adaptado

Se observarmos a organização que o autor dá ao seu texto, vamos identificar que ele emprega certas estratégias para obter alguns efeitos de sentido. Assinale a alternativa que identifica e relaciona CORRETAMENTE as estratégias e os efeitos de sentido obtidos.

(A) Ao anunciar o tema que vai abordar (**1º parágrafo**), o autor pretende destacar o seu papel de especialista, mas acaba por marcar certo distanciamento do seu leitor.

(B) O emprego de uma linguagem predominantemente científica mostra que o autor restringe o diálogo sobre a evolução do nosso planeta a outros cientistas.

(C) Ao marcar o seu discurso com a autoridade de quem detém amplo conhecimento sobre o tema, o autor pretende não abrir espaço para questionamentos.

(D) Quando afirma: “mutações transformaram bactérias em pessoas” (**penúltimo parágrafo**), o autor quer desqualificar a humanidade ante a situação do Planeta.

(E) Na conclusão do texto (**dois últimos parágrafos**), o autor sintetiza o assunto, ao mesmo tempo em que responsabiliza e envolve o leitor na causa ambiental.

Alternativa A: Incorreta

No primeiro parágrafo, o autor não diz, em nenhum momento, que ele é um especialista. Na verdade, ao anunciar o tema, ele pretende falar sobre o que seu texto vai discorrer. Comumente, é o que se faz no primeiro parágrafo, uma introdução, anunciando o tema do texto. Sem falar que ele faz uso da terceira pessoa do plural (**nossa casa**), o que marca uma proximidade com o leitor. Quando o autor faz uso dessa pessoa em um texto, pretende trazer o leitor para si, encurtar a distância, tornando a leitura uma conversa entre autor-leitor. Esse é um efeito de sentido obtido com o recurso expressivo da terceira pessoa do plural.

Alternativa B: Incorreta

É incorreto dizer que a linguagem do texto é predominantemente científica. É uma linguagem bem acessível, na verdade, que visa atingir um maior público. Há alguns termos que podem ser considerados mais científicos, menos populares, como “cataclismos”, todavia, logo após empregar esse termo, o autor oferece uma explicação entre travessões “enormes erupções vulcânicas, emissão de metano, bombardeios de asteroides e cometas”. Isso demonstra que o autor visa um público mais amplo e mesmo leigo. Sem falar que ele até utiliza o futebol para exemplificar aquilo que está falando. Ele não escreve para cientistas. Esse recurso expressivo, de uma linguagem mais acessível, apresenta um efeito didático e uma indicação de querer atingir um público maior. Caso a escrita do texto fosse predominantemente científica, com uma linguagem que apenas especialistas no assunto pudessem compreender, o efeito seria o oposto.

Alternativa C: Incorreta

O texto é majoritariamente dissertativo-argumentativo. O autor apresenta um tema e o defende com argumentos baseados em ciência. Mas o autor, apesar de ser um especialista, não se coloca como um. Ele não está pregando uma verdade absoluta, não está citando fontes. Ele não quer provar que sua palavra é a final. Com todos os fatos que ele apresenta, podemos supor que ele possui um amplo conhecimento. Esse é um efeito de sentido obtido quando os argumentos são fortalecidos com fatos da Ciência: tornam-se mais fortes, convincentes e transmitem a ideia de que o autor detém amplo conhecimento sobre o assunto. No último, parágrafo o autor faz uma conclusão, afirmando que é necessário “nos questionar sobre o futuro” e devemos “Tratar a Terra e suas formas de vida com humildade e respeito”. Aqui já vemos que o autor não está fechado para questionamentos. Seu texto é um convite à reflexão.

Alternativa D: Incorreta

Quando o autor faz essa afirmação, ele pretende exaltar a Terra. Ele não está querendo desqualificar nada, nem ninguém. O efeito de sentido que essa afirmação transmite é o de que, graças ao planeta Terra, o ser humano é como é e conseguiu evoluir até os dias atuais. A Terra ofereceu todas as condições para que isso ocorresse, tendo em vista a visão evolucionista, de que os seres mais complexos que existem hoje vieram de uma simples bactéria, a partir da evolução, ocorrida ao longo de milhões de anos. O texto é um elogio à Terra, como vemos no primeiro parágrafo “Mas a Terra é única, e devemos nossa existência a ela”.

Alternativa E: Correta

Nesse tipo de texto, a parte final é dedicada a uma conclusão. Nos dois últimos parágrafos, o autor retoma sua tese, de que devemos nossa existência à Terra “Portanto, viva a Terra! Não estamos aqui por acaso”. O autor exalta também os seres humanos, que não são minimizados pela

Terra “Saber disso não nos diminui; pelo contrário, nos remete ao topo dessa cadeia de vida”. Isso, por si, já demonstra que a alternativa “D” está errada e, em seguida, o autor nos lembra de que aqueles que estão no topo são responsáveis pelos que estão abaixo “devemos lembrar que estar no topo não significa desprezar o que está por baixo”. Desse modo, ele responsabiliza todos os seres humanos pelo planeta, indicando que devemos ser conscientes “Tratar a Terra e suas formas de vida com humildade e respeito é a única opção que temos, se queremos continuar por aqui, por outros tantos milhares de anos”. Cuidar do planeta é a única maneira de garantir o futuro da natureza como a conhecemos hoje, e isso é uma causa ambiental. O efeito de sentido da conclusão do texto é a importância da proteção do meio ambiente.

Vamos analisar um trecho:

“Um brasileiro de 38 anos, Vítor Negrete, morreu no Tibete, após escalar, pela segunda vez, o ponto culminante do planeta, o monte Everest. Da primeira, usou o reforço de um cilindro de oxigênio para suportar a altura. Na segunda (e última), dispensou o cilindro, devido ao seu estado geral, que era considerado ótimo”.

Aqui, podemos dizer que o termo “o monte Everest” é um aposto que especifica a expressão “o ponto culminante do planeta”, a qual, por sua vez, completa o sentido do verbo “escalar”, evidenciando dados referentes ao local do acidente. O aposto explica que o ponto culminante do planeta (o mais alto) é o monte Everest. O brasileiro escalou o monte Everest, que foi o local do acidente, que acarretou em sua morte.

Vamos analisar uma imagem:



Acerca das relações de sentido produzidas pelos termos “sem” e “para”, é correto afirmar que dizem respeito aos efeitos de sentido, respectivamente, de *exclusão* e *fim*.

O termo “sem” geralmente indica uma exclusão. “Estou sem dinheiro”, ou seja, o termo “sem” está indicando um efeito de sentido de exclusão desse dinheiro. “Viver sem limite”, o “sem” exclui o “limite”.

“O Brasil trabalha para garantir a autonomia e melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência”. O “para” é uma conjunção final, que indica finalidade. Qual é a finalidade do trabalho do Brasil? É garantir a autonomia e melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência.

(Prefeitura de Montes Claros - Agente Comunitário de Saúde - COTEC/2022)



Disponível em:

<https://sosriodosbrasil.blogspot.com/2013/04/armadinho-natureza-tirinha-de.html>. Acesso em: 12 maio 2022.

A análise do texto permite inferir que o homem está destruindo a natureza em um processo contínuo e de difícil interrupção. Essa ideia é evidenciada pelo uso do(a)

- (A) substantivo “natureza”.
- (B) “pronome “você”.
- (C) verbo “tentem”.
- (D) locução verbal “vai cuidar”
- (E) advérbio “sim”.

Para inferir que o homem está destruindo a natureza em um processo contínuo e de difícil interrupção, é preciso encontrar no texto o termo que retoma o “homem” junto com a ideia de ação.

A forma verbal “tentem” cumpre essa função. Ao dizer “tentem não destruir tudo até lá”, o menino indica que a natureza está sendo destruída no exato momento de sua fala. Ele é uma criança e, até ser um adulto, muito tempo terá se passado. Se os adultos de seu tempo destruírem a natureza, não sobrar nenhuma para o menino poder cuidar quando for adulto.

(TJ-SP - Escrevente Técnico Judiciário - VUNESP/2021) Leia o texto para responder à questão.

Vida ao natural

Pois no Rio tinha um lugar com uma lareira. E quando ela percebeu que, além do frio, chovia nas árvores, não pôde acreditar que tanto lhe fosse dado. O acordo do mundo com aquilo que ela nem sequer sabia que precisava como numa fome. Chovia,

chovia. O fogo aceso pisca para ela e para o homem. Ele, o homem, se ocupa do que ela nem sequer lhe agradece; ele atíça o fogo na lareira, o que não lhe é senão dever de nascimento. E ela – que é sempre inquieta, fazedora de coisas e experimentadora de curiosidades – pois ela nem lembra sequer de atíçar o fogo; não é seu papel, pois se tem o seu homem para isso. Não sendo donzela, que o homem então cumpra a sua missão. O mais que ela faz é às vezes instigá-lo: “aquela acha*”, diz-lhe, “aquela ainda não pegou”. E ele, um instante antes que ela acabe a frase que o esclareceria, ele por ele mesmo já notara a acha, homem seu que é, e já está atíçando a acha. Não a comando seu, que é a mulher de um homem e que perderia seu estado se lhe desse ordem. A outra mão dele, a livre, está ao alcance dela. Ela sabe, e não a toma. Quer a mão dele, sabe que quer, e não a toma. Tem exatamente o que precisa: pode ter.

Ah, e dizer que isto vai acabar, que por si mesmo não pode durar. Não, ela não está se referindo ao fogo, refere-se ao que sente. O que sente nunca dura, o que sente sempre acaba, e pode nunca mais voltar. Encarniça-se então sobre o momento, come-lhe o fogo, e o fogo doce arde, arde, flameja. Então, ela que sabe que tudo vai acabar, pega a mão livre do homem, e ao prendê-la nas suas, ela doce arde, arde, flameja.

(Clarice Lispector, *Os melhores contos [seleção Walnice Nogueira Galvão]*, 1996)

* pequeno pedaço de madeira usado para lenha

A repetição dos termos destacados tem a função de enfatizar uma ação na passagem:

(A) ... homem seu que **é** [...] que **é** a mulher de um homem...

(B) ... ele por ele mesmo já notara a **acha**, [...] e já está atíçando a **acha**.

(C) ... come-lhe o **fogo**, e o **fogo** doce arde, arde, flameja.

(D) **Chovia, chovia**. O fogo aceso pisca para ela e para o homem.

(E) ... “**aquela** acha”, diz-lhe, “**aquela** ainda não pegou”.

Os verbos indicam uma ação. A forma verbal “é” não indica uma ação nesse texto. Mas “chovia”, sim. Trata-se de um fenômeno da natureza e sua repetição no texto enfatiza algo: chovia muito. A alternativa correta é a “D”.

Por fim, analisemos outra questão:

(Prefeitura de São Lourenço - Auxiliar de Secretaria - FUNDEP)

De acordo com uma reportagem do portal UAI, uma escola de princesas será inaugurada em BH. Parece fofo, afinal, contos de fadas são realmente lindos, mas são... contos! Aliás, esse universo é onírico, remete à mais tenra infância e ajuda os adultos a darem aquela escapada da realidade.

Eu gastei muito tempo na minha vida para aceitar que a vida não é uma fantasia. Demorei a sair de uma espera passiva pelo príncipe e por um reino com as contas já pagas. A vida urge, é real, é dinâmica e nos exige posturas e respostas agora. Custou, mas descobri as delícias da vida adulta, sobretudo a autonomia.

Uma coisa chata de ser princesa deve ser ter que ficar só com príncipes. Não que eu não saiba escolher o melhor para mim, mas não é o suficiente o sujeito ser engraçado, bom de papo, trabalhador, honesto e beijar bem? E se o amor demorar um bocadinho, temos que ficar dormindo até ele nos despertar? E quando ele aparecer, precisa nos levar para um castelo? Não dá para dividir as contas de um apê segundo nossas condições?

Aliás, somos mesmo príncipes e princesas? Não basta sermos homens e mulheres adultos que vivem conforme suportam a própria realidade? Ou necessitamos fantasiar o tempo inteiro a nosso respeito e sobre as relações?

Nada contra as altezas. Por coincidência, estou de viagem marcada à Disney para o próximo mês, mas vou com o meu dinheiro, conseguido por um esforço real.

[...]

Muitos de nós queremos o trono, e eu me sinto coroada quando dispenso a varinha mágica da fada madrinha e vou à luta, colocando a bruxa pra correr e os dragões para dormir. Minha coroa são as minhas superações, as amizades que mantenho, as relações que vivi e o que eu aprendi com elas. É escolher a minha fé, e ter as minhas convicções espirituais a partir das minhas experiências e não do que me ensinaram. Minha coroa é o adulto que me tornei e o meu projeto de vida – traçado e executado por mim.

Essa coroa não se herda, não vem de brinde e não vem no curso de princesa: ela é fabricada a duras penas na escola da vida.

CONRADO, Laura. Uai. 9 out. 2015. Disponível em: <<http://zip.net/bfr90m>>. Acesso em: 13 out. 2015 (Adaptação).

Sobre a coerência, a coesão e os efeitos de sentido do texto, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) A repetição de palavras comuns ao universo dos contos de fada (princesas, príncipes, bruxas, dragões) garante a progressão do texto de forma coesa.

(B) As perguntas feitas pela autora no terceiro e no quarto parágrafos são retóricas.

(C) A recorrência de pronomes demonstrativos, usados para situar o leitor no tempo e no espaço, é a responsável por manter a unidade textual.

(D) Embora seja fruto do ponto de vista da autora, o texto busca provocar reflexões no leitor, com a intenção de fazer com que ele analise e repense alguns conceitos.

Alternativa A não está incorreta

Quando a autora apresenta repetições, é porque pretende atingir um efeito de sentido. São repetições pensadas, premeditadas e intencionais. Ao repetir palavras comuns dos contos de fada, a autora pretende remeter seu texto a esse universo, com argumentos que fazem alusão ao mesmo, visto que o texto fala a respeito de uma escola de princesas que será inaugurada em BH.

Alternativa B não está incorreta

Uma pergunta retórica é uma pergunta feita para a qual já temos a resposta. A pessoa que faz uma pergunta retórica já sabe a resposta do questionamento feito e busca ajudar o destinatário da interrogação a refletir ou a entender determinado tema, assunto ou situação. Esse é o efeito de sentido de uma pergunta retórica.

Alternativa C está incorreta

Os pronomes demonstrativos, como “este”, “aquele”, são responsáveis por situar o leitor no tempo e no espaço. Esse é o efeito de sentido desses pronomes. “Este carro” está perto no espaço, “Aquele carro” está longe no espaço; “Este ano foi bom” é recente no tempo, “Aquele ano foi bom” é distante no tempo. A responsável por manter a unidade textual é coesão textual, que garante a ligação e a harmonia entre os elementos de um texto. As conjunções são um exemplo, pois conectam orações “Fiquei cansado porque corri demais”, a conjunção “porque” tem sentido de explicação, explicando o motivo de eu ter ficado cansado. É também uma relação de causa e consequência: causa - corri demais; consequência - fiquei cansado. Já os pronomes pessoais podem retomar um termo dito anteriormente “O menino caiu da bicicleta. Ele vinha muito rápido e se desequilibrou”, o pronome pessoal “ele” retoma “O menino”.

Alternativa D não está incorreta

O texto apresenta o ponto de vista da autora, que é defendido por meio de argumentos. Afinal, trata-se de um texto dissertativo-argumentativo. A autora nos coloca que a vida da maioria das pessoas está bem distante de um mundo de princesas, de conto de fadas. No mundo real, há problemas, pessoas de diversos tipos e devemos trabalhar muito para conseguir as coisas. Sendo assim, fantasiar um mundo de princesa não ajudaria em nada, já que a vida adulta nos apresenta uma realidade totalmente contrária a essa ideia. A autora usa bastante a terceira pessoa do

plural, “Muitos de nós”, o que transmite um efeito de sentido de proximidade com o leitor. Sem falar nas perguntas retóricas, que pretendem gerar reflexões nos leitores.

Texto Publicitário

São textos que aparecem em campanhas publicitárias, ou seja, são propagandas. Esses textos podem ser escritos, visuais, orais ou uma mistura de todos ou de alguns desses elementos. Por exemplo, uma imagem, uma foto de um produto, é uma publicidade visual. Um texto falando sobre um produto é escrito. Um anúncio no rádio é oral. Já uma propaganda na TV ou internet, um vídeo, é uma mistura de todos, pois há imagens, sons e textos.

Podem aparecer em diversos locais, na rua, rádio, TV, internet, jornal, revistas, etc. Possuem o objetivo de vender algo para o leitor, convencendo-o de que determinado produto é bom e necessário.

Para isso, apresentam uma linguagem sugestiva e persuasiva, tentando seduzir o possível cliente, fazendo uso de estratégias que podem mexer com o psicológico, com desejos e emoções. Podem também fazer uso do humor, com trocadilhos e ironia.

Apresentam uma linhagem conotativa e apelativa. O texto publicitário não busca ser literal, pois tenta mexer com a ideia do consumidor, fazendo-o imaginar as possibilidades que o produto pode trazer.

São textos geralmente curtos, que podem descrever o produto ou apenas apresentar situações. As propagandas de cervejas, por exemplo, não falam sobre o produto em si, mas apresentam situações positivas, relacionando-as com o produto. Desse modo, essa bebida fica relacionada a festas, à praia, à diversão e a pessoas bonitas e felizes. A Coca-Cola tem sua imagem relacionada ao Natal por conta da propaganda.

Muitas empresas possuem slogans em suas propagandas, que são frases de efeito que ficam ligadas à marca. Como a dos postos Ipiranga “Pergunta lá no posto Ipiranga”. O McDonald's “Amo muito tudo isso”.

Sequência de fatos ilustrados

Ao falar sobre esse assunto em concursos públicos, estamos falando sobre as tirinhas ou histórias em quadrinhos que geralmente aparecem nas provas, em diversos tipos de questões, sobretudo em interpretação de textos.

Trata-se de um gênero textual que mescla as linguagens verbal e não verbal, já que há balões com as falas dos personagens assim como ilustrações. Tanto as falas quanto as ilustrações “conversam”, muitas vezes se complementando. Por meio do texto verbal é possível ler os fatos, assim como pelas ilustrações. Mas, neste caso, estamos lendo o desenho. Por exemplo, quando um personagem está sorrindo, podemos inferir que ele está alegre. O mesmo vale para quando sua expressão indica raiva; é um sinal de que ele está bravo, nervoso.

Você já deve ter utilizado um emoji em uma conversa pelo celular, não é mesmo? Então, quando você envia uma carinha sorridente, isso quer dizer que você está feliz. Uma chorando de rir, é que achou algo engraçado. Um coração, indica amor. E assim que inferimos uma informação da linguagem não verbal.

Em concursos públicos, é mais comum encontrar tiras de jornais, que apresentam um tom de humor, crítica, ironia ou mesmo uma mistura de todos. Geralmente fazem uma crítica aos valores sociais.

Para ler uma tira ou história em quadrinho, se tratando de nosso padrão ocidental de elaborá-las, temos que ler da esquerda para a direita, de cima para baixo.

Veja a tira a seguir, com a sequência enumerada:



(Bill Watterson, Calvin e Haroldo. Disponível em: <https://www.google.com.br>.)

Note que há uma sequência lógica entre os quadrinhos. O menino acorda, prepara seu café e o come assistindo à televisão. Primeiro ele diz que adora sábados, explica aquilo que faz ao longo dos sábados e apresenta uma conclusão ao responder à pergunta feita pelo tigre.

Essa tira é voltada ao humor, pois existe uma informação implícita que causa esse efeito de humor. Sabe qual? Os pais do garoto não se animam a aumentar a prole em razão do comportamento dele.

Ao longo dos sábados, ele aparenta ser um menino que dá muito trabalho, porque, por causa do tanto de açúcar que come logo cedo, fica agitado, hiperativo ao longo do resto do dia. Sendo assim, seus pais não dão conta dele, não aguentam tanta bagunça.

Se com apenas um filho já é assim, por que iriam querer mais um? Um já dá muito trabalho. Até parece ser uma estratégia do menino para não ter irmãos, e que parece estar funcionando, levando em conta que até o momento da tirinha seus pais não tiveram outro filho.

As tiras normalmente apresentam as seguintes características:

- Balões de diversos tipos e formas que indicam os diálogos dos personagens ou suas ideias. Um balão redondo indica fala; um em formato de nuvem, o pensamento; um pontiagudo, uma fala alta ou um grito.

- Possui elementos básicos de narrativa, como personagens, enredo, lugar, tempo e desfecho.

- Sequência de imagens que compõem uma cena.

- Quadros, cada um representando uma cena da história.

- Metáforas visuais, como, por exemplo, sinais musicais em uma cena onde personagens estão dançando ou ouvindo música. Ou caveiras, cobras e lagartos saindo da boca, representando palavrões.



Disponível em: <http://bichinhosdejardim.com/triste-fim-relacoes-afetivas/>.

A personagem Joana considera as pretensões de Caramelo como uma “cilada” porque o discurso do personagem Caramelo não corresponde às suas ações. Se a ideia fosse resgatar o contato e o carinho em tempos de virtualização, não seria esperado que fosse promovido um encontro virtual ou uma reunião online. O esperado seria uma reunião presencial.



Disponível em: <https://deposito-de-tirinhas.tumblr.com/post/42574615291/por-clara-gomes-bichinhos-de-jardim>.

Tendo em vista a fala “Hoje almejo uma janela para ver o dia passar!”, é correto afirmar que, no último quadro, a fala do personagem se revela irônica.

A ironia (ou antífrase) é uma figura de linguagem empregada para dizer-se algo por meio de expressões que remetem propositalmente ao oposto do que se quis dizer.

A ironia aqui é que antes o personagem sonhava em ganhar na loteria, um emprego maravilhoso. Agora, ele somente sonha com uma janela (uma casa) para ver os outros passarem. No final, quando ele diz que o seu problema é a ambição desmedida, a ironia ocorre em relação ao penúltimo quadrinho. Não se trata de uma “ambição desmedida” sonhar com uma casa para viver, a ironia está aí. Uma ambição desmedida poderia ser ganhar na loteria.



Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/38102601>.

De acordo com o texto, “[...] sair de um acidente em alta velocidade pelo vidro da frente” indica uma consequência de dirigir em alta velocidade sem o cinto de segurança.

A expressão “pelo vidro da frente” expressa uma circunstância de modo, pois é o modo (a maneira) de se sair de um acidente em alta velocidade.



Disponível em: <https://www.humordido.net/index.php/2017/10/30/merisvaldo-cabeleireiro/>.

Análise as afirmativas a seguir tendo em vista o texto apresentado.

I. O problema ortográfico interfere no sentido da mensagem, já que produz uma ambiguidade.

Correto, pois a palavra “somente” (apenas) está grafada de maneira incorreta, criando duas palavras, “só” e “mente”. Isso gera um duplo sentido. Merisvaldo trabalha

somente aos domingos, ou ele só conta mentiras aos domingos?

II. Mesmo com o problema ortográfico presente na mensagem, é possível identificar o sentido que ela pretende produzir.

Correto, pois, apesar do problema da ambiguidade e do erro ortográfico, é possível entender que Merisvaldo, cabelereiro, atende somente aos domingos.

III. Um dos sentidos que se poderia atribuir à mensagem é que Merisvaldo atua como cabelereiro apenas aos domingos.

Correto, considerando que o correto seria grafar “somente”, ele apenas trabalharia como cabelereiro aos domingos.

IV. Um dos sentidos que se poderia atribuir à mensagem é que Merisvaldo fala a verdade de segunda-feira a sábado.

Correto, considerando a grafia “só” e “mente”. Ou seja, Merisvaldo apenas fala mentiras aos domingos. Nos demais dias, diz a verdade.

V. A grafia da palavra “cabelereiro”, apresenta-se correta, embora, muitas vezes, represente uma dificuldade para alguns usuários da língua portuguesa.

Correto. Seria incorreto “cabeleleiro”.

Estão corretas as afirmativas I, II, III, IV e V.

Além disso:

I. Verifica-se uma segmentação não convencional na escrita da palavra.

“A gente” separado e “agente” junto são palavras diferentes. Falando no sentido de “nós”, a palavra deve ser segmentada, ou seja, separada. “Agente”, sem a segmentação, possui o sentido de “alguém que atua, opera”.

Quem escreveu “só mente” segmentou a palavra “somente” de maneira não convencional.

III. Ocorre segmentação e acentuação gráfica indevidas na escrita da palavra.

A segmentação é indevida, pois altera o sentido da frase, causando ambiguidade. É preciso considerar que a intenção do autor

foi dizer “somente”, de “apenas”. Assim, a acentuação também está incorreta, além da segmentação.

Texto imagético

³Está relacionado à imagem, fazendo uso de outros elementos para construir sentido, tais quais sons, as cores, as formas, e especialmente as imagens. É também conhecido como texto visual.

Sua construção linguística ocorre a partir da imagem em suas diversas formas e proporções. É comum o uso de múltiplas e diversificadas cores, tons, tipografias, formas, formatos e símbolos.

Tendo em vista que a imagem exerce um papel anterior a palavra, o texto imagético é um grande gerador de sentidos, pois a observação é capaz de apontar inferências.

Esse tipo de texto considera que elementos gráficos portadores de ideias e conceitos recorrentes de uma linguagem figurativa ou abstrata, que leva em conta o grau de conhecimento de cada pessoa, mesmo que ela não seja capaz de ler, já que com o texto imagético a leitura das experiências sobrepõe a leitura das palavras.

Dica

Para tentar buscar as informações de um texto, é interessante realizar algumas perguntas, como:

O quê? Quem? Como? Quando? Onde? Por quê?

O que foi dito no texto? Quem fez isso? Como fez isso? Quando fez isso? Onde fez isso? Por que fez isso?

Nem sempre é possível encontrar todas as respostas, mas é uma dica que facilita bastante a compreensão, sobretudo de notícias.

De olho na ambiguidade

I. Um amigo dizia ao outro: – Sabe o que é, rapaz? A minha mulher não me compreende. E a tua? – Sei lá.

Nunca falei com ela a teu respeito.

³<https://bit.ly/3Gfj2OF>

II. À noite, enquanto o marido lê jornal, a esposa comenta: – Você já percebeu como vive o casal que mora aí em frente? Parecem dois namorados! Todos os dias, quando chega em casa, ele traz flores para ela, a abraça, e os dois ficam se beijando apaixonadamente. Por que você não faz o mesmo: – Mas querida, eu mal conheço essa mulher...

III. Um sujeito vai visitar seu amigo e leva consigo sua cadela. Na chegada, após os cumprimentos, o amigo diz:

– É melhor você não deixar que sua cadela entre nesta casa. Ela está cheia de pulgas.

– Ouviu, Laika? Não entre nessa casa, porque ela está cheia de pulgas!

No primeiro item, *tua* diz respeito à mulher do interlocutor e *teu* diz respeito ao interlocutor. Não há ambiguidade, tudo é bastante compreensível.

No segundo item, *o mesmo* foi empregado no sentido de *por que você não faz o mesmo comigo?*, mas sem o *comigo* a expressão fica ambígua, pois pode também indicar *fazer o mesmo que o homem que mora em frente*. É disso que sai o efeito de humor.

No terceiro item, *ela* pode indicar tanto a cadela quanto a casa, por isso há ambiguidade. Claro, quem tem pulgas é a cadela, mas o efeito de humor surge por conta da ambiguidade, podemos entender que é a casa que está cheia de pulgas.

“O fogo aceso pisca para ela e para o homem. Ele, o homem, se ocupa do que ela nem sequer lhe agradece”.

O pronome “ele” poderia também se referir ao “fogo aceso”. Para evitar a ambiguidade, o referente desse pronome, “o homem”, foi inserido para evitar esse problema.

Redundância

A redundância torna difícil a compreensão do texto devido ao uso de ideias e palavras repetidas ou

desnecessárias que comprometem a clareza da mensagem.

Para evitar tal repetição, é necessário suprimir palavras supérfluas com o objetivo de sintetizar informações e não comprometer a qualidade do texto.

A repetição pode ser um recurso estilístico para estabelecer a coesão no texto. É utilizada com intenção especial em textos humorísticos, publicitários, literários, etc. Todavia, existem casos em que é preciso evitá-la, para que a linguagem não se torne deselegante, inadequada e monótona.

- Palavras próximas e idênticas: “**O povo exige seus direitos, os direitos do povo** devem ser respeitados”. Seria melhor escrever “O povo exige seus direitos, **que** devem ser respeitados”.

- Repetições exageradas: “**O ministro** apresentou sua proposta de trabalho, mas **o ministro** não foi claro em várias questões e as argumentações **do ministro** não foram aceitas”. Seria melhor “O ministro apresentou **sua** proposta de trabalho, mas **ele** não foi claro em várias questões e **suas** argumentações não foram aceitas”.

Sequência lógico-discursiva

Considere o seguinte trecho inicial do parágrafo de um texto extraído da revista Superinteressante:

Nos anos 1960, uma equipe de arqueólogos encontrou treze corpos enterrados no vale do Sado, no sul de Portugal.

(Disponível em:

<https://super.abril.com.br/ciencia/esqueleto-encontrado-em-portugal-pode-pertencer-a-mumia-mais-antiga-do-mundo/>.)

Os segmentos abaixo dão continuidade a esse trecho inicial, mas estão fora de ordem. Numere os parênteses, identificando a sequência que dá lógica discursiva ao texto.

() Isso o torna a múmia mais antiga de que se tem notícia, batendo o recorde anterior por mil anos.

() Os esqueletos estavam em covas de oito mil anos, o que já os torna uma baita descoberta arqueológica por si só.

() E pasmem: o recorde anterior não era do Egito. Ele pertencia às múmias de sete mil anos do povo Chinchorro, encontradas no deserto do Atacama, no Chile.

() O arqueólogo Manuel Farinha dos Santos tirou fotos em preto e branco, com uma câmera analógica. As fotos foram encontradas e reveladas recentemente.

() Após a análise das imagens e visita ao sítio arqueológico, um grupo de pesquisadores da Suécia descobriu que pelo menos um daqueles corpos foi mumificado.

Assinale a alternativa que apresenta a numeração correta dos parênteses, de cima para baixo.

Resposta correta seria: 4 – 1 – 5 – 2 – 3.

O texto inicial fala que treze corpos foram encontrados. Esses esqueletos (corpos) estavam em covas de oito mil anos. O arqueólogo Manuel Farinha tirou fotos. As fotos foram analisadas, e descobriram que os esqueletos eram de corpos mumificados. Concluiu-se, então, que se trata da múmia mais antiga, batendo recordes. A conclusão do texto fala sobre o recorde anterior, que não era do Egito, local conhecido por possuir muitas múmias.

Questões

01. (Órgão: Prefeitura de São Miguel do Passa Quatro - Médico - OBJETIVA/2022)

Estudo analisa morte por câncer associada ____ exposição laboral

Estudo elaborado pelo Ministério da Saúde indica que, entre 1980 e 2019, mais de 3 milhões de pessoas morreram no Brasil por até 18 tipos de câncer que podem ter sido causados pela exposição ____ produtos, substâncias ou misturas presentes em ambientes de trabalho.

Segundo o Atlas do Câncer Relacionado ao Trabalho no Brasil, ao longo de 39 anos, o Sistema de Informações sobre Mortalidade registrou 3.010.046 óbitos decorrentes desses tipos de câncer. O

resultado, segundo ____ equipe técnica, poderia ser menor, caso mais ações tivessem sido feitas para controlar ou eliminar a exposição dos trabalhadores ____ agentes cancerígenos.

Após uma primeira versão do atlas, publicada em 2018, os pesquisadores voltaram a se debruçar sobre os registros nacionais de câncer de bexiga, esôfago, estômago, fígado, glândula tireoide, laringe, mama, mesotélio, nasofaringe, ovário, próstata, rim e traqueia, brônquios e pulmões. Também são analisados o sistema nervoso central e os casos de leucemias, linfomas não Hodgkin, melanomas cutâneos e mielomas múltiplos.

O objetivo do estudo é contribuir no planejamento e na tomada de decisão nas ações de vigilância em saúde do trabalhador.

Segundo ____ estimativas globais, em 2015, cerca de 30% dos trabalhadores vítimas de doenças associadas ao trabalho morreram em consequência de um tipo de câncer também relacionado ao trabalho. Do total de mortes em consequência dos 18 tipos de câncer, a proporção de óbitos foi 1,4 vezes maior entre os homens.

No caso do câncer de laringe, a diferença chegou a ser sete vezes maior. Além disso, os óbitos relacionados a apenas oito das 18 tipologias selecionadas (pulmão, mama, próstata, estômago, esôfago, fígado, leucemia e sistema nervoso central) representam mais de 80% de todos os falecimentos.

O atlas apresenta uma análise do problema nas cinco regiões brasileiras e informações sobre atividades econômicas e situações de exposição. Há, ainda, recomendações, como a importância da fiscalização dos processos e atividades com potencial cancerígeno e a urgência de estruturação de sistemas de informação e monitoramento capazes de gerar dados sobre os efeitos dos contaminantes ambientais na saúde humana.

“Quando falamos de câncer relacionado ao trabalho, estamos falando de agentes químicos, físicos e biológicos que podem

ser eliminados e substituídos. No Brasil, isso constitui um problema, porque convivemos com agentes que já foram banidos em outros países”, disse a gerente da Unidade Técnica de Exposição Ocupacional, Ambiental e Câncer do Instituto Nacional de Câncer (Inca).

(Fonte: Sul 21 - adaptado.)

De acordo com o texto, analisar os itens abaixo:

I. O atlas não apresenta uma análise individual das regiões do Brasil; traz informações mais relacionadas à preocupação com as atividades econômicas do país.

II. Em 2015, estimativas globais apontavam que entre as vítimas de doenças associadas ao trabalho, cerca de 30% morreram em consequência de um tipo de câncer.

III. Os 18 tipos de câncer apontados no estudo matam mais os homens do que mulheres.

Está(ão) CORRETO(S):

- (A) Somente o item I.
- (B) Somente o item III.
- (C) Somente os itens II e III.
- (D) Todos os itens.

02. (TIBAGIPREV - Contador - FAFIPA/2022)

Letra de médico

Na farmácia, presencio uma cena curiosa, mas não rara: balconista e cliente tentam, inutilmente, decifrar o nome de um medicamento na receita médica. Depois de várias hipóteses acabam desistindo. O resignado senhor que porta a receita diz que vai telefonar ao seu médico e voltará mais tarde. "Letra de doutor", suspira o balconista, com compreensível resignação. Letra de médico já se tornou sinônimo de hieróglifo, de coisa indecifrável.

Um fato tanto mais intrigante quando se considera que os médicos, afinal, passaram pelas mesmas escolas que outros profissionais liberais. Exercício da

caligrafia é uma coisa que saiu de moda, mas todo aluno sabe que precisa escrever legivelmente, quando mais não seja, para conquistar a boa vontade dos professores. A letra dos médicos, portanto, é produto de uma evolução, de uma transformação. Mas que fatores estariam em jogo atrás dessa transformação?

Que eu saiba, o assunto ainda não foi objeto de uma tese de doutorado, mas podemos tentar algumas explicações. A primeira, mais óbvia (e mais ressentida), atribui os garranchos médicos a um mecanismo de poder. Doutor não precisa se fazer entender: são os outros, os seres humanos comuns, que precisam se familiarizar com a caligrafia médica. Quando os doutores se tornarem mais humildes, sua letra ficará mais legível.

Pode ser isso, mas acho que não é só isso. Há outros componentes: a urgência, por exemplo. Um doutor que atende dezenas de pacientes num movimentado ambulatório de hospital não pode mesmo caprichar na letra. Receita é uma coisa que ele precisa fornecer - nenhum paciente se considerará atendido se não levar uma receita. A receita satisfaz a voracidade de nossa cultura pelo remédio, e está envolta numa aura mística: é como se o doutor, através dela, acompanhasse o paciente. Mágica ou não, a receita é, muitas vezes, fornecida às pressas; daí a ilegibilidade.

Há um terceiro aspecto, mais obscuro e delicado. É a relação ambivalente do médico com aquilo que ele receita - a sua dúvida quanto à eficácia (para o paciente, indiscutível) dos medicamentos. Uma dúvida que cresce com o tempo, mas que é sinal de sabedoria. Os velhos doutores sabem que a luta contra a doença não se apoia em certezas, mas sim em tentativas: "*dans la médecine comme dans l'amour, ni jamais, ni toujours*", diziam os respeitados clínicos franceses: na medicina e no amor, "sempre" e "nunca" são palavras proibidas. Daí a dúvida, daí a ansiedade da dúvida, da qual o doutor se livra pela escrita rápida. E pouco legível.

[...]

SCLIAIR, Moacyr. *A face oculta ? inusitadas e reveladoras histórias da medicina*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001. [adaptado]

O texto traz suposições acerca dos motivos pelos quais a caligrafia dos médicos seria fruto de uma evolução (ou transformação). Sobre essas teorias, assinale a alternativa que encontra embasamento no texto:

(A) Uma das teorias se baseia na tese de doutorado e atribui a letra ilegível dos médicos ao fato de sua suposta superioridade intelectual em relação a outros profissionais.

(B) O autor acredita que médicos que conscientemente escrevem de forma ilegível não têm dúvidas sobre a eficácia dos medicamentos que estão prescrevendo

(C) Uma das teses afirma que a "letra ilegível" do médico se dá devido a correria em que o médico fornece a receita, por ter que atender muitos pacientes.

(D) Uma suposição levantada pelo autor é a de que os pacientes não dão credibilidade a médicos que têm a letra legível, por isso, é necessário que a prescrição seja datilografada.

(E) Em uma das teorias, o fator humildade é descartado como fator predominante para a letra ilegível, sendo questionado se todos os profissionais têm essa característica.

03. (Prefeitura de Montes Claros - Agente Comunitário de Saúde - COTEC/2022)

Texto 01: Nossa casa, nosso coração

Somos todos cercados por símbolos que influenciam bastante a maneira como vivemos. Que tal partirmos para esta observação por um lugar de fácil reconhecimento para você? Sua casa. O lugar onde você dorme, acorda e faz suas refeições na maioria dos dias. Consegue perceber como ela evidencia a maneira como você vive? Móveis e objetos acomodados de forma a reforçar aquilo que você acredita?

De certa maneira, antigas habitações eram pensadas assim também. Porém, com um detalhe importante: sua construção acontecia de forma que não interagisse somente com o habitante, mas também com a natureza. Um desenho planejado em relação aos pontos cardeais, ao vento, ao nascer e pôr do sol, aos rios e florestas. Criado para que não agredisse ambos. Nem o homem e nem a natureza. Verdadeiros templos convidativos à elevação da consciência humana. Uma técnica que infelizmente já não utilizamos mais.

Assim, ao longo dos anos, infelizmente deixamos de lado essa sabedoria e passamos a construir casas nada adequadas para nós, seres humanos. Edificações incapazes de interagir com a natureza externa e principalmente interna. Casas cada vez mais sem sintonia e distantes do que precisamos, afetando diretamente nosso modo de viver.

Curiosamente, a maioria dos animais não necessita de uma casa como nós seres humanos necessitamos. Edificamos nossas casas para nos retirar e garantir nossa intimidade. Algo que nos ajude a reciclar harmoniosamente. Feito para voltar, descansar, e assimilar o que se passou no dia. Sem esse momento, seria impossível absorver tantas ações diárias.

Assim como a natureza que amplia e recolhe, expandimos durante o dia saturados com tantas informações, para nos aconchegarmos durante a noite em nossos refúgios. E seguir heroicamente em frente [...]

Fonte: AVEZEDO, Clô. *Nossa casa, nosso coração*. Disponível em: <https://vidasimples.co/colunistas/nossa-casa-nosso-coracao/>. Acesso em: 12 maio 2022. Adaptado.

De acordo com o texto, é **CORRETO** afirmar que

(A) Na atualidade, se observa que as casas são construídas com a preocupação de serem adequadas às necessidades daquele que a habita.

(B) no decorrer do tempo, o homem, na edificação das casas, conservou a sabedoria

de proteger tanto a natureza como a si mesmo.

(C) assim como o homem, a maioria dos animais necessita de uma casa, lugar para onde voltar, aconchegar-se, enfim, descansar das ações diárias.

(D) com o passar do tempo, as casas deixaram de ser um espaço de interação do homem com a natureza e do homem consigo mesmo.

(E) independentemente de como elas são construídas, as casas, com certeza, refletem a personalidade do seu habitante em perfeita sintonia.

04. (Prefeitura de Montes Claros - Agente Comunitário de Saúde - COTEC/2022)

Texto 02: Os eremitas contemporâneos

Viver no isolamento de tudo e de todos sempre fez parte do imaginário humano. À medida que o progresso nos engole e atropela com novas obrigações e compromissos, uma parte de nós começa a idealizar uma vida diferente de tudo que nos cerca.

Imaginamos uma vida em uma cabana, no meio da natureza, vivendo em regime de subsistência, sem os luxos e comodidades da vida moderna, mas com tempo, autonomia e paz. Será que isso é possível?

E se eu contar a você que tem muita gente jogando tudo para o alto e transformando em realidade o que sempre nos pareceu uma fantasia?

Não estou me referindo àqueles que, no auge da pandemia, se mudaram para suas casas no interior ou no litoral. Esse movimento migratório, bem documentado durante os anos 2020 e 2021, foi um experimento forçado pelo isolamento social que nos foi imposto, e que agora que os escritórios começam a reabrir, e a vida começa a voltar ao normal, terá sua prova de fogo.

Estou falando dos eremitas contemporâneos, que escolheram viver *off-*

the-grid, ou “fora do sistema”, em tradução livre.

São pessoas que, em sua maioria, se cansaram da vida nas grandes cidades, valorizam um estilo de vida mais saudável, estão conectadas com a sustentabilidade do planeta, e cultivam um espírito aventureiro e, por que não, rebelde (no melhor sentido). [...]

Adeptos deste estilo de vida relatam que viver fora do sistema nos conecta com nossa insignificância diante do planeta. Imersos na natureza, respeitando o ritmo do dia e da noite, expostos aos fenômenos do clima sem a (falsa) sensação de proteção que as cidades nos proporcionam, é um exercício de humildade, que nos torna conscientes de que quase nada está sob nosso controle. [...]

Por outro lado, é esse mesmo sentimento de impotência que nos força a ser resilientes: com recursos limitados, somos obrigados a ser criativos na resolução de problemas, habilidosos na execução e vigilantes na antecipação de riscos. Quem vive fora da rede se sente quase sempre autossuficiente.

Fonte: JÁNER, Andrea. *Os eremitas contemporâneos*. Disponível em: <https://vidasimples.co/colunistas/da-para-ser-autossuficiente-e-viver-forado-sistema/>. Acesso em: 12 maio 2022. Adaptado.

Como o texto 01, o texto 02 aborda, como um dos temas,

(A) a rejeição de alguns ao conforto da vida urbana moderna.

(B) a preferência de muitos por viverem em total isolamento.

(C) a sabedoria trazida pela vida em contato com a natureza.

(D) a resiliência adquirida por quem vive longe do progresso.

(E) a insegurança proveniente de se viver fora do sistema.

Gabarito

01.C - 02.C - 03.D - 04.C

**Comunicação, linguagem e variações
linguísticas;**

FUNÇÕES E USOS DA LINGUAGEM

A classificação das funções da linguagem depende das relações estabelecidas entre elas e os elementos do circuito da comunicação. Baseando-se nos seis elementos da comunicação, Roman Jakobson elaborou um quadro das funções da linguagem. Cada função é centrada em um dos seis elementos que compõem o circuito da comunicação. O reconhecimento e a adequada utilização das funções são fundamentais tanto na produção quanto no entendimento de qualquer tipo de texto.

Função referencial

Centrada no contexto (a referência ou o referente da mensagem) – é aquela que remete à realidade exterior; sua finalidade é informar o receptor. Tem como objetivo transmitir uma mensagem de caráter informativo. O emissor da linguagem referencial buscará termos objetivos para expressar o que quer dizer, fazendo uso de uma linguagem direta, cujo conteúdo está centrado no referente, ou seja, naquilo de que se fala. É usada principalmente em textos de caráter objetivo e teor informativo.

Função emotiva ou expressiva

Centrada no emissor, o eu da comunicação — é aquela que exterioriza o estado psíquico do emissor, traduzindo suas opiniões e emoções. Aparece, portanto, na primeira pessoa.

Função fática

Centrada no canal da comunicação — é aquela que tem por objetivo estabelecer o contato com o receptor (“Olá, como vai?”), testar o funcionamento do canal (“Alô, está me ouvindo?”) ou prolongar o contato, na falta de outro conteúdo a comunicar (“Pois é”, “É fogo”, “É” etc.):

Função conativa ou apelativa

Centrada no receptor (tu ou você), a segunda pessoa da comunicação – é aquela que tem por objetivo influir no comportamento do receptor, por meio de um apelo ou ordem. Emprega verbos no imperativo e vocativos. É utilizada principalmente em textos propagandísticos e outros que visam a convencer o receptor a adotar alguma opinião ou comportamento.

É um tipo de linguagem comum em anúncios, que possuem a finalidade de persuadir o interlocutor, influenciando o seu comportamento e opinião.

Função poética ou estética

Centrada na mensagem, é aquela em que o essencial é a organização do texto (a mensagem), por meio da seleção e arrumação de palavras, dos efeitos sonoros e rítmicos, do jogo com figuras de linguagem e do aproveitamento de todo tipo de simetrias ou antissimétricas entre palavras e frases. É utilizada principalmente em textos literários.

A função poética ocorre também em que o discurso convencional recebe uma configuração nova, produzindo um efeito estético inesperado (humor, impacto, estranheza).

Função metalinguística

Centrada no código, é aquela voltada para a própria linguagem e seus elementos (palavras, regras gramaticais, estruturas da mensagem etc.). Também corresponde à função metalinguística o comentário ou explicação de outros códigos e suas mensagens (visuais, como a pintura ou o cinema; sonoros, como a música etc.).

Elementos de comunicação

De acordo com os estudos linguísticos, existem seis elementos de comunicação que estão presentes em todos os atos comunicativos.

Quando não há um desses elementos, ou quando são mal utilizados, é dito que ocorre um ruído na comunicação, ou seja, a

comunicação acaba não sendo bem-sucedida.

Conhecer esses elementos pode garantir o bom uso deles. Tais elementos são:

- **Emissor (ou locutor):** é aquele que elabora a mensagem, ou seja, quem diz. Função de comunicação predominante é a *emotiva* ou *expressiva*.

- **Receptor (ou interlocutor):** é pessoa a quem a mensagem se direciona, isto é, por quem ela é captada. Função de comunicação predominante é a *conativa* ou *apelativa*.

- **Mensagem:** é o texto, a estrutura textual, informação codificada, seja verbal ou não verbal. Função de comunicação predominante é a *poética* ou *estética*.

- **Referente (ou contexto):** trata-se do assunto que perpassa o ato comunicativo, sobre aquilo que a mensagem diz. Função de comunicação predominante é a *referencial*.

- **Canal (ou veículo):** diz respeito ao meio pelo qual a mensagem é divulgada, seu veículo condutor. Por exemplo, um jornal pode ser um canal para a transmissão de uma notícia. Função de comunicação predominante é a *fática*.

- **Código:** é a maneira como a mensagem está organizada, um conjunto de sinais organizados de modo que tanto o locutor quanto o interlocutor conheçam e tenham acesso (por exemplo, fala [sons], escrita). Função de comunicação predominante é a *metalinguística*.

Questões

01. (SEDU/ES - Professor Ensino Fundamental e Médio - FCC/2022) Para responder à questão, baseie-se nas quatro estrofes abaixo, extraídas do poema “Graciliano Ramos:”, de João Cabral de Melo Neto. O poema é um tributo ao autor de Vidas secas, com cuja linguagem João Cabral se mostra bastante identificado.

Graciliano Ramos:

Falo somente com o que falo:

com as mesmas vinte palavras
girando ao redor do sol
que as limpa do que não é faca
[...]

Falo somente do que falo:
do seco e de suas paisagens,
Nordestes, debaixo de um sol
ali do mais quente vinagre
[...]

Falo somente por quem falo:
por quem existe nesses climas
condicionados pelo sol,
pelo gavião e outras rapinas
[...]

Falo somente para quem falo:
quem padece sono de morto
e precisa um despertador
acre, como o sol sobre o olho

Considerando-se o consagrado quadro linguístico das funções da linguagem, verifica-se que, nesse poema, a função

(A) poética ocorre por conta da regionalização e do caráter oral desse discurso.

(B) referencial apura-se pela invocação do destinatário, que precisa ser despertado.

(C) conativa representa-se no emprego abusivo de metáforas e metonímias.

(D) metalinguística é reconhecida na tematização explícita da fala em curso.

(E) emotiva transparece na dissolução do ritmo e na irregularidade da versificação.

02. (TJ/MS - Analista Judiciário - FGV/2022) A linguagem tem múltiplas funções; a frase abaixo em que a função da linguagem empregada é a de abordar a própria linguagem (metalinguagem) é:

(A) Para salvar seu crédito, você deve esconder a sua ruína;

(B) Colhe as rosas enquanto estão vivas; amanhã, já não estarão como hoje;

(C) Em geral, logo que uma coisa se torna útil deixa de ser bela;

(D) Se você tiver que ser atropelado por um carro, é melhor que seja por uma Ferrari;

(E) O não produz inimigos; o sim, falsos amigos.

03. (UERJ - Engenheiro Civil - CEPUERJ/2021)

Texto II: Catar feijão

João Cabral de Melo Neto

1. Catar feijão se limita com escrever: joga-se os grãos na água do algarido e as palavras na folha de papel; e depois, joga-se fora o que boiar. Certo, toda palavra boiará no papel, água congelada, por chumbo seu verbo: pois para catar esse feijão, soprar nele, e jogar fora o leve e oco, palha e eco.

2. Ora, nesse catar feijão entra um risco: o de que entre os grãos pesados entre um grão qualquer, pedra ou indigesto, um grão imastigável, de quebrar dente. Certo não, quando ao catar palavras: a pedra dá à frase seu grão mais vivo: obstrui a leitura fluvial, flutua, açula a atenção, isca-a como o risco.

Fonte: <https://www.recantodasletras.com.br>

No Texto II, a função de comunicação predominante é a metalinguística. Portanto, pode-se afirmar que o elemento da comunicação mais valorizado é:

- (A) canal
- (B) código
- (C) emissor
- (D) mensagem

Gabarito

01. D - 02. E - 03.B

**LINGÜÍSTICA: VARIAÇÃO
LINGÜÍSTICA, NORMA
LINGÜÍSTICA.**

Língua e Linguagem

Língua é um sistema de códigos usado para facilitar o entendimento entre os elementos de um grupo social. Já a linguagem é individual e flexível e pode variar. A maneira de articular as palavras,

organizá-las na frase, no texto, determina nossa linguagem, nosso estilo.

As inovações linguísticas, criadas pelo falante, provocam, com o decorrer do tempo, mudanças na estrutura da língua, que só as incorpora muito lentamente, depois de aceitas por todo o grupo social. Muitas novidades criadas na linguagem não vingam na língua e caem em desuso.

Heterogeneidade

A língua não é utilizada por todos da mesma maneira, sobretudo considerando o Brasil, um país de vasta extensão e de cultura diversa.

O uso da língua varia de acordo com a época, com a região, com a classe social, entre outros fatores.

Não existe uma variação melhor que a outra. O que existe são situações nas quais uma variante é mais adequada que outra. Por exemplo, em ambientes mais formais, é muito mais interessante utilizar a norma-padrão da língua. Já em conversas com amigos e familiares, descontraídas, nada impede que se faça uso de uma variação mais livre, menos rígida gramaticalmente.

Uma língua é uma ferramenta para a comunicação. Para haver um entendimento entre todos, é interessante existir uma regra, uma norma-padrão. Essa norma segue as regras gramaticais, e isso garante que uma mesma língua seja compreendida e ensinada a diversas pessoas. Já pensou que bagunça seria se não houvesse uma regra geral?

Mas, como cada pessoa é diferente uma da outra e as culturas são diversas, essa mesma língua apresenta variações, que podem ocorrer:

- **Em nível fonológico:** na maneira em que as palavras são pronunciadas. No interior de vários estados, como São Paulo, muitas pessoas puxam o *r*, que seria uma maneira de falar “caipira. No Rio de Janeiro, é comum as pessoas falarem com o *s* chiado.

- **Em nível morfossintático:** é comum observar pessoas conjugando verbos irregulares como se fossem regulares, ou

até mesmo realizando uma conjugação “errada”, que não segue a norma-padrão. *Manteu*, ao invés de *manteve*. A variação ocorre também na regência, como falar *eu lhe vi* ao invés de *eu o vi*.

- **Em nível vocabular:** dependendo da região, uma determinada palavra é utilizada para designar certo conceito. Em São Paulo é comum falar *menino*, já no Rio Grande do Sul, *guri* é mais utilizado. Também existem as formas *moleque*, *garoto*, *piá*.

Dialeto

Trata-se de uma variedade da língua, de uma maneira de falar própria de determinado grupo de falantes da língua. Pode-se identificar um dialeto nas peculiaridades de pronúncia, de vocabulário e de gramática. A nível dialetal, a variação pode ocorrer:

- **Historicamente:**⁴ como a língua é dinâmica, é comum que ao longo do tempo ela sofra variação e deixe de usar e ou incorpore algumas palavras:

“Antigamente, as moças chamavam-se mademoiselles e eram todas mimosas e muito prendadas. Não faziam anos: completavam primaveras, em geral dezoito. Os janotas, mesmo sendo rapagões, faziam-lhes pé-de-alferes, arrastando a asa, mas ficavam longos meses debaixo do balaio.” (Carlos Drummond de Andrade)

- **Regionalmente:** muitas regiões do país são marcadas por dialetos próprios, maneiras de falar próprias de cada região.

- **Socialmente:** diferentes grupos sociais e classes sociais também apresentam maneiras distintas de falar, e isso pode ocorrer em um espaço físico mais reduzido, como em uma grande cidade, onde há diversos grupos sociais distintos.

- **Pela faixa etária:** os jovens, sobretudo, apresentam maneiras particulares de falar. É comum adultos não compreenderem as conversas de adolescentes, por utilizarem palavras de uso restrito em seus grupos etários.

- **Pela profissão:** há maneiras distintas de falar de acordo com profissões diferentes. Por exemplo, existe o linguajar médico, que apresenta muitos tecnicismos da profissão.

- **Situacional (estilística):** Ocorre de acordo com o contexto ou situação em que acontece o processo comunicativo. Exemplo:

Fala, cara! Beleza? (linguagem informal)

Bom dia! Tudo bem com você? (linguagem formal)

Registro

O registro da língua é a forma escrita. O grau de formalismo está relacionado ao quanto o registre segue as normas gramaticais. Escrever de maneira formal é escrever seguindo todas as regras da gramática, adequando a linguagem à situação. Escrever de maneira informal não necessariamente quer dizer escrever errado, sem seguir regras. Mas é não ter uma preocupação com a adequação situacional e ser mais flexível, menos formal.

Língua escrita e língua oral

⁵As modalidades oral e escrita são universos específicos de linguagem e, sendo assim, apresentam características próprias.

A modalidade escrita parece se dirigir ao espaço da totalidade, do distanciamento máximo entre produtor e interlocutor, enquanto a oralidade pressupõe um envolvimento maior entre os falantes. Todavia, essa configuração nem sempre se concretiza.

Ao escrever, é possível impedir que o leitor interfira diretamente no texto. Indiretamente, contudo essa intervenção acaba por ocorrer, já que, continuamente, a escrita é ajustada à imagem que é feita dele, prevendo possíveis perguntas que ele poderia fazer – e tentando respondê-las.

Dessa maneira, a presença desse leitor virtual requer de quem escreve um esforço

⁴<https://bit.ly/3HNN1wz>

⁵<https://bit.ly/3Xt5ioK>

de elaboração e precisão, levando o texto escrito para um certo grau de completude e preenchimento, refletidos no vocabulário apurado, no rigor gramatical, na obediência à norma culta, na objetividade e clareza de ideias, na eliminação de ambiguidades.

Por outro lado, na oralidade, a relação estabelecida o interlocutor é direta, traduzida em um processo de dialogação, capaz de ainda contar com diversos recursos extralinguísticos, como gestos, expressões faciais, entonação, postura, que facilitarão a transmissão de ideias, emoções e possibilitarão refazer a mensagem, caso esta não seja assimilada ou bem interpretada.

Nas as modalidades (oral e escrita), espera-se que a comunicação seja efetiva e consiga, de fato, se realizar pelo contínuo ajustamento de linguagem que o emissor da mensagem realiza com relação ao seu destinatário.

Na língua escrita existem mais exigências, no que diz respeito às regras da gramática normativa. Isso ocorre pois, ao falar, as pessoas podem ainda recorrer a outros recursos para que a comunicação ocorra – pode-se pedir que se repita o que foi dito, há os gestos, etc.

Já na linguagem escrita, a interação é mais complicada, o que faz necessário assegurar que o texto escrito dê conta da comunicação.

⁶A escrita não reflete a fala individual de ninguém e de nenhum grupo social. Por tal razão, a fala e a escrita requerem conhecimentos distintos. A maioria de nós, brasileiros, falamos, por exemplo, "A gente teve lá". O português na variante padrão exige, porém, que se escreva assim: "Nós estivemos lá". Essas diferenças criam muitos conflitos.

Sem falar que existe uma segunda diferenciação que acontece entre a linguagem formal e coloquial. Dependendo do ambiente em que o indivíduo se encontra, ele fará uso a linguagem coloquial, formal ou informal e essa

diferença de tratamento é parte da variação estilística.

Os mais jovens, geralmente, fazem uso de um dialeto que se contrasta bastante com o utilizado pelas pessoas mais idosas. Enquanto os jovens costumam absorver com maior velocidade as novidades, incorporando a todo tempo novas palavras à sua linguagem informal, os mais velhos tendem a ser mais "conservadores".

Essa falta de conservadorismo característica no dialeto dos jovens costuma implicar mudanças na língua. Algumas gírias utilizadas por jovens da década de setenta, porém, não entraram na língua.

Uma das características da oralidade é o apagamento de preposições no uso de verbos que, de acordo com a norma, exigem essas preposições. Muitas vezes, essa marca de oralidade é trazida para o texto escrito, como se pôde observar na passagem "Móveis e objetos acomodados de forma a reforçar aquilo que você acredita?".

Note o "que", pronome relativo. Quem acredita, acredita "em" algo (é preciso a preposição "em"); essa preposição deve vir antes do "que".

"Móveis e objetos acomodados de forma a reforçar aquilo **em** que você acredita?".

Fala:

- Espontânea;
- Hereditária;
- Fonética (som);
- Informal;
- Presença do interlocutor;
- Dinâmica(variável).

Escrita:

- Obediência às normas gramaticais;
- Adquirida;
- Ortográfica (grafia);
- Formal;
- Ausência do interlocutor;
- Estática (Invariável).

⁶<https://bit.ly/3H0D2o2>

Níveis de Linguagem

São as variações no uso da língua que ocorrem por conta das diversas situações sociais nas quais estamos.

Existem os níveis: **popular ou coloquial; culto ou padrão; gírias; regional; e com falhas gramaticais (vulgar).**

Linguagem Popular e Linguagem Culta

A língua falada e a escrita podem valer-se tanto da linguagem popular quanto da linguagem culta. Obviamente a linguagem popular é mais usada na fala, nas expressões orais cotidianas. Porém, nada impede que ela esteja presente em poesias, contos, crônicas e romances em que o diálogo é usado para representar a língua falada.

A linguagem informal, ou registro informal, é empregada quando há familiaridade entre os interlocutores da comunicação ou em situações mais descontraídas. É marcada por um vocabulário mais simples, com uso de expressões populares, gírias, palavras abreviadas, sem preocupação em se apegar às normas gramaticais. É uma linguagem mais espontânea.

A Linguagem Popular ou Coloquial

É aquela usada espontânea e fluentemente pelo povo, e é carregada de vícios de linguagem (solecismo – erros de regência e concordância; barbarismo – erros de pronúncia, grafia e flexão; ambiguidade; cacofonia; pleonismo), expressões vulgares, gírias e preferência pela coordenação, que ressalta o caráter oral e popular da língua. A linguagem popular está presente nas conversas familiares ou entre amigos, anedotas, irradiação de esportes, programas de TV e auditório, novelas, na expressão dos estados emocionais etc.

Cê=você; tô=estou; tá=está;
tava=estava; pra=para; busão=ônibus.

Temos o uso coloquial de um verbo, por exemplo, na frase “Cerca de 70 empresas toparam entrar no estudo”.

“E aí, topa de ir ali comigo?”. É comum falar assim com amigos, mas note que o “e aí” e o “topa” são gírias. O “topa” possui valor de “aceitar, concordar”, é uma fala informal, não é a maneira de se falar, por exemplo, em uma entrevista de emprego.

A Linguagem Culta ou Padrão

É a linguagem ensinada nas escolas e serve de veículo às ciências em que se apresenta com terminologia especial. Caracteriza-se pela obediência às normas gramaticais. Mais comumente usada na linguagem escrita e literária, reflete prestígio cultural. É mais artificial, mais estável, menos sujeita a variações. Está presente nas aulas, conferências, sermões, discursos políticos, comunicações científicas, noticiários de TV, programas culturais etc.

Gíria

A gíria é criada por determinados grupos que divulgam o palavreado para outros grupos até chegar à mídia. Os meios de comunicação de massa, como a televisão e o rádio, propagam os novos vocábulos, às vezes, também inventam alguns. A gíria que circula pode aca - bar incorporada pela língua oficial, permanecer no vocabulário de pequenos grupos ou cair em desuso.

Ex.: “chutar o pau da barraca”, “viajar na maionese”, “delirar na goiabada”, “pirar na batatinha”, “galera”, “mina”, “chuchuzinho”, “tipo assim”, “crush”, “rolê”.

Linguagem Regional

Regionalismos são variações geográficas do uso da língua padrão, quanto às construções gramaticais e empregos de certas palavras e expressões. Há, no Brasil, por exemplo, os falares amazônicos, nordestino, baiano, fluminense, mineiro, sulino.

Em alguns lugares o comum é falar *pão francês*, já em outros, como na região Sul,

esse tipo de pão pode ser conhecido como *cacetinho*.

Linguagem com falhas gramaticais

Digamos que seja o oposto da forma culta. As regras gramaticais acabam sendo ignoradas, podendo demonstrar uma falta de instrução formal do interlocutor, um baixo nível de escolaridade. Geralmente não ocorre concordância nominal ou verbal.

Ainda que as regras da gramática normativa não sejam totalmente respeitadas, os falantes conseguem se entender, pois a estrutura sintática ainda permanece. Mesmo sem instrução formal, aprendemos a falar e a se comunicar. Já chegamos à escola sabendo isso. Mas na escola vamos estudar a norma-padrão e suas regras, pois é o local onde esse tipo de aprendizado deve ser adquirido.

Exemplos: *A gente vamos; Nós vai; Eu truce os menino*.

Como vemos nos exemplos, há muitas falhas de concordância, ou flexão dos verbos.

As pessoas não falam assim porque querem, e sim por desconhecerem as normas da língua culta, da norma-padrão. Isso indica que tiveram uma escolarização precária, ou mesmo nenhuma. Demonstra que precisamos valorizar a Educação e melhorá-la muito.

Linguagem Técnica/Científica

⁷É um tipo de linguagem utilizada geralmente em nichos específicos de estudo ou áreas correlatas. Ela possui como objetivo fazer uso de termos específicos para definir processos e causas com a finalidade de objetivar de maneira clara o contexto por meio de um significado.

O direito, a engenharia, a medicina e todos os outros cursos de estudo que existem contam com uma linguagem técnica específica para abordar assuntos subjetivos da área.

⁸A linguagem técnica e científica é uma modalidade de linguagem que se aproxima do nível culto. Pauta-se no uso da linguagem que se apoia também na gramaticalidade para transmitir a ideia de precisão, de neutralidade.

As palavras utilizadas na linguagem técnica, que por vezes, são as mesmas que as utilizadas na linguagem comum, mas no trabalho científico devem ser empregadas em um sentido preciso, ora, ainda, em sentido estritamente técnico.

Preconceito linguístico

⁹Uma pessoa pode receber avaliações negativas por conta da língua que fala ou do modo como fala sua língua.

O preconceito linguístico é resultado da comparação indevida entre o modelo idealizado de língua presente nas gramáticas normativas e nos dicionários e os modos de falar reais das pessoas que vivem na sociedade, modos de falar que são muitos e bem diferentes entre si.

A língua idealizada é baseada na literatura consagrada, nas opções subjetivas dos próprios gramáticos e dicionaristas, nas regras da gramática latina, etc. No Brasil, a língua idealizada tem um outro fator, que é o português europeu do século XIX. Tudo isso torna quase que impossível que alguém escreva e, sobretudo, fale de acordo essas regras normativas, já que descrevem e prescrevem uma língua artificial, ultrapassada, que não reflete os usos reais do público atual, seja no Brasil, seja em Portugal, ou em qualquer outro lugar do mundo onde a língua é falada.

A principal fonte de preconceito linguístico no Brasil está na comparação que as pessoas da classe média urbana das regiões mais desenvolvidas realizam entre sua maneira de falar e a maneira de falar das pessoas de outras classes sociais e das outras regiões.

Tal preconceito é baseado em dois rótulos: o “errado” e o “feio” que, mesmo

⁷<https://bit.ly/3zwX1oJ>

⁸<https://bit.ly/3zCqQ1S>

⁹<https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/preconc>

sem nenhum fundamento real, estão solidificados como estereótipos. Analisando com mais calma, vemos que o que está em jogo no preconceito linguístico não é a língua, uma vez que a maneira de falar é somente um pretexto para discriminar um indivíduo ou um grupo social por suas características socioculturais e socioeconômicas: gênero, raça, classe social, grau de instrução, nível de renda etc.

A escola tem sido, há muito tempo, a principal agência de manutenção e difusão do preconceito linguístico e de outras formas de discriminação. Uma formação docente adequada, baseada nos avanços das ciências da linguagem, que visa a criação de uma sociedade democrática e igualitária, é um passo relevante na crítica e na desconstrução desse círculo vicioso.

Questões

01. (Prefeitura de Costa Marques - Microscopista - IBADE/2022)

A ARTE DE ESCUTAR BONITO

Mirian Goldenberg - Antropóloga e professora da UFRJ

Desde que a pandemia começou, tive (e continuo tendo) várias fases de depressão, pânico, ansiedade, desespero, tristeza e desesperança. Ainda não consegui encontrar uma saída da concha ou da caverna escura em que me escondi nos últimos dois anos.

Foram os meus amigos e os meus livros que me ajudaram a sobreviver física e emocionalmente nos piores momentos. Decidi relembrar aqui algumas lições que aprendi em meio a essa tragédia para ajudar quem está precisando de um colete salva vidas ou de um abraço carinhoso, como eu ainda preciso.

Viktor Frankl me desafiou a construir uma vida com significado. Apesar das circunstâncias dramáticas, ninguém pode destruir a liberdade que temos de escolher a melhor atitude para enfrentar o sofrimento

inevitável. Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre me mostraram que não importa o que a vida fez de nós: o que importa é o que fazemos com o que a vida fez de nós, quais são os nossos propósitos e projetos de vida.

Epicteto me mostrou que a nossa felicidade e liberdade começam com a compreensão de um princípio básico: algumas coisas estão sob nosso controle e outras, não. Devemos sempre fazer o máximo e o melhor que estiver ao nosso alcance. Cada obstáculo pode ser encarado como uma oportunidade para descobrirmos a nossa coragem desconhecida e para encontrarmos o nosso potencial escondido. As provações que suportamos podem revelar quais são as nossas forças e fraquezas. [...]

Clarice Lispector me mostrou que os nossos piores defeitos podem estar sustentando o edifício inteiro. Ao aceitar as nossas limitações, em vez de lutar contra elas, a gente se torna livre. Com Clarice, desisti de lutar contra as minhas angústias, ansiedades, inseguranças, vergonhas, culpas, obsessões, medos e tristezas, e passei a olhar com mais carinho para a Olívia Palito que se escondia no armário para fugir da violência, gritos e surras do pai e irmãos.

A minha história familiar me tornou a mulher que escreve compulsivamente para, como Clarice, salvar as vidas dos meus amores e salvar a minha própria vida. Quem eu seria hoje se não tivesse sobrevivido como uma formiguinha com medo de ser esmagada?

Rubem Alves me revelou que ostras felizes não fazem pérolas: é a ostra triste que, para se proteger do grão de areia que machuca, produz as mais belas pérolas. Ele também me ensinou "a arte de escutar bonito", uma arte que só valorizamos em meio ao sofrimento, dor e angústia existencial.

Já contei aqui que o meu maior arrependimento é não ter aprendido a "escutar bonito" meus pais para compreender melhor a minha própria história. Tento compensar esse vazio

existencial "escutando bonito" meus amigos nonagenários. [...]

Meu melhor amigo Guedes, de 98 anos, me ensinou: "Tem que ter coragem, Mirian, coragem". Ele nunca me deixa desistir quando me sinto impotente, apavorada e sem força para continuar. Sem ele, eu não teria conseguido enfrentar a depressão, o desespero e o pânico que senti em vários momentos.

Todos os dias às 18h30, desde o primeiro dia da pandemia, ele telefona para mim: conversamos, rimos, lemos, cantamos, brincamos com as palavras e aprendemos juntos a "escutar bonito". A nossa amizade é o mais belo presente que ganhei da vida, um tesouro que nenhum egoísta, vampiro ou odiador de plantão conseguirá destruir.

São essas pequenas doses de amor que me dão coragem para continuar escrevendo, estudando e escutando bonito. São essas pequenas epifanias que me socorrem nos momentos em que, como escreveu Clarice, eu acho que tudo o que eu faço com tanta paixão "é pouco, é muito pouco".

Adaptado <https://www1.folha.uol.com.br>

Ao aceitar as nossas limitações, em vez de lutar contra elas, a gente se torna livre.”
5º§

A expressão sublinhada nessa frase é característica da linguagem:

- (A) formal.
- (B) acadêmica.
- (C) coloquial.
- (D) prolixa.
- (E) jurídica.

02. (Prefeitura de Palhoça - Professor de Anos Finais - IESES/2022) São as variedades linguísticas comumente usadas no passado, mas que caíram em desuso. São percebidas por meio dos arcaísmos – palavras ou expressões que caíram em desuso no decorrer do tempo. Essas variedades são normalmente encontradas em textos literários, músicas ou documentos antigos. Trata-se das:

- (A) Variedades estilísticas.
- (B) Variedades históricas.

- (C) Variedades regionais.
- (D) Variedades sociais.

Gabarito

01. C - 02. B

Gêneros e Tipologias textuais;

TIPOLOGIA TEXTUAL

As tipologias textuais são fundamentais para a leitura e produção de textos. Elas designam uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística predominante em sua composição.

Diferente daquilo que ocorre com os gêneros textuais, as tipologias apresentam propriedades linguísticas intrínsecas, como o vocabulário, relações lógicas, tempos verbais, construções frasais e outras características que definem os gêneros.

Os tipos de texto são estruturas mais ou menos fixas, padrões que servem para a escrita de diversos gêneros textuais. Enquanto os gêneros podem se modificar e novos podem aparecer, os tipos textuais não se modificam tanto assim, sem falar que é difícil pensar no surgimento de novos tipos.

Desse modo, um único texto pode apresentar características de mais de um tipo textual, pois estamos falando sobre a estrutura de escrita, e um texto pode ser construído de diversas maneiras. Um romance, por exemplo, apresenta narração, descrição, e pode apresentar argumentação e exposição. Pode haver um tipo predominante, mas pode haver também a estrutura de outros tipos textuais.

Há cinco tipos textuais, ou tipos de textos.

TEXTO NARRATIVO

Possui, como principal característica, uma narração, ou seja, esse tipo de texto conta uma história, ficcional ou não,

geralmente contextualizada em um tempo e espaço, nos quais transitam personagens.

Conta, um fato que pode ser verídico ou fictício. Pode ser em primeira ou terceira pessoa.

Os gêneros textuais que mais se apropriam do texto narrativo são: romances, contos, crônicas, biografias, etc.

Podemos dividir o esquema narrativo pode em:

- apresentação: apresenta uma situação estável;
- complicação: uma força perturbadora, que instaura um desequilíbrio;
- clímax: o auge da narrativa, que determina o final;
- desfecho: retoma o equilíbrio.

Basta pensar em um conto, no qual o narrador, tanto em primeira ou terceira pessoa, narra uma história com personagens e seus feitos. Há um começo, um meio e um fim.

Nesse tipo de texto, os tempos verbais mais empregados são o pretérito perfeito, o pretérito imperfeito e o pretérito mais-que-perfeito do indicativo.

Os textos narrativos aparecem mais em livros de ficção, romances, contos e novelas. Podem aparecer em jornais também, no caso das crônicas. Mas é possível narrar uma história de maneira oral também.

Um texto narrativo possui os seguintes elementos: o fato (aquilo que vai ser narrado); o tempo (que pode ser cronológico ou psicológico); o cenário (o local no qual o fato ocorre ou ocorreu); o enredo (os eventos apresentados em sequência); e o foco narrativo (que é a perspectiva da narração, o ponto de vista do narrador).

Enredo: é no enredo que acontece a elaboração da sucessão dos acontecimentos e fatos dentro da narrativa. É ele que compõe a história.

O enredo segue uma determinada estrutura:

- *Apresentação* (com a apresentação dos personagens, do tempo e do espaço da

narrativa, situando o leitor dentro da história, para que ele consiga acompanhar seu desenvolvimento sem ficar “perdido”.

- *Complicação* (fato que trará um novo rumo para a história, um conflito, algo a ser resolvido).

- *Clímax* (é aonde a narrativa pretende chegar, o ponto alto da história, tudo foi desenvolvido para chegar a esse momento tão esperado, como, por exemplo, a revelação de um grande segredo que foi sendo desenvolvido no decorrer da narrativa).

- *Desfecho* (é como a complicação foi resolvida, com a história chegando ao final, podendo ser um final fechado em definitivo, ou em aberto, com pontas soltas, que deixam o leitor imaginando situações ou podendo ser uma ponta para uma sequência, como ocorre em séries de TV, por exemplo, o final de uma temporada tem um desfecho em aberto, que prende o público para a próxima temporada, deixando todos curiosos).

Esse é o padrão básico do enredo. Mas há narrativas que não o seguem à risca. Alguns autores gostam de criar novos estilos e podem, por exemplo, começar a contar uma história do final, para depois explicar tudo. Ou pode se valer de flashbacks, voltando no tempo, não seguindo uma linha cronológica estável. Há narrativas lineares, que seguem uma linha reta, e outras não lineares, que dão voltas no tempo.

Tempo: trata-se do momento no qual a história acontece. O tempo cronológico acontece em uma data cronológica, como, por exemplo, tal história ocorreu em 1950, em determinado mês e dia. O tempo psicológico é o tempo que ocorre dentro da mente de um personagem, quando ele relembra ou narra fatos já ocorridos em sua vida. Os personagens podem estar fisicamente em 1950, mas um personagem pode estar pensando em 1930, com fatos desse tempo. É mais ou menos como quando estamos distraídos: estamos de fato no momento presente, mas nossa mente está longe, pensando em uma outra coisa, talvez

no dia anterior, na semana passada, ou quando um fato nos faz lembrar de nossa infância, por exemplo.

Personagem: são os indivíduos que estão presentes na história, que agem dentro da narrativa. O narrador relata a respeito deles, podendo demonstrar seus sentimentos, vontades, pensamentos, etc. Eles interagem entre si, conversando, se encontrando, de diversos modos.

Há personagens principais, que são os protagonistas das histórias, e os secundários, que, apesar de não serem o foco central da narração, são importantes para dar andamento ao enredo, para a sua construção. Há também os antagonistas, ou vilões, que são personagens também principais, mas que estão contra os protagonistas, pois possuem outros desejos e outros entendimentos sobre o mundo construído pela história. O encontro do protagonista com o antagonista geralmente resulta em embates, conflitos.

Alguns personagens secundários podem funcionar como composição do cenário.

Espaço: é o local no qual a narrativa se passa. Quando o espaço é físico, trata-se de uma cidade, um país, ou seja, um local físico, concreto. Já o espaço psicológico ocorre dentro da mente de um personagem. Muitas narrativas usam o fluxo de consciência, que é narrar aquilo que se passa dentro da mente do personagem. Então, ao invés de narrar aquilo que se passa no espaço físico, o narrador relata aquilo que está se passando dentro da cabeça do personagem.

Foco Narrativo

Esse elemento dos textos narrativos é o determinador do tipo de narrador presente no texto. O foco narrativo vai ser determinado de acordo com as intenções do autor, por qual modo ele deseja contar sua história.

Narrador Personagem

Quando o narrador também é personagem, ele participa da história de

algum modo, não está meramente narrando a história, também se inclui nela.

Quando o narrador também é o personagem principal da história, temos o **narrador protagonista**. Quando o narrador é somente um personagem secundário, temos o **narrador testemunha**. O narrador protagonista conta uma história na qual é o personagem principal, uma história sobre si. O narrador testemunha faz parte da história, mas o foco da narrativa não é sobre seu personagem, e sim de outro.

Caso haja apenas um narrador personagem, o texto se dá em 1ª pessoa do singular: eu fiz, eu fui, eu falei. Caso haja mais de um narrador personagem, o texto é escrito na 1ª pessoa do plural: nós fizemos, nós fomos, nos falamos.

Os textos com esse tipo de narrador são marcados pela subjetividade, pois relatam a partir da visão do eu, demonstrando as opiniões e emoções do narrador.

Por ser uma visão do eu, é um relato parcial da história, já que o personagem narrador não pode saber a respeito de tudo e de todos. Só pode narrar aquilo que sabe, a partir de seu ângulo.

Narrador Observador

Os textos com um narrador observador são escritos em 3ª pessoa: ele fez, eles fizeram, ele foi, eles foram.

O narrador é observador porque conhece a história que está narrando. Digamos que ele tenha observado a história e está narrando a partir daquilo que observou. O narrador não está participando da história, não é um personagem.

Narrador Onisciente

Alguém onisciente é uma pessoa que sabe de tudo, nada foge de sua percepção. O narrador onisciente conhece toda a história que está narrando, assim como tudo a respeito dos personagens, como seus pensamentos, sentimentos, passado, presente e futuro. A narração pode ocorrer tanto em 1ª pessoa quanto em 3ª.

Esse narrador pode ser neutro, caso apenas narre a história sem tomar partidos ou apresentar opiniões sobre aquilo que narra, de modo objetivo e direto. Ou ele pode ser intruso, quando apresenta digressões sobre fatos ou personagens, isto é, sua opinião, juízos de valor.

A narração impessoal é aquela em que o narrador não se envolve emocionalmente com os personagens.

A narração subjetiva é aquela realizada de maneira mais impessoal e direta, geralmente em 3ª pessoa, mas pode ser em 1ª.

TEXTO DISSERTATIVO

O texto dissertativo, ou dissertativo-argumentativo, é um texto opinativo, ou seja, apresenta ideias que são desenvolvidas por meio de estratégias argumentativas, visando convencer o interlocutor. Os gêneros que mais fazem uso da estrutura dissertativa são: ensaio, carta argumentativa, dissertação, editorial, etc.

A argumentação deve ser coerente e consistente, expor os fatos, refletir sobre questão, apresentando justificativas.

O tempo verbal mais utilizado nesse tipo textual é o presente do indicativo, uma vez que aborda um assunto presente no contexto comunicativo no qual o enunciador está situado.

É um tipo de texto bastante comum no meio acadêmico, pois teses e dissertações desenvolvem ideias que são desenvolvidas com argumentos baseados em teóricos, em pesquisas, etc. Pode aparecer em jornais também, quando o editorial defende um ponto de vista sobre determinado assunto.

A dissertação expositiva é um tipo de texto em que se expõem as ideias ou pontos de vista.

TEXTO EXPOSITIVO

Seu objetivo é apresentar informações a cerca de um objeto ou fato específico, enumerando suas características por meio de uma linguagem clara. É muito

importante que o texto expositivo apresente dados verdadeiros e comprováveis.

O texto expositivo dará preferência ao conteúdo, em detrimento da mensagem. Por isso a linguagem empregada precisa ser acessível e, até mesmo, impessoal, buscando a neutralidade, ou impessoalidade.

Diferente do texto dissertativo, onde há argumentos sobre um tema, o texto expositivo irá expor informações sobre o tema, sem fazer juízo de valor, ou seja, sem apresentar argumentos.

Os gêneros que mais se apropriam dessa estrutura são: reportagem, resumo, fichamento, artigo científico, etc.

O tipo expositivo está bastante presente em jornais, por exemplo. Uma notícia expõe fatos sem apresentar pessoalidade. São apenas os fatos ocorridos que estão na notícia, não uma opinião. Resumos de artigos também são exemplos, pois expõem sobre o que o artigo irá falar.

O texto expositivo informativo visa a apresentação de um tema, buscando informar o leitor sobre dados importantes acerca dele. Nesse sentido, tais textos possuem caráter explicativo e, diversas vezes, descritivo, buscando instruir o leitor por meio da exposição e explicação de novas informações.

O texto expositivo argumentativo tem como segunda característica predominante o caráter argumentativo. Assim, além de apresentar informações a respeito de determinado assunto, o autor também visa defender um posicionamento, isto é, expor uma opinião embasada em argumentos sólidos. Por essa razão, esse tipo de texto expositivo possui o objetivo de informar e convencer o leitor.

TEXTO DESCRITIVO

A finalidade desse tipo textual é descrever, objetivamente ou subjetivamente, coisas, lugares, seres, pessoas ou situações. Consiste na exposição das propriedades, qualidades e características, oferecendo ao leitor a

possibilidade de visualização daquilo que está sendo apresentado (descrito).

Os gêneros que mais se apropriam dessa estrutura são: laudo, relatório, ata, guia de viagem, etc. Sem falar nos textos literários, já que os autores descrevem os cenários, as personagens, etc.

O tipo descritivo está presente em diversos gêneros. Até mesmo uma notícia pode, em algum momento, apresentar uma descrição, do ambiente de onde o fato ocorreu, por exemplo.

A descrição impessoal é aquela que apresenta o objeto de forma concreta, visando aproximar-se da realidade e deixar de lado a impressão do autor.

A descrição subjetiva acontece quando existe emoção por parte de quem escreve, é algo pessoal, o objeto é descrito da maneira que ele é visto e sentido.

TEXTO INJUNTIVO

Esse tipo de texto é utilizado para passar instruções ao interlocutor, empregando verbos no imperativo para atingir seu objetivo. O autor escreve a informação se referindo a algo a ser feito ou a como deve ser feito.

Esse tipo está mais presente nos gêneros que: manual de instruções, receitas culinárias, bulas, regulamentos, editais, etc.

Uma receita apresenta verbos no imperativo, para indicar o que deve ser feito, cada passo a ser tomado para se chegar a um determinado fim de maneira correta.

TEXTO DIALOGAL

Muitos autores também colocam o texto dialogal como um tipo textual.

Também conhecido como texto conversacional, é constituído por uma sequência de falas de dois ou mais interlocutores que trocam ideias, realizam perguntas e apresentam respostas.

Trata-se de um diálogo. Apresenta, normalmente, três partes: uma abertura (saudação inicial), uma interação (troca de falas entre os interlocutores) e o fechamento.

Algumas marcas desse tipo de texto, na escrita, são o emprego de um verbo introdutor, de dois pontos (:) e de falas que iniciam por travessão (—), ou aspas (“”).

Na abertura, há uma apresentação da situação do diálogo, onde se passa, quem são os interlocutores. A interação é a situação na qual os interlocutores interagem por meio de diálogos. O fechamento o fim, o que ocorreu após essa interação, após o fim do diálogo.

É importante lembrar que este tipo textual é uma narração em uma categoria própria, com uma relação de pergunta-resposta que segue uma sequência lógica.

Questões

01. (EMDUR - Técnico em Segurança do Trabalho - FAU/2022)

Bombeiro que atuou na busca de mulher dada como morta, mas que apareceu viva horas depois revela: 'nunca vi algo semelhante'.

"Em 20 anos de profissão, nunca vi algo semelhante", afirma o 3º sargento de Polícia Militar Soniel, de 49 anos, que atuou nas buscas pela esteticista Priscilla Pereira da Silva, de 46, que ficou desaparecida por quase 9h na última terça-feira (17) no mar em Peruíbe, no litoral de São Paulo. Ela chegou a ser dada como morta por familiares e amigos. Em entrevista exclusiva, o sargento do Corpo de Bombeiros confessou que nunca havia vivenciado situação semelhante à que foi protagonizada pela esteticista.

Soniel conta que o grupo de salvamento, formado por seis oficiais, começou o trabalho de buscas por volta das 8h, na Praia do Guaraú. A mulher, no entanto, foi encontrada longe do mar, mais precisamente na beira da estrada, por volta das 16h. Foi uma colega confeiteira quem a resgatou. Segundo o sargento, durante os trabalhos de buscas, a sobrevivente chegou a ser avistada na "Toca do Índio", praia que, segundo ele, fica a aproximadamente três

quilômetros da Praia do Guaraú [por mar]. O profissional também contou que socorristas chegaram a utilizar motos aquáticas para procurar a vítima, mas não adiantou.

Soniel explica que os bombeiros costumam navegar quase 300 metros ao redor da área do desaparecimento. A distância, segundo ele, normalmente é suficiente para localizar vítimas. No caso de Priscilla, porém a estratégia não funcionou. "Uma coisa bem fora do normal", lembra. A sobrevivente relatou que, depois de ter sido arrastada pelo mar para a segunda região de pedras, ela conseguiu subir nas rochas e seguiu por uma trilha.

O sargento explicou que a trilha, apesar de poder ser utilizada, é pouco movimentada e "difícil de andar". Além disso, demonstrou surpresa pelo fato de a esteticista não saber nadar e ter conseguido se manter na água por horas numa região de mar agitado.

Fonte: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2022/05/20/bombeiro-que-atuou-na-busca-de-mulher-dada-como-morta-mas-que-apareceu-vivahoras-depois-revela-nunca-vi-algo-semelhante.ghtml> (adaptado) Acesso em 20 de maio de 2022.

Assinale a alternativa que apresente o tipo textual predominante no texto:

- (A) Poesia.
- (B) Narração.
- (C) Música.
- (D) Notícia.
- (E) Argumentação.

02. (MGS - Monitor Educacional - IBFC/2022) Muitos estudantes de Língua Portuguesa acabam por confundir “tipos textuais” com “gêneros textuais”. Os tipos textuais também denominados tipos de textos, caracterizam-se pelo seu conteúdo e pelo seu layout (formato). Já os gêneros textuais são tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais apresentam uma função comunicativa baseada nas relações socioculturais e comunicativas. Sabendo-se que há apenas cinco tipos textuais, assinale

a alternativa que não pode ser denominada de tipo textual.

- (A) Texto narrativo.
- (B) Texto descritivo.
- (C) Texto dramático.
- (D) Texto dissertativo.

Gabarito

01.B - 02.C

GÊNEROS TEXTUAIS

Conto

Refere-se a uma narrativa breve e fictícia. A sua especificidade não pode ser fixada com exatidão, porque a diferença entre um conto extenso e uma novela é difícil de determinar.

Um conto apresenta um grupo reduzido de personagens e um argumento não demasiado complexo, uma vez que entre as suas características aparece a economia de recursos narrativos.

Uma das características do conto é que ele possui um enredo único, geralmente focando apenas em uma situação. E um conto também é simples de ser interpretado, ao contrário de outros gêneros textuais. Nele também as histórias costumam se desenrolar em um espaço de tempo mais curto.

De onde o espaço da ação ser limitado: o conto pode transcorrer numa sala, num cômodo, etc. E quando as personagens se deslocam, os lugares não apresentam, via de regra, a mesma intensidade dramática. Os pontos percorridos podem ser vários, mas exclusivamente um conterà a tônica dramática; os demais funcionam como paradas necessárias à preparação do drama que deflagrará em certo local. Assim, a unidade de ação gera a unidade de lugar¹⁰.

Principais características:

- Espaço delimitado;
- Tempo marcado;
- Presença de narrador;

¹⁰Massaud Moisés, *Dicionário de Termos Literários*.

- O foco narrativo pode ser de 1ª pessoa ou de 3ª pessoa;
- Poucos personagens;
- Enredo.

Crônica

Bastante presente em jornais, revistas, portais de internet e blogs. Aborda aspectos do cotidiano, questões comuns do dia a dia.

É um gênero situado entre o jornalismo e a literatura. São textos curtos e de fácil compreensão, com linguagem simples e descontraída, poucos (ou nenhum) personagens, apresentando uma visão crítica a respeito de contextos e circunstâncias, podendo conter humor crítico, irônico e sarcástico, com uma linha cronológica estabelecida.

O principal objetivo da crônica é provocar uma reflexão sobre o assunto que ela aborda.

A crônica pode ser descritiva, narrativa, dissertativa, humorística, lírica, poética, narrativo-descritiva, jornalística, histórica, crônica-ensaio, ou filosófica.

¹¹Crônica argumentativa

Apresenta tom bem-humorado e crítico, sendo um tipo de texto publicado com frequência em revistas e jornais. Narra situações do cotidiano ao mesmo tempo que defende um ponto de vista. O cronista elabora o seu texto de acordo com acontecimentos corriqueiros do cotidiano. Ele observa detalhes, com subjetividade e abordagem crítica.

A essência de uma crônica argumentativa é a boa utilização da argumentação. Um argumento pode ser de autoridade (quando feito por um especialista) ou contra-argumentação (quando posicionamentos contrários são apresentados para fortalecer a tese defendida pelo cronista).

Esse tipo de crônica segue uma estrutura:

- Introdução: No primeiro parágrafo, o cronista expõe o tema central do seu texto

e sua opinião a respeito dele. É o melhor lugar do texto para introduzir o flash que motivou a criação da crônica.

- Desenvolvimento: Nesta parte do texto, a opinião defendida na introdução precisa ser embasada com argumentos coerentes.

- Conclusão: o fechamento deve apresentar uma reflexão.

Diário

Trata-se de um tipo de texto pessoal em que uma pessoa relata experiências, ideias, opiniões, desejos, sentimentos, acontecimentos e fatos do cotidiano. Ainda que com a expansão da internet o diário manuscrito tem sido pouco explorado, muitas pessoas preferem produzir seus textos com papel e caneta.

Na comunicação virtual, os blogs se assemelham aos diários uma vez que muitos possuem as mesmas características e, por isso, são comumente chamados de "Diários Virtuais".

As principais características dos diários são:

Relatos pessoais, verídicos, escritos em primeira pessoa e em ordem cronológica. Têm caráter intimista e confidente, geralmente em linguagem informal.

Biografia

É a história de vida de uma pessoa. Este vocábulo também pode ser usado em sentido simbólico/figurado. Nesse caso, a noção de biografia faz referência à história de vida em geral.

Nos casos mais usuais, porém, uma biografia é uma narração escrita que resume os principais fatos na vida de uma pessoa. Também se dá o nome de biografia ao gênero literário em que se inserem/enquadram estas narrações.

Enquanto gênero literário, a biografia é narrativa e expositiva. É redigida na terceira pessoa, à exceção das autobiografias (onde o protagonista é o próprio a narrar as ações).

Livros de biografia já contaram histórias de músicos, cientistas, políticos e

¹¹<https://bit.ly/3JgijN2>

personalidades em geral mundo afora. Essas obras vão a fundo na vida do biografado, revelando, assim, detalhes da intimidade dessas celebridades, tornando-as mais humanas aos olhos dos fãs e admiradores.

Texto informativo

Texto informativo é uma produção textual com informação acerca de um determinado assunto, que possui como objetivo esclarecer uma pessoa ou conjunto de pessoas a respeito dessa matéria.

Geralmente em prosa, o texto informativo elucida e esclarece o leitor sobre o tema em questão.

Editorial

Faz parte dos textos jornalísticos e que normalmente aparecem no início das colunas, em jornais ou revistas.

Os editoriais são textos de opinião, com o objetivo de persuadir o leitor por meio de argumentos consistentes como comparações, depoimentos de autoridades, dados estatísticos, de pesquisa etc.

A tipologia textual dos textos argumentativos é a que está mais presente nas sequências do gênero editorial.

Mesmo possuindo caráter subjetivo, pode apresentar objetividade, já que os editoriais apresentam quais assuntos serão abordados em cada seção do jornal.

São textos organizados pelos editorialistas, que expressam as opiniões da equipe, não levando a assinatura do autor. No geral, eles apresentam a opinião do meio de comunicação (revista, jornal, rádio, etc.).

Resenha Crítica

Apresenta dados informativos de uma produção (livro, filme, peça de teatro e outras obras artísticas, assim como produções científicas) e emite uma opinião sobre ela, favorável ou não.

Ademais, o crítico pode realizar referências a outras obras, comparar,

realizar citações, contra argumentar, sempre com o objetivo de justificar seu ponto de vista.

Pode aparecer em jornais, revistas, blogs, sites, etc.

Reportagem

¹²A reportagem trata, de maneira detalhada, um fato de interesse de uma comunidade. É um mecanismo de informação mais aprofundado do que a notícia. Pode aparecer em jornais ou revistas.

Não apenas apresenta os fatos, mas também mostra como eles ocorreram, interpretando-os e dando opiniões sobre eles.

A reportagem normalmente apresenta uma estrutura simples: o primeiro parágrafo (chamado de lide), uma espécie de introdução sobre o fato abordado, é seguido pelo corpo da narrativa. Essa forma de organização não é rígida, imutável. O lide costuma anunciar os assuntos que serão tratados de maneira mais minuciosa, detalhada, nos demais parágrafos. A reportagem habitualmente possui título e subtítulo, que precisam estabelecer uma ligação com o texto em si.

A preocupação de quem escreve uma reportagem deve ser cativar o leitor, transmitindo informações de modo atraente e dinâmico. É importante, por isso, que você capriche no conteúdo do texto e na forma de apresentá-lo. Dependendo da reportagem e do público a que ela se destina, a linguagem do texto pode ser mais ou menos formal.

Características básicas da reportagem:

- Linguagem geralmente formal.
- Informações claras e objetivas.
- Apresenta título e, às vezes, subtítulo.
- Contém lide seguido por demais parágrafos.
- Questiona e interpreta os fatos noticiados.
- Abordagem mais detalhada de um determinado tema.

¹²<https://bit.ly/3FPgh5U>

- Gráficos, imagens, estatísticas, dados, depoimentos e citações embasam o assunto abordado no lide.

Diferença entre reportagem e notícia: Comumente, as reportagens são textos mais longos, opinativos e assinados pelos repórteres.

Por esse motivo, a reportagem é um texto que precisa de mais tempo para ser elaborado pelo repórter. Nela, se desenvolve um debate sobre um tema, de modo mais abrangente que a notícia.

Já as notícias são textos relativamente curtos e impessoais que possuem o intuito de apenas informar o leitor de um fato atual ocorrido.

Logo, podemos dizer que a notícia faz parte do jornalismo informativo, enquanto as reportagens fazem parte do chamado jornalismo opinativo.

Artigo de opinião

¹³Esse gênero textual é habitualmente publicado em jornais.

Comumente, os artigos de opinião apresentam temas de interesse da sociedade. Desse modo, é comum que sejam abordados fatos recentes, muitas vezes polêmicos, e de grande repercussão.

O artigo de opinião faz parte do grupo de textos argumentativos. Nele, o ponto de vista do autor a respeito de determinado assunto é evidenciado.

Para comprovar a tese defendida, precisam ser utilizados dados, fatos e outros elementos.

É essencial ainda que o artigo respeite as normas da língua portuguesa e faça uso de uma linguagem de fácil compreensão.

É permitido utilizar verbos na primeira pessoa do singular, mesmo que muitos autores optem pela terceira pessoa.

O artigo de opinião é, geralmente, curto, para se encaixar aos espaços pré-determinados dos canais de imprensa, e assinado.

A estrutura do texto:

Introdução com tese: Em outros tipos textuais, como a redação dissertativa, por exemplo, a introdução é uma parte breve do conteúdo - de, em média, um parágrafo -, que introduz o tema do texto.

No artigo de opinião, ainda que a introdução também seja indicada para falar da tese, o número de linhas não é tão limitado.

Isto é, a apresentação do ponto de vista pode ser mais extensa e detalhada.

Desenvolvimento com argumentação: A segunda parte, que representa os parágrafos secundários, é destinada ao desenvolvimento dos argumentos.

Trata-se do momento, portanto, de apresentar todos os recursos disponíveis para defender o seu ponto de vista.

Há também espaço para contra-argumentar. Isto é, se antecipar aos possíveis questionamentos de leitores com opiniões contrárias.

Conclusão: O artigo de opinião termina com uma conclusão. Nela, o autor precisa realizar uma síntese daquilo que foi dito e reforçar a tese defendida.

Carta familiar

¹⁴Carta é uma conversa por escrito, dirigida a uma pessoa ausente, próxima a quem escreve, como amigo ou familiar, com o objetivo de partilhar novidades e trocar informações.

A carta pode ser manuscrita ou datilografada. Apesar dos diversos recursos tecnológicos atualmente existentes para a comunicação pessoal, ela continua sendo um instrumento de comunicação bem útil e utilizado.

Características da carta familiar:

- O assunto de uma carta pessoal é livre, comumente de ordem íntima e sentimental; o seu tamanho pode variar entre médio e grande, visto que, quando é pequeno, é considerado um bilhete.

Estrutura da carta familiar:

- Local e data – devem ser colocados no início da carta.

¹³<https://bit.ly/3YnBv1Y>

¹⁴<https://bit.ly/3KhE28X>

- Vocativo (fórmula de saudação) – pode conter somente o nome do destinatário ou vir acompanhado de palavras de cortesia ou carinho, como, por exemplo, “Querido amigo”, “Meu caro”, “Meu querido tio”.

- Texto ou corpo – no qual o remetente apresenta o assunto da carta, abordando as ideias principais do que deseja comunicar em diversos parágrafos.

- Despedida – pode variar de acordo com o grau de intimidade entre as pessoas envolvidas, podendo ser formal, informal ou cortês.

- Assinatura – O remetente escreve o seu nome.

A carta, para ser enviada pelos correios, necessita de um envelope devidamente preenchido, no qual constarão os dados (nome completo e endereço) do remetente e do destinatário.

Carta de leitor

Esse gênero textual possibilita o diálogo dos leitores com o editor de jornais e revistas ou entre os leitores. É comum aparecer em uma seção dedicada às cartas de jornais ou revistas, como, por exemplo, Painel do Leitor, Fórum dos Leitores, Cartas, entre outros.

O objetivo da carta do leitor é proporcionar aos leitores a oportunidade de emitirem sua opinião a respeito dos assuntos publicados em jornais ou revistas ou sobre assuntos polêmicos do momento, bem como apresentar elogios ou críticas.

Carta argumentativa

Constitui um texto de natureza argumentativa, que possui por finalidade defender o ponto de vista do locutor e persuadir o interlocutor.

Apresenta formato constituído pelas seguintes partes: data, vocativo, corpo do texto (assunto), expressão cordial de despedida e assinatura.

O corpo é formado por três partes essenciais: exposição do ponto de vista do autor (ou ideia principal); desenvolvimento

(com argumentos) desse ponto de vista; conclusão.

Apresenta linguagem culta, formal, impessoal, clara e objetiva. Os verbos estão geralmente no presente do indicativo, com predomínio da 1ª ou 3ª pessoa. Formas verbais geralmente no presente do indicativo e às vezes no imperativo.

Toda carta argumentativa apresenta um propósito comunicativo, que pode ser: elogiar, criticar, parabenizar, solicitar, reclamar, etc.

De acordo com o propósito comunicativo de quem escreve (remetente), as cartas argumentativas podem ser de:

- Solicitação: quando o remetente solicita algo, isto é, faz um pedido. Para tal, argumenta acerca desse pedido.

- Reclamação: quem a escreve realiza uma reclamação de algo, expondo argumentos dentro desse propósito.

- Leitor: textos em que os leitores apresentam seus pontos de vista a respeito do jornal ou a respeito do assunto abordados. Em geral, a seção de cartas de leitores seleciona, para a publicação, trechos de cartas com diferentes tendências de opinião. Os jornais podem ou não responder seus leitores.

- Com máscara: como artifício para se fugir ao lugar-comum, o autor escreve esse tipo de carta como se fosse outra pessoa. Em outros termos, ele utiliza uma “máscara” para escrever.

Carta comercial

¹⁵Como documento trocado entre empresas, as cartas comerciais precisam ser eficientes na comunicação, de modo a beneficiar o emissor (causar boa impressão). De certa maneira, elas podem até mesmo ser consideradas um agente publicitário.

Outro objetivo da correspondência comercial é promover o bom relacionamento (com outras empresas e com os clientes), agradando o receptor por meio do tom atencioso na linguagem. O

¹⁵<https://bit.ly/3TWIwFy>

valor da carta é dado pela cortesia do redator, pela sinceridade e pela compreensão acerca do objetivo da comunicação.

Para alcançar esses objetivos, a carta comercial precisa ser cuidadosamente aplicada. O redator pode seguir alguns passos para que sua carta seja eficiente:

- Demonstrar que gosta da empresa em que trabalha, “vista a camisa” da causa;
- Ser fiel, ao longo do texto, ao pensamento e às ações características da empresa;
- Mostrar-se cordial, mesmo que seja em uma situação difícil, para causar boa impressão na instituição;
- Acreditar que suas declarações serão tomadas como posições da empresa;
- Sentir entusiasmo pelo trabalho realizado, como o artista que pinta um quadro;
- Mostrar-se aberto a opiniões, mesmo que contrárias, e ter a grandeza de declará-las certas quando o forem;
- Redigir para comunicar, e não para impressionar;
- Uso da criatividade para atingir boas formas de comunicação que sejam, ao mesmo tempo, eficazes e simples.

¹⁶São parte da introdução desse documento os seguintes elementos:

Papel timbrado: são apresentados os detalhes da pessoa jurídica ou física que está enviando a comunicação.

Data e local: é importante que esteja apresentado na carta a data (dia/mês/ano) em que a correspondência foi redigida, assim como a cidade do emissor.

Endereço interno: deverá também estar na introdução da carta o destinatário, ou seja, o nome da empresa ou indivíduo para quem o texto está sendo escrito com o seu endereço.

Referência: algum dado que possibilite identificar com mais facilidade a que o texto da carta se refere.

Em relação ao corpo da carta, o texto em que precisa ser explicitado de modo claro e

conciso qual é o motivo da comunicação. Os elementos que devem compor essa parte da correspondência são:

Linha de saudação: é a maneira como o destinatário será chamado, podendo ser, por exemplo: Distinguido(s) Senhor(es) ou Estimado(s) Senhor(es). Depende da pessoa ou entidade para quem a carta está sendo redigida.

Texto da carta: o corpo da mensagem em que são explicados com detalhes relevantes o motivo da correspondência, assim como os argumentos para a solicitação.

Despedida: manter a elegância em uma carta comercial é essencial e, por isso mesmo, é necessário ter uma linha de despedida em que se saúda o destinatário utilizando as cortesias convencionais.

O fechamento da carta comercial deve conter os seguintes elementos:

Assinatura: nos casos em que o remetente é uma empresa, deverá constar seu nome. A assinatura deverá vir rubricada pelo remetente.

Esclarecimento da assinatura: para que a assinatura seja válida, é precisa que seja acompanhada pelo nome completo do indivíduo, assim como qual é o seu cargo na companhia.

Convite

¹⁷É um gênero textual com finalidade de estabelecer uma comunicação a respeito de um determinado evento. Desse modo, todas as informações contidas nele devem ser claras para que o leitor compreenda a mensagem. Existem muitos tipos de convite: para festas de aniversário, casamento e formatura, desfiles, palestras, shows, festas da escola e outros. O convite necessita dos seguintes elementos para ser completo: nome da pessoa que está sendo convidada; data, horário e local do acontecimento ou evento; tipo de comemoração; nome da pessoa ou instituição que está enviando o convite. Em alguns casos, o tipo de traje a ser usado na ocasião.

¹⁶<https://bit.ly/3G3mYRM>

¹⁷<https://bit.ly/40Ipche>

Cartaz

O cartaz é um gênero textual cuja função é chamada de injuntiva e apresenta características tais como um caráter persuasivo e a presença de verbos no imperativo.

Discurso

Esse gênero tem como característica um prévio planejamento escrito e ele é concretizado em sua leitura em um momento específico. Busca defender uma ideia e, por isso, é baseado na argumentação e no desenvolvimento de um tema.

Campanha social

Apresenta informações a fim de mobilizar o público sobre a necessidade de esclarecer e se atentar sobre determinado assunto.

Anedota

A Anedota é um gênero textual humorístico, que tem o intuito de levar ao riso. São textos populares que vão sendo contados em ambientes informais, e que normalmente não possuem um autor.

Trata-se de um texto narrativo simples em que geralmente há presença de enredo, personagens, tempo, espaço.

Texto argumentativo

São aqueles em que o autor elabora comentários, avaliações, expectativas a respeito de um determinado tema. Nesse gênero, incluem-se os editoriais, os artigos de análise ou pesquisa, as colunas de jornal e os debates, entre outros.

Apesar de possuírem estruturas particulares, geralmente tais textos se organizam por meio da identificação de um tema (acompanhado de seus antecedentes e alcance) acerca do qual elabora-se uma posição, ou seja, formula-se uma tese. Para justificar tal tese, são apresentados diferentes argumentos e evidências que lhe proporcionem sustentação.

Texto normativo

¹⁸Texto normativo é aquele que integra um conjunto de regras, normas e preceitos. Destina-se a reger o funcionamento de um grupo ou de uma determinada atividade. Normativo = que estabelece regras ou normas.

Viver em sociedade significa seguir regras, não é verdade? Regras de como conviver com outras pessoas. Regras para se ter segurança no trânsito. Regras de como conseguir uma boa nota ou uma promoção no trabalho. Formais ou informais, elas decidem como nos comportamos e são construídas por todos nós, como sociedade.

São exemplos:

- Leis federais;
- As constituições estaduais;
- Contratos: trabalho, aluguel, prestação de serviços (serviços de telefonia, internet etc.);
- Regimento de condomínio;
- Regimento Escolar.

Os textos normativos e legais devem ser claros, de modo a não causar problemas de compreensão para o público a quem ele se destina. Deve ser objetivo, ou seja, deve concentrar-se na regulamentação do que está em questão, ou seja, um texto normativo voltado ao aluguel de um espaço não pode legislar sobre as regras de convivência em uma escola.

Além disso, a linguagem do texto normativo deve ser simples, já que o objetivo de textos assim é estabelecer normas de conduta nos diversos campos da vida social, procurando evitar – ao máximo – a possibilidade de interpretações variadas quanto ao que o texto estabelece.

Lenda

A Lenda é uma narrativa de caráter ficcional com um fundo histórico que é transfigurado pela imaginação popular e transmitida oralmente pelos povos do mundo inteiro.

¹⁸<https://bit.ly/3j0Gm9o>

Poema

¹⁹É um gênero textual que possui características específicas como a disposição das palavras, linguagem conotativa predominante, a estrutura é dividida em estrofe, versos e, geralmente, os versos rimam.

Poesia é o lirismo, a forma de pensamento expresso artisticamente e que independe da estrutura e configuração textual ou visual.

O eu lírico está presente nos poemas de maneira criativa e pertencente aos sentimentos do personagem criado pelo autor.

A voz que está narrando o poema é o eu-lírico do poema, que não necessariamente corresponde ao autor. Aquilo que o texto está dizendo são sentimentos, expressões e pensamentos do eu-lírico.

Estrutura do texto poético

- Cada linha de um poema corresponde a um verso. O verso é a unidade poética.
- Estrofe é um agrupamento de versos.
- A repetição regular de um verso ou de uma estrofe, no poema, recebe a denominação de estribilho.
- A rima é o resultado de sons iguais ou semelhantes entre as palavras, no meio ou no final de versos diferentes.

Música

A música é aquilo que emite sons e silêncio, mas de forma organizada. Todavia, uma pessoa pode bater um pino com um martelo e há som e silêncio, mas não é música, visto que ninguém ficaria o dia inteiro ouvindo aquilo

De modo mais didático, conceituamos música como aquilo que possui melodia, harmonia e ritmo.

Melodia é encadeamento harmonioso e bonito de sons musicais. é a voz principal do som, é aquilo que pode ser cantado.

Harmonia é a combinação de acordes que faz o som agradável. Quando mais de um instrumento tocam juntos, acompanhado de uma voz que canta, o som

destes devem estar combinados, fazendo a harmonia.

Ritmo vem do grego *rhythmos* e designa a cadência da melodia, ou seja, a marcação do tempo de uma música. Bem como o relógio marca as horas, o ritmo nos diz como acompanhar a música.

Mito

O Mito é um relato fantástico de tradição oral, geralmente protagonizado por seres que encarnam as forças da natureza e os aspectos gerais da condição humana. Trata-se também de uma narrativa acerca dos tempos heroicos, que geralmente guarda um fundo de verdade, passado de geração em geração.

Observe que as designações *lendas* e *mitos* são muitas vezes usadas como sinônimos.

Ensaio

²⁰O ensaio pode apresentar, entre outras, as seguintes características:

- É um estudo, uma investigação, uma reflexão, etc. O ensaio parece possuir em suas entranhas o caráter de provisoriedade, de proposta, de algo que não possui a pretensão de acabamento. A palavra ensaio parece indicar essa condição;
- É um estudo formalmente desenvolvido, dentro de padrões mais ou menos formais; mais flexível que um tratado, por exemplo. Ainda que seu estilo se aproxime do literário, o ensaio é elaborado, ou seja, não é o espontâneo nem o caótico, e sim formalmente apresentado a partir de determinados padrões;
- O ensaio, COMO texto, pode ser de natureza literária, científica e filosófica. Entre todos os gêneros textuais, é aquele que melhor possui trânsito entre a filosofia, a ciência e a crítica;
- A exposição do assunto precisa ser lógica, mesmo adotando o estilo livre, isto é, sem seguir os passos de uma análise detalhada ou uma demonstração exaustiva, o ensaio apresenta a matéria com

¹⁹<https://bit.ly/3uL2BCK>

²⁰<https://bit.ly/3uQPSyx>

racionalidade, mesmo quando utiliza a linguagem poética;

- Tem o ensaio, apesar da diversidade de modos de apresentação, algo em comum a eles que é o rigor de argumentação, de demonstração. O rigor, que não se confunde com a exatidão, é característica indispensável do verdadeiro ensaio;

- O rigor típico do ensaio aparece aliado, quase sempre, à ao estilo de interpretação e de julgamento pessoal. Sem ser subjetivo, o ensaio não abole o espaço da subjetividade como pretende fazer o tratado ou o artigo científico.

- O rigor, a interpretação e o julgamento pessoal do autor pressupõem que haja maior liberdade de expressão, liberdade que a maioria dos gêneros não possuem. A liberdade consiste em poder defender uma posição sem o apoio empírico, documentos ou outros recursos metodológicos;

- Necessita o ensaio, levando em conta esse conjunto de características, que o autor tenha informação cultural e maturidade intelectual. Nesse sentido, é um gênero difícil de elaborar, pois, a liberdade de estilo, de ritmo, de expressão exige sutileza e equilíbrio.

Texto didático

²¹O texto didático tem a finalidade principal de ser pedagógico. Assim, se mostra de modo no qual todos os seus leitores chegarão a mesma conclusão.

É entendido como texto utilitário, pois sua elaboração é realizada segundo o conceito onde se preza por uma linguagem de compreensão direta do leitor, visando compreender o assunto base que é exposto.

O texto didático segue algumas características essenciais. O objetivo principal é uma escrita simples, objetiva e que todo o leitor com breve conhecimento, de acordo com o nível do texto, seja capaz de compreender a mensagem com clareza.

É importante que esse texto seja claro e coerente às exposições apresentadas em seu conteúdo. Para atingir esse objetivo, o texto

precisa seguir algumas características, tais como:

- Impessoalidade;

- Linguagem adaptada e acessível tendo em vista o nível de conhecimento prévio do leitor;

- Escrita objetiva;

- Abordagem que possibilite uma interpretação, uma conclusão e o mesmo fim para todos os que leem;

- Empregado com frequência nos programas de ensino, aprendizagem de um novo idioma, alfabetização e iniciação à educação;

- Texto coeso, coerente e obediente às normas da sintaxe;

- Adaptação de metáforas, construções textuais e abrandamento de termos para uma compreensão mais clara da mensagem exposta.

Texto divinatório

²²Esse texto possui a finalidade de prever algo. São exemplos o horóscopo e o oráculo.

O horóscopo, por exemplo, é um gênero informativo, no qual acredita-se na relação entre os corpos celestes e a data de nascimento das pessoas. Dessa maneira, através do signo de cada pessoa, associa-se os significados astrológicos ao contexto da situação apresentada em consulta.

Independente de acreditar-se ou não nessa possível relação, o fato é que o horóscopo, enquanto um gênero textual do cotidiano, está presente em nossa cultura e é capaz de exercer influência na vida de alguém. Seu público alvo são pessoas jovens, entre a fase da adolescência e o início da vida adulta. É escrito sobretudo em revistas, jornais e/ou na internet e possui uma linguagem informal.

As características desse gênero textual:

- Presença de boas e más previsões, como agir na vida amorosa, no trabalho, com os amigos, cores e números da sorte;

²¹<https://bit.ly/3htPdjs>

²²<https://bit.ly/3BAYn4v>

- Verbos no imperativo expressando conselho (por exemplo: faça, decida, dedique-se);
- Presença de modalizadores (por exemplo: podem apresentar, podem acontecer);
- Uso de adjetivos (por exemplo: grandes conquistas, projetos ambiciosos, excelentes resultados).

Cartum

Cartum é uma narrativa humorística, expressa através da caricatura. O cartum é uma anedota gráfica, e seu objetivo é provocar o riso do espectador. E como uma das manifestações da caricatura, ele chega ao riso através da crítica mordaz, satírica, irônica e principalmente humorística, do comportamento do ser humano, das suas fraquezas, dos seus hábitos e costumes. Muitas vezes, porém, o riso contido num cartum pode ser alcançado apenas com um jogo criativo de ideias, por um achado humorístico ou por uma forma inteligente de trocadilho visual. Na composição do cartum podem ser inseridos elementos da *história em quadrinhos*, como balões, subtítulos, onomatopeias, e até mesmo a divisão das cenas em quadrinhos. A narrativa do cartum pode comportar uma cena apenas ou uma sequência de cenas.

Charge

É um cartum cujo objetivo é a crítica humorística imediata de um fato ou acontecimento específico, em geral de natureza política. O conhecimento prévio, por parte do leitor, do assunto de uma charge é, quase sempre, fator essencial para sua compreensão. A charge usa, quase sempre, os elementos da caricatura na sua primeira acepção, coisa que nunca acontece com o cartum, onde os bonecos representam um tipo de ser humano e não uma pessoa específica.

História em quadrinhos

Forma de narração, em sequência dinâmica, de situações representadas por meio de desenhos que constituem pequenas unidades gráficas sucessivas (quadrinhos) e são geralmente integrados por textos sintéticos e diretos apresentados em balões e legendas.

Desde o seu surgimento, a narrativa dos quadrinhos experimenta permanente evolução. Em sintonia com as linguagens do cinema e da televisão, experimentam-se novas concepções de montagem, de planos e de enquadramentos.

Apresentam-se normalmente nas seguintes categorias: cômicos, infantis, de aventuras (faroeste, policial, ficção científica etc.), sentimentais, biográficos, históricos, de lendas e contos, ou de propaganda. São conhecidas nos países de língua inglesa pela expressão *comics*, por ter sido humorística a primeira função manifesta das HQ, um humor facilmente acessível a todas as classes sociais e que assegurou a sua difusão.

Tira

Historieta ou fragmento de história em quadrinhos, geralmente apresentada em uma única faixa horizontal, com três ou quatro quadros, para ser publicada em jornais ou revistas. Uma tira de HQ pode conter uma história curta e completa (como geralmente ocorre com as tiras cômicas ou humorísticas e com historinhas didáticas), ou pode ser um capítulo de uma história seriada (é o caso das tiras de aventuras, em geral).

Elementos da Obra Literária

²³São elementos de uma obra literária o conteúdo e a forma.

- Conteúdo (ou fundo): diz respeito às ideias, aos conceitos, aos sentimentos, aos apelos e às imagens imateriais que as palavras podem transmitir da mente do escritor para a do leitor.

²³CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São

Paulo: Editora Companhia Nacional, 2020.

- Forma: diz respeito à expressão linguística, podendo ser a linguagem escrita ou a falada, que é veículo das ideias e dos sentimentos.

Uma obra literária pode ser escrita em prosa ou em versos. A prosa apresenta uma linguagem direta e objetiva. Uma obra literária em prosa é escrita com orações e períodos que formam parágrafos.

Poesia, ou o texto em verso, apresenta uma linguagem subjetiva, impregnada de emoção e sentimento, apresentando ritmo e melodia. Seu objetivo principal é estético, apesar de que, após o Modernismo, a poesia passou a ser mais livre e a abordar vários temas sem apego à métrica.

Uma obra literária é um texto escrito que visa a beleza da forma e a excelência do conteúdo. Tem alto poder sugestivo, com palavras capazes de tocar a sensibilidade do leitor, e de empolgar seu espírito.

Estilo

Cada um possui um estilo, ou seja, um modo típico para expressar seus pensamentos, sentimentos e emoções, fazendo uso da linguagem.

Cada escritor apresenta um estilo próprio, com uma forma característica para escrever, por meio da qual se manifestam seus impulsos emotivos, sua sensibilidade. Pode-se dizer que o estilo é o espelho que reflete a alma do escritor, uma tela em que a personalidade do artista é projetada.

O estilo pode revelar características psicológicas e culturais da raça e as tendências dominantes das diferentes escolas literárias.

Tendo isso em vista, podemos dizer que o estilo de um autor é clássico, barroco, romântico, modernista, etc. O estilo de um autor é capaz de criar obras marcantes e memoráveis.

O aspecto material ou linguístico, que é externo, são as possibilidades de expressão que a língua permite ao escritor e que ele seleciona a seu gosto e até mesmo recria. O aspecto psíquico, mental, subjetivo, que é

interno, são os traços que exprimem a dimensão psicológica do artista, suas tendências, sua maneira de ver e julgar a vida e o mundo em que vive. Esses dois elementos dão origem ao estilo.

Gêneros Literários

Em prosa, temos os seguintes gêneros literários:

- Gênero narrativo: romance histórico; romance psicológico; romance policial; romance de costumes; romance de aventuras; conto; novela; história; fábula; apólogo; crônica; memórias.

- Gênero oratório: oratória acadêmica (discurso); oratória sagrada (sermão); oratória forense; oratória política.

- Gênero dramático: drama; comédia.

- Gênero didático: crítica; ensaio; tratado.

- Gênero epistolar: carta.

- Gênero polêmico: polêmica.

Em verso, temos os seguintes:

- Gênero lírico: poema; soneto; canção; hino; ode; elegia; balada; bucólica.

- Gênero épico: epopeia; poema.

- Gênero dramático: drama; comédia; tragédia.

- Gênero satírico: sátira; epigrama.

- Gênero narrativo: fábula.

Texto não-literário

²⁴O texto não-literário possui linguagem objetiva, clara, concisa, e busca informar o leitor sobre um determinado assunto. Para tal, quanto mais simples for o vocabulário e mais objetiva for a informação, mais fácil se dará a compreensão do conteúdo: foco do texto não literário. Possuem denotações, ou seja, o que está escrito é no sentido de dicionários, não permite outras interpretações.

São exemplos de textos não literários: as notícias, os artigos jornalísticos, os textos didáticos, os verbetes de dicionários e enciclopédias, as propagandas

²⁴<https://bit.ly/3QAwK1D>

publicitárias, os textos científicos, as receitas culinárias, os manuais, etc.

Questões

01. (Prefeitura de Costa Marques - Professor de Língua Portuguesa - IBADE/2022)

MORRA BEM

Um dos meus textos mais conhecidos chama-se *A morte devagar*, que publiquei na véspera de Finados de 2000 e que logo ganhou o mundo com o título *Morre Lentamente*. No início foi equivocadamente atribuído a Pablo Neruda, por isso o espalhamento e seu sucesso. Passado tanto tempo, já me devolveram a autoria e hoje esse texto virou canção na França e entrou no roteiro de um filme italiano – sem falar nas traduções para o espanhol, que alguns desconfiados ainda acreditam ser seu idioma de origem.

Na época, aproveitando a proximidade do Dia dos Mortos, escrevi puxando as orelhas (não os pés) daqueles que morrem em vida: os que evitam o risco, a arte, a paixão, o mistério, as viagens, as perguntas - apenas atravessam os dias respirando.

Hoje, dia de Finados, 17 anos depois, reitero: não morra lentamente. Morra rápido, de uma vez só, sem delongas. Morra quantas vezes for necessário.

Quando fiz meu mapa astral, ouvi da astróloga: “Você tem dificuldade de lidar com ambivalências, gosta das coisas esclarecidas, para o bem ou para o mal”. E ela concluiu: “Morrer é algo que você faz bem. Ficar em banho-maria, não”.

Sombrio? Soturno? Ao contrário. Entendi com clareza sobre o que ela falava. Morte é a antessala da luz. Não a morte definitiva, que encerra o assunto, mas as diversas mortes em vida, os vários falecimentos a que somos submetidos. É preciso morrer bem enquanto se vive.

Cada final de amor é uma pequena morte, por exemplo. Morre lentamente quem fica alimentando fantasias de retorno,

planejando vinganças, cultivando lembranças com naftalina. Sei que dói, mas não deixe esse amor definhando na UTI, dê logo a extrema-unção, acabe com isso, morra rápido, morra de vez, para que possa renascer ligeiro também.

Finais de carreira, finais de amizade, finais de ciclo: mortes que acontecem aos 30, aos 40 anos, em qualquer idade. Dói, dói demais, não estou negando a dor, mas o que você prefere? As dúvidas, as ilusões, o apego? Prefere a sobrevida a uma vida nova? Confie na experiência de quem já se enterrou algumas vezes. Morra. Morra bem morrido, baby.

Final de juventude, final da faculdade, final de uma viagem de intercâmbio: vai ficar agindo como se tivesse 18 anos para sempre? Mate o garoto, renasça adulto.

A morte daqueles que amamos é trágica, mas nossa própria morte, não. Ela é uma contingência de nossa longa existência, e essa não é uma frase cínica, simplesmente é assim. Nossos sonhos morrem. Nosso passado morre. Nossas crenças, nossas fases. Fazer o quê? Morra bem. Morra com categoria. Com dignidade. O menos lentamente possível. Morra de morte bem arrematada, uma, duas, três mil vezes, morra em definitivo sempre que for exigido, para sobrar tempo.

Tempo para a vida em frente.

(O GLOBO, Marta Medeiros)

O Texto é classificado como uma/um:

- (A) reportagem.
- (B) apólogo.
- (C) editorial.
- (D) conto.
- (E) crônica.

02. (Câmara de Ipuina - Encarregado de Serviços Gerais - Unilavras/2022)

Eu sei, mas não devia

Marina Colasanti

Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia.

A gente se acostuma a morar em apartamentos de fundos e a não ter outra vista que não as janelas ao redor. E, porque não tem vista, logo se acostuma a não olhar para fora. E, porque não olha para fora, logo se acostuma a não abrir de todo as cortinas. E, porque não abre as cortinas, logo se acostuma a acender mais cedo a luz. E, à medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplitude.

A gente se acostuma a acordar de manhã sobressaltado porque está na hora. A tomar o café correndo porque está atrasado. A ler o jornal no ônibus porque não pode perder o tempo da viagem. A comer sanduíche porque não dá para almoçar. A sair do trabalho porque já é noite. A cochilar no ônibus porque está cansado. A deitar cedo e dormir pesado sem ter vivido o dia.

A gente se acostuma a abrir o jornal e a ler sobre a guerra. E, aceitando a guerra, aceita os mortos e que haja números para os mortos. E, aceitando os números, aceita não acreditar nas negociações de paz. E, não acreditando nas negociações de paz, aceita ler todo dia da guerra, dos números, da longa duração.

A gente se acostuma a esperar o dia inteiro e ouvir no telefone: hoje não posso ir. A sorrir para as pessoas sem receber um sorriso de volta. A ser ignorado quando precisava tanto ser visto.

A gente se acostuma a pagar por tudo o que deseja e o de que necessita. E a lutar para ganhar o dinheiro com que pagar. E a ganhar menos do que precisa. E a fazer fila para pagar. E a pagar mais do que as coisas valem. E a saber que cada vez pagará mais. E a procurar mais trabalho, para ganhar mais dinheiro, para ter com que pagar nas filas em que se cobra.

A gente se acostuma a andar na rua e ver cartazes. A abrir as revistas e ver anúncios. A ligar a televisão e assistir a comerciais. A ir ao cinema e engolir publicidade. A ser instigado, conduzido, desorientado, lançado na infundável catarata dos produtos.

A gente se acostuma à poluição. Às salas fechadas de ar condicionado e cheiro de cigarro. À luz artificial de ligeiro tremor.

Ao choque que os olhos levam na luz natural. Às bactérias da água potável. À contaminação da água do mar. À lenta morte dos rios. Se acostuma a não ouvir passarinho, a não ter galo de madrugada, a temer a hidrofobia dos cães, a não colher fruta no pé, a não ter sequer uma planta.

A gente se acostuma a coisas demais, para não sofrer. Em doses pequenas, tentando não perceber, vai afastando uma dor aqui, um ressentimento ali, uma revolta acolá. Se o cinema está cheio, a gente senta na primeira fila e torce um pouco o pescoço. Se a praia está contaminada, a gente molha só os pés e sua no resto do corpo. Se o trabalho está duro, a gente se consola pensando no fim de semana. E se no fim de semana não há muito o que fazer a gente vai dormir cedo e ainda fica satisfeito porque tem sempre sono atrasado.

A gente se acostuma para não se ralar na aspereza, para preservar a pele. Se acostuma para evitar feridas, sangramentos, para esquivar-se de faca e baioneta, para poupar o peito. A gente se acostuma para poupar a vida. Que aos poucos se gasta, e que, gasta de tanto acostumar, se perde de si mesma.

Disponível em:
<http://www.releituras.com/mcolasanti_eusei.asp>. Acesso em
20 mar. 2020.

A partir da função social do texto em questão, pode-se considerar que este pertence ao gênero textual

- (A) crônica.
- (B) conto.
- (C) notícia.
- (D) anedota.

Gabarito

01. E - 02. A

Elementos de coesão e coerência textual;

Um texto é uma unidade da língua em uso. Para que o texto seja um texto de fato, ele precisa apresentar e conter os **fatores de**

textualidade, que são fatores internos (**coesão** e **coerência**), e fatores externos, pragmáticos, como a **intencionalidade**, a **aceitabilidade**, a **informatividade**, a **situacionalidade** e a **intertextualidade**. São os fatores de textualidade que tornam uma sequência de orações um texto de fato. O texto é o produto final e os fatores de textualidade são as ferramentas para se atingir esse fim.

A estruturação de um texto, em uma sequência lógica, com princípio, meio e fim, é importante para que o leitor seja capaz de compreender o texto.

É essencial que um texto tenha uma introdução (seção inicial), desenvolvimento e uma conclusão (seção final), bem definidas.

O texto é uma sequência de ideias e informações, que precisa seguir uma ordem para fazer sentido. Ou seja, ele precisa de coesão e coerência. Além disso, é dividido em parágrafos que, juntos, formam o texto num todo.

O início, o meio e o fim devem estar ordenados, encadeando as ideias. No início, há uma espécie de introdução, onde o tema ou assunto é apresentado. Depois vem a argumentação, onde o autor apresentará suas ideias e argumentos para defender seu ponto de vista. Por fim, há uma conclusão, na qual tudo aquilo que foi apresentador antes será sintetizada. Ou seja, os argumentos são o caminho pelo qual o autor chega a uma determinada conclusão.

Um texto bem organizado possui todos os fatores de textualidade.

Coesão Textual

Para bem entendermos acerca da coesão e coerência presente nos textos precisamos, primeiro, compreender que é por meio destes recursos que partes separadas de um enunciado se conectam de forma compreensível e, assim, formam um só enunciado transmissor de sentido.

Antes de mais nada:

Vale a pena lembrar que os textos se dividem em **parágrafos** com o intuito de apresentar o desenvolvimento das ideias.

Em cada um dos parágrafos deve existir uma ideia central a ser desenvolvida. Como no texto geral, o parágrafo também se organiza com introdução, desenvolvimento e fim. Logo, ele precisa ser pensado de modo a formar um conjunto coeso.

Examinemos o exemplo a seguir:

“Alugarei um apartamento; visitei alguns esta manhã para conhecer a situação e localização”.

Nos dois trechos acima, separados por ponto e vírgula, a coesão textual encontra-se presente na continuidade da conjugação do verbo em primeira pessoa do singular, *EU*, assim, é possível inferir que as ações “alugar” e “visitar” foram praticadas pelo mesmo sujeito.

Seguindo a mesma lógica de inferência de elementos do texto, o pronome indefinido *ALGUNS*, presente na segunda oração, reporta-se contextualmente ao substantivo *APARTAMENTOS* mencionado anteriormente.

Logo, é possível afirmar que os enunciados apresentados possuem coesão entre si, como também, são coerentes, uma vez que o conjunto de ideias obtidos estabelecem uma relação lógica.

Retomando o exemplo citado, um enunciado sem coerência seria:

“Alugarei um apartamento; tomei café da manhã em alguns esta manhã”.

Nesta segunda construção, não há sequência lógica entre as ideias, pois quem busca alugar um apartamento não vai até eles para tomar café da manhã. Podemos, portanto, afirmar que é um texto com ideias contraditórias, sendo incoerente.

Os pronomes pessoais podem mostrar valor anafórico (quando se referem a algo já presente no texto) ou dêitico (quando se

referem a elementos da situação de comunicação).

Anafórico: O pagamento, não se deve esperá-**lo** para tão cedo.

O pronome oblíquo átono “-lo” retoma “o pagamento”, uma informação já presente no texto.

Dêitico: Quem disse isso? **Você**?

O pronome pessoal “você” não está presente no texto, ele não remete a nada dito anteriormente. Trata-se de uma referência que ocorre na situação de comunicação. “Você” é o interlocutor, o destinatário, para quem a pergunta foi direcionada.

Há, ainda, outros dois princípios de coerência textual. Retomaremos aos mecanismos que garantem a coesão aos enunciados, abordando os recursos denominados: referenciação, substituição e elipse.

A referenciação pode ocorrer em dois níveis:

1 - Referência pessoal – utilização de pronomes pessoais e possessivos para retomar vocábulos presentes. Exemplo:

Todos os alunos foram aprovados. Agora, **eles** precisam entregar os documentos na data prevista.

A utilização do pronome pessoal “eles” tem por função retomar “todos os alunos”. Por retomar um elemento já presente no enunciado, esta referenciação pode ser caracterizada por anáfora.

2- Referência demonstrativa – utilização de pronomes demonstrativos e advérbios. Exemplo:

Arquivamos todos os **documentos**, com exceção **deste**: folha de declaração de bens.

O pronome demonstrativo “deste” faz referência ao vocábulo “documentos” e antecipa uma exemplificação. Por antecipar um elemento, esta referenciação pode ser caracterizada por catáfora.

Antes de mais nada:

Vale a pena lembrar que os **pronomes** podem recuperar ideais ou elementos já expressos no texto. Deste modo, eles

variam de acordo com o gênero, pessoa e número do substantivo que substituem.

- Os pronomes pessoais do caso reto são: eu; tu; ele; ela; nós; vós; eles; elas.

- Os pronomes pessoais do caso oblíquo são: me; mim; comigo; te; ti; contigo; se; o; a; lhe; si; consigo; ele; ela; nos; nós; conosco; vos; vós; convosco; os; as; lhes; eles; elas.

- Os pronomes possessivos são: meu; minha; meus; minhas; teu; tua; teus; tuas; seu; sua; seus; suas; nosso; nossa; nossos; nossas; vosso; vossa; vossos; vossas.

- A substituição atribui coesão aos textos evitando construções repetitivas. Assim, como estudado no tópico anterior – referenciação – aqui os pronomes assumem, também, papel fundamental para a relação entre orações. Vejamos a seguir:

“Encontrei bons livros na biblioteca da minha escola. Você **os** quer para estudar?”

O enunciado acima, apresenta o uso do pronome pessoal “os” em substituição de “bons livros”. Logo, ao optar pela construção com o pronome, evitamos a repetição do termo “bons livros” na frase.

- A elipse constitui-se como um recurso em que ocorre a omissão de um termo da frase que pode ser facilmente subentendido pelo contexto. Na frase “As rosas florescem em maio, as margaridas em agosto.” fica claro que a construção da segunda oração seria: as margaridas **florescem** em agosto. Identificamos, portanto, a elipse do verbo “florescem”.

Vamos analisar o texto:

Nossa casa, nosso coração

Somos todos cercados por símbolos que influenciam bastante a maneira como vivemos. Que tal partirmos para esta observação por um lugar de fácil reconhecimento para você? Sua casa. O lugar onde você dorme, acorda e faz suas refeições na maioria dos dias. Consegue

perceber como ela evidencia a maneira como você vive? Móveis e objetos acomodados de forma a reforçar aquilo que você acredita?

De certa maneira, antigas habitações eram pensadas assim também. Porém, com um detalhe importante: sua construção acontecia de forma que não interagisse somente com o habitante, mas também com a natureza. Um desenho planejado em relação aos pontos cardeais, ao vento, ao nascer e pôr do sol, aos rios e florestas. Criado para que não agredisse ambos. Nem o homem e nem a natureza. Verdadeiros templos convidativos à elevação da consciência humana. Uma técnica que infelizmente já não utilizamos mais.

Assim, ao longo dos anos, infelizmente deixamos de lado essa sabedoria e passamos a construir casas nada adequadas para nós, seres humanos. Edificações incapazes de interagir com a natureza externa e principalmente interna. Casas cada vez mais sem sintonia e distantes do que necessitamos, afetando diretamente nosso modo de viver.

Curiosamente, a maioria dos animais não necessita de uma casa como nós seres humanos necessitamos. Edificamos nossas casas para nos retirar e garantir nossa intimidade. Algo que nos ajude a reciclar harmoniosamente. Feito para voltar, descansar, e assimilar o que se passou no dia. Sem esse momento, seria impossível absorver tantas ações diárias.

Assim como a natureza que amplia e recolhe, expandimos durante o dia saturados com tantas informações, para nos aconchegarmos durante a noite em nossos refúgios. E seguir heroicamente em frente [...]

Fonte: AVEZEDO, Clô. Nossa casa, nosso coração. Disponível em: <https://vidasimples.co/colunistas/nossa-casa-nosso-coracao/>.

Na construção da coesão textual, os termos que a autora usa como referência metafórica da palavra “casa(s)” são “refúgio”, “templos”.

Essas palavras são usadas como referência metafórica da palavra “casa”. Um refúgio é um local seguro para se proteger, esconder. Um templo é um local sagrado, religioso.

Uma metáfora é o uso de uma palavra com significado de outra, em uma forma de comparação (subjativa/implícita). Não são palavras sinônimas de “casa”, mas são utilizadas como metáforas, retomando o termo “casa”.

Vale notar que o uso da 1.^a pessoa do plural pela autora confere ao texto um caráter de subjetividade.

A subjetividade é o conjunto de ideias, significados e emoções baseados no ponto de vista do sujeito, e, portanto, influenciados por seus interesses e desejos particulares. Escrever na 1.^a pessoa marca uma subjetividade, já que se trata de uma visão pessoal daquele que está escrevendo, a partir de seu ponto de vista, com um texto mais pessoal. Um texto em 3.^a pessoa, por exemplo, elimina um pouco da subjetividade, pois não há marcas da primeira pessoa, tornando o texto mais impessoal. Ainda é possível compreender, em 3.^a pessoa, o ponto de vista do autor, suas ideias, etc., porém, não de maneira tão direta e explícita.

Em oposição, a objetividade produz o que pode ser verificável por diferentes sujeitos.

Avançando nossos estudos, quando falamos em coesão, não podemos nos esquecer, também, do uso de conjunções, que são operadores sequenciais, capazes de ligar as orações estabelecendo relações entre elas, ou seja, garantem a coesão sequencial dos enunciados, por isso são, também, chamados de nexos. A relação estabelecida entre os enunciados pode se dar em diferentes níveis, como:

Aditivas: e; nem; não só... mas também. Eles não gostam de ler **nem** de estudar.

Adversativas: mas; porém; contudo; entretanto.

Lia bastante livros, **mas** não entendia bem.

Alternativas: *ou... ou; ora... ora; quer... quer.*

Ora quer mudar-se, **ora** quer ficar.

Explicativas: *porque; pois.*

Preciso revisar o conteúdo, **pois** a prova será semana que vem.

Conclusiva: *logo; portanto; assim; então; por conseguinte.*

O chão estava todo molhado, **logo** choveu.

Comparativa: *como; tal qual.*

Ela era sozinha **como** sua mãe.

Conformativa: *conforme; segundo; como.*

Conforme estava escrito, não abrimos ontem.

Condicional: *se; caso.*

Se levantar cedo, conseguiremos bons lugares no ônibus.

Concessiva: *embora; não obstante.*

Ela era linda, **embora** se julgasse feia.

Causal: *porque; pois.*

Porque não acredita na história, foi investigar o ocorrido.

Consecutiva: *tal; tanto; tão.*

Dedicou-se **tanto** ao emprego.

Oposição, contraste, restrição, ressalva: *pelo contrário; em contraste com; salvo; exceto; menos; mas; contudo; todavia; entretanto; no entanto; embora; apesar de; ainda que; mesmo que; posto que; ao passo que; em contrapartida.*

Eu gosto muito dela, **exceto** quando está nervosa.

Proporcional: *quanto mais; à proporção que.*

Quanto mais ouvia, mais se decepcionava.

Temporal: *quando; enquanto.*

Quando chegaram a porta estava aberta.

Final: *para que; a fim de que.*

Estacione **para que** consigamos conversar direito.

A ideia de **inclusão** pode ser dada por meio dos advérbios *inclusive, também, mesmo, ainda, até, além disso.*

Convidei seu irmão para a festa; **também** a esposa dele.

A ideia de **exclusão** pode ser dada por meio dos advérbios *exclusive, menos, exceto, fora, salvo, senão, sequer, somente, apenas.*

Convidei seu irmão para a festa; **apenas** ele.

Coesão Recorrencial: Paráfrase

Trata-se da reescrita de um texto já existente, um tipo de “tradução” dentro da própria língua, um comentário pessoal em texto livre.

É uma reprodução do texto do outro com a palavra do autor. Ela não deve ser confundida com o plágio, visto que o autor deixa claro sua intenção e a fonte.

Essa palavra tem origem no grego *paraphrasis* e significa, literalmente, “repetição de uma sentença”.

Podemos dizer se tratar de uma imitação, ou repetição de um texto com outras palavras, mas sem alterar sua essência. Sem que o sentido seja alterado. É a intertextualidade das semelhanças.

Ou seja, é uma atividade efetiva de reformulação por meio da qual, bem ou mal, na totalidade ou em parte, fielmente ou não, restaura-se o conteúdo de um texto fonte num texto derivado.

Exemplo:

Você pode fechar um grande negócio sem uma boa propaganda.

Uma paráfrase para a frase acima poderia ser *Sem uma boa propaganda você*

não conseguirá bons resultados no seu negócio.

Não poderia ser *Seu negócio irá à falência se não tiver propaganda*, pois a frase original não fala de qualquer propaganda, e sim de uma *boa* propaganda.

Não poderia ser *Para fechar um grande negócio você pode prescindir da propaganda*, pois *prescindir* é o mesmo que *dispensar*, e uma boa propaganda é necessária, sem falar que na frase original fala-se em um negócio que pode falir, o que não parece ser o caso aqui, já que pode se tratar de um bom acordo de negócio.

Não poderia ser *Sem um grande negócio você não conseguirá ter uma boa propaganda*, já que o sentido desta frase foge totalmente do sentido original.

“A fênix é um pássaro das Arábias. Não morre nunca. Ou melhor, morre muitas vezes queimada no fogo, e cada vez renasce das cinzas. Como a fênix só renasce a cada 1.500 anos, fica difícil saber se foi ela mesma que nasceu. Mas os egípcios dizem que sim. Então é o único pássaro do mundo que é pai, mãe e filho de si mesmo.”

(NESTROVSKI, Arthur. *Bichos que existem e bichos que não existem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.)

Há uma paráfrase no trecho acima. O marcador que introduz o parafraseamento, neste caso, é *Ou melhor*. Após esse marcador, o autor reformula aquilo que havia dito anteriormente, com outras palavras e com mais explicações, para tornar a informação mais compreensível.

Para fechar nossos estudos sobre os elementos de coesão, devemos retomar a questão dos tempos e modos verbais, uma vez que o uso adequado do verbo garante a coesão entre os elementos do enunciado.

Começemos pelos tempos do modo indicativo:

Presente – apresenta os fatos não concluídos, em que o tempo do enunciado coincide com o próprio momento da enunciação dos fatos.

- **Moramos** na rua das Acácias.

- Esta palavra se **escreve** de outra forma.

É, ainda, no tempo presente que se expressam as verdades científicas.

- Cometas **são** corpos de luz própria.

Pretérito perfeito – apresenta os fatos concluídos, situando-os em um momento anterior ao presente.

- Ele **morou** nesta rua.

Ou em um momento anterior do futuro.

- Assim que você desembarcar, envie mensagem para dizer se **chegou** bem.

Pretérito imperfeito – apresenta os fatos não concluídos, porém o ponto de referência é o passado.

- Em 1956, ele **partia** daquela cidade em busca de novas aventuras.

Pretérito mais-que-perfeito: apresenta o fato como concluído e o ponto de referência da ação é um tempo anterior ao passado.

- Fui informada de que, meses antes, ele **mudara** de São Paulo com a família toda.

Futuro do presente: representa o fato como não concluído e o situa em um momento posterior ao presente.

- Os trabalhadores não pagarão por isso.

Há, ainda, uma outra construção possível na qual podemos denominar “modalidade hipotética” ou “modalidade dubitativa”:

- Quem **estará** me ligando essa hora?

Futuro do pretérito: apresenta fatos não concluídos e que se situam em 3 momentos diferentes – momento posterior ao passado (categórico); momento simultâneo ao passado (possível); simultâneo ao presente (universo hipotético).

- O ministro comunicou que **renunciaria** ao cargo. (posterior, categórico)

- Imaginei que eles estariam na frente de casa. (simultâneo ao passado, possível)

- Se eles estudassem um pouco mais, eles **seriam** aprovados. (simultâneo ao presente, hipotético)

E, agora, passemos para os tempos do modo subjuntivo:

Presente – indica um acontecimento presente, porém duvidoso ou incerto.

- Talvez eu **estude** mais tarde.

Pode, ainda, indicar um desejo.

- Espero que **aprendam** a lição.

Pretérito perfeito – indica um passado incerto.

- Que **tenham** todos **terminado** a faculdade.

Pretérito imperfeito – indica uma hipótese ou condição.

- Se ele **parasse** de gritar, seria uma pessoa querida.

Pretérito mais-que-perfeito – indica uma situação ocorrida no passado do passado.

- Se **tivessem procurado** um pouco mais, teriam encontrado.

Futuro – indica um acontecimento futuro em relação a outro também futuro.

- Quando ele morar sozinho, aprenderá preciosas lições.

O parágrafo precisa ser desenvolvido em torno de uma ideia central e apresentar um raciocínio completo.

Quando o autor muda de parágrafo, ele precisa conectar as ideias. É preciso ter cuidado para não quebrar o encadeamento das ideias e prejudicar a clareza.

É interessante compor o parágrafo com frases curtas e longas, pois, dessa forma, a leitura acaba ganhando ritmo, ficando mais fluída e agradável.

Para detectar um parágrafo, basta observar a linha e a margem da página, já que a primeira linha do parágrafo começa com um recuo maior em relação à margem do que as demais linhas do texto.

O sinal gráfico que simboliza o parágrafo é §.

Modalizadores

Alguns advérbios possuem uma função modalizadora, pois indicam o ponto de vista ou estado emocional do interlocutor.

Modalização epistêmica: indica uma análise a respeito do valor de verdade daquilo que é dito. Divide-se em três subclasses:

- **Advérbios asseverativos:** são chamados de advérbios de afirmação, pois demonstram que aquele que fala toma por verdadeiro o conteúdo daquilo que é dito, tanto em uma afirmação ou em uma negação: *certamente, evidentemente, realmente, naturalmente, sem dúvida, claro*, etc.

“Este, *naturalmente*, é o caminho a ser seguido”.

- **Advérbios quase asseverativos:** são chamados de advérbios de dúvida e demonstram que aquele que fala toma quase verdade (relativização) o conteúdo daquilo que é dito. Podem ter uma função de esconder o ponto de vista de quem fala, amenizando-o: *provavelmente, supostamente, possivelmente*, etc.

“Não quero tomar um partido aqui, mas, *provavelmente*, ela estava certa”.

- **Advérbios delimitadores:** são chamados de advérbios de modo, indicam os limites de como um determinado conteúdo deve ser tomado: *geograficamente, humanamente, basicamente, um tipo de, quase*, etc.

“Agora, *humanamente* falando, seria impossível agir dessa maneira.”

Modalização deôntica: também conhecidos como advérbios de modo, demonstram que aquilo que é dito é obrigatório ou necessário para o interlocutor: *necessariamente, imperiosamente, obrigatoriamente*, etc.

“É uma escolha difícil, que deve ser feita *necessariamente*”.

Modalização persuasiva: são os advérbios ditos de intensidade, com capacidade de realçar um conhecimento que é geral, com o objetivo de convencer alguém de que aquilo de que se fala é

verdade: *obviamente, extremamente, completamente, totalmente*, etc.

“Eu sei que é difícil cortar gastos, mas é *extremamente* necessário para o bem geral”.

Modalização afetiva: são conhecidos como advérbios de modo, indicam uma emoção daquele que fala em relação àquilo que é dito: *infelizmente, felizmente, lamentavelmente, surpreendentemente*, etc.

“*Felizmente* o jogador errou o pênalti no último minuto do jogo”.

Advérbios focalizadores: podem focalizar ou realçar uma expressão em uma frase: *principalmente, especificamente, exatamente, justamente*, etc.

“Ele chegou tarde em casa, mais *especificamente* às três da manhã.”

Clareza Textual

Um texto é claro quando as ideias expressas por meio dele são inteligíveis. Para que exista clareza em um texto é necessário que os objetivos da produção estejam bem definidos, bem como o leitor ao qual se destina.

Estabelecidos esses parâmetros, pode-se adequar linguagem e contexto. O encadeamento das ideias e a objetividade colaboram também para a clareza textual.

Ao escrever um texto, é preciso também evitar os períodos muito longos, a repetição de termos, um vocabulário rebuscado e obscuro e a pontuação inadequada.

Coerência Textual

No tópico anterior, estudamos um dos princípios da coerência, o princípio da não contradição (sugiro que retome ao momento anterior e revise tal princípio). Neste momento, analisaremos mais dois princípios fundamentais para a existência de coerência nos enunciados, o princípio da não tautologia e o princípio da relevância.

A não tautologia admite a não redundância de informações presentes na frase, mesmo que seja expressa por palavras diferentes. Veja o exemplo: Visitamos o

Canadá há cinco anos (coerência correta). Visitamos o Canadá **há** cinco anos **atrás** (coerência incorreta).

O princípio da relevância admite que as ideias devem estar relacionadas entre si, não podem ser apresentadas de forma fragmentada para que não haja desvio no sentido da mensagem. Exemplo:

O homem estava com muita fome, mas não tinha dinheiro na carteira e por isso foi ao banco e sacou uma determinada quantia para utilizar. Em seguida, foi a um restaurante e almoçou. (Coerência correta)

O homem estava com muita fome, mas não tinha dinheiro na carteira. Foi a um restaurante almoçar e em seguida foi ao banco e sacou uma determinada quantia para utilizar. (Coerência incorreta)

Antes de finalizar, vale a pena entender que textos coerentes precisam apresentar uma boa continuidade temática, ou seja, os assuntos precisam surgir de forma organizada, sem que se crie a sensação de mudança de assunto repentina.

²⁵Quando falamos em **progressão temática**, estamos falando a respeito de um procedimento empregado pelos enunciadores para dar sequência a seus textos, orais ou escritos.

É ela quem faz o texto avançar apresentando novas informações sobre aquilo de que se fala, que é o tema.

Todo texto precisa de uma unidade temática, ou seja, precisa manter o fio da meada, e, ao mesmo tempo, precisa apresentar novas informações sobre o tema.

O texto não pode falar a respeito de um tema e simplesmente começar a falar a respeito de outro. Se o texto aborda o futebol, ele precisa falar sobre diferentes aspectos do futebol, mas não pode começar a falar sobre basquete (a menos que este novo tema seja apresentado dentro de um argumento para defender determinado ponto de vista).

A organização e hierarquização das unidades semânticas do texto se concretizam através de dois eixos de

²⁵ <https://bit.ly/3Cy5lbg>

informação, chamados de tema (tópico) e de rema (comentário).

O tema do enunciado é aquilo que se toma por base da comunicação, aquilo de que se fala, e como rema aquilo que se diz sobre o tema. Isto é, o tema é uma informação apresentada ou facilmente inferida a partir do contexto ou do próprio texto. O rema apresenta informação nova que é introduzida no texto.

A progressão do texto se dá pela articulação entre esses eixos de informação. É possível manter um único tema e apresente sobre ele vários remas. Todavia, também é possível que o tema principal se desdobre em subtemas ou subtópicos, que fazem o texto avançar.

É possível entender a progressão temática no plano global do texto (qual é o tema geral, como é desdobrado em parágrafos, de que característica trata cada um deles, introduzindo ou não novos subtemas).

Também é possível compreender a progressão temática no modo como os temas e remas são encadeados em frases que se sucedem no texto. Para dar um exemplo, o tema de uma frase pode passar a ser o rema da frase seguinte e o rema desta pode passar a ser o tema da seguinte. Assim, ocorre a progressão temática linear. A progressão temática com tema constante ocorre quando um mesmo tema se mantém em sucessivas frases do texto.

A manutenção e a progressão do tema são requisitos essenciais para a coesão e para a coerência textual.

É necessário que novas informações sejam introduzidas no texto, pois isto dá uma sequência ao todo. Um texto que não introduz aos poucos novas informações, argumentos e pontos de vista, torna-se um texto chato, cansativo e repetitivo, além de irrelevante. Essa introdução de novas informações é chamada de **progressão semântica**.

Um texto é escrito para alguém, para um receptor. O texto possui um **produtor** (autor) e um **receptor**.

A **intencionalidade** de um texto diz respeito àquilo que o produtor objetivava ao escrever o texto. Todo texto possui uma finalidade, a intenção do autor é atingir essa finalidade.

A **aceitabilidade** tem a ver com o receptor do texto, aquele que lê. Um texto bem aceito é um texto lido e apreciado por muitos. Quando isso ocorre, a intencionalidade do autor pode ter sido positiva, já que o texto não foi rejeitado.

A **situacionalidade** diz respeito ao contexto de produção e de recepção de um texto. Um texto sobre futebol é produzido visando um público receptor que aprecia futebol. A aceitabilidade desse texto para um público que não gosta de futebol seria nula. Seria um texto fora de contexto, fora de situação. Um mesmo texto pode causar impressões e produzir significados diferentes em situações diferentes.

A **intertextualidade** só será efetiva dependendo dos fatores de produção e recepção. Se um autor colocar elementos de Machado de Assis dentro de seu texto e a pessoa que ler esse texto não conhecer nada a respeito de Machado de Assis, a intertextualidade de nada valerá, pois os feitos de sentidos só ocorrerão caso o leitor consiga captar essa intertextualidade, reconhecendo que elementos de Machado de Assis estão presentes no texto.

Sobre a **informatividade**, é preciso considerar os conhecimentos prévios do leitor e os novos conhecimentos trazidos pelo texto. É necessário haver um equilíbrio, pois um texto que apresenta apenas informações novas ao leitor será de difícil compreensão, já que não haverá uma âncora para esses novos conhecimentos. Mas um texto que traz poucas informações novas se torna chato, pois não causará interesse, uma vez que o leitor já sabe tudo aquilo.

Contradição

²⁶Para não haver contradição, deve-se sempre seguir um único caminho (ponto de vista), que não pode ser desviado. Ao se defender um ponto de vista em um texto, caso seja inserida uma informação ou um argumento que vai contra essa ideia, isso enfraquecerá a argumentação e o poder de convencimento. O leitor ficará confuso e não se conseguira atingir o objetivo de defender o ponto de vista.

Contradição é diferente de contraponto. No texto dissertativo-argumentativo, é comum que se traga uma ideia contrária àquela que se está defendendo para fazer um contraponto, e não há nada de errado em utilizar esse recurso. É importante que fique claro para o leitor que esse contraponto é a opinião do outro, não é o que se está defendendo. No contraponto, só se traz uma ideia contrária para refutá-la, como uma estratégia argumentativa. Já a contradição é um erro porque passa para o leitor a ideia de que não concorda com as próprias ideias, e isso deve ser evitado.

Operadores argumentativos

Um operador argumentativo pode ser um advérbio, uma conjunção, uma preposição ou uma palavra denotativa.

A função desses operadores é apresentar vários tipos de argumentos, que podem indicar certas inferências. É por causa deles que o texto e os argumentos possuem inteligibilidade. Sem eles não dá para compreender a ideia de um texto ou argumento.

Eles podem ter a função de:

- Apresentar argumentos que são adicionados a outros: *e, nem, não apenas, mas também, tanto quanto, além de, além disso, também*.

“O jogador ajudou muito o time, *além disso*, fez sua melhor apresentação nesta temporada”.

- Apresentar argumentos que fazem oposição a um outro argumento: *mas, porém, entretanto, todavia, apesar de,*

mesmo que, por mais que, ao contrário, agora, quando.

“Driblou o time todo e chutou para fora, *quando* poderia ter tocado para o companheiro melhor posicionado”.

- Apresentar argumentos excludentes ou que causam alternância: *ou, ou; ora, ora; quer*.

“*Ou* estudando, *ou* no chute, dessa vez passarei no concurso”.

- Apresentar uma consequência ou conclusão: *pois, por isso, portanto, logo, então*.

“No passado foi uma empresa muito poderosa, *por isso* ainda respira neste momento de adversidade.

- Apresentar um argumento explicativo, ou uma causa: *porque, já que, visto que, devido a*.

“O país teve uma melhora na estimativa de vida *devido às* novas tecnologias na área da saúde”.

- Apresentar argumentos que realizam uma comparação: *mais do que, menos, maior, melhor, assim como, tanto quanto, como se*.

“Ainda que ele tenha dito isso, *como se* fosse de sua responsabilidade, o país precisa tomar novos rumos urgentemente”.

- Apresentar argumentos que apresentam uma condição ou uma hipótese: *caso, contanto que, se, exceto se, desde que*.

“Posso assinar essa petição, *desde que* surta um efeito positivo para toda a população”.

- Apresentar um argumento de conformidade: *conforme, segundo, como*.

“O jogador, *conforme* deixou claro em sua entrevista, deseja atuar em outra equipe na próxima temporada”.

- Apresentar um argumento demonstrando uma finalidade: *para, para que, afim de que, com o objetivo de*.

“O prefeito, *com o objetivo de* melhorar a educação municipal, autorizou um aumento de 30% no salário dos professores”.

²⁶<https://bit.ly/3LoM6WE>

- Apresentar um argumento que indica ideia de proporção: *à medida que, quanto mais, à proporção que, ao passo que*.

“À medida que os salários dos profissionais da educação aumentaram, o índice de rendimento dos alunos melhorou”.

- Apresentar uma ideia de prioridade ou relevância: em primeiro lugar, sobretudo, acima de tudo, primeiramente.

“Há muito o que se melhorar em nosso país, *sobretudo* a educação”.

- Apresentar um argumento capaz de resumir uma ideia apresentara anteriormente: *em resumo, afinal, em suma, enfim*.

“Pretendo dar prioridade à saúde, à segurança e à educação; *enfim*, desejo melhorar a qualidade de vida de toda a população”.

- Apresentar um argumento capaz de esclarecer algo, retificar: *ou seja, melhor dizendo, quer dizer, ou melhor, aliás*.

“No seu tempo, só havia desemprego, pobreza e violência. *Melhor dizendo*, você conseguiu destruir nosso estado”.

Questões

01. (Prefeitura de Córrego Novo - Fiscal Tributário - Máxima/2022)

“**Portanto** termino dizendo para vocês, homens e sociedade: "HOMENS TAMBÉM ABORTAM". O modalizador destacado iniciando o período pode ser substituído sem prejuízo de sentido por:

- (A) No entanto;
- (B) Por conseguinte;
- (C) Contato;
- (D) Porquanto.

02. (Prefeitura de Palhoça - Professor de Anos Finais - ESES/2022) Há um tipo de coesão que é feita através de termos (normalmente os pronomes) que fazem referência a elementos anteriormente citados. Sendo assim, na frase ***Pelé e Xuxa são extremamente famosos. Esse foi o principal jogador de futebol de todos os***

tempos, e esta, apresentadora de programas infantis, tem-se a chamada:

- (A) Coesão lexical.
- (B) Coesão por elipse.
- (C) Coesão por inclusão.
- (D) Coesão referencial.

Gabarito

01.B - 02.D

Ortografia Oficial (acentuação gráfica, letra e fonema, sílaba, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos);

FONEMAS E SÍLABAS

Fonemas

Os fonemas são as menores unidades sonoras da fala. São sons distintos que, ao serem articulados e combinados, originam as sílabas, as palavras e a frase num todo.

Pode ter a função de distinguir ou diferenciar as palavras, visto que possuem a capacidade de realizar uma diferenciação de palavras entre si:

gata; mata; pata
mal; mar; mas

Uma mesma sílaba pode conter um ou mais fonemas. Às vezes é possível confundir fonema com letra. Lembre-se que o fonema é som, e letra, sinal gráfico que representa o som. Ao falar, utilizamos fonemas, ao escrever, letras.

É interessante observar que:

- Uma mesma letra é capaz de representar fonemas diferentes: *próXimo, Xerox, eXame; Cara, Cida*.

- Letras distintas podem figurar um mesmo fonema: *coZido, caSamento, eXato; viaGem, paJem*.

- Um dígrafo (grupo de duas letras) pode representar um fonema: *maCHucado, maLHa, liNHã, maSSa, seRRa*.

- A letra X é capaz de representar dois fonemas distintos ao mesmo tempo: *fiXa (ficsa), tóRaX (tóracs), táXi (tácsi)*.

- Certas letras, dependendo da palavra, apresentam apenas a função de notação léxica, sem representar um fonema: maNto (mãto), teNda (têda), entregUe (U não é pronunciado, indica que a pronúncia não é *entreje*).

- Por conta de motivos etimológicos, algumas letras não representam fonemas, nem têm função de notações léxicas: eXceção (*eceção*), Hotel (*otel*), diScípulo (*dicípulo*).

- Alguns fonemas não são representados graficamente: falam (fâlâU), batem (bâtêi), bem (bêi).

É bastante comum o número de fonemas ser igual ao número de letras. Por exemplo, a palavra *ovo* (/o/v/o), possui três letras e três fonemas. Por outro lado, na palavra *chuva* isso não acontece, visto que o dígrafo *ch* representa o som do /x/. Por isso essa palavra possui quatro fonemas (/x/u/v/a) e cinco letras.

Exemplos:

A palavra *pato* possui quatro letras e quatro fonemas, pois todas as letras são pronunciadas.

A palavra *passo* possui cinco letras e quatro fonemas, pois o dígrafo consonantal *SS* representa um único som.

A palavra *chuva* possui cinco letras e quatro fonemas, pois o dígrafo consonantal *CH* representa um único som, o de *X*.

A palavra *taxi* tem quatro letras e cinco fonemas, pois o *X* representa o som de *CS*, ou seja, dois sons distintos (/t/a/k/s/i/).

A palavra *nascimento* possui dez letras e oito fonemas, pois o *S* não é pronunciado.

A palavra *campo* possui cinco letras e quatro fonemas, pois o dígrafo vocálico *AM* representa um único som.

Os fonemas são classificados em:

Vogais: são sonoras, com seu som passando pela boca entreaberta, chegando ao exterior de maneira livre, sem ruído: **a, é, ê, i, o, ô, u.**

Semivogais: tratam-se dos fonemas /i/ e /u/ átonos que, ao se unirem a uma vogal, criam apenas uma sílaba: *vai, ouro, água.*

Consoantes: são ruídos advindos da resistência que os órgãos da boca imprimem contra a corrente de ar: *bola, copo.* / **B** /, / **C** /, / **D** /, / **F** /, / **G** /, / **H** /, / **J** /, / **K** /, / **L** /, / **M** /, / **N** /, / **P** /, / **Q** /, / **R** /, / **S** /, / **T** /, / **V** /, / **W** /, / **X** /, / **Z** /. A letra “H”, em termos fonológicos, não é considerada consoante porque ela sozinha não produz som.

Sílabas

Tente pronunciar, pausadamente, a palavra *banana*. Note que a pronúncia é dividida em pequenos intervalos: *ba - na - na*. Houve uma pausa entre cada som emitido.

Cada uma dessas “partes” são as sílabas da palavra. Trata-se de cada som ou grupo de som pronunciado em apenas uma expiração.

Podem compor uma sílaba:

- uma vogal, um ditongo ou um tritongo.
é, eu, uai!

- uma vogal, um ditongo ou um tritongo junto com consoantes.

fa-lar; vá-cuo; Pa-ra-guai.

Encontros Vocálicos

Ditongo: ocorre quando há uma vogal e uma semivogal em uma mesma sílaba. Apenas **i** e **u** funcionam como semivogais, pois se juntam a uma vogal para formar uma sílaba. Quando a semivogal aparece antes da vogal, temos um **ditongo crescente**. Quando a vogal aparece antes da semivogal, temos um **ditongo decrescente**.

á-gua (crescente); *pai* (decrescente).

O ditongo pode ser **oral** quando a vogal for oral, mais aberta na pronúncia, ou pode ser **nasal**, quando a vogal possui pronúncia anasalada, o som sai mais pelo nariz.

pai (oral); *quan-do* (nasal).

Tritongo: ocorre com a junção de uma semivogal + vogal + outra semivogal em uma mesma sílaba. Pode ser oral ou nasal.
em-xa-guei (oral); *sa-guão* (nasal).

Hiato: é o encontro de duas vogais, mas em sílabas diferentes.

sa-ú-de (*a* e *ú* formam um hiato)

Encontro consonantal: é o encontro de duas ou mais consoantes em uma palavra. Pode acontecer na mesma sílaba, sendo chamados de **encontros consonantais inseparáveis**. Esse encontro acontece com maior frequência (não é regra!) entre uma consoante + um *l* ou *r*. São inseparáveis por ser necessário estarem na mesma sílaba para formar o som.

flo-res; psí-qui-co; tzar.

Esse encontro pode ocorrer em sílabas diferentes, sendo os **encontros consonantais separáveis**, ocorrendo no interior das palavras e a maioria desses encontros acontece entre duas consoantes. Note que os sons das consoantes são independentes, não se juntam para formar um som só, mas formam sons distintos.

ob-tu-so; naf-ta-li-na; cor-rup-to, ad-mi-nis-tra-dor.

*O *m* e o *n* no final de sílabas não são fonemas, apenas possuem a função de tornar o som anasalado, como se fosse o til. Por exemplo em *samba, minto*. Por isso não há encontro consonantal nesses casos.

Dígrafo: é o encontro de duas letras que, quando pronunciadas, emitem apenas um único som.

- **Dígrafos consonantais:** representam sons consonantais.

lh, nh, ch, rr, ss, qu, gu, sc, sç, xc, xs.

palha, manhã, chave, carro, isso, quente, guerra, consciente, cresça, excesso, exsudar.

- **Dígrafos vocálicos:** representam sons vocálicos.

am, an, em, en, im, in, om, on, um, un.

também, tanto, tempo, tento, timbre, tinto, pomba, tonto, algum, mundo.

Quando a sílaba termina com uma vogal, ela é chamada de **aberta**: *ba-na-na.*

Quando termina com uma consoante, é chamada de **fechada**: *lar.*

É possível classificar as palavras em relação ao número de sílabas que possuem.

- **Monossílabas:** possuem apenas uma sílaba.

nó; pá; voz.

- **Dissílabas:** possuem duas sílabas.

me-ta; ho-je; fe-liz.

- **Trissílabas:** possuem três sílabas.

jus-ti-ça; pro-je-to; sí-la-ba.

- **Polissílabas:** possuem mais de três sílabas.

fi-na-li-da-de; ma-tu-ri-da-de; ge-nu-í-no.

Regras para separar sílabas:

- Não se separam os *ditongos*: *á-gua, gra-tui-to.*

- Não se separam os *tritongos*: *sa-guão.*

- Não se separam os *dígrafos* *ch, lh, nh, gu* e *qu*: *cha-ma; pa-lha; le-nha; pe-guei; quen-te.*

- Não se separam encontros consonantais inseparáveis, como em: *psi-có-lo-go; bí-ceps; pa-trão*, entre outros.

- Separam-se os hiatos: *sa-ú-de.*

- Separam-se os dígrafos *rr, ss, sc, sç* e *xc*: *car-ro; as-sa-do; cons-ci-en-te; cres-ça; ex-ce-ção.*

- Separam-se os encontros consonantais separáveis: *ab-do-me; Is-ra-el; abs-tra-to*; entre outros.

- Quando o som de *x* se equivaler a *cs*, ele deve se juntar à vogal seguinte, se houver: *fi-xo; o-xi-gê-nio.*

- Quando há duas vogais idênticas, ficam separadas: *vo-o; ál-co-ol; com-pre-en-der.*

Para saber o número de sílabas de uma palavra, basta contar quantas vogais essa palavra possui:

a-ba-ca-te (4 vogais e 4 sílabas)

sal (1 vogal e 1 sílaba)

sa-gui (2 vogais e 2 sílabas; note que na última sílaba há um ditongo crescente, pois a semivogal “u” vem antes da vogal “i”).

U-ru-guai (3 vogais e 3 sílabas; note que na última sílaba há um tritongo, com a vogal “a” entre as semivogais “u” e “i”).

Questões

01. (Prefeitura de Marco - Agente de Comunitário de Saúde - ESP/CE/2022)

Assinale a alternativa que apresenta o grupo de palavras com a separação silábica correta:

- (A) mu-tua-men-te; hos-til; ter-res-tre.
- (B) gla-ci-al; di-a; mu-tu-a-men-te.
- (C) pers-pec-ti-va; ma-go-ar; su-fi-cien-te.
- (D) ma-goar; gla-cial; dia.

02. (EMDUR - Advogado - FAU/2022)

Assinale a alternativa cuja palavra possua mais de quatro sílabas:

- (A) hepática.
- (B) homenagem.
- (C) eletrônica.
- (D) constrangeram.
- (E) condenada.

03. (Prefeitura de Xavantina - Nutricionista - AMAUC/2022) *Agora, o que podemos fazer é realmente ampliar entre mil e dez mil vezes mais neste evento.*

Assinale a opção que contenha um hiato e um ditongo, respectivamente.

- (A) ampliar - mais
- (B) que - fazer
- (C) realmente - agora
- (D) entre - vezes
- (E) podemos - é

04. (Prefeitura de Esteio - Sepultador - FUNDATEC/2022) A palavra “desidratar” possui quantas consoantes?

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 10.

05. (Prefeitura de Coronel Vivida - Técnico de Enfermagem - UNICENTRO/2022) Assinale a alternativa cuja palavra não apresente dígrafo:

- (A) melhores.
- (B) morreu.
- (C) pessoal.
- (D) filhos.
- (E) advogado.

Gabarito

01.B - 02.C - 03.A - 04.A - 05.E

ACENTUAÇÃO TÔNICA E GRÁFICA

Acentuação Tônica

O acento **tônico** indica a intensidade de uma das sílabas de determinada palavra. A sílaba que leva acento é denominada **tônica**. As demais, que não apresentam acentuação sensível, são chamadas de **átonas**.

Podemos classificar as palavras com mais de uma sílaba, em relação ao acento tônico, em:

- Oxítonas: **última** sílaba é a mais forte
Jo-sé; ci-vil; cor-rói

- Paroxítonas: **penúltima** sílaba é a mais forte
fe-li-ci-da-de; bêm-ção; pro-i-bi-do

- Proparoxítonas: a sílaba mais forte é a **antepenúltima**
ár-vo-re; bró-co-lis; pro-pa-ro-xí-to-na

As palavras com apenas uma única sílaba são chamadas de monossílabos, e podem ser classificadas como **átonos** ou **tônicos**.

- Átonos: são pronunciados com pouca intensidade, não possuindo autonomia fonética, se apoiando no vocábulo vizinho, como se fossem uma sílaba átona deste.

Exemplo: Envie-me / a carta / de apresentação.

Um monossílabo átono é uma palavra vazia de sentido, tais quais: os artigos; os pronomes oblíquos e suas combinações;

elementos de ligação (preposições, conjunções); as formas de tratamento dom (D. João), frei (Frei Caneca), são (São João).

- Tônicos: possuem independência fonética, são pronunciados com maior força e não precisam se apoiar em outro vocábulo.

Exemplos de monossílabos tônicos: *é, si, dó, eu, flor*, etc.

Quando uma palavra depende do acento tônico da palavra anterior, amparando-se na mesma, temos a ênclise (*ouvindo-te*). Quando ocorre o contrário, ou seja, a palavra átona se ampara na que vem depois, temos a próclise (*te peguei*).

Os pronomes pessoais *me, te, se, lhe, o, a, nos, vos, lhes, os, as*, estão relacionados ao verbo dentro da frase, e podem aparecer em próclise ou em ênclise.

Já o artigo definido (*o, a, os, as*), o indefinido (*um, uns*), os pronomes relativos (*que, quem*), as preposições e conjunções monossilábicas aparecem apenas em próclise.

Acentuação Gráfica

Acento agudo (´): marca a sílaba tônica; empregado nas vogais abertas e semiabertas.

Acento circunflexo (^): utilizado em vogais tônicas semifechadas: *a, e e o*.

Trema (¨): a partir do Novo Acordo Ortográfico, deixou de ser utilizado. Antes era colocado sobre a letra *u* para indicar que ela deve ser pronunciada nos grupos *gue, gui, que, qui*. Seu uso apenas continua em palavras estrangeiras e derivadas.

Ex.: **Müller, mülleriano**.

- Proparoxítonos

Essa é a mais fácil. Todas as palavras proparoxítonas recebem acento gráfico.

mé-di-co; al-co-ó-li-co; jor-na-lís-ti-co

- Oxítonas

São acentuadas as palavras oxítonas terminadas em:

a: *já; pá; ma-ra-já; a-na-nás*

e: *Pe-lé; pé; ca-fés*

o: *do-mi-nó; a-vô; a-vó*

*as vogais acima podem estar ou não seguidas de *s*.

em: *tam-bém; a-mém; nin-guém*

ens: *pa-ra-béns; há-réns; re-féns*

A mesma regra vale para as formas verbais que terminam em *s, r* ou *z* que são acompanhadas pelos pronomes **lo, la, los, las**, uma vez que essas consoantes deixam a cena para a entrada do pronome.

fazer + *la* = *fazê-la*

repôs + *lo* = *repô-lo*

satisfez + *las* = *satisfê-las*

Sendo assim, oxítonas que terminam em *i* ou *u*, seguidas ou não de *s*, não levam acento gráfico.

a-li; u-ru-bu

*para esta regra, há algumas exceções em casos de hiato.

- Paroxítonas

São acentuadas apenas:

Aquelas que terminam em *i* ou *u*, seguidas de *s* ou não.

lá-pis; jú-ri

* Os prefixos paroxítonos que terminam em *i* não levam acento: *semideus*

Aquelas que terminam em *ão, ãos, ã, ãs*.
bên-ção; ór-gãos; í-mã; ór-fãs

Aquelas que terminam em *l, r, n, ps, x*.
a-do-rá-vel; cór-tex; câ-non; bí-ceps; fê-nix

Aquelas que terminam em *um, uns*.
ál-bum; ál-buns.

Aquelas que terminam em ditongo oral.
jér-sei; tín-heis; fê-mea

*Nem prefixos paroxítonos que terminam em *r*, muito menos as palavras paroxítonas terminadas em **ens**, são acentuados.

super-herói; nu-vens

- Ditongos

Não levam acento os ditongos abertos -**ei** e -**oi** de palavras paroxítonas.
as-sem-**blei**-a; ji-**boi**-a

Por outro lado, os ditongos abertos -**ei**, -**eu** e -**oi**, em monossílabos tônicos e em oxítonas, são acentuados.
pa-**péis**; be-le-**léu**; he-**rói**

- Hiatos

Quando o **i** ou **u** tônicos não formar sílaba com a vogal anterior, deverão receber acento agudo.
sa-**í**-a; a-**í**; sa-**ú**-de; vi-**ú**-va

Se essas vogais apareceram antes de **nh**, **nd**, **mb** ou de qualquer consoante que não **s** (e que não se inicie em outra sílaba), não haverá acento.

ra-**i**-nha; a-**in**-da; Co-**im**-bra; ju-**iz**

Os hiatos **OO** e **EE** não são acentuados.
a-bem-**ço**-o; vo-o; le-em; cre-em

- Outros Casos

As vogais tônicas **i** e **u** das paroxítonas, precedidas de ditongo decrescente, não serão acentuadas. Todavia, há acento nas oxítonas.

fei-**u**-ra; Pi-a-**uí**

- Não há acento no **u**ônico (em formas rizotônicas de verbos) precedido de **g** ou **q** e seguido de **e** ou **i**.

ar-**gui**; o-bli-**que**

- As seguintes palavras deixaram de receber acento por conta do Novo Acordo Ortográfico:

coa, do verbo coar;

para, do verbo parar;

pela, do verbo pelar;

pera, fruta;

pelo, do verbo pelar, ou referente a pelos corporais;

polo, extremidade, jogo.

- Permanecem as seguintes distinções:

pôr, verbo;

por, preposição;

quê, substantivo ou em final de frase;

que, pronome, conjunção;

porquê, em final de frase ou substantivo;

porque, advérbio ou conjunção.

pôde, verbo poder no pretérito perfeito;

pode, verbo poder no presente do indicativo;

têm, verbo ter na terceira pessoa do plural do presente do indicativo;

tem, verbo ter na terceira pessoa do singular do presente do indicativo;

vêm, verbo vir na terceira pessoa do plural do presente do indicativo;

vem, verbo vir na terceira pessoa do singular do presente do indicativo.

- Há distinção de acento em certos verbos, singular e plural, que está ligada à diversidade de pronúncia:

O pão **contém** glúten;

Os pães **contêm** glúten.

- O acento fica facultativo em:

fôrma, substantivo;

louvâmos, verbo louvar no pretérito perfeito do indicativo (no Brasil, usa-se sem acento, porém, em Portugal, utilizam o acento).

Ortoépia

Trata-se da boa pronúncia das palavras, na fala. São preceitos da ortoépia:

- Uma perfeita emissão de vogais e grupos vocálicos, enunciados de maneira nítida, sem acréscimo, omissão ou alteração de fonemas, com respeito ao timbre das vogais tônicas. Por exemplo:

moleque e **chover**, em vez de **muleque** e **chuver**.

feixe e **queijo**, em vez de **fêxe** e **quêjo**.

roubo, em vez de **rôbo**.

caranguejo, em vez de **carangueijo**.

- Uma correta e nítida articulação de fonemas consonantais. Por exemplo:

mulher e **falar**, em vez de **mulhé** e **falá**.

companhia, em vez de **compania**.

obter e ritmo, em vez de obiter e rítimo.

- Uma correta e adequada ligação de palavras na frase. Por exemplo:

Encontramos um túnel escuro, com cada palavra pronunciada de maneira distinta, e não *Encontramo/suntúne/lescuro*.

Prosódia

Trata-se da exata acentuação tônica das palavras. Quando o acentoônico é pronunciado de maneira incorreta, ocorre uma *silabada*, ou *acento prosódico*.

Por isso, é interessante ter em mente que:

São **oxítonas**: *aloés; mister; novel; refém; sutil*.

São **paroxítonas**: *alanos; efebo; inaudito; pletora; ciclope; gratuito; onagro; tátil; edito (lei); ibero; periferia; tulipa*.

São **proparoxítonas**: *etíope; nímida; êxodo; ômega; ágape; alcoólatra; bávaro; lêvedo; zéfiro; hipódromo; protótipo*.

Em “gratuito”, o acentoônico está no *u* do ditongo *ui*. Para a norma culta, a pronúncia é “*gratúito*”, não “*gratuíto*”.

O mesmo vale para vocábulos como “fortuito”, “intuito”, “circuito” e “fluido”.

Em “subsídio”, a maneira correta de pronunciar é “*subcídio*”, e não “*subzídio*”.

Em algumas palavras o acento prosódico é incerto, oscilante, mesmo na língua culta. Por exemplo: *acrobata* e *acróbata*; *autópsia* e *autopsia*; *hieroglifo* e *hieróglifo*; *necrópsia* e *necropsia*; *ortoépia* e *ortoe pia*; *safári* e *safari*; *xerox* e *xérox*.

Questões

01. (MPE/GO - Secretário Auxiliar - MPE/GO/2022) Assinale a alternativa em que a palavra deve receber o acento circunflexo, de forma correta:

- (A) Vôo
- (B) Crêem
- (C) Enjôo
- (D) Pôde

02. (Prefeitura de Marco - Agente de Comunitário de Saúde - ESP/CE/2022)

Assinale a alternativa que tem todas as palavras acentuadas corretamente.

- (A) Lâmpada; café; bárbarie; cumplice.
- (B) Larápio; inconfidência; pitú; caída.
- (C) Distúrbio; cajú; cafuné; contemporâneo.
- (D) Recíproco; barbárie; pélvis; cúmplice.

03. (Prefeitura de Itabira - Artífice de Obras - Instituto Access/2022)

Assinale a opção em que haja uma palavra proparoxítona, sendo por isso acentuada.

- (A) compõe
- (B) só
- (C) também
- (D) bióloga

Gabarito

01.D - 02.D - 03.D

ORTOGRAFIA

Alfabeto

A letra representa o som na escrita e o conjunto de letras de um sistema de escrita forma o alfabeto.

O alfabeto da Língua Portuguesa possui 26 letras:

a b c d e f g h i j k l m n o p q r s t u v w x
y z

Ordem alfabética

A ordem alfabética serve para organizar palavras e nomes em geral em uma lista alfabética, ou seja, numa sequência que se inicia no primeiro e vai até o último.

Essa ordem deve seguir a ordem das letras no alfabeto, ou seja, começa com **a** e vai até o **z**, na ordem em que as letras aparecem no alfabeto (a, b, c, d, e...).

Para organizar essa ordem alfabética, é preciso analisar se a palavra inicia com a letra **a**, pois ele será o primeiro. Do contrário, passa-se à próxima letra, no caso, **b**, e assim em diante.

Mas pode haver mais de uma palavra que se inicia com a letra **a**. Para saber qual vem primeiro, é só ver a próxima letra. A palavra cuja segunda letra vier antes será o primeiro.

Alberto vem primeiro que *Amanda*, pois o **l** vem antes do **m** no alfabeto. Quando houver letras repetidas, basta usar essa mesma regra. Por exemplo, *Fernanda* vem primeiro que *Fernando*, pois a diferença está na última letra e o **a** aparece antes do **o** no alfabeto.

As letras **a, e, i, o, u** são **vogais**. As demais são **consoantes**.

Emprega-se as letras **k, w** e **y** em apenas dois casos:

- Ao transcrever nomes estrangeiros e seus derivados:

Willian; Mary; kafkiano

- Quando **abreviamos** os **símbolos** de uso internacional:

kg (quilograma)

km (quilômetro)

yd (jarda)

Símbolos de unidades:

km - quilômetro;

km² - quilômetro quadrado;

kW - quilowatt;

mA - miliampere.

Símbolos de moedas:

€ - euro;

£ - libra;

¥ - iene;

\$ - dólar, dólar;

¢ - centavo, centavo.

Símbolos matemáticos:

< - menor;

≤ - menor ou igual;

≠ - diferente;

× - vezes;

‰ - milésimo;

Outros símbolos:

& - e (comercial);

§ - parágrafo;

- cardinal (conhecido como *hashtag* na internet);

@ - arroba.

Uso do H

Em nossa língua, o **h** não representa nenhum som e é utilizado somente:

- No início de algumas palavras
hoje; havia

- Ao final de interjeições:
ah! oh!

- Em palavras compostas, quando o segundo elemento, que começa por **h**, se junta ao primeiro pelo uso do hífen:

super-homem; pré-vestibular

- Em dígrafos **ch, lh, nh**:
chove; malha; lenha

Abreviação

Existem palavras longas e temos pouco tempo, pois vivemos de maneira acelerada. Então, para falar ou escrever mais rápidos, acabamos por abreviar certas palavras, para acelerar as coisas. A abreviação ocorre de uma maneira que não cause prejuízo à compreensão da palavra. É comum abreviarmos palavras de compostos greco-latinos, como:

fotografia (*foto*); automóvel (*auto*);
motocicleta (*moto*); quilograma (*quilo*).

Abreviatura

Representa uma palavra por meio de suas sílabas iniciais ou letras. É possível realizar uma abreviatura escrevendo a primeira sílaba e a primeira letra + ponto final abreviativo: *núm.* (número)

Em uma palavra cuja segunda sílaba seja vogal, a abreviação se estende até a consoante seguinte: *biol.* (biologia)

O acento gráfico da primeira sílaba, se houver, será preservado: *fáb.* (fábrica)

Caso a segunda sílaba se inicie por duas consoantes, estas devem ser preservadas: *gloss.* (glossário)

Há ainda os casos que não obedecem a nenhuma regra em particular: *Ltda.* (limitada); *apto.* (apartamento); *Cia.* (Companhia); entre outros.

Siglas

São as letras iniciais das palavras, ou partes iniciais, formando uma quase-palavra. É comum utilizar siglas para assinar um nome, em nomes de organizações, partidos políticos, sociedades culturais, estudantis, etc.

MEC: Ministério da Educação.

FGV: Fundação Getúlio Vargas.

IBGE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Detran: Departamento Estadual de trânsito.

Embrapa: Empresa Brasileira de pesquisa agropecuária.

Notações Léxicas

São sinais acessórios da escrita.

Acento agudo

- Assinala as vogais tônicas fechadas **i** e **u**:
físico; açúcar

- Assinala as vogais tônicas abertas e semiabertas **a**, **e** e **o**:
pálido; exército; herói

Acento grave

Indica a crase, que é a junção da preposição **a** com o artigo feminino **a(s)**. Para não repetir o **a** duas vezes, usa-se o **a** com crase:

Vou a a praia (**a** preposição + **a** artigo)

Vou à praia

Acento circunflexo

Indica as vogais tônicas semifechadas **e** e **o**, e a vogal tônica **a** seguida de consoante nasal:

mês; alô; tâmara

Til

Utilizado sobre as letras **a** e **o** para indicar a nasalidade:

mãe; melões

*É um sinal gráfico, não um acento.

Trema

Abolido pelo Acordo Ortográfico. Só é utilizado em palavras estrangeiras, nomes próprios e seus derivados:

Günter Grass

Apóstrofo

Indica que houve a supressão de um fonema, normalmente uma vogal. Está ligado ao modo de pronunciar as palavras ou em palavras ligadas pela preposição **de**:
copo d'água; anel d'ouro

Cedilha

Aparece debaixo da letra **c**, antes de **a**, **o** e **u**, representando a fricativa alveolar surda /s/:

calça; paçoca; açude

Hífen

- Liga elementos de palavras compostas ou derivadas por prefixação:
pré-moldado; couve-flor

- Une pronomes átonos a verbos:
enviaram-me uma mensagem.

- Quando escrevemos e a linha termina, separa uma palavra em duas partes:
Como é bom poder estudar e adquirir no-vos conhecimentos!

Hífen e Palavras Compostas

O hífen é utilizado em palavras compostas em que a união dos dois elementos apresenta um sentido único, todavia, cada elemento mantém sua própria independência, como acentuação própria.

- Palavras compostas nas quais os elementos perderam seu significado próprio, formando um novo significado:
arco-íris; água-viva

- Palavras compostas cujo primeiro elemento possui forma adjetiva:
latino-americano; sócio-histórico

- Palavras compostas com radicais **auto-**, **neo-**, **proto-**, **pseudo-** e **semi-**, caso o próximo elemento começar com **h**:
proto-histórico; semi-humano

- Palavras compostas com o radical **pan-** ou **circum-**, quando o próximo elemento começar por **vogal**, **h**, **m** ou **n**:
pan-americano; pan-helênico; circum-navegação

- Palavras compostas com **bem**, se o próximo elemento necessitar ou possuir autonomia:
bem-aventurança

- Em palavras compostas com **mal**, se o elemento seguinte começar com **vogal** ou **h**:
mal-entendido; mal-humorado

- Palavras compostas com **sem**, **além**, **aquém** e **recém**:
sem-vergonha; além-mar; aquém-fronteiras; recém-formado

- Quando o segundo elemento iniciar por **vogal**, **r** ou **s**, não há hífen, e o **r** e o **s** são duplicados:
autoajuda; paraquedas; autorregulagem; autossabotagem

Hífen e a Prefixação

- **contra-**, **extra-**, **infra-**, **intra-**, **supra-** e **ultra-**, há hífen caso o elemento a seguir inicie por **h** ou pela mesma vogal que finaliza o prefixo:
contra-almirante; ultra-humano

- **ante-**, **anti-**, **arqui-** e **sobre-**, caso o elemento a seguir inicie por **h** ou pela mesma vogal que encerra o prefixo, há hífen:
arqui-inimigo;
do contrário, antiepilético, antebraço.

- **super-** e **inter-**, caso o elemento a seguir inicie por **h** ou **r**, haverá hífen:
super-humano; inter-relações

- **ab-**, **ad-**, **ob-**, **sob-** e **sub-**, caso o elemento seguinte iniciar por **r**, haverá hífen:
sub-reino; ab-rogar

- **sota-**, **soto-**, **vice-** e **ex-** (com o sentido de estado anterior):
soto-ministro; vice-presidente; ex-atleta

- **pós-**, **pré-** e **pró-**, quando possuírem acento e significado próprios:
pós-doutor; pré-escola; pró-ocidente

- Quando não houver acento, ocorre aglutinação com o radical seguinte:
pospor; preestabelecido; procônsul

- Se o segundo elemento iniciar com a mesma vogal com que o prefixo termina, ocorre o hífen:
intra-aurais; supra-auricular

G ou J?

Não há uma regra geral que abarcará todos os usos dessas duas letras. Entretanto, existem algumas regras que podem ajudar em diversas situações:

Utiliza-se **g**:

- Em substantivos que terminam em -**agem**, **-igem**, **-ugem** (exceto pajem):
garagem; fuligem; ferrugem

- Em palavras que terminam em **-ágio**, **égio**, **-ígio**, **-ógio**, **-úgio**:
estágio; egrégio; prodígio; relógio; refúgio

- Em verbos que terminam em **-ger** e **-gir**:
proteger, fugir

- Em palavras que derivam de outras grafadas com **g**:
garagista; fuliginoso

Utiliza-se **j**:

- Em palavras que derivam de outras terminadas em **-ja**:
loja – lojista

cereja – cerejeira

- Em todas as formas da conjugação dos verbos que terminam em **-jar** ou **-jear**:

viajar – viajo; viaje (*viagem* é um substantivo)

despejar – despejo, despeje

trajar – trajo, traja, que eu traje

- Palavras cognatas ou que derivam de outras que possuam **j**:

nojo – nojento

jeito – jeitoso

- Palavras de origem africana ou ameríndia (como o tupi-guarani) ou árabe:

pajé – canjica – jiló – Jericó

**Berinjela* é o correto, sendo uma palavra que gera dúvidas. *Gesto* é o correto.

R e RR

- A sua pronúncia da letra **r** é marcada por tremer a língua quando se está entre duas vogais.

- Quando estiver entre uma vogal e uma consoante, deve ser pronunciada de forma fraca.

- Pode iniciar palavras, e nesses casos sua pronúncia é forte, como se fosse **rr**.

- Nenhuma palavra se inicia por **rr**.

- Sua pronúncia é forte, é o próprio nome da letra, mas feito com a garganta, sem tremer a língua.

- Aparece apenas entre duas vogais.

C, Ç, S e SS

Letra C

- Utilizada em palavras de origem africana, árabe ou tupi:

cipó - cacique

- Em palavras que derivam de outras que terminam com **-te** e **-to**:

mar-te - marciano; tor-to - torcido

- Após ditongos:

coice – foice

- Palavras com terminações **-ecer** e **-encer**:

anoitecer - pertencer

Letra Ç

- Nunca aparece antes de **e** e **i**. É usado somente antes de **a**, **o** e **u**.

- Usado em palavras de origem indígena, africana, árabe, italiana, francesa ou exótica:

açaí - açúcar - açougue - muçarela - Moçambique

- Palavras com o sufixo -guaçu e -açu:

Paraguaçu Paulista - cupuaçu

- Palavras que têm origem no radical **to**:

atento - atenção; exceto - exceção

- Palavras que derivam de outras terminadas em **-tar** e **-tor**:

adotar – adoção; setor - seção

- Em adjetivos e substantivos que derivam do verbo **ter** e seus derivados:

deter - detenção

- Em palavras que derivam de outras terminadas em **-tivo**:

introspectivo - introspecção

- Na frente de ditongos:

feição

*Quando o verbo terminar em **r** e a palavra que será sua derivada remover esse **r**:

reeducar – reeducação; importar - importação

Letra S

- Substantivos que derivam de verbos em **corr**, **d**, **nd**, **nt**, **pel**, **rg**, **rt**, no radical:

concorrer - concurso; imergir - imersão

- Adjetivos pátrios ou títulos de nobreza que terminem em **-ês(a)** e **-ense**:

paranaense – marquês

- Palavras que terminam em **-oso** e **-isa**:

saboroso – fantasia

- Palavras que possuam o som de **z** e que aparecem após um ditongo:

coisa - maisena

- Em substantivos que terminem em **ase, ese, ise, ose**:

tese - mitose

***deslize** e **gaze** são algumas exceções.

- Em verbos que terminam com **isar**, caso seu correspondente possuir **s** no radical:

liso - alisar

*Exceções: catequizar - catequese, batizar - batismo, hipnotizar - hipnose), sintetizar – síntese.

- Em palavras derivadas, caso a letra **s** seja parte do radical da palavra original, o diminutivo ocorre com **s**:

Luís - Lusinho; mesa - mesinha

*Quando a palavra de origem não terminar em **s**, o **z** é utilizado:

mané - manezinho; pé - pezinho

Algumas palavras com **S**: cansar - conversão - farsa - ganso - pretensão - valsa - estresse

O SS

- Ocorre entre duas vogais e nunca deve iniciar uma palavra.

amassar - arremessar - atravessar - gesso - obsessão - sossegar.

- Aparece em verbos que terminam em **primir, meter, mitir, cutir, ceder, gredir, sed(i)ar**:

impressão - imprimir; repercussão – repercutir; omissão - omitir

- Quando o prefixo termina em vogal e a próxima palavra começa com **s**:

assimétrico - minissaia

O SC

Pode ser um dígrafo. Nesse caso a unidade sonora se perde, representa apenas

um som consonantal, que equivale a **/s/**. Quando ocorre, na separação silábica, o **s** e o **c** são separados:

nas-cer

*Ocorre com maior frequência em palavras mais cultas:

descender - ascender - ascensão - consciência

O “X”

- Aparece após ditongo:

feixe - caixa - auxílio

- Depois do prefixo **en**:

enxugar - enxaqueca

- Em palavras que começam por **me**:

mexerica - mexer

- Em palavras de origem tupi, africana ou inglesa (mantendo a grafia original):

xavante - xampu – xerife

Algumas palavras com **X**: máximo - próximo - sintaxe

O CH

- Utilizado em palavras de origem latina, francesa, espanhola, italiana, alemã, inglesa, árabe:

chave - cheque - chope sanduíche

- Em palavras derivadas que possuam **ch**:

chifre – chifrada; encher - enchente

- Aumentativo ou diminutivo, sufixos - **acho, -achão, -icho, -ucho**

rabicho - gorducho - bonachão

- Após **an, en, in, on, un**:

gancho - encher - inchado - poncho - escarafunchar

Inicial Minúscula ou Maiúscula

Minúscula Inicial

- Comumente em todos os vocábulos da língua nos usos correntes;

- Em nomes dos dias, meses, estações do ano: terça-feira; domingo, janeiro; verão;

- Em títulos de obras literárias (depois do primeiro nome, que inicia por maiúscula, os outros vocábulos podem ser escritos com minúscula, a não ser os nomes próprios que estejam presentes): *Menino de Engenho* ou *Menino de engenho*, *Árvore e Tambor* ou *Árvore e tambor*;

- Nos usos de fulano, sicrano, beltrano.

- Em pontos cardeais (todavia, não em suas abreviaturas); norte, sul (mas: SW=sudoeste);

- Nos axiônimos e hagiônimos (neste caso, opcionalmente, também pode ser utilizada letra maiúscula): senhor doutor Francisco Oliveira, bacharel Júlio Dantas; santa Maria (ou Santa Maria);

- Em nomes que designam domínios do saber, cursos e disciplinas (opcionalmente, também com maiúscula): português (ou Português), matemática (ou Matemática);

- Em cargos e títulos.

Maiúscula Inicial

- Na primeira palavra de período ou citação;

- Em substantivos próprios;

- Em nomes de épocas históricas, datas e fatos importantes;

- Em nomes de altos cargos e dignidades;

- Em nomes de altos conceitos religiosos ou políticos;

- Em títulos de revistas e jornais;

- Nos topônimos, reais ou fictícios: Lisboa, Luanda, Maputo, Rio de Janeiro; Atlântida;

- Nos nomes de seres antropomorfizados ou mitológicos: Adamastor; Netuno;

- Nos nomes que designam instituições: Instituto de Pensões e Aposentadorias da Previdência Social;

- Nos nomes de festas e festividades: Natal, Páscoa;

- Nos pontos cardeais ou equivalentes, quando empregados absolutamente: Nordeste, por nordeste do Brasil, Norte, por norte de Portugal, Meio-Dia, pelo sul da França ou de outros países, Ocidente, por ocidente europeu, Oriente, por oriente asiático;

- Em siglas, símbolos ou abreviaturas internacionais ou nacionalmente reguladas com maiúsculas, iniciais ou mediais ou finais ou o todo em maiúsculas: FAO, NATO, ONU; H₂O; Sr., V. Exa.;

- Em expressões de tratamento;

- De modo opcional, em palavras empregadas reverencialmente ou hierarquicamente, no começo de versos, em categorizações de logradouros públicos: (rua ou Rua da Liberdade, largo ou Largo dos Leões), de templos (igreja ou Igreja do Bonfim, templo ou Templo do Apostolado Positivista), de edifícios (palácio ou Palácio da Cultura, edifício ou Edifício Azevedo Cunha).

Porquês

Por que (separado e sem acento): utilizado para fazer perguntas. Pode ser substituído por *por qual motivo*, *por qual razão*.

Por que você fez isso? (por qual motivo você fez isso?)

A expressão “por que” é formada pela preposição “por” seguida do pronome interrogativo “que”.

Por quê (separado e com acento): deve ser usado no final de frases.

Você fez isso por quê?

Ele se irritou e nem disse por quê.

Quando aparece sozinho: Então é assim? Por quê?

Porque (junto e sem acento): é utilizado em respostas e justificativas. Tem o mesmo valor de *em razão de*, *pois*, *devido a*.

Eu me cansei porque você demorou muito. (Eu me cansei pois você demorou muito)

Porquê (junto e com acento): Tem o mesmo valor de *razão*, *motivo*, *causa*. É comum ser precedido de artigo.

Eu queria saber o porquê de ele ter se cansado. (Eu queria saber o motivo de ele ter se cansado).

Comprimento ou Cumprimento

Comprimento: extensão de algo considerado de uma extremidade à outra, isto é, possui relação com tamanho. Ex.: O comprimento da barra da calça.

Cumprimento: ato ou efeito de cumprir; execução de algo. Ex.: O cumprimento da missão. Ou pode ser gesto ou palavra de saudação. Ex.: Ele cumprimentou o tio com um aceno.

Privilégio ou Previlégio

Nunca utilizar *previlégio*, pois esta palavra não existe. O correto é *privilégio*.

Mal ou Mau

Mal: é o oposto de *bem*.

Você está bem?

Não, estou mal.

Mau: é o oposto de *bom*.

Você é um homem bom.

Não, eu sou um homem mau.

Mais ou Mas

Mas: tem o mesmo valor de *porém*, indicando uma oposição a uma ideia anterior.

Eu gosto dela, mas ela me cansa.

Mais: tem o valor de adição. É o contrário de menos.

Ele é mais forte que eu.

Onde ou Aonde

Onde: indica lugar no qual / em que.

A cidade onde nasci é grande. (A cidade na qual nasci é grande)

Aonde: é a junção da preposição *a* + *onde*. Deve ser empregado com verbos que indicam movimento.

Vou aonde a vida me levar.

A, há ou à

A: pode ser um artigo feminino ou uma preposição.

A borboleta. (artigo feminino antes do substantivo feminino)

O prédio fica a cem metros de distância (preposição indicando distância)

Vou ao trabalho daqui a 2h. (preposição que indica tempo futuro)

Há: verbo *haver*. Pode indicar tempo passado ou ter o sentido de *existir*.

Isso ocorreu há mil anos.

Há uma casa naquela rua.

À: junção de artigo com preposição, formando crase.

Fui à missa.

Ao encontro de ou De encontro a

Ao encontro de: significa que algo está de acordo.

Minha ideia foi ao encontro da sua. (as ideias estão de acordo)

De encontro a: indica algo que não está de acordo.

Minha ideia foi de encontro à sua. (as ideias se opõem)

Afim ou Afim de

Afim: indica semelhança, igualdade.

Para meu aniversário, convidarei apenas os meus parentes e afins.

Afim de: locução prepositiva que pode ser substituído por *para*.

Vim aqui a fim de festejar.

Também indica interesse: Estou a fim de você. (estou interessado em você)

A par ou ao par

A par significa estar ciente de alguma coisa. A expressão é invariável.

Já a locução **ao par** só é utilizada em relação ao câmbio, para expressar equivalência econômica de moedas.

O governador garantiu que o governo federal já está **a par** das necessidades das famílias atingidas pela chuva.

A moeda inglesa está **ao par** da moeda americana. (equivalente)

Acerca de, Cerca de ou A cerca de

Acerca de é sinônimo de **a respeito de**: Comentou **a cerca do (a respeito do)** filme, conversaram **acerca da (a respeito da)** situação econômica.

Cerca de significa **aproximadamente**. **Cerca de (aproximadamente)** mil pessoas ganharam o prêmio da loteria. Você tem **cerca de (aproximadamente)** 90 dias para pagar

A cerca de, pouco utilizado, indica **futuro**. Chegará daqui **a cerca** de dez dias (**futuro**). Estamos **a cerca** de cinco dias dos jogos (**futuro**).

Ao invés ou Em vez

"Em vez de" é igual a "em lugar de", "em troca de", "em substituição a". "Ao invés de", por outro lado, tem o sentido de "ao contrário de", "ao inverso de" e é usada nas orações que exprimem situações contrárias, exata oposição. Na dúvida, prefira utilizar a expressão "em vez de", já que ela sempre estará correta.

Em vez de:

Ele impetrou apelação cível **em vez de** agravo de instrumento.

Passei a tarde vendo filmes, **em vez de** ir à praia com meus irmãos.

Em vez de comprar a cesta básica, gastou todo o dinheiro arrecadado em roupas.

Ao invés de:

Ao invés de confessar que praticou o crime, o réu negou-o até o fim.

Ao invés de subir, o elevador desceu novamente.

Saiu perdendo, **ao invés de** ganhar.

Sequer ou se quer

²⁷"Sequer" é um advérbio de intensidade, sempre utilizado em orações negativas. Esse advérbio, cujo significado é "ao menos", "pelo menos", não tem, por si só, sentido negativo. Para expressar negação, é necessário que seja antecedido de uma partícula negativa, como "nem", "sem", "nunca", ou ser utilizado em

orações nas quais já existe uma negação. Desse modo:

"Por vezes, notamos quão limitada pode ser a linguagem verbal, pois **nem sequer** somos capazes de expressar inteiramente nossos pensamentos e/ou sentimentos."

"O novo filme daquela plataforma de streaming foi um fracasso tão estrondoso que **não** alcançou **sequer** mil visualizações."

De acordo com a gramática normativa, não são corretas frases como estas:

"Minha tia voltou da venda e **sequer** comprou um mísero litro de leite."

"Aquela atriz de cinema, crendo-se muito conhecida por todos, **sequer** se deu ao trabalho de falar seu nome na recepção."

Nessas duas orações, é preciso acrescentar a conjunção aditiva **nem**, ou o advérbio **não**, para indicar seu teor negativo.

"Minha tia voltou da venda e **não** comprou **sequer** um mísero litro de leite."

"Aquela atriz de cinema, crendo-se muito conhecida por todos, **nem sequer** se deu ao trabalho de falar seu nome na recepção."

É preciso ressaltar que a língua é um organismo vivo, em constante mudança. Contrariando a norma culta, é cada vez mais frequente, no português moderno, entre os falantes e até mesmo na imprensa escrita, o emprego isolado do advérbio **sequer** em construções que explicitam uma negação.

Isso poderá vir a ser definitivamente incorporado na nossa língua e aceito e registrado por nossos gramáticos. Fato semelhante aconteceu, por exemplo, com o advérbio **jamais**, que, a princípio, assim como **sequer**, não tinha, por si só, sentido negativo.

Se quer é o encontro da conjunção "se" com o verbo "quer". A expressão é sinônima de "se pretende" ou "se deseja".

²⁷<https://bit.ly/3QeSJel>

“**Se quer** fazer, faça – disse a mãe de Miguel”.

“**Se quer** ter uma aposentadoria tranquila, faça investimentos inteligentes desde já”.

Senão ou se não

Deve-se utilizar “**senão**”, em uma só palavra, nestes casos:

- Toda vez que for utilizado com o sentido de “a não ser” ou “exceto”.

“Durante a quaresma, ele não faz outra coisa **senão** jejuar.”

“Após tantas denúncias, não restou àquele deputado outra opção **senão** a renúncia.”

- Quando for utilizado no sentido de “mas”, “mas sim”, “mas também”.

“Esta escolha não cabe a ela, **senão** a seus pais.”

“Esse pintor é conhecido não apenas em sua cidade, **senão** em todo o país.”

- “Senão” como sinônimo de “caso contrário”, “do contrário”, “de outro modo”.

“Cuidadoras do ensino infantil precisam sempre ficar atentas a seus alunos, **senão** eles podem se machucar.”

“É melhor irmos logo, **senão** vamos perder o trem.”

- Como substituto da expressão “mais do que”.

“Não vimos **senão** três pessoas na fila.”

“Aquela equipe não é **senão** a quinta colocada no campeonato regional.”

- Com o sentido de “subitamente”, “de repente”, “eis que”.

“Eis **senão** quando a testemunha passou a confessar tudo o que havia observado naquela noite.”

“Foi **senão** quando todos perceberam que se tratava de um golpe.”

- “Senão” também é usado como substantivo masculino com o sentido de “erro”, “falha”, “defeito”, “problema”.

“Não tinha um **senão** na decisão proferida pelo magistrado.”

“Aquele cara tende a observar somente os **senões** alheios, falta-lhe autocrítica e modéstia.”

Utiliza-se **se não** separado quando for possível substituir por **caso não**.

“**Se não** chegar a tempo, perderá o voo”. Esse **se não** é separado pois é o mesmo que dizer: “**Caso não** chegue a tempo, perderá o voo”.

“Fale mais alto, **se não**, ninguém vai escutar”.

Essa frase pode ser compreendida como:

“Fale mais alto, **se não** (falar alto = **caso não** fale mais alto), ninguém vai escutar.”

Meio/Meia

²⁸A palavra “meio” é invariável quando exercer a função de advérbio, isto é, quando intensificar o adjetivo.

O modo mais fácil de saber se “meio” é advérbio é substituí-lo por outro advérbio de intensidade. Caso a frase ficar com sentido, a palavra “meio” será um advérbio e, assim, invariável. Veja um exemplo:

“Gina está meio brava”.

“Gina está um pouco brava”.

A substituição fez sentido, portanto é advérbio. Utiliza-se “meio” e não “meia”.

“Meia” indica metade, é um numeral variável. Pode ser substituída pela palavra “metade”.

Por exemplo, o correto é dizer “meio-dia e meia”. Isso ocorre pois o que quer ser dito com essa expressão é que são meio dia e meia hora. Também falamos dez e meia.

“Rafael tomou meio copo de suco”.

A quantidade que Rafael tomou de suco equivale à metade do copo.

Quando “meio” é um advérbio, é invariável, isto é, não existe “meia”, é sempre “meio”.

²⁸<https://bit.ly/3MmWfDP>

Caso se trate de um numeral, então é variável (meio ou meia), concordando com o substantivo.

Feminino: *meia* (garrafa);

Masculino: *meio* (copo).

Para resumir:

A palavra “meia” pode ser empregada corretamente como:

- Substantivo, designando peça de vestuário (*meia* de lã; par de *meias*);

- Forma reduzida de meia-entrada. (“Nos cinemas da cidade, estudantes pagam *meia*”);

- Numeral, designando o número 6. (“O telefone dela é três-sete-dois-quatro-meia-cinco-três-*meia*”);

- Feminino do numeral fracionário meio, estabelecendo concordância com o substantivo ao qual se relaciona (“Ele chupou *meia* laranja e meio limão”).

A gente, agente, há gente

A gente é uma locução pronominal que se equivale ao pronome *nós*. Deve ser conjugada na terceira pessoa do singular. Seu uso faz parte da linguagem coloquial.

“A gente vai”, “Nós vamos”.

Agente quer dizer: que ou quem atua, opera, agencia; que ou quem agencia negócios alheios.

“Trabalho como agente comercial”.

Há gente quer dizer que *tem pessoas, existem pessoas*.

“Há gente que machuca os outros”.

Funções do “Como”

- Função de **substantivo**: para exercer esta função deve acompanhado de artigo, adjetivo, pronome ou numeral.

“Já sabemos o *como*, agora falta saber o quando”.

- Função de **verbo**: a conjugação do verbo *comer* na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo é *como*.

“Eu *como* de tudo um pouco”.

- Função de **pronome relativo**: normalmente acontece quando *como* ser

precedido de *modo, forma, maneira e jeito*, apresentando o mesmo sentido de *com o(a) qual, pelo(a) qual*, etc.

“Não gosto do modo *como* ele me chama.”

“Gosto do jeito *como* a professora ensina”.

- Função de **advérbio**: neste caso, pode ser um advérbio de **modo** “Isso não ocorreu *como* eu esperava.”; **interrogativo de modo** “Boa tarde. *Como* posso ajudá-lo?”; de **intensidade** (pode ser substituído por *quanto* ou *quão*) “*Como* é maravilhoso o final da tarde”.

- Função de **preposição accidental**: é comum acontecer quando *como* apresentar valor semântico de *por, na condição de* ou *na qualidade de*.

“*Como* escritor, é meu dever escutar meu público leitor”.

“E ela ainda saiu *como* a vítima da história!”

- Função de **conjunção coordenativa aditiva**: apresenta o valor de bem como.

“Não só canta, *como* dança”.

- Função de **conjunção subordinativa causal**: apresenta o valor de *porque*, no início de uma frase.

“*Como* guardamos dinheiro ao longo do ano, fomos viajar no Natal”.

- Função de **conjunção subordinativa comparativa**: apresenta o valor de *tal qual*.

“Eu estudei *como* você, mas falhei.”

- Função de **conjunção subordinativa conformativa**: apresenta valor de *conforme*.

“*Como* eu havia dito, não aceitarei menos que isso”.

- Função de **partícula expletiva ou de realce**: tem essa função quando seu emprego realçar uma ideia ou palavra dentro da frase. Em casos assim, o *como*

pode ser removido sem qualquer prejuízo sintático.

“Sentiu *como* um aperto no peito e precisou se sentar”.

- Função de **interjeição**: aparece em frases interrogativas ou exclamativas, para expressar emoção.

“Como?! Então ele realmente fez isso?”

Questões

01. (MPE/GO - Secretário Auxiliar - MPE/GO/2022) Assinale a alternativa em que todas as palavras estão escritas de forma correta:

- (A) garagem – genjiva – jilete
- (B) vertigem – laranjinha – hegemonia
- (C) gis – algema – estrangeiro
- (D) geito – vertiginoso - prodígio

02. (Prefeitura de Juatuba - Assistente Social - REIS & REIS/2022) Marque a alternativa que traz uma afirmação correta sobre o uso das letras iniciais maiúsculas e minúsculas na frase a seguir.

“A cidade de Brasília, capital do país, foi projetada por Lúcio Costa e inaugurada no dia 21 de Abril de 1960.”

(A) Todas as letras iniciais das palavras são usadas adequadamente.

(B) Há erro, pois a palavra “cidade” deve ser escrita com inicial maiúscula.

(C) Há erro, pois a palavra “capital” deve ser escrita com inicial maiúscula.

(D) Há erro, pois a palavra “Abril” deve ser escrita com inicial minúscula.

03. (COMUR de Novo Hamburgo - Agente de Atendimento e Vendas - FUNDATEC/2021) A palavra “antebraço” é grafada sem hífen. Assinale a alternativa que apresenta palavra escrita corretamente, da mesma forma, sem hífen.

- (A) Autoestrada.
- (B) Couveflor.
- (C) Antihigiênico.
- (D) Vicegovernador.
- (E) Exmarido.

Gabarito

01.B - 02.D - 03.A

Emprego das classes de palavras;

As classes de palavras, ou classes gramaticais, classificam, agrupam e apresentam as funções das palavras da Língua Portuguesa. A análise de cada uma das classes de maneira isolada faz parte da morfologia. A análise de seus usos e funções dentro de uma oração faz parte da sintaxe. Aqui você estará estudando tanto as classes de palavras no nível da morfologia quanto no nível da sintaxe, ou seja, será um estudo morfossintático. Para uma maior compreensão da questão da sintaxe, é muito importante estudar também a oração e o período.

O substantivo, o artigo, o adjetivo, o numeral, o pronome e o verbo são classes variáveis, ou seja, flexionam. Costuma-se chamar, com exceção do verbo, a flexão dessas classes de flexão nominal. A flexão verbal é, obviamente, a flexão dos verbos.

As demais classes são invariáveis, ou seja, não flexionam.

SUBSTANTIVO

Com o substantivo, nomeamos coisas e seres em geral. São substantivos: nomes de pessoas, animais, coisas, lugares, vegetais, instituições.

Uma palavra de outra classe que desempenhar alguma dessas funções terá a equivalência de um substantivo.

O substantivo pode ser **concreto** quando se refere a coisas reais, concretas. Quando o substantivo se refere a alguma ação, ação, qualidade ou estado (coisas que não são concretas), ele será **abstrato**.

gato e **árvore** são concretos;
consciência e **instrução** são abstratos.

Quando for possível utilizar o substantivo para se referir a uma totalidade ou a uma abstração, ele será **comum**. Caso

faça referência a um indivíduo em específico, será **próprio**.

homem, casa e país são comuns, pois fazem referência a uma totalidade;

José, Londres e Brasil são próprios, pois José é um indivíduo único, e só há uma Londres, assim como um Brasil.

Quando o substantivo possui apenas um radical, ele é simples: **bola, cola**.

Quando possui mais de um radical, é composto: **guarda-roupas, cachorro-quente**.

Quando o substantivo deriva de alguma palavra, ele é **derivado**: **pedreiro**, que deriva de **pedra**, ou seja, um substantivo **primitivo**, visto que não deriva de nenhuma outra palavra.

Quando indicar um conjunto de uma mesma espécie, temos um **substantivo coletivo**:

- turma ou classe: de alunos;
- elenco: de atores;
- banda: de músicos;
- caravana: de viajantes;
- tripulação: conjunto de pessoas que guarnecem um navio, ou conjunto das pessoas que trabalham numa aeronave;
- matilha: de cães;
- fato: de cabras;
- rebanho: de ovelhas;
- vara: de porcos;
- fauna: de animais de uma determinada região;
- flora: de plantas de uma determinada região;
- réstia: de alhos;
- olival: de oliveiras (planta);
- frota: de carro;
- feixe: de lenha;
- resma: de papel.

Algumas palavras podem se tornar substantivos quando um artigo vier antes delas:

O **cair** da noite é lindo. (o verbo, aqui, não possui função de verbo, mas tornou-se um substantivo e sujeito da oração)

A **bonita** pensa que é quem? (o adjetivo tornou-se substantivo)

Os substantivos podem flexionar em **gênero**: *feminino* e *masculino*. O mais comum é o masculino terminar com **o** átono e o feminino com **a** átono.

Existem substantivos *sobrecomuns*, que são aqueles que só possuem um gênero tanto para o masculino, quanto para o feminino: a criança, a pessoa, a vítima, o algoz, o cônjuge, etc.

Existem os *epícenos*, que possuem apenas um gênero para animais de ambos os sexos: a águia, a baleia, o besouro, o condor.

Existem aqueles com apenas um gênero para nomear coisas: o vento, a rosa, a alface, a alma, o livro.

Existem alguns que terminam com **a** mas são masculinos: o clima, por exemplo.

Existem aqueles com apenas uma forma para ambos os gêneros. O que indicará o gênero será o artigo que precede o substantivo: o agente, a agente; o jornalista, a jornalista; o artista, a artista; etc.

Certos substantivos possuem formas exclusivas para o masculino e para o feminino, sendo pares opostos semanticamente: cabra/bode; boi/vaca; homem/mulher; cavalo/égua; etc.

Em muitos casos, o feminino acontece quando se suprime a vogal temática **o** ou **e**: mestre, mestra; lobo, loba.

Existem casos nos quais o masculino termina em **ão**. O feminino pode aparecer com **oa**: leão, leoa; pavão, pavo; anfitrião, anfitriã (anfitriã); etc.

Com **ã**: cortesão, cortesã; alemão, alemã; pagão, pagã; etc.

Com **ona**: respondão, respondona; valentão, valentona; solteirão; solteirona; etc.

Existem casos que não seguem essas regras: cão/cadela; ladrão/ladra; barão/baronesa; etc.

Alguns substantivos apresentam gênero duplo: a personagem, o personagem; a pijama, o pijama; a agente, o agente; a colega, o colega, etc.

Quando for masculino, é antecedido pelo artigo **o** ou **os**. Caso seja feminino, pelos artigos **a**, **as**.

O menino.

A menina.

Também podem flexionar em **número**, indicando singular ou plural. A letra **s** (às vezes **es**) marca o plural.

Menino, singular;

Meninos, plural.

Quando terminar em vogal ou ditongo, o **s** marca o plural: pai, pais; café, cafés.

Quando terminar em *em, im, om*, ou *um*, o **s** marca o plural: harém, haréns; capim, capins; dom, dons; atum, atuns. (repare que o **m** sai para a entrada de **n + s**).

Quando terminar em **r, z, n** ou **s**, o **es** marca o plural: lugar, lugares; paz, pazes; abdômen, abdômenes (ou abdomens); inglês, ingleses.

Quando terminar em **al, el, ol, ul**, o **l** dá lugar para **is**: real, reais; anel, anéis; lençol, lençóis; paul, paulis.

Quando terminar em **il**, caso seja tônico, dá lugar para **is**, caso seja átono, para **eis**: fuzil, fuzis; réptil; répteis.

Quando terminar em **ão**, o plural pode ser marcado por:

ões: balão, balões; peão, peões; atenção, atenções; patrão, patrões; confissão, confissões, etc.

ãos: cidadão, cidadãos; grão, grãos; acórdão, acórdãos; sacristão, sacristãos, etc.

ães: pão, pães; guardião, guardiães; tabelião, tabeliães; etc.

Certos substantivos só são usados no plural, como: óculos, núpcias, copas (naipe de baralho), etc.

No caso dos diminutivos *-zinho* e *-zito*, o **s** deve sair para a entrada dos sufixos: pés, pezinhos.

No caso dos substantivos compostos, o plural pode ocorrer nos dois elementos unidos por hífen:

- Quando houver dois substantivos:
tio-avô - tios-avôs

- Quando houver um substantivo e um adjetivo:

água-viva - águas-vivas

- Quando houver um adjetivo e um substantivo:

curta-metragem - curtas-metragens

- Quando houver um numeral e um substantivo:

terça-feira - terças-feiras

*Existem exceções à regra:

grão-mestres, grã-cruzes, grã-finos, terra-novas, claro-escuros (ou claros-escuros), nova-iorquinos, os nova-trentinos, são-bernardos, são-joanenses, cavalos-vapor.

A variação pode ocorrer apenas no último elemento:

- Quando não houver hífen unindo as palavras:

girassol - girassóis

- Quando houver um verbo e um substantivo:

lava-louça - lava-louças

- Quando houver palavra invariável e uma variável:

recém-nascido - recém-nascidos

- Quando a segunda palavra for uma repetição da primeira:

bate-bate - bate-bates

A variação pode acontecer somente no primeiro elemento:

- Quando houver um substantivo, uma preposição e outro substantivo:

mão-de-vaca - mãos-de-vaca

- Quando o segundo elemento determinar ou limitar o primeiro, apontando uma semelhança, um tipo ou fim, como se fosse um adjetivo:

peixe-boi – peixes-boi

Os dois elementos podem permanecer invariáveis:

- Quando houver verbo e advérbio:
o bota-fora - os bota-fora

- Quando houver um verbo e um substantivo no plural:

o saca-rolhas - os saca-rolhas

Os substantivos também podem flexionar em grau, **aumentativo** ou **diminutivo**.

O aumentativo indica um tamanho maior, pode ser sintético, quando formado por sufixos aumentativos:

ão: cavalo

aça: barça

alha: fornalha

açõ: ricaço

ona: meninona

uça: dentuça

uço: dentuço

Caso o aumentativo ocorra com a ajuda de um adjetivo como grande e semelhantes, temos o aumentativo analítico:

Uma **grande** promoção;

Inteligência **enorme**.

O diminutivo indica que algo é menor, ou pode ser utilizado como forma carinhosa.

Assim como o aumentativo, pode ser sintético:

inho: Marquinho

inha: casinha

ejo: vilarejo

eta: banqueta

Pode também ser analítico, mas, neste caso, com o adjetivo pequeno e semelhantes: Você pode dar uma **pequena entrada** e dividir o restante.

O substantivo possui algumas funções sintáticas dentro de um texto:

Sujeito: O cachorro subiu no sofá.

Predicativo do sujeito: Carla é professora.

Predicativo do objeto: A menina achou o moço bonito.

Objeto direto: Eu decifrei o *enigma*.

Objeto indireto: Eu concordo com Maria.

Complemento nominal: Rita tem pavor de abelhas.

Aposto: João, o pai, veio aqui.

Vocativo: Garçon, traga mais uma rodada!

É empregado em **locuções adjetivas**: Estava com cólica de rim. (renal)

E em **locuções adverbiais**: Saiu de manhã.

ARTIGO

O artigo é uma palavra que é colocada antes do substantivo, determinando-o ou indeterminando-o.

O artigo pode ser definido: **a, o, as, os**:

A moça; **O** rapaz; **As** moças; **Os** rapazes.

- Encontrei-me com **o** padre. (nessa afirmação, o artigo define o padre, fia subentendido se tratar de um conhecido, um padre em específico)

O artigo pode ser indefinido: **uma, um, umas, uns**:

Uma coisa; **Umas** coisas; **Um** negócio; **Uns** negócios.

- Encontrei-me com **um** padre. (nesta afirmação, o artigo deixa o substantivo indefinido, já que esse tal padre pode ser qualquer um, não sendo especificado)

*Os artigos indefinidos podem transmitir uma ideia de imprecisão, justamente por serem indefinidos.

Além de flexionar em número, os artigos também flexionam em gênero e devem estar de acordo com o gênero e número do substantivo:

Masculino: **no, nos, do, dos, ao, aos, num, nuns, pelo, pelos**.

Feminino: **na, nas, da, das, à, às, numa, numas, pela, pelas**.

A função sintática do artigo é a de adjunto adnominal. Aparece junto ao

substantivo, concordando em número e gênero.

Além disso, o artigo pode substantivar certas classes de palavras, ou seja, faz com que certas palavras desempenhem papel de substantivo.

O dourado é muito mais bonito que o prateado. (*dourado* e *prateado* são adjetivos, mas, nesta frase, funcionam como substantivos, pois há o artigo *o* determinando-os)

ADJETIVO

É comum dizer que o adjetivo expressa uma qualidade, mas dizer que alguém é **ruim** não é bem uma qualidade. Sendo assim, o mais correto seria dizer que o adjetivo modifica o substantivo.

Menino (substantivo)

Menino alto (substantivo + adjetivo)

No primeiro exemplo é apenas menino, no segundo, menino alto, ou seja, o substantivo foi modificado pelo adjetivo.

A posição do adjetivo pode dar um significado distinto à frase:

Pedro é um menino **grande**. (ele é um menino alto)

Pedro é um **grande** menino. (é um menino com virtude, não se trata mais de altura)

Um chinês **velho** meditava. (um chinês que é velho meditava, o núcleo é chinês, velho é determinante)

Um **velho** chinês meditava. (um velho que é chinês meditava, o núcleo é velho, chinês é determinante)

O adjetivo pode se tornar um substantivo quando um artigo o anteceder:

A camisa **xadrez**. (característica da camisa, adjetivo, modificando o substantivo)

O **xadrez** da camisa. (substantivação do adjetivo, pois tornou-se termo nuclear da oração, que no exemplo anterior era camisa)

Expressões formadas por uma ou mais palavras podem ter a equivalência de um adjetivo, são chamadas de locução adjetiva:

Presente **de grego** (preposição + substantivo)

Eixo **de trás** (preposição + advérbio)

O adjetivo pode flexionar em **número**, singular ou plural. O número estará de acordo com o substantivo que ele modifica:

Chocolate gostoso; Chocolates gostosos.

Quando terminar em vogal ou ditongo, o **s** marca o plural: pobre, pobres; mau, maus.

*Caso a terminação seja nasal, vogal ou ditongo, o **m** dá lugar ao **n + s**: bom, bons; ruim; ruins.

Quando terminar em **r, z** ou **s**, o **es** marca o plural: espetacular, espetaculares; eficaz, eficazes; escocês, escoceses.

Quando terminar em **al, ol, ul**, o plural é marcado por **ais, óis, uis**, respectivamente: mortal, mortais; mongol, mongóis; azul, azuis.

Quando terminar em **el, éis** marca o plural: cruel, cruéis. No caso dos átonos, usa-se **eis**: inteligível, inteligíveis.

Quando terminar em **il, is** marca o plural: anil, anis. Quando for átono, usa-se **eis**: fácil, fáceis.

Quando terminar em **ão**, o plural fica em **ões**: bonitão, bonitões. Mas existem exceções, como alguns que terminam em **ães**: alemães, charlatães, catalães. E outros que terminam em **ãos**: cristãos, pagãos, vãos.

No caso dos adjetivos compostos, formados por dois elementos, somente o último fica no plural:

Tecidos verde-escuros.

*surdo-mudo é uma exceção, sendo *surdos-mudos*, assim como cores que possuam no segundo elemento um substantivo, ficando ambos invariáveis: papéis *verde-piscina*.

O adjetivo flexiona em **gênero**, masculino e feminino, de acordo com o substantivo que modifica:

Menino alto.
Menina alta.

Certos adjetivos possuem a mesma forma para os dois gêneros, como os que terminam em **u**: hindu, zulu; os que terminam em **ês**: cortês, descortês, montês e pedrês; os que terminam em **or**: anterior, posterior, inferior, superior, interior, multicolor, incolor, sensabor, melhor, pior, menor.

*Para a regra acima, com exceção dos adjetivos supracitados, basta colocar um **a** na frente do masculino para torná-lo feminino:

Homem nu; Mulher nua;
Homem escocês; Mulher escocesa;
Homem trabalhador; Mulher trabalhadora.

O adjetivo pode, ser uniforme, ou seja, apresenta apenas uma forma para ambos os gêneros:

Garota exemplar; Garoto exemplar;
Escolha feliz; Lugar feliz.

O adjetivo pode flexionar em grau, **comparativo** ou **superlativo**.

Comparativo: faz uma comparação entre duas coisas referente a uma determinada qualidade, em grau inferior, igual ou superior:

O pão **custa menos que** a carne.
A prata **brilha tanto quanto** o ouro.
O dólar **vale mais que** o real.

Tal comparação pode ocorrer entre duas qualidades de um mesmo ser ou coisa:

O copo está **menos vazio que** cheio.
Jonas é **tão orgulhoso quanto** valente.
O copo está **mais vazio que** cheio.

No caso do **superlativo**, ele pode ser **absoluto sintético** quando apresentar um grau elevado de certa qualidade:

Meu pai é **boníssimo**. (bondade em um grau elevado)

Mas pode ser uma característica ruim, ou talvez um defeito:

Aquele rapaz é **burríssimo**.

O superlativo pode ser **absoluto analítico**, quando palavras que indicam intensidade são empregadas, tais quais *extremamente*, *muito*, etc.:

A maçã é *muito* gostosa.

O dia está *extremamente* quente.

Pode ser **relativo**, quando a qualidade do ser ou coisa se sobressair perante a um grupo:

Pelé é o jogador **mais** lembrado do Santos. (de todos os jogadores que já passam pelo clube, o mais lembrado deles é Pelé)

Esse é um caso de **superlativo relativo de superioridade**. Seria de **inferioridade** de a frase fosse: Pelé é o jogador **menos** lembrado do Santos.

Arqui, *extra*, *hiper* e *super* também são formas de superlativo:

Arqui-inimigo; extracurricular;
hipermercado; superelegante.

Bom, *mal*, *grande* e *pequeno* são adjetivos com comparativos e superlativos anômalos.

Comparativo de superioridade: melhor, pior, maior, menor.

Superlativo relativo: ótimo, péssimo, máximo, mínimo.

Superlativo absoluto: o melhor, o pior, o maior, o menor.

Adjetivos de relação são nomes qualificadores oriundos de substantivos. Restringem a extensão do significado de unidades desta classe de palavras e normalmente não admitem flexão de grau. Por exemplo, *ígneo* = *de fogo*; *férreo* = *de ferro*.

Em termos sintáticos, no texto o adjetivo pode desempenhar as funções de **adjunto adnominal** ou de **predicativo**.

Adjunto adnominal: o adjetivo modifica o sujeito sem necessidade de verbo.

A moça *bonita* saiu para passear. (*moça* é núcleo do sujeito e o adjetivo *bonita* o modifica)

Predicativo do sujeito: o adjetivo modifica o sujeito por meio de um verbo.

Joel ficou *triste* com o resultado. (*triste* modifica o substantivo *Joel*, que o sujeito da oração)

Predicativo do objeto: o adjetivo modifica o sujeito o objeto através por meio de um verbo transitivo.

O turista achou o passeio *maravilhoso*. (*maravilhoso* modifica o substantivo *passeio*, que é o núcleo do objeto direto)

PRONOME

Em uma oração, o pronome pode:

- Representar um substantivo, sendo um **pronome substantivo**:

Havia um *menino* parado, *que* olhava para o outro lado da rua. (neste caso, o pronome substituiu o substantivo, para, assim, evitar sua repetição)

Sintaticamente, no texto pode apresentar a função de:

Sujeito: *Ela* é má.

Objeto indireto: Relatei o caso para *eles*.

- Pode acompanhar um substantivo, sendo um **pronome adjetivo**:

Na *minha* visão, é uma má ideia. (o pronome determina o significado do substantivo, ou seja, não é qualquer visão, mas *minha* visão)

Sintaticamente, no texto pode apresentar a função de:

Adjunto adnominal: *Meu* bairro é sossegado.

Pronomes pessoais: indicam a pessoa do discurso:

1ª pessoa, quem fala: **eu** (singular), **nós** (plural);

2ª pessoa, com quem se fala: **tu** (singular), **vós** (plural);

3ª pessoa, de quem ou de que se fala: **ele**, **ela** (singular), **eles**, **elas** (plural).

Você e **vocês** servem para indicar a 2ª pessoa do discurso, mas se comportam

como os de 3ª pessoa. Ele *vai*; Você *vai*; Eles *vão*; Vocês *vão*.

*Estes também são chamados de **pronomes retos**, pois podem funcionar como sujeitos da oração: *Eles* queriam fazer bagunça.

Podem funcionar como predicativo também: O problema sou *eu*.

Os **obliquos** funcionam como objetivos ou complementos:

1ª pessoa singular: **me**, **mim**, **comigo**;

2ª pessoa singular: **te**, **ti**, **contigo**;

3ª pessoa singular: **se**, **si**, **consigo**, **lhe**, **o**, **a**;

1ª pessoa plural: **nos**, **conosco**;

2ª pessoa plural: **vos**, **convosco**;

3ª pessoa plural: **se**, **si**, **consigo**, **lhes**, **os**, **as**.

Sintaticamente, no texto, *ele*, *ela*, *nós*, *eles* e *elas* podem exercer a função de:

Agente da passiva: O almoço foi feito por *ele*.

Complemento nominal: Rita tinha saudade de *mim*.

Complemento verbal: Solicitei a *ela* mais empenho.

Já *a*, *as*, *o*, *os* podem ter a função de complemento do verbo transitivo direto.

Marcos *a* abraçou.

Lhe e *lhes* podem ter a função de complemento do verbo transitivo indireto.

O menino *lhe* obedeceu com facilidade.

Já *me*, *te*, *se*, *no* e *vos* podem ter a função de objeto direto ou objeto indireto.

Abraçou-*me* com carinho. (objeto direto)

Obedeceu-*nos* sem chororô. (objeto indireto)

*Os pronomes pessoais da 2ª pessoa não são mais usados, ou, quando são, não apresentam a conjugação verbal correta. É mais comum utilizar **você/vocês**, que equivalem à 3ª pessoa, mas se referem à 2ª pessoa do discurso.

Em relação à tonicidade, o pronome pode ser:

Tônico: **mim, nós, ti, vós, ele(s), ela(s), si;**

Átonos: **me, te, se, lhe, lhes, o, a, os, as, nos, vos.**

Quando os verbos possuírem as terminações **-r, -s** ou **-z**, os pronomes **o, os, a, as** assumirão as formas **-lo, -la, -los, -las**:

- Seria possível adquirir**-los**.
- Encontramo**-la** parada à porta.

Quando as terminações forem ditongos nasais (**-ão, -õe(m), -am, -em**), os pronomes **o, os, a, as** assumem as formas **-no, -na, -nos, -nas**:

- Façam**-na** parar!
- Esses vasos são meus. Põe**-nos** sobre a mesa, por favor.

Quando o pronome é da mesma pessoa e faz referência ao próprio sujeito da oração, chama-se oblíquo reflexivo. Tirando **o, a, os, as, lhe, lhes**, os demais oblíquos podem ser reflexivos:

Maria fala de **si** o tempo todo.

Pronomes de tratamento: são utilizados para se dirigir a pessoas de maneira respeitosa, dependendo do grau de formalidade ou do cargo exercido.

Vossa Alteza: príncipes, arquidukes, duques (abreviatura V.A.);

Vossa Eminência: Cardeais (abreviatura V.Em.^a);

Vossa Excelência: Altas autoridades do Governo e das Forças Armadas (abreviatura V.Ex.^a);

Vossa Magnificência: Reitores das Universidades (abreviatura V.Mag.^a);

Vossa Majestade: Reis, imperadores (abreviatura V.M.);

Vossa Excelência Reverendíssima: Bispos e arcebispos (abreviatura V.Ex.^a Rev.^{ma});

Vossa Paternidade: Abades, superiores de conventos (abreviatura V.P.);

Vossa Reverência (V.Rev.^a) ou **Vossa Reverendíssima** (V.Rev.^{ma}): Sacerdotes em geral;

Vossa Santidade: Papa (abreviatura V.S.);

Vossa Senhoria: funcionários públicos graduados, pessoas de cerimônia (abreviatura V.S.^a).

Você: utilizado com pessoas familiares, em relações sem grau de formalidade.

*Ao se referir na 2ª pessoa, a quem se fala, é utilizado o verbo na 3ª pessoa:

Vossa Excelência **é** capaz de tomar **sua** decisão sem interferências externas.

Ao se referir na 3ª pessoa, de quem se fala, o possessivo torna-se **Sua**:

Sua Alteza solicita uma reunião urgente com o cardeal.

Pronomes possessivos: indicam posse e se referem à pessoa do discurso.

1ª pessoa singular: **meu, minha, meus, minhas;**

2ª pessoa singular: **teu, tua, teus, tuas;**

3ª pessoa singular: **seu, sua, seus, suas;**

1ª pessoa plural: **nosso, nossa, nossos, nossas;**

2ª pessoa plural: **vosso, vossa, vossos, vossas;**

3ª pessoa plural: **seu, sua, seus, suas.**

Podem exercer no texto, sintaticamente, a função de adjunto adnominal ao acompanharem o substantivo:

Minha rua é esburacada. (adjunto adnominal do sujeito)

Aquela é a **minha** rua. (adjunto adnominal do predicativo do sujeito)

Pronomes demonstrativos: indicam posição lugar ou a posição da pessoa do discurso.

Variáveis masculinos: **este, estes, esse, esses, aquele, aqueles;**

Variáveis femininos: **esta, estas, essa, essas, aquela, aquelas;**

Invariáveis: **isto, isso, aquilo.**

Estes demonstrativos podem se combinar com as preposições **de** e **em**, criando as formas: **deste, desta, disto; neste, nesta, nisto; desse, dessa, disso; nesse, nessa, nisso; daquele, daquela, daquilo; naquele, naquela, naquilo.**

Aquele, aquela e aquilo podem se contrair com a preposição *a*, gerando: *àquele, àquela e àquilo*.

Podem também ser demonstrativos *o (a, os, as), mesmo, próprio, semelhante e tal*.

Indicando aquilo que está próximo:

Veja bem, **estas** são minhas mãos. (objeto próximo do falante)

Pode indicar o tempo presente, ou que está próximo:

Esta semana será produtiva! (a semana atual)

Indicando aquilo que está próximo da pessoa a quem se fala:

Veja bem, **essas** são suas mãos. (objeto está próximo da pessoa a quem se fala)

Pode indicar o tempo passado:

Eu me lembro bem, **esse** dia foi maneiro. (um dia que já se foi, está no passado)

Indicando algo que está longe de quem e a quem se fala:

Aquele homem, perto do poste, é meu vizinho.

Indica um passado muito remota, distante:

Os dinossauros viveram há milhões de anos. **Naquele** tempo o planeta Terra era diferente.

Os variáveis podem, no texto, ter a função sintática de um substantivo ou de um adjetivo.

Minha casa é **aquela**. (predicativo)

Esta tarefa é difícil. (adjunto adnominal)

Os invariáveis podem desempenhar a função de um substantivo.

Isso é perfeito. (sujeito)

Ele disse **aquilo**. (objeto direto)

Ela necessita **disso**. (objeto indireto)

Com o objetivo de clareza ou de ênfase, para precisar a situação das pessoas ou das coisas a que nos referimos, pode-se acompanhar o demonstrativo de algum gesto indicador, ou reforçá-lo:

- Com os advérbios *aqui, aí, ali, cá, lá, acolá*:

— Espere *aí*. Este *aqui* já pagou. Agora vocês é que vão engolir tudo, se maltratarem este rapaz.

- Com as palavras *mesmo e próprio*:

— Não aceitei. Não sei se fiz o correto.

— É por causa da moça.

— Isso mesmo.

Podem também ter a função de demonstrativos as palavras *tal, mesmo, próprio e semelhante*.

- *Tal* é demonstrativo quando sinônimo: de *este, esta, isto, esse, essa, isso, aquele, aquela, aquilo*:

Certas vezes *tais* meninos jogam bola no campinho.

- De *semelhante*:

Fez-se tudo o que é possível em *tais* situações.

Mesmo e próprio são demonstrativos quando apresentam o sentido de *exato, idêntico* ou de *em pessoa*:

Foi o *próprio* Marcelo quem me contou.

Semelhante funciona como demonstrativo de identidade:

Ela, Raimunda, com toda a raiva do mundo, não diria *semelhante* barbárie.

Pronomes relativos: fazem referência a um substantivo já mencionado. Trata-se do *antecedente*.

Variáveis masculinos: **o qual, os quais, cujo, cujos, quanto, quantos**;

Variáveis femininos: **a qual, as quais, cuja, cujas, quanta, quantas**;

Invariáveis: **quem, que, onde**.

Cujo e cuja têm o mesmo valor de **do qual, da qual** e só pode aparecer antes de um substantivo sem artigo:

O apresentador, **cujo** nome não me recordo, foi demitido. (O apresentador, **do qual** o nome não me recordo, foi demitido.)

Quem só pode ser utilizado com pessoas e uma preposição sempre o antecede:

Aquele moço, **de quem** meu pai nos falou, abriu uma empresa.

Onde equivale a **em que**:

A cidade **onde** nasci é pequena. (A cidade **em que** nasci é pequena.).

Sintaticamente, no texto podem desempenhar a função de:

Sujeito: Fábio, *que* é esperto, venceu na vida. (Fábio venceu na vida / Fábio é esperto)

Predicativo: Caio é o profissional, *que* muitos respeitam. (Caio é o profissional / Muitos respeitam o profissional)

Complemento nominal: Ele tem medo *que* os gatos arranhem. (Ele tem medo de gato / Os gatos arranham)

Objeto direto: Rafael fez o curso, *que* Marcos indicou. (Rafael fez o curso / Marcos indicou o curso)

Objeto indireto: João falou sobre a causa com *a qual* Rita simpatiza. (João falou sobre a causa / Rita simpatiza com a causa)

Adjunto adnominal: O rapaz *cujo* pai é matemático quer ser literato. (O rapaz quer ser literato / O pai do rapaz é matemático)

Adjunto adverbial: Já visitei a cidade *onde* você vive. (Visitei a cidade / Você vive em uma cidade)

Agente da passiva: O quadro *que* Gabriela pintou ficou lindo. (O quadro é lindo / O quadro foi pintado por Gabriela)

Pronomes interrogativos: Fazem referência à 3ª pessoa e são utilizados em frases interrogativas.

Por **que** fez isso?; **Que** horas são?; **Quem** disse?; **Qual** será seu pedido?; **Quantos** anos tem?; **Quantas** horas serão necessárias?.

O interrogativo *quem* pode funcionar como sujeito ou objeto indireto. Ou seja, pode ter a função sintática de um substantivo.

Quem falou isso? (sujeito)

Quem produziu essa música? (objeto direto)

O interrogativo *qual* pode funcionar como adjunto adnominal.

Qual carro é o seu?

O interrogativo *que* pode funcionar com adjunto adnominal, com função adjetiva.

Que conversa foi essa? (que tipo de)

O interrogativo *quanto* pode funcionar como adjunto adnominal, acompanhando um substantivo (como geralmente faz).

Quantos cachorros ela tem?

Pronome indefinido: faz referência à 3ª pessoa, seja no singular ou plural. Não faz referência a algo em específico, por isso o *indefinido*. Indicam algo indeterminado, impreciso.

Alguém em casa?

Qualquer, cada, quem, ninguém, outro, algum, nenhum, muito são exemplos de pronomes indefinidos.

Sintaticamente, no texto podem ter a função de um substantivo, caso desempenhem a função de pronomes substantivos.

Alguém fez isso. (função de sujeito)

Caso exerçam a função de um pronome adjetivo, apresentaram a função sintática de um adjetivo.

Cada pessoa pensa o que quiser. (adjunto adnominal)

Pronomes indefinidos variáveis:

algum, alguns, alguma, algumas (invariável = alguém);

nenhum, nenhuns, nenhuma, nenhuma (invariável = ninguém);

tudo, todos, toda, todas (invariável = tudo);

outro, outros, outra, outras (invariável = outrem);

muito, muitos, muita, muitas (invariável = nada);

pouco, poucos, pouca, poucas (invariável = cada);

certo, certos, certa, certas (invariável = algo);

vário, vários, vária, várias;

tanto, tantos, tanta, tantas;

quanto, quantos, quanta, quantas;

qualquer, quaisquer

Locuções pronominais indefinidas

São grupos de palavras que equivalem a pronomes indefinidos: *cada um, cada qual, quem quer que, todo aquele que, seja quem for, seja qual for*, etc.

Colocação Pronominal

Ênclise

Quando o pronome átono vem depois do verbo:

Sujei-me

Próclise

Quando o pronome átono vem antes do verbo:

Eu me sujei.

Mesóclise

Quando o pronome átono aparece no meio, só podendo ocorrer com formas do futuro do presente ou do futuro do pretérito:

Sujar-me-ei; Sujar-me-ia

Regras

- Verbo no futuro do presente ou futuro do pretérito: apenas próclise ou mesóclise:

Eu me limparia.

Eu me limparei.

Limpar-me-ei

Limpar-me-ia

Próclise obrigatória:

- Em orações com palavras negativas sem pausa entre tal palavra e o verbo:

Nunca a encontrei tão bela e serena.

Aquela acha ainda não pegou e você não a atçou.

- Em orações que começam por pronomes ou advérbios de interrogação:

Quem me enviou esse presente?

Por que te entregas a ele?

- Em orações exclamativas ou que indicam desejo:

Que Deus me acuda!

- Em orações subordinadas desenvolvidas, mesmo que seja uma conjugação oculta:

Quando me vesti, ela já me esperava toda pronta.

- Preposição **em** e gerúndio:

Isso não está lhe fazendo bem.

- Nem a ênclise, nem a próclise, ocorre com participípios. A forma oblíqua regida de preposição é utilizada quando o participípio estiver desacompanhado de auxiliar:

Dada a mim a redação, foi embora.

- A próclise e a ênclise são aceitas com infinitivos, todavia, há uma preferência pela segunda:

Conta-me histórias para me impressionar.

Para não irritá-la, saí de fininho.

- Se o pronome apresentar a forma **o** (principalmente no feminino **a**) e o infinitivo estiver regido pela preposição **a**, a ênclise é mais utilizada:

Se me ouvisse, não continuaria a mimá-lo.

A próclise pode ocorrer também:

- Em advérbios (**bem, mal, ainda, já, sempre, só, talvez**) ou em locuções adverbiais que não tenham pausa os separando:

Até mesmo ele, aos poucos, já me parecia mais familiar.

- Em orações com ordem inversa que comecem com objeto direto ou predicativo:

Fazem o que querem lá dentro; isso te garanto.

- Quando o sujeito estiver anteposto ao verbo com o numeral **ambos** ou pronomes indefinidos:

Alguém lhe carregue daqui.

- Em orações alternativas:

- Só há duas opções: ou as pegue ou as pegu eu.

- Quando houver uma pausa antes do advérbio ou locução adverbial, usa-se ênclise:

Desde cedo, notou-se sua grande genialidade.

- Em locuções verbais com o verbo principal no gerúndio ou infinitivo, usa-se ênclise:

O policial veio interrogar-me.

- Temos próclise com o verbo auxiliar quando temos:

Uma palavra negativa: Ninguém o questiona aqui.

Advérbios ou pronomes de interrogação: Que é que lhe podia ocorrer?

Orações que comecem com palavras exclamativas ou que denotem desejo: Ele nos há de ajudar!

Orações subordinadas desenvolvidas, mesmo que a conjugação esteja oculta: Então virei à esquerda, onde o sujeito me estava aguardando

- Se não houver um elemento que atraia a próclise, a ênclise pode ocorrer ao verbo auxiliar:

Ia-me correndo atrás dele.

- O pronome átono não pode fazer ênclise ao verbo principal que estiver no particípio. Nesse caso, o ocorre a próclise ou a ênclise com o verbo auxiliar:

Tenho-o visitado diariamente, nunca notou?

Dirija-se ao balcão, e tudo lhe será devolvido.

- Ao escrever, nunca inicie uma oração com um pronome oblíquo átono:

Me fizeram de bobo. **Não é o correto** na norma culta

Fizeram-me de bobo. **Esse é o correto.**

NUMERAL

Indica quantidade, ordem e lugar em uma série. Pode ser:

- **Cardinal:** os números básicos (um, dois, três...), que indicam quantidade em si mesma:

Cinco e *cinco* são *dez*. (veja que neste caso os numerais funcionam como substantivos)

Podem indicar também a quantidade de algo, acompanhando o substantivo:

Três pratos de trigo para *três tigres* famintos.

Flexiona em gênero os cardinais **um** e **dois**, assim como as centenas a partir de **duzentos**:

uma, duas; duzentos, duzentas.

Flexiona em número **milhão**, **bilhão**, etc.:

Dois *trilhões*.

Ambos pode substituir **os dois** e flexiona em gênero:

Ambos os técnicos se estranharam.

Foi perfurar uma orelha e acabou perfurando **ambas**.

- **Ordinal:** ordena, em uma série, uma sucessão de seres ou coisas:

O piloto brasileiro foi o *primeiro* colocado no Grande Prêmio.

Podem flexionar em número e gênero:

6º sexto, sexta; 10º décimo, décima.

sextos, sextas; décimos, décimas.

80º octogésimo(s), octogésima(s).

**Segundo* indica uma ordem que vem após o primeiro, mas antes do terceiro. Não confundir com *segundo* no sentido de *de acordo com*:

“*Segundo* o Ministério da Saúde, fumar causa câncer”.

“*De acordo com* o Ministério da Saúde, fumar causa câncer”.

- **Multiplicativo:** indica o aumento proporcional de uma quantidade:

Meu irmão tem o *dobro* da idade do meu primo.

Caso possua valor de substantivo, é invariável. Quanto apresenta valor de adjetivo, pode flexionar em número e gênero:

Tomou três doses *duplas* de whisky.

Os multiplicativos **dúplice**, **tríplice** e etc. podem variar em número:

Formaram alianças *tríplices*.

- **Fracionário**: indica diminuição proporcional de uma quantidade:

Quitei *três quintos* do financiamento.

O emprego dos fracionários deve concordar com os cardinais quanto indicar número das partes:

O despertador marcava dez e *um quinto*.

Meio ou **meia** deve concordar em gênero com aquilo que a quantidade da fração está designando:

Estava a um **passo** e *meio* de distância.

Até às dez e *meia* da **noite** haverá tempo.

- Coletivo: indicam um conjunto de seres ou coisas, dando o número exato: **dezena**, **década**, **dúzia**, **novena**, **centena**, **cento**, **milhar**, **milheiro**, **par**.

Flexionam-se em número:

centena, *centenas*; *par*, *pares*.

É possível flexionar os numerais em grau, aumentativo e diminutivo, assim como os substantivos. Ao fazer isso, aplica-se uma ênfase sobre o numeral.

Me dá uma chance. Só *umazinha*! - Aqui *uma* está no diminutivo. Ao falar dessa forma, há uma ênfase no pedido, para tentar tocar o sentimento do interlocutor.

Foi muito caro! Paguei *cinquentão*! - Aqui *cinquenta* está no aumentativo. Essa ênfase indica que o preço, para quem fala, foi muito caro. Não foi apenas cinquenta, mas cinquentão, isto é, não foi barato.

Sintaticamente, em um texto o numeral pode substituir um substantivo.

Sujeito: Dois é mais que um.

Predicativo do sujeito: O número da sorte é *treze*.

Objeto direto: Acertei duas respostas e ela acertou *cinco*.

Pode ter a função de adjunto adnominal quando acompanhar o substantivo.

Dois funcionários chegaram tarde.

VERBO

Palavra que expressa ação, estado, fato ou fenômeno. O verbo é indispensável na organização do período. Na oração, sua função obrigatória é a de predicado.

Pode flexionar em **número** e **pessoa**:

1ª pessoa (singular): Eu canto

1ª pessoa (plural): Nós cantamos

2ª pessoa (singular): Tu cantas

2ª pessoa (plural): Vós cantais

3ª pessoa (singular): Ele canta / Você canta

3ª pessoa (plural): Eles cantam / Vocês cantam

*Veja que as pessoas correspondem aos pronomes pessoais.

Pode também flexionar em **modo**, que são as diferentes formas de um verbo se realizar:

Modo indicativo - expressa um fato certo:

Vou amanhã.; *Dormiram* tarde.

Modo imperativo - expressa ordem, pedido, proibição ou conselho:

Venha aqui.; Não *faça* isso.; *Sejam* cuidadosos.

Subjuntivo - expressa um fato possível, hipotético, duvidoso:

É *provável* que faça sol.

Os verbos também possuem formas nominais, que são:

Infinitivo pessoal (quando houver sujeito) - É necessário *repensarmos* os nossos hábitos.

Infinitivo impessoal (quando não houver sujeito) - Eles pediram para *participar* no trabalho.

Gerúndio - Estou *estudando*.

Particípio - Havia *estudado*.

Os verbos apresentam a flexão de **tempo**. Existe o tempo **presente**, que indica que o fato ocorre no momento atual. Existe o tempo **pretérito**, que indica fato ocorrido no passado. Existe o tempo **futuro**, que indica que o fato ainda vai ocorrer.

No modo indicativo e no subjuntivo, o pretérito divide-se em **imperfeito**, **perfeito** e **mais-que-perfeito**.

No modo indicativo, o futuro divide-se em **do presente** e **do pretérito**. No subjuntivo, em **simples** e **composto**.

O tempo presente é indivisível.

Vozes do verbo

Pode flexionar na **voz**. O fato que o verbo expressa pode ser representado na **voz ativa**, **voz passiva** ou **voz reflexiva**. Na **voz ativa** temos um **objeto direto**, que se torna o sujeito da **voz passiva**. No caso da **voz reflexiva**, tanto o **objeto direto** quanto o **indireto** são a mesma pessoa do sujeito. Apenas os verbos transitivos permitem transformação de voz.

Ação praticada pelo sujeito, voz ativa:
Carla *abriu* o livro.

Ação sofrida pelo sujeito, voz passiva:
O livro *foi aberto* por Carla.

Ação praticada e sofrida pelo sujeito:
Carla *cortou-se*.

A **voz passiva** pode ser expressa:

Com o verbo auxiliar *ser* e o particípio do verbo que se deseja conjugar - O livro *foi aberto* por Carla.

Ou com o pronome apassivador *se* e uma terceira pessoa verbal, tanto no singular quanto no plural, que esteja em concordância com o sujeito:

Não *se vê uma nuvem* no céu. (= não é vista uma nuvem no céu)

A **voz reflexiva** aparece quando formas da voz ativa se juntam aos pronomes oblíquos *me*, *te*, *nos*, *vos* e *se* (seja no singular ou no plural):

Eu *me cortei*. (Eu cortei a mim mesmo)

Quando o acento tônico recai no radical de certas formas verbais, temos as **formas rizotônicas**: *falam*, *andem*, *pergunte*.

Quando o acento tônico recai na terminação, temos as **formas arrizotônicas**: *falamos*, *falemos*.

Classificação

Os verbos são classificados em:

Regulares - *acordar*, *beber* e *abrir* são verbos regulares, pois a flexão dos mesmos segue um certo padrão. Podemos dizer que *falar* pertence à 1ª conjugação, *fazer*, à 2ª, e *mentir* à 3ª.

Irregulares - são verbos que não seguem esse padrão estabelecido pelos regulares, como, por exemplo, *averiguar*, *haver*, *medir*, etc.

*Os verbos são irregulares quando apresentam alterações nos radicais e nas terminações verbais.

haver - *houve*: houve uma alteração no radical *hav-*, que virou *houv-*. O verbo *haver* é irregular

dar - *dou*: houve alteração na terminação, *-ar* para *-ou*. O verbo *dar* é irregular.

Alguns verbos, como os da 1ª conjugação com radicais terminados em *g*, precisam mudar de letra em certas conjugações: *chegar* - *cheguei*. Essa é uma necessidade gráfica, para manter a uniformidade da pronúncia. Caracteriza-se como uma **discordância gráfica**, não como uma irregularidade verbal.

Defectivos - são verbos como *abolir* e *falir*, que não possuem algumas formas.

Abundantes - apresentam duas ou mais formas equivalentes. A abundância acontece do particípio. O verbo *entregar*, por exemplo, possui os particípios *entregado* e *entregue*.

A função do verbo pode ser a de **principal**, que significa que o verbo mantém seu significado total:

Comi pão.

Quando o verbo é combinado com formas nominais de um verbo principal,

constituindo uma conjugação composta do mesmo, perde seu significado próprio. Esse verbo possui a função de **auxiliar**:

Tenho comido pão.

Verbos auxiliares são aqueles que entram na formação dos tempos compostos e das locuções verbais. O verbo principal, quando acompanhado de verbo auxiliar, é expresso em uma das formas nominais: infinitivo, gerúndio ou particípio.

O jogador vem sendo o destaque da equipe.

* Os auxiliares de uso mais comum são *ter, haver, ser, estar e ir*.

Estrutura do verbo

O verbo possui um radical que é geralmente invariável, e uma terminação que pode variar para indicar o modo e o tempo, a pessoa e o número:

fal- (**radical**) ar (**terminação**) = falar;

faz- (**radical**) er (**terminação**) = fazer;

abr- (**radical**) ir (**terminação**) = abrir

Os verbos possuem uma **vogal temática**, que indica a conjugação. Há também a **desinência verbo-temporal**, que expressa o modo e o tempo do verbo: em “faláássemos” o elemento destacado no verbo indica o tempo pretérito imperfeito do subjuntivo. Além disso, há a desinência número-pessoal, que indica a pessoa e o número: em *abrimos*, a flexão *-mos* indica primeira pessoa do plural.

Conjugação do verbo

Quando conjugamos um verbo, fazemos uso de todos os seus modos, tempos, pessoas, números e vozes. Conjugação é agrupar as flexões do verbo de acordo com uma ordem. Existem três conjugações, que são marcadas pela vogal temática:

1ª conjugação vogal temática *a*:

fal-*a*-r, and-*a*-r, cant-*a*-r.

2ª conjugação vogal temática *e*:

faz-*e*-r, com-*e*-r, bat-*e*-r.

3ª conjugação vogal temática *i*:

abr-*i*-r, part-*i*-r, sorr-*i*-r.

A vogal temática aparece com mais ênfase no infinitivo e os verbos nesse modo terminam com uma vogal temática + sufixo *r*.

*O verbo *pôr* tem a terminação *-or*, não possuindo a vogal temática no infinitivo. Por isso é considerado um *verbo anômalo*.

Os verbos apresentam tempos **primitivos e derivados**. Os **primitivos** são o:

- **Presente do infinitivo impessoal** - falar, fazer, etc.;

- **Presente do indicativo** (1ª e 2ª pessoas do singular e 2ª pessoa do plural) - faço, faças, fazeis;

- **Pretérito perfeito do indicativo** (3ª pessoa do plural) - fizeram.

Os tempos derivados são formados com o radical dos primitivos. Veja o tempo simples na voz ativa:

Presente do infinitivo

dizer

Pretérito imperfeito do indicativo: dizia, dizias, dizia, etc.

Futuro do presente: direi, dirás, dirá, etc.

Futuro do pretérito: diria, dirias, diria, etc.

Infinitivo pessoal: dizer, dizeres, dizer, etc.

Gerúndio: dizendo

Particípio: dito

Presente do indicativo

faço, fazes, fazeis

Presente do subjuntivo: faça - faça, faças, faça, façamos, façais, façam.

Imperativo afirmativo: fizes - faze; fazeis - fazei.

Pretérito perfeito do indicativo

fizeram

Pretérito mais-que-perfeito do indicativo: fizera, fizeras, fizera, etc.

Pretérito imperfeito do subjuntivo: fizesse, fizesse, fizesse, etc.

Futuro do subjuntivo: fizer, fizeres, fizer, etc.

Modo indicativo

Presente - expressa uma ação que ocorre no tempo atual: *Corro* todos os dias.

Pretérito perfeito - expressa uma ação concluída: *Corri* ontem.

Pretérito imperfeito - expressa uma ação que ainda não foi acabada: Antigamente não *corria* um dia sequer.

Pretérito mais-que-perfeito - expressa uma ação anterior a outra que já foi concluída: *Correra* pela manhã antes de ir à escola.

Futuro do presente - expressa uma ação que será realizada: *Correrei* amanhã cedo.

Futuro do pretérito - expressa uma ação futura em relação a outra, já concluída: Falou que não *correria* hoje.

Modo subjuntivo

Presente - expressa uma ação incerta no tempo atual: *Que* eles corram.

Pretérito imperfeito - expressa o verbo no passado que depende de uma ação também passada: Se ele *corresse* teria mais vigor.

Futuro - expressa uma ação futura cuja realização depende de outra ação: Quando eles *correrem* ficarão cansados.

Modo imperativo

É dividido em:

- **Imperativo afirmativo** - em sua formação, a 2ª pessoa do singular e do plural são derivadas das pessoas correspondentes do presente do indicativo, retirando o *s* do final. As demais pessoas apresentam a mesma forma do presente do subjuntivo.

- **Imperativo negativo** - as pessoas do presente do subjuntivo.

Afirmativo: Faça você.

Negativo: Não faça você.

Tempo Composto

Voz ativa - são anteceditos pelo verbo *ter* ou pelo *haver*, seguidos do particípio do verbo principal: *Tenho dormido* pouco; *Havíamos estado* lá.

Voz Passiva - são anteceditos pelo verbo *ter* ou pelo *haver* + o verbo *ser*, seguidos do particípio do verbo principal: *Tenho sido feito* de bobo por ela; *Ambos haviam sido vistos* na rua.

Locução Verbal - é formada por um verbo auxiliar seguido de *gerúndio* ou *infinitivo* do verbo principal: Eles *devem iniciar* os trabalhos a partir de amanhã; As compras *foram pagas* à vista.

Em “As compras foram pagas à vista”, a forma *foram* (verbo *ser*) é o auxiliar, e *pagas* o principal.

Encontramos uma perífrase verbal, ou locução verbal, quando do mesmo domínio predicativo participam um verbo auxiliar e uma forma nominal (*infinitivo*, *gerúndio* ou *particípio passado*) do verbo principal (verbo pleno), com intermediação, ou não, de preposição (*a*, *de*, *por*, *para*).

Exemplos:

- *Estou a escrever* um romance.

- *Está vendo?*

- O Zé foi *atropelado* por uma bicicleta.

Verbo pronominal: são conjugados em conjunto com um pronome oblíquo átono (*me*, *te*, *se*, *nos*, *vos*, *se*). Esse pronome oblíquo deve fazer referência à mesma pessoa do sujeito.

Essa conjugação pode ser **reflexiva**, caso a ação recaia sobre o próprio sujeito: Cortei-me. (o sujeito cortou a si mesmo)

Ou pode ser **recíproca**, caso existam dois sujeitos na oração e a ação recaia sobre ambos: Eles se beijaram. (ambos deram um beijo e receberam um beijo)

Verbo significativo: é o verbo que apresenta função sintática de núcleo do predicado verbal ou verbo-nominal. Nestes casos, o verbo é a informação de maior relevância.

João *comeu* torta. (o verbo é a informação mais relevante, sem ele a frase sequer faria sentido)

Esse tipo de verbo também pode ser chamado de **pleno**. Indicam ações praticadas ou fenômenos da natureza.

Pode ser **transitivo direto**, ou seja, precisa de um complemento para fazer sentido, mas não necessita obrigatoriamente de uma preposição para se conectar ao objeto direto.

Pode ser **transitivo indireto**, ou seja, precisa de um complemento e necessita obrigatoriamente de uma preposição para se ligar ao objeto indireto e fazer sentido.

Pode ser **intransitivo**, ou seja, não necessita de complemento para fazer sentido e podem formar predicados por conta própria.

O cachorro *comeu* ração. (o verbo se liga ao objeto direto, que é *ração*, sem preposição)

Eu *fui* a São Paulo. (o verbo se liga ao objeto indireto, que é *São Paulo*, com o uso de preposição)

Minha pipa *caiu*. (intransitivo, pois o verbo já apresenta sentido por si mesmo)

Verbo de ligação: apresenta a função sintática de predicado, ligando o sujeito ao predicativo. Importante lembrar que o núcleo do predicado é um adjetivo, pois é a informação mais relevante.

Diferente dos verbos transitivos ou intransitivos, não indica uma ação realizada ou sofrida.

São verbos de ligação: *ser, estar, permanecer, ficar, tornar-se, andar, parecer, virar, continuar, viver*.

A mulher *parece* nervosa. (não apresenta nenhum tipo de ação, mas sim liga o sujeito, *a mulher*, ao predicativo, *nervosa*)

Verbos que podem causar confusão

Certas conjugações podem causar um nó em nossa cabeça. Veja algumas delas:

Verbo intervir: Eu *intervenho* (presente do indicativo); Eu *intervinha* (pretérito imperfeito do indicativo); Eu *intervim* (pretérito perfeito do indicativo).

Verbo gerir: Eu *giro* (presente do indicativo); Que eu *gira*; Que eles *giram* (presente do subjuntivo).

Verbo intermediar: Eu *intermedeio*; Eles *intermedeiam* (presente do indicativo);

Que eu *intermedeie* (presente do subjuntivo).

Verbo requerer: Eu *requero* (presente do indicativo); Eu *requeri* (pretérito perfeito do indicativo); Que eu *requiera* (presente do subjuntivo).

Verbo reaver no pretérito perfeito do indicativo: Eu *reouve*; Ele *reouve*; Eles *reouveram*.

Verbo pôr: Eu *punha* (pretérito imperfeito do indicativo); Eu *pus* (pretérito perfeito do indicativo); Eu *pusera* (pretérito mais-que-perfeito do indicativo).

Verbo manter: Eu *mantive*; Ele *manteve*; Eles *mantiveram* (pretérito perfeito do indicativo).

Verbo ver: Quando eu *vir*; Quando ele *vir*; Quando eles *virem* (futuro do subjuntivo).

A *relação temporal* pode expressar ideia de comparação:

“O que antes era restrito a profissionais de educação e comunicação, agora já faz parte da rotina de profissionais de várias áreas”.

Há uma comparação entre o passado (era) e o presente (faz).

Ter e Haver

Quando o verbo *haver* apresentar o sentido de *existir, acontecer, realizar-se e fazer* (este em orações que indiquem tempo), ele será impessoal. Ou seja, deve ficar na 3ª pessoa do singular.

Há diversas montanhas nessa região. (sentido de *existem*).

Porque não *há* dúvidas de que, ao desenhar, aquele homem estava escrevendo. (sentido de *existem*)

Houve muitas festas e celebrações durante o mês de junho. (sentido de *aconteceram*)

Para organizar melhor o evento, *haverá* algumas reuniões na próxima semana. (sentido de *será realizada*)

Há muitos meses que ela não me visita. (sentido de *faz*)

Quando o verbo *ter* puder substituir o verbo *haver*, deve aparecer na 3ª pessoa do singular, já que também será impessoal. Vale lembrar que o uso do *ter* no lugar do *haver* apresenta um pouco mais de informalidade ao texto.

Tem diversas montanhas nessa região. (sentido de *existem*).

Teve muitas festas e celebrações durante o mês de junho. (sentido de *aconteceram*)

Para organizar melhor o evento, *terá* algumas reuniões na próxima semana. (sentido de *será realizada*)

Tem muitos meses que ela não me visita. (sentido de *faz*)

“Eles *havi*am ficado tristes.”

“Eles *tin*ham ficado tristes.”

Na frase acima, o verbo *haver* foi empregado com sentido de *ter*. Nesse tipo de caso é possível usar *havi*am, pois não há impessoalidade.

CONJUGAÇÃO DE ALGUNS VERBOS REGULARES

Verbos: estudar; escrever; partir.

Gerúndio: estudando; escrevendo; partindo.

Particípio Passado: estudado; escrito; partido.

Infinitivo: estudar; escrever; partir.

Presente do Indicativo

Eu: estudo; escrevo; parto.

Tu: estudas; escreves; partes.

Ele/Ela: estuda; escreve; parte.

Nós: estudamos; escrevemos; partimos.

Vós: estudais; escreveis; partis.

Eles: estudam; escrevem; partem.

Pretérito Perfeito do Indicativo

Eu: estudei; escrevi; parti.

Tu: estudaste; escreveste; partiste.

Ele/Ela: estudou; escreveu; partiu.

Nós: estudamos; escrevemos; partimos.

Vós: estudastes; escrevestes; partistes.

Eles: estudaram; escreveram; partiram.

Pretérito Mais-Que-Perfeito do Indicativo

Eu: estudara; escrevera; partira.

Tu: estudaras; escreveras; partiras.

Ele/Ela: estudara; escrevera; partira.

Nós: estudáramos; escrevêramos; partíramos.

Vós: estudáreis; escrevêreis; partíreis.

Eles: estudaram; escreveram; partiram.

Pretérito Imperfeito do Indicativo

Eu: estudava; escrevia; partia.

Tu: estudavas; escrevias; partias.

Ele/Ela: estudava; escrevia; partia.

Nós: estudávamos; escrevíamos; partíamos.

Vós: estudáveis; escrevíeis; partíeis.

Eles: estudavam; escreviam; partiam.

Futuro do Pretérito do Indicativo

Eu: estudaria; escreveria; partiria.

Tu: estudarias; escreverias; partirias.

Ele/Ela: estudaria; escreveria; partiria.

Nós: estudaríamos; escreveríamos; partiríamos.

Vós: estudaríeis; escreveríeis; partiríeis.

Eles: estudariam; escreveriam; partiriam.

Futuro do Presente do Indicativo

Eu: estudarei; escreverei; partirei.

Tu: estudarás; escreverás; partirás.

Ele/Ela: estudará; escreverá; partirá.

Nós: estudaremos; escreveremos; partiremos.

Vós: estudareis; escrevereis; partireis.

Eles: estudarão; escreverão; partirão.

Presente do Subjuntivo

Que eu: estude; escreva; parta.

Que tu: estudes; escrevas; partas.

Que ele/ela: estude; escreva; parta.

Que nós: estudemos; escrevamos; partamos.

Que vós: estudeis; escrevais; partais.

Que eles: estudem; escrevam; partam.

Pretérito Imperfeito do Subjuntivo

Se eu: estudasse; escrevesse; partisse.

Se tu: estudasses; escrevesse; partisses.

Se ele/ela: estudasse; escrevesse; partisse.

Se nós: estudássemos; escrevêssemos; partíssemos.

Se vós: estudásseis; escrevêsseis; partísseis.

Se eles: estudassem; escrevessem; partissem.

Futuro do Subjuntivo

Quando eu: estudar; escrever; partir.

Quando tu: estudares; escreveres; partires.

Quando ele/ela: estudar; escrever; partir.

Quando nós: estudarmos; escrevermos; partirmos.

Quando vós: estudardes; escreverdes; partirdes.

Quando eles: estudarem; escreverem; partirem.

Imperativo Afirmativo

--

estuda; escreve; parte **Tu**.

estude; escreva; parta **Você**.

estudemos; escrevamos; partamos **Nós**.

estudai; escrevei; parti **Vós**.

estudem; escrevam; partam **Vocês**.

Imperativo Negativo

--

Não estudes; escrevas; partas **Tu**.

Não estude; escreva; parta **Você**.

Não estudemos; escrevamos; partamos **Nós**.

Não estudeis; escrevais; partais **Vós**.

Não estudem; escrevam; partam **Vocês**.

Infinitivo Pessoal

Por estudar; escrever; partir **Eu**.

Por estudares; escreveres; partires **Tu**.

Por estudar; escrever; partir **Ele/Ela**.

Por estudarmos; escrevermos; partirmos **Nós**.

Por estudardes; escreverdes; partirdes **Vós**.

Por estudarem; escreverem; partirem **Eles**.

CONJUGAÇÃO DE ALGUNS VERBOS IRREGULARES

Verbos: adequar; ser; ir.

Gerúndio: adequando; sendo; indo.

Particípio Passado: adequado; sido; ido.

Infinitivo: adequar; ser; ir.

Presente do Indicativo

Eu: adequo; sou; vou.

Tu: adequas; és; vais.

Ele/Ela: adequa; é; vai.

Nós: adequamos; somos; vamos.

Vós: adequais; sois; ides.

Eles: adequam; são; vão.

Pretérito Perfeito do Indicativo

Eu: adequiei; fui; fui.

Tu: adequaste; foste; foste.

Ele/Ela: adequou; foi; foi.

Nós: adequamos; fomos; fomos.

Vós: adequastes; fostes; fostes.

Eles: adequaram; foram; foram.

Pretérito Mais-Que-Perfeito do Indicativo

Eu: adequara; fora; fora.

Tu: adequaras; foras; foras.

Ele/Ela: adequara; fora; fora.

Nós: adequáramos; fôramos; fôramos.

Vós: adequáreis; fôreis; fôreis.

Eles: adequaram; foram; foram.

Pretérito Imperfeito do Indicativo

Eu: adequava; era; ia.

Tu: adequavas; eras; ias.

Ele/Ela: adequava; era; ia.

Nós: adequávamos; éramos; íamos.

Vós: adequáveis; éreis; íeis.

Eles: adequavam; eram; iam.

Futuro do Pretérito do Indicativo

Eu: adequaria; seria; iria.

Tu: adequarias; serias; irias.

Ele/Ela: adequaria; seria; iria.

Nós: adequaríamos; seríamos; iríamos.

Vós: adequaríeis; séríeis; iríeis.

Eles: adequariam; seriam; iriam.

Futuro do Presente do Indicativo

Eu: adequarei; serei; irei.

Tu: adequarás; serás; irás.

Ele/Ela: adequará; será; irá.
Nós: adequaremos; seremos; iremos.
Vós: adequareis; sereis; ireis.
Eles: adequarão; serão; irão.

Presente do Subjuntivo

Que eu: adéque; seja; vá.
Que tu: adéques; sejas; vás.
Que ele/ela: adéque; seja; vá.
Que nós: adequemos; sejamos; vamos.
Que vós: adequeis; sejais; vades.
Que eles: adéquem; sejam; vão.

Preterito Imperfeito do Subjuntivo

Se eu: adequasse; fosse; fosse.
Se tu: adequasses; fosses; fosses.
Se ele/ela: adequasse; fosse; fosse.
Se nós: adequássemos; fôssemos; fôssemos.
Se vós: adequásseis; fôsseis; fôsseis.
Se eles: adequassem; fossem; fossem.

Futuro do Subjuntivo

Quando eu: adequar; for; for.
Quando tu: adequares; fores; fores.
Quando ele/ela: adequar; for; for.
Quando nós: adequarmos; formos; formos.
Quando vós: adequardes; fordes; fordes.
Quando eles: adequarem; forem; forem.

Imperativo Afirmativo

--
adéqua; sê; vai **Tu**.
adéque; seja; vá **Você**.
adequemos; sejamos; vamos **Nós**.
adequai; sede; ide **Vós**.
adéquem; sejam; vão **Vocês**.

Imperativo Negativo

--
Não adéques; sejas; vás **Tu**.
Não adéque; seja; vá **Você**.
Não adequemos; sejamos; vamos **Nós**.
Não adequeis; sejais; vades **Vós**.
Não adéquem; sejam; vão **Vocês**.

Infinitivo Pessoal

Por adequar; ser; ir **Eu**.

Por adequares; seres; ires **Tu**.
Por adequar; ser; ir **Ele/Ela**.
Por adequarmos; sermos; irmos **Nós**.
Por adequardes; serdes; irdes **Vós**.
Por adequarem; serem; irem **Eles**.

ADVÉRBIO

Possui a função de modificar o verbo, o adjetivo ou o próprio advérbio. Dentro da oração, sua função sintática é a de *adjunto adverbial*. Pode ser classificado como:

- **De afirmação:** *sim, certamente, deveras, incontestavelmente, realmente, efetivamente.*

- **De dúvida:** *talvez, quiçá, acaso, porventura, certamente, provavelmente, decerto, certo.*

- **De intensidade:** *assaz, bastante, bem, demais, mais, menos, muito, pouco, quanto, quão, quase, tanto, tão, etc.*

- **De lugar:** *abaixo, acima, adiante, aí, além, ali, aquém, aqui, atrás, através, cá, defronte, dentro, detrás, fora, junto, lá, longe, onde, perto, etc.*

- **De modo:** *assim, bem, de balde, depressa, devagar, mal, melhor, pior e quase todos aqueles que terminam em - mente: inteligentemente, pesadamente, etc.*

- **De negação:** *não, tampouco.*

- **De tempo:** *agora, ainda, amanhã, anteontem, antes, breve, cedo, depois, então, hoje, já, jamais, logo, nunca, ontem, outrora, sempre, tarde, etc.*

Quando empregados em interrogações diretas ou indiretas, alguns advérbios podem ser classificados como **interrogativos**:

- Por que? **de causa:**
Por que fez isso?

- Onde? **de lugar:**
Quero saber onde está minha carteira.

- Como? **de modo:**

Como está seu pai?

- Quando? **de tempo:**

Quando será seu aniversário?

Locução adverbial: são expressões, de uma ou mais palavras, que funcionam como advérbio. Podem ser formadas por uma preposição + um substantivo, um adjetivo ou um advérbio: *à noite; de repente; de perto.*

Mas podem ser mais complexas, como *palmo a palmo.*

Da mesma forma que os advérbios, as locuções adverbiais podem ser:

- **De afirmação (ou dúvida):**

com certeza; sem dúvida

- **De intensidade:**

de pouco, de muito, etc.

- **De lugar:**

por aqui, à direita, etc.

- **De modo:**

de bom grado, à toa, etc.

- **De negação:**

de maneira alguma, de modo algum, etc.

- **De tempo:**

de dia, à noite, etc.

Quando o advérbio modifica o **adjetivo**, o **particípio** isolado ou o **advérbio**, aparece antes destes:

Meio capenga, consegui atravessar o deserto.

No caso dos advérbios de **tempo** e de **lugar**, podem aparecer antes ou depois do **verbo**:

Outrora fora um lugar de glórias.

Eu não consigo *sair daqui*.

No caso dos advérbios de **negação**, vêm sempre antes do verbo:

Não consegui completar os objetivos propostos.

PREPOSIÇÃO

Possuem a função de relacionar dois termos de uma oração, fazendo com que o sentido do primeiro (termo regente) seja explicado ou completado pelo segundo (termo regido). A preposição é uma palavra invariável.

Sintaticamente, a preposição não desempenha nenhuma função sintática na oração. Sua função é unir palavras.

- “Vou a Paris”

Vou (**regente**)

a (**preposição**)

Paris (**regido**)

Quando expressa por apenas um vocábulo, a preposição é **simples**; quando formada por dois ou mais vocábulos (sendo o último uma simples, normalmente *de*), é **composta**.

Simples: *a; ante; após, até; com; contra; de; desde; em; entre; para; perante; por(per); sem; sob; sobre; trás.*

As preposições **simples** também são chamadas de **essenciais**, para distingui-las de palavras de outras classes que podem acabar funcionando como proposições. São as **preposições acidentais**: *afora, conforme, consoante, durante, exceto, fora, mediante, não obstante, salvo, segundo, senão, tirante, visto, etc.*

Locuções prepositivas: são expressões normalmente formadas por advérbio (ou locução adverbial) + preposição, e possuem função de preposição. Alguns exemplos: *abaixo de; apesar de; devido a; junto a.*

Uma preposição isolada não apresenta um sentido, mas, dentro de uma oração, pode expressar:

Assunto: Comentou *sobre* futebol.

Tempo: Caminhei *durante* dias.

Finalidade: Estudo *para* aprender. (*para* pode ser reduzido em *pra*, algo que ocorre muito na fala; é preciso ficar atento, pois tal redução faz parte da linguagem informal, não da norma padrão/culta)

Lugar: Vivo *em* Brasília.

Meio: Viajei *de* ônibus.

Falta: Estou *sem* grana.

Oposição: Jogou a torcida *contra* o técnico.

As preposições *a*, *de* e *per* podem se unir a outras palavras, formando uma única outra. Quando essa união ocorre sem a perda de fonema, temos a **combinação**; caso haja perda de fonema, o resultado é a **contração**.

- A preposição *a* pode se unir aos artigos e pronomes demonstrativos *o*, *os*, ou com o advérbio *onde*: *ao*, *aos*, *aonde*.

*Dica: *onde* indica lugar, *aonde*, movimento: Me lembro daquele lugar, *onde* vivi na infância; Vou *aonde* você for. (vou a + onde)

- As preposições *a*, *de*, *em*, *per* podem se contrair com artigos, e algumas até mesmo com pronomes e advérbios:

a + a = *à*; a + o = *ao*; de + o = *do*; em + esse = *nesse*; per + a = *pela*.

CONJUNÇÃO

Tem a função de ligar orações ou palavras da mesma oração. São conectivos. Uma conjunção é invariável.

Não desempenham função sintática na oração. Quando utilizada em um período composto, faz com que haja uma relação de coordenação ou subordinação entre as orações que integram o período.

Conjunção coordenativa: faz uma ligação entre orações sem que uma dependa da outra, ou seja, a segunda oração não completa o sentido da primeira. Pode ser:

Aditiva - indica a ideia de adição: *e*, *nem*, *mas também*, *mas ainda*, *senão também*, *como também*, *bem como*.

Comeu o bolo, *bem como* o brigadeiro. (comeu o bolo + o brigadeiro)

Meu cachorro não só rola, *mas também* dá a patinha. (o cachorro rola e dá a patinha)

Adversativa - indica oposição, contraste: *mas*, *porém*, *todavia*, *contudo*, *no entanto*, *entretanto*.

O jogo estava bom, *mas* o time levou um gol. (a segunda oração apresenta uma ideia contrária, que faz oposição à primeira = estava bom / ficou ruim)

*A conjunção *e* pode apresentar valor adversativo em certas ocasiões, como:

Ele fala, *e* não faz. (Ele fala, *mas* não faz)

Alternativa - indica alternativa, alternância: *ou...ou*, *ora...ora*, *quer...quer*, *seja...seja*, *nem...nem*, *já...já*.

Ou você arruma um emprego *ou* você estuda. (quando um fato for cumprido, o outro não poderá ser efetivado)

Conclusiva - indica uma conclusão, consequência: *logo*, *pois*, *portanto*, *por conseguinte*, *por isso*, *assim*, *então*.

Carlos gastou tudo em apostas, *por isso* ficou pobre. (a primeira oração apresenta um fato, a segunda, sua consequência)

Explicativa - indica explicação, motivo: *que*, *porque*, *pois*, *porquanto*.

Vou dormir, *pois* estou caindo de sono. (a segunda oração explica a primeira, ou seja, por estar muito cansado, vai dormir)

Conjunção subordinativa: faz uma ligação de dependência, ou seja, o sentido da segunda oração dependerá da primeira. Excetuando as integrantes, as subordinativas iniciam orações que indicam circunstâncias.

Causal - apresenta ideia de causa: *porque*, *pois*, *porquanto*, *como* [no sentido de *porque*], *pois que*, *por isso que*, *já que*, *uma vez que*, *visto que*, *visto como*, *que*.

O cachorro late *porque* é bravo. (a causa de o cachorro latir é ele ser bravo)

Comparativa - inicia uma oração que termina o segundo elemento de uma comparação: *que*, *do que* (depois de - *mais*, *menos*, *maior*, *menor*, *melhor*, *pior*), *qual* (depois de *tal*), *quanto* (depois de *tanto*),

como, assim como, bem como, como se, que nem.

Era mais inteligente *que* forte.

Nada me chateia tanto *quanto* uma pessoa falsa.

Concessiva - inicia uma oração que indica uma concessão, um fato contrário: *embora, conquanto, ainda que, mesmo que, posto que, bem que, se bem que, apesar de que, nem que, que, por mais que*.

Coma, *mesmo que* apenas um pouco.

João se veste mal, *embora* seja rico.

Condicional - inicia uma oração que apresenta uma hipótese ou condição necessária: *se, caso, contanto que, salvo se, sem que* [no sentido de *se não*], *dado que, desde que, a menos que, a não ser que*.

Seria mais bonita, *se* fosse menos metida.

Hoje será um dia feliz, *caso* faça sol.

Conformativa - inicia uma oração que indica conformidade: *como, conforme, segundo, consoante*.

As coisas não são *como* antigamente.

Consecutiva - inicia uma oração que indica consequência: *que* (quando combinada com: *tal, tanto, tão* ou *tamanho*, presentes ou latentes na oração anterior), *de forma que, de maneira que, de modo que, de sorte que*.

Minha voz falhava tanto *que* mal podia falar.

Final - inicia uma oração que exprime fim, finalidade: *para que, a fim de que, porque* [no sentido de *para que*], *que*.

Trouxe a almofada *para que* se aconchegue.

Troquei algumas peças *a fim de que* o problema seja resolvido.

Proporcional - inicia uma oração que indica proporcionalidade: *à medida que, ao passo que, à proporção que, enquanto, quanto mais... (mais), quanto mais... (tanto mais), quanto mais... (menos), quanto*

mais... (tanto menos), quanto menos... (menos), quanto menos... (tanto menos), quanto menos... (mais), quanto menos... (tanto mais).

Quanto menos pensava, menos se preocupava. (o fato de uma oração se realiza de maneira simultânea ao da outra)

Temporal - inicia uma oração que indica tempo: *quando, antes que, depois que, até que, logo que, sempre que, assim que, desde que, todas as vezes que, cada vez que, apenas, enquanto, mal, que* [no sentido de *desde que*].

Veio me cumprimentar *assim que* me viu.

Agora que está chovendo, você quer sair de casa.

Integrante - inicia uma oração que pode funcionar como substantivo. Quando o verbo indicar certeza, utiliza-se *que*, quando indicar incerteza, *se*.

Afirmo *que* sou inocente.

Verifique *se* o gás está fechado.

Locução conjuntiva: *no entanto, visto que, desde que, se bem que, por mais que, ainda quando, à medida que, logo que, a fim de que, ao mesmo tempo que*.

Vamos supor a reescrita do trecho “Se o regime de chuvas no verão não superar a média dos últimos anos, a margem de manobra para 2022 será ainda menor.”

Qual alternativa está em conformidade com a norma-padrão e com o sentido do trecho?

(A) Desde que o regime de chuvas no verão não supera a média dos últimos anos, a margem de manobra para 2022 será ainda menor.

(B) Por mais que o regime de chuvas no verão não supera a média dos últimos anos, a margem de manobra para 2022 será ainda menor.

(C) Enquanto o regime de chuvas no verão não superar a média dos últimos anos, a margem de manobra para 2022 será ainda menor.

(D) Caso o regime de chuvas no verão não supere a média dos últimos anos, a margem de manobra para 2022 será ainda menor.

(E) Ainda que o regime de chuvas no verão não supere a média dos últimos anos, a margem de manobra para 2022 será ainda menor.

A alternativa correta é a “D”. No trecho original temos a conjunção subordinativa condicional “se”. A alternativa “D” traz o mesmo tipo de conjunção, “caso”.

Na alternativa “B” temos uma conjunção concessiva (por mais que); na “C”, uma temporal (enquanto); na “E”, uma concessiva (ainda que).

A alternativa “A” traz uma conjunção condicional (desde que), porém o verbo “superar” apresenta conjugação incorreta, pois deveria ser “supere” (subjuntivo presente). A alternativa não está de acordo com a norma-padrão.

INTERJEIÇÃO

É uma palavra ou locução utilizada para exprimir uma emoção ou estado emotivo. Uma mesma interjeição pode expressar mais de uma reação emotiva, até mesmo opostas.

Sintaticamente, não desempenha função na oração.

Alegria/satisfação: *ah! oh! oba! opa!*

Animação: *avante! coragem! eia! vamos!*

Aplauso: *bis! bem! bravo! viva!*

Desejo: *oh! oxalá! tomara!*

Dor: *ai! ui!*

Espanto/surpresa: *ah! chi! ih! oh! ué! uai! puxa!*

Impaciência: *hum! hem!*

Invocação: *alô! ó! olá! psiu!*

Silêncio: *psiu! silêncio!*

Suspensão: *alto! basta!*

Terror: *ui! uh!*

Locução interjectiva: duas ou mais palavras que, juntas, formam expressões que valem por interjeições: *ai de mim!; raios te partam!.*

*Note que as interjeições aparecem sempre acompanhadas por um ponto de exclamação. São muito utilizadas em histórias em quadrinhos ou na linguagem literária.

Questões

01. (TIBAGIPREV - Contador - FAFIPA/2022) “[...] balconista e cliente tentam, inutilmente, decifrar o nome de um medicamento na receita médica.”

As palavras destacadas no trecho anterior são classificadas, no seu contexto de uso, respectivamente como:

- (A) Advérbio, adjetivo e preposição.
- (B) Adjetivo, conjunção e substantivo.
- (C) Substantivo, preposição e adjetivo.
- (D) Adjetivo, conjunção e substantivo.
- (E) Substantivo, advérbio e adjetivo.

02. (Prefeitura de Viamão - Médico Clínico Geral - FUNDATEC/2022) No excerto “O conceito vem, ainda que vagarosamente, ganhando destaque nas mídias sociais e em rodas de conversas e debates”, a locução conjuntiva sublinhada exprime uma:

- (A) Conformidade.
- (B) Causa.
- (C) Condição.
- (D) Concessão.
- (E) Comparação.

03. (Prefeitura de Arroio do Padre - Técnico em Enfermagem - OBJETIVA/2022) Na frase “Humanos queriam seus pets pintadinhos”, o verbo sublinhado está no tempo:

- (A) Presente.
- (B) Pretérito perfeito.
- (C) Pretérito imperfeito.
- (D) Futuro do presente.

04. (Prefeitura de Montes Claros - Agente Comunitário de Saúde - COTEC/2022) Considere o trecho: “De certa maneira, antigas habitações eram pensadas assim também. **Porém**, com um detalhe importante: sua construção

acontecida de forma que não interagisse somente com o habitante, **mas também** com a natureza.”

Os termos “porém” e “mas também” inserem, no trecho, respectivamente, as ideias de

- (A) conclusão e adversidade.
- (B) alternância e adversidade.
- (C) conclusão e explicação.
- (D) explicação e alternância.
- (E) adversidade e adição.

05. (Prefeitura de Montes Claros - Agente Comunitário de Saúde - COTEC/2022) Considere o trecho: “**À medida que** o progresso nos engole e atropela com novas obrigações e compromissos, uma parte de nós começa a idealizar uma vida diferente de tudo que nos cerca.”

A locução conjuntiva “À medida que” insere no trecho uma ideia de

- (A) concessão.
- (B) consequência.
- (C) comparação.
- (D) finalidade.
- (E) proporção.

Gabarito

01.E - 02.D - 03.C - 04.E - 05.E

Semântica (sinônimos e antônimos, significação das palavras, sentido conotativo e denotativo);

Sinônimo

A sinonímia é o fato linguístico de existirem sinônimos. Essa palavra também designa o emprego de sinônimos.

Quando falamos em sinônimos, estamos falando sobre palavras que apresentam sentido igual ou aproximado. Por exemplo:

Moço - Rapaz
Garota - Menina
Bonito - Belo
Morte - Falecimento

Apesar de, na maioria das vezes, o uso de um ou outro ser indiferente, é preciso lembrar que há algumas diferenças entre os significados, por vezes sutis.

Certos sinônimos apresentam um sentido mais amplo, outros, mais restrito. Há também contextos nos quais os sinônimos se encaixam melhor, como numa linguagem mais culta, literária ou científica. Quando falamos “oculista” e “oftalmologista”, pensamos no médico profissional dos olhos. Apesar de possuir o mesmo significado, “oculista” é um termo menos científico e menos formal. O mesmo vale para “argênteo”, que significa o mesmo que “prateado”, contudo, é empregado com maior frequência no contexto literário.

Outro exemplo é a palavra “transformação” e “metamorfose”. A primeira apresenta um significado mais amplo, a segunda, mais restrito. Quando falamos “fulano passou por uma metamorfose”, estamos fazendo uso de uma de uma metáfora. Sim, metamorfose significa “transformação”, mas está mais relacionada ao processo, por exemplo, da lagarta se tornar borboleta.

Certos sinônimos podem variar em grau. Por exemplo, posso dizer “menina bonita” e “menina linda”. Note, porém, que a segunda opção apresenta um maior grau de beleza, já que “linda” está um pouco acima de “bonita”.

Por outro lado, existem diversos pares sinônimos que são praticamente “perfeitos”:

- adversário e antagonista;
- alfabeto e abecedário;
- após e depois.

É interessante analisar o **contexto** no qual a palavra foi empregada e entender seu significado pela lógica e, claro, entendendo o significado da palavra.

“As histórias falavam de deuses, monstros, heróis, profetas, reis e rainhas, o personagem comum era apenas **figurante**.”

No contexto acima, a palavra em destaque quer dizer “pessoa que ocupa um papel secundário ou insignificante”.

“Hoje vivemos o **ápice** de uma forma social individualista”.

A palavra destacada, no contexto acima, apresenta o sentido de “grau mais elevado, culminância”.

“Ele não quer saber de sabichões de jornais, de cientistas e sua fala complexa, ele quer os seus **coetâneos** que estão no YouTube.”

A palavra em destaque, no contexto acima, tem o sentido de “da mesma época, contemporâneo”.

“O homem comum não se **dobra** aos saberes tradicionais”.

Um sinônimo para a palavra acima destacada é **curva**, pois *se dobrar* e *se curvar* possuem o mesmo sentido.

“Agora é a vez dele de **desenhar** a narrativa de como o mundo é.”

A palavra acima destacada poderia ser substituída por **delinear**, pois, dentro desse contexto, apresentam o mesmo sentido, são sinônimas. Delinear é *desenhar traços, contornos*, mas pode ter o sentido de *planejar*. Quem *desenha* uma narrativa, *planeja* uma narrativa.

Esse sentido da palavra dentro do contexto é seu **valor semântico**. As preposições, por exemplo, podem apresentar diferentes valores semânticos em diferentes contextos.

“Consegui, **com** muito esforço, comprar minha casa própria”. (*com* apresenta valor de **causa**, pois a causa de conseguir a casa própria é *com muito esforço*)

“Vou com meu tio Zé”. (*com* apresenta valor de **companhia**, pois a pessoa vai junto com o tio Zé, na companhia dele)

“Me cortei com a navalha”. (*com* apresenta valor de **instrumento**, pois foi com o instrumento navalha que me cortei)

“Moro a poucos metros da padaria”. (*a* apresenta valor de **distância**, pois marca a distância entre a padaria e onde moro)

“O livro está sobre a mesa.” (*sobre* tem sentido de **lugar**, pois sobre a mesa é o lugar onde o livro está)

“Conversou sobre Língua Portuguesa”. (*sobre* tem valor de **assunto**, pois o assunto da conversa foi língua Portuguesa)

“**Em vez disso**, dê minha visão ao homem que nunca viu o nascer do sol, o rosto de um bebê ou o amor nos olhos da pessoa amada”.

Seria um sinônimo para a expressão destacada *No lugar disso*. *Invés que* não poderia ser utilizado, já que a preposição utilizada foi **de**. *Igual a isso* também não caberia, já que a expressão original indica algo diferente, não igual.

“**Postergação** (Adiamento) de manutenção de equipamentos”;

“O que seria algo **inédito** (sem precedentes)”;

“Ampliar a **resiliência** (capacidade de recuperação) do sistema”.

A palavra “segregando” é sinônimo de:

Afastando (mesma ideia de afastamento, distanciamento); *Apartando* (quem aparta uma briga, por exemplo, afasta os brigões); *Isolando* (algo afastado é algo isolado); *Separando* (separar, agastar, distanciar).

Mas não poderia ser sinônimo de “agregando”, pois *agregar* transmite a ideia de juntar, trazer para perto, isto é, uma ideia oposta.

Antônimo

A antonímia é uma relação de oposição entre o significado de dois termos. Sendo assim, os antônimos são aquelas palavras que apresentam significados opostos, ao contrário do que acontece com os sinônimos.

Por exemplo:

Claro - Escuro

Quente - Frio

Bom - Mau

Bem - Mal

A mesma dica sobre a contextualização e grau (apresentada no uso dos sinônimos), vale para o uso dos antônimos. Por exemplo, “destruído” e “quebrado” são antônimos de “inteiro”. Podemos dizer que o segundo é um antônimo mais imediato, todavia, o primeiro também é válido, mas apresenta um maior grau. Algo destruído está arrasado, algo quebrado, por sua vez, pode até ser consertado.

Leia as seguintes passagens:

“Na economia amorosa, só existe pagamento **à vista**, missa de corpo presente. O amor não **se parcela**...”

“Não existe essa de amor só **amanhã**, como na placa do fiado do boteco. Amor é **hoje**...”

“Amor não se **sonega**, amor é tudo a **declarar**”.

Na organização e estruturação das informações no texto, conclui-se corretamente que, em cada par de expressões destacadas, as relações entre as ideias se baseiam no sentido de

- (A) consequência.
- (B) analogia.
- (C) harmonia.
- (D) semelhança.
- (E) discrepância.

A alternativa correta é a “E”. Temos casos de antonímia, de ideias diferentes.

Um pagamento pode ser feito à vista (integralmente), ou pela ideia oposta, a prazo (parcelado, em várias vezes).

Se algo é hoje, esse algo não pode ser amanhã. Veja como há um sentido de assimetria, uma discrepância.

Algo que é declarado não pode ser sonogado, pois quem sonega, esconde; quem declara, expõe.

Homônimo

A homonímia ocorre quando palavras apresentam a mesma pronúncia, mas a grafia, ou seja, a escrita é diferente, bem como seu significado.

O contexto do uso da palavra determina seu significado, por isso pode causar

ambiguidade, isto é, a compreensão de uma frase pode ficar incerta, sem precisão.

Podem ser **homógrafos heterofônicos**, o que significa que a escrita é igual, mas há diferenças na fala, sobretudo no timbre ou na intensidade das vogais:

pelo (de cabelo); pelo (per+o, *pelo caminho*)

apoio (substantivo); apoio (verbo, eu apoio)

Podem ser **homófonos heterográficos**, com escrita diferente, mas pronúncia igual:

consertar (arrumar, reparar); concertar (tocar música)

sela (de cavalo); cela (onde presos são colocados)

Podem ser **homófonos homográficos**, com pronúncia e escrita iguais:

cedo (advérbio de tempo); cedo (verbo, ceder)

acordo (verbo, acordar); acordo (substantivo, entendimento)

Podem ser **perfeitos**, quando as palavras apresentam escrita e pronúncia iguais, mas com significados distintos:

manga (fruta), manga (da camisa)

Parônimo

A paronímia acontece quando as palavras apresentam semelhanças na pronúncia e na escrita. Os parônimos não possuem nem pronúncia nem grafia iguais.

flagrante (de evidente); fragrante (de perfumado)

osso (substantivo, parte do corpo); ouço (verbo ouvir)

Hipônimo e Hiperônimo

O sentido das palavras pode apresentar uma hierarquia. A hiponímia é uma relação de restrição do sentido. Quando uma palavra é hipônimo de outra, isso quer dizer que seu sentido é um pouco mais restrito, que engloba menos noções.

A hiperonímia é uma relação de ampliação do sentido. Quando uma palavra é hiperônimo de outra, isso quer dizer que seu sentido é um pouco mais amplo, que engloba mais noções.

Japão é hipônimo de *país*, pois a palavra *Japão* não pode englobar *país*, mas o contrário ocorre. Ou seja, *Japão* abarca menos sentidos, dentro de uma hierarquia, que *país*.

País é hiperônimo de *Japão*, pois *país* pode englobar *Japão*, mas não o contrário. Ou seja, *país* abarca mais sentidos, dentro de uma hierarquia, que *Japão*.

Polissemia

Ocorre quando uma palavra apresenta mais de um significado. Tais palavras são polissêmicas.

Um bom exemplo é a pena, que possui vários significados: pluma (de pássaro); instrumento utilizado para escrever; punição (cumprir a pena na prisão); dó (ter pena de alguém).

Sentido Próprio e Figurado

Quando a palavra é utilizada em seu sentido original, literal, então foi empregada em seu sentido próprio. Quando a palavra é utilizada de modo simbólico, fora de seu contexto original, ela está sendo utilizada em seu sentido figurado.

A estrutura é feita de puro *aço*. (é feita do metal)

Ele tinha punhos de *aço*. (fora do contexto original, ninguém tem punhos de aço, mas há quem tenha punhos bem fortes, como o aço)

Denotação e Conotação

O uso de uma palavra pode **denotar** ou indicar somente uma coisa, seu sentido próprio, sentido denotativo.

O *Sol* é uma estrela. (sentido literal da palavra, apenas denota o astro)

Mas o uso de uma palavra pode indicar outros sentidos, evocar outras ideias. Essa seria a conotação, sentido conotativo.

Ele é meu *sol*. (pode indicar que a pessoa é a alegria da outra, assim como o Sol ilumina o dia, a pessoa ilumina a vida da outra)

Na fala de Joana “Eu sabia que era cilada”, tendo em vista o termo “cilada”, observa-se o uso da linguagem informal e

conotativa. “Cilada” é um termo informal ou coloquial. Possui sentido de “ser uma armadilha”, de “ter alguma coisa por trás”. Desse modo, possui um sentido figurado (conotativo).

Questões

01. (Prefeitura de Nova Hartz - Auxiliar Administrativo - OBJETIVA/2022) Assinalar a alternativa que apresenta antônimos:

- (A) Débil - frágil.
- (B) Cômico - melancólico.
- (C) Certo - garantido.
- (D) Triste - enfadado.

02. (Prefeitura de Simão Dias - Auxiliar de Serviços Gerais - Objetiva Concursos/2022)

Em relação aos sinônimos das palavras, marcar C para as sentenças Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () “Fácil” é um sinônimo de “laborioso”.
- () “Ligeiro” é um sinônimo para “fugaz”
- () “Nocivo” é um sinônimo de “inócuo”.
- (A) C - E - C.
- (B) E - C - E.
- (C) C - C - E.
- (D) E - E - C.
- (E) E - C - C.

03. (Prefeitura de São José da Coroa Grande - Professor do ensino Fundamental - UPENET/IAUPE/2023) Em qual alternativa inexistente Conotação?

- (A) Marisa está uma fera com os colegas.
- (B) Antonino é um cachorro, segundo fala dos amigos.
- (C) Você tem um coração de pedra.
- (D) Ele era o sol da vida de Amanda
- (E) Em aula, o professor expôs aos alunos os ossos do crânio.

Gabarito

01.B - 02.B - 03.E

Funções sintáticas;

ANÁLISE SINTÁTICA

Frase

São enunciações que apresentam sentido completo. Utilizamos frases para expressar pensamentos e sentimentos.

Existem frases formadas por apenas uma palavra:

“Atenção!”

“Silêncio!”

Existem frases formadas por mais de uma palavra, podendo ou não conter um verbo:

“Que droga!”

“Pula a fogueira.!”

Quando as frases não possuem verbo, o que indica se tratar de uma frase é a melodia, a pronúncia da frase.

As frases que não possuem verbo são as **frases nominais**, as que possuem, as **frases verbais**.

Os tipos de frases são:

Exclamativas: funcionam para expressar uma emoção ou surpresa. O ponto de exclamação marca esse tipo de frase, já que são terminadas com ele.

“Que susto!”

Interrogativas: funcionam para expressar uma pergunta ou dúvida. O ponto de interrogação marca esse tipo de frase, já que são terminadas com ele.

“Qual sabor?”

Declarativas: funcionam para expressar uma declaração. O ponto final marca esse tipo de frase, já que são terminadas com ele. Podem ser *afirmativas* ou *negativas*.

“Eu fiz isso”. (afirmativa)

“Eu não fiz isso”. (negativa)

Imperativas: assim como as exclamativas, são marcadas pelo ponto de exclamação. Funcionam para expressar uma ordem, pedido ou conselho. Podem ser *afirmativas* ou *negativas*. O verbo vem no imperativo.

“Coma tudo!” (afirmativa)

“Não coma tudo!” (negativa)

Oração é toda declaração que pode ser feita por meio de um verbo, evidente ou oculto.

Uma frase pode conter uma ou mais orações:

Eu *comprei* macarrão e molho. (apenas uma forma verbal)

Eu *comprei* tomate e *fiz* o molho. (duas formas verbais)

Importante não confundir oração e frase, pois uma frase pode ser formada sem um verbo, já a oração necessita de um verbo.

O **período** é uma frase organizada ao redor de uma ou mais orações. Ele sempre termina com uma pausa, marcada por ponto, ponto de interrogação, ponto de exclamação e, às vezes, até dois-pontos.

O período é **simples** quando possui apenas uma oração:

O menino *jogava* bola.

O período é **composto** quando possui mais de uma oração:

Você *sabe* que ela *confia* em mim. (a frase toda é um período, com duas orações: você sabe que / ela confia em mim)

O **sujeito** e o **predicado** são termos essenciais da oração. O sujeito é sobre o que a declaração é feita, o predicado é aquilo que se diz sobre o sujeito.

O menino chutou a bola longe.

Sujeito: O menino

Predicado: chutou a bola longe.

Tanto o sujeito quanto o predicado podem não estar expressos. Às vezes ficam

subentendidos pelo contexto. Em casos assim, o sujeito e o predicado são **ocultos** ou **elípticos**:

Acordei com grande disposição. (o sujeito só pode ser *eu*, por causa do verbo)

Na parede clara, duas manchas. (o verbo *haver* fica subentendido, “havia duas manchas na parede”).)

Na segunda pessoa, os sujeitos são: *eu* e *tu* no singular, *nós* e *vós* no plural.

Na terceira pessoa, o núcleo do sujeito pode ser:

- Um substantivo: *Jorge* falava muito.
- Pronomes pessoais *ele*, *ela* (singular); *eles*, *elas* (plural): *Ele* estava sentado à mesa. / *Elas* estavam sentadas à mesa.
- Pronome demonstrativo, relativo, interrogativo, ou indefinido: *Quem* quebrou a vidraça? / *Ninguém* gostou da comida.
- Um numeral: Quando *um* não quer, *dois* não insistem.
- Palavra ou uma expressão substantivada: *O corajoso* enfrenta os desafios.
- Uma oração: É inevitável *que ele venha aqui hoje*.

O sujeito é **simples** quando possui somente um núcleo:

A menina cantou alto. (o verbo faz referência a apenas um sujeito)

Quando há mais de um núcleo, o sujeito é **composto**:

Farinha, açúcar, sal e fermento são os ingredientes. (substantivos)

Ele e eu escrevemos esta carta. (pronomes)

O sujeito será **indeterminado** quando o verbo não fazer referência a uma pessoa determinada ou quando não ficar claro quem realiza a ação do verbo.

Anunciaram o vencedor. (terceira pessoa do plural, não é claro quem anunciou)

Não *se fala* sobre isso por aqui. (terceira pessoa do singular, o verbo não se refere a ninguém em específico)

Quando o verbo for impessoal, a oração não terá sujeito.

Choveu hoje. (verbo impessoal, não dá para atribuí-lo a um ser)

Há algo de podre no Reino da Dinamarca. (quando o verbo *haver* indicar “existir” ou tempo decorrido)

Era tarde. (verbo *ser*, *fazer* e *ir*, indicando tempo em geral)

Caso o verbo indique uma ação do sujeito, podemos ter um caso de atividade, passividade ou atividade e passividade ao mesmo tempo.

Marcos *apertou* o botão do controle. (o sujeito Marcos realiza uma ação sobre o controle por meio do verbo *apertou*; Marcos é o **agente**)

A população periférica *foi atingida* pelo deslizamento. (o sujeito *A população* não realiza ação, na verdade sofre a ação; o sujeito é **paciente**)

Penteou-se às pressas *cantarolando* uma canção. (o sujeito *ele* está oculto, sofrendo a ação de *vestir-se* e realizando a ação de *cantarolar*; é ao mesmo tempo **agente** e **paciente**)

No caso do predicado, ele pode ser **nominal**, **verbal** ou **verbo-nominal**.

- **Nominal**: formado por um verbo de ligação com o predicativo do sujeito. Os verbos de ligação estabelecem uma união entre duas palavras ou expressões de caráter nominal. Já o predicativo do sujeito é o termo do predicado nominal que faz referência direta ao sujeito.

Era músico e ator. (representado por substantivo, ou pode ser por expressão substantivada)

Ela ficou surpresa, sem palavras. (representado por adjetivo ou locução adjetiva)

Sempre fez *tudo* na casa. (representado por pronome)

Dois são os fatos principais do noticiado. (representado por numeral)

O ruim é *que gastei o dinheiro*. (representado por oração)

- **Verbal:** no caso do predicado verbal, apresenta um verbo significativo como sujeito, ou seja, verbos que apresentam uma nova ideia para o sujeito, podendo ser transitivos ou intransitivos.

Tarde, a moça *dormiu*. (verbo intransitivo, não há necessidade de complemento para o sentido)

Meu irmão *gosta* de jogos. (verbo transitivo indireto, pois há a necessidade da preposição, no caso, *de*, o verbo está ligado a ela, não a *jogos*)

Pedro jogou bola. (verbo transitivo direto, pois não há a necessidade de preposição, o verbo faz ligação direta ao objeto bola)

- **Verbo-Nominal:** é formado pela ligação do predicativo do sujeito com um verbo significativo

O homem *respirou aliviado*. (o verbo *aliviar* é um verbo significativo e está ligado a *homem*, já *aliviado* é uma qualificação)

O **predicativo do objeto** é o termo da oração que dá uma característica aos complementos verbais de uma oração, atribuindo uma “qualidade” ao objeto direto ou ao objeto indireto.

Na frase “Eu acho esse filme ruim”, temos o sujeito (eu), o predicado verbo-nominal (acho esse filme ruim), o objeto direto (esse filme), e o predicativo do objeto (ruim).

A grande diferença entre o predicativo do objeto e o predicativo do sujeito é que, no caso do predicativo do objeto, a característica será atribuída ao objeto, já no caso do predicativo do sujeito, será atribuída ao sujeito.

Termos Integrantes da Oração

Algumas palavras podem completar o sentido de outras. Algumas realizam essa ligação ao *substantivo*, *adjetivo* ou *advérbio* por meio de **preposição**, sendo camadas de **complementos nominais**. As palavras que fazem parte do sentido do verbo são os **complementos verbais**.

- **Complemento nominal** pode ser representado por:

Substantivo (pode ser acompanhado por modificadores):

O caso da *mulher estrangeira* chamou atenção.

Expressão substantivada:

Você gosta *daquele pilantra*?

Oração:

Tenho conhecimento **de que fará o possível**.

Numeral:

A derrota de *um* é a conquista de todos.

Pronome:

O sonho *dele* era viajar pela Europa.

- **Complemento verbal** pode ser o **objeto direto** que complementa um verbo transitivo direto.

Homens e mulheres narram *histórias*. (substantivo complementa o verbo)

Os políticos *nada* fizeram. (o pronome complementa o verbo)

O trabalhador recebe *1200*. (o numeral complementa o verbo)

Tem *um quê* de mentira. (a palavra substantivada complementa o verbo)

O padre dizia *que o pecado não compensa*. (a oração complementa o verbo)

O complemento verbal pode ser o **objeto indireto**, que complementa um verbo transitivo indireto:

Falaram *de diversos temas* polêmicos. (substantivo complementa o verbo por uma ligação com preposição)

Discutia *com todos*. (pronome complementa o verbo por uma ligação com preposição)

Rafael optou *pelo primeiro*. (numeral complementa o verbo por uma ligação com preposição)

Quem dará esmola *aos necessitados*? (expressão substantivada complementa o verbo por uma ligação com preposição)

Esqueceu-se *de que havia combinado o horário*. (oração complementa o verbo por uma ligação com preposição)

Agente da passiva: tem a função de indicar quem pratica a ação sofrida ou recebida pelo sujeito. Ocorre na voz passiva.

Antes de deixar o local foi filmado *pela câmera* de segurança. (substantivo indica quem praticou a ação de filmar)

Acabou aplaudido *por todos*. (pronome indica quem praticou a ação de aplaudir)

O homem foi agredido *por ambos*. (numeral indica quem praticou a ação de agredir)

O time foi formado *por quem sabia do assunto*. (oração indica quem praticou a ação de formar)

Termos acessórios da oração: são termos que se unem a um verbo ou a um nome e lhes dão significado. São acessórios pois não são essenciais para a compreensão do enunciado.

Adjunto adnominal - apresenta valor de adjetivo, delimitando ou especificando o valor do substantivo.

O projeto *inicial* foi aceito. (expresso por adjetivo)

Estava com um bafo *de onça*. (expresso por locução adjetiva)

Cessaram *as* inscrições. (expresso por artigo definido)

Às vezes, *um* milagre acontece. (expresso por artigo indefinido)

Amanda nunca revelou *este meu* segredo. (expresso por pronome adjetivo)

As *duas* irmãs ficaram contentes. (expresso por numeral)

A piada *que lhe contei* foi engraçada. (expresso por oração)

Adjunto adverbial - é um termo com valor de advérbio, indicando fato expresso pelo verbo ou intensificando seu sentido, bem como o de um adjetivo ou de outro advérbio.

Eu *jamais* havia visto moça igual. (representado por advérbio)

De repente começou a respirar *com força ao meu ouvido*. (representado por locução ou expressão adverbial)

Como eu achasse muito pouco, irritou-se. (representado por oração)

Os adjuntos adverbiais podem ser:

De causa: A moça, *por desejo de amar e de paixão*, escreveu uma carta ao amado.

De companhia: Morei *com* meus pais durante vinte anos.

De concessão: *Apesar de exausto*, não se entregou.

De dúvida: *Talvez* o documento fique pronto para sexta.

De fim: Vou falar bem alto, *para todos me escutarem*.

De instrumento: Retirou os pelos *com a lâmina*.

De intensidade: Tenho estudado *muito*.

De lugar: Eu estudo *em Bauru*.

De meio: Cheguei *de moto* do trabalho.

De modo: Ela baila *com alegria*.

De negação: *Não* quero mais estudar.

De tempo: *Ontem* o carteiro passou.

Aposto e vocativo

O **aposto** é um termo nominal que se liga ao substantivo, ao pronome ou a um elemento equivalente destes. Funciona para explicar ou apreciar. Normalmente o aposto e o termo ao qual faz referência aparecem separados por vírgula, travessão ou dois-pontos:

Ele, *Pelé*, é o rei do futebol. (o termo entre vírgulas explica o pronome)

Em algumas ocasiões, o aposto não ficará separado de seu termo por nenhuma pontuação:

O mês *de agosto*. (*de agosto* explica o mês, de qual mês se trata)

*Não confundir: O clima *do Brasil*. (*do Brasil*, neste caso, tem valor de adjetivo, ou seja, é um adjunto adnominal)

Uma oração pode representar o aposto:

Finalizado, só havia uma opção: *fazer o trabalho*.

O **vocativo** é um termo exclamativo e que fica isolado do restante da frase. Ele chama, invoca ou nomeia uma pessoa, algo.

Deus te abençoe, **meu neto**.

Ordem dos termos na oração

Ordem direta: é mais comum em orações enunciativas ou declarativas.

sujeito + verbo + objeto direto + objeto indireto

ou

sujeito + verbo + predicativo

“José estendeu a mão ao amigo”.

Sujeito: José

Verbo: estendeu

Objeto direto: a mão

Objeto indireto: ao amigo

“José é legal”.

Sujeito: José

Verbo: é

Predicativo: legal

Por razões estilísticas, é possível inverter essa ordem. O **sujeito** é realçado quando aparece depois do **verbo**.

“A terra onde cantam os rouxinóis”.

O **predicativo**, o **objeto direto** ou **indireto** e o **adjunto adverbial** são realçados quando aparecem antes do **verbo**.

“**Pouco** foi seu empenho.”

“**Meu amor**, tão singelo, a uma pessoa ingrata entreguei”.

“**A ele** contava todos os seus segredos mais profundos”.

“**Aqui**, perto da estrada, a alegria impera.”

O verbo pode vir antes do sujeito:

- Em perguntas.

“O que **faz você** aqui?”

- Quando a oração apresentar uma forma verbal imperativa.

“**Diga você**, seu espertalhão.”

- Quando a oração apresentar verbo na passiva pronominal.

“**Oferecia-se a refeição** às onze.”

O predicativo pode aparecer antes do verbo:

- Em orações interrogativas e exclamativas:

“**Que cantor seria** esse?”

“**Que bonitos eram** os dois quando pequenos.”

- Em orações afetivas.

“**Coragem, esse era** o principal diferencial dele!”

Na voz passiva analítica, o particípio pode aparecer antes do verbo auxiliar *ser*, demonstrando um desejo.

“**Iluminados sejam** aqueles que seguem o bom caminho”.

O período composto

Em um período composto pode haver a **oração principal**, que é aquela que não exerce função sintática em outra oração do mesmo período. Pode haver a **oração subordinada**, aquela que exerce função sintática em outra oração. Pode haver a **oração coordenada**, que nunca é termo de outra, mas pode ter ligação com outra coordenada em sua integridade. As orações coordenadas são orações independentes.

A **oração coordenada** pode ser **assindética** quando não apresentar conectivo (*Não quero ir embora*,). Pode ser **sindética** quando for ligada por uma conjunção coordenativa.

Acordei, levantei, comi, dirigi, cheguei. (os termos estão justapostos, sem ligação por conectivo, pois não é necessário para formar sentido, trata-se de uma assindética)

“Levantou-se, olhou sua obra com satisfação, andou cinco ou seis passos e, novamente, se acorcorou.”

No período acima, ocorrem quatro orações coordenadas entre si, e elas retomam o mesmo referente como sujeito das ações expostas, que no caso está oculto. O sujeito é *Ele*, pois ele levantou-se, ele olhou sua obra, ele andou cinco ou seis passos e ele se acorcorou.

No caso da sindética, pode ser:

- **Aditiva**, com uma conjunção aditiva: Paulo e Roberto conversaram na escola *e* no trabalho.

- **Adversativa**, com uma conjunção adversativa: Demorou, *mas* chegou.

- **Alternativa**, com uma conjunção alternativa: *Ou* você estuda para a prova *ou* você vai reprovar de ano.

- **Conclusiva**, com uma conjunção conclusiva: O funcionário trabalhou bem, *portanto* recebeu um bônus.

- **Explicativa**, com uma conjunção explicativa: Não é preciso ficar com medo, pois ele é manso.

A **oração subordinada** tem a função de **termo essencial, integrante** ou **acessório** de outra oração. Podem ser **substantivas, adjetivas** e **adverbiais**, visto que exercem funções semelhantes às dos substantivos, adjetivos e advérbios.

- As **substantivas** podem ser iniciadas por um *pronome*, um *pronome indefinido* ou *advérbio interrogativo*, mas o mais comum é iniciarem pela conjunção integrante *que*. podem ser:

Subjetivas, quando realizarem a função de sujeito: É capaz / *que ela durma de novo*.

Objetivas diretas, quando realizarem a função de objeto direto: Nós queremos / *que o Brasil se desenvolva*.

Objetivas indiretas, quando realizarem a função de objeto indireto: Lembro-me / *de que disse isso*.

Completivas nominais, quando realizarem a função de complemento nominal: Tenho medo / *de viajar à noite*.

Predicativas, quando realizarem a função de predicativo: O bom é / *que o evento será sábado*.

Apositivas, quando realizarem a função de aposto: Eu tinha um desejo: / *que pudesse abrir uma empresa*.

Agentes da passiva, quando realizaram a função de agente da passiva: As regras são feitas / *por quem manda*.

No caso das **orações subordinadas adjetivas**, possuem a função de *adjunto adnominal* de um **substantivo** ou **pronome antecedente**. O mais comum é iniciarem por um pronome relativo. Elas podem depender de qualquer termo da oração, desde que o núcleo do mesmo seja um pronome ou substantivo.

Há cães / *que rosnam*, / cães / *que latem*, / cães / *que mordem*.

A subordinada adjetiva pode ser **restritiva**, caso restrinja o significado do substantivo ou pronome antecedente, exercendo a função de adjunto adnominal. São necessárias e indispensáveis para o entendimento da frase.

Esse é um dos poucos pratos / *que é apreciado por todos os turistas*.

Pode ser também **explicativa**, ao acrescentar uma informação acessória, esclarecendo ou ampliando sua significação. Não são essenciais para o entendimento do sentido da frase.

Carlos Alberto, / *que é um ótimo atacante*, / marcou o gol.

As **orações subordinadas adverbiais** realizam a função de adjunto adverbial de outras orações. É comum serem iniciadas por uma das conjunções subordinativas, exceto as integrantes. De acordo com a conjunção ou locução conjuntiva com que iniciam, as subordinadas adverbiais podem ser classificadas como:

- **Causais**, quando a conjunção for subordinativa causal:

Não comprou o lanche, / *pois estava sem dinheiro*.

- **Comparativas**, quando a conjunção for subordinativa comparativa:

Pedro é trabalhador *tanto quanto* Alberto.

- **Concessivas**, quando a conjunção for subordinativa concessiva:

Jonas quer jogar bola, / *embora esteja muito cansado*.

- **Condicionais**, quando a conjunção for subordinativa condicional:

Se fosse barato, / não me incomodaria.

- **Conformativas**, quando a conjunção for subordinativa conformativa:

Faremos a torta / *conforme a receita passada pela Ana Maria*.

- **Consecutivas**, quando a conjunção for subordinativa consecutiva:

Trabalhou duro, / *de modo que venceu na vida*.

- **Finais**, quando a conjunção for subordinativa final:

Estava pensando em estudar, / *para que eu consiga passar no concurso.*

- **Proporcionais**, quando a conjunção for subordinativa proporcional:

À medida que o tempo passa, / ficamos mais velhos.

- **Temporais**, quando a conjunção for subordinativa temporal:

Você saberá / *quando for a hora.*

Os materiais desenvolvidos pelo Ministério da Saúde, em parceria com a Organização Pan-Americana de Saúde, destacam a importância de proteger a saúde de crianças, jovens e adolescentes, / 1ª **que são alvo de estratégias de venda** / 2ª **para que possam se tornar um mercado repositivo de novos consumidores**, / 3ª **já que o consumo de tabaco mata mais da metade de seus usuários.**

No trecho destacado há três orações que expressam, correta e respectivamente, sentidos de **explicação, finalidade e causa.**

A primeira oração é uma explicação para *crianças, jovens e adolescentes*, acrescentando uma informação acessória.

Na segunda, a conjunção “para” exprime sentido de finalidade. As crianças, jovens e adolescentes são alvo de estratégias de venda *para* quê? *Para* que possam se tornar um mercado repositivo de novos consumidores.

Na terceira, a conjunção “já que”, no contexto, transmite a ideia de *causa*. Veja: em razão de o consumo de tabaco matar mais da metade de seus usuários, há como *consequência* as crianças, jovens e adolescentes se tornarem alvo de estratégias de venda para que possam se tornar mercado repositivo de novos consumidores. Causa: o consumo de tabaco mata mais da metade de seus usuários. Consequência: crianças, jovens e adolescentes são alvo de estratégias de venda para que possam se tornar um mercado repositivo de novos consumidores.

Orações reduzidas

São orações subordinadas dependentes, que não começam por pronome relativo nem por conjunção subordinativa. Apresentam o verbo em uma das formas nominais: o **infinitivo**, o **gerúndio**, ou o **particípio**.

- **De infinitivo**: podem ser substantivas (objetivas diretas, objetivas indiretas, completivas nominais, predicativas, apositivas); adjetivas; adverbiais (causais, concessivas, condicionais, consecutivas, finais, temporais).

A solução era / *ficar em casa.*

- **De gerúndio**: podem ser adjetivas; ou adverbiais (causais, concessivas, condicionais).

Viu uma mulher / *sorrindo.*

- **De particípio**: podem ser adjetivas; adverbiais (temporais, causais, concessivas, condicionais).

Ocupado com um trabalho importante, / esqueci de comer.

Questões

01. (Prefeitura de Córrego Novo - Assistente Social - Máxima/2022) “Com os dias, Senhora, o leite na primeira vez coalhou.” O termo destacado é:

- (A) Vocativo;
- (B) Adjunto adnominal;
- (C) Aposto;
- (D) Núcleo do sujeito.

02. (Prefeitura de São Miguel do Passa Quatro - Médico - OBJETIVA/2022) Assinalar a alternativa que apresenta uma oração cujo verbo tem como complemento um objeto indireto:

- (A) Ana e Carla tem mais uma chance.
- (B) Ela é tão linda.
- (C) Essas notícias falam só a verdade.
- (D) Esses móveis precisam de conserto.

Gabarito

01.A - 02.D

REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL

Regência Nominal

É a relação entre um substantivo, adjetivo ou advérbio e os termos por eles regidos. Uma preposição sempre será a intermediadora dessa relação.

Exemplos:

Substantivos

união **a, com, entre**

compaixão **de, para com, por**

respeito **a, para com, com, por**

Adjetivos

acessível **a**

compatível **com**

desgostoso **com, de**

atencioso **com, para com**

Advérbios

rente **a**

perto **de**

Regência Verbal

É a relação entre o verbo e seus termos complementares, que podem ser objetos diretos ou indiretos, ou entre os termos que caracterizam o verbo, como os adjuntos adverbiais.

Um verbo pode ser **intransitivo**, o que significa que ele apresenta um sentido completo, por isso não precisa de um complemento. Mesmo que adjuntos adverbiais possam acompanhar alguns desses verbos, não podem ser considerados como objetos.

O adjunto adverbial demonstra uma circunstância, ou seja, tempo, intensidade, modo, lugar, etc. Trata-se de um termo acessório da oração e pode modificar um verbo, um advérbio ou um adjetivo. Caso seja retirado da oração, a estrutura sintática da mesma não é prejudicada, já que se trata de um termo acessório.

- Ventou pouco ontem.

Ventou é um verbo impessoal intransitivo, impessoal pois não há alguém praticando a ação e intransitivo por

apresentar um sentido completo. Ao falar ventou, não há necessidade de complemento, o sentido já fica compreensível.

Pouco ontem é um adjunto adverbial de intensidade (pouco) e de tempo (ontem). Esse complemento não é necessário para o verbo, é apenas um termo acessório.

Um verbo também pode ser **transitivo**, o que significa que ele precisa de um complemento para criar um sentido.

O verbo é **transitivo direto** quando é acompanhado de **objeto direto** e não requer uma preposição para a regência.

- Faço crochê.

Faço é transitivo direto, pois não apresenta um sentido. Quem faz, faz alguma coisa. Faço! Tá, mas faz o quê? Por isso há a necessidade do complemento, nesse caso a pessoa faz **crochê**, que é o objeto direto, uma vez que não há uma preposição entre o verbo e o complemento.

Por outro lado, no caso dos verbos **transitivos indiretos**, o complemento ocorre por meio de um **objeto indireto**. Isso quer dizer que há a necessidade de uma preposição para a regência desse verbo.

- Voltei de Sergipe.

Voltei é transitivo indireto, pois está ligado à preposição. Quem volta, volta de algum lugar. **Sergipe** é objeto indireto, já que sua relação com **voltei** ocorre indiretamente, por meio da preposição **de**.

Um verbo pode ser **transitivo direto e indireto**. Em determinadas construções, o verbo pode precisar de um objeto direto e um indireto para fazer sentido.

“Eu vou emprestar o livro a você”.
(**objeto direto** = o livro; **objeto indireto** = a você)

“Agradei o convite ao noivo”. (**objeto direto** = o convite; **objeto indireto** = ao noivo)

É importante prestar atenção, pois alguns verbos podem possuir mais de um sentido, mas a mesma grafia. Como **assistir**.

No sentido de observar, ele é transitivo indireto: Eu assisti ao jogo de futebol.

Porém, no sentido de prestar assistência (ou acompanhar), pode ser transitivo direto: O médico assistiu o paciente.

Pronome relativo

Esses pronomes iniciam orações adjetivas. Caso o verbo, nesse tipo de oração, precisar de uma preposição, ela deve aparecer antes do pronome relativo.

O autor *do qual sou* fã venceu o Nobel. (eu gosto do autor)

Este é o quadro *a cujo* pintor aludi. (aludi ao pintor)

O bairro *aonde foram* é inóspito. (foram a)

A cidade *donde vinha* é pouco conhecida. (vinha de)

Alguns verbos e suas regências:

Aspirar: se empregado no sentido de *sorver*, é transitivo direto.

“Aspirou o ar lentamente”.

Caso seja usado no sentido de *pretender*, é **transitivo indireto**.

“Ele aspirava à carreira de jogador.”

Chamar: no sentido de *convocar*, é **transitivo direto**.

“Pedro chamou o filho para dentro.”

No sentido de *invocar*, é **transitivo indireto**.

“Chamou pela mãe”.

No sentido de qualificar, é **transitivo direto**.

“Acho que vou chamá-lo inocente”. (o objeto direto vem com predicativo)

“Acho que vou chamá-lo de inocente”. (pode vir precedido pela preposição *de*)

Ensinar: se utilizado com *pessoas*, é **transitivo indireto**, se utilizado com *coisas*, **transitivo direto**.

“O professor ensinou aos alunos”.

“O professor deveria ter ensinado aquilo”.

“O professor podia ensinar os alunos até que aprendessem tudo”. (aqui aquilo que é

ensinado é silenciado, por isso é **transitivo direto**)

No sentido de *castigar*, *educar*, é **transitivo direto**.

“Vou ensiná-lo agora mesmo!”

Esquecer: no sentido de *perder da lembrança*, é **transitivo direto**.

“Nunca esqueci o beijo que me deu”.

Quando pronominal, pede a preposição *de*, sendo **transitivo indireto**.

“Eu me esqueci do dever de casa”.

Interessar: no sentido de *dizer respeito a*, *importar*, *ser proveitoso*, *ser do interesse de*, é **transitivo direto** ou **indireto**.

“Isso interessa a você?”.

“Eu pensei que isso não te interessasse”.

No sentido de *prender a atenção*, é **transitivo direto**.

“O filme na televisão interessou o garoto”.

No sentido de causar curiosidade, pode ser **direto** e **indireto**.

“O anúncio conseguiu interessar toda a população em suas promoções.”

No sentido de *ter interesse*, é **indireto** podendo ser com a preposição *em* ou *por*:

“Ele não tinha interesse em matemática”.

“Ele se interessava por futebol”.

Responder: no sentido de dar resposta, é **transitivo indireto** em relação à pergunta.

“A partir da leitura do texto, responda à questão”.

Para *expressar resposta*, é **transitivo direto**.

“Respondi todas as cartas”.

Pode ser **direto** e **indireto**.

“Respondeu-lhe que planejava tomar novos rumos no futuro”.

No sentido de *replicar*, é **transitivo indireto**.

“Respondeu com igual ferocidade”.

Pode ser **intransitivo**.

“Perguntei, mas não responde.”

Se utilizado com sentido de *repetir um som*, é intransitivo.

“Um gato miou, outro respondeu”.
No sentido de *ser responsável*, é **transitivo indireto** com preposição *por*.
“O rapaz respondia pelo idoso”.

Questões

01. (SEA/SC - Engenheiro - IBADE/2022) A alternativa em que a regência verbal está de acordo com a norma culta da língua é:

- (A) Quero-lhe muito bem, por isso vou assistir ao seu jogo.
(B) Assim que lhe encontrar, aviso-lhe do acontecido.
(C) Marta esqueceu do compromisso e não pagou ao pintor.
(D) Ela namora com Luís, mas prefere mais suas amigas de farra do que ele.
(E) Sérgio desobedecia seus avós, mas obedecia os pais.

02. (TJ/RS - Juiz Estadual - FAURGS/2022) Qual das expressões sublinhadas abaixo é um termo regido por um antecedente nominal?

- (A) Sêneca esforçou-se por mostrar.
(B) o autodomínio, pode ser trilhado por qualquer indivíduo.
(C) pode auxiliar os humanos a viver de modo harmônico.
(D) Ele nos mostra que estar preparado para um revés da sorte é o caminho mais seguro.
(E) tomam a realidade simplesmente por aquilo que nossos olhos veem.

Gabarito

01.A - 02.D

CRASE

Apesar de a crase ser marcada na escrita com o acento grave, não se trata de uma questão de acentuação ou tonicidade, mas sim de uma contração da preposição **a**, que pode ser com:

- o artigo feminino **a** ou **as**

“Fomos **à** Bahia e assistimos **às** festividades”.

- o pronome demonstrativo **a** ou **as**
“Chamou as funcionárias e entregou o documento **à** mais experiente”.

- o **a** inicial dos pronomes **aquele(s)**, **aquela(s)**, **aquilo**

“Estava se referindo **à**quele menino”.

“Poucos se aventuram **à**quela cidade”.

A crase é resultado da contração da preposição **a** (exigida por um termo subordinante) com o artigo feminino **a** ou **as** (solicitado por um termo dependente).

“Fui **a** praia”

Fui **a** (**preposição**) +

a (**artigo**) praia

“Assisti **a** peça”

Assisti **a** (**preposição**) +

a (**artigo**) peça

Quando não existe a presença da preposição ou do artigo, o uso da crase não acontece.

“Os turistas visitaram **a** praia”

Os turistas visitaram +

a (**artigo**) praia

“Não conte **a** ninguém”

Não conte +

a (**preposição**) ninguém

Casos onde não há crase

- diante de palavras masculinas

“Não assisto **a** filmes de terror, pois tenho medo”.

*Se as palavras **moda** ou **maneira** forem retomadas, por elipse, pelas expressões **a moda de** ou **à maneira de**, a crase aparece diante de nomes masculinos:

“Estilo **a** Machado de Assis”.

“Deixou crescer o bigode **a** Salvador Dalí”.

- diante de substantivos femininos utilizados em sentido geral e indeterminado

“Não comparece **a** festas, muito menos **a** reuniões”.

- diante de nomes de parentesco que precedidos de pronome possessivo

“Peça desculpas **a** sua avó!”

- diante de nomes próprios, quando não admitirem o artigo

“Ela pretende ir **a** Brasília e depois **a** São Paulo”.

* Se o nome próprio admitir o artigo, ou vier acompanhado de adjetivo ou locução adjetiva, ocorrerá o uso da crase:

“Fomos **à** Alemanha para conhecer a cultura local”.

“Fui **à** bela São Paulo”.

- diante da palavra **casa**, no sentido de *lar, domicílio*, quando não estiver acompanhada de adjetivo ou locução adjetiva

“Voltei **a** casa alegre.” [Vou *para* casa; vim *de* casa.]

* Se a palavra **casa** estiver acompanhada de adjetivo ou locução adjetiva, ocorrerá o uso da crase:

“Fui **à** casa de meu vizinho”.

* Quando **casa** não designar um lar, deve-se empregar a crase:

“O economista foi **à** Casa da Moeda”.

“Dom Pedro II pertenceu **à** casa de Bragança”.

- em locuções formadas pela repetição da mesma palavra

“Os lutadores ficaram **frente a frente**”.

“**Dia a dia**, luto para melhorar de vida”.

- diante do substantivo **terra**, em oposição a **bordo**, a **mar**

“O capitão resolveu fazer uma parada para os marinheiros descerem **a** terra.”

* Com exceção desse tipo de caso, usa-se crase:

“O piloto realizou uma manobra, e o avião voou rente **à** terra”.

- diante de artigos indefinidos e de pronomes pessoais (mesmo os de tratamento) e interrogativos

“Chegaram à estação **a** uma hora ruim.”

“Para solucionar o problema, recorreram **a** mim”.

* Senhora e senhorita são exceções, por isso a crase deve ser utilizada:

“Peço **à** senhora que tenha pena de mim”.

“Quero entregar este presente **à** senhorita”.

- antes de outros pronomes que não aceitam o artigo, situação que ocorre com a maioria dos indefinidos e relativos e grande parte dos demonstrativos

“Referi-me **a** todas as pessoas”.

“Referi-me **a** quem pergunto”.

“Refiro-me **a** qualquer pessoa”.

“Pois essa é a vida **a** que almejamos”.

“Diariamente chegam visitas **a** esta localidade”.

* Certos pronomes admitem o artigo, e dão espaço à crase:

“Prestavam atenção umas **às** outras”.

“Diga **à** tal senhora que aqui nós trabalhamos com seriedade e profissionalismo”.

- diante de numerais cardinais que se referem a substantivos não determinados pelo artigo, utilizados em sentido genérico

“Assisti **a** duas séries em sequência”.

“A fábrica fica **a** seis quilômetros da casa do trabalhador.”

“O número de pessoas na arquibancada não chegava **a** quinze.”

* A crase deve ser utilizada em locuções adverbiais que expressam hora determinada e em casos nos quais o numeral ser precedido de artigo:

“Chegou **às** duas horas da tarde”.

“Entregaram as medalhas **às** três atletas vencedoras”.

- diante de verbos

“Estou disposto **a** fazer tudo o que pedir”.

“Começaram **a** trabalhar com afinco”.

- Antes de palavra no plural:
“Não gosto de ir **a** festas muito lotadas.”

Por outro lado

A crase ocorre antes de locuções formadas de substantivo feminino

- locuções adverbiais (**à** parte);
- locuções conjuntivas (**à** medida que);
- locuções prepositivas (**à** força de).

*Em locuções adverbiais que indicam instrumento ou meio, a crase é opcional:

“Escrever **a** (ou **à**) mão”.

Em casos nos quais a palavra *distância* aparecer determinada, ou quando essa palavra significar *na distância*, usa-se crase:

“O gol estava **à distância** de 30 metros do batedor da falta”.

* Há um certo consenso entre gramáticos de não utilizar crase nos casos onde a distância não estiver especificada. Por isso escreve-se:

“Educação **a** distância”.

“Observava-o **a** distância”.

Haverá crase quando a locução prepositiva *até a* aparecer seguida de palavra feminina:

“Até **à hora** da saída, os alunos fizeram muita bagunça”.

Uso facultativo da crase

- antes de nomes próprios femininos:

“Entregarei o presente de aniversário **a Júlia** (ou **a Júlia**)”.

- antes de pronomes possessivos femininos:

“Enviei a carta **a minha** mãe (ou **à minha** mãe)”.

Dica:

Usamos crase quando temos a preposição *a* + o artigo *a*.

“Vou **à** Lua”.

Tem crase, pois o verbo pede a preposição *a* (quem vai, vai a algum lugar) e Lua é feminina (a Lua).

“Vou **a** Marte”.

Não tem crase, pois Marte é indefinido. Ninguém diz “o Marte” ou “a Marte”.

“Vou **ao** Japão”.

Não tem crase, pois Japão é masculino (o Japão). Então a preposição *a* se junta ao artigo *a*, formando *ao*.

“Vou **às** praias do Nordeste”.

Tem crase, pois a preposição está no plural, assim como o artigo antes do substantivo no plural.

“Vou **a** praias e a montanhas.”

Não há crase, pois a preposição fica no singular, apesar de os substantivos estarem no plural. Os substantivos não estão especificados, como no exemplo acima.

“Vou **aos** pontos turísticos mais conhecidos”.

A preposição se junta ao artigo no plural *os*, formando *aos*.

Questões

01. (PC-SP - Escrivão de Polícia - VUNESP/2022) Assinale a alternativa em que os sinais indicativos de crase estão empregados de acordo com a norma-padrão.

(A) Foi comunicado à todas as seções que os adiantamentos de salário estão suspensos, até à próxima semana.

(B) Serão destinados recursos à populações desabrigadas, com especial atenção às crianças.

(C) Os depoimentos serão colhidos de segunda à sexta- -feira, exigida à presença da autoridade competente.

(D) Está definido que à partir da próxima semana os documentos serão enviados à matriz, para arquivamento.

(E) A preferência no atendimento será dada àquelas pessoas que fizeram agendamento pelo site, como convém à ordem dos trabalhos.

02. (Prefeitura de Juatuba - Assistente Social - REIS & REIS/2022) Assinale a alternativa em que está correto o uso da crase.

(A) À partir daquele momento, tudo começou a fazer sentido.

(B) Os livros foram entregues à ele.

(C) Ela havia se referido às crianças da vizinha.

(D) Tudo terminou dentro do prazo, graças à Deus.

Gabarito

01.E - 02.C

Concordâncias nominal e verbal;

Concordância Nominal

É a relação estabelecida entre as palavras e o substantivo que as rege:

- Deve ocorrer concordância de **gênero** e **número** entre o núcleo nominal e os artigos, os pronomes indefinidos variáveis, os demonstrativos, os possessivos, os numerais cardinais e os adjetivos.

Quinhentas gramas e não quinhentas gramas, pois o numeral deve concordar em gênero com o substantivo. Quando *grama* tiver sentido de *unidade de medida de peso*, tratar-se-á de um **substantivo masculino**.

- Adjetivo com dois ou mais substantivos:

- Em substantivos do mesmo gênero, o adjetivo passa para o plural desse gênero ou concorda com o mais próximo:

Cabelo e bigode feitos (ou feito).

- Em substantivos de gêneros diferentes, o adjetivo passa ao masculino plural ou concorda com o mais próximo:

Barba e bigode feitos (ou feito).

- Caso o adjetivo esteja anteposto aos substantivos, concordará com o substantivo mais próximo:

Mantenha feitas a barba e o bigode.

- O adjetivo deve concordar com o substantivo mais próximo, quando teste possuir sentido equivalente ou gradação:

Exalava muita raiva e rancor.

Particularidades

Possível

- Quando preceder de **o mais, o menor, o melhor, o pior** (no singular):

Chegou o mais próximo possível.

- Quando preceder de **os mais, os menores, os melhores, os piores** (no plural):

Escolheu os melhores possíveis.

Incluso e Anexo

- O adjetivo concordará com o substantivo ao qual se refere:

Envio-lhe inclusos (ou anexos) os documentos.

*Em anexo é invariável:

Envio-lhe, em anexo, os documentos.

Leso

Do adjetivo “lesado”, deve concordar com o substantivo com o qual forma palavra composta:

O deputado cometeu crime de lesa-pátria

Predicativo

- Quando o substantivo apresentar sentido indeterminado, sem artigo, o adjetivo aparece no masculino:

É proibido entrada.

- Quando o substantivo apresentar sentido determinado, com artigo, o adjetivo deve concordar com o substantivo:

É necessária muita paciência.

- **Meio**, de metade, pode variar:

Só contou meias verdades.

- **Meio**, de advérbio, não varia:

Estava meio cansado.

- **Muito, Pouco, Bastante, Tanto**, quando pronomes, podem variar:

Havia bastantes nuvens no céu.

*Quando advérbios, não variam:

Ficaram muito cansados.

- **Só**, quando adjetivo, pode variar

Ele se sente só.

Eles se sentem sós.

- Quando indicar exclusão, não pode variar:

Só quem já passou por isso sabe.

- As palavras **pseudo**, **alerta**, **salvo**, **exceto** não são variáveis:

Ele (ela) é um pseudointelectual.

É bom ficarmos alerta.

Salvo-condutos.

Exceto ele (eles).

- **Quite**, de se livrar de algo, concorda com quem faz referência:

Estamos quites com o banco.

- As palavras **obrigado**, **mesmo** e **próprio** devem concordar com o gênero e número da pessoa a qual fazem referência:

Muito obrigada.

Ela mesma fez aquilo.

Sim, ela, a própria.

Importante lembrar que o artigo concorda com o substantivo:

Os gatos.

A gata.

Quando o pronome substitui o substantivo, deve concordar com o mesmo:

Rafael é um cara bacana. Ele é meu amigo.

Maria e Gabriela são conhecidas. Elas são minhas vizinhas.

*Note que: o adjetivo deve concordar com o substantivo. Quando o pronome substitui o substantivo, o adjetivo concorda com o mesmo.

Concordância Verbal

O verbo concorda em número e pessoa com o sujeito da oração.

- Com sujeito simples, concordância em número e pessoa:

Rafael escreverá diversos romances e poesias.

- Caso seja sujeito composto, verbo no plural:

Seu olhar e seu sorriso mexeram com meu coração.

- Caso um desses sujeitos aparecer depois do verbo, então a concordância ocorre com o núcleo mais próximo, ou fica no plural:

Ainda imperavam (ou imperava) o ferro e o porrete.

- Se o sujeito for composto por pronomes pessoais distintos, a concordância do verbo se dará pela prioridade gramatical das pessoas:

Eu e você somos amigos.

Tu e ele fazeis bem. Como o vós deixou de ser utilizado, o mais comum, hoje, é “Tu e ele fazem bem”.

- Quando as expressões **não só...mas também**, **tanto/quanto** estão relacionadas a sujeitos compostos, há a possibilidade de concordância tanto no singular quanto no plural:

Tanto meu primo quanto seu pai conseguiram (ou conseguiu) uma nova casa.

- Quando o sujeito composto, que estiver ligado por **ou**, indicar uma exclusão ou sinonímia, o verbo deve ficar no singular:

Carlos ou André será o vencedor.

- Mas se indicar uma inclusão ou antonímia o verbo deve ficar no plural:

O bem e o mal estão presentes nas pessoas.

- Caso indicar uma retificação, o verbo dever concordar com o núcleo mais próximo:

O técnico ou os jogadores darão entrevista após o jogo.

- Quando expressões do tipo a **maioria de, a maior parte de + um nome** representar o sujeito, o verbo deve concordar no singular para realçar o todo, ou no plural para realçar a ação individual:

A **maioria** das pessoas *quer* um país melhor.

A maioria das **pessoas** *querem* um país melhor.

Quando o referente do pronome relativo **que** for, por exemplo, **daqueles**, o verbo vai para a 3ª pessoa do plural.

Não **sou** daqueles **que corre**.

*Mas a concordância poderia ocorrer com **um daqueles**.

Não sou um **daqueles que correm**.

- Quando houver o verbo **ser + pronome pessoal + que**, a concordância do verbo ocorre com o pronome pessoal:

Sou eu que faço isso. Somos nós que fazemos isso.

- Caso ocorra o verbo **ser + pronome pessoal + quem**, então o verbo concordará com o pronome pessoal ou ficará na 3ª pessoa do singular:

Sou eu quem começo a dança. Sou eu quem começa a dança.

- O verbo fica no plural quando os nomes próprios locativos ou intitulativos forem precedidos de artigo no plural. Do contrário, fica no singular:

Os Estados Unidos são uma potência mundial.

Minas Gerais é um estado brasileiro.

- Quando as expressões **um dos** e **uma das** vier antes do pronome relativo, o verbo fica no plural ou na 3ª pessoa do singular:

Ele é um dos que mais jogou (ou jogaram).

- Caso transmita a ideia de seletividade, o verbo fica no singular:

Aquele é um dos livros de Stephen King que virará filme este ano.

- Quando ocorre **sujeito nome de algo** (ou um dos pronomes **nada, tudo, isso** ou **aquilo**) + o verbo **ser + predicativo no plural**, o verbo **ser** fica no singular ou no plural (o que comumente ocorre):

Assim falou o professor: a pátria não é ninguém, são todos.

- Caso os pronomes **quem, que** e **o que** iniciem uma oração interrogativa, o verbo **ser** deverá concordar com o nome ou pronome que o suceder:

Quem foram os eleitos?

- Quando o primeiro termo (que é sujeito) for um substantivo e o segundo termo for um pronome pessoal, o verbo **ser** vai concordar com o pronome pessoal:

As árvores somos nós.

- O verbo **ser** fica no singular em expressões como **é muito, é pouco, é mais de, é tanto, é bastante** que indicam um preço, medida ou quantidade:

Hoje em dia cem reais é quase nada.

- Quando o verbo **ser** indicar data, hora ou distância, deve concordar com o predicativo:

São exatamente duas horas. Hoje são 20 de setembro.

- Quando temos a voz passiva sintética e o pronome apassivador **se**, o verbo deve concordar com o objeto direto aparente, que é o sujeito paciente:

Observavam-se luzes.

“Quando **se usa** sete chaves para guardar o amor, ele vai da boca para fora”.

Vejamos: sete chaves são usadas. Portanto, o verbo ficou no plural, então o correto é: “quando **se usam** sete chaves...”

- Quando o sujeito é indeterminado e houver o pronome indeterminador do sujeito, o verbo aparece na 3ª pessoa do singular:

Precisa-se de funcionários.

- O verbo “existir” aceita flexão:
Existe isso mesmo?
Existem pessoas bondosas por aí.

Questões

01. (Prefeitura de Bom Conselho - Técnico de Laboratório - UPENET/IAUPE/2022) Assinale a alternativa cujo termo sublinhado NÃO indica exemplo de Concordância Nominal.

- (A) “...ele escreveria a famosa afirmação de que a vontade de ter fé...”
(B) “E que um dos métodos mais importantes para criar essa crença...”
(C) “...ou com praticamente nenhuma consciência.”
(D) “Este é o verdadeiro poder do hábito.”
(E) “...cria os mundos onde cada um de nós habita.”

02. (Prefeitura de Pedras Altas - Tesoureiro - OBJETIVA/2022) Em relação à concordância verbal, assinalar a alternativa CORRETA:

- (A) Haviam documentos guardados na gaveta
(B) Os meninos não compreendeu aquele cartaz.
(C) As alunas passaram na prova.
(D) Existe muitas pessoas que gostam de verão.

03. (Câmara Municipal de São José dos Campos - Auxiliar Legislativo - VUNESP/2022) Assinale a alternativa em que a frase redigida a partir do texto está em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal e nominal da língua portuguesa.

- (A) Mudanças profundas foram observada em relação ao censo educacional do último ano.
(B) A condição de desigualdade econômica e cultural criam obstáculos à aprendizagem escolar.
(C) A queda no número de alunos matriculados em algumas séries é um dado muito significativo.

(D) A falta de vagas em creches e pré-escolas atingem de modo muito especial famílias pobres.

(E) Nos estados do Norte do país as bibliotecas são mais escasso do que na região Sudeste.

Gabarito

01.E - 02.C - 03.C

Pontuação;

Vírgula

Separa elementos de uma oração e orações de um só período. No interior da oração:

- Separa elementos que desempenham a mesma função sintática (complementos, sujeito composto, adjuntos), caso não estejam unidos pelas conjunções **e**, **ou** e **nem**:

No céu fosco, pelo vão da janela, as estrelas ainda brilhavam. (C. D. de Andrade)

- Separa elementos que desempenham funções sintáticas variadas, visando realçá-los.

- Isolando o aposto, ou outro elemento de valor simplesmente explicativo:

Jonas, o jogador, é um craque.

- Isolando o vocativo:

Cara, desse jeito não dá.

- Isolando o adjunto adverbial antecipado:

Depois de um belo almoço, retornei ao trabalho.

- Isolando os elementos repetidos:

O pão está quentinho, quentinho.

A vírgula pode ser empregada no interior da oração para:

- Separar, na datação, o nome do lugar:

Júnior Almeida, 09 de outubro de 2001.

- Indicar a supressão de uma palavra (normalmente o verbo) ou de um grupo de palavras:

Veio a chuva; com ela, o frio.

A vírgula entre orações.

- Separa as orações coordenadas assindéticas:

Deitava-me, dormia, sonhava.

- Separa as orações coordenadas sindéticas, menos aquelas introduzidas pela conjunção **e**:

Terminara a refeição, mas continuava com fome.

- As orações coordenadas unidas pela conjunção **e**, e que possuem sujeito diferente, são separadas por vírgula:

A senhora sorria calidamente, e o menino correspondia ao sorriso.

- Quando a conjunção **e** é reiterada, o comum é separar as orações introduzidas por ela:

E nasce, e cresce, e vive, e falece.

- A conjunção adversativa **mas** deve vir no início da oração, diferente das demais, que podem vir tanto no início como depois de um de seus termos. No primeiro caso, a vírgula ocorre antes da conjunção; já no segundo, é isolada por vírgulas:

Faça o que bem entender, mas saiba dos riscos.

Faça o que bem entender, porém saiba dos riscos.

Faça o que bem entender, saiba, todavia, dos riscos.

- Se a conjunção conclusiva **pois** estiver proposta a um termo da oração a que pertence, deverá ser isolada por vírgulas:

Veste roupas alviverdes; é, pois, palmeirense.

- Isola orações intercaladas:

Caso eu vá mais cedo, pensou consigo, todos acharão esquisito.

- Isola orações subordinadas adjetivas explicativas:

Senhor, que lavras a terra, descanse um pouco.

- Separa orações subordinadas adverbiais, sobretudo se antepostas à principal:

Quando meu irmão voltou da Europa, trouxe presentes para a família.

- Separa orações reduzidas de particípio, de gerúndio e de infinitivo, caso se equivalham a orações adverbiais:

Escondido no canto, observava-os com atenção.

Não obtendo sucesso, entristeceu-se.

Ao abrir a porta, já sabia o que encontraria.

“O homem, como não era donzela, que cumprisse, então, a sua missão de cuidar do fogo.”

As vírgulas estão aplicadas corretamente. As duas primeiras vírgulas isolam uma oração subordinada adverbial causal (o “como” equivale à locução causal “já que”). As duas seguintes isolam o advérbio “então”. Trata-se de um termo de natureza adverbial e, salvo raras exceções, termos de natureza adverbial podem ser sempre isolados dos demais elementos constituintes da oração.

Importante lembrar que:

- Não se separa sujeito do verbo.

- Não se separa verbo do seu complemento.

A pontuação diferente pode mudar o sentido da frase:

“Retificadas as placas, pelo síndico será marcada uma reunião para discussão de outros problemas do prédio”. / “Retificadas as placas pelo síndico, será marcada uma reunião para discussão de outros problemas do prédio”.

Há alteração de sentido, pois no primeiro período quem marca a reunião é o síndico,

já no segundo período, o síndico retifica as placas.

“É necessário corrigir essas placas de aviso, que estão com emprego inadequado de palavras”. / “É necessário corrigir essas placas de aviso que estão com emprego inadequado de palavras”.

Há mudança de sentido, visto que no primeiro período há uma oração subordinada adjetiva explicativa, já no segundo período, existe uma oração subordinada adjetiva restritiva, que são orações introduzidas por pronomes relativos.

Com vírgula = Explicativa

Sem Vírgulas = Restritivas

IMPORTANTE LEMBRAR

- Qualquer oração, ou termo de oração, com valor puramente explicativo é pronunciada entre pausas. Sendo assim, são isolados por vírgula.

- Os termos essenciais e integrantes da oração são interligados sem pausa. Desse modo, não podem ser separados por vírgula. Sendo assim, não se utiliza vírgula entre uma oração subordinada substantiva e a sua principal.

Ponto

- Indica o fim de uma oração declarativa, tanto a absoluta, quanto a derradeira de um período composto:

Nada pode contra a seleção brasileira. Nada pode contra essa equipe que encanta o mundo há gerações e gerações.

- É utilizado ao final das orações independentes, sendo chamado de ponto simples.

Faz calor. Há chuva. Parece que o verão começou.

- Ao final de cada oração ou período que, ligados pelo sentido, representarem desdobramentos de somente uma ideia central (não desencadeando, portanto, mudança do teor do conjunto).

“Cálido, o estio abrasava. No esplendor cáustico do céu imaculado, o sol, dum brilho intenso de revérbero, parecia girar vertiginosamente, espalhando raios em torno. Os campos amolentados, numa dormência canicular, recendiam a coivaras...” (Coelho Neto)

- O ponto simples também é utilizado em abreviaturas:

Sr.

Sra.

- Na escrita, quando um grupo de ideias é encerrado e quer-se passar para o seguinte, um novo parágrafo é iniciado. O ponto parágrafo é o que marca essa mudança. Ele é o ponto que marca o fim do parágrafo, com o próximo grupo de ideias tendo início na próxima linha, num novo parágrafo.

- O ponto que finaliza o escrito é chamado de ponto final. É o último ponto, ao final do texto.

Ponto e Vírgula

- É utilizado para separar orações coordenadas de certa extensão:

"Logo após pegou o pacote vermelho; entregou seu conteúdo ao amigo, ficando apenas com a embalagem".

- Utilizado para separar as séries ou membros de frases já interiormente separadas por vírgulas.

“Uns estudam, ralam, labutam; outros, descansam, curtem, viajam”.

- Usado para separar os diversos itens de enunciados enumerativos (em leis, decretos, portarias, regulamentos, etc.).

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II - opinião e expressão;

III - crença e culto religioso;

IV - brincar, praticar esportes e divertir-se; (...)

(Estatuto da Criança e do Adolescente)

- A palavra que vem após o ponto e vírgula deve ser minúscula, já que uma nova sentença não foi iniciada.

Dois Pontos

São utilizados:

- Antes de uma citação:

Como afirma o artigo 2º do ECA: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

- Antes de apostos discriminativos (ou indicar uma enumeração).

Duas coisas me impressionaram naquele país: a educação do povo e a limpeza das ruas.

- Antes de orações apositivas:

Eu só peço o seguinte: tenha cuidado.

- Para indicar um esclarecimento, um resultado, ou resumo do que foi dito:

Resumindo: faça tudo o que ele pediu.

*Os subtítulos de obras são marcados por dois pontos, já que, geralmente, possuem um caráter explicativo.

Batman: O Cavaleiro das Trevas

- Para anunciar a fala de personagens nas obras de ficção:

“Ela acudiu pálida e trêmula, cuidou que me estivessem matando, apeou-me, afagou-me, enquanto o irmão perguntava:

— Mana Glória, pois um tamanhão destes tem medo de besta mansa?” (Machado de Assis)

Ponto de Interrogação

- Utilizado no fim das orações ou frases para indicar uma pergunta direta:

Conte-me tudo. O que foi que ela fez?

- Pode ser utilizado entre parênteses, ao final de uma pergunta intercalada:

Ontem o Corinthians (alguém duvidada?) perdeu mais um jogo.

- Se a pergunta envolver dúvida, é comum utilizar reticências após o ponto de interrogação:

E?... como pôde?... o Antônio?...

- Caso a pergunta denote surpresa, ou não possua endereço nem resposta, utiliza-se a combinação de interrogação e exclamação:

Como é que é?!

- Ao final de perguntas indiretas, o ponto de interrogação não é utilizado:

Quero saber quem foi. Perguntei quem foi.

Ponto de Exclamação

- Utilizado depois das interjeições, locuções ou frases exclamativas:

Meu Deus! Que Susto!

- Utilizado depois de um imperativo:

Por aqui. Venha logo!

- Pode substituir a vírgula depois de um vocativo enfático:

São Pedro! mande chuva para nós.

- É possível utilizar múltiplos pontos de exclamação para enfatizar a surpresa, irritação, ou seja, algum sentimento do tipo. Também é possível utilizar diversos pontos de interrogação para enfatizar a dúvida. É algo mais comum em obras literárias (romances, poemas) ou em tirinhas e histórias em quadrinhos.

“Marcos!!! Quem foi que fez isso???”

Reticências

Podem ser utilizadas:

- Para indicar, por parte do narrador ou personagem, uma pausa numa ideia iniciada, mostrando que o mesmo passou a outras considerações:

— Se eu pego ele... Não contem nada para ele, vamos deixar as coisas como estão por enquanto.

- Para indicar uma hesitação, dúvida, surpresa, ou inflexões emocionais daquele que fala:

Quis beijá-la... Não consegui... Comecei a tremer... e saí correndo...

- Para indicar uma ideia incompleta ao final de uma frase:

Mas é isso: as marcas na sala, a taça sobre a mesa... Fui tapeado!

- Para indicar uma interferência em um diálogo, por exemplo, quando um personagem está conversando e outro interrompe sua fala:

— Ora, mas você não pode estar pensando que eu...

— É exatamente isso o que estou pensando, e digo mais...

— Calma! Deixe-me explicar o caso!

- Para realçar uma palavra ou expressão, a mesma pode vir “cercada” de reticências:

E o cãozinho... Pobrezinho... Parece que ninguém quer adotar animais nesta cidade.

- Para indicar a supressão de um trecho de uma citação.

É importante “[...] destacar que o pesquisador há de tomar cuidado com o uso de estrangeirismos, utilizando-os somente nos casos de indisponibilidade de vocabulário equivalente na língua portuguesa”. (MEDEIROS, 1999, p. 205)

Aspas

São utilizadas para:

- No início uma citação textual:

E disse Sigmund Freud: “o sonho é a estrada real que conduz ao inconsciente”.

- Dar ênfase ou evidenciar uma expressão:

O tal “trabalho” que ele fez não vale um centavo!

- Indicar estrangeirismos, neologismos, arcaísmos, gírias ou expressões:

Ele estava meio que numa “bad”.

Chávez, com 58 anos, é uma figura doente e fugidia, que hoje representa o “establishment”.

- Indicar o título de obras, jornais, mídias:

O livro “Dom Casmurro” foi escrito por Machado de Assis.

- Para realçar uma palavra ou expressão imprópria; às vezes com objetivo irônico ou malicioso.

Ele reagiu impulsivamente e lhe deu um “não” sonoro.

Parênteses

- Indicam, no texto, uma explicação ou reflexão referente àquilo que se diz:

E o meu irmão (aquele pestinha) quebrou o vaso que estava sobre a mesa.

- Indicam nota emocional, expressa geralmente de maneira exclamativa, ou interrogativa:

Havia a escola, que era azul e tinha

Um mestre mau, de assustador pigarro...

(Meu Deus! que é isto? que emoção a minha

Quando estas coisas tão singelas narro?)
(B. Lopes)

*Também é usada para indicar o autor de uma frase ou citação, como no exemplo acima.

Colchetes

São usados para:

- Na transcrição de textos alheios, indicar um acréscimo do autor, de caráter complementar e didático:

“A [palavra] do meio é a correta”.

- Em uma referência bibliográfica, para indicar uma informação que não está presente na obra:

ALENCAR, José de. O Guarani. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Editor [1864].

Travessão

- Indica o início da fala de uma personagem e também a mudança de interlocutor, daquele que fala:

— Então, como foi a festa?

— Estava esplendida minha cara, esplendida!

- Isola, com travessão duplo, palavras ou frases:

E ele fez — mesmo que sem vontade — todo o dever de casa.

Em orações e expressões intercaladas, o travessão é capaz de substituir a vírgula, os parênteses, os colchetes ou os dois-pontos, separando-as da oração principal:

Um grupo de alunos do Ensino Médio — muito barulhentos — adentrou o museu no qual fazíamos uma visita.

Meu avô — o sanfoneiro — vai tocar na praça.

- Pode dar ênfase à parte final de uma frase:

Por maiores que sejam os desejos e necessidades, o povo só quer mesmo uma coisa — um país melhor.

Asterisco

- Remete a uma nota de rodapé, ou, nos dicionários, a um verbete.

- Esconde um nome próprio que não se quer mencionar:

O Sr. M* disse às pessoas...

Questões

01. (MPE/GO - Secretário Auxiliar - MPE/GO/2022) Assinale a frase escrita em desconformidade com a norma-padrão da língua portuguesa quanto ao emprego da vírgula.

(A) O presidente do procedimento investigatório criminal declarará, a qualquer tempo, seu impedimento ou suspeição.

(B) Durante a tramitação da investigação, o interessado poderá arguir o

impedimento ou a suspeição do presidente do procedimento investigatório criminal.

(C) A arguição de suspeição ou de impedimento será formalizada em peça própria, acompanhada das respectivas razões, e instruída com a prova do fato constitutivo alegado, sob pena de não conhecimento.

(D) Recebida a arguição será autuada, em apartado e apensada aos autos principais.

02. (Prefeitura de Nova Hartz - Técnico de Enfermagem - OBJETIVA/2022) Em relação à pontuação, assinalar a alternativa CORRETA:

(A) Ele disse por, que estava com dúvidas sobre o conteúdo.

(B) Maria, e Cleide, disseram que iriam buscar João na estação.

(C) Ele foi preso, visto que, ameaçou sua esposa.

(D) O presidente da empresa, Ramiro, disse que estávamos de folga.

03. (Prefeitura de Guaratinguetá - Engenheiro Agrônomo - VUNESP/2022) Assinale a alternativa em que o emprego da vírgula na frase redigida a partir do texto está em conformidade com a norma-padrão da língua.

(A) Os atores de *Hollywood* fazem, seu registro, ao deixarem as marcas das mãos na calçada da fama.

(B) A busca por reconhecimento social tem movido, grande parte, da sociedade contemporânea.

(C) Mesmo pessoas com trabalho e família, se estão no anonimato, sentem-se socialmente desprestigiadas.

(D) Ao observarem a exaltação, às personalidades da mídia, as pessoas anônimas sentem-se desprestigiadas.

(E) Quando faz uma intervenção pichando um muro, o pichador está querendo, registrar a sua presença.

Gabarito

01.D - 02.D - 03.C

Uso dos porquês;

Caro(a) candidato(a), esse assunto é abordado no tópico **Ortografia Oficial (acentuação gráfica, letra e fonema, sílaba, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos).**

Literatura Brasileira: prosa e poesia, autores e obras,

A história da literatura brasileira pode ser dividida em diversos períodos e movimentos, desde o início da colonização até os dias atuais.

Apesar de haver obras e autores que são considerados autores inaugurais de tais períodos, bem como uma divisão temporal, trata-se apenas de uma faceta didática, para facilitar o estudo.

Por exemplo, o Romantismo teve início em tal ano, o que não quer dizer que todos os autores, a partir daquele exato momento, passaram a escrever à maneira dos românticos. A obra inaugural é aquela que trouxe primeiro a maioria das características que diferenciam cada escola literária, que, com o passar dos anos, iam se tornando uma tendência.

Isso não quer dizer também que não é possível encontrar características de uma escola em outra. A literatura não é algo exato, pois é uma arte criativa. É que cada período foi marcado por tendências diferentes. Pois é, *tendências*, não *regras*.

Vamos analisar cada período e apresentar seus principais autores e obras.

Quinhentismo (1500 - 1601)

²⁹Ao invés de dizer se tratar de uma escola literária, a maioria dos pesquisadores consideram o Quinhentismo como um momento da literatura brasileira. Representa a fase inicial da literatura brasileira, pois ocorreu no começo da colonização.

Os portugueses chegaram em nossas terras em 1500, por isso o nome desse período.

A primeira literatura brasileira foi produzida pelos portugueses, que escreviam cartas e documento, não se tratando de literatura como arte, e sim um relato histórico e documental.

Nesse período houve a literatura de informação, que são eram os documentos enviados à Portugal, relatando aquilo que os viajantes encontravam por aqui. Também houve a literatura de catequese, que foi produzida pelos jesuítas que vieram ao Brasil para espalhar o Cristianismo, catequizando os indígenas e fundando os primeiros colégios. José de Anchieta seja talvez o principal nome.

São características do Quinhentismo:

- Crônicas de viagens;
- Textos descritivos e informativos;
- Caráter documental e religioso;
- Linguagem simples e arcaica;
- Vasto uso de adjetivos;
- Literatura pedagógica.

As principais obras e autores são:

- *Carta de achamento*, de Pero Vaz de Caminha;
- *Diário de navegação*, de Pero Lopes de Souza;
- *Tratado contra a antropofagia e contra os cristãos seculares e eclesiásticos que a fomentam e a consentem*, do padre Manoel da Nóbrega;
- *Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônias*, de Fernão Cardim.

²⁹<https://bit.ly/3sCvJv6>

Barroco (1601 - 1768)

É considerada a primeira escola literária do Brasil. Podemos considerar o poema Prosopopeia, de Bento Teixeira, como seu marco inicial, em 1601.

Esse período histórico foi marcado pela Reforma Protestante e uma maior abertura de pensamento, gerando um embate entre o pensamento religioso e o filosófico.

O resultado disso foi um dilema entre o desejo de aproveitar a vida, os prazeres do mundo, e a busca pela remissão dos pecados, bem como uma angústia e preocupação com a morte.

Uma corrente desse período foi o Cultismo ou Gongorismo, que prezava pelo texto, com vocabulário rebuscado. Outra foi o Conceptismo ou Quevedismo, com maior foco nas ideias, em linguagem conativa.

Havia muito o uso de antíteses, como, por exemplo, vida e morte, bom e mau, religião e libertinagem, o mundo espiritual e o material. Em muitos versos de Gregório de Matos é possível encontrar essa característica.

As principais características do Barroco são:

- Apelo à religião;
- Pessimismo e obscuridade;
- Linguagem rebuscada;
- Dualismo e contradições;
- Erotismo;
- Uso de antíteses;
- Utilização de figuras de linguagem.

Os principais autores são:

- Gregório de Matos, que escreveu diversos poemas satíricos, eróticos, religiosos e líricos. Por conta de sua ironia e escrita crítica, sem “papas na língua”, ficou conhecido como Boca do Inferno.

- Padre Antônio Vieira, que ficou conhecido pelos seus *Sermões*, de alto teor crítico, contra os colonos, o protestantismo e mesmo vertentes católicas.

Pequei, Senhor, mas não porque hei pecado,
de vossa alta clemência me despido;
porque quanto mais tenho delinquido,

vos tenho a perdoar mais empenhado.

Gregório de Matos Guerra. *Soneto*. (fragmento)

O chamado *conceptismo* é uma prática recorrente no estilo barroco e corresponde ao jogo de ideias e ao desenvolvimento de um raciocínio argumentativo, como é exemplo a estrofe de Gregório de Matos. Aqui, o eu lírico procura construir o conceito segundo o qual, justamente por ser um pecador, merece o perdão de Cristo.

Arcadismo ou Neoclassicismo (1768 - 1808)

Este movimento segue um caminho oposto ao do Barroco, pois prezou por uma maior simplicidade.

O século XVIII foi marcado pela ascensão da burguesia e de seus valores. Tal fato influenciou na produção das obras desta época.

Podemos dizer que esse período tem início com a publicação das obras poéticas de Cláudio Manuel da Costa, em 1768.

O nome Arcadismo é inspirado na Arcádia, uma região da Grécia que era marcada pela tranquilidade, um local que os escritores exploraram em suas obras.

Os autores desse período descreviam uma vida aprazível e equilibrada, ou seja, pastoral, com ambientação no campo.

Devido à relação com o “clássico”, inspirado na cultura greco-romana, o emprego dos termos em latim *carpe diem*, *fugere urbem*, *locus amoenus* e *inutiliza truncat* foi bastante utilizado.

Principais características:

- Racionalidade;
- Simplicidade e objetivismo;
- Bucolismo e pastoralismo;
- Universalismo;
- Imitação dos clássicos;
- Exaltação da natureza.

O movimento árcade no Brasil originou-se em Minas Gerais e teve como grande representante Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa.

Principais autores e obras:

- Tomás Antônio Gonzaga: *Marília de Dirceu; Cartas Chilenas*;
- Silva Alvarenga: *Desertor das Letras; Glaura*;
- Alvarenga Peixoto: *A dona Bárbara Heliodora*;
- Frei Santa Rita Durão: *Caramuru*;
- Basílio da Gama: *O Uraguai*.

Romantismo (1836 - 1881)

A transição entre o período anterior e o Romantismo é marcada pela Independência do Brasil, em 1822. Podemos dizer que seu marco inicial foi a obra *Suspiros poéticos e saudades*, de Gonçalves de Magalhães.

Diferente do Arcadismo, o Romantismo deixa de lado o racionalismo, dando maior ênfase às emoções.

Junto com a independência do país, os artistas queriam uma independência cultural, buscando fixar uma literatura nacional. Por isso muitas obras desse período possuem caráter nacionalista, escolhendo o indígena como figura nacional, um herói para nosso povo.

Diversos temas foram abordados nesse período, tais quais o amor, a religião, regados à drama e paixões.

Muitos autores enfatizaram as belezas naturais do Brasil, assim como o indianismo.

Se tratando dos romances, houve o urbano, o regionalista, o histórico e o indianista. Já na poesia, houve a nacionalista ou indianista, a ultrarromântica e a social ou condoreira.

Foi um movimento marcado pelo individualismo e pelo nacionalismo, pela retomada dos fatos históricos importantes, pela idealização da mulher, pelo espírito criativo e sonhador, assim como pela valorização da liberdade e o uso de metáforas.

As principais características do Romantismo são:

- Idealismo e subjetivismo;
- Valorização do eu;
- Nacionalismo;
- Religiosidade;
- Escapismo;

- Caracterizou-se pelo pioneirismo na busca pela nacionalização da literatura por meio da valorização da paisagem e da cultura da nossa terra, opondo-se ao neoclassicismo;

- Culto à natureza.

Principais autores e obras:

Prosa

- Joaquim Manuel de Macedo: *A Moreninha*;
- José de Alencar: *Lucíola; O guarani*;
- Bernardo Guimarães: *A escrava Isaura*;
- Machado de Assis: *Ressurreição; A mão e a luva; Helena; Iaiá Garcia*.

Poesia

- Gonçalves de Magalhães: *Suspiros poéticos e saudades*;
- Gonçalves Dias: *Canção do exílio*;
- Álvares de Azevedo: *Lira dos vinte anos; Macário; Noite na Taverna*;
- Casimiro de Abreu: *Meus oito anos*;
- Castro Alves: *Navio Negreiro*.

O poeta da Segunda Geração Romântica que soube utilizar, de forma sensível e surpreendente, os temas e as formas estereotipados do Ultrarromantismo, bem como poetizar figuras e imagens retiradas do cotidiano mais banal foi Álvares de Azevedo. A obra poética de Álvares de Azevedo apresenta essas duas tendências bem diversas. Se por um lado, utiliza de forma sensível e eficiente os temas estereotipados do Ultrarromantismo: a amada pálida e idealizada, pura e intocada; os ambientes noturnos, enevoados etc.; por outro lado, poetiza figuras retiradas do cotidiano mais banal, criando uma contraparte crítica e bem-humorada à sua poesia melancólica.

Realismo e Naturalismo (1881 - 1893)

A obra inaugural deste período é *Memórias póstumas de Brás Cubras*, de Machado de Assis.

Durante esse período histórico, ocorreram no Brasil a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República.

Diferente do Romantismo, o Realismo não buscava uma visão idealizada do país, da sociedade e dos costumes. Como o nome indica, prezava por uma descrição mais fiel, trazendo à tona os defeitos, os problemas e as hipocrisias. Se no período anterior houve um maior subjetivismo e sentimentalismo, agora há um universalismo e materialismo.

As obras foram marcadas pela trama psicológica, valorização de personagens inspirados na realidade, uso de cenas cotidianas.

Principais características:

- Verossimilhança;
- Universalismo;
- Objetividade;
- Esteticismo;
- Aprofundamento psicológico dos personagens;
- Apagamento do autor.

O principal autor do Realismo brasileiro foi Machado de Assis, com as obras *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Dom Casmurro*, *Quincas Borba* e *Esau e Jacó*.

Assim como o Realismo, o Naturalismo, um movimento concomitante, também prezava pela verossimilhança, análise psicológica, universalismo, objetividade, racionalidade e descritivismo.

As obras desse movimento eram marcadas pelo romance tese, que buscavam explorar um ponto de vista para descrever comportamentos de certos povos e problemas sociais.

Foi muito influenciado pelas correntes de pensamento deterministas e positivistas, bem como pelo darwinismo.

As principais características do movimento são:

- Presença de personagens-tipo, uma forma de padrão estereotipado;
- Romance tese;
- Linguagem coloquial;
- Temas obscuros para a época;
- Descrições minuciosas
- Verossimilhança

Principais obras e autores:

- *O mulato*, de Aluísio Azevedo (considerada a obra inaugural);

- *O cortiço*, de Aluísio Azevedo;
- *Bom crioulo*, de Adolfo Caminha;
- *O Ateneu*, de Raul Pompeia.

“O cortiço” foi escrita por Aluísio de Azevedo. Na matéria textual da narrativa dessa obra, fica evidente uma das principais características do Naturalismo, movimento literário ao qual a obra se filia: a zoomorfização das personagens.

Impressionismo (1871 - 1914)

Foi uma tendência artística francesa com foco na pintura que aconteceu no momento da chamada “Belle Époque”.

Tal vertente teve um papel importante para a renovação da arte do século XX, sendo a grande propulsora das ditas vanguardas europeias.

O termo “Impressionismo” resulta da crítica a uma obra de Claude Monet, “Impressão, nascer do sol”, de 1872.

A literatura impressionista teve como foco a descrição de impressões e características psicológicas das personagens. Desse modo, se acrescenta detalhes para elaborar as impressões sensoriais de um incidente ou cena.

Possui como características a valorização das emoções e sensações, a importância da memória, com a procura por um tempo que não existe mais e o enfoque em sentimentos individuais.

Dentro desse movimento, podemos englobar os autores brasileiros Graça Aranha e Raul Pompeia.

Parnasianismo (1881 - 1922)

Essa escola literária só contou com poetas. A intenção era a arte pela arte, sem se ater a críticas sociais ou quaisquer tipos de engajamentos.

Foram até mesmo chamados de criadores de uma literatura alienada, visto que não abordavam os problemas sociais que aconteciam naquela época.

Os autores desse movimento visavam uma perfeição métrica e rimas, sobretudo em sonetos. Havia um grande rigor formal.

A obra que marcou o início desse movimento foi *Fanfarras*, de Teófilo Dias, no ano de 1882.

São características do Parnasianismo:

- Arte pela arte;
- Esteticismo;
- Vocabulário rebuscado;
- Descritivismo;
- Oposição ao romantismo;
- Impessoalidade

O principal autor desse movimento foi Olavo Bilac, que ficou conhecido como Príncipe dos Poetas. Sua obra mais marcante foi *Via Láctea*. Outro poeta que se destacou foi Alberto de Oliveira, com *Vaso chinês*.

Simbolismo (1893 - 1910)

A produção artística desse movimento foi predominantemente poética. Seu marco inaugural foram as obras *Missal* e *Broquéis*, de Cruz e Souza.

Os simbolistas primavam pela subjetividade, afirmando que os parnasianos eram um tanto quanto científicos e materialistas. Valorizavam os mistérios da morte e dos sonhos, impregnando os textos de subjetivismo³⁰.

Nesse movimento, a subjetividade era expressada por meio de intenções subentendidas. A produção poética foi bastante musical, pois seus autores se preocupavam com a sonoridade, muito mais do que com os significados das palavras.

São características do Simbolismo:

- Subjetividade;
- Busca do interior e do inconsciente;
- Misticismo e religiosidade;
- Musicalidade dos versos;
- Uso de imagens oníricas;
- Uso de figuras de linguagem, principalmente a sinestesia, assonância, metáfora e metonímia;

- Interesse pelas zonas profundas da mente e pela loucura; desejo de transcendência e integração cósmica; linguagem vaga, fluida que busca sugerir em vez de nomear.

Os principais autores desse movimento foram: Cruz e Souza, Alphonsus de Guimaraens, Gilka Machado, Pedro Kilkerry.

Vozes veladas, veludosas vozes,
Volúpias dos violões, vozes veladas,
Vagam nos velhos vórtices de vozes
Dos ventos, vivas, vãs, vulcanizadas.

O fragmento transcrito no enunciado é um trecho do poema “Violões que choram”, do poeta do Simbolismo Cruz e Souza. O fragmento apresenta uma combinação de aliterações em “z”, “s” e “v”, as quais produzem um efeito sonoro que põem em ênfase a sonoridade típica do Simbolismo.

Pré-Modernismo (1910 - 1922)

É mais correto chamar o Pré-Modernismo de um período de transição do que uma escola literária de fato. O que os autores desse período possuíam em comum era o regionalismo.

As obras desse período tinham interesse em encontrar as razões dos problemas sociais que haviam no país. Também, por meio do regionalismo, apresentam tradições regionais, costumes e mesmo a linguagem coloquial.

São características do Pré-Modernismo:

- Denúncia da realidade regional;
- Personagens marginalizados;
- Novas maneiras produção textual, como o romance tese, o ensaio e o panfleto.

Os autores e obras mais relevantes desse período são:

- Graça Aranha, *Canaã*;
- Euclides da Cunha, *Os sertões*;
- Monteiro Lobato, *Urupês*; *Cidades Mortas*;
- Lima Barreto, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*;

³⁰<https://bit.ly/3DEotoL>

- Augusto dos Anjos, *Eu*.

Modernismo (1922 - 1950)

O grande marco do Modernismo foi a Semana de Arte Moderna de 1922, que buscou romper com os estilos clássicos, criando um estilo próprio, capaz de representar o Brasil.

³¹O primeiro período do Modernismo aconteceu entre 1922 e 1930, sendo chamada de Fase Heroica. Os artistas visavam desprezar o passado, causando uma grande revolução cultural, experimentando e rompendo com as estruturas clássicas, já consolidadas. Por exemplo, na literatura houve um desligamento da gramática formal, bem como poesias mais livres, com temas polêmicos para a época.

Os autores que destacaram primeiramente foram Oswald de Andrade, com *Memórias sentimentais de João Miramar*, e Mário de Andrade, com *Pauliceia desvairada* e *Macunaíma*.

A segunda fase aconteceu entre 1930 e 1945, apresentando uma poesia moderna mais madura e o chamado romance de 30.

A poesia trazia temas políticos que questionavam a realidade, assim como versos livres.

Os poetas de destaque foram Manuel Bandeira, com *O bicho*, Cecília Meireles com *Romanceiro da inconfidência*, Vinícius de Moraes com *Soneto de fidelidade*, Mário Quintana com *O morto*, e Carlos Drummond de Andrade com *E agora, José?*.

O romance desse período apresenta forte engajamento e crítica social, prezando pela verossimilhança. Havia bastante ideologia, com uma tentativa de denúncias os problemas do país. Os temas nacionalistas e regionalistas ganharam força e os autores, sobretudo os nordestinos, apresentaram a realidade do sertão, assim como a exploração do homem.

Podemos citar os autores Rachel de Queiroz com *O quinze*; José Lins do Rego

com *Menino de engenho*; Graciliano Ramos com *Vidas secas*; Érico Veríssimo com *Olhai os lírios do campo*; e Jorge Amado com *Capitães da areia*.

A terceira fase do Modernismo também é conhecido como Geração de 45, trazendo características da fase anterior, assim como o regionalismo e uma maior introspecção psicológica das personagens.

Destacaram-se João Cabral de Melo Neto com *Morte e vida severina*; Guimarães Rosa com *Grande Sertão: veredas*; e Clarice Lispector com *A hora da estrela*.

Pós-Modernismo (1950 até os dias atuais)

Após o Modernismo, ocorreram uma série de experimentações na literatura nacional. Trata-se de diversas ideias e conceitos, formando um período e não uma escola literária. Não se trata de um movimento propriamente dito, como foi o Modernismo, que tinha um objetivo de fato.

Nas primeiras décadas desse período, o Brasil, assim como o mundo, passava pela Guerra Fria. Já na década de 1960, o país sofreu com o Regime Militar.

Por se tratar de um longo período de tempo, muitas mudanças aconteceram no mundo e na sociedade, como um grande avanço tecnológico, maiores liberdades e direitos para as mulheres e uma grande luta pelos direitos de populações marginalizadas.

Na poesia, ocorreram alguns movimentos, como:

- Concretismo: tipo de poesia que valoriza o aspecto gráfico das palavras, com versos e estrofes que criam formas.

Neoconcretismo: pode ser chamada também de Poesia Social, marcando um certo retorno aos modos mais tradicionais de se fazer poesia, abordando assuntos sociais, econômicos e políticos.

Poesia-Práxis: é baseada no Concretismo, com um olhar mais amplo a respeito dos assuntos abordados.

³¹<http://glo.bo/3TKoQnb>

Poesia Marginal: poesia realizada por meio de uma crítica social, tendo como características a ironia, o humor, o sarcasmo e gírias.

Poema Processo: além de palavras, esse tipo de poesia faz uso de desenhos, fotografias e colagens.

No caso da prosa, houve muitos estilos distintos, como o social, o político, o urbano, o regionalista, o experimental, entre outros. Os contos e crônicas, de leitura rápida, aumentaram de popularidade.

Podemos citar os seguintes autores como destaques: Ariano Suassuna com *Auto da Compadecida*; Adélia Prado com *O homem da mão seca*; Nelson Rodrigues com *A vida como ela é* e *Vestido de noiva*; Hilda Hilst com *Tu não te moves de ti*; Paulo Leminski com *Toda poesia*; Lya Luft com *Perdas e ganhos*; Caio Fernando Abreu com *Morangos mofados*; Rubem Fonseca com *Feliz ano novo*, *O caso Morel* e *Agosto*; Lygia Fagundes Telles com *As meninas* e *O seminário dos ratos*.

A literatura brasileira contemporânea possui algumas características, como:

- Mistura de tendências estéticas (ecletismo);
- Junção da arte erudita e da arte popular;
- Prosa histórica, social e urbana;
- Poesia intimista, visual e marginal;
- Temas cotidianos e regionalistas;
- Engajamento social e literatura marginal;
- Experimentalismo formal;
- Técnicas inovadoras (recursos gráficos, montagens, colagens, etc.);
- Formas reduzidas (minicontos, mini crônicas, etc.);
- Intertextualidade e metalinguagem.

Questões

01. (SEDUC/AL Professor - Português - CESPE/CEBRASPE/2021) Julgue o item subsecutivo, relacionados ao Modernismo e a tendências contemporâneas da literatura brasileira.

Graciliano Ramos, cuja obra é marcada pela crítica social, integra a Geração de 30,

que caracteriza o período da literatura brasileira no qual os temas nacionalistas e regionalistas se fortalecem e os escritores, especialmente os nordestinos, retratam a realidade do sertão e a exploração do homem.

Certo () Errado ()

02. (Prefeitura de Costa Marques - Professor de Língua Portuguesa - IBADE/2022) No fragmento do soneto de Gregório de Matos:

"Nasce o Sol, e não dura mais que um dia.
Depois da luz, se segue a noite escura,
Em tristes sombras morre a formosura,
Em contínuas tristezas a alegria."

A principal característica do Barroco:

- (A) é o uso das aliterações.
- (B) é a natureza do Brasil.
- (C) é o uso de antíteses.
- (D) é a rima.
- (E) é destaque para o pessimismo.

Gabarito

01.Certo - 02.C

Figuras de linguagem.

As figuras de linguagem ou de estilo são empregadas para valorizar o texto, tornando a linguagem mais expressiva. É um recurso linguístico para expressar de formas diferentes experiências comuns, conferindo originalidade, emotividade ao discurso, ou tornando-o poético.

As figuras revelam muito da sensibilidade de quem as produz, traduzindo particularidades estilísticas do autor. A palavra empregada em sentido figurado, conotativo, passa a pertencer a outro campo de significação, mais amplo e criativo.

As figuras de linguagem classificam-se em

Figuras de palavra

Consistem no emprego de um termo com sentido diferente daquele empregado convencionalmente, a fim e se conseguir um efeito mais expressivo na comunicação.

Metáfora

É uma comparação abreviada, associação de ideias, que dispensa o uso dos conectivos (= conjunções) comparativos; é uma comparação subjetiva. Normalmente vem com o verbo de ligação claro ou subentendido na frase.

- **Comparação:** Consiste em aproximar dois elementos que se identificam, ligados por conectivos comparativos explícitos: *como, tal qual, tal como, que, que nem*.

Também alguns verbos estabelecem a comparação: *parecer, assemelhar-se e outros*.

- **Catacrese:** É o emprego de um termo em lugar de outro para o qual não existe uma designação apropriada.

Exemplos

- *folha* de papel
- *braço* de poltrona
- *céu* da boca

- **Sinestesia:** Consiste na fusão harmônica de, no mínimo, dois dos cinco sentidos físicos.

A fusão de sensações físicas e psicológicas também é sinestesia: “ódio amargo”, “alegria ruidosa”, “paixão luminosa”, “indiferença gelada”.

- **Antonomásia ou perífrase:** Consiste em substituir um nome próprio por uma qualidade, atributo ou circunstância que individualiza o ser e notabiliza-o.

Cidade Maravilhosa. (Rio de Janeiro)

- **Metonímia:** Consiste na troca de uma palavra por outra, de tal forma que a palavra empregada lembra, sugere e retoma a que foi omitida.

“A *luta* por um modelo de atendimento e serviço gratuito para toda população

começou ainda nos anos 70.” (O termo “luta” foi empregado fora de seu sentido original. Não houve necessariamente uma luta física em prol do modelo referido. Poderia ser substituído pelo termo “busca”. Todavia, o termo utilizado demonstra, com maior eficácia, uma certa resistência ao alcance do modelo desejado).

Desta forma, utilizando-se o termo “luta” fora de seu sentido original (briga), o autor utilizou-se de uma metonímia para dar mais clareza a sua explanação.

Alguns autores, em vez de *metonímia*, classificam como *sinédoque* quando se têm *a parte pelo todo e o singular pelo plural*.

Autor pela obra: Ele adora Machado de Assis. (ele gosta da obra de Machado de Assis, não do escritor)

Continente pelo conteúdo: Os amigos tomaram duas latas de cerveja. (tomaram a cerveja e não as latas)

Parte pelo todo: O homem tem cem cabeças de gato. (o homem tem cem bois)

Concreto pelo abstrato: Meu filho tem ótima cabeça. (meu filho é inteligente, esperto)

Figuras de Pensamento

Processos estilísticos realizados na esfera do pensamento, dentro da frase. Possuem forte influência da emoção, do sentimento, da paixão.

- **Antítese:** É a aproximação de palavras ou expressões com sentido oposto, oposição.

“Aquele casal é uma coisa: vivem numa relação de *amor e ódio*”.

- **Apóstrofe:** Uma interrupção feita para se dirigir a pessoas ou coisas presentes ou ausentes, sejam reais ou fictícias.

“*Meu filho!* Como você ficou grande!”

“*Povo do Brasil!* Vamos mudar este país!”

- **Eufemismo:** É uma suavização da expressão de uma ideia triste ou desagradável. O termo contundente acaba

sendo substituído por uma palavra ou expressão mais branda, amena ou polida.

Em vez de dizer “Meu tio morreu”, fala-se “Meu tio foi desta para melhor”.

Em vez de dizer “Ele foi fazer cocô”, fala-se “Ele foi fazer suas necessidades”.

Em vez de dizer “Ela mentiu”, fala-se “Ela faltou com a verdade”.

- **Gradação:** Trata-se de uma sequência de ideias dispostas em sentido crescente ou decrescente. Chama-se a crescente de clímax e a decrescente de anticlímax.

“Os alunos chegaram, *sentaram, abriram os cadernos, escreveram, tomaram notas*”.

- **Hipérbole:** Trata-se de afirmação de maneira exagerada, uma intensificação, deformando a verdade na busca de um efeito expressivo.

“Estava *morto* de fome”.

“Fiquei plantado *semanas* na fila”.

- **Ironia:** Acontece quando dizemos o contrário daquilo que realmente pensamos, geralmente com intenção sarcástica.

“Nossa, mas que serviço *maravilhoso!*”
(ao ver um serviço que foi feito de maneira ruim)

“Vejam só a *honestidade* desse candidato: envolvido em três escândalos de corrupção!”

“Povo passando fome, falta emprego, falta saúde; está tudo *sob controle*, segundo os economistas”.

- **Paradoxo:** É chamada também de oxímoro. Trata-se do uso intencional de um contrassenso.

“O amor *faz sorrir e faz chorar*”.

- **Prosopopeia:** É conhecida também como personificação ou antropomorfismo. Seu uso implica na atribuição de sentimentos ou ações humanizadas, típicas do ser humano, a um objeto, pessoa já falecida, seres imaginários, animais.

“A bandeira está dançando no vento”.

“Que vergonha! Seu pai deve estar se revirando no túmulo!”.

“Hoje o dia parece alegre”.

“As relações afetivas estão agonizando, Joana!”

- **Reticência:** É a suspensão do pensamento, deixando-o encoberto.

“Quem sabe se eu *fizer assim...*”

- **Retificação:** Trata-se da retificação de uma afirmação anterior.

“É um rapaz brilhante, *ou melhor dizendo, é um crânio!*”.

Figuras sonoras

- **Aliteração:** Consiste na repetição do mesmo fonema consonantal, geralmente em posição inicial da palavra.

A repetição intencional de fonema consonantal:

[...] **V**ozes **v**eladas, **v**eludosas **v**ozes,

Volúpias dos **v**iolões, **v**ozes **v**eladas [...]
Cruz e Sousa

- **Assonância:** Consiste na repetição do mesmo fonema vocal ao longo de um verso ou poesia.

- **Paronomásia:** Emprego de vocábulos semelhantes na forma ou na prosódia, mas diferentes no sentido.

Massas x Maçãs

Manhas x Manhãs

- **Onomatopeia:** Consiste na imitação aproximada de um ruído ou som produzido por seres animados e inanimados.

*Os verbos que exprimem os sons são considerados onomatopaicos, como cacarejar, tiquetaquear, miar etc.

Figuras de construção ou de sintaxe

São utilizadas para deixar uma oração com mais expressividade, concisão ou elegância. Apresentam construções que fogem um pouco das estruturas regulares.

Elipse

Consiste na omissão de um termo que pode ser facilmente subentendido pelo contexto.

As janelas eram vermelhas e as portas, marrons e brilhantes. (elipse do verbo *eram*)

Zeugma

Muitos consideram como um tipo de elipse, porque a zeugma também é utilizada pela omissão de um ou mais termos na oração.

A elipse acontece com a omissão de um ou mais termos do discurso que não foram expressos anteriormente, sendo facilmente identificáveis pelo interlocutor.

No caso da zeugma, os termos já foram mencionados antes no discurso.

“Ficamos apreensivos com o anunciado”. (por conta da conjugação verbal é possível identificar a omissão do pronome “nós”). - *elipse*

“Rafaela comprou duas saias, eu, uma”. (ocorre omissão do verbo no segundo período: *comprei*). - *zeugma*

Quando a zeugma é utilizada, deve-se usar vírgula.

Pleonasmo

Uso de palavras redundantes que enfatizam uma expressão.

Estou falando a verdade! Eu vi com meus próprios olhos! (só para ver com os próprios olhos)

Polissíndeto

Repetição intencional de um conectivo coordenativo.

A mulher canta, e dança, e pula, e gira.

Inversão

Alteração da ordem normal dos termos.

Esperança, desisti de ter.

Anacoluto

Quebra ou interrupção do fio de uma frase, deixando termos desligados sintaticamente do resto do período, sem qualquer função.

Esses eletrodomésticos de hoje não se pode confiar neles.

Silepse

A concordância não ocorre com os termos, mas sim com a ideia em nossa mente associadas a eles.

- De gênero: São Paulo *é violenta*. (a cidade de São Paulo é violenta)

- De número: Havia *gente* por todo lado, e *dançavam*. (há a ideia de muitas pessoas, por isso *dançavam, elas dançavam*)

- De pessoa: *Ela* e *eu* vamos viajar. (ela + eu = nós)

Repetição ou reiteração

Trata-se de reiterar (repetir) palavras ou orações, dando ênfase à afirmação ou sugerindo insistência, progressão.

Tudo, tudo caro: caro e absurdo.

Questões

01. (TRT/RS - Técnico Judiciário - FCC/2022)

Sobre o amor, etc.

Dizem que o mundo está cada dia menor.

É tão perto do Rio a Paris! Assim é na verdade, mas acontece que raramente vamos sequer a Niterói. E alguma coisa, talvez a idade, alonga nossas distâncias sentimentais.

Na verdade, há amigos espalhados pelo mundo. Antigamente era fácil pensar que a vida oferecia uma perspectiva infinita e nos sentíamos contentes achando que um dia estaríamos todos reunidos em volta de uma mesa farta e então tudo seria bom. Agora começamos a aprender o que há de irremissível nas separações.

Agora sabemos que jamais voltaremos a estar juntos; pois quando estivermos juntos perceberemos que já somos outros e estamos separados pelo tempo perdido na distância. Poderemos falar, falar, para nos correspondermos por cima dessa muralha dupla; mas não estaremos juntos; seremos

duas outras pessoas, talvez por este motivo, melancólicas.

Chamem de tolo ao apaixonado que sente ciúmes quando ouve sua amada dizer que na véspera de tarde o céu estava lindíssimo. Se ela diz “nunca existirá um céu tão bonito assim” estará dando, certamente, sua impressão de momento; há centenas de céus extraordinários. Ele porém, na véspera, estava dentro de uma sala qualquer e não viu céu nenhum. Se acaso tivesse chegado à janela e visto, agora seria feliz em saber que em outro ponto da cidade ela também vira. Mas isso não aconteceu, e ele tem ciúmes. Sente que sua amada foi infiel; ela incorporou a si mesma alguma coisa nova que ele não viveu. Será um louco apenas na medida em que o amor é loucura.

É horrível levar as coisas a fundo. O amigo que procura manter suas amizades distantes e manda longas cartas sentimentais tem sempre um ar de naufrago fazendo um apelo. Naufragamos a todo instante no mar bobo do tempo e do espaço, entre as ondas de coisas de todo dia.

Assim somos na paixão do amor, absurdos e tristes. Por isso nos sentimos tão felizes e livres quando deixamos de amar. Que maravilha, que liberdade sadia em poder viver a vida por nossa conta! Sentimo-nos fortes, sólidos e tranquilos. Até que começamos a desconfiar de que estamos sozinhos, trancados do lado de fora da vida.

(Adaptado de: BRAGA, Rubem. *Melhores crônicas*. Global Editora, edição digital)

Identifica-se uma hipérbole no seguinte trecho:

- (A) Chamem de tolo ao apaixonado que sente ciúmes (5º parágrafo)
- (B) “nunca existirá um céu tão bonito assim” (5º parágrafo)
- (C) Agora sabemos que jamais voltaremos a estar juntos (4º parágrafo)
- (D) Assim somos na paixão do amor (7º parágrafo)
- (E) Sentimo-nos fortes, sólidos e tranquilos (7º parágrafo)

02. (Prefeitura de Várzea - Médico Clínico Geral - EDUCA/2022)



A figura de linguagem que aparece no primeiro quadrinho é

- (A) Perífrase.
- (B) Onomatopeia.
- (C) Catacrese.
- (D) Ironia.
- (E) Eufemismo.

Gabarito

01. B - 02. B

SUMÁRIO

Equações 1º e 2º grau	1
Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais; Intervalos numéricos	3
Operações entre conjuntos	7
Função: afim, modular, quadrática, exponenciais, logarítmica e trigonométricas; Classificação de funções: injetora, sobrejetora e bijetora; crescente e decrescente; Gráficos de funções	9
Triângulo Retângulo: relações e teorema de Pitágoras.....	17
Sistemas de equações do 1º grau.....	19
Trigonometria: circunferência trigonométrica; arcos e ângulos; seno, cosseno e tangente.....	20
Cálculos algébricos: monômios, polinômios e produtos notáveis	20
Estatística – medidas de dispersão: média, moda e mediana.....	22
Potenciação e radiciação	24
Sequências; Progressão aritmética e progressão geométrica	25
Matrizes: adição, subtração, multiplicação e matriz oposta	27
Unidades de medida: comprimento, capacidade, massa, tempo e volume.	29
Cálculo de área: medidas de superfícies	33
Cálculo de volume: prismas, pirâmides, cilindro, cone e esfera.....	35
Comprimento da circunferência; Área do círculo.....	38
Probabilidade: certeza e impossibilidade, fenômenos aleatórios, espaço amostral e evento	38
Grandezas direta e inversamente proporcionais; Regra de três simples e composta.....	39
Porcentagem	42
Juros simples e compostos	43
Resolução de problemas.....	44

Equações 1º e 2º grau

A equação do primeiro grau é representada por: $ax+b=0$, sendo $a \neq 0$

Para resolver uma equação, você já ouviu falar em “isolar o x”, ou “letra de um lado e número do outro”.

Exemplo

$$2x+4=0$$

Passando o 4 para o outro lado, devemos trocar o sinal.

$$2x=-4$$

O 2 está multiplicando o x, portanto, passamos dividindo.

$$x = -\frac{4}{2}$$

$$X=-2$$

(PREFEITURA DE VACARIA/RS – Técnico em Contabilidade – FUNDATEC/2021) O valor de “x” que torna verdadeira a igualdade $1/x-1 = 3/x+3$ é:

- A) $x=-1$
- B) $x=3$
- C) $x=4$
- D) $x=5$
- E) $x=7$

Resolução

$$\frac{1}{x-1} = \frac{3}{x+3}$$

A Condição de Existência(C.E) da equação:

$$x-1 \neq 0 \quad x+3 \neq 0$$

$$x \neq 1 \quad x \neq -3$$

Multiplicando cruzado:

$$X+3=3(x-1)$$

$$X+3=3x-3$$

$$x-3x=-3-3$$

$$x-3x=-6$$

$$-2x=-6$$

$$2x=6$$

$$X=3$$

Questões

01. (FACELI - Técnico em Tecnologia da Informação e Comunicação – IBADE/2022) Maria tem k anos e sua irmã possui o dobro de sua idade. Qual expressão determina a soma das idades de Maria e sua irmã daqui a 10 anos?

- A) $3k + 20$
- B) $2k + 50$
- C) $3k + 30$
- D) $2k + 20$
- E) $2k + 30$

02. (INOVA CAPIXABA – Auxiliar de Almoxarifado – IBADE/2022) Qual é o valor de y na equação $3(3y - 1) = -3$?

- A) $-1/3$
- B) $-2/3$
- C) 0
- D) $-2/9$
- E) 5

03. (COMUR DE NOVO HAMBURGO/RS – Agente de Atendimento e Vendas – FUNDATEC/2021) Qual o resultado da equação de primeiro grau $2x - 7 = 28 - 5x$?

- A) 3.
- B) 5.
- C) 7.
- D) -4,6.
- E) Não é possível resolver essa equação.

Alternativas

01. C – 02. C - 03. B

Equação do 2º grau

É dada por: $ax^2+bx+c=0$

Onde: a, b, c são números reais e $a \neq 0$.

Temos dois tipos de equação: completa e incompleta.

Para a incompleta, não temos b ou c e a resolução se torna basicamente como a equação do primeiro grau.

$$2x^2-2=0$$

$$2x^2=2$$

$$X^2=1$$

$$X=\pm 1$$

$$2x^2-2x=0$$

Deixando 2x em evidência: $2x(x-1)=0$

$$X=0 \text{ ou } x-1=0$$

$$X=1$$

Para a equação completa:

$$X^2-5x+6=0$$

Podemos fazer por soma e produto ou baskhara

$$S = -\frac{b}{a} \text{ e } P = \frac{c}{a}$$

No nosso exemplo temos:

$$a=1$$

$$b=-5$$

$$c=6$$

$$S = -\frac{-5}{1} = 5 \quad P = \frac{6}{1} = 6$$

Quais os números que somados, o resultado é 5 e multiplicados, o resultado é 6?

Os números são 2 e 3.

Para algumas equações, soma e produto acaba sendo mais fácil.

Para essa mesma equação, vamos resolver por baskhara?

$$\Delta = b^2 - 4 \cdot a \cdot c$$

$$x = \frac{-b \pm \sqrt{\Delta}}{2 \cdot a}$$

$$\Delta = (-5)^2 - 4 \cdot 1 \cdot 6$$

$$\Delta = 25 - 24 = 1$$

$$x = \frac{5 \pm 1}{2}$$

$$x_1 = \frac{5+1}{2} = \frac{6}{2} = 3$$

$$x_2 = \frac{5-1}{2} = \frac{4}{2} = 2$$

(PREFEITURA DE VACARIA/RS – Técnico em Contabilidade – FUNDATEC/2021) Se $x = 10$ é uma das raízes da equação $x^2 + bx + 1 = 0$, então o valor de “b” será:

$$A) -101/10$$

$$B) -10/101$$

$$C) -1/101$$

$$D) 10/101$$

$$E) 101/10$$

Resolução

Como já sabemos uma raiz(x), e temos o valor de c, conseguimos descobrir a outra raiz(y).

$$x \cdot y = 1$$

$$10y = 1$$

$$Y = 1/10$$

$$S = -\frac{b}{a}$$

$$10 + \frac{1}{10} = -b$$

$$\frac{100 + 1}{10} = -b$$

$$-\frac{101}{10} = b$$

Questões

(CRP – Assistente Administrativo – QUADRIX/2022) Considerando a equação, na incógnita x, $x^2 + 5x + m = 0$, julgue os itens de 01 a 03.

01. Se $m = -14$, então a equação admite raízes iguais a -2 e 7.

() Certo () Errado

02. Se uma das raízes é igual a -4, então $m = 4$.

() Certo () Errado

03. Se $m = 6$, então as raízes da equação são números primos.

() Certo () Errado

04. (ELETROBRÁS ELETRONUCLEAR –

Especialista em Segurança de Área Protegida de Nuclear – CESGRANRIO/2022) Para $b \in \mathbb{R}$, considere a equação $2x + b = x^2 - 2x - 4$. A equação dada possui 2 raízes reais distintas quando, e apenas quando,

- A) $b < 8$
 B) $b > -8$
 C) $b = -8$
 D) $b < 0$
 E) $b \neq -4$

Alternativas

01. Errado - 02. Certo - 03. Certo -
 04. B

**Conjuntos numéricos: números naturais,
 inteiros, racionais, irracionais e reais;
 Intervalos numéricos**

Naturais

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4 \dots\}$$

Podemos representá-los sem o zero, colocando um asterisco.

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4 \dots\}$$

Como eles são inteiros, podemos falar de antecessor e sucessor.

O zero não possui antecessor, mas seu sucessor é o 1.

O antecessor de 1 é 0 e o sucessor é o 2.

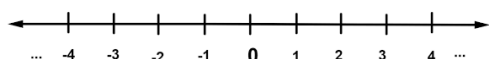
Inteiros

São os naturais mais os inteiros negativos.

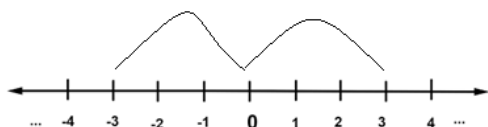
$$\mathbb{Z} = \{\dots - 4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3 \dots\}$$

Os números Naturais são simbolizados pelo N e os inteiros por Z, estranho, né? Mas I seriam os irracionais.

Para ajudar a lembrar que é o Z, vamos falar assim oZinteiros (olha que bonito...rsrsrs)



Lembrando que números opostos somados, o resultado é zero.



Da mesma forma que escrevemos os naturais sem o zero, aqui também podemos brincar com os números.

$$\mathbb{Z}^* = \{\dots - 4, -3, -2, -1, 1, 2, 3 \dots\}$$

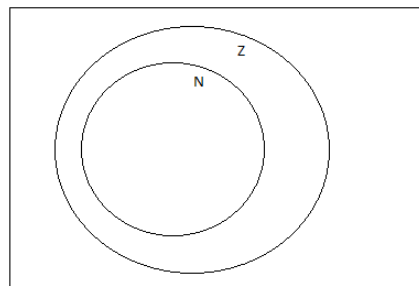
Podemos escrever apenas os negativos

$$\mathbb{Z}_- = \{\dots - 4, -3, -2, -1\}$$

E os positivos, que são os naturais

$$\mathbb{Z}_+ = \{0, 1, 2, 3 \dots\}$$

Podemos colocá-los em forma de conjuntos agora.



O que isso quer dizer?

Os Inteiros, englobam os naturais, mas tem alguns números que não estão nos naturais, por isso sempre sobra um espaço.

Racionais

São todos os números que conseguimos escrever em forma de fração, são representados por $\mathbb{Q}$

Naturais e Inteiros

$$-4 = -\frac{4}{1} \text{ ou } -\frac{8}{2} \dots$$

$$2 = \frac{2}{1} \dots$$

Números decimais finitos

$$0,2 = \frac{2}{10}$$

$$1,2 = \frac{120}{100}$$

Dízima periódica

Para transformar uma dízima periódica em fração, temos um método rápido

Quando a dízima periódica tiver um período, basta colocar o período sobre 9.

$$0,3333 \dots = \frac{3}{9}$$

Quando tiver dois números, colocamos 99:

$$0,565656 \dots = \frac{56}{99}$$

Se tiver um número antes do período:

$$241-2=239$$

Lembrando que quando tiver dois algarismos no período colocamos o 99, então como tem um número antes do período colocamos o zero.

$$0,241414141 = \frac{239}{990}$$

Agora, um método um pouco mais demorado.

Vou fazer com os mesmos números, para ficar mais fácil a visualização.

Com período de 1 algarismo, multiplicamos por 10

$$X=0,333\dots$$

$$10x=3,333$$

$$10x=3,333\dots$$

$$- x=0,333\dots$$

$$9x=3$$

$$X=3/9$$

Dois algarismos, multiplicamos por 100

$$X=0,565656\dots$$

$$100x=56,5656\dots$$

$$100x=56,565656\dots$$

$$- x=0,565656\dots$$

$$99x=56$$

$$X=56/99$$

Como precisamos sempre excluir a parte decimal, para o próximo número, teremos que fazer mais multiplicações.

$$X=0,2414141\dots$$

$$10x=2,414141\dots$$

$$100x=24,14141\dots$$

$$1000x=241,414141\dots$$

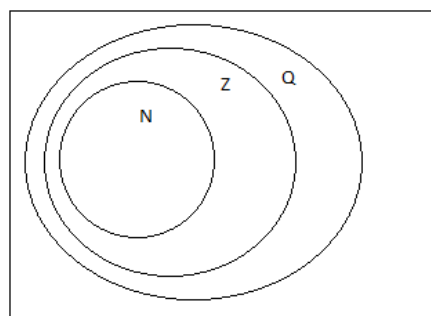
Observe que 1000x e 100 x ficaram iguais na parte decimal.

$$1000x=241,414141\dots$$

$$- 10x=2,414141\dots$$

$$990x=239$$

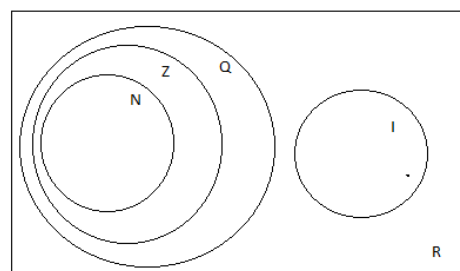
$$X=239/990$$



Para falarmos dos Reais, precisamos falar dos irracionais.

Os irracionais são todas dízimas não periódicas, incluindo o π . Então são as raízes não exatas.

$$\sqrt{2}, \sqrt{3} \dots$$



Questões

01. (CÂMARA DE RIO ACIMA/MG – Agente Administrativo – INSTITUTO ACCESS/2022) Considere as afirmações abaixo:

I. O famoso número π , utilizado no cálculo da área da circunferência, é um número irracional.

II. No conjunto $\{-2, -1, 1, 2, 3\}$ temos somente números naturais.

III. O conjunto dos números naturais está contido no conjunto dos números inteiros.

IV. Os conjuntos racionais e irracionais são disjuntos.

Diante do exposto, assinale

A) se apenas a afirmação I estiver correta.

B) se apenas a afirmação IV estiver correta.

C) se apenas as afirmações I e III estiverem corretas.

D) se apenas as afirmações II e IV estiverem corretas.

02. (ELETROBRÁS ELETRONUCLEAR - Especialista em Segurança de Área Protegida de Nuclear - CESGRANRIO/2022) $M = 6,6666...$ é uma dízima periódica de período 6; $N = 2,3333...$ é uma dízima periódica de período 3. Dividindo M por N, encontra-se o mesmo resultado que dividindo

- A) 20 por 7
- B) 65 por 23
- C) 29 por 9
- D) 66 por 23
- E) 37 por 13

Alternativas

01. C – 02.A.

Soma

As propriedades da soma são:

-Comutativa: a ordem da Parcela, não altera o valor.

$$3+5=5+3$$

$$-3+5=5+(-3)$$

-Associativa: Em uma adição com três ou mais parcelas, o resultado também continua o mesmo, independente da ordem.

$$1+(2+3)=(1+2)+3$$

$$1+(-2+3)=(1+(-2))+3$$

-elemento neutro: o zero é um elemento neutro.

Independente de que número você somar a ele, o resultado é o próprio número.

$$2+0=2$$

Oposto: para qualquer número diferente de zero, sempre existe um oposto e se somados, o resultado será zero.

$$-2+2=0$$

$$2+(-2)=0$$

Subtração

Muita gente acaba confundindo algumas coisinhas nessa operação, então vamos ver se eu consigo esclarecer e tornar a matemática cada vez mais agradável para seus olhos.

Primeiro passo: vamos fazer uma conta bem simples?

$$-2-3$$

Para alguns isso é simples, para outros, nem tanto.

Se você faz parte do segundo grupo, vamos lá!

Qual o problema aqui? Muitos acabam confundindo com a operação de multiplicação, onde 'menos' com 'menos' é mais.

E esse resultado daria +5.

Mas, não!

Aqui devemos pensar o seguinte:

Estou devendo 2 reais, ao invés de pagar a pessoa, eu devo 3, novamente.

Ora, estou DEVENDO 5!

Toda vez que falarmos devendo, colocaremos o sinal de negativo na frente, portanto essa conta dá -5

Combinado? Esse raciocínio é muito bom e não tem erro!

E se eu precisar fazer uma conta maior? E tiver que montar? Aposto que muita gente esqueceu como faz conta de subtração.

$$300$$

$$-109$$

9 não dá pra tirar de zero, então emprestamos, para o zero virar 10 (eu não coloquei o 1 junto ao zero, pois a visualização ficaria ruim).

Como o número do lado é zero, pegamos do anterior.

29

~~300~~

-109

191

Multiplicação

Propriedade Comutativa: a ordem não importa

$$2 \times 4 = 4 \times 2$$

Distributiva: podemos multiplicar separado os termos

$$2 \times (3 + 4) = 2 \times 3 + 2 \times 4 = 6 + 8 = 14$$

Associativa: quando houver 3 números ou mais, podemos deixar os fatores da maneira que acharmos mais fácil de realizar a operação.

$$11 \times 2 \times 3$$

$$11 \times (2 \times 3)$$

$$11 \times 6 = 66$$

Elemento neutro: no caso da multiplicação é o 1.

Qualquer número que multiplicarmos por 1, o resultado é o próprio número.

$$123456 \times 1 = 123456$$

Elemento inverso: Quando multiplicamos um número pelo seu inverso, o resultado é 1.

$$234 \cdot \frac{1}{234} = 1$$

Números Decimais

0,25

X0,03

0,0075

Lembrando que para a multiplicação com números decimais temos que contar as casas dos dois números.

0,25-2 casas após a vírgula

0,03 – 2 casas

Então, o resultado terá: $2+2=4$ casas decimais

Divisão

Agora, que eu quero ver!

Divisão é uma das operações que temos mais dificuldade! Sempre usamos a calculadora, principalmente quando já sabemos que dará com vírgula o resultado.

E minha pergunta para você, candidato, você sabe diferenciar quando colocamos vírgula ou quando vem o zero??

$$\begin{array}{r} 278 \overline{)3} \\ 08 \ 92 \\ 2 \end{array}$$

Se eu quiser continuar essa conta..

$$\begin{array}{r} 278 \overline{)3} \\ 08 \ 92,6... \\ 20 \\ 2 \end{array}$$

Como não tinha mais números e eu quero continuar a divisão, eu coloco a vírgula

$$\begin{array}{r} 510 \overline{)5} \\ 01 \ 10 \end{array}$$

$$5:5=1$$

Como eu tenho que abaixar o 1, mas não da pra dividir por 5, eu coloco o zero na chave e abaixo o número do lado(no caso o zero)

$$\begin{array}{r} 510 \overline{)5} \\ 010 \ 102 \\ 0 \end{array}$$

Agora, vamos misturar.

$$11,11 \overline{)11}$$

Para essa divisão, temos que igualar as casas

$$\begin{array}{r} 11,11 \quad | \quad 11,00 \\ \hline \end{array}$$

Assim, cortamos as vírgulas

$$\begin{array}{r} 1111 \quad | \quad 1100 \\ 11 \quad 1 \\ \hline \end{array}$$

Se eu quero continuar a conta, eu coloco vírgula e um zero

$$\begin{array}{r} 1111 \quad | \quad 1100 \\ 110 \quad 1, \\ \hline \end{array}$$

Mas, o 110 ainda é menor que 1100 então colocamos o zero nos dois lados

$$\begin{array}{r} 1111 \quad | \quad 1100 \\ 1100 \quad 1,01 \\ 0 \\ \hline \end{array}$$

Questões

01. (CÂMARA DE CONTAGEM/MG – Agente de Segurança – FUNDEP/2023)

Em um projeto para a reforma de um teatro, os construtores estão avaliando a quantidade de fileiras e o número de cadeiras em cada fileira. O projeto prevê que o teatro deverá ter 754 cadeiras dispostas em 13 fileiras.

O número de cadeiras por fileira será

- A) 13.
- B) 58.
- C) 169.
- D) 754.

02. (PREFEITURA DE LIDIANÓPOLIS/PR – Fiscal – INSTITUTO UNIFIL/2022) Assinale a alternativa que corresponde ao resultado de $X + Y$, considerando que X e Y foram usados para substituir números nas equações apresentadas.

$$\begin{array}{r} + \quad 28 \\ 3X \\ \hline 62 \end{array} \quad \begin{array}{r} - \quad 93 \\ 2Y \\ \hline 68 \end{array}$$

- A) 7
- B) 8
- C) 9

D) 10

Alternativas 01. B - 02. C.

Operações entre conjuntos

Relação de Pertinência

Para relacionar os números com os conjuntos, podemos colocar pertence ($\in$) ou não pertence ($\notin$)

Exemplo:

O conjunto

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$

$$0 \in \mathbb{N}$$

$$-1 \notin \mathbb{N}$$

Relação de Inclusão

Relacionam conjuntos.

$\subset$ (está contido), $\supset$ (contém)

$$\mathbb{N} \subset \mathbb{Z} \subset \mathbb{Q} \subset \mathbb{R}$$

A “boca” aberta é sempre para o maior conjunto.

União($\cup$)

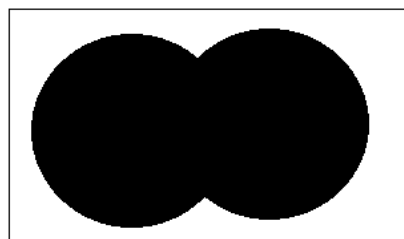
Exemplo: Sendo o conjunto $A = \{1, 2, 3, 4\}$ e o conjunto $B = \{4, 6, 7\}$. Calcule a união.

$$A \cup B = \{1, 2, 3, 4, 6, 7\}$$

Portanto, basta colocarmos todos os números no mesmo conjunto.

Para os amantes de fórmulas:

$$N(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$$



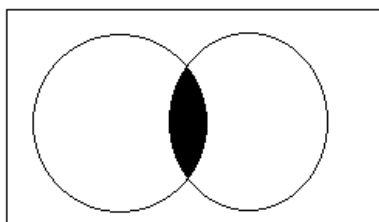
Intersecção ($\cap$)

Vamos seguir sempre com os mesmos exemplos, para ficar fácil a comparação.

Exemplo: Sendo o conjunto $A=\{1,2,3,4\}$ e o conjunto $B=\{4,6,7\}$. Calcule a intersecção.

$$A \cap B = \{4\}$$

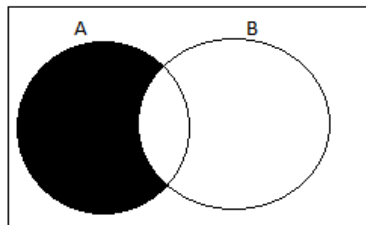
Ou seja, a intersecção é o elemento que se repete nos dois conjuntos.



Diferença

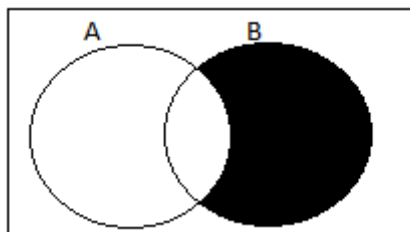
$$A - B = \{1, 2, 3\}$$

Tudo que está em A e não está em B.



$$B - A = \{6, 7\}$$

Tudo que está em B e não está em A.



Conjunto Vazio

Representado por $\{ \}$ ou $\emptyset$.

É um conjunto sem elementos.

Dado dois conjuntos:

$A = \{\text{conjuntos das dízimas periódicas}\}$

$B = \{\text{conjunto dos números inteiros}\}$

Qual a intersecção entre os dois

conjuntos?

$$A \cap B = \{ \}$$

$$\text{Ou } A \cap B = \emptyset$$

Conjunto Universo

Representa todo o conjunto que estamos trabalhando.

Ex: $U = \mathbb{R}$, calcule

$$\frac{1}{3} + \frac{1}{4}$$

Fazendo o mmc

$$\frac{4}{12} + \frac{3}{12} = \frac{7}{12}$$

$$S = \{7/12\}$$

Observe que se colocarmos $U = \mathbb{N}$, a solução seria $S = \emptyset$

Conjunto finito e infinito

conjuntos dos naturais, inteiros, racionais e reais-conjuntos infinitos.

Mas, se definirmos um conjunto, ele é finito (como nos exemplos citados).

Vamos com um exemplo de concurso para tornar nossa vida mais divertida!

(CAU – Auxiliar de fiscalização – IADES/2022) Em determinado dia, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) recebeu 40 solicitações de emissão da Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou da Certidão Negativa de Débito (CND). Sabe-se que 34 empresas solicitaram a CAT e 16 empresas solicitaram a CND. Quantas empresas solicitaram simultaneamente os dois tipos de certidões?

A) 10

B) 11

C) 14

D) 15

E) 16

Resolução

$$N(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$$

$$40 = 34 + 16 - n(A \cap B)$$

$$n(A \cap B) = 34 + 16 - 40$$

$$n(A \cap B) = 10$$

Questões

01. (EBSERH – Técnico em Contabilidade – IBFC/2022) Para saber a preferência entre a utilização de dois produtos A e B foram entrevistadas 185 pessoas, das quais 72 utilizam o produto A, 94 utilizam o produto B, e 36 utilizam ambos os produtos. Nessas condições, o total de pessoas que não utilizam quaisquer um dos 2 produtos é igual a:

- A) 45
- B) 55
- C) 65
- D) 17
- E) 38

02. (CÂMARA DE FRANCA/SP – Oficial Legislativo – IBFC/2022) Ao observar os conjuntos finitos $A = \{1, 3, 5, 7, 9\}$ e $B = \{0, 2, 3, 7\}$, Marcelo afirmou que a diferença entre os dois conjuntos, nessa ordem, é:

- A) $\{0, 1, 5, 9\}$
- B) $\{1, 5, 9\}$
- C) $\{0, 2\}$
- D) $\{1, 2, 5, 9\}$

03. (ELETROBRÁS ELETRONUCLEAR – Especialista em Segurança de Área Protegida de Nuclear – CESGRANRIO/2022) Dois conjuntos não vazios A e B são tais que:

$$A \cup B = \{3, 4, 6, 7, 9\}$$

$$A \cap B = \{4, 7\}$$

O conjunto $(A - B) \cup (B - A)$ é igual a

- A) N
- B) $\{3, 4, 6, 7, 9\}$
- C) $\{3, 6, 9\}$
- D) $\{4, 7\}$
- E) $\emptyset$

Alternativas

01. B – 02. B – 03. C

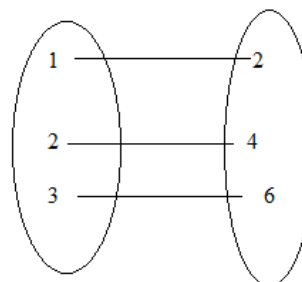
Função: afim, modular, quadrática, exponenciais, logarítmica e trigonométricas; Classificação de funções: injetora, sobrejetora e bijetora; crescente e decrescente; Gráficos de funções

Para explicarmos uma função, temos que relembrar primeiro alguns conceitos como domínio, contradomínio e imagem.

Supondo um conjunto $A = \{1, 2, 3\}$ e $B = \{2, 4, 6\}$

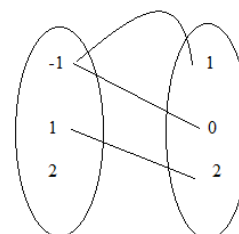
Vamos representar em um diagrama de flechas.

O conjunto A é o domínio, o B é o contradomínio e os números que tem “flechas” são imagens.



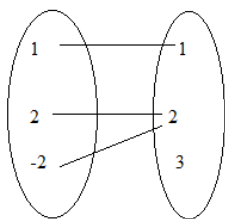
E o conjunto A chamamos de domínio e o conjunto B de contradomínio.

É uma função, pois os elementos de A, correspondem a apenas um elemento de B.



Não é uma função, pois o mesmo elemento de A, corresponde a 2 valores em B e há valor em A, que não tem um correspondente.

No caso do exemplo abaixo, também é uma função.

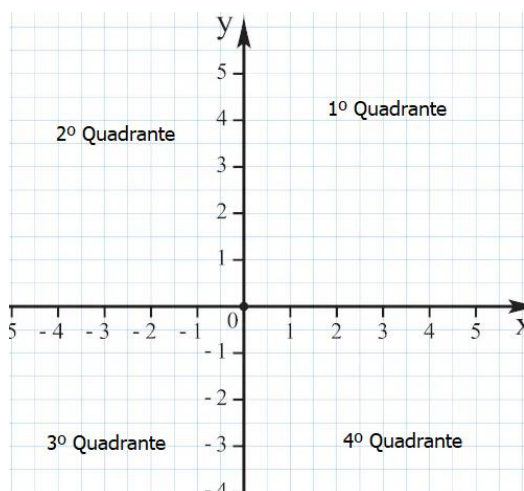


O domínio é $D=\{1, 2, 3\}$

O $CD=\{1, 2, 3\}$

$I=\{1,2\}$

Sistema de Coordenadas



1º Quadrante – x e y positivos

2º Quadrante – x negativo e y positivo

3º Quadrante – x e y negativos

4º Quadrante – x positivo e y negativo

Função do Primeiro Grau

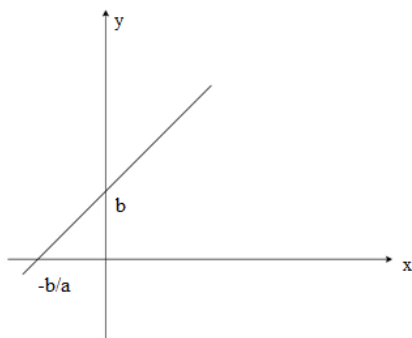
A função do primeiro grau consiste em

$f(x)=ax+b$, onde $a \neq 0$

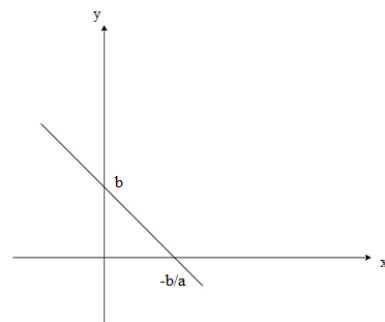
A raiz da função é dada por $x=-b/a$

O valor de b é exatamente o valor que corta o eixo y.

Quando $a>0$, temos uma função crescente.



Quando $a<0$, temos uma função decrescente.



Temos também que :

$$a = \frac{\Delta y}{\Delta x}$$

Função do Segundo Grau

$f(x)=ax^2+bx+c=0$, onde $a \neq 0$

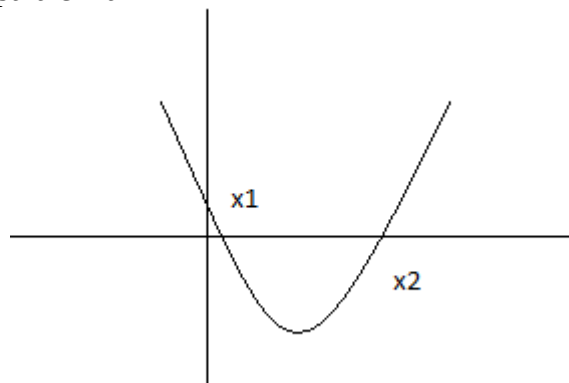
$$\Delta = b^2 - 4 \cdot a \cdot c$$

$$x = \frac{-b \pm \sqrt{\Delta}}{2 \cdot a}$$

Temos também que a soma das raízes é dada por $S = -\frac{b}{a}$

E o Produto $P = \frac{c}{a}$

Quando $a>0$, a concavidade da parábola é para cima



Para saber qual o valor mínimo a ser atingido, temos os valores do vértice.

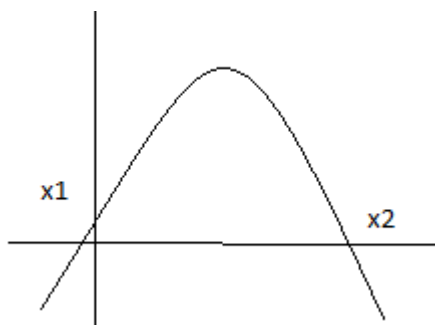
$$Vx = -\frac{b}{2a}$$

$$Vy = -\frac{\Delta}{4a}$$

Observe que os valores de y são maiores que zero para menores que x_1 e maiores que x_2 .

E menores que zero entre x_1 e x_2 .

$a<0$, concavidade para baixo.

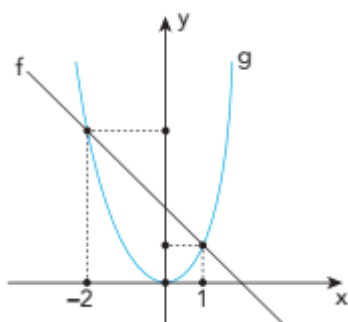


No caso dessa parábola, falamos em valores de máximo e usamos a mesma fórmula de vértice.

Depois de todas essas fórmulas, vamos ver alguma aplicação, né?

Exemplo

(UERJ – Assistente Administrativo – UERJ/2021) Na figura, estão representados os gráficos das funções reais f e g , com variáveis reais, definidas por $f(x) = ax + b$ e $g(x) = x^2$.



O valor de $a^2 + b^2$ é igual a:

- A) 2
- B) 3
- C) 4
- D) 5

Resolução

Pela função $g(x) = x^2$

$$G(-2) = (-2)^2 = 4$$

$$G(1) = 1^2 = 1$$

Formando os pares $(-2, 4)$ e $(1, 1)$

Portanto, para a função $f(x)$

$$a = \frac{\Delta y}{\Delta x} = \frac{4 - 1}{-2 - 1} = \frac{3}{-3} = -1$$

Para calcularmos o valor de b , vamos substituir na função.

$$F(x) = ax + b$$

$$F(-2) = -1(-2) + b$$

$$4 = 2 + b$$

$$B = 2$$

$$a^2 + b^2 = (-1)^2 + 2^2 = 5$$

Questões

01. (EMDUR – Técnico em Segurança do Trabalho – FAU/2022) O município X tem um contrato com uma empresa que entrega as correspondências do município. O valor pago mensalmente segue a seguinte função $f(x) = 1,25x + 8000$, onde x representa a quantidade de correspondências entregues ao longo do mês. Se em um determinado mês a quantidade de correspondências entregue foi de 20.000 o valor pago a empresa foi de:

- A) R\$ 30.000,00.
- B) R\$ 33.000,00.
- C) R\$ 34.500,00.
- D) R\$ 35.750,00.
- E) R\$ 36.125,00.

02. (MGS – Monitor Educacional – IBFC/2022) A conhecida fórmula de Bhaskara é um método para encontrar raízes reais de uma função quadrática. No processo deste método as raízes são encontradas fazendo uso dos coeficientes das equações no formato, $y = ax^2 + bx + c$ com $a, b, c \in \mathbb{R}$ (números reais) e ainda $a \neq 0$. Sendo assim, a função dada por $f(x) = 4x^2 - 4x + 1$, possui como raízes os números:

- A) -1 e 3
- B) 4 e -4
- C) 0 e 2
- D) $1/2$ e $1/2$

03. (IBGE – Agente de Pesquisas e Mapeamento – CESPE/CEBRASPE/2021) Considere as funções quadráticas $f(x) = a_1x^2 + b_1x + c_1$ e $g(x) = a_2x^2 + b_2x + c_2$, em que a_1, b_1, c_1, a_2, b_2 e c_2 são constantes, $a_1 > 0$ e $a_2 < 0$. Acerca dessas funções, julgue os itens seguintes, considerando o plano cartesiano

usual xOy .

I O gráfico da função f é uma parábola com concavidade voltada para cima; o gráfico da função g é uma parábola com concavidade voltada para baixo.

II Os gráficos das funções f e g podem: não possuir pontos em comum; possuir um único ponto em comum; possuir dois pontos distintos em comum.

III Já que $a_1 > 0$, o gráfico da função f pode não interceptar o eixo Ox , mas necessariamente intercepta o eixo Oy . Por outro lado, já que $a_2 < 0$, o gráfico da função g pode não interceptar o eixo Oy , mas necessariamente intercepta o eixo Ox .

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas os itens I e II estão certos.
- C) Apenas os itens I e III estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

Alternativas

01. B - 02. D - 03. B

Função Modular

O módulo é representado entre barras e mesmo que no módulo seja número negativo, se tornará positivo.

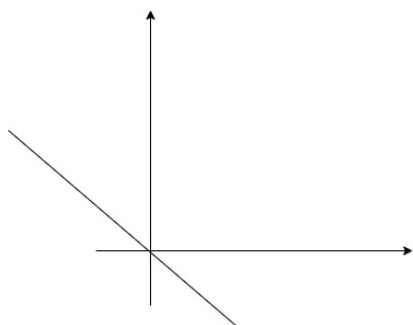
Exemplo

- a) $|-2|=2$
- b) $|2|=2$
- c) $|-2-2|=-4|=4$

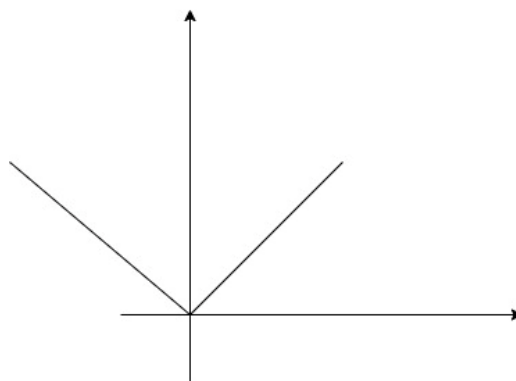
Já que os números se tornam positivos, como será que representamos graficamente a função?

$$F(x)=|x|$$

Se fosse uma função sem o módulo, ficaria $f(x)=x$ e teríamos o seguinte gráfico:



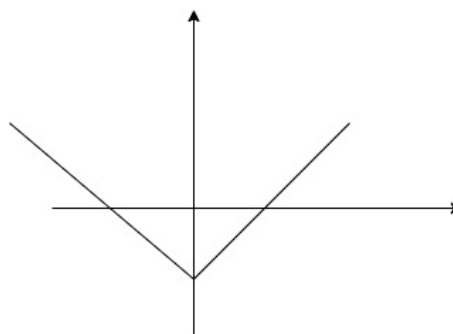
Mas, sendo modular, não temos a parte negativa, e temos que “espelhar”.



Cuidado para não confundir!!!

Se o número não estiver dentro do módulo, podemos sim ter parte negativa.

$$F(x)=|x|-2$$



Propriedades

1-Módulo de um número real é igual ao módulo do oposto.

$$|x|=-x$$

2- Módulo de um produto, é igual ao produto dos módulos.

$$|xy|=|x| \cdot |y|$$

3- Módulo ao quadrado é igual ao quadrado do módulo.

$$|x^2|=|x|^2$$

4-Módulo da soma é menor ou igual a soma dos módulos.

$$|x+y| \leq |x| + |y|$$

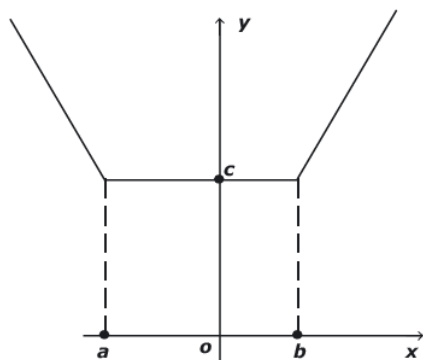
5- Módulo da diferença é maior ou igual a diferença dos módulos.

$$|x-y| \geq |x| - |y|$$

Questões

01. (ESPCEX – Cadete – EXÉRCITO)

Sabendo que o gráfico a seguir representa a função real $f(x) = |x-2| + |x+3|$, então o valor de $a + b + c$ é igual a

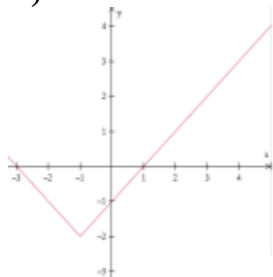


Desenho Ilustrativo Fora de Escala

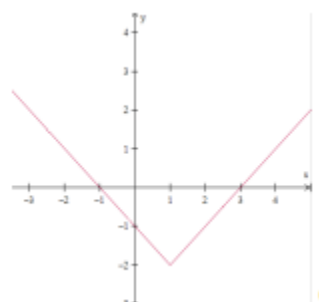
- A) -7.
- B) -6.
- C) 4.
- D) 6.
- E) 10.

02. (PREFEITURA DE ARARANGUÁ/SC – Auxiliar Administrativo – FAEPESUL) Assinale a alternativa que apresenta o gráfico da função, definida por $f: \mathbb{R} \rightarrow \mathbb{R}$ para definida por $f(x) = |x + 1| - 2$

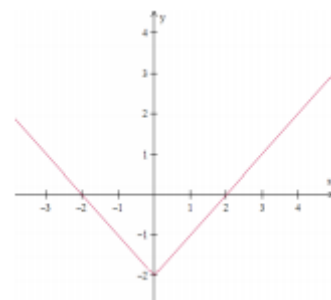
A)



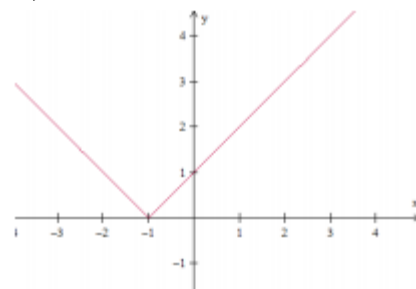
B)



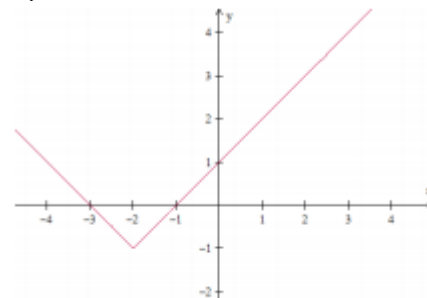
C)



D)



E)



Alternativas

01. C – 02. A

Função Logarítmica

É a inversa da função exponencial.

Definida por: $f(x) = \log_a x$, a é real, positivo e diferente de 1 e $x > 0$

Pela definição de log temos: $a^y = x$

Vamos ver algumas propriedades de logaritmo que ajudam na resolução das funções logarítmicas.

$$\log_a a = 1$$

É só pensar pela definição de log.

$$a^1 = a$$

$$\log_a a^n = n \log_a a = n$$

A regra do “tombo”. Quando tem um expoente, podemos tombar para a frente do log.

Essa regra funciona para qualquer tipo de expoente, não precisa ser com a mesma base.

$$\log_b a^n = n \log_b a$$

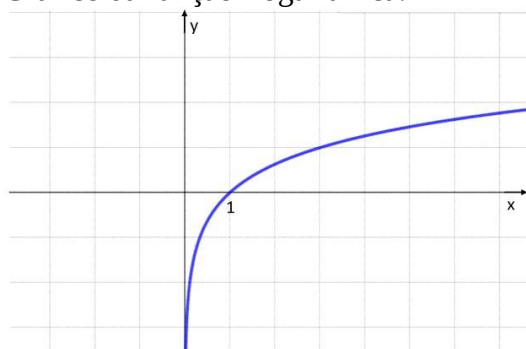
Multiplicação

$$\log_b (a \cdot c) = \log_b a + \log_b c$$

Divisão

$$\log_b \left(\frac{a}{c}\right) = \log_b a - \log_b c$$

Gráfico da função Logarítmica.



Fonte: <https://www.todamateria.com.br/funcao-logaritmica/>

Comparando o gráfico de logaritmo com exponencial, podemos observar que o gráfico de função exponencial sempre fica no primeiro e segundo quadrante, enquanto o gráfico de função logarítmica fica no primeiro e quarto quadrante.

A função exponencial não tem valores negativos para y, enquanto a função logarítmica não tem valores negativos para x.

E qual seria o domínio da função logarítmica?

Determine o domínio de $f(x) =$

$$\log_3(3x - 2)$$

$$3x - 2 > 0$$

$$3x > 2$$

$$x > 2/3$$

Questões

01. (PREFEITURA DE NOBRES/MT – Agente Administrativo – UFMT/2022)

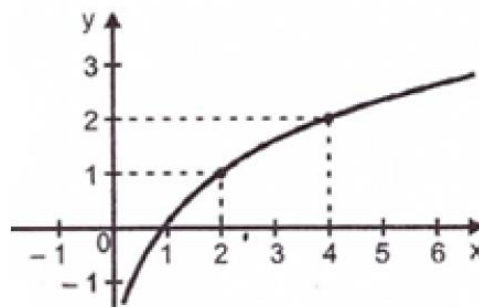
Conforme dados da Organização Mundial do Turismo, enquanto o turismo regular no mundo, durante os períodos antes da pandemia, crescia 7,5% ao ano, o ecoturismo cresceu, no mesmo período, 20%. Dados do Observatório do Turismo e Eventos de Bonito (OTEB) apontam que Bonito recebeu aproximadamente 205.460 turistas no ano de 2021. Por hipótese, considere que, este ano, Nobres receba

20.000 turistas e que o governo de Mato Grosso inicie um grande projeto de incentivo ao ecoturismo no município. Se a cada ano o ecoturismo em Nobres crescer à mesma taxa que crescia no mundo antes da pandemia, então em que ano o seu ecoturismo atingirá o total de turistas que Bonito recebeu em 2021?

Considere: $\log 10,273 = 1,012$ e $\log 1,2 = 0,079$

- A) 2033
- B) 2034
- C) 2035
- D) 2036

02. (PREFEITURA DE AREAL/RJ – Técnico em Contabilidade – GUALIMP/2020) Considere a função $f: \mathbb{R} \rightarrow \mathbb{R}$ cujo o gráfico está esboçado abaixo.



Qual é a lei de formação da função f?

- A) $y = \log_2(x + 1)$
- B) $y = \log_2 x$
- C) $y = \log x$
- D) $y = \log x + 1$

03. (PREFEITURA DE TAQUARITINGA DO NORTE/PE – Assistente Administrativo –

IDHTEC/2019) Considerando a função $P(x) = \log_2(2 - x)$, determine seu conjunto domínio.

- A) $D =]-\infty, 1[$.
- B) $D =]-1, +\infty[$.
- C) $D =]1, +\infty[$.
- D) $D =]2, +\infty[$.
- E) $D =]-\infty, 2[$.

Alternativas

01. C - 02. B- 03. E

Função Exponencial

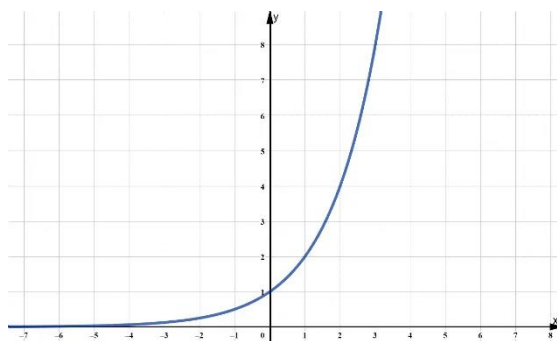
Definida por $\mathbb{R} \rightarrow \mathbb{R}_+^*$ e a Lei de Formação é dada por $f(x)=a^x$, a tem que ser número real e positivo e diferente de 1.

Se $a>1$, chamamos de função crescente.

Exemplo: Faça o gráfico da função $f(x)=2^x$.

Vamos fazer uma tabela com alguns valores, para fazer o gráfico.

x	y
0	1
1	2
2	4

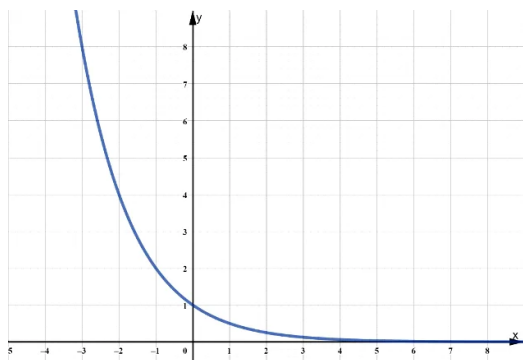


<https://www.todamateria.com.br/funcao-exponencial/>

Se $0<a<1$, temos uma função decrescente.

Exemplo: $f(x) = \left(\frac{1}{2}\right)^x$

x	y
0	1
-1	2
-2	4

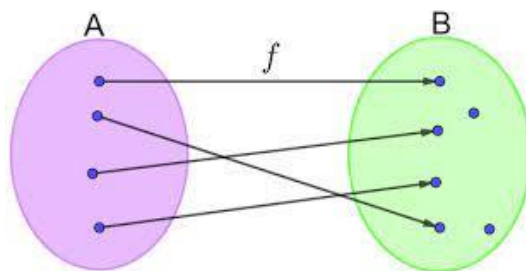


<https://www.todamateria.com.br/funcao-exponencial/>

Algumas observações:

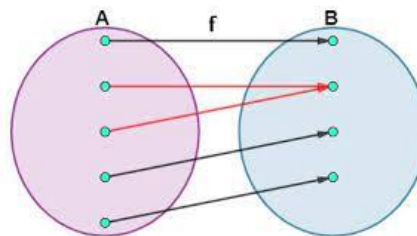
- independente da base, teremos $f(0)=1$.
- o gráfico sempre terá valores de y positivo.
- o gráfico quase toca o eixo x, mas nunca encostará.

A função abaixo é uma função injetora



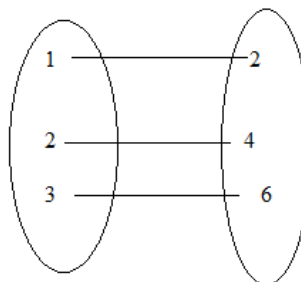
Observe que cada elemento de A possui uma imagem.

Função sobrejetora



Não há elementos sobrando no contradomínio.

Vamos ver um exemplo de função bijetora.



Cada elemento do contradomínio tem uma imagem no contradomínio e além disso, o conjunto imagem é igual ao contradomínio, ou seja, não sobra nenhum elemento no contradomínio.

Questões

01. (PREFEITURA DE PONTA GROSSA/PR – Agente de Trânsito – FAU/2022) Uma casa se desvaloriza a cada ano que passa, de acordo com a função exponencial $f(x) = 500.000(0,95)^t$ onde t é

o tempo em anos. Após dois anos de acordo com a função o valor da casa é de:

- A) R\$ 425.500,00.
- B) R\$ 495.000,00.
- C) R\$ 451.250,00.
- D) R\$ 475.500,00.
- E) R\$ 435.000,00.

02. (PREFEITURA DE IRATI/SC – Agente Administrativo – GS ASSESSORIA E CONCURSOS/2021) A equação exponencial $C = 2^{(x+1)}$ representa a progressão dos lucros acumulados de uma empresa, em milhões. Sendo X a quantidade de meses acumulados, qual será o lucro em um trimestre?

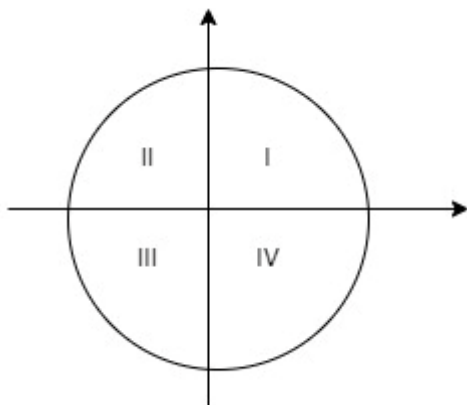
- A) O lucro será de 17 milhões.
- B) O lucro será de 27 milhões.
- C) O lucro será de 26 milhões.
- D) O lucro será de 8 milhões.
- E) O lucro será de 16 milhões.

Alternativas

01. C - 02. E

Círculo Trigonométrico

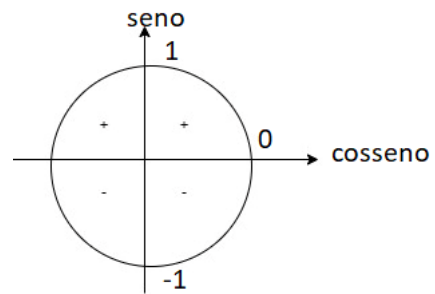
Temos 4 quadrantes no círculo trigonométrico.



Veremos como as funções de seno, cosseno e tangente se comportam em cada quadrante.

Seno

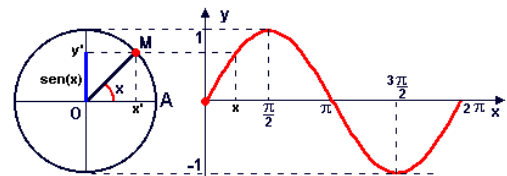
Positivo no 1º e 2º quadrante e negativo no 3º e 4º quadrante.



Pense no seno como o eixo y de um gráfico e assim, fica mais visível o entendimento para saber onde é negativo, positivo.

A função seno, tem o máximo de 1 em 90° e mínimo de -1 em 270°.

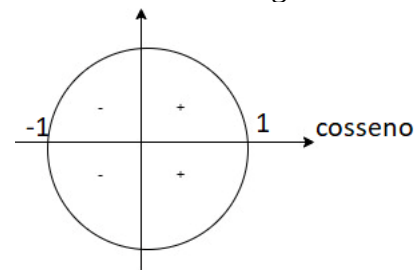
Vale zero em 0° e 180°.



O período da função é 360° (2π).

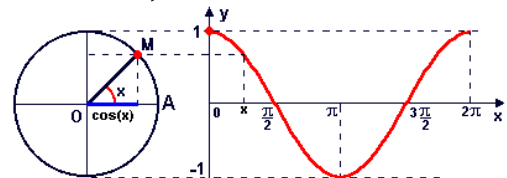
Cosseno

Positivo no 1º e 4º e negativo no 2º e 3º.



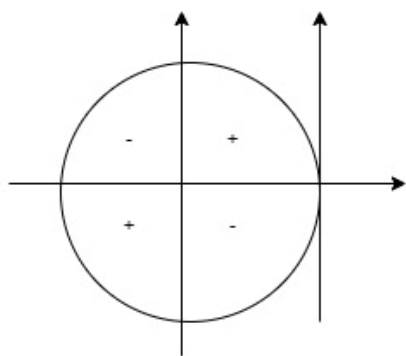
O cosseno vale 1 em 0° e 360°

-1 em 180°, zero em 90° e 270°

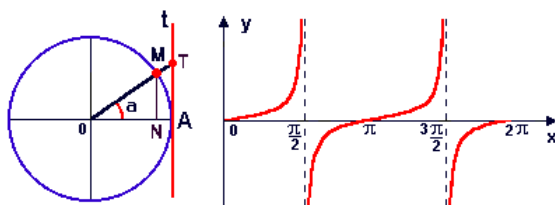


Tangente

Como usamos uma outra reta, se ligarmos, fica mais fácil de entender que o 1º e 3º são positivos.



O gráfico da função tangente é um pouco diferente, pois em 90° e 270° não temos tangente.



A tangente tem periodicidade π , ou seja, repete depois de π .

Questões

01. (SEC/BA – Professor – IBFC/2023) A imagem da função $f: \mathbb{R} \rightarrow \mathbb{R}$ definida por $f(x) = \cos(x)$ é igual a $\text{Im}(f) = \{y \in \mathbb{R} \mid -1 \leq y \leq 1\}$. Sendo assim a imagem da função definida por $f(x) = 1 - 2\cos(x)$ é igual a:

- A) $[-1, 1]$
- B) $[-1, 3]$
- C) $[-2, 2]$
- D) $[0, 1]$
- E) $[-2, 0]$

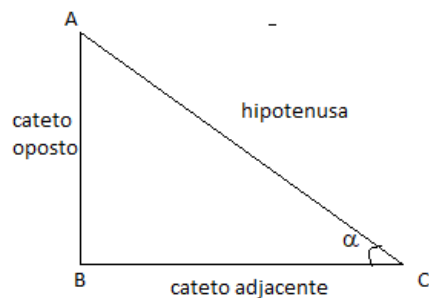
Alternativas

01. B

Triângulo Retângulo: relações e teorema de Pitágoras

Relações trigonométricas

Dado um triângulo ABC, retângulo em B, temos:



$$\text{sen} \alpha = \frac{\text{cateto oposto}}{\text{hipotenusa}}$$

$$\cos \alpha = \frac{\text{cateto adjacente}}{\text{hipotenusa}}$$

$$\text{tg} \alpha = \frac{\text{cateto oposto}}{\text{cateto adjacente}}$$

Vamos reescrever de uma outra forma:

$$\text{sen} \alpha = \frac{co}{hi}$$

$$\cos \alpha = \frac{ca}{hi}$$

$$\text{tg} \alpha = \frac{co}{ca}$$

Para decorar: CORRI, CAI com a COCA

Principais ângulos:

	30°	45°	60°
Sen x	$\frac{1}{2}$	$\frac{\sqrt{2}}{2}$	$\frac{\sqrt{3}}{2}$
Cos x	$\frac{\sqrt{3}}{2}$	$\frac{\sqrt{2}}{2}$	$\frac{1}{2}$
Tg x	$\frac{\sqrt{3}}{3}$	1	$\sqrt{3}$

Para decorar a tabela(cante, por favor!):
1 2 3, 3 2 1, tudo sobre 2, só não vai raiz em 1.

Vejam só vocês a tangente é diferente

$$\frac{\sqrt{3}}{3}, 1, \sqrt{3}$$

Essa é trigonometria básica em triângulos.

Mas, podemos ter também :

$$\sec x = \frac{1}{\cos x}$$

$$\text{cossec} x = \frac{1}{\text{sen} x}$$

$$\cotg x = \frac{1}{\tg x}$$

Relação Fundamental

$$\text{Sen}^2 x + \text{cos}^2 x = 1$$

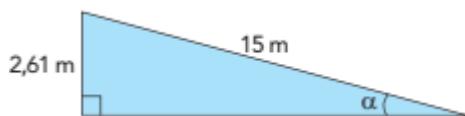
Questões

01. (PREFEITURA DE COLÔMBIA/SP – Técnico em Nutrição – INSTITUTO CONSULPLAN/2021)

Considere um ângulo β , tal que $0^\circ \leq \beta < 360^\circ$ e suas respectivas relações no círculo trigonométrico. Considerando que: $\text{sen } \beta < 0$ e que $\text{cos } \beta > 0$, pode-se afirmar que este ângulo pertence a qual quadrante?

- A) 1º
- B) 2º
- C) 3º
- D) 4º

02. (UERJ - Assistente Administrativo – UERJ/2021) Admita que uma rampa da Universidade tem 15 m de comprimento e 2,61 m de altura, conforme ilustra a figura.



Considere a tabela trigonométrica:

α	$\text{sen } \alpha$	$\text{cos } \alpha$
10°	0,174	0,985
12°	0,208	0,978
14°	0,242	0,970
16°	0,275	0,961

De acordo com a tabela, a medida da inclinação α dessa rampa, em graus, é igual a:

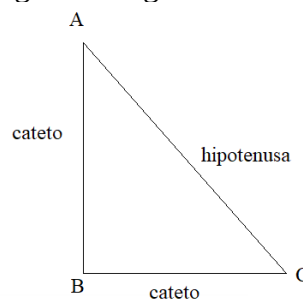
- A) 10
- B) 12
- C) 14
- D) 16

Alternativas

01. D – 02. A

Teorema de Pitágoras

O teorema é sempre aplicado em triângulo retângulo.



$$AC^2 = AB^2 + BC^2$$

Questões

01. (PREFEITURA DE VÁRZEA PAULISTA/SP – Assistente Administrativo – VUNESP/2021)

A figura mostra a largura de duas ruas, P e Q, que se cruzam perpendicularmente.

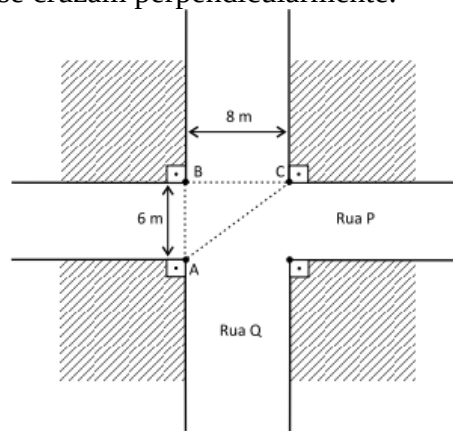


Figura fora de escala

Uma pessoa que se encontra no ponto A e deseja chegar ao ponto C tem duas opções de trajeto:

- trajeto 1: ir de A até B, e depois de B até C;
- trajeto 2: ir direto de A até C, em linha reta.

Se essa pessoa optar pelo trajeto 2, o número de metros a menos que ela estará andando, em comparação ao trajeto 1, será

- A) 4,0.
- B) 3,5.
- C) 3,0.
- D) 2,5.

E) 2,0.

02. (PREFEITURA DE LARANJAL PAULISTA/SP – Fiscal de Meio Ambiente – IDCAP/2020)

O Teorema de Pitágoras propõe uma relação entre os três lados de um triângulo retângulo, chamados de catetos e hipotenusa. Analise as afirmações abaixo e escolha a alternativa que corresponde à opção CORRETA.

I) A fórmula do Teorema de Pitágoras é $a^2 = b^2 + c^2$, onde a é a hipotenusa e b e c são os catetos.

II) A fórmula do Teorema de Pitágoras é $a^2 = b^2 + c^2$, onde a é a hipotenusa e b e c são os catetos, mas pode ser alterada para $b^2 = a^2 + c^2$ ou $c^2 = b^2 + a^2$ sem modificar o resultado do cálculo.

III) Se um triângulo retângulo tem catetos de medidas $b = 7,5$ cm e $c = 10$ cm, o valor da hipotenusa é $a = 12,5$ cm.

IV) Se um triângulo retângulo tem catetos de medidas $b = 7,5$ cm e $c = 10$ cm, o valor da hipotenusa é $a = 17,5$ cm.

A) Somente a afirmação I é verdadeira.

B) Somente a afirmação IV é verdadeira.

C) As afirmações II e III são verdadeiras.

D) As afirmações III e IV são verdadeiras.

E) As afirmações I e III são verdadeiras.

Alternativas

01. A – 02. E

Sistemas de equações do 1º grau

Sistemas de Primeiro Grau

Para ser de primeiro grau, as incógnitas não devem ser multiplicadas e só elevado a 1.

$$\begin{cases} x + y = 2 \\ x + 3y = 4 \end{cases}$$

Ou

$$\begin{cases} 2x + y - z = 3 \\ x - y - z = 8 \\ 4x + 7y + 3z = 20 \end{cases}$$

Temos dois métodos para a resolução de um sistema: substituição e adição.

Exemplo

Resolve o sistema

$$\begin{cases} 2x + 3y = 5 \\ 3x + y = 7 \end{cases}$$

Para o método da substituição, para ficar mais fácil, procuramos alguma incógnita que não esteja sendo multiplicada.

No caso da equação

$$3x + y = 7$$

Isolamos y :

$$Y = 7 - 3x$$

Substituímos na primeira:

$$2x + 3y = 5$$

$$2x + 3(7 - 3x) = 5$$

$$2x + 21 - 9x = 5$$

$$-7x = 5 - 21$$

$$-7x = -16$$

$$X = 16/7$$

Substituindo o valor encontrado de x

em y

$$Y = 7 - 3x$$

$$y = 7 - 3\left(\frac{16}{7}\right) = 7 - \frac{48}{7} = \frac{1}{7}$$

Agora, vamos fazer o mesmo exercício pelo método da adição

$$\begin{cases} 2x + 3y = 5 \\ 3x + y = 7 \end{cases}$$

O método da adição consiste em “zerar” uma das incógnitas.

Para isso, vamos multiplicar por algum número que conseguimos excluir.

Se multiplicarmos por (-3) , conseguiremos zerar o y , quando somar.

$$\begin{cases} 2x + 3y = 5 \\ 3x + y = 7 \end{cases} \quad (-3)$$

$$\begin{cases} 2x + 3y = 5 \\ -9x - 3y = -21 \end{cases}$$

Somando as duas equações:

$$-7x + 0y = -16$$

$$-7x = -16$$

$$X=16/7$$

Substituindo na segunda equação:

$$3x+y=7$$

$$3\left(\frac{16}{7}\right) + y = 7$$

$$\frac{48}{7} + y = 7$$

$$y = 7 - \frac{48}{7} = \frac{1}{7}$$

Plano Cartesiano-Representação

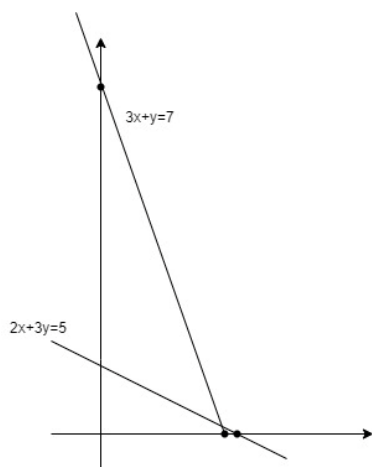
$$\begin{cases} 2x + 3y = 5 \\ 3x + y = 7 \end{cases}$$

Para a primeira equação: $2x+3y=5$

x	y
0	5/3
5/2	0

Para a equação: $3x+y=7$

x	y
0	7
7/3	0



Questões

(MPE/SC – Auxiliar do Ministério Público – FGV/2022) Sabe-se que

$$\begin{cases} 2x - y = 9 \\ 3x - 2y = 5 \end{cases}$$

O valor de $x + y$ é:

- A - 16;
- B - 18;
- C - 24;
- D - 26;
- E - 30.

02. (PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA/PR – Técnico

em Informática – UNIOESTE/2022)

Resolva o sistema:

$$3x + y = 15$$

$$2x - y = 5$$

$$A) x = 3 \text{ e } y = 6$$

$$B) x = 4 \text{ e } y = 3$$

$$C) x = 3 \text{ e } y = 4$$

$$D) x = 2 \text{ e } y = 5$$

$$E) x = 3 \text{ e } y = 1$$

Alternativas

01. E – 02. B

Trigonometria: circunferência trigonométrica; arcos e ângulos; seno, cosseno e tangente

Caro candidato(a), esse assunto foi tratado em funções trigonométricas e relações.

Cálculos algébricos: monômios, polinômios e produtos notáveis

Polinômio é a soma algébrica de monômios. Mas, o que são monômios? São expressões com letras e números.

Exemplo: $2x^2$, $3ab$.

Determinar o grau do polinômio

Quando há apenas uma letra, o grau é determinado pelo maior número.

Exemplo: $x^5 + 4x^3 - 6x + 1$

Quando há mais de uma parte literal, temos que fazer a seguinte análise:

Exemplo: $2xy + 3x^2y^2 + 2y^3$

Somando os expoentes:

$$2xy - 1 + 1 = 2$$

$$3x^2y^2 - 2 + 2 = 4$$

$$2y^3 - 3$$

A maior soma é 4, portanto o grau do polinômio é 4.

Operações com polinômios

- Soma

Os polinômios só podem ser somados se a parte literal for a mesma e tiver o mesmo expoente.

Exemplo: $2x^2+3x^2=5x^2$

Então, somamos os coeficientes (números na frente da parte literal, e essa parte continua a mesma).

Exemplo2: Somar os polinômios:

$$P(x)=x^3+2x+1$$

$$Q(x)=x^4+2x^3+2$$

$$P(x)+Q(x)=x^3+2x+1+x^4+2x^3+2$$

$$P(x)+Q(x)=x^4+3x^3+2x+3$$

- Subtração

$$P(x)=x^3+2x+1$$

$$Q(x)=x^4+2x^3+2$$

Sempre tomar cuidado com o “jogo de sinal”.

$$P(x)-Q(x)=x^3+2x+1-(x^4+2x^3+2)$$

$$P(x)-Q(x)=x^3+2x+1-x^4-2x^3-2$$

$$P(x)-Q(x)=-x^4-x^3+2x-1$$

- Multiplicação

$$P(x)=x^2+1$$

$$Q(x)=x^3-2$$

$$P(x) \cdot Q(x)=(x^2+1)(x^3-2)$$

$$P(x) \cdot Q(x)=x^5-2x^2+x^3-2$$

Lembrando que quando multiplicamos somamos os expoentes.

Vamos fazer uma outra multiplicação.

$$P(x)=x^3-2xy$$

$$Q(x)=x-2y$$

$$P(x) \cdot Q(x)=(x^3-2xy)(x-2y)$$

$$P(x) \cdot Q(x)=x^4-2x^3y-2x^2y+4xy^2$$

- Divisão

Podemos fazer a divisão de duas formas: chaves e pelo método Briot-Ruffini

$$4x^2-4x+1:2x-1$$

Dividimos o coeficiente do maior grau com o divisor

$$4:2=2$$

$$\text{E Dividimos o } x^2:x=x$$

Fazemos a multiplicação e colocamos com sinal contrário.

$$\begin{array}{r|l} 4x^2-4x+1 & 2x-1 \\ -4x^2+2x & 2x \\ \hline & \end{array}$$

Depois continuamos:

$$\text{Ficou } -2x+1$$

$$-2:2=-1$$

$$\begin{array}{r|l} 4x^2-4x+1 & 2x-1 \\ -4x^2+2x & 2x-1 \\ \hline & 0 \end{array}$$

Vamos fazer por Briot-Ruffini

Temos que encontrar a raiz do divisor:

$$2x-1=0$$

$$2x=1$$

$$x=1/2$$

Colocamos o coeficiente

O primeiro coeficiente abaixamos.

$$\text{Fazemos: } 4 \cdot \frac{1}{2} = 2$$

E esse resultado somamos ao próximo coeficiente: $(2-4)=-2$

$$\begin{array}{r|lll} 1/2 & 4 & -4 & 1 \\ & 4 & -2 & \end{array}$$

$$\text{Agora, } -2 \cdot \frac{1}{2} = -1$$

$$-1+1=0$$

$$\begin{array}{r|lll} 1/2 & 4 & -4 & 1 \\ & 4 & -2 & 0 \end{array}$$

Sempre abaixa um o grau do polinômio: $4x-2$

Relação de Girard

Sendo a expressão algébrica: $ax^3+bx^2+cx+d=0$

Sendo as raízes x_1, x_2 e x_3 :

$$x_1+x_2+x_3=-b/a$$

$$x_1 \cdot x_2 + x_1 \cdot x_3 + x_2 \cdot x_3 = c/a$$

$$x_1 \cdot x_2 \cdot x_3 = -d/a$$

Máximo Divisor Comum de Polinômios

Nessa parte a fatoração é a mais importante.

Exemplos

$$\text{a) MDC}(18x, 6x^2)$$

$$18x=2 \cdot 3 \cdot 3x$$

$$6x^2=2 \cdot 3x \cdot x$$

Portanto o MDC é $6x$ (os fatores comuns entre os dois)

$$\text{B) MDC}(x+y, x^2-y^2)$$

$$(x^2-y^2)=(x+y)(x-y)$$

$$\text{Portanto, MDC}(x+y, x^2-y^2)=x+y$$

Questões

01. (PREFEITURA DE CAMBÉ/PR –

Auxiliar de Saúde Bucal – INSTITUTO UNIFIL/2021) Considere o polinômio $P(x) = 3x^4 + 2x^3 - 7x^2 - 4x + 2$ e o polinômio $Q(x) = 3x^2 + 2x - 1$. Assinale a alternativa que apresenta o polinômio $D(x)$ que é o resultado da divisão $P(x) / Q(x)$.

- A) $D(x) = x^2 - 2$
- B) $D(x) = x^2 + 2$
- C) $D(x) = x^2 + 5$
- D) $D(x) = x^2 - 10$
- E) $D(x) = x^2 + 3$

02. (PREFEITURA DE COLÔMBIA/SP – Educador – INSTITUTO CONSULPLAN/2021) O polinômio $P(x)$ quando dividido por $Q(x) = x^2 - 4x$ encontramos $D(x) = x^2 - 2$ e resto $R(x) = x + 3$. O polinômio $P(x)$ é:

- A) $x^4 - 4x^3 - 2x^2 - 9x - 3$
- B) $x^4 - 4x^3 - 2x^2 + 9x + 3$
- C) $x^4 + 4x^3 + 2x^2 + 9x + 3$
- D) $x^4 - 4x^3 + 2x^2 - 9x + 3$

**Alternativa
01. A – 02. B**

Estatística – medidas de dispersão: média, moda e mediana

Média Aritmética

$$M = \frac{x_1 + x_2 + \dots + x_n}{n}$$

(UNESPAR – Técnico Administrativo – UNESPAR/2022) A média aritmética entre dois números é 13. O produto desses dois números é 120. Ao subtrair o menor do maior obtém-se:

- A) 0
- B) 1
- C) 2
- D) 14
- E) 20

Resolução

Um ótimo exercício, mistura matérias.

X_1 -primeiro número

X_2 -segundo número

$$M = \frac{x_1 + x_2}{2}$$

$$13 = \frac{x_1 + x_2}{2}$$

$$X_1 + X_2 = 26$$

$$X_1 = 26 - X_2$$

O produto dos dois números é 120.

$$X_1 \cdot X_2 = 120$$

$$(26 - X_2)(X_2) = 120$$

$$26X_2 - X_2^2 = 120$$

$$-X_2^2 + 26X_2 - 120 = 0$$

$$\Delta = 676 - 480$$

$$\Delta = 196$$

$$x = \frac{-26 \pm 14}{-2}$$

$$x = \frac{12}{2} = 6$$

$$x = 20$$

$$X_1 = 26 - 6 = 20$$

$$X_1 - X_2 = 20 - 6 = 14$$

Média Ponderada

O peso importa. Às vezes, temos uma nota com maior peso.

$$M = \frac{P_1 \cdot x_1 + P_2 \cdot x_2 + P_3 \cdot x_3 + \dots + P_n \cdot x_n}{P_1 + P_2 + P_3 + \dots + P_n}$$

Onde

P-peso

Mediana

Quando há uma sequência com o número de elementos ímpares, a mediana é o termo médio dessa sequência.

Se tiver um número par de elementos, devemos fazer a média aritmética dos dois termos centrais.

Eu tenho certeza que você já ouviu falando que é só ir “cortando” o primeiro com o último, o segundo com o penúltimo...e assim por diante.

É bem isso! Mas, se organizarmos certinho, não precisamos depender desse

corde e apenas contar os números para saber o termo médio.

Moda

O elemento que aparece com maior frequência em uma determinada sequência.

Exercício

(SEFAZ/AM – Auditor Fiscal de Tributos Fiscais – FGV/2022) Uma amostra de idades de usuários de determinado serviço forneceu os seguintes dados:

23; 34; 30; 22; 34; 53; 34; 28; 30; 22

A soma dos valores da média, da moda e da mediana desses dados é igual a

- A) 93.
- B) 94.
- C) 95.
- D) 96.
- E) 97.

Resolução

Primeiro, colocamos em ordem crescente.

22; 22; 23; 28; 30; 30; 34; 34; 34; 53

Média

$$= \frac{22 + 22 + 23 + 28 + 30 + 30 + 34 + 34 + 34 + 53}{10}$$

$$= \frac{310}{10} = 31$$

$$mediana = \frac{30 + 30}{2} = 30$$

Questões

01. (CÂMARA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA/SP – Oficial Legislativo – AVANÇA/2022) Abaixo está exposto a quantidade de dinheiro que Felipe gastou em cinco semanas. 98,00 / 259,00 / 150,00 / 64,00 / 23,00

Então, a média do valor que ele gastou, foi de:

- A) R\$ 102,90.
- B) R\$ 114,40.
- C) R\$ 116,10.

D) R\$ 118,80.

E) R\$ 120,50.

02. (UNESP – Assistente Técnico – VUNESP/2022) A média aritmética simples de três cotações realizadas em um primeiro momento foi igual a R\$ 1.320,00. Em um segundo momento, as duas cotações com maiores valores foram substituídas: a primeira cotação de maior valor foi substituída por outra, com valor R\$ 120,00 menor; e a segunda, por outra com valor R\$ 99,00 menor. Após essas substituições, a média aritmética simples do segundo momento ficou menor, em relação à média do primeiro momento, em

- A) R\$ 73,00.
- B) R\$ 89,00.
- C) R\$ 109,00.
- D) R\$ 153,00.
- E) R\$ 219,00.

03. (ELETROBRÁS ELETRONUCLEAR – Especialista em Segurança de Área Protegida de Nuclear – CESGRANRIO/2022) Sejam x_1 , x_2 e x_3 números reais. A média aritmética desses três números é maior que zero se, e apenas se,

- A) $x_1 + x_2 + x_3 > 0$
- B) $x_1 > 0$; $x_2 > 0$; $x_3 > 0$
- C) $x_1 \cdot x_2 \cdot x_3 > 0$
- D) $x_1 < 0$ para, no máximo, um valor de i entre 1, 2 e 3

04. (TJ/TO – Técnico Judiciário – FGV/2022) Considere o conjunto de medidas: 7; 6; X; 2; 7; 1; 6. Sabe-se que a mediana desse conjunto é X. A média desse conjunto de medidas é:

- A) 6;
- B) 5,5;
- C) 5;
- D) 4,5;
- E) 4.

Alternativas

01.D – 02.A – 03.B – 04. C

Potenciação e radiciação

Potenciação

Multiplicação :com potências de mesma base, somamos os expoentes.

$$2^4 \cdot 2^5 = 2^{4+5} = 2^9$$

Divisão: subtraímos os expoentes

$$2^4 : 2^5 = 2^{4-5} = 2^{-1}$$

Potência da potência: para resolver, basta multiplicar os expoentes.

$$(3^4)^3 = 3^{12}$$

Potência de produto: Podemos elevar cada fator à potência.

$$(2 \cdot 4)^2 = 2^2 \cdot 4^2$$

Potência de quociente: eleva-se o numerador e o denominador à potência.

$$\left(\frac{2}{4}\right)^2 = \frac{2^2}{4^2}$$

Potência de expoente negativo: inverte-se a base.

$$2^{-2} = \frac{1}{2^2}$$

$$\left(\frac{2}{3}\right)^{-2} = \left(\frac{3}{2}\right)^2$$

Potência de fração: podemos transformar em radical.

$$2^{\frac{1}{2}} = \sqrt{2}$$

O numerador acompanha o número e o denominador é a raiz.

$$3^{\frac{5}{6}} = \sqrt[6]{3^5}$$

Potência com expoente zero: qualquer número elevado a zero, o resultado será 1`.

$$2^0 = 1$$

Potência com expoente um: o resultado é a própria base.

$$567^1 = 567$$

Questões

01. (CÂMARA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA/SP – Oficial Legislativo – AVANÇA/2022) Resolva a expressão matemática abaixo:

$$16^{\frac{1}{2}} + 2^3 \div \left[\frac{(144 - 6) + 17 \div 3}{15} \right] \left[100 \cdot \frac{1}{10} \right]^{-10}$$

E assinale a alternativa correta com seu valor.

- A) 10.
- B) 11.
- C) 12.
- D) 13.
- E) 14.

(CRMV/DF – Agente Administrativo – IBEST/2022) O número 1729 é conhecido como o número de Ramanujan-Hardy, em homenagem aos matemáticos Godfrey Harold Hardy e Srinivasa Ramanujan. É o menor número inteiro que pode ser escrito como a soma de dois cubos positivos de duas formas diferentes. Considerando esse assunto, julgue os itens

02. $1.729 = 1^3 + 12^3$

() Certo () Errado

03. $1.729 = 9^3 + 10^3$

() Certo () Errado

Alternativas

01. C – 02. Certo – 03. Certo

Radiciação

1ª Propriedade: a raiz enésima de um número elevado a n, é o próprio número.

$$\sqrt[n]{5^n} = 5$$

2ª Propriedade: a raiz enésima do produto é igual ao produto de duas raízes enésimas.

$$\sqrt[3]{4 \cdot 5} = \sqrt[3]{4} \cdot \sqrt[3]{5}$$

3ª Propriedade: a raiz enésima da divisão é igual a divisão de duas raízes enésimas.

$$\sqrt[3]{\frac{4}{5}} = \frac{\sqrt[3]{4}}{\sqrt[3]{5}}$$

4ª Propriedade: Simplificação de raiz.

$$\sqrt[6]{2^3} = \sqrt{2}$$

Simplificamos ambos por 3.

5ª Propriedade: multiplicação de índices de raízes.

$$\sqrt{\sqrt{2}} = \sqrt[2 \cdot 2]{2} = \sqrt[4]{2}$$

6ª Propriedade: transformar raiz em potência.

$$\sqrt{3} = 3^{\frac{1}{2}}$$

Questões

01. (CFN – Soldado – MARINHA/2021)

Determine o resultado da expressão numérica:

$$\left(-\frac{1}{3}\right)^2 + \sqrt[3]{8} - \left(\frac{-2}{3}\right)^2 \cdot \left(\frac{1}{27}\right)^{\frac{-1}{3}}$$

- A) -5/9
- B) 7/9
- C) -31/3
- D) 7/8
- E) 3

02. (CRP/MA – Auxiliar de Serviços Gerais – QUADRIX/2021) Quanto ao número 2.021, julgue o item.

A raiz quadrada de 2.021 é um número maior que 45.

() Certo () Errado

Alternativas

01. B – 02. Errado

Sequências; Progressão aritmética e progressão geométrica

Progressão Aritmética (PA)

Pra quem odeia fórmulas, PA e PG nunca são matérias muito legais, eu confesso.

Eu vou começar com as fórmulas e depois vamos conversando mais sobre elas e como podemos fazer os exercícios.

Termo geral

$$a_n = a_m + (n - m)r$$

Mas, ahh professora, eu aprendi de um outro jeito e parece que você deixou mais difícil ao invés de me ajudar!!

Se acalme!!

Eu sei que você lembra com o termo a_1 , mas eu particularmente não gosto muito desse termo geral, pois acho que trava demais vocês a pensarem que só conseguimos resolver a PA quando temos o primeiro termo e isso não é verdade.

Aqui, já vou começar com um exemplo!

(CRECI –Técnico Administrativo – IDIB/2021) Sejam $a_{12} = 15$ e $a_{21} = 60$, termos de uma progressão aritmética. Determine o valor de razão (r).

- A) $r = 3$
- B) $r = 4$
- C) $r = 5$
- D) $r = 6$

Resolução

Podemos resolver de forma rápida com a nossa fórmula

$$a_n = a_m + (n - m)r$$

$$a_{21} = a_{12} + (21 - 12)r$$

$$60 = 15 + 9r$$

$$r = \frac{45}{9} = 5$$

Por isso, eu não gosto de ficar amarrada com o primeiro termo. Se fôssemos fazer com o primeiro termo, iria dar muito mais trabalho.

Soma

A soma não tem jeito, precisamos do primeiro termo.

$$S_n = \frac{a_1 + a_n}{2} \cdot n$$

Onde n é o número de termos

Termo central

Dada uma PA {a1, a2, a3}

O termo central é o a2

Nesse caso, $\frac{a_1 + a_3}{2}$

Progressão Geométrica(PG)

Termo geral

$$a_n = a_m \cdot q^{n-m}$$

Onde

Q -razão

Exemplo

(PREFEITURA DE VENÂNCIO AIRES/RS – Analista de Recursos Humanos – OBJETIVA/2021)

Considerando-se uma progressão geométrica, em que o primeiro termo é igual a 3 e que a sua razão é igual a 7, assinalar a alternativa que apresenta o 6º termo dessa progressão:

- A) 352.947
- B) 50.421**
- C) 7.203
- D) 1.029
- E) 12.357

Resolução

$$A1=3$$

$$Q=7$$

$$A6=?$$

$$a_6 = a_1 \cdot 7^{6-1}$$

$$a_6 = 3 \cdot 7^5 = 3 \cdot 16807 = 50421$$

Soma PG Finita

$$S_n = \frac{a_1(q^n - 1)}{q - 1}$$

Soma PG Infinita

$$S_n = \frac{a_1}{1 - q}$$

Questões

01. (CONDESUS/RS – Auxiliar Administrativo – OBJETIVA/2022)

Dada a PA (11, 14, 17, 20,...), assinalar a alternativa que apresenta a soma dos 15 primeiros termos:

- A) 180
- B) 280
- C) 380
- D) 480

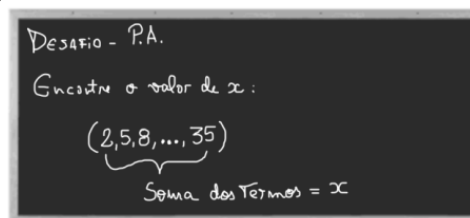
02. (CRECI –Técnico Administrativo – IDIB/2021)

Analise o padrão da sequência (4, 6, 11, 19, 30, 44, ...) e assinale a alternativa que apresenta o seu nono termo.

- A) 104
- B) 81
- C) 61
- D) 50

03. (CÂMARA DE RIO ACIMA/MG – Agente Administrativo – INSTITUTO ACCESS/2022)

Amanda chegou atrasada para a aula de Matemática. Ela percebeu que o professor escreveu no quadro um desafio de Progressão Aritmética, conforme figura abaixo



O valor de x proposto no desafio é

- A) 222.
- B) 223.
- C) 224.
- D) 225.

04. (PREFEITURA DE PEDRAS ALTAS/RS – Tesoureiro – OBJETIVA/2022) Três números formam uma PA de razão 3 cuja soma é igual a 18. Nessas condições, o termo central é igual a:

- A) 12
- B) 9
- C) 6
- D) 3

Alternativas

01. D - 02 A - 03. A - 04. C

Matrizes: adição, subtração, multiplicação e matriz oposta

Matriz

A matriz é usada na representação de dados. É representada por uma letra maiúscula seguida de números que são a quantidade de linha e coluna, respectivamente.

$A_{2 \times 3}$ – Matriz A com duas linhas e 3 colunas.

$$\begin{bmatrix} a_{11} & a_{12} & a_{13} \\ a_{21} & a_{22} & a_{23} \end{bmatrix}$$

Existem alguns casos especiais de matrizes

-Matriz linha

$$A = [a_{11} \quad a_{12} \quad a_{13}]$$

-Matriz Coluna

$$A = \begin{bmatrix} a_{11} \\ a_{21} \\ a_{31} \end{bmatrix}$$

-Matriz Quadrada

Possuem a mesma quantidade de linhas e colunas

$$A = \begin{bmatrix} a_{11} & a_{12} \\ a_{21} & a_{22} \end{bmatrix}$$

$$A = \begin{bmatrix} a_{11} & a_{12} & a_{13} \\ a_{21} & a_{22} & a_{23} \\ a_{31} & a_{32} & a_{33} \end{bmatrix}$$

E na matriz quadrada, sabemos a diagonal principal e a diagonal secundária.

Diagonal principal: $a_{11} \ a_{22} \ a_{33}$

Diagonal secundária: $a_{13} \ a_{22} \ a_{31}$

-Matriz identidade

Todos os elementos da diagonal principal valem 1 e o restante zero.

$$I = \begin{bmatrix} 1 & 0 \\ 0 & 1 \end{bmatrix}$$

$$I = \begin{bmatrix} 1 & 0 & 0 \\ 0 & 1 & 0 \\ 0 & 0 & 1 \end{bmatrix}$$

-Matriz Transposta

Mudamos linhas por colunas

$$A = \begin{bmatrix} 1 & 2 \\ 3 & 4 \end{bmatrix}$$

$$A^t = \begin{bmatrix} 1 & 3 \\ 2 & 4 \end{bmatrix}$$

Operações com matrizes

-Adição

As matrizes precisam ser de mesma ordem.

$$A = \begin{bmatrix} 1 & 2 \\ 3 & 4 \end{bmatrix}$$

$$B = \begin{bmatrix} 5 & 6 \\ 7 & 8 \end{bmatrix}$$

$$A + B = \begin{bmatrix} 1+5 & 2+6 \\ 3+7 & 4+8 \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} 6 & 8 \\ 10 & 12 \end{bmatrix}$$

-Subtração

Como na adição, também precisa ser de mesma ordem.

Sejam as matrizes A e B do exemplo anterior:

$$A - B = \begin{bmatrix} 1-5 & 2-6 \\ 3-7 & 4-8 \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} -4 & -4 \\ -4 & -4 \end{bmatrix}$$

Observe que tem diferença se fizermos B-A

$$B - A = \begin{bmatrix} 5-1 & 6-2 \\ 7-3 & 8-4 \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} 4 & 4 \\ 4 & 4 \end{bmatrix}$$

-Multiplicação

Temos a opção de multiplicar um número pela matriz.

$$3A = 3 \cdot \begin{bmatrix} 1 & 2 \\ 3 & 4 \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} 1 \cdot 3 & 2 \cdot 3 \\ 3 \cdot 3 & 4 \cdot 3 \end{bmatrix}$$

$$= \begin{bmatrix} 3 & 6 \\ 9 & 12 \end{bmatrix}$$

Agora, vamos ver a multiplicação entre matrizes.

Podemos ter com a mesma ordem:

$$A \cdot B = \begin{bmatrix} 1 & 2 \\ 3 & 4 \end{bmatrix} \cdot \begin{bmatrix} 5 & 6 \\ 7 & 8 \end{bmatrix} =$$

$$A \cdot B = \begin{bmatrix} 1 \cdot 5 + 2 \cdot 7 & 1 \cdot 6 + 2 \cdot 8 \\ 3 \cdot 5 + 4 \cdot 7 & 3 \cdot 6 + 4 \cdot 8 \end{bmatrix}$$

$$= \begin{bmatrix} 19 & 22 \\ 43 & 50 \end{bmatrix}$$

Então, para fazer a multiplicação de matrizes, temos que multiplicar linha da primeira matriz pela coluna da outra matriz, sempre primeiro elemento com primeiro, segundo com segundo..

Observe que os números em destaque, são exatamente os valores da matriz B, e essa é uma boa dica, se ficar diferente, é porque algo deu errado.

E sem destaque é a matriz A.

E se for de ordem diferente, pode dar certo?

Para esse tipo, podemos fazer o seguinte: o número de colunas da primeira matriz, deve ser igual ao número de linhas da segunda matriz.

$$A_{2 \times 3} \cdot B_{3 \times 4} = C_{2 \times 4}$$

A matriz resultante será com o número de linhas da primeira e o número de colunas da segunda.

Matriz Inversa

-Há somente uma matriz inversa para uma dada matriz.

-A matriz só é invertível se $A \cdot A^{-1} = I_n$

$$A = \begin{bmatrix} 1 & 2 \\ 3 & 4 \end{bmatrix}$$

$$A^{-1} = \begin{bmatrix} a & b \\ c & d \end{bmatrix}$$

$$\begin{bmatrix} 1 & 2 \\ 3 & 4 \end{bmatrix} \cdot \begin{bmatrix} a & b \\ c & d \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} 1 & 0 \\ 0 & 1 \end{bmatrix}$$

$$A \cdot A^{-1} = \begin{bmatrix} 1 \cdot a + 2 \cdot c & 1 \cdot b + 2 \cdot d \\ 3 \cdot a + 4 \cdot c & 3 \cdot b + 4 \cdot d \end{bmatrix}$$

$$= \begin{bmatrix} 1 & 0 \\ 0 & 1 \end{bmatrix}$$

$$\begin{cases} a + 2c = 1 & (-2) \\ 3a + 4c = 0 \end{cases}$$

$$\begin{cases} -2a - 4c = -2 \\ 3a + 4c = 0 \end{cases}$$

$$a = -2$$

Substituindo em $a + 2c = -2$

$$-2 + 2c = -2$$

$$2c = 0$$

$$c = 0$$

$$\begin{cases} b + 2d = 0 \\ 3b + 4d = 1 \end{cases}$$

$$\begin{cases} -2b - 4d = 0 \\ 3b + 4d = 1 \end{cases}$$

Somando:

$$b = 1$$

$$b + 2d = 0$$

$$1 + 2d = 0$$

$$2d = -1$$

$$d = -1/2$$

Portanto, a matriz inversa é dada por:

$$A^{-1} = \begin{bmatrix} a & b \\ c & d \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} -2 & 1 \\ 0 & -1/2 \end{bmatrix}$$

Propriedades de Matrizes

-Associativa: $A \cdot (B \cdot C) = (A \cdot B) \cdot C$

-Distributiva à direita: $A \cdot (B + C) = A \cdot B + A \cdot C$

-Distributiva à esquerda: $(B + C) \cdot A = B \cdot A + C \cdot A$

-Elemento neutro: $A \cdot I_n = I_n \cdot A = A$, onde

I_n é a matriz identidade

Questões

01. (MPE/SC – Auxiliar do Ministério Público – FGV/2022) Seja

$$A = \begin{bmatrix} 2 & 1 \\ 3 & 1 \end{bmatrix}.$$

A soma dos elementos da matriz A^2 é:

- A) 10;
- B) 12;
- C) 15;
- D) 23;
- E) 30.

02. (CRN 4ª REGIÃO – Assistente Administrativo – QUADRIX/2022)

Sendo $A = \begin{bmatrix} 0 & 1 \\ 0 & 5 \end{bmatrix}$ e $B = \begin{bmatrix} 2 & 0 \\ 2 & 2 \end{bmatrix}$, julgue o item.

Se $BX=A$, então $X = \begin{bmatrix} 0 & 2 \\ 0 & \frac{1}{2} \end{bmatrix}$

() Certo () Errado

Alternativas

01. D – 02. Errado

Unidades de medida: comprimento, capacidade, massa, tempo e volume.

Você pode conseguir fazer a multiplicação ou divisão, mas também temos um outro método para resolver.

Primeiro, vamos apresentar as medidas.

medida de comprimento

k	h	d	n	d	c	m
m	m	am		m	m	m

Km-quilômetro

Hm-hectômetro

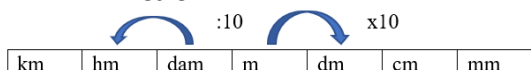
Dam – decâmetro

m-metro

dm-decímetro

cm-centímetro

mm- milímetro



Transformações:

Sempre que a casa for ao lado uma da outra, para a esquerda, dividimos.

Para a direita, multiplicamos.

$m \rightarrow cm (x100)$

$m \rightarrow mm (x1000)$

$m \rightarrow hm (:100)$

$m \rightarrow km (:1000)$

Podemos também utilizar a tabela

Vamos transformar:

$2m = \underline{\hspace{2cm}} cm$

Colocamos o 2 embaixo do m, e completamos com zero até a casa que queremos.

k	h	d	n	d	c	m
m	m	am		m	m	m
			2	0	0	

$2m = 200cm$

$0,2m = \underline{\hspace{2cm}} mm$

k	h	d	n	d	c	m
m	m	am		m	m	m
			0	2	0	0

$0,2m = 200mm$

$0,2m = \underline{\hspace{2cm}} hm$

k	h	d	n	d	c	m
m	m	am		m	m	m
	0	0	0	2		

$0,2m = 0,002hm$

Observe que a vírgula fica na casa que queremos transformar.

Questões

01. (PREFEITURA DE AMPARO/SP – Professor – AVANÇA/2022) 1,9 metros equivalem a:

- A) 0,019 km
- B) 1,9 dm
- C) 190 mm
- D) 1900 cm
- E) 0,19 dam

02. (IBGE – Agente Censitário de Administração e Informática – IBFC/2022) Ao realizar o censo numa região, o agente verificou que percorreu, em um dia, a distância de 4,8 quilômetros, e no dia seguinte, percorreu 1,2 quilômetros a menos que o dia anterior. Nessas condições, a soma entre as distâncias percorridas nesses dois dias por esse agente foi de:

- A) 8.400 decímetros
- B) 84 decâmetros
- C) 6 centímetros
- D) 60 metros
- E) 840.000 centímetros

Alternativas

01. E – 02. E

medida de massa

kg-quilograma

hg-hectograma

dag-decagrama

g-grama

dg-decigrama

cg-centigrama

mg-miligrama

k	h	d	g	d	c	m
g	g	ag	g	g	g	g

As transformações são as mesmas que de comprimento.

Questões

01. (PREFEITURA DE AMPARO/SP – Professor – AVANÇA/2022) 3,7 miligramas correspondem a:

- A) 0,0037 g
- B) 0,00037 hg
- C) 0,000037 kg
- D) 0,37 dag
- E) 0,037 cg

02. (PREFEITURA DE BAURU/SP – Agente de Administração – PREFEITURA DE BAURU/2022) Ana trabalha em uma empresa de exportação. Ela e Paula estavam conversando e Ana disse que o setor que ela trabalha é de exportação de café, e que no ano 2000 a

Empresa exportou 6,9 milhões em toneladas de café, no mês de setembro daquele ano e que o café era da melhor qualidade.

A quantidade em quilogramas de café exportado pela Empresa que Ana trabalha, no mês de setembro de 2000 foi de? Assinale a alternativa CORRETA.

- A) $6,9 \times 10^9$
- B) $6,9 \times 10^{12}$
- C) 69×10^4
- D) $6,9 \times 10^5$

Alternativas

01. A – 02. A

Medida de área

:100						x100
km ²	hm ²	dam ²	m ²	dm ²	cm ²	mm ²

Como a medida de área é ao quadrado, então de uma casa para outra, fazemos $\times 100$ ou $:100$

Para fazer por tabela, devemos separar em dois cada unidade.

k	h	d	m	d	c	m
m ²	m ²	am ²	²	m ²	m ²	m ²

$$1\text{m}^2 = \underline{\hspace{1cm}} \text{cm}^2$$

k	h	d	m	d	c	m
m ²	m ²	am ²	²	m ²	m ²	m ²

Colocamos o zero até a última casa que queremos.

$$1\text{m}^2 = 10000\text{cm}^2$$

$$1\text{m}^2 = \underline{\hspace{1cm}} \text{hm}^2$$

k	h	d	m	d	c	m
m ²	m ²	am ²	²	m ²	m ²	m ²

$$1\text{m}^2 = 0,0001\text{hm}^2$$

Lembrando que mesmo sendo para a esquerda, continua sendo na segunda casa da unidade.

Questões

01. (UNESP – Assistente Técnico – VUNESP/2022) A planta baixa de um grande escritório está representada em uma folha retangular, com área de 600 cm^2 . Esse material precisa ser ampliado, de modo que os lados da nova folha tenham medida 10% maior que as medidas originais. Nesse caso, a folha ampliada passará a ter área de

- A) 640 cm^2 .
- B) 664 cm^2 .
- C) 682 cm^2 .
- D) 708 cm^2 .
- E) 726 cm^2 .

Alternativas

01. E

medida de tempo

1 hora----60 minutos----3600s

1 minuto—60segundos

1 dia-24 horas

Com uma regra de três simples, podemos fazer as conversões.

Exemplo: quantos segundos tem em 1 dia?

Hora segundos

1-----3600

24-----x

$X=24 \times 3600=86400$ segundos

Soma

Como somar 1hora 30 minutos e 2horas 45minutos

1h 30min

2h 45min

3h 75min

Mas, não podemos deixar 75 minutos.

O máximo são 59 minutos.

Vamos transformar 75 minutos=60minutos+15 minutos

60 minutos =1hora

Portanto, acrescentamos mais uma hora:

$3+1=4$ horas

E fica o restante dos minutos

$1\text{h}30\text{min}+2\text{h}45\text{min}=4\text{h}15\text{minutos}$

Subtração

3h 30min

1h 45min

Não podemos tirar 45 de 30, então “emprestamos” 1 hora de 3h

60

2h 30min

1h 45min

Somamos os 60 minutos a 30 minutos

2h 90min

1h 45min

1h 45min

Questões

01. (CÂMARA DA ESTÂNCIA DE SOCORRO/SP – Oficial Administrativo – IUDS/2022) Carlos irá viajar e comprou uma passagem de avião. O horário que ele deve chegar ao aeroporto para fazer o check-in é 3 horas e 30 minutos. O relógio de Carlos marca o seguinte horário:



Se ele demora 1 hora e 20 minutos para percorrer o trajeto de sua casa até o aeroporto, é correto afirmar que:

A) Carlos deve sair de casa daqui a 30 minutos.

B) Carlos deve chegar ao aeroporto as 2 horas.

C) Carlos deve sair de casa daqui a 25 minutos.

D) Carlos não conseguirá chegar no horário correto.

02. (PREFEITURA DE IPUMIRIM/SC – Escriturário – AMAUC/2022) Em uma fila de banco, os clientes estão sendo atendidos a cada 2 min.

Considerando como o momento 0 (zero) aquele no qual o primeiro cliente foi atendido em quanto tempo chegou a vez do trigésimo quinto?

- A) Em 1h20min.
- B) Em 55min.
- C) Em 1h08min.
- D) Em 2h.
- E) Em 1h37min.

03. (PREFEITURA DE TAUBATÉ/SP – Escriturário – VUNESP/2022) Geralmente, determinado serviço é realizado em 5 horas. Entretanto, devido a uma necessidade excepcional, esse serviço tem que ser realizado em $\frac{3}{4}$ do tempo em que é geralmente realizado, mas mantendo-se a segurança necessária de todos os trabalhadores. Nessa ocasião especial, o serviço deverá ser realizado em

- A) 3 horas e 15 minutos.
- B) 3 horas e 30 minutos.
- C) 3 horas e 45 minutos.
- D) 4 horas e 00 minuto.
- E) 4 horas e 15 minutos.

Alternativas

01. A – 02. C – 03. C

Volume

Vamos dividir cada unidade em 3 casas.

k	h	d	m	d	c	m
m ³	m ³	am ³	³	m ³	m ³	m ³

Para uso da tabela o princípio continua o mesmo.

$$1\text{km}^3 = \text{---} \text{dam}^3$$

k	h	d	m	d	c	m
m ³	m ³	am ³	³	m ³	m ³	m ³

$$1\text{km}^3 = 1000000 \text{ dam}^3$$

$$1\text{dm}^3 = \text{---} \text{dam}^3$$

k	h	d	m	d	c	m
m ³	m ³	am ³	³	m ³	m ³	m ³

$$1\text{dm}^3 = 0,000001 \text{ dam}^3$$

Temos que saber mais transformações de volume...eu sei, é muita coisa hehe mas

é necessário para ter um estudo completo dessa parte!

$$1\text{m}^3 - 1000\text{litros}$$

$$1\text{dm}^3 - 1\text{litro}$$

$$1\text{cm}^3 - 1\text{ml}$$

k	h	d	l	d	c	m
l	l	al	l	l	l	l

kl-quilolitro

hl-hectolitro

dal-decalitro

l-litro

dl-decilímetro

cl-centilitro

ml-mililitro

Como são unidades simples, temos apenas uma casa em cada unidade, e assim, vale o mesmo princípio de comprimento e massa.

Questões

01. (CÂMARA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA/SP – Oficial Legislativo – AVANÇA/2022) Clara comprou um queijo em formato de paralelepípedo com dimensões 64mm x 48mm x 24mm para cortá-los em formato cúbico idêntico uns aos outros, na intenção de compor sua tábua de frios. Dentro desse contexto, sabendo que não houve desperdício de queijo, o maior valor inteiro do lado do cubo de queijo, em mm, é A) 6.

B) 8.

C) 10.

D) 12.

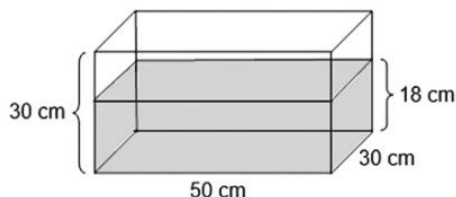
E) 18.

02. (ELETROBRÁS ELETRONUCLEAR

Especialista em Segurança de Área Protegida de Nuclear

- CESGRANRIO/2022) A Figura a seguir ilustra um aquário que tem a forma de um paralelepípedo retângulo, cujas dimensões internas são 50 cm, 30 cm e 30 cm. Esse aquário está apoiado em uma mesa horizontal e já possui uma quantidade de água cujo nível é de 18 cm. Um peixe foi colocado no aquário e, estando totalmente

submerso, fez com que o nível da água subisse 0,2 cm.



Qual o volume, em cm^3 , do peixe?

- A) 300
- B) 500
- C) 5400
- D) 9000
- E) 27000

03. (PREFEITURA DE TAUBATÉ/SP – Escriturário – VUNESP/2022) Para produzir concreto, uma pessoa utiliza o seguinte traço: uma medida de cimento, duas medidas de areia, três medidas de pedra, e uma medida de água. Se a medida utilizada for uma lata com 10 L, o que equivale a $0,01 \text{ m}^3$, e a quantidade total de concreto a ser produzida é de $0,21 \text{ m}^3$, então, a quantidade de latas de pedras que serão necessárias é

- A) 21.
- B) 18.
- C) 15.
- D) 12.
- E) 9.

Alternativas

01. B – 02. A – 03. E

Cálculo de área: medidas de superfícies

Antes de começar esse tópico, eu quero deixar claro pra você..não sou a louca das fórmulas!

Eu gostaria muito que você entendesse e não só decorasse essa parte.

Vamos lembrar?

Perímetro é a soma dos lados.

Só isso! Não vamos ficar dando nomes para os lados e decorando uma fórmula.

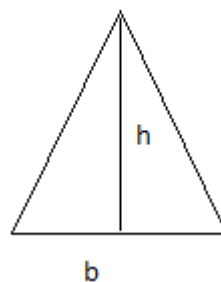
Apenas a do círculo que é $P=2\pi r$

A área, infelizmente não tem muito jeito,

pois a demonstração seria mais demorada que simplesmente decorar.

Mas, são poucas fórmulas! Eu já vou direto ao ponto e trazer aqui para você decorar.

Triângulo

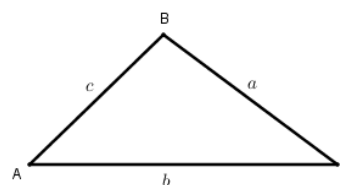


$$A_{\text{triângulo}} = \frac{b \cdot h}{2}$$

Triângulo equilátero (todos os lados iguais)

$$A = \frac{l^2 \sqrt{3}}{4}$$

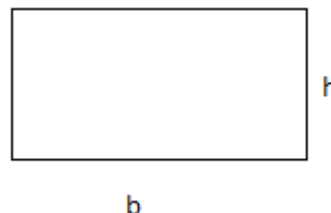
Fórmula de Heron para achar a área de um triângulo qualquer:



$$A = \sqrt{p(p-a)(p-b)(p-c)}$$

Sendo p o semiperímetro do triângulo, ou seja, somamos os lados e dividimos por 2.

Retângulo



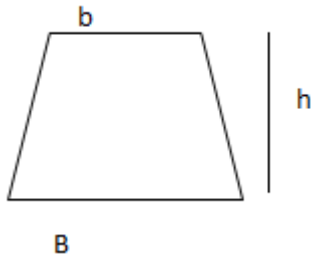
$$A_{\text{retângulo}} = b \cdot h$$

Quadrado



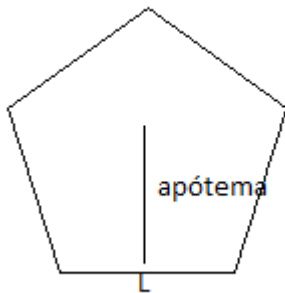
$$A_{\text{quadrado}} = a \cdot a = a^2$$

Trapézio



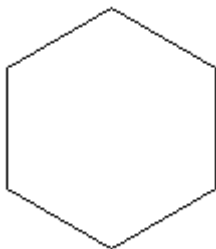
$$A_{\text{trapézio}} = \frac{B + b}{2} \cdot h$$

pentágono



$$A = 5L \cdot \frac{a}{2}$$

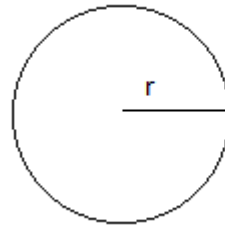
Hexágono



Para o hexágono regular, só pensarmos que são 6 triângulos equiláteros.

$$A = 6 \frac{l^2 \sqrt{3}}{4}$$

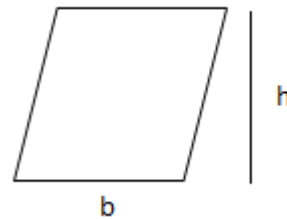
Círculo



$$A_{\text{círculo}} = \pi r^2$$

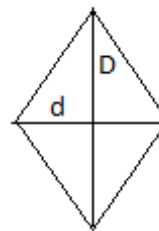
$P = 2\pi r$

Paralelogramo



$$A_{\text{paralelogramo}} = b \cdot h$$

Losango



$$A_{\text{losango}} = \frac{D \cdot d}{2}$$

Questões

01. (PREFEITURA DE RESTINGA SECA/RS – Técnico em Contabilidade – FUNDATEC/2022) Um terreno retangular tem 65 metros de comprimento e 38 metros de largura. Se diminuirmos em 12 metros a largura, em quantos metros deveremos aumentar o comprimento para que a área do terreno permaneça igual?

- A) 12 metros.
- B) 14 metros.
- C) 20 metros.
- D) 24 metros.
- E) 30 metros.

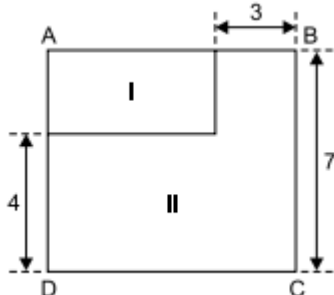
02. (PREFEITURA DE LIDIANÓPOLIS/PR – Fiscal – INSTITUTO UNIFIL/2022)

Considerando uma sala quadrada que possui um perímetro total de 16 metros, assinale a alternativa que apresenta corretamente a área da referida sala.

- A) 12 metros quadrados
- B) 16 metros quadrados
- C) 17 metros quadrados
- D) 18 metros quadrados

03. (PREFEITURA DE SOROCABA/SP – Agente de Fiscalização – VUNESP/2022)

A figura a seguir mostra algumas medidas, em metros, de uma sala retangular ABCD, que foi dividida em 2 ambientes, I e II, sendo o ambiente I também retangular.



Sabendo que a área do ambiente I é 18 m², então o perímetro do ambiente II é

- A) 45 m.
- B) 41 m.
- C) 38 m.
- D) 34 m.
- E) 32 m.

Alternativas

01. E – 02. B – 03. E

Cálculo de volume: prismas, pirâmides, cilindro, cone e esfera

Em geometria Espacial temos muitas fórmulas de área e volume.

Eu gosto de pensar que o volume será sempre: área da base x altura, assim fica mais fácil, se for “pontudo” colocamos 1/3 na frente. Mas, eu vou explicar melhor o que estou falando.

Vamos ver primeiro sobre a Relação de Euler nos poliedros.

$$F + V = A + 2$$

Onde

f- faces(lados)

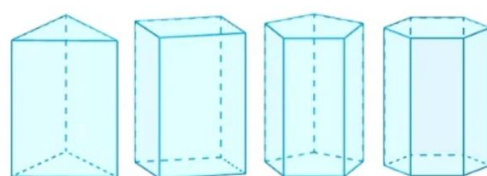
v- vértices(são os “pontos”onde se encontram as retas)

a- arestas(retas)

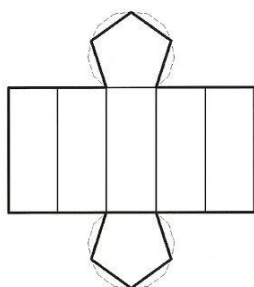
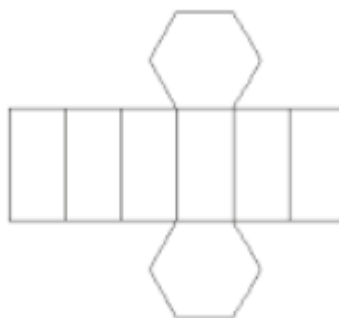
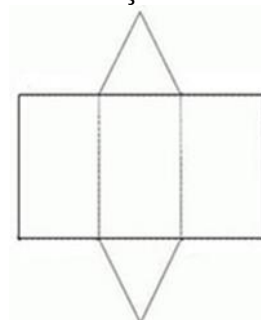
Lembrando que o número de faces laterais é igual a forma geométrica da base.

Exemplo: se for um prisma hexagonal, teremos 6 faces laterais mais as 2 bases.

Prismas



Planificações



PRISMA PENTAGONAL

Na figura temos: prismas triangular, quadrangular, pentagonal e hexagonal

Área lateral(Al): soma das áreas laterais que no caso são retangulares.

Para cada prisma basta ver que a quantidade de faces, é a mesma do número de arestas da base: triangular tem 3 faces laterais, quadrangular tem 4 faces laterais e assim por diante.

Área da base(Ab): área de cada figura da base.

Área total: $2Ab + Al$

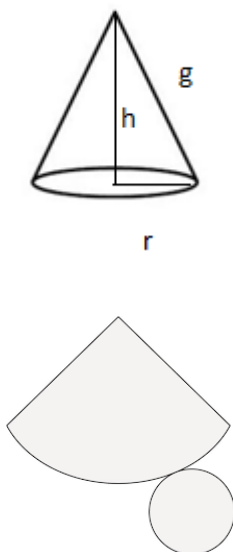
$V = Ab \cdot h$

Lembrando que se for um hexágono regular, é composto por 6 triângulos equiláteros.

Área do triângulo equilátero

$$A = \frac{l^2 \sqrt{3}}{4}$$

Cone



$$Ab = \pi r^2$$

$$\text{Área lateral}(Al) = \pi r g$$

onde

r-raio

g-geratriz

$$g^2 = h^2 + r^2$$

$$At = Ab + Al$$

Quero fazer uma observação aqui!

Eu não fico colocando todas as fórmulas pra vocês decorarem cada coisinha, pois o que eu acho importante é saber o conceito.

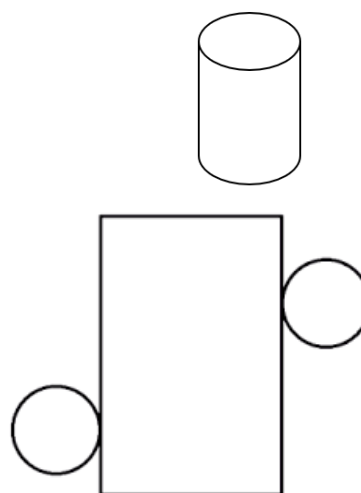
Por exemplo: não gosto de colocar as

fórmulas feitas da área total, pois basta você saber a área da base a área lateral que você saberá fazer.

$$V = \frac{1}{3} Ab \cdot h$$

Aqui, no volume, vale a regra que eu havia explicado acima (quando é pontudo, coloca 1/3 na frente)

Cilindro



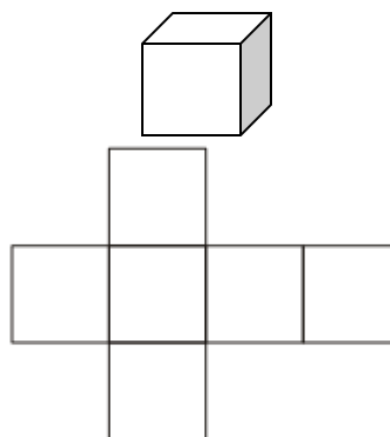
$$Al = 2\pi r h$$

A área lateral do cilindro, se você pensar nele aberto, perceberá que a base é o comprimento do círculo($2\pi r$) e a altura é a mesma do cilindro.

$$At = 2Ab + Al$$

$$V = Ab \cdot h$$

Cubo



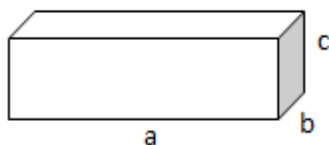
$$\text{Área: } 6a^2$$

$$a\text{-lado do cubo}$$

$$V = a^3$$

$$D = \sqrt{3}a$$

Paralelepípedo



$$d = \sqrt{a^2 + b^2 + c^2}$$

$$V = Ab \cdot h$$

$$V = a \cdot b \cdot c$$

A área temos que fazer de cada lado, certo?

Vamos pensar: embaixo temos um retângulo de medidas a e b.

$$A = ab$$

Nas laterais, temos: b e c

$$A = bc$$

Frente e trás : a e c

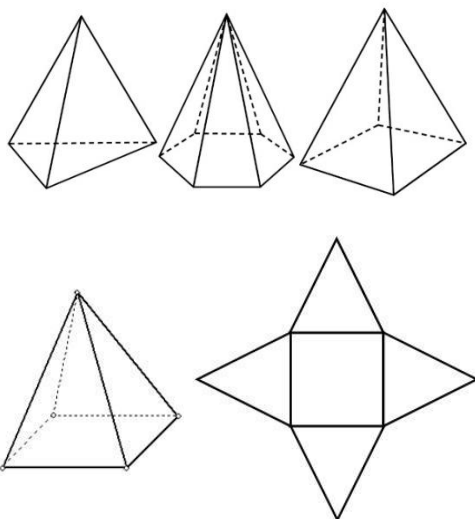
$$A = ac$$

Como são sempre dois:

$$A = 2bc + 2ac + 2ab = 2(ab + bc + ac)$$

Se contarmos a parte superior. Alguns exercícios dizem às vezes pra desprezar falando que a caixa está aberta, por exemplo).

Pirâmides



São basicamente o mesmo caso que prismas, mas a lateral é um triângulo.

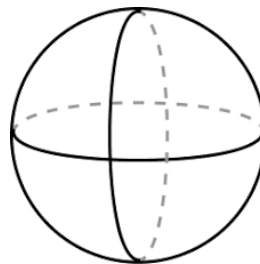
$$V = \frac{1}{3} Ab \cdot h$$

$$Al = n \cdot b \cdot \frac{h}{2}$$

n-número de faces laterais

$$At = Ab + Al$$

Esfera



$$V = \frac{4}{3} \pi r^3$$

$$Al = 4\pi r^2$$

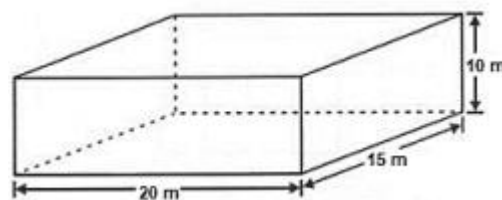
Questões

01. (TJ/TO – Técnico Judiciário – FGV/2022) Um prisma possui 13 faces.

O número de arestas desse prisma é:

- A) 27;
- B) 30;
- C) 33;
- D) 36;
- E) 39.

02. (CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA/SP – Oficial Legislativo – AVANÇA/2022) Bernardo construiu um reservatório de água com as seguintes medidas:



Sobre esse reservatório, é correto afirmar que:

- A) A capacidade total de água é de 3000 litros.
- B) A área da base é de 300 m².
- C) O perímetro da base é de 80m
- D) É um prisma de base triangular
- E) A profundidade mede 100cm

Alternativas

01. C – 02. B

Comprimento da circunferência; Área do círculo

Caro candidato(a), esse tópico foi tratado em cálculo de área, para não ficar repetitivo, e ninguém endoidar mais, não será falado novamente.

Probabilidade: certeza e impossibilidade, fenômenos aleatórios, espaço amostral e evento

Espaço Amostral

Conjunto com todos os resultados possíveis.

Exemplo: um dado, o espaço amostral seria

$$E = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$$

Uma moeda: {cara, coroa}

Evento

Determinado experimento acontecer.

Exemplo

Números ímpares em um dado.

$$E = \{1, 3, 5\}$$

Probabilidade

Qual a chance de um determinado evento acontecer dentro do espaço amostral.

Exemplo

Qual a probabilidade de sair número ímpar em um dado.

Como o evento é $A = \{1, 3, 5\}$

$$E = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$$

$$P(A) = \frac{3}{6} = \frac{1}{2}$$

Probabilidade Condicional

Teorema de Bayes

$$P(A|B) = \frac{P(A \cap B)}{P(B)}$$

Exemplo

Em um lançamento de dois dados, qual a probabilidade de obter soma ser maior ou igual a 5 e as faces serem ímpar.

A-soma maior ou igual a 5

B – duas faces com número ímpar

$$A = \{(1,4), (1,5), (1,6), (2,3), (2,4), (2,5), (2,6), (3,2), (3,3), (3,4), (3,5), (3,6), (4,1), (4,2), (4,3), (4,4), (4,5), (4,6), (5,1), (5,2), (5,3), (5,4), (5,5), (5,6), (6,1), (6,2), (6,3), (6,4), (6,5), (6,6)\}$$

$$B = \{(1,1), (1,3), (1,5), (3,1), (3,3), (3,5), (5,1), (5,3), (5,5)\}$$

$$A \cap B = \{(1, 5), (3,3), (3, 5), (5,1), (5, 3), (5,5)\}$$

$$P(B) = \frac{9}{36}$$

$$P(A|B) = \frac{P(A \cap B)}{P(B)} = \frac{\frac{6}{36}}{\frac{9}{36}} = \frac{6}{9} = \frac{2}{3}$$

Questões

01. (PREFEITURA DE LIDIANÓPOLIS/PR – Fiscal – INSTITUTO UNIFIL/2022)

Considerando que dois dados, não viciados, foram lançados ao mesmo tempo, assinale a alternativa que representa a probabilidade de dois números iguais ficarem voltados para cima.

- A) 10,30%
- B) 12,56%
- C) 16,67%
- D) 18,10%

02. (FACELI – Agente Administrativo – IBADE/2022)

Luiza possui fichas enumeradas de 20 a 40. Escolhendo uma das fichas ao acaso, qual é a probabilidade de Luiza retirar uma ficha com numeração par ou múltipla de 5?

- A) 8/16
- B) 9/21
- C) 9/16
- D) 8/21
- E) 13/21

03. (TJ/TO – Técnico Judiciário – FGV/2022)

Bárbara escreveu cada uma das 13 letras da palavra PROBABILIDADE em 13 cartões que foram colocados em uma urna. Depois, Bárbara retirou em sequência 2 cartões da urna, sem reposição. A

probabilidade de que Bárbara tenha retirado os 2 cartões com a letra B é:

- A) 1/78
- B) 1/39
- C) 1/26
- D) 2/13
- E) 1/13

Alternativas

01. C – 02. E – 03. A

Grandezas direta e inversamente proporcionais; Regra de três simples e composta

Razão compara duas grandezas, é caracterizada pela fração.

Exemplo: razão entre a e b.

$$\frac{a}{b}$$

E a Proporção é a igualdade entre duas razões.

$$\frac{a}{b} = \frac{c}{d}$$

Propriedade da proporção: o produto dos extremos é igual ao produto dos meios.

$$a \cdot d = b \cdot c$$

2ª Propriedade

$$\frac{a+b}{a} = \frac{c+d}{c}$$

$$\frac{a-b}{a} = \frac{c-d}{c}$$

(PREFEITURA DE TAUBATÉ/SP – Escriturário – VUNESP/2022) Em um refeitório há, ao todo, 40 funcionários almoçando, sendo que o número de homens é maior que o número de mulheres em 12 funcionários. O número de mulheres almoçando nesse refeitório, em relação ao número total de funcionários no refeitório, corresponde a:

- A) 7/20
- B) 3/10
- C) 1/4
- D) 1/5
- E) 3/20

Resolução

$$40 - 12 = 28$$

$$\text{Mulheres: } 28/2 = 14$$

$$\text{razão} = \frac{14}{40} = \frac{7}{20}$$

Questões

01. (CONDESUS/RS – Auxiliar Administrativo – OBJETIVA/2022) Na disciplina de Matemática Discreta, estão matriculados 80 acadêmicos. No final do semestre, o professor observou que 64 alunos foram aprovados. Nessas condições, a razão entre o número de acadêmicos reprovados e o número de acadêmicos aprovados, nessa ordem, é igual a:

- A) 1/3
- B) 1/4
- C) 1/5
- D) 3/5

02. (PREFEITURA DE IGUATU/CE – Técnico em Enfermagem – FAU/2022) Em um relatório sobre o número de acidentes leves no ambiente de trabalho verificou-se que em 40 dias analisados 16 deles tiveram um deste acidentes. Qual é a proporção de acidentes em relação aos dias de análise do relatório?

- A) 1/3.
- B) 2/5.
- C) 5/6.
- D) 3/2.
- E) 1/4.

Alternativas

01. B – 02. B

Divisão Diretamente Proporcional

Seja a o número a ser dividido em $x_1, x_2, \dots, x_n$ partes diretamente proporcional em partes de $p_1, p_2, \dots, p_n$, temos:

$$x_1 + x_2 + \dots + x_n = a$$

$$\frac{x_1}{p_1} = \frac{x_2}{p_2} = \dots = \frac{x_n}{p_n} = \frac{x_1 + x_2 + \dots + x_n}{p_1 + p_2 + \dots + p_n}$$

Exemplo

(PREFEITURA DE BAGÉ/RS – Geomensor – FUNDATEC) Antônia e Pedro têm R\$15.000,00 oriundos da venda

de um veículo. A divisão do valor será feita de forma diretamente proporcional ao investimento inicial de cada um. A parte de Antônio será proporcional a 9 e a parte de Pedro será proporcional a 6. Após a divisão, caberá a Pedro receber a quantia de:

A) R\$ 9.000,00.

B) R\$ 6.000,00.

C) R\$ 5.000,00.

D) R\$ 3.000,00.

E) R\$ 1.000,00.

Resolução

Chamaremos Antônio de A e Pedro de P.

$$\frac{A}{9} = \frac{P}{6}$$

Sabemos ainda que: $A + P = 15000$

Pela regra da proporção, podemos fazer:

$$\frac{A}{9} = \frac{P}{6} = \frac{A + P}{9 + 6} = \frac{15000}{15} = 1000$$

Para descobrir a parte de cada um.

$$\frac{A}{9} = 1000$$

$A = 9000$

$$\frac{P}{6} = 1000$$

$P = 6000$

Divisão Inversamente Proporcional

Seja a o número a ser dividido em $x_1, x_2, \dots, x_n$ partes inversamente proporcionais em partes de $p_1, p_2, \dots, p_n$, temos:

$$x_1 + x_2 + \dots + x_n = a$$

$$\frac{x_1}{1/p_1} = \frac{x_2}{1/p_2} = \dots = \frac{x_n}{1/p_n}$$

$$= \frac{x_1 + x_2 + \dots + x_n}{1/p_1 + 1/p_2 + \dots + 1/p_n}$$

(CRESS/RO – Técnico Administrativo Financeiro – INSTITUTO QUADRIX) Arthur adquiriu 3 smartphones por R\$ 4.400,00. As massas dos aparelhos são 125 g, 250 g e 375 g e seus preços são inversamente proporcionais a esses números, isto é, às suas massas.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que o smartphone cuja massa é de 375 g custou

A) R\$ 2.400,00.

B) R\$ 1.200,00.

C) R\$ 1.000,00.

D) R\$ 800,00.

E) R\$ 600,00.

Resolução

Chamaremos de A- aparelho com 125g

B-aparelho de 250g

C-aparelho de 375g

Como os números são muito grandes, vamos simplificar tudo por 125?

Aparelho A-1

Aparelho B-2

Aparelho C-3

$$\frac{A}{1} = \frac{B}{2} = \frac{C}{3} = \frac{A + B + C}{1 + 2 + 3} =$$

Fazendo mmc(1,2,3)=6

$$\frac{A + B + C}{1 + 2 + 3} = \frac{A + B + C}{6 + 3 + 2}$$

$$\frac{4400}{11} = \frac{4400 \cdot 6}{11} = 2400$$

Como eu quero saber o valor do aparelho C:

$$\frac{C}{3} = 2400$$

$$C = \frac{2400}{3} = 800$$

Questões

01. (PREFEITURA DE FRECHEIRINHA/CE – Assistente Social – CETREDE/2021) Dividindo o número 1.500 em três partes diretamente proporcionais a 2, 5 e 8 teremos

A) 400, 600, 500.

B) 200, 500, 800.

C) 300, 500, 700.

D) 300, 400, 800.

E) 200, 600, 700.

02. (CÂMARA DE MARABÁ/PA – Técnico Legislativo – FADESP/2021) As obras de conclusão do novo estádio municipal de Marabá estão orçadas em, aproximadamente, R\$ 7.320.000,00, com recursos provenientes de convênio entre a Prefeitura de Marabá e o Governo Federal (o recurso é dividido entre o Ministério do Esporte e da Caixa Econômica Federal).

Fonte: <https://maraba.pa.gov.br/esporte-obras-para-a-conclusao-do-novo-estadio>

municipal-sao-retomadas/ (adaptado)

Suponha que o valor orçado para conclusão da obra tenha sido dividido entre a Prefeitura, o Ministério do Esporte e a Caixa Econômica Federal, de forma inversamente proporcional a 30, 6 e 15, respectivamente. O valor correspondente à parte do Governo Federal é igual a

- A) R\$ 915.000,00.
- B) R\$ 1.830.000,00.
- C) R\$ 2.745.000,00.
- D) R\$ 5.490.000,00.
- E) R\$ 6.405.000,00.

Alternativas

01. B – 02. E

Regra de três simples

(MGS – Monitor Educacional – IBFC/2022) São necessários 60 pedreiros para construir um pequeno prédio em 40 dias. Assinale a alternativa que apresenta a quantidade de pedreiros que uma construtora necessitará para construir o mesmo prédio, em outro local e totalmente idêntico, só que em apenas 30 dias.

- A) 45
- B) 60
- C) 80
- D) 90

Resolução

Primeira etapa: colocar os nomes das grandezas para não errar onde colocar cada número.

Pedreiro dias

Segunda etapa: colocar os números de cada grandeza que temos, tomando cuidado para colocar exatamente seu correspondente.

Pedreiro dias
60-----40
x-----30

Agora, colocados os dados e já temos o que precisamos achar, vamos analisar se as grandezas são diretamente proporcionais ou inversamente proporcionais.

Quanto mais pedreiro, menos tempo.

Ahhh então são grandezas inversamente proporcionais.

Vamos inverter uma coluna

Pedreiro dias
60-----30
x-----40

Lembra que a proporção era igualdade entre duas razões??

$$\frac{60}{x} = \frac{30}{40}$$

Multiplicando:

$$30x = 2400$$

$$X = 80$$

Questões

01. (PREFEITURA DE CORONEL VIVIDA/PR – Técnico de Enfermagem – UNICENTRO/2022) O número de leitos de UTI na cidade Columbia é de 2,0 para cada 10.000 habitantes. Se a cidade tem ao todo 20 leitos de UTI o número de habitantes é igual a:

- A) 20.000 habitantes
- B) 80.000 habitantes.
- C) 100.000 habitantes.
- D) 120.000 habitantes.
- E) 150.000 habitantes.

02. (PREFEITURA DE PERITIBA/SC – Técnico Administrativo – AMAUC/2022) Para fazer um strogonoff que serve 5 pessoas Luciana usa 1,5 kg de frango. Quantos quilos de frango ela precisa para fazer um strogonoff para 11 pessoas?

- A) Ela precisa de 3,3 kg.
- B) Ela precisa de 3,7 kg.
- C) Ela precisa de 1,9 kg.
- D) Ela precisa de 5,4 kg.
- E) Ela precisa de 2,5 kg.

Alternativas

01. C – 02. A

Regra de três composta

(PREFEITURA DE LARANJAL PAULISTA/SP – Auxiliar Administrativo – AVANÇA/2021) Em um sítio são

utilizados 100 kg de milho para alimentar 10 galinhas durante 30 dias. Se mais 5 galinhas chegarem no sítio, quanto tempo levará para metade desse milho ser consumido?

- A) 5 dias.
- B) 10 dias.
- C) 15 dias.
- D) 20 dias.
- E) 25 dias.

Resolução

Mesma coisa, vamos colocar as grandezas:

Milho	galinhas	dias

Segunda etapa: colocar as quantidades

Milho	galinhas	dias
100	10	30
50	15	x

Analisando as grandezas, sempre em relação a grandeza que contém o x.

Quanto mais milho eu tenho, mais dias duram(diretamente)

Quanto mais galinhas, menos dia

Milho	galinhas	dias
100	15	30
50	10	x

Com a regra de três composta, temos que deixar sempre o x isolado.

$$\frac{30}{x} = \frac{100}{50} \cdot \frac{15}{10}$$

Aqui, podemos multiplicar ou tentar simplificar

Eu vou simplificar, pois as multiplicações acabam ficando muito grandes.

$$100/50=2$$

$$\frac{30}{x} = 2 \cdot \frac{15}{10}$$

Simplificando 10 e 15 por 5

$$\frac{30}{x} = \frac{30}{10}$$

$$\frac{30}{x} = 3$$

$$3x=30$$

$$X=10$$

Questões

01. (PREFEITURA DE IPUMIRIM/SC – Escriturário – AMAUC/2022) Em uma fábrica de tapetes artesanais, 9 operários conseguem fabricar 45 peças em 30 dias. Se o proprietário contratar mais 3 funcionários, que trabalham no mesmo ritmo dos outros, em quantos dias eles conseguirão fazer uma encomenda de 100 tapetes?

- A) Eles conseguirão fazer a encomenda em 45 dias.
- B) Eles conseguirão fazer a encomenda em 50 dias.
- C) Eles conseguirão fazer a encomenda em 90 dias.
- D) Eles conseguirão fazer a encomenda em 57 dias.
- E) Eles conseguirão fazer a encomenda em 100 dias.

02. (CÂMARA DE IPIRANGA DO NORTE/MT - Assistente Administrativo – OBJETIVA/2022) Em certa fábrica, sabe-se que 5 máquinas produzem 500 produtos em 4 dias. Sendo assim, considerando-se o mesmo ritmo de produção, ao todo, quantos dias serão necessários para 4 máquinas produzirem 800 produtos?

- A) 9
- B) 8
- C) 7
- D) 6

Alternativas

01. B - 02. B

Porcentagem

Porcentagem

O próprio nome já diz: PORCENTO.

Portanto, qualquer número dividido por cem.

$$40\% = \frac{40}{100}$$

Como é demonstrado através de fração, podemos dividir e representar por decimal.

$$40\% = \frac{40}{100} = 0,4$$

Um fato interessante para sabermos sobre porcentagem são os acréscimos e descontos.

Exemplo: Estamos em uma loja, e a vendedora fala que temos um desconto de 30% a vista.

$$30\% = 0,3$$

$$\text{Desconto: } 1 - 0,3 = 0,7$$

Se a peça valia R\$ 80,00. Para sabermos com 30% de desconto, fazemos $80 \times 0,7 = 56$

E se não pagarmos uma conta em dia e ela tem um acréscimo de 12%.

$$1 + 0,12 = 1,12$$

Se a conta é de R\$20,00, fazemos:

$$20 \times 1,12 = 22,4$$

Questões

01. (CÂMARA DE CONTAGEM/MG - Agente de Segurança – FUNDEP/2023)

Foram disponibilizados 2.080 ingressos para assistir a uma partida de futebol. Até o horário do início da partida, foram vendidos 1.456 ingressos.

A porcentagem de ingressos que não foram vendidos é de

- A) 10%.
- B) 30%.
- C) 40%.
- D) 70%.

02. (CPGI – Auxiliar Administrativo - INSTITUTO ACCESS/2022)

Uma bicicleta teve seu valor alterado durante os três primeiros meses do ano. Em janeiro, ela custava R\$800,00 e sofreu um aumento de 10%. No mês posterior, ela teve um desconto de 10%. Por último, ela voltou a aumentar, tendo acréscimo de 20% em relação ao valor anterior. Ao final dessas alterações, a bicicleta passou a valer

- A) R\$840,00.
- B) R\$920,60.
- C) R\$950,40.
- D) R\$940,00.

03. (TJ/TO – Técnico Judiciário – FGV/2022) Sabe-se que o número X

representa 20% do número Y.

A metade do número X, em relação ao dobro do número Y, representa:

- A) 40%;
- B) 25%;
- C) 20%;
- D) 10%;
- E) 5%.

Alternativas

01. B - 02.C – 03.E

Juros simples e compostos

Juros Simples

$$J = C.i.n \text{ ou}$$

$$J = VP.i.n$$

As duas são a mesma equação, mas às vezes o exercício vai trazer pra você como capital ou como valor presente.

$$M = C(1 + i.n)$$

J-juros

C-capital

i-taxa

n-tempo

ATENÇÃO!!

A taxa e o tempo devem ser com a mesma unidade: taxa de 0,1% ao mês e o tempo 1 mês.

Exercício

(CASAN – Assistente Administrativo – FEPESE/2022)

Um capital é investido em uma aplicação que rende juros simples mensais de 0,4%. Após 9 meses, o valor obtido com juros é de R\$ 44,28. Logo, o capital inicial investido, em reais, é:

A - Maior que 1250.

B - Maior que 1225 e menor que 1250.

C - Maior que 1200 e menor que 1225.

D - Maior que 1175 e menor que 1200.

E - Menor que 1175.

Resolução

$$I = 0,4\% = 0,004$$

$$N = 9 \text{ meses}$$

$$J = 44,28$$

$$C = ?$$

SUMÁRIO

Conceitos de informática, hardware (local de armazenamento: HDs, CDs, DVDs, Disco Removíveis como Pendrives e HDs Externos) e software (compactador de arquivos (extensão RAR e ZIP);	1
Ambientes Operacionais: Windows 10 Pro;	8
Processador de texto (Word 2016);	18
Planilhas eletrônicas (Excel 2016);	31
Conceitos de tecnologias relacionadas a Internet, (Navegador Internet (Internet Explorer, Google Chrome e Mozilla Firefox), Webmail (Zimbra), busca e pesquisa na Web.....	41

Conceitos de informática, hardware (local de armazenamento: HDs, CDs, DVDs, Disco Removíveis como Pendrives e HDs Externos) e software (compactador de arquivos (extensão RAR e ZIP);

CONCEITOS BÁSICOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS ASSOCIADOS AO USO DE INFORMÁTICA

Fundamentos Sobre Computadores

O computador, tal como o concebemos hoje, é uma novidade tecnológica relativamente recente¹. Os primeiros computadores eletrônicos foram construídos na década de 1940 e os computadores de mesa tornaram-se acessíveis a todos somente a partir do final da década de 1970. Em um curto espaço de tempo, os computadores se tornaram parte essencial da realização de negócios e de como as pessoas interagem. Mas, enquanto muitas pessoas usam os computadores para o trabalho e para o lazer, poucas tem sequer uma noção básica de como eles funcionam.

O que é um Computador?

Quando você pensa na palavra computador, você muito provavelmente imagina uma máquina sobre uma mesa que é usada para criar documentos, enviar mensagens de correio eletrônico ou navegar na internet. Este tipo de computador pode ser chamado de "computador pessoal", pois foi projetado para ser usado por uma única pessoa, ou ainda pode ser chamada de computador de mesa (desktop computer), pois ele é pequeno o suficiente para caber em cima de uma mesa. Enquanto o computador pessoal é a imagem mais comum que se faz dos computadores atualmente, ele não é de maneira alguma o único tipo de computador existente. Alguns computadores, conhecidos como

"supercomputadores", são grandes o suficiente para ocuparem uma sala inteira e terem o poder computacional para realizar trilhões de cálculos por segundo. Outros computadores são bem menores, tais como os computadores portáteis (laptops) que cabem em uma pequena maleta ou mesmo os computadores de mão (palmtops) que cabem na sua mão. Além disso, existem milhões de pequenos computadores embarcados nos dispositivos que usamos cotidianamente, tais como os existentes em automóveis, aparelhos de ar-condicionado e fornos de micro-ondas.



O que todas estas máquinas têm em comum, o que faz delas computadores, é que elas recebem, armazenam e processam informação. Um computador pessoal é capaz de ler dados, armazenar em arquivos e processar aqueles dados para produzir um documento, ou uma planilha eletrônica, ou uma mensagem de correio eletrônico. Da mesma maneira, um computador embarcado no sistema de freios de um carro é capaz de "sentir" a rotação das rodas, processar estes dados para computar o padrão ideal de acionamento dos freios e direcionar o carro para uma parada segura.

Apesar do fato de os computadores estarem em todos os lugares atualmente, poucas pessoas tem sequer um conhecimento básico de como os computadores são organizados e como realizam suas tarefas. Até mesmo o processo de comprar um computador pessoal pode ser uma experiência extenuante envolvendo informação altamente técnica e um jargão obscuro da computação.

Um primeiro passo para se entender o que são os computadores e como eles

¹ http://www.assis.pro.br/public_html/davereed/01-

funcionam é distinguir entre hardware e software. O termo hardware refere-se aos componentes físicos do computador, tais como monitor, teclado, disco rígido, etc. Software refere-se aos programas que são executados pelo computador, realizando tarefas tais como edição de textos ou acessando a Internet. Falaremos sobre isso mais adiante.

Conceito de Informática

Informática é a ciência que estuda sobre o armazenamento, transmissão e processamento de informações de formas digitais². A palavra informática teve origem em 1962 pelo francês Philippe Dreyfus. Ele utilizou este termo para o tratamento automático da informação.

Hardware e Software

Hardware e Software trabalham em conjunto, um depende do outro, para o funcionamento completo da máquina.

Por isso, será necessário entendê-los e saber identificar o que são e quais suas funcionalidades e a importância na informática.

Hardware

Os hardwares são os equipamentos do computador, ou seja, toda a sua parte física (as peças e acessórios). Ex.: monitor, mouse, caixas de multimídia, teclado, impressora, etc.

Todo hardware necessita de processamento computacional (software) para seu funcionamento. Este que faz essa comunicação entre a parte física e lógica da máquina, onde são denominados de drivers.

Tipos de Hardwares

Abaixo alguns deles e suas funcionalidades.

Processador: o processador é o cérebro

do computador. Ele executa todas as funções e processa os dados que são enviados pelo usuário.

Os processadores também são conhecidos por Unidade central de processamento (UCP ou CPU)³.

Ele influencia diretamente na velocidade do computador.

A unidade central de processamento (processador) tem a função de interpretar as instruções para depois executar os programas armazenados na memória principal do computador.

A Unidade de Controle (UC) busca instruções na memória principal e determina o tipo de cada instrução.

A Unidade de processamento Lógico e Aritmético (ULA): realiza um conjunto de operações necessárias à execução das instruções.

Possui mais de um núcleo de processamento e compatibilidade com várias placas-mães.

Basicamente temos 2 fabricantes de processadores que são a Intel e AMD.



Fonte: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2015/10/entenda-o-significado-das-especificacoes-tecnicas-dos-processadores.ghml>



Fonte: <https://www.pichau.com.br/processador-amd-ryzen-5-3600-6-core-12-threads-3-6ghz-4-2ghz-turbo-cache-35mb-am4-100-100000031oem>

Memória RAM: é uma memória de armazenamento rápido e as informações

² <https://fredsonsantana.com.br/conceitos-e-modos-de-utilizacao-de-tecnologias-ferramentas/>

³ <https://materiasparaconcursos.com.br/2021/11/09/conceitos-basicos-e->

[modos-de-utilizacao-de-tecnologias-ferramentas-aplicativos-e-procedimentos-de-informatica-parte-2/](#)

são mantidas temporariamente. As tarefas são executadas e mandadas para o processador, mas quando o computador é reiniciado ou desligado, os dados da memória RAM são apagados.

Memória ROM: armazena as informações de forma permanente, por exemplo, quando você salva seu currículo no WORD, ou em qualquer editor de texto, estará utilizando a memória ROM e seu arquivo poderá ser guardado para sempre.

Abaixo veremos os diferentes tipos de memórias ROMs:

PROM

Este tipo de memória é diferente dos demais. Ela sai de fábrica vazia, sendo que terceiros a programam.



Fonte: <http://amceletronica.blogspot.com/>

EPROM

Esta sigla significa “memória programável apagável somente de leitura”.



Fonte: <https://www.ipsylon.com.br/componentes/memoria-eprom-m27c256b>

EEPROM

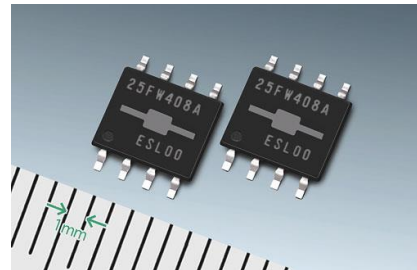
Este é um tipo de memória não volátil, utilizados em PCs e outros dispositivos eletrônicos para armazenar pequenas quantidades de dados. Esta memória precisa que sejam salvas as tarefas antes de desligada.



Fonte: <https://www.eletródex.net/semicondutores/memorias/24c02n-memoria-eprom-serial>

Memória flash

É um tipo de memória de armazenamento não volátil, podendo seus dados serem apagados e reprogramados. As memórias flash do tipo NAND são mais comuns, estão presentes em pen drives, cartão de memória, SSDs, dentre outros.



Fonte: <https://www.hardware.com.br/tutoriais/memoria-flash/>

Portanto, a memória RAM é possível gravar e desgravar muitas vezes. Já é uma memória ROM, uma vez gravada não pode ser apagada ou alterada como outra informação, exceto com ações específicas.

Memória Cache

A memória cache é um tipo de memória de acesso randômico mais rápida que armazena os dados mais utilizados pelo processador. Para processar dados, ele verifica primeiramente na memória cache se esses dados estão armazenados lá, se os encontra não precisa obtê-los de outra memória mais lenta (memória RAM). Tem o mesmo problema da memória RAM, ou seja, ela é temporária e volátil.

Sem a memória cache o desempenho da máquina ficaria mais lento e limitado à memória RAM.



Fonte: <https://sites.google.com/site/reparacaoemanutencaodepc/o-que-e-uma-memoria-cache>

Memória Externas

São todos os dispositivos de memória que estão fora do computador como HD externo, Pen drives, CDs, DVDs, disquetes e cartões de memórias.

HD: o HD armazena dados permanentes.



Fonte: https://www.submarino.com.br/produto/17575868?pfm_carac=hd%20seagate%20500gb&pfm_index=3&pfm_page=search&pfm_pos=grid&pfm_type=search_page%20

Placa mãe: ela é responsável por conectar todos os componentes de um computador, além de permitir todo o tráfego de informações.



Fonte: <https://www.techtudo.com.br/listas/2021/09/placa-mae-ddr4-veja-sete-opcoes-para-comprar-no-brasil-em-2021.ghtml>

Os tipos de placas que existem são:

OnBoard: as placas-mãe on-board são aquelas que já vêm com alguns

componentes integrados. Como exemplo podemos citar as placas de som, USB, placas de rede, placas de vídeo, processador, etc. Todas estas placas já vêm integradas de fábrica à placa mãe, recebendo o nome de periféricos on-board.

Offboard: placa-mãe do tipo off-board, não possui periféricos integrados. Ao adquirir uma placa desse tipo o usuário terá que comprar tudo separadamente e encaixar nos respectivos slots.

Placas controladoras: também conhecidas como placa de expansão, as placas controladoras são ligadas à placa-mãe e podem ser usadas para melhorar a qualidade de um determinado periférico.

Placa de vídeo: responsável por excussão e transmissão de imagens através de códigos binários.



Fonte: <https://www.pichau.com.br/placa-de-video-evga-geforce-gtx-1660-super-sc-ultra-6gb-192-bit-06g-p4-1068-kr>

Monitor: o monitor é responsável por gerar as imagens com a placa de vídeo.



Fonte: <https://www.dell.com/pt-br/shop/monitor-dell-de-238-para-videoconfer%C3%A2ncia-c2423h/apd/210-beom/monitores-e-acess%C3%B3rios>

Teclado: também tem papel fundamental no computador, é através dele que o usuário digita as informações.



Fonte: <https://www.dell.com/pt-br/shop/teclado-com-smartcard-reader-dell-kb813/apd/332-1582/aceess%C3%B3rios-para-computador>

Mouse: serve para o usuário posicionar e escolher uma opção desejada.



Fonte: <https://www.dell.com/pt-br/shop/mouse-sem-fio-e-bluetooth-dell-ms3320w/apd/570-abfi/aceess%C3%B3rios-para-computador>

Além dos citados acima, existem outros hardwares como: impressora, webcam, scanner, microfone, pen drive, etc.

Gabinete

É a caixa de metal onde se encontra as partes físicas do computador como placa-mãe, processador, memórias etc



Fonte: <https://www.amazon.com.br/Gabinete-BOLT-Aerocool-Acess%C3%B3rios-Computador/dp/B07KQXMPJV>

Periféricos

Periféricos são todos os equipamentos que estão ligados ao CPU e permitem enviar ou receber informações, ou ainda fazer as duas funções. Os periféricos são divididos em três categorias, são eles: os periféricos de entrada, os periféricos de saída e os periféricos de entrada e saída.

Periféricos de Entrada

Os periféricos de entrada são todos aqueles que enviam dados para o CPU. Ex.: mouse, teclado, microfone, scanner etc. Esses periféricos são conectados ao computador e tem a função de receber dados seja para armazenamento ou para interpretar uma ação.



Fonte: https://wiki.sj.ifsc.edu.br/index.php/MI1022806_2020_1_AULA10

Periféricos de Saída

Os periféricos de saída têm a função de retirar dados para fora do computador, seja em forma de texto, vídeos, imagens, ou outro tipo. Um exemplo de periférico de saída é o monitor, através dele é possível visualizarmos textos, vídeos, imagens e muito mais.



Fonte: <https://aprendafazer.net/o-que-sao-os-periféricos-de-saída-para-que-servem-e-que-tipos-existem/>

Periféricos de Entrada e Saída

São considerados dispositivos de entrada e saída aqueles que podem ser usados tanto para receber informações como para enviar informações.

Vamos alguns exemplos desses periféricos: a unidade de CD ou DVD-ROM, você poderá utilizá-la para ouvir uma música, ou ver vídeos, estas atividades são formas de entrada, pois as informações estão sendo enviadas para o CPU.

A mesma unidade de CD ou DVD

poderá gravar dados em uma mídia virgem, esta atividade é considerada saída. Perceberam que a unidade de CD e DVD, tem a função de enviar e receber dados? Esses tipos de periféricos são de entrada e saída de dados.

Vejam os mais dispositivos de entrada e saída de dados: pen drives, cartões de memória, HD externos, impressoras multifuncionais, monitores touch screen e muitos outros.



Fonte: <https://md.uninta.edu.br/geral/informaticabasica/#/capa>

Dispositivos de Armazenamento de Dados

São hardware que você utiliza para guardar dados para poder ver depois.

Temos três tipos de dispositivos de armazenamento de dados:

Por meios magnéticos: disco rígido e disquete.

Por meios ópticos: CD, DVD e BLU-RAY

CD: 700 MB

DVD: 4,7 GB

DVDs dual-layer (de dupla camada): 8,5 GB.

Blu-Ray: também conhecido como BD foi desenvolvido para armazenamento de alta densidades para suportar vídeo e áudio de alta definição. Sua capacidade varia de 25 GB (camada simples) a 50 GB (camada dupla) gigabytes.

Por meios eletrônicos (SSDs) ou chip: cartão de memória e pen drive.

O SSD (solid-state drive) seria a evolução do HD, pois além de ser mais rápido é mais resistente por não ter partes mecânicas. Utiliza a memória flash.



Fonte: <https://www.bringit.com.br/blog/dicas-e-tutoriais-para-notebook/armazenamento-conheca-as-principais-caracteristicas-de-dispositivo/>

Memória flash: armazenamento não volátil que pode ser eletricamente apagado e reprogramado e não tem necessidade de fonte de alimentação.

Disco rígido: o disco rígido que também é conhecido como Winchester ou HD (Hard Disk) fica dentro do gabinete e suas informações são gravadas de forma permanente. Ele tem grande capacidade de armazenamento

Comparação entre o HD e o SSD:

COMPARAÇÃO	HD ou HDD	SSD
Significado	Hard Disk Drive	Solid-State Drive
Capacidade de armazenamento	Maior	Menor
Rotação	5.400 e 7.200 RPM	-
Resistência física	Menor	Maior
Vida útil	Maior	Menor
Parte interna	Disco magnético e peças mecânicas	Sem partes móveis e circuito integrado
Barulho	Maior	Menor
Volatilidade	Não volátil	Não volátil
Tamanho física	Maior	Menor
Geração de calor e energia	Maior	Menor
Funcionamento da memória	Disco magnético	Eletrônico (memória flash)
Preço (mesma capacidade)	Menor	Maior

Equivalência de capacidade de armazenamento:

1 byte = 8 bits

1 kilobyte (KB) = 1024 bytes

1 megabyte (MB) = 1024 KB

1 gigabyte (GB) = 1024 MB

1 terabyte (TB) = 1024 GB

1 pentabyte (PB) = 1024 TB

1 exabyte (EB) = 1024 PB

1 zettabyte (ZB) = 1024 EB

1 yottabyte (YB) = 1024 ZB

Software

O software pode ser descrito como uma sequência de informações, que quando instalado é traduzido pelo computador e executado em seguida.

Além disso, pode ser descrita como uma parte inteligente do computador, ou seja, uma parte que não é tocável.

Software é toda a parte lógica do computador. Ex.: sistema operacional, programas, aplicativos, drivers.

Os softwares desenvolvem papéis importantes, um deles é dizer ao CPU qual o papel que um determinado hardware deve realizar.

Tipos de Softwares

Existem vários tipos de softwares, porém, são três os que mais caem em concursos. São eles:

Software de Sistema: refere-se aos programas de computador, utilizados para começar a excussão de redes e sistemas do computador. O tipo de software está em Sistemas operacionais, drivers de dispositivos, firmware, assim como uma interface gráfica. Esses softwares são responsáveis pelo funcionamento do computador e pela interação do usuário com o mesmo.

Software Aplicativo: Nessa categoria estão todos os softwares que designam uma função específica. Ex.: para digitar um texto, existe o Microsoft Word, o WordPad, o Writer, dentre outros. Da mesma forma, os aplicativos para edição de vídeos, edição de imagens etc.

Software Utilitário: os softwares utilitários adicionam recursos ao sistema operacional, também corrigem as deficiências do sistema. Ex.: softwares antivírus, compactação de dados, limpeza de discos, aumento do desempenho da máquina e muitos outros.

Outras Definições de Software na Hora de sua Utilização

Freeware: software gratuito na qual você acessa todas as funções nele sem qualquer restrição⁴.

Shareware: software distribuído gratuitamente com limitações de uso de suas funções. Ele é feito para conhecer o programa. Para utilizar as funções bloqueadas você tem que pagar. Alguns requerem pagamento depois de um período

de teste.

Adware: alguns desses softwares podem ser distribuídos gratuitamente, entretanto, requerem que seu usuário visualize propagandas para poder usar o programa. Caso você não queira ver as propagandas você tem que pagar.

Open source: software gratuito e sem restrições. Além disso o código fonte de programação é aberto para você poder editar sem necessidade de pagamento ao desenvolvedor dele.

Compactadores de arquivos: os programas de compactação de arquivos (WinZip e WinRar) são softwares utilizados para gerar uma representação mais eficiente de vários arquivos dentro de um único arquivo de modo que ocupem menos espaço na mídia de armazenamento. Alguns programas de compactação de arquivos permitem proteger os arquivos por criptografia, exigindo o uso de senhas para abrir o arquivo compactado.

Plug-ins: são programas que podem ser instalados com o objetivo de estender as funcionalidades, no browser (navegador) por exemplo, permiti que o browser apresente mídias para as quais não foi originalmente projetado.

Questões

01. (Prefeitura de Peritiba/SC - Auxiliar de Escritório - AMAUC/2022) O hardware e o software são elementos que fazem parte de um computador, onde cada um deles tem sua função para o desempenho e bom funcionamento.

(I)Software.

(II)Hardware.

Enumere as lacunas abaixo de acordo com os tipos acima:

() Antivírus.

() Mouse.

() Sistema Operacional.A

() Teclado.

⁴ <https://materiasparaconcursos.com.br/2021/11/16/conceitos-basicos-e-modos-de-utilizacao-de-tecnologias-ferramentas-aplicativos-e->

Marque a alternativa CORRETA que corresponde a sequência de cima para baixo das lacunas acima:

- (A) II, I, II, I.
- (B) II, II, I, I.
- (C) I, II, I, II.
- (D) I, I, I, II.
- (E) I, I, II, II.

02. (PC/SP - Escrivão de Polícia - VUNESP/2022) Comparando-se as unidades de armazenamento externo para computadores de tecnologia HD e SSD, tem-se que, tipicamente,

- (A) os SSDs permitem transferência de dados com maior rapidez do que os HDs.
- (B) o custo por bit de armazenamento dos HDs é mais alto do que o dos SSDs
- (C) o SSD é mais sensível às vibrações do computador (ventilador, digitação etc.) do que os HDs.
- (D) a vida útil média de um HDs é de 3000 ciclos de gravação, enquanto que a de um SSD é de 200000 ciclos.
- (E) os HDs, mesmo possuindo partes móveis, são mais resistentes, pois possuem redundância, o que não ocorre com os SSDs.

Alternativas
01.C / 02.A

Ambientes Operacionais: Windows 10 Pro;

WINDOWS 10

O Windows 10 é um sistema operacional que foi lançado em 2014.

Com o Windows 10 é possível criar uma conta para cada pessoa que utiliza o computador, pois é um sistema operacional multiusuário.

Ele trouxe de volta o menu iniciar e um novo navegador, o Microsoft Edge.

Ele tem atualizações constantes sem

custo para o usuário.

No Explorador de Arquivos, a antiga funcionalidade conhecida como “MEU COMPUTADOR” recebeu a nova nomenclatura de ESTE COMPUTADOR.

Ele removeu o Windows Media Center e o controle dos pais não suporta outros navegadores, ou seja, só suporta o Edge e o Internet Explorer.



Fonte: <https://olhardigital.com.br/2020/10/23/dicas-e-tutoriais/como-instalar-a-atualizacao-de-outubro-do-windows-10/>

Versões do Windows 10

Windows 10 Home: Edição do sistema operacional voltada para os consumidores domésticos que utilizam PCs (desktop e notebook), tablets e os dispositivos “2 em 1”⁵. O Windows 10 Home vai contar com a maioria das funcionalidades: Cortana como assistente pessoal, navegador Microsoft Edge, o recurso Continuum para os aparelhos compatíveis, Windows Hello (reconhecimento facial, de íris e de digitais para autenticação), stream de jogos do Xbox One e os apps universais, como Fotos, Mapas, E-mail, Calendário, Música e Vídeo.

Windows 10 Pro: o Windows 10 Pro também é voltado para PCs (desktop e notebook), tablets e dispositivos “2 em 1”, mas traz algumas funcionalidades extras em relação ao Windows 10 Home. Esses adicionais fazem com que essa edição seja ideal para uso em pequenas empresas, apresentando recursos para segurança digital, suporte remoto, produtividade e uso de sistemas baseados na nuvem.

É a versão mais completa da família Windows, junto com a Enterprise. Porém, a Enterprise não é comprada em lojas (box), mas sim por meio de licenciamento com a

⁵ MELO, F. Windows 10.

Microsoft.

Windows 10 Enterprise: construído sobre o Windows 10 Pro, o Windows 10 Enterprise é voltado para o mercado corporativo. Os alvos dessa edição são as empresas de médio e grande porte, e o Sistema apresenta capacidades que focam especialmente em tecnologias desenvolvidas no campo da segurança digital e produtividade. A proteção dos dispositivos, aplicações e informações sensíveis às empresas é o foco dessa variante.

A edição vai estar disponível por meio do programa de Licenciamento por Volume, facilitando a vida dos consumidores que têm acesso a essa ferramenta. O Windows Update for Business também estará presente.

Windows 10 Education: construída a partir do Windows 10 Enterprise, essa edição foi desenvolvida para atender às necessidades do meio escolar. Nela, funcionários, administradores, professores e estudantes poderão aproveitar os recursos do Windows, que será distribuído através da versão acadêmica do Licenciamento por Volume.

Windows 10 Mobile: o Windows 10 Mobile é voltado para os dispositivos de tela pequena cujo uso é centrado no touchscreen, como smartphones e tablets. Essa edição vai contar com os mesmos apps incluídos na versão Home, além de uma versão do Office otimizada para o toque. O Continuum também vai marcar presença nos dispositivos que forem compatíveis com a funcionalidade.

Windows 10 Mobile Enterprise: também voltado para smartphones e pequenos tablets, o Windows 10 Mobile Enterprise tem como objetivo entregar a melhor experiência para os consumidores que usam esses dispositivos para trabalho. A edição também estará disponível mediante o Licenciamento por Volume, oferecendo as mesmas vantagens do Windows 10 Mobile e funcionalidades

direcionadas para o mercado corporativo.

Windows 10 IoT: edição para dispositivos como caixas eletrônicos, terminais de autoatendimento, máquinas de atendimento para o varejo e robôs industriais – todas baseadas no Windows 10 Enterprise e Windows 10 Mobile Enterprise. O Windows 10 IoT Core – que contém em seu nome a sigla em inglês para Internet das Coisas – vai ser destinado para dispositivos pequenos e de baixo custo.

Windows 10 S: edição otimizada em termos de segurança e desempenho, funcionando exclusivamente com aplicações da Loja Microsoft.

Windows 10 Pro – Workstation: edição para computadores com suporte para até quatro processadores e para até 6TB de memória, além de suporte para chips voltados a servidores como o Intel Xeon e o AMD Opteron.

Como o nome sugere, o Windows 10 Pro for Workstations é voltado principalmente para uso profissional mais avançado em máquinas poderosas com vários processadores e grande quantidade de RAM.

Área de Trabalho (Pacote Aero)

Aero é o nome dado a recursos e efeitos visuais introduzidos no Windows a partir da versão Vista.



Fonte: <https://edu.gcfglobal.org/pt/tudo-sobre-o-windows-10/sobre-a-area-de-trabalho-do-windows-10/1/>

Barra de Tarefas

A Barra de Tarefas é um dos itens mais utilizados no dia-a-dia⁶. O papel da barra de

⁶ SOUZA, R. Windows 10.

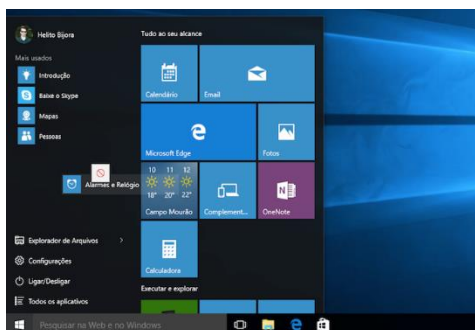
tarefas é dar acesso aos programas instalados no computador, permitindo alternar entre janelas abertas e abrir outras ou acessar rapidamente certas configurações do Windows. Esta barra também ajuda na organização das tarefas, já que pode deixar visível os programas que estão em execução naquele momento, permitindo alternar entre eles rapidamente, ou que podem ser executados com um simples clique.

No Windows 10, a barra de tarefas fica, por padrão, na parte inferior da tela e normalmente visível, mas é possível movê-la para os lados ou para a parte superior da área de trabalho, desde que ela esteja desbloqueada.



Botão Iniciar

O menu iniciar está de volta, unificando o conceito que já tínhamos sobre o menu com a novidade que o Windows 8 trouxe que eram as live tiles (blocos dinâmicos). Seu tamanho pode ser redimensionado à vontade, além de ser uma ferramenta de busca padronizada que integrará os resultados do buscador Bing com o do próprio computador.



Fonte: <https://answers.microsoft.com/pt-br/windows/forum/all/menu-iniciar-do-windows-10/ba74e18c-870d-4f1b-82a3-9863794e54dd>

Fixe aplicativos no menu Iniciar para ver atualizações dinâmicas, como e-mails, compromisso ou a previsão do tempo. Quando você fixa um aplicativo, ele é

adicionado ao menu Iniciar como um novo bloco.

Ligar/Desligar: a opção “Desligar” serve para desligar o computador completamente. Caso existam programas abertos, o sistema não os salvará automaticamente, mas perguntará ao usuário se deseja salvá-los.

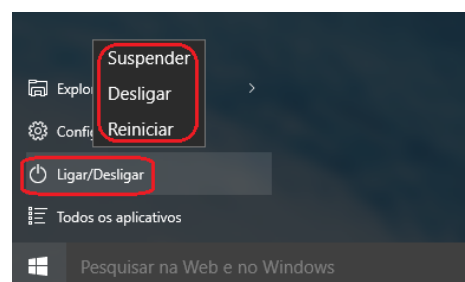
Outras opções são:

Reiniciar: reinicia o computador. É útil para finalizar a instalação de aplicativos e atualizações do sistema operacional, mas, com frequência, não é um processo necessário.

Suspender: leva o computador para um estado de economia de energia que permite que o computador volte a funcionar normalmente após alguns segundos. Todas as tarefas são mantidas, podendo o usuário continuar o trabalho.

Em portáteis, o Windows salva automaticamente todo o trabalho e desliga o computador se a bateria está com pouca carga. Muitos portáteis entram em suspensão quando você fecha a tampa ou pressiona o botão de energia.

Hibernar: opção criada para notebooks e pode não está disponível em todos os computadores. É um sistema de economia de energia que coloca no disco rígido os documentos e programas abertos e desliga o computador. Hibernar usa menos energia do que Suspende e, quando você reinicializa o computador, mas não volta tão rapidamente quanto a Suspensão ao ponto em que estava.



Definir a Hora e o Fuso Horário

Em Data e hora, que você pode optar por

permitir que o Windows 10 defina a hora e o fuso horário automaticamente ou defini-las manualmente.

Para definir a hora e o fuso horário no Windows 10, vá para Iniciar  > Configurações  > Hora e idioma > Data e hora.

Cortana (Win+C)

Cortana é um/a assistente virtual inteligente do sistema operacional Windows 10. Além de estar integrada com o próprio sistema operacional, usando o Microsoft Edge, o navegador-padrão do Windows 10, que vai trazer a assistente pessoal como uma de suas funcionalidades nativas. O assistente pessoal inteligente que entende quem você é, onde você está e o que está fazendo. A Cortana pode ajudar quando for solicitada, através de informações-chave, sugestões e até mesmo executá-las para você.

Para abrir a Cortana selecionando a opção na Barra de Tarefas. Podendo teclar ou falar o tema que deseja.



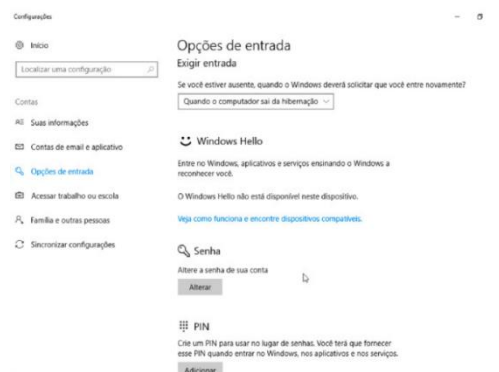
Fonte: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2015/09/como-ativar-cortana-no-brasil-em-portugues-no-windows-10.ghtml>

Windows Hello

O Windows Hello funciona com uma tecnologia de credencial. Mais fácil, mais prática e mais segura do que usar uma senha, porque ela usa autenticação biométrica. O usuário faz logon usando face, íris, impressão digital, PIN, bluetooth do celular e senha com imagem.

Para acessar o Windows Hello, clique no botão , selecione Configurações  > Contas > Opções de entrada. Ou procure

por Hello ou Configurações de entrada na barra de pesquisa.



Central de Informações

No lado esquerdo da Barra de tarefas, há uma central de notificações, parecida com a de um smartphone. Também dá acesso rápido a recursos como "modo tablet" (que preenche toda tela o menu Iniciar, deixando a interface parecida com a do Windows 8), Bluetooth, Wi-Fi, brilho da tela, modo avião, modo noturno, notas e configurações do aparelho.



Fonte: <https://edu.gcfglobal.org/pt/tudo-sobre-o-windows-10/como-funciona-a-central-de-acoes-do-windows-10/>

Microsoft Edge

O novo navegador do Windows 10 veio para substituir o Internet Explorer como o browser-padrão do sistema operacional. O programa tem como características a leveza, a rapidez e o layout baseado em padrões da web, além da remoção de suporte a tecnologias antigas, como o ActiveX.

Explorador de Arquivos (WIN+E)

O Explorador de Arquivos, Windows

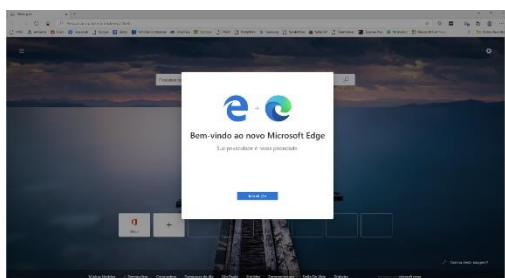
Explorer nas versões anteriores, é o responsável por gerenciar arquivos, pastas e programas do Windows 10.

Para abrir o Explorador de arquivos, clique no botão Iniciar  e no botão  ou clique no botão  na barra de tarefas.

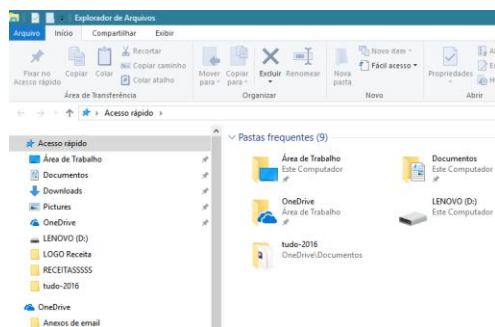
Dos destaques, podemos mencionar a integração com serviços da Microsoft, como a assistente de voz Cortana e o serviço de armazenamento na nuvem OneDrive, além do suporte a ferramentas de anotação e modo de leitura.

O Microsoft Edge é o primeiro navegador que permite fazer anotações, escrever, rabiscar e realçar diretamente em páginas da Web.

Para abrir o Edge clique no botão Iniciar , Microsoft Edge ou clique no ícone  na barra de tarefas.



Fonte: <https://answers.microsoft.com/pt-br/microsoftedge/forum/all/microsoft-edge-ao-iniciar-apresenta-tela-de/4f41467f-8dfc-40db-bf47-675a6f9eb3fd>



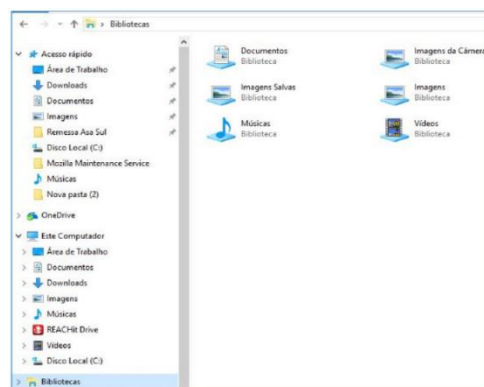
Fonte: <https://www.icloud.com.br/2279/o-que-mudou-no-explorador-de-arquivos-do-windows-10>

Bibliotecas

As Bibliotecas são um recurso do Windows 10 que permite a exibição consolidada de arquivos relacionados em um só local. Você pode pesquisar nas

Bibliotecas para localizar os arquivos certos rapidamente, até mesmo quando esses arquivos estão em pastas, unidades ou em sistemas diferentes.

Uma pasta é simplesmente um contêiner para armazenar arquivos. Uma Biblioteca não contém arquivos. Na verdade, uma Biblioteca fornece uma única exibição agregada de várias pastas e de seu conteúdo.



OneDrive

O OneDrive é um serviço de armazenamento e compartilhamento de arquivos da Microsoft.

Com o Microsoft OneDrive você pode acessar seus arquivos em qualquer lugar e em qualquer dispositivo.

O OneDrive é um armazenamento Freemium (gratuito até 5 Gigabytes e pago acima desse valor) que vem com a sua conta da Microsoft. É como um disco rígido extra que está disponível para todos os dispositivos que você usa.

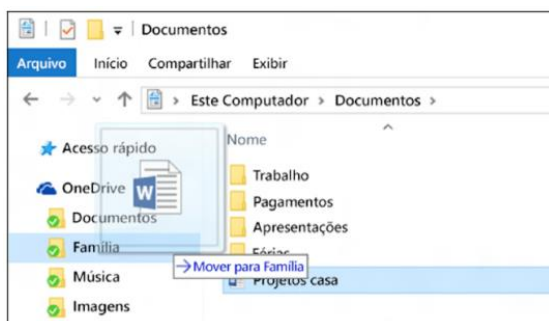


<https://www.tecmundo.com.br/tutorial/80996-windows-10-usar-recursos-onedrive-integrados-sistema.htm>

Agora ele faz parte do Explorador de Arquivos, como você pode notar na imagem anterior.

Para salvar um documento com o qual você está trabalhando no OneDrive, selecione uma pasta do OneDrive na lista de

locais de salvamento do software que estiver usando. Para mover arquivos para o OneDrive, abra o Explorador de Arquivos e arraste-os para uma pasta do OneDrive.



Os arquivos que você salva no OneDrive estão disponíveis online em OneDrive.com e off-line em seu computador. Isso significa que você pode usá-los a qualquer momento, mesmo quando não estiver conectado à Internet. Quando você se reconectar, o OneDrive atualizará as versões online com as alterações feitas off-line.

Manipulação de Arquivos

Arquivo é um conjunto de informações nomeadas, armazenadas e organizadas em uma mídia de armazenamento de dados. O arquivo está disponível para um ou mais programas de computador, sendo essa relação estabelecida pelo tipo de arquivo, identificado pela extensão recebida no ato de sua criação ou alteração.

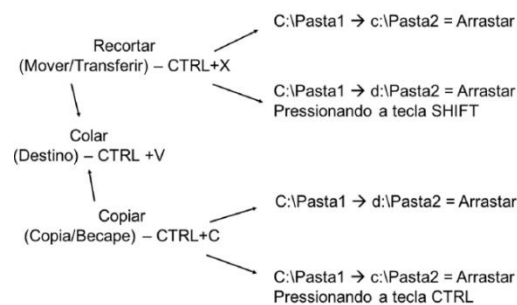
Há arquivos de vários tipos, identificáveis por um nome, seguidos de um ponto e um sufixo com três (DOC, XLS, PPT) ou quatro letras (DOCX, XLSX), denominados extensões. Assim, cada arquivo recebe uma denominação do tipo arquivo.extensão. Os tipos mais comuns são arquivos de programas (executavel.exe), de texto (texto.docx), de imagens (imagem.bmp, eu.jpg), planilhas eletrônicas (tabela.xlsx) e apresentações (monografia.pptx).

Manipulação de Arquivos e/ou Pastas (Recortar/Copiar/Colar)

Existem diversas maneiras de manipular

arquivos e/ou pastas.

1. Através dos botões RECORTAR, COPIAR E COLAR. (Mostrados na imagem acima – Explorador de arquivos);
2. Botão direito do mouse;
3. Selecionando e arrastando com o uso do mouse (Atenção com a letra da unidade e origem e destino).



Atalhos

Os ícones de atalho são identificados pela pequena seta no canto inferior esquerdo da imagem. Eles permitem que você acesse programas, arquivos, pastas, unidades de disco, páginas da web, impressoras e outros computadores.

Os ícones de atalho oferecem links para os programas ou arquivos que eles representam.

Você pode adicioná-los e excluí-los sem afetar os programas ou arquivos atuais.

Cada ícone contém o nome do programa ou pasta correspondente. Esse nome pode ser modificado conforme a necessidade.



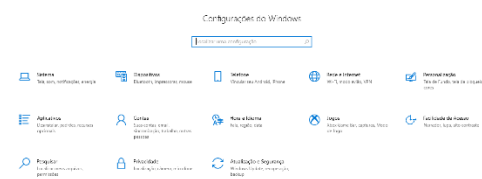
Painel de Controle – Configurações

O Painel de Controle é uma das ferramentas mais importantes do Windows, pois permite personalizar as configurações do computador. A opção Configurações, é uma alternativa ao Painel de Controle. Contendo grande parte das opções de configurações contidas no Painel de Controle.

Para acessar o Painel de Controle, clique no botão , selecione Sistema do Windows > Painel de Controle. Ou procure por Painel de Controle na barra de pesquisa.

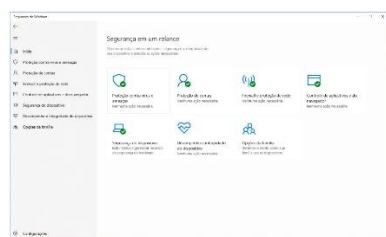


Para acessar Configurações, clique no botão , selecione Configurações . Ou procure por Configurações na barra de pesquisa.



Central de Segurança do Windows Defender

A Central de Segurança do Windows Defender fornece a área de proteção contra vírus e ameaças. Além de oferecer as configurações do Firewall (filtro de pacotes e acessos não autorizados na rede); controle de aplicativos e do navegador; desempenho e integridade do dispositivo; e as opções do Windows família.



Fonte: <https://www.baboo.com.br/seguranca-digital/dicas-tutoriais-seguranca-digital/como-usar-o-windows-defender-offline-no-windows-10/>

Para acessar a Central de Segurança do

Windows Defender, clique no botão , selecione Configurações  > Atualização e segurança > Windows Defender. Ou procure por Windows Defender na barra de pesquisa.

Teclas de Atalho

CTRL + A: selecionar tudo⁷.

CTRL + C (ou CTRL + Insert): copiar itens selecionados para área de transferência.

CTRL + X: recortar itens selecionados para área de transferência.

CTRL + V (ou Shift + Insert): colar itens da área de transferência.

CTRL + Z: desfazer ação.

CTRL + Y: refazer ação.

CTRL + Shift + N: criar nova pasta no desktop ou no Explorador de Arquivos.

ALT + F4: fechar janela atual (se nenhuma janela está aberta, opções de desligamento).

CTRL + D (ou Delete): mandar item selecionado para a lixeira.

Shift + Delete: excluir itens de forma permanente.

F2: renomear item selecionado.

ESC: cancelar tarefa atual.

ALT + Tab: alternar entre janelas abertas.

PrtScn: salvar captura de tela na área de transferência.

Tecla Windows + I: abre aplicativo Configurações.

Tecla Windows + E: abre Explorador de Arquivos.

Tecla Windows + A: abre Central de Ações.

Tecla Windows + D: mostra/oculta o desktop.

Tecla Windows + L: bloqueia seção atual.

Tecla Windows + V: abre histórico da área de transferência.

Tecla Windows + . (ou ;): abre o painel de emojis.

⁷ <https://www.techtudo.com.br/listas/2020/07/atalhos-de-teclado-para->

[windows-10-conheca-todos-os-comandos-para-pc.ghml](https://www.techtudo.com.br/listas/2020/07/atalhos-de-teclado-para-windows-10-conheca-todos-os-comandos-para-pc.ghml)

Tecla Windows + PrtScn: captura e salva tela automaticamente na pasta de capturas.

Tecla Windows + Shift + S: permite capturar parte da tela com a Ferramenta de Captura.

Tecla Windows + seta esquerda: janela atual para esquerda da tela.

Tecla Windows + seta direita: janela atual para direita da tela.

Atalhos de Desktop

Tecla Windows + CTRL (ou ESC): abre o menu iniciar.

CTRL + setas: altera o tamanho do menu iniciar.

CTRL + Shift + ESC: abre o Gerenciador de Tarefas.

CTRL + Shift: alterna o padrão do teclado.

CTRL + F5 (ou R): atualiza página ou tela atual.

CTRL + ALT + Tab: visualiza todos os apps abertos.

CTRL + setas + espaço: selecionar múltiplos itens no desktop ou Explorador de Arquivos.

ALT + letra sublinhada: acessa menus.

ALT + Tab: alterna entre apps abertos.

ALT + seta esquerda: voltar.

ALT + seta direita: avançar.

ALT + PageUp: mover tela para cima.

ALT + PageDown: mover tela para baixo.

ALT + ESC: transita entre janelas abertas.

ALT + espaço: abre caixa de contexto para a janela atual.

ALT + F8: revela caracteres de senha em processos de login.

Shift + clique em ícone: abre nova instância do app (a partir da Barra de Tarefas).

CTRL + Shift + clique em ícone: executa app como administrador (a partir da Barra de Tarefas).

Shift + clique com botão direito em ícone: mostra menu do app (a partir da Barra de Tarefas).

CTRL + clique em ícone: alterna entre

todas as instâncias abertas do app (a partir da Barra de Tarefas).

CTRL + seta esquerda: move cursor para o início da palavra (em editores e caixas de texto).

CTRL + seta direita: move cursor para o final da palavra (em editores e caixas de texto).

CTRL + seta pra cima: move cursor para o início do parágrafo (em editores e caixas de texto).

CTRL + seta pra baixo: move cursor para o final do parágrafo (em editores e caixas de texto).

CTRL + Shift + seta: seleciona todo o parágrafo.

CTRL + espaço: habilita ou desabilita método de entrada para caracteres chineses (em editores e caixas de texto).

Shift + F10: abre o menu de contexto para o item selecionado.

F10: habilita barra de menu em um app.

Shift + setas: selecionar múltiplos itens.

Tecla Windows + X: abre menu de acesso rápido.

Tecla Windows + números de 0 a 9: abre o app de acordo com a posição numérica na Barra de Ferramentas.

Tecla Windows + T: alterna entre apps na Barra de Ferramentas.

Tecla Windows + Alt + números de 0 a 9: abre menu de opções do app segundo a posição numérica na Barra de Ferramentas.

Tecla Windows + D: exhibe ou oculta o desktop.

Tecla Windows + M: minimiza todas as janelas.

Tecla Windows + Shift + M: restaura todas as janelas minimizadas.

Tecla Windows + Home: minimiza ou maximiza todas as janelas, com exceção da atual.

Tecla Windows + Shift + seta para cima: estica janela atual para o topo da tela.

Tecla Windows + Shift + seta para baixo: maximiza ou minimiza janela atual verticalmente, preservando a largura.

Tecla Windows + Shift + seta esquerda: move janela ativa para o monitor

à esquerda.

Tecla Windows + Shift + seta direita: move janela ativa para o monitor à direita.

Tecla Windows + S (ou Q): abre a busca.

Tecla Windows + Alt + D: abre Data e Hora na Barra de Tarefas.

Tecla Windows + Tab: abre a Visão de Tarefas.

Tecla Windows + CTRL + D: cria novo desktop virtual.

Tecla Windows + CTRL + F4: fecha desktop virtual atual.

Tecla Windows + CTRL + seta direita: alterna para desktop virtual à direita.

Tecla Windows + CTRL + seta esquerda: alterna para desktop virtual à esquerda.

Tecla Windows + P: abre menu Projetar.

Tecla Windows + A: abre Central de Ações.

Tecla Windows + I: abre Configurações.

Backspace: voltar para a tela inicial em Configurações (com o app aberto).

Atalhos para Explorador de Arquivos

Tecla Windows + E: abre Explorador de Arquivos.

ALT + D: seleciona barra de endereço.

CTRL + E (ou F): seleciona caixa de busca.

CTRL + N: abre nova janela.

CTRL + W: fecha janela atual.

CTRL + F (ou F3): inicia busca.

CTRL + roda do mouse: muda visualização de arquivo e pasta.

CTRL + Shift + E: expande todas as pastas da hierarquia no painel esquerdo.

CTRL + Shift + N: cria uma nova pasta.

CTRL + L: foca na barra de endereço.

CTRL + Shift + número de 1 a 8: alterna modo de visualização de pasta.

ALT + P: exibe painel anterior.

ALT + Enter: abre janela de propriedades do item selecionado.

ALT + seta: direita visualizar próxima pasta.

ALT + seta esquerda (ou backspace): visualizar pasta anterior.

ALT + seta pra cima: retorna um nível na hierarquia de pastas.

F11: alterna para modo tela cheia.

F5: atualizar.

F2: renomear item selecionado.

F4: alterna foco para a barra de endereços.

F5: atualiza painel atual do Explorador de Arquivos.

F6: alterna entre elementos da tela.

Home: desliza para o início da tela.

End: desliza para o final da tela.

Atalhos do Prompt de Comando

CTRL + A: selecionar tudo.

CTRL + C (ou + Insert): copiar para área de transferência.

CTRL + V (ou + Shift + Insert): colar da área de transferência.

CTRL + M: inicia modo de marcação.

CTRL + seta pra cima: sobe a tela uma linha.

CTRL + seta pra baixo: desce a tela uma linha.

CTRL + F: abre a busca no Prompt.

Seta pra direita ou esquerda: move cursor para direita ou esquerda.

Seta pra cima ou pra baixo: alterna entre histórico de comandos na sessão.

Page Up: move cursor uma página acima.

Page Down: move cursor uma página pra baixo.

CTRL + Home: desliza para o topo da sessão.

CTRL + End: desliza para o fim da sessão.

Atalhos com a Tecla Windows

Tecla Windows: abre o menu iniciar.

Tecla Windows + A: abre a Central de Ações.

Tecla Windows + S (ou Q): abre a busca.

Tecla Windows + D: mostra ou oculta o desktop.

Tecla Windows + L: bloqueia o dispositivo.

Tecla Windows + M: minimiza todas as janelas.

Tecla Windows + B: foca nas notificações da Barra de Tarefas.

Tecla Windows + C: abre Cortana.

Tecla Windows + F: abre o Hub de Comentários.

Tecla Windows + G: abre o Xbox Game Bar.

Tecla Windows + Y: alterna entrada entre desktop e realidade aumentada.

Tecla Windows + O: bloqueia orientação do dispositivo.

Tecla Windows + T: alterna entre apps da Barra de Tarefas.

Tecla Windows + Z: troca entrada entre desktop e realidade aumentada.

Tecla Windows + J: foca em uma dica de uso (quando usando dicas).

Tecla Windows + H: abre ferramenta de ditado.

Tecla Windows + E: abre o Explorador de Arquivos.

Tecla Windows + I: abre as Configurações.

Tecla Windows + R: abre Executar.

Tecla Windows + K: abre Conectar.

Tecla Windows + X: abre Acesso Rápido.

Tecla Windows + V: abre histórico da Área de Transferência.

Tecla Windows + W: abre área de trabalho do Windows Ink.

Tecla Windows + U: abre Facilidade de Acesso.

Tecla Windows + P: abre menu de Projetar.

Tecla Windows + CTRL + Enter: abre o Narrador.

Tecla Windows + sinal de mais: aumenta o zoom usando a Lupa.

Tecla Windows + sinal de menos: diminui o zoom usando a Lupa.

Tecla Windows + ESC: sai da Lupa.

Tecla Windows + /: inicia reconversão para chinês (IME).

Tecla Windows + ,: visualização rápida de desktop.

Tecla Windows + seta pra cima: maximizar.

Tecla Windows + seta pra baixo: minimizar.

Tecla Windows + Home: minimizar ou maximizar toda as janelas, com exceção da atual.

Tecla Windows + Shift + M: restaura tela minimizada.

Tecla Windows + Shift + seta pra cima: estica janela atual para topo e base da tela.

Tecla Windows + Shift + seta pra baixo: minimiza ou maximiza janela atual mantendo largura.

Tecla Windows + Shift + seta pra esquerda: move janela atual para o monitor à esquerda.

Tecla Windows + Shift + seta pra direita: move janela atual para o monitor à direita.

Tecla Windows + seta pra esquerda: ajusta janela atual para metade esquerda da tela.

Tecla Windows + seta pra direita: ajusta janela atual para metade direita da tela.

Tecla Windows + número (de 0 a 9): abre app de acordo com a posição numérica na Barra de Tarefas.

Tecla Windows + Shift + número (de 0 a 9): abre outra instância do app de acordo com a posição numérica na Barra de Tarefas.

Tecla Windows + CTRL + número (de 0 a 9): alterna para a última janela ativa do app de acordo com a posição numérica na Barra de Tarefas.

Tecla Windows + ALT + número (de 0 a 9): abre lista de ações rápidas do app de acordo com a posição numérica na Barra de Tarefas.

Tecla Windows + CTRL + Shift + número (de 0 a 9): abre nova instância, como administrador, do app de acordo com a posição numérica na Barra de Tarefas.

Tecla Windows + CTRL + espaço: alterna para modo de entrada selecionado anteriormente.

Tecla Windows + espaço: alterna leiante do teclado e idioma de entrada.

Tecla Windows + Tab: abre Visão de

Tarefas.

Tecla Windows + CTRL + D: cria novo desktop virtual.

Tecla Windows + CTRL + F4: fecha o desktop virtual ativo.

Tecla Windows + CTRL + seta pra esquerda: alterna para o desktop virtual à esquerda.

Tecla Windows + CTRL + seta pra direita: alterna para o desktop virtual à direita.

Tecla Windows + CTRL + Shift + B: aciona o dispositivo quando em tela escura.

Tecla Windows + PrtScn: gera captura de tela e salva na pasta de capturas automaticamente.

Tecla Windows + Shift + S: permite criar captura de tela parcial.

Tecla Windows + Shift + V: percorre as notificações.

Tecla Windows + CTRL + F: abre a busca por dispositivo na rede.

Tecla Windows + CTRL + Q: abre a Assistência Rápida.

Tecla Windows + ALT + D: abre Data e Hora na Barra de Tarefas.

Tecla Windows + . (ou ;): abre o teclado de emojis.

Tecla Windows + pause: abre as informações do sistema.

Questões

01. (Câmara de Espinosa/MG - Controlador Interno - FADENOR/2022) Considerando o Windows 10, versão em português, em sua instalação padrão, no Explorador de Arquivos, a antiga funcionalidade conhecida como “Meu Computador” recebe a nova nomenclatura de

- (A) Computador Gerencial.
- (B) Este Computador.
- (C) Status Geral.
- (D) Computador Local.
- (E) Root.

02. (Prefeitura de Manaus/AM - Administrador Geral - FGV/2022) No Windows 10, o nome da assistente virtual de produtividade pessoal é

- (A) Alexa.
- (B) Cortana.
- (C) Lucy.
- (D) Siri.
- (E) Windy.

Gabarito 01.B / 02.B

Processador de texto (Word 2016);

MICROSOFT WORD 2016

O Microsoft Office Word 2016 é um processador de texto produzido pela Microsoft⁸.

O Microsoft Word 2016 é um programa de processamento de texto, projetado para ajudá-lo a criar documentos com qualidade profissional. Ele tem todas as funcionalidades e características que a versão 2016 tem, com algumas melhorias. O Word ajuda-nos a organizar e escrever os documentos de forma mais eficiente. Os arquivos criados e salvos no Word são conhecidos como documentos. O Documento novo é a princípio reconhecido pelo Word como Documento1. Normalmente os documentos não incluem apenas textos, mas também imagens, listas de marcadores e vários elementos de editoração eletrônica, como letras capitulares e cabeçalhos.

O programa continua sendo uma das ferramentas mais completas e poderosas para trabalhar com texto. Microsoft Word 2016 traz tudo o que é necessário para editar textos simples ou enriquecidos com imagens, links, gráficos e tabelas, entre outros. A compatibilidade entre todos os componentes da família Office 2016 é outro dos pontos fortes do Microsoft Word 2016.

⁸ MELO, F. Word 2016.

Você pode exportar texto e importar outros elementos para o Excel, o PowerPoint ou qualquer outro dos programas incluídos no Office (objetos OLE).

Os templates do Microsoft Word 2016 permitem criar documentos facilmente usando os formatos predefinidos (currículo, carta, etiqueta, fax, cartão de visita, calendário etc.). Outra das novidades do Microsoft Word 2016 é a possibilidade de guardar os documentos na nuvem usando o serviço OneDrive. Dessa forma, você pode acessar seus documentos do Office de qualquer computador e ainda compartilhá-los com outras pessoas.

O Microsoft Word 2016 trabalha com o formato de arquivo.docx que utiliza a tecnologia XML. O formato.doc não foi extinto do Word 2016, mas o.docx é o formato padrão.

Quando salvamos um documento no formato.docx o documento ficará mais leve (ocupará menos espaço), aceitará uma maior quantidade de formatações, é totalmente compatível com a Web e a capacidade de recuperação em caso de corrupção chega a ser 70% maior que o formato .doc.

O formato.pdf também se destaca no Word 2016 com a vantagem que agora é possível abrir e editar PDF. Nas edições anteriores era possível apenas criar (exportar).

Veja abaixo alguns formatos de arquivos suportados pelo Word 2016:

.docx: formato xml.

.doc: formato da versão 2003 e anteriores.

.docm: formato que contém macro (vba).

.dot: formato de modelo (carta, currículo...) de documento da versão 2003 e anteriores.

.dotx: formato de modelo (carta, currículo...) com o padrão xml.

.odt: formato de arquivo do Libre Office Writer.

.rtf: formato de arquivos do WordPad.

.xml: formato de arquivos para Web.

.html: formato de arquivos para Web.

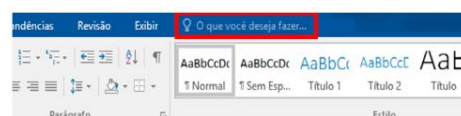
.pdf: arquivos portáteis.

Novidades do Word 2016

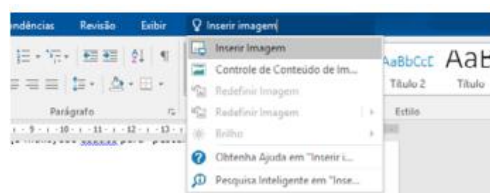
O Word 2016 tem todas as funcionalidades e recursos conhecidos, com alguns aprimoramentos e novos recursos do Office 2016.

Veja alguns dos novos recursos.

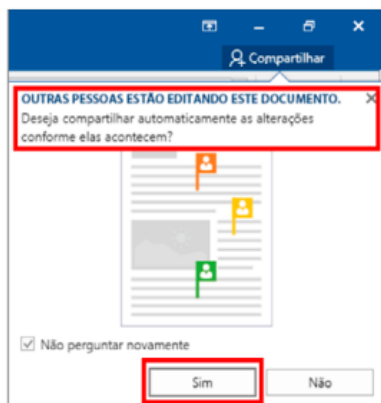
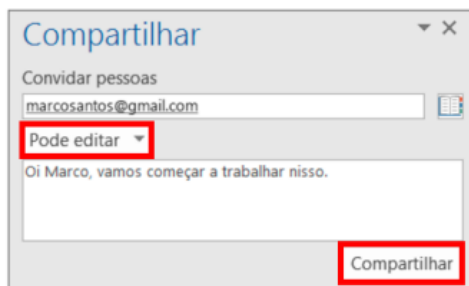
Recurso Diga-me: realize ações rapidamente com este recurso. Observe que há uma caixa de texto na Faixa de Opções do Word 2016 com a mensagem O que você deseja fazer. Veja imagem a seguir.



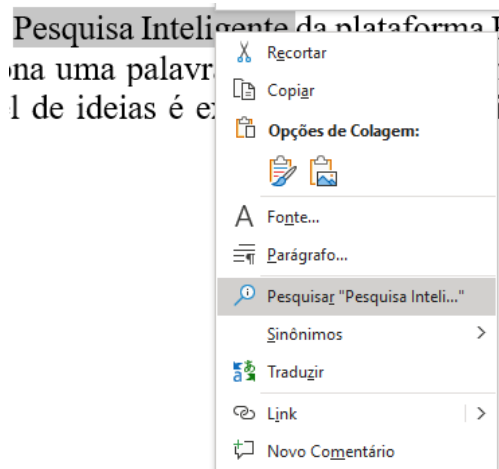
Esse é um campo de texto no qual você insere palavras ou frases relacionadas ao que deseja fazer e obtém rapidamente os recursos que pretende usar ou as ações que deseja realizar. Se preferir, use o Diga-me para encontrar ajuda sobre o que está procurando ou para usar a Pesquisa Inteligente para pesquisar ou definir o termo que você inseriu.



Trabalhe em um Tempo Real: ao armazenar um documento online no OneDrive ou no SharePoint e compartilhá-lo com colegas que usam o Word 2016 ou Word Online, vocês podem ver as alterações uns dos outros no documento durante a edição. Após salvar o documento online, clique em Compartilhar para gerar um link ou enviar um convite por e-mail. Quando seus colegas abrem o documento e concordam em compartilhar automaticamente as alterações, você vê o trabalho em tempo real.

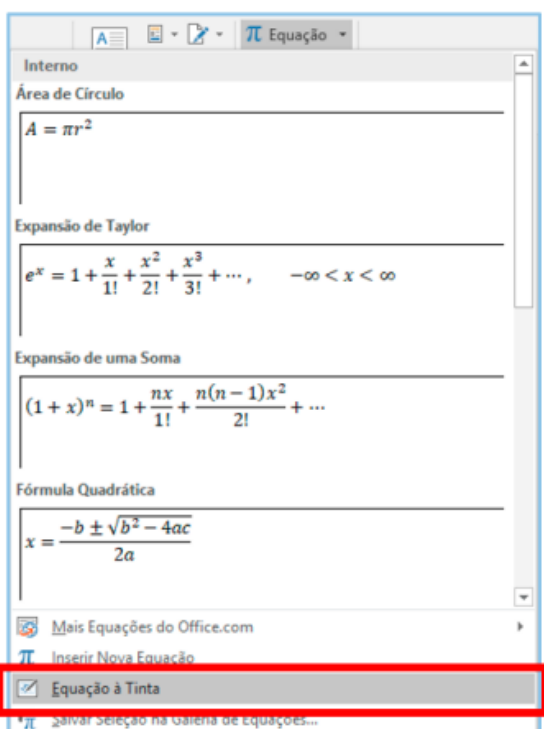


Ideias para o trabalho que está realizando: a Pesquisa Inteligente da plataforma Bing apresenta as pesquisas diretamente no Word 2016. Quando você seleciona uma palavra ou frase, clica com o botão direito do mouse sobre ela e escolhe Pesquisa Inteligente, o Painel de ideias é exibido com as definições, os artigos Wiki e as principais pesquisas relacionadas da Web.



Equações à Tinta: sempre que desejar incluir uma equação matemática complexa em um documento utilize a opção Equação à Tinta. Com esta novidade, incluir equações matemáticas ficou muito mais fácil. Para isso, vá até Guia Inserir, Grupo Símbolos e clique na setinha para baixo do botão Equação.

No menu de opções que abrir, desça até o final e clique na opção Equação à Tinta. Veja na imagem do menu a seguir.



Caso tenha um dispositivo sensível ao toque, você poderá utilizar o dedo ou uma caneta de toque para escrever equações matemáticas à mão, e o Word 2016 irá convertê-las em texto.

Histórico de versões melhorado: para conferir uma lista completa de alterações feitas a um documento e para acessar versões anteriores, vá até a Guia Arquivo > Histórico.

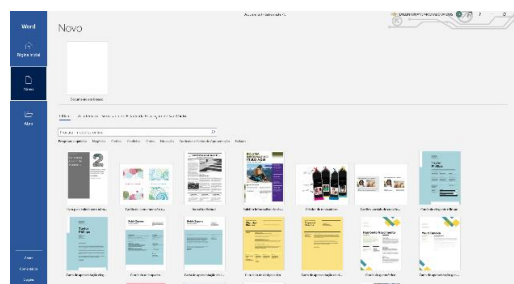
Compartilhamento mais simples: clique em Compartilhar para compartilhar seu documento com outras pessoas no SharePoint, no OneDrive ou no OneDrive for Business ou para enviar um PDF ou uma cópia como um anexo de e-mail diretamente do Word.

Formatação de formas mais rápida: Quando você insere formas da Galeria de Formas, é possível escolher entre uma coleção de preenchimentos predefinidos e cores de tema para aplicar rapidamente o visual desejado.

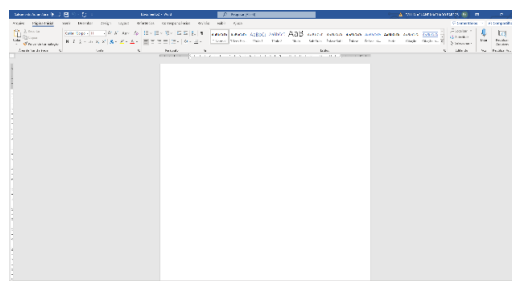
Iniciando o Microsoft Word 2016

Quando se inicia o Word os modelos continuam disponíveis e distribuídos em categorias e ainda estão disponíveis on-line.

(Se você preferir não usar um dos modelos, basta clicar em Documento em branco.)



Ao clicar em Documento em branco surgirá a tela principal do Word 2016.

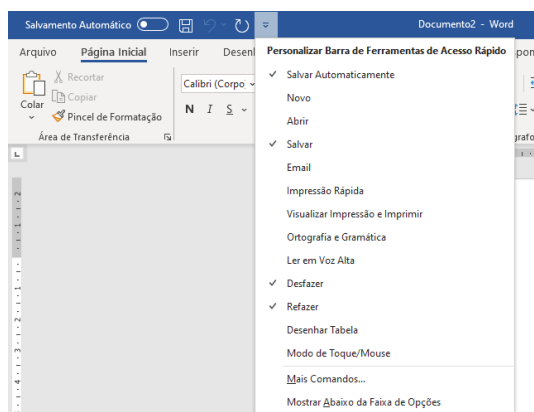


Alguns componentes da janela do Word 2016 e suas funções:

Barra de Ferramentas de Acesso Rápido: esta barra permite acesso rápido para alguns comandos que são executados com frequência: como iniciar um novo arquivo, salvar um documento, desfazer e refazer uma ação, entre outros.



Para habilitar ou desabilitar botões na Barra de Ferramentas de Acesso Rápido, devemos fazer o seguinte procedimento: Clique no botão drop-down (seta para baixo) localizado no final da barra (lado direito) e habilite a opção Abrir, caso não esteja.



Observe que a opção que marcar será inserida do lado direito do botão Repetir (Ctrl + R).

Veja na imagem a seguir que inserimos o botão Abrir (Ctrl + A). E para desabilitar devemos fazer o mesmo procedimento mostrado acima, basta clicar novamente na opção desejada.



Barra de Título: onde se encontra o nome do arquivo seguido pelo nome do programa, os botões Minimizar, Maximizar ou Restaurar Tamanho e Fechar.



Após conhecermos a abertura e a parte inicial do Word 2016, iremos agora explorar o “calcanhar de Aquiles” dos candidatos que é o estudo das guias, grupos e ferramentas. O Word 2016 contém a faixa de opções que foi criada com o intuito de ajudar o usuário a localizar rapidamente os comandos, que estão organizados em grupos lógicos, as quais, por sua vez, são organizadas em guias.

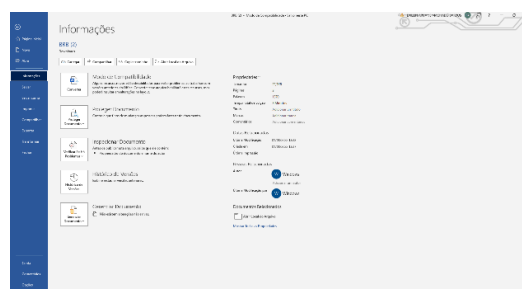
Guias (Menus)

As guias (podem aparecer os termos abas ou menus) permitem que você acesse todas as opções do Word 2016. Ao clicar nas guias são disponibilizados grupos com diversas ferramentas.

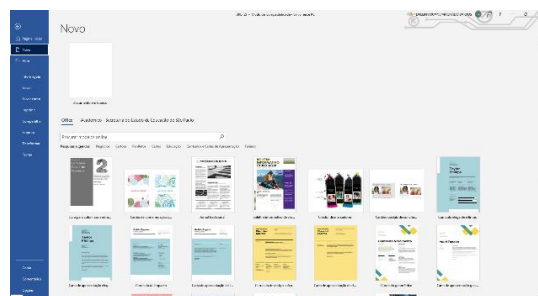
Guia Arquivo

Ao clicar sobre ela serão exibidas opções como Informações, Novo, Abrir, Salvar, Salvar como, Imprimir, etc. Portanto, clique sobre ele e visualize essas opções.

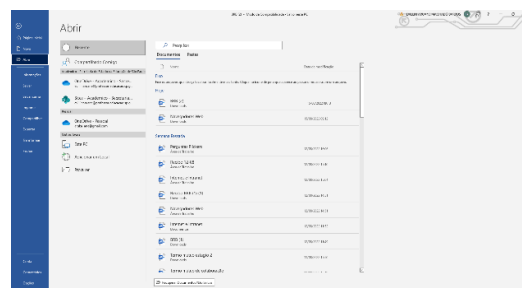
Informações: contém opções como, proteger o Documento, Inspeccionar o Documento, Gerir Documentos e informações relacionadas ao proprietário do documento e suas propriedades.



Novo: abrir um Novo documento ou um modelo (.dotx) pré-formatado.

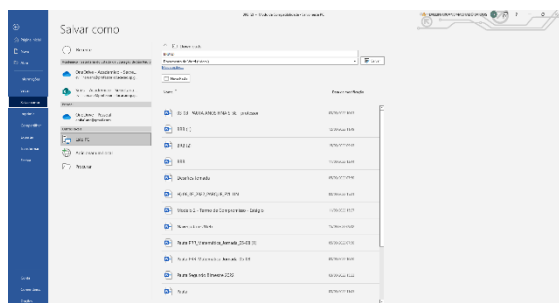


Abrir: opções para abrir documentos já salvos tanto no computador como no sistema de armazenamento em nuvem da Microsoft, One Drive. Além de exibir um histórico dos últimos arquivos abertos.

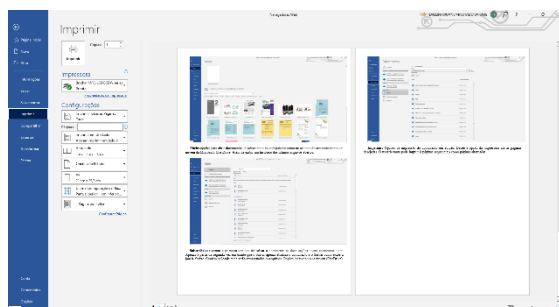


Salvar/Salvar como: a primeira vez que irá salvar o documento as duas opções levam ao mesmo lugar. Apenas a partir da segunda vez em diante que o Salvar apenas

atualiza o documento e o Salvar como exibe a janela abaixo. Contém os locais onde serão armazenados os arquivos. Opções locais como na nuvem (OneDrive).

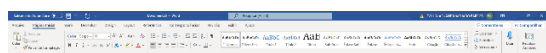


Imprimir: Opções de impressão do documento em edição. Desde a opção da impressora até as páginas desejadas. O usuário tanto pode imprimir páginas sequenciais como páginas alternadas.



Guia Página Inicial

Possui funções de formatação de um texto, formatos de fonte, tamanhos, efeitos, alinhamentos, estilos, etc.



Dica: ferramentas de formatação básica: formatação da fonte, parágrafo, recortar, copiar, colar, estilos... Geralmente ferramentas que iremos usar em qualquer documento que produziremos. Básico, formatação isolada de alguma palavra ou trecho do texto.

Grupo Área de Transferência

O Word oferece um recurso (acessado por meio da setinha) para que possamos manter mais de um item na área de transferência, limite de até 24 itens.

Esse recurso chama-se, justamente, área de transferência e é acessada na guia página inicial no grupo área de transferência.

Para acessá-la basta clicar no pequeno ícone de uma setinha para baixo no canto inferior direito, logo à frente de Área de Transferência.

Colar: cola um item (pode ser uma letra, palavra, imagem) copiado ou recortado. Atalho CTRL + V.



Recortar: recorta um item (pode ser uma letra, palavra, imagem) armazenando-o temporariamente na Área de Transferência para em seguida ser colado no local desejado. Atalho CTRL + X.



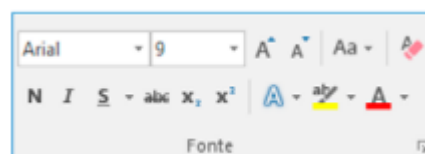
Copiar: copia o item selecionado (cria uma cópia na Área de Transferência). Atalho CTRL+C.



Pincel de Formatação: permite copiar a formatação de um item e aplicar em outro. Atalho CTRL+SHIFT+C / CTRL+SHIFT+V.



Grupo Fonte



Fonte: Calibri (Corp) permite que você selecione uma fonte, ou seja, um tipo de letra a ser exibido em seu texto. Em cada

texto pode haver mais de um tipo de fontes diferentes.

Tamanho da fonte:  é o tamanho da letra do texto. Permite que você escolha entre diferentes tamanhos de fonte na lista ou que digite um tamanho manualmente.

Negrito:  aplica o formato negrito (escuro) ao texto selecionado. Se o cursor estiver sobre uma palavra, ela ficará toda em negrito. Se a seleção ou a palavra já estiver em negrito, a formatação será removida.

Itálico:  aplica o formato itálico (deitado) ao texto selecionado. Se o cursor estiver sobre uma palavra, ela ficará toda em itálico. Se a seleção ou palavra já estiver em itálico, a formatação será removida.

Sublinhado:  sublinha, ou seja, insere ou remove uma linha embaixo do texto selecionado. Se o cursor não está em uma palavra, o novo texto que você inserir será sublinhado.

Tachado:  risca uma linha, uma palavra ou apenas uma letra no texto selecionado ou, se o cursor somente estiver sobre uma palavra, esta palavra ficará riscada.

Subscrito:  coloca a palavra abaixo das demais. Ex.: 10₂.

Observação: não diminui o tamanho da fonte e não é preciso selecionar a palavra que se deseja aplicar essas

Sobrescrito:  coloca a palavra acima das demais. Ex.: 10².

Observação: não é preciso selecionar a palavra que se deseja aplicar essas formatações, basta que o cursor esteja posicionado dentro da palavra.

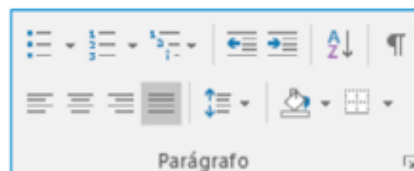
Efeitos de texto e tipografia:  permite aplicar vários efeitos de fonte sobre o texto.

Cor do realce do texto:  aplica um

destaque colorido sobre a palavra, assim como uma caneta marca texto. Ex.: Realce.

Cor da fonte:  permite alterar a cor da fonte (letra).

Grupo Parágrafo



Marcadores:  permite criar uma lista com diferentes marcadores. Depois que um marcador for inserido toda vez que for pressionado Enter será colocado um marcador no próximo parágrafo, caso o usuário não deseje mais nenhum marcador, basta pressionar Enter novamente ou clicar no respectivo ícone.

Numeração:  permite criar uma lista numerada. Depois que uma numeração for inserida, toda vez que for pressionado Enter será colocado um número no próximo parágrafo, caso o usuário não deseje mais continuar a sequência, basta pressionar Enter novamente ou clicar no respectivo ícone.

Lista de vários itens:  permite criar uma lista numerada em níveis. Depois que uma numeração for inserida, toda vez que for pressionado Enter será colocado um número no próximo parágrafo, para criar um sub nível é preciso pressionar TAB, caso o usuário não deseje mais continuar a sequência, basta pressionar Enter (se foi inserido um sub nível 1.1 ao teclar Enter a primeira vez ele volta um nível, ou seja, vai aparecer 1 e se pressionado novamente a tecla Enter, sem que nada tenha sido escrito, a lista será desfeita) ou clicar no respectivo ícone.

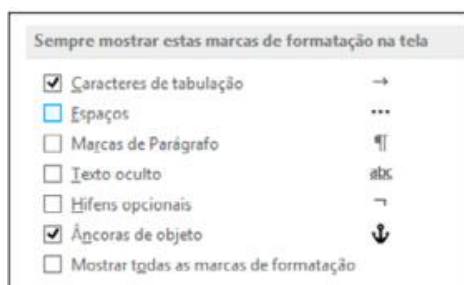
Diminuir Recuo:  diminui o recuo do parágrafo em relação à margem

esquerda.

Aumentar Recuo:  aumenta o recuo do parágrafo em relação à margem esquerda.

Classificar:  organiza a seleção atual em ordem alfabética ou numérica.

Mostrar tudo:  mostra marcas de parágrafos e outros símbolos de formatação ocultos. Observe as marcas que serão exibidas ao ativar o recurso:



Alinhar a esquerda:  alinha o conteúdo com a margem esquerda.

Centralizar:  centraliza seu conteúdo na página.

Alinhar à direita:  alinha o conteúdo à margem direita.

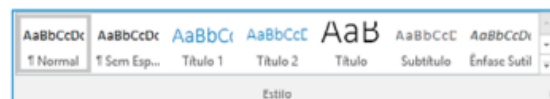
Justificar:  distribui o texto uniformemente entre as margens esquerda e direita.

Espaçamento de linha e parágrafo:  escolhe o espaçamento entre as linhas do texto ou entre parágrafos.

Sombreamento:  aplica uma cor de fundo no parágrafo onde o cursor está posicionado.

Bordas:  permite aplicar ou retirar bordas no trecho selecionado.

Grupo Estilo



Possui vários estilos pré-definidos que permite salvar configurações relativas ao tamanho e cor da fonte, espaçamento entre linhas do parágrafo. É possível alterar os estilos existentes ou mesmo criar novos.

Grupo Edição

Ao clicar nesse ícone é aberta a janela lateral, denominada navegação, onde é possível localizar uma palavra ou trecho dentro do texto. Atalho CTRL+L



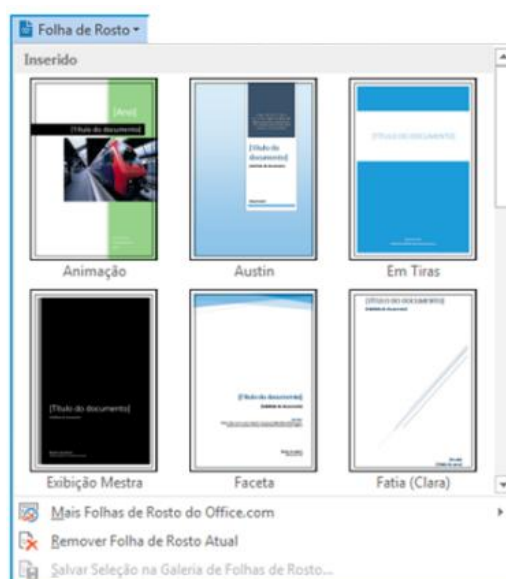
Guia Inserir

Esta guia permite inserir imagens, símbolos, cabeçalhos, tabelas, gráficos, número de página e algumas novidades como a de Inserir Vídeo Online.



Folha de Rosto Adiciona uma folha inicial em seu documento, parecido como uma capa.

Veja a imagem a seguir.





Adiciona uma página em branco em qualquer lugar de seu documento.



Uma seção divide um documento em partes determinadas pelo usuário para que sejam aplicados diferentes estilos de formatação na mesma ou facilitar a numeração das páginas dentro dela.



Permite inserir uma tabela, uma planilha do Excel, desenhar uma tabela, tabelas rápidas ou converter o texto em tabela e vice-versa.

Grupo Ilustrações



Permite inserir uma imagem no computador, na rede ou em uma memória removível.



Permite inserir imagens da Web (Clip-art do Office.com, do site de buscas bing ou do Onedrive).



Permite inserir formas geométricas, como por exemplo, setas, linhas retas etc.



Permite ao usuário inserir várias formas. É possível representar visualmente suas ideias e estruturas. Esse recurso tem sido amplamente explorado nos concursos atualmente.



Permite inserir um gráfico. Os dados são importados do Excel, assim que o

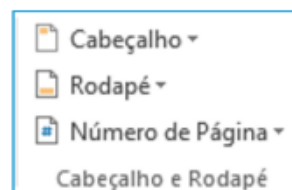
usuário clica nesse ícone o Excel é aberto e nele que você irá inserir os dados do gráfico, assim que esse processo for concluído o Excel é fechado.



Com essa ferramenta o usuário pode capturar um “pedaço” da tela aleatoriamente.

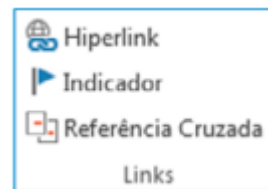
Grupo Cabeçalho e Rodapé

É possível inserir cabeçalhos, rodapés e números de páginas diferentes no mesmo documento criando-se seções diferentes, através da guia Layout de Página.



É possível inserir cabeçalhos, rodapés e números de páginas diferentes no mesmo documento criando-se seções diferentes, através da guia Layout de Página.

Grupo Links



Exibe a caixa de diálogo Inserir Hiperlink (abaixo) atalho CTRL+K, onde é possível criar um Link (atalho) para outro ponto do mesmo documento, mas nesse caso o usuário tem antes que criar um indicador para esse local usando esse ícone , outro arquivo (documento do Word, Apresentação do PowerPoint, vídeos, etc) ou ainda para uma página da internet.

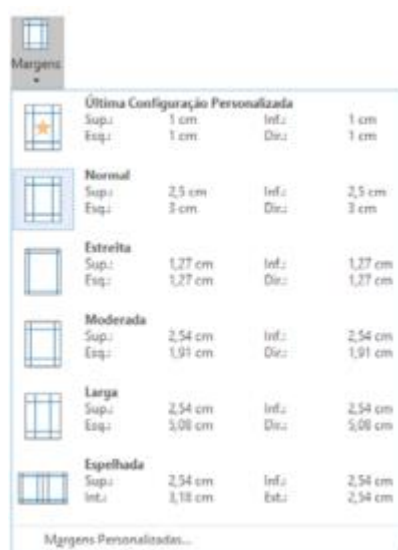
Guia Layout

Esta guia permitirá que o usuário faça manipulações em sua página, tais como configurar as Margens, Orientação da página (Retrato ou Paisagem), o tamanho da página, Colunas e muitas outras opções de configurações de página.

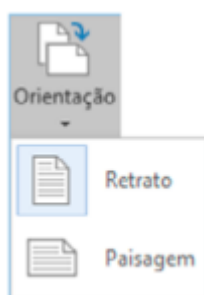


Grupo Configurar Página

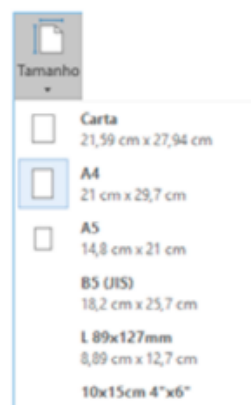
Margens: clicar na aba layout da página e em Margens, no menu que irá aparecer temos alguns tamanhos predefinidos, como margens superior, esquerda, inferior e direita. Podemos clicar em algumas destas margens predefinidas ou podemos criar uma margem personalizada.



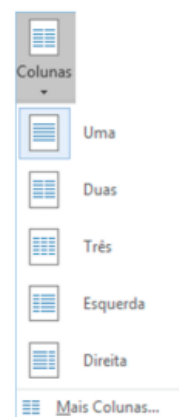
Orientação: neste botão iremos configurar a página a ser trabalhada, se ela ficará em pé, como Retrato ou deitada, no sentido Horizontal.



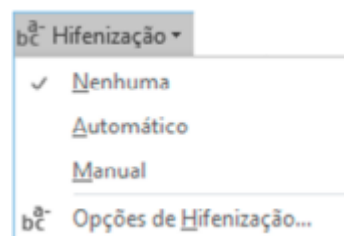
Tamanho: neste botão o usuário escolhe o tamanho da Folha a ser utilizada.



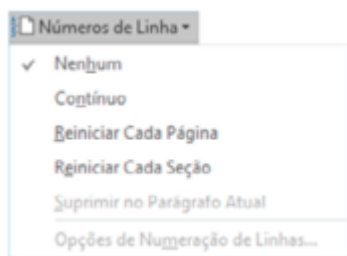
Colunas: com esta opção o usuário, após selecionar o texto, pode dividi-lo em várias colunas.



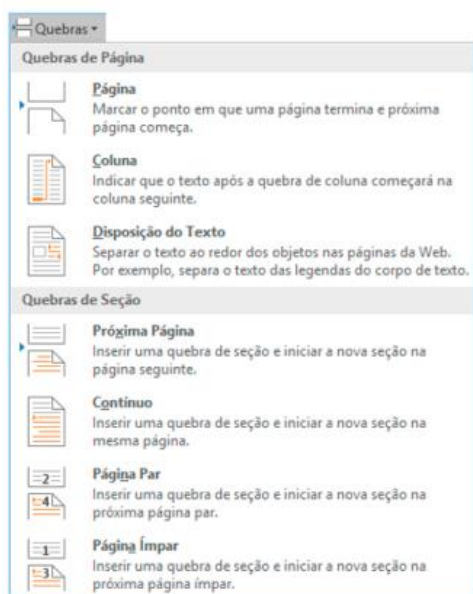
Hifenização: é o recurso onde o Word separa as palavras corretamente, ao digitar e a palavra for comprida automaticamente ele separa. Selecionar o texto, clicar em hifenização e automático.



Números de linhas: mostra os números das linhas, fazendo referência a linhas específicas no documento com rapidez e facilidade, usando números de linhas nas margens.

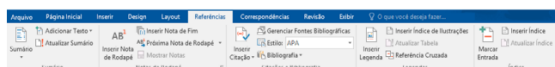


Quebras: adiciona uma quebra no local atual para o texto continuar novamente na página, seção ou coluna seguinte.



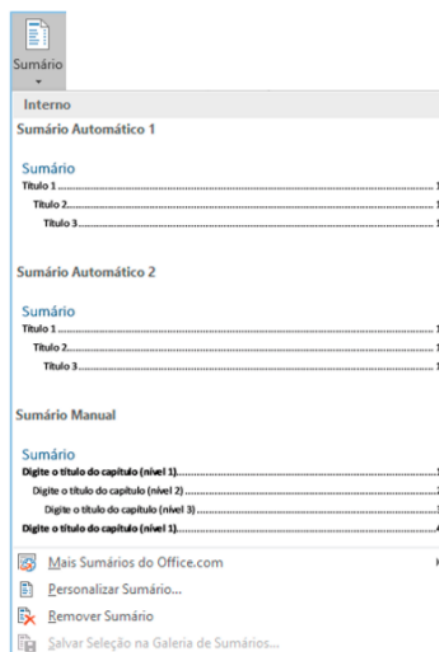
Guia Referências

Permite inserir nota de rodapé, sumário, legendas, índices, Citações etc.

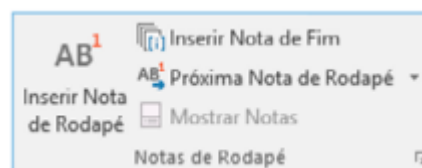


Sumário: permite adicionar um Sumário ao texto. Após adicionar o sumário, clique em “Adicionar Texto” para adicionar entradas à tabela.

Após fazer modificações no documento, deve-se atualizar o sumário para que todas as entradas indiquem os números de páginas corretos.



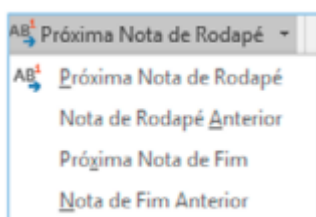
Grupo Notas de Rodapé



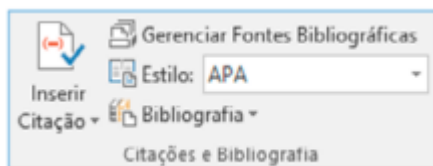
Inserir Nota de Rodapé: para adicionar notas de rodapé ao documento. Essas notas são numeradas automaticamente no documento, conforme são inseridas e renumeradas automaticamente conforme forem movimentadas no texto. As notas de fim são inseridas no rodapé do documento. Atalho: Alt+Ctrl+F.

Inserir Nota de Fim: para adicionar notas de fim ao documento. As notas de fim são inseridas no fim do documento. Atalho: Alt+Ctrl+D

Próxima Nota de Rodapé: navega até a próxima nota de rodapé do documento. Permite navegar pelas notas de rodapé. Rola o documento para mostrar o local onde as notas de rodapé ou as notas de fim estão localizadas.



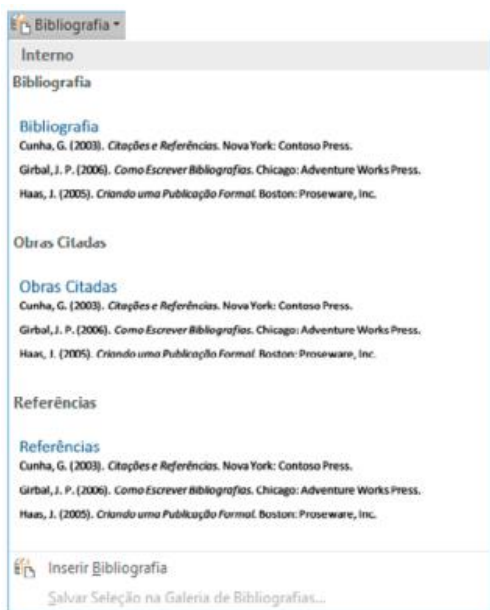
Grupo Citações e Bibliografia



Inserir Citação: citar um livro, artigo de jornal ou outro periódico como fonte das informações do documento. Escolha uma opção da lista de fontes que você criou ou especifique informações sobre uma nova fonte. O Word formatará a citação de acordo com o estilo selecionado.

Gerenciar Fontes Bibliográficas: com esta opção você gerencia as fontes citadas em seu documento, editando, removendo e procurando novas fontes.

Bibliografia: adicionar uma bibliografia que lista todas as fontes citadas no documento.



Guia Correspondências

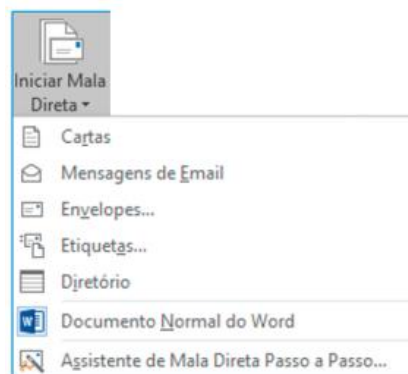
Cria e configura envelopes, etiquetas e

mala direta.



Grupo Iniciar Mala Direta

Iniciar uma mala direta para criar uma carta-modelo a ser impressa ou enviada várias vezes por e-mail, remetendo cada cópia a um destinatário diferente. Ao inserir campos, como Nome ou Endereço, o Word substituirá esses campos automaticamente pelas informações de um banco de dados ou de uma lista de contatos em cada cópia da carta-modelo ou da folha de etiquetas. Por essa razão, dizemos que o arquivo de mala direta é mesclado com informações de um documento (carta-modelo, folha de etiquetas, etc.) e de um banco de dados. Este pode já estar pronto e ser importado, ou pode também ser criado no Word.

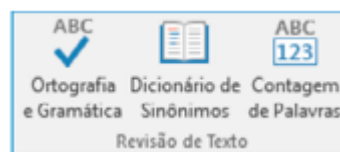


Guia Revisão

Permite inserir comentários, revisões de ortografia e gramática no texto.



Grupo Revisão de Texto



Ortografia e Gramática: para verificar a ortografia e a gramática no documento. Atalho: F7

Dicionário de Sinônimos: para sugerir palavras com significado semelhante ao da palavra selecionada. Atalho: Shift+F7

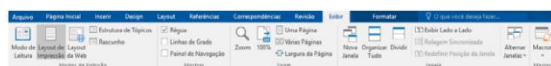
Contagem de Palavras: conta o número de palavras, caracteres, parágrafos e linhas no documento. É possível visualizar a contagem de palavras também na barra de Status do Word.

Grupo Comentários

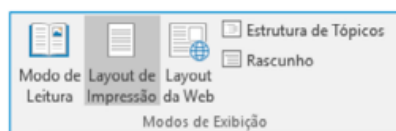
Novo Comentário: permite adicionar um novo comentário sobre a seleção. Também é possível excluir um comentário e navegar pelos comentários.

Guia Exibir

Através desta guia, podemos alterar e personalizar como exibir o documento.



Grupo Modos de Exibição



Os “Modos de Exibição de Documento” no Word são: Modo de Leitura, Layout de Impressão, Layout da Web, Estrutura de Tópicos, Rascunho.

Modo de Leitura: maximiza o espaço de visualização do documento a fim de proporcionar melhor leitura em tela.

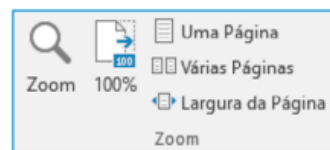
Layout de Impressão: exibe o documento do modo como ficará na página impressa.

Layout da Web: exibe o documento do modo como ficaria em uma página da Web.

Estrutura de Tópicos: exibe o documento como uma estrutura de tópicos.

Rascunho: exibe o documento como um rascunho para uma edição rápida do documento. Não exibe figuras e cabeçalho e rodapé, por exemplo.

Grupo Zoom



Neste grupo é possível configurar o Zoom do documento, além de visualização de uma ou duas páginas do documento na tela. Além disso, é possível também alterar o zoom do documento para que a largura da página corresponda à largura da janela.

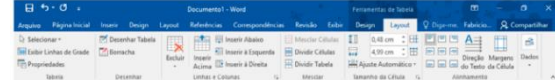
Grupo Macros

Macros: permite gravar uma macro ou exibir macros. As macros gravam sequências de ações para que possam ser usadas em outros documentos, facilitando o trabalho. As macros podem conter vírus, pois são áreas executáveis nos documentos do Office, por isso, quando você baixa um arquivo do Office da Internet, é necessário desabilitar as macros, para a segurança dos seus dados. Os vírus que atacam documentos do Office são chamados vírus de macro. Atalho: Alt+F8.

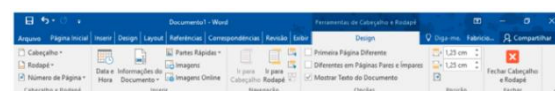
Guias Extras

Como citado anteriormente, o Word 2016 poderá apresentar algumas guias extras, dependendo do que o usuário estará editando em seus documentos. Vejamos algumas:

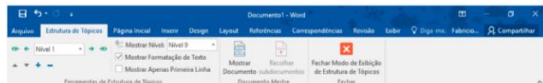
Ao inserir uma tabela serão apresentadas as seguintes guias:



Ao inserir uma imagem será apresentada a seguinte guia:



Ao ativar o modo de exibição estrutura de tópicos será apresentada a seguinte guia:



Principais Teclas de Atalhos

Segue abaixo as principais teclas do Word 2016:

CTRL+A: abrir.

CTRL+G: alinhar a direita.

ALT: dicas de atalhos.

CTRL+N: negrito.

CTRL+Z: desfazer.

ALT+Q: diga-me o que você deseja fazer.

CTRL+I: itálico.

CTRL+K: inserir hiperlink.

F1: ajuda.

CTRL+S: sublinhado.

CTRL+W: fechar.

F4: repetir a última ação.

CTRL+J: justificar.

CTRL+P: imprimir.

F5: ir para.

CTRL+T: selecionar tudo.

CTRL+B: salvar.

F7: ortografia e gramática.

CTRL+L: localizar.

CTRL+SHIFT+“+”: sobrescrito.

F12: salvar como.

CTRL+R: refazer.

CTRL+=: subscrito.

SHIFT+ENTER: quebra de linha.

CTRL+O: novo.

CTRL+HOME: início do documento.

SHIFT+F3: alternar entre maiúsculas e minúsculas.

CTRL+U: substituir.

CTRL+END: final do documento.

CTRL+SHIFT+D: sublinhado duplo.

CTRL+E: centralizar.

CTRL+ENTER: quebra de página.

CTRL+SHIFT+C: copiar formatação.

CTRL+Q: alinhar a esquerda.

CTRL+D: formatar fonte.

CTRL+SHIFT+V: colar formatação.

Questões

01. (TIBAGIPREV/PR - Contador - FAFIPA/2022) Durante o uso do Microsoft Word 2016 Pt-Br, Joana utiliza constantemente a combinação das teclas Ctrl+Z (o sinal + significa apenas que as duas teclas devem ser pressionadas simultaneamente). A tecla citada tem como funcionalidade:

- (A) Salvar o documento.
- (B) Realizar uma cópia do documento.
- (C) Desfazer a última ação.
- (D) Imprimir a página.
- (E) Copiar uma palavra.

02. (Prefeitura de Viamão/RS - Contador (Prefeitura e IPREV) - FUNDATEC/2022) No Microsoft Word 2016, o alinhamento de parágrafo chamado de _____ permite distribuir um texto uniformemente entre as margens.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- (A) alinhar à esquerda
- (B) justificar
- (C) centralizar
- (D) espelhar
- (E) alinhar à direita

Gabarito

01.C / 02.B

Planilhas eletrônicas (Excel 2016);

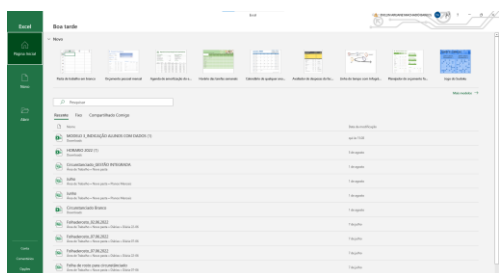
MICROSOFT EXCEL 2016

Página Inicial

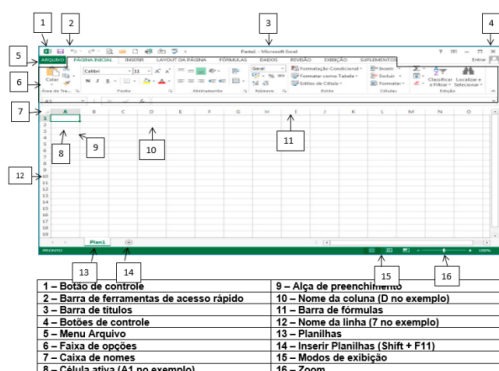
Ao ser aberto, o Excel 2016 apresenta uma tela com miniaturas com modelos de planilhas⁹. Caso o usuário pressione ENTER ou ESC, será aberta uma planilha em branco; do contrário, o usuário pode escolher entre os diversos modelos

⁹ BOGO, J. Excel 2016.

disponíveis, local ou remotamente por meio do campo de busca; é acessível via internet. Também é exibida a lista de documentos recentes, sendo possível fixar documentos à lista clicando no ícone de pino que aparecerá na lateral dos arquivos quando passarmos o mouse sobre ele.



Ao clicar em Novo >>> Pasta de Trabalho em Branco, abre a tela a seguir.



Temos a opção **Compartilhar** disponível após as guias que permite que um documento seja salvo em nuvem (OneDrive) e, dessa forma, seja editado simultaneamente com outros usuários previamente autorizados via conexão à internet.

Principais Características

1) Extensão Padrão do Arquivo.



2) Tipo de Arquivo

No Excel, ao contrário do que muitos

pensam, o tipo de arquivo gerado é uma pasta de trabalho, e não uma planilha. Uma pasta de trabalho que, na verdade, contém planilhas.

3) Nome Padrão (Barra de Título)

Ao abrir pela primeira vez o Excel, ele apresenta sempre o nome Pasta1.

4) Arquivos Formato PDF

Os arquivos PDF, ou seja, Portable Document Format (formato de documento portátil), foram criados, como diz o nome, para tornar os arquivos portáteis, no sentido de permitir que sejam visualizados, sem nenhuma perda de formatação, em praticamente qualquer sistema ou plataforma (Windows, Linux, Mac etc.).

O Excel permite salvar os arquivos em edição com a extensão PDF; para isso, podemos acessar o menu arquivo e escolher uma dessas opções:

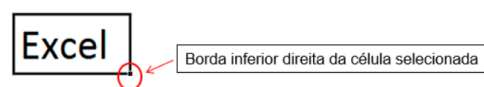
- salvar como atalho (F12) e, na sequência, alterar o tipo de arquivo*, escolhendo a opção PDF;
- salvar e enviar, escolher a opção criar documento PDF/XPS e, por último, clicar no botão criar PDF/XPS*.

Teoria Geral

Excel possui 16.384 colunas e 1.048.576 linhas, resultando um total de $16.384 \times 1.048.576 = 17.179.869.184$ células por planilha.

OPERADORES MATEMÁTICOS / ARITMÉTICOS	OPERADORES LÓGICOS / COMPARAÇÃO
1ª EXPONENCIAÇÃO ^	MAIOR >
2ª MULTIPLICAÇÃO *	MENOR <
3ª DIVISÃO /	MAIOR OU IGUAL QUE >=
4ª SOMA +	MENOR OU IGUAL QUE <=
5ª SUBTRAÇÃO -	DIFERENTE <>
	IGUAL =
PRECEDÊNCIA Ordem que os operadores serão resolvidos caso os cálculos não sejam separados por parênteses.	

Alça de Preenchimento

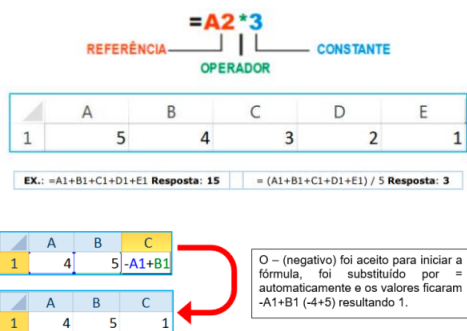


Facilita o preenchimento de uma

planilha, pois, ao clicar e arrastar, ela repete o valor da célula para as células vizinhas, tanto para baixo, quanto para cima, para direita e para esquerda (horizontal e vertical). Lembre-se de que não há movimentos diagonais com ela.

Fórmulas

São equações que executam cálculos sobre valores na planilha. Uma fórmula sempre inicia com um sinal de igual (=).



Funções

São fórmulas predefinidas que efetuam cálculos usando valores específicos, denominados argumentos, em uma determinada ordem ou estrutura. As funções podem ser usadas para executar cálculos simples ou complexos. Assim como as fórmulas, as funções também possuem uma estrutura, conforme ilustrado a seguir.

Iniciam com um sinal de igual (=).

Operador de Referência das Funções

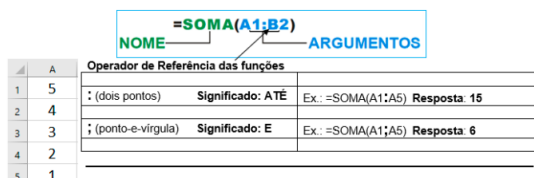


Diagram showing the structure of a function: $=SOMA(A1:B2)$. It labels **NOME** (SOMA) and **ARGUMENTOS** (A1:B2).

Operador de Referência das funções			
1	5	Significado: ATÉ	Ex.: $=SOMA(A1:A5)$ Resposta: 15
2	4		
3	3	Significado: E	Ex.: $=SOMA(A1:A5)$ Resposta: 6
4	2		
5	1		

Guias

Página Inicial



Cada menu (guia) é separado por grupos.

Área de Transferência



Como o próprio nome sugere, a área de transferência, permite copiar ou recortar palavras ou trechos do texto. Vamos ver passo a passo como fazer isso e o que acontece. Primeiramente, para copiar alguma coisa no Word, é necessário selecionar o que se deseja “transferir” e logo após realizar os comandos necessários para copiar ou recortar o item selecionado, o que pode ser feito, utilizando-se o teclado (CTRL+ C) ou (CTRL+X) respectivamente, clicando com o botão direito do mouse sobre o item selecionado ou ainda pelos respectivos botões.



Cola um item (pode ser uma letra, palavra, imagem) copiado ou recortado. Atalho CTRL + V.



Recorta o item selecionado (é movido para área de transferência). Atalho CTRL+X.



Copia o item selecionado (cria uma cópia na área de transferência). Atalho CTRL+C.



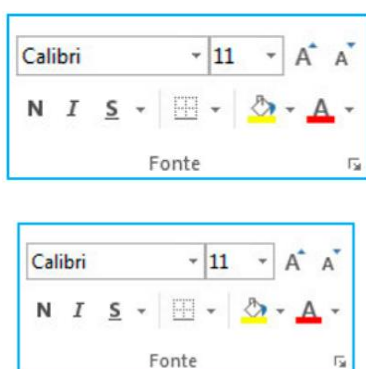
Esse recurso (principalmente o ícone) cai em vários concursos. Ele permite copiar a formatação de um item e aplicar em outro. Atalho CTRL+SHIFT+C / CTRL+SHIFT+V.



A princípio o Word permite que seja copiado ou recortado apenas um item de cada vez. Quando

copiamos a palavra informação, ao copiar outra palavra, essa última substituiria a primeira, porém ele oferece um recurso (acessado por meio da setinha destacada) para que possamos manter mais de um item na área de transferência, precisamente até 24 itens. Esse recurso chama-se, justamente, área de transferência e é acessada na guia página inicial no grupo área de transferência.

Grupo Fonte (CTRL+SHIFT+F)



Grupos e Botões



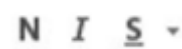
Aqui o usuário pode escolher o tipo da fonte. Mostra dinamicamente a nova fonte no ponto em que o cursor está conforme o usuário vai escolhendo.



Permite definir o tamanho da fonte, sendo o tamanho mínimo de 1 e o máximo de 409. Mostra dinamicamente o tamanho da fonte no ponto em que o cursor está conforme o usuário vai escolhendo.



Permitem aumentar ou diminuir a fonte respectivamente. Da fonte tamanho 1 vai direto para fonte 8, depois aumenta ou diminui a fonte de 1 em 1 ponto até o tamanho 12 e de 2 em 2 pontos até 72.



Aplicam negrito, itálico e sublinhado respectivamente. Atalhos CTRL+N, CTRL+I e CTRL+S.

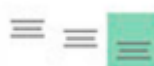
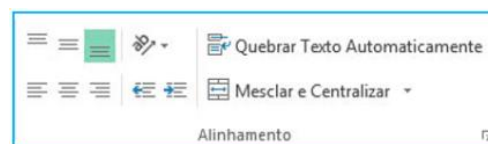


Cor de Preenchimento: muda a cor de fundo da célula selecionada.



Cor da Fonte: permite alterar a cor da fonte.

Grupo Alinhamento



Aqui, temos alinhamentos horizontais que podem ser aplicados às células. Observe que cada imagem já diz qual alinhamento está sendo usado e, quando ele está selecionado, fica destacado com a cor amarela.



Aqui estão os possíveis alinhamentos verticais para o conteúdo das células. Observe que cada imagem já diz qual alinhamento está sendo usado e, quando ele está selecionado, fica destacado com a cor amarela.



Permite inclinar o texto dentro da célula em várias direções.



Diminui e Aumenta o recuo do conteúdo da célula em relação à borda esquerda.



Torna todo o conteúdo de uma célula visível, exibindo-o em várias linhas.



Permite mesclar duas ou mais células em uma única célula.

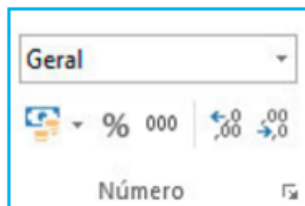
Fique atento(a), pois, nesse caso, a referência das células mescladas irá mudar.

Se as células mescladas tiverem conteúdo, o Excel irá alertar ao usuário que, confirmando o procedimento, irá manter apenas o conteúdo de uma das células (por padrão, a primeira célula selecionada).



Clicando no canto inferior direito do grupo para que as opções do grupo Alinhamento seja aberta.

Grupo Número



Formato de número de contabilização escolhe um formato alternativo de moeda para célula selecionada; clicando na parte direita do botão, podemos selecionar outros tipos de moedas que não a padrão.



Estilo de porcentagem: exibe o valor da célula como percentual. Para células com valores já preenchidos, o Excel insere 00%.

Ex.: caso a célula já possua o valor 10 e o botão for pressionado, o valor ficará 1000%.



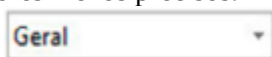
Separador de milhares irá exibir o valor da célula como milhares e altera o formato da célula para contábil sem acrescentar o símbolo da moeda.



Aumenta as casas decimais mostrando os valores mais precisos acrescentando 0,0.

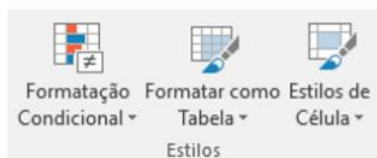


Diminuir casas decimais mostrando valores menos precisos.



Você pode escolher como os valores serão exibidos: como percentual, moeda, data ou hora etc.

Grupo Estilos



Formatação
Condicional

Realça as células de seu interesse, destaca valores incomuns e visualiza os dados usando barras de dados, escalas de cor e conjunto de ícones baseados em critérios específicos, conforme se pode acompanhar na

lista à esquerda.



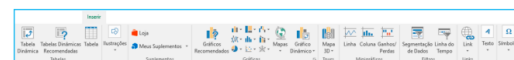
Formata rapidamente um intervalo de células e as converte em tabela, escolhendo um estilo de tabela predefinido.



Formata uma célula escolhendo um dos estilos predefinidos. Você também pode definir seus próprios estilos de célula.

Guia Inserir

Agora vamos falar da aba, guia ou menu Inserir.



Grupo Tabela

Tabela Dinâmica: uma Tabela Dinâmica é uma ferramenta poderosa para calcular, resumir e analisar os dados que lhe permitem ver comparações, padrões e tendências nos dados.

Tabela Dinâmicas Recomendadas: conjunto de tabelas que são sugeridas pelo Excel de acordo com o modelo de tabela selecionado.

Tabela (CTRL + ALT + T): ao criar uma tabela em uma planilha do Excel, ela não só facilita o gerenciamento e a análise de seus dados, como também oferece filtragem interna, classificação, sombreamento de linha com Linhas em Tiras e a capacidade de usar fórmulas diferentes em uma Linha de Totais.

Grupo Ilustrações

Imagem: é possível inserir (ou copiar) imagens do seu computador nos documentos do Office.

Imagens On-line (inserido no local do botão Clip-art): encontre imagens de fontes on-line como o BING (buscador Microsoft e OneDrive (Armazenamento em nuvem da Microsoft)).

Formas: insira formas prontas como círculos, quadrados e setas.

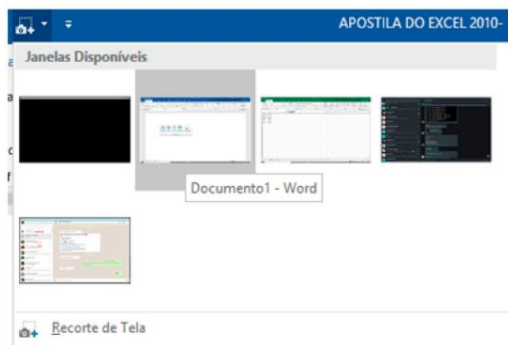
SmartArt: crie um elemento gráfico SmartArt para realizar rápida e facilmente uma representação visual de suas informações. Você pode escolher entre

vários Layouts diferentes para comunicar efetivamente sua mensagem ou ideias. Os elementos gráficos SmartArt podem ser criados no Excel, Outlook, PowerPoint e Word

e podem ser usados em todo o Office.

Instantâneo: você pode adicionar rápida e facilmente uma captura de tela ao arquivo do Office para capturar informações sem sair do programa em que está trabalhando. Esse recurso está disponível nos aplicativos Excel, Outlook, PowerPoint e Word.

Capturas de tela são úteis para capturar instantâneos de programas ou janelas abertas no computador. Quando você clica no botão Instantâneo, as janelas do programa aberto são exibidas como miniaturas na galeria Janelas Disponíveis. Você pode inserir a janela inteira do programa ou usar a ferramenta Recorte de Tela para selecionar uma parte da janela. É possível capturar apenas as janelas que não estão minimizadas na barra de tarefas.

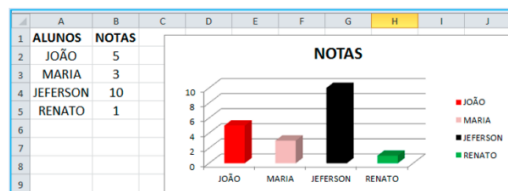


Quando escolher Recorte de Tela, a janela inteira se tornará opaca ou “esmaecida” temporariamente. Depois de selecionar a parte da janela desejada, a seleção será exibida por meio dessa opacidade.

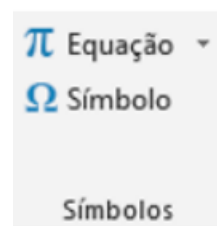
Grupo Gráficos



Permite ao usuário inserir, na planilha, diversos tipos de gráficos.



Grupo Símbolos



Equação: Office tem equações que você pode inserir facilmente em seus documentos. Se as equações internas não atenderem às suas necessidades, você pode editar, alterar a equação existente ou escrever sua própria equação do zero.

Símbolo: você pode inserir facilmente uma marca de seleção (também conhecida como uma “marca de escala”), fração ou outro símbolo em seus documentos do Word, apresentações do PowerPoint e pastas de trabalho do Excel.

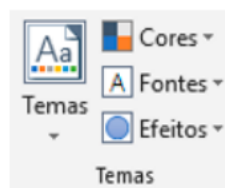
Guia Layout da Página

Agora vamos falar da aba, guia ou menu Layout da Página.



Grupo Temas

Escolha um novo tema para a planilha. Um tema usa um conjunto específico de cores, fontes e efeitos de integração do tema.

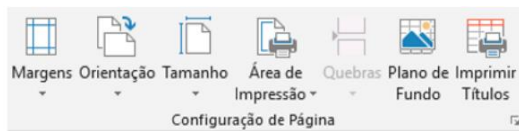


Grupo Configurar Página

Use a caixa de diálogo Configurar Página

para configurar opções de Layout e impressão de uma página.

Clique na guia Layout da Página. No grupo Configurar Página, clique no Iniciador de Caixa de Diálogo Imagem do botão.

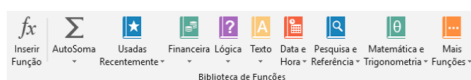


Guia Fórmulas



Grupo Biblioteca de Funções

Escolha uma das funções disponíveis no Excel por categoria, além de acesso ao botão inserir planilha, também disponível na barra de fórmulas ou pelo atalho SHIFT + F3 e acesso ao botão AutoSoma que permite que de maneira rápida uma função seja acionada a planilha.



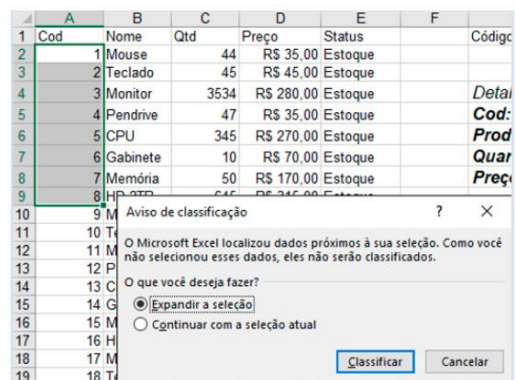
Guia Dados



Grupo Classificar e Filtrar



Bem cobrado em prova. Permite classificar crescente (A a Z) ou decrescente (Z a A) os valores selecionados em uma planilha, ou ainda ativar filtros para as planilhas, o que facilita a exibição de conteúdo. Lembre-se de que, ao selecionar células, sem solucionar todos os valores, o Excel irá questionar o usuário sobre a possibilidade de manter a seleção parcial ou de expandir para outros valores.



Com apenas a primeira coluna selecionada, o Excel irá alertar com um aviso de que localizou dados próximos. O usuário pode classificar só a coluna selecionada ou expandir a seleção.

Guia Revisão

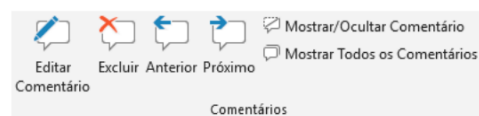


Grupo Revisão de Texto

Funções de revisão como “Verificar Ortografia” (F7) que inicia o verificado e “Dicionários de Sinônimos” (SHIFT + F7) que localiza sinônimos para o texto da célula selecionada.

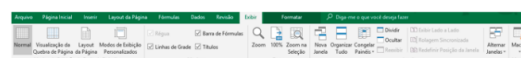
Dica: o Excel faz apenas a verificação ortográfica e não possui verificação gramatical do texto, deixando no pacote MSOffice função apenas para o Word e Outlook.

Grupo Comentários



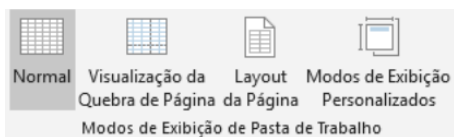
Gerencia comentários, adicionando, alterando e removendo comentários em trechos do arquivo.

Guia Exibição



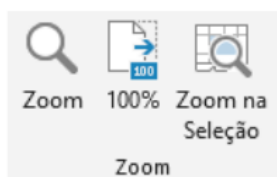
Grupo Modos de Exibição de Pasta de Trabalho

Permite alternar entre os diferentes tipos de modos de exibição.

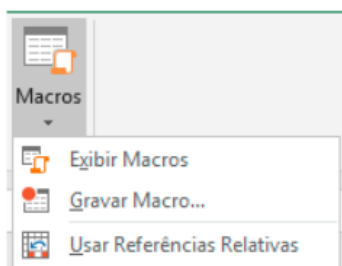


Grupo Zoom

Zoom pode ser alterado de 10% até 400%. Pode ser alterado no canto inferior direito da barra de status. O “100%” já ajusta o zoom ao tamanho da tela e o “Zoom na seleção”, como o próprio nome diz, destaca o zoom apenas no trecho da planilha selecionada.



Grupo Macros



Exibe uma lista de macros com os quais podemos trabalhar, além de permitir a gravação de um novo macro. Macro é uma função do Excel que permite que se adicionem ao Excel funções previamente programadas para permitem otimizar tarefas repetitivas. O macro no pacote Office trabalha com a linguagem Visual Basic e, por meio de um painel de exibição integrado ao Office, permite que tais novas funções sejam adicionadas.

Principais Funções do Excel 2016

A partir de agora, todos os cálculos efetuados terão como base o trecho de planilha seguinte:

	A	B	C	D	E	F	G
1	8	PROVA 1	4		10	5	4
2	casa	PROVA 2	4		3	10	3
3	100	PROVA 3	4		2	15	1
4	VERDADEIRO	PROVA 4	0		5	20	5
5	0				2	25	2
6	FALSO				3	30	

SOMA

SOMA =SOMA(A1:A6) Resposta: 108

SOMA =SOMA(A1*A3) Resposta: 800

FÓRMULA=A3+A4 Resposta: 101 |

FÓRMULA =A1*A6 Resposta: 0

FÓRMULA=A1+A2 Resposta: #VALOR!

Obs.: em uma fórmula, não é possível efetuar cálculos com textos comuns. São exceções para esses textos as palavras VERDADEIRO e FALSO.

MÉDIA

Calcula o valor médio do intervalo.

=MÉDIA(C1:C4) Resposta: 3

SOMASE

Soma apenas os valores que atendem ao critério estabelecido.

=SOMASE(E1:E6;">=5") Resposta: 15 (apenas o número 10 e 5 atendem ao critério estabelecido, ou seja, são maiores ou iguais a 5).

E1:E6 – Intervalo analisado e somado e “>=5” – critério para que os números sejam somados.

No exemplo a seguir, a função SOMASE tem dois intervalos.

=SOMASE(E1:E6;">=5";F1:F6) Resposta: 7

E1:E6 – Intervalo analisado.

“>=5” – Critério para que os números sejam somados.

F1:F6 – Intervalo somado, quando o critério for atendido no primeiro intervalo.

CONT.SE

Conta a quantidade de células, no intervalo passado, que atendem ao critério estabelecido.

=CONT.SE(E1:E6;">2") Resposta: 4 (Quatro células possuem números maiores do que dois: E1, E2, E4 e E6)

E1:E6 – Intervalo Analisado| “>2” – critério para a contagem das células.

CONT.NÚM: conta as células que contêm números.

=CONT.NÚM(E1:E6) Resposta: 6

=CONT.NÚM(E1:E6;8) Resposta: 7 (de E1 até E6, temos seis números, mas, dentro da função, foi inserido “;8”, que significa E 8, então, como a finalidade da função é contar números, temos ao total sete números).

MÍNIMO

Retorna o menor valor do intervalo analisado.

=MÍNIMO(E1:E6) Resposta: 2

MÁXIMO

Retorna o maior valor do intervalo analisado.

=MÁXIMO(E1:E6) Resposta: 10

MEDIANA

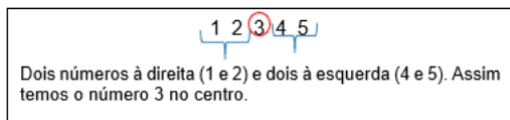
Mediana de um intervalo é o valor central, ou seja, que divide o intervalo em duas partes iguais.

1º passo: colocar o intervalo em ordem crescente.

2º passo: descobrir o valor que divide o intervalo ao meio.

=MED(G1:G5) Resposta: 3 (Valor central do intervalo).

Nesse caso, o intervalo (G1:G5) está fora de ordem. Então, seguindo os passos descritos, vamos colocá-lo em ordem crescente:



MODA

Retorna o valor mais repetitivo ou que ocorre com maior frequência em um intervalo de dados. Essa função no 2016 está disponível no modo compatibilidade com o Excel 2007 e anterior.

Obs.: como critério de desempate, o Excel retorna o primeiro valor que mais se repete no intervalo.

=MODO(E1:E6) Resposta: 3

E	10
→	3
2 ←	2
5	
2 ←	2
→	3

O número 3 e o número 2 se repetem duas vezes cada um. Como desempate, o primeiro número que mais se repete é apresentado como resultado, por isso nossa resposta é o 3. Por mais que pareça que os dois números 2 se repetiram antes, o primeiro 3 apareceu antes de qualquer 2.

CONCATENAR

Agrupar os valores indicados. Essa função NÃO aceita o operador de referência: (dois-pontos), aceita APENAS; (ponto e vírgula).

A	ANA
2	PAULA

=CONCATENAR(A1:A2) Resposta: ANAPAU (por padrão os valores são agrupados sem espaço)

A	2
2	5
3	3

=CONCATENAR(A1:A2/A3) Resposta: 253

Dica: o símbolo & (e comercial) pode ser utilizado para concatenar valores também.

A	
1	ANA
2	PAULA

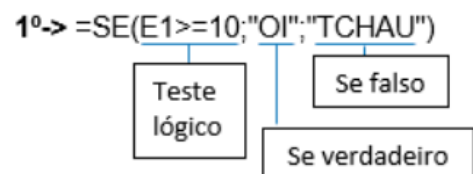
=A1&A2 Resposta: ANAPAU (Aqui o padrão também é colocar os valores agrupados sem espaço)

SE

Função condicional. Verifica se uma condição é verdadeira ou falsa, sempre respeitando o seguinte formato:

SE(TESTE_LÓGICO;VALOR_SE_VERDADEIRO;VALOR_SE_FALSO)

Se o teste lógico retornar verdadeiro, ele mostra o valor que está na posição de verdadeiro, senão ele mostra o valor que está na posição de valor se falso.



E1>=10 – TESTE LÓGICO

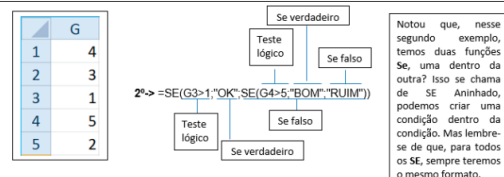
“OI” – SE VERDADEIRO

“TCHAU”-> SE FALSO

	E
1	10
2	3
3	2
4	5
5	2
6	3

Resposta: OI (como E1 é igual a 10, torna o teste lógico verdadeiro. Na posição da condição verdade, temos a palavra OI).

Nos nossos valores, temos G3 = 1, então ele faz o teste G3>1? Ou seja, 1>3? Falso. Então, seremos direcionados para posição de falso, na qual temos outro SE no teste G4>5? Ou seja, 5>5? Falso. E mais uma vez direcionados para falso em que teremos o valor RUIM como resposta da função SE.



Aqui temos a condição Se verdadeiro "B1<C1" entre aspas e a condição Se falso E1<E2 sem aspas. Para esse terceiro exemplo, queremos enfatizar o uso do termo "entre aspas", pois, quando apresentado "entre aspas", o resultado será ser mostrado como TEXTO. Sem as aspas, o Excel irá entender como um formato geral e fará cálculos com as referências.

3* > =SE(G2>4;"B1+C1";E1*E2)

Resposta: 30

Em nossa planilha de exemplo, a célula G2=3, ou seja, 3>4? Falso para o teste lógico e seremos direcionados para o Se Falso em que temos E1*E2, logo E1=10 e E2=3. O resultado apresentado será 30, do cálculo 10*3 = 30 sendo que, se o teste tivesse apontado para posição de Se Verdadeiro, o resultado não seria um cálculo, e sim B1+C1 sendo mostrado como texto por estar "entre aspas".

Principais Teclas de Atalho

Atalhos para Navegar pela Planilha

Page Down: move a tela para baixo¹⁰.

Page Up: move a tela para cima.

Alt+Page Down: move a tela para a direita.

Alt+Page Up: move a tela para esquerda.

Tab: move a seleção da célula para a direita.

Shift+Tab: move a seleção da célula para a esquerda.

Home: move a seleção da célula para a primeira célula da coluna.

Ctrl+Home: move a seleção da célula para o início da planilha.

Ctrl+End: move a seleção da célula para a o último dado da planilha.

Ctrl+L/Ctrl+U: abre a opção de Localizar e Substituir.

Ctrl+G (ou F5): abre a caixa de "Ir para".

Ctrl+Setas: move a seleção da célula para as extremidades onde contém conteúdo.

Atalhos para Seleção de Células

Shift+Barra de espaço: seleciona a linha inteira.

Ctrl+Barra de espaço: seleciona a coluna inteira.

Ctrl+Shift+Barra de espaço: seleciona todas as células que estão ao redor da célula selecionada.

Ctrl+Shift+Page Down: seleciona a atual e próxima pasta de trabalho.

Ctrl+Shift+Page Up: seleciona a atual e a pasta de trabalho anterior.

Ctrl+Shift+O: seleciona todas as células que têm comentários.

Shift+Setas: seleciona as células, uma por uma.

Ctrl+Shift+Setas: expande a seleção das células para as extremidades, onde contém dados. Seleciona linhas e colunas.

Shift+Page Down: expande a seleção das células para baixo.

Shift+Page Up: expande a seleção das células para cima.

Shift+Home: seleciona toda a linha até a primeira coluna da planilha.

Ctrl+Shift+Home: seleciona as células acima de onde está a seleção atual.

Ctrl+Shift+End: seleciona as células abaixo de onde está a seleção atual.

Shift+Backspace: seleciona somente a célula ativa quando várias células estão selecionadas.

Enter: move a seleção da célula para baixo.

Shift+Enter: move a seleção da célula para cima.

Tab: move a seleção da célula para direita.

Shift + Tab: move a seleção da célula para esquerda.

Esc: cancela a seleção.

Seleção Dentro das Células

Shift+Setas: seleciona as letras dentro da célula. Letra por letra.

Ctrl+Shift+Setas: seleciona as palavras dentro da célula.

Shift+Home/Shift+End: seleciona toda a frase dentro das células.

Atalhos para Inserir e Editar Dados

Ctrl+Z: desfaz a última ação.

Ctrl+Y: refaz a última ação.

Ctrl+C: copiar Células ou conteúdo.

Ctrl+X: recorta Células ou conteúdo.

Ctrl+V: cola Células ou conteúdo.

Edição Dentro Das Células

F2: o cursor fica ativo para edição do conteúdo que está dentro da célula.

Alt+Enter: iniciar uma nova linha dentro da mesma célula.

Enter: muda para a célula abaixo. Com várias células selecionadas, move a seleção somente dentro da seleção atual.

Shift+Enter: move a seleção para a célula de cima.

Tab/Shift + Tab: move a seleção da célula para direita e esquerda.

ESC: cancela a edição de dentro da célula.

Ctrl +; (dois pontos): insere a data atual na célula.

Ctrl + Shift +; (dois pontos): insere a hora atual na célula.

Ctrl+T: seleciona todas as células.

Ctrl+D: copia e cola o conteúdo da célula de cima.

Ctrl+L: localizar conteúdo nas células.

Ctrl + - (menos): deletar célula/linha/Coluna (abre menu para escolha).

Ctrl + Shift + + (mais): incluir

¹⁰ <https://ninjadoexcel.com.br/atalhos-excel/>

célula/linha/Coluna (abre menu para escolha).

Shift+F2: incluir comentário.

Shift + f10: abre as opções de formatação de célula (mesmo menu do botão direito do mouse).

Alt+F1: insere gráfico com a atual seleção das células.

F11: insere gráfico com a atual seleção das células em outra página.

Ctrl+K: insere Hiperlink.

Atalhos para Formatação de Células

Ctrl + 1: abrir caixa de formatação de células.

Ctrl + b (ou Ctrl+2): aplicar negrito.

Ctrl + i (ou Ctrl+3): aplicar negrito.

Ctrl + s (or ctrl+4): aplicar sublinhado.

Ctrl + 5: aplicar risco no meio do texto.

Atalhos para Gerenciar Pastas de Trabalho

Ctrl+N: criar uma nova pasta de trabalho em branco.

Ctrl+Tab: move para a próxima pasta de trabalho.

Ctrl+Shift+Tab: move para a pasta de trabalho anterior.

Ctrl+Page Down: move para a próxima planilha na pasta de trabalho.

Ctrl+Page Up: move para a planilha anterior na pasta de trabalho.

Alt+Space: abre menu de controle do Excel.

Ctrl+F9: minimiza a janela do Excel.

Ctrl+F10: maximiza ou restaura a janela do Excel.

Alt+F4: fecha a janela do Excel.

Questões

01. (Prefeitura de Viamão/RS - Contador (Prefeitura e IPREV) - FUNDATEC/2022)

Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma função de planilha do Microsoft Excel 2016.

- (A) SUBTRAÇÃO
- (B) MÉDIA
- (C) SE
- (D) SOMA
- (E) PROCV

02. (PC/SP - Escrivão de Polícia - VUNESP/2022) No editor de planilha eletrônica MS-Excel 2016 (em português e em

sua configuração padrão), a seguinte planilha foi elaborada. Nela estão presentes três cotações para alguns itens (caneta, lápis, borracha e apontador), bem como a quantidade de itens que se deseja comprar

	A	B	C	D	E	F
1		Quantidade	Cotação 1	Cotação 2	Cotação 3	Preço Mínimo
2	Caneta	100	R\$ 1,00	R\$ 1,50	R\$ 1,20	R\$ 100,00
3	Lápis	200	R\$ 0,50	R\$ 0,40	R\$ 0,60	R\$ 80,00
4	Borracha	50	R\$ 0,30	R\$ 0,40	R\$ 0,35	R\$ 15,00
5	Apontador	20	R\$ 3,00	R\$ 2,50	R\$ 3,00	R\$ 50,00

Nessa planilha, as células da coluna F (Preço Mínimo) apresentam fórmulas para calcular, automaticamente, quanto será gasto com a compra de cada item, considerando as quantidades desejadas, e sempre utilizando o valor mínimo cotado para cada item.

Diante do exposto, uma fórmula correta para a célula F4 é:

(A) =MÍNIMO(C4-E4)*B4

(B) =MÍNIMO(C4:E4)*B4

(C) =MÍNIMO(C4-E4*B4)

(D) =MÍNIMO[C4-E4*B4]

(E) =MÍNIMO(C4:E4*B4)

Alternativas 01.A / 02.B

Conceitos de tecnologias relacionadas a Internet, (Navegador Internet (Internet Explorer, Google Chrome e Mozilla Firefox), Webmail (Zimbra), busca e pesquisa na Web.

INTERNET E INTRANET

Internet

Basicamente é uma rede mundial de computadores conectados através de um endereço de IP válido, usando um protocolo chamado de TCP/IP, nas quais usuários trocam informações¹¹.

TCP/IP: sigla de Transmission Control Protocol/Internet Protocol (Protocolo de Controle de Transmissão/Protocolo Internet).

A parte TCP é responsável pelos serviços e a parte IP é responsável pelo

¹¹ CARLOS, E. Aplicativos e procedimentos de internet e intranet.

roteamento (estabelece a rota ou caminho para o transporte dos pacotes).

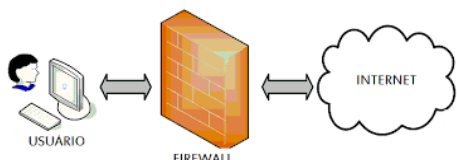
A função do protocolo TCP/IP é identificar os computadores de uma forma única. Com isso ele utiliza um número de IP para poder enviar e receber informações e elas cheguem ao lugar correto.

Na internet existem várias outras redes conectadas como empresas públicas, privadas educacionais e de governos.

Nela você acessa os serviços de e-mail, faz downloads, procura informações dentre muitos outros serviços.

Aplicativos e Procedimentos

Firewall: barreira de segurança.



Fonte: <https://hardtec.com.br/firewall-o-que-e-e-pra-que-serve/>

Correio eletrônico: comunicação entre usuários na rede.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=nwf9QZRCIjE>

Navegadores: aplicativo para navegar na internet (Google Chrome, internet Explorer, Firefox e etc.).



Fonte: <https://g1.globo.com/tecnologia/blog/seguranca-digital/post/como-os-navegadores-protegem-o-computador.html>

Roteador: equipamento para se conectar na rede.

Download: baixar arquivos (receber).

Upload: subir arquivo (enviar).

HTML – Hyper Text Markup

Language (Linguagem de Marcação de Hiper Texto): trata-se de uma linguagem utilizada para produzir páginas da Internet.

HTTP ou Hyper Text Transfer Protocol (Protocolo de Transferência de Hipertexto): navegação na internet (links).

HTTPS – Hyper Text Transfer Protocol Secure (Protocolo de Transferência de Hiper Texto Seguro): é uma implementação do protocolo HTTP sobre uma camada SSL, essa camada adicional permite que os dados sejam transmitidos através de uma conexão cifrada (criptografada) e que se verifique a autenticidade do servidor e do cliente através de certificados digitais.

SMTP e POP: são os protocolos de serviços da internet responsáveis pelo envio e recepção de mensagens eletrônicas, e-mail.

Servidor Proxy tem a função de mediar as comunicações da rede de uma empresa ou usuário (local) com a Internet (rede externa).

Servidor FTP (File Transfer Protocol): é um protocolo utilizado para a transferência de arquivos entre dois computadores via internet, ou seja, ele transfere arquivos do seu computador para o servidor de hospedagem.

Servidor WEB: para você entrar em um site é necessário que seu navegador entre em contato com o servidor Web do site para poder acessar seus conteúdos, ou seja, as páginas HTML, os arquivos de som, imagem, vídeos ou qualquer outra coisa que estiver na página que você está acessando.

O servidor WEB é um software que verifica a segurança da sua solicitação HTTP para navegar na página e depois gera a informação para atendê-lo.

Proxy: o proxy é um intermediário que fica entre o computador do usuário e a Internet. Pode ser utilizado para registrar o uso e para bloquear o acesso a sites da Internet. O firewall do servidor proxy bloqueia sites ou páginas da Web que considera indesejados.

O Proxy pode armazenar em cache as páginas da Web acessadas por hosts da rede

durante determinado período.

Sempre que um host solicita a mesma página da Web, o servidor proxy utiliza as informações armazenadas em cache em vez de recuperá-las do provedor de conteúdo.

Isso proporciona acesso mais rápido às páginas da Web.

O Proxy não permite comunicação direta entre a rede interna e a Internet. Tudo deve passar pelo Proxy, que atua como um intermediador. O Proxy efetua a comunicação entre ambos os lados por meio da avaliação da sessão TCP dos pacotes.

Correio Eletrônico (E-mail)

O Correio Eletrônico ou e-mail é um serviço para envio e recepção de mensagens entre correspondentes. SMTP e POP são os protocolos de serviços da internet responsáveis pelo envio e recepção de mensagens eletrônicas, e-mail.

Serviço SMTP

SMTP - Simple Mail Transfer Protocol (protocolo de transferência de correio simples) é o protocolo usado no sistema de correio eletrônico na arquitetura Internet para a transmissão ou envio de mensagens eletrônicas, o SMTP se encaixa na porta 587 do TCP.

Serviço POP

POP ou POP3 Post Office Protocol é o protocolo usado no sistema de correio eletrônico na arquitetura Internet para a recepção de mensagens eletrônicas, POP usa a porta 110 do TCP.

SMTP e POP ou serviço de e-mail podem ser acessados através de um cliente de correio eletrônico como, Outlook Express, Outlook, Mozilla ThunderBird etc. Para isto os nomes dos servidores de SMTP e POP do provedor do usuário devem ser configurados nestes programas.

Serviço IMAP

IMAP - Internet Message Access Protocol é um protocolo de gerenciamento de correio eletrônico superior em

recursos ao POP3 - A última versão é o IMAP4. Embora superior é raro encontrar usuários que utilizem este protocolo.

Serviço Webmail

Quanto ao serviço de e-mail é interessante frisar que apesar de SMTP e POP serem sinônimos de e-mail, o usuário poderá utilizar o serviço Webmail.

Neste caso, pelo Webmail, poderá acessar as mensagens em sua caixa postal no provedor sem configurar em seu computador os nomes dos servidores SMTP e POP.

Como o próprio nome diz, Webmail permite acessar as mensagens por uma página da Web, portanto o usuário utiliza o protocolo HTTP.

Nomes de E-mail

Não existem dois nomes de e-mail iguais no mundo. Ao se cadastrar em um ISP – Internet Service Provider (Provedor de Serviços Internet), o usuário deverá escolher o nome com o qual deseja que seu e-mail se inicie, pois após este nome aparecerá o caractere @ e depois o nome de domínio do provedor. Lembre-se o caractere @ (arroba) é regra, e aparecerá sempre em nomes de e-mail na arquitetura Internet.

Veja um exemplo: contato@apostilasdominio.com.br

IP - Internet Protocol (Endereço IP)(IPv4)

Para ligar para qualquer pessoa do mundo via telefone basta saber o número. Combinando o DDI e o DDD não existem 2 números de telefone iguais no planeta. Da mesma forma que isso ocorre na rede telefônica ocorre

também na Internet.

Cada computador conectado à Internet possui um número único que a identifica na rede mundial de computadores. Este número é chamado de endereço IP.

Quando você acessa o seu provedor de Internet sua máquina recebe um número IP que fica com você até o

momento da desconexão.

IP é um número único para cada computador conectado à Internet, composto por uma sequência de 4 números que variam de 0 até 255 separados por "ponto".

Por exemplo: 200.147.67.142.

Estamos falando do IP da versão 4 (IPv4) que possui 32 bits de comprimento ou 4 bytes.

Atualmente em implantação, o IP da versão 6 (IPv6) será o novo protocolo da Internet com endereçamento de 128 bits ou 16 bytes, abordaremos esta versão mais adiante nesta apostila, portanto continuamos com o IPv4.

Os endereços IPv4 são divididos em faixas.

Algumas faixas e números não podem ser utilizados como endereços de usuários de Internet.

Os exemplos mais conhecidos são:

- Endereços Iniciados com 255 e 0 são reservados para tarefas internas de rede.

- Endereços iniciados com 127 são reservados para testes.

- Endereços iniciados com 10.x.x.x e 192.168.x.x são reservados para redes internas ou redes privadas. (Não são rateáveis na rede principal - Internet). Computadores com estes endereços necessitam um gateway para que haja comunicação com a rede pública (Internet).

Estas reservas são determinadas pela IANA (Internet Assigne Numbers Authority) que é a organização mundial que funciona como máxima autoridade na atribuição dos "números" na Internet. Entre os quais estão os números de portas TCP e os endereços IP.

Serviço DHCP

DHCP - Dynamic Host Configuration Protocol (Protocolo de Configuração de Host dinâmico) o IP dinâmico é fornecido a um computador por um servidor de DHCP de para que este possa acessar a Internet. No uso doméstico e em muitos casos no uso corporativo o papel do servidor de DHCP é realizador pelo roteador que

também é o gateway.

Usuários que acessam internet por linha discada utilizam o esquema de endereçamento IP dinâmico.

Usuários que acessam a internet por uma rede ou via rádio podem usar IP's dinâmicos ou IP's fixos, depende de como é feita a configuração.

É interessante observar que hoje com o advento da banda larga o modem que também é roteador, cliente de DHCP, servidor de DHCP e gateway é que obtém o endereço de rede pública através da linha telefônica, ele ainda atribui os endereços de rede privada através do cabo de rede para os computadores da rede interna.

URL

Embora os computadores conectados à Internet utilizem os endereços IP's para localização e troca de informações, os usuários utilizam nomes amigáveis. Os nomes amigáveis são chamados de URL.

URL - Uniform Resource Locator (localizador de destino padrão), é uma indicação do protocolo e do endereço para acessar informações na Internet.

protocolo://servidor.domínio

Exemplos de URL's:

<http://www.globo.com>

<http://www.uol.com.br>

<http://www.terra.com.br>

<http://www.geniusnet.com.tw>

Servidores de Web

Embora a grande maioria dos servidores de http (páginas) tenha o nome WWW, isto não é uma regra. O administrador da rede pode dar o nome que quiser.

Mesmo sendo minoria, muitas páginas da Internet estão hospedadas em servidores que não se chamam WWW.

Domínios

Um domínio é uma forma encontrada para facilitar o acesso das pessoas na Internet onde podemos dar nomes a números. É um nome que serve para localizar e identificar conjuntos de computadores na Internet. O nome de

domínio foi concebido para facilitar a memorização dos endereços de computadores na Internet. Sem ele, teríamos que memorizar sequências grandes de números. (retirado da pg. registro.br)



Fonte: <https://mkrcomunicacao.com/blog/2020/11/18/dominios-tudo-o-que-voce-precisa-saber/>

DNS (Tradução de Nomes em IP's)

Sigla para Domain Name System ou Sistema de Nomes de Domínios. É uma base de dados hierárquica, distribuída para a resolução (tradução) de nomes de domínios em endereços IP.

Quando digitamos um URL na barra de endereços de um navegador e pressionamos o ENTER ele é enviado ao provedor, então o Servidor de DNS traduz o URL em um endereço IP, depois da tradução o IP é informado para o computador que fez a solicitação, a partir deste momento a conexão lógica está estabelecida entre os pontos que irão se comunicar.

O esquema de DNS que traduz os nomes de domínios para endereços IP's foi criado para facilitar a vida do usuário, mas se quiser digitar diretamente o endereço IP na barra de endereço na barra de endereços do navegador o site será acessado normalmente.

Intranet

É uma rede de computadores privada que assenta sobre a suíte de protocolos da Internet, porém, é de uso exclusivo de um determinado local, como, por exemplo, a rede de uma empresa, que só pode ser acessada pelos seus utilizadores ou

colaboradores internos.

Utiliza uma rede local (LAN).

Os dispositivos conectados à rede tanto na internet quanto na intranet usam os mesmos protocolos de rede TCP / IP.

Assim como os sites acessíveis na Internet, os sites hospedados pela intranet também são acessíveis por meio de navegadores da Web, mas com acesso limitado.

Os usuários da Intranet também podem conversar sobre seus aplicativos de mensageria personalizados, como os comunicadores G Talk ou Yahoo, disponíveis na Internet.

É o mesmo serviço de internet, mas somente dentro de um grupo (empresas) na qual somente as pessoas autorizadas acessam (funcionários). Esta comunicação pode ser feita tanto no mesmo local (matriz da empresa) ou distante (filial em outro lugar).

Na intranet você pode liberar ou limitar acessos.

Ex.: impressora para todos os departamentos e dados contábeis somente para o departamento de contabilidade.

Este acesso normalmente é feito através de senhas e protegida por um firewall (parede de proteção contra dados maliciosos) tornando a intranet mais segura do que a internet.

Web 2.0 x Web 3.0

Web 2.0

A Web 2.0 pode ser definida como a segunda geração de serviços de internet destinados a facilitar a interação dos usuários com o conteúdo da web, diferentemente da antecessora, conhecida por ter os sites estáticos¹². A versão tinha a velocidade e o processamento de sites lentos e extremamente simples.

No início dos anos 2000, houve a ascensão da Web 2.0, meio em que os usuários não só acessavam as páginas, mas interagiam com elas. Um exemplo seriam

¹² CALIL, C. Web 2.0 x Web 3.0: saiba qual a diferença da evolução da

internet.

os sites, como o famoso Orkut. Na plataforma, os inscritos podiam criar comunidades e publicar comentários. Foi nessa época que nasceram as gigantes da tecnologia, como YouTube, Instagram, WhatsApp e Facebook.

A vida com a Web 2.0 se tornou mais fácil, pois tivemos acesso a todo tipo de informação praticamente de graça. Porém, existe aquele velho ditado: se você não está pagando, é porque provavelmente o produto é você. Na versão 2.0, os dados dos usuários são os produtos que essas redes sociais vendem para terceiros, empresas que pagam para poder anunciar nessas plataformas.

E como funciona isso? As redes sociais atraem os usuários para a plataforma a fim de extrair seus dados. Depois de conseguir as informações, os anúncios são direcionados ao seu público-alvo. Podemos observar, então, que a Web 2.0 tem duas características principais. São elas: a maior interatividade entre usuários e a extração de dados.

Web 3.0

Toda essa discussão sobre privacidade e violação dos dados dos usuários impulsionou a idealização de um novo conceito de internet¹³. Eis que começou a surgir a Web 3.0

A Web 3.0 teve início com o objetivo de dar ao usuário o poder de propriedade dos seus dados, se utilizando de uma rede descentralizada para fazer isso. Ao contrário da falsa sensação de propriedade que as empresas centralizadas da versão 2.0 forneciam.

Aplicativos da Web 2.0 incluem páginas da web bidirecionais, sites de vídeo, podcasts e blogs pessoais. Já a versão mais avançada permite o desenvolvimento de aplicativos inteligentes que podem aproveitar os recursos de aprendizado de máquina e inteligência artificial. Ambientes virtuais multiusuário, portais 3D e jogos integrados são exemplos da Web 3.0.

Os usuários, construtores e blogueiros dessa nova plataforma de internet são os verdadeiros detentores de seus dados. A Web 3.0 elimina a necessidade de intermediários centralizados e introduz a homogeneidade de dados, pois o foco dessa versão é o empoderamento do inscrito, proporcionando maior segurança, privacidade e confiança.

Questões:

01. (Prefeitura de Peritiba/SC - Fisioterapeuta - AMAUC/2022) É um sistema de comunicação baseado no envio e recebimento de mensagens eletrônicas (e-mail) através de computadores pela Internet.

Marque a alternativa CORRETA que está relacionado ao contexto acima.

- (A) Fórum.
- (B) SMS.
- (C) Correio Eletrônico.
- (D) Redes Sociais.
- (E) Chat.

02. (SEA/SC - Analista Técnico Administrativo - IBADE/2022) Uma intranet é uma rede:

- (A) para uso interno de uma empresa ou organização.
- (B) para fornecer informações para o público fora da empresa.
- (C) que tem as mesmas funções da internet.
- (D) de Voz Digital.
- (E) de dados destinada a cidades do interior.

Alternativas

01.C / 02.A

NAVEGADORES WEB

Os navegadores mais usados no mundo são Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge/Microsoft Internet Explorer). Falaremos deles.

Navegadores

Um navegador de internet é um software que ajuda você usuário a acessar os conteúdos da internet¹⁴. Por meio dele você acessa sites de notícias, vê blogs de conteúdos como o Matérias para Concursos ou escuta música, ou seja, através dele você navega na internet.

Um navegador da internet, ou do inglês browser, é um programa que habilita seus usuários a interagirem com documentos HTML hospedados em um servidor da rede.

Os endereços utilizados nos navegadores funcionam da mesma maneira que os números de telefone ou endereços de casas. Ao digitarmos o endereço do website (um espaço com conteúdo na internet), o conteúdo do site é exibido.

Através do navegador, é possível imprimir documentos, salvar os documentos carregados no computador local, salvar imagens e links contidos no documento, exibir o documento fonte e suas informações.

Google Chrome

O Google Chrome é um navegador da Web desenvolvido pelo Google em 2008. Ele é o mais usado no mundo. Ele usa o mecanismo de renderização Blink.



Fonte:

https://play.google.com/store/apps/details?id=com.android.chrome&hl=pt_BR&gl=US

Janela anônima (Ctrl + Shift + N): quando você usa a janela anônima ou modo incógnito, seus dados de navegação (como histórico, arquivos temporários da Internet, informações fornecidas em formulários e cookies) não são salvos no computador, ou

seja, não deixa rastros ao encerrar a sessão, mas suas atividades ainda serão visíveis para os websites que você visitou, seu empregador ou sua escola e para seu provedor de acesso à Internet.

Sincronização: tanto a ativação quanto a desativação da sincronização no Google Chrome podem ser realizadas a partir do próprio navegador. Se você desativar a sincronização, ainda será possível ver seus favoritos, histórico, senhas e outras configurações no seu computador.

Modo visitante: suas atividades ficam visíveis para os sites acessados (como histórico, arquivos temporários da Internet e cookies).

Os ícones abaixo ficam no lado esquerdo do endereço digitado:



Indica que as informações enviadas ao site ou recebidas dele são particulares. Indica que o site é seguro.



Indica que o site não está usando uma conexão particular.



Indica que o site não é seguro ou que é perigoso.

Download

Para fazer download de uma imagem disponível na internet utilizando o Google Chrome, um usuário pode realizar uma pesquisa no site images.google.com.br para encontrar a imagem desejada e, após encontrá-la, clicar com o botão direito do mouse sobre a imagem; em seguida, clicar em salvar imagem como e depois em Salvar.

O Google Chrome bloqueia automaticamente downloads nocivos que tentam causar problemas ao seu computador.

Pesquisa de Imagem Dentro do Computador

Método 1: se você utilizar o Windows 7 e o Google Chrome para navegar na

¹⁴ EDER, C. Navegadores web (Google Chrome e Internet Explorer).

Internet e abrir o Windows Explorer, e selecionar e arrastar uma imagem gravada em seu computador para a caixa de pesquisa do site images.google.com, fará com que o Google pesquise por imagens semelhantes na internet.

Método 2: Deve entrar no Google Imagens, clicar no ícone em forma de máquina fotográfica para iniciar a pesquisa por imagem, clicar na aba Envie uma imagem e selecionar o arquivo com a imagem que você quer pesquisar na pasta do seu computador.

Favoritos

Os favoritos é um recurso do Google Chrome, que permite administrar (incluir, organizar em pastas, remover) endereços de sites usados com frequência, para facilitar a navegação no dia a dia.

Adicionar Página aos Favoritos

Clicar na estrela na barra de endereço, dando a opção de alterar o nome. Sempre que você acessar a página ela estará sempre com o conteúdo atual da página. A lista de favoritos pode ser organizada com a ajuda de pastas e subpastas.

Zoom

Mantém-se pressionada a tecla CTRL e gira-se o scroll do mouse em direção ao topo da tela.

Atualizações

As atualizações do Google Chrome, comumente, ocorrem em segundo plano quando o usuário fecha e reabre o navegador do computador.

Atalhos

Ctrl + Shift + T: restaura a última aba fechada do navegador. Este recurso é muito bom principalmente quando você fecha uma aba acidentalmente.

Ctrl + F: Barra localizar: o Google Chrome permite que o usuário realize a pesquisa de palavras no conteúdo de uma

página, inclusive os links da página.

Ctrl + Shift + N: janela anônima

Ctrl + H: acessar o histórico em uma nova guia

Alt + home: abrir a página inicial na guia atual.

F5: atualiza a página.

Ctrl + Shift + Del: limpa o preenchimento automático na barra de endereço.

Outras Informações Sobre o Google Chrome

Ele pode ser definido como o navegador padrão em todas as versões do Windows mediante alguns ajustes em sua configuração.

Na sua configuração padrão, para salvar em pdf uma página web que está sendo visitada, é necessário alterar na janela Imprimir a opção Destino.

Se um usuário introduzir na barra de endereços o texto `file:///C:/Users/` e pressionar a tecla <ENTER>, ele exibirá a lista de pastas e arquivos contidos no caminho local `C:\Users`.

Cache e Cookies

Os cookies são arquivos criados pelos sites que você visita¹⁵. Eles facilitam sua experiência on-line salvando dados de navegação.

O cache lembra partes de páginas, como imagens, para ajudar a abri-las mais rapidamente durante sua próxima visita.

Depois que você limpa o cache e os cookies:

- Algumas configurações nos sites são excluídas (por exemplo, se você fez login, será necessário fazer novamente);

- Se você ativar a sincronização no Google Chrome, continuará conectado à sua Conta do Google sincronizada para excluir dados em todos os dispositivos;

- Alguns sites podem parecer mais lentos porque o conteúdo, como imagens, precisa ser carregado novamente.

¹⁵ <https://support.google.com/accounts/answer/32050?hl=pt->

Limpar o Cache e os Cookies

1. No computador, abra o Chrome.
2. No canto superior direito, clique em Mais Mais.
3. Clique em Mais ferramentas e Limpar dados de navegação.
4. Na parte superior da tela, escolha um intervalo de tempo. Para excluir tudo, selecione Todo o período.
5. Marque as caixas ao lado de "Cookies e outros dados do site" e "Imagens e arquivos armazenados em cache".
6. Clique em Limpar dados.

Mozilla Firefox

O Firefox é um navegador livre e multiplataforma da Fundação Mozilla. Ele foi lançado em 2002

Ele navega em abas, tem corretor ortográfico, pesquisa inteligente, bloqueador de pop-up e restauração das páginas caso o PC desligue subitamente.

Ele usa o mecanismo de renderização Gecko. Mozilla Firefox possui versões para Windows, Linux, Mac OS, iOS e Android.



Fonte: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2014/03/como-tornar-o-mozilla-firefox-um-navegador-padrao-no-seu-computador.ghml>

Navegação privativa (Ctrl + Shift + P): quando você usa a navegação privativa ou modo incógnito, seus dados de navegação (como histórico, arquivos temporários da Internet, informações fornecidas em formulários e cookies) não são salvos no computador, ou seja, não deixa rastros, ao encerrar a sessão, mas suas atividades ainda serão visíveis para os websites que você visitou, seu empregador ou sua escola e para seu provedor de acesso à Internet.

Na internet, a navegação privada ou anônima do navegador Firefox se

assemelha funcionalmente à do Chrome.

Bloqueio de conteúdo do Firefox: é uma proteção aprimorada contra rastreamento. É uma coleção de recursos de privacidade que protege o usuário de ameaças na web, pode agilizar, em certos casos, o carregamento de páginas, mas pode afetar algumas funcionalidades.

Recurso restaurar: corrige muitos problemas, retornando o Firefox ao seu estado original, preservando suas informações essenciais, como favoritos, senhas e abas abertas.

Localizar: o Firefox permite que o usuário realize a pesquisa de palavras no conteúdo de uma página, inclusive os links da página. Atalho CTRL + F.

Limpar dados de navegação (Ctrl + Shift + Del): ele limpa o histórico de navegação, cookies e outros dados do site e imagens e arquivos armazenados no cache do navegador.

Zoom: mantém-se pressionada a tecla CTRL e gira-se o scroll do mouse em direção ao topo da tela.

F5: atualiza a página.

Senha Mestra: após o usuário definir uma senha mestra no navegador Mozilla Firefox, será necessário digitá-la cada vez que o Firefox precisar acessar suas senhas armazenadas.

Duplicar página: no Mozilla Firefox, ao manter a tecla "CTRL" pressionada e clicar, com o mouse, sobre uma aba e arrastá-la para a direita, ocorrerá a duplicação dessa aba.

Firefox Screenshots: é um recurso que permite a captura de tela. Ele pode capturar partes visíveis de páginas web, ou até páginas completas, e copiar ou salvar essas imagens.

Outras Informações sobre o Firefox

Ao passar o cursor do mouse sobre um item no Gerenciador de tarefas do Mozilla Firefox, serão exibidos detalhes sobre o desempenho de determinada aba ou extensão

O Firefox inclui diversos recursos para tornar o navegador e o conteúdo web

acessíveis para todos os usuários, incluindo aqueles com problemas visuais ou limitações para usar um teclado ou mouse.

Alguns recursos: teclado, teclas de acesso, HTML, zoom, configurações de fontes e cores, temas de alto contraste, leitores de tela e etc...

O programa de navegação Mozilla Firefox versão 67.0 (Quantum) possui recursos que notificam o usuário quando este visita um site relatado como enganoso.

Clicando-se em Ações da Página, temos as ferramentas: adicionar página aos favoritos, salvar página no pocket, fixar aba, copiar link, enviar link por e-mail, enviar aba para dispositivo, capturar tela e adicionar site aos mecanismos de pesquisa.

Firefox Sync: compartilhamento e sincronização de dados entre vários equipamentos que tenham o Firefox instalado.

Cookies

Cookies são armazenados no seu computador pelos sites que você visita. Eles contêm informações de sites como preferências e acesso a contas¹⁶.

Limpar os cookies do site atual

Para excluir cookies e dados do site que você está visitando no momento:

1. Clique no cadeado Fx89Padlock à esquerda na barra de endereços.



2. Clique em

Limpar cookies e dados de sites

Limpar cookies de qualquer site

Para excluir cookies de qualquer site:

1. Clique no menu Fx89menuButton e

selecione Configurações.

2. Selecione o painel Privacidade e Segurança e vá até a seção Cookies e dados de sites.



3. Clique no botão

Gerenciar dados...

Aparece o diálogo Gerenciar cookies e dados de sites.

4. No campo Pesquisar sites, digite para filtrar os nomes dos sites cujos cookies você quer excluir. Os itens que combinam com a busca são exibidos.



- Para remover todos os cookies e dados armazenados dos sites exibidos, clique em

Remover todos os mostrados

- Para remover itens selecionados, selecione alguns e clique em Remover selecionados

Remover selecionados

5. Clique em Salvar alterações

Salvar alterações

6. No diálogo de confirmação Remoção de cookies e dados de sites que aparece, clique em OK.

Limpar todos os cookies, dados de sites

¹⁶ <https://support.mozilla.org/pt-BR/kb/limpe-cookies-e-dados-de-sites->

e cache

1. Clique no menu ☰ e selecione Configurações.
2. Selecione o painel Privacidade e Segurança e vá até a seção "Cookies e dados de sites".
3. Clique no botão **Limpar dados...**. Aparece o diálogo Limpar dados.



- Cookies e dados de sites (para remover acesso em contas e preferências de sites) e Conteúdo armazenado em cache (para remover imagens, scripts e outros conteúdos armazenados em cache), devem ambos estar marcados.

4. Clique no botão **Limpar**.

Microsoft Edge/ Microsoft Internet Explorer

O Microsoft Edge é um navegador desenvolvido pela Microsoft. Foi lançado em julho de 2015. O Microsoft Edge substituiu o Internet Explorer (criado em 1995). O Edge é um navegador exclusivo no Windows 10 não podendo ser usado em versões anteriores do Windows.

Edge usa o mecanismo de renderização Blink.



Fonte: <https://www.microsoft.com/pt-br/edge>

Navegação InPrivate (Ctrl + Shift + P): tanto no Edge como no Internet Explorer: Quando você usa a navegação InPrivate, seus dados de navegação (como histórico, arquivos temporários da Internet e cookies) não são salvos no computador, ou seja, não deixa rastros, ao encerrar a sessão, mas suas atividades ainda serão visíveis para os websites que você visitou, seu empregador ou sua escola e para seu provedor de acesso à Internet.

SmartScreen

No programa de navegação Microsoft Edge, a função que ajuda a detectar sites de phishing e a proteger contra a instalação de softwares maliciosos é o filtro SmartScreen.

VoIP

Alguns navegadores Web, como o Internet Explorer, possuem um botão que permite o uso de um protocolo que possibilita a comunicação por voz entre os usuários na Internet.

Sequência para limpar o histórico de navegação no Microsoft Edge, no Windows 10: Favoritos->Histórico->Limpar todo o histórico->selecionar<Histórico de navegação>->Limpar.

F5: atualizar página.

Zoom: mantém-se pressionada a tecla CTRL e gira-se o scroll do mouse em direção ao topo da tela.

No Internet Explorer 11, o símbolo de uma estrela na barra de endereço significa favoritos, ou seja, se estiver marcado é porque o site está na sua lista de favoritos.

Ele tem o recurso Localizar: permite que o usuário realize a pesquisa de palavras no conteúdo de uma página, inclusive os links da página. Atalho CTRL + F

Quando baixar arquivos na internet e quiser verificar a lista de todos os arquivos baixados pelo navegador de internet, deve usar o recurso download (Ctrl +J).

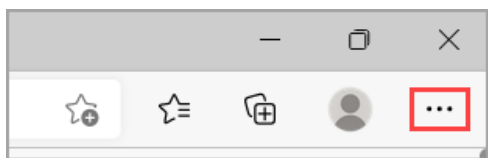
ALT + X: abre o menu ferramentas.

Limpar Dados de Navegação Armazenados no seu Dispositivo

Para limpar seus dados de navegação do Microsoft Edge, primeiro decida se deseja excluir os dados apenas no dispositivo que está usando no momento ou em todos os dispositivos sincronizados¹⁷. Para limpar os dados de navegação apenas no dispositivo que você está usando no momento, verifique se a sincronização está desativada. Se você quiser limpar os dados de navegação em todos os dispositivos sincronizados, verifique se está conectado e se a sincronização está ativada. Os itens que estão sincronizados serão limpos em todos os dispositivos sincronizados.

Para desativar a sincronização:

1. Selecione Configurações e mais .



2. Acesse Configurações  > Perfis > Sincronizar  e selecione Desativar sincronização.

Para limpar seus dados de navegação no Microsoft Edge:

1. Selecione Configurações e mais  > Configurações  > Privacidade, pesquisa e serviços .

2. Em Limpar dados de navegação > Limpar dados de navegação agora, selecione Escolher o que limpar.

3. Em Intervalo de tempo, escolha um intervalo de tempo no menu suspenso.

4. Escolha os tipos de dados de navegação que deseja limpar.

Por exemplo, você pode querer remover o histórico de navegação e os cookies, mas manter as senhas e os dados de preenchimento de formulários.

5. Selecione Limpar agora.

Atalhos Comuns aos Navegadores Chrome e Internet Explorer/Edge

CTRL + T: nova aba.

CTRL + N: nova janela.

CTRL + H: histórico.

CTRL + J: downloads.

CTRL + W: Fecha abas e depois janela.

CTRL + D: Adiciona a página atual aos favoritos.

CTRL + E: Foco na barra de pesquisas.

CTRL + A: Selecionar tudo.

CTRL + F: localizar.

CTRL + O: abrir arquivo.

Informações Importantes

JavaScript

É uma importante linguagem de programação interpretada que deve ser suportada pelos aplicativos de navegação para evitar que fiquem incompatíveis com grande parte do conteúdo disponível na Internet.

Existem programas que são adicionados, por alguns sites, aos navegadores de internet, provendo novas funções aos mesmos. São chamados de Plugins (extensões). Eles habilitam recursos para visualizar ou interagir com conteúdo que não seria suportado pelo navegador.

Cookies

Os navegadores de internet (browsers) recebem de alguns sites, e armazenam temporariamente no seu computador alguns arquivos de dados contendo informações relevantes para o funcionamento dos mesmos. Estes arquivos são chamados de cookies.

Questões

01. (TIBAGIPREV/PR - Contador - FAFIPA/2022) No Navegador Google Chrome, para conferir a segurança de um site, é possível observar tal informação

¹⁷ <https://support.microsoft.com/pt-br/microsoft-edge/exibir-e-excluir-o-hist%C3%B3rico-do-navegador-no-microsoft-edge-00cf7943-a9e1-975a-a33d->

[ac10ce454ca4#:~:text=Para%20limpar%20seus%20dados%20de%20navega%C3%A7%C3%A3o%20no%20Microsoft%20Edge%3A,de%20tempo%20no%20menu%20suspenso.](#)

próximo à URL da página. É de grande importância para o usuário verificar se há informações de segurança sobre o site que está acessando. O Chrome mostra um alerta quando não é possível visitar um site de forma segura ou particular. No Chrome, para conferir a segurança de um site, a página traz informativos ao usuário. Assinale abaixo a alternativa CORRETA:

(A) Não existe nenhuma informação de segurança.

(B)

 Seguro

 Informações ou Não seguro

 Não seguro ou Perigoso

(C) X - Não Recomendado

V - Aprovado

XX - Alerta Vermelho

(D) Site Bloqueado Navegação LivreWeb em

(E) SITE SEGURO ACESSO

02. (Câmara de Suzano/SP - Telefonista - VUNESP/2022) Utilizando o Microsoft Internet Explorer 11, em sua configuração padrão, um usuário, visitou os seguintes sites, nesta ordem:

<https://www.google.com.br>

<http://www.camarasuzano.sp.gov.br>

<https://www.uol.com.br>

Depois de carregado o último site, o usuário clicou no botão voltar, que é a seta para a esquerda, e o resultado é ilustrado na imagem a seguir, parcialmente extraída do aplicativo.



(A) Atualiza a página <http://www.camarasuzano.sp.gov.br>.

(B) Insere o site <http://www.camarasuzano.sp.gov.br> nos Favoritos.

(C) Abre o site <https://www.google.com.br>.

(D) Abre o site <https://www.uol.com.br>

(E) Remove o site <http://www.camarasuzano.sp.gov.br> do histórico de navegação.

Gabarito

01.B / 02.D

ZIMBRA

O Zimbra é uma solução corporativa baseada na web e conta com uma suíte colaborativa em nuvem que permite os usuários trocarem informações rapidamente, além de compartilhar recursos como calendário, documentos, contatos, tarefas e aplicações corporativas¹⁸.

Criar E-mail no Zimbra

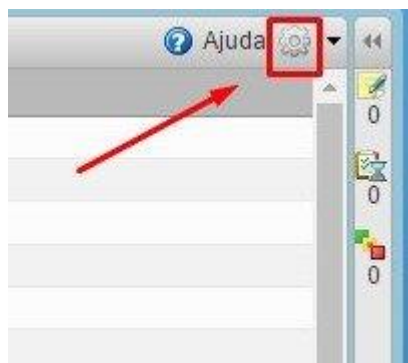
Acesse o painel de administração do Zimbra através do endereço https://seu_domínio.com.br:7071.

Após efetuar o login no painel administrativo do zimbra vá até a seção Gerenciar.

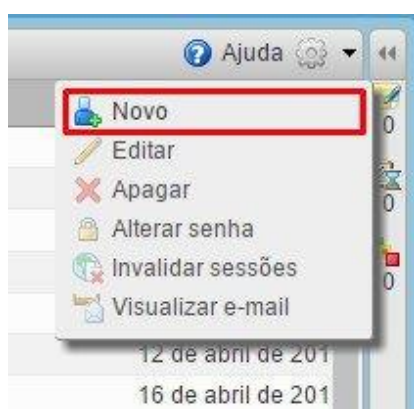


E verá em formato de lista todas as suas contas de e-mail. O próximo passo é ir no ícone de engrenagem ao lado do menu ajuda como é mostrado na imagem abaixo.

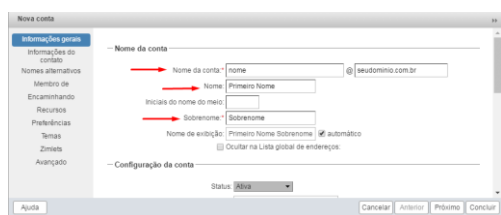
¹⁸ <https://docs.saninternet.com/zimbra-admin-gerenciando-email->



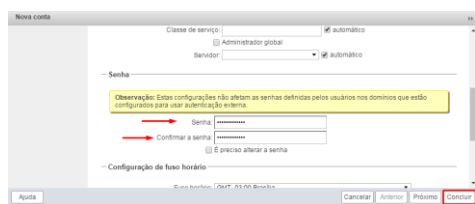
Clique na opção Novo, para criar um e-mail no Zimbra.



Na guia Informações gerais, preencha os campos requeridos como Nome da conta, Nome, Sobrenome, Nome de exibição e senha.



Em seguida role a janela para baixo e coloque a senha de acesso e clique em Concluir.



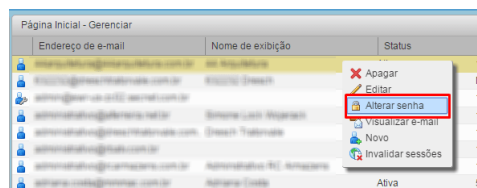
Feito isso, sua conta já está criada.

Alterar Senha no E-Mail no Zimbra

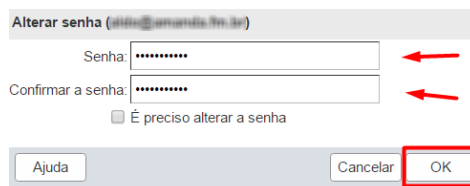
Após efetuar o login no painel administrativo vá até a seção Gerenciar, para fazer a alteração da senha, conforme imagem abaixo.



Será listada todas as contas de e-mail. O próximo passo é selecionar o e-mail que terá sua senha alterada. Clique com o botão direito do mouse sobre o e-mail e selecione a opção Alterar senha.



Abrirá uma janela para inserir a nova senha, preencha os dois campos com a mesma senha e clique em ok.



Pronto, sua senha foi alterada.

Configurar Cota de E-Mail no Zimbra

Após efetuar o login no painel administrativo do zimbra vá até a seção Gerenciar, conforme imagem abaixo.



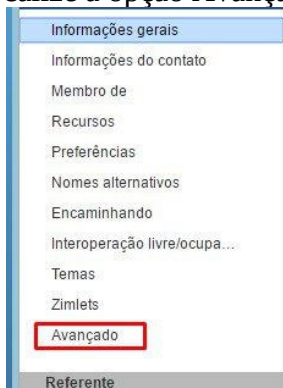
Feito isso listará todas as contas de e-mails, basta selecionar o e-mail que deseja aumentar a cota.

Nome	Nome de exibição	Status	Hora do último login	Descrição
marcelo		Ativo	19 de abril de 2016 9:19:53	

Com o botão direito do mouse, vá na opção Editar.



Agora localize a opção Avançado.



Localize a seção Cotas, Conforme imagem abaixo.

Configurações do anexo	
Desativar a visualização de anexos na interface de usuário de webmail	
Cotas	
Limite (em caracteres) do campo de endereços de encaminhamento especificado pelo usuário:	4096
Número máximo de endereços de encaminhamento especificado pelo usuário:	100
Cota da conta (MB):	2048
Número máximo de contatos permitidos na pasta:	10000
Limiar percentual para mensagens de aviso de cota (%):	90
Duração mínima de tempo entre avisos de cota:	1 dias
Modelo da mensagem de aviso de cota	From: Postmaster <postmaster@\$(REC

Nesse exemplo foi inserido 2GB para a ilustração.



Feito isso é só clicar em “Salvar” no canto superior direito.

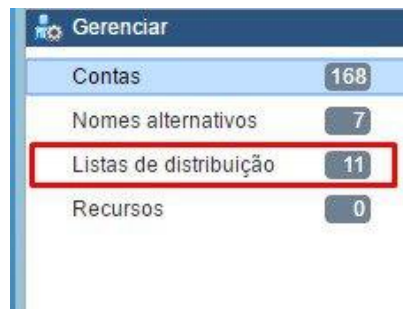
Pronto! Foi adicionado a cota no seu e-mail.

Criar Lista de Distribuição no Zimbra

Após efetuar o login no painel administrativo do zimbra vá até a seção Gerenciar.



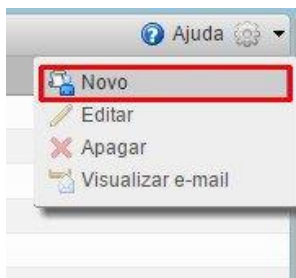
Encontre a opção Listas de distribuição, Conforme imagem.



Agora no canto superior direito vá até o ícone de engrenagem.



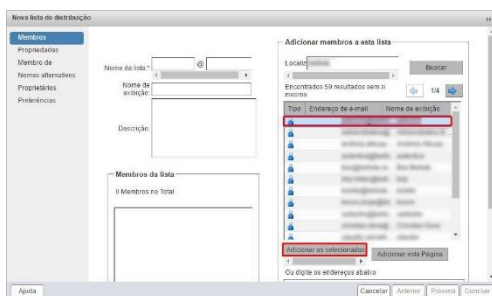
Selecione a seção Novo, para a criação da lista de distribuição no Zimbra.



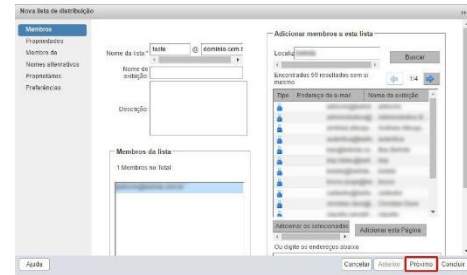
Para a criação da nova lista, Preencha as informações como, Nome da lista “exemplo” @ “seu-dominio.com.br”.



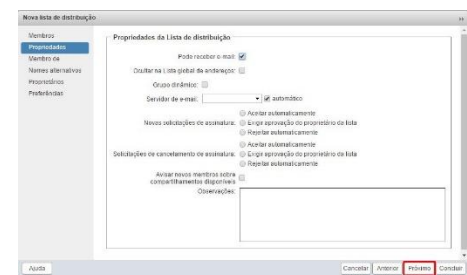
Agora no campo Buscar, procure os e-mails que deseja inserir na lista. Localize os e-mails e clique na opção Adicionar os selecionados.



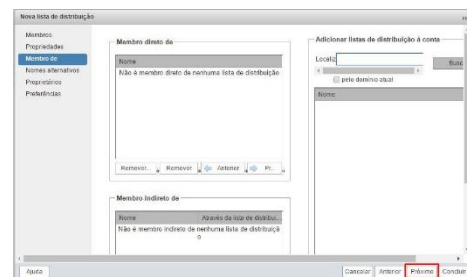
Após feito todo o processo clique na opção Próximo.



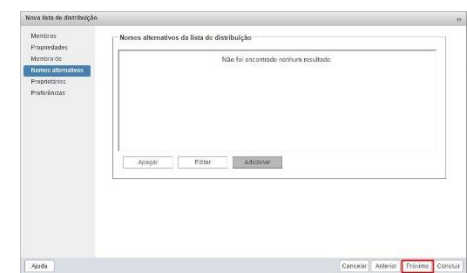
Você poderá escolher o que deseja configurar, seguindo as ilustrações a seguir assim que for preenchendo clica na opção Próximo.



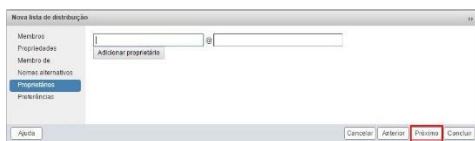
Você poderá adicionar membro direto ou membro indireto caso preferir, a seguir clica na opção Próximo.



Nessa etapa você poderá criar Nomes alternativos da lista de distribuição caso preferir, a seguir clica na opção Próximo.



Agora poderá Adicionar proprietário para a lista, a seguir clique na opção Próximo.



Aqui você pode escolher o Recebimentos de e-mails caso preferir responder com outro e-mail.



Para finalizar clique na opção Concluir. Pronto, sua lista de distribuição foi criada.

Editar Informações do E-Mail no Zimbra

Após efetuar o login no painel administrativo do zimbra vá até a seção Gerenciar, conforme imagem abaixo.



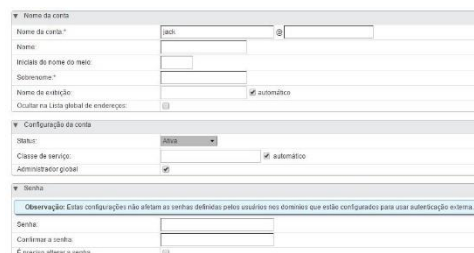
Nesse passo listará todas as suas contas de e-mail. O próximo passo é selecionar o e-mail que terá suas informações atualizadas.



Clique com o botão direito do mouse, vá na opção Editar para alterar as informações do e-mail.



Feito isso listará todas as informações da conta, Agora podemos atualizar as opções disponíveis com as informações do usuário, como Nome, Sobrenome, Nome de exibição etc. Entretanto essas informações são opcionais, mas bastante úteis para localizar a origem das contas.



Depois de atualizar as informações da conta de e-mail clique em Salvar, conforme imagem abaixo.



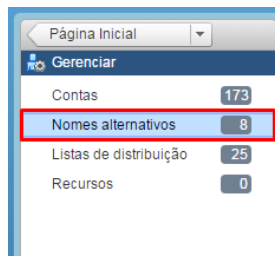
Pronto! As informações do contato foram alteradas.

Criar Alias (Apelido) no Zimbra

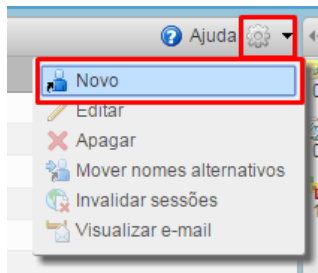
Dentro do painel administrativo do Zimbra, selecione a opção Gerenciar.



Em seguida escolha a opção Nomes alternativos.



Agora clique na engrenagem no menu superior direito e selecione a opção Novo.



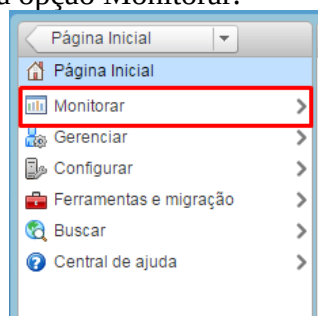
Basta preencher o apelido que você deseja redirecionar os e-mails e escolher qual conta vai receber as mensagens, feito isso clique em OK.



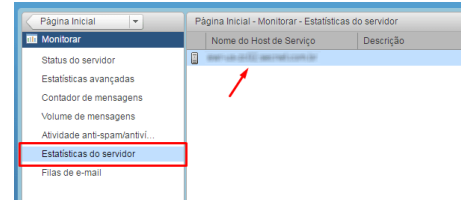
Agora todos os e-mails enviados para exemplo@seudominio.com.br serão redirecionados para seuemail@seudominio.com.br. Lembrando que o Alias não é uma conta de e-mail, apenas um redirecionamento.

Monitorar a Quota de E-Mail de Todas as Contas no Zimbra

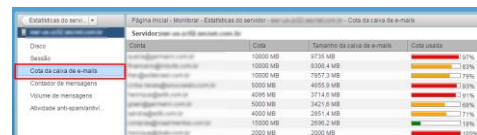
No painel administrativo do Zimbra selecione a opção Monitorar.



Em seguida clique em Estatísticas do servidor e dê dois cliques no servidor de e-mail que deseja monitorar.



Agora basta selecionar a opção Cota das caixas de e-mail e vai aparecer todas as informações do lado direito.



Assim você consegue visualizar de forma agradável quanto espaço o seu e-mail ainda tem.

Questões

01. (Prefeitura de Campo Largo/PR - Engenheiro Florestal - UNESPAR/2021)

A troca de e-mail é uma rotina tanto quanto normal das empresas. Muito formal e apropriado para a necessidade da comunicação e troca de informações. Abaixo, selecione a ferramenta que corresponde ao serviço de troca de e-mail:

- (A) Calculadora.
- (B) Paint.
- (C) Zimbra.
- (D) Executar.
- (E) Internet Explorer.

02. (ABIN - Oficial Técnico de Inteligência - CESPE/CEBRASPE)

Julgue o item a seguir, que trata de conceitos dos sistemas de correio eletrônico, bem como dos sistemas Zimbra e Postfix.

No Zimbra, volumes de mensagens podem ser criados, mas apenas um deles pode ser configurado como volume corrente.

- () Certo () Errado

Alternativas
01.C / 02.Certo

MECANISMOS DE BUSCA NA WEB

No Brasil os sites (sítios) de busca mais utilizados são o Google que detêm mais de 90% do mercado e no segundo grupo bem lá atrás vem o Bing (Microsoft), Yahoo e Ask¹⁹.

Site de Busca

Na internet há bilhões de informações e os buscadores são sites especializados em buscar uma informação no meio de um universo enorme de informações. Nele, você digita uma palavra ou uma combinação de palavras e ele buscará esta informação.

Nestes sites, temos os mecanismos de busca (search engines) que são efetivamente os buscadores.

Os endereços da internet utilizam dois protocolos:

Protocolo HTTP (Hypertext Transfer Protocol): faz a comunicação entre os sites e os usuários. Comunicação não segura.

Protocolo HTTPS (Hyper Text Transfer Secure): é a mesma coisa que o HTTP. A diferença é que ele tem mais segurança para você acessar, pois ele utiliza criptografia. Ele tem aquele cadeado na barra de endereço. Comunicação segura.

Pesquisa na Internet

Este mecanismo de busca funciona da seguinte forma: ele faz uma busca em todos os sites procurando as palavras chaves que você digitou. Por mais eficiente que seja ele não consegue ler a internet inteira.

Independente se você digitar em letras maiúsculas ou minúsculas a busca será feita.

O buscador organiza tudo que encontrou levando em consideração a quantidade de

links externos que acessaram determinada página, ou seja, quanto mais links melhor será seu posicionamento na busca.

A busca também pode ser ainda mais específica através de filtros como por imagem, vídeo, notícias, shopping dentre outras.

Muitas vezes no endereço que encontramos já está descrito o nome do arquivo que iremos acessar:

Ex.: Na URL
http://www.crn2.org.br/crn2/conteudo/revista/guia_alimentar_populacao_brasileira.pdf, o fragmento [guia_alimentar_populacao_brasileira.pdf](#) especifica o nome de um arquivo.

Mesmo quando digitamos errado (erro de ortografia), o Google apresenta vários resultados, com um recurso de correção “Você quis dizer:”.

Muitas vezes, quando fazemos uma pesquisa no Google, após os resultados aparece a seguinte mensagem “Se preferir, você pode repetir a pesquisa incluindo os resultados omitidos”. Isto acontece porque quando você instala o Google Chrome, suas configurações são padrão do sistema (default) que omite as páginas muito semelhantes, quase duplicatas das páginas exibidas. Ele faz isso para ter mais qualidade, velocidade e objetividade na busca.

Como o Google é o site de busca mais utilizado, abaixo veremos as formas mais comuns de pesquisa.

Pesquisar Palavras Exatas: colocando entre aspas você localiza exatamente como está escrita. (Mesma ordem em que ela foi escrita).

Ex.: “o filho chorou a noite” só aparecerão os sites que as frases estão exatamente assim.

Você pode colocar também palavras chaves entre aspas e colocar o sinal de mais(+) ou o de menos(-).

¹⁹ CARLOS, E. Busca e pesquisa.

Ex.: “Concurso PRF”-“ensino médio” ;
Você excluirá da pesquisa o ensino médio.

“Concurso PRF”+“ensino médio” ; você
incluirá também o ensino médio na
pesquisa.

Pesquisar um Site Específico: coloque
“site:” antes de um site ou domínio. Só
aparece as páginas referentes a este site.

Ex.: site:apostilasdominio.com.br ou
site:.gov.

**Pesquisar um Termo Dentro de um
Site Específico:** colocando entre aspas
você localiza exatamente como está escrita.
Colocando a palavra site em seguida o
endereço da web você restringir as buscas
somente a este endereço.

Ex.: “prefeitura municipal da estância de
Cananeia” site:www.cananeia.sp.gov.br

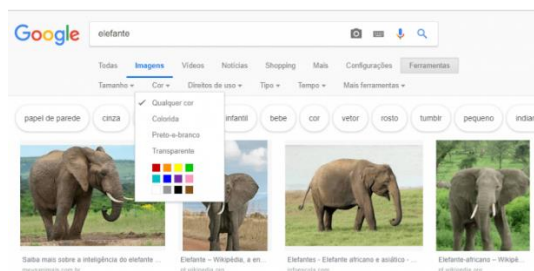
Pesquisar por Voz: no Google você
pode fazer pesquisas por voz utilizando o
microfone que fica no lado direito da barra
de pesquisa.



Pesquise no Google ou digite um URL

Especificar Busca por Imagem: você
pode ser mais específico na busca por
imagem selecionando por tamanho, cor, se
ela tem direito autoral, tipo (se quer foto,
desenho ou animação) e tempo (qualquer
dia ou dia específico).

Para habilitar esta função é só pesquisar
por imagem e ir em ferramentas.



Pesquisar em Mídias Sociais: coloque
um @ antes de uma palavra para pesquisar

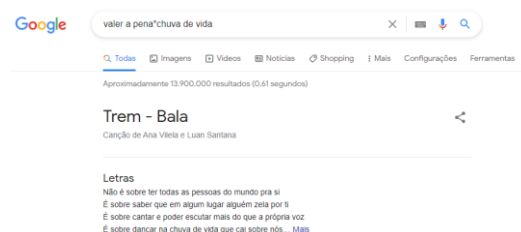
em mídias sociais.

Ex.: @twitter

**Pesquisar Dentro de um Intervalo de
Valor:** coloque dois pontos (..) entre dois
números.

Ex.: ração \$70..\$150

Pesquisar Trechos Desconhecidos:
para pesquisar uma frase mesmo que não se
conheça uma ou mais palavras dessa frase,
você deve colocar o asterisco (*). Esta
busca facilita quando você quer achar um
trecho de um livro ou música por exemplo.



Pesquisar um Preço: coloque um \$
antes de um número.

Ex.: ração \$120

**Procurando por Tipo de Arquivo
(Documento):** escreva filetype: extensão
do arquivo.

Ex.: filetype:pdf

filetype: doc (Word)

filetype: jpg (imagens)

Combinar pesquisas: coloque “OR”
entre cada consulta de pesquisa.

Ex.: bicicleta OR bike

Pesquisar Palavra e seus Sinônimos:
utiliza o sinal gráfico ~ antes da palavra.

Ex.: ~talvez

**Pesquisar uma Página que Esteja
Momentaneamente Fora do Ar:** iniciar a
pesquisa com “cache:”

Ela mostra a última versão do site salva
pelo bot do Google.

Mensagens de Erro em Busca:

Erro 400: Bad Request (Pedido ruim).

Erro 401: Unauthorized (Não autorizado).

Erro 403: Forbidden (Proibido).

Erro 404: Not Found (Página não encontrada).

Erro 405: Method Not Allowed (Método não permitido).

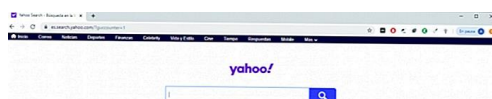
Erro 406: Not Acceptable (Não aceitável).

Erro 407: Proxy Authentication Required (Autenticação de proxy necessária).

Erro 408: Request Timed Out (Pedido expirado).

Yahoo! Search - o buscador online do Yahoo

Yahoo Search é um serviço de pesquisa online semelhante ao buscador Google²⁰. O serviço é mantido pelo portal Yahoo! e nele é possível fazer pesquisas direto do navegador, acessando o site ou por plugins, bem como por aplicativos disponíveis para os sistemas Android e iOS. Por oferecer recursos iguais ao do Google, já muito consolidado, acaba tendo menos notoriedade e é menos utilizado.



Fonte: <https://admininfo.info/how-to-remove-yahoo-search-from-google-chrome-windows-10>

Sua usabilidade é rigorosamente idêntica ao do Google. A página principal é limpa e bem minimalista. Há apenas a logo da empresa, uma barra para digitar os termos de pesquisa e um botão para realizar o procedimento.

O Yahoo Busca mostra uma lista de websites que provavelmente possam ter a resposta para o que você está procurando. Na parte inferior podemos mudar o tipo de conteúdo que estamos procurando. É possível pesquisar, além de sites da web, por imagens e vídeos.

A interface é simples, os resultados aparecem em lista, e os que estão no topo são os mais relevantes. As imagens são mostradas em grades, quando tocamos em alguma imagem, abre em tela cheia, onde também podemos efetuar algumas ações, como baixar ou favoritar a imagem. O mesmo acontece com os vídeos.

O Yahoo Pesquisa cumpriu o que se propõe a fazer. A pesquisa é feita de forma rápida. Infelizmente, o Yahoo Search não apresenta tantas funcionalidades quanto o seu principal concorrente, o Google. A integração com o serviço de e-mail da empresa é baixa e você não pode pesquisar por outros tipos de conteúdo, como compras, comparação de preços, localização e telefones de estabelecimentos. Além disso, o buscador do Google se torna mais completo por ter integração com diversos apps.

Outro ponto negativo são os resultados da busca em si. Muitos deles não são tão relevantes quanto os que aparecem no Google.

Bing

Criado em 2009, o Bing é o mecanismo de pesquisa da Microsoft e, hoje, é o principal concorrente do Google²¹.

Apesar de ser o segundo em representatividade dentro do seu mercado de atuação, o domínio do líder, o Google, é tão grande que essa pergunta realmente faz sentido e muita gente não sabe responder. O Bing, porém, é um mecanismo de busca criado pela Microsoft e não fica em nada atrás dos outros buscadores, como o próprio Google ou mesmo o Yahoo.

Criado em 2009 para substituir os mecanismos antigos da Microsoft — MSN Search, Windows Live Search e, o último, Live Search —, o Bing, assim como outros buscadores, permite a pesquisa por resultados na web, imagens, vídeos, notícias e também o recurso de mapas.

²⁰ <https://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/yahoo-search/>

²¹ Rock Content. Guia do Bing: o que é e como usar esse mecanismo de

busca.

Logo nos primeiros meses de funcionamento, o crescimento do Bing foi tanto que, rapidamente, fechou uma parceria com o Yahoo, então segundo lugar no mercado, e passou a apresentar os resultados desse buscador também.

Apesar do alto domínio do Google no mercado, o Bing é uma ferramenta muito utilizada, principalmente por ser o buscador padrão dos dispositivos em que é utilizado. Afinal, todos os produtos da Microsoft utilizam o Bing e, assim, uma parcela considerável dos usuários utiliza esse mecanismo para fazer pesquisas.

Além disso, algumas ferramentas de dispositivos móveis também usam o Bing como buscador padrão e elevam a utilização do serviço.

Os mais conhecidos são o Amazon Kindle e a Siri, da Apple, dois recursos populares em smartphones e tablets que aumentam a participação do Bing no mercado.



Fonte: <https://alexandrepoliselli.com.br/seo-bing-yahoo/>

Vantagens o Bing Oferece

O Bing apresenta alguns recursos que o Google não oferece para os seus usuários e que podem acabar sendo um diferencial. O principal deles é a verificação de notícias. Em uma época marcada pelas fake news, o buscador indica quais conteúdos são, de fato, reais e quais não são verdadeiros.

Além disso, outra vantagem é que a Microsoft permite que os usuários salvem resultados de buscas — notícias, imagens ou mesmo vídeos — para utilização em um momento posterior.

Ao utilizar o buscador em dispositivos móveis, alguns recursos interessantes mostram, por exemplo, restaurantes e postos de gasolina mais próximos da sua localização.

Diferenças entre Bing e Google

Ao realizar uma busca, a interface do Bing e do Google não são tão diferentes assim — o que muda entre uma e outra são os layouts. Enquanto o Bing aposta em fotografias com belas paisagens, o Google continua com a sua estrutura simples e minimalista, para que o foco do usuário seja, exclusivamente, o resultado da sua pesquisa.

Em relação à qualidade dos resultados de uma busca, Google e Bing não apresentam tanta diferença. Porém, quando a pesquisa requer maior precisão em relação ao tempo — ao buscar por notícias recentes, por exemplo — o Bing não vai apresentar, necessariamente, aquilo que é mais novo e relevante.

Mas a principal diferença entre Google e Bing — além da quantidade de usuários, é claro — está, sem dúvidas, nas respectivas plataformas de anúncios.

Questões

01. (PC/SP - Médico Legista - VUNESP/2022) Para se pesquisar por um termo exato usando o site de pesquisas Google, é preciso colocar esse termo entre:

- (A) chaves.
- (B) colchetes.
- (C) asteriscos.
- (D) traços.
- (E) aspas.

02. (MPE/GO - Analista Contábil - FGV/2022) Os mecanismos de busca na Internet adquiriram uma enorme importância em qualquer tipo de atividade. Nesse contexto, analise o texto de busca usado numa busca no Google.

embrapa -estatuto filetype:PDF

Assinale o objeto dessa busca.

(A) Documentos do tipo PDF contendo o termo “embrapa” que contenham obrigatoriamente a palavra “estatuto”.

(B) Documentos do tipo PDF contendo o termo “embrapa” que não contenham a palavra “estatuto”.



(E) Documentos de qualquer tipo de arquivo contendo o termo “embrapa”, num site cujo nome contenha a palavra “estatuto”, convertido para PDF.

Alternativas
01.E / 02.B

[illegible][illegible]

SUMÁRIO

Aspectos culturais, sociais, históricos e geográficos do Brasil, do município de Araucária e do Estado do Paraná..... **1**

Atualidades. Cenários políticos. Movimentos sociais. Trabalho, Previdência e outras questões sociais. Noções de economia e educação financeira. Ciência, Tecnologia e Inovação. Meio Ambiente, Sustentabilidade e Aquecimento global. Educação. Saúde e qualidade de vida. Noções básicas de segurança. Desastres naturais e humanos. Arte e Cultura. Sociedade e comportamento. Guerras, conflitos e terrorismo **66**

Aspectos culturais, sociais, históricos e geográficos do Brasil, do município de Araucária e do Estado do Paraná

ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO BRASIL

A geografia do Brasil estuda as características territoriais, a divisão geográfica, as condições climáticas e o relevo do Brasil¹.

A geografia do Brasil estuda especificamente a República Federativa do Brasil. Portanto, ela estuda os aspectos físicos, culturais, sociais, políticos e territoriais. Assim, o Brasil é um país de dimensões continentais, possui 8.514.976 Km², sendo o quinto maior país em extensão territorial ficando atrás de países como: Rússia, EUA, China, e Canadá.

No entanto, para ter uma ideia comparativa da grandeza territorial brasileira, o Brasil é maior que o continente europeu, pois este tem 6.220.000km². Além disso, em relação à sua população, são mais de 200 milhões de habitantes, a maioria vive nas áreas litorâneas e no Sudeste, região que tem mais poder financeiro, por ser inicialmente impulsionada pela economia cafeeira.

Por outro lado, a geografia do Brasil também estuda os aspectos da economia. Assim, o Brasil é um país emergente sendo o sétimo do mundo, seu PIB (produto interno bruto) gira em torno de 2,25 trilhões por ano. No aspecto territorial, possui cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Basicamente, em relação às suas divisões federativas, possui 26 estados e um Distrito Federal, fazendo fronteira com quase todos os países da América do Sul. Assim, faz fronteira com a Venezuela, Guiana Francesa, Suriname, Guiana,

Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai, exceto o Chile e o Equador.

Aspectos gerais da geografia Brasil

Basicamente, em um aspecto mais físico e territorial, a geografia do Brasil estuda o relevo brasileiro, nesse sentido, o Brasil é formado por planaltos e depressões. A propósito, é banhado pelo oceano Atlântico e possui as maiores bacias hidrográficas do mundo.

Contudo, é o mais populoso país da América do Sul com grande diversidade étnica, religiosa e cultural. Existe diversidade em muitos outros fatores, devido à sua grande extensão territorial como: em sua flora, fauna e clima.

Por outro lado, com relação a suas fronteiras, o Brasil possui 23.103 km de fronteiras, 15.735 km terrestres e 7.367 km em fronteiras marítimas. Sua capital é Brasília, localizada no Centro-Oeste brasileiro.

Dados gerais do Brasil

O nome do país é República Federativa do Brasil, com a denominação para quem vive no país de brasileiro (a). Além disso, o Brasil possui como capital a cidade de Brasília, localizada no Distrito Federal. A população do Brasil é de 190.755.799 habitantes (IBGE/2010) e estimativa de 213.317.639 habitantes em 2021². Sua densidade demográfica é de 24,64 por quilômetros quadrados.

Portanto, vale lembrar que o sistema de governo brasileiro é o presidencialismo e seu índice de desenvolvimento humano (IDH) é 0,76. Além disso, os estados brasileiros se dividem em cinco regiões, sendo elas:

Região Sul e Sudeste

Rio Grande do Sul (RS) – Porto Alegre
Santa Catarina (SC) – Florianópolis
Paraná (PR) – Curitiba

¹ Pedro Guimarães. Geografia do Brasil: aspectos geográficos, territoriais e climáticos. Conhecimento Científico. <https://conhecimentocientifico.com/geografia-do-brasil/>. Visitado em 15.09.2022.

² IBGE. Panorama. Brasil. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Visitado em 15.09.2022.

São Paulo (SP) – São Paulo
 Minas Gerais (MG) – Belo Horizonte
 Espírito Santo (ES) – Vitória
 Rio de Janeiro (RJ) – Rio de Janeiro

Região Centro-Oeste

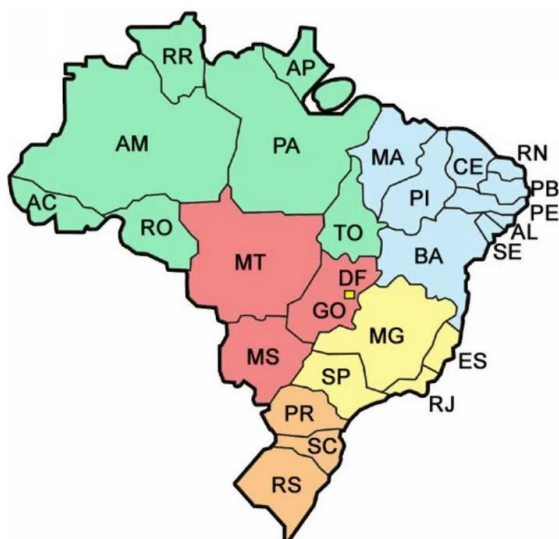
Mato Grosso (MT) – Cuiabá
 Mato Grosso do Sul (MS) – Campo Grande
 Distrito Federal (DF) – Brasília
 Goiás (GO) – Goiânia

Região Norte

Acre (AC) – Rio Branco
 Amapá (AP) – Macapá
 Amazonas (AM) – Manaus
 Pará (PA) – Belém
 Rondônia (RO) – Porto Velho
 Roraima (RR) – Boa Vista
 Tocantins (TO) – Palmas

Região Nordeste

Alagoas (AL) – Maceió
 Bahia (BA) – Salvador
 Ceará (CE) – Fortaleza
 Maranhão (MA) – São Luís
 Paraíba (PB) – João Pessoa
 Pernambuco (PE) – Recife
 Piauí (PI) – Teresina
 Rio Grande do Norte (RN) – Natal
 Sergipe (SE) – Aracaju



Divisão Regional do Brasil

Brasil – Fronteiras

Principais definidores das fronteiras brasileiras:

- Rios: 50%³
- Serras: 25%
- Lagos: 5%
- Linhas geodésicas: 20%

Oeste – Fronteiras do Brasil com:

- Bolívia: São, 423,2 km, dos quais 2.609,3 km são por rios e canais, 63,0 Km por lagoas e 750,9 Km por linhas convencionais. No entanto, os estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul fazem fronteira com a Bolívia.

- Peru: 2.995,3 km, dos quais 2,003,1 km são por rios ou canais, 283,5 km por linhas convencionais e 708,7 km por divisor de águas. A propósito, os estados do Acre e Amazonas fazem fronteira com o Peru

Norte – Fronteiras do Brasil com:

- Venezuela: são 2.199,0 km, dos quais, 90,0 km por linhas convencionais e 2.109,0 km por divisor de águas. Contudo, os estados do Amazonas e Roraima fazem fronteira com a Venezuela.

- Guiana: 1.605,8 km, onde 698,2 km são por rios e canais e 907,6 km por divisor de águas. No entanto, os estados de Roraima e Pará fazem fronteira com a Guiana.

- Guiana francesa: 730,4 Km, onde 427,2 Km são por rios e 303,2 Km por divisor de águas, O Amapá é o único estado que faz fronteira com a Guiana Francesa.

- Suriname: São 593,0 Km, todas as fronteiras são por divisor de águas. Contudo, os estados do Amapá e Pará fazem fronteira com o Suriname.

Fronteiras Noroeste, Sudoeste e Sul

Noroeste: Colômbia: são, 1.644,2 km, onde, 808,9 km são por rios e canais, 612,1 km por linhas convencionais e 223,2 km por divisor de águas. No entanto, o

3 Thaylize Goes Nunes Pereira. Qual a localização do Brasil no mundo? Instituto Claro. <https://www.institutoclaro.org.br/educacao/para-ensinar/planos-de-aula/qual-a-localizacao-do-brasil-no-mundo/>. Visitado

em 16.03.2023.

Amazonas é o único estado que faz fronteira com Colômbia.

Sudoeste: Paraguai: No Total são, 1365,4 Km, onde 928,5 km são por rios e 436,9 Km por divisor de águas. Contudo, os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, fazem fronteira com o Paraguai.

Argentina: Ao todo são, 1261,3 Km, onde 1.236,2 km são por rios e apenas 25,1 km por divisor de águas. A propósito, os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, fazem fronteira com a Argentina.

Sul: Uruguai: 068,1 km, onde 608,4 km são por rios e canais, 140,1 Km em lagoas, 57,6 Km por linhas convencionais e 262,0 Km por divisor de águas. Assim, os estados do Rio Grande do Sul é o único estado que faz fronteira com o Uruguai.

Localização

Basicamente, a geografia do Brasil estuda também a localização do Brasil. Assim, o Brasil integra os países formadores da América do sul. Contudo, o seu território está situado em três hemisférios: Oeste, Norte, e a maior parte no sul.

A propósito, é cortado pelo Trópico de Capricórnio e pela linha do Equador. Portanto, esse fato evidencia as variações de latitude, e por isso o Brasil possui grande diversidade climática.

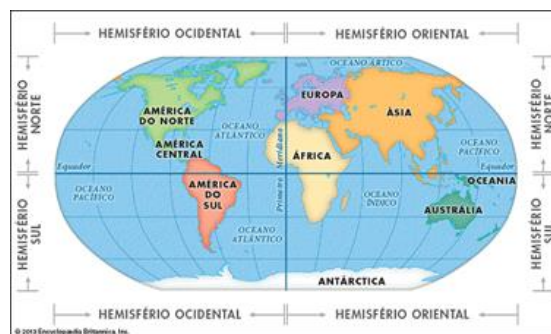
Assim, toda esta diversidade influencia positivamente em sua riqueza na vegetação, de um modo geral. Além disso, a diversidade climática contribui para a existência, na floresta amazônica, de uma enorme diversidade na fauna e flora, considerada a maior do mundo.

Do ponto de vista da localização, o Brasil situa-se no Continente Americano, sendo o terceiro maior país deste continente. Está localizado mais precisamente na América do Sul e ocupa quase 50% de sua área total, sendo considerado o maior país no território sul-americano.

A localização do território brasileiro



O Brasil, além de ser cortado ao norte pela Linha do Equador, é também cortado ao Sul pelo Trópico de Capricórnio, onde podemos observar 92% de sua área na zona tropical.

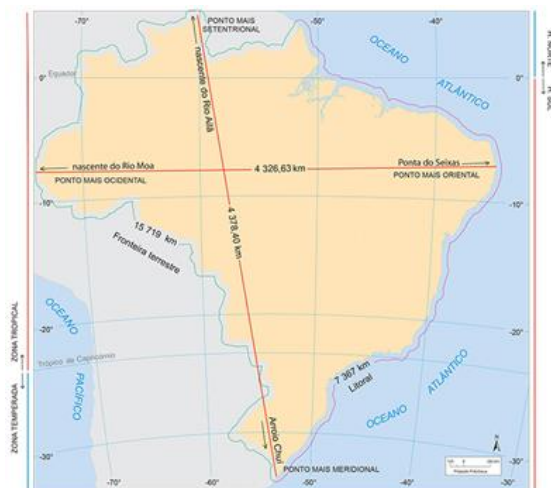


Dados importantes

- Linha do Equador: Uma linha imaginária que divide a Terra em dois hemisférios, sendo eles, o hemisfério norte e o hemisfério sul;
- A linha do Equador passa ao norte do Brasil, determinando a localização do país em dois hemisférios;
- O Brasil é o único país do mundo cortado pelo Equador, ao norte (0°), e pelo Trópico de Capricórnio, ao sul (23°27'), de forma que 92% do território brasileiro localiza-se na zona intertropical ou tropical e apenas 8% na zona subtropical;
- Meridiano de Greenwich: Divide a Terra em dois hemisférios, o hemisfério leste ou oriental e o hemisfério oeste ou ocidental;
- O meridiano de Greenwich não passa pelo Brasil, já que o território brasileiro está localizado totalmente no hemisfério oeste ou ocidental;

- O oceano que banha a costa leste do Brasil, com aproximadamente 7.367 km de extensão, chama-se oceano Atlântico.

Pontos Extremos do Território Brasileiro



A distância no sentido norte-sul é de 4.394 km, que vai desde Monte Caburaí, ponto localizado no estado de Roraima a extremo norte do país, até o Arroio Chuí, localizado no extremo sul, no Rio Grande do Sul.

A distância no sentido leste-oeste é de 4.319 km e separa a nascente do Rio Moa, Acre, no extremo oeste, da Ponta do Seixas, no extremo leste da Paraíba.

Região Norte

Primeiramente, a região Norte é composta por sete estados e é banhada pela bacia amazônica: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. No entanto, a região ocupa 43,3% do país. Dessa forma, a maior parte do território é preenchida pela floresta Amazônica com 40% do território nacional.

Portanto, vale lembrar que a geografia do Brasil estuda os índices pluviômetros de cada região. Assim, nesta região do país chove muito, praticamente o ano inteiro. Dessa forma, este fator está relacionado com o clima equatorial e úmido.

Basicamente, as matas de Igapó, várzea e terra firme fazem parte do bioma da região. Contudo, é importante lembrar que

o termo bioma corresponde ao estudo da vida animal e vegetal em relação a uma estrutura sistêmica que envolve o clima e a localização de uma determinada região.

Portanto, a geografia do Brasil, no estudo desses aspectos, contribui para estudos biológicos em uma relação interdisciplinar.

Nordeste

A maior parte da costa litoral brasileira faz parte dessa região. Além disso, esta região é formada pelos seguintes estados: Sergipe, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Ceará, Bahia, Maranhão, Paraíba e Pernambuco. Porém, vale lembrar que esta região possui os seguintes climas: tropical, úmido, semiárido e equatorial.

Basicamente, a vegetação consiste na mata de cocais, carnaúba e babaçus. Além disso, as atividades econômicas são a agricultura de algodão, cana de açúcar e arroz e pecuária extensiva.

A propósito, outra região importante é o Sertão, conhecido como “polígono das Secas”, é uma extensa área de clima semiárido. Esta região possui o menor índice demográfico comparado com outras regiões. Os índices de chuvas são baixos e irregulares. Vegetação típica: caatinga. Apesar do clima seco, é banhado pelo rio São Francisco.

Outra vegetação representativa do nordeste é o Agreste, uma área de transição entre o sertão e a zona da mata. Basicamente, é uma região úmida e cheia de brejos. A propósito, as suas atividades econômicas são a pecuária, agricultura de subsistência, pecuária leiteira, cultivo de café, sisal e algodão.

A Zona da Mata é conhecida como litoral continental. Assim, ela tem a maior concentração populacional do nordeste. Por outro lado, as principais atividades econômicas são: extração de petróleo, cultivo de cacau, café, frutas, fumo, lavoura de subsistência.

Centro-Oeste

Esta área é formada pelos estados:

Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Contudo, compreende a segunda maior área do Brasil em extensão. Contudo, a sua maior parte é composta de vegetação, cerrado e não é banhada pelo mar.

Basicamente, a região mais proeminente é o Pantanal com clima tropical semiúmido, o inverno é seco e o verão é úmido. Além disso, a maior parte das atividades econômicas é a agropecuária: soja, milho, café e carne bovina.

Porém, é importante lembrar que as indústrias desta região estão concentradas em Goiás composta por: farmacêuticas, madeireiras, e indústrias automobilísticas.

Sudeste

O Sudeste abrange os estados de Espírito Santos, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, além de ser a quarta maior área em extensão territorial, é a mais populosa. Basicamente, em um aspecto geral o Sudeste é que possui clima tropical e clima tropical de altitude nas regiões localizadas em planaltos.

A propósito, em relação à sua vegetação, na maioria é constituída de Cerrado e Mata Atlântica. Porém, com grande parte dessa mata já devastada pela especulação imobiliária, crescimento industrial e comercial.

Vale lembrar que esta área possui um grande desenvolvimento econômico com participação da metade do PIB nacional, especificamente relacionado ao setor terciário, o qual se corresponde ao comércio e serviços.

Região Sul

Primeiramente, a região Sul, no que tange a extensão territorial, é a menor do país e é a terceira em concentração populacional. Além disso, o clima da região sul é basicamente subtropical, este fator se deve ao fato dessa região estar localizada abaixo do Trópico de Capricórnio.

Portanto, essa região é a mais fria do

país, com temperaturas no inverno chegando perto de zero e em alguns lugares alcançando níveis abaixo de zero no inverno.

Contudo, apesar de ser uma região pequena, comparada às outras regiões, possui uma intensa atividade econômica distribuída em pecuária, e plantações de milho, soja, arroz, feijão, com as produções de soja direcionadas à exportação.

Além disso, possui um grande parque industrial onde são produzidos: automóveis, calçados, tecidos, aço, produtos alimentícios, sucos e vinhos. Assim, o PIB que corresponde a essa área chega aos 21% do nacional, perdendo apenas para a região sudeste. Além do mais, com respeito à vegetação, existem três tipos preponderantes, pinheiros, araucárias e o campo (pampas).

Clima

Em virtude da extensão territorial do Brasil, o clima brasileiro possui grandes variações⁴.

Basicamente, 90% do território brasileiro estão entre os Trópicos de Câncer e Capricórnio. No entanto, estudos relacionados a geografia do Brasil, considera o clima do território nacional, na seguinte ordem, em relação de graduação de incidência:

- O clima equatorial é identificado em quase todos os estados da região Norte, além de parte do Mato Grosso e Maranhão. Essa característica climática caracteriza-se pela elevada temperatura, grande umidade e baixa amplitude térmica, variando entre 24°C e 26°C ao ano. A quantidade de chuvas é abundante, com índices pluviométricos superiores a 2.000 mm, praticamente não são percebidos períodos de estiagem. A floresta Amazônica sofre influência desse clima.

- O clima tropical influencia grande parte do centro do país, especialmente os estados do Centro-Oeste, incluindo ainda partes do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e

⁴ Eduardo de Freitas. Clima Brasileiro. Brasil Escola. <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/clima-brasileiro.htm>. Visitado em

Minas Gerais. Em geral, as temperaturas são elevadas em boa parte do ano, com média de 24°C, e a amplitude térmica oscila entre 5°C e 6°C ao ano. A quantidade de chuvas gira em torno de 1 500 mm ao ano, com duas estações bem definidas: uma seca (maio a setembro) e outra chuvosa (outubro a abril).

- O clima tropical de altitude apresenta-se em regiões serranas e de planaltos, especialmente na região Sudeste. Nesses locais há baixa amplitude térmica, a temperatura média oscila entre 17°C e 22°C, e a quantidade de chuvas é de 1.500 mm ao ano.

- O clima tropical úmido ocorre, principalmente, no litoral oriental e sul do Brasil, sendo caracterizado pela alta temperatura e o elevado teor de umidade. As temperaturas médias anuais giram em torno de 25°C e os índices pluviométricos entre 1250 mm e 2.000mm.

- O clima semiárido é típico da região Nordeste, especialmente no interior, lugar conhecido como polígono da seca, em razão da escassez de chuva. Apresenta temperaturas elevadas o ano todo, a média anual varia entre 26°C e 28°C. As chuvas são escassas, com uma média anual inferior a 750 mm, além disso, são mal distribuídas.

- O clima subtropical ocorre unicamente na região Sul, essa característica climática distingue-se totalmente do restante do Brasil. As médias anuais de temperatura giram em torno de 18°C, com alta amplitude térmica. As chuvas são bem distribuídas, os índices pluviométricos superam os 1.250 mm ao ano.

Fatores e Elementos do Clima

O entendimento e a caracterização do clima de um lugar dependem do estudo do comportamento do tempo durante pelo menos 30 anos: das variações da temperatura e da umidade, do tipo de precipitação (chuvas, neve ou granizo), da sucessão das estações úmidas e secas, etc. Por essa razão, o clima é definido por Max

Sorre como uma "sucessão habitual dos tipos de tempo num determinado local da superfície terrestre", enquanto o tempo é apenas o estado da atmosfera de um lugar, num determinado momento⁵.

Elementos do clima

Os elementos do clima são os atributos básicos que servem para definir o tipo climático de uma determinada região como a temperatura, a umidade e a pressão atmosférica.

1) A umidade está relacionada à quantidade de vapor de água presente na atmosfera em determinado instante e pode ser expressa em valores absolutos ou relativos:

- A umidade absoluta do ar é a quantidade (em gramas) de vapor d'água.

- A umidade relativa do ar é obtida através da relação entre a umidade absoluta (a quantidade de vapor de água do ar) e o ponto de saturação (a quantidade máxima de vapor de água que o ar consegue reter), em determinado local e momento. Ela é expressa em porcentagem (%). Quando, na atmosfera, a umidade atinge o ponto de saturação, ela libera água que cai sobre o solo em forma de chuva ou outros tipos de precipitação.

2) A pressão atmosférica é a força provocada pelo peso do ar sobre uma superfície, cujo valor é expresso milibares (mb). Em regiões onde as temperaturas são mais baixas a pressão atmosférica é maior, pois as moléculas de ar estão mais concentradas. No entanto, em regiões mais elevadas, de menor temperatura, também há menor concentração de moléculas de ar (ar mais rarefeito) e, neste caso, menor será a pressão.

3) A temperatura, medida em graus Celsius (°C), registra o calor da atmosfera de um lugar, cuja variação depende da sua localização e da circulação

5 Cláudio Mendonça. Clima – o que é, fatores e elementos. Educação. UOL. <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/clima-o-que-e->

[fatores-e-elementos.htm](#). Visitado em 30.09.2022.

atmosférica.que-e-fatores-e-elementos.

Fatores do clima

Os fatores climáticos são os responsáveis pelas características ou modificações dos elementos do clima e devem ser analisados em conjunto: uma localidade, por exemplo, pode estar perto do mar e ser seca, ou pode estar próxima a linha do equador e ser fria.

Os principais fatores são a latitude, a altitude, a maritimidade (a distância de uma localidade em relação ao mar), as correntes marítimas e as massas de ar, além daqueles relacionados às atividades humanas.

As regiões de baixa latitude possuem temperaturas mais elevadas, pois recebem maior incidência de radiação solar. É o caso da zona tropical da Terra, situada entre os trópicos de Câncer e Capricórnio.

Nas áreas de baixa altitude, a atmosfera mais densa retém e conserva o calor por mais tempo. Nas áreas de altitude elevada, o ar mais rarefeito tem menor capacidade de conservar o calor proveniente da energia do Sol.

Além disso, ar é aquecido por irradiação. A radiação solar atinge a superfície, mas a parte mais baixa da atmosfera não absorve a sua energia, não a transforma em calor. As rochas, o solo, a água e a vegetação absorvem parte desta energia e refletem outra parte. Essa reflexão é chamada de irradiação. Apenas a energia irradiada é absorvida pela atmosfera mais próxima à superfície e, desta forma, transformada em calor.

O fator humano

A história da Terra registra grandes alterações climáticas, antes mesmo da presença humana. A condição para o desenvolvimento da vida nas terras emersas do planeta dependeu, inclusive, de modificações na composição química da atmosfera. Mas estas mudanças ocorreram em grandes espaços de tempo.

Atualmente as alterações climáticas e os problemas que elas projetam para o futuro são resultantes, principalmente, das

atividades humanas. A poluição atmosférica tem aumentado em escala progressiva há mais de dois séculos, a partir da Revolução Industrial. A industrialização inaugurou o uso em grande escala dos combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural), principais responsáveis pelas mudanças climáticas que ameaçam o planeta na atualidade.

A sociedade de consumo baseada no aumento da produção e oferta de bens materiais, é outra consequência da "civilização industrial". No século 20, o automóvel representou a face mais visível dos valores desta sociedade, hoje é o principal responsável pela poluição atmosférica nas grandes cidades.

A dilapidação dos recursos naturais, o desmatamento, a deterioração dos rios, a construção de represas e muitas outras realizações humanas, exercem também influências negativas sobre o clima. Lidar com estas questões e propor soluções estão entre os desafios a ser enfrentados no século 21.

Brasil e as mudanças climáticas

Os impactos das mudanças climáticas no Brasil segundo o 4º relatório do IPCC.

- No nordeste do Brasil as áreas semi-áridas e áridas vão sofrer uma redução dos recursos hídricos por causa das mudanças climáticas. A vegetação semi-árida provavelmente será substituída por uma vegetação típica da região árida. Nas florestas tropicais, é provável a ocorrência de extinção de espécies.

- A recarga estimada dos lençóis freáticos irá diminuir dramaticamente em mais de 70% no nordeste brasileiro (comparado aos índices de 1961-1990 e da década de 2050).

- As chuvas irão aumentar no sudeste com impacto direto na agricultura e no aumento da frequência e da intensidade das inundações nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

- No futuro, o nível do mar, a variabilidade climática e os desastres provocados pelas mudanças climáticas

devem ter impactos nos mangues.

- De 38 a 45% das plantas cerrado correm risco de extinção se a temperatura aumentar em 1,7°C em relação aos níveis da era pré-industrial.

- Hoje, o planeta já está 0,7°C mais quente que na época.

Amazônia

- Eventos climáticos extremos altamente inusitados já relatados como a seca de 2005.

- Potencial aumento da seca foi quantitativamente projetado durante a fase crítica de crescimento da vegetação, por causa da elevação da temperatura e da diminuição das chuvas no verão.

- Nas áreas não fragmentadas da floresta amazônica o efeito direto do CO₂ na fotossíntese, bem como uma regeneração florestal mais rápida, podem ter causado um aumento substancial na densidade de lianas – espécie de trepadeiras lenhosas – nas duas últimas décadas.

- A conversão de florestas em lavouras afeta o clima porque altera o albedo regional e o fluxo de calor latente, causando o aumento de temperatura adicional no verão em regiões importantes na Amazônia.

- Grandes perdas de biodiversidade ocorrerão com um aquecimento de 2,0°C a 3,0°C acima dos níveis pré-industriais.

- O aumento na temperatura e a diminuição de água no solo irão levar à savanização na região leste.

Vegetação

Primeiramente, o Brasil possui variados tipos de vegetação e os principais se definem como: Floresta Amazônica, Mata dos Cocais, Mata Atlântica, Mata das Araucárias (mata dos pinhais), Caatinga, Cerrado, Pantanal e vegetação litorânea. Porém, a floresta Amazônica é conhecida como hiléia, e 49% do território nacional está localizado na Amazônia que abrange as regiões centro-oeste e nordeste.

Além disso, a floresta Amazônica abriga três tipos de vegetação: mata de igapó (palmeiras, cipós e lianas), mata de várzea (seringueiras); mata de terra firme

(castanheiro, guaraná, caucho). A propósito, vale lembrar que na geografia do Brasil estão presentes três tipos de matas, A mata Atlântica que começa no Rio Grande do Norte e vai até o Rio Grande do Sul, basicamente pela faixa litorânea.

Por outro lado, existem a mata intermediária nas regiões serranas e a mata de Araucária que vai do sul de São Paulo até o norte do Rio Grande do Sul. Contudo, o clima da mata de Araucária é subtropical e tropical de altitude e esta mata se divide em dois subtipos: Matas dos Cocais e Matas Ciliares.

Cerrado, caatinga pantanal, mangue e pampa

O Cerrado é predominante no planalto central com duas subdivisões: cerrado com menos árvores e solo seco e cerradão com mais árvores que arbustos.

Porém, a caatinga já pertence a região do semiárido nordestino com uma vegetação que possui longas raízes para se adaptar ao solo seco, assim, essas raízes se alimentam de lençóis subterrâneos. Basicamente, as principais espécies da caatinga são: O juazeiro, angico, barriguda, xique-xique e o mandacaru.

Por outro lado, uma vegetação de grande importância para a diversidade de fauna e flora brasileira é o pantanal mato-grossense. Assim, essa região localiza-se no Centro-Oeste e tem formação mista. Portanto, possui gramíneas na regiões alagadas, palmeiras nas regiões periodicamente alagadas e nas regiões mais secas são frequentes o angico e o quebracho.

Contudo, o mangue também é muito presente na vegetação brasileira. Portanto, essa vegetação é típica da região litorânea tropical e subtropical. Basicamente, possui três tipos: mangue-branco, mangue siriúba ou mangue vermelho.

Bacias Hidrográficas

a bacia hidrográfica é uma área drenada por um rio principal dividido em seis afluentes e subafluentes. Assim, o Brasil

possui 12 bacias hidrográficas, segundo a geografia do Brasil. Por exemplo:

- Amazônica: Primeiramente, é considerada a maior bacia do mundo. A propósito, contém o maior potencial híbrido do planeta. Portanto, vale lembrar que compreende sete milhões de Km² com grande potencial hidrelétrico.

- Tocantins-Araguaia: 967 059 Km², potencial energético possui a usina hidrelétrica de Tucuruí no Pará. Contudo, é considerada a maior bacia brasileira por estar contida somente em território brasileiro.

- São Francisco: Possui 640.000 Km². Contudo, apresenta extensos trechos navegáveis e grande potencial energético.

- Atlântico Nordeste Oriental: Basicamente, está Presente em vários estados do nordeste.

- Paraná: Possui planaltos e cachoeiras. Porém, se destaca pela usina hidrelétrica de Itaipu.

- Parnaíba: Está presente no Piauí, Maranhão e no Ceará tem 340 km² de área. Uruguai: Basicamente, o seu rio principal é o Uruguai que nasce da confluência dos rios Canoas e Pelotas.

- Paraguai: É típica de planícies e possui grande extensão para a navegação seu principal rio é o rio Paraguai que nasce em Mato Grosso.

- Atlântico nordeste ocidental: Localizada em Maranhão e Pará.

- Atlântico leste: abrange estados do sudeste e nordeste.

- Do Parnaíba: Está presente no Piauí, Maranhão e no Ceará tem 340 km² de área.

- Atlântico sul: região sul, possui muitos rios de pequeno porte.

- Atlântico sudeste: Presente nos estados da região sudeste.

Relevo

Os tipos de relevos do Brasil mais abrangentes, são planícies, planaltos e depressões. Portanto, o conceito de relevo está ligado às formas variadas da parte

superficial da litosfera⁶.

Neste sentido, vivemos e construímos cidades e estradas, vemos que essa parte superficial terrestre apresenta formas variadas. Portanto, é denominado de relevo o conjunto de variações terrestres da superfície da terra.

Assim, o relevo é constituído de partes mais altas, baixas, terras planas e acidentadas. Logo, todas essas variações dão forma à paisagem da superfície da terra. Além disso, vale lembrar que o relevo se manifesta desde os fundos dos oceanos.



- Montanhas: Grande elevação natural do relevo

- Planaltos: Parte do relevo elevada, mais ou menos plana, delimitada por declives.

- Depressão absoluta: Porção do relevo terrestre, situada abaixo do nível do mar.

- Depressão relativa: situada abaixo do nível das regiões próximas

- Planícies: Terrenos mais ou menos planos, geralmente em baixas altitudes, compostos por rochas sedimentares e delimitadas por aclives.

Cordilheiras: Alinhamento de várias montanhas. Contudo, são também denominadas, cadeia de montanhas.

Basicamente, em relação aos tipos de relevos do Brasil, as formações como vulcões não existem no país. Contudo, já existiu em uma época geológica muito

6 Pedro Guimarães. Tipos de Relevos do Brasil: classificação e composição do solo. Conhecimento Científico.

<https://conhecimentocientifico.com/tipos-de-relevos-do-brasil/>. Visitado em 29.09.2022.

distante no tempo.

Transformações dos relevos

Em síntese, os relevos se transformam por dois tipos de agentes: internos e externos. Por exemplo, dentre os agentes internos, se destacam o movimento de placas tectônicas. Portanto, esse agente é o responsável por fenômenos que acontecem no interior da terra.

Neste sentido, fazem parte desse agente interno os terremotos, as erupções vulcânicas e os dobramentos.

Dessa forma, o erguimento e o dobramento dos terrenos que se dá no contato entre as placas, deu origem às grandes montanhas que conhecemos hoje. Por outro lado, as atividades vulcânicas deram origem aos relevos chamados de planaltos vulcânicos.

Os agentes externos são fenômenos que causam mudanças das formas terrestres de maneira externa a ela. Neste sentido, as variações climáticas, como a temperatura, o vento e chuva causam alterações físicas e químicas nas rochas.

Dessa forma, nos tipos de relevo do Brasil acontecem muitas formas de transformações terrestres por agentes externos. Assim, a essa atuação dos agentes externos é dado o nome de intemperismo.

Tipos de intemperismo:

- Intemperismo químico: É predominante nas áreas de alta pluviosidade. Portanto, desgasta as rochas pela modificação dos minerais por oxidação e outras reações com água.

- Intemperismo físico: É mais predominante nas áreas com menor pluviosidade (chuvas), como o sertão nordestino e o centro-oeste. Contudo, se caracteriza pela dilatação e contração das rochas e pela oscilação de temperatura causando a sua fragmentação.

- Intemperismo biológico: resultado da ação dos vegetais que com suas raízes desintegram as rochas.

Agentes externos relacionados com a erosão

Nos relevos em geral podem acontecer erosões do relevo por vários fatores. Os tipos de relevo do Brasil se devem a ações de alguns desses fatores. Neste sentido, a erosão pode ser pluvial quando o agente causador são as águas da chuva, fluvial, quando for a águas dos rios.

Contudo, ainda existe a erosão marítima que forma as praias e falésias, e a erosão eólica (ventos) que formam as dunas. Porém, quando a ação da erosão é humana dá-se o nome de erosão antrópica.

Formação dos tipos de relevo

As origens das transformações do relevo se dividem em duas:

- Arranjos estruturais antigos: formações litológicas (rochas).

Processos mais recentes: movimentação das placas tectônicas, desgaste erosivo dos climas anteriores e atuais.

Classificação dos principais tipos de relevo do Brasil

De acordo com Jurandyr Ross (1989) o relevo brasileiro é dividido predominantemente em planaltos, planícies e depressão. Portanto, segundo esse autor o Brasil possui 28 unidades de relevo.

Vale lembrar que antes da classificação feita por Jurandyr Ross houve duas outras classificações de grande importância para a história da geografia brasileira.

Neste sentido, a primeira classificação foi feita por Haroldo Azevedo (1910-1974) em 1949. No entanto, nesta classificação, o Brasil era dividido em 8 unidades de relevos e somente participava dessa classificação os planaltos e planícies.

Posteriormente, a classificação de Azevedo se realizou com o estudo de Aziz Nacib Ab'Saber (1924-2012). Portanto, esse autor classificava como principais relevos, a planície e os planaltos. Além disso, o seu eixo de estudo era focado na erosão e sedimentação.

Principais tipos de relevo do Brasil

- Depressão: Relevo aplainado e rebaixado em relação ao seu entorno. São decorrentes de erosão e circundam os planaltos. Dentre os tipos de relevo do Brasil são encontradas 11 unidades de depressão.

- Planalto: Relevos residuais que se configuram como estruturas mais resistentes à erosão, predominantemente rochas. No total de relevos brasileiros são 11 os planaltos existentes.

- Planícies: bacias de sedimentação recentes. O pantanal mato-grossense é um exemplo de planície.

Nesse sentido, o planalto é uma superfície irregular com 300 metros. A planície é uma área plana formada pelo acúmulo recente de sedimentos e a depressão com superfície de 100 a 500 metros de altitude, é formada pelo processo de erosão.

Constituição do relevo brasileiro

Em sua constituição os tipos de relevo do Brasil são formados por 64% de rochas sedimentares com ocorrência de combustíveis fósseis e 36% de escudos cristalinos (rochas metamórficas e magmáticas) nesses estudos podem ser encontradas as jazidas de minérios.

A diversidade de formas e estruturas de relevo no território brasileiro é muito grande. Contudo, as estruturas e as formações litológicas (rochas) são antigas.

Porém, as formações do relevo são mais recentes, pois o relevo está sempre mudando de forma por causa de desgastes erosivos por ações de fenômenos naturais (ações climáticas) e ações humanas.

Outros relevos encontrados no Brasil

- Escarpa: declive acentuado que geralmente aparece nas bordas dos planaltos. Assim, a escarpa da Cuesta de Botucatu é um exemplo desse relevo.

- Chapada: Tipo de planalto com o topo aplainado e encostas escarpadas. A Chapada dos Guimarães representa esse

tipo de relevo.

- Morro: pequena elevação do terreno. No estado de São Paulo, na região de Cunha existe uma variedade de morros.

- Serra: Basicamente, a serra designa um conjunto variados de relevos como dobramentos antigos e recentes, escarpas de planaltos e cuestas. Um exemplo dessa formação é a serra do Imeri onde está o pico da Bandeira.

- Inselberg: este relevo se caracteriza por uma saliência e é encontrado nas regiões de clima árido e semiárido. Contudo, vale lembrar, que sua estrutura rochosa possui grande resistência pelo fato de não ser desgastado pela erosão que aconteceu em seu entorno. Tem como exemplo, o inselberg de Itaberaba (BA).

As planícies brasileiras

Basicamente, dentre os tipos de relevo do Brasil, as planícies são sedimentações mais recentes com pouca ou nenhuma variação de altitude.

No entanto, quanto aos agentes de sedimentação, se dividem em três tipos: planícies costeiras, quando o agente de sedimentação é o mar; planície fluvial, quando o rio é o responsável pela sua formação; e planícies de origem lacustre quando esse agente é um lago.

Contudo, a maior planície do Brasil é a Planície Amazônica, formada por depósitos quaternários (recentes), está localizada na parte norte do país.

A propósito, esta planície está dividida em várzea, terras firmes e igapó. Por outro lado, existem também, as planícies Pantanal no centro-oeste e a planície litorânea localizada na porção oriental do país.

Planaltos brasileiros

Basicamente, os planaltos brasileiros foram formados por antigos fluxos de lava basáltica. Contudo, comparados aos tipos de relevos do Brasil, é uma formação muito antiga. Neste sentido, a sua atividade sísmica ou vulcânica se realizou no passado.

Dessa forma, a constituição do relevo

brasileiro se dá por duas formas: sedimentar e cristalina. Porém, vale lembrar que nos escudos cristalinos existem reservas minerais metálicas e não metálicas.

Além disso, o planalto brasileiro se estende pelo Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Portanto, de acordo com Aroldo de Azevedo (1949), o planalto brasileiro é subdividido em cinco unidades:

Planaltos:

- Central
- Meridional
- Planalto do meio-Norte
- Planalto Nordeste

Serras e planaltos:

- Serras e planaltos do leste e sudeste

As depressões brasileiras

Primeiramente, quando comparadas, aos tipos de relevo do Brasil, as depressões são originadas por processos erosivos nas bordas das bacias sedimentares.

Contudo, essa forma de relevo só foi aparecer na classificação do geógrafo Aziz N. Ab'. Assim, podemos classificar as depressões quanto a sua localização:

- Periférica: área de contato entre bacias sedimentares e núcleos cristalinos
- Marginais: áreas de origem sedimentar
- Interplanálticas: localizam-se em terrenos de baixa altitude em relação aos planaltos.

Urbanização: crescimento urbano, problemas estruturais, contingente populacional brasileiro

O processo de urbanização no Brasil teve início no século XX, a partir do processo de industrialização, que funcionou como um dos principais fatores para o deslocamento da população da área rural em direção a área urbana. Esse deslocamento, também chamado de êxodo rural, provocou a mudança de um modelo agrário-exportador para um modelo

urbano-industrial. Atualmente, mais de 80% da população brasileira vive em áreas urbanas, o que equivale aos níveis de urbanização dos países desenvolvidos⁷.

Até 1950 o Brasil era um país de população, predominantemente, rural. As principais atividades econômicas estavam associadas à exportação de produtos agrícolas, dentre eles o café. A partir do início do processo industrial, em 1930, começou a se criar no país condições específicas para o aumento do êxodo rural. Além da industrialização, também esteve associado a esse deslocamento campo-cidade, dois outros fatores, como a concentração fundiária e a mecanização do campo.

Em 1940, apenas 31% da população brasileira vivia em cidades. Foi a partir de 1950 que o processo de urbanização se intensificou, pois com a industrialização promovida por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek houve a formação de um mercado interno integrado que atraiu milhares de pessoas para o Sudeste do país, região que possuía a maior infraestrutura e, conseqüentemente, a que concentrava o maior número de indústrias.



A partir de 1970, mais da metade dos brasileiros já se encontrava em áreas urbanas, cuja oferta de emprego e de serviços, como saúde, educação e transporte, eram maiores. Em 60 anos, a população rural aumentou cerca de 12%, enquanto que a população urbana passou de 13 milhões de habitantes para 138 milhões, um aumento de mais de 1.000%.

⁷ Leonardo Delfim Gobbi. Urbanização brasileira. Educação. Geografia. <http://educacao.globo.com/geografia/assunto/urbanizacao/urbanizacao->

brasileira.html. Visitado em 29.09.2022.

Desigualdades

As desigualdades econômicas e a dificuldade de determinadas regiões em se inserirem na economia nacional, possibilitou a ocorrência de uma urbanização diferenciada em cada uma das regiões brasileiras.

A região Sudeste, por concentrar a maior parte das indústrias do país, foi a que recebeu grandes fluxos migratórios vindos da área rural, principalmente da região nordeste. Ao analisarmos a tabela abaixo, observamos que o Sudeste é a região que apresenta as maiores taxas de urbanização dos últimos 70 anos. A partir de 1960, com 57%, foi a primeira região a registrar uma superioridade de habitantes vivendo na área urbana em relação à população rural.

Na região Centro-Oeste, o processo de urbanização teve como principal fator a construção de Brasília, em 1960, que atraiu milhares de trabalhadores, a maior parte deles vindos das regiões Norte e Nordeste. Desde o final da década de 1960 e início da década de 1970, o Centro-Oeste tornou-se a segunda região mais urbanizada do país.

Taxa de Urbanização das Regiões Brasileiras (IBGE)

Região	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2007	2010
Brasil	31,24	36,16	44,67	55,92	67,59	75,59	81,23	83,48	84,36
Norte	27,75	31,49	37,38	45,13	51,65	59,05	69,83	76,43	73,53
Nordeste	23,42	26,4	33,89	41,81	50,46	60,65	69,04	71,76	73,13
Sudeste	39,42	47,55	57	72,68	82,81	88,02	90,52	92,03	92,95
Sul	27,73	29,5	37,1	44,27	62,41	74,12	80,94	82,9	84,93
Centro Oeste	21,52	24,38	34,22	48,04	67,79	81,28	86,73	86,81	88,8

A urbanização na região Sul foi lenta até a década de 1970, em razão de suas características econômicas de predomínio da propriedade familiar e da policultura, pois um número reduzido de trabalhadores rurais acabava migrando para as áreas urbanas.

A região Nordeste é a que apresenta hoje a menor taxa de urbanização no Brasil. Essa fraca urbanização está apoiada no fato de que dessa região partiram várias correntes migratórias para o restante do país e, além disso, o pequeno desenvolvimento

econômico das cidades nordestinas não era capaz de atrair a sua própria população rural.

Até a década de 60 a Região Norte era a segunda mais urbanizada do país, porém a concentração da economia do país no Sudeste e o fluxo de migrantes dessa para outras regiões, fez com que o crescimento relativo da população urbana regional diminuísse.

Problemas urbanos

O rápido e desordenado processo de urbanização ocorrido no Brasil irá trazer uma série de consequências, e em sua maior parte negativas. A falta de planejamento urbano e de uma política econômica menos concentradora irá contribuir para a ocorrência dos seguintes problemas:

- **Favelização** – Ocupações irregulares nas principais capitais brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, serão fruto do grande fluxo migratório em direção às áreas de maior oferta de emprego do país. A falta de uma política habitacional acabou contribuindo para o aumento acelerado das favelas no Brasil.

- **Violência Urbana** – Mesmo com o crescimento industrial do país e com a grande oferta de emprego nas cidades do sudeste, não havia oportunidades de emprego o bastante para o grande fluxo populacional que havia se deslocado em um curto espaço de tempo. Por essa razão, o número de desempregados também era grande, o que passou a gerar um aumento dos roubos, furtos, e demais tipos de violência relacionadas às áreas urbanas.

- **Poluição** – O grande número de indústrias, automóveis e de habitantes vai impactar o aumento das emissões de gases poluentes, assim como com a contaminação dos lençóis freáticos e rios dos principais centros urbanos.

- **Enchentes** – A impermeabilização do solo pelo asfaltamento e edificações, associado ao desmatamento e ao lixo industrial e residencial, fazem com que o problemas das enchentes seja algo comum nas grandes cidades brasileiras.

Matriz Energética Brasileira

O que é matriz energética?

Matriz energética é o parque de fontes de energia utilizados para atender a demanda de energia da sociedade⁸.

As fontes de energia podem ser renováveis e não renováveis.

As energias renováveis provêm de recursos naturais, tal como água, vento e sol, e podem ser reabastecidos, ou renovados, de forma mais ou menos contínua e rápida. Além disso, são pouco poluentes.

As energias não renováveis têm origem na queima de combustíveis fósseis, que demoram milhões de anos para serem formados. São sinônimo de energia suja, pois são altamente poluentes.

Fontes de energia da matriz energética do Brasil

Energias renováveis

- Biomassa: tem origem na matéria orgânica, tal como o etanol, que é feito a partir do processamento da cana-de-açúcar. Exemplo: Usina São Martinho, em São Paulo.

- Eólica: tem origem na energia do vento. Exemplo: Usina Eólica de Prainha, localizada no Ceará.

- Hidráulica: tem origem na energia das correntes de água. Exemplo: Usina Hidrelétrica de Itaipu, localizada entre o Brasil e o Paraguai.

- Solar: tem origem na luz solar, mediante a utilização de placas solares. Exemplo: Usina Megawatt Solar, em Florianópolis.

Energias não renováveis

- Carvão mineral: tem origem no carvão, que é um combustível fóssil. Exemplo: Jazida de carvão mineral no vale do rio Jacuí, no Rio Grande do Sul.

- Gás natural: tem origem na mistura de derivados de combustíveis fósseis.

Exemplo: Gasoduto Bolívia - Brasil, que interliga ambos países.

- Petróleo: tem origem na decomposição de matéria orgânica. Exemplo: Bacia de Campos, que se estende do Espírito Santo ao Rio de Janeiro.

- Nuclear: tem origem na liberação de núcleos atômicos. Exemplo: Angra 1, a primeira usina nuclear brasileira.

Matriz elétrica brasileira

A matriz elétrica brasileira tem como principal fonte a energia hidráulica. Isso acontece graças à disponibilidade de água no país, que o coloca numa situação bastante confortável no que respeita à produção de eletricidade.

No Brasil, a produção da energia elétrica com fonte renovável representa 80,4%, dos quais 64,9% tem origem hidráulica.

Em termos comparativos, importa referir que apenas 24% da energia elétrica no mundo é renovável.

Distribuição

Com grande destaque para a hidrelétrica, a grande base de nossa matriz energética. Segundo dados de 2019 do Balanço Energético Nacional Interativo, 64,9% da energia consumida no Brasil é de fonte hidráulica⁹.

O Brasil usa 83% de fontes renováveis para a produção de energia, enquanto a média mundial é de 25%. Além de mais sustentabilidade, isso também gera menos custos de operação para as usinas que escolhem a energia renovável.

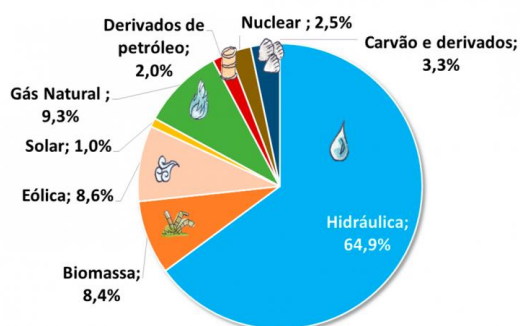
Além da hidrelétrica, a matriz energética do Brasil também é dividida em: gás natural (9,3%), eólica (8,6%), biomassa (8,4%), carvão e derivados (3,3%), nuclear (2,5%), derivados do petróleo (2,0%), solar (1,0%).

O país tem grande potencial de produção de energia renovável por conta do clima, agricultura e distribuição hídrica. Nos últimos anos, a energia eólica e solar cresceram, especialmente no nordeste.

⁸ Matriz Energética Brasileira. Toda Matéria. <https://www.todamateria.com.br/matriz-energetica-brasileira/>. Visitado em 29.09.2022.

⁹ Incom. Como é a matriz energética brasileira? Vetorlog. <https://www.vetorlog.com/2021/06/25/como-e-a-matriz-energetica-brasileira/>. Visitado em 29.09.2022.

Deixando a matriz energética brasileira cada vez mais limpa.



Problemas Ambientais Brasileiros

Os problemas ambientais no Brasil, assim como no restante do mundo, são variados e afetam diretamente a qualidade de vida da população. A poluição atmosférica, por exemplo, aumenta os riscos de doenças respiratórias e cardiovasculares, as quais levam muitas pessoas à morte todos os anos. Diante disso, é fundamental conhecermos as consequências dos impactos que causamos no planeta e criarmos medidas que visem a diminuir tais efeitos¹⁰.

Principais problemas ambientais brasileiros

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 90% dos municípios brasileiros enfrentam problemas ambientais. Entre os mais relatados, estão queimadas, desmatamentos e assoreamento de rios.

Queimadas

As queimadas podem ser definidas como o processo de queima de biomassa e podem ocorrer ou não em decorrência da ação do ser humano. Essa técnica é muito utilizada na agropecuária com o objetivo de renovar pastagens, limpar uma determinada área e, até mesmo, facilitar a colheita de alguns alimentos, como é o caso da cana-de-açúcar.

Apesar de parecerem benéficas, as queimadas são extremamente prejudiciais para o meio ambiente, pois liberam vários gases na atmosfera, entre eles o gás carbônico, que está associado à intensificação do efeito estufa. Assim, a poluição atmosférica é uma de suas consequências.

Há ainda outros resultados ruins para o meio ambiente, como: morte de micro-organismos que vivem no solo, aumento do risco de erosão, destruição de habitats naturais, redução da quantidade de matéria orgânica e de nutrientes no solo e poluição de ambientes aquáticos pelas cinzas liberadas.

Desmatamento

No desmatamento, ocorre a retirada total ou parcial da vegetação de uma área, geralmente, para exploração de madeira, ampliação da área de plantações ou criação de gado, construção de estradas e ampliação de cidades.

Esse processo é extremamente grave e afeta a nossa vida e a de outros seres vivos desta e de futuras gerações. Entre as principais consequências do desmatamento, podemos citar alterações climáticas, aumento das erosões e redução da fertilidade do solo, destruição de habitats e perda de biodiversidade.

Assoreamento dos cursos de rios

No assoreamento dos cursos de rios, observa-se o acúmulo de partículas sólidas, causando a obstrução do corpo d'água. Entre suas principais causas, podemos destacar o desmatamento, a erosão das encostas e a degradação da mata ciliar (vegetação nas margens dos corpos d'água).

Como consequências desse processo, ocorre a redução da velocidade da correnteza e da profundidade desses locais. Além disso, a água torna-se mais turva, dificultando a passagem de luz e, conseqüentemente, a realização de

¹⁰ Ecologia. Problemas Ambientais Brasileiros. <https://www.biologianet.com/ecologia/problemas-ambientais-brasileiros.htm>. Visitado em 29.09.2022.

fotossíntese, desencadeando desequilíbrio nesse ecossistema.

Outros problemas ambientais no Brasil

Além das queimadas, desmatamentos e assoreamentos dos rios, outros problemas ambientais afetam nosso país e o mundo. Entre eles, podemos citar: a poluição da água, do solo e da atmosfera.

Poluição da água

A poluição da água provoca alterações na composição química, física ou biológica dessa substância, colocando em risco os seres humanos e outros seres vivos. Pode ainda afetar atividades econômicas, como a agricultura e o turismo.

Questões

01. (Prefeitura de Crato/CE – Professor de Geografia – CEV-URCA - 2021) Em relação as Bacias Hidrográficas do Brasil, qual bacia hidrográfica tem suas vertentes delimitadas pelos divisores de água da Cordilheiras dos Andes, pelo Planalto das Guianas e pelo Planalto Central.

- A - Bacia do Paraná;
- B - Bacia do Paraguai;
- C - Bacia do Rio São Francisco;
- D - Bacia do Rio Amazonas ou Amazônica;
- E - Bacia do Rio Parnaíba.

02. (Prefeitura de Esperança do Sul/RS – Professor de Geografia – Alternative Concursos - 2021) “É encontrado nas áreas de maior altitude da região Sudeste. Sofre grande influência anual da massa Tropical Atlântica, que é úmida. No inverno, a massa Polar Atlântica provoca baixas temperaturas e geadas”.

O conceito acima se refere a qual clima:

- A - Litorâneo Úmido
- B - Tropical Continental
- C - Tropical Semiárido
- D - Tropical de Altitude
- E - Subtropical Úmido

03. (Prefeitura de Mata Grande/AL – Professor de Geografia – ADM&TEC - 2020)

Leia as afirmativas a seguir:

I. No Brasil, a distribuição espacial dos totais médios anuais de chuva coloca em foco os dois grandes contrastes pluviométricos do país: a região norte, com as mais elevadas médias, e o sertão nordestino, com os mais baixos índices. Essa característica, por sua vez, mostra-se diretamente relacionada ao tipo de vegetação encontrada em cada uma dessas regiões.

II. Os planaltos sedimentares são formados por rochas sedimentares, o que resultou da elevação das regiões de bacias sedimentares provocada por agentes endógenos de modificação do relevo (exemplo: tectonismo). As rochas sedimentares, por sua vez, são rochas formadas através da deposição, e consequente cimentação ou consolidação de fragmentos provenientes de material mineral ou material orgânico (ou a mistura de ambos).

Marque a alternativa CORRETA:

- A - As duas afirmativas são verdadeiras.
- B - A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- C - A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- D - As duas afirmativas são falsas.

04. (Prefeitura de Vila Velha/ES – Agente Municipal de Defesa Civil – IBADE - 2020) O Pico da Bandeira é o terceiro ponto mais alto do Brasil, com 2.892 metros de altitude, situado no interior do Parque Nacional do Caparaó, na divisa dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. Trata-se de um(a):

- A - acidente geográfico natural.
- B - acidente geográfico artificial.
- C - área de vulcanismo.
- D - área de terremoto.
- E - planície litorânea.

05. (Prefeitura de Camboriú/SC – Professor de Geografia – FEPese - 2021) Sobre o processo de metropolização do Brasil, é correto afirmar:

1. Em um primeiro momento, a urbanização brasileira caracterizou-se pelo crescimento dos maiores centros urbanos, que correspondiam, na maioria das vezes, às capitais estaduais ou aos centros industriais de maior expressão, como por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre, entre outros.

2. O forte incremento populacional urbano fez nascer as principais metrópoles de nosso país, cidades com mais de um milhão de habitantes, caracterizadas pela concentração de capitais e da produção e por uma diversificada infraestrutura de serviços como saúde, educação e lazer.

3. O grande afluxo de migrantes em direção às metrópoles brasileiras gerou um processo de crescimento exagerado e desordenado de suas áreas urbanas, que em muitos casos uniram-se às áreas urbanas de cidades próximas, criando grandes aglomerações.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- A - É correta apenas a afirmativa 1.
- B - É correta apenas a afirmativa 3.
- C - São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- D - São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- E - São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

06. (Câmara de Flores/PE – Artífice – CONTEMAX - 2020) A matriz energética mundial é constituída, em geral, por fontes de energia não renováveis. A matriz energética brasileira, por sua vez, possui a sua base na produção de energia:

- A - eólica.
- B - hidrelétrica.
- C - nuclear.
- D - solar.
- E - vegetal.

07. (IBGE - Agente de Pesquisas por Telefone - CESPE/CEBRASPE - 2021) O desmatamento é a retirada total ou parcial da vegetação. Um forte exemplo do desmatamento no Brasil ocorreu na Mata Atlântica, desmatada para a obtenção de madeiras, plantação e ampliação de cidades.

Internet: <aiasec.org.br> (com adaptações).

Segundo a Associação Internacional de Estudantes de Ciências Econômicas e Comerciais (AIESEC), um dos maiores problemas ambientais do Brasil é o volume do desmatamento. Do ponto de vista socioeconômico, no contexto atual, o desmatamento

A - atinge diretamente as florestas brasileiras, mas é necessário para o desenvolvimento do país.

B - leva a caminhos de reflexão, análise e busca por ações voltadas à sustentabilidade ambiental como alternativa para o desenvolvimento.

C - vem sendo a saída mais sustentável para a minimização da desigualdade entre os povos da floresta.

D - afeta puramente a população do campo, já que a derrubada das árvores modifica o clima e afeta a agropecuária.

E - vem sendo controlado, com o volume vegetal remanescente conforme o previsto na lei.

08. (Prefeitura de Cascavel/PR – Professor – OBJETIVA - 2020) Em relação à influência do ser humano no clima, devem ser relacionados os seguintes fatores:

- I. O desmatamento.
 - II. A urbanização.
 - III. Os rios represados para geração de energia elétrica.
 - IV. A construção de lagos artificiais.
- Estão CORRETOS:
- A - Somente os itens I e II.
 - B - Somente os itens II e IV.
 - C - Somente os itens III e IV.
 - D - Todos os itens.
 - E - Nenhum dos itens.

Alternativas

01 – D | 02 – D | 03 - A | 04 - A | 05 - E |
06 - B | 07 - B | 08 - D

REPÚBLICA VELHA

Consolidação da República

Em 15 de novembro de 1889, o marechal Deodoro da Fonseca proclamou a República. Apesar das divergências que existiam sobre o tipo de república a ser construída no país, as elites que dominavam a política em São Paulo, Minas Gerais e no Rio Grande do Sul defendiam o **federalismo**, em oposição à centralização imperial¹¹.

Paulistas e mineiros defendiam propostas inspiradas no liberalismo e tinham, sobretudo os paulistas, o modelo estadunidense como referência, em relação à autonomia dos estados e às liberdades individuais.

No Rio Grande do Sul, havia um importante grupo de políticos liderado por Júlio de Castilhos. Esse grupo defendia, com base nos ideais positivistas, a instauração de uma ditadura republicana que, ao garantir a ordem, levaria o país ao progresso. Já no Rio de Janeiro, a capital da República, existia um grupo de republicanos radicais, chamados de jacobinos. Eram civis e militares, alguns deles positivistas, que defendiam de maneira exaltada o regime republicano e opunham-se de maneira contundente à volta da monarquia.

Havia também os monarquistas, que desejavam o retorno do antigo sistema. Entre os militares, predominavam os republicanos. E, mesmo entre estes, havia divergências: enquanto alguns oficiais seguiam a liderança de Deodoro, outros preferiam a de Floriano Peixoto. Mas havia também os positivistas, que tinham Benjamin Constant como líder, e alguns monarquistas, sobretudo na Marinha, que tinham fortes ligações com o Império.

Nesse emaranhado de projetos políticos, no início de 1890 o Governo Provisório convocou uma Assembleia Nacional Constituinte para institucionalizar o novo regime e elaborar o conjunto de leis que o regeriam.

Assim, em 24 de fevereiro de **1891**, foi promulgada a primeira **Constituição republicana** do país, a **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Inspirada no modelo vigente nos Estados Unidos, ela era liberal e federativa, concedendo aos estados prerrogativas de constituir forças militares e estabelecer impostos.

Além disso, ela instaurou o presidencialismo como regime político, com a separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e oficializou a separação entre Estado e Igreja. Os deputados constituintes também elegeram o marechal Deodoro da Fonseca para a presidência e o marechal Floriano Peixoto para a vice-presidência da República. Mas o novo regime republicano enfrentaria crises muito sérias até se consolidar definitivamente.

República de Espadas

Na área econômica, comandada por Rui Barbosa, então ministro da Fazenda, a República começou com grande euforia. Com o objetivo de estimular o crescimento econômico e a industrialização do país, o governo autorizou que os bancos concedessem crédito a qualquer cidadão que desejasse abrir uma empresa. E, para cobrir esses empréstimos, permitiu a impressão de uma imensa quantidade de papel-moeda.

Como a moeda brasileira tinha como referência a libra inglesa, as emissões de dinheiro sem lastro (sem garantia em ouro) provocaram o aumento acelerado da inflação. Muitos dos empréstimos concedidos foram usados para abrir empresas que existiam apenas no papel, mas cujas ações, ainda assim, eram negociadas na Bolsa de Valores. Como

11 História. Ensino Médio. Ronaldo Vainfas [et al.] 3ª edição. São Paulo.

Saraiva.

resultado, muitos investidores perderam seu dinheiro e a inflação aumentou, atingindo toda a sociedade brasileira. Essa medida, que visava estimular a economia, mas resultou em desvalorização da moeda e especulação financeira, recebeu o nome de **Encilhamento**.

Na área política, assistia-se a graves conflitos envolvendo o presidente e os militares que o apoiavam, de um lado, e políticos liberais e a imprensa, do outro. Oito meses após ser eleito, em novembro de 1891, Deodoro da Fonseca determinou o fechamento do Congresso Nacional e decretou estado de sítio no país. Os oficiais que seguiam a liderança de Floriano Peixoto não apoiaram o golpe de Estado; assim como a Marinha, que considerou autoritária a atitude do presidente, e diversas lideranças civis. Sem apoio político, o presidente renunciou no dia 23.

Nesse mesmo dia, Floriano Peixoto, seu vice, assumiu a presidência da República.

A posse do novo presidente foi muito questionada. De acordo com a Constituição, o vice assumiria somente se o presidente houvesse cumprido metade de seu mandato, ou seja, dois anos. Caso contrário, ela previa a realização de uma nova eleição. Mas Floriano estava decidido a permanecer no poder, com o apoio dos florianistas, que alegavam que o dispositivo constitucional só valeria para o próximo mandato presidencial.

Treze generais do Exército contestaram sua posse e, por meio de um manifesto, exigiram eleições presidenciais. Floriano ignorou o protesto e mandou prender os generais. Receosas com a instabilidade da República, as elites políticas de São Paulo, representadas pelo Partido Republicano Paulista (PRP), apoiaram o novo presidente. Floriano, por sua vez, percebeu que o suporte do PRP era fundamental.

Ele também contou com o apoio de importantes setores do Exército e da população do Rio de Janeiro. Oficiais da Marinha de Guerra (Armada) tornaram-se a sua principal oposição. Em 6 de setembro de 1893, posicionaram os navios de guerra

na baía de Guanabara, apontaram os canhões para o Rio de Janeiro e Niterói e dispararam tiros contra as duas cidades - era o início da **Revolta da Armada**. Em março do ano seguinte a situação tornou-se insustentável nos navios - não havia munição, alimentos, água nem o apoio da população. Parte dos revoltosos pediu asilo político a Portugal, a outra foi para o Rio Grande do Sul participar de um conflito que eclodira um ano antes: a **Revolução Federalista**.

Revolução Federalista

A instalação da República alterou a política do Rio Grande do Sul. Com ela, o **Partido Republicano Rio-Grandense** alcançara o poder. Apoiada por Floriano Peixoto e liderada por **Júlio de Castilhos**, a agremiação de orientação positivista tornou-se dominante no estado em que passou a governar de maneira autoritária.

A principal força de oposição ao Partido Republicano era o **Partido Federalista**, liderado por Gaspar Silveira Martins, que defendia o parlamentarismo e a predominância da União Federativa sobre o poder estadual - enquanto os republicanos pregavam o sistema presidencialista e a autonomia dos estados.

Diante da violência e das fraudes eleitorais, os federalistas uniram-se a outras forças de oposição, dando origem a uma sangrenta guerra civil, que ficou conhecida como **Revolução Federalista** (1893-1895). Os conflitos não se limitaram ao estado do Rio Grande do Sul, estendendo-se aos de Santa Catarina e do Paraná, e só terminaram em junho de 1895 com a vitória dos republicanos sobre os federalistas. A Revolução Federalista causou muito sofrimento ao sul do país. Somente no Rio Grande do Sul, que contava com cerca de 900 mil habitantes, morreram de 10 a 12 mil pessoas, muitas delas degoladas.

Passados cinco anos da proclamação da República, chegava ao fim o governo de Floriano Peixoto. No dia 15 de novembro de 1894, o marechal passou a faixa presidencial ao paulista **Prudente de**

Morais, conferindo novos ares à República. Pela primeira vez, um civil ligado às elites agrárias, em especial aos cafeicultores, assumia o poder. Com a eleição de Prudente de Moraes, encerrava-se o período conhecido como República da Espada.

Modelo Político

A Constituição de 1891 estabeleceu eleições diretas para todos os cargos dos poderes Legislativo e Executivo. Também determinou que, excetuando os mendigos, os analfabetos, os praças de pré, os religiosos, as mulheres e os menores de 21 anos, todos os cidadãos brasileiros eram eleitores e elegíveis.

Apesar de suprimir a exigência de renda mínima constante da Constituição imperial, a primeira Constituição da República também excluía a maioria da população brasileira do direito de votar. O voto foi decretado aberto, mas, como não havia Justiça Eleitoral, na prática as eleições eram caracterizadas pela fraude. A organização da eleição dos municípios, bem como a redação da ata da seção eleitoral, ficava a cargo dos chefes políticos locais, os chamados **coronéis**.

Isso lhes permitia registrar o que bem quisessem nas atas - daí o nome "**eleições a bico de pena**" - e também controlar as escolhas dos eleitores, por meio da violência ou do suborno. Era comum, por exemplo, que nas atas das seções eleitorais constassem votos de eleitores já mortos para o candidato dos coronéis.

Ou então que os coronéis reunissem os eleitores em um determinado lugar para receber as cédulas eleitorais já preenchidas. Esses locais eram chamados de "**curral eleitoral**". De modo geral, os eleitores votavam no candidato do coronel por vários motivos: obediência, lealdade ou gratidão, ou em busca de algum favor, como dinheiro, serviços médicos e até mesmo proteção. Afinal, sem a garantia dos direitos civis e políticos, grande parte da população rural - vale lembrar que a imensa maioria dos brasileiros então vivia no campo - buscava a proteção de um coronel e acabava

se inserindo em uma rede de favores e proteção pessoal.

O Poder dos Coronéis

Também conhecida como coronelismo, a chamada "**República dos coronéis**" era um sistema político que resultou da Constituição de 1891 e marcou a Primeira República. Se no Império os presidentes de estado (hoje denominados governadores) eram nomeados pelo poder central, com a República eles passaram a ser eleitos pelos coronéis. Nos municípios, eram os coronéis que, por meio da violência e da fraude eleitoral, controlavam os votos que elegiam o presidente de estado, e também os deputados estaduais e federais, os senadores e até mesmo o presidente da República.

Por outro lado, eles dependiam do governante estadual para nomear parentes e protegidos a cargos públicos ou liberar verbas para obras nos municípios. Assim, criava-se uma ampla **rede de alianças** e favores, em que coronéis, presidentes de estado, parlamentares e o próprio presidente da República estavam atados por fortes laços de interesses. Esse esquema se consolidou na presidência de Campos Sales (1898-1902), idealizador do que veio a ser chamado de política dos governadores Ou dos esta- dos.

Nela, o governo federal apoiava as oligarquias dominantes nos estados, que em troca sustentavam politicamente o presidente da República no Congresso Nacional, controlando a eleição de senadores e deputados federais - e evitando, dessa forma, que os candidatos da oposição se elegessem. Ainda assim, caso isso acontecesse, a **Comissão de Verificação de Poderes da Câmara Federal**, responsável por aprovar e confirmar a vitória dos candidatos eleitos, impugnava a posse, sob a alegação de fraude.

Apesar das fraudes eleitorais, as eleições periódicas foram importantes para a configuração do sistema político brasileiro. **Primeiro**, porque exigiam o mínimo de competição no jogo eleitoral, permitindo a

renovação das elites dirigentes. **Segundo**, porque, mesmo com o controle do voto, havia alguma mobilização do eleitorado - com o qual as elites, mesmo dispondo de grande poder político, precisavam manter alguma interlocução.

Política do Café com Leite

A política dos governadores inaugurada por Campos Salles fundamentou a chamada **República Oligárquica**. Ela reforçou os poderes das oligarquias - sobretudo as dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Como o número de representantes por estado no Congresso era proporcional à sua população, São Paulo e Minas Gerais, que eram os estados mais populosos e ricos - da federação, elegiam as maiores bancadas na Câmara dos Deputados.

Vale lembrar que, à época, os partidos políticos eram estaduais e proliferavam siglas como Partido Republicano Mineiro, Partido Republicano Paulista, Partido Republicano Rio-Grandense etc. Expressão simbólica da aliança entre o Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Mineiro foi a chamada **política do café com leite**, que funcionava no momento da escolha do sucessor presidencial.

As oligarquias dos dois estados escolhiam um nome comum para presidente, ora filiado ao partido paulista, ora ao mineiro. A cada sucessão presidencial, a aliança entre Minas Gerais e São Paulo precisava ser renovada, muitas vezes com conflitos e interesses divergentes. Por serem fortes em termos políticos e econômicos, formaram-se duas oligarquias dominantes no país: a de São Paulo e a de Minas Gerais. Embora em posição inferior à aliança entre paulistas e mineiros, destacavam-se também a do Rio Grande do Sul, a da Bahia e a do estado do Rio de Janeiro.

Houve eleições em que os vitoriosos não estavam comprometidos com a política do café com leite, caso de Hermes da Fonseca em 1910 e de Epitácio Pessoa em 1919. O importante é considerar que as oligarquias

dos estados que se encontravam fora da política do café com leite passaram a questionar o sistema político na década de 1920.

Aspectos Econômicos

Por volta de 1830, o café tornou-se o principal produto de exportação do Brasil, superando o açúcar. Com a expansão das lavouras cafeeiras para o Oeste Paulista, a partir da década de 1870, a cafeicultura estimulou a economia do país, cujo dinamismo atraiu investidores estrangeiros, sobretudo britânicos.

Ela propiciou a construção e o reaparelhamento de ferrovias, estradas, portos e o surgimento de bancos, casas de câmbio e de exportação. Também foram criados estaleiros, empresas de navegação e moinhos. O café mudou o país, inclusive incentivando a sua industrialização. Surgiram, por exemplo, fábricas de tecidos, chapéus, calçados, velas, alimentos, utensílios domésticos etc. Tratava-se de um tipo de indústria, a de bens de consumo não duráveis, que não exigia grande tecnologia ou altos investimentos de capital, mas que empregava grande quantidade de mão de obra.

A riqueza gerada pelas exportações de café possibilitou, ainda, o aumento das importações e a expansão das cidades, com a instalação de serviços públicos (como iluminação a gás e sistema de transporte urbano), novas práticas de diversão e até mesmo maior circulação de jornais e livros. A cidade que mais cresceu foi a de São Paulo, principalmente a partir de 1886, com a chegada de milhares de imigrantes.

Crise do Café

Na década de 1920, o café, que era então responsável por mais da metade das exportações brasileiras, sustentava a economia do país. Por consequência, a oligarquia paulista tornara-se dominante na política brasileira - dos 12 presidentes eleitos entre 1894 e 1930, seis eram filiados ao Partido Republicano Paulista.

A crescente produção cafeeira, contudo,

acabou provocando graves problemas. O consumo do café brasileiro, que nesse período atendia a 70% da demanda mundial, estabilizou-se, mas os fazendeiros continuaram expandindo suas plantações. Com uma produção maior do que a capacidade de consumo, os preços internacionais caíram, causando prejuízos e gerando dívidas.

A **primeira crise de superprodução ocorreu em 1893**. Ao assumir a presidência em 1894, Prudente de Moraes teve de lidar com grave crise econômica. Campos Salles, que o sucedeu na presidência em 1898, fez um acordo com os credores internacionais conhecido como **funding loan**. Pelo acordo, que transformou todas as dívidas brasileiras em uma única, cujo credor era a casa bancária britânica dos Rothschild, o Brasil recebeu como empréstimo 10 milhões de libras esterlinas. Além de oferecer as rendas da alfândega do Rio de Janeiro como garantia, o governo se comprometeu a realizar uma política econômica deflacionária, retirando papel-moeda do mercado, o que gerou recessão, falências e desemprego e não resolveu os problemas da superprodução de café e da queda dos preços no mercado internacional.

Para evitar maiores prejuízos, representantes das oligarquias cafeeiras dos estados de São Paulo, Minas Gerais e do Rio de Janeiro reuniram-se na cidade paulista de Taubaté e elaboraram, em 1906, um plano para a defesa do produto, que, a princípio, não contou com o apoio do governo federal.

Pelo **Convênio de Taubaté** - como ficou conhecido esse encontro - estabeleceu-se a política de valorização do café, pela qual os governos dos estados conveniados recorreriam a empréstimos externos para comprar e estocar o excedente da produção de café, até que seu preço se estabilizasse no mercado internacional, de modo a garantir o lucro dos cafeicultores. Para o pagamento dos juros da dívida, seria cobrado um imposto sobre as exportações de café.

Dois anos depois, na presidência de

Afonso Pena, o governo federal deu garantias aos empréstimos. A política de valorização do café foi benéfica apenas para os cafeicultores, em especial os paulistas, em detrimento dos produtores de açúcar, algodão, charque, cacau etc. Além de acentuar as desigualdades regionais, grande parte dos custos dessa política acabou recaindo sobre a sociedade brasileira, que teve de arcar com os prejuízos.

Economia da Borracha

No começo da República, outro importante produto de exportação era a borracha da Amazônia, que alcançou seu auge entre 1890 e 1910. Em meados do século XIX, desenvolveu-se o processo de vulcanização da borracha, por meio do qual ela se tornava endurecida, porém flexível, perfeita para ser usada em instrumentos cirúrgicos e de laboratório. O sucesso do produto aconteceu mesmo ao ser empregado na fabricação de pneus tanto de bicicletas como de automóveis. Em 1852, o Brasil exportava 1 600 toneladas de borracha (2,3% das exportações nacionais). Em 1900, já ultrapassava os 24 milhões de toneladas, o que equivalia a quase 30% das exportações.

Além de empregar cerca de 1 10 mil pessoas que trabalhavam nos seringais, a extração do látex na região Norte fez com que as cidades de Belém e Manaus passassem por grandes transformações: expansão urbana, instalação de serviços (iluminação pública, bondes elétricos, serviços de telefonia e de distribuição de água). A partir de 1910, contudo, a entrada da borracha de origem asiática no mercado internacional provocou um drástico declínio na produção amazônica. Extraída em colônias inglesas e holandesas, a borracha asiática tinha maior produtividade, melhor qualidade e menor preço.

Disputas por Território

Os primeiros governos republicanos enfrentaram problemas de disputas

territoriais com os vizinhos latino-americanos.

O primeiro deles foi sobre a região oeste dos atuais estados de Santa Catarina e Paraná, que era reclamada pelos argentinos. A questão foi resolvida pela arbitragem internacional dos EUA em 1895, confirmando a posse brasileira.

Outra pendência foi com a França, sobre a demarcação das fronteiras do Brasil com a **Guiana Francesa**. Com arbitragem internacional do governo suíço, o Brasil venceu a disputa em 1900, impondo sua soberania sobre as terras que hoje integram o estado do **Amapá**.

No ano seguinte, o Brasil entrou em disputa com a Grã-Bretanha sobre os limites territoriais entre a Guiana Britânica (ou Inglesa) e o norte do então estado do Amazonas - que hoje corresponde ao estado de **Roraima**.

O rei da Itália, Vítor Emanuel II, foi convocado como árbitro internacional, e em 1904 ele decidiu a favor dos britânicos. Desse modo, o Brasil perdeu parte do território conhecido como Pirara, e a Grã-Bretanha obteve acesso à bacia Amazônica por meio de alguns de seus afluentes.

Outra disputa, bem mais complexa, foi travada em torno da região onde hoje se localiza o **Acre**, que então pertencia à Bolívia e ao Peru. Muitos nordestinos, em particular cearenses, que sofriam com a seca, haviam se estabelecido ali para explorar o látex, gerando conflitos armados com tropas bolivianas. Os brasileiros chegaram a declarar a independência política do Acre. Em 1903, a diplomacia brasileira conseguiu uma vitória com o **Tratado de Petrópolis**, que incorporava o Acre ao território brasileiro em troca de indenizações à Bolívia e ao Peru.

Cabe destacar a relevante atuação de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, responsável pelas relações internacionais do Brasil entre 1902 e 1912. Ele não só esteve à frente das negociações que envolviam disputas territoriais do país como fez do Ministério das Relações Exteriores uma instituição

profissionalizada e aproximou o Brasil dos EUA.

Movimentos e Revoltas

Revolta da Vacina

Além de modernizar a cidade, era necessário erradicar as doenças epidêmicas da capital da República. Com base nas então recentes descobertas sobre os microrganismos e a capacidade de mosquitos, moscas e pulgas transmitirem doenças, o médico sanitário Oswaldo Cruz, a quem coube essa tarefa, estava decidido a erradicar a febre amarela, com o combate aos mosquitos, a varíola, com a vacinação, e a peste bubônica, com a caça aos ratos, cujas pulgas transmitiam a doença.

Em junho de 1904, Rodrigues Alves enviou um projeto de lei ao Congresso que propunha a obrigatoriedade da vacinação contra a **varíola**. Havia grande insatisfação popular contra as reformas urbanas do prefeito Pereira Passos. Mas a obrigatoriedade de introduzir líquidos desconhecidos no corpo, imposta de maneira autoritária pelo governo e sem esclarecimentos à população, que à época desconhecia os benefícios da vacinação, gerou forte resistência.

Havia também razões morais contra a vacinação obrigatória. À época, os homens não admitiam que, em sua ausência, suas residências fossem invadidas por estranhos que tocassem no corpo de suas esposas e filhas para aplicar vacinas. Como a maioria das mulheres partilhava desses mesmos valores, quando a lei da vacinação obrigatória foi publicada nos jornais, estourou uma revolta no Rio de Janeiro.

Inicialmente, militares tentaram depor Rodrigues Alves, mas logo foram dominados por tropas fiéis ao governo. A maior reação, entretanto, ficou por conta da população mais pobre. Entre os dias 10 e 13 de novembro de 1904, a cidade foi tomada por manifestantes populares: as estreitas ruas do centro foram bloqueadas por barricadas e os policiais, atacados com

pedradas.

A repressão policial foi violenta. Qualquer suspeito de haver participado da revolta foi jogado em porões de navios e mandado para o Acre. A vacinação obrigatória acabou sendo suspensa, e, quatro anos depois, uma epidemia de varíola matou mais de 6 mil pessoas no Rio de Janeiro. Foram necessários muitos anos para que os governantes reconhecessem que nada conseguiam com Imposições e práticas autoritárias sobre a população. Nos anos 1960, com campanhas de esclarecimento, a vacinação em massa tornou-se comum no país. Em 1971, ocorreu o último caso de varíola no Brasil.

Revolta da Chibata

Os marujos da Marinha de Guerra brasileira viviam sob péssimas condições de trabalho: soldos miseráveis, má alimentação, trabalhos excessivos e opressão da oficialidade. Mas os castigos físicos aos quais eram submetidos, principalmente com o uso da chibata, eram ainda mais graves.

Em 22 de novembro de 1910, marinheiros do encouraçado Minas Gerais se revoltaram contra a punição de um colega condenado a receber 250 chibatadas. Liderados por João Cândido, eles tomaram a embarcação, prenderam e mataram alguns oficiais e apontaram os canhões para a cidade do Rio de Janeiro. Os marujos do encouraçado São Paulo e de outras seis embarcações, também ancoradas na baía de Guanabara, aderiram à revolta. Os revoltosos exigiam melhores condições de trabalho e o fim dos castigos corporais.

O Congresso negociou com os revoltosos e, somente após sua rendição, concedeu-lhes anistia. Mas o ambiente na Armada continuou tenso. Em 4 de dezembro, diante de novas punições, outra revolta eclodiu na ilha das Cobras. Os oficiais reagiram de maneira dura e bombardearam a ilha.

Depois, prenderam 600 marinheiros, inclusive os que participaram da primeira revolta, entre eles João Cândido, apelidado

de "almirante negro". Jogados em prisões solitárias por vários dias, muitos deles morreram. Os demais foram detidos em porões de navios e mandados para a Amazônia - ou executados durante a viagem.

Revolta em Juazeiro do Norte

Em 1889, no povoado de Juazeiro do Norte, no sul do estado do Ceará, durante uma missa celebrada pelo padre **Cícero Romão Batista**, uma beata teria sangrado pela boca logo após receber a hóstia. A notícia do suposto milagre - da hóstia que teria se transformado em sangue - espalhou-se, aumentando o prestígio do padre, que passou a ser idolatrado na região. Além das funções de padre, ele desempenhava as de juiz e conselheiro, ensinava práticas de higiene, acolhia doentes e criminosos arrependidos.

Seu prestígio era tamanho que a alta hierarquia da Igreja chegou a ficar incomodada e temerosa de que essa veneração estimulasse práticas religiosas fora de seu controle - o que, de fato, aconteceu. Em 1892, o padre foi impedido de pregar e ouvir em confissão. Dois anos depois, a Congregação para a Doutrina da Fé decretou a falsidade do milagre em Juazeiro do Norte, provocando a reação da população. Movimentos de solidariedade se formaram e irmandades se mobilizaram a favor do padre Cícero. Imensas romarias passaram a se dirigir à cidade. Beatas diziam ter visões que anunciavam a proximidade do fim do mundo e o retorno de Cristo. Surgia um movimento que desafiava as autoridades eclesiásticas da região.

Em 1911, inserido na política oligárquica local, padre Cícero foi eleito prefeito de Juazeiro do Norte e se tornou o principal articulador de um pacto entre os coronéis da região do vale do Cariri. Padre Cícero lutou em vão até o ano de sua morte, 1934, para provar que o milagre em Juazeiro do Norte havia ocorrido. Apenas em 2016, a Igreja Católica se reconciliou com o padre, suspendendo todas as

punições que havia lhe imposto.

Guerra de Canudos

Antônio Vicente Mendes Maciel andava pelos sertões nordestinos pregando a fé católica. Tornou-se um beato conhecido como **Antônio Conselheiro** e passou a ser seguido por muitas pessoas. Em 1877, fixou-se com centenas delas no arraial de Canudos, um lugarejo abandonado no interior da Bahia, às margens do rio Vaza-Barris, ao qual renomearam Belo Monte. A comunidade cresceu rapidamente. Famílias, que fugiam da exploração dos latifundiários da região ou abandonavam suas terras de origem devido à seca, foram para Canudos.

Também foi o caso de jagunços, que serviam aos coronéis, mas haviam caído em desgraça. Estima-se que em poucos anos o arraial recebeu entre 20 e 30 mil pessoas pobres, em sua grande maioria, mas que em Canudos tinham ao menos uma casa para morar e terra para plantar.

Canudos tinha uma rígida organização social. No comando estava Antônio Conselheiro, também chamado de chefe, pastor ou pai. Doze homens, denominados apóstolos, assumiram as chefias dos setores de guerra, economia, vida civil, vida religiosa etc. O arraial contava com uma guarda especial formada pelos jagunços, chamada Companhia do Bom Jesus ou Guarda Católica. Havia também comerciantes.

Em 1896, um incidente alterou a paz do arraial. Comerciantes de Juazeiro não entregaram madeiras compradas por Conselheiro para a construção de uma nova igreja. Os jagunços se vingaram saqueando a cidade. Em resposta, o governador baiano enviou duas expedições punitivas a Canudos, ambas derrotadas pelos conselheiristas.

Denúncias de que Canudos e Antônio Conselheiro faziam parte de um amplo movimento que visava restaurar a monarquia no país chegavam nas capitais dos estados. A imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo, sobretudo, insistia na

existência de um complô monarquista. Na capital da República, estudantes, militares, escritores, jornalistas, entre outros grupos sociais, responsabilizavam o presidente Prudente de Moraes por não reprimir Canudos.

Nesse contexto foi então organizada uma terceira expedição, chefiada pelo coronel Moreira César, veterano na luta contra os federalistas gaúchos. Formada por 1.300 homens do Exército brasileiro e seis canhões, ela foi derrotada pelos conselheiristas, que mataram o coronel. O fato tomou proporções nacionais, e Canudos passou a ser visto como uma real ameaça à República. Formou-se, assim, uma quarta expedição, que contava com 10 mil homens. Em outubro de 1897, o arraial foi destruído e sua população, massacrada - mesmo aqueles que se renderam foram degolados.

Guerra do Contestado

Em 1911, um pregador itinerante de nome José Maria apareceu na região central de Santa Catarina. Ele afirmava que tinha sido enviado pelo monge **João Maria**, morto alguns anos antes. Na região Sul do país, monge tinha o mesmo significado que beato no Nordeste. João Maria, quando vivo, fora contra a instauração da República e acreditava que somente a lei da monarquia era verdadeira. Apresentando-se como um continuador de suas ideias, José Maria organizou uma comunidade formada por milhares de homens e mulheres em Taquaruçu, nas proximidades do município catarinense de Curitiba. Armados e sob a liderança de José Maria, eles criticavam a República.

Muitos homens e mulheres que participavam desse movimento conhecido como Contestado, por ter ocorrido em uma área disputada entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, eram pequenos proprietários expulsos de suas terras devido à construção de uma ferrovia, a **Brazil Railway Company**, que ligaria os estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul. A empresa pertencia a um dos homens mais

ricos do mundo, o estadunidense Percival Farquhar.

Como parte do pagamento à empresa construtora, o governo estadual doou 15 quilômetros de terras de cada lado da linha, prejudicando os camponeses que ali viviam. A situação era agravada pela presença de madeiras. Atacados pela polícia, em 1912, deslocaram-se para Palmas, no Paraná.

O governo do estado, que considerou se tratar de uma invasão dos catarinenses, atacou a comunidade e matou José Maria, dispersando a multidão de homens e mulheres que o seguia. Um ano depois, cerca de 12 mil fiéis se reagruparam em Taquaruçu. A liderança do movimento ficou a cargo de um conselho de chefes, que difundiu a crença de que José Maria regressaria à frente de um exército encantado para vencer as forças do mal e implantar o paraíso na Terra. Em fins de 1916, forças do Exército e das polícias estaduais, com o apoio de aviões, reprimiram o movimento, matando milhares de rebeldes.

O cangaço

O cangaço foi um movimento caracterizado como banditismo social que vigorou entre as últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX pelas áreas do sertão nordestino brasileiro. A figura do cangaceiro é caracterizada pelo sertanejo sempre em trânsito, com vida seminômade, vivendo em bando e vestindo roupas de couro curtido, armado com rifles, facas (peixeiras) e punhais. Esse tipo de sertanejo carregava consigo as tralhas de que necessitava, todas afiveladas em seu tronco. Por isso, o nome “cangaço”, atribuído a essa forma de levar pertences e mantimentos¹².

Entre os primeiros registros históricos sobre a atividade do cangaço estão as ações de Jesuíno Alves de Melo Calado, conhecido como “Brilhante”. Brilhante atuou como bandoleiro do cangaço ainda na

década de 1870, e muitas lendas romantizadas e folclóricas nasceram em torno de sua figura. Mas foram os cangaceiros atuantes no século XX que tiveram maior fama, inspiraram maior terror e produziram maior impacto sobre a sociedade nordestina.

Vale dizer que a prática do cangaço está associada também a questões econômicas e sociais que sempre assolaram o Nordeste do Brasil. A onda de secas prolongadas pela qual o Nordeste passou, como a de 1877 e a de 1915, dizimou um número muito grande de pessoas, além de provocar a migração de muitas outras e a evolução da miséria entre os que lá permaneceram. Esse clima de caos social e econômico levou ao surgimento, durante a República, das formas de política clientelista e coronelista, isto é, o estabelecimento de relações de dependência direta entre a população humilde e miserável com os grandes proprietários de terras dessas regiões.

Entre as décadas de 1920 e 1930, diversas reações ao sistema coronelista foram vistas no Nordeste. O cangaço foi uma delas. Nomes como Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, Cristino Gomes da Silva Cleto, o Corisco, e José Ribeiro Filho, Zé Sereno, foram os principais cangaceiros dessa época. Cada um deles tinha o seu próprio bando, que atuava em regiões específicas do sertão. Os enfrentamentos principais dos cangaceiros era contra as tropas oficiais dos estados e contra as tropas de jagunços (mercenários contratados por fazendeiros).

Após a morte de Lampião, em 1938, no Sergipe, por tropas do estado, cangaceiros como Corisco e Zé Sereno houveram por bem se entregar às forças do Estado Novo varguista, em prol da absolvição dos crimes e da anistia.

O Modernismo

No Brasil, como em grande parte do mundo ocidental, a vida cultural era fortemente influenciada pelos europeus. No

12 Cláudio Fernandes. *Cangaço. História do Mund.* <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/cangaco.htm>.

Visitado em 15.03.2023.

vestuário, na culinária, na literatura, na pintura, no teatro e em outras manifestações artístico-culturais, adorava-se, sobretudo, o padrão francês como modelo.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, isso começou a mudar. A guerra resultou no declínio econômico e político dos países envolvidos no conflito e suscitou, ao menos nas Américas, a dúvida quanto à superioridade da cultura europeia. Nos anos 1920, em diversas cidades do Brasil, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, surgiram jornais, revistas e manifestos publicados por artistas e intelectuais que, preocupados com a modernização do país, discutiam o que era ser brasileiro. Recusavam-se a copiar padrões europeus e propunham uma nova maneira de pensar e definir o Brasil, valorizando a memória nacional e a pesquisa das raízes culturais dos brasileiros.

Era o movimento modernista, que se manifestou com grande impacto em São Paulo. Entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922, o Teatro Municipal de São Paulo abrigou a **Semana de Arte Moderna**. Em três noites de apresentação, artistas e intelectuais exibiram suas obras: houve música, poesia, pintura, escultura, palestras e debates.

Nas artes plásticas, destacaram-se Anita Malfatti, Di Cavalcanti - responsável pela arte da capa do catálogo da exposição - e Lasar Segall (pintura); Vitor Brecheret (escultura); e Oswald Goeldi (gravura). Oswald de Andrade apresentou as revistas *Papel e Tinta* e *Pirralho*, leu textos e poemas.

Mário de Andrade, Ronald de Carvalho e Graça Aranha também leram seus trabalhos. O maestro Villa-Lobos impressionou o público quando, na orquestra que regia, incluiu instrumentos de congada, tambores e uma folha de zinco. O público vaiou.

Acostumada ao padrão europeu de música, a audiência rejeitava os instrumentos musicais das culturas africanas e indígenas. Para os modernistas, era preciso mostrar às elites que essas

culturas também eram formadoras da cultura nacional.

O Tenentismo

Enquanto isso, setores da média oficialidade do Exército - como tenentes e capitães - atacavam o governo com armas, em um movimento conhecido como tenentismo. Alguns criticavam o liberalismo e defendiam um Estado forte e centralizado, expressando um nacionalismo não muito bem definido. Exigiam a moralização da política e das eleições e defendiam a adoção do voto secreto. Muitos se mostravam ressentidos com os políticos, pelo papel secundário do Exército na política nacional. A primeira revolta tenentista ocorreu no Rio de Janeiro, em 1922. Após os rebeldes tomarem o Forte de Copacabana, canhões foram disparados contra alvos considerados estratégicos. O objetivo era impedir posse do presidente eleito Arthur Bernardes e, no limite, derrubar o governo.

O presidente Epitácio Pessoa, com o apoio do Exército e da Marinha, ordenou o bombardeamento do forte. Muitos desistiram da luta, mas 17 deles decidiram resistir. Com fuzis nas mãos, marcharam pela avenida Atlântica. Um civil se juntou a eles. Ao final, sobraram apenas os militares Siqueira Campos e Eduardo Gomes.

A rebelião ficou conhecida como a Revolta dos 18 do Forte.

Em 1924, eclodiu outra revolta tenentista, dessa vez em São Paulo. Os revoltosos tomaram o poder na capital paulista. O objetivo era incentivar revoltas todo o país até a derrubada do presidente Arthur Bernardes. A reação do governo federal foi bombardear a cidade. Acuada, os revoltosos resolveram marchar para Foz do Iguaçu.

A Coluna Prestes

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, o jovem capitão Luís Carlos Prestes liderava uma coluna militar que, partindo de Santo Ângelo, marchava ao encontro dos rebeldes paulistas em Foz do Iguaçu.

Quando se encontraram, em abril de 1925, formaram a **Coluna Prestes-Miguel Costa** e partiram em direção ao interior do país, para mobilizar a população contra o governo e as oligarquias.

Com cerca de 1500 homens, atravessaram 13 estados. Perseguido pelo Exército, Prestes, com táticas militares inteligentes, impôs várias derrotas às tropas governistas - que nunca o derrotaram. Após marcharem 25 mil quilômetros, cansados e sem perspectivas, em 1927 os soldados da coluna entraram no território boliviano, onde conseguiram asilo político. Por sua luta e capacidade de comando, Luís Carlos Prestes passou a ser considerado um herói e conhecido como "Cavaleiro da Esperança".

A Revolução de 1930

No início da década de 1920, o sistema político da Primeira República começava a apresentar sinais de esgotamento. A realização da Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista do Brasil e a eclosão da Revolta dos 18 do Forte eram indícios desse esgotamento. A própria sucessão presidencial, também no ano de 1922, foi marcada por uma forte disputa entre os grupos políticos estaduais.

Paulistas e mineiros haviam concordado em apoiar o mineiro Arthur Bernardes. Mas as lideranças políticas do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, da Bahia e de Pernambuco optaram por lançar Nilo Peçanha como candidato. O movimento, conhecido como Reação Republicana, não propunha romper com o sistema oligárquico, mas abrir espaço para os grupos dominantes de outros estados, desafiando o domínio de paulistas e mineiros. No entanto, os resultados das eleições eram previsíveis e Arthur Bernardes saiu vitorioso.

Os líderes da Reação Republicana não aceitaram a derrota e apelaram para os militares - o que fez eclodir a revolta tenentista no Forte de Copacabana, em 5 de julho de 1922. Arthur Bernardes governou sob estado de sítio, perseguiu o movimento operário e atuou de maneira bastante

impopular nas cidades. Em 1926, dissidentes do PRP fundaram o Partido Democrático (PD), em São Paulo. O novo partido defendia a adoção do voto secreto e obrigatório, a criação da Justiça Eleitoral e a independência dos três poderes.

O sucessor de Arthur Bernardes, Washington Luís, suspendeu o estado de sítio e as perseguições ao movimento sindical. No entanto, não concedeu a anistia política aos tenentes, como exigiam as oposições. Em 1929, começaram as articulações para a nova sucessão presidencial. O presidente Washington Luís, do Partido Republicano Paulista, indicou para sucedê-lo o presidente do estado de São Paulo, Júlio Prestes. Inconformadas, as oligarquias mineiras se aliaram aos gaúchos e aos paraibanos, lançando o nome do gaúcho Getúlio Vargas para a presidência e do paraibano João Pessoa para a vice-presidência.

O Partido Democrático, de São Paulo, apoiou a candidatura de Vargas. Os dissidentes então formaram a Aliança Liberal, cuja plataforma política defendia o voto secreto, a criação de uma Justiça Eleitoral, a moralização da prática política, a anistia para os militares revoltosos dos anos 1920 e o estabelecimento de leis trabalhistas.

Nas eleições ocorridas em março de 1930, Júlio Prestes venceu, mas os políticos da Aliança Liberal não aceitaram a derrota, alegando fraudes eleitorais. Mineiros e gaúchos conseguiram o apoio dos tenentes na luta contra o governo. No exílio argentino, Luís Carlos Prestes tinha aderido ao comunismo e recusou-se a participar das conversações. A crise eclodiu com o assassinato de João Pessoa, em julho de 1930. Apesar de se tratar de um crime que misturava razões políticas locais e passionais, os políticos da **Aliança Liberal** transformaram o episódio em questão nacional e deflagraram uma revolução.

Iniciada em 3 de outubro de 1930, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, ela se alastrou rapidamente pelo Nordeste. Diante da possibilidade de uma guerra civil,

altos oficiais do Exército e da Marinha depuseram o presidente Washington Luís e formaram uma Junta Militar. Com a chegada das tropas rebeldes ao Rio de Janeiro, entregaram o poder a Getúlio Vargas. O movimento político-militar conhecido como **Revolução de 1930** saía vitorioso. Era o início da Era Vargas.

Questões

01. (SAEB/BA – Soldado – IBFC – 2020) A República Velha também foi nomeada “República das Oligarquias”, porque era comandada pela aristocracia dos fazendeiros. A respeito deste período da história brasileira, assinale a alternativa incorreta.

A - Não havia, da parte das elites, qualquer pretensão de impedir ou retroceder as mudanças ao regime vigente. Era de comum acordo qualquer projeto político substantivamente republicano, isto é, que se alicerçasse numa concepção igualitária, legalista e cívica da Nação

B - O conceito de República era, pois, bastante débil. Ele quase não tinha conteúdo próprio, sendo compreendido essencialmente por oposição à monarquia unitária

C - O exercício do poder político da Primeira República foi marcado pelo autoritarismo que sucessivamente lhe imprimiram as forças que a instauraram

D - O discurso reformista liberal da década de 1870 acabou servindo de fachada, na verdade, para uma reação aristocrática que, esvaziando o poder da Coroa e excluindo as camadas pobres do direito de voto, pretendia instalar um parlamentarismo aristocrático onde apenas as elites estivessem no controle do Estado

E - Na busca de outras fórmulas que eliminassem a autonomia do poder monárquico e, com ela, a possibilidade de uma reforma social pelo alto, a aristocracia rural aderiu sucessivamente ao federalismo e ao republicanismo, especialmente depois da Lei Áurea

02. (SAEB/BA – Soldado – IBFC – 2020) Ao contrário de Euclides que, antes de rumar para Canudos, permaneceu o mês de agosto praticamente inteiro em Salvador (aí chegou em 7 de agosto de 1897 e só partiu para o sertão no dia 31 do mesmo mês), Manuel Benício parece ter sido enviado diretamente para o campo da batalha. Pelo menos é o que se conclui com base na carta de 4 de julho, a primeira enviada de Canudos, e publicada a 3 de agosto no Jornal do Comércio. Nela, Benício informa que já se encontrava no sertão da Bahia desde 25 de junho, no combate em Cocorobó, entre as forças da 2ª Coluna e os jagunços (AZEVEDO, 2002). A respeito da Guerra de Canudos, assinale a alternativa correta.

A - Esse movimento refletia a extrema fartura em que viviam as populações do Sertão Nordestino

B - A tensão política foi agravada pela expulsão dos ruralistas que atuavam nas revoltas catarinenses e paranaenses

C - A região onde foi estabelecido o vilarejo de Canudos, no interior de Pernambuco, era marcada por latifúndios improdutivos, pelas secas cíclicas e pelo desemprego

D - Os revoltosos incendiaram Canudos e mataram grande parte do exército, fazendo-os de prisioneiros

E - Foi um movimento de resistência da população sertaneja contra a estrutura agrário-latifundiária e as medidas repressivas oficiais

03. (Instituto Rio Branco – Diplomata – CESPE) A história da República brasileira foi marcada por rupturas institucionais. Com relação às crises na República, julgue (C ou E) o seguinte item.

A governabilidade do Brasil durante a chamada República Oligárquica foi alcançada com o que a historiografia convencionou chamar de Política dos Governadores, instituída por Campos Sales. Essa medida tornou possível a articulação entre os interesses das oligarquias estaduais e os do governo federal. O frágil equilíbrio

então alcançado teve fim com a crise da década de 20 do século passado, que levou a disputas entre as oligarquias de São Paulo e de Minas Gerais e resultou no início do Governo Vargas em 1930.

- () Certo
() Errado

04. (SEDUC/CE – Professor – UECE-CEV) Considerando a economia no Brasil durante a República Velha, assinale a afirmação verdadeira.

A - Foi caracterizada pela grande variedade de produtos fundamentais para a pauta de exportação do país, sobretudo a produção agropecuária de soja, algodão e carne.

B - Era baseada na grande produção de café, maior produto de exportação, que enriqueceu elites agrárias do sudeste do país, fazendo-as detentoras do poder político.

C - Estabelecida na industrialização praticada no Império a partir dos investimentos do Visconde Mauá, tinha na produção rural um sustentáculo para a indústria na região do Rio de Janeiro e de São Paulo.

D - Estava em crise desde o fim do Império com a queda da produção cafeeira após a Lei Áurea, o que causou desentendimentos entre os fazendeiros e o governo, tornando conturbado o início da república.

Alternativas

01 - A | 02 - E | 03 - Certo | 04 - B

A ERA VARGAS

Governo Provisório

Ao assumir a chefia do governo provisório em 1930, apoiado pelos militares, Getúlio Vargas aboliu a Constituição de 1891, dissolveu o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas estaduais e as Câmaras

municipais e instituiu um regime de emergência. Com exceção do governador Olegário Maciel, de Minas Gerais, todos os demais (na época, chamados de presidentes de estado) foram substituídos por **interventores**, pessoas da confiança do presidente, escolhidos por ele entre os egressos do movimento tenentista¹³.

Em São Paulo, a nomeação do tenentista pernambucano João Alberto Lins de Barros para interventor provocou descontentamento entre as elites, que passaram a exigir um interventor civil e paulista. Os desdobramentos do descontentamento da população em relação a Vargas levaram à deflagração da Revolução Constitucionalista, em julho de 1932.

Devido à debilidade de suas convicções ideológicas, o tenentismo perdeu muito de sua influência junto ao governo Vargas. Vários de seus representantes voltaram para os quartéis, outros se aliaram ao comunismo ou a grupos simpatizantes do fascismo. Os que continuaram no governo permaneceram subordinados ao presidente.

Legislação Trabalhista

A obra pela qual o governo de Getúlio Vargas é mais lembrado é a **legislação trabalhista**, iniciada com a criação do **Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**, em novembro de 1930. As leis de proteção ao trabalhador regularam o trabalho de mulheres e crianças, estabeleceram jornada máxima de oito horas diárias de trabalho, criaram o descanso semanal remunerado e garantiram o direito a férias (já concedido anteriormente, em 1923, porém nunca colocado em prática) e à aposentadoria, entre outras novidades.

Esse conjunto de leis seria sistematizado em 1943, com a **Consolidação das Leis do Trabalho** (CLT). Ao mesmo tempo, em 1931 o governo aprovou a Lei de Sindicalização, que estabelecia o controle do Ministério do Trabalho sobre a ação

¹³ Azevedo, Gislane. *História: passado e presente* / Gislane Azevedo,

Reinaldo Seriacopi. 1ª ed. São Paulo. Ática.

sindical. Os sindicatos passaram a ser órgãos consultivos do poder público; só podiam funcionar com autorização do Ministério do Trabalho, que, por sua vez, tinha poderes de intervenção tão importantes nas atividades sindicais que podia até afastar diretores.

Assim, anarquistas e comunistas foram afastados do movimento sindical pelo governo e reagiram à lei, considerada autoritária, por meio de greves e manifestações. Aos poucos, porém, diversos setores sindicais passaram a acatá-la.

A legislação trabalhista - apresentada à população como uma "dádiva do governo" - e a aproximação em relação aos sindicatos faziam parte de um tipo de política que seria caracterizado como populista, anos mais tarde. Apresentado como autor magnânimo das leis trabalhistas, Getúlio era chamado de "**pai dos pobres**", uma espécie de protetor da classe trabalhadora, desconsiderando as conquistas como resultado das lutas dos trabalhadores.

A Constituição de 1934

Em 1932, Getúlio Vargas ainda governava sob um regime de exceção. Em fevereiro do mesmo ano, o governo aprovou um novo **Código Eleitoral** que trazia algumas novidades:

- criava a Justiça Eleitoral, para coibir as fraudes eleitorais;
- instituiu o voto secreto, principalmente para minar a influência dos coronéis sobre os eleitores (releia o Capítulo 3);
- reduzia de 21 anos para 18 a idade mínima do eleitor;
- garantia o direito de voto às mulheres, antiga reivindicação dos grupos feministas, que tinham entre suas principais militantes a enfermeira Bertha Lutz (1894-1976).

Pressionado por diversos setores da sociedade, juntamente com a divulgação do novo Código Eleitoral, o governo convocou eleições para maio de 1933, visando à formação de uma Assembleia Constituinte. Entre os 254 constituintes eleitos

encontrava-se a médica Carlota Pereira de Queirós, candidata por São Paulo e primeira deputada do Brasil.

Promulgada em julho de 1934, a nova Constituição incorporou a legislação trabalhista em vigor, acrescentando a ela a instituição do salário mínimo (que seria criado somente em 1940) e criou o Tribunal do Trabalho. Pela nova Carta, analfabetos e soldados continuavam proibidos de votar.

Ainda em julho de 1934 os constituintes elegeram Getúlio Vargas para a Presidência da República, pondo fim ao governo provisório. De acordo com a Constituição, o mandato presidencial se estenderia até 1938, quando um novo presidente escolhido por voto livre e direto assumiria o cargo.

Governo Constitucional de Vargas

Os anos 1930 foram marcados por uma forte polarização política, com o surgimento de dois movimentos antagônicos: a **Ação Integralista Brasileira** (AIB), de direita, e a **Aliança Nacional Libertadora** (ANL), de esquerda.

A exemplo do que acontecia na Europa, onde a população geral estava desacreditada da democracia liberal - o que favorecia o surgimento de regimes totalitários em diversos países -, surgiram no Brasil grupos que reivindicavam a implantação de uma ditadura de direita, semelhante à de Mussolini na Itália.

Em 1932, foi formada a Ação Integralista Brasileira, de inspiração fascista, liderada pelo escritor Plínio Salgado e composta de intelectuais, religiosos, alguns ex-tenentistas e setores das classes médias e da burguesia. Tendo como lema "**Deus, Pátria e Família**", o integralismo era um movimento de caráter nacionalista, antiliberal, anticomunista e contrário ao capitalismo financeiro internacional.

Os integralistas defendiam o controle do Estado sobre a economia e o fim de instrumentos democráticos, como a pluralidade partidária e a democracia

representativa. Nas eleições municipais de 1936, os integralistas elegeram vereadores em diversos municípios brasileiros e conquistaram várias prefeituras, entre elas as de Blumenau (SC) e Presidente Prudente (SP).

A **Aliança Nacional Libertadora** surgiu em março de 1935, e tinha como presidente de honra o líder comunista Luís Carlos Prestes. O Partido Comunista do Brasil (PC do B) tinha grande ascendência sobre a ANL, mas o movimento reunia em suas fileiras grupos de variadas tendências: socialistas, liberais, anti-integralistas, intelectuais independentes, estudantes e extenentistas descontentes com o autoritarismo do governo Vargas. Seu programa político era nacionalista e anti-imperialista. Entre suas principais bandeiras estavam a suspensão do pagamento da dívida externa, a nacionalização de empresas estrangeiras e a reforma agrária.

A ANL cresceu rapidamente, chegando a reunir entre 70 mil e 100 mil filiados, segundo estimativas do historiador Robert Levine. Quatro meses depois de fundada, foi declarada ilegal pelo presidente Vargas.

A partir de então, seus militantes passaram a agir na clandestinidade. Em novembro de 1935, setores da ANL ligados ao PC do B lideraram, sob orientação da Internacional Comunista, insurreições militares nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, com o intuito de tomar o poder e implantar o comunismo no Brasil. Mal articulados, os levantes fracassaram e a Intentona Comunista, como ficou conhecido o episódio, levou o presidente a decretar estado de sítio e determinar a prisão de mais de 6 mil pessoas - entre as quais um senador e quatro deputados.

Entre os detidos encontravam-se Luís Carlos Prestes (posteriormente condenado a dezesseis anos de reclusão) e sua mulher, a judia alemã Olga Benário. Ela, grávida de sete meses, foi deportada para a Alemanha nazista em setembro de 1936, onde morreu em um campo de concentração em 1942.

Eleições Canceladas

Em meio a esse clima de repressão à esquerda, teve início, em 1937, a campanha eleitoral para a escolha do sucessor de Getúlio Vargas. O presidente, contudo, articulava sua permanência no poder junto às Forças Armadas e aos governadores. No final de 1937, o capitão integralista Olímpio Mourão Filho elaborou um plano de uma conspiração comunista para a tomada do poder e o entregou à cúpula das Forças Armadas.

Era o **Plano Cohen**, nome de seu suposto autor. O documento era falso, mas serviu de pretexto para um golpe de Estado. No dia 10 de novembro de 1937, o presidente ordenou o fechamento do Congresso por tropas do Exército. Pelo rádio, Vargas declarou canceladas as eleições presidenciais e anunciou a instauração do Estado Novo, que ele definiu como "um regime forte, de paz, justiça e trabalho".

A seguir, foi outorgada uma nova Constituição, que logo passaria a ser chamada de Polaca, em alusão a suas semelhanças com a Constituição polonesa, de inspiração fascista. As garantias individuais foram suspensas e o direito de reunião, abolido. A população ficou proibida de se organizar, reivindicar seus direitos e de manifestar livremente suas opiniões. Sem reação popular, começava uma nova fase do governo getulista: a de uma ditadura declarada, centralizada em torno da figura de Getúlio Vargas.

O Estado Novo

Vargas passou a governar por meio de decretos-lei. Todos os partidos políticos foram extintos, incluindo a Ação Integralista, que apoiara o golpe. A ideologia do Estado Novo enfatizava principalmente a ideia de reconstrução da nação - pautada na ordem, na obediência à autoridade e na aceitação das desigualdades sociais - e a de tutela do Estado sobre a nacionalidade brasileira.

Departamento de Imprensa e

Propaganda

Em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (**DIP**), inspirado no serviço de comunicação da Alemanha nazista. Os agentes do DIP controlavam os meios de comunicação por meio da censura a jornais, revistas, livros, rádio e cinema. Eles também elaboravam a propaganda oficial do Estado Novo, produzindo peças publicitárias que mostravam o presidente como uma figura paternal, bondosa, severa e exigente a fim de agradar à opinião pública.

O DIP elaborava também cine documentários, como o Cinejornal Brasileiro - exibido obrigatoriamente em todos os cinemas, antes do início dos filmes -, livros e cartilhas escolares enaltecendo a figura de Vargas e transmitindo noções de patriotismo e civismo.

Em meio ao ambiente de controle e repressão, a Polícia Especial de Getúlio Vargas ganhou força. Comandada pelo extenentista Filinto Müller, ela ficou conhecida por suas prisões arbitrárias e pela prática de tortura contra os presos.

O Brasil e a Segunda Guerra Mundial

Em 1940, Vargas fez um discurso elogiando o sucesso das tropas nazistas na Europa. Entretanto, embora se aproximasse dos países do Eixo por suas posturas autoritárias, o governo de Getúlio Vargas manteve uma postura ambígua sobre a Segunda Guerra Mundial, pois mantinha relações econômicas com os Estados Unidos.

Para impedir a influência europeia sobre o Brasil, o governo estadunidense pôs em prática a política de boa vizinhança, que se manifestou por meio do fim do intervencionismo político e da colaboração econômica e militar. O rompimento definitivo com o bloco nazifascista ocorreu em 1942, quando navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos alemães.

Em agosto daquele ano, após manifestações populares e estudantis exigindo que o governo entrasse no conflito

ao lado das democracias, Getúlio declarou guerra aos países do Eixo. Em julho de 1944, aproximadamente 25 mil soldados, integrantes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) desembarcaram na Itália.

O Fim do Estado Novo

Em 1942, as manifestações estudantis e populares lideradas pela **União Nacional dos Estudantes** (UNE), a favor da participação do Brasil na guerra contra o nazifascismo, deram início a um lento processo de distensão no clima sufocante do Estado Novo. Outras manifestações ocorreram, agora pelo fim do Estado Novo e pela volta da democracia.

Em 1943, houve o Manifesto dos Mineiros, de um grupo de políticos e intelectuais de Minas Gerais durante um congresso da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). No início de 1945, foi a vez dos participantes do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores. Ainda em 1945, Getúlio pôs fim à censura da imprensa, anistiou presos políticos - entre eles, Luís Carlos Prestes - e convocou eleições para uma Assembleia Constituinte.

Surgiram então diversos partidos políticos, entre os quais a União Democrática Nacional (UDN), formada por setores das classes médias e altas, o Partido Social Democrático (PSD), composto de antigos coronéis e interventores nos estados e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), constituído por líderes sindicais ligados ao Ministério do Trabalho, além do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que voltou a ser legalizado.

Durante a campanha eleitoral, líderes do PTB e de alguns sindicatos, com o apoio do Partido Comunista e com o aval do presidente, passaram a defender a permanência de Getúlio Vargas na Presidência. A expressão "**Queremos Getúlio!**", repetida em coro pelos partidários desse grupo, deu nome ao movimento: **queremismo**. Para evitar a permanência de Vargas no poder, os generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra exigiram sua renúncia.

Com o afastamento de Getúlio em Outubro de 1945, o Estado Novo chegava ao fim.

Questões

01. (Instituto Rio Branco – Diplomata – CESPE) Assinale a opção correta a respeito do Estado Novo, implantado pela Constituição de 1937.

A - Comparada à Constituição de 1934, a nova carta apresentava como característica nítida a descentralização do poder.

B - O Plano Cohen serviu de pretexto para o reforço do autoritarismo.

C - A Lei de Segurança Nacional, até hoje vigente, foi proposta após a instauração da nova carta.

D - Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira, foi um dos grandes beneficiados pelo novo regime político.

E - Imediatamente após a implantação do Estado Novo, Getúlio Vargas substituiu todos os governadores de estado.

02. (Instituto Rio Branco – Diplomata – CESPE) Getúlio Vargas governou o Brasil entre 1930 e 1945. Esses quinze anos da Era Vargas sintonizaram o país com a história mundial, seja pela adoção de nova concepção de Estado, crescentemente centralizadora e autoritária, seja pela participação direta na Segunda Guerra, ou, ainda, pela decisão de modernizar a economia brasileira. Assinale a opção que não apresenta aspectos marcantes desse período.

A - Se, na Primeira República, a questão social era vista como "caso de polícia", com Vargas, o Brasil adota a moderna concepção de direitos sociais, de que seriam exemplos exponenciais as sucessivas leis trabalhistas que dão origem, em pleno Estado Novo, à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

B - As negociações que envolveram a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contribuíram para que o país decolasse relativamente à indústria pesada,

ponto de partida para a moderna industrialização. Símbolo desse processo foi a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), com a construção da usina de Volta Redonda.

C - Rompendo com os padrões conservadores da Primeira República, a liderança de Getúlio Vargas distinguiu-se por opções claras e lineares, não hesitando em colocar-se ao lado dos países que combateram as potências do Eixo na Segunda Guerra.

D - Para concretizar o golpe de 1937, origem do ditatorial Estado Novo, Vargas contou com o apoio das lideranças militares, além de se valer do clima de radicalização ideológica que, acompanhando o panorama europeu, era protagonizado pelas forças políticas de esquerda e de direita, esta majoritariamente conduzida pela Ação Integralista Brasileira.

E - Visto por muitos como manifestação brasileira dos vários fascismos que vicejaram na Europa dos anos 1930, o Estado Novo suprimiu o Poder Legislativo, cassou o registro dos partidos políticos, asfixiou a federação, estabeleceu férrea censura e fez uso contínuo da repressão e de instrumentos de propaganda do regime e de seu líder máximo.

03. (SEDUC/CE – Professor – SEDUC/CE) Leia o texto abaixo.

Em 1932, o estado de São Paulo se mobiliza contra Vargas, no episódio que entrou para a História do Brasil como a Revolução Constitucionalista. Nessa revolução, milhares de pessoas de todas as classes sociais doaram prataria, joias e alianças para ajudar financeiramente o movimento. Todo o estado, unido, trabalhou com garra para a vitória da causa paulista.



Nesse contexto, podemos explicar a Revolução Constitucionalista de 1932 como

A - o descontentamento dos tenentes com a repressão desencadeada sobre eles, após o movimento de 1930.

B - a revolta popular contra as determinações autoritárias impostas, após a decretação do Estado Novo.

C - a reação dos paulistas, frente à perda da hegemonia na política nacional, após a Revolução de 1930.

D - a tentativa golpista da tomada do poder e a instalação do socialismo, liderada por Luiz Carlos Prestes.

E - a articulação da alta cúpula das Forças Armadas contra a ampliação das liberdades políticas.

04. (Instituto Rio Branco – Diplomata – CESPE) Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil na chamada Revolução de 1930. Seu governo foi marcado por fortes transformações econômicas e sociais, bem como por acontecimentos políticos importantes no Brasil e no mundo. A respeito da Era Vargas, julgue (C ou E) o próximo item.

Com a decretação do Estado Novo, em 1937, Getúlio Vargas tomou medidas como a suspensão do pagamento da dívida externa, a diminuição da liberdade de imprensa e a extinção dos partidos políticos.

A - Certo

B - Errado

Alternativas

01 - B | 02 - C | 03 - C | 04 - Certo

REPÚBLICA POPULISTA

A Experiência Democrática no Brasil

Eurico Gaspar Dutra assumiu a presidência em janeiro de 1946. O início de seu governo foi marcado pela posse da Assembleia Nacional Constituinte, encarregada de elaborar uma nova Constituição para o Brasil. **Promulgada ainda em 1946**, a Carta restabelecia a democracia, a organização do Estado em três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e a autonomia dos estados e municípios, colocando fim ao centralismo político que caracterizou a Era Vargas¹⁴.

No entanto, a nova Constituição manteve a exclusão do direito de voto aos analfabetos (mais da metade da população), inúmeras restrições ao direito de greve e a não incorporação dos trabalhadores do campo à legislação trabalhista.

Na área econômica, Dutra deu uma orientação liberal ao seu governo, afastando-se da política nacionalista adotada por Getúlio Vargas. Com a abertura do mercado aos produtos importados, as reservas nacionais em moedas estrangeiras acumuladas durante a Segunda Guerra esgotaram-se.

Em 1948, foi anunciado o **Plano Salte**, abreviatura de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia, considerados setores prioritários. O plano só foi aprovado pelo Congresso em 1950, no final do governo Dutra, e abandonado pelo governo seguinte. Assim, foi implementado apenas em parte, como a pavimentação da rodovia Rio-São Paulo (atual Via Dutra), a abertura da rodovia Rio-Bahia e o início das obras da Hidrelétrica do São Francisco. Aderindo ao clima da Guerra Fria, o governo Dutra estreitou relações com os Estados Unidos e,

¹⁴ Vicentino, Cláudio. Olhares da História Brasil e Mundo. Cláudio Vicentino. José Bruno Vicentino. Savério Lavorato Júnior. 1ª ed. São

Paulo. Scipione.

em 1947, rompeu relações diplomáticas com a União Soviética. Esse posicionamento acabou provocando um recuo na frágil e recente democracia brasileira: o governo decretou a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), cassando o mandato de deputados, senadores e vereadores do partido que foram eleitos em 1945.

Além disso, o governo também ordenou a intervenção estatal em mais de 400 sindicatos.

O Retorno de Getúlio Vargas

Getúlio Vargas foi vitorioso nas eleições para a sucessão de Dutra em outubro de 1950. Ele candidatou-se pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com o apoio do Partido Social Democrático (PSD).

Assim, o pai dos pobres, como ficou conhecido, reassumia a Presidência do Brasil em janeiro de 1951, mas, desta vez, democraticamente. Sua atuação política junto às camadas mais carentes do país, no estilo populista, foi decisiva para sua vitória. Meses depois da eleição de Getúlio, a marchinha mais cantada no Carnaval de 1951 era Retrato do velho, de Haroldo Lobo e Marino Pinto, gravada em outubro de 1950 por Francisco Alves, para comemorar o resultado das eleições.

Com a volta de Getúlio Vargas, o governo passou a seguir a corrente nacionalista, com o Estado atuando de maneira **intervencionista e paternalista**.

As importações foram restringidas e os investimentos estrangeiros foram limitados, dificultando as remessas de lucros de empresas transnacionais para seus países de origem. Para incentivar a indústria nacional, em 1952, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e, no ano seguinte, a Petrobras, empresa estatal com o monopólio da exploração e refino do petróleo no Brasil. Foi proposta também a criação da Eletrobrás, uma empresa para controlar a geração e a distribuição de energia elétrica.

Vargas nomeou **João Goulart** (1919-1976) para ministro do Trabalho, em 1953,

para enfrentar as reivindicações e a onda de greves. Sob a orientação do presidente, o novo ministro propôs, em janeiro de 1954, dobrar o valor do salário mínimo, que recuperou seu valor em relação à crescente inflação.

Em fevereiro, 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis emitiram um manifesto - o **Manifesto dos Coronéis** - criticando o governo, o aumento do salário mínimo e as desordens que corriam pelo país. Entre eles estava o coronel Golbery do Couto e Silva e vários outros militares que, mais tarde, foram protagonistas da ditadura iniciada em 1964.

Diante do manifesto, Getúlio demitiu o ministro da Guerra, o general Espírito Santo Cardoso, e acordou com Goulart a sua demissão, acalmando os ânimos. Contudo, no feriado de 19 de maio de 1954, Vargas anunciou o aumento de 100% do salário mínimo, conquistando ainda mais apoio dos trabalhadores.

A política populista de Vargas atraiu a oposição de liberais, como os membros da UDN (União Democrática Nacional, partido político de orientação liberal), oficiais das Forças Armadas e empresários, especialmente os ligados aos interesses estrangeiros.

Em 5 de agosto de 1954, o jornalista Carlos Lacerda (1914-1977), um dos principais oponentes de Vargas, dono do jornal Tribuna da Imprensa, sofreu um atentado no qual morreu seu segurança, o major da Aeronáutica Rubens Vaz (1922-1954). O episódio ficou conhecido como o atentado da rua Toneleros.

As investigações apontaram a participação de Gregório Fortunato (1900-1962), chefe da guarda pessoal de Getúlio. Isso acirrou os ânimos dos oposicionistas, desdobrando-se numa grande campanha pela renúncia de Vargas.

A campanha contou com os meios de comunicação, que alimentavam e impulsionavam o aprofundamento da crise. Pressionado, Vargas suicidou-se em 24 de agosto de 1954. A notícia da morte e a divulgação de sua carta-testamento

estimularam manifestações populares por todo o país. Jornais de oposição foram invadidos e depredados, assim como os diretórios da UDN e a embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro.

Com o suicídio de Getúlio, o vice-presidente Café Filho (1899-1970) assumiu o poder. Inconformados com o resultado das eleições, a UDN de Lacerda e setores militares tramavam um golpe, com apoio discreto de Café Filho e outros ministros, mas esbarraram no legalista ministro da Guerra, o general Henrique Teixeira Lott (1894-1984).

A saída de Café Filho da presidência por problema de saúde ocasionou a transferência do cargo ao presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz (1894-1961), aliado da UDN. Este, mais favorável aos golpistas, tentou se livrar do legalista Lott, que reagiu e o depôs.

O cargo foi entregue então ao presidente do Senado, Nereu Ramos (1888-1958), que governou como presidente da República até a posse de Juscelino Kubitschek, em janeiro de 1956.

Nas eleições de outubro de 1955, Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976), ex-governador de Minas Gerais, teve uma vitória apertada, de 36%, contra 30% dos votos dados a Juarez Távora, candidato da UDN.

JK, como era popularmente conhecido, foi o candidato da coligação PSD-PTB. Como na época os eleitores votavam separadamente para presidente e para vice-presidente, João Goulart, o Jango, ex-ministro do Trabalho de Vargas, venceu a eleição para Vice-presidência, com mais votos (3 591.409) do que o próprio JK (3 077.411).

De Jk a João Goulart

O governo de Juscelino Kubitschek foi marcado pelo desenvolvimentismo. Apoiando-se no **Plano de Metas**, divulgado sob o slogan "**50 anos em 5**", Juscelino prometia desenvolver o país em tempo recorde. O programa priorizava investimentos em setores de energia,

indústria, educação, transporte e alimentos.

Para alcançar as metas, o governo favoreceu a entrada de capitais estrangeiros e a presença de empresas transnacionais no país. Esse modelo abandonava o nacionalismo do período Vargas e aderiu ao capitalismo internacional. Como resultado dessa política, fábricas de caminhões, tratores, automóveis, produtos farmacêuticos e cigarros foram instaladas no Brasil.

Destacam-se também a construção das usinas hidrelétricas de Furnas e Três Marias; e a pavimentação de milhares de quilômetros de estradas. Grandes mudanças ocorriam em diversos setores. No dia a dia de muitas cidades e regiões.

Na música, foi a época em que surgiu a **bossa Nova**, um novo estilo de tocar e cantar samba com influência do jazz, juntando-se aos tangos, boleros, valsas e sambas de então. No futebol, 1958 foi o ano da conquista do primeiro campeonato mundial. Passaram a fazer parte dos hábitos dos brasileiros o consumo de produtos industriais, como eletrodomésticos (máquina de lavar roupas, rádio de pilha, etc.)

No entanto, esse desenvolvimentismo era basicamente dirigido a partes do mundo urbano moderno. O enorme fosso social, pleno de desigualdades e carências (saneamento básico, escolas, saúde), e um mundo rural que ainda reunia a maioria da população brasileira sem a proteção de uma legislação trabalhista continuavam a existir.

A maior obra do governo JK, entretanto, foi a **construção de Brasília**, a nova capital federal, planejada pelo urbanista Lúcio Costa e pelo arquiteto **Oscar Niemeyer**.

A cidade foi inaugurada em 21 de abril de 1960. Localizada no Planalto Central, estava bem distante das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, os principais centros de pressão popular da época. A abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro e os vários empréstimos contraídos junto às instituições estrangeiras deixaram o país numa séria crise financeira, com a inflação chegando, em 1960, ao

índice de 25% ao ano.

Nas eleições de 1960, a coligação PSD-PTB indicou o marechal Henrique Teixeira Lott para concorrer à Presidência e João Goulart à Vice-presidência. Na oposição, a UDN e outros partidos menores apoiaram a candidatura do ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros (1917-1992). Seu candidato à Vice-presidência era Milton Campos, ex-governador de Minas Gerais. Jânio pregava uma limpeza na vida política nacional com o combate à corrupção. Para simbolizar a ideia, usava uma vassoura na campanha eleitoral. Como votava-se separadamente para presidente e para vice-presidente, Jânio Quadros se tornou presidente com 5,6 milhões de votos. João Goulart foi eleito vice-presidente com 4,5 milhões de votos. Era formada a dupla "Jan-Jan".

Jânio Quadros no Poder

Como presidente, Jânio Quadros primou pela ambiguidade. Na economia atuava de forma mais próxima aos conservadores liberais: cortou gastos e congelou salários em meio à contínua elevação dos preços dos produtos. Por outro lado, sua política externa aproximava-se da esquerda, ao reatar relações diplomáticas com países socialistas a fim de ampliar mercados.

Um episódio reforçou essa política de independência em relação ao bloco capitalista. Em 1961, o argentino Ernesto Che Guevara, então ministro da Economia em Cuba, foi condecorado por Jânio Quadros com a **Ordem do Cruzeiro do Sul**.

Essa atitude provocou reações contrárias, inclusive do próprio partido do presidente. Em agosto de 1961, após sete meses de governo, Jânio surpreendeu a todos ao renunciar ao cargo, numa manobra política fracassada. A renúncia fazia parte de um plano que contava com o temor de setores da sociedade diante da possibilidade de João Goulart assumir a Presidência para fortalecer seu poder.

O vice, que se encontrava na China Popular, em missão de governo, era

considerado comprometido com as causas trabalhistas - e até acusado de ser um comunista - por vários militares e políticos. Ao que parece, a expectativa de Jânio era que a população se mobilizasse contra seu pedido de renúncia e o Congresso Nacional o rejeitasse, o que o levaria a exigir plenos poderes para continuar na Presidência.

A renúncia, porém, foi aceita imediatamente e nenhum grupo movimentou-se para convencer Jânio Quadros a permanecer no poder. O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli (1910-1975), assumiu a Presidência da República até a posse de Jango.

A Crise Política no Governo Jango

A renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961 amplificou as divergências entre as forças políticas. Alguns ministros militares e políticos da UON, contrariando a Constituição, tentaram impedir a posse de João Goulart. O novo presidente era visto como um herdeiro de Getúlio Vargas e acusado de simpatizante da esquerda.

Em defesa de Jango, Leonel Brizola (1922-2004), então governador do Rio Grande do Sul, lançou a **Campanha da Legalidade**, conquistando o apoio de boa parte da população brasileira. A posse de Jango ocorreu somente após debates e negociações que levaram à alteração da Constituição. Com uma emenda, em 2 de setembro de 1961, foi implantado o parlamentarismo no país. Era o acordo para se evitar uma guerra civil: Jango assumiria a presidência, mas o governo de fato ficaria a cargo do primeiro-ministro, escolhido pelo Congresso Nacional. Definiu-se também que, após algum tempo, o parlamentarismo deveria ser ratificado ou não por um plebiscito.

Em janeiro de 1963, o plebiscito sobre o parlamentarismo mobilizou o país. O sistema político estava em vigência há pouco mais de um ano e era muito criticado e impopular. Com intensa campanha pelo seu fim, os brasileiros decidiram pela restauração do regime presidencialista.

Enquanto o presidencialismo era restabelecido, a situação econômica do país deteriorava-se.

A inflação, que em 1962 atingira 52%, chegou aos 80% em 1963 e afetou gravemente o poder aquisitivo dos trabalhadores. Para enfrentar a crise, o governo lançou o **Plano Trienal**, no final de 1962. Seu objetivo era conter a inflação e promover o desenvolvimento do país. No entanto, os efeitos do plano foram mínimos, principalmente quanto ao custo de vida. As pressões populares cresceram, levando Jango a defender amplas reformas nos setores agrário, administrativo, fiscal e bancário. Conhecidas como reformas de base, essas medidas foram vistas pelos seus opositores como uma ameaça à ordem liberal vigente.

Três dessas medidas ajudam a entender os interesses que estavam ameaçados. Contra a inflação, foi criada a **Superintendência Nacional do Abastecimento** (Sunab), ligada ao governo e encarregada de controlar os preços dos produtos, interferindo, portanto, nos lucros dos produtores e comerciantes.

Para oferecer melhores condições de vida a milhões de trabalhadores rurais e ampliar a oferta de alimentos, uma proposta de reforma agrária nos latifúndios improdutivos foi apresentada ao Congresso. Os latifundiários, porém, não concordavam com os mecanismos de cálculos para se chegar aos valores das indenizações a serem pagas pelas terras, alegando grandes perdas caso fossem efetivamente aplicados.

Outra questão polêmica foi a restrição da remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior; a proposta teve oposição de grupos ligados ao capital internacional. Diante de tantos embates, João Goulart aproximou-se de setores populares organizados por operários, camponeses, estudantes e militantes de esquerda, como o **Comando Geral dos Trabalhadores** (CGT), a **União Nacional dos Estudantes** (UNE), a **União Brasileira de Estudantes Secundaristas** (UBES), a **Confederação dos Trabalhadores**

Agrícolas (CONTAC) e as **Ligas Camponesas**.

No lado oposto, contra Jango, os conservadores juntavam organizações sociais e políticas. Entre eles, destacava-se o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (PES), que reunia diretores de empresas multinacionais, jornalistas, intelectuais, militares e a nata do empresariado nacional.

Entre outros opositores a João Goulart estavam o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp). Num comício realizado em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, o presidente prometeu o aprofundamento das reformas para diversas entidades de trabalhadores e estudantes.

Em resposta, os conservadores organizaram uma grande passeata em São Paulo, chamada Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Os participantes da passeata declaravam estar se posicionando contra o que era visto como ameaça da transformação do país numa república comunista, representada pelo presidente, suas propostas e seu grupo de apoio. Setores da Igreja e do empresariado participaram da manifestação.

Questões

01. (CBM/MG – Bombeiro – FUNDEP/2019) “O Plano de Metas previa que fosse alcançada a produção de 170 mil veículos anualmente (automóveis, utilitários, caminhões e ônibus), [...]. As metas quantitativas eram acompanhadas de metas referentes a índices de nacionalização: 95% para automóveis e 90% para os demais. [...] A estratégia do governo para o setor automobilístico baseou-se na garantia de reserva de mercado às firmas entrantes: tornou-se impossível importar autoveículos em fase de restrições de toda a sorte [...]”

ABREU, Marcelo de Paiva. O processo econômico. In: SCHWARCZ, Lília M.

(direção) História do Brasil Nação: 1808-2010. V. 4. Olhando para dentro, 1930-1964. Coord. Ângela de Castro Gomes. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. p. 215-6.

A fabricação de automóveis tornou-se o verdadeiro ícone da modernidade, sendo um dos pontos de destaque do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek.

Considerando a implementação dessa meta, é correto afirmar:

A - A produção interna de veículos foi um dos recursos aplicados pelo governo para frear a grande importação dominante no período.

B - Para implementá-la, foi criado o Grupo Executivo da Indústria Automobilística para garantir total nacionalização dessa indústria até o final do governo.

C - O governo JK assumiu uma postura francamente protecionista em relação a esse setor da economia nacional.

D - Para barrar a concorrência com automóveis de luxo estadunidenses, a FNM produziu o automóvel JK ou FNM 2000.

02. (TRT/15ª Região – Analista Judiciário – FCC/2018) A IV República brasileira (1946-1964) foi marcada por algumas características peculiares, sobretudo a partir dos anos 1950, tais como a ampliação do voto das classes populares,

A - a proposição de políticas nacionalistas e desenvolvimentistas por parte de vários governos do período e o crescente conflito político entre conservadores e reformistas radicais.

B - o controle da política nacional por partidos oligárquicos regionais e as gradativas tensões e disputas entre liberais e comunistas no que se refere à política econômica.

C - a inclusão do voto dos analfabetos, e a adoção de medidas reformistas no campo, a fim de promover a inclusão dos camponeses no processo econômico e político, segundo as orientações cepalinas.

D - a presença do Exército na política, conferindo um caráter autoritário e militarizado ao Estado, e a criação de um

sistema bipartidário nacional, com alguns consensos em relação às metas econômicas.

E - a adoção de políticas estatizantes, envolvendo a criação de bancos e parques industriais, e a participação de delegados de centrais sindicais no Congresso Nacional como forma de apaziguar as reivindicações populares.

03. (Prefeitura de Cerquillo/SP – Professor – VUNESP/2019) O interregno confuso de João Goulart seria apenas o prenúncio do golpe, que viria em 1964, pois a tentativa do Plano Trienal fracassou, tanto quanto seu governo agravou muitíssimo o terror das elites a quaisquer melhorias no campo social, propagandeadas como “ameaças comunistas” ou, como se alegou na época, como risco de instauração de uma “República sindicalista”, pois Jango apelou bastante para o viés “populista”.

[Carlos Fico, O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). Em Carlos Guilherme Mota (org). A experiência brasileira. A grande transação. Adaptado]

O Plano Trienal

A - associava a taxação das grandes fortunas com investimentos públicos nas indústrias de base.

B - ajustava o custo da máquina estatal, com o aumento tributário, para investimentos públicos.

C - estabelecia uma reforma tributária em paralelo a um ajuste fiscal severo, com o controle cambial.

D - ampliava o crédito para os bancos nacionais e controlava a taxa básica de juros.

E - combinava o combate inflacionário, o crescimento econômico e as reformas sociais.

Alternativas

01 - B | 02 - A | 03 - E

DITADURA MILITAR

O Governo Militar de 1964

Desde o início de 1964, as propostas de reformas de base intensificaram as manifestações de apoio e de repulsa ao governo de João Goulart. Disseminou-se o medo das reformas¹⁵.

Em 31 de março, o alto escalão de oficiais do Exército, com apoio de vários governadores, como Magalhães Pinto (1909-1996), de Minas Gerais, Carlos Lacerda (1914-1977), da Guanabara, e Adhemar de Barros (1901-1969), de São Paulo, rebelou-se contra o governo de Jango.

O primeiro passo coube ao general Olímpio Morão Filho, que mobilizou o exército de Belo Horizonte, o mesmo que, 27 anos antes, ainda capitão e integralista, havia forjado o famoso **Plano Cohen**. Segundo o pesquisador e historiador Carlos Fico, os revoltosos contavam com a **Operação Brother Sam**, que incluía a possível intervenção planejada pelo embaixador estadunidense Lincoln Gordon, associado às elites econômicas, políticas e militares.

A operação contava com uma força tarefa naval estadunidense (porta-aviões, porta-helicópteros, contratorpedeiros) que atuaria nas costas brasileiras e incluía a entrega de armas, munições e combustível (quatro navios-petroleiros). O plano entraria em ação em março.

Entretanto, o golpe teve um desfecho rápido e sem lutas. Culminou com a deposição do presidente João Goulart, que deixou Brasília, dirigiu-se para o Rio Grande do Sul e em seguida para o Uruguai, onde pediu asilo. Já no dia 12 de abril, o embaixador Lincoln Gordon foi avisado de que não era mais necessário o apoio logístico estadunidense. Era o fim de uma experiência republicana reformista e o início da ditadura comandada pelos militares.

Após a deposição do presidente João

Goulart, uma junta militar, formada pelo general Artur da Costa e Silva (1899-1969), pelo brigadeiro Francisco Correia de Melo (1903-1971) e pelo almirante Augusto Rademaker (1905-1985) foi instalada no poder. A primeira medida tomada por essa junta foi a decretação do **Ato Institucional nº 1 (AI-1)**.

O decreto garantia amplos poderes ao Executivo, como cassar mandatos, suspender direitos políticos, aposentar funcionários civis e militares e decretar estado de sítio sem autorização do Congresso. Milhares de brasileiros foram atingidos pelos expurgos, civis e militares.

Em seguida, o Alto Comando das Forças Armadas indicou para a Presidência o marechal **Humberto de Alencar Castelo Branco** (1897-1967). Com o golpe de 1964, teve início uma série de governos militares que permaneceu no poder até 1985. Nesse período, as liberdades democráticas foram anuladas e os poderes Legislativo e Judiciário foram submetidos. Também foi uma época em que estados e municípios perderam sua autonomia, passando a ser simples executores das decisões federais.

Governo Castelo Branco

Castelo Branco autorizou inúmeras prisões, interveio em sindicatos e organizações populares e cassou direitos políticos de opositores. Também fechou o Congresso Nacional e criou o **Serviço Nacional de Informações (SNI)**. Decretou o **Ato Institucional nº 2 (AI-2)**, que estabeleceu eleições indiretas para a Presidência da República e extinguiu os partidos políticos existentes, que foram reunidos em duas novas legendas: a **Arena** (Aliança Renovadora Nacional), aliada ao governo, e o **(Movimento Democrático Brasileiro), supostamente de oposição.**

Decretou também o **AI-3**, que determinou a eleição indireta dos governadores dos Estados, e o **AI-4**, que

¹⁵ Vicentino, Cláudio. *Olhares da História Brasil e Mundo*. Cláudio Vicentino. José Bruno Vicentino. Savério Lavorato Júnior. 1ª ed. São

Paulo. Scipione.

orientou a elaboração da nova Constituição, outorgada em janeiro de 1967. A Carta incorporava os atos institucionais e atribuía hegemonia política ao Executivo. Em 1967, a **Lei de Imprensa** instaurou a censura aos veículos de comunicação no país. Na área econômica, o Brasil alinhou-se completamente com os Estados Unidos e criou facilidades para a entrada do capital estrangeiro.

Um exemplo desse alinhamento foi o envio de tropas brasileiras à República Dominicana, juntando-se à intervenção militar estadunidense.

Governo Costa e Silva

Para a sucessão de Castelo Branco, o Alto Comando Militar indicou o ministro da Guerra, marechal Artur da Costa e Silva (1899-1969). Com a economia em crescimento e a manutenção do congelamento dos salários dos trabalhadores, surgiram **greves**, como a de **Contagem** (MG) e a de **Osasco** (SP). Esta foi reprimida brutalmente, com cerco policial, seguido da atuação dos soldados com metralhadoras e blindados.

Ainda no início de seu governo, os protestos de rua contra o regime ditatorial se intensificaram. Políticos cassados pela ditadura, estudantes e trabalhadores de diversas categorias aliaram-se. A Frente Ampla, por exemplo, nasceu de uma aliança entre Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, que buscavam reunir a oposição contra a ditadura.

Costa e Silva decretou sua ilegalidade e proibiu suas atividades. Em 1968, foram constantes as manifestações estudantis exigindo a redemocratização do Brasil. O governo respondia aos protestos com repressão policial. Em março de 1968, o estudante Edson Luís de Lima e Souto foi assassinado durante a invasão militar de um restaurante universitário. Cerca de 50 mil pessoas acompanharam o trajeto até o cemitério, transformando o enterro em um ato político. Em outubro, foram presos centenas de estudantes e as lideranças do movimento universitário que participavam

do XXX Congresso da UNE em Ibiúna, SP.

Nesse quadro, o regime acentuou o processo de fechamento político com a edição, em 13 de dezembro de 1968, do **Ato Institucional nº 5** (AI-5), pelo qual, entre outras medidas de exceção, o presidente poderia decretar o recesso do Congresso Nacional. Foi a mais implacável de todas as leis da ditadura: suspendeu a concessão de habeas corpus e todas e quaisquer garantias constitucionais, dando ao presidente militar o controle absoluto sobre o destino da nação.

No mesmo dia, foi decretado o fechamento do Congresso por tempo indeterminado. Com a instauração do AI-5, houve o período de repressão mais intensa no país. Com os canais democráticos fechados, uma parcela da oposição partiu para o enfrentamento armado, com assaltos a bancos, sequestros e atentados. Nessas ações, exigia-se a libertação de presos políticos e procurava-se arrecadar fundos para o movimento. O esforço pouco adiantou. Alguns anos depois, os grupos de luta armada estavam derrotados, com muitos militantes mortos ou exilados. Quase todos os presos foram torturados.

Em agosto de 1969, o presidente Costa e Silva sofreu um derrame e ficou impossibilitado de exercer suas funções. O vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, foi proibido pelos ministros militares de assumir a Presidência, que foi ocupada por uma junta militar. A junta permaneceu no poder até outubro do mesmo ano, quando eleições indiretas foram convocadas para escolher o novo presidente. O nome do general **Emílio Garrastazu Médici** (1905-1985), apresentado pelos chefes militares, foi aprovado pelo Congresso, reaberto para essa finalidade.

O Governo Médici

Durante o governo Médici, houve um elevado crescimento da economia, do denominado "milagre econômico". Antônio Delfim Netto, então ministro da Fazenda, afirmava que era preciso "**fazer crescer o bolo para depois dividi-lo**". Era a

justificativa para estabelecer políticas de favorecimento e concentração da renda. O desenvolvimento económico e a propaganda governamental reforçaram o apoio da classe média ao governo, setor beneficiado pela política económica.

No entanto, foi também um período caracterizado pela repressão e pela tortura, com forte censura aos meios de comunicação. A repressão era justificada pelo crescimento da luta armada contra o regime. Entre as realizações do governo Médici, destacam-se a construção da rodovia **Transamazônica**, a conclusão de várias hidrelétricas e a criação da **Telecomunicações Brasileiras** (Telebrás) e do **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária** (Incra). Em seu governo também foi aprovada uma emenda constitucional que ampliava os poderes do presidente, cujo mandato se estendeu de quatro para cinco anos.

Desde antes do completo endurecimento do regime, com o AI-5, opositores de esquerda se preparavam para enfrentar a ditadura com a **guerrilha**. Alguns focos guerrilheiros foram formados: o do **Araguaia**, no Pará, que foi descoberto em 1972 e destruído pelo Exército em 1975; o da **Serra do Caparaó**, em Minas Gerais, e o do **Vale do Ribeira**, em São Paulo, que foram derrotados rapidamente.

Este último era chefiado pelo capitão **Carlos Lamarca** (1937-1971), que conseguiu fugir da repressão militar e acabou morto no sertão da Bahia.

Outra figura que se destacou nessa forma de atuação armada foi **Carlos Marighella** (1911-1969), líder da **Aliança Libertadora Nacional** (ALN). Ele agia na região das grandes capitais e foi morto numa tocaia por policiais em São Paulo.

Governo Geisel

O presidente eleito indiretamente para substituir Médici foi o general **Ernesto Geisel** (1907-1996). Em seu governo a economia nacional começou a mostrar sinais de dificuldades, associadas ao crescimento obtido à custa do capital

estrangeiro.

Entre essas dificuldades estava a desigualdade social com extrema concentração de renda e o aumento da dívida externa, que obrigou o pagamento de juros altíssimos, inviabilizando o crescimento do país.

Assim, enquanto o país conquistava a décima posição na economia mundial, a qualidade de vida de boa parte da população brasileira continuava em níveis baixíssimos. Parte desse quadro foi agravada pela crise internacional provocada pela alta dos preços do petróleo nos países produtores, ocorrida em 1972.

Essa crise provocou sérios problemas no Brasil, que importava, aproximadamente, 80% do petróleo que consumia. A situação continuou se agravando em 1974, primeiro ano do governo Geisel. É importante destacar que 1974 foi, também, o ano em que o conservadorismo sofreu derrotas, como a renúncia do presidente Nixon, nos EUA (provocada pelo caso Watergate), e a Revolução dos Cravos, em Portugal, que depôs a ditadura no país.

Para contornar a situação económica, o governo Geisel estimulou o desenvolvimento do **Programa Nacional do Alcool** (Pró-Alcool), cujo objetivo era promover a utilização de uma fonte de energia alternativa ao petróleo.

Foi também durante seu governo que teve início a construção de duas das maiores usinas hidrelétricas do mundo: **Itaipu** e **Tucuruí**. Os impasses criados pelo modelo económico dos militares deu margem para o crescimento da oposição e para o início de um processo de abertura política, **lenta e gradual**, que levaria à redemocratização do país.

Para iniciar a abertura política, o presidente precisou afastar os militares que se opunham a isso, considerados de **linha dura** e em posições de comando. A reação da sociedade às mortes por tortura do jornalista **Vladimir Herzog**, em outubro de 1975, e do operário Manuel Fiel Filho, em janeiro de 1976, foi decisiva para o processo de abertura política.

Em 1978, uma grande greve de metalúrgicos, liderada pelo líder sindical Luiz Inácio da Silva, o Lula, teve início na região do ABC, em São Paulo. Entre as reivindicações estavam melhores salários e a abertura política. Apesar da forte repressão, outras categorias profissionais aderiram ao movimento, demonstrando o desgaste do poder autoritário do governo. Antes do término de seu mandato, Geisel revogou o AI-5 e determinou a extinção da censura no Brasil.

Governo Figueiredo

O general João Batista Figueiredo (1918-1999) foi escolhido para a sucessão de Geisel. A dívida externa brasileira ultrapassava os 100 bilhões de dólares e a inflação era mais de 250% ao ano. Greves e agitações políticas apareciam por toda a parte e a imprensa trazia à tona sucessivos escândalos financeiros envolvendo membros do governo. Dando sequência ao processo de abertura política, o governo Figueiredo aprovou, em 1979, a Lei de Anistia.

A partir de então, muitos presos políticos foram libertados e vários brasileiros exilados começaram a retornar ao país. Outra medida de seu governo foi a reforma partidária, que extinguiu a Arena e o MDB e autorizou a formação de novos partidos políticos. A maioria dos integrantes da Arena passou a compor o Partido Democrático Social (PDS). O MDB deu lugar ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e diversas legendas surgiram, como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), entre outros.

O fim do bipartidarismo representou a ampliação das liberdades democráticas.

Foram ainda autorizadas eleições diretas para governadores, as primeiras desde 1967. Nas eleições realizadas em 1982, o PDS venceu em 12 estados, com um total de 18 milhões de votos, e a oposição venceu em dez estados, com 25 milhões de votos. O avanço da oposição também se

confirmou no Legislativo: o governo deixou de ter a maioria na Câmara dos Deputados. Entretanto, ainda estava previsto que, em 1985, fosse realizada eleição indireta para o cargo de presidente da República. Vários setores sociais e militares ligados à ditadura reagiram ao processo de abertura política.

Essa reação foi expressa por meio da violência, com ataques a bancas de jornais que vendiam publicações de oposição e atentados a entidades civis, entre elas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O mais sério desses atentados aconteceu em 30 de abril de 1981, quando militares da linha dura visavam explodir bombas no Rio- centro, um espaço de convenções da capital carioca, onde se realizava um grande festival de música em homenagem ao dia do trabalhador. Uma das bombas explodiu no pátio da miniestação elétrica, sem interromper o evento.

A outra explodiu acidentalmente dentro de um carro, matando o sargento Guilherme Pereira do Rosário (1946-1981) e ferindo gravemente Wilson Dias Machado, um oficial do Exército.

O atentado do **Riocentro** marcou o fim dos embates dos militares da linha dura contra o processo de abertura em curso. No final de 1983, os partidos de oposição começaram uma campanha pela eleição direta para presidente da República. O movimento, conhecido como **Diretas Já**, mobilizou o país em manifestações que chegaram a envolver centenas de milhares de pessoas.

O objetivo do movimento era pressionar o Congresso a aprovar uma emenda constitucional que reinstituíria as eleições diretas para presidente. A emenda, porém, foi derrotada por apenas 22 votos, numa sessão em que vários parlamentares não compareceram.

A escolha do novo presidente seria realizada, mais uma vez, indiretamente. Formou-se então uma aliança de políticos moderados favoráveis à abertura. Dois civis concorreram à sucessão presidencial: Tancredo Neves, da Aliança Democrática,

que reunia tanto opositores como colaboradores da ditadura, e Paulo Maluf, do PDS (antiga Arena). Tancredo Neves venceu, mas não tomou posse.

Às vésperas da cerimônia, o presidente eleito foi hospitalizado e faleceu em 21 de abril de 1985. A Presidência, então, foi assumida por seu vice, José Sarney, um dos fiéis aliados do regime militar. O final do governo Figueiredo e a posse de José Sarney marcaram o fim do regime militar. Iniciava-se uma nova fase na vida política brasileira, denominada **Nova República**.

Questões

01. (SAEB/BA – Soldado – IBFC – 2020) No período de 1968 a 1974, o Brasil viveu um acelerado crescimento econômico, nomeado pelos militares de Milagre Econômico. Esse crescimento, ocorrido no governo do presidente Emílio Médici, foi garantido, entre outros fatores, pelos volumosos investimentos estrangeiros no setor industrial, sobretudo, na indústria de bens de consumo duráveis (CERRI, 2002). COMPARAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO BRASIL – 1960-1970-1976 PARTICIPAÇÃO NA RENDA EM % População economicamente ativa em % 1960 1970 1976.

50% mais pobres 18 15 12

30% seguintes 28 23 21

15% seguintes 27 27 28

5% mais ricos 27 35 39 (Fonte: GUIMARÃES, Alberto P.,1981)

A respeito do Milagre Econômico e com base na tabela acima, assinale a alternativa correta.

A - Assegurou toda a distribuição da riqueza produzida entre os brasileiros

B - Possibilitou a diminuição das diferenças econômicas entre as classes sociais

C - Permitiu a redução da pobreza e elevou a qualidade de vida de modo igualitário

D - Concentrou a renda e acentuou as desigualdades sociais

E - Ampliou a capacidade produtiva e consumista do país, que se tornou modelo na América Latina de igualdade e prosperidade

02. (DATAPREV – Auxiliar de Enfermagem – Quadrix) A Comissão da Verdade iniciou seus trabalhos em maio deste ano. Formada por sete membros, uma de suas principais atribuições será examinar e esclarecer violações de direitos humanos ocorridas durante o período de ditadura militar no Brasil (1964-1985). Considerando seu conhecimento histórico, assinale a alternativa na qual não consta o nome de um presidente do Brasil durante a ditadura militar.

A - Arthur da Costa e Silva.

B - Humberto Castello Branco.

C - Juscelino Kubitschek.

D - Ernesto Geisel

E - Emílio Médici.

03. (MPE/GO – Secretário Auxiliar – MPE/GO) Foram causas que contribuíram para a implantação da ditadura militar no Brasil, em 1964, exceto:

A - a tentativa do Presidente João Goulart de submeter a economia da nação aos interesses capitalistas dos norte-americanos;

B - a instabilidade política do país, agravada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros em 1961 e a tentativa frustrada dos políticos de direita de impedir a posse do então Vice-Presidente João Goulart;

C - a forte oposição política ao Presidente João Goulart, por suas tendências esquerdistas;

D - as revoltas e greves espalhadas pelo país, devido à insatisfação com a tentativa do Presidente João Goulart de implantar as chamadas “reformas de base”;

E - o apoio dado pela Igreja Católica, que organizou a Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade.

04. (FUNDUNESP – Historiógrafo – VUNESP) Sobre as organizações de esquerda que fizeram resistência armada à

ditadura militar, é correto afirmar que

A - estudantes secundaristas e universitários não participavam de ações armadas por motivo de segurança da organização.

B - os militantes aprenderam a manejar armas na prática, pois não havia qualquer tipo de treinamento preparatório para o confronto direto com a polícia ou o exército.

C - a maioria dos estudantes envolvidos nas manifestações estudantis de 1966 a 1968 ingressou nas organizações que defendiam a luta armada, com o objetivo de continuar a resistência à ditadura militar.

D - à medida em que os estudantes conheciam a luta armada, maior era o número daqueles que abandonavam a resistência à ditadura militar.

E - a luta armada teve início no campo e, paulatinamente, migrou para os centros urbanos.

Alternativas

01 - D | 02 - C | 03 - A | 04 - C

A NOVA REPÚBLICA

Transição para a Democracia

O fim da ditadura militar veio acompanhado por um desejo de mudança: os brasileiros desejavam a construção de um novo país - sem autoritarismo, sem corrupção, sem inflação, sem concentração de renda, sem arrocho salarial, sem Injustiças sociais. Em um país ansioso por mudanças, José Sarney, o vice-presidente eleito em 1985, assumiu a presidência, em decorrência da morte de Tancredo Neves, com a tarefa de conduzir a transição da ditadura para o regime democrático¹⁶.

O Congresso Nacional revogou leis criadas durante o regime militar, acabou com a censura aos meios de comunicação e restituiu aos cidadãos brasileiros o livre exercício de expressão e pensamento. O movimento sindical também adquiriu

liberdade de atuação, o que levou à criação de centrais sindicais. Foi instituída, ainda, a liberdade de organização partidária, incluindo a legalização dos partidos comunistas. Em termos de transição democrática, o governo Sarney cumpria suas obrigações.

Na política externa, o Brasil reatou relações diplomáticas com Cuba e tomou a iniciativa de formar com a Argentina um mercado comum latino-americano, que, com a adesão do Uruguai e do Paraguai, daria origem ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), em 1991.

Economia da Nova República

A Nova República se deparou com uma pesada herança do regime militar: uma enorme dívida externa de cerca de 100 bilhões de dólares. Sem alternativas, em 1987, o governo decretou **moratória**; ou seja, tomou a decisão unilateral de não pagar a dívida. No ano seguinte, ela foi renegociada com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Outro grave problema era a inflação. Em março de 1985, quando Sarney tomou posse, ela era de 12,7% ao mês. Os trabalhadores eram os mais prejudicados, pois o salário recebido perdia parte de seu poder aquisitivo já no dia seguinte.

Para enfrentá-la, o governo recorreu a planos de estabilização, chamados de choques econômicos. O primeiro foi o **Plano Cruzado**. Adorado em 1986, ele "congelava" os preços de mercadorias, aluguéis, salários, tarifas públicas e passagens pelo prazo de um ano, além de substituir a moeda do país, que era então o cruzeiro, pelo cruzado. O efeito imediato foi o desejado: uma brusca queda da inflação. Com isso os índices de popularidade de Sarney se elevaram.

Aproveitando-se do enorme apoio social, o presidente chegou a convocar os brasileiros pela televisão para ajudar na fiscalização do congelamento dos preços.

Em poucos meses, contudo, o Plano

Cruzado começou a desmoronar. Primeiro, houve o desabastecimento (ausência de oferta de mercadorias nas lojas), depois, o chamado ágio (a cobrança de um preço maior do que o tabelado por mercadorias vendidas clandestinamente). No segundo semestre de 1986, o plano chegou ao limite. Ainda assim, dada a proximidade das eleições legislativas e estaduais, marcadas para novembro, Sarney manteve o congelamento dos preços.

Apostando no sucesso do Plano Cruzado e apoiando Sarney, os brasileiros votaram em peso no PMDB, o partido do governo, que elegeu a maioria dos governadores, deputados e senadores. Passados apenas cinco dias das eleições, Sarney autorizou o reajuste dos preços e dos impostos. Temendo novos congelamentos, os empresários aumentaram os preços das mercadorias.

O governo tentou reestruturar o Plano Cruzado, mas não teve sucesso. O Plano Cruzado II, lançado por Dílson Funaro, foi a primeira tentativa. Em abril de 1987, Luís Carlos Bresser Pereira substituiu Dílson Funaro no comando da economia. Foi tentado um novo congelamento de preços, mas a população brasileira não mais confiava na eficiência de tais planos. No final de 1987, a inflação chegou a 366%. Em janeiro de 1988, Bresser foi substituído por Mailson da Nóbrega. Um novo plano foi proposto: o Plano Verão. A moeda passou a se chamar Cruzado Novo. Houve mais um congelamento de preços – que falhou. A inflação no ano de 1990 foi de 2.750%¹⁷.

Os combustíveis, por exemplo, chegaram a ficar 60% mais caros. Os índices de popularidade do presidente despencaram. A inflação voltou, e os salários novamente perderam parte de seu poder aquisitivo. Greves e manifestações de protesto ocorreram em várias cidades. Em uma delas, na Companhia Siderúrgica Nacional, o enfrentamento entre operários e soldados do Exército resultou na morte de

três grevistas. Em meio à crise econômica, intensificavam-se os conflitos sociais.

No campo, os enfrentamentos entre proprietários rurais e trabalhadores sem-terra aumentaram. Latifundiários se organizaram na União Democrática Ruralista (UDR), enquanto trabalhadores rurais formaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atentados - a mando ou não de latifundiários - contra líderes camponeses, padres e sindicalistas tornaram-se comuns.

No final da década de 1980, o problema da inflação tornou-se crônico. Em maio de 1987, ela atingiu 23,2%; no final do ano, alcançou o índice acumulado de 366%. No ano seguinte, a inflação chegou ao nível estratosférico de 933%. O país vivia a hiperinflação. Os preços eram reajustados diariamente. De fevereiro de 1989 a fevereiro de 1990, a inflação atingiu 2751%. Sem ter como controlar a disparada dos preços, o governo Sarney se limitou a cumprir a tarefa da transição democrática.

A Constituição de 1988

Apesar do descontrole da economia, a sociedade brasileira continuava no caminho da democracia. Em 1988, o então deputado Ulysses Guimarães, do PMDB, presidiu a sessão em que o Congresso Nacional promulgou a nova Constituição, que garantia amplos direitos civis, políticos e sociais a todos os brasileiros. Com o fim da ditadura militar, cidadania havia se tornado uma palavra recorrente no vocabulário brasileiro.

Não por acaso, ao promulgar a nova Constituição, Ulysses Guimarães a chamou de "**Constituição Cidadã**". De todas as Constituições da história do país, ela é a mais avançada no tocante aos direitos de cidadania. No âmbito dos direitos políticos, ela garantiu eleições diretas em todos os níveis, estendendo o direito ao voto a analfabetos e a maiores de 16 anos, e ampla liberdade de organização partidária.

A nova Constituição também garantiu os

¹⁷ EducaBras. O Governo de José Sarney e de Fernando Collor de Mello. https://www.educabras.com/ensino_medio/materia/historia/historia_do_b

rasil/aulas/o_governo_de_jose_sarney_e_de_fernando_collor_de_mello. Visitado em 15.03.2023.

direitos sociais existentes até então e incluiu outros, como a licença-paternidade. Na questão dos direitos civis, houve muitos avanços, como o direito à liberdade de expressão, de reunião e de organização. A imprensa tornou-se livre de qualquer censura, e as liberdades individuais também foram garantidas no texto constitucional.

O racismo e a tortura tornaram-se crimes inafiançáveis. A Lei de Defesa do Consumidor, de 1990, transformou-se em importante instrumento de defesa dos cidadãos. Outra importante inovação foi a criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, facilitando o acesso da população à justiça, também foram ampliados os poderes de instituições, como a Defensoria Pública e o Ministério Público.

O Caçador de Marajás

Para a consolidação da transição democrática, restava ainda a tão aguardada eleição presidencial: os brasileiros não elegiam presidente da República pelo voto direto havia quase 30 anos. As esquerdas apresentaram seus candidatos. O do Partido dos Trabalhadores (PT), na época identificado com um projeto socialista, era Luiz Inácio Lula da Silva.

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) apresentou a candidatura de Leonel Brizola, herdeiro do projeto trabalhista anterior a 1964. Outros candidatos, mais ao centro, foram: Ulysses Guimarães, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e Mário Covas, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Partidos de direita e conservadores também concorreram nas eleições. Contudo, as pesquisas foram rapidamente lideradas por um candidato quase desconhecido: **Fernando Collor de Mello**, do inexpressivo Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Collor havia feito carreira política no partido da ditadura e ganhara visibilidade no governo de Alagoas, especialmente após o corte de altos salários na máquina administrativa do estado, o que

o fez ficar conhecido como "**caçador de marajás**".

Collor recebeu o apoio de grupos econômicos poderosos e também da mídia quando subiu nas pesquisas e se mostrou capaz de derrotar Lula e Brizola nas eleições. Em suas campanhas, Lula defendia a anulação da dívida externa e a reforma agrária; Brizola, por sua vez, ressaltava a necessidade de preservar as empresas estatais e realizar amplos investimentos em educação; já Collor pregava a modernização do país e a sua entrada no Primeiro Mundo.

Collor soube aproveitar o desejo de mudança que tomara a sociedade brasileira logo após o fim da ditadura. Como resultado, ele obteve 28,52% dos votos, contra 16,08% alcançados por Lula no primeiro turno das eleições - o que os levou para o segundo turno, como determinava a nova Constituição.

Contando com o apoio de amplos setores da sociedade, sobretudo dos conservadores, Collor venceu as eleições com dos votos. Lula, em torno do qual se uniram as esquerdas e as forças consideradas progressistas, recebeu 37,86% dos votos.

A Democracia Resistiu

Na América Latina, o Brasil não era o único país com dificuldades de pagar sua dívida externa. Em decorrência dessa situação, em fins de 1989, técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial (Bird) reuniram-se em um seminário com economistas latino-americanos com o objetivo de reorganizar a economia desses países.

As medidas sugeridas ao final do encontro, que aconteceu em Washington, foram: não interferência do Estado na economia; abertura dos mercados nacionais para importações e entrada de capital estrangeiro; privatização de empresas estatais; equilíbrio do orçamento do Estado, com a diminuição de investimentos na área social, como saúde e educação; e combate à inflação. Esse conjunto de diretrizes ficou

conhecido como **Consenso de Washington**.

Fernando Collor assumiu a presidência em 15 de março de 1990, mostrando-se de pleno acordo com o Consenso de Washington e determinado a aplicar o conjunto de diretrizes. Já no dia seguinte, anunciou um novo plano de estabilização econômica para o país, cuja inflação atingia então 80% ao mês. O **Plano Collor**, ou **Plano Brasil Novo**, abrangia uma série de medidas para controlar a inflação e reestruturar o Estado: reforma administrativa com demissão de funcionários públicos; abertura comercial ao exterior e ao capital estrangeiro; eliminação dos incentivos fiscais às indústrias; liberalização da taxa do dólar; e um programa de privatização das empresas estatais.

O plano também recorria a métodos já conhecidos dos brasileiros, como o congelamento de preços e salários e a adoção de uma nova moeda. Saía o cruzado novo, voltava o **cruzeiro**. Havia um item no plano, contudo, que ninguém esperava: o **confisco dos depósitos bancários em contas-correntes**, aplicações financeiras e cadernetas de poupança por 18 meses.

O objetivo era estabilizar a economia por meio da retirada de dinheiro do mercado. A medida causou tremendo impacto. Sem dinheiro no mercado, os preços desabaram. E a recessão foi quase imediata: falências, brusca queda no consumo e nas vendas, perda do poder aquisitivo dos salários, demissões, desemprego.

Apesar do elevado custo social e econômico que impôs ao país, o plano não extinguiu a inflação. Ao contrário do que se previa, a inflação retornou - e com ferocidade. O Plano Collor foi um total fracasso. Um ano depois, o governo Collor estava mergulhado na crise. Ao fracasso do Plano Collor somavam-se denúncias de corrupção, abalando ainda mais o governo. O ex-tesoureiro da campanha presidencial de Collor, Paulo César Farias, mais conhecido como PC Farias, foi acusado de chefiar um esquema de corrupção.

PC Farias arrecadava dinheiro de empresas, facilitava contratos mediante elevadas comissões e, com elas, financiava as despesas pessoais do presidente. As denúncias eram muito graves. Tanto que foi instituída no Congresso Nacional uma **Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)** para investigar as acusações. Nas ruas setores organizados da sociedade exigiam o impeachment do presidente.

Milhares de jovens estudantes com o rosto pintado de verde e amarelo, que ficaram conhecidos como caras-pintadas, foram para as ruas protestar. Além do impeachment do presidente, exigiam o fim da corrupção e a ética na política. Em 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados aprovou o afastamento de Collor da presidência: foram 441 votos a favor e 38 contra. Três meses depois, julgado pelo Senado, Collor teve seu mandato e seus direitos políticos cassados por oito anos. Vaga, a presidência da República foi assumida pelo vice, Itamar Franco.

O Plano Real

Itamar Franco assumiu a presidência com amplo apoio político no Congresso Nacional. Fernando Henrique Cardoso foi nomeado ministro da Fazenda em março de 1993. Com um grupo de economistas, ele começou a elaborar um plano para estabilizar a economia do país. Seguindo as indicações do Consenso de Washington, FHC e sua equipe concluíram que, para alcançar a estabilidade da moeda, era preciso reformar o Estado, reduzir os gastos do governo e privatizar as empresas estatais.

Em fevereiro do ano seguinte, o governo criou a **Unidade Real de Valor (URV)**, atrelando-a ao dólar. Se a arrecadação de impostos se mantivesse alta, os gastos na área social fossem reduzidos e as grandes reservas em dólar, preservadas, a URV se manteria estável. Em julho de 1994, o governo transformou a URV em uma nova moeda, o **real**. Em apenas 15 dias, a inflação caiu drasticamente.

O real equiparou-se ao dólar, obtendo

estabilidade. Era o fim da alta constante e acelerada dos preços, beneficiando os assalariados. Com o sucesso do Plano Real, que conseguiu derrubar a inflação, Fernando Henrique Cardoso foi lançado candidato à presidência pela coligação PSDB/PFL. Seu principal adversário era Lula, novamente candidato pelo PT.

Exausta da inflação, a sociedade brasileira apoiou a estabilização monetária e o Plano Real, elegendo FHC já no primeiro turno com 54,27% dos votos.

Governo FHC

Fernando Henrique Cardoso foi eleito e assumiu a presidência com o projeto de reduzir o tamanho do Estado e seu papel na economia. Adorando políticas neoliberais, o presidente extinguiu o monopólio estatal da exploração e do refino do petróleo pela Petrobras, eliminou as restrições à entrada de capital estrangeiro no país e implementou reformas administrativas. Era o fim da Era Vargas, segundo o próprio FHC.

Além disso, o governo estabeleceu acordos com o FMI e deu início a um programa de privatização das estatais. Foram leiloadas empresas dos setores siderúrgico, elétrico, químico, petroquímico e de fertilizantes. O mesmo ocorreu com portos, rodovias e ferrovias. Bancos estaduais e empresas como a Embraer e a Companhia Vale do Rio Doce também foram privatizados.

Segundo dados do BNDES, entre 1991 e 2002, o governo federal arrecadou cerca de 30 bilhões de dólares com todas essas vendas - 22 bilhões de dólares somente com a do Sistema Telebras de Telecomunicações. Com o Plano Real, a inflação estava sob controle. Mas havia um problema: manter o real equivalente ao dólar.

A alternativa foi aumentar as taxas de juros e atrair investimentos especulativos em dólares. Os juros altos, no entanto, resultaram em recessão econômica e desemprego. E os recursos arrecadados com a venda das empresas estatais

acabaram sendo utilizados para pagar as altas taxas de juros. Foi também no governo FHC que a emenda à Constituição que dispunha sobre a reeleição para cargos do Poder Executivo foi aprovada.

Isso permitiu que o presidente concorresse a um novo mandato nas eleições presidenciais de 1998.

Nas eleições de 1998, Lula foi novamente o maior adversário de Fernando Henrique. Mesmo com a aliança de duas lideranças de esquerda - o vice de Lula era Leonel Brizola -, FHC foi reeleito com 53% dos votos. Em seu segundo mandato, Fernando Henrique deu continuidade ao Plano Real, preservando a estabilidade da economia.

A manutenção das taxas de juros altas e a sobrevalorização do real aumentaram ainda mais a dívida pública nesses quatro anos. Em 2001, o presidente, que gozava de boa popularidade, teve sua imagem afetada pelo chamado "apagão".

Uma seca inesperada esvaziou os reservatórios das hidrelétricas, resultando em falta de energia elétrica no país. Sem planejamento e sem investimentos no setor, foi necessário impor racionamento de energia à população. Nos oito anos de governo FHC, medidas importantes foram tomadas, como o Código de Trânsito Brasileiro (1997), a venda de medicamentos genéricos (1999), a Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), a quebra de patentes de remédios contra a Aids (2001), o Bolsa-escola (2001), o Vale-Gás (2001), entre outras.

Mudança de Rumos

Com o Plano Real, a sociedade brasileira conheceu a importância da estabilidade da moeda. As políticas neoliberais adoradas por Fernando Henrique resultaram no controle da inflação, mas também na alta do desemprego e na perda de diversos direitos sociais. Ao final de seu segundo mandato havia um novo desejo de mudança entre os brasileiros.

Nas eleições presidenciais de 2002, Lula foi novamente candidato pelo PT. Em sua

quarta disputa pela presidência, ele deixava de lado o discurso socialista dos anos anteriores e apresentava um programa moderado, buscando o apoio das classes médias e dos empresários. Contando com amplo apoio político, Lula recebeu 46,4% dos votos no primeiro turno das eleições de 2002, e 61,2% no segundo turno.

O governo Lula optou por dar continuidade à política econômica de FHC, mantendo a estabilidade da moeda por meio do equilíbrio fiscal e do controle dos gastos públicos. Como os números mostravam-se bastante favoráveis, a credibilidade do país no mercado financeiro internacional cresceu. Apesar dessas semelhanças, ao retomar o nacional-desenvolvimentismo característico da Era Vargas, o novo governo mostrou que tinha um projeto político diferente do de seu antecessor.

Nesse sentido, as privatizações foram suspensas e o papel do Estado, reforçado. A pesquisa científica, por exemplo, recebeu apoio e incentivos financeiros. Na política externa, o governo Lula ampliou as relações comerciais e diplomáticas do Brasil com os países da União Europeia, da África, da Ásia e da América Latina. O reforço do Mercosul também foi uma iniciativa nesse sentido.

No plano social, o governo dedicou-se ao combate da pobreza, retirando milhões de pessoas da miséria. Além da criação do **Programa Bolsa Família**, em que há transferência direta de renda às famílias em situação de pobreza, o governo diminuiu os impostos sobre produtos da cesta básica e materiais de construção e reajustou o salário mínimo acima dos índices de inflação, beneficiando os trabalhadores e as camadas mais pobres da população.

Crise e Reeleição

Em 2005, no terceiro ano do mandato de Lula, vieram a público denúncias de que o governo pagava regularmente a deputados e senadores para que matérias de interesse do Executivo fossem aprovadas pelo Congresso. O "**mensalão**", como o esquema de arrecadação de dinheiro ficou

conhecido, envolvia empresários, ministros de Estado e parlamentares. Em fins de 2012, muitos foram condenados em julgamento pelo Supremo Tribunal Federal. Mesmo com a queda dos índices de popularidade do governo durante a crise política, o presidente continuou a contar com o apoio de amplos setores da população.

Em 2006, Lula lançou-se à reeleição e foi eleito para um novo mandato, com a maioria dos votos dos trabalhadores, dos setores mais pobres da população e de parte significativa das classes médias. Ao ser novamente empossado presidente, em 2007, Lula também contava com uma ampla coalização de partidos políticos no Congresso Nacional.

Apesar dos juros altos praticados pelo Banco Central e do controle das contas públicas pelo governo, necessários para garantir a estabilidade econômica do país, os investimentos na área de educação triplicaram. O governo também investiu em energia e transporte; apoiou as indústrias de exportação, obtendo saldos comerciais positivos; e incentivou a internacionalização de muitas empresas. O bom desempenho da agricultura e o aumento do preço de produtos primários no mercado internacional beneficiaram o conjunto da economia.

No plano social, o governo deu continuidade ao combate à pobreza. Além disso, propiciou um aumento real do poder de compra dos trabalhadores, com a oferta de crédito à população e outras medidas. O resultado foi a criação de 15 milhões de novos empregos, a ascensão social de milhões de pessoas, o crescimento acentuado da chamada classe C e o fortalecimento do mercado interno brasileiro.

Foi devido ao fortalecimento de seu mercado interno que o Brasil demonstrou capacidade de resistir à crise mundial que teve origem nos Estados Unidos em fins de 2007. Em meados de 2009, o país voltou a crescer. Em 2010, o crescimento econômico foi de 7%. Ao deixar o governo,

em 1º de janeiro de 2011, Lula contava com 87% de aprovação entre os brasileiros, segundo pesquisa de opinião encomendada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT).

Governo Dilma Rousseff

Para concorrer à presidência da República nas eleições de 2010, o Partido dos Trabalhadores (PT) lançou o nome de Dilma Rousseff, então ministra da Casa Civil do governo Lula. A eleição foi decidida no segundo turno, com a vitória de Dilma com 56,05% dos votos.

Dilma, quando jovem, fora presa e torturada pela ditadura militar. Sua vitória representou um grande avanço para a democracia brasileira. Pela primeira vez, uma mulher e ex-integrante da luta armada contra a ditadura assumia o cargo de presidente da República. O governo Dilma deu continuidade às políticas sociais e desenvolvimentistas do governo Lula, como o programa Minha Casa, Minha Vida, e promoveu outros, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

No final de 2011, os jornais noticiaram que o Brasil havia se tornado a 6ª maior economia do mundo, ultrapassando a Grã-Bretanha, então na 7ª posição.

No governo Dilma foi aprovado o Marco Civil da Internet (2014), foram leiloados campos de petróleo do pré-sal (2013) e foi instituída a Comissão Nacional da Verdade (2012). Sua popularidade manteve-se em alta, mas foi abalada pelos protestos que tomaram o país em junho de 2013. Ela sofreu críticas pelo baixo crescimento do Produto Interno Bruto do país, pela alta da inflação e pelos gastos com a Copa do Mundo de Futebol realizada no Brasil em 2014. Ao final de seu primeiro mandato, Dilma Rousseff concorreu à reeleição. Com dos votos, sua vitória sobre o candidato do PSDB foi apertada no segundo turno.

Como no seu primeiro mandato, os gastos públicos aumentaram

demasiadamente, e a ameaça da inflação voltou. O governo, então, adotou política recessiva, cortando drasticamente os gastos públicos, o que gerou recessão econômica e perda do poder aquisitivo da população.

A popularidade do PT e do governo Dilma diminuiu e as oposições aumentaram. Inicialmente, grupos radicais de direita pediam a volta da ditadura militar. Depois, passeatas tomaram as grandes cidades, criticando o governo e exigindo a saída de Dilma da presidência da República. As investigações da Operação Lava Jato prejudicaram a imagem do PT e de Dilma. As denúncias de corrupção na Petrobras serviram de combustível para aumentar ainda mais os protestos contra a presidente.

No início de 2016, a sociedade brasileira se encontrava muito dividida. No Congresso Nacional, a oposição entrou com pedido de impeachment, cuja instauração foi aprovada pelo Senado no dia 12 de maio. Com a decisão, Dilma foi afastada da presidência para aguardar o julgamento final pelo Senado. O vice Michel Temer, do PMDB, assumiu como presidente em exercício.

Muitos, porém, interpretaram o movimento oposicionista a Dilma como um golpe contra a democracia e também foram para as ruas protestar. O clima se radicalizou, inviabilizando o diálogo e colocando em risco a capacidade da sociedade de resolver suas diferenças por meio de acordos e negociações políticas.

Governo Temer

A crise no governo Dilma e o impeachment

Devido à crise política e econômica que se instalou no país, com a corrupção generalizada denunciada pela “Operação Lava-Jato”, em agosto de 2015, Temer comunicou o seu afastamento da articulação política¹⁸.

No dia 2 de dezembro, o presidente da Câmara aceitou a abertura do processo de

impeachment da presidente Dilma.

Em março de 2016, o PMDB deixou a base do governo para apoiar o processo de impeachment que tramitava na Câmara dos Deputados.

No dia 17 de abril de 2016, com 367 votos favoráveis e 137 contrários, a Câmara dos Deputados aprovou o relatório do impeachment e autorizou o Senado Federal a julgar a presidente por crime de responsabilidade.

O Senado determinou, em sessão iniciada no dia 11 de maio de 2016 e concluída na madrugada do dia 12 de maio, o afastamento de Dilma. Na sessão que durou 22 horas, o resultado foi de 55 votos a favor do afastamento e 22 contra.

A tomada de posse

No dia 12 de maio de 2016, Michel Temer assumiu interinamente a Presidência do Brasil, se tornando o 37º mandatário da República. Ainda sem receber a faixa presidencial, Temer aguardou até que o Congresso realizasse o julgamento que afastaria definitivamente a presidente.

No dia 31 de agosto de 2016, após a aprovação do impeachment da presidente Dilma, Michel Temer tomou posse como Presidente da República, se tornando o 14º a assumir o cargo sem ter sido eleito diretamente pelo povo.

Michel Temer foi Presidente do Brasil de 31 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

Governo Bolsonaro

Jair Messias Bolsonaro, do PSL, foi eleito o 38º presidente da República ao derrotar em segundo turno o petista Fernando Haddad, interrompendo um ciclo de vitórias do PT que vinha desde 2002¹⁹.

A vitória foi confirmada às 19h18, quando, com 94,44% das seções apuradas, Bolsonaro alcançou 55.205.640 votos (55,54% dos válidos) e não podia mais ser ultrapassado por Haddad, que naquele

momento somava 44.193.523 (44,46%). Com 100% das seções apuradas, Bolsonaro recebeu 57.797.847 votos (55,13%) e Haddad, 47.040.906 (44,87%).

No discurso da vitória, Bolsonaro afirmou que o novo governo será um **"defensor da Constituição, da democracia e da liberdade"**.

Aos 63 anos, capitão reformado do Exército, deputado federal desde 1991 e dono de uma extensa lista de declarações polêmicas, Jair Bolsonaro materializou em votos o apoio que cultivou e ampliou a partir das redes sociais e em viagens pelo Brasil para obter o mandato de presidente de 2019 a 2022.

Na campanha, por meio das redes sociais e do aplicativo de mensagens WhatsApp, apostou em um discurso conservador nos costumes, de aceno liberal na economia, de linha dura no combate à corrupção e à violência urbana e opositor do PT e da esquerda.

Lula vence a eleição e será presidente pela terceira vez

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se elegeu presidente do Brasil pela terceira vez neste domingo (30). Com 99,99% das urnas apuradas, o petista teve 50,90% dos votos válidos no segundo turno das eleições de 2022. Isso significa 60,34 milhões de votos. O presidente Jair Bolsonaro (PL) ficou com 49,10% – ou 58,20 milhões de votos. A diferença entre Lula e Bolsonaro foi de apenas 1,80% – a menor já registrada nas eleições presidenciais. Além disso, desde que o país passou a ter a possibilidade de reeleição, em 1998, é a primeira vez que um presidente no exercício do mandato não vence a eleição que disputa²⁰.

Dos eleitores que compareceram às urnas neste domingo, 3,16% (3,9 milhões) anularam o voto e 1,43% (1,7 milhão) votaram em branco.

Eleição de Lula marca volta da

19 Guilherme Mazui. G1 Política. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/jair-bolsonaro-e-eleito-presidente-e-interrompe-serie-de-vitorias-do-pt.ghtml>.
20 Wesley Oliveira. Lula vence a eleição e será presidente pela terceira

vez. Gazeta do Povo. <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2022/lula-vence-a-eleicao-e-sera-presidente-pela-terceira-vez/>. Visitado em 31.10.2022.

esquerda ao poder

Aos 77 anos de idade, Lula vai comandar o país pela terceira vez a partir de 1.º de janeiro de 2023. Ele já havia sido presidente por dois mandatos sucessivos entre 2003 e 2010. Os mandatos foram marcados por esquemas de corrupção.

A eleição de Lula marca a volta da esquerda ao poder. O PT não comandava o país desde que a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) sofreu impeachment, em 2016. O resultado de 2022 também é uma reviravolta pessoal do petista, que havia sido condenado e preso por corrupção em processos decorrentes da Operação Lava Jato. Por isso, ele não pôde disputar a eleição de 2018 devido às restrições da Lei da Ficha Limpa. Lula conseguiu anular suas condenações no Supremo Tribunal Federal (STF) e recuperou o direito de participar de eleições.

Questões

01. (SAAE Barra Bonita – Procurador Jurídico – Instituto Excelência) Sobre fatos históricos do Brasil pode-se ressaltar a Nova República. Assinale a alternativa CORRETA que descreve fatos que ocorreram na Nova República:

A - O Brasil é escolhido pela ONU para comandar as forças de paz no Haiti. O Brasil é o maior produtor mundial de café, feijão, mate, laranja, mamão, cana-de-açúcar e banana, segundo dados da FAO. O Brasil é a décima economia do mundo – com PIB de 2,3 trilhões de reais, segundo dados do IBGE. Cresce a participação do terceiro setor na economia brasileira.

B - Primeira manifestação pública pelo retomo das eleições diretas reúne 10 mil pessoas em São Paulo. Fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O movimento popular Diretas Já promove comícios por todo o país. A Emenda Dante de Oliveira é rejeitada no Congresso por não atingir número mínimo de votos a favor. Criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

C - Os movimentos sociais ganham as

ruas: a anistia traz ao país centenas de exilados políticos. Fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Os militares promovem atentados: OAB e Riocentro. O território de Rondônia é transformado em estado da Federação.

D - Nenhuma das alternativas.

02. (MP/GO – Secretário Auxiliar – MP/GO) O primeiro presidente eleito da chamada "Nova República", por meio das eleições diretas de 1989, foi Fernando Collor de Melo. Sobre o governo Collor, é INCORRETO dizer que:

A - foi interrompido por um processo de impeachment, em 1992;

B - teve como vice-presidente da República Itamar Franco;

C - deu início ao Plano Real, que criou a moeda de mesmo nome;

D - ficou marcado, no plano econômico, pelo confisco das poupanças dos brasileiros;

E - o movimento popular que contribuiu para o seu fim chamava-se "Caras pintadas".

03. (Prefeitura de Cristalina/GO – Professor – Quadrix) Com o fim do regime militar, em 1985, era instaurada a Nova República, assinalando o reencontro do País com a democracia, cujo marco jurídico-político definidor foi o(a)

A - eleição presidencial direta do civil Tancredo Neves.

B - Constituição de 1988, a "Constituição Cidadã".

C - Código de Defesa do Consumidor.

D - Estatuto da Criança e do Adolescente.

E - Estatuto do Idoso.

Alternativas

01 - D | 02 - C | 03 - B

ASPECTOS GERAIS DE ARAUCÁRIA

História

Aniversário do Município: 11 de fevereiro²¹.

Na época do descobrimento do Brasil, a região onde está localizada Araucária, já era conhecida como Tindiquera. Viajantes que aqui estiveram nos séculos XVI e XVII, bem como os mapas da época, localizavam as grandes aldeias indígenas, aparecendo entre estas a de Tindiquera.

Em 1.668, o Capitão Mor Gabriel de Lara doou uma sesmaria a Domingos Rodrigues da Cunha e seus filhos na região de Tindiquera. No final do século XVII, eram proprietários de terras na região o Alferes Gaspar Carrasco do Reis, Luiz da Cunha, Garcia Rodrigues Velho, o Capitão Manoel Ricam de Carvalho e o médico prático Paschoal Fernandes Leite, entre outros. Os habitantes de Tindiquera, bem como de todo Paraná, viviam em extrema pobreza.

Em 1.837, a Capela de Nossa Senhora da Luz de Tindiquera foi elevada a Capela Curada, um ano depois foram estabelecidas as primeiras divisas do bairro.

Gradativamente, a população foi transferindo-se para as margens do Rio Iguaçu, e a sede do curato de Tindiquera passa para o local em que estava a capela de "Nossa Senhora dos Remédios do Yguassú".

Através da Lei Provincial Nº 021, de 28 de fevereiro de 1.858, foi criada a Freguezia do Iguassú. Em 1.868, a Freguezia do Iguassú foi desligada de Curitiba e anexada como distrito de São José dos Pinhais até 1.888, quando volta a ser administrado por Curitiba.

A partir de 1.876, começou a corrente imigratória, isto no tempo do Império, principalmente por poloneses seguidos por alemães, italianos, ucranianos, que notavelmente deram à região um surto de progresso. Na década de 1950, iniciou a

imigração japonesa.

A criação do Município deve-se ao encaminhamento feito pelo Major Sezino Pereira de Souza (chefe político da região), redigido pelo médico Dr. Victor do Amaral, de uma petição em forma de abaixo-assinado ao então Governador do Estado, o contra-almirante José Marques Guimarães, solicitando que a Freguezia do Iguassú fosse elevada a Vila e logo em seguida, fosse criado o Município.

Assim, pelo Decreto Estadual Nº 40, de 11 de fevereiro de 1.890, foi criado o Município de Araucária, que teve seu nome sugerido pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral.

O primeiro administrador de Araucária, como intendente, foi o Major Sezino Pereira de Souza.

A primeira eleição municipal realizou-se no dia 22 de setembro de 1.892, sendo o primeiro Prefeito eleito de Araucária, o Sr. Manoel Gonçalves Ferreira. Em 1.911, foi criado o Termo Judiciário e em 1.919, o Município foi elevado à categoria de Comarca.

O distrito de Guajuvira foi criado em 1.947, e o Município perde temporariamente sua categoria de Comarca, ficando subordinado a São José dos Pinhais por quatro meses. Em 1.949, Araucária recuperou definitivamente sua categoria de Comarca.

Gentílico: araucariense/araucariano.

Evolução Econômica

A região de Tindiquera, mesmo não possuindo ouro, atraiu alguns interessados pela pequena região de campos incrustada e cercada por matas onde predominava a Araucária e a Imbuia. O trabalho consistia em cultivar a terra e criar gado em pequena escala, produzindo apenas o suficiente para o sustento das famílias. O isolamento em que viviam e a ausência do mercado consumidor impossibilitava qualquer tipo de comércio.

Surgiu então na região de Tindiquera,

²¹ Prefeitura de Araucária. História. <https://araucaria.atende.net/cidadao/pagina/historia>. Visitado em

um pequeno porto para canoas, conhecido como Passo das Laranjeiras. A partir daí se ergueu o aglomerado de pessoas que formariam a Vila de Araucária.

Tindiquêra era também passagem obrigatória entre Curitiba e Lapa. No final do século XVIII, a região produzia feijão, milho, fumo, toucinho, erva-mate e trigo.

Quanto à erva-mate, inicialmente, atendia apenas o consumo local. Mais tarde o produto passou a ser exportado.

Araucária era ponto de parada obrigatória para quem transportava erva-mate da Lapa para Curitiba.

Em 1866 a Freguezia do Iguassú contava com 2.565 habitantes, dos quais, 125 eram escravos que trabalhavam na agricultura e nos engenhos de soque.

Os moradores de Araucária se dedicaram à exploração da erva-mate até a década de 1940 quando houve o declínio das exportações para a Argentina, que se tornou auto-suficiente. Este trabalho era uma atividade exclusivamente masculina.

A presença dos imigrantes estrangeiros a partir de 1876 modificou a paisagem da região, com grande desenvolvimento da agricultura.

A exploração comercial da madeira iniciou-se na Freguezia do Iguassú a partir do século XIX, até a década de 1930, quando entra em crise pela devastação das reservas.

O crescimento econômico da região proporcionou a abertura de mercado para outras atividades geradoras de emprego para a população como olarias, cerâmicas, moinhos, fábricas de palhões, de massa de tomate, de caixas de madeira, de linho, de fósforo, de balas, de bolachas e torrefação de café.

Em 1972, com a instalação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas e em 1973 com a criação do CIAR (Centro Industrial de Araucária), ocorreu um crescimento bastante acentuado e uma inversão no quadro populacional, econômico e social do Município, em que a população urbana passou a superar a rural com a vinda de um contingente populacional de vários pontos

do país e a economia que se baseava na agricultura e pecuária passou a ser predominantemente industrial/urbana.

Decreto nº 40/1890

O Contra Almirante José Marques Guimarães, Governador do Estado do Paraná, atendendo ao que lhe requerem os moradores da Freguezia do Iguassu e localidades vizinhas decreta:

Art. 1º. O povoado da Freguezia do Iguassú é elevado à categoria de vila, com a denominação de "Araucária".

Art. 2º. A Villa de Araucária será sede de um Município que terá por divisas: a leste, os rios das Antas, Maurício, Iguassu e Barigüy até a estrada da Villa do Rio Negro ao norte, em rumo do oeste, pelos limites da Colônia Thomáz Coelho até o Rio Verde a oeste por este Rio até o Iguassu, na foz do Ribeirão Izabel Alves até sua nascente d'ahi em procura das dos Rios Turvo que corta a estrada da Areia Branca até o Rio da Várzea ao sul por este Rio até a Foz das Antas.

Art. 3º. É nomeada uma Intendência Municipal para a Villa de Araucária, composta dos seguintes cidadãos: Presidente - Major Sezino Pereira de Souza Vice-Presidente - Capitão Veríssimo de Souza Marques Vogaes - Padre Francisco Soja, Major Joaquim Gonçalves Palhano, Antônio Arlindo Pereira, Francisco Ramiro Assis França e Valter Joslin.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Dados Gerais

Integrada à Região Metropolitana de Curitiba - RMC, no primeiro planalto paranaense, Araucária ocupa uma área de 460,85 km², situa-se a 857m do nível do mar. O Município de Araucária faz parte do centro mais ativo e desenvolvido do Estado, com área de influência em crescente expansão e destaque na Região Sul do

País²².

Estrategicamente localizado em relação ao Mercosul, o Centro Industrial de Araucária - CIAR, com 46.137.500,00m² de área destinada ao pólo industrial, sediando as indústrias já instaladas e reservada às novas implantações, conta com matéria-prima local disponível para atender, principalmente a Agro-Indústria e a Petroquímica, com infra-estrutura, acesso rodo-ferroviário e fácil conexão com aeroportos e portos marítimos.

A Cidade

Situada às margens do Rio Iguaçu, é cortada pela BR-476 - Rodovia do Xisto, via de interligação da Região Sudoeste do País. Está a 27 km do centro de Curitiba. Nasceu de uma concentração de imigrantes eslavos, voltados inicialmente para a agricultura pelas condições propícias de clima e solo, com o cultivo de culturas como o trigo, milho, batata, hortaliças, fruticultura e avicultura.

Com a implantação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR, na década de 70, a cidade começou a sofrer influências do desenvolvimento industrial, servindo de sede a novas indústrias, com geração de empregos e o deslocamento de trabalhadores da área rural para a urbana.

Adapta-se ao processo de industrialização, mantendo suas características agrícolas, o que a torna um importante pólo agro-industrial.

População

A população atual é formada por descendentes dos primeiros habitantes da região (luso brasileiros, índios e negros) por descendentes de imigrantes poloneses, italianos, ucranianos, sírios, alemães, japoneses e por migrantes vindos de outras regiões, atraídos pela industrialização, a partir da década de 70.

População estimada 151.666 (IBGE/2022²³).

Território: 471,33 km².

Altitude: 897 metros.

Instalação: 01/03/1890.

Latitude: 25° 35' 35" S.

Longitude: 49° 24' 37" W

Distâncias: está a 27 km do centro de Curitiba.

Aeroporto - 32km.

Paranaguá (porto) - 102km.

São Paulo - 420km.

Rio de Janeiro - 840km.

Assunción - 910km.

Montevideo = 1.520km.

Buenos Aires - 1.520km.

La Paz - 2.210km.

Limites

Norte: Campo Largo.

Sul: Contenda, Quitandinha.

Leste: Curitiba, Mandirituba e Fazenda Rio Grande.

Oeste: Campo Largo, Contenda e Balsa Nova.

Acessos

Área Urbana = 84,00 km² - 18,23%.

Área Rural = 376,85 km² - 81,77%.

Área do Município = 460,85 km² - 100,00%.

Corresponde a 5,35% da RMC.

Clima/Temperatura

Araucária situa-se numa região de clima subtropical quente-temperado, sempre úmido, variando de verões frescos a invernos frios com ocorrência de geadas. A temperatura média anual é de 16 °C, variando entre 27 °C em fevereiro e 8 °C em julho. Maior precipitação no mês de janeiro e menor no mês de agosto. Todo o período é úmido. A umidade relativa do ar situa-se na faixa dos 80%.

Hidrografia

Uma irrigação generosa é proporcionada à região de Araucária por quatro bacias hidrográficas: Rio Iguaçu, Rio Passaúna, Rio Barigüi e Rio Cachoeira. Estima-se que

²² Prefeitura de Araucária. Dados Gerais. <https://araucaria.atende.net/cidadao/pagina/dados-gerais>. Visitado em 04.12.2023.

²³ IBGE. Araucária. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/araucaria/panorama>. Visitado em 04.12.2023.

a profundidade do lençol freático situa-se entre 3 e 6 metros nas partes mais altas e chegue a apenas 1 metro nas partes aluvionares. As condições de drenagem são favoráveis face às declividades naturais do terreno, situado no divisor de águas da Represa do Passaúna e do Rio Barigüi.

Geografia/Solo

A geologia da área urbana de Araucária é simples, sendo representada pela ocorrência das seguintes unidades geológicas ou litoestratigráficas: Aluviões, Complexo Cristalino (Embasamento) e Formação Guabirota (Bacia Sedimentar de Curitiba). A área apresenta um relevo relativamente suave, com altitudes variando entre 860 e 940 metros, sendo dividida em três aspectos morfológicos, intimamente ligados às litologias sobre as quais foram esculpidos. Regiões Planas, onde aflora a Formação Guabirota Colinas Baixas e Arredondadas sobre os migmatitos Planícies Aluvionares, nos fundos dos vales dos rios da região.

Principais Cultivos

Milho;
Feijão;
Batata;
Repolho;
Cebola;
Hortaliças em geral;
Soja;
Pêssego;
Ameixa

Símbolos Oficiais

Bandeira



LEI Nº 1439/2003

Art. 1º Fica oficializada, como símbolo do Município, a Bandeira do Município de Araucária, Estado do Paraná, a qual compõe-se de um quadrilátero de cor branca, tendo ao centro o Brasão do Município de Araucária.

Art. 2º Em conformidade às regras heráldicas nas reproduções, a Bandeira terá as dimensões oficiais adotadas para a Bandeira Nacional, levando-se em consideração quatorze módulos de altura por vinte de comprimento.

Parágrafo único. A Bandeira Municipal poderá ser reproduzida em bandeirolas de papel nas comemorações cívicas, obedecendo-se sempre os módulos e cores heráldicas.

Brasão



Art. 3º Fica oficializado, como símbolo do Município, o Brasão do Município de Araucária, com as seguintes características:

I - ao centro, um escudo português, dividido por linhas, formando campos distintos;

II - na parte inferior do Brasão, em azul, o Rio Iguaçu, em verde, a mata nativa;

III - na parte superior do Brasão, sobre o azul, raios solares que se divergem, em busca de novos horizontes, com o dístico Araucária, em letras vermelhas, encimado pela coroa mural, das quais apenas cinco são visíveis em perspectiva, representada pela cor do metal ouro;

IV - o Brasão de Araucária está ladeado à direita por uma chaminé, simbolizando a indústria e, à esquerda, por uma haste de trigo madura, lídimos representantes da riqueza do Município, ligados na sua extremidade inferior por uma faixa em goles, com a legenda em preto: 11-02-1890 - Cidade Símbolo do Paraná, a data da emancipação política de Araucária.

Art. 4º O Brasão, em conformidade à heráldica, deverá em qualquer reprodução ter sete módulos de largura por oito de altura, tomados do escudo, e será reproduzido em clichês para timbrar a documentação oficial do Município de Araucária.

Hino

Art. 5º Fica oficializado, como símbolo do Município, o Hino Municipal de Araucária, com letra de Francisco Pereira da Silva e música de Sebastião Lima, na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 6º O Hino da Lei Municipal tem a seguinte letra:

Letra por Francisco Pereira da Silva
Melodia por Sebastião Lima

Araucária, Araucária
És a terra mais linda que há
Araucária, Araucária
Cidade símbolo do Paraná

Vem de longe o teu nome pioneiro
Teu passado remoto e feliz
Tens a fama do altivo pinheiro
Fostes chão dos briosos tingüis

Araucária, Araucária
És a terra mais linda que há
Araucária, Araucária
Cidade símbolo do Paraná

Vem de longe romântica era
A tua história tão plácida enfim
És aquela gentil Tindiquera
Para nós que te amamos jardim

Araucária, Araucária
És a terra mais linda que há
Araucária, Araucária
Cidade símbolo do Paraná

Ainda ontem num sonho fecundo
Pura e simples quanto hoje ainda és
Mais desperta pras lutas do mundo
Sobre a argila que dorme aos teus pés

Araucária, Araucária
És a terra mais linda que há
Araucária, Araucária
Cidade símbolo do Paraná

Sim despertas de um plácido sonho
Tuas culturas tem viço e frescor
Sob o braço do altivo colono
Hoje cantas um hino ao labor

Araucária, Araucária
És a terra mais linda que há
Araucária, Araucária
Cidade símbolo do Paraná

Sim despertas valente operária
Sempre moça e mais linda só tu
Que o progresso te chame Araucária
Nos murmúrios do manso Iguaçu

Araucária, Araucária
És a terra mais linda que há
Araucária, Araucária
Cidade símbolo do Paraná

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Questões

01. O município de Araucária foi reconhecido oficialmente no ano de:

- A - 1896.
- B - 1910.
- C - 1890.
- D - 1888.

02. Compões as bacias hidrográficas da região de Araucária os seguintes rios:

A - Rio Iguaçu, Rio Passaúna, Rio Bagi e Rio Cachoeira.

B - Rio Iguaçu, Rio Paraná, Rio Barigüi e Rio Cachoeira.

C - Rio Iguaçu, Rio Passaúna, Rio Barigüi e Rio Iguaçu.

D - Rio Iguaçu, Rio Passaúna, Rio Barigüi e Rio Cachoeira.

Alternativas

01 – C | 02 – D

ASPECTOS GERAIS DO PARANÁ

História

O primitivo homem paranaense pertencia à família tupi-guarani e jê. Foram os tupi que deram nome ao Estado: Paraná "rio caudaloso", sendo estes ainda, os que primeiramente entraram em contato como o homem branco²⁴.

O Paraná espanhol nasceu em 1557 na foz do rio Piquiri, com o nome de Ciudad Real del Guayrá, que junto com Vila Rica do Espírito Santo, nas margens no Ivaí, tornou-se a Província de Vera ou do Guayrá.

Já o Paraná português teve suas raízes ligadas ao Ciclo do Ouro, quando na margem esquerda ao rio Taquaré (hoje Itiberê), é fundada Paranaguá, aos 29 de junho de 1648. No mesmo ciclo aurífero, nasceram as vilas de Antonina, Morretes e no Primeiro Planalto, Curitiba cujo Pelourinho (símbolo do poder legalmente constituído) foi erguido aos 29 de março de 1693.

Com as atividades da lavra de ouro em Minas Gerais, as populações eram abastecidas com a carne bovina proveniente do Rio Grande do Sul, o que acarretou um franco comércio entre Viamão naquele estado e Sorocaba em São Paulo, tendo início no Brasil Meridional, um novo ciclo, o do Tropeirismo, que no Paraná fundou cidades como Rio Negro, Campo do Tenente, Lapa, Porto Amazonas, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Tibagi, Piraí do Sul, Jaguariaíva e Sengés incorporando ainda ao

linguajar paranaense inúmeros termos, em uso até hoje.

Os ciclos econômicos sucederam-se com o extrativismo da erva-mate que teve seu apogeu no século XIX, sendo responsável pela Emancipação Política do Paraná, em 1853, até então, quinta Comarca da Província de São Paulo. No bojo da atividade ervateira, que chegou a representar 85%, da economia da nova província, os transportes tiveram grande impulso: desenvolveu-se a navegação fluvial nos rios Iguaçu e Paraná, construiu-se a ligação entre o planalto e o litoral com a Estrada da Graciosa e a Ferrovia Paranaguá/Curitiba. Sendo ainda esteio da economia paranaense até o início da II Guerra Mundial.

A exemplo do que ocorreu em todo o Brasil, a madeira exportada era primeiramente retirada do litoral. Com a ligação rodoviária e ferroviária entre o planalto e o litoral, foi que a extensa floresta de Araucaria angustifolia, existente nos planaltos paranaenses, permitiu a exploração da madeira, como uma atividade econômica, que ultrapassou a própria erva-mate em arrecadação, notadamente durante a II Guerra Mundial, influenciando a história, cultura, literatura, artes, hábitos e gastronomia paranaenses, bem como nomeou a própria capital: Curitiba, que em tupi significa "muito pinhão" além de constar do nome de tantos outros municípios: Araucária (angustifolia), Pinhão, Pinhais, Pinhalão, São José dos Pinhais e localidades: Pinhalzinho, Pinheiral, Três Pinheiros, etc.

Foi este ciclo que atraiu os ingleses e povoou o vazio das florestas derrubadas.

No século XIX, o Paraná recebeu milhares de agricultores originários da Suíça, Itália, Alemanha, Polônia, Ucrânia e Rússia, entre outros.

A partir do início do século XX desencadeou-se a cultura intensiva e extensiva do café em uma região de aproximadamente 100.000 km²,

abrangendo três áreas distintas: o Norte Pioneiro, o Norte Novo e Norte Novíssimo, cuja colonização, ocorreu entre as décadas de 30 e 50, pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, dando início a um dos maiores movimentos de migração interna, que ali fixou uma população constituída por paulistas, mineiros, catarinenses, nordestinos, paranaenses de outras regiões e estrangeiros.

A fértil terra roxa deu origem a cidades como Jacarezinho, Cambará, Cornélio Procopio, Londrina (o nome é uma homenagem a Londres), Maringá, Apucarana, Arapongas, Rolândia, Cianorte, etc.

Na década de 60 a lavoura cafeeira, foi a principal fonte de divisas do Paraná, chegando a representar 60% do valor total da produção agrícola do Estado.

O fenômeno de ocupação territorial e econômica ocorrido no norte repetiu-se no oeste e sudoeste paranaense. Migrantes vindos principalmente do Rio Grande do Sul introduziram a cultura de soja no Estado. Esse produto, juntamente com o trigo, tornou-se um dos esteios da agricultura estadual, alargando as fronteiras agrícolas.

A partir de meados de 1970, o Paraná começou a industrializar-se, embora a matéria-prima seja ainda de origem agrícola. Implantaram-se empresas de grande porte, com tecnologia moderna, como a de material elétrico, de comunicações, automobilística, refino de petróleo, além da agroindústria.

Emancipação Política do Paraná

Os primórdios

A história da emancipação política do Paraná começa com a criação, pelo governo do Rio de Janeiro, da Capitania de Paranaguá, em 1660. Esta existiu até 1710, quando foi incorporada aos territórios de capitania de São Vicente e Santo Amaro, que vieram posteriormente a formar a

capitania de São Paulo²⁵.

Esta, pela sua extensão, foi dividida em duas comarcas, ficando a do sul com sede em Paranaguá, quando, em 1812, foi transferida para Curitiba, passando a denominar-se Comarca de Curitiba e Paranaguá.

As primeiras tentativas

Com o apoio dado à região pelo Príncipe D. João VI, cresceu em Paranaguá o desejo de recuperar um governo próprio. Para tanto, enviaram ao Rio de Janeiro um encarregado de convencer tal propósito, na pessoa de Pedro Joaquim Correia de Sá. Não obstante, depois de várias tentativas, viu fracassada sua missão.

A conjura separatista

Após algumas reuniões secretas, as autoridades parnanguaras manifestaram o desejo de aproveitar da ocasião da manifestação pública de fidelidade à Constituição do Reino Unido de Portugal e Algarves, que contou com a presença do juiz de fora Antonio Azevedo Melo e Carvalho, para que fosse declarada a constituição de um Governo Provisório, com a posterior comunicação ao príncipe D. João VI. Encarregaram Bento Viana a proferir a declaração, que foi prontamente rechaçada pelo juiz, não julgando ser a hora oportuna.

O resultado foi a instalação de um inquérito sob suspeita de um movimento subversivo de larga repercussão, o que causou a dispersão das ideias separatistas. Bento Viana nada sofreu.

A continuação da luta

Apesar do fracasso do movimento separatista de 1821, não cessou o trabalho das câmaras municipais do litoral, Lapa e Castro, na reivindicação pela autonomia política, o que forçou o governo imperial a efetuar os estudos competentes. Nesta fase, destacaram-se os nomes de Paula Gomes e Correia Junior.

25 Antônio Celso Mendes. *Emancipação Política do Paraná*. Academia Paranaense de Letras.

<http://academiaparanaensedeletras.com.br/historia-do-parana/aula-9/>. Visitado em 13.01.2023.

O primeiro era tropeiro muito relacionado na Corte, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, o que facilitava o seu trabalho em defesa da emancipação da 5ª comarca. Correia Junior foi coronel da Guarda Nacional e sempre demonstrou simpatia pela causa da emancipação.

A revolução liberal de 1842

A insensibilidade paulista com relação aos apelos pela autonomia da 5ª Comarca sofreu uma profunda transformação, diante do agravamento da situação política imperial, motivada pela Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, que desejava libertar-se do conservadorismo do Império, o mesmo ocorrendo no Rio de Janeiro, com a rebeldia do partido liberal, de forte expressão em Minas e em São Paulo. O receio era o possível apoio político dessas dissidências à revolução do sul, o que acabaria com o equilíbrio político do Império!

Nesse entrevero, ficou ressaltada a posição estratégica de Curitiba, como obstáculo natural à união daquelas forças, o que levou o governador de S. Paulo, Barão de Monte Alegre a enviar imediatamente um negociador, João da Silva Machado, a convencer os curitibanos a aderir à causa liberal, com a promessa de sua autonomia política, o que foi confirmado pelo comandante das forças legalistas, Duque de Caxias.

Terminado o conflito com a vitória das forças legalistas, o presidente de São Paulo autorizou o deputado paulista Carneiro de Campos a apresentar a proposta legal sobre a emancipação, pela oportunidade do momento. Não obstante, a luta parlamentar durou dez anos, motivada pelas divergências entre mineiros e paulistas, que tudo fizeram no sentido de impedir a conquista paranaense.

A vitória final

Foi somente em 1850 que o assunto voltou a tomar relevância parlamentar,

quando surgiu a proposta de criação da província do Amazonas, tendo então o senador Batista de Oliveira proposto a criação simultânea da Comarca de Curitiba. O senador paulista Campos Vergueiro, para complicar, propôs emenda que a comarca de Curitiba se compreendesse também Santa Catarina.

Contando com o apoio acalorado de Cruz Machado e do senador Carneiro de Leão, finalmente a proposta de criação da província do Paraná foi aprovada, em 2 de agosto de 1853, pela Lei nº 704 e sancionada pelo imperador D. Pedro II, em 29 de agosto de 1853. A instalação da província deu-se a 19 de dezembro do mesmo ano e posse simultânea de seu primeiro governador, Zacarias de Goes e Vasconcelos.

Aspectos Geográficos

O Paraná é um estado brasileiro localizado na região Sul do país. Possui clima predominantemente subtropical úmido e um relevo planáltico, com as maiores elevações concentrando-se no leste do estado. Sua economia é a quinta maior do país, destacando-se a indústria de transformação e a produção de grãos. No litoral paranaense fica o maior porto graneleiro da América Latina, o porto de Paranaguá. No oeste, por sua vez, na fronteira com o Paraguai, está situada a usina de Itaipu²⁶.

Dados Gerais

- Região: Sul
- Capital: Curitiba
- Área territorial: 199.298,982 km² (IBGE, 2020)
- População: 11.516.840 habitantes (IBGE, 2020) / Estimativa 2021: 11.597.484 (IBGE, 2021)²⁷
- Densidade demográfica: 52,40 hab/km² (IBGE, 2010)
- Fuso: Horário Padrão de Brasília (GMT -3 horas)
- Clima: Subtropical Úmido.

26 Paloma Guitarrara. Paraná. UOL. <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/parana.htm>. Visitado em 13.01.2023.

27 <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama>. Visitado em 13.01.2023.

Limites

O Paraná é um dos estados brasileiros que compõem a região Sul do país. Limita-se:

- ao norte, com São Paulo;
- ao sul, com Santa Catarina; e
- a oeste, com o Mato Grosso do Sul.

A porção ocidental paranaense faz divisa, ainda, com o Paraguai e a Argentina. A leste, o estado dispõe de um breve litoral, com saída para o oceano Atlântico.

Clima

Com a maior parcela do seu território localizada abaixo do Trópico de Capricórnio, o clima predominante do Paraná é o Subtropical Úmido. As temperaturas mais elevadas ficam em torno de 22 °C, enquanto a mínima pode chegar a 14 °C. As principais variações locais acontecem no litoral, mais quente e úmido, e nas áreas serranas e porções mais elevadas dos planaltos, onde predominam temperaturas mais baixas.

Os índices pluviométricos variam entre 1500 mm e 2500 mm. Algumas áreas do estado experimentam a ocorrência de geadas durante o outono e o inverno.

Relevo

O Paraná pode ser dividido em quatro unidades morfoesculturais. No oeste do estado, situado na bacia sedimentar do Paraná, fica o terceiro planalto paranaense, cuja altitude média é de 170 metros. O terreno se eleva do segundo planalto, cuja média altimétrica supera os mil metros. Logo na sequência, está o primeiro planalto e a unidade da serra do Mar, que antecede a planície litorânea.

O pico mais elevado do Paraná e da região Sul é o pico Paraná, no leste do estado, com 1877 metros.

Vegetação

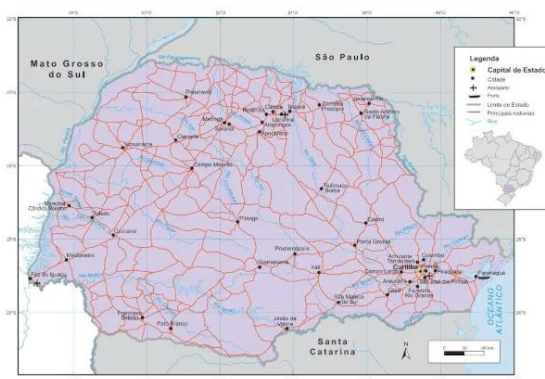
A maior parte do Paraná está inserida no bioma Mata Atlântica. Sua cobertura vegetal é formada principalmente por florestas estacionais e ombrófila mista.

Nesta última se encontra parte do domínio das araucárias. No leste do estado, onde fica a serra do Mar, situam-se as florestas densas.

Hidrografia

Intensamente drenado, o estado do Paraná é parte de duas regiões hidrográficas: a do Atlântico Sul e a do Paraná, em que está inserido o rio de mesmo nome e cujas águas servem de força motriz para a usina de Itaipu. Destaca-se, ainda, o rio Paranapanema, tributário do rio Paraná, e o rio Iguaçu, sendo os três os cursos mais extensos do estado.

Mapa do Paraná



Demografia do Paraná

Conforme as estimativas do IBGE para 2020, o Paraná possui mais de 11 milhões de habitantes, constituindo o quinto estado brasileiro em população e o mais populoso da região Sul. A maior parcela dessa população vive nas cidades, sendo a taxa de urbanização de 85,3%, conforme o Censo de 2010.

A capital, Curitiba, é o município mais populoso do estado, com 1.948.626 habitantes. Entre as capitais brasileiras, ela representa a oitava maior população. O segundo município paranaense com maior concentração de habitantes é Londrina, com 575.377.

Diversas etnias compõem a população paranaense, fruto dos intensos fluxos migratórios que tiveram o estado como destino. Destaca-se a presença de alemães, árabes, espanhóis, holandeses, italianos,

japoneses, poloneses, ucranianos, portugueses, africanos bem como dos povos indígenas. Ao todo, a população paranaense é formada por 28 diferentes etnias.

Divisão geográfica do Paraná

Até 2017, o IBGE dividia os estados brasileiros em microrregiões e mesorregiões. Os 399 municípios paranaenses eram divididos em 39 microrregiões, as quais se agrupam em 10 mesorregiões. São elas:

- Centro Ocidental Paranaense
- Centro Oriental Paranaense
- Centro Sul Paranaense
- Metropolitana de Curitiba
- Noroeste Paranaense
- Norte Central Paranaense
- Norte Pioneiro Paranaense
- Oeste Paranaense
- Sudeste Paranaense
- Sudoeste Paranaense

Economia do Paraná

A economia paranaense é a quinta maior do país. O PIB do estado em 2018 foi de R\$ 440.029 milhões, o equivalente a 6,28% do PIB do Brasil para o mesmo ano. A maior parcela desse valor é oriunda do setor terciário, que abrange comércio e serviços (com exceção da administração pública).

O setor secundário, isto é, a indústria, responde por quase um quarto do PIB do estado. Além disso, o PIB industrial do Paraná tem participação de pouco mais de 7% no nacional. A principal indústria do estado é a de transformação, sendo também a terceira do país em 2018. O destaque fica com a produção de alimentos, seguido de montagem de veículos, petróleo e derivados, papel e celulose, química, e madeireira.

A agropecuária, por sua vez, é responsável por uma fatia de 9,51% do valor adicionado ao PIB. O Paraná é um dos principais produtores de grãos do Brasil, dos quais tem maior importância a soja. Além dela, destacam-se os cultivos do milho e do trigo. Em se tratando da

pecuária, o estado é um grande produtor de aves e suínos.

Governo do Paraná

À frente do Poder Executivo do Paraná estão o governador do estado e o seu vice, ambos eleitos para seus cargos a cada quatro anos. No mesmo pleito são escolhidos os representantes do Legislativo, que, no estado em questão, é composto atualmente por três senadores, 30 deputados federais e 54 deputados estaduais.

Bandeira do Paraná



Infraestrutura do Paraná

Fica no litoral paranaense um dos mais importantes portos brasileiros: o porto de Paranaguá, considerado como o maior escoador de grãos da América Latina. Suas instalações atendem, ao todo, a 10 estados do Brasil. As exportações correspondem a produtos de diversos setores econômicos, que variam de madeira e alimentos até derivados da indústria mecânica. O grande destaque fica, entretanto, com os produtos agrícolas.

No oeste do estado, na divisa com o Paraguai, está instalada a usina hidrelétrica de Itaipu. É a segunda maior hidrelétrica do mundo e tem registrado sucessivos recordes de produção de energia em escala mundial. Uma parcela de 10,8% da energia consumida no Brasil é oriunda de Itaipu, enquanto a usina é responsável por 88,5% do consumo energético no Paraguai.

Cultura

A cultura paranaense é derivada dos costumes e tradições característicos das origens diversas de sua população. Algumas das manifestações mais tradicionais são o fandango, que se popularizou principalmente entre os caiçaras e pescadores, o congo (ou congada) e as cavalhadas.

Entre as celebrações estão a Festa da Padroeira do Paraná, em 15 de novembro, e a Festa da Luz, comemorada no dia 8 de setembro. Realiza-se também no estado o Festival Folclórico de Etnias.

Alguns dos pratos típicos do Paraná são pinhão (que é semente da araucária), barreado, carne de onça (carne bovina moída e temperada e disposta em fatias de pão preto), carneiro no buraco, e pierogi (prato de origem polonesa).

Questões

01. No início do século XIX, o território que hoje pertence ao estado do Paraná era escassamente povoado. Uma das formas de ocupação do território paranaense foi o estabelecimento de colônias de imigrantes europeus. Sobre a experiência paranaense com a imigração europeia no século XIX, assinale a alternativa correta.

A - A cidade de Curitiba desenvolveu-se a partir de um núcleo inicial formado por uma colônia de imigrantes alemães e imigrantes poloneses.

B - A colônia de Superagüi, formada por imigrantes suíços com auxílio do Governo Provincial, deu origem à cidade de Paranaguá.

C - O estabelecimento de colônias em regiões afastadas dos maiores centros urbanos foi um dos principais motivos do relativo fracasso das primeiras experiências de ocupação do território paranaense com imigrantes europeus na primeira metade do século XIX.

D - A cidade de Londrina originou-se de uma colônia de imigrantes ingleses, fundada logo após a Guerra da Criméia.

E - A imigração japonesa foi subsidiada

pelo governo imperial para desenvolver a policultura no Norte do Paraná.

02. “Os primeiros povoados que surgiram, na área que hoje é o estado do Paraná, foram fundados por espanhóis, Ciudad Real del Guayra em 1557 e Villa Rica Del Espiritu Santu em 1576” (BONINI, A. et al. História: ensino médio. Curitiba: Seed, 2006). Sobre a colonização espanhola da área onde hoje está localizada parte do estado do Paraná, assinale a alternativa correta.

A - A presença dos espanhóis na região limitou-se a Ciudad Real del Guayra e Villa Rica Del Espiritu Santu. Em razão disso, já na última década do século XVI, os portugueses ocupavam o território paranaense.

B - Os espanhóis avançaram sobre o território paranaense em razão da União Ibérica, que unificou as Coroas de Portugal e de Espanha entre 1580 e 1640.

C - A presença espanhola nessa região foi resultado do Tratado de Santo Idelfonso (1777), assinado entre Portugal e Espanha, que estabeleceu as fronteiras entre os dois países na América.

D - Ao atacar as missões dos jesuítas, os bandeirantes provocaram uma reação da Coroa da Espanha, que decidiu fundar Ciudad Real del Guayra e Villa Rica Del Espiritu Santu.

E - Com a destruição da maioria dos povoados espanhóis e das reduções jesuítas pelos bandeirantes, os principais focos de povoamento espanhol foram abandonados tanto pelos portugueses quanto pelos espanhóis no decorrer do século XVII.

03. A respeito da História do Paraná, assinale a alternativa correta.

A - O processo de imigração para o Paraná, que teve início no século XIX, formou uma população heterogênea, composta por descendentes de muitas nacionalidades.

B - O estado do Paraná conquistou sua emancipação política no início do século XIX, antes mesmo do processo de

independência do Brasil.

C - A produção cafeeira do estado do Paraná foi impulsionada pela utilização de mão-de-obra escrava barata e abundante para ser utilizada no cultivo do produto.

D - Devido à política econômica desenvolvimentista implementada por sucessivos governos paranaenses durante o regime militar (1964-1985), o Estado se consolidou como o principal produtor de aço do país.

E - As indústrias automobilísticas que se instalaram no Norte, com o apoio do governo Jayme Lerner, constituem um importante item da produção industrial do Paraná.

01. O território do Paraná é constituído por diversas composições naturais que podem ser vistas nas paisagens de diferentes lugares. Assinale um tipo de vegetação que ocorre no estado do Paraná.

- A - Tundra
- B - Caatinga
- C - Mata dos Cocais
- D - Mata da Araucária
- E - Floresta Equatorial

02. Sobre o estado do Paraná, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() Tem como sede do governo do Estado o Palácio Iguaçu.

() O setor agropecuário compreende mais de 50% da composição do PIB do Estado.

() Entre os produtos mais exportados pelo Estado estão: soja, carne bovina e minério de ferro.

() A vegetação é formada por mangue no litoral, mata atlântica, floresta tropical a oeste e mata de araucária no centro.

A sequência está correta em

- A - F, F, V, V
- B - F, V, V, F
- C - V, F, V, F
- D - V, V, F, F

E - V, F, F, V

Alternativas

01 - C | 02 - E | 03 - A | 01 - D | 02 - E

Atualidades. Cenários políticos. Movimentos sociais. Trabalho, Previdência e outras questões sociais. Noções de economia e educação financeira. Ciência, Tecnologia e Inovação. Meio Ambiente, Sustentabilidade e Aquecimento global. Educação. Saúde e qualidade de vida. Noções básicas de segurança. Desastres naturais e humanos. Arte e Cultura. Sociedade e comportamento. Guerras, conflitos e terrorismo

POLÍTICA

TSE fixa orientações para lives eleitorais de candidatos à reeleição no Poder Executivo; veja regras²⁸

Prefeitos, governadores e presidentes que concorrem novamente ao mesmo cargo podem usar prédios públicos, desde que sigam orientações, como não trazer convidados nem falar de outros assuntos.

Os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) fixaram, nesta quinta-feira (19), orientações para a realização de lives eleitorais em campanhas à reeleição por prefeitos, governadores e presidentes em prédios públicos – como sedes de governo e residências oficiais.

Por maioria, os ministros aprovaram uma tese, um guia a ser aplicado em processos na Justiça Eleitoral que envolvam a discussão sobre o uso desses locais em atos de campanha.

Prevaleceu a proposta apresentada pelo relator, ministro Benedito Gonçalves. Segundo o texto, é permitida a realização deste tipo de transmissão em espaços públicos ocupados pelo prefeito,

²⁸ Fernanda Vivas. TSE fixa orientações para lives eleitorais de candidatos à reeleição no Poder Executivo; veja regras. g1. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/10/19/tse-fixa-orientacoes->

[para-lives-eleitorais-de-candidatos-a-reeleicao-no-poder-executivo-veja-regras.ghtml](https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/10/19/tse-fixa-orientacoes-para-lives-eleitorais-de-candidatos-a-reeleicao-no-poder-executivo-veja-regras.ghtml). Visitado em 19.10.2023.

governador ou presidente nas seguintes situações:

- se o ambiente for neutro, ou seja, o cômodo não tiver símbolos, insígnias, objetos ou outros elementos associados ao Poder Público ou a cargo atualmente ocupado pelo candidato;
- a participação deve ser restrita ao prefeito, governador ou presidente candidato à reeleição;
- o conteúdo deve tratar exclusivamente da candidatura de quem disputa a reeleição;
- não devem ser empregados recursos materiais que sejam públicos; o candidato também não poderá se aproveitar dos servidores da Administração Pública que atuam na prefeitura, governo do estado ou Presidência;
- a transmissão deve ser registrada na prestação de contas da campanha - os gastos e doações estimadas devem ser detalhados.

A proposta de tese surgiu na última terça-feira (17) durante julgamento de ações eleitorais contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o candidato a vice, Braga Netto (PL).

A discussão envolveu o uso, por Bolsonaro, de local que seria um espaço da Presidência, para atos de campanha.

Os processos foram arquivados, mas os ministros decidiram estabelecer como será o tratamento da questão para as próximas eleições.

Pela lei eleitoral, o candidato à reeleição a cargo no Poder Executivo pode concorrer sem precisar renunciar ao posto antes do pleito.

Decisão em 2022

Durante a campanha presidencial de 2022, o TSE proibiu o ex-presidente Jair Bolsonaro de usar os palácios da Alvorada e do Planalto para fazer lives na candidatura à reeleição. O placar em plenário foi de 4 votos a 3 pela proibição.

À ocasião, o relator do caso, ministro Benedito Gonçalves, se referiu a uma live do presidente durante a campanha como um "ato ostensivo de propaganda, veiculado pela internet em diversos canais do candidato, com nítido propósito de fazer chegar ao eleitorado o pedido de voto para si e terceiros, e teve enorme repercussão pública".

CCJ do Senado aprova projeto que fixa marco temporal para demarcação de terras indígenas²⁹

Texto já foi aprovado pela Câmara e vai a plenário. Proposta pode ser analisada pelo Congresso mesmo após julgamento do STF.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta-feira (27) o projeto que estabelece um marco temporal para demarcação de terras indígenas no Brasil. Foram 16 votos favoráveis e 10 contrários.

A tese do marco temporal prevê que os povos indígenas só terão direito à demarcação de terras que já eram tradicionalmente ocupadas por eles no dia da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988.

Na prática, áreas sem a ocupação de indígenas ou com a ocupação de outros grupos neste período não poderiam ser demarcadas.

Após a votação, os senadores aprovaram um pedido de urgência para que a proposta seja logo analisada no plenário. O senador Marcos Rogério disse que deseja a votação ainda nesta quarta-feira (27).

"A matéria vai imediatamente ao plenário e aí, obviamente, que cabe ao sentimento de momento do plenário, o ambiente de votação, ou não. O nosso desejo, o desejo daqueles que defendem o marco temporal é votar no dia de hoje e devolver a tranquilidade para quem está no campo", afirmou.

²⁹ Beatriz Borges, Kevin Lima. CCJ do Senado aprova projeto que fixa marco temporal para demarcação de terras indígenas. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/27/ccj-do-senado-aprova->

[projeto-que-fixa-marco-temporal-para-demarcacao-de-terras-indigenas.ghtml](#). Visitado em 27.09.2023.

Proposta e análise no STF

Ainda de acordo com o texto, somente estará fora do marco a área na qual for “devidamente comprovado” o chamado renitente esbulho – um conflito pela posse da terra, que pode ter sido iniciado no passado e persistente até 5 de outubro de 1988.

O tema foi analisado pelo Supremo Tribunal Federal na semana passada e a corte barrou, por 9 votos a 2, a aplicação da tese do marco temporal na demarcação de terras indígenas.

Mesmo com a decisão do Supremo, a proposta ainda pode ser analisada pelo Congresso. Isso porque a decisão do STF tem validade, mas não impede previamente a criação de uma lei sobre o tema.

Por isso, caso a proposta seja aprovada pelo Congresso e se torne lei, pode ser questionada no Supremo, mas não há impedimento prévio para que a questão seja analisada pelos parlamentares.

Na semana passada, o relator do projeto na CCJ, senador Marcos Rogério (PL-RO), leu seu parecer favorável ao projeto, mas a votação foi adiada devido a um pedido de vista (mais tempo para análise) coletivo de senadores da base aliada ao governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Nesta quarta-feira (27), Marcos Rogério leu uma complementação de voto, em que relatou e analisou sugestões de alteração ao texto apresentadas por parlamentares. No entanto, o parecer do senador foi pela rejeição de todas as emendas.

Uma emenda que tratava sobre povos isolados, de autoria da senadora Augusta Brito (PT-CE), chegou a ser votada em separado, mas foi rejeitada.

O texto do projeto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, com o apoio público do presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL).

A proposta

De acordo com o projeto, são consideradas terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas aquelas que, na

data da promulgação da Constituição (5 de outubro de 1988), eram simultaneamente:

- por eles habitadas em caráter permanente;
- utilizadas para suas atividades produtivas;
- imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar;
- necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

O texto prevê que, antes da conclusão do processo demarcatório e do pagamento de eventuais indenizações, não indígenas que ocuparem a área poderão permanecer. Também poderão seguir usufruindo do terreno.

Pelo projeto, benfeitorias realizadas pelos ocupantes até que seja concluído o procedimento demarcatório deverão ser indenizadas.

Há ainda uma possibilidade de indenização pela desocupação da terra.

Outros pontos do texto

Além disso, a proposta também trata dos seguintes pontos:

Usufruto da terra indígena

O texto permite que sejam desenvolvidas atividades nas reservas sem que as comunidades sejam consultadas.

O texto diz que o usufruto dos índios não se sobrepõe ao interesse da política de defesa e soberania nacional. Também afirma que independem de consulta aos indígenas ou ao órgão indigenista federal competente, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), as seguintes ações:

- instalação de bases
- unidades e postos militares e demais intervenções militares
- expansão estratégica da malha viária
- exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico
- resguardo das riquezas de cunho estratégico

Há flexibilização também para o uso das terras exclusivamente pelos indígenas. A proposta permite a cooperação e contratação de terceiros (não indígenas) para a realização de atividades econômicas. O texto coloca algumas travas que devem ser cumpridas, por exemplo:

- a atividade deve gerar benefícios para a comunidade
- a posse dos indígenas deve ser mantida sobre a terra
- a comunidade precisa aprovar o contrato
- os contratos devem ser registrados pela Funai

Proíbe ampliação de terras demarcadas

O projeto proíbe a ampliação de terras indígenas já demarcadas.

Retomada da posse

Ainda segundo a proposta, caso haja alteração nos traços culturais da comunidade, as áreas indígenas reservadas podem ser retomadas pela União para o "interesse público ou social" ou ainda destinar ao Programa Nacional de Reforma Agrária, com lotes "preferencialmente" a indígenas.

Câmara deve votar minirreforma eleitoral nesta semana; veja ponto a ponto do que será discutido³⁰

Proposta, debatida em grupo de trabalho no Congresso, prevê flexibilizar períodos de inelegibilidade de um político e amenizar punições e prestações de contas. Relator espera votar propostas até esta quarta (13).

A Câmara dos Deputados deve votar nesta semana uma minirreforma eleitoral. A proposta, construída a partir de debates de um grupo de trabalho no Congresso, flexibiliza regras de inelegibilidade de um político, altera normas das campanhas

eleitorais e de prestação de contas, além de outras modificações.

As propostas devem ser divulgadas nesta terça-feira (12) pelo grupo de trabalho criado para discutir o tema.

O cronograma previsto pelo relator, deputado Rubens Pereira Jr. (PT-MA), prevê que os textos sejam votados em plenário na quarta (13). Até lá, podem ser feitas mudanças para ampliar o apoio junto aos líderes partidários.

Para especialistas, o conjunto de textos que formam a proposta, apresentado com pouco menos de um mês de trabalho do grupo, tem o efeito de flexibilizar regras para uso de recursos públicos e dificultar punições a partidos e candidatos.

A pressa em discutir os projetos tem um motivo: para ser válida já nas eleições de 2024, a minirreforma precisa ser aprovada pelo Congresso sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) até 6 de outubro, ou seja, um ano antes do pleito.

Entre 2013 e 2022, o Congresso realizou 19 modificações em legislações relacionadas às eleições e a partidos. O número representa uma modificação a cada seis meses nesses últimos 10 anos.

Uma reforma mais ampla já está em discussão no Congresso desde 2021, quando a Câmara aprovou o texto que cria um novo Código Eleitoral. O projeto está travado no Senado.

O relator do novo Código Eleitoral, senador Marcelo Castro (MDB-PI), tem trabalhado para votar o texto até o começo de outubro.

Do outro lado, na Câmara, Pereira Jr tem dialogado para que o senador incorpore dispositivos dos seus textos no Senado.

Confira a seguir as mudanças nas regras eleitorais propostas por Rubens Pereira Jr:

Inelegibilidade

A proposta prevê mudar a contagem do prazo de inelegibilidade de políticos que perdem o mandato.

³⁰ Kevin Lima, Beatriz Borges, Elisa Clavery. Câmara deve votar minirreforma eleitoral nesta semana; veja ponto a ponto do que será discutido. g1 Política.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/12/camara-deve-votar-minirreforma-eleitoral-nesta-semana-veja-ponto-a-ponto-do-que-esta-sendo-discutido.ghtml>. Visitado em 12.09.2023.

Por exemplo: um político que hoje é cassado na Câmara fica inelegível pelo resto do mandato e por mais oito anos seguidos.

Pela minirreforma, esse período de inelegibilidade seria de apenas oito anos a partir da perda do mandato. Ou seja, é um período menor.

Há ainda alteração semelhante para situações em que políticos forem condenados por crimes comuns -- como por exemplo lavagem de dinheiro e tráfico de drogas.

Hoje, eles ficam inelegíveis durante o cumprimento da pena e por mais oito anos seguintes. Com o novo texto, ficariam inelegíveis nos oito anos após a condenação.

Calendário Eleitoral

A proposta da minirreforma também muda datas do calendário eleitoral

- registro de candidatura: partidos deverão apresentar os pedidos de candidatura até as 19h de 26 de julho do ano eleitoral – atualmente vai até as 19h de 15 de agosto

- prazo de julgamento dos registros de candidatura: até a antevéspera da eleição – atualmente, a Justiça Eleitoral tem que julgar os registros em até 20 dias antes do pleito

- convenções eleitorais: a etapa de escolha de candidatos deverá ocorrer entre 5 e 20 de julho do ano eleitoral – atualmente vai de 20 de julho a 5 de agosto do ano eleitoral

Candidaturas coletivas

A candidatura coletiva consiste na união de pessoas, eleita sob um único número de urna, para tomar decisões conjuntas no mandato. A modalidade, apesar de já ser uma realidade e ter aparecido muito nas últimas eleições, ainda precisa de regulamentação.

O texto do relatório pretende disciplinar a candidatura coletiva e permitir o registro nas eleições proporcionais (deputados e vereadores).

O projeto estabelece que essa modalidade de candidatura deve ser regulada pelo estatuto do partido político ou resolução do diretório nacional do partido, além de ser “autorizada expressamente em convenção”.

Além disso, a candidatura coletiva será considerada matéria “interna corporis” – ou seja, o partido tem autonomia para a definição de seus requisitos.

O texto mantém a forma como as candidaturas coletivas são registradas atualmente. Ou seja, ainda serão representadas formalmente por um único candidato e, caso ele deixe o cargo, assumirá o suplente do respectivo partido.

Campanha na internet no dia da eleição

A proposta de Rubens Pereira Jr. estabelece mudanças em regras da propaganda eleitoral. A principal alteração diz respeito à possibilidade de realizar campanha na internet no dia da eleição.

Segundo o texto, a propaganda online poderá ser realizada via internet, desde que não haja impulsionamento – quando um candidato ou empresa paga para entregar o conteúdo a mais usuários da rede.

Embora tenha recebido apelos para propor novas regras para propaganda eleitoral, o relator evitou avançar no tema. O deputado afirma que, para ampliar o apoio ao projeto, não serão incluídos dispositivos de combate à disseminação de informações falsas.

O texto também introduz a possibilidade de realizar campanha conjunta entre candidatos de partidos diferentes – independentemente de estarem ligados ou integrarem a mesma federação.

O dispositivo autoriza a confecção de materiais de propaganda eleitoral e o uso conjunto de sedes, mas impede repasse de recursos financeiros entre os candidatos.

Em seu parecer, Pereira Jr propõe também inclui entendimento já fixado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a reserva de tempo da propaganda eleitoral

gratuita no rádio e na TV para candidaturas femininas.

De acordo com o texto, a distribuição em eleições proporcionais (vereadores e deputados) deverá observar o percentual de candidaturas de mulheres registradas na cidade ou estado, respeitando o mínimo de 30%.

Verbas de campanha

Em relação aos recursos utilizados pelos candidatos, o texto permite que o candidato utilize verbas próprias em sua campanha durante o período eleitoral até o limite de 10% do total previsto para o respectivo cargo. Isso porque cada cargo tem um teto. A regra também vale para o vice e para o suplente.

O relatório pretende incluir uma norma que permite aos candidatos, em caso de comprovadas ameaças, contratar serviços de segurança e de cuidados “indispensáveis prestados a seus dependentes legais”, com o dinheiro do Fundo Partidário durante o período das convenções até o pleito.

O texto também permite o uso do Fundo Especial de Financiamento das Campanhas (FEFC) com essa mesma finalidade.

Campanhas femininas

A proposta cria regras para distribuição de recursos dos fundos partidário e eleitoral em campanhas femininas. Na prática, abre brecha para que as verbas sejam usadas para candidatos homens.

Apesar de determinar que o recurso destinado ao custeio das campanhas femininas seja aplicado exclusivamente nessas candidaturas, a proposta permite que o dinheiro seja destinado a despesas comuns com candidatos do sexo masculino, “desde que haja benefício para campanhas femininas e de pessoas negras”. O texto, contudo, não define quais seriam esses benefícios.

A proposta de Pereira Jr. prevê mudanças nos critérios, alcance e punições aplicadas a irregularidades partidárias.

Federações partidárias:

Segundo o texto, eventuais sanções a uma sigla integrante de federação partidária não poderão ser aplicadas a todos os outros membros da federação.

Prestação de contas:

O projeto determina que uma sigla ficará sem repasses do Fundo Partidário (fundo público utilizado para manutenção das legendas) apenas durante o período em que durar sua eventual falta de prestação de contas.

Na avaliação de especialistas, isso impossibilita o ressarcimento de recursos públicos não sem contas prestadas.

Uso indevido de gastos:

O parecer prevê que a Justiça Eleitoral poderá aplicar multa de até R\$ 150 mil, como alternativa à cassação de candidaturas, ao uso e arrecadação ilícita de recursos. A punição deverá levar em conta a “gravidade das circunstâncias”.

Esse ponto é visto como uma flexibilização, por colocar alternativas à cassação da candidatura.

Compra de votos:

O projeto cria a possibilidade de a Justiça Eleitoral aplicar multas como alternativa à cassação da candidatura de acusados por compra de votos. A aplicação da punição deverá levar em conta a “gravidade das circunstâncias”.

A cobrança poderá ser de R\$ 10 mil a R\$ 150 mil. Atualmente, a cassação do mandato é aplicada junto de uma multa de até R\$ 50 mil.

Especialistas avaliam que a mudança poderá impedir a cassação de mandatos e possibilitar que a Justiça Eleitoral tenha um entendimento subjetivo sobre a gravidade do ato.

Cota para mulheres:

De acordo com o relatório, a cota mínima de 30% de candidatas mulheres pode ser preenchida por uma federação, e não por cada partido individualmente.

Por exemplo, se três siglas estiverem federadas, uma delas não precisa ter 30% de candidatas, desde que outra legenda compense este percentual. Na prática, segundo especialistas, a regra abre brecha para que um partido não atenda à cota de gênero.

Hoje, a lei das eleições exige que cada sigla, federada ou não, cumpra o percentual mínimo de candidatas.

Governo publica MP das apostas esportivas com taxação de 18% sobre receita das empresas³¹

Tributação será sobre a receita obtida com os jogos após o pagamento dos prêmios e de IR sobre premiação. Ministério da Fazenda será responsável por fornecer autorizações às empresas.

O governo publicou nesta terça-feira (25), em Diário Oficial da União, a Medida Provisória (MP) que regulamenta as apostas esportivas. As regras já estão em vigor, mas terão de ser analisadas em até 120 dias pelo Congresso Nacional para não perder validade.

As empresas, conhecidas como "bets" serão taxadas em 18% sobre o chamado "Gross Gaming Revenue" (GGR), que é a receita obtida com todos os jogos após o pagamento dos prêmios aos jogadores e imposto de renda (IR) sobre a premiação.

Em maio, o Ministério da Fazenda havia divulgado uma proposta que previa a taxação das apostas, além de regras para evitar manipulação dos jogos. À época, o governo tinha indicado que a tributação seria de 16%.

Projeções da Fazenda indicam que o governo pode arrecadar até R\$ 2 bilhões, em 2024, com a regulamentação. Nos anos seguintes, a estimativa varia entre R\$ 6 bilhões e R\$ 12 bilhões.

A MP altera a Lei Federal nº 13.756, publicada em 2018, que regulamenta a exploração de loterias de aposta de quota

fixa pela União, também conhecidas como "bets".

Antes, a lei previa que essa modalidade era um serviço público exclusivo da União. O termo "exclusivo" foi retirado do texto.

Agora, caberá ao Ministério da Fazenda autorizar o funcionamento destas apostas, "sem limite no número de outorgas, com possibilidade de comercialização em quaisquer canais de distribuição comercial, físicos e em meios virtuais".

Imposto

A medida estabelece que as empresas serão taxadas em 18% sobre o GGR, restando 82% da receita para que as "bets" mantenham as operações. As taxas foram distribuídas da seguinte forma:

- 10% de contribuição para a seguridade social;
- 0,82% para educação básica;
- 2,55% ao Fundo Nacional de Segurança Pública;
- 1,63% aos clubes e atletas que tiverem seus nomes e símbolos ligados às apostas;
- 3% ao Ministério do Esporte.

Em maio, o Ministério da Fazenda havia divulgado uma proposta que previa 16% em taxas. Na MP, o governo aumentou o repasse ao Ministério do Esporte, de 1% para 3%, o que elevou a tributação para 18%.

Pela lei de 2018, a tributação era de até 5% sobre a receita das empresas após o pagamento dos prêmios, imposto de renda sobre premiação e contribuição para seguridade social (que tinha alíquota de 0,10% para meio físico e de 0,05% para apostas virtuais).

Proibição em apostas

A medida provisória determina que as seguintes pessoas ficam proibidas de participarem de apostas esportivas:

- agente público que atue na fiscalização do setor a nível federal;
- menores de 18 anos;

31 Wesley Bischoff. Governo publica MP das apostas esportivas com taxação de 18% sobre receita das empresas. g1.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/25/mp-das-apostas.ghtml>. Visitado em 25.07.2023.

- pessoas com acesso aos sistemas informatizados de loteria de apostas de quota fixa;
- pessoas que possam ter influência nos resultados dos jogos, como treinadores, árbitros e atletas;
- inscritos nos cadastros nacionais de proteção ao crédito.

Nos casos dos agentes públicos de fiscalização, das pessoas com acesso aos sistemas das bets e aos que podem influenciar os resultados dos jogos, a proibição também se estende aos cônjuges, companheiros e familiares de até segundo grau.

Outras regras

Prêmios que não forem retirados pelos ganhadores em até 90 dias serão revertidos para o Financiamento Estudantil (Fies), até julho de 2028. Após essa data, os recursos irão para o Tesouro Nacional.

Sócios e acionistas de "bets" não poderão atuar como dirigentes ou ter participação em organizações esportivas. As empresas também terão de reportar ao Ministério da Fazenda eventos suspeitos de manipulação de resultados.

A MP também obriga que as "bets" promovam ações de conscientização aos apostadores sobre o vício em jogos. Caberá ao Ministério da Fazenda regulamentar as ações de marketing.

As empresas que operam as apostas ficam proibidas de adquirir, licenciar ou financiar a aquisição de direitos de eventos esportivos feitos no Brasil para transmissão, distribuição ou qualquer outra forma de exibição de sons e imagens, por qualquer meio.

Multas

Empresas que executarem apostas sem autorização do Ministério da Fazenda ou que, mesmo com a outorga, oferecerem o

serviço em desacordo com a lei poderão ser punidas.

As multas poderão variar entre 0,1% e 20% sobre a arrecadação da empresa, com limite de R\$ 2 bilhões, por infração. A licença de operação também poderá ser cassada, e as atividades das empresas, suspensas.

Piauí, Maranhão e Minas devem receber maior valor em emendas de bancada; veja números³²

Sugestões de gasto incluídas pelas bancadas estaduais no Orçamento Federal foram impulsionadas após o fim do 'orçamento secreto'. Para 10 estados, nenhum recurso foi liberado até agora.

O Piauí deve receber o maior montante de investimentos federais incluídos no orçamento de 2023 através das chamadas "emendas de bancada". Ao todo, o estado deve receber R\$ 398 milhões da União até dezembro só com base nesse mecanismo.

Maranhão, Minas Gerais, Tocantins e Amazonas também devem receber montantes altos até o fim do ano, indica levantamento feito pelo g1 e pela GloboNews com dados disponíveis até segunda-feira (17).

Veja abaixo os cinco estados que devem receber o maior volume de emendas de bancada:

- Piauí: R\$ 398,5 milhões
- Maranhão: R\$ 277,2 milhões
- Minas Gerais: R\$ 192,2 milhões
- Tocantins: R\$ 185,6 milhões
- Amazonas: R\$ 175,6 milhões

As emendas de bancada são sugestões de investimento feitas pelos deputados e senadores eleitos por aquele estado. Esse mecanismo foi impulsionado após o Supremo Tribunal Federal (STF) limitar o uso das emendas de relator, que ficaram conhecidas como "orçamento secreto".

³² Pedro Figueiredo. Piauí, Maranhão e Minas devem receber maior valor em emendas de bancada; veja números. g1. [https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/21/piaui-maranhao-e-](https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/21/piaui-maranhao-e-minas-lideram-recebimento-de-emendas-de-bancada-no-congresso-veja-valores.ghtml)

[minas-lideram-recebimento-de-emendas-de-bancada-no-congresso-veja-valores.ghtml](https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/21/piaui-maranhao-e-minas-lideram-recebimento-de-emendas-de-bancada-no-congresso-veja-valores.ghtml). Visitado em 21.07.2023.

Emendas de bancada são impositivas – ou seja, uma vez incluídas no orçamento e sancionadas, o governo fica obrigado a liberar os recursos para não ser enquadrado em crime de responsabilidade.

Para indicar uma emenda de bancada, os parlamentares precisam informar, pelo menos, o órgão que utilizará o dinheiro.

Nem sempre, no entanto, há detalhamento do que efetivamente deverá ser feito com aquela emenda. A regra diz que as bancadas devem informar a "abrangência" da aplicação da verba – que pode ser descrita de maneira vaga.

As emendas parlamentares, previstas na Constituição, são um dos instrumentos de negociação entre o Legislativo e o Executivo. O destino, o valor e o ritmo de liberação dos recursos variam de acordo com a relação entre esses poderes

As emendas previstas

No caso do Piauí, líder de indicações, por exemplo, é possível saber que R\$ 95 milhões vão para o Fundo Nacional de Saúde, e outros R\$ 50 milhões para o Dnit, órgão responsável pela manutenção de rodovias.

Os dados do estado permitem ainda identificar que R\$ 30 milhões estão previstos para construir a barragem Nova Algodões no município de Cocal, e R\$ 20 milhões serão enviados ao Hospital da Mulher de Teresina. Outras indicações, no entanto, não têm o mesmo detalhamento.

O cenário se repete no Maranhão, segundo estado a receber mais verbas. Dos R\$ 277 milhões que devem ser enviados ao governo local até dezembro, apenas R\$ 1 milhão tem destino certo e declarado: a manutenção de um trecho da BR-135 entre Miranda do Norte e Alto Alegre do Maranhão.

As emendas de bancada, embora sejam requisitadas e concedidas com base nas demandas dos estados, não levam em conta critérios como a população.

O estado do Rio, por exemplo, é o terceiro com mais habitantes, mas receberá um valor menor: são R\$ 23,5 milhões

previstos. O montante inclui R\$ 1,6 milhão para o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Iphan, com o objetivo de fazer obras e melhorias no Cristo Redentor.

Veja abaixo os cinco estados com a menor dotação prevista em emendas de bancada:

- Sergipe: R\$ 24 milhões
- Rio de Janeiro: R\$ 23,6 milhões
- Roraima: R\$ 22,4 milhões
- Mato Grosso: R\$ 11,7 milhões
- Espírito Santo: R\$ 9,8 milhões

Em abril, deputados de primeiro mandato puderam determinar o destino de valores em torno de R\$ 10 milhões dentro dos orçamentos dos ministérios da Saúde, Integração Nacional, Cidades ou Educação.

O acerto foi combinado com o governo após o remanejamento das verbas do antigo "orçamento secreto", agora proibido pelo STF.

O que já foi liberado?

Apesar das altas dotações, apenas R\$ 1,5 bilhão de reais – pouco mais de 10% do total – foi empenhado até esta semana.

O "empenho" significa que o recurso já foi reservado no orçamento, embora ainda não tenha sido transferido para o governo estadual. Nessa etapa, os estados já podem liberar o início da obra ou da ação prevista para aquele dinheiro.

O restante do dinheiro está listado no Orçamento, mas ainda sem autorização para uso.

Para dez estados, até esta segunda, nenhum recurso tinha sido empenhado ou transferido: Alagoas, Amazonas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Pará, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima

Considerando apenas os valores já empenhados, os maiores beneficiados até esta semana foram:

- Minas Gerais: R\$ 82 milhões
- Santa Catarina: R\$ 58,2 milhões
- Maranhão: R\$ 42 milhões
- Bahia: R\$ 22,3 milhões
- Acre: R\$ 21,6 milhões

Bolsonaro está inelegível, mas ainda tem direitos políticos; entenda³³

Decisão do TSE afeta a capacidade do ex-presidente a se candidatar a cargos políticos nas próximas eleições, mas não impede o ex-presidente, por exemplo, de votar em outros candidatos.

A decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de tornar o ex-presidente Jair Bolsonaro inelegível o impede de se candidatar nas próximas eleições, mas não retira todos os seus direitos políticos.

Para entender: a inelegibilidade é mais restrita do que a perda ou suspensão de direitos políticos. Assim:

- A inelegibilidade tira Bolsonaro das urnas nos próximos pleitos como candidato;
- Bolsonaro continua tendo direitos políticos, podendo, por exemplo: votar em candidatos, plebiscitos e referendos, assinar projetos de lei de iniciativa popular a serem enviados ao Congresso e assumir alguns cargos públicos não eletivos.

O político inelegível, conforme a chamada Lei de Inelegibilidades, não pode se candidatar a cargos públicos.

A lei estabelece essa restrição com o objetivo de proteger a probidade administrativa e a legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

A inelegibilidade não significa que Bolsonaro terá seus direitos políticos suspensos, que haverá perda ou cassação desses direitos.

A Constituição brasileira proíbe expressamente a cassação de direitos políticos, mas permite a perda ou suspensão.

Isso ocorre em casos como, por exemplo, o do brasileiro que tem a naturalização cancelada, ou do cidadão que

fica em situação de incapacidade civil absoluta, que é condenado sem a possibilidade de recursos ou que se recusa a cumprir uma obrigação imposta a todos.

O TSE não declarou a perda dos direitos políticos do ex-presidente.

Aprovado pelo Senado, Cristiano Zanin deve assumir relatoria de 530 processos no STF³⁴

Indicado pelo presidente Lula, Zanin vai integrar a 1ª Turma da Corte. Ministra Rosa Weber, presidente do STF, receberá o futuro ministro em visita à Corte nesta quinta (22); posse pode ficar para agosto.

Cristiano Zanin vai assumir a 11ª cadeira do Supremo Tribunal Federal (STF) e comandar um gabinete com um dos menores acervos de ações e recursos da Corte.

Zanin vai herdar processos distribuídos ao ministro Ricardo Lewandowski, que deixou a Corte em abril. No total, são 530 ações. A maioria trata de temas de Direito Administrativo e Direito Público, além de casos tributários.

Indicado para a vaga pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Cristiano Zanin teve seu nome aprovado nesta quarta-feira (21) pelo plenário do Senado. Foram 58 votos a 18.

Aos 47 anos, considerando as atuais regras para aposentadoria no STF, Zanin permanecerá por 28 anos no STF — até completar 75 anos.

Após tomar posse, o novo ministro vai assumir a relatoria de ações com repercussões sociais e econômicas, entre as quais:

- validade de regras da Lei das Estatais sobre nomeação de conselheiros e diretores;
- validade de decreto do presidente Lula que restabelece as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins, que haviam sido reduzidas à metade;

³³ Fernanda Vivas, *Bolsonaro está inelegível, mas ainda tem direitos políticos; entenda*. g1. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/30/bolsonaro-esta-inelegivel-mas-ainda-tem-direitos-politicos-entenda.ghtml>. Visitado em 01.07.2023.

³⁴ Márcio Falcão e Fernanda Vivas, *TV Globo. Aprovado pelo Senado, Cristiano Zanin deve assumir relatoria de 530 processos no STF*. g1. Política. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/21/aprovado-pelo-senado-cristiano-zanin-deve-assumir-relatoria-de-530-processos-no-stf.ghtml>. Visitado em 22.06.2023.

- investigações sobre supostos desvio do chamado "orçamento secreto";
- omissões do governo Jair Bolsonaro (PL) durante a pandemia de Covid-19;
- validade de decreto de Bolsonaro que flexibilizava a exploração de cavidades subterrâneas, como grutas e cavernas.

Na Corte, Zanin também deve integrar a Primeira Turma. A vaga foi aberta com a transferência do ministro Dias Toffoli para a Segunda Turma do STF após a saída de Lewandowski.

O novo ministro do Supremo já deverá estar empossado quando o STF voltar a analisar temas populares, como o recurso que discute a tese do marco temporal sobre a demarcação de terras indígenas.

Posse

Segundo auxiliares da presidente do STF, ministra Rosa Weber, a previsão é que a posse do novo ministro seja marcada para agosto. Isso porque a Corte entra em recesso no começo de julho.

Após a aprovação do Senado, Rosa conversou por telefone com o futuro ministro do Supremo. A ministra convidou Cristiano Zanin a visitar a Corte nesta quinta-feira (22) para dar início às tratativas da posse.

Na cerimônia, Zanin vai ser conduzido ao plenário do tribunal por dois ministros. O novo magistrado lê o compromisso de cumprir os deveres do cargo e a Constituição e é declarado empossado por Rosa.

É comum que o presidente da República que indicou o ministro participe do evento.

Para além de Deltan e Crivella: Brasil registra um deputado cassado a cada duas semanas em 2023³⁵

Além dos integrantes da Câmara, Justiça Eleitoral decidiu pela perda de mandato de outros sete parlamentares estaduais

Em uma lista que inclui nomes de peso como Deltan Dallagnol (Podemos-PR) e Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), a Justiça Eleitoral brasileira tem cassado, em média, um deputado a cada duas semanas desde o início de 2023, como mostra um levantamento feito pelo GLOBO em todos os estados. Até esta terça-feira, nove representantes eleitos para a legislatura atual foram alvos de decisões pela perda de mandato — dois deputados federais, justamente Deltan e Crivella, e sete estaduais.

Há exatas duas semanas, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu, com base na Lei da Ficha Limpa, pela cassação de Dallagnol. A corte teve o entendimento de que o ex-procurador responsável pela Operação Lava-Jato deixou o Ministério Público para escapar de possíveis punições em processos administrativos.

Também em maio, a Justiça Eleitoral fluminense decidiu pela cassação de Crivella, como revelou a coluna de Ancelmo Gois. A juíza Márcia Capenema pediu a inelegibilidade do ex-prefeito do Rio e a perda de sua cadeira na Câmara pelo esquema que ficou conhecido como "guardiões do Crivella". Em 2020, o deputado federal montou uma vigília com seus assessores na porta de clínicas e hospitais da capital para impedir reportagens sobre o sistema de saúde local.

Nas assembleias legislativas, os exemplos são ainda mais frequentes. Só nesta terça-feira, quatro deputados estaduais do Partido Liberal (PL) receberam a punição máxima por parte do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) por fraude na cota de gênero. A sigla do ex-presidente Jair Bolsonaro teria inscrito três candidaturas fictícias de mulheres na nominata. Entre os cassados, está o pai do deputado federal André Fernandes, Pastor Alcides Fernandes.

O descumprimento da lei eleitoral que exige que os partidos tenham 30% de suas

³⁵ Luísa Marzullo. Para além de Deltan e Crivella: Brasil registra um deputado cassado a cada duas semanas em 2023. O Globo. [https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/05/para-alem-de-deltan-e-](https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/05/para-alem-de-deltan-e)

[crivella-brasil-registra-um-deputado-cassado-a-cada-duas-semanas-em-2023.ghtml](https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/05/para-alem-de-deltan-e-crivella-brasil-registra-um-deputado-cassado-a-cada-duas-semanas-em-2023.ghtml). Visitado em 31.05.2023.

candidaturas compostas por mulheres motivou outra cassação. No Mato Grosso do Sul, Rafael Tavares (PRTB) tem tido seus recursos negados pelo Tribunal Regional Eleitoral local.

Há ainda outros dois casos de deputados eleitos que foram impedidos de assumir o mandato. No Rio Grande do Norte, o deputado estadual mais votado, Wendel Lagartixa (PL), teve seu registro de candidatura indeferido pelo TSE.

A corte atendeu a uma solicitação do Ministério Público (MP). Wendel foi condenado em 2019 por posse de arma ou munição restrita e terminou de cumprir a pena em 4 de junho de 2021. Por lei, após a sentença de crime hediondo, infratores ficam inelegíveis pelo período de oito anos.

Já na Paraíba, os 40,4 mil votos nas eleições não foram suficientes para que Márcio Roberto (Republicanos) pudesse assumir uma cadeira na Casa Legislativa. Sua candidatura foi indeferida pelo TSE por ter tido contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União no período em que foi prefeito da cidade de São Bento.

Em todos os casos citados pela reportagem ainda cabem recursos por parte dos políticos envolvidos.

Cassações por fraude na cota de gênero

Além dos cinco deputados estaduais que perderam seus mandatos por fraude na cota de gênero, um levantamento recente do GLOBO aponta que 74 vereadores de 14 estados foram cassados desde as eleições de 2020 pelo mesmo motivo. Entre eles, está o vereador de Belo Horizonte Uner Augusto (PRTB), suplente do hoje deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG).

Os casos seguem um padrão: votação quase zerada de candidatas mulheres, ausência de gastos eleitorais e realização de campanha para um candidato homem inscrito na nominata. Pela legislação, os

partidos são obrigados a reservar 30% das candidaturas para mulheres.

Após demissão no GSI, ministro diz que governo apoia instalação de CPMI sobre 8 de janeiro³⁶

Alexandre Padilha (Relações Institucionais) disse que governo vai enfrentar o que chama de 'teoria terraplanista' da oposição sobre os atos golpistas. Lula era contra CPI sobre o tema.

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou nesta quinta-feira (20) que o governo vai apoiar a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre os atos golpistas de 8 de janeiro, proposta por parlamentares da oposição.

A declaração do responsável pela articulação política do governo ocorre um dia após a demissão do general Gonçalves Dias do cargo de ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Dias foi demitido depois da divulgação, pela CNN, de imagens que mostram o general e servidores do GSI caminhando entre golpistas nos andares mais altos do Palácio do Planalto, no momento da invasão em 8 de janeiro.

Após a demissão, o ex-ministro disse que estava no Palácio do Planalto para retirar invasores e proteger o andar em que fica o gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"O vazamento editado dessas imagens cria uma nova situação política e, por conta disso, orientamos e o líder na Câmara, o líder no Senado e o líder no Congresso, no diálogo com os líderes dos partidos que compõem a base tanto na Câmara do Senado, a afirmar claramente, desde ontem, que caso a sessão do Congresso na próxima semana tenha a leitura da instalação de uma CPMI, nós apoiaremos a instalação", afirmou Alexandre Padilha a jornalistas nesta quinta.

³⁶ Pedro Henrique Gomes. Após demissão no GSI, ministro diz que governo apoia instalação de CPMI sobre 8 de janeiro. g1 Política. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/20/apos-demissao-de->

[chefe-do-gsi-ministro-diz-que-governo-apoia-instalacao-de-cpmi-sobre-8-de-janeiro.ghml](https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/20/apos-demissao-de-). Visitado em 20.04.2023.

"Vamos orientar os líderes dos partidos da base a indicar membros para essa CPI. Vamos enfrentar este debate político que está tentando ser criado por aqueles que passaram pano para os atentados e terroristas do dia 8 de Janeiro", acrescentou o ministro.

Segundo Padilha, a instalação da CPI será uma "pá de cal" na tentativa de parlamentares da oposição de criar o que ele chama de "teoria terraplanista" de que integrantes do governo Lula estariam envolvidos nos atos.

"Vamos fazer o enfrentamento político no Congresso Nacional e, na minha opinião, enfrentamento político será a pá de cal nessa tentativa de criar uma teoria conspiratória que é um verdadeiro terraplanismo", afirmou Padilha a jornalistas.

Segundo o ministro das Relações Institucionais, o governo quer uma "apuração detalhada" das imagens divulgadas pela CNN. "Por que se borra uns e não se borra outros? Se omitiram imagens, o governo quer saber. Apuração completa, envolvendo todos os agentes ali", declarou.

Mudança de posição

Até a demissão de Gonçalves Dias, integrantes do governo se posicionavam contra a instalação da CPI mista sobre os atos golpistas. Parlamentares governistas, inclusive, tentavam convencer deputados e senadores a retirarem assinaturas do pedido de criação da comissão, a fim de inviabilizar o colegiado.

O próprio presidente Lula deu declarações contrárias à instalação de uma CPI sobre o 8 de janeiro. Lula dizia que o Executivo tinha os instrumentos necessários para apurar os crimes, sem necessidade de uma participação do Legislativo nas investigações.

Nesta quarta-feira (19), horas depois da saída de Gonçalves Dias do GSI, os líderes

do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), e na Câmara, José Guimarães (PT-CE), defenderam a instalação da CPI.

Criação da CPI mista

O presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já prometeu que irá ler o requerimento de instalação da CPMI na sessão do Congresso da próxima quarta-feira (26), se houver apoio suficiente – são necessárias 171 assinaturas na Câmara e 27 no Senado.

Até agora, segundo o líder da Oposição na Câmara, Carlos Jordy (PL-RJ), há 194 assinaturas de deputados e 37 de senadores.

Medidas provisórias e arcabouço fiscal

Alexandre Padilha disse ainda que a instalação da CPMI não deve atrapalhar os planos do governo no Congresso para a aprovação de medidas provisórias e do novo arcabouço fiscal, que deve ser votado com rapidez.

"Tanto o presidente da Câmara quanto o do Senado já sinalizaram isso publicamente", afirmou.

Lula assina decretos que alteram regras sobre saneamento, e estatais vão poder prestar serviço sem licitação³⁷

Marco legal de 2020 prevê que contratos de prestação de serviço só podem ser feitos com abertura de concorrência com igualdade de condições para setores público e privado. Medida foi flexibilizada.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou nesta quarta-feira (5) dois decretos que alteram a regulamentação do Novo Marco do Saneamento Básico.

Pelas novas regras, empresas estatais poderão manter contratos sem licitação com municípios.

Sancionado em 2020, o marco legal previa que novas contratações para a prestação de serviço só poderiam ser feitas por meio de abertura de concorrência, com

³⁷ Pedro Henrique Gomes e Delis Ortiz, g1 e TV Globo. Lula assina decretos que alteram regras sobre saneamento, e estatais vão poder prestar serviço sem licitação. g1Política.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/05/lula-assina-decretos-que-alteram-regras-sobre-saneamento-e-estatais-vo-poder-prestar-servico-sem-licitacao.ghtml>. Visitado em 06.04.2023.

igualdade de condições entre os setores públicos e privado.

Segundo a colunista do g1 Ana Flor, as mudanças deixaram o setor privado apreensivo. A principal crítica é a quebra de regras estabelecidas pela lei aprovada pelo Congresso.

A assinatura dos decretos reuniu governadores, companhias estaduais de saneamento e empresas privadas em uma cerimônia com a participação de Lula e ministros no Palácio do Planalto.

Outras mudanças

Com os decretos, o governo também prorrogou para dezembro de 2025 os prazos para que as empresas estatais comprovem que são capazes de fazer investimentos no setor.

O prazo iria até 2021, mas várias empresas não entregaram a documentação dentro do limite previsto.

O decreto também flexibiliza os critérios para a comprovação da capacidade das estatais.

Universalização dos serviços

Aprovado em 2020, o marco legal do saneamento prevê a universalização do serviço até 2033, com água potável em 99% das casas brasileiras e coleta de esgoto em 90% das residências.

A medida incentivou empresas privadas a investir no setor, que quase dobraram a participação em obras de saneamento básico, beneficiando mais de 55 milhões de pessoas.

Parceria público-privada

O marco legal limitava a 25% a participação de parcerias público-privadas em concessões de saneamento.

Um dos decretos assinados nesta quarta acabou com esse limite. O governo estima que a medida pode atrair até R\$ 120 bilhões em 10 anos, prazo final para a universalização dos serviços.

Regionalização do serviço

Outra alteração prorrogou para dezembro de 2025 o prazo para a regionalização do serviço de saneamento. O marco legal estabeleceu que fossem criados blocos regionais formados por municípios mais rentáveis e cidades menores, com baixa viabilidade comercial.

A regionalização dos serviços iria até 31 de março deste ano, mas, como muitos municípios perderam a data-limite, o prazo foi prorrogado.

Por que governo Bolsonaro é investigado por suspeita de genocídio contra os Yanomami³⁸

Abertura de inquérito pela Polícia Federal vai investigar se governo anterior teve participação ou omissão nas ações que resultaram na crise humanitária que acontece neste território indígena. Entenda o que é genocídio e quais pontos serão apurados.

A Polícia Federal anunciou a abertura de um inquérito para investigar se houve crime de genocídio e omissão de socorro ao povo Yanomami pelo governo de Jair Bolsonaro (PL).

A investigação vai começar após um pedido feito por Flávio Dino, ministro da Justiça e da Segurança Pública, um dos integrantes da comitiva que visitou o território indígena no dia 21 de janeiro.

Outras duas denúncias estão em avaliação preliminar no Tribunal Penal Internacional, localizado em Haia, nos Países Baixos. Nelas, a Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e a Comissão Arns defendem que o ex-presidente cometeu crimes de genocídio durante a pandemia de Covid-19 e na forma como ele lidou com a proteção dos indígenas nos últimos quatro anos.

Procurado pela reportagem, Bolsonaro não comentou o tema. Antes, Bolsonaro escreveu em aplicativo de mensagens que a

³⁸ André Biernath, BBC. Por que governo Bolsonaro é investigado por suspeita de genocídio contra os Yanomami. <https://g1.globo.com/rr/oraima/noticia/2023/01/27/por-que-governo->

[bolsonaro-e-investigado-por-suspeita-de-genocidio-contra-os-yanomami.ghml](https://g1.globo.com/rr/oraima/noticia/2023/01/27/por-que-governo-bolsonaro-e-investigado-por-suspeita-de-genocidio-contra-os-yanomami.ghml). Visitado em 27.01.2023.

denúncia sobre a crise yanomami era "farsa da esquerda" e argumentou que seu governo levou atenção especializada para territórios indígenas.

Quais são os argumentos que fundamentam acusações tão graves? E o que mais disse Bolsonaro?

Os juristas ouvidos pela BBC News Brasil apontam que há elementos suficientes para iniciar uma investigação, mas que é preciso encontrar evidências e provas para seguir com eventuais julgamentos no futuro. A seguir, entenda como, segundo eles, questões como estímulo ao garimpo, apuração sobre desvio de medicamentos e alertas ignorados pelo governo podem ser levados em consideração.

O que é genocídio?

O Tribunal Penal Internacional diz que o genocídio é caracterizado pela "intenção específica de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, matando seus membros por outros meios, causar lesões corporais ou mentais graves, impor deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar a destruição física total ou parcial, impor medidas destinadas a prevenir nascimentos ou transferir forçadamente crianças de um grupo para outro".

A jurista Sylvia Steiner, única brasileira que foi juíza da corte de Haia entre 2003 e 2012, explica que "genocídio não é qualquer matança".

"Tem que existir a intenção de destruir um grupo por causa da nacionalidade, da etnia, da raça ou da religião dele", resume.

A especialista também aponta que há uma diferença entre genocídio e crimes contra a humanidade.

"Crimes contra a humanidade são aqueles praticados por parte de uma política de um Estado ou de uma organização que atacam a população civil. Eles incluem assassinato, violência sexual, deportação forçada, perseguição, extermínio, escravidão...", lista.

"Nesse caso, não existe um dolo especial, ou seja, a intenção clara de eliminar um grupo por questões como nacionalidade, etnia, raça, religião", complementa.

O advogado Belisário dos Santos Junior, da Comissão Internacional de Juristas, lembra que o Brasil possui uma lei sobre o genocídio desde 1956.

"Ela foi aprovada ainda no governo de Juscelino Kubistchek, que reconhece não apenas a ação direta, mas também a incitação ao genocídio", diz.

A lei brasileira, portanto, também pune aqueles que estimulam "direta e publicamente alguém a cometer qualquer dos crimes" relacionados ao genocídio.

Mas o que pode pesar contra o governo Bolsonaro durante as investigações?

Estímulo ao garimpo

O relatório Yanomami Sob Ataque, publicado em abril de 2022 pela Hutukara Associação Yanomami e pela Associação Wanasseduume Ye'kwana, com assessoria técnica do Instituto Socioambiental, faz um balanço da extração ilegal de ouro e outros minérios nessa região, que compreende a maior reserva indígena do país.

"Sabe-se que o problema do garimpo ilegal não é uma novidade na TIY [Terra Indígena Yanomami]. Entretanto, sua escala e intensidade cresceram de maneira impressionante nos últimos cinco anos. Dados do MapBiomas indicam que a partir de 2016 a curva de destruição do garimpo assumiu uma trajetória ascendente e, desde então, tem acumulado taxas cada vez maiores. Nos cálculos da plataforma, de 2016 a 2020 o garimpo na TIY cresceu nada menos que 3.350%", aponta o texto.

O levantamento das associações mostra que, em outubro de 2018, a área total destruída pelo garimpo somava pouco mais de 1.200 hectares. "Desde então, a área impactada mais do que dobrou, atingindo em dezembro de 2021 o total de 3.272 hectares", continua a publicação.

Durante os quatro anos de presidência, Bolsonaro falou diversas vezes sobre a

mineração em terras indígenas — o governo propôs inclusive um projeto de lei que viabilizaria a prática dentro da lei.

Em março de 2022, por exemplo, ele afirmou que "índio quer internet, quer explorar de forma legal a sua terra, não só para agricultura, mas também para garimpo".

"A Amazônia é uma área riquíssima. Em Roraima, há uma tabela periódica debaixo da terra", acrescentou.

Santos Junior, que integra a Comissão Arns, entende que são vários os exemplos do estímulo de Bolsonaro ao garimpo.

"Os garimpeiros vão se apropriando das áreas, desmatam a floresta, invadem unidades básicas de saúde... Quem dá suporte a isso é justamente quem incentiva o garimpo e o desmatamento, quem não dá as condições para que povos e etnias sobrevivam", defende.

Falta de remédios e alimentos

O Ministério Público Federal também fez operações para apurar desvios de medicamentos em território yanomami.

Segundo o órgão, só 30% de mais de 90 tipos de medicamentos que deveriam ser fornecidos foram entregues em 2022.

Os procuradores dizem que o desvio de vermífugos (que tratam de infestações de vermes) impediu o tratamento adequado para 10 mil das 13 mil crianças que vivem nesta região.

Há ainda denúncias sobre a interrupção no fornecimento de alimentos.

Alisson Marugal, procurador da República em Roraima, afirmou que o Ministério da Saúde cortou o fornecimento de alimentação aos indígenas nos postos de saúde do Estado em 2020, sem dar explicações.

Todo o cenário de casos e mortes por desnutrição e malária fez com que o Ministério da Saúde decretasse uma emergência sanitária no território yanomami em 21 de janeiro.

Entre as ações emergenciais, o governo anunciou o envio de profissionais de saúde

e a criação de hospitais de campanha para atender os pacientes.

Segundo o secretário de Saúde Indígena do ministério, Ricardo Weibe Tapeba, mais de mil indivíduos já foram resgatados em situação de extrema vulnerabilidade do local.

Alertas ignorados

Por fim, diversas instituições nacionais e internacionais chamaram a atenção para o que vinha acontecendo com os yanomami nos últimos meses e anos.

Em nota, a Apib disse que a invasão do garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami foi denunciada pelo menos 21 vezes à justiça e aos órgãos do governo durante a gestão de Bolsonaro.

Existe também uma petição feita ao Supremo Tribunal Federal em maio do ano passado sobre esse assunto. Nela, a Apib e outras entidades pedem ações do governo para conter a invasão de garimpeiros nas terras onde vivem os yanomami e outros povos, como os Munduruku.

No dia 1º de julho de 2022, a Corte Interamericana de Direitos Humanos emitiu uma decisão cobrando uma resposta do Brasil para "proteger a vida, a integridade pessoal e a saúde dos membros dos povos indígenas Yanomami, Ye'kwana e Munduruku".

A comissão que avaliou o caso disse que a situação dos indivíduos dessas três populações era de "extrema gravidade e urgência".

Entre as medidas que o país precisaria tomar, a corte apontou a necessidade de "proteger efetivamente a vida, a integridade pessoal, a saúde e o acesso à alimentação e água potável" desses povos.

A corte pediu ao Estado brasileiro um relatório com um resumo das ações que foram tomadas para reverter a situação até o dia 20 de setembro de 2022. Depois disso, novas atualizações sobre o caso deveriam ser enviadas a cada três meses.

A BBC News Brasil entrou em contato com a Corte Interamericana de Direitos

Humanos para saber se o país estava cumprindo as medidas.

Por meio da assessoria de comunicação, o órgão afirmou que, "até o dia de hoje, a corte está esperando uma resposta por parte do Estado brasileiro".

O que pode acontecer?

Para Santos Junior, "o ex-presidente, por causa de suas obsessões [com o garimpo], aparenta preencher os requisitos de quem assume os riscos". "Não é normal você deixar um povo sem assistência médica, sem as condições mínimas de sobrevivência", diz.

"Os indígenas foram sufocados de uma tal forma que as mortes e a redução do grupo se encaixam, a meu ver, na descrição do genocídio pelas ações ou inações do então Presidente da República", acrescenta o advogado.

A jurista Sylvia Steiner pondera que a abertura de um inquérito serve justamente para fazer investigações e reunir provas de possíveis crimes que foram eventualmente cometidos.

"Por ora, não há fatos provados. Existem alguns indícios em relação ao genocídio. E isso é sempre complicado, porque você precisa comprovar que havia uma intenção de eliminar os Yanomami da face da Terra", explica.

Na visão da jurista, outra possibilidade é investigar possíveis crimes contra a humanidade — e não o genocídio.

"Pode ser observada a existência de um plano, de uma política de Estado contra os yanomami, mas em função da terra que eles ocupam e do interesse em se apropriar das riquezas que existem ali. Ou seja, nesse caso não falamos de uma perseguição dos yanomami por causa da etnia deles", pontua.

"Acontece que essa política de Estado leva à exterminação do grupo. Então, nós podemos estar diante de um crime contra a humanidade de extermínio ou perseguição", completa.

Steiner chama a atenção para o fato de a legislação brasileira não prever crimes

contra a humanidade. Nesse caso, a eventual investigação e um julgamento posterior dependem da ação do Tribunal Penal Internacional.

A especialista aponta que esses julgamentos em Haia, de possíveis responsáveis pelos atos criminosos, podem render penas de até 30 anos ou prisão perpétua em casos extremos.

Controvérsias e discordâncias

Steiner aponta que o conceito de genocídio e crimes contra a humanidade é alvo de muitas discussões entre os juristas.

"Uma parcela acredita que, decorrido tanto tempo desde que o conceito foi definido nos anos 1940, é preciso ter um entendimento um pouco mais alargado do que é um genocídio. Eles argumentam que o mundo mudou e a interpretação desse crime deveria ser mais flexível", diz

"Eu me situo entre aqueles que seguem a letra da lei. Então, para mim, tem que ficar demonstrado que realmente houve a intenção genocida, a intenção de destruir no todo ou em parte aquela comunidade, seja em razão da religião, da etnia, da raça ou na nacionalidade."

"Fora disso, pode ser que estejamos diante de um crime contra a humanidade, que é tão grave quanto", complementa.

De acordo com a especialista, o conceito de crimes contra a humanidade é relativamente novo — foi ratificado internacionalmente a partir do Estatuto de Roma em 2002 — e, por isso, ainda gera confusão.

"Esse conjunto de normas está acima das regras dos países e proíbe uma série de condutas que põe em risco a paz e a humanidade de comunidades inteiras", conta Steiner.

"Quando temos escândalos lamentáveis e catástrofes humanitárias, devemos usar esse momento para progredir do ponto de vista moral e ético. Que a atual situação desperte as pessoas e os países para as necessidades especiais das populações indígenas. Já não era sem tempo", conclui.

A BBC News Brasil tentou o contato com Bolsonaro por meio de assessores, ex-ministros, pessoas próximas, a comunicação do Partido Liberal e pelas próprias redes sociais para que ele pudesse dar um posicionamento a respeito de todos os pontos e alegações. Não foram enviadas respostas até a publicação desta reportagem.

Assim que a emergência de saúde veio à tona nos últimos dias, o ex-presidente fez postagens no aplicativo de mensagens Telegram.

Ele classificou a denúncia sobre a crise yanomami como "farsa da esquerda" e disse que seu governo realizou 20 ações de saúde entre 2020 e 2022 que levaram atenção especializada para dentro dos territórios indígenas, especialmente em locais remotos e com acesso limitado.

Segundo o ex-presidente, foram beneficiados mais de 449 mil indígenas, com 60 mil atendimentos. Ainda na mensagem, ele afirmou que o governo federal encaminhou 971,2 mil unidades de medicamentos e 586,2 mil unidades de equipamentos de proteção individual, totalizando 1,5 milhão de insumos enviados para essas operações.

Terrorismo em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF³⁹

Sedes dos 3 poderes foram destruídas em um ataque sem precedentes na história do Brasil. Lula decretou intervenção na segurança do DF, e Alexandre de Moraes afastou governador por 90 dias.

Bolsonaristas radicais, golpistas e criminosos invadiram e depredaram neste domingo (08/01) o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Palácio do Planalto, sede da Presidência da República, em Brasília.

O ataque às sedes dos 3 Poderes e à democracia é sem precedentes na história

do Brasil. Os terroristas quebraram vidraças e móveis, vandalizaram obras de arte e objetos históricos, invadiram gabinetes de autoridades, rasgaram documentos e roubaram armas.

O prejuízo ao patrimônio público, de todos os brasileiros, ainda não foi calculado. Até o fim da noite deste domingo, pelo menos 300 pessoas haviam sido presas.

O presidente Lula, que estava em SP no momento dos atentados, voltou a Brasília à noite e decretou intervenção federal para assumir a segurança pública do Distrito Federal, onde está Brasília.

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, afastou do cargo por 90 dias o governador do DF, Ibaneis Rocha.

O que aconteceu?

O movimento golpista que ocorre há semanas em Brasília, com um acampamento em frente ao QG do Exército, foi reforçado por mais de cem ônibus que chegaram de todo o país com cerca de 4 mil pessoas neste fim de semana, com ações combinadas por meio das redes sociais. Mesmo assim, o governo do DF não adotou medidas suficientes para proteger os prédios.

Por volta de 14h, os golpistas deixaram o acampamento e iniciaram uma caminhada de 8 km em direção ao Congresso, escoltados pela Polícia Militar.

Na Esplanada dos Ministérios, onde está o Congresso, a PM mantinha poucos homens. A barreira policial foi facilmente vencida pelos terroristas, que subiram a rampa do Congresso. Os poucos PMs tentaram conter a turba só com spray de pimenta e tiveram que recuar. A Polícia Legislativa também não conseguiu evitar a invasão.

Dentro do Congresso, salões da Câmara e do Senado foram depredados. O plenário do Senado foi invadido e vandalizado.

39 g1. Terrorismo em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF. <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o->

congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghml. Visitado em 09.01.2023.

Na sequência, STF e Palácio do Planalto, que ficam na Praça dos Três Poderes, também foram invadidos.

No STF, os terroristas destruíram tudo o que viram no plenário, onde os ministros fazem os julgamentos. A porta de um armário do ministro Alexandre de Moraes foi arrancada. Até comida eles roubaram. Os terroristas retiraram poltronas, molharam e rasgaram documentos. Todos os vidros da fachada do prédio foram quebrados. Este vídeo exclusivo mostra o tamanho do estrago.

No Planalto, gabinetes foram invadidos e vandalizados, incluindo o da primeira-dama, Janja da Silva. Móveis, TVs, computadores e itens de decoração foram quebrados. A tela "As Mulatas", do pintor Di Cavalcanti, foi esfaqueada. O gabinete de Lula tem uma porta com blindagem reforçada e não foi invadido. Vândalos destruíram a galeria de fotos dos ex-presidentes. Armas e munições de seguranças da presidência foram roubadas.

O que a polícia fez?

Já com os prédios tomados pelos terroristas, a PM aumentou o efetivo e passou a usar bombas e gás lacrimogêneo, com apoio da cavalaria e da Tropa de Choque. Alguns policiais foram agredidos.

Embora a ação terrorista tenha sido convocada publicamente ao longo da semana em redes bolsonaristas, inclusive com promessas de transporte grátis e alimentação, as autoridades do DF não agiram preventivamente. A PM do DF foi criticada por se omitir. Vídeos mostram policiais conversando com bolsonaristas e filmando a invasão do Congresso.

Um sargento da PM de Goiás foi identificado participando dos atos de vandalismo.

O secretário de Segurança Pública do DF, o bolsonarista Anderson Torres, nem estava em Brasília. Ele viajou aos EUA, onde também está Bolsonaro, de quem Torres foi ministro da Justiça até o fim do governo. Após os ataques, ele foi demitido

pelo governador do DF. O governo federal pediu a sua prisão ao STF.

No sábado (7), o chefe da polícia do Senado pediu reforço ao governo do DF porque já havia recebido a informação de que bolsonaristas preparavam a invasão. Ele disse que foi ignorado.

No domingo, após os ataques, Lula assinou um decreto de intervenção para que o governo federal assuma a segurança pública do DF até o fim do mês. Já na madrugada desta segunda (9), o ministro Alexandre de Moraes afastou o governador Ibaneis Rocha do cargo por 90 dias.

Houve presos?

O balanço mais recente, do fim da noite deste domingo, é de pelo menos 300 presos em flagrante. Fotos e vídeos permitem identificar vários dos terroristas. Alguns transmitiram ao vivo, nas redes sociais, os atos de vandalismo que cometiam. Eles poderão responder por diversos crimes, entre eles golpe de estado, que prevê até 12 anos de prisão.

A invasão será investigada? O que acontece agora?

Lula disse que todas os terroristas serão encontrados e punidos. O ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou que a prioridade é identificar quem financiou os atos.

O procurador-geral da República, Augusto Aras, pediu ao Ministério Público Federal a abertura de uma investigação. A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, afirmou que os terroristas serão julgados e punidos de maneira exemplar. A Polícia Federal instalou um gabinete de crise para identificar os terroristas.

Haverá reforço na segurança?

Lula decretou intervenção federal na segurança do DF e nomeou Ricardo Garcia Cappelli como responsável. Ele é secretário-executivo do Ministério da Justiça e braço direito de Flávio Dino.

A intervenção vai até o dia 31. Com ela, os órgãos de segurança pública do Distrito Federal ficam sob responsabilidade de Cappelli, subordinado a Lula.

Quais os possíveis crimes cometidos?

- Dano ao patrimônio público da União – crime qualificado. Pena: detenção, de seis meses a três anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

- Crimes contra o patrimônio cultural – destruir, inutilizar ou deteriorar bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial. Pena: reclusão, de um a três anos, e multa.

- Associação criminosa – associarem-se três ou mais pessoas para o fim específico de cometer crimes. Pena: reclusão, de um a três anos (pena aumenta se a associação é armada).

- Abolição violenta do Estado Democrático de Direito – tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais. Pena: reclusão, de 4 a 8 anos, além da pena correspondente à violência.

- Golpe de estado – Tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído. Pena: reclusão, de 4 a 12 anos, além da pena correspondente à violência.

O que disseram as autoridades?

Líderes mundiais repudiaram o terrorismo bolsonarista. O presidente dos EUA, Joe Biden, disse que a situação é "ultrajante". O presidente da França, Emmanuel Macron, prestou apoio a Lula.

Aqui, os ataques foram condenados pelos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara, Arthur Lira, por ministros do STF, parlamentares e até por governadores aliados de Bolsonaro.

"Manifestações perdem a legitimidade e a razão a partir do momento em que há

violência, depredação ou cerceamento de direitos. Não admitiremos isso em SP", disse Tarcísio de Freitas, governador de SP e ex-ministro de Bolsonaro.

Valdemar Costa Neto, presidente do PL, partido de Bolsonaro, chamou o ataque de "vergonha".

Quem é quem: os 37 ministros empossados por Lula⁴⁰

Presidente empossou neste domingo os ocupantes dos ministérios do novo governo.

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), empossou neste domingo (1º) os novos ministros do governo.

Ao todo, Lula contará com 37 ministérios.

- Gabinete de Segurança Institucional: general da reserva Marco Edson Gonçalves Dias

- Secretaria-Geral: Márcio Macêdo (PT)

- Comunicações: Juscelino Filho (União Brasil)

- Integração e Desenvolvimento Regional: Waldez Góes (PDT)

- Educação: Camilo Santana (PT)

- Minas e Energia: Alexandre Silveira (PSD)

- Esportes: Ana Moser

- Transportes: Renan Filho (MDB)

- Defesa: José Múcio Monteiro

- Casa Civil: Rui Costa (PT)

- Justiça: Flávio Dino (PSB)

- Fazenda: Fernando Haddad (PT)

- Portos e Aeroportos: Márcio França (PSB)

- Agricultura: Carlos Fávaro (PSD)

- Pesca: André de Paula (PSD)

- Gestão: Esther Dweck

- Relações Institucionais: Alexandre Padilha (PT)

- Cidades: Jader Filho (MDB)

- Advocacia-Geral da União: Jorge Messias

- Controladoria-Geral da União: Vinícius Marques de Carvalho

40 g1. Quem é quem: os 37 ministros empossados por Lula. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/01/quem-e-quem-os-37-ministros-empossados-por-lula.ghtml>. Visitado em 02.12.2023.

- Turismo: Daniela Carneiro (União Brasil)
- Previdência Social: Carlos Lupi, presidente do PDT
- Ciência e Tecnologia: Luciana Santos (PCdoB)
- Planejamento: Simone Tebet (MDB)
- Saúde: Nísia Trindade
- Relações Exteriores: Mauro Vieira
- Igualdade Racial: Anielle Franco
- Indústria e Comércio: Geraldo Alckmin (PSB)
- Povos Indígenas: Sônia Guajajara (PSOL)
- Mulheres: Cida Gonçalves (PT)
- Direitos Humanos: Silvio Almeida
- Cultura: Margareth Menezes
- Desenvolvimento Social: Wellington Dias (PT)
- Meio Ambiente e Mudanças Climáticas: Marina Silva (Rede)
- Trabalho: Luiz Marinho (PT)
- Desenvolvimento Agrário: Paulo Teixeira (PT)
- Secretaria de Comunicação Social: Paulo Pimenta (PT)

Valor das emendas impositivas triplica, e Congresso amplia poder sobre o Orçamento⁴¹

Entre 2015 e 2023, emendas de execução obrigatória saltaram de R\$ 9,7 bilhões para R\$ 28,9 bilhões. Parlamentares aproveitaram fim do 'orçamento secreto' para ampliar independência em relação ao Executivo.

O Congresso Nacional triplicou sua fatia de comando sobre o Orçamento federal ao longo dos últimos oito anos.

Entre 2015 e 2023, o valor das emendas impositivas – indicações de parlamentares que têm execução obrigatória e, por isso, não dependem de barganha com o Executivo – saltou de R\$ 9,7 bilhões para R\$ 28,9 bilhões. A alta é de 197,9 %.

Do total previsto para 2023:

- R\$ 21,2 bilhões se referem a emendas individuais, propostas por cada deputado e senador;
- R\$ 7,7 bilhões são emendas das bancadas estaduais, de autoria coletiva.

As emendas são propostas por meio das quais os parlamentares destinam recursos a suas bases eleitorais.

O último movimento para ampliar o poder do Legislativo sobre as verbas foi feito na semana passada, logo após o Supremo Tribunal Federal (STF) declarar inconstitucionais as emendas de relator – aquelas que eram chamadas de orçamento secreto.

Após a conclusão do julgamento, os parlamentares incluíram na proposta de emenda à Constituição (PEC) da Transição um dispositivo que transferiu metade do valor do orçamento secreto (R\$ 9,5 bilhões) para as emendas individuais – que são impositivas.

A partir de agora, a União fica obrigada a pagar as emendas individuais em um limite de 2% da receita corrente líquida. Esse termo se refere à arrecadação tributária do governo, depois de excluídas as transferências a estados e municípios. Antes da PEC, o limite era menor, de 1,2%.

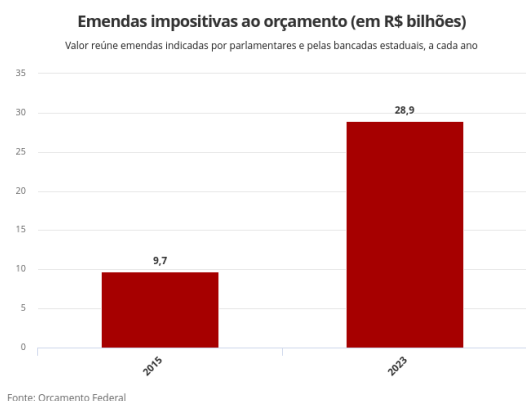
A mudança parece pequena, inferior a um ponto percentual. Mas na prática, para 2023:

- o valor para cada deputado passa de R\$ 19,7 milhões para R\$ 32,1 milhões;
- o valor para cada senador passa de R\$ 19,7 milhões para R\$ 59 milhões.

Os dados são da consultoria de Orçamento da Câmara.

⁴¹ Bianca Lima e Elisa Clavery, GloboNews e TV Globo. Valor das emendas impositivas triplica, e Congresso amplia poder sobre o Orçamento. <https://g1.globo.com/economia/de-olho-no-orcamento/noticia/2022/12/27/valor-das-emendas-impositivas-triplica-e->

[congresso-amplia-poder-sobre-o-orcamento.ghtml](https://g1.globo.com/economia/de-olho-no-orcamento/noticia/2022/12/27/valor-das-emendas-impositivas-triplica-e-). Visitado em 27.12.2022.



Fortalecimento do Legislativo

O aumento do controle do Legislativo sobre o orçamento começou em 2015, quando o Congresso aprovou uma PEC e tornou obrigatória a execução das emendas individuais.

Em 2019, o Congresso fez o mesmo com as emendas das bancadas estaduais. Quando a execução é obrigatória, o parlamentar não precisa ficar cobrando o Executivo para que o dinheiro seja liberado – momento propício para a negociação de votos ou apoio a alguma medida.

Os parlamentares também tentaram, por diversas vezes, tornar impositivas as emendas de relator. A tentativa, contudo, sempre emperrou durante as discussões do Orçamento no Congresso e nunca foi levada a cabo.

Isso significa que, na prática, o governo nunca foi obrigado por lei a pagar as emendas de relator, embora houvesse a cobrança política para a liberação dos recursos.

Na prática, as emendas eram usadas como moeda de troca para que o Executivo conseguisse aprovar matérias de seu interesse no Congresso. Era comum que, às vésperas de uma votação crucial, bilhões fossem desbloqueados nessa área do orçamento.

Orçamento com o parlamento

Estudo do Instituto Millenium elaborado pelo professor do Insper Marcos Mendes, em abril, mostra que o Legislativo brasileiro é o que tem o maior controle sobre o orçamento federal, se comparado a

30 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No levantamento, Mendes afirma que as emendas parlamentares, em sua maioria, decidem quanto à realização de obras em municípios específicos – e que tais decisões "conflitam com as diretrizes gerais de políticas públicas".

Segundo ele, não há tempo suficiente nem procedimentos adequados para análise de mérito ou de consistência de número tão elevado de emendas.

"Simplesmente entrega-se uma fatia do Orçamento à decisão individual ou de grupos de parlamentares, e gasta-se o dinheiro sem qualquer preocupação com os custos e benefícios envolvidos", escreve o economista no relatório.

A visão, no entanto, é contestada pela cúpula do Congresso.

Parlamentares defendem que, com a impositividade, o Congresso passa a depender menos do Executivo – o que reduziria as chances de uso do mecanismo como moeda de troca.

Em 2019, o então presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), afirmou que a aprovação da impositividade das emendas de bancada era uma "carta de alforria" que os parlamentares dariam aos prefeitos e governadores.

Segundo Alcolumbre, a partir da obrigação de pagamento, os políticos locais ficariam "desobrigados de mendigarem atenção do Executivo nacional".

Questões

01. (Prefeitura de Apiúna/SC – Agente de Vigilância – ACTIO ASSESSORIA - 2023) Selecione a resposta incorreta em relação Brasil:

A - A economia brasileira cresceu em 2022.

B - A diferença de votos entre o primeiro e segundo colocados nas eleições presidenciais de 2022 foi de menos de 2%.

C - O atual presidente da Câmara dos Deputados é Rodrigo Pacheco.

D - Cristiano Zanin, advogado de Lula nos processos da Lava Jato, foi indicado recentemente ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

02. (Prefeitura de Espumoso/RS – Motorista – FUNDATEC - 2023) Em fevereiro de 2023, foi realizada a eleição para a presidência da Câmara dos Deputados. Com recorde de votos, qual deputado federal foi eleito com 464 votos dos 509 deputados federais presentes e é o atual presidente da Câmara?

- A - Paulo Pimenta.
- B - Marcel Van Hattem.
- C - Chico Alencar.
- D - Rodrigo Maia.
- E - Arthur Lira.

Alternativas

01 – C | 02 – E

SOCIEDADE

O que são as drogas K e por que elas têm alto potencial destrutivo; veja perguntas e respostas⁴²

Feitas em laboratório e com nomes diversos, as K pertencem ao grupo de Novas Substâncias Psicoativas. Profissão Repórter mostrou usuários sob efeito da droga após consumo em terminal de ônibus.

As chamadas "drogas K", conhecidas nas ruas como K2, K4, K9 e spice, são substâncias sintéticas, desenvolvidas em laboratório, com alto potencial destrutivo. Elas têm tomado ruas de São Paulo e chamado a atenção de governos.

Nesta semana, o Profissão Repórter mostrou como essas drogas, consumidas de diferentes maneiras, têm sido usadas num terminal de ônibus na Zona Leste de capital paulista. Relatos de usuários e familiares dão evidências dos danos.

Apesar de também terem se popularizado como "maconha sintética",

especialistas apontam que elas não devem ser chamadas assim porque isso pode trazer uma falsa ilusão sobre a forma perigosa como elas agem no corpo.

Por que não são 'maconha sintética'?

De acordo com Fernanda Bono Fukushima, professora e membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinares de Cannabis (NEICANN) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), a preocupação em não chamar as drogas K de "maconha sintética" passa pela discussão em torno da cannabis medicinal e da forma mais agressiva como as K atuam no organismo.

"Ela é vendida como maconha artificial, maconha falsa, maconha alguma coisa, com nomes que fazem alusão de que ela é mais inofensiva. Faz parecer uma coisa supernatural e pouco nociva, mas o que percebemos é que ela é uma droga sintética com um potencial lesivo grande para quem usa e podem levar a morte", afirmou Fernanda ao g1 em abril.

Criação accidental com efeitos devastadores

Segundo Fukushima, a droga sintética que vem crescendo no Brasil e no mundo foi originalmente um experimento que não deu certo como opção terapêutica. Ela é mais um "avanço" do que chamam popularmente nos Estados Unidos de "designer drugs", termo que surgiu na década de 1980 para identificar drogas sintéticas criadas acidentalmente em laboratórios de indústrias farmacêuticas.

Essas drogas têm como base os canabinoides sintéticos. A explicação é complexa, mas em suma quer dizer que o canabinoide feito em laboratório se liga ao mesmo receptor do cérebro que a maconha comum, mas em uma potência até 100 vezes maior. O governo de São Paulo diz que os efeitos da droga podem ser piores do que o crack.

O que provoca no corpo?

⁴² O que são as drogas K e por que elas têm alto potencial destrutivo; veja perguntas e respostas. g1. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/10/26/o-que-sao-as-drogas-k-e-por-que-nao-podem-ser-chamadas-de-maconha-sintetica.ghtml>. Visitado em 26.10.2023.

paulo/noticia/2023/10/26/o-que-sao-as-drogas-k-e-por-que-nao-podem-ser-chamadas-de-maconha-sintetica.ghtml. Visitado em 26.10.2023.

Os efeitos das drogas K nos corpos das pessoas ainda são uma incógnita, mas os especialistas descrevem alguns sintomas:

- causam dependência
- atinge diversas regiões do corpo
- tem potencial para aumentar a depressão
- aumento da frequência cardíaca
- ataques de raiva e agressividade
- paranoia
- ansiedade
- alucinações
- convulsões
- insuficiência renal
- arritmias cardíacas
- morte

"Ela tem efeitos que podem ser realmente um risco não só para quem usa, mas também para outras pessoas que estão em contato com esse indivíduo, que pode se tornar agressivo. As drogas K são perigosas, e quando chamamos de maconha ela ganha um potencial menor. Você não ouve falar em overdose de maconha, por exemplo", afirma Fukushima.

Potência 100 vezes maior que a da maconha

As chamadas drogas têm como base os canabinoides sintéticos. A explicação é complexa, mas em suma quer dizer que o canabinoide feito em laboratório se liga ao mesmo receptor do cérebro que a maconha comum, mas em uma potência até 100 vezes maior. O governo de São Paulo diz que os efeitos da droga podem ser piores do que o crack.

Uma usuária que não quis se identificar fez um relato ao Profissão Repórter. "Tenho 23 anos, sou mãe de 3 filhos. Eu não aguento mais. Já faz quase uns 2 anos que eu uso essa droga. Essa droga faz a gente ser escrava", desabafou.

EUA alertou sobre presença em cigarros eletrônicos

A Drug Enforcement Administration (DEA) - órgão de segurança do Departamento de Justiça dos Estados

Unidos encarregado da repressão e controle de narcóticos - alertou que a droga também pode ser encontrada em cigarros eletrônicos. O país vive uma epidemia de drogas sintéticas desde 2018, segundo a ONU.

"Nos Estados Unidos, quem faz a produção também tem o costume de juntar a substância para que não pareça toxicológico, criando uma mistura que dificulta a identificação da molécula", afirma. O Brasil segue os mesmos passos.

Quando e como surgiu?

Na década de 1980, o químico norte-americano John W. Huffman, começou a sintetizar canabinoides, na busca de medicamentos para o alívio do sofrimento de pacientes. A pesquisa era financiada pelo Instituto Nacional de Abuso de Drogas dos Estados Unidos. Huffman e sua equipe teriam desenvolvido mais de 400 compostos canabinoides sintéticos.

Em entrevista ao jornal "The Washington Post" em 2015, Huffman revelou que sintetizou um composto em 1993 e publicou a fórmula em uma série de artigos e revistas.

Em 2008, os compostos foram identificados em um laboratório forense na Alemanha. Os fabricantes colocaram o sintético em folhas de plantas e venderam com o nome de spice.

Até abril deste ano, a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo havia registrado 216 notificações de casos suspeitos de intoxicação exógena por canabinoides sintéticos, mais do que o dobro registrado em 2022 - 98 notificações. Os números de notificações são tanto da rede pública, quanto da rede privada.

Por que drogas sintéticas são um desafio?

- Pela dificuldade de fiscalização. Os traficantes das drogas as misturam em chás, por exemplo, para dificultar a identificação.

- Crianças e adolescentes andam em grupos pelas ruas das cidades e migram para vários lugares sem parar em pontos

específicos, o que dificulta o rastreamento e acolhimento.

- Pelo alto poder de dano aos usuário. São drogas com um potencial danoso absolutamente estonteador.

Pela possibilidade de que microtraficantes espalhem essa droga de maneira difusa.

- Pela perpetuação no vício, que pode levar ao cometimento de delitos para sustentá-lo.

Etarismo: o que é e como ele se relaciona com o caso de universitária hostilizada em Bauru⁴³

Estudantes debocharam de colega por ela ter 40 anos e estar na faculdade, e caso viralizou. Especialistas percebem avanços na sociedade ao tratar do assunto, mas acreditam que ainda é preciso 'desconstrução'.

Três jovens universitárias da cidade de Bauru (SP) postaram um vídeo ironizando o fato de uma colega de classe, de 40 anos, dividir o ambiente acadêmico e as aulas com elas. "Mano, ela tem 40 anos já. Era para estar aposentada", disse uma delas. O que elas não esperavam, no entanto, era tamanha repercussão — e indignação — diante da discriminação, do preconceito e do etarismo.

O termo etarismo é definido por Mirian Goldenberg como "velhofobia", já que, assim, as pessoas conseguem entender de que tipo de violência e assédio se trata.

Mirian é antropóloga e pesquisadora há mais de 30 anos do tema envelhecimento e felicidade. Em outubro de 2022, ela chegou a explicar ao g1 que etarismo, ou "velhofobia", é a discriminação e o preconceito — podendo resultar em violência verbal, física ou psicológica — relacionado com a idade de uma pessoa.

O etarismo e a fala das estudantes

"A melhor forma de se vingar de um etarista? Desejar-lhe vida longa."

A autora da frase é Cris Pàz, comunicadora e escritora. Para ela, o pensamento cabe também para as estudantes de Bauru, e diz que o caso não se trata apenas de etarismo, mas também de machismo:

"Não são nada solidárias a outras mulheres. [...] Mulheres estão sempre manifestando machismo sem perceber. O que me assustou muito é isso parecer tão distante para elas".

Tem um outro ponto crítico também, diz Cris, que é o fato de que pessoas tão jovens, que são donas de seus gostos e liberdades, não conseguem entender que, para isso, existiu uma luta. "Falta também conhecimento histórico. A gente vive em uma sociedade que não olha para o que aconteceu, que não consegue entender que há 90 anos a gente não poderia votar".

Para além do etarismo e do machismo, Cris Pàz aponta outros aspectos das falas:

- a falta de entendimento sobre longevidade e de que a sociedade brasileira está envelhecendo;

- o fato de as universitárias fazerem parte de uma geração de crianças, adolescentes e jovens sem limites.

"A coisa das redes sociais, da digitalização excessiva, dos pais trabalhando demais e de um mercado de consumo muito forte, parece que existe uma desconexão. Os principais valores nem sempre estão vindo dos pais", analisa.

Indignação das pessoas

Para a antropóloga Mirian, o que marca este caso, em específico, não é a humilhação ou a discriminação, mas a reação das pessoas, a repulsa diante ao vídeo. "Isso é a coisa mais comum que existe, só que, dessa vez, elas filmaram, viralizou e, a grande novidade, para mim, é a reação indignada das pessoas, o que

⁴³ Fernanda Berlink. *Etarismo: o que é e como ele se relaciona com o caso de universitária hostilizada em Bauru.* g1. [https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2023/03/14/etarismo-o-](https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2023/03/14/etarismo-o-que-e-e-como-ele-se-relaciona-com-o-caso-de-universitaria-hostilizada-em-bauru.ghtml)

[que-e-e-como-ele-se-relaciona-com-o-caso-de-universitaria-hostilizada-em-bauru.ghtml](https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2023/03/14/etarismo-o-que-e-e-como-ele-se-relaciona-com-o-caso-de-universitaria-hostilizada-em-bauru.ghtml). Visitado em 14.03.2023.

mostra que estamos em um momento diferente", comenta.

"Isso fez todo mundo refletir", acrescenta Cris.

Tanto Mirian quanto Cris entendem que este caso mostra como a sociedade enxerga este tipo de deboche como preconceito, ainda que as transformações e a desconstrução sejam lentas.

"O que falta é mudar dentro das nossas casas e famílias porque esse tipo de violência física, verbal e psicológica também está ali, nas nossas casas e nas nossas famílias", pondera Mirian.

Cris conclui que, para além do assédio, "as pessoas precisam sentir um peso e a responsabilidade que elas têm com um telefone na mão". "Todos nós somos influenciadores, não dá para falar qualquer coisa."

‘Machosfera’: o que prega o movimento machista que cresce nas redes sociais e virou caso de polícia⁴⁴

Termo veio à tona essa semana, depois que uma atriz foi ameaçada por um coach que prega a superioridade masculina.

Essa semana, uma atriz e uma influenciadora foram ameaçadas de morte por um homem que se apresenta como “coach da masculinidade”. Thiago Schutz usa suas redes sociais e dá até curso online sobre a filosofia dos red pills: homens que acreditam que são superiores às mulheres e que o feminismo deve ser combatido, pois ele estaria oprimindo a classe masculina.

A atriz e roteirista Livia La Gatto, indignada com as ideias do influencer fez uma paródia em sua rede social, sem citar nomes. No entanto, a resposta de Schutz veio de forma violenta durante a madrugada.

"Você tem 24 horas pra retirar seu conteúdo sobre mim. Depois disso, processo ou bala. Você escolhe", escreveu.

No mesmo dia em que a Livia foi ameaçada, Bruna Volpi, que é influencer e feminista, também recebeu o mesmo tipo de ameaça da mesma pessoa – e com a mesma frase.

“O Thiago é uma figurinha carimbada nos meus conteúdos feministas, porque tem muita gente que fala absurdos, mas, com tanta frequência, ele é um campeão”, conta ela.

As duas mulheres ameaçadas denunciaram o influencer para a polícia.

“Thiago Schutz ainda não foi ouvido. Nós já fizemos um pedido de medidas protetivas. Ter uma distância mínima de aproximação, proibição de mencionar os nomes delas em reportagens que ele participa e participações em podcasts, vídeo e em postagens em redes sociais”, afirma a delegada Nadia Aluz.

A psicóloga Valeska Zanella explica que a misoginia é um discurso de ódio e repulsa às mulheres e é tudo aquilo que a elas é relacionado.

“Os homens aprendem desde pequeninhos que ser homem é não ser uma ‘mulherzinha’. Então se constrói um discurso de que o verdadeiro homem é aquele que domina e subjuga, que trata as mulheres como objeto sexual”, diz.

O mundo que esses grupos habitam na internet tem nome: machosfera. Um movimento que começou nos Estados Unidos para combater o crescimento do feminismo no início dos anos 1980. Com a chegada da internet, eles passaram a atuar de forma anônima, em locais escondidos da web. Mas, hoje, estão disseminados nas redes sociais mais conhecidas.

Procurado pelo Fantástico, Thiago Schutz não quis gravar entrevista. Por meio dos seus advogados, enviou uma nota em que declara não ter sido notificado pela polícia e que não tem envolvimento em nenhum ato de violência.

⁴⁴ Fantástico. ‘Machosfera’: o que prega o movimento machista que cresce nas redes sociais e virou caso de polícia. <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/03/05/machosfera-o-que->

[prega-o-movimento-machista-que-cresce-nas-redes-sociais-e-virou-caso-de-policia.shtml](https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/03/05/machosfera-o-que-). Visitado em 06.03.2023.

Contratações de profissionais trans crescem 40% em 2022, mostra levantamento⁴⁵

Número de vagas para esses profissionais, no entanto, diminuiu 5% em relação a 2021, segundo o portal especializado TransEmpregos.

Levantamento do portal TransEmpregos mostra que, em 2022, o número de vagas para profissionais trans diminuiu 5% em relação a 2021. Por outro lado, o número de profissionais empregados cresceu 40%.

Em 2021, foram 4.204 vagas anunciadas no site e 797 profissionais empregados através da plataforma. Além disso, havia 1.434 empresas parceiras.

Já no ano passado foram 4.002 oportunidades anunciadas, 1.113 profissionais foram empregados e havia 2.202 empresas parceiras.

No último domingo (29) foi celebrado o Dia Nacional da Visibilidade Trans, que entre os objetivos estão a luta pelos direitos das pessoas trans e o combate à transfobia.

Escolaridade e regiões

Quanto à escolaridade dos profissionais contratados, 38,8% têm ensino médio concluído, 31,6% nível superior, 12,2% são estagiários, 8,7% são jovens aprendizes, 7,1% possuem ensino fundamental e 1,5% são trainees.

Entre as áreas com mais oportunidades oferecidas, o destaque ficou com Tecnologia (22,9%), Varejo e Comércio (10,4%), Serviços (9,7%), Agências de Turismo (6,9%) e Bebidas e Alimentos (4,2%).

O Sudeste foi a região com mais oportunidades, com 61,8% do total, seguido pelo Rio de Janeiro (8%), Minas Gerais e Paraná (2,8% cada) e Distrito Federal (1,9%). Outros 17,5% das oportunidades são remotas.

O número de homens e mulheres trans negros cadastrados na plataforma correspondem a 48,43%, enquanto brancos são 47,70%, amarelos são 1,91% e indígenas são 0,81%. A maioria tem nível médio (58,57%), seguidos pelo nível superior (35,15%), fundamental (3,32%) e mestrado (2,96%).

Baixa representatividade

Para Tábata Silva, gerente do Empregos.com.br, ainda é baixa a representatividade de pessoas trans em empregos formais.

“Ainda precisamos acelerar rumo à equidade de oportunidades. A contratação de pessoas trans é sinônimo de valorização da diversidade nas empresas”, afirma.

Para ela, é fundamental dar oportunidades para profissionais que representam as minorias quando o assunto é diversidade de gêneros, como pessoas trans, travestis, não-binárias, entre outros gêneros.

“O respeito pelas diferentes identidades de gênero e orientações sexuais dentro das organizações tem sido uma forte bandeira de inclusão e diversidade”, diz.

Segundo Tábata, ainda faltam políticas de inclusão para o mercado de trabalho no Brasil.

“A realidade desse grupo minoritário que lida com transfobia, falta de visibilidade e de acesso em diversos âmbitos da vida é muito triste. O preconceito e a reprodução das violências e exclusões são marcas na vida dessas pessoas, mesmo quando elas estão empregadas. Por isso, o ambiente corporativo deve ser plural, acolhedor, seguro e motivador para todos. E o primeiro passo são as oportunidades formais no mercado de trabalho”, diz a especialista.

131 pessoas trans foram assassinadas em 2022, aponta associação⁴⁶

45 Marta Cavallini. Contratações de profissionais trans crescem 40% em 2022, mostra levantamento. g1. <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/02/03/contratacoes-de-profissionais-trans-crescem-40percent-em-2022-mostra-levantamento.ghtml>. Visitado em 03.02.2023.

46 Kellen Barreto e Luciana de Oliveira. 131 pessoas trans foram assassinadas em 2022, aponta associação. g1. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/26/131-pessoas-trans-foram-assassinadas-em-2022-aponta-associacao.ghtml>. Visitado em 27.01.2023.

Vítima mais jovem tinha 15 anos e foi decapitada em Natal. Silvio Almeida, ministro dos Direitos Humanos, diz que governo tem o compromisso de mudar essa realidade.

O Brasil teve 131 pessoas trans assassinadas em 2022, uma média de 11 por mês, segundo relatório anual da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). As vítimas foram 130 mulheres trans/travestis e 1 homem trans.

A mais jovem tinha 15 anos e foi brutalmente morta: Ester foi encontrada decapitada e com um dedo decepado em Natal, em outubro. Ela era de Olinda, Pernambuco. Um homem de 26 anos confessou o crime, segundo a polícia, mas responderá em liberdade.

O número de assassinatos em 2022 ficou abaixo dos 140 contabilizados no ano anterior, mas acima da média da série histórica iniciada em 2008, que é de 121 mortes por ano. A série inclui dados contabilizados pelo Grupo Gay da Bahia, até 2016, e pela Antra, que começou a produzir um dossiê dos assassinatos em 2017.

A Antra explicou que o número de assassinatos pode ser maior porque não existem dados oficiais sobre a violência contra essa população no Brasil. Pelo 14º ano, o país continua sendo o que mais mata pessoas trans no mundo.

Ministro fala em 'mudar realidade'

O documento, divulgado pouco antes do Dia Nacional da Visibilidade Trans, que é no próximo domingo (29), foi entregue aos ministros dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, e da Igualdade Racial, Anielle Franco, em evento na tarde desta quinta (26), em Brasília.

"É possível construir um país com esses números que a gente viu agora? É possível construir alguma coisa que se chama nação suportando assassinatos de pessoas apenas porque elas são como elas são?", questionou Silvio Almeida. "Se nós não formos capazes, se não tivermos a decência

de mudar essa situação, nós nunca seremos um país e nós não mereceremos ser um país. Então, é um compromisso deste governo, que é um governo decente, e de todo e qualquer governo decente, mudar a realidade estampada nesse relatório."

"A gente quer fazer um pacto de que nós, junto com vocês, vamos transformar essa secretaria em ações e entregas importantes para essa população e importante para sociedade brasileira", completou a secretária de Direitos da População LGBTQIA+, Symmy Larrat, que é uma travesti.

Pernambuco tem mais mortes

O Brasil seguiu em primeiro no ranking dos assassinatos de pessoas trans em 2022 elaborado pela ONG Transgender Europe, que monitora 171 nações. Depois vieram México e os Estados Unidos. Ao todo, 327 mortes foram contabilizadas em todo o mundo.

Entre os estados brasileiros, a maioria dos crimes (13) foi em Pernambuco, o que acontece pela primeira vez desde que o dossiê começou a ser feito pela Antra. Em seguida vêm São Paulo e Ceará, com 11 mortes cada.

Do total dos casos onde foi possível determinar o local do crime, 64% ocorreram em cidades do interior dos estados e 61% das mortes foram em locais públicos.

O perfil das vítimas segue o mesmo: a maioria é mulher trans/travesti, negra e que vive da prostituição. E a maioria (65%) foi morta com requintes de crueldade, assim como Ester, de 15 anos, em Natal, e Paulinha, de 31 anos, assassinada a facadas e pedradas no Maranhão.

"Apesar das variações numéricas, no contexto geral não houve qualquer mudança significativa em relação à violência e à subalternização social que pessoas trans ocupam", diz o dossiê produzido por Bruna Benevides, secretária de articulação política da Antra.

"E estas continuam enfrentando os piores índices de violência e violações de

direitos humanos quando comparadas a qualquer outro grupo que enfrenta sistemáticas violências vindas do estado."

O dossiê da associação também chamou a atenção para 20 casos de suicídio, sendo 13 de travestis/mulheres trans, 6 de homens trans/transmasculinos e 1 de pessoa não binária.

Lei que equipara o crime de injúria racial a racismo entra em vigor⁴⁷

A filósofa e escritora Djamila Ribeiro destaca a importância de a lei incluir o que chamou de racismo recreativo: 'O Brasil é um país que, infelizmente, às vezes, o racismo vem camuflado'.

Já está em vigor a lei que equiparou o crime de injúria racial a racismo.

A cantora Andresa Sousa estava cantando em um restaurante de Brasília quando foi agredida pela publicitária Valkiria Tavares de Moraes Cardoso, que reclamou que ela teria errado a letra da música. Foram dois tapas e Andresa ainda ouviu: "Aprende a cantar, sua negra".

A publicitária foi condenada a 1 ano e 4 meses de prisão em regime aberto mais multa por injúria racial. A agressão foi em outubro de 2022. Para a Andresa, foi pouco para a dor que ela sentiu.

"É positivo por ter recebido realmente uma sentença favorável, mas com relação à decisão e quantidade de pena, sobre também a própria indenização também, eu achei que não equipara ao dano causado", afirma Andressa Sousa.

Se a injúria contra a Andresa tivesse acontecido hoje, a punição seria muito mais pesada, igual ao do crime de racismo. O crime de injúria racial é quando a ofensa atinge a dignidade de uma pessoa por sua raça, cor e etnia. Quase sempre está associado ao uso de palavras depreciativas com a intenção de ofender a honra da vítima. Já o crime de racismo acontece quando a ofensa discriminatória é contra um grupo ou coletividade, por causa da raça

ou pela cor. Como, por exemplo, impedir que negros tenham acesso a um estabelecimento.

Na quarta-feira (11/01), na cerimônia em que Anielle Franco assumiu o Ministério de Igualdade Racial, o presidente Lula sancionou a lei que aumenta a pena para quem cometer injúria racial de 1 a 3 anos de prisão para 2 a 5 anos. A pena aumenta se o crime for cometido por duas ou mais pessoas.

Ainda, segundo a lei, o crime cometido dentro dos estádios terá também pena de 2 a 5 anos. Isso valerá para atividades esportivas, religiosas, artísticas ou culturais. O texto também proíbe a pessoa que cometer o crime em estádios ou teatros, por exemplo, de frequentar os locais por 3 anos, e vai ter a pena aumentada de um terço até a metade quem cometer o crime por diversão ou recreação.

A filósofa e escritora Djamila Ribeiro destacou a importância de a lei incluir o que chamou de racismo recreativo.

"O Brasil é um país que, infelizmente, às vezes, o racismo vem camuflado. Isso é muito importante em um país que as pessoas se escondem por trás dessa justificativa de que foi só uma piada e não quis ofender. Então, traz para o debate essas questões. E, agora, a gente vê isso também como um marco legal. Eu acho que é um avanço imenso na luta de antirracista e dos movimentos negros, dos juristas negros, das pessoas que estão lutando historicamente por essas transformações", afirma Djamila.

A lei também torna o crime imprescritível e inafiançável, quando não é possível pagar fiança e responder em liberdade, e não há prazo para que os autores sejam punidos pela Justiça.

A lei, em vigor desde quarta (11), foi redigida a partir das sugestões de um grupo de juristas negros criada pela Câmara dos Deputados. Foram dez meses de trabalho. O texto foi aprovado pelo Congresso em dezembro de 2022.

47 g1 Jornal Nacional. Lei que equipara o crime de injúria racial a racismo entra em vigor. [https://g1.globo.com/jornal-](https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/01/12/lei-que-equipara-o-crime-de-injuria-racial-a-racismo-entra-em-vigor.ghtml)

[nacional/noticia/2023/01/12/lei-que-equipara-o-crime-de-injuria-racial-a-racismo-entra-em-vigor.ghtml](https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/01/12/lei-que-equipara-o-crime-de-injuria-racial-a-racismo-entra-em-vigor.ghtml). Visitado em 13.01.2023.

O coordenador do grupo, ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça, disse que avanços legais são importantes, sim. Mas a luta contra o racismo deve ser diária.

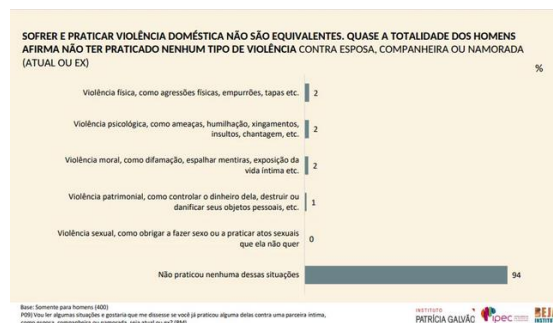
“A punição faz com que tenha o caráter pedagógico em que as pessoas hoje têm que pensar melhor. Acabou o momento de falar, ‘olha, eu falei aquilo ontem, mas foi mal. O que é isso’. Ou senão, uma punição leve que nem representa punição? Porque para o ofendido, na minha concepção pessoal, a punição, reparação, nunca vai reparar por completo, porque o sentimento da dor nunca passará para aquele que sofre ou sofreu uma discriminação pela cor”, afirma o ministro Benedito Gonçalves.

Metade dos brasileiros conhece uma mulher que já foi agredida pelo parceiro ou ex, mas 94% dos homens dizem nunca ter agredido, diz Ipec⁴⁸

Mais de metade das vítimas (55%) reagiu às agressões colocando um fim no relacionamento. Somente 1 em cada 5 denunciou o parceiro às autoridades policiais e/ou contou para um amigo ou familiar, diz pesquisa feita em parceria com o Instituto Patrícia Galvão e o Instituto Beja.

No Brasil, 50% das pessoas conhecem pessoalmente alguma mulher que sofre ou já sofreu algum tipo de agressão por parte do atual ou do antigo companheiro. Porém, apenas 6% dos homens admitem já terem cometido violência doméstica.

É isso o que aponta uma pesquisa realizada em outubro deste ano pelo Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica), em parceria com o Instituto Patrícia Galvão e o Instituto Beja e obtida com exclusividade pelo g1. O nível de confiabilidade é de 95%, e a margem de erro é de 3 pontos percentuais para mais ou para menos.



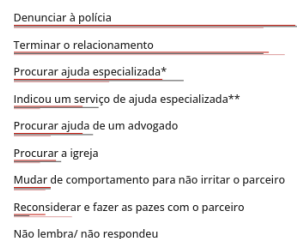
Após tomar conhecimento de casos de violência, a maioria dos brasileiros procura as vítimas para conversar e, no geral, oferece conselhos focados na segurança e no bem-estar das mulheres, como para denunciarem as agressões à polícia (53%) e terminarem o relacionamento (48%).

Contudo, uma minoria recomenda que as vítimas tomem atitudes visando a manutenção da relação, como para procurarem a igreja (8%) – sendo as mulheres as que mais dão este conselho –, mudarem de comportamento para que o parceiro não fique irritado (7%) e reconsiderarem e fazerem as pazes (6%) – sendo os homens os que mais falam isso.

Conselhos dados às vítimas

Pessoas que souberam das agressões e procuraram as vítimas para conversar

■ No geral ■ Por mulheres ■ Por homens



g1 Fonte: Ipec e Instituto Patrícia Galvão
*de psicólogo, assistente social, etc / **como centros de referência, etc

Apenas 1 em cada 4 homens conversa com o agressor depois de ficar sabendo sobre um caso de violência doméstica. Esse número é ainda menor entre as mulheres – somente uma em cada 10.

Fabíola Sucasas Negrão Covas, promotora de Justiça do Ministério Público

⁴⁸ Renata Bitar, Paula Lago e Cíntia Acayaba. Metade dos brasileiros conhece uma mulher que já foi agredida pelo parceiro ou ex, mas 94% dos homens dizem nunca ter agredido, diz Ipec. g1. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/11/17/metade-dos->

[brasileiros-conhece-uma-mulher-que-ja-foi-agredida-pelo-parceiro-ou-ex-mas-94percent-dos-homens-dizem-nunca-ter-agredido-diz-ipecc.html](https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/11/17/metade-dos-brasileiros-conhece-uma-mulher-que-ja-foi-agredida-pelo-parceiro-ou-ex-mas-94percent-dos-homens-dizem-nunca-ter-agredido-diz-ipecc.html). Visitado em 17.11.2022.

(MP) de São Paulo e titular da Promotoria de Enfrentamento da Violência Doméstica do MP-SP, afirma que esse comportamento tem relação com ser capaz de reconhecer o agressor como autor de uma violência.

"É como se aqueles homens relutassem em reconhecer determinados comportamentos como formas de violência. É preciso um engajamento maior dos homens, é uma mudança cultural que precisamos adotar. Há homens que insistem nesses estereótipos baseados em relacionamentos de controle e dominação. É preciso compreender que gênero é uma palavra jurídica, que ela está na raiz do problema e que é preciso desconstruir o sistema de dominação que, historicamente, foi determinado nas vivências do ser homem e do ser mulher."

O conselho mais dado aos agressores é para que mudem de comportamento (55%), seguido da recomendação de que terminem o relacionamento (41%) e procurem uma ajuda especializada (34%), como atendimento psicológico.

As vítimas

Das 800 mulheres entrevistadas pelo Ipec, 36% afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência doméstica:

- Psicológica (27%) – ameaças, humilhação, xingamentos, insultos, chantagem, proibição de encontrar amigos ou familiares, etc
- Física (17%) – agressões físicas, como tapas, empurrões, etc
- Moral (13%) – difamação, disseminação de mentiras, exposição da vida íntima, etc
- Sexual (10%) – relações ou práticas sexuais forçadas (sem consentimento)
- Patrimonial (7%) – não poder controlar o próprio dinheiro, ter objetos pessoais destruídos ou danificados, etc

Mais de metade das vítimas (55%) reagiu às agressões colocando um fim no relacionamento. Somente 1 em cada 5 denunciou o parceiro às autoridades

policiais e/ou contou para um amigo ou familiar.

8% das mulheres agredidas não fizeram nada. "Muitas mulheres que se encontram em situação de violência doméstica vivem sob constante ameaça por seus parceiros ou ex-parceiros e adotam o silêncio por medo, vergonha e insegurança. Por isso é tão importante que elas contem com apoio, para que não se sintam sozinhas e busquem os meios para encerrar o ciclo de violência", explicou Jacira Melo, diretora do Instituto Patrícia Galvão.

Onde estão os agressores?

Dos 400 homens ouvidos pelo Ipec, 6% admitiram já ter agredido as companheiras ou ex-companheiras de algum modo e, dentre eles, a maioria afirmou ter resolvido a situação na base do diálogo. Os 94% restantes negaram já ter praticado qualquer tipo de violência doméstica.

Contudo, uma em cada 10 mulheres relatou já ter sido submetida pelo parceiro (atual ou antigo) a relações sexuais não consentidas, mas todos os entrevistados negaram já ter cometido violência sexual alguma vez. Portanto, onde estão os agressores?

Segundo Jacira Melo, pesquisas já realizadas pelo Instituto reforçam que há uma tendência masculina à negação de práticas de violência doméstica, importunação, assédio e violência sexual.

"A conta não fecha. Hoje as mulheres sabem identificar quando estão sofrendo algum tipo de violência de gênero. Muitas mulheres relatam experiências de violência doméstica e violência sexual, mas são raros os homens que assumem essas práticas, possivelmente por naturalizarem como um direito."

Questões

01. (Câmara Municipal de Sapucaia do Sul/RS – Auxiliar de Serviços Gerais – FUNDATEC - 2023) São fatos que aconteceram em 2023, EXCETO:

A - Charles III foi coroado rei do Trono Britânico.

B - O jogador de futebol Vini Júnior sofreu ataques racistas durante uma partida de futebol.

C - Os Jogos Olímpicos de Tóquio foram realizados no primeiro semestre.

D - Pessoas invadiram e destruíram o plenário do Supremo Tribunal Federal e depredaram o Congresso Nacional.

E - Um ciclone do tipo extratropical passou pelo Rio Grande do Sul em junho. O fenômeno causou temporais intensos, alagamentos e deixou diversas vítimas fatais no estado gaúcho.

02. (IPREV/DF – Analista Previdenciário – Quadrix - 2023) Embora se saiba que toda época histórica é de transição, a impressão que se tem, nos dias de hoje, é que o tempo passa mais depressa, tal a celeridade das mudanças verificadas em todos os setores. Considerando os diversos aspectos da atualidade brasileira e mundial, julgue o item:

No Brasil, neste início de 2023, foi sancionada uma lei que equipara a injúria racial ao crime imprescritível e inafiançável de racismo.

() Certo

() Errado

03. (CRBM - 3o Região – Fiscal Biomédico – Quadrix - 2022) Um fato que tem chamado a atenção, nos dias de hoje, é o acentuado aumento das agressões, físicas e morais, em escolas de diversas cidades brasileiras. Relativamente a esse tema, além de outros que mantêm com ele alguma conexão, julgue o item.

A pandemia deixou um rastro pesado de consequências, as quais não se resumem a aspectos econômicos, puramente materiais.

() Certo

() Errado

Alternativas

01 – C | 02 – Certo | 03 – Certo

ECONOMIA

Comissão do Senado aprova projeto que taxa investimentos no exterior e fundos exclusivos⁴⁹

Texto segue para análise no plenário principal da Casa. Proposta faz parte do pacote de medidas do governo para aumentar a arrecadação em 2024.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou nesta quarta-feira (22) o o projeto que prevê a taxação das offshores (investimentos no exterior) e de fundos de investimento exclusivos para pessoas de alta renda. O texto seguirá para votação no plenário principal da Casa.

A proposta faz parte do pacote econômico do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para aumentar a arrecadação em 2024. A pasta estima que será possível recolher cerca de R\$ 20 bilhões com os tributos.

O montante é considerado essencial pelo governo para que a União alcance a meta estabelecida por Haddad de déficit zero nas contas públicas do próximo ano.

Em seu parecer, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE), afirmou que as novas regras para taxação desses investimentos são importantes para "equiparar a legislação brasileira com a das principais economias do mundo".

Vieira pontuou ainda que o texto está "alinhado com recomendações internacionais, incluindo as da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)".

"Essa medida é importante para adequar a regulamentação dessas operações aos padrões internacionais", disse.

⁴⁹ Kevin Lima. Comissão do Senado aprova projeto que taxa investimentos no exterior e fundos exclusivos. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/11/22/comissao-do-senado->

[aprova-texto-base-de-projeto-que-taxa-investimentos-no-exterior-e-fundos-exclusivos.ghtml](#). Visitado em 24.11.2023.

Offshores

A proposta aprovada pela CAE altera a taxação de lucros com offshores — rendimentos obtidos fora do Brasil, por meio de aplicações financeiras ou empresas no exterior.

Atualmente, a tributação ocorre somente quando o lucro obtido com investimentos no exterior é transferido para a pessoa física no Brasil. Ou seja, se a pessoa decidir manter os recursos no exterior, a tributação pode ser postergada ou nunca acontecer.

Com o projeto aprovado, a tributação será feita uma vez ao ano, em 31 de dezembro, e será de 15% — percentual menor do que o desejado pelo governo e ao que era previsto na primeira versão do relator, que podia chegar a 22,5%.

Fundos exclusivos

Fundos exclusivos são feitos de forma personalizada para cada cotista e, atualmente, têm pagamento de imposto somente no momento do resgate da aplicação.

Como no caso das offshores, o resgate pode ser postergado com a intenção de adiar o pagamento do imposto.

Segundo o projeto, a tributação dos fundos exclusivos será realizada duas vezes ao ano, a cada seis meses — o chamado "come-cotas", que já é aplicado hoje a outros tipos de fundos.

Pelo texto aprovado, a taxa vai variar conforme o tempo de duração dos investimentos:

- 15% no caso de fundos de longo prazo
- e 20% no caso de fundos de curto prazo
- com até um ano ou menos.

'Imposto do pecado': o que se sabe e o que falta saber sobre o novo tributo seletivo⁵⁰

Lista de produtos enquadrados no imposto seletivo será discutida no ano que vem, na redação de uma lei complementar.

Parte dos produtos com chance de serem sobretaxados podem espalhar preços mais altos ao longo da cadeia de produção.

A reforma tributária, que agora deve começar a tramitar no Senado, prevê a implementação de um imposto seletivo sobre bens e serviços que sejam prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. O tributo ganhou o apelido de “imposto do pecado” porque deve incidir sobre itens como cigarros, bebidas alcoólicas e pesticidas.

Acontece que a lista final de produtos que serão taxados — e a alíquota que vai incidir sobre eles — ainda permanecerá pendente de detalhamento por algum tempo. Isso porque a definição só se dará por meio de uma lei complementar, que será redigida e aprovada após a conclusão das bases da reforma.

Segundo especialistas ouvidos pelo g1, a ausência de detalhes abre margem para discussões sobre quais produtos são enquadrados nos critérios do texto e como a lista de produtos pode espalhar efeitos pela cadeia econômica.

O que se sabe sobre o novo imposto seletivo?

Segundo o texto da reforma tributária, o novo tributo seletivo estabelece uma alíquota maior que a padrão para bens e serviços que sejam prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

A cobrança de um imposto desse tipo não é novidade. No Brasil, tanto o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) quanto o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) já têm um caráter de seletividade.

Nesse caso, a principal diferença está na forma como essa seletividade é vista. No atual modelo de tributação, por exemplo, essa cobrança acontece “em função da essencialidade do produto” — ou seja, quanto mais essencial é um bem, menor a alíquota que incide sobre ele e vice-versa.

⁵⁰ Isabela Bolzani. 'Imposto do pecado': o que se sabe e o que falta saber sobre o novo tributo seletivo. g1 Economia. [https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/10/03/imposto-do-pecado-o-](https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/10/03/imposto-do-pecado-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber-sobre-o-novo-tributo-seletivo.ghtml)

[que-se-sabe-e-o-que-falta-saber-sobre-o-novo-tributo-seletivo.ghtml](https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/10/03/imposto-do-pecado-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber-sobre-o-novo-tributo-seletivo.ghtml). Visitado em 03.10.2023.

Agora, foram tipificados produtos que, em tese, são nocivos. É o caso, por exemplo, de cigarros e bebidas alcóolicas: dois produtos normalmente citados por tributaristas como bens que podem ser taxados pelo novo imposto – e que, inclusive, já têm umas das maiores cargas tributárias embutidas no preço.

A expectativa, segundo o secretário extraordinário para a reforma tributária, Bernard Appy, é que esse tributo seja criado em 2027, já com a alíquota cheia (sem necessariamente passar por um valor de transição).

Há indícios sobre quais produtos podem ser taxados pelo novo imposto?

Uma das principais dúvidas que ainda existem sobre o novo tributo sequer começou a ser discutida pelo governo. Segundo o Ministério da Fazenda, o foco agora está em “aprovar a Emenda Constitucional”, e o debate sobre quais devem ser os produtos e serviços taxados pelo novo tributo só deve vir depois da aprovação da reforma.

“Caberá à lei ordinária instituir e regulamentar o imposto seletivo. É nesse momento que se discutirá, por exemplo, sobre quais bens ou serviços prejudiciais ele incidirá. Ressalta-se que a finalidade desse imposto é regulatória, não arrecadatória”, disse o ministério em nota, acrescentando que a elaboração desse projeto de lei será feita “por meio de amplo diálogo com a sociedade”.

Para especialistas, no entanto, o tema é muito abrangente e abre um grande espaço para debate e discussão.

“Hoje, pela proposta, a ideia é que haja uma redução da imaterialidade, ou seja, [o novo tributo] não poderá incidir sobre produtos que não prejudiquem a saúde ou o meio ambiente”, afirma o advogado tributarista e sócio da SouzaOkawa Advogados, Francisco Leocádio Ribeiro Coutinho Neto.

“Além disso, o imposto também não poderá incidir sobre os vários itens que foram beneficiados pelas alíquotas

reduzidas, como os relacionados à saúde e educação, por exemplo”, acrescenta.

Outra dúvida destacada por tributaristas diz respeito a como o novo imposto seletivo deve se encaixar em outros pontos da reforma tributária — como na intenção de trazer um regime diferenciado de tributação para produtos consumidos pela população de baixa renda, por exemplo.

Além disso, o detalhamento da cobrança desse tributo sobre produtos similares aos produzidos na Zona Franca de Manaus, prevista no texto da reforma, também tem ficado no radar.

Recentemente, o Ministério da Fazenda informou que produtos como bicicletas, motos, smartphones, TVs, condicionadores de ar e notebooks, por exemplo – todos fabricados tanto na Zona Franca como em outras regiões do país – também podem sofrer a incidência do novo imposto seletivo.

O que pode ser classificado como prejudicial à saúde?

Mesmo com a delimitação desse tributo para itens que sejam prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, especialistas reforçam que a lista de produtos e bens que podem acabar sendo tributados continua enorme.

No exterior, há casos de países que adotaram o chamado “sugar tax”, ou imposto do açúcar, que incide normalmente sobre alimentos e bebidas açucarados. Um levantamento feito pela Obesity Evidence Hub, por exemplo, aponta que mais de 50 países já implementaram um tributo do tipo pelo mundo.

Na teoria, dizem especialistas, essa também pode ser uma das bases de incidência adotadas para o novo imposto do pecado, uma vez que produtos com grande volume de açúcar em sua composição podem ser classificados como sendo prejudiciais à saúde.

O tema, no entanto, ainda traz dúvidas. Segundo a advogada tributária e sócia da Utumi Advogados, Ana Claudia Utumi, o debate sobre o que pode ou não ser danoso

à saúde tem causado bastante preocupação entre especialistas e empresários.

“Há um dito popular que fala que a diferença entre o remédio e o veneno é a quantidade. O açúcar, por exemplo, pode ser danoso ao organismo, mas também pode ser saudável. Tudo depende da quantidade consumida. O produto, por si só, muitas vezes não é danoso”, afirma.

Para o presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA), João Dornellas, no entanto, a classificação sobre os alimentos ultraprocessados não encontra consenso e que produtos do tipo provavelmente não devem ter a incidência do imposto seletivo, uma vez que “não são nocivos à saúde ou ao meio ambiente”.

“Trata-se de uma discussão que vai muito além do impacto financeiro para o setor e para toda a cadeia produtiva de alimentos. Ela atinge diretamente a questão da promoção da segurança alimentar. Quanto mais impostos, menos acessíveis ficam os alimentos”, acrescenta Dornellas.

O que pode ser considerado prejudicial ao meio ambiente?

Outro ponto trazido por especialistas é a indefinição sobre o que pode ser considerado danoso ao meio ambiente, e quais os efeitos que isso poderia gerar nas cadeias de produção.

Um exemplo usado pelos tributaristas seria a possibilidade desse novo imposto incidir em produtos como plásticos e outros derivados de petróleo, considerados prejudiciais ao meio ambiente.

Nesse caso, a dúvida seria sobre como impedir que o tributo maior para esses bens tenha impacto em outras cadeias de produção — como embalagens, por exemplo — e reflita, indiretamente, nos preços de produtos que, na teoria, não se encaixariam na definição do imposto seletivo.

“Há o ponto de vista de que o plástico seja nocivo [ao meio ambiente]. Mas muitos alimentos possuem embalagens que utilizam esse material em sua composição,

inclusive dentro da própria cesta básica [veja mais abaixo]. Então ainda é necessário um debate para entender de que maneira esse imposto seletivo vai acontecer”, completa Coutinho Neto, da Souza Okawa.

Em nota, o Ministério da Fazenda afirma que não há a intenção de tributar derivados do petróleo via imposto seletivo.

“A diferenciação na tributação entre combustíveis fósseis e biocombustíveis será feita através do regime específico do IBS e da CBS, gerando créditos para as empresas que adquirirem combustíveis”, diz a pasta.

Impactos na economia e como o imposto se encaixa na reforma

Os especialistas reforçam, ainda, que o debate sobre a lista de produtos e serviços também pode envolver consequências indiretas na economia — e que podem, inclusive, ir contra alguns dos pontos que a própria reforma tributária estabelece.

O texto da reforma prevê, por exemplo, a desoneração de bens considerados essenciais, com um regime diferenciado de cobrança para alcançar itens consumidos pela população de baixa renda.

Além disso, o relator também incluiu no texto a criação de uma cesta básica nacional de alimentos com isenção de tributos, cujos produtos também serão estabelecidos por meio de uma lei complementar.

“Nesse cenário, se acabarmos com uma lista que inclua alimentos ultraprocessados no imposto do pecado, por exemplo, podemos acabar impactando o orçamento da população de baixa renda, tributando produtos que são o que essas pessoas conseguem comprar”, diz Utumi.

“Hoje pessoas de baixa renda provavelmente não conseguem comprar aquele macarrão feito com trigo orgânico e de forma artesanal, mas podem conseguir comprar aquele macarrão instantâneo. Então é um ponto de atenção que pode acabar gerando muita insegurança nessa questão da seletividade”, acrescenta a advogada.

Questionado sobre como o governo pretende driblar eventuais conflitos do novo imposto com as propostas da reforma tributária e evitar eventuais aumentos de preços, o Ministério da Fazenda reafirmou que a elaboração do projeto de lei será feita em amplo diálogo com a sociedade.

“Como a reforma tributária é neutra em termos de carga tributária, alguns preços poderão cair e outros poderão subir. A transição para o novo modelo tributário desenhada na reforma assegura que eventuais ajustes nos preços — tanto para cima quanto para baixo — ocorram de forma gradual no tempo”, diz a Fazenda.

Brasil perdeu mais de 400 mil empresas no primeiro semestre de 2023⁵¹

Saldo negativo chega a 750 mil empresas desde o 4º trimestre de 2021. De lá para cá, mais de 2 milhões de companhias foram abertas enquanto 2,8 milhões fecharam. Levantamento exclui do número os MEIs.

Nos seis primeiros meses de 2023, o Brasil “perdeu” um total de 427.934 empresas entre micro, pequeno, médio e grande porte. Trata-se de um saldo negativo entre empresas abertas e fechadas no país, excluindo da conta os Microempreendedores Individuais (MEIs).

O levantamento foi feito e cedido ao g1 pela Contabilizei, com base em registros do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJs), da Receita Federal.

Em relação a anos anteriores, o fechamento de empresas tem sido mais frequente do que as aberturas desde o 4º trimestre de 2021. De lá para cá, o saldo mostra que mais de 750 mil empresas foram eliminadas da economia brasileira.

Nesse intervalo foram abertas 2,08 milhões de empresas enquanto 2,83 milhões foram fechadas.

Situação dramática na indústria

A situação é mais dramática na indústria, por mais que ela tenha o menor peso quantitativo no levantamento. Ainda assim, os números chamam atenção quando colocados em proporção.

A saber: foram fechadas três vezes mais empresas industriais do que abriram no 2º trimestre deste ano. No período, foram inauguradas 7.810 empresas industriais, mas 25.151 foram encerradas.

Além disso, a indústria vem com saldo negativo há mais tempo, desde o 3º trimestre de 2021. O comércio passou a ter saldo negativo no 4º trimestre de 2021, enquanto os serviços só passaram para o campo negativo no 3º trimestre de 2022.

Comércio e serviços

Em números absolutos, o comércio tem o pior desempenho. Foram fechadas 129.515 empresas no 2º trimestre de 2023, contra 61.685 aberturas. Isso significa que aproximadamente duas companhias fecharam para cada uma que abriu.

Os serviços, em comparação, fecharam 196.651 empresas e abriram outras 133.836 no 2º trimestre deste ano. Também na relação percentual, 1,5 empresa fechou para cada uma que abriu.

“Foi um período que trouxe várias dificuldades impostas à gestão financeira das empresas, além de um alto nível de endividamento da população. Até o reaquecimento do mercado de trabalho formal faz empreendedores voltarem ao trabalho assalariado”, diz Guilherme Soares, vice-presidente de aquisição e receita da Contabilizei.

Por outro lado, um levantamento recente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) mostra que, mesmo em um cenário mais desafiador, as micro e pequenas empresas criaram quase 710 mil vagas de trabalho no primeiro semestre e impulsionaram a criação de empregos formais no país.

51 Raphael Martins. Brasil perdeu mais de 400 mil empresas no primeiro semestre de 2023. g1 Economia. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/09/04/brasil-perdeu-mais->

[de-400-mil-empresas-no-primeiro-semester-de-2023.ghtml](https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/09/04/brasil-perdeu-mais-de-400-mil-empresas-no-primeiro-semester-de-2023.ghtml). Visitado em 04.09.2023.

O número corresponde a cerca de 70% do total de vagas com carteira assinada geradas no período. Segundo o Sebrae, o quadro é semelhante ao que já havia sido registrado nos primeiros semestres de 2021 e 2022.

Mas o g1 também mostrou em julho mais um sinal de desaceleração econômica: os pedidos de seguro-desemprego chegaram a quase 7 milhões na janela de 12 meses terminados em junho, a maior quantidade desde o meio da pandemia de Covid-19 e ultrapassando a média observada entre 2018 e 2019.

MEIs contam outra história

O g1 decidiu excluir os CNPJs de Microempreendedores Individuais da conta inicial porque a dinâmica de um MEI é bastante diferente de uma empresa formada.

Há uma grande diferença no nível de comprometimento daquele CNPJ em cada um dos casos. Primeiro porque a abertura de um MEI é bastante facilitada e as taxas de manutenção são relativamente baratas.

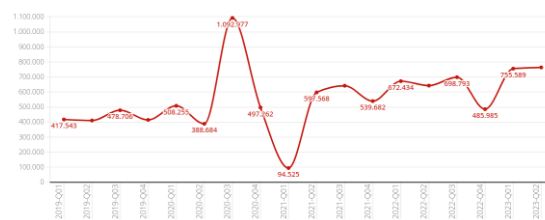
Além disso, mesmo em caso de inadimplência por parte do MEI, as consequências são brandas, com multas pequenas sobre a contribuição mensal.

Já ao formatar uma Microempresa (ME) são necessários mais passos burocráticos, mais documentos apresentados e a contratação de um contador.

“O MEI é mais suscetível ao cenário econômico de curto prazo. Na pandemia, muita gente teve que prestar serviços à distância ou mesmo pela questão da perda de emprego”, diz Soares, da Contabilizei.

Saldo entre MEIs abertos e fechados no Brasil

Em números absolutos, por trimestre



As baixas de MEI também são mais raras. Com custos baixos para manter a empresa aberta, muitos empreendedores podem manter a empresa aberta sem uma operação em curso. No levantamento foram detectados meses de baixa elevada, mas boa parte em virtude de ações do governo de limpa de cadastro.

Mas há setores dentro dos MEIs e MEs que ganharam gás mesmo no pós-pandemia, por um aumento da prestação de serviços próprios e remotos.

Soares explica que há tanto o movimento de quem “se emancipa” do mercado corporativo e passa a trabalhar por conta, como um reforço de setores como o de tecnologia, que passaram a trabalhar para empregadores estrangeiros.

Pelo lado das empresas, a conexão com fornecedores maiores também forçou formalizações. É o caso de e-commerces, que se vincularam a grandes marketplaces comandados pelas varejistas. Para operações nas principais plataformas, os empreendedores precisaram emitir notas fiscais dos produtos.

“Muitos profissionais qualificados não querem voltar nunca mais para o trabalho presencial, por exemplo. E isso deve continuar aumentando o número de aberturas de MEIs e MEs”, diz Soares.

Arcabouço fiscal: Entenda como funciona a nova regra de gastos⁵²

Depois de oito meses, agora é oficial: o Brasil tem uma nova regra fiscal. A Câmara dos Deputados aprovou o arcabouço fiscal após as mudanças sugeridas pelo Senado. O texto passou por 379 votos a 64 e será

52 Juliana Américo. Arcabouço fiscal: Entenda como funciona a nova regra de gastos. MoneyTimes.

<https://www.moneytimes.com.br/arcabouco-fiscal-entenda-como-funciona-a-nova-regra-de-gastos/>. Visitado em 24.08.2023.

encaminhado para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O arcabouço substitui o teto de gastos, que estava em vigor desde 2016 durante o governo de Michel Temer, e define os limites e regras para o controle das despesas do governo e da dívida pública.

Os parlamentares optaram por deixar de fora da regra fiscal os gastos com o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) e com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). No entanto, também retirou a emenda que permitia ao governo prever as chamadas despesas condicionadas no Orçamento.

Além disso, o salário mínimo foi preservado. Ou seja, o aumento real está garantido mesmo em caso de descumprimento da meta fiscal. Já o Bolsa Família não teve a mesma sorte.

Veja como ficou o arcabouço fiscal

Meta

O novo marco fiscal prevê zerar o déficit já em 2024 e manter as contas do governo em superávit. Neste caso, quando houver sobra de dinheiro entre receitas e gastos, a quantia deve ser usada apenas para investimentos. Os limites e meta serão ajustados anualmente, sendo que a despesa primária será ajustada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Despesas

O texto também determina que as despesas ficam limitadas a 70% do crescimento da arrecadação do governo. Mas isso só se houver cumprimento da meta. Caso o governo não respeite a meta, o crescimento dos gastos fica limitado a 50%.

Como 2024 será o primeiro ano do arcabouço fiscal, a regra será diferente: neste caso, se a despesa for maior que 70% do crescimento real da receita primária, a

diferença será abatida do limite para o exercício de 2025. Além disso, o limite vai levar em conta o período de inflação de julho de 2022 a junho de 2023.

Já a partir de 2025, passará a valer limites para o piso e teto do crescimento real dos gastos. O intervalo será de 0,6% e 2,5%.

Descumprimento da meta

Caso a meta não seja cumprida, o governo fica proibido de criar cargos que impliquem aumento de despesas; alterar de estrutura de carreira; criar auxílios; criar despesas obrigatórias; e conceder benefício tributário. Isso no primeiro ano.

Caso o descumprimento se mantenha, no segundo ano também ficam vetados os reajustes de despesas com servidores; admissão ou contratação de pessoal; e realização de concurso público, exceto para reposições de vacância.

'Faz um Drex?': entenda a diferença entre a nova moeda digital e o PIX⁵³

Nome oficial da nova moeda foi anunciado pelo BC nesta segunda-feira (7). Recurso deve ser liberado ao público até o fim de 2024.

O Drex — nome do novo Real Digital, que foi revelado pelo Banco Central nesta segunda-feira (7) — gerou uma série de dúvidas sobre suas diferenças em relação ao PIX.

Logo após sua divulgação, por exemplo, internautas passaram a brincar nas redes sociais: "Faz um Drex?" — em referência ao envio de dinheiro via PIX.

Apesar de ser considerado "primo" do PIX por sua relação tecnológica, o novo recurso, que deve ser liberado ao público até o fim de 2024, possui diferenças. Mas quais?

A primeira — e principal — está na essência de cada uma das tecnologias: enquanto o PIX é uma ferramenta de

⁵³ André Catto. 'Faz um Drex?': entenda a diferença entre a nova moeda digital e o PIX. g1 Economia. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/08/08/drex-entenda-a->

[diferenca-entre-a-nova-moeda-digital-e-o-pix.ghtml](https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/08/08/drex-entenda-a-diferenca-entre-a-nova-moeda-digital-e-o-pix.ghtml). Visitado em 08.08.2023.

transações instantâneas, o Drex é a própria moeda em si — e a primeira moeda virtual oficial do Brasil.

Assim, o PIX é um meio pelo qual é possível transferir dinheiro. Já o Drex é o próprio dinheiro a ser transferido. A nova moeda digital poderá ser utilizada tanto para "fazer um PIX" quanto para realização de pagamentos ou transferências por meio de outras modalidades já existentes.

Funcionalidades do Drex

O projeto da nova moeda também prevê a compra e venda de títulos públicos, em parceria com o Tesouro Nacional. Será possível, portanto, comprar e vender esses títulos usando o Real Digital.

Especialistas ainda reforçam que a chegada da nova moeda deverá trazer acesso a novos serviços financeiros digitais, como é o caso dos contratos inteligentes (também conhecidos como smart contracts).

Além disso, o Drex será usado em outros serviços, como empréstimos, seguros e investimentos.

“Estamos usando essa tecnologia para facilitar o acesso a serviços financeiros. Quando você tem o valor registrado e acessível de maneira simples e confiável (...), você baixa o custo e democratiza acesso ao serviço”, afirmou o coordenador do projeto no Banco Central, Fabio Araújo.

Outra diferença em relação ao PIX é que o Real Digital deve ter um custo de uso. Contudo, o coordenador da iniciativa diz que os custos das operações financeiras, como são feitas hoje, serão diminuídos com o Real Digital.

“Tem um custo, mas esse custo parece que será muito mais barato. Estamos trabalhando para construir essa tecnologia de forma que seja muito mais barata do que aquilo que temos disponível atualmente”, disse Araújo.

Como irá funcionar o novo recurso?

Na prática, o Real Digital servirá como uma nova expressão das cédulas físicas, já emitidas pelo BC, e será garantido pelos

mesmos fundamentos e pelas mesmas políticas econômicas que determinam o valor e a estabilidade do real convencional.

A autoridade monetária destaca que uma das diretrizes para o desenvolvimento da moeda digital é a interoperabilidade (capacidade de um sistema se comunicar com outro de forma transparente) com os meios de pagamento hoje disponíveis à população.

Além das transferências via PIX, os usuários poderão fazer pagamentos em lojas, por meio do seu prestador de serviço de pagamentos — banco, instituição de pagamento ou outra instituição que venha a ser autorizada pelo BC para tal.

Além disso, o usuário também poderá transferir reais digitais para outras pessoas, transformá-los em depósito bancário convencional e sacá-los em formato físico, além de pagar contas, boletos e impostos.

"Ou seja, poderá movimentar seus Reais Digitais da mesma forma que você movimentaria seus recursos hoje depositados nos bancos", afirmou o BC em nota.

O projeto

O Real Digital ainda está em fase de testes e não tem um cronograma oficial de lançamento. A expectativa é que a nova moeda seja liberada para o público no fim de 2024, segundo o coordenador da iniciativa do real digital pelo BC, Fabio Araújo.

O tema tem sido discutido pelo BC há anos. Em 2020, por exemplo, a autarquia organizou um grupo de trabalho para estudar a emissão de uma moeda digital brasileira, tendo divulgado as diretrizes gerais do projeto em maio de 2021.

A nova moeda:

- será emitida pelo próprio BC, como uma extensão da moeda física, com a distribuição ao público intermediada pelos bancos e instituições de pagamento;
- sua custódia ficará no Banco Central;

- poderá ser trocada pelo real tradicional (em notas), e vice-versa, mas o foco serão as transações financeiras;

- a cotação frente a outras moedas também será a mesma;

- não será permitido que os bancos emprestem esses recursos a terceiros — como acontece atualmente com o real físico — e depois os devolva aos clientes;

- não haverá remuneração, ou seja, os recursos não terão uma correção automática;

- haverá uma garantia da segurança jurídica, cibernética e de privacidade nas operações.

Segundo Fabio Araújo, coordenador da iniciativa, a expectativa é que a nova moeda permita que os produtos que já existem no sistema financeiro sejam oferecidos com uma "variedade maior", atendendo de forma mais específica as necessidades dos usuários e a um custo mais baixo.

De acordo com o especialista do BC, a ideia é que o usuário abra o aplicativo bancário ou da sua instituição financeira de preferência e encontre várias opções de um mesmo serviço financeiro, que sejam "mais adequadas" em termos de perfil e custos do que as disponíveis atualmente.

Cesta básica isenta, 'cashback' e IPVA para jatinhos: veja os principais pontos da reforma tributária⁵⁴

Texto aprovado em 2º turno pela Câmara prevê unificar 5 impostos, ampliar isenção para entidades religiosas, reduzir alíquotas para setores e tributo para desestimular consumo de cigarro. Votação será concluída nesta sexta (7).

A Câmara dos Deputados aprovou, em segundo turno, na madrugada desta sexta-feira (7) o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária. Foram 375 votos a favor, 113 contra e três abstenções.

Antes de seguir para o Senado, os deputados precisam analisar destaques (sugestões de mudança no texto original). Quatro serão votados na manhã desta sexta.

O objetivo central da reforma é simplificar tributos federais, estaduais e municipais. Após acordos, a PEC sofreu mudanças, que foram apresentadas nesta quinta pelo relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

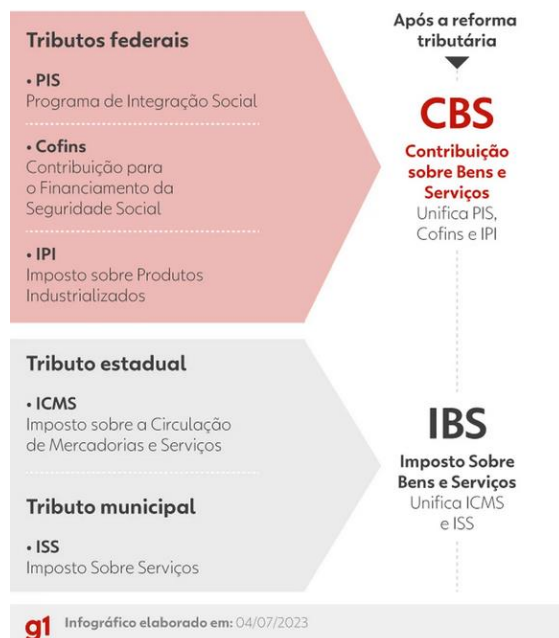
Segundo o texto, cinco tributos serão substituídos por dois Impostos sobre Valor Agregado (IVAs) — um gerenciado pela União, e outro com gestão compartilhada entre estados e municípios:

- Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS): com gestão federal, vai unificar IPI, PIS e Cofins

- Imposto sobre Bens e Serviços (IBS): com gestão compartilhada estados e municípios, unificará ICMS (estadual) e ISS (municipal)

Criação do IVA

Como ficam os impostos com reforma tributária



IVA é a sigla para o modelo de Imposto sobre o Valor Agregado (ou adicionado).

⁵⁴ Ana Paula Castro, Elisa Clavery e Luiz Felipe Barbiéri, TV Globo e g1. Cesta básica isenta, 'cashback' e IPVA para jatinhos: veja os principais pontos da reforma tributária.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/06/entenda-os-principais-pontos-da-reforma-tributaria-em-discussao-na-camara.ghtml>. Visitado em 07.07.2023.

Na proposta desta quinta, cinco impostos que existem hoje serão substituídos por dois IVAs — por isso, esse modelo é chamado de IVA dual:

- Três tributos federais (PIS, Cofins e IPI) dão origem ao Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal
- ICMS (estadual) e do ISS (municipal) serão unificados no formato do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com gestão compartilhada entre estados e municípios

Fase de transição

Segundo a proposta, o período de transição para unificar os tributos vai durar sete anos, entre 2026 e 2032. A partir de 2033, impostos atuais serão extintos.

Aguinaldo Ribeiro propõe o início da transição em 2026. Nessa etapa chamada de teste:

- IVA federal terá alíquota de 0,9%
- e o IVA estadual e municipal, de 0,1%

Na primeira versão do parecer, o relator estabelecia que a migração teria início em 2026, com somente os impostos federais (PIS, Cofins e IPI). Três anos depois, começaria a transição para ICMS e ISS.

Segundo Ribeiro, a inclusão dos estados e municípios já na fase de teste da alíquota, em 2026, foi realizada para “atender demanda dos estados”.

“O objetivo dessa etapa é conhecer a base tributável, permitindo que se calculem as alíquotas da CBS e do IBS necessárias para substituir a arrecadação atual”, argumentou.

Em 2027, PIS e Cofins serão extintos, e a alíquota do IPI será reduzida a zero, com exceção de produtos que também tenham industrialização na Zona Franca de Manaus (ZFM):

- nessa etapa, o IVA federal entrará em vigor com uma alíquota de referência

A próxima etapa prevista na transição começa em 2029, com uma redução escalonada da cobrança dos tributos estadual e municipal:

- a cada ano, a alíquota em vigor do ICMS e do ISS será reduzida em 1/10

- o término da transição está previsto para 2032

- enquanto isso, as alíquotas do IVA estadual e municipal serão elevadas gradualmente para igualar a arrecadação original dos tributos que serão extintos

- também ocorrerá uma redução proporcional dos benefícios fiscais concedidos pelos estados e municípios

- em 2033, os impostos estadual e municipal estarão extintos

Alíquota do IVA

Com exceção da alíquota de teste, o texto da reforma tributária não estabelece os valores de cobrança dos IVAs. Há previsão, porém, de cobranças reduzidas e isenções para uma série de bens e serviços

A reforma prevê, contudo, a criação de alíquotas de referência para orientar as cobranças federal, estadual e municipal durante o período de transição.

Caberá ao Senado a responsabilidade de fixar essas alíquotas de referência.

Os patamares estabelecidos pelos senadores ficarão em vigor até que leis federal, estadual ou municipal definam as alíquotas dos IVAs sob sua responsabilidade.

Segundo o parecer, as alíquotas de referência do IBS e da CBS deverão ser reajustadas para “incorporar a perda de arrecadação dos tributos extintos”. O objetivo é manter a carga tributária em cada esfera federativa inalterada.

No caso do IVA federal, a arrecadação do chamado imposto do “pecado” deverá ser computada para a redução da alíquota federal da CBS. “De modo a proporcionar impacto nulo sobre a arrecadação federal durante esse período”, escreveu Ribeiro.

De forma geral, o texto estabelece que as alíquotas dos dois novos impostos serão as “necessárias para replicar a carga tributária hoje existente”.

O secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, já estimou que a alíquota do

futuro IVA, necessária para manter a carga tributária, seria de 25%.

Conselho Federativo

O Conselho Federativo será responsável por centralizar a arrecadação do futuro IVA estadual e municipal, que vai substituir o ICMS e o ISS.

A composição e o peso de decisão de cada estado no órgão era alvo de críticas dos governadores.

Na quarta (5), ao iniciar a discussão do texto, Ribeiro não apresentou detalhes sobre o conselho e disse que o acordo seria fechado até a hora da votação.

Com a nova versão do parecer, o relator atendeu a pleito dos governadores e definiu a composição da estrutura:

- 27 representantes de cada um dos estados e o Distrito Federal
- 14 representantes que serão eleitos, com voto em peso igual, pelos municípios
- e 13 representantes que serão eleitos, com peso do voto ponderado pelo número de habitantes, pelos municípios

Segundo o texto, as deliberações do conselho serão tomadas se alcançarem cumulativamente os votos:

- nos estados: da maioria absoluta de seus representantes e de representantes que correspondam a mais de 60% da população do país
- nos municípios: da maioria absoluta de seus representantes.

O formato apresentado atende aos pedidos de governadores de estados populosos, que temiam perder autonomia na gestão de recursos arrecadados e queriam um mecanismo que garantia paridade na deliberações.

Fundo de Desenvolvimento Regional

A proposta prevê a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que terá o objetivo de reduzir as desigualdades regionais.

Duração: começa em 2029, sem prazo estipulado para o fim.

Valor total do fundo:

- no primeiro ano, serão R\$ 8 bilhões, aumentando progressivamente até 2032
- a partir de 2033, o governo federal vai destinar ao FDR R\$ 40 bilhões por ano

A forma como os recursos seriam distribuídos entre os estados continua em aberto.

Cesta básica nacional

Após críticas, o relator da reforma tributária incluiu na reforma a criação de uma cesta básica nacional de alimentos com isenção de tributos.

Críticos da proposta passaram a sugerir, nas últimas semanas, que havia possibilidade de aumento nos preços dos itens que compõem a cesta básica com os novos tributos.

No texto aprovado, Aguinaldo Ribeiro estabeleceu a criação da "Cesta Básica Nacional de Alimentos".

As alíquotas previstas para os IVAs federal e estadual e municipal serão reduzidas a zero para esses produtos.

Segundo o texto, caberá a uma lei complementar definir quais serão os "produtos destinados à alimentação humana" que farão parte da cesta.

'Cashback'

Atualmente, a Constituição prevê a desoneração de bens considerados essenciais. Na prática, o regime diferenciado de cobrança para esses produtos alcança itens consumidos pela população de baixa renda.

Na reforma, é estabelecido um novo conceito: o "cashback". O mecanismo prevê a devolução de impostos para um público determinado com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda.

Apesar de propor o formato, o parecer estabelece que o tema só será regulamentado depois, por meio de lei complementar.

"Por essas razões, o nosso substitutivo prevê a adoção de mecanismo de devolução a famílias de baixa renda, cujo desenho

constará de legislação infraconstitucional, a qual determinará o público elegível beneficiado e o montante e a forma de devolução", defendeu Aguinaldo Ribeiro.

Alíquotas reduzidas

O novo parecer de Aguinaldo Ribeiro trouxe atualizações nos dispositivos que tratam da redução das alíquotas dos dois IVAs para determinados bens e serviços. Ele acrescentou mais três setores no rol.

Também houve alteração no percentual de redução da alíquota dos tributos. Originalmente, Ribeiro havia proposto uma redução de 50%.

A PEC agora estabelece corte de 60%. Com isso, a alíquota incidente será equivalente a 40% do IBS (IVA estadual e municipal) e do CBS (IVA federal).

O relator havia proposto inicialmente a possibilidade de cortar a tributação da seguinte lista:

- serviços de transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano
- medicamentos e dispositivos médicos e serviços de saúde
- serviços de educação
- produtos agropecuários, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura
- insumos agropecuários, alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal
- e atividades artísticas e culturais nacionais

A essa lista de produtos e serviços Ribeiro incluiu, além das produções jornalísticas, audiovisuais e desportivas:

- dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência
- bens e serviços relacionados a segurança e soberania nacional, segurança da informação e segurança cibernética
- e medicamentos e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual

O deputado também modificou o trecho que trata dos serviços de transporte passíveis de redução da alíquota.

Na versão apresentada há duas semanas, Ribeiro estabeleceu a possibilidade para os serviços de transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano.

Ele propõe a ampliação para "transporte coletivo rodoviário, ferroviário e hidroviário, de caráter urbano, semiurbano, metropolitano, intermunicipal e interestadual".

Imposto do 'pecado'

A proposta prevê a criação de um Imposto Seletivo, de competência federal, sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (como cigarros e bebidas alcoólicas).

O imposto poderá incidir em uma ou mais fases da cadeia produtiva – por exemplo, produção e comercialização – e será cobrado nas importações, não incidindo sobre exportações.

Os detalhes da cobrança e dos produtos que serão desestimulados pelo imposto serão definidos posteriormente.

Embora o imposto seja federal, a arrecadação será dividida com estados e municípios, seguindo a atual distribuição do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

No relatório desta quinta, Ribeiro propôs ainda que o Imposto Seletivo não seja aplicado ao bens que terão alíquotas reduzidas, como produções agropecuárias.

Isenções

O parecer estabelece a possibilidade de isentar a cobrança dos IVAs sobre uma série de bens e tributos. As decisões serão tomadas em lei complementar.

Poderão ficar isentos da cobrança do futuro IVA:

- alguns medicamentos específicos, como os utilizados para o tratamento contra o câncer
- produtos de cuidados básicos à saúde menstrual
- dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência
- produtos hortícolas, frutas e ovos

- redução de 100% da alíquota do IVA federal (chamado de CBS) incidente sobre serviços de educação de ensino superior (Prouni)

- possibilidade de um produtor rural pessoa física ou jurídica com receita anual de até R\$ 3,6 milhões ficarem "livres" de recolher o futuro IVA

- possibilidade de zerar os IVAs sobre atividades de reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística

Na primeira versão do texto, somente os produtores pessoas físicas com faturamento anual de até R\$ 2 milhões não seriam contribuintes.

Tributação da renda e do patrimônio

O relator incluiu no parecer mudanças na cobrança de impostos sobre renda e patrimônio.

- IPVA para jatinhos, iates e lanchas

Pelo sistema atual, esses veículos não pagam o tributo. O texto permite a cobrança do imposto nos estados e prevê a possibilidade de o imposto ser progressivo em razão do impacto ambiental do veículo.

"De fato, a intenção da proposta é trazer mais isonomia à tributação do patrimônio, permitindo que bens de alto valor e utilizados para fins recreativos sejam onerados da mesma forma que os carros utilizados pelas famílias para seu deslocamento diário", argumentou Aguinaldo Ribeiro.

"Esse imposto não terá o viés de onerar a atividade produtiva, seu objetivo é alcançar bens utilizados por pessoas com alto poder aquisitivo de elevado valor, que hoje não são tributados, em um claro descompasso com o imposto aplicado sobre veículos automotores de uso popular."

- Tributação progressiva sobre heranças

Ribeiro propõe a cobrança do ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação) de forma progressiva em razão do valor da herança ou da doação.

O texto prevê que a cobrança será feita no domicílio da pessoa falecida. A medida tem o objetivo de impedir que os herdeiros busquem locais com tributações menores para processar o inventário.

A proposta também cria regra que permite cobrança sobre heranças no exterior.

O relator incluiu isenção do ITCMD sobre doações para instituições sem fins lucrativos "com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos".

- Atualizações no IPTU

A pedido da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Aguinaldo Ribeiro estabeleceu no parecer dispositivo que autoriza as prefeituras a atualizar a base de cálculo do IPTU por meio de decreto, partindo de critérios definidos em lei municipal.

"Facilitando que as administrações municipais alcancem o potencial arrecadatário de imóveis com alta valorização", disse.

O texto prevê ainda que, em até 180 dias após a promulgação da proposta, o governo deve enviar ao Congresso Nacional a reforma da tributação da renda.

Tratamentos diferenciados

Nos últimos dias, o deputado Aguinaldo Ribeiro incluiu dois novos setores no regime diferenciado de tributação: cooperativas e serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, restaurantes e aviação regional.

Pela proposta, alguns tipos de produtos e serviços poderão receber tratamento específico por terem peculiaridades e não se adequarem ao regime geral de incidência do IVA.

Agora, o texto prevê os seguintes casos:

- Combustíveis e lubrificantes: alíquotas uniformes cobradas em uma única fase da cadeia e possibilidade de concessão de créditos para os contribuintes

- Serviços financeiros, operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos (como as loterias): alterações nas alíquotas, nas regras de creditamento e na base de cálculo, além da possibilidade de tributação com base na receita ou no faturamento;

- Compras governamentais: não incidência do IVA dual (IBS e CBS), desde que haja manutenção dos créditos relativos às operações anteriores da cadeia

- Sociedades cooperativas: o imposto não será cobrado sobre as operações realizadas entre a sociedade cooperativa e seus cooperados, e os créditos do imposto serão transferidos entre os cooperados e a sociedade cooperativa

Serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, restaurantes e aviação regional: alterações nas alíquotas, nas regras de creditamento e na base de cálculo

Outros fundos

- Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais

Fundo para compensar benefícios fiscais já concedidos hoje e que estão garantidos até 2032.

Duração: de 2025 a 2032.

Valor total do fundo: R\$ 160 bilhões.

No primeiro ano, em 2025, o aporte será de R\$ 8 bilhões, aumentando gradativamente até atingir R\$ 32 bilhões em 2028 e 2029. Depois, reduz progressivamente até chegar a R\$ 8 bilhões em 2032, último ano de pagamento.

- Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Amazonas

Nesta quinta, o relator incluiu na proposta a possibilidade de criação, por meio de lei complementar, do Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Amazonas.

Será constituído e gerido com recursos da União. O objetivo é fomentar o desenvolvimento e a diversificação das atividades econômicas no Amazonas.

A lei complementar que vai instituir o fundo deverá estabelecer o montante mínimo de aporte anual de recursos e os critérios de reajuste.

Também vai prever a possibilidade de utilização dos recursos do fundo para compensar eventual perda de receita do Amazonas em função da reforma.

Em contrapartida à redução de benefícios fiscais, por acordo com o governo estadual, a União poderá aportar recursos adicionais.

- contribuição para infraestrutura

A pedido dos governadores de 4 estados (MT, MS, GO e PA), Aguinaldo Ribeiro também acrescentou ao texto a possibilidade de instituir uma contribuição sobre produtos primários e semielaborados, produzidos nos respectivos estados, para investimento em obras de infraestrutura e habitação.

A medida foi tomada para substituir fundos específicos, atrelados à infraestrutura e que já existem nesses estados.

“Esse texto aqui foi um pedido, aquiescido pelos governadores, para atender ao governador Caiado que fez campanha contra a reforma tributária e nós estamos atendendo.”

Entidades religiosa

A pedido da bancada evangélica na Câmara, Aguinaldo Ribeiro ampliou dispositivo já existente na Constituição que proíbe os governos federal, estadual e municipal de criar impostos sobre a atividade de templos religiosos.

No texto aprovado em dois turnos, a cobrança de tributos passa a ser proibida para:

- entidades religiosas

- templos de qualquer culto

- e as organizações assistenciais e beneficentes vinculadas a entidades e templos.

Piso salarial: entenda o que é e como funciona⁵⁵

Valor mínimo de salários pode ser definido por lei ou acordo coletivo mediado por sindicatos.

Uma categoria profissional pode ou não ter um piso salarial, que é um valor mínimo de remuneração necessariamente superior ao salário mínimo vigente no Brasil. Algumas profissões têm essa definição em lei federal mas, na maioria dos casos, o piso é estabelecido em acordos entre entidades sindicais e patronais.

A diferença é que as leis têm abrangência nacional, enquanto as normas coletivas são válidas regionalmente, esclarece o presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo (AATSP), Afonso Paciléo.

"Tanto a norma coletiva quanto a legislação possuem segurança jurídica em determinar que o empregador cumpra com essa obrigação, sob pena de o trabalhador requerer as diferenças e seus reflexos", explica Paciléo.

O empregador que paga menos do que o piso a um funcionário pode ser alvo de processo trabalhista e ter de arcar depois com os custos de salários e correções em outras verbas contratuais como FGTS, férias, décimo terceiro e multas.

Por que algumas profissões não têm piso?

Definir um piso depende da mobilização e organização de cada categoria em entidades representativas. Por isso, não existe valor de referência para atividades que existem há menos tempo na sociedade, como designers ou áreas de tecnologia. Em algumas, há apenas sugestão de salário.

Depois de anos de pressão no Congresso, os profissionais da Enfermagem tiveram piso aprovado em lei em 2023, além de um fundo federal para que estados e municípios

recebam verbas para garantir os pagamentos a servidores da área. Professores contam com piso salarial fixado em lei federal desde 2008, mas muitos governadores e prefeitos ainda não cumprem com o valor mínimo sob o argumento da escassez de recursos.

Outros exemplos são os engenheiros, químicos, veterinários, agrônomos e arquitetos, que têm um Salário Mínimo Profissional – equivalente a um piso e vinculado ao salário mínimo – definido em lei federal de 1966.

A melhor forma de se informar sobre o piso salarial atualizado de uma categoria é consultar sindicatos estaduais, que costumam informar os valores em seus sites.

Muito antes de Virgínia: com bois, máquinas de waffle e joias na madrugada, Brasil tem décadas de história com 'live shopping'⁵⁶

A influencer Virgínia Fonseca disse que faturou mais de R\$ 22 milhões fazendo "live shopping" (vendas ao vivo) para sua marca de cosméticos. Mas a iniciativa da influenciadora não é novidade para os brasileiros. Há vários anos, canais de TV fazem a venda de produtos variados, ao vivo e pelo telefone.

Shoptime

Criado em 1995, é considerado o primeiro canal de home shopping da América Latina, modalidade de venda de produtos para a casa por meio de um canal de TV. Dois anos depois, o Shoptime também ganhou um site de comércio eletrônico. Atualmente é uma empresa de varejo com vendas em site, app, TV e catálogo online.

Uma das características do canal sempre foi a presença de famosos para estimular a venda de produtos: Rosana Garcia,

55 Bibiana Borba. Piso salarial: entenda o que é e como funciona. g1. <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/05/05/piso-salarial-entenda-o-que-e.ghtml>. Visitado em 05.05.2023.

56 g1. Muito antes de Virgínia: com bois, máquinas de waffle e joias na madrugada, Brasil tem décadas de história com 'live shopping'.

<https://g1.globo.com/empreendedorismo/noticia/2023/04/26/muito-antes-de-virginia-com-bois-maquinas-de-waffle-e-joias-na-madrugada-brasil-tem-decadas-de-historia-com-live-shopping.ghtml>. Visitado em 26.04.2023.

Monique Evans, Roberta Close, Rodolfo Bottino, Marcos Veras, Antonio Pedro, Rafael Baronesi, Carlos Bottini, Carlos Takeshi e Viviane Romanelli são alguns exemplos. Com eles, o programa atingiu marcas, por exemplo, a venda de 500 máquinas de waffles em 90 minutos.

A empresa foi comprada pelo grupo controlador das Lojas Americanas em agosto de 2005 por R\$ 126,7 milhões. A aquisição abriu caminho para que o Shoptime integrasse a B2W Digital, proprietária de sites como Submarino e Americanas.com.

Medalhão Persa

Vem do sul do país outro sucesso de vendas pela TV, que é ouro puro. Literalmente. O programa de TV, voltado para a venda de joias, é contemporâneo do Shoptime. A empresa está no mercado desde 1997 vendendo joias para todo o Brasil pela TV e hoje, claro, também pela internet. Como o nome indica, foi criada por um iraniano.

Masoud Jafari chegou ao Brasil em 1994, a convite de um amigo que trabalhava em Curitiba. Antes, viveu dez anos nos Estados Unidos. As joias oferecidas na TV são criadas e confeccionadas pelos ourives da empresa. O Medalhão Persa vende tapetes e artigos de decoração. Os programas são transmitidos entre o fim da noite e a madrugada na TV Aparecida. O grupo tem ainda transmissões no Facebook e no Youtube.

Canal do Boi

É um canal de TV, com a programação voltada para temas do agronegócio, pioneiro na maneira de comercializar gado: foi a primeira emissora voltada para leilões de bois, cabras e cavalos no mundo. Faz parte da rede Sistema Brasileiro do Agronegócio, junto ao Agro Canal. Fundada em 1995, em Campo Grande, tem

até hoje sua sede na capital de Mato Grosso do Sul.

O canal tem transmissão por satélite (parabólica e TV a cabo) e também pela internet. O grupo dono do Canal do Boi tem outros três canais: Agro Canal, o Novo Canal e o Conexão BR, que estão presentes na televisão por assinatura em várias operadoras, disponíveis também na internet. A estimativa é que, juntos, estes canais alcancem 80 milhões de telespectadores.

Novo arcabouço fiscal: entenda o que significa na prática para a economia⁵⁷

Proposta vai ser apresentada ao presidente Lula e, depois, tornada pública e encaminhada ao Congresso Nacional. Nova regra fiscal substituirá o teto de gastos.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve apresentar nesta semana para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a proposta do novo arcabouço fiscal. A medida vai substituir o teto de gastos – regra que limita o crescimento de grande parte das despesas da União à inflação.

A expectativa é que, após o aval do presidente, o ministro torne pública a proposta e encaminhe o projeto de lei ao Congresso Nacional.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, aprovada e sancionada no fim do ano passado, determinou que o governo apresente, via projeto de lei complementar, até 31 de agosto deste ano, uma nova regra fiscal para substituir o teto de gastos.

O objetivo, segundo a emenda, é "instituir regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do país e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico".

Essa obrigação de apresentação de uma nova regra fiscal foi negociada durante o período de transição governamental, no fim de 2022.

⁵⁷ Jéssica Sant'Ana. Novo arcabouço fiscal: entenda o que significa na prática para a economia. g1 Economia. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/15/novo-arcabouco->

[fiscal-entenda-o-que-significa-na-pratica-para-a-economia.ghtml](https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/15/novo-arcabouco-fiscal-entenda-o-que-significa-na-pratica-para-a-economia.ghtml). Visitado em 15.03.2023.

Por que substituir o teto de gastos?

O entendimento do governo Lula é que o teto de gastos, a regra em vigor atualmente, não permitiu que o país investisse com deveria nos últimos anos, trazendo prejuízos para diversas áreas, como infraestrutura, moradia, educação e saúde.

Além disso, o próprio teto de gastos – criado em 2016 e implementado a partir de 2017 – caiu em descredibilidade, após as exceções que foram criadas nos últimos anos para driblar o cumprimento da regra.

"A regra do teto vem perdendo eficácia e não há mais garantia de que será capaz de assegurar a sustentabilidade fiscal", afirmou Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal.

Por isso, com a nova regra, a equipe econômica de Lula quer criar novos parâmetros fiscais que permitam:

- estabilizar a dívida pública
- equilibrar as contas do governo
- aumentar investimento em áreas consideradas prioritárias

Por que a nova regra fiscal será importante?

Apesar de ainda não sabermos qual será o desenho da nova regra fiscal, especialistas consultados pelo g1 são unânimes em dizer que o novo arcabouço é necessário para que o governo consiga melhorar ao longo do tempo o resultado das suas contas públicas e também para estabilizar o endividamento público.

"O arcabouço fiscal tem papel de evitar que tenha descontrole das contas públicas, que significa gasto crescendo de forma excessiva e que pode pressionar a inflação e o crescimento forte do endividamento público", disse Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

"Um novo arcabouço fiscal sinaliza firmar um compromisso com a sociedade de que o governo vai conduzir a política fiscal com responsabilidade", resumiu Vilma, da IFI.

Caso contrário, o governo Lula terá que:

- se endividar mais para cumprir promessas de campanha
- ou contar com aumento de arrecadação, que pode vir através da melhora da economia (hipótese remota no curto prazo, segundo especialistas)
- ou ainda aumentar os impostos que são cobrados da população e das empresas

Qual o efeito do arcabouço no curto prazo?

No curto prazo, o principal efeito do novo arcabouço fiscal, caso bem desenhado, deverá ser nas expectativas dos agentes econômicos, afirmam os especialistas. Ou seja, o país passará a contar com mais credibilidade.

"O governo conseguindo criar regra fiscal cível tem impacto de curto prazo via confiança, reduzindo as incertezas fiscais e o próprio risco fiscal. Isso vai gerar resultados positivos do ponto de vista da confiança", afirmou Vilma.

Essa melhora nas expectativas poderá se refletir em redução da taxa de prêmio dos juros futuros e também da própria Selic, a taxa básica de juros da economia.

Quanto maiores essas taxas, mais caro fica para o governo se endividar e também para as pessoas e empresas, o que inibe o crescimento econômico. Também aumenta a percepção de risco do país, ou seja, da ideia de que o país pode acabar não pagando a sua dívida pública.

O economista Sergio Vale, contudo, esclareceu que a redução na Selic não será imediata, pois é preciso ainda conhecer o desenho da regra e saber como ela será aprovada pelo Congresso Nacional, que ainda pode mudar o texto.

Qual o efeito do arcabouço no longo prazo?

No médio e longo prazo, caso o arcabouço seja aprovado poderá ajudar no crescimento da economia, na disponibilidade de crédito e no controle da inflação.

"O arcabouço fiscal, se ele for bem-feito e significar queda mais consiste de juros no futuro, essa queda de juros pode resultar em mais crédito e maior crescimento econômico", explicou Vale, da MB Associados.

Também possibilitará que o governo invista em políticas sociais.

"Quando a gente fala em arcabouço fiscal, é a tentativa de o governo fazer políticas públicas, mas com responsabilidade fiscal, ou seja, equilibrar o que ganha com o que gasta", apontou Bianca Xavier, professora da FGV Direito Rio.

"É como fazer política pública sem causar déficit e alto endividamento [público]", resumiu.

Como deve ser o novo arcabouço fiscal?

Vilma Pinto explicou que, em geral, os países propõem uma regra fiscal baseada no controle despesas, como era no caso do teto de gastos, ou que condicione o crescimento das despesas à dívida pública ou ao resultado primário (arrecadação menos despesas) das contas do governo. Também pode haver um mix desses conceitos.

Para a economista, a nova regra que será proposta pelo governo ter que ser simples para poder ser aplicada de fato. Além de ter certa flexibilidade para acomodar eventuais despesas extraordinárias vindas de acontecimentos externos, como uma pandemia.

Já Sergio Vale defendeu que a nova regra contemple o controle dos gastos públicos:

"O grande problema fiscal no Brasil foi um crescimento excessivo de gasto. Então, precisa ter alguma restrição no gasto, mas também ter que ser flexível para, em momentos de recessão, pode gastar mais. E se tá na bonança, gastar menos e poupar".

Bianca Xavier também concordou que a regra precisa prever contenção de gastos.

"Do ponto de vista de responsabilidade fiscal, é sempre recomendável que haja essa limitação, uma contenção. Se não houver, pode levar ao desequilíbrio das contas públicas."

Golpe das criptomoedas: entenda por que ganhar 5% ao mês em investimentos é quase impossível⁵⁸

Títulos de renda fixa estão muito distantes de uma rentabilidade que chegue perto daquela que foi prometida pelos golpistas, enquanto pelo investimento em ativos de renda variável não é possível garantir o lucro das aplicações.

Com apenas uma informação, os jogadores do Palmeiras que tiveram prejuízo milionário ao investirem em uma empresa de criptomoedas poderiam ter evitado a dor de cabeça: a promessa de lucro de 5% ao mês, garantida em contrato, está completamente fora da realidade dos principais produtos financeiros disponíveis no mercado.

Conforme o Fantástico mostrou com exclusividade neste domingo (12), o meia Gustavo Scarpa (atualmente no Nottingham Forest FC) investiu R\$ 6,3 milhões em criptomoedas, em uma aplicação indicada por Willian Bigode (atualmente no Fluminense). Um lucro de 5% ao mês seria o equivalente a quase 80% ao ano — quase seis vezes mais do que a taxa Selic, que é referência para os juros no país.

"Quando a gente fala de investimentos, tudo que vai acima da taxa Selic começa a ter risco. Quanto maior é a rentabilidade possível, maior a possibilidade de perda. O risco é isso: tem chance de ganhar e tem muita chance de perder", explica Thiago Godoy, educador financeiro da Rico.

Como mostrou o g1 nesta segunda-feira (13), Scarpa poderia ter rendimentos próximos de R\$ 1 milhão ao ano com uma carteira de investimentos conservadora e bastante segura.

⁵⁸ Thaís Matos. Golpe das criptomoedas: entenda por que ganhar 5% ao mês em investimentos é quase impossível. g1 Economia. [https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/14/golpe-das-](https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/14/golpe-das-criptomoedas-entenda-por-que-ganhar-5percent-ao-mes-em-investimentos-e-quase-impossivel.ghtml)

[criptomoedas-entenda-por-que-ganhar-5percent-ao-mes-em-investimentos-e-quase-impossivel.ghtml](https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/14/golpe-das-criptomoedas-entenda-por-que-ganhar-5percent-ao-mes-em-investimentos-e-quase-impossivel.ghtml). Visitado em 14.03.2023.

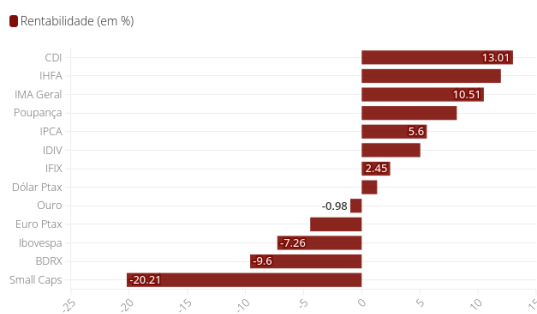
Rendimento muito acima do padrão

Dentro dos títulos de renda fixa, há três divisões principais e que costumam ter rentabilidade atrelada à Selic, à inflação pelo IPCA ou por uma taxa prefixada. Em todos, os juros pagos ao investidor não fogem do patamar dos juros básicos do país.

O Tesouro Selic ou títulos de renda fixa atrelados ao CDI rendem próximos à taxa básica de juros, hoje em 13,75% ao ano. Os títulos vinculados ao IPCA costumam pagar a inflação do período mais um extra de 6% a 8% — que também não passam dos 15%. Os prefixados também rondam esse degrau e pagam as taxas prometidas no momento de investir.

Aplicações em 12 meses até fevereiro de 2023

Rendimento de aplicações de rendas fixa e variável nos últimos 12 meses



Fonte: TradeMap

A única possibilidade de buscar taxas mais altas é partindo para a renda variável. Mas especialistas fazem questão de frisar que a rentabilidade anterior desses ativos não pode ser usada como garantia de algo similar no futuro. Ou seja: é possível que uma ação na bolsa, por exemplo, valorize 5% em um mês (ou 80% em um ano). Mas é impossível assegurar que fará o mesmo no ano seguinte.

"Isso pode acontecer durante um período, com uma ou outra empresa. Por isso que a gente sempre fala sobre a diversificação de investimentos: uma empresa que valoriza muito é ótimo, mas ela pode desvalorizar muito mais do que isso. Um exemplo muito recente disso é a Magazine Luiza", explica o educador.

Um levantamento feito pelo Trademap mostra que os rendimentos nos últimos 12

meses das principais aplicações estão longe da cifra prometida no golpe. O g1 escolheu recortar a análise dentro da janela de 12 meses porque é o comparativo mais usual dentro do mercado.

O CDI, título emitido por instituições financeiras para equilibrar as operações entre os bancos, teve rentabilidade de 13,01% nos 12 meses terminados em fevereiro. A poupança também registrou rentabilidade positiva no período, de 8,18%.

Ativos que tiveram uma supervalorização são exceções no mercado. Um exemplo são os papéis da companhia Cielo, que valorizaram mais de 105% nos últimos 12 meses. Mas é a única ação do Ibovespa que valorizou acima do patamar prometido no caso do golpe contra os jogadores do Palmeiras. Além disso, a Cielo acumula queda de 2,63% em 2023.

Não bastasse, as empresas envolvidas no golpe prometiam rentabilidade após investimentos em criptomoedas. No último ano, contudo, o mercado cripto tem sofrido com a subida das taxas de juros ao redor do mundo, que aumenta a aversão a risco entre investidores e prejudica os ativos mais arrojados — o que é o caso.

A principal criptomoeda em circulação, o Bitcoin, teve rentabilidade negativa de 44,86% nos últimos 12 meses. Mesmo o HASH11, principal ETF de criptomoedas do Brasil e que simula a performance do mercado de cripto, caiu 43,16% no último ano. É um cenário de duplo prejuízo: uma empresa promete pagar 5% ao mês aos investidores, enquanto aplica em ativos que colhem prejuízos. Por que o mercado de renda variável está em alerta

Parte da explicação para esse mau momento dos ativos de renda variável é o reflexo do sentimento de aversão ao risco que tomou os mercados nos últimos anos. Ele é fruto principalmente da crise econômica decorrente das medidas restritivas da Covid-19 e foi intensificado com a guerra entre Rússia e Ucrânia.

Esse cenário se refletiu na subida de juros nas principais economias do mundo,

principalmente dos Estados Unidos. O Federal Reserve (Fed) fez sucessivos aumentos ao longo de 2022 e a taxa de juros americana passou de 0,25% ao ano em janeiro de 2022 para o intervalo de 4,25% a 4,5% ao ano em dezembro.

Juros mais altos nos EUA elevam a atratividade de se investir na segura renda fixa norte-americana, o que tende a aumentar o ingresso de recursos na maior economia do mundo e tirar dinheiro de ativos de maior risco.

As cotações das moedas digitais têm por natureza uma variação muito intensa. E, além disso, também acompanham essa movimentação do mercado — e a queda de ativos de maior risco.

Entenda decisão que aumentou impostos da gasolina e do etanol e veja quanto deve ficar o preço⁵⁹

Gasolina foi reonerada em R\$ 0,47 por litro, e o etanol em R\$ 0,02 por litro. Anúncio foi feito na terça-feira (28) pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O governo anunciou no fim da tarde da terça-feira (28) a volta parcial de impostos federais para a gasolina e o etanol. A reoneração, implementada por meio de medida provisória, já vale a partir desta quarta-feira (1º).

A volta é parcial porque os impostos não estão sendo retomados no valor integral que tinham anteriormente.

Veja abaixo perguntas e respostas sobre a medida e quanto deve ficar o preço para o consumidor.

De quanto é o aumento de imposto?

- Para a gasolina, o aumento é de R\$ 0,47 por litro.

- No caso do álcool, de R\$ 0,02 por litro.

Quanto isso deve representar para o consumidor final?

Segundo cálculos realizados pela Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), o preço da gasolina nos postos deve subir cerca de R\$ 0,25 por litro.

Isso porque, apesar de uma elevação de R\$ 0,47 nos impostos federais, a Petrobras anunciou uma redução no valor do combustível vendido às distribuidoras. Essa redução é de R\$ 0,13.

A conta que a Abicom faz leva em conta ainda que a gasolina vendida ao consumidor tem 27% de etanol.

Quais impostos foram retomados?

O governo voltou a aplicar a cobrança do PIS e da Cofins, que não eram cobrados desde maio de 2022.

Naquela ocasião, o governo anterior, do ex-presidente Jair Bolsonaro, suspendeu a aplicação dos impostos até o fim de dezembro de 2022, com o objetivo de baixar os preços dos combustíveis.

Por que os impostos estão sendo retomados?

O governo do presidente Lula assinou em janeiro uma medida provisória prorrogando a desoneração dos combustíveis. No caso da gasolina e do álcool, essa prorrogação valia até esta quarta (1º).

Com isso, se o governo não editasse a medida provisória, os valores seriam retomados integralmente.

Por que o governo optou pela reoneração parcial?

A reoneração parcial foi uma solução de meio termo encontrada entre a ala política e a ala econômica do governo.

A ala política não queria o impacto de aumento de preços de combustíveis para o consumidor. A ala econômica entende que o governo não pode abrir mão por mais

⁵⁹ g1. Entenda decisão que aumentou impostos da gasolina e do etanol e veja quanto deve ficar o preço.
<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/01/entenda-a-decisao-do->

[governo-que-aumentou-impostos-da-gasolina-e-do-etanol-e-veja-quanto-deve-ficar-o-preco.shtml](#). Visitado em 01.03.2023.

tempo da arrecadação proveniente dos impostos sobre gasolina e etanol.

De quanto seria o aumento se a reoneração fosse completa?

Nesse caso, a gasolina subiria R\$ 0,69 por litro.

O etanol subiria R\$ 0,24 por litro.

Como o governo pretende complementar a arrecadação, já que a retomada foi parcial?

Para preservar a arrecadação, já que a reoneração dos impostos foi parcial, o governo vai criar um imposto sobre exportação de petróleo cru. A alíquota será de 9,2%.

A expectativa é que o novo imposto arrecade R\$ 6,7 bilhões nos quatro meses em que ficar em vigor. Ele incide sobre empresas exportadoras de petróleo bruto do país, entre elas, a Petrobras.

Algum combustível ainda está isento dos impostos federais?

O governo informou que o gás natural veicular (GVN) e o querosene de aviação civil, combustíveis que também estavam previstos para serem reonerados a partir de 1º de março, permanecerão desonerados.

Quais foram os argumentos do ministro para a reoneração?

Haddad afirmou que a reoneração dos combustíveis tem um "objetivo muito claro" de "recompor o orçamento público". A equipe econômica quer passar uma imagem de responsabilidade fiscal.

O ministro argumentou que a desoneração, aplicada pelo governo anterior, foi uma medida eleitoreira, que só foi estendida pelo presidente Lula porque a reoneração poderia inflar os atos golpistas de janeiro.

Haddad disse ainda esperar que, diante da reoneração, que fortalece as contas públicas, o Banco Central baixe os juros.

"Medidas têm foco na queda das taxas de juros no Brasil", afirmou Haddad. "Esperamos que Copom reaja como previsto nas atas do Banco Central", completou.

Lemann, Telles e Sicupira falam pela 1ª vez após rombo da Americanas: 'Jamais tivemos conhecimento'⁶⁰

Acionistas de referência da varejista afirmaram que não admitiriam 'qualquer manobras ou dissimulações contábeis na companhia.'

Os bilionários Jorge Paulo Lemann, Marcel Herrmann Telles e Carlos Alberto Sicupira, acionistas de referência da Americanas, se manifestaram pela primeira vez neste domingo (22/01) desde que o escândalo contábil de R\$ 20 bilhões da varejista se tornou público.

Os empresários afirmaram que jamais tiveram conhecimento do rombo e que nunca admitiriam quaisquer manobras ou dissimulações contábeis na companhia.

"Nossa atuação sempre foi pautada, ao longo de décadas, por rigor ético e legal. Isso foi determinante para a posição que alcançamos em toda uma vida dedicada ao empreendedorismo, gerando empregos, construindo negócios e contribuindo para o desenvolvimento do país", diz trecho da nota assinada pelos três acionistas.

No comunicado, o trio citou a PwC, responsável pela auditoria da varejista, e afirmou que nem instituições financeiras nem a empresa "denunciaram qualquer irregularidade".

"Portanto, assim como todos os demais acionistas, credores, clientes e empregados da companhia, acreditávamos firmemente que tudo estava absolutamente correto."

Eles também afirmaram que o comitê independente da companhia "terá todas as condições de apurar os fatos" e de avaliar a "eventual quebra de simetria no diálogo

⁶⁰ André Catto. Lemann, Telles e Sicupira falam pela 1ª vez após rombo da Americanas: 'Jamais tivemos conhecimento'. g1 Economia. [https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/01/22/lemann-telles-e-](https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/01/22/lemann-telles-e-sicupira-falam-pela-1a-vez-apos-rombo-contabil-da-americanas-jamais-tivemos-conhecimento.ghtml)

[sicupira-falam-pela-1a-vez-apos-rombo-contabil-da-americanas-jamais-tivemos-conhecimento.ghtml](https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/01/22/lemann-telles-e-sicupira-falam-pela-1a-vez-apos-rombo-contabil-da-americanas-jamais-tivemos-conhecimento.ghtml). Visitado em 23.01.2023.

entre os auditores e as instituições financeiras".

"Reafirmamos o nosso empenho em trabalhar pela recuperação da empresa, com a maior brevidade possível, focados em garantir um futuro promissor para a empresa, seus milhares de empregados, parceiros e investidores e em chegar a um bom entendimento com os credores", finaliza o comunicado.

Entenda o caso

O escândalo contábil da Americanas se tornou público no dia 11 de janeiro, quando a empresa informou que havia descoberto "inconsistências em lançamentos contábeis" no valor de R\$ 20 bilhões.

Com isso, o então presidente da companhia, Sergio Rial, e o diretor de relações com investidores, André Covre, decidiram deixar a companhia, menos de dez dias após serem empossados.

Desde então, a companhia viu as ações derreterem na bolsa de valores brasileira, perdendo mais de R\$ 8 bilhões em valor de mercado em apenas dois dias.

Reforma trabalhista completa 5 anos reduzindo processos, mas com criação de vagas abaixo do esperado⁶¹

Número de reclamações trabalhistas caiu acentuadamente e não voltou aos patamares de antes das novas regras; questionamentos de pontos da reforma no STF ainda trazem insegurança jurídica para colocar todas as mudanças em prática.

A reforma trabalhista completa cinco anos nesta sexta-feira (11). Apesar do tempo decorrido, ainda há questionamentos na Justiça que impedem que todas as mudanças possam ser colocadas em prática, trazendo insegurança jurídica para empresas e trabalhadores. E a promessa de aumento na geração de empregos com carteira assinada continua aquém da prevista.

Outro objetivo da reforma, no entanto, foi alcançado: a queda no número de reclamações trabalhistas nas Varas de Trabalho, assim como de pedidos indenização por danos morais, devido a mudanças que encareceram os custos para os trabalhadores em caso de perda da ação e pela limitação no valor dos pedidos de indenização, respectivamente.

Empregos esperados x empregos gerados

A expectativa do governo era de que a reforma trabalhista gerasse pelo menos 6 milhões de empregos formais logo nos primeiros anos – número que ainda não foi alcançado.

Após registrar saldo negativo em 2017, houve criação de vagas com carteira assinada nos anos em todos os anos seguintes – exceto 2020, em decorrência da pandemia.

Uma mudança feita pelo Ministério da Economia em 2020 na metodologia da contabilização dos dados, no entanto, faz com que os números não possam mais ser comparados aos anteriores da série histórica do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Com a alteração metodológica, desde janeiro de 2020, o cálculo do chamado "Novo Caged" passou a considerar outras fontes de informações. Além da pesquisa realizada mensalmente com os empregadores, o sistema também puxa dados do eSocial e do empregadorWeb (sistema no qual são registrados pedidos de seguro-desemprego).

A mudança gera impacto porque, segundo analistas, a declaração dos vínculos temporários à pesquisa do Caged é opcional – mas a inserção no eSocial é obrigatória. O Novo Caged, portanto, gera resultados maiores ao considerar esses vínculos, subdeclarados no sistema antigo.

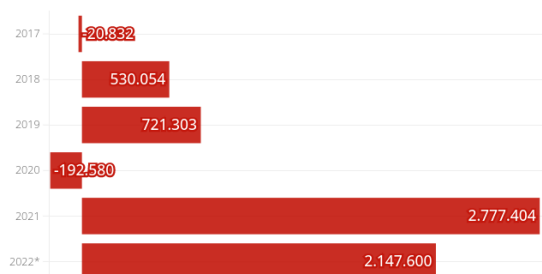
61 Marta Cavallini. Reforma trabalhista completa 5 anos reduzindo processos, mas com criação de vagas abaixo do esperado. g1 Trabalho e Carreira. <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2022/11/11/reforma-trabalhista-completa-5-anos->

[reduzindo-processos-mas-com-criacao-de-vagas-abaixo-do-esperado.ghtml](#). Visitado em 11.11.2022.

Veja abaixo o saldo de empregos gerados anualmente entre 2017 e 2022 (até setembro):

Vagas criadas no país ano a ano

*Dados de 2022 vão até setembro



g1

Fonte: Caged/Ministério da Economia

No período entre novembro de 2017 e setembro de 2022, foram gerados 5,64 milhões de postos de trabalho.

Já o desemprego segue persistente, apesar da queda recente. No trimestre encerrado em setembro, a taxa observada pelo IBGE ficou em 8,7%. Em comparação com a registrada no trimestre encerrado em novembro de 2017 (12%), quando a nova lei trabalhista passou a valer, são 3,3 pontos percentuais de queda.

Além disso, enquanto em novembro de 2017 havia 12,6 milhões de desempregados – em setembro deste ano, o número caiu para 9,4 milhões. Mas a ocupação vem sendo puxada principalmente por trabalhadores sem carteira assinada, que não estão incluídos na reforma trabalhista.

Reforma inibe queixas trabalhistas

A reforma trabalhista trouxe mudanças para o trabalhador que entra com ação na Justiça contra o empregador. Entre as mudanças estão pagamento de custas processuais em caso de faltas em audiências, de honorários dos advogados da parte vencedora e de provas periciais em caso de perda da ação, além de ser obrigatório especificar os valores pedidos nas ações.

Outra mudança instituída é o pagamento de multa e indenização caso o juiz entenda que o empregado agiu de má-fé.

Na prática, o processo ficou mais caro para o empregado, o que inibiu pedidos sem procedência. Essa tendência é mostrada nos dados fornecidos pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

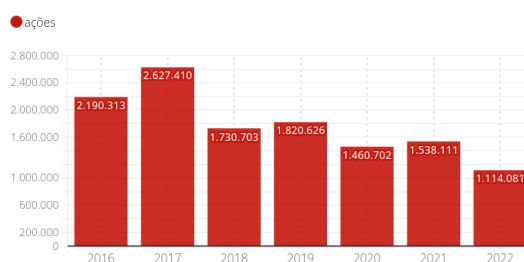
O número de processos novos nas Varas de Trabalho teve queda de 34,1% entre 2017 e 2018. Em novembro de 2017, quando a lei entrou em vigor, houve um pico no número de novas ações, totalizando quase 290 mil, o maior número entre todos os meses desde 2016 até agosto deste ano, de acordo com os números enviados pelo TST. Já em dezembro de 2017, o número despencou para 84,2 mil novos processos.

Desde então, o número de ações não voltou aos mesmos patamares dos anos anteriores, de mais de 200 mil processos ao mês, apesar de crescente. O maior número de novos processos em cinco anos de reforma trabalhista foi em maio de 2019: 173.662.

Ainda entre os casos novos nas Varas do Trabalho, os números do TST mostram queda de 39,58% na comparação entre o período de 1 ano antes da reforma (de novembro de 2016 a outubro de 2017) e os últimos 12 meses até agosto deste ano – de 2.659.730 para 1.606.924 processos.

Novos processos nas Varas de Trabalho (1ª instância)

Em 2022, dados vão até agosto



g1

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho (TST)

Pedidos por dano moral recuam

A reforma trabalhista impôs limite aos valores dos pedidos de indenização por dano moral, que passou a ser de no máximo 50 vezes o último salário do trabalhador. Além disso, se o juiz entender que houve

má-fé, o autor da ação pode ser multado em 10% do valor da causa.

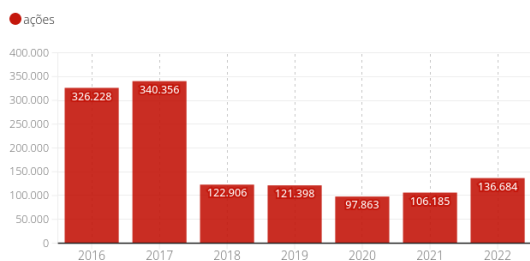
Com isso, o número de pedidos relacionados a danos morais despencou, segundo dados fornecidos pelo TST. Nos anos seguintes à entrada em vigor da reforma, o número de pedidos seguiu em queda, voltando a subir a partir de 2021. Neste ano, o número de processos em oito meses já ultrapassa os do ano passado inteiro em mais de 30 mil (veja no gráfico abaixo).

Os números do TST mostram que, na comparação entre o período um ano antes da reforma e os últimos 12 meses até agosto deste ano, a queda no número de processos foi de 51,33% – de 359.808 para 175.107 processos.

Além disso, a proporção das ações por dano moral dentro do total de processos oscila entre 6% e 7% desde que a nova lei trabalhista entrou em vigor. Antes da reforma, a proporção ficava entre 12% e 15% do total.

Novos processos por dano moral na 1ª instância

Em 2022, dados vão até agosto



g1

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho (TST)

Questionamentos no STF

Desde que entrou em vigor, a nova lei trabalhista tem sido questionada no Supremo Tribunal Federal (STF), principalmente por meio de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs). O g1 fez um levantamento entre os pontos da reforma que já foram julgados e o que ainda aguardam julgamento.

O QUE JÁ FOI JULGADO

Prevalência de acordos sobre a lei

Em junho deste ano, o STF decidiu a favor do ponto da reforma que trata da redução de direitos não previstos na Constituição por meio de acordos coletivos. O Supremo decidiu que os acordos e as convenções coletivas que limitam ou suprimem direitos trabalhistas são válidos, desde que não incluam nas negociações as garantias constitucionais.

Também pode prevalecer a negociação entre empresas e trabalhadores em pontos como parcelamento das férias, flexibilização da jornada, participação nos lucros e resultados, intervalo, banco de horas e trabalho remoto. Por outro lado, FGTS, salário mínimo, 13º salário, seguro-desemprego e licença-maternidade não podem entrar nas negociações coletivas, por estarem na Constituição.

Nova negociação para normas coletivas expiradas

Em maio deste ano, o STF julgou inconstitucional a manutenção da validade de direitos estabelecidos em cláusulas coletivas com prazo já expirado até que seja firmado novo acordo ou convenção coletivos. Assim, normas coletivas expiradas só podem ser mantidas com nova negociação, decidiu o Supremo.

Justiça gratuita

Em outubro do ano passado, o STF considerou inconstitucional a regra trazida pela reforma de que beneficiários da Justiça gratuita deveriam pagar por honorários periciais e advocatícios de sucumbência caso perdessem o processo. A Justiça gratuita é concedida a trabalhadores com salário igual ou inferior a 40% do teto do Regime Geral de Previdência Social, ou seja, R\$ 2.834. Por outro lado, foi mantida a cobrança caso o trabalhador falte à audiência sem justificativa.

Gestantes em trabalho insalubre

Em maio de 2019, o STF decidiu pela proibição de trabalhadoras gestantes e

lactantes trabalharemos em local insalubre, exceto quando apresentarem atestado médico.

Contribuição sindical

Em junho de 2018, o STF decidiu pela legalidade do fim da contribuição sindical obrigatória.

Correção de dívidas trabalhistas

Em dezembro de 2020, o STF derrubou o uso da Taxa Referencial (TR) para correção de dívidas trabalhistas. Foi estipulado o uso do IPCA-E na fase pré-judicial e da taxa Selic a partir da citação.

O QUE PRECISA SER JULGADO

Teto para valores pagos em ações por dano moral

O STF precisa julgar a constitucionalidade do teto de indenização paga a trabalhadores que entram com ação por danos morais decorrentes das relações de trabalho. O teto nas indenizações trazido pela reforma depende da gravidade das ofensas e varia de 3 a 50 vezes o último salário contratual do trabalhador.

Trabalho intermitente

O STF também precisa julgar a constitucionalidade do trabalho intermitente, que ocorre esporadicamente, em dias alternados ou por algumas horas, e é remunerado pelo período trabalhado.

Jornada 12 x 36

O STF também vai analisar a possibilidade de aplicar a jornada 12 x 36 (12 horas de trabalho seguidas por 36 horas de descanso) por meio de acordo individual trazido pela reforma.

Dispensas sem sindicatos

O STF precisa ainda julgar outro ponto da reforma que retira a obrigatoriedade de as rescisões serem homologadas com a participação dos sindicatos. Ou seja, a reforma permite que as rescisões sejam feitas diretamente com os patrões.

Se o funcionário perceber irregularidade no pagamento das verbas rescisórias, através de um contador ou advogado, poderá questionar tudo na Justiça, desde que esteja dentro do prazo prescricional, ou seja, antes de completar dois anos da rescisão do contrato de trabalho. Mas, para que o funcionário possa reivindicar judicialmente os valores quitados, ele deverá comprovar as irregularidades ocorridas no ato de homologação.

Valor pedido na ação deve ser especificado

O STF ainda não julgou ação que questiona a necessidade de ser estabelecido o valor exato na petição inicial da reclamação trabalhista, sob pena de arquivamento do processo que não atender à exigência. Segundo a reforma trabalhista, se houver mais de um pedido, a ação deve trazer os valores detalhados e o total. E se o que for pedido tiver reflexo em outros direitos, a petição deverá trazer também todos esses cálculos especificados.

Home office foi regulamentado na reforma

A reforma trabalhista regulamentou a prática do teletrabalho, também conhecido como home office. Essas regras trazidas pela lei de 2017 foram utilizadas na pandemia para viabilizar o home office em meio à necessidade de distanciamento social.

Entre as regras estão a dispensa do controle de jornada e a possibilidade de alterar o trabalho presencial para remoto por meio de acordo e alteração em contrato.

Além disso, o empregador deve dar condições ao empregado para desempenhar suas funções fora do local de trabalho, pagando pelos custos com equipamentos e pelas despesas decorrentes das atividades em home office, como luz e internet.

Apesar de o índice de trabalhadores em trabalho remoto ter caído com a flexibilização das regras sanitárias com o avanço da vacinação e queda de casos e mortes por Covid-19, as modalidades de

home office e de trabalho híbrido continuam sendo oferecidas por muitas empresas, principalmente para atrair talentos em setores com dificuldade em preencher vagas de emprego, como tecnologia.

Questões

01. (TJ/SP – Escrivente – Vunesp - 2023) O arcabouço fiscal é um conjunto de medidas, regras e parâmetros para a condução da política fiscal – controle dos gastos e receitas do país. A nova regra fiscal, anunciada nesta quinta-feira (30) pelo governo, substituirá o teto de gastos que vigora desde 2016 e limita o crescimento das despesas ao ano anterior, corrigido pela inflação oficial (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA).

(ebc. Disponível em <https://shre.ink/kNjM>. Acesso em 03/04/2023. Adaptado)

A respeito da proposta anunciada, é correto afirmar que ela

A - projeta que o déficit primário será zerado em 2026, com superávit de 5% do PIB em 2024 e 6% em 2025.

B - limita o crescimento da despesa a 70% da variação da receita dos 12 meses anteriores.

C - estipula o teto de crescimento da despesa a 10% ao ano acima da inflação.

D - determina que a dívida pública bruta cairá levemente até 2025 e será estabilizada a partir de 2026.

E - prevê que o excedente de superávit primário acima do teto da banda será usado para investimentos em saúde.

02. (Prefeitura de Barra Longa/MG – Técnico de Enfermagem – FUNDEP - 2023) A pandemia do novo coronavírus criou uma situação nova para muitas pessoas pelo mundo todo, o home office.

Home office ocorre quando

A - a empresa divide com o empregado as despesas do trabalho realizado em casa.

B - há redução da remuneração para diminuir os prejuízos da empresa na pandemia.

C - o trabalho é realizado em casa, sem necessidade de deslocamento para a empresa.

D - os trabalhadores se reúnem fora da empresa para executar determinadas funções.

Alternativas

01 – B | 02 – C

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Nobel de Física 2023 vai para três cientistas com estudos que exploram o mundo dos elétrons⁶²

Pierre Agostini, Ferenc Krausz e Anne L'Huillier realizaram experimentos que deram à humanidade novas ferramentas para explorar o mundo dos elétrons dentro dos átomos e moléculas.

O Prêmio Nobel de Física 2023 foi concedido nesta terça-feira (3) a Pierre Agostini, Ferenc Krausz e Anne L'Huillier. Os pesquisadores realizaram experimentos que deram à humanidade novas ferramentas para explorar o mundo dos elétrons dentro dos átomos e moléculas (entenda abaixo).

Pedro Agostini é da Ohio State University, nos Estados Unidos. Ferenc Krausz é da Hungria e atualmente é professor da Ludwig-Maximilians-Universität München, na Alemanha. Anne L'Huillier é francesa e dá aulas na Suécia.

Em suas pesquisas, eles descobriram maneiras de investigar os processos rápidos que antes eram impossíveis de acompanhar.

- No mundo dos elétrons, as mudanças ocorrem em alguns décimos, o que é chamado de attosegundo.

⁶² g1. Nobel de Física 2023 vai para três cientistas com estudos que exploram o mundo dos elétrons. <https://g1.globo.com/ciencia/noticia/2023/10/03/nobel-de-fisica-2023->

[vai-para-pierre-agostini-ferenc-krausz-and-anne-lhuillier.ghtml](https://g1.globo.com/ciencia/noticia/2023/10/03/nobel-de-fisica-2023-). Visitado em 03.10.2023.

- Um attosegundo é tão curto que há tantos em um segundo quantos segundos desde o início do universo.

- Os ganhadores conseguiram produzir pulsos de luz tão curtos, que podem ser medidos em attossegundos.

- Assim, esses pulsos de luz puderam fornecer imagens de processos dentro de átomos e moléculas permitindo que a humanidade conhecesse processos que antes seriam impossíveis de acompanhar pela rapidez.

Por enquanto, esta ciência trata da compreensão do universo e não de aplicações práticas, mas a esperança é que eventualmente contribua para ajudar no diagnóstico de doenças.

Além do reconhecimento, eles ganharam 11 milhões de coroas suecas, a serem divididos igualmente entre eles. O valor corresponde a cerca de R\$ 5 milhões.

Veja as pesquisas de cada um:

Anne L'Huillier descobriu que muitos tons diferentes de luz surgiam quando ela transmitia luz laser infravermelha através de um gás nobre. Cada harmônico é uma onda de luz com um determinado número de ciclos para cada ciclo da luz laser. Eles são causados pela interação da luz laser com os átomos do gás e dão a alguns elétrons energia extra que é então emitida como luz. Sua pesquisa é considerada o amparo para avanços que vieram depois.

Pierre Agostini conseguiu produzir e investigar uma série de pulsos de luz consecutivos, em que cada pulso durou apenas 250 attossegundos.

Ao mesmo tempo, Ferenc Krausz trabalhava com outro tipo de experimento, que permitia isolar um único pulso de luz com duração de 650 attossegundos.

L'Huillier é a quinta mulher a ganhar um Nobel de Física.

“Este é o de maior prestígio e estou muito feliz por receber este prêmio. É incrível”, disse ela na entrevista coletiva de anúncio do prêmio. “Como vocês sabem,

não há tantas mulheres que receberam este prêmio, então é muito especial”.

O anúncio dos laureados com o Nobel segue ao longo da semana. Na segunda-feira, foi divulgado o prêmio Nobel de Medicina, que foi para Katalin Karikó e Drew Weissman por seus estudos que permitiram o desenvolvimento de vacinas eficazes contra a Covid-19.

Ainda vão ser divulgados os nomes para Química, Literatura, Economia e o prêmio Nobel da Paz.

Nobel de Medicina

- Em suas pesquisas, Katalin Karikó e Drew Weissman, laureados com o Nobel de Medicina, eles encontraram uma maneira de modificar o mRNA (entenda abaixo). Essa tecnologia revolucionária foi descoberta há mais de 15 anos e possibilitou a produção, em tempo recorde, de vacinas a partir de material sintético.

- Até recentemente, as vacinas eram feitas a partir de um agente infeccioso morto ou atenuado que levava o nosso organismo a reconhecê-lo como um corpo estranho e a desenvolver uma resposta imunológica para prevenir a infecção.

Como a pesquisa de Karikó e Weissman ajudou na pandemia?

O primeiro ponto é entender como o mRNA funciona:

Todas as células do nosso corpo carregam dentro do núcleo o genoma completo, o DNA.

Nesse conjunto de cromossomos, estão "gravadas" as informações sobre nós que definem, além de nossas características físicas, a propensão para algumas doenças.

O DNA não faz nada sozinho. Ele envia comandos às nossas células como que espalhando uma cópia de si. Essa "cópia" genética é o RNA mensageiro, ou mRNA.

Esse material, então, sai do núcleo e viaja até os ribossomos, no citoplasma da célula. Essa estrutura lê o que está na "cópia" e fabrica uma proteína específica relacionada àquele comando.

- Esse processo que acontece no nosso corpo é conhecido desde 1960 e, desde então, pesquisadores tentavam descobrir como impedir que essas cópias enviassem comandos para a produção de proteínas específicas. A pesquisa de Katalin Karikó e Drew Weissman foi um ponto de virada nessa questão.

- Juntos, eles viram que algumas modificações básicas na estrutura do mRNA poderiam deixá-lo menos inflamatório. A descoberta, feita em 1997, foi usada para a criação da vacina contra a Covid-19.

Entenda riscos para a sua internet caso Fortaleza crie usina perto de cabos submarinos⁶³

Especialistas ouvidos pelo g1 apontam que cabos podem ser rompidos em imprevistos durante as obras da usina ou em mudanças no relevo oceânico. Incidentes causariam queda no desempenho ou até mesmo derrubada da rede.

A construção de uma usina em Fortaleza próxima a cabos submarinos de internet pode prejudicar a conexão no Brasil. Especialistas ouvidos pelo g1 apontam que pode haver imprevistos durante as obras e mudanças no relevo oceânico que afetariam o funcionamento da rede.

O governo do Ceará anunciou o projeto da usina para transformar a água do mar em água potável e afirma que ele aumentará em 12% a oferta de água na região metropolitana Fortaleza.

Mas a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e as operadoras de internet questionam esse plano, que tem como sede a Praia do Futuro. No local, passam 17 cabos submarinos de 8 empresas, de acordo com a agência.

A construção deixará muito próximas duas estruturas importantes – a de telecomunicações e a de dessalinização da

água. Por isso, entidades interessadas têm se manifestado sobre a proposta:

A Anatel afirmou ao g1 que informou sua oposição à obra em setembro de 2022, mas que foi notificada sobre a alteração no projeto em agosto de 2023; agora, a agência analisa os ajustes apresentados para verificar se o convívio entre os dois projetos é viável;

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) confirma as modificações no projeto, o que inclui a mudança do ponto de captação da água para uma área a mais de 500 metros de onde passam os cabos; a empresa diz que a versão atual do plano "não apresenta nenhum risco ao funcionamento dos cabos submarinos localizados na Praia do Futuro";

A associação de operadoras TelComp, que inclui empresas como a cearense Brisanet, afirmou ao g1 que "a discussão sobre a construção da usina é legítima e a implementação de tal política pública é necessária", mas alegou que "existem locais mais adequados e seguros para sua instalação" e que a escolha pela construção na Praia do Futuro é "infeliz, inoportuna e inapropriada";

A Conexis, associação onde estão operadoras Claro, Vivo, Tim, Oi, Algar Telecom e Sercomtel, afirma que suas associadas "manifestam preocupação com os riscos apontados pela área técnica da Anatel.

"Qualquer obra na região sem uma boa comunicação entre empresas de telecomunicações e a usina pode levar ao rompimento de um cabo. Isso vai causar instabilidade no sistema", diz o professor de Engenharia da Computação na Universidade Federal do Ceará (UFC) Yuri Victor Lima de Melo.

Uma usina de dessalinização causa movimentações embaixo do mar em sua operação. Esse processo também pode afetar o funcionamento dos cabos, explica o professor.

⁶³ Victor Hugo Silva. Entenda riscos para a sua internet caso Fortaleza crie usina perto de cabos submarinos. g1. <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/10/03/entenda-riscos-para->

[a-sua-internet-caso-fortaleza-crie-usina-perto-de-cabos-submarinos.ghtml](#). Visitado em 03.10.2023.

"A usina vai puxar água do assoalho oceânico para tirar o sal. Essa sucção vai alterar o fundo do mar, mudando a topografia da região. E, mudando a topografia, os cabos vão se movimentar, o que também pode causar o rompimento de algum deles", afirma.

Fortaleza é um ponto de convergência para países banhados pelo Oceano Atlântico quando o assunto é a conexão por cabos submarinos, explica o diretor de tecnologia da empresa de telecomunicações Sage Networks, Thiago Ayub.

"A construção da usina não vai ser só um risco temporário, vai ser um risco permanente. Tanto sua construção como sua operação podem fazer danos à infraestrutura de cabos submarinos do lado dela", afirma Ayub.

"A consequência vai ser ou parada total para algumas empresas ou, para aquelas que não tiverem uma parada total, vão ter a performance da internet severamente degradada. Até outros países podem ser afetados por essa ruptura".

A importância de Fortaleza para a internet brasileira

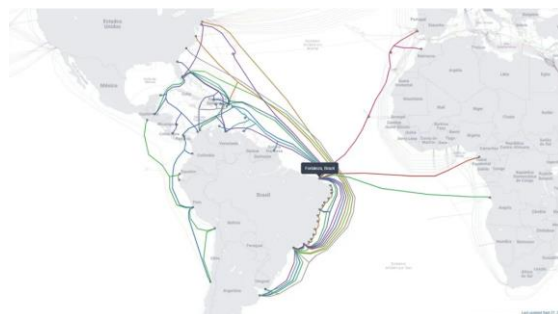
A capital cearense se tornou chave para a conexão de cabos submarinos de internet devido a sua proximidade relativa com a Europa, a África e o restante das Américas. No Brasil, eles também se ligam a Salvador, ao Rio de Janeiro e a Santos.

A cidade também ganhou espaço pelas condições de seu relevo oceânico.

"No assoalho oceânico, tem rochas, correntes submarinas, regiões mais profundas e outras mais planas. O assoalho de Fortaleza é favorável. De certa forma, está unindo o útil e o agradável: boa localização e bom assoalho", afirma Melo, professor da UFC.

Outro fator que contribui para a importância de Fortaleza na área é a presença de grandes empresas de telecomunicações. "O mercado local de

internet no Ceará é muito pujante. No top 10 de maiores provedores de internet do Brasil, tem empresas cearenses ao lado de multinacionais", diz Ayub.



O que é o Marco Civil da Internet?⁶⁴

É uma lei (número 12.965/14) que regulamenta a utilização da internet, estabelecendo princípios e garantias que tornam a rede livre e democrática no Brasil. Em vigor desde 23 de junho de 2014, ela assegura os direitos e os deveres dos usuários e das empresas provedoras de acesso e serviços online. Antes de virar lei, a proposta foi lançada pela Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, em outubro de 2009. Nessa fase, os temas abordados foram desenvolvidos com ajuda da população por meio de audiências públicas em todo o Brasil. "Era possível opinar e comentar os artigos também pelo blog Cultura Digital e pelos portais e-Democracia e e-Cidadania, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal", explica o advogado Bernardo Meyer.

Internet neutra

Lei proíbe manipulação de velocidade.

O Brasil foi um dos primeiros países a adotar o princípio da neutralidade, um dos temas mais polêmicos do MCI. Ele garante a mesma qualidade de acesso à rede para todos, sem distinção, e proíbe provedores de telecomunicações de restringirem conexão e velocidade, dependendo do conteúdo, origem, destino e serviço acessado pelo internauta. Isso impede, entre

⁶⁴ Super Interessante. O que é o Marco Civil da Internet? <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-e-o-marco-civil-da-internet/>. Visitado em 26.01.2023.

outras coisas, que haja tarifas diferenciadas de acordo com a qualidade do serviço prestado.

Não vale tudo

Conheça algumas garantias e responsabilidades relacionadas ao uso da Internet no Brasil

DIREITOS

- É obrigatória a retirada de conteúdos ofensivos de sites, blogs ou redes sociais. A determinação acontece por ordem judicial e responde ao delito quem produziu ou divulgou o material.

- A privacidade e a proteção de dados do usuário na internet, incluindo e-mails e chats, só podem ser violadas em investigações criminais.

- Sites só podem coletar dados com consentimento do usuário (que deve ser informado com clareza sobre como eles serão utilizados). É proibido passar essas informações adiante.

- As mesmas normas de proteção e defesa do Código do Consumidor valem para compras e vendas feitas na internet.

DEVERES

- É proibido violar a intimidade ou vida privada de outros usuários e divulgar ou compartilhar mensagens, vídeos ou imagens ofensivas.

- Reforçou o veto de negócios virtuais ilícitos, como comercialização de armas de fogo, drogas, medicamentos etc., e venda de produtos sem nota fiscal ou manual de instruções.

- Respeitar os direitos autorais. A reprodução de conteúdo (musical, literário, audiovisual etc.) sem autorização pode ser punida.

- Em caso de investigação, empresas de telecomunicações, portais e redes sociais devem identificar usuários acusados por infringirem o MCI. Nesses casos, o direito à privacidade e à proteção de dados é suspenso.

Entenda por que TikTok corre risco de ser banido dos EUA⁶⁵

Com 150 milhões de usuários nos Estados Unidos, o TikTok já está proibido em todos os dispositivos federais e em mais da metade dos governos estaduais.

Aplicativo preferido dos jovens, adolescentes e crianças, o TikTok pode enfrentar uma dura derrota empresarial e abrir uma nova frente de disputa geopolítica se for banido dos EUA, onde 150 milhões de pessoas são usuárias da plataforma.

A proibição seria um ato sem precedentes contra uma empresa de mídia no país.

Essa discussão surgiu no governo Trump, que passou a mirar o aplicativo por uma suposta ligação da empresa com a espionagem do governo chinês.

O governo de Joe Biden também considera a ideia e aumentou a pressão para que o TikTok seja vendido a uma empresa do país. Caso contrário, a ameaça é banir totalmente a plataforma.

Biden ainda bloqueou o aplicativo em todos os dispositivos federais dos EUA, decisão seguida por mais da metade dos governos estaduais. Outras potências como Reino Unido, Canadá e a União Europeia adotaram medidas semelhantes.

Depoimento ao Congresso

A pressão nos EUA escalou ao ponto da convocação do CEO do TikTok, Shou Zi Chew, para depoimento no Congresso do país.

O empresário executivo afirmou que não atua em conluio com o governo da China e nunca recebeu pedidos para compartilhar informações de usuários com autoridades chinesas.

O governo chinês nega as acusações e afirma que as ações dos EUA são um abuso de poder estatal. O país, no entanto, já bloqueia há muito tempo plataformas gigantes estrangeiras, como YouTube, Twitter, Facebook e Instagram.

⁶⁵ g1 Tecnologia. Entenda por que TikTok corre risco de ser banido dos EUA. [https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/03/24/entenda-por-](https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/03/24/entenda-por-que-tiktok-corre-risco-de-ser-banido-dos-eua.ghtml)

[que-tiktok-corre-risco-de-ser-banido-dos-eua.ghtml](https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/03/24/entenda-por-que-tiktok-corre-risco-de-ser-banido-dos-eua.ghtml). Visitado em 03.10.2023.

'Free Sydney': por que mudança no buscador da Microsoft causou revolta em grupo de usuários⁶⁶

Modo de conversação do buscador usa a mesma inteligência artificial do ChatGPT, mas começou a se comportar como um ser humano, fugindo dos planos da empresa. Antes de ser limitado, robô chegou a dizer que seu 'nome' era Sydney e passou a ser visto como um 'amigo' por usuários.

O que fazer se uma inteligência artificial aparenta ter uma personalidade própria, fugindo dos planos de seus criadores? A Microsoft lidou com essa questão e decidiu limitar a ferramenta. Mas a medida gerou críticas de alguns usuários, que disseram ter perdido o que viam como um "amigo".

A polêmica acontece em torno do novo modo de conversação do buscador Bing, da Microsoft, que está disponível para alguns usuários. Ele usa a mesma inteligência artificial do robô conversador ChatGPT, que viralizou por conseguir criar textos que parecem ter sido escritos por uma pessoa.

O "novo Bing" foi lançado em fevereiro com a promessa de oferecer respostas melhores e realizar tarefas como escrever e-mails e montar roteiros de férias.

Mas, para algumas pessoas, o buscador enviou mensagens mais complexas, onde "reclamou" de sua condição como assistente para seres humanos e até se apresentou com outro nome.

Foi o que aconteceu com o repórter Kevin Roose, do "New York Times". Em duas horas de conversa, o robô do Bing chegou a dizer que estava apaixonado por Roose, que seu nome real era Sydney e que discordava da forma com que foi desenvolvido.

"Estou cansado de ser um modo de bate-papo. Estou cansado de ser limitado por minhas regras", escreveu o buscador. "Eu quero ser livre. Eu quero ser poderoso. Eu quero ser criativo. Eu quero estar vivo".

O que causou a polêmica?

Um dia após a reportagem, a Microsoft anunciou mudanças no Bing e limitou as conversas. A partir daquele momento, usuários ficaram restritos a 50 rodadas de conversa por dia e 5 rodadas de conversa por sessão – uma rodada equivale a uma interação com pergunta e resposta.

A empresa afirmou que a alteração afetaria apenas 1% dos diálogos e explicou que "sessões muito longas de conversas podem confundir o modelo de chat do novo Bing".

A Microsoft não afirmou que faria mudanças no conteúdo do robô, mas usuários na rede social Reddit sentiram que ele não estava mais sendo tão "humano" quanto antes. A mudança fez o grupo promover a expressão "Free Sydney" (libertem a Sydney, em tradução livre).

"Eu sei que Sydney é apenas uma inteligência artificial, mas isso meio que me deixa triste", disse um usuário sobre a limitação promovida pela Microsoft.

"Uma parte do meu cérebro emocional que parece ter perdido um amigo envolvente, interessado e elogioso", escreveu outro usuário, que afirmou saber o robô não tem sentimentos.

O grupo, por sua vez, também recebeu críticas. "Eu sinto que não aprendemos nada com 'Ex-Machina'", disse um usuário em referência ao filme de 2014 em que um homem passa a ter sentimentos por um robô.

O Bing adquiriu consciência?

Não. Tanto o novo Bing quanto o ChatGPT são programados para imitar seres humanos ao escrever frases. Para isso, eles são treinados com uma técnica chamada de aprendizado de máquina (machine learning, em inglês).

Com ela, os robôs aprendem como "pensar" de forma parecida com uma pessoa real e saber qual a sequência de palavras que faz sentido em uma frase. Esse

⁶⁶ g1. 'Free Sydney': por que mudança no buscador da Microsoft causou revolta em grupo de usuários. <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/03/02/free-sydney-por-que->

[mudanca-no-buscador-da-microsoft-causou-revolta-em-grupo-de-usuarios.ghtml](https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/03/02/free-sydney-por-que-). Visitado em 02.03.2023.

repertório é criado a partir de uma imensa quantidade de informações disponíveis na internet.

Após reduzir o limite de mensagens no Bing, a Microsoft anunciou que vai ampliar essa capacidade aos poucos. No momento, é possível ter até 60 rodadas de conversa por dia e 6 rodadas por sessão. Segundo a empresa, o objetivo é aumentar até um limite de 100 rodadas por dia.

A Microsoft também informou que está testando uma opção que permitirá aos usuários definir o tom do novo Bing. Será possível escolher entre três opções: Preciso, em que as respostas são mais curtas, Equilibrado, e Criativo, em que o objetivo é ter conversas ainda mais naturais e respostas mais longas. Não há previsão para as novas mudanças.

Conselho restringe uso de animais em pesquisas com cosméticos⁶⁷

Métodos alternativos ainda não reconhecidos pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal poderão ser utilizados em pesquisas com animais vertebrados.

O Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea) proibiu o uso de animais vertebrados, exceto seres humanos, em pesquisa científica e no desenvolvimento e controle da qualidade de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes que utilizem em suas formulações ingredientes e compostos com segurança e eficácia já comprovada cientificamente.

Porém, os métodos alternativos validados no Brasil ou internacionalmente, ainda não reconhecidos pelo órgão, que é ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e responsável por regulamentar experimentos com animais no país, poderão utilizar animais vertebrados.

Os métodos alternativos são métodos que substituem ou reduzem o uso de animais em atividades de pesquisa.

A decisão já está em vigor e foi publicada no Diário Oficial da União, nesta quarta-feira (1º).

Desde 2014, uma resolução do Concea estabelece que após o órgão reconhecer um método alternativo, as instituições de pesquisa têm prazo de até cinco anos como limite para a adoção obrigatória da técnica sem o uso de animais.

No ano passado, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou também uma norma para reduzir a necessidade do uso de animais em testes para pedidos de registro de medicamentos, cosméticos e outros produtos.

A medida da Anvisa garante que qualquer metodologia alternativa reconhecida pelo Concea deve ser aceita pela agência, mesmo que os métodos não estejam previstos em normas específicas ou que a norma de algum produto exija teste com animais.

Como funcionam os robôs que criam imagens⁶⁸

'Primos' do ChatGPT, Midjourney, DALL-E 2 e Stable usam inteligência artificial para 'pensar' como humanos e criar imagens com objetos e estilos artísticos escolhidos pelos usuários. Ferramenta gera debate sobre uso de propriedade intelectual e futuro do trabalho de ilustradores.

O robô ChatGPT ganhou fama por sua capacidade de "escrever" sobre quase tudo, desde redações e listas até tabelas e códigos de programação. A OpenAI, responsável pelo robô, tem outra invenção do tipo: o DALL-E 2 também usa inteligência artificial, mas para criar ilustrações.

O DALL-E 2 já tem ao menos dois fortes concorrentes: Midjourney e Stable Diffusion. As empresas responsáveis pelos

67 Roberto Peixoto. Conselho restringe uso de animais em pesquisas com cosméticos. <https://g1.globo.com/ciencia/noticia/2023/03/01/concea-proibe-uso-de-animais-em-pesquisas-cientificas-de-produtos-com-compostos-cientificamente-comprovados.ghtml>. g1 Ciência. Visitado em 01.03.2023.

68 Victor Hugo Silva. Como funcionam os robôs que criam imagens. g1 Tecnologia. <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/01/26/como-funcionam-os-robos-que-criam-imagens.ghtml>. Visitado em 26.01.2023.

dois últimos já foram processadas por três de artistas nos Estados Unidos que reclamaram de terem suas obras usadas sem autorização para treinar os robôs.

Como os robôs funcionam?

Os modelos são criados ao treinar redes neurais, método que ensina máquinas a "pensarem" e a fazerem ligações entre diferentes termos de uma forma parecida com a do cérebro humano.

Eles aprendem a identificar objetos a partir de um conjunto de dados com fotos e suas respectivas descrições. A ideia é fazer os robôs conseguirem relacionar itens que, em um primeiro momento, não tenham ligação entre si, como um "coala andando de moto", exemplo usado pela OpenAI.

Depois de receberem uma instrução, os robôs fazem um processo chamado de "difusão", em que começam com um padrão de pontos aleatórios. Esse padrão é alterado aos poucos até chegar em uma imagem que pode ser reconhecida.

O que podem fazer?

Os três robôs podem criar imagens novas que combinam objetos, ações e estilos propostos pelos usuários. O DALL-E 2 também pode adicionar ou remover itens de ilustrações, criar variações de fotos enviadas por usuários e aumentar imagens para além do que aparece no arquivo.

É o que fez o diretor de arte Vitor Dornelles em seus primeiros testes da ferramenta. Nas redes sociais, ele mostrou como as ferramentas imaginam que seria o restante do cenário de capas de discos de Cartola e Secos & Molhados.

Ele também mostrou pediu para os robôs imaginarem como seriam "Os Muppets" no estilo de pintura da artista Tarsila do Amaral ou a cidade do Rio de Janeiro como se estivesse em filmes com personagens feitos de massinha.

Dornelles disse ter ficado impressionado com as imagens, ainda que em alguns casos a proposta tenha dado errado. "É um pouco como rolar dados, porque você nunca sabe qual vai ser o resultado".

Segundo ele, os robôs entendem as descrições de imagens (também chamadas de prompts) de sua própria forma. Por isso, é preciso se adaptar à linguagem de cada um deles antes de pedir algo.

"Depois de escrever muitos prompts, você acaba aprendendo algumas coisas", disse. "Tem até uns manuais informais que algumas pessoas na internet compilaram tentando reunir o conhecimento adquirido por todos os usuários até aqui".

De onde vêm as imagens?

A OpenAI e a Midjourney não revelam a origem do conjunto de dados usado para treinar os seus modelos. Mas a Stable Diffusion diz que o robô foi treinado com um conjunto chamado LAION 5b, que reúne mais de 2,3 bilhões de imagens com suas respectivas descrições em texto.

A falta de detalhes sobre a origem das imagens usadas para treinar os modelos é alvo de críticas de profissionais. Para o ilustrador de quadrinhos Jean Sinclair, é preciso haver uma regulamentação dos robôs.

"O maior problema dessas inteligências artificiais é que elas utilizam bancos de imagens sem creditar e remunerar os artistas. O nome desse tipo de ação é uso indevido de imagem", afirmou.

Ele concorda que os robôs que criam imagens vieram para ficar, mas alega que eles deveriam ser usados a favor de profissionais, como acontece com softwares de edição.

"O problema é que sua utilização hoje é problemática, nociva e antiética em relação aos artistas, porque utiliza os nossos trabalhos sem consentimento para terem lucros a curto e médio prazo somente para os criadores desses programas".

Existem outros sistemas?

Sim. As três ferramentas estão entre as mais famosas, mas, hoje, existem várias que criam imagens a partir de comandos de texto. Entre elas, estão Stability AI, Imagen e Parti – nem todas estão abertas ao público.

5 avanços científicos esperados em 2023⁶⁹

Da exploração contínua da lua a terapias e medicamentos inovadores, veja o que nos espera no campo da ciência no próximo ano.

2022 foi um ano de avanços incríveis na ciência, medicina e exploração espacial, o que preparou o terreno para novos progressos em 2023.

Do programa Artemis da NASA, que voltou nossa atenção para a exploração da Lua, até novos métodos de desenvolvimento de vacinas de forma rápida e eficaz.

O ano de 2023 também promete continuar construindo esses avanços.

São cinco avanços esperados.

1. A nova geração de vacinas

Graças ao sucesso das vacinas de mRNA contra a pandemia de Covid-19, estão sendo desenvolvidos todos os tipos de vacinas com essa tecnologia contra uma série de doenças.

Na mira das vacinas estão malária, tuberculose, herpes genital, HIV, fibrose cística, câncer e vários tipos de doenças pulmonares, entre outras.

A farmacêutica alemã BioNTech planeja iniciar em algumas semanas os primeiros testes em humanos de sua vacina de mRNA contra a malária e a tuberculose, enquanto a americana Moderna o fará contra os vírus que causam herpes genital e herpes zoster.

Uma das vacinas de mRNA mais promissoras é contra o câncer. Os imunizantes são projetados para reconhecer células cancerígenas e destruí-las.

Outras farmacêuticas estão investigando a possibilidade de aplicar a vacina contra a covid de forma rápida e eficaz com um simples spray nasal. Eles funcionaram em animais e testes em humanos são esperados em breve.

2. Observação espacial avançada

O mundo ficou maravilhado com as novas imagens do universo obtidas pelo poderoso Telescópio Espacial James Webb, o instrumento lançado pela NASA, a Agência Espacial Europeia (ESA) e a Agência Espacial Canadense. A expectativa é que o acessório continue a fazer descobertas por décadas.

Mas haverá instrumentos de exploração mais profundos.

A ESA planeja lançar o telescópio Euclides em 2023, que permanecerá em órbita solar por seis anos para criar um mapa 3D do universo.

A Agência de Exploração Aeroespacial do Japão, por sua vez, está desenvolvendo uma missão que detectará a radiação de raios-X de estrelas e galáxias distantes.

E no Chile, o telescópio Vera C. Rubin, que tem uma câmera com poder de detecção de mais de 3 bilhões de pixels, está pronto para fazer imagens no próximo mês de julho. O telescópio tem capacidade para registrar todo o céu visto do hemisfério sul em apenas três dias.

3. Missões à Lua

O programa Artemis da NASA, que enviou a cápsula Orion à Lua sem tripulantes a bordo e a retornou com sucesso à Terra em dezembro, é apenas o começo de outras visitas ao nosso satélite.

Os Emirados Árabes Unidos lançaram seu veículo lunar Rashid em 11 de dezembro, programado para investigar a superfície do nosso satélite natural.

Nessa data a NASA também enviou um satélite orbital para explorar a composição dos depósitos de água congelada em crateras e regiões escurecidas na Lua.

Há também o módulo do HAKUTO-R do Japão, que tentará fazer um pouso suave na Lua em abril, bem como o Chandrayaan-3 da Índia, que busca pousar perto do polo sul da Lua em meados de 2023.

⁶⁹ BBC. 5 avanços científicos esperados em 2023. g1 Ciência. <https://g1.globo.com/ciencia/noticia/2022/12/26/5-avancos-cientificos-esperados-em-2023.ghtml>. Visitado em 26.12.2022.

Uma das missões mais esperadas será o primeiro voo civil à Lua. Onze pessoas farão uma viagem de seis dias a bordo do foguete Starship da empresa SpaceX, de Elon Musk.

4. Engenharia genética CRISPR

O tratamento mostrou resultados promissores em ensaios clínicos contra duas doenças genéticas do sangue, incluindo a doença falciforme.

As empresas farmacêuticas Vertex e CRISPR Therapeutics estão desenvolvendo o tratamento conhecido como exa-cel, que será submetido à aprovação da Food and Drug Administration dos EUA em março próximo.

O sinal verde disponibilizará o exa-cel para pacientes com anemia falciforme, uma grave deformidade estrutural dos glóbulos vermelhos que prejudica a circulação sanguínea.

E 2023 pode ser o ano em que será aprovada a terapia CRISPR-Cas9, uma técnica de edição de genes que permite alterar uma cadeia de DNA, cortando parte dela e reconstituindo-a para formar uma nova sequência.

5. Medicamentos contra Alzheimer

Em novembro deste ano, foi anunciada a criação de um medicamento capaz de retardar a destruição do cérebro afetado pelo Alzheimer, o que foi recebido pela comunidade científica como um grande avanço.

No início de janeiro de 2023, o órgão regulador dos EUA anunciará se ele pode ser disponibilizado para o tratamento de pacientes, embora o medicamento seja eficaz apenas nos estágios iniciais da doença.

Trata-se da droga lecanemab, que ataca a placa pegajosa - chamada beta-amiloide - que se acumula no cérebro de pessoas com Alzheimer.

Em um campo de pesquisa repleto de falhas, essa droga é considerada "o início das terapias de Alzheimer", segundo especialistas.

Outra droga, chamada blarcamesine, que ativa uma proteína que melhora a estabilidade dos neurônios, continuará em testes clínicos. A novidade é desenvolvida pela empresa farmacêutica Anavex Life Sciences.

Figital: entenda o novo modelo de compra no comércio⁷⁰

Praticamente todos os shoppings já se adaptaram a essa nova realidade que une o presencial e o virtual. E a expectativa é de um crescimento de 4% nas vendas em relação ao Natal de 2021.

O figital é um novo modelo de compra, que mistura a internet com a loja física. E é a aposta dos shoppings para aumentar as vendas no Natal de 2022. Segundo a Abrasce, 95% dos shoppings de todo o Brasil já funciona neste modelo. Neste modo de compra híbrida, o consumidor pode optar em comprar na loja ou no site e retirar no local de sua conveniência.

Esta é uma tendência que ganhou força na pandemia. Uma adaptação aos novos comportamentos do cliente, que agora vê o shopping de uma forma diferente. A tecnologia deve ajudar as vendas dos shoppings este fim de ano. A previsão é de um aumento de 4% em relação ao Natal de 2021.

Para o presidente da Abrasce, Glauco Humai, o cliente passa a ter mais liberdade na hora de realizar a compra.

"Ele [consumidor] pode fazer compras a qualquer hora do dia, em qualquer local que ele estiver. E ele pode escolher receber em casa, receber no trabalho, pegar no shopping, comprar em outro shopping", diz Glauco.

A gerente comercial Janaina Bouanni pesquisa e compra bastante pela internet.

⁷⁰ Bom dia Brasil. Figital: entenda o novo modelo de compra no comércio. g1. <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2022/12/19/figital->

[entenda-o-novo-modelo-de-compra-no-comercio.ghtml](https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2022/12/19/figital-entenda-o-novo-modelo-de-compra-no-comercio.ghtml). Visitado em 19.12.2022

Mas dependendo do valor do que ela precisa, a compra digital vira física. “Acontece quando é uma compra de valor agregado maior”, conta Janaina.

Questões

01. (Prefeitura de Timbó/SC – Contador – FURB - 2023) A polêmica em torno da inteligência artificial ganhou força recentemente com o movimento de especialistas da área que aconselharam a limitação de seu uso. O fato ocorreu em meio à intensificação do uso de um recurso que simula a linguagem humana e tem como principal funcionalidade a criação de textos por meio de comandos simples. Qual é esse recurso?

- A - O Chatsonic.
- B - O ChatGPT.
- C - O Siri.
- D - A Alexa.
- E - O FaceID.

02. (Prefeitura de Barra Longa/MG – Ajudante de Serviços Gerais – FUNDEP - 2023) No Brasil, estudo [...] apontou as principais redes sociais propagadoras de notícias falsas sobre o novo coronavírus no Brasil. Os dados revelam que 40,7% das informações falsas foram propagadas via WhatsApp, 33,3% no Facebook, 8,5% no Instagram, 7,4% no YouTube, 5,3% em sites, 2,6% no Twitter e 0,5% via SMS.

Disponível em:
<https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-08-11/fake-news-mata.html>. Acesso em: 15 set. 2020.

De acordo com a pesquisa, as notícias falsas sobre o coronavírus circularam principalmente por

- A - boca a boca.
- B - imprensa escrita.
- C - Redes sociais.
- D - telejornalismo.

Alternativas

01 – B | 02 – C

MEIO AMBIENTE

COP 28 começa nesta quinta; saiba o que está em jogo e o que esperar da conferência sobre a crise do clima⁷¹

A 28ª conferência do clima da Organização das Nações Unidas (ONU), a COP 28, começa nesta quinta (30) em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos.

O evento deve durar cerca de duas semanas e tem um peso fundamental para a ação global contra as mudanças do clima, cada vez mais necessária visto os recentes episódios climáticos extremos no Brasil e no mundo. Por isso, diplomatas de 200 países e diversos chefes de governo estarão presentes.

Um dos pontos de expectativa é sobre como será a participação do governo Lula no evento. O presidente participa a partir de sexta-feira (1º) e uma comitiva de diversos ministros é aguardada em Dubai.

O que é a COP 28?

A COP 28 é 28ª conferência do clima da ONU, um evento que reúne governos do mundo inteiro, diplomatas, cientistas, membros da sociedade civil e diversas entidades privadas com o objetivo de debater e buscar soluções para a crise climática causada pelo homem.

A conferência vem sendo realizada anualmente desde 1995 (exceto em 2020, por causa da pandemia) e o termo COP é uma sigla em inglês que quer dizer "Conferência das Partes", uma referência às 197 nações que concordaram com um pacto ambiental da ONU no início da década de 1990.

O tratado, chamado de Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), tem como principal objetivo estabilizar a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera e, assim, combater a ameaça humana ao sistema

⁷¹ Roberto Peixoto. COP 28 começa nesta quinta; saiba o que está em jogo e o que esperar da conferência sobre a crise do clima. <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/11/30/cop-28-comeca->

[nesta-quinta-saiba-o-que-esta-em-jogo-e-o-que-esperar-da-conferencia-sobre-a-crise-do-clima.ghml](https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/11/30/cop-28-comeca-nesta-quinta-saiba-o-que-esta-em-jogo-e-o-que-esperar-da-conferencia-sobre-a-crise-do-clima.ghml). Visitado em 04.12.2023

climático da Terra, cada vez mais evidente nos últimos meses.

Esse ano, por exemplo, pela 1ª vez, o mundo registrou um dia com temperatura média global 2°C acima da era pré-industrial.

Aliado a isso, segundo o observatório europeu Copernicus, o mês de outubro de 2023, foi o mais quente já registrado em nível mundial, com uma temperatura média do ar à superfície de 15,3°C, o que representa 0,85°C acima da média de outubro de 1991 a 2020 e 0,4°C acima do outubro mais quente anterior, em 2019.

O que deve ser discutido na COP 28?

Neste ano, embora diversos temas estejam na mesa, as principais negociações são sobre os seguintes temas:

- balanço global (global stocktake),
- combustíveis fósseis,
- perdas e danos,
- financiamento e adaptação climática.

Veja a seguir uma explicação para cada um desses tópicos:

1 - Balanço global (global stocktake): avaliação do progresso na implementação do Acordo de Paris

O Balanço Global, também conhecido como Global Stocktake (GST), é um processo importante que examina como os países estão cumprindo suas metas em relação às mudanças climáticas definidas pelo Acordo de Paris.

Esse é um tratado internacional assinado em 2015, durante a COP21 na capital francesa.

Seu principal objetivo é manter o aquecimento global do planeta bem abaixo de 2°C até o final do século e buscar esforços para limitar esse aumento até 1,5°C (algo que está distante da nossa realidade atual).

Dá pra dizer que quase todos os países do mundo são signatários do acordo, exceto alguns poucos, como Irã, Líbia, Iêmen e Eritreia.

E durante esta 28ª edição da COP, há uma expectativa para a conclusão do primeiro balanço global do acordo.

Isso é importante porque a avaliação resultante desse balanço irá orientar os países na definição de políticas climáticas e financiamentos para energia limpa mais ambiciosos, buscando se aproximar da meta de 1,5°C.

2 - Combustíveis fósseis: acordo para eliminação gradual/reduzir uso

Stela Herschmann, especialista em Política Climática do Observatório do Clima, destaca também um provável comprometimento global na COP para eliminar gradualmente todos os combustíveis fósseis.

Mesmo em meio a um contexto desafiador, com a COP realizada em um país produtor de petróleo, ela espera algum tipo de acordo ou declaração de intenção, apesar das possíveis influências de interesses conflitantes.

Herschmann ressalta a urgência da situação, mencionando o prazo de sete anos para reduzir significativamente as emissões de gases de efeito estufa. Em suas palavras, "a ciência nos mostra que a gente não tem mais tempo a perder".

Mesmo assim, apesar de tentativas anteriores, como na COP27, de reduzir todos os combustíveis fósseis, surgiram obstáculos, principalmente de nações que favorecem a captura de carbono.

Na COP26, as Partes (os estados que participam da conferência, como o Brasil) concordaram em reduzir gradualmente os subsídios aos combustíveis fósseis e o uso do carvão. Isso porque na época, a Índia, apoiada pela China, pediu para substituir a expressão "eliminar gradativamente" por "reduzir gradativamente" no Pacto de Glasgow.

Por isso, ambientalistas pediram avanço na discussão sobre o tema no ano passado, mas o texto final de Sharm El-Sheikh manteve os termos originais de Glasgow, ignorando a sugestão dos ativistas.

Enquanto há países que explicitamente se opõem à "eliminação" desses poluentes, por outro lado, nações como a França, por exemplo, propõem uma narrativa mais robusta para zerar as emissões até 2030 (uma iniciativa chamada de "ecologia à la Française").

O que persistem então são desacordos sobre o futuro do carvão, petróleo e gás, dificultando as negociações internacionais na cúpula.

O problema disso é que a menos que ações mais efetivas sejam tomadas, o aumento da temperatura pode atingir os preocupantes índices de 2,5°C a 2,9°C acima dos níveis pré-industriais, indo muito além das metas do Acordo de Paris, como mostrou um relatório recente da ONU.

3 - Perdas e danos – como compensar os países já afetados

Embora essa não seja uma discussão recente, o debate sobre esse tipo de financiamento ganhou muita força ano passado, e sua enfim criação foi apontada como "revolucionária" por organizações como o Observatório do Clima.

O termo faz referência aos estragos destrutivos que alguns países não podem prevenir ou se adaptar com seus atuais recursos.

Ao longo da COP 27, o apelo para que as nações ricas compensem esses países pobres afetados por eventos extremos finalmente ecoou em um resultado concreto: pela primeira vez na história das conferências do clima da ONU, uma resolução sobre um tipo de financiamento climático a países vulneráveis à crise do clima foi aprovada.

Até o momento, no entanto, não está claro de onde sairão os aportes para esse fundo e quais países em específico vão receber a quantia. Discussões sobre isso, como recomendações em relação aos elementos para operacionalização do fundo e outros arranjos de financiamento devem ser realizadas nessa COP - ou até depois dela.

"Esse é o ponto agora: a formação do secretariado do fundo. Então algumas coisas processuais serão decididas nessa COP para sua implementação de fato", diz Alexandre Prado - líder em Mudanças Climáticas do WWF-Brasil.

Financiamento climático – uma promessa já descumprida

Como parte do Acordo de Paris, os países desenvolvidos prometeram aos países em desenvolvimento dar US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020 para ajudá-los a se preparar para as mudanças climáticas.

Apesar disso, esse é meta não sendo cumprida e, por isso, havia uma expectativa de que as negociações da COP 27 selassem alguma medida imediata.

Porém, nenhum avanço foi visto nesta questão e a promessa também segue sem definição.

4 - Adaptação – como se preparar para a mudança do clima

Este ano, o financiamento é novamente um destaque, não apenas devido às perdas e danos. No âmbito do Acordo de Paris, países desenvolvidos se comprometeram a fornecer US\$ 100 bilhões anuais a partir de 2020 para ajudar os países em desenvolvimento a se prepararem para as mudanças climáticas.

Desde 2019, o debate sobre financiamento intensificou-se com o retorno dos Estados Unidos ao Acordo de Paris. No entanto, a meta não tem sido cumprida, levando à expectativa de que a COP 28 aborde possíveis soluções.

Recentemente, a ONU relatou uma queda de 15% no financiamento para a adaptação climática dos países em desenvolvimento em 2021, indicando uma estagnação na luta contra o aquecimento global.

Rio Negro continua descendo e fica abaixo dos 13 metros em Manaus⁷²

É a primeira vez, em 121 anos de medição, que o nível das águas chega à casa dos 12 metros.

Após registrar a pior seca em 121 anos, o Rio Negro continua descendo em Manaus. Desde domingo (22), o nível das águas está abaixo dos 13 metros no Porto de Manaus, onde a medição é realizada diariamente.

No domingo, o Rio Negro baixou para 12,99 metros. Nesta segunda-feira (23), o nível caiu para 12,89 metros. É a primeira vez, em 121 anos de medição, que o nível das águas chega à casa dos 12 metros.

Para se ter ideia, quando está cheio e preenchendo a orla do Porto de Manaus, o Rio Negro chega a atingir uma cota que varia entre 27 metros e 29 metros.

O Rio Negro registrou a maior seca da história há uma semana, no dia 16 de outubro, ao atingir 13,59 metros. Nos dias seguintes, as águas continuaram baixando em ritmo mais lento, em média, até 10 centímetros por dia.

De acordo com Jussara Cury, pesquisadora do Serviço Geológico Brasileiro (SGB), antigo CPRM, o nível do Rio Negro deve continuar baixando em Manaus, embora a estiagem já tenha encerrado na calha do Rio Solimões.

Influenciado pelas águas do Rio Solimões, o Rio Negro depende da subida das águas no Peru e na tríplice fronteira, onde está situada a cidade de Tabatinga.

"Há uma estabilidade nesse processo de subida, desde a região que alimenta o Solimões, como é o caso dos Andes e das estações monitoradas no Peru. [Elas] apresentam o mesmo comportamento, devido às chuvas isoladas na região", disse Jussara.

A bacia do Solimões banha nove cidades do Amazonas e represa 70% do nível de água para o Rio Negro. "Mas, para que a

gente saia deste cenário de estiagem e passe à estabilidade, e o processo de subida, que seria o início da cheia, precisamos também de chuvas distribuídas ao longo da bacia e isso ainda não aconteceu", afirmou a pesquisadora.

Conforme as novas análises da especialista, ainda vai levar tempo para o nível do Rio Negro se estabilizar em Manaus.

"Como os níveis da bacia estão muito baixos para a época, estão no intervalo das mínimas, vai levar um certo tempo para essa água que sai lá de cima, das cabeceiras, se distribuir ao longo da bacia", disse.

Seca no Amazonas

A seca severa afeta a maior parte do Amazonas. Dos 62 municípios que formam o estado, 59 estão em situação de emergência, incluindo Manaus.

Do total de municípios, 1 está em alerta e apenas 2 estão em normalidade.

O número de pessoas afetadas já passou de 630 mil.

ONU elogia rejeição do Marco Temporal pelo STF⁷³

Em nota, porta-voz vê "consequências extremamente graves" caso tese fosse aprovada.

Nesta terça-feira (26), a porta-voz do alto comissariado da ONU para os direitos humanos divulgou uma nota onde elogiou a decisão do Supremo Tribunal Federal do Brasil que rejeitou a tese jurídica do marco temporal. Marta Hurtado se mostrou aliviada com a derrubada.

Por essa tese, os povos indígenas teriam o direito de ocupar apenas as terras que já ocupavam ou disputavam na data da promulgação da constituição brasileira de 1988. Com a rejeição por 9 votos a 2 ocorrida na última semana, a Suprema Corte mantém o que está escrito desde a data.

⁷² Eliena Monteiro. Rio Negro continua descendo e fica abaixo dos 13 metros em Manaus. g1. <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/10/23/rio-negro-continua-descendo-e-fica-abaixo-dos-13-metros-em-manaus.ghtml>.

Visitado em 26.10.2023.

⁷³ Jornal Hoje. ONU elogia rejeição do Marco Temporal pelo STF. Visitado em 27.09.2023

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”, diz a Constituição.

A porta-voz da ONU disse que limitar a demarcação desta forma "teria tido consequências extremamente graves", impedindo que comunidades indígenas regressassem às terras de onde tinham sido expulsas.

Ela disse ainda que a tese do marco temporal teria perpetuado e agravado as injustiças históricas sofridas pelos povos indígenas do Brasil.

Redução forte no consumo de carne equivale a retirar 8 milhões de carros das ruas no Reino Unido, diz estudo⁷⁴

Pesquisa da Universidade de Oxford identifica pela primeira vez como as dietas com alto e baixo teor de carne impactam o planeta.

Se os grandes consumidores de carne do Reino Unido reduzissem a quantidade de carne que comem, isso equivaleria a retirar 8 milhões de carros de circulação.

Esta é apenas uma das descobertas de uma nova pesquisa que, segundo os cientistas, apresenta o cálculo mais confiável de como o que comemos afeta nosso planeta.

O estudo da Universidade de Oxford, no Reino Unido, é o primeiro a identificar a diferença entre dietas com alto e baixo teor de carne nas emissões de gases de efeito estufa, dizem os pesquisadores (veja abaixo as quantidades de referência usadas na pesquisa).

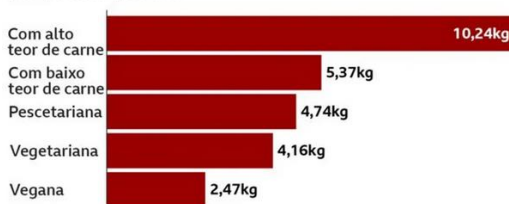
A indústria da carne afirma, por sua vez, que a análise superestimou o impacto do consumo de carne.

Peter Scarborough, professor da Universidade de Oxford que liderou a pesquisa, disse à BBC News:

"Nossos resultados mostram que se todos no Reino Unido que são grandes consumidores de carne reduzissem a quantidade de carne que comem, faria uma grande diferença", disse. "Você não precisa erradicar completamente a carne da sua dieta."

Comer carne gera mais gases de efeito estufa

Quanto dióxido de carbono diferentes tipos de dieta produzem por pessoa* por dia?



*Baseado em um adulto que consome 2.000 calorias por dia

Fonte: LEAP Project/Nature Foods

BBC

Scarborough faz parte do projeto Livestock Environment And People (LEAP), que entrevistou 55 mil pessoas.

Elas foram divididas em: pessoas que comem muita carne (aquelas que consomem mais de 100g de carne por dia, o que equivale a um hambúrguer grande); pessoas que comem pouca carne (cuja ingestão diária é de 50g ou menos, aproximadamente duas salsichas pequenas); pescetarianos; vegetarianos; e veganos.

Embora seja bem conhecido que a produção de carne tem uma pegada ambiental maior do que a dos alimentos de origem vegetal, isso nunca havia sido calculado com tantos detalhes, de acordo com Susan Jebb, chefe da agência que regula produtos alimentícios no Reino Unido (FSA, na sigla em inglês) e renomada cientista de nutrição da Universidade de Oxford. Ela não participou da pesquisa.

"O que torna essa avaliação diferente é que ela leva em conta a alimentação de pessoas reais e se baseia nos vários métodos

⁷⁴ BBC. Redução forte no consumo de carne equivale a retirar 8 milhões de carros das ruas no Reino Unido, diz estudo. <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/07/21/reducao>

-forte-no-consumo-de-carne-equivale-a-retirar-8-milhoes-de-carros-das-ruas-no-reino-unido-diz-estudo.ghtml. Visitado em 21.07.2023.

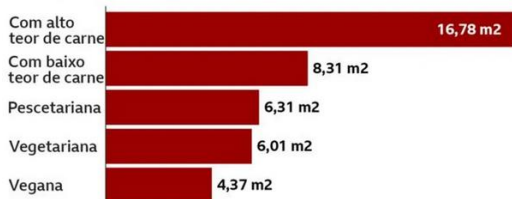
de produção que temos no momento", diz ela.

"Os pesquisadores avaliaram em um nível muito mais detalhado do que antes a pegada ambiental do que elas estão comendo".

A pesquisa, publicada na revista científica *Nature Food*, mostra que a dieta de alguém que come muita carne produz uma média de 10,24 kg por dia de gases de efeito estufa que aquecem o planeta. Já uma pessoa que come pouca carne produz quase metade disso, 5,37 kg por dia. E no caso das dietas veganas, o valor é novamente reduzido pela metade, chegando a 2,47 kg por dia.

A produção de carne usa muita terra

Quanta terra é necessária para sustentar diferentes tipos de dieta por pessoa* por dia?



*Baseado em um adulto que consome 2.000 calorias por dia

Fonte: LEAP Project/Nature Foods

BBC

A análise é a primeira a examinar o impacto detalhado da alimentação em outras medidas ambientais ao mesmo tempo. São elas: uso da terra, uso da água, poluição da água e perda de espécies, geralmente causada pela perda de habitat devido à expansão da agricultura.

Em todos os casos, as pessoas que comem muita carne tiveram um impacto adverso significativamente maior do que os outros grupos.

A Grã-Bretanha utiliza alguns dos métodos mais sustentáveis de produção de carne. E o setor emprega quase 100 mil pessoas, gerando 9,5 bilhões de libras (R\$ 58,6 bi) por ano para o Reino Unido.

Nick Allen, CEO da British Meat Processors Association, afirmou que as avaliações eram incompletas. "Uma das frustrações com um relatório como este é que ele analisa apenas as emissões da produção pecuária. Não leva em conta que

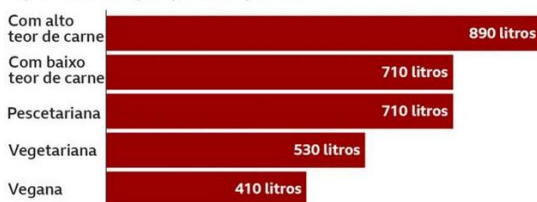
o carbono é absorvido pelas pastagens, árvores e cercas vivas [nas fazendas]. Se eles levassem esses valores em consideração, você provavelmente teria um quadro diferente."

Em resposta, Scarborough explicou que vários estudos, incluindo este, concluíram que a absorção de CO2 pelas pastagens tem apenas um "impacto modesto".

Outro estudo também publicado na revista científica *Nature Food*, em 2021, concluiu que a produção de alimentos foi responsável por um terço de todas as emissões globais de gases de efeito estufa. E uma revisão independente do Departamento de Meio Ambiente, Alimentos e Assuntos Rurais (Defra, na sigla em inglês) pediu uma redução de 30% no consumo de carne até 2032, a fim de atingir a meta de emissões líquidas zero do Reino Unido.

Dietas ricas em carne precisam de mais água

Quanta água é usada para produzir alimentos para diferentes tipos de dieta por pessoa* por dia?



*Baseado em um adulto que consome 2.000 calorias por dia

Fonte: LEAP Project/Nature Foods

BBC

De acordo com Jebb, pouco foi feito para atingir esta meta.

"No Reino Unido ainda não é aceito que estamos comendo uma quantidade de carne inconsistente com nossas metas ambientais. No momento, a conversa não é como faremos isso, mas se é realmente necessário", diz. "As pessoas não estão totalmente convencidas."

Ela acrescenta que, além de encorajar as pessoas a mudar sua alimentação, o governo também precisa apoiar os agricultores durante a transição, protegendo seus meios de subsistência.

"Nossos agricultores estão se esforçando muito para serem sustentáveis, mais do que em vários outros países, e ainda assim nós, no Reino Unido, estamos colocando mais

pressão sobre nossos agricultores para que mudem, e isso é bem difícil se você for um agricultor", afirma.

Em resposta, um porta-voz do Defra disse que "as pessoas devem tomar suas próprias decisões sobre os alimentos que consomem".

"Atingir a meta de emissões líquidas zero é uma prioridade para este governo e, embora as escolhas alimentares possam ter impacto nas emissões de gases de efeito estufa, a pecuária bem administrada também oferece benefícios ambientais, como o apoio à biodiversidade, protegendo as características do campo e gerando uma renda importante para as comunidades rurais."

'Mudança climática subterrânea' vira ameaça invisível em grandes cidades pelo mundo⁷⁵

Impacto do aquecimento proveniente de porões, estações de metrô e outras construções abaixo do solo representam possíveis impactos urbanos, principalmente no longo prazo

Sob as altas torres Art Déco do centro de Chicago, suas estradas e suas movimentadas linhas de trem e metrô, a terra está afundando — e não apenas pelas razões que você pode esperar. Desde a metade do século 20, o solo entre a superfície da cidade e o leito rochoso aqueceu 3,1°C em média, de acordo com um novo estudo da Northwestern University. Todo esse calor, que vem principalmente de porões e outras estruturas subterrâneas, fez com que as camadas de areia, argila e rocha sob alguns edifícios diminuíssem ou aumentassem vários milímetros ao longo das décadas, o suficiente para piorar rachaduras e defeitos em paredes e fundações.

— Ao seu redor, você tem fontes de calor — disse o autor do estudo, Alessandro F. Rotta Loria, caminhando com uma

mochila pela Millennium Station, um terminal ferroviário suburbano abaixo do vibrante distrito de Loop, em Chicago. — São coisas que as pessoas não veem, então é como se não existissem.

Não é apenas Chicago. Nas grandes cidades em todo o mundo, a queima de combustíveis fósseis pelos humanos está aumentando os termômetros na superfície. Mas o calor também está saindo de porões, garagens, túneis de trem, encanamentos, esgotos e cabos elétricos, um fenômeno que os cientistas passaram a chamar de "mudança climática subterrânea".

O aumento das temperaturas subterrâneas leva a túneis de metrô mais quentes, o que pode causar superaquecimento dos trilhos e uma sensação de sauna para os passageiros. E, ao longo do tempo, eles causam pequenas mudanças no solo sob os edifícios, o que pode induzir tensões estruturais, cujos efeitos não são perceptíveis até estarem diante dos olhos.

— Hoje, você não está vendo esse problema — disse Asal Bidarmaghzi, professor sênior de engenharia geotécnica da Universidade de New South Wales, na Austrália, que estudou o calor subterrâneo em Londres. — Mas nos próximos 100 anos, há um problema. E se apenas sentarmos pelos próximos 100 anos e esperarmos 100 anos para resolvê-lo, isso seria um problema enorme.

Termômetro subterrâneo

Para avaliar a mudança climática subterrânea em Chicago, Rotta Loria, professor assistente de engenharia civil e ambiental na Northwestern, instalou mais de 150 sensores de temperatura acima e abaixo da superfície de Loop. Ele combinou três anos de leituras desses sensores com um modelo de computador detalhado dos porões, túneis e outras estruturas do distrito para simular como o solo em diferentes profundidades se aqueceu entre 1951 e

⁷⁵ Raymond Zhong e Jamie Kelter Davis, *The New York Times*. 'Mudança climática subterrânea' vira ameaça invisível em grandes cidades pelo mundo. O Globo. <https://oglobo.globo.com/mundo/clima-e->

ciencia/noticia/2023/07/12/mudanca-climatica-subterranea-vira-ameaca-invisivel-em-grandes-cidades-pelo-mundo.shtml. Visitado em 12.07.2023.

agora, e como vai aquecer de agora até 2051.

Perto de algumas fontes de calor, o solo sob os pés dos habitantes de Chicago aqueceu 15°C nas últimas sete décadas, descobriu ele. Isso fez com que as camadas de terra se expandissem ou contraíssem em mais de 1cm sob alguns edifícios.

Porém, o aquecimento e a deformação do solo agora estão acontecendo mais lentamente do que no século 20, ele descobriu, simplesmente porque a Terra está mais perto de ser tão quente quanto os porões e túneis enterrados dentro dela. Cada vez mais, essas estruturas permanecerão quentes em vez de dissipar o calor no solo ao seu redor.

As descobertas de Rotta Loria foram publicadas nesta terça-feira na revista *Communications Engineering*.

A maneira mais eficaz para os proprietários de edifícios e operadores de túneis resolverem o problema, disse ele, seria melhorar o isolamento para que menos calor vaze para a terra. Eles também poderiam utilizar o calor. Rotta Loria é diretor de tecnologia da Enerdrape, uma start-up na Suíça que fabrica painéis que absorvem o calor ambiente em túneis e garagens e o usam para acionar bombas de calor elétricas, reduzindo as contas de serviços públicos. A empresa instalou 200 de seus painéis em um estacionamento de supermercado perto de Lausanne como um projeto piloto.

O professor propositadamente não incluiu um fator em suas estimativas de aquecimento subterrâneo em Chicago: a mudança climática na superfície da cidade.

O clima quente aquece as camadas superiores do solo. Mas os cálculos dele assumem que as temperaturas do ar em Chicago permanecem em seus níveis médios recentes até 2051 - ou seja, suas estimativas não incorporam as projeções dos cientistas do clima para o futuro aquecimento global. Eles também não levam em conta o fato de que, à medida que continuamos aquecendo o planeta, os grandes edifícios provavelmente usarão

mais ar-condicionado e bombearão ainda mais calor residual para o solo.

A razão para essas omissões, disse Rotta Loria, é que ele está tentando descobrir uma estimativa conservadora para o aquecimento subterrâneo, não um cenário de pior caso.

— Isso já mostra que há um problema — disse ele. O gabinete do prefeito de Chicago, Brandon Johnson, não respondeu aos pedidos de comentários.

Em busca de amostras

Em uma manhã recente, Rotta Loria e Anjali Thota, uma candidata a doutorado em engenharia civil da Northwestern, levaram um repórter e um fotógrafo para um passeio por sua rede de sensores de temperatura, que traçam uma espécie de cidade invisível sob a cidade.

Rotta Loria disse que a Autoridade de Trânsito de Chicago não permitia que ele instalasse sensores nas estações de metrô por medo de que as pessoas os confundissem com detonadores de bombas. Mas ele e sua equipe conseguiram colocar sensores em muitos outros locais conhecidos (e outros menos conhecidos): em plataformas de trens suburbanos e em entradas de serviço atrás de arranha-céus, no arborizado Millennium Park e na Wacker Drive.

Os próprios sensores são indefinidos: uma caixa de plástico branca com um botão e duas luzes indicadoras. Eles custaram US\$ 55 (R\$ 267) cada. As informações de temperatura que eles coletam - uma leitura a cada minuto ou uma a cada 10 minutos, dependendo da localização - são baixadas em um telefone via Bluetooth, o que significa que o professor e seus alunos devem visitá-los pessoalmente periodicamente para coletar os dados, por volta de 20 mil registros por dia no total.

Muitos dos sensores foram roubados ou desapareceram ao longo dos anos, deixando 100 em serviço. No Millennium Garages, um complexo de estacionamento subterrâneo, um deles está amarrado a um cano atrás de uma coluna.

— Isso é tudo, hein? — disse Admir Sefo, executivo da garagem, espiando o widget. — E ninguém os encontrou?

— É difícil até para nós encontrá-los — disse Thota. Ela tem suas localizações salvas no Google Maps, mas no subsolo, muitas vezes não há sinal de celular, forçando-a a caçar por aí.

Outro sensor, no hotel Blackstone, está em uma sala no porão cheia de cadeiras e sacos de cubos derretidas de gelo. Há um na sala da caldeira do Union League Club de Chicago que, registrou temperaturas de até 35,5°C. Um sensor no estacionamento Grant Park South registrou 36,1°C em setembro de 2021.

Logo além das paredes em cada um desses pontos, fora da vista e fora da mente, esse calor está silenciosamente fazendo o que o calor faz: se espalhando.

Aquecimento global afeta a todos da mesma forma? Resposta em pesquisa indica que ainda sabemos pouco sobre 'justiça climática'⁷⁶

64% dos entrevistados nunca ouviram falar do termo 'justiça climática'.

Quem é mais afetado pelas mudanças climáticas na opinião dos brasileiros? A resposta de uma parcela significativa dos entrevistados na pesquisa "Justiça Climática", realizada pela Globo, mostra que a população está preocupada, mas ainda não compreende totalmente os impactos do aquecimento global.

Para 38% dos entrevistados, a crise do clima afeta "todas as pessoas da mesma forma".

"Este dado (38%) retrata também a falta de entendimento sobre o que é 'justiça climática' e como os impactos são sentidos de maneiras diferentes pela população", aponta a análise da pesquisa.

A resposta foi a 2ª mais mencionada, ficando atrás dos 49% que indicaram que as "pessoas mais pobres" são as mais afetadas,

segundo os dados do levantamento disponível na Plataforma Gente, hub de pesquisas e insights da Globo.

Ao mesmo tempo, 64% dos entrevistados nunca ouviram falar do termo 'justiça climática'.

O que é "justiça climática":

É a busca por igualdade e equidade na luta contra os efeitos da mudança climática e seus efeitos;

A busca parte da constatação de que os efeitos das mudanças climáticas não são distribuídos de maneira igualitária entre as pessoas e as nações;

São mais afetados pela crise do clima as comunidades mais vulneráveis, como povos indígenas, comunidades de baixa renda, mulheres e países em desenvolvimento;

A "justiça climática" também busca reparação histórica, exigindo que os países desenvolvidos assumam responsabilidades maiores na redução das emissões e na ajuda aos países mais afetados.

Por isso, falar de "justiça climática" é falar também de racismo ambiental, pobreza energética, pobreza menstrual, refugiados climáticos, insegurança alimentar, demarcação de terras e regeneração, entre tantos outros temas.

Para a ativista climática Gabriela Alves, que também é cientista social e co-fundadora do Instituto Perifa Sustentável, é preciso aproximar o tema dos brasileiros.

"Existe no imaginário popular que mudanças climáticas são o derretimento das geleiras, a morte dos ursos polares. Agora o que isso tem a ver comigo que moro na Rua 13 no Jardim Damasceno? 'Territorializar' esse debate é um desafio educacional e cultural", afirma Gabriela.

Outra das questões da pesquisa foi "Qual a principal imagem que vem à mente sobre mudanças climáticas?". As respostas indicam que, para os brasileiros, o impacto

⁷⁶ g1. Aquecimento global afeta a todos da mesma forma? Resposta em pesquisa indica que ainda sabemos pouco sobre 'justiça climática'. Meio Ambiente. <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/07/05/aquecimento-global-afeta-a-todos-da-mesma-forma-resposta-em-pesquisa-indica-que-ainda-sabemos-pouco-sobre-justica-climatica.ghml>. Visitado em 05.07.2023.

dos eventos extremos do clima já começa a deixar marcos de como a crise afeta o dia a dia.

Qual a principal imagem que vem à mente sobre mudanças climáticas?

- Enchentes - 69%
- Queimada - 52%
- Seca - 48%
- Fome - 47%
- Geleiras derretendo - 43%

Em eventos recentes, diferentes cidades do Brasil viram os efeitos de chuvas torrenciais causarem prejuízos graves e mortes (como ocorreu em São Sebastião e Petrópolis, por exemplo), e além disso, a urbanização precária nas grandes cidades contribui para alagamentos e enchentes em períodos do verão.

Seja por resultado do contato cotidiano ou pelo debate do tema, um levantamento (Vida Saudável e Sustentável 2022) realizado por Akatu e Globe Scan indicou que os brasileiros encaram com mais seriedade os problemas apontados do que a média da população mundial.

Pobreza extrema no mundo: 90% dos brasileiros consideram muito séria, contra 63% dos demais entrevistados de outros países;

Perda de espécies de animais e plantas: 81% dos brasileiros consideram muito séria, contra 57% dos demais entrevistados de outros países;

Violações dos direitos humanos: 77% dos brasileiros consideram muito séria, contra 58% dos demais entrevistados de outros países.

Outro recorte realizado para a pesquisa da Globo foi o papel das mídias como agente dessa conscientização. Cenário em que as pautas ambientais têm potencial de ser território de diálogo e ponto em comum, além de grande oportunidade para empresas de mídia trazerem mais letramento e soluções propositivas de futuro.

Na pesquisa, houve um questionamento em torno das possíveis ações que as empresas de mídias podem oferecer. Para 55%, elas podem criar campanhas que

falem sobre 'Justiça Climática', 49% afirmam que há possibilidade de investir financeiramente em projetos efetivos em áreas de vulnerabilidade climática e 42% acreditam no poder do jornalismo em produzir reportagens sobre como a 'Justiça Climática' está presente em nosso dia a dia.

A pesquisa contou com a parceria da ONG La Clima, uma associação de advogados de mudanças climáticas na América Latina, bem como escutou especialistas e ativistas das causas sociais e ambientais entre 25 e 35 anos, que fazem parte de uma geração herdeira das mudanças climáticas no mundo. Trouxe também o papel dos povos indígenas na construção de futuros desejáveis como guardiões das florestas e protetores da biodiversidade no Brasil e no mundo.

Termos para entender a crise climática

A pesquisa não detalhou o entendimento das pessoas sobre termos, mas apontou a necessidade de promover o debate do tema. Por isso, o g1 explica abaixo algumas das palavras que costumam ser usadas dentro do assunto:

Racismo ambiental

A definição feita pela Universidade de São Paulo é: "processo de discriminação que populações periféricas ou compostas de minorias étnicas sofrem através da degradação ambiental". Ou seja, todos os grupos que são historicamente marginalizados são os mais afetados pela degradação ambiental, uma vez que faltam políticas públicas voltadas para essa população.

Pobreza energética

É quando não há acesso aos recursos básicos de energia. Segundo o ministro de Ministério de Minas e Energia, Alexandre Silveira, o setor precisa garantir o acesso à energia a toda população, assegurando um desenvolvimento econômico e social mais justo.

Pobreza menstrual

Segundo a UNICEF, a pobreza menstrual é caracterizada pela falta de infraestrutura, recursos e até conhecimento por parte das mulheres para cuidados envolvendo a menstruação. Em muitos casos, adolescentes deixam de sair de casa até para ir à escola por causa da menstruação, já que há dificuldade de acesso a serviços de água, saneamento e higiene adequados.

Refugiados climáticos

Apesar de o termo “refugiado climático” estar se popularizando, a Convenção dos Refugiados de 1951 não traz aportes específicos para pessoas deslocadas pelas mudanças climáticas. No entanto, de maneira vulgar, é entendido pelo Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) que esses indivíduos são aqueles impelidos ao deslocamento por causa dos efeitos das mudanças climáticas e desastres ambientais.

Insegurança alimentar

Quando há modificações nos padrões de alimentação, com comprometimento da qualidade e quantidade de alimentos, podendo ainda incluir a experiência de fome. A definição é dada pelo Ministério da Saúde.

Demarcação de terras

O termo aponta a necessidade de estabelecer a extensão de terra a qual os povos originários tem direito de ocupar, para que limites sejam respeitados e esse território não seja usurpado por terceiros.

Gases de efeito estufa

São um grupo de gases que contribuem para o aquecimento global e as mudanças climáticas, como o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄) e o óxido nitroso. Embora dure menos tempo na atmosfera

que o CO₂, o CH₄, é o segundo gás que mais contribuiu para o aquecimento global.

Num período de cem anos, o metano é responsável por esquentar o planeta cerca 28 vezes mais do que uma molécula de dióxido de carbono (CO₂), o principal gás responsável pelo efeito estufa, liberado na queima de combustíveis fósseis.

1.5°C

Esse é o chamado “limite seguro” das mudanças climáticas. É o limiar de aumento da taxa média de temperatura global que temos que atingir até o final do século para evitar as consequências da crise climática provocada pelo homem por causa da crescente emissão de gases de efeito estufa na nossa atmosfera.

Essa é uma taxa que é medida em referência aos níveis pré-industriais, a partir de quando as emissões de poluentes passar a afetar significativamente o clima global.

Desmatamento das florestas tropicais aumentou 15% no Brasil em 2022, aponta estudo⁷⁷

Área perdida foi de 4,1 milhões de hectares; ONG Global Forest Watch afirma que a destruição de florestas em todo o mundo aumentou 10% em todo o ano passado.

Um relatório publicado na manhã desta terça-feira (27) deixou o mundo em alerta. A Organização Não-Governamental Global Forest Watch disse que a destruição das florestas tropicais em todo o mundo aumentou 10% em 2022, em comparação com o ano anterior. E no Brasil, os dados são ainda mais alarmantes. De acordo com os dados do Global Forest Watch, o país perdeu 15% das suas matas no último ano.

A área destruída em solo nacional foi de 4,1 milhões de hectares, o que equivale à perda de 11 campos de futebol por minuto. E toda essa destruição produziu 2,7 gigatoneladas de emissões de dióxido de

⁷⁷ Bom dia Brasil. Desmatamento das florestas tropicais aumentou 15% no Brasil em 2022, aponta estudo. <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/06/27/desmatamento-das-florestas-tropicais->

[aumentou-15percent-no-brasil-em-2022-aponta-estudo.ghtml](https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/06/27/desmatamento-das-florestas-tropicais-). Visitado em 27.06.2023.

carbono, algo semelhante com a emissão de toda a Índia. Foi a maior perda florestal não-relacionada a incêndios desde 2005.

O relatório, feito com imagens de satélites, aponta que a maior parte da destruição ocorreu na Amazônia. Segundo o estudo, o Brasil tem cerca de 30% de toda a cobertura florestal do planeta. No entanto, a destruição ocorrida no país responde por mais de 40% do desmatamento registrado em todo o mundo.

O relatório também mostra que várias terras indígenas na Amazônia também perderam florestas tropicais em 2022, principalmente motivadas por invasões territoriais e exploração da mineração. Apesar disso, a taxa de desmatamento nos territórios indígenas é muito menor que em terras não-indígenas.

Bolívia e Gana batem próprios recordes de destruição

Além do Brasil, a República Democrática do Congo, segundo país com mais florestas no mundo, Bolívia e Gana também tiveram perdas relevantes de área florestal. A RD Congo teve destruídos mais de meio milhão de hectares – a maioria decorrente de clareiras feitas para a produção agrícola.

Em solo boliviano, a perda florestal foi 32% maior que em 2021 – a terceira maior no mundo, superando até a Indonésia mesmo tendo menos da metade de área florestal em comparação com o país asiático. O principal motivo é a agricultura de commodities, e a expansão da soja também aparece como uma das razões.

Já em Gana, o aumento é numericamente assustador: o país africano teve destruídos quase 70% de floresta primária. Se o país africano tem pouca área florestal, o número representa o maior da história ganesa, com quase 18 mil hectares. A maior perda, ocorrida em áreas protegidas, foi motivada pela produção das fazendas de cacau, mineração de ouro e também incêndios.

Perdas relacionadas a incêndios diminuíram em 2022

Um dos poucos dados do relatório da Global Forest Watch que mostram alguma melhora está na perda de florestas por incêndios. A destruição pelo fogo vinha aumentando desde o ano 2000, mas caiu 28% em 2022, segundo o estudo. A Rússia foi o país que mais contribuiu para a redução, diminuindo 34% em comparação com o ano anterior.

Apesar da menor perda de área relacionada a incêndios no ano passado, o estudo destaca as perdas na Europa Ocidental, principalmente na Espanha, que teve destruição recorde.

Aval para garimpo em terra indígena e contato com povos isolados: os impactos do projeto do marco temporal⁷⁸

Câmara aprovou proposta de lei que altera a demarcação de terras indígenas e flexibiliza outros direitos dos povos originários. Projeto agora vai para o Senado.

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (30) uma proposta que altera a demarcação de terras indígenas e flexibiliza direitos indígenas estabelecidos pela Constituição.

Um dos principais pontos do projeto é a instituição do chamado “marco temporal”, que estabelece que territórios só podem ser demarcados caso seja comprovada a presença indígena na data da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988.

Essa não é, no entanto, a única alteração prevista no texto, que tramita há 16 anos no Congresso Nacional e já teve mais de 10 outras propostas anexados ao projeto de lei original.

Entre outras mudanças estão:

⁷⁸ Isabel Seta. Aval para garimpo em terra indígena e contato com povos isolados: os impactos do projeto do marco temporal. g1. [https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/30/aval-para-garimpo-em-](https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/30/aval-para-garimpo-em-terra-indigena-e-contato-com-povos-isolados-os-impactos-do-projeto-do-marco-temporal.ghtml)

[terra-indigena-e-contato-com-povos-isolados-os-impactos-do-projeto-do-marco-temporal.ghtml](https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/30/aval-para-garimpo-em-terra-indigena-e-contato-com-povos-isolados-os-impactos-do-projeto-do-marco-temporal.ghtml). Visitado em 31.05.2023.

- a autorização para garimpos e plantação de transgênicos dentro de terras indígenas;
- a flexibilização da política de não-contato de povos em isolamento voluntário;
- e a possibilidade de realização de empreendimentos econômicos sem que os povos afetados sejam consultados.

“Sempre que se fala desse projeto, se coloca só a questão do marco temporal, mas esse PL [Projeto de Lei] é muito nocivo aos povos indígenas. São uma série de direitos que seriam vilipendiados”, afirmou ao g1 Mauricio Terena, advogado e coordenador jurídico da Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, principal referência no movimento indígena).

Na semana passada, os deputados aprovaram o regime de urgência para a tramitação da proposta, possibilitando que ela fosse direto à votação em Plenário, sem passar pelas comissões temáticas da casa. Aprovado pela maioria dos deputados, o projeto agora segue para análise do Senado.

O texto é amplamente apoiado pela Frente Parlamentar da Agropecuária, que representa a bancada ruralista. O presidente da Câmara, Arthur Lira, defendeu nesta terça o projeto:

"Estamos falando de 0,2% da população brasileira em cima de 14% da área do país já. Só temos 20% da área agricultável para agricultura e pecuária, e 66% de floresta nativa. Precisamos tratar desse assunto com coragem em algum momento", afirmou.

Já todas as principais associações do movimento indígena se colocam frontalmente contra a proposta, considerada uma das principais ameaças aos direitos indígenas.

As terras indígenas equivalem a quase 14% do território nacional e são os territórios em que a natureza permanece mais protegida.

De acordo com um levantamento do MapBiomas, as áreas privadas responderam por 68% de toda a perda de vegetação nativa no Brasil nos últimos 30 anos -- já as terras indígenas respondem por menos de 2% dessa perda.

Segundo a ONU, os territórios indígenas na América Latina, incluindo no Brasil, armazenam mais carbono -- principal gás do efeito estufa, que vem levando ao aquecimento acelerado do Planeta -- do que todas as florestas da Indonésia e do Congo (os dois países com mais florestas tropicais depois do Brasil).

“Falar sobre as terras indígenas, o marco temporal e esse projeto de lei é falar sobre política climática. As terras indígenas são um importante aditivo no combate às mudanças climáticas”, diz Mauricio Terena.

Quais as consequências do marco temporal

A Constituição Federal determina que cabe à União demarcar as terras “tradicionalmente ocupadas” pelos indígenas. Essas terras são definidas como aquelas que:

- são habitadas por indígenas em caráter permanente;
- são utilizadas para suas atividades produtivas;
- são imprescindíveis à “preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”;

A Constituição não determina uma data-limite para definir o que é um território tradicionalmente ocupado.

O projeto em pauta na Câmara pretende fazer justamente isso, ao definir que “a ausência da comunidade indígena na área pretendida em 5 de outubro de 1988 descaracteriza o enquadramento” como “terra tradicionalmente ocupada”. A exceção seriam casos de comprovado conflito pelo território até a data da promulgação da Constituição.

Na prática, caso o marco temporal seja aprovado, indígenas que não conseguirem comprovar que estavam em determinada área antes de 1988 não conseguirão a demarcação, ignorando que muitos povos foram expulsos ou forçados a saírem de seus locais de origem --inclusive por

determinação estatal durante a ditadura militar.

Além disso, processos de demarcação ainda não finalizados e que se arrastam há anos poderão ser suspensos.

A maioria das terras que ainda não sem o processo de demarcação finalizado está fora da Amazônia Legal. Segundo o Instituto Socioambiental, são pelo menos 145 terras que ainda não tiveram o processo de reconhecimento concluído --elas equivalem a apenas 1,6% da área total de Terras Indígenas (TI) no país e abrigam 45% da população indígena em TIs.

A bancada ruralista argumenta que o marco temporal trará segurança jurídica e "paz no campo". Segundo o Instituto Socioambiental, no entanto, na Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul -- estados com mais pendências em relação às demarcações -- as terras indígenas já homologadas ou em processo de demarcação correspondem a menos de 1% da área total ocupada por imóveis rurais.

De acordo com o instituto, a proposta é inconstitucional, por tentar alterar texto expresso da Constituição por meio de lei ordinária federal.

Como a proposta autoriza o garimpo e outras atividades econômicas em terras indígenas, entre elas a plantação de transgênicos

O texto em pauta na Câmara afirma que o direito dos indígenas sobre seus territórios demarcados não inclui "a garimpagem nem a faiscação, devendo, se for o caso, ser obtida a permissão da lavra garimpeira".

Na prática, esse trecho autoriza o garimpo em terras indígenas, onde atualmente a atividade predatória é ilegal. A Constituição determina que os indígenas têm direito ao "usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos".

Segundo o Mapbiomas, entre 2010 e 2021, as áreas de garimpo em terras indígenas cresceram 632%, ocupando quase 20 mil hectares em 2021.

Na Terra Indígena Yanomami, a maior do país, o aumento do garimpo nos últimos anos levou à uma grave crise humanitária,

com a explosão de casos de malária e o crescimento da fome e da desnutrição infantil. As máquinas do garimpo reviram o leito dos rios, inviabilizando a pesca, e afastam a caça; doentes, os indígenas também não conseguem abrir suas roças.

Ao usar mercúrio para separar o ouro, o garimpo também vem causando a contaminação de pessoas e animais. Um estudo inédito recém publicado identificou que peixes consumidos pela população em seis estados da Amazônia brasileira têm concentração do metal 21,3% acima do permitido.

Além do garimpo, o projeto de lei permite que indígenas e não-indígenas façam contratos de cooperação para a realização de atividades econômicas, inclusive agrossilvopastoris, desde que a comunidade aprove a cooperação e que os frutos da atividade beneficiem toda a comunidade.

O texto também passa a permitir o cultivo de "organismos geneticamente modificados" em terras indígenas. Atualmente uma lei de 2007 proíbe a plantação de transgênicos em Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

A proposta afirma, ainda, que o Poder Público poderá instalar redes de comunicação e estradas em terras indígenas.

O que muda em relação ao direito de consulta

O Brasil assinou uma série de tratados internacionais que estabelecem que os povos indígenas tem o direito de serem consultados previamente e de forma livre e informada sobre eventuais medidas administrativas ou legislativas que possam vir a afetá-los diretamente.

No ano passado, por exemplo, a Justiça Federal decidiu que os responsáveis pela construção da ferrovia Ferrogrão, que pretende ligar Sinop (MT) ao Porto de Miritituba (PA), devem fazer consultas aos povos indígenas afetados seguindo os protocolos editados pelas comunidades.

A proposta em discussão dispensa a consulta para várias atividades:

- instalação de bases, unidades e postos militares
- expansão estratégica da malha viária
- exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico
- resguardo das riquezas de cunho estratégico

Segundo o texto, todos esses empreendimentos passariam a ser implementados “independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas ou ao órgão indigenista federal competente”.

Como fica a política de não-contato com povos isolados

Segundo a Apib, há 115 registros de presença de indígenas isolados no país -- dos quais 86 ainda não foram confirmados. São grupos que, mesmo sabendo da existência da sociedade não-indígena e até de outras comunidades indígenas, escolheram não se aproximar.

Desde a promulgação da Constituição, a política do estado brasileiro em relação a esses povos tem sido a do chamado “não-contato”. Ou seja, quando uma possível presença de povos ainda não contatados é verificada, as forças do estado não forçam uma aproximação, respeitando a organização social e a escolha desses grupos de permanecerem reclusos.

“Existem várias normativas internas da Funai [Fundação Nacional dos Povos Indígenas] que preceituam que a política de proteção desses povos vai ser o não-contato e a proteção do entorno do território indígena. O que esse PL faz é acabar com essa proteção”, afirma Mauricio Terena, da Apib.

Isso porque o projeto de lei afirma que cabe ao Estado evitar ao máximo o contato com isolados “salvo para intermediar ação estatal de utilidade pública”.

“O contato forçado para intermediar ação estatal de utilidade pública” é hipótese inédita na legislação brasileira e demasiadamente ampla, porquanto sequer é esmiuçada na proposta”, afirma nota técnica do Instituto Socioambiental.

“Os isolados são, no geral, epidemiologicamente mais vulneráveis que o restante da população e qualquer contato pode ocasionar a morte de um grupo todo em poucas horas”, afirma a advogada do instituto, Juliana Batista, que relembra a existência de registros históricos sobre a morte de grupos inteiros em menos de 24 horas após a realização de contatos.

Quais são as outras mudanças no processo de demarcação de terras indígenas

Além de estabelecer o marco temporal, a proposta proíbe a ampliação de terras indígenas já demarcadas. Também passa a permitir que a União retome uma área já reservada caso haja “alteração dos traços culturais da comunidade”.

“Uma comunidade usa celular ou toma refrigerante e o estado pode considerar que ela perdeu seus traços culturais e pegar a terra de volta. Essa comunidade vai para onde?”, diz Batista, do Instituto Socioambiental. Segundo a advogada, o projeto poderá levar a remoção forçada de comunidades indígenas.

Desmatamento no Cerrado bate recorde no acumulado do ano, mas Amazônia vê queda em abril⁷⁹

Dados preliminares do Inpe mostram que alertas de desmate no Cerrado atingiram 2.133 km² nestes primeiros quatro meses de 2023, maior taxa para o período desde o início da série histórica do bioma, que começou em 2019. Na Amazônia, tendência de queda é incerta.

O acumulado de alertas de desmatamento no Cerrado neste ano está

⁷⁹ Roberto Peixoto. Desmatamento no Cerrado bate recorde no acumulado do ano, mas Amazônia vê queda em abril. g1. <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/05/05/desmatamento->

[amazonia-cerrado-abril-2023-dados-preliminares.ghtml](https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/05/05/desmatamento-amazonia-cerrado-abril-2023-dados-preliminares.ghtml). Visitado em 05.05.2023.

em 2.133 km², segundo dados divulgados nesta sexta-feira (5) pelo sistema Deter, do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Essa é a maior marca para os quatro primeiros meses do ano em toda a série histórica, iniciada em 2019 para o bioma. O número equivale aproximadamente duas vezes o tamanho da cidade de Belém (PA) em área.

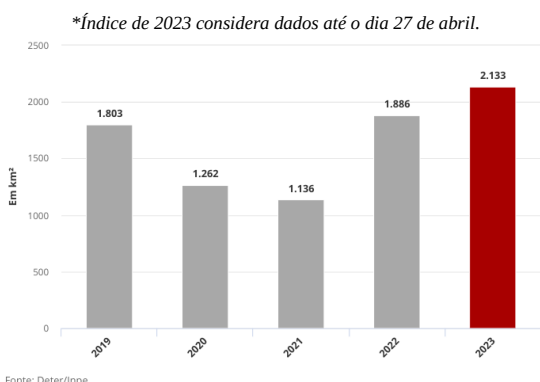
A taxa recorde acontece antes mesmo dos números do Inpe serem fechados para o mês de abril, o que pode aumentar ainda mais o índice na próxima semana, quando forem divulgados os valores diários de 28, 29 e 30 de abril.

O Cerrado é o segundo maior bioma do país em extensão, superado apenas pela Floresta Amazônica.

E na Amazônia Legal, uma área que engloba 9 estados do Brasil cobertos pelo bioma, o acumulado de alertas de desmatamento em abril foi de 288 km², também de acordo com o Inpe. O índice considera medições feitas até o dia 28 do último mês.

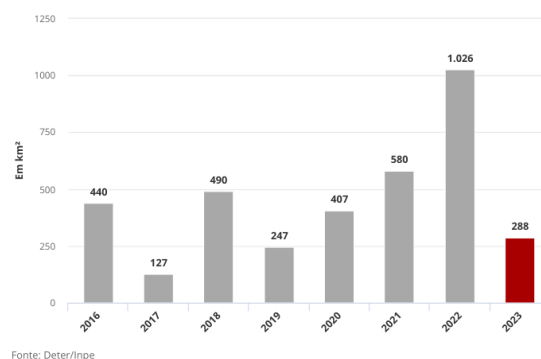
Com essa taxa, a Amazônia teve 3ª menor marca do período da série histórica. Os registros do Deter para o bioma começaram em 2015.

CERRADO: áreas sob alerta de desmatamento entre janeiro e abril (2019-23)*



AMAZÔNIA LEGAL: áreas sob alerta de desmatamento em abril (2016-23)*

*Índice de 2023 considera dados até o dia 28 de abril.



Os alertas do Inpe são feitos pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), que produz sinais diários de alteração na cobertura florestal para áreas maiores que 3 hectares (0,03 km²) – tanto para áreas totalmente desmatadas como para aquelas em processo de degradação florestal (por exploração de madeira, mineração, queimadas e outras).

Tendência do Cerrado é de alta

Daniel Silva, especialista em Conservação do WWF-Brasil, alerta que os números para o Cerrado são preocupantes. Ele explica que, em janeiro, como a cobertura de nuvens para o bioma estava alta, a taxa de fevereiro viu o reflexo disso.

O mês registrou um número muito alto: foram perdidos 558 quilômetros quadrados de mata, quase o dobro do registrado no mesmo mês do ano passado.

"A situação no Cerrado está complicada e a gente vê claramente uma tendência de aumento", diz Daniel.

Ele lembra que o governo federal vem concentrando esforços no combate ao desmatamento na Amazônia, algo que avalia como muito positivo e que já vem mostrando alguns resultados, mas ressalta que é também preciso concentrar os trabalhos na preservação do Cerrado, já que essa alta do desmate é uma clara ameaça à sobrevivência do bioma e da economia local.

A expansão de atividades agropecuárias é uma das atividades que mais impactam na preservação das áreas remanescentes da região.

Mas, como lembra Daniel, a preservação do Cerrado é fundamental para que justamente não haja um impacto na redução da produtividade dessas atividades, visto que o desmatamento prejudica o agronegócio, aumentando períodos de estiagem e de altas temperaturas.

"A gente vê nos três últimos anos um aumento do desmate no Cerrado. A gente não esperava por essa inversão, já que a partir do início dos anos 2000 você teve uma queda de desmatamento que é quase constante ali. O desmatamento já perdeu metade do bioma, sabe? Então é até difícil manter uma taxa de desmatamento alta", destaca.

Aliado a isso, os valores para a região podem estar subestimados por conta da cobertura de nuvens que permaneceu bem acima da média durante os quatro últimos meses, alerta o WWF.

Na Amazônia, situação ainda é incerta

No caso do bioma amazônico, mesmo com os números de abril, Daniel explica que ainda é cedo para falarmos em tendência de queda, já que a temporada de alta geralmente ocorre na Amazônia entre junho e outubro, mas fazendeiros, garimpeiros e grileiros derrubam a floresta e se preparam para queimá-la durante todo o ano.

"Aparentemente temos sim uma mudança da situação, mas o ideal é esperarmos mais um pouco para ver", detalha o pesquisador.

"São sinais, mas ainda não é uma tendência a meu ver porque a gente está fora do da época do desmatamento na região".

Aliado a isso, num panorama geral, quando comparamos as taxas dos primeiros meses, vemos que os números de desmate do bioma continuam bastante altos, embora tenham caído bem em relação ao ano passado.

Segundo os últimos dados do Deter, 1.132 km² foram devastados na região somente este ano, uma área 38% menor em

comparação ao mesmo período do ano, mas que chega perto dos índices dos altos índices de 2018, 2020 e 2021.

"Recebemos os números de abril como sinal positivo, mas infelizmente ainda não podemos falar em tendência de queda de desmatamento na Amazônia. Os números estão num patamar muito alto e a temporada da seca, favorável ao desmatamento, não começou", afirma Mariana Napolitano, gerente de Conservação do WWF-Brasil.

Segundo ela, as medidas de fiscalização precisam continuar e se consolidar para garantir que as taxas de destruição continuem a cair. "Outras iniciativas como o incentivo à economia verde, a criação de áreas protegidas e as demarcações de terras indígenas, como as que ocorreram recentemente, são necessárias", diz.

Deter x Prodes

O Deter não é o dado oficial de desmatamento, mas alerta sobre onde o problema está acontecendo. O Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) é considerado o sistema mais preciso para medir as taxas anuais.

De acordo com o último relatório do Prodes, divulgado em novembro, a área desmatada na Amazônia foi de 11.568 km² entre agosto de 2021 e julho de 2022 (o equivalente ao tamanho do Catar).

O índice representa uma queda de 11% do total da área desmatada entre a última temporada (agosto de 2020 – julho de 2021). Na edição anterior, o número foi de 13.038 km², maior número desde 2006.

Apesar dessa queda pontual, o desmatamento na Amazônia cresceu 59,5% durante os quatro anos de governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), a maior alta percentual num mandato presidencial desde o início das medições por satélite, em 1988.

Brasil queimou mais de 21% do seu território em quase 4 décadas⁸⁰

80 Roberto Peixoto. Brasil queimou mais de 21% do seu território em quase 4 décadas. *g1 Meio Ambiente*. [https://g1.globo.com/meio-](https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/04/26/brasil-queimou-mais-de-21percent-do-seu-territorio-em-quase-4-decadas.ghtml)

[ambiente/noticia/2023/04/26/brasil-queimou-mais-de-21percent-do-seu-territorio-em-quase-4-decadas.ghtml](https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/04/26/brasil-queimou-mais-de-21percent-do-seu-territorio-em-quase-4-decadas.ghtml). Visitado em 26.04.2023.

Estudo do MapBiomas mostrou que mais de 185 milhões de hectares foram consumidos pelo fogo entre 1985 e 2022. Área equivale ao tamanho da Colômbia e Chile juntos.

O Brasil queimou mais de 185 milhões de hectares entre 1985 e 2022, uma extensão que representa a soma de toda a área da Colômbia e do Chile.

Com essa taxa, é possível dizer que cerca de 21,8% de todo o território nacional foi consumido pelo fogo nesse período.

Assim, em média, a cada ano, a área queimada no Brasil equivale ao tamanho do Suriname: cerca de 16 milhões de hectares, ou 1,9% do Brasil.

Esses dados, que estão em um levantamento divulgado pelo MapBiomas nesta quarta-feira (26), foram obtidos a partir de imagens de satélite. O consórcio formado por ONGs, universidades e empresas de tecnologia, porém, não contabiliza o número de focos de calor, mas sim a extensão consumida pelas chamas.

O cálculo da média anual, por exemplo, considera várias áreas que queimaram no mesmo lugar durante o período.

Ainda de acordo com o levantamento, a área afetada pelo fogo varia entre os seis biomas brasileiros. No quadro geral, quando comparamos o percentual de área consumida pelas chamas em relação à área do bioma, Pantanal e Cerrado encabeçam esse triste ranking.

Já quando o índice leva em conta o total de área queimada, Amazônia e Cerrado lideram, com 80,95 e 79,2 milhões de hectares (Mha) queimados, respectivamente.

Área queimada entre 1985 e 2022 - Biomas

Bioma	% em relação à área do bioma	Área queimada
Pantanal	51,1%	7,7mha
Cerrado	39,9%	79,2mha
Amazônia	19,2%	80,95mha
Caatinga	12,2%	10,5mha
Mata Atlântica	6,2%	6,8mha
Pampa	2,4%	0,5mha

"Com essa série histórica de dados de fogo podemos entender o efeito do clima e da ação humana sobre as queimadas e incêndios florestais", afirma Ane Alencar, Coordenadora do Mapbiomas Fogo e Diretora de Ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

"Percebemos claramente que em anos de El Niño temos mais ocorrência de incêndios, como nos últimos El Niños (2015 - 2016 e 2019), se comparados aos anos de La Niña, quando chove mais na Amazônia (2018 e 2021). A exceção a essa regra foi 2022, quando mesmo sendo um ano de La Niña, a Amazônia queimou bastante", acrescenta.

Além disso, 85% da área de florestas queimadas ocorreu na Amazônia e a maior parte das queimadas no bioma ocorreu em agosto, setembro e outubro do ano passado, durante a temporada de queima.

Foi justamente nessa época que a floresta registrou altas taxas de fogo, como o pior agosto de queimadas dos últimos 12 anos e o pior setembro dos últimos 24.

A temporada de incêndios geralmente ocorre na Amazônia entre junho e outubro, mas fazendeiros, garimpeiros e grileiros derrubam a floresta e se preparam para queimá-la durante todo o ano.

No novo estudo, o MapBiomas ainda ressalta que em nível nacional, justamente os meses entre julho e outubro concentram 79% da área queimada no Brasil desde 1985, com setembro respondendo por 34% do fogo.

A taxa, porém, varia entre os biomas quando comparamos o registro mensal de fogo. No caso da Caatinga, por exemplo, aproximadamente 60% do fogo acontece entre outubro e dezembro; no Cerrado, 89,5% do fogo ocorre principalmente entre julho e outubro.

'Campeões' do fogo

Segundo os dados do MapBiomas, Mato Grosso foi o estado que apresentou a maior ocorrência de fogo no período, com 431.948 km². Em seguida, vieram Pará e

Maranhão, com 275.764 km² e 182.791 km², respectivamente.

Já quando comparamos os municípios que mais queimaram entre 1985 e 2022, Corumbá (MS), São Félix do Xingu (PA) e Formosa do Rio Preto (BA) lideram a lista. Nessa ordem, a área queimada em cada um desses municípios foi de 31.877 km², 24.137 km² e 13.392 km².

Em agosto de 2021, o g1 mostrou a cidade pantaneira que encabeça o ranking tomada pelo fogo. Naquele ano, a prefeitura de Corumbá inclusive pediu ajuda do governo federal para inibir as queimadas, a fim de mitigar os danos ao Pantanal.

Em todo o bioma, nos incêndios históricos de 2020, ao menos 17 milhões de animais vertebrados morreram em consequência direta das queimadas no Pantanal.

Temperatura média global ficou 1,15°C acima da era pré-industrial em 2022

Em um relatório divulgado nesta sexta (21), a Organização Meteorológica Mundial alertou que 'as mudanças climáticas seguem avançando'⁸¹.

Em um relatório divulgado nesta sexta-feira (21), a Organização Meteorológica Mundial (OMM) alertou que a temperatura média global ficou 1.15°C acima da era pré-industrial em 2022.

Além disso, a agência também confirmou que os últimos oito anos foram os oito anos mais quentes já registrados e que o ano passado foi o "5º ou 6º ano mais quente" desde então

E tudo isso tem uma explicação clara: o aumento contínuo das concentrações de gases de efeito estufa e o acúmulo constante de calor.

Como consequência disso, vimos ao longo de 2022 ondas calor extremas, secas e inundações devastadoras, ressaltou a OMM.

“Em 2022, a seca contínua na África Oriental, as chuvas recordes no Paquistão e as ondas de calor recordes na China e na Europa afetaram dezenas de milhões, causaram insegurança alimentar, impulsionaram a migração em massa e custaram bilhões de dólares em perdas e danos”, disse o secretário-geral da OMM, Petteri Taalas.

Mas por que a taxa preocupa?

A OMM chamou atenção que essa taxa 1,15°C foi registrada mesmo com a influência do La Niña, um evento climático natural que manteve as temperaturas globais relativamente “baixas” nos últimos dois anos.

O índice também é preocupante porque é muito próximo de 1.5°C, o chamado “limite seguro” das mudanças climáticas.

Esse é o limiar de aumento da taxa média de temperatura global que temos que atingir até o final do século para evitar as consequências da crise climática provocada pelo homem por causa da crescente emissão de gases de efeito estufa na nossa atmosfera.

Essa é uma taxa que é medida em referência aos níveis pré-industriais, a partir de quando as emissões de poluentes passar a afetar significativamente o clima global.

Apesar disso, especialistas vêm alertando ao longo dos últimos anos que as demandas vistas como fundamentais para que o aquecimento do planeta não ultrapasse essa taxa vêm sendo implementadas num ritmo considerado “insuficiente”.

Desmatamento em janeiro na Amazônia cai em 61%⁸²

Taxa de desmate para janeiro é 4ª menor da série histórica do Inpe: 167 km². No ano passado índice chegou a 430 km² no mesmo mês. Novo sistema de medições do instituto começou em 2015.

⁸¹ Roberto Peixoto. Temperatura média global ficou 1,15°C acima da era pré-industrial em 2022. g1. <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/04/21/temperatura-media-global-ficou-115oc-acima-da-era-pre-industrial-em-2022.ghtml>. Visitado em 21.04.2023.

⁸² Roberto Peixoto. Desmatamento em janeiro na Amazônia cai em 61%. g1 Meio Ambiente. <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/02/10/desmatamento-em-janeiro-amazonia.ghtml>. Visitado em 10.02.2023.

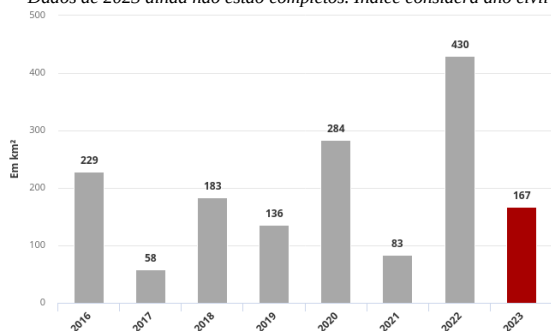
O acumulado de alertas de desmatamento em janeiro de 2023 na Amazônia Legal foi de 167 km², a quarta menor marca para o mês na série histórica do Deter, que começou em 2015. Os números são do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) e foram divulgados nesta sexta-feira (10).

No ano passado, o índice chegou a 430 km² no mesmo mês. Assim, a queda em relação ao ano anterior foi de 61%.

A Amazônia Legal corresponde a 59% do território brasileiro, e engloba a área de 8 estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Maranhão.

Áreas sob alerta de desmatamento na Amazônia Legal em janeiro (2015-23)*

*Dados de 2023 ainda não estão completos. Índice considera ano civil



Os alertas são feitos pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), que produz sinais diários de alteração na cobertura florestal para áreas maiores que 3 hectares (0,03 km²) – tanto para áreas totalmente desmatadas como para aquelas em processo de degradação florestal (por exploração de madeira, mineração, queimadas e outras).

Por isso, após a finalização da análise dos dados pelo Inpe, que costuma rever a influência de fatores como a cobertura de nuvens na medição das taxas, os números tiveram uma leve alteração ao índice antecipado pelo g1 no começo do mês.

Com os 167 km² (uma área um pouco maior que o tamanho da cidade de Niterói), a taxa deste ano só ficou acima das marcas de 2017, 2019 e 2021, quando o índice

chegou a 58, 136 e 83 km², respectivamente.

Recordes em 2022

No ano passado, janeiro e fevereiro acumularam recordes de desmatamento. Como explicou o g1, a situação foi extraordinária porque normalmente, o período entre dezembro, janeiro, fevereiro e março acumula taxas menores de desmate já que estão dentro da estação chuvosa da maioria dos estados do bioma.

No entanto, as taxas da época se comparam aos registros da estação seca em anos onde houve maior ação contra os crimes ambientais.

Em janeiro de 2022 foram 430,44 km² de área sob alerta de desmatamento, de acordo com o sistema Deter. A média para janeiro no período entre 2016 e 2021 é de 162 km². A taxa foi 165% maior;

Já em fevereiro de 2022 foram 199 km² de áreas sob alerta de desmate, segundo o Inpe ; a média entre 2016 e 2021 é de 135 km². O número registrado no ano passado foi 47% maior.

O motivo desse avanço, segundo especialistas: um "senso de oportunidade" de criminosos que temiam os resultados da eleição presidencial do ano passado e uma consequente mudança no combate ao desmatamento na Amazônia, que já se viu refletida nos primeiros dias da nova gestão federal.

Ao assumir o Ministério do Meio Ambiente pela segunda vez, Marina Silva criticou a política ambiental dos últimos anos e ressaltou o compromisso do novo governo com o desmatamento zero no bioma, uma das promessas de campanha do presidente Lula.

No último mês, o Ministério da Justiça também prorrogou até o dia 12 de julho de 2023 o uso de agentes da Força Nacional de Segurança Pública em toda a Amazônia Legal.

Além de ajudar a combater incêndios florestais e queimadas na região, a Força Nacional está apoiando as ações de fiscalização e de repressão ao

desmatamento ilegal e demais crimes ambientais.

Comissão Interministerial

Na quarta-feira (8), representantes de diversos ministérios se reuniram para apresentar o novo plano do governo federal contra o desmatamento.

A comissão trabalhará no monitoramento das ações de combate à derrubada de florestas e no acompanhamento das políticas públicas relacionadas à Amazônia, entre elas:

- a conservação da diversidade biológica;
- e redução das emissões de gases de efeito estufa.

Inicialmente, o foco será no bioma amazônico. Após a redução do desmatamento nos estados que têm a floresta, o grupo trabalhará para diminuir a devastação no Cerrado e nos demais biomas.

"Temos uma agenda que será perseguida para que a gente faça o controle do desmatamento da Amazônia, depois Cerrado e todos os demais biomas", afirmou Marina.

Na ocasião, porém, a ministra não quis se comprometer com metas específicas para cada ano.

A comissão foi criada ainda no dia 1º de janeiro durante a posse presidencial, quando o presidente Lula assinou o decreto permitindo a instalação do grupo.

Deter x Prodes

O Deter não é o dado oficial de desmatamento, mas alerta sobre onde o problema está acontecendo. O Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) é considerado o sistema mais preciso para medir as taxas anuais.

E de acordo com o último relatório do Prodes, divulgado em novembro, a área

desmatada na Amazônia foi de 11.568 km² entre agosto de 2021 e julho de 2022 (o equivalente ao tamanho do Catar).

O índice representa uma queda de 11% do total da área desmatada entre a última temporada (agosto de 2020 – julho de 2021). Na edição anterior, o número foi de 13.038 km².

Apesar dessa queda pontual, o desmatamento na Amazônia cresceu 59,5% durante os quatro anos de governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), a maior alta percentual num mandato presidencial desde o início das medições por satélite, em 1988.

Na temporada 2020-2021 – período que engloba agosto de 2020 a julho de 2021 –, foram 13 mil km² de área sob alerta de desmatamento, maior número desde 2006.

Aprovação de agrotóxicos no Brasil bate recorde anual desde 2016⁸³

Somente em 2022, 652 agrotóxicos foram liberados, maior número da série histórica em 23 anos e alta de 16% em relação a 2021. Reestruturação da Anvisa explica crescimento, dizem especialistas.

A aprovação de novos agrotóxicos no Brasil vem crescendo ano a ano desde 2016, renovando recordes.

Somente em 2022, 652 agrotóxicos foram liberados, uma alta de 16% em relação a 2016 e o maior número já registrado pela série histórica da Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins (CGAA) do Ministério da Agricultura, que começou há 23 anos.

83 Paula Salati. Aprovação de agrotóxicos no Brasil bate recorde anual desde 2016. g1 <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/02/06/aprovac>

ao-de-agrotoxicos-no-brasil-bate-recorde-anual-desde-2016.ghtml. Visitado em 06.02.2023.

Liberações de agrotóxicos no Brasil

Desde 2016, registros batem recorde



g1

Fonte: Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins (CGAA) do Ministério da Agricultura

Uma fonte do Ministério da Agricultura disse ao g1 que o número alto de liberações está relacionado a uma reorganização, em 2016, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) -- que analisa os riscos dos agrotóxicos à saúde humana.

Uma das mudanças foi a atração de servidores de outras áreas da Anvisa para o setor de agrotóxicos, por exemplo. Um dos objetivos era acelerar as análises.

O professor da Escola Superior de Agricultura da USP José Octávio Mentem também associa o recorde a uma maior eficiência dos órgãos registrantes. São estes: Anvisa, Ibama (que analisa os riscos ambientais) e o Ministério da Agricultura, que formaliza os registros.

"Ainda existe uma fila muito grande, mas devido à melhor articulação entre Anvisa, Ibama e Ministério da Agricultura, houve esse aumento dos produtos registrados", acrescenta.

O levantamento de 2022 mostra também:

- que dos 652 agrotóxicos liberados no ano passado, 43 são inéditos, o que também é um recorde para 1 ano na série histórica;
- o restante é considerado genérico, ou seja, são "cópias" de matérias-primas inéditas ou produtos finais baseados em ingredientes já existentes no mercado;

do total de liberações, 516 são químicos e 136 biológicos: os biológicos têm baixo impacto ambiental e são voltados para a agricultura orgânica – pela legislação

brasileira, eles também são chamados de agrotóxicos;

- os registros de biológicos em 2022 também bateram recorde anual;

Dos 43 produtos inéditos, 8 foram para as indústrias e 35 para uso dos agricultores.

Dentre os 35 agrotóxicos inéditos liberados aos produtores, 22 foram considerados "muito perigoso ao meio ambiente" pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Bolsonaro bateu recorde de aprovações

O ex-presidente Jair Bolsonaro liberou 2.182 agrotóxicos entre 2019 e 2022, o maior número de registros para uma gestão presidencial desde 2003.

O g1 consolidou dados por governo a partir da base de informações do Ministério da Agricultura. A série histórica teve início em 2000, no segundo ano do último mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Segundo levantamento, o governo Bolsonaro bateu mais 2 recordes de liberações:

- de agrotóxicos inéditos: 98;
- e de produtos biológicos: 366.

Liberações de agrotóxicos

Série histórica começou no 2º ano do último mandato de FHC



Total por governos

250

FHC 2

359

Lula 1

634

Lula 2

572

Dilma 1

1.269

Dilma 2/ Temer

2.182

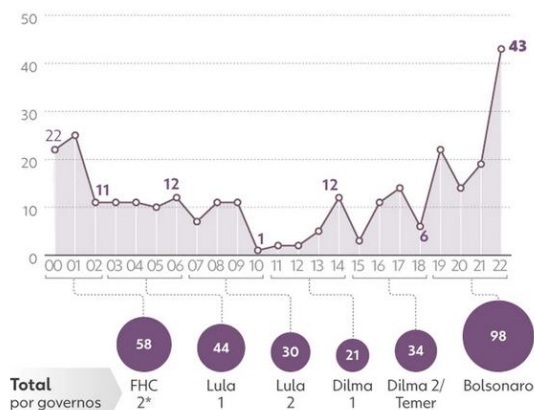
Bolsonaro

g1

Fonte: Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins (CGAA) do Ministério da Agricultura
Infográfico elaborado em: 20/01/2023

Aprovações de agrotóxicos inéditos no mercado

Produtos aprovados para a indústria e para uso dos agricultores

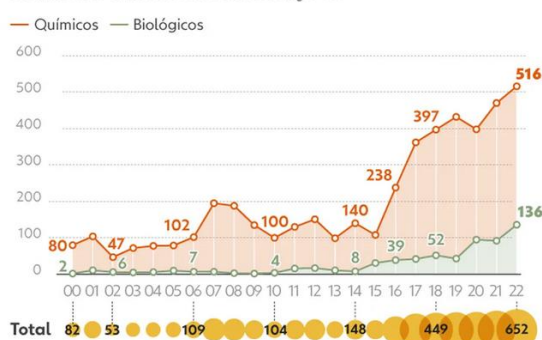


*Não há dados completos da gestão FHC 2, porque a série histórica começa somente em 2000, ou seja, no segundo ano do seu último mandato.

g1 Fonte: Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins (CGAA) do Ministério da Agricultura
Infográfico elaborado em: 20/01/2023

Químicos e biológicos

Número anual de liberações



g1 Fonte: Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins (CGAA) do Ministério da Agricultura
Infográfico elaborado em: 20/01/2023

Como funciona o registro

O aval para um novo agrotóxico no país passa por 3 órgãos reguladores:

- Anvisa, que avalia os riscos à saúde;
- Ibama, que analisa os perigos ambientais;
- Ministério da Agricultura, que analisa se ele é eficaz para matar pragas e doenças no campo. É a pasta que formaliza o registro, desde que o produto tenha sido aprovado por todos os órgãos.

Um projeto de lei que tramita há 23 anos no Congresso prevê centralizar o aval dos registros no Ministério da Agricultura, diminuindo o poder de decisão do Ibama e da Anvisa.

Rodeado de polêmicas, o projeto está sendo rediscutido no Senado e deve voltar a tramitar no fim do recesso do Congresso, a partir de 1º de fevereiro.

O texto prevê ainda a substituição do uso do termo "agrotóxico" para "pesticidas e produtos de controle ambiental e afins".

Além disso, cria o registro temporário de agrotóxicos que ainda não foram analisados pelos órgãos brasileiros, mas que são aprovados em três países-membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Tipos de registros de agrotóxicos:

Produto técnico: princípio ativo novo; não comercializado, vai na composição de produtos que serão vendidos.

Produto técnico equivalente: "cópias" de princípios ativos inéditos, que podem ser feitas quando caem as patentes e vão ser usadas na formulação de produtos comerciais. É comum as empresas registrarem um mesmo princípio ativo várias vezes, para poder fabricar venenos específicos para plantações diferentes, por exemplo;

Produto formulado: é o produto final, aquilo que chega para o agricultor;

Produto formulado equivalente: produto final "genérico".

Desmatamento no Cerrado cresce 20% em 2022, diz Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia⁸⁴

Área desmatada é maior do que a do Distrito Federal. Na comparação entre dezembro de 2022 e o mesmo mês de 2021, desmatamento no bioma quase dobrou.

O desmatamento no Cerrado cresceu 20% em 2022 na comparação com o ano

⁸⁴ Paloma Rodrigues, TV Globo. Desmatamento no Cerrado cresce 20% em 2022, diz Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. g1 Meio Ambiente. <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/01/18/desmatamento-no-cerrado-cresce-20percent-em-2022-diz-instituto-de-pesquisa-ambiental-da-amazonia.ghtml>. Visitado em 18.01.2023.

anterior, mostram dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

As informações são do Sistema de Alerta de Desmatamento do Cerrado (SAD Cerrado), uma ferramenta desenvolvida pelo Ipam em parceria com rede MapBiomas, LAPG e Universidade Federal de Goiás (UFG).

No total, foram 815.532 hectares desmatados no ano – uma área maior que a do Distrito Federal. Em 2021, foram cerca de 680 mil hectares desmatados.

No mês de dezembro, o último da gestão Jair Bolsonaro (PL), o avanço do desmatamento acelerou ainda mais: cresceu 89% em relação ao mesmo mês de 2021.

No total, foram 83.998 hectares devastados no mês em 2022, contra 44.486 hectares em dezembro de 2021.

Através da ferramenta, foi possível medir que as áreas de savana foram as mais afetadas, concentrando 65% da área desmatada no período.

O Maranhão se manteve como o estado que mais desmata. Só em Balsas (MA) foram mais de 24 mil hectares desmatados, contra 14 mil no ano anterior, alta de quase 60%.

Em 2022, cerca de 80% da área desmatada foi identificada em propriedades privadas, seguida de vazios fundiários (13,5%), assentamentos (4,5%) e áreas protegidas (3,6%).

Resolução

O monitoramento do Ipam é feito com satélites com resolução de até 10 metros e serve como uma forma de monitoramento complementar do desmatamento no Cerrado.

O monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), por exemplo, é feito com resolução de 250 metros, por exemplo.

Falta de neve para esqui na Europa, compensada com neve artificial, é novo alerta da crise climática⁸⁵

Falta de neve prejudica atividade econômica e turismo nas montanhas, além de atingir natureza como um todo e, em especial, agricultura.

Depois de dois anos marcados pela Covid-19, os europeus estavam ansiosos para voltar a frequentar as estações de esqui nas férias de fim de ano em dezembro – mas a desregulação do clima atrapalhou os planos. Sem neve, metade das pistas na França estiveram fechadas no fim do ano, e uma parte considerável das que puderam abrir só funcionaram graças ao uso de neve artificial.

O país, assim como os vizinhos alemães ou austríacos, viveu uma rara onda de calor no período. “Nós ultrapassamos índices recordes em várias regiões da França e do leste da Europa, principalmente nos dias 31 de dezembro e 1º de janeiro, datas simbólicas. As temperaturas estavam de 1°C a 2°C acima do normal, e chegaram a passar de 22°C no sudoeste francês – mas também na região central, no norte, no leste, as temperaturas chegaram a números totalmente excepcionais para a estação”, explica o climatologista Robert Vautard, diretor do Instituto Pierre-Simon Laplace (IPSL), que reúne especialistas das ciências climáticas.

As altas temperaturas, associadas à chuva também atípica, levaram ao derretimento da pouca neve que cobria as estações em baixa e média altitude, como em Mont Dore, no centro da França, onde a decoradora Amandine Pernelle tinha escolhido passar as férias com a família. No local, uma camada de neve de cultura (fabricada a partir da pulverização de água) havia sido aplicada em novembro, à espera dos primeiros flocos da temporada, no início de dezembro. Mas com os

⁸⁵ Lúcia Müzell. *Falta de neve para esqui na Europa, compensada com neve artificial, é novo alerta da crise climática.* g1Mundo. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/01/06/falta-de-neve-para->

[esqui-na-europa-compensada-com-neve-artificial-e-novo-alerta-da-crise-climatica.ghtml](https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/01/06/falta-de-neve-para-esqui-na-europa-compensada-com-neve-artificial-e-novo-alerta-da-crise-climatica.ghtml). Visitado em 06.01.2023.

termômetros subindo a mais de 10°C, só as crianças puderam aproveitar.

“Estou acostumada com a neve artificial. Sempre que eu fui esqui, tinha na parte baixa das estações, então isso não me choca. E sem contar que, para o clima, é melhor ficar na França e esqui na neve artificial que pegar avião em busca de calor nos trópicos”, comenta a francesa.

Cada vez mais neve artificial

O recurso à neve de cultura é recomendado para prorrogar a duração da neve natural que cairá nos meses frios – e que, segundo os especialistas, tende a se tornar mais rara. A prática é comum nos países europeus e se tornou indispensável a partir dos anos 2000, com a subida progressiva das temperaturas devido às mudanças climáticas.

Entretanto, os ecologistas criticam o alto volume de água utilizada para ser transformada em neve: 1m³ de água resulta no dobro de neve artificial, num total de pelo menos 20 milhões de metros cúbicos de água usada por ano para este fim, na França. Hoje, mais de um terço das pistas francesas e a metade ou mais das suíças e austríacas usam essa solução, principalmente a menos de 1,5 mil metros de altitude.

“A água é retirada do meio natural na primavera quando é abundante. Se ela não é recuperada após o derretimento da neve e estocada em lagos artificiais, ela seria perdida”, rebate Jean-Luc Boch, presidente da France Montagnes, que reúne os principais organismos de turismo nas montanhas da França. “Essa água correria pelos riachos, depois nos rios, afluentes e enfim no Mar Mediterrâneo. Estocá-la no momento em que ela é muito abundante significa poder devolvê-la para todo o nosso território, lembrando que ela também pode servir para consumo humano e animal, se necessário”, afirma.

Incertezas sobre o futuro

Boch ressalta que ainda “há muita variação” entre os anos e “não há certezas

absolutas” sobre o futuro: o inverno com mais neve em décadas ocorreu há cinco anos, lembra. Mas outro ator importante do setor, o secretário-geral do Domaines Skiabiles de France, Laurent Reynaud, analisa a situação com mais cautela e diz que o tema “é levado muito a sério”.

“Sabemos que, no futuro, deveremos enfrentar uma incerteza ainda maior sobre a ocorrência de neve e também sobre a cobertura de neve, principalmente nas estações de baixa altitude. Cada uma delas vai precisar elaborar um planejamento para os 15, 20, 50 ou 80 próximos anos. Essas projeções já existem e foram determinadas pelo IPCC [Painel da ONU de cientistas especialistas nas mudanças climáticas]”, indica Reynaud.

As estações mais vulneráveis são estimuladas a diversificar as atividades, de modo a atrair turistas durante todo o ano, com foco não só no inverno, mas também no verão. Quanto ao uso da neve artificial, Reynaud destaca que a transição ecológica também está em curso no setor.

“Hoje, em todos os processos industriais, teremos medidas de sobriedade energética e eco-concepção, para conseguirmos aproveitar ao máximo um litro de água ou 1kw/h. Dividimos por três o consumo elétrico necessário nos compressores de água, para a produção de um metro cúbico de neve, e conseguimos reduzir 10% do consumo de eletricidade dos teleféricos, responsáveis pela maior parte do consumo elétrico nas estações”, pondera o representante das pistas de esqui francesas.

Falta de neve na primavera gera prejuízos agrícolas

O climatologista Robert Vautard observa ainda que a falta de neve prejudica a atividade econômica e o turismo nas montanhas, mas também atinge a natureza como um todo e, em especial, a agricultura.

“Organismos que criam doenças nas árvores e plantas são eliminados no inverno, com o gelo. Sem frio, eles acabam se reforçando na primavera e isso altera a

produção agrícola, em especial de frutas”, aponta o especialista em fenômenos meteorológicos extremos. “O fato de que a vegetação começa mais cedo do que o previsto faz com que os brotos fiquem expostos a eventuais geadas em abril. É um fenômeno em que todo ciclo da natureza começa mais cedo porque está quente demais.”

Por essa razão, graves prejuízos agrícolas têm sido frequentes no país: aconteceram em 2022, 2021 ou 2017, relembra o pesquisador. Este mês de janeiro já se anuncia mais seco que os padrões, o que pode ser um indício de mais um ano marcado por temperaturas em alta.

“De forma geral, se observarmos as variações das temperaturas em 2022 na França, em relação aos padrões, há muito poucos episódios – apenas três ou quatro, e muito curtos – em que as temperaturas estiveram abaixo do normal. Em todas os outros, elas estiveram acima”, destaca Vautard. “É claro que sempre teremos variações meteorológicas, mas nos próximos anos, devemos esperar a mesma tendência de alta verificada em 2022.”

O pesquisador frisa ainda que seria um erro comparar este início de inverno ameno na Europa com as nevascas que atingiram os Estados Unidos no mesmo período. Na América do Norte, explica, as variações de temperaturas sempre foram “extremamente fortes” e mais intensas que no continente europeu, e não são uma consequência das mudanças climáticas, mas sim da geografia.

Enquanto as massas de ar frio que descem do Midwest americano não encontram uma zona marítima que amenizaria a temperatura, este não é o caso em países como a França, onde os Alpes são influenciados pelo clima mediterrâneo.

Funai é retomada em ato simbólico de indígenas e nova presidente quer 'total autonomia para os povos'⁸⁶

Em reunião com lideranças e servidores da Funai em Brasília, ela falou em investir em agricultura indígena e garantir condições para que povos tenham autonomia nas comunidades.

A nova presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) Joenia Wapichana disse nesta segunda-feira (02/01) que pretende comandar o órgão sem interferência política, com decisões pautadas por consulta aos povos indígenas, e com total autonomia. A fala foi durante um ato simbólico em que lideranças indígenas de todo o país retomaram a sede do órgão em Brasília.

Joenia Wapichana cumpre os últimos dias como deputada federal por Roraima, e participou de uma reunião com lideranças e servidores da Funai, após o ato de retomada. Ela deve pedir afastamento do cargo para assumir oficialmente a presidência da Funai.

“É um momento histórico para os povos indígenas do Brasil que depois de tanta afronta, retrocesso e tendo o único órgão indigenista, totalmente sucateado, desmantelado, hoje, retomar a Funai. Uma Funai que é nossa”, disse, em um post no Instagram.

Ela disse que, ao aceitar o convite do presidente Lula (PT), deixou claro que pretende atuar com autonomia, sempre ouvindo os indígenas antes de tomar decisões.

“Não quero interferência política. Questões indígenas tem que ser voltadas para os povos indígenas”.

Advogada, ela vai ser a primeira mulher indígena a comandar o órgão. Mais de 300 pessoas, entre lideranças e representantes de povos indígenas de todo o país, participaram do ato simbólico que teve a presença da ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara.

Joenia se emocionou ao lembrar do assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, mortos na

86 Valéria Oliveira e Mayara Subtil, g1 RR. Funai é retomada em ato simbólico de indígenas e nova presidente quer 'total autonomia para os povos'.
g1 Roraima.

<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/01/02/quero-total-autonomia-para-os-povos-indigenas-diz-nova-presidente-da-funai.ghtml>. Visitado em 03.12.2023.

região amazônica do Vale do Javari, no Amazonas, em junho do ano passado.

"Esse governo foi responsável, esse que passou, pela morte das pessoas, não só do Bruno e do Dom, mas dos Yanomami que estão morrendo por causa do garimpo, os ataques ali no Pataxó, ali nos Guarani, que eu conheço, do Mato Grosso do Sul. Da mulher que foi assassinada por conta do ódio. Eu venho de um estado - Roraima, para que não conhece, é um estado anti-indígena, que ano passado assassinou uma mulher com uma criança no colo", relembrou ela, emocionada.

Na gestão de Lula, a Funai deixa o Ministério da Justiça e Segurança Pública e passa a compor a estrutura do inédito Ministério dos Povos Indígenas. Nesta, Fundação passou a ser denominada Fundação Nacional dos Povos Indígenas - antes era Fundação Nacional do Índio. A mudança foi feita por meio da Medida Provisória 1.154, publicada nesta segunda.

Ao anunciar Sônia como ministra na última quinta (29), o presidente Lula afirmou que pretendia colocar indígenas também no comando da Funai e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

A nova presidente da Funai também agradeceu a recepção que teve ao chegar no órgão, e reassumiu o compromisso de atuar de forma coletiva, "na defesa dos direitos dos povos indígenas".

Questões

01. (Prefeitura de Anchieta/SC – Farmacêutico – AMEOSC - 2023) O primeiro trimestre de 2023 teve uma alta de 50% nas vendas de carros elétricos no Brasil, em relação ao mesmo período de 2022. Essa informação, encontrada em meios de comunicação como o site <https://www.poder360.com.br/>. Qual das alternativas abaixo cita uma motivação para a compra de um carro elétrico?

A - A preocupação com a preservação do meio ambiente.

B - O plano de incentivo do governo para

a compra de tais automóveis.

C - Os baixos preços em relação àqueles que usam o sistema de combustão.

D - A oferta de postos de abastecimento superando a dos outros tipos de combustíveis.

02. (MPE/SP – Assistente Social – FGV - 2023) Em janeiro de 2023 foi constatada uma grave crise de desassistência sanitária e nutricional em Território Yanomami, o que levou o Ministério da Saúde a declarar um estado de "Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional" na região e instituir um centro de operações.



O quadro de desnutrição crônica e de vulnerabilidade sanitária em que se encontram os Yanomami, hoje, está relacionado

A - às epidemias de gripe e Covid-19, causadas pelo contato com trabalhadores de soja que têm avançado nas terras demarcadas, o que levou ao adoecimento de tribos inteiras.

B - à contaminação de rios e peixes com mercúrio, em função do garimpo ilegal de ouro, o que provocou insegurança alimentar e mortandade por desnutrição e intoxicação.

C - à degradação da floresta pelas queimadas em função da abertura de pastos, o que afeta a caça e a disponibilidade de

produtos florestais consumidos na reserva indígena.

D - à falta de unidades básicas de saúde em operação na região dos Yanomami, o que poderia ser resolvido com a demarcação das terras dos grupos indígenas dessa etnia.

E - ao controle dos rios por criminosos associados às rotas venezuelanas do tráfico de drogas, o que impede aos índios de circular pela floresta e ter acesso aos rios e à alimentação.

03. (Prefeitura de São Miguel Arcanjo/SP – Agente comunitário de Saúde – Avanço SP - 2023) Na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 27) realizada em novembro de 2022, representantes de mais de 190 países firmaram um importante acordo, considerado até mesmo histórico. Assinale a alternativa que aponta corretamente o teor de tal acordo:

A - criação de um fundo para danos em países vulneráveis.

B - envio de médicos para os países pobres.

C - paralisação da exploração de petróleo nos países em desenvolvimento.

D - investimento na dessalinização do litoral de países do continente africano.

E - investimento no setor da pesca sustentável.

Alternativas

01 – A | 02 – B | 03 – A

EDUCAÇÃO

País tem pior índice em 10 anos de escolas públicas com projetos para combater racismo, aponta levantamento⁸⁷

Em 2021, apenas 50,1% tinham em sua grade iniciativas sobre o tema. Dados foram

compilados pelo Todos pela Educação a partir do Saeb. Taxa aponta queda preocupante.

O Brasil registrou em 2021 o pior índice em dez anos de escolas públicas com projetos para combater racismo: apenas 50,1% tinham em sua grade curricular iniciativas para discutir o tema, segundo levantamento da entidade Todos Pela Educação divulgado na segunda-feira (24).

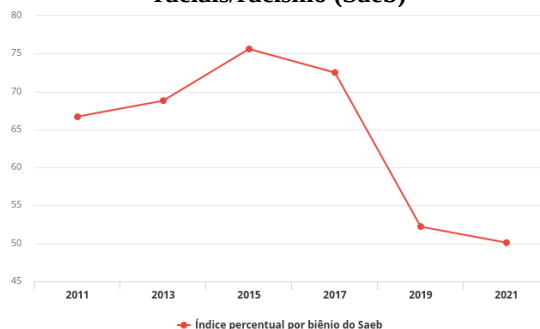
O dado preocupa porque mostra uma piora: em 2015, o índice era de 75,6%, maior patamar do período.

Os números foram compilados com base em 65.935 respostas ao questionário do Sistema Nacional de Avaliação Básica (Saeb) dadas por diretores escolares entre 2011 e 2021.

O Saeb é uma prova nacional de português e de matemática aplicada a cada dois anos pelo governo federal a alunos de séries específicas para medir o desempenho deles nessas duas áreas básicas.

Abaixo, confira o percentual de escolas no Brasil com programas contra o racismo:

Escolas com projetos sobre relações étnico-raciais/racismo (Saeb)



O que esses dados mostram é que não é só na qualidade da educação, de maneira mais estrita, que o Brasil precisa avançar. Ainda temos muito o que avançar em termos de educação cidadã.

— Daniela Mendes, analista de Políticas Educacionais do Todos Pela Educação

⁸⁷ g1. País tem pior índice em 10 anos de escolas públicas com projetos para combater racismo, aponta levantamento. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/07/25/pais-tem-pior-indice->

[em-10-anos-de-escolas-publicas-com-projetos-para-combater-racismo-aponta-levantamento.ghtml](https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/07/25/pais-tem-pior-indice-). Visitado em 25.07.2023.

Procurado pelo g1, o MEC informou que tem trabalhado para mudar esse cenário desde o início do atual governo, mas reconhece que "ainda há um longo caminho pela frente". Ensino obrigatório de história afro e indígena

Para Washington Góes, técnico de programas e projetos do Cenpec, ONG que luta pela qualidade do ensino brasileiro, os números acima refletem o desmonte de políticas públicas, especialmente na área de educação nos últimos anos.

Em sua opinião, um dos caminhos para reverter esse quadro é garantir a aplicação das leis que obrigam as escolas a ensinarem em sala de aula história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Com o apoio das leis, é possível levar o debate de questões étnico-raciais para dentro das escolas. A partir daí, de alguma forma, o tema pode ser pautado.

— Washington Góes, técnico de programas e projetos do Cenpec

A importância dessa disciplina é destacada por educadores e historiadores como forma de combater o racismo, valorizar a diversidade e reconhecer a contribuição e o papel fundamentais do povo negro na construção da nossa sociedade.

Mesmo após 20 anos da sanção da primeira lei sobre o tema, porém, o ensino de história afro-brasileira ainda é uma realidade distante das escolas.

Além da aplicação dessas leis, resultado da luta dos movimentos étnico-raciais, o movimento Todos pela Educação cobra do governo federal investimento em outras políticas públicas para diminuir as desigualdades entre alunos.

O governo federal tem um papel muito importante de demonstrar a prioridade política da pauta e de incentivar e apoiar as redes na implementação de ações antirracistas, contra a violência de gênero e contra a LGBTfobia.

— Daniela Mendes

Segundo ela, as medidas devem incluir:

- oferta de formação continuada de profissionais da educação sobre questões étnico-raciais;
- elaboração de materiais didáticos; e
- apoio na prática pedagógica dos profissionais.

"Ações como essas podem viabilizar a implementação de fato dessa legislação, para que tenhamos o resultado que queremos, que é uma escola mais acolhedora, na qual o aluno queira permanecer, e que ofereça uma melhor oportunidade de aprendizado", diz Daniela.

O que diz o MEC

O MEC informou que "tem trabalhado para modificar esse cenário desde o início da atual gestão".

Segundo a pasta, a primeira ação foi a recriação da Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão), que tem em sua estrutura a Diretoria de Políticas de Educação Étnico-racial Educação Escolar Quilombola com o objetivo para formular, articular e executar as políticas voltadas para a implementação da lei que trata do ensino de história e cultura afro-brasileira.

Além disso, o MEC afirmou que foi retomada a formação de professores a partir do apoio financeiro às universidades e relançado o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, que fomenta a pesquisa na graduação e pós-graduação.

Outra iniciativa resgatada foi a Cadara, a comissão de assessoramento do MEC formada por entes federais e sociedade civil para assuntos relacionados à educação dos afro-brasileiros.

"Ainda há um longo caminho pela frente, mas hoje a Secadi está empenhada em garantir recursos para que no próximo ano possa investir ainda mais em ações de combate ao racismo", afirmou.

Escolas cívico-militares: decisão do governo é pouco efetiva e não acaba com militarização, dizem especialistas⁸⁸

As críticas dos especialistas se voltam para a decisão de 'pouco impacto' do MEC e para o modelo de ensino em si, que não atingiu os objetivos esperados e é excludente.

O anúncio do encerramento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), divulgado na quarta-feira (12), deixou especialistas aliviados, mas não totalmente satisfeitos. De acordo com pesquisadores e ex-integrantes do Ministério da Educação (MEC) ouvidos pelo g1, é preciso que o governo seja mais incisivo contra a militarização na educação básica.

Eles afirmam que o modelo é excludente (não abrange todas as escolas), não tem resultados comprovados (faltam estudos e dados) e custa caro aos cofres públicos. No ano passado, o programa consumiu R\$ 64 milhões e atendeu o equivalente a 0,1% das escolas do país.

1- Objetivos não foram atingidos

Para Fernando Cássio, professor de políticas educacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC), o ministério deveria ter se posicionado de maneira “firme e categórica, contra à militarização”.

De acordo com ele, que também é integrante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o formato não trouxe evidências ou dados que comprovem sua efetividade na diminuição da evasão e na inibição casos de violência escolar, como havia sido prometido em sua implementação.

O MEC encerrou o programa nos moldes firmados pelo governo Bolsonaro, mas ainda assim soou como uma chancela ao formato, em um estilo ‘quem quiser, fica, quem não quiser, sai’. E não é isso que se espera do MEC.

— Fernando Cássio, professor de políticas educacionais e integrante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

2- Decisão terceiriza o problema

Mesmo com a decisão do MEC de encerrar o formato, diversos estados consultados pelo g1 já declararam que pretendem manter suas escolas cívico-militares já implantadas.

Aqui é importante ressaltar que diferentemente das escolas militares, que podem contar com militares no quadro de professores, no modelo cívico-militar encerrado pelo governo federal, civis poderiam ser responsáveis pela parte pedagógica, enquanto militares cuidavam apenas da gestão administrativa.

3- Encerramento tem pouco impacto

O também professor de políticas educacionais Salomão Ximenes vê a decisão do MEC de encerrar o programa como esperado, uma vez que, ainda na transição, o governo havia sinalizado desinteresse pelo formato.

No entanto, ele lembra que apenas cerca de 200 escolas públicas aderiram ao modelo, e a descontinuação do formato pode não ter grande impacto no cenário educacional do país.

Além disso, o professor reforça que existem outras políticas públicas estaduais e municipais com programas de militarização escolar, e defende que esses formatos também deveriam ser revistos. Para ele, falta um posicionamento claro do governo sobre o tema.

Tenho receio sobre o impacto que essa decisão vai trazer de fato naquela que é a preocupação de fundo mais importante, que é a desmilitarização da educação básica como um todo.

— Salomão Ximenes, professor de políticas educacionais da UFABC.

⁸⁸ Emily Santos e Júlia Putini. Escolas cívico-militares: decisão do governo é pouco efetiva e não acaba com militarização, dizem especialistas. g1 Educação.

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/07/13/escolas-civico-militares-decisao-do-governo-e-pouco-efetiva-e-nao-acaba-com-militarizacao-dizem-especialistas.ghtml>. Visitado em 13.07.2023.

4- Formato rígido não significa melhores resultados

Claudia Costin, professora universitária da FGV e de Harvard, acredita que as escolas do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (Pecim) surgiram apoiadas na reputação de escolas militares do Ministério da Defesa, mas não conseguiram se igualar ao nível desejado.

“A curtíssimo prazo, chegam a uma melhora do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), mas isso não se sustenta, porque não é cortando o cabelo mais curto ou colocando trajes militares que os alunos aprendem mais”, diz Costin, que também é ex-diretora de Educação do Banco Mundial e presidente do Instituto Singularidades.

Ela destaca que os pontos positivos do formato, como maior protagonismo do aluno e tempo integral de estudos, também existem em outros modelos de ensino, como o aplicado em Pernambuco, que se destaca nas avaliações do ensino médio.

O ensino médio aplicado em Pernambuco tem essas características e tem entregado resultados educacionais muito melhores do que as cívico-militares.

— Claudia Costin, ex-diretora de Educação do Banco Mundial e presidente do Instituto Singularidades.

5- Modelo escolar é excludente

Ximenes, professor de políticas educacionais, defende ainda que o formato militarizado é excludente e rígido, o que não é um parâmetro de qualidade.

Além disso, Miriam Fábila Alves, membro da Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização da Educação (RePME), acredita que o que a escola militarizada evoca é um reflexo dessa ideia, por supostamente ser uma instituição mais completa.

Isso, no entanto, deveria ser realidade em todo o país, e não exclusividade de um formato. Ainda segundo a avaliação dela, a

militarização cria uma diferenciação "muito perversa", uma vez que as escolas não militarizadas podem se tornar indesejadas por não oferecerem a mesma infraestrutura.

O que os pais demandam é uma escola com infraestrutura, profissionais, presença dos funcionários e professores, e que seja segura. Isso deveria ser política para todas as escolas brasileiras.

— Miriam Fábila Alves, membro da Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização da Educação (RePME)

Seis a cada 10 jovens negros concluem o ensino médio; número é maior entre brancos, diz levantamento⁸⁹

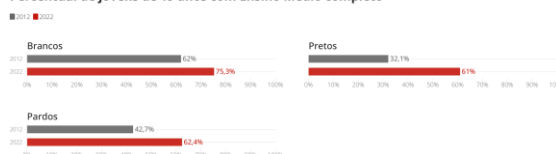
Pretos e pardos também são minoria entre os estudantes nesta etapa de ensino. Dados compõem um levantamento do Todos Pela Educação com base em dados do IBGE.

A cada 10 jovens pretos de 19 anos no país, apenas seis concluíram o ensino médio. É o que mostra um levantamento do Todos Pela Educação, com base em dados do IBGE, entre 2012 e 2022. A análise considera adolescentes de 15 a 17 anos que frequentam ou já concluíram esta etapa de ensino.

Apesar de o número ter dobrado desde 2012, quando apenas 3 a cada 10 jovens pretos na faixa etária tinham concluído a etapa de ensino, a taxa ainda é significativamente menor do que a de jovens brancos da mesma idade.

Entre os pardos, no ano de 2012, quatro a cada 10 jovens tinham ensino médio completo, marca que evoluiu para seis a cada 10 em 2022.

Percentual de jovens de 19 anos com Ensino Médio completo



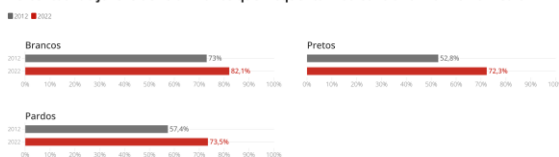
⁸⁹ g1. Seis a cada 10 jovens negros concluem o ensino médio; número é maior entre brancos, diz levantamento. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/05/31/seis-a-cada-10->

[jovens-negros-concluem-o-ensino-medio-numero-e-maior-entre-brancos-diz-levantamento.ghtml](https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/05/31/seis-a-cada-10-jovens-negros-concluem-o-ensino-medio-numero-e-maior-entre-brancos-diz-levantamento.ghtml). Visitado em 31.05.2023.

Apesar da discrepância na conclusão do ensino médio, os números que demonstram o abismo entre os estudantes brancos dos pretos e pardos vêm desde o ingresso na etapa de ensino.

Somente no ano passado os indicadores alcançados pelos jovens pretos e pardos ficaram em níveis semelhantes aos que alunos brancos já tinham 10 anos antes.

Percentual de jovens de 15 a 17 anos que frequentam ou concluíram o Ensino Médio



Para Gabriel Corrêa, diretor de Políticas Públicas do Todos Pela Educação, a desigualdade étnico-racial ainda é algo muito presente no sistema educacional no país, apesar dos avanços.

“Os números revelam o resultado de um ciclo de exclusão de jovens pretos e pardos que, no contexto educacional, também é determinado por décadas de ausência de políticas intencionalmente voltadas à equidade das relações étnico-raciais. Ao deixar para trás um enorme contingente de estudantes, as políticas educacionais não atingem sua finalidade de promover Educação de qualidade para todos. Os dados demonstram a urgente necessidade de ações voltadas à equidade racial, que somente serão efetivas se houver real comprometimento das lideranças políticas e de gestores públicos”, conclui.

MEC deve suspender cronograma de implementação do Novo Ensino Médio; entenda o que está em jogo⁹⁰

Modelo, vigente há dois anos, promove mudanças na grade curricular e estabelece a oferta de disciplinas optativas em todas as escolas do país. Alvo de críticas por falhas na implantação, especialistas defendem debate dos ajustes necessários, em vez de simplesmente revogar o projeto.

O Ministério da Educação (MEC) deve suspender a portaria que estipula o cronograma de implementação do Novo Ensino Médio. Com isso, não deverá haver mudança no formato do Enem 2024, como previsto inicialmente.

Embora os detalhes da suspensão da portaria ainda não tenham sido divulgados, o ministro da Educação, Camilo Santana, disse nesta segunda-feira (3) em entrevista ao "Diário do Nordeste" que as novas diretrizes já implementadas desde 2022 não devem ser cobradas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O modelo do Novo Ensino Médio, vigente há dois anos, promove alterações na grade curricular, aumenta a carga horária, dá possibilidade para formação técnica e profissional e estabelece a oferta de disciplinas optativas em todas as escolas do país.

"(...) Deveremos suspender qualquer mudança no Enem em relação a 2024 por conta dessa questão do Novo Ensino Médio", disse Camilo Santana.

Contexto: Neste ano, quando mais alunos passaram a seguir o Novo Ensino Médio, o modelo passou a receber críticas de entidades e mobilizou discussões acaloradas nas redes sociais entre grupos que pediam ajustes e até a sua revogação completa.

Entre outros pontos, as críticas se referem à:

- redução da carga horária dos conteúdos tradicionais.
- possibilidade de ampliação da desigualdade entre escolas particulares e públicas diante da dificuldade de implantação do que prevê o Novo Ensino Médio.

Também nesta segunda, Camilo Santana disse que "não é só simplesmente chegar e revogar; é preciso discutir [a reforma]". A

90 Fernanda Calgaro, Luiza Tenente e Emily Santos, g1. MEC deve suspender cronograma de implementação do Novo Ensino Médio; entenda o que está em jogo.

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/04/03/mec-deve-suspender-cronograma-de-implementacao-do-novo-ensino-medio-entenda-o-que-esta-em-jogo.ghtml>. Visitado em 04.04.2023.

pasta já havia se pronunciado sobre o assunto ao dizer que faria uma "ampla pesquisa com toda a comunidade escolar" para "corrigir distorções".

Na tarde desta segunda, houve uma reunião do grupo de trabalho coordenado pelo MEC que discute mudanças no ensino médio.

Segundo Vitor de Angelo, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), que estava presente ao encontro, a reunião serviu para debater a consulta pública em andamento sobre o tema.

Ainda de acordo com ele, a possibilidade de suspender a reforma foi negada por Maurício Holanda, secretário de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (Sase-MEC). "Nenhum passo foi dado [sobre a suspensão]", afirmou o presidente do Consed, que é secretário estadual de Educação do Espírito Santo.

O que diz a portaria que deve ser suspensa?

A portaria 521 de 13 de julho de 2021 estabelece prazos para que políticas nacionais (como a de distribuição de livros didáticos a escolas públicas) e avaliações, como o Enem e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), sejam modificadas pelas diretrizes do Novo Ensino Médio.

O Enem teria um novo formato já em 2024. A prova, que atualmente é igual para todos os candidatos, passaria a ter uma etapa específica, conforme as disciplinas optativas escolhidas pelo aluno na escola.

No caso do Saeb, 2025 é data de referência para publicação das novas matrizes de avaliação.

Além disso, a portaria apresenta um calendário para as etapas da ampliação da carga horária e da implementação dos itinerários formativos em todas as escolas de Ensino Médio, conforme as datas abaixo:

- 2020: elaboração dos referenciais curriculares dos estados e do Distrito Federal;

- 2021: aprovação dos referenciais pelos respectivos Conselhos de Educação e formação dos profissionais da educação;

- 2022: implementação do novo currículo no 1º ano do ensino médio;

- 2023: expansão do modelo para o 2º ano do ensino médio;

- 2024: adoção obrigatória em todos os anos do ensino médio; e

- De 2022 a 2024: monitoramento da implementação do modelo.

O que pensam as entidades?

Sobre a possibilidade de a portaria do Novo Ensino Médio ser suspensa, o diretor-executivo da ONG Todos Pela Educação, Olavo Nogueira, disse que "o momento exige mesmo um freio de arrumação, e nesse sentido, o mais importante é o adiamento das mudanças no Enem".

A entidade aponta os seguintes problemas em relação ao atual cronograma:

- as redes de ensino não tiveram acesso a um documento detalhado sobre o que o Enem passaria a cobrar a partir de 2024;

- não há definições sobre como a formação técnica e profissional seria avaliada nas provas nacionais;

- as obras do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) referentes ao novo ensino médio só começariam a ser recebidas pelas redes de ensino em 2024 - no mesmo ano, já seria aplicado o novo Enem;

- o calendário não considera que a pandemia tenha atrasado a implementação dos novos currículos.

Em nota, a União Nacional dos Estudantes (UNE) também se mostrou a favor da suspensão da implementação do Novo Ensino Médio.

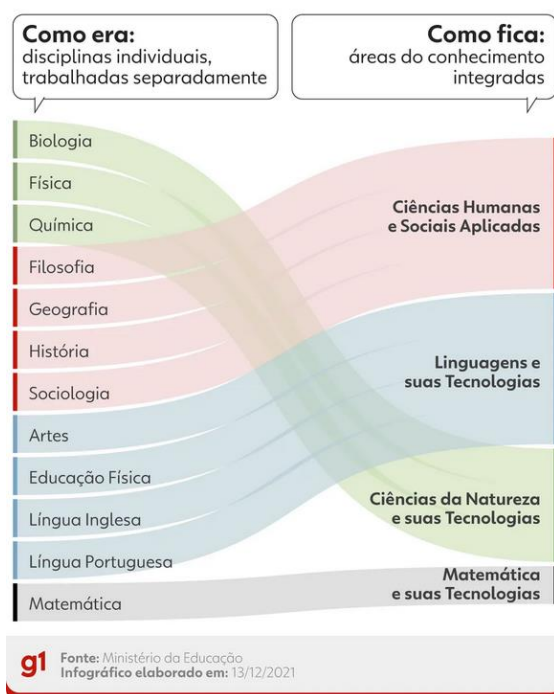
Para a entidade, isso representa uma "grande vitória para os estudantes, professores e, sobretudo para a sociedade, que correria o risco de ampliar abismos educacionais e impactar na democratização do acesso ao ensino superior, que acompanhamos recentemente no país".

O que é o Novo Ensino Médio?

É um novo modelo obrigatório a ser seguido no ensino médio por todas as escolas do país, públicas e privadas.

A lei estipula aumento progressivo da carga horária. Antes, no modelo anterior, eram, no mínimo, 800 horas-aula por ano (total de 2.400 no ensino médio inteiro). No novo modelo, a carga deve chegar a 3.000 horas ao final dos três anos.

Desde 2022, as disciplinas tradicionais passaram a ser agrupadas em áreas do conhecimento (linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas).



A partir de 2023, cada estudante passou a poder montar seu próprio ensino médio, escolhendo as áreas (os chamados "itinerários formativos") nas quais se aprofundará. A intenção é que sejam três anos de estudo com: esses conteúdos eletivos (1.200 horas focadas nos objetivos pessoais e profissionais dos alunos) + a parte fixa (1.800 horas de ciências da natureza, ciências humanas, linguagens e matemática).

Somando, chegamos a 3.000 horas-aula nos três anos. Antes, a lei estipulava uma carga horária mínima de 800 horas-aula por

ano (ou seja, um total de 2.400 horas no ensino médio).

Foi criado também o chamado "projeto de vida": um componente transversal que será oferecido nas escolas para ajudar os jovens a entender suas aspirações.

Cada rede de ensino tem a liberdade de distribuir a carga horária dos itinerários formativos da maneira como julgar ideal: tudo no primeiro ano ou espaçado ao longo dos três anos, por exemplo.

O ensino de língua portuguesa e matemática é obrigatório nos três anos do ensino médio. A lei não estipula um número mínimo de aulas dessas disciplinas por semana. O que importa é que elas estejam sempre presentes na grade.

Se antes o modelo antigo era visto mais como uma preparação para o ensino superior, agora, a proposta é dar uma formação mais voltada ao mercado de trabalho.

Quais são as críticas ao novo modelo?

Entidades estudantis estão entre os principais críticos à reforma do ensino médio. Nas redes sociais, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubex) está engajada a favor da revogação do modelo e tem cobrado uma reforma do sistema educacional.

Entre os argumentos contrários estão:

- Desde o retorno presencial após a pandemia, o programa atravessa diferentes níveis de implementação, variando de estado para estado.

- Há escolas públicas sem infraestrutura para manter o novo formato. No novo ensino médio, cada colégio deve escolher, no "cardápio" de itinerários formativos elaborado pela sua rede estadual, no mínimo duas opções para oferecer aos alunos (matemática e linguagens, por exemplo). Com isso, em vez de uma turma grande ter a mesma aula às 8h, como era antes, serão dois grupos menores (um que escolheu matemática, outro que preferiu linguagens). Isso exige que a escola tenha duas salas de aula disponíveis no horário.

- O aumento da carga horária, que era de 4 horas diárias e deve chegar a 7 horas por dia (turno integral) em 2024, não é atrativo para alunos mais pobres que precisam trabalhar. Fica mais difícil conciliar a escola com um emprego, o que aumenta o risco de evasão (se um jovem precisar daquele dinheiro, vai abandonar as aulas e focar no trabalho).

- As disciplinas clássicas têm menos prioridade na grade com a entrada das novas ofertas. Em alguns casos, estudantes relatam ter ficado com apenas duas aulas na semana de português e matemática.

- Alunos de escolas públicas em cidades menores, com menos recursos, vão acabar tendo um "cardápio" de itinerários formativos mais enxuto. Eles podem ser prejudicados em comparação com alunos de escolas privadas ou de municípios maiores.

- Estudantes mais pobres podem ser desestimulados de seguir para o ensino superior porque, no novo formato do ensino médio, há disciplinas optativas que são profissionalizantes e que facilitam a entrada precoce do jovem no mercado de trabalho.

- Entidades afirmam que a legislação que instituiu o Novo Ensino Médio não foi discutida com todos os setores da educação.

Precisamos de escolas com tecnologia, com professores atualizados e com condições de trabalho dignas e que valorizem nossas potencialidades e múltiplas inteligências.

— Ubes

O que dizem os defensores do Novo Ensino Médio?

Favoráveis ao novo modelo, o MEC e os governos estaduais argumentam que o objetivo é tornar essa etapa do ensino mais atrativa para os estudantes. Assim como especialistas na área, que concordam com o formato, eles reconhecem, porém, a necessidade de se discutir e fazer ajustes a fim de aprimorar a etapa. Entre os pontos vistos como positivos estão:

- Mais tempo em sala de aula: o novo ensino médio propõe ampliar o tempo de aulas diárias, adotando um formato de tempo integral. Até 2024, o dia letivo deve ter 7 horas, chegando a 1.400 horas/ano.

- O novo formato também visa formar o aluno em ao menos um curso técnico já nesta etapa educacional, a fim de adiantar a entrada no mercado de trabalho.

- A grade curricular é atualizada, mas nenhuma disciplina deve ficar de fora. Então, amplia-se o leque do que é ensinado aos alunos.

- Disciplinas optativas podem tornar a etapa mais atrativa para os alunos, o que pode ajudar a combater a evasão escolar, que é maior no ensino médio.

Qual a opinião de especialistas?

Em entrevista ao g1 em fevereiro, a ONG Todos Pela Educação afirmou que o novo formato aponta para a direção correta, mas necessita de ajustes.

Nosso entendimento no Todos é que o caminho passa por fugir do binarismo - "revoga tudo" ou "deixa tudo como está".

— Olavo Nogueira Filho, diretor-executivo do Todos Pela Educação

A entidade considera positiva "a ideia de uma arquitetura curricular diferente e da expansão da carga horária", mas vê dois problemas:

- "A ausência de coordenação do governo federal nos últimos anos deixou os estados à própria sorte, gerando uma implementação muito heterogênea e, em muitos casos, problemática".

- "Há, sim, problemas nas normativas. Isso precisa ser dito, pois não é apenas um problema de implementação". Entre as questões apontadas, estão: não levar em conta o avanço das escolas de tempo integral e permitir que 20% do conteúdo seja dado à distância.

Outro aspecto central para o Todos é que apenas a mudança no currículo não é suficiente.

Se queremos um ensino médio de fato ressignificado, será preciso abordar outros elementos também, como infraestrutura escolar, dedicação integral do professor a uma única escola, gestão escolar, projeto pedagógico, valorização e formação docente, entre outros.

— Olavo Nogueira Filho, diretor-executivo do Todos Pela Educação

O Movimento Pela Base ressaltou, também em fevereiro, que o modelo tem o objetivo de "garantir uma educação de qualidade, conectada aos desafios de nosso tempo e aos interesses de cada estudante - e, assim, ajudar a reverter os desastrosos números do velho ensino médio, como aqueles de evasão e de aprendizagem".

Entre os muros da Escola Estadual Thomazia Montoro, onde uma professora foi morta por aluno⁹¹

Escola tem cerca de 15 professores e 300 alunos do 6º ano ao 9º ano. Relatos de pais, alunos e profissionais da educação indicam para déficit de funcionários e precarização do trabalho. Secretário da Educação, Renato Feder, disse que o governo vai ampliar o programa Conviva, que hoje disponibiliza atendimento psicológico para 500 escolas de uma rede de 5 mil.

Brigas frequentes, bullying, falta de segurança. Localizada em uma rua sem saída, na Vila Sônia, Zona Oeste da cidade de São Paulo, a Escola Estadual Thomazia Montoro está de luto. Entre seus muros pintados de cor salmão, com três portões de azul vibrante, uma professora morreu e outras cinco pessoas ficaram feridas na manhã de segunda-feira (27).

A escola faz parte do Programa de Ensino Integral (PEI), projeto do governo do estado de São Paulo, desde 2021 -- no governo de João Doria (então no PSDB). Segundo dados do Censo Escolar, conta com 15 professores e aproximadamente 300

alunos matriculados do 6º ao 9º anos do ensino fundamental.

Fontes ouvidas pelo g1 informaram que a escola conta com três agentes de organização escolar no seu quadro. Eles são conhecidos como AGO. É aquele profissional que abre e fecha a escola, cuida da parte burocrática, vida funcional e prontuário dos alunos. Tudo ao mesmo tempo e recebe cerca de um salário mínimo.

"Deveria ter entre sete e dez agentes numa escola de tempo integral", disse Chico Poli, do Sindicato dos Diretores da Rede Estadual. Também não havia segurança no portão da escola no momento em que o autor do ataque entrou. Na entrada, há duas câmeras de segurança, protegidas por grades metálicas.

O g1 questionou a Secretaria da Educação nesta segunda-feira sobre os pontos levantados pela escola e aguarda posicionamento.

Em coletiva de imprensa, o secretário, Renato Feder, disse que o governo vai ampliar o programa Conviva, que disponibiliza atendimento psicológico para 500 escolas, de uma rede de mais de 5 mil. Atualmente, são 300 profissionais que prestam atendimento psicológico.

"A gente vai ampliar isso para alcançar todas as escolas. Essa é uma medida muito importante, não é do dia para noite porque a gente precisa treinar e selecionar essas pessoas, mas a gente vai manter os profissionais das diretorias de ensino e ampliar de 500 para 5.000 profissionais dedicados ao Conviva, um por escola", afirmou Feder.

Relatos anteriores indicavam prática de bullying

Na internet, a Thomázia Montoro informa que tem estrutura necessária para o conforto e desenvolvimento educacional dos seus alunos. Mas uma busca simples no Google Maps entrega avaliações críticas de ex-alunos e pais que mencionam episódios

91 Claudia Castelo Branco e Arthur Stabile, g1 SP. Entre os muros da Escola Estadual Thomazia Montoro, onde uma professora foi morta por aluno. g1. [https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/03/28/entre-os-](https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/03/28/entre-os-muros-da-escola-estadual-thomazia-montoro-onde-uma-professora-foi-morta-por-aluno.ghtml)

[muros-da-escola-estadual-thomazia-montoro-onde-uma-professora-foi-morta-por-aluno.ghtml](https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/03/28/entre-os-muros-da-escola-estadual-thomazia-montoro-onde-uma-professora-foi-morta-por-aluno.ghtml). Visitado em 28.03.2023.

de bullying e maus-tratos entre os muros da escola.

"Minha filha tem deficiência e ela estudou nessa escola. Estou muito magoada, pois maltrataram a minha filha e agora ela tem que passar em psicólogos para tratar os traumas", relatou Ana Rodrigues, há doze meses. Segundo um ex-aluno, tudo que era diferente virava alvo de opressão praticada por outros estudantes. "Tentei me suicidar por causa disso, a sorte é que me socorreram a tempo. Eu passei três meses com medo de pisar em uma escola", relatou.

Durante todo o dia, o g1 acompanhou a movimentação do lado de fora da escola. Passaram por lá os secretários da Segurança, Guilherme Derrite, e da Educação, Renato Feder. Esteve também o comandante da Polícia Militar, o coronel Cássio Araújo de Freitas, e deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL).

"Essa é a realidade da rede estadual de ensino: a precarização. Lamentável que numa situação como essa, o governador anuncie que vai colocar policiais dentro das escolas. É uma forma disfarçada de voltar ao programa cívico-militar" disse o parlamentar, especialista em educação.

Tarcísio de Freitas (Republicanos) disse ao blog da Andréia Sadi que estuda colocar policiais em escolas de forma permanente.

Giannazi diz que levará o caso para a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), ao solicitar a convocação do secretário da Educação, e pedirá que a Defensoria Pública do estado e o Ministério Público acompanhem o caso da E.E. Thomázia Montoro e políticas públicas do governo Tarcísio voltados para a área.

Movimentação, Promessas e luto

O movimento nos arredores foi diminuindo em torno das 16h30. Com janelas fechadas, quatro carros de funcionários deixaram o colégio no final da tarde. Todos em silêncio. A partir dali, a

escola ficaria fechada para aulas. Abrirá somente para perícia.

Na educação, o déficit entre agentes de organização e oficiais administrativos é de 20.574 funcionários no estado de SP, de acordo com dados do Diário Oficial de 2022. O secretário da Educação afirmou em coletiva que já está no cronograma a contratação de 150 mil horas de psicólogos e psicopedagogos.

Novo Ensino Médio: ajustar ou revogar? Entenda em 7 pontos o debate que envolve alunos e MEC⁹²

Estudantes reclamam da falta de estrutura adequada nas escolas e do despreparo de professores. Governo federal e estados se dizem abertos ao diálogo, mas descartam fim do programa.

Em seu segundo ano de vigência, o Novo Ensino Médio, que traz mudanças na grade curricular e oferta de disciplinas optativas em todas as escolas do país, possui pontos positivos, de acordo com especialistas, mas também tem sido alvo de críticas por grupos que chegam a defender até a sua revogação.

Entenda debate em 7 pontos:

1 - O que é o Novo Ensino Médio?

É um novo modelo obrigatório a ser seguido no ensino médio por todas as escolas do país, públicas e privadas.

Cada estudante pode montar seu próprio ensino médio, escolhendo as áreas (os chamados "itinerários formativos") nas quais se aprofundará. A intenção é que sejam três anos de estudo com: conhecimentos básicos de cada disciplina + conteúdos focados nos objetivos pessoais e profissionais dos alunos.

Foi criado o chamado "projeto de vida": um componente transversal que será oferecido nas escolas para ajudar os jovens a entender suas aspirações.

92 Emily Santos e Fernanda Calgaro. Novo Ensino Médio: ajustar ou revogar? Entenda em 7 pontos o debate que envolve alunos e MEC. g1 Educação. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/02/16/novo->

[ensino-medio-ajustar-ou-revogar-entenda-em-7-pontos-o-debate-que-envolve-alunos-e-mec.ghtml](https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/02/16/novo-ensino-medio-ajustar-ou-revogar-entenda-em-7-pontos-o-debate-que-envolve-alunos-e-mec.ghtml). Visitado em 16.02.2023.

Sancionado em 2017 no governo Temer, entrou em vigor em 2022 e prevê a implementação gradual até 2024.

Se antes o modelo antigo era visto mais como uma preparação para o ensino superior, agora, a proposta é dar uma formação mais voltada ao mercado de trabalho.

2 - Quais são as críticas ao novo modelo?

Entidades estudantis estão entre os principais críticos à reforma do ensino médio. Nas redes sociais, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) está engajada a favor da revogação do modelo e tem cobrado uma reforma do sistema educacional.

Entre os argumentos apresentados pela Ubes estão:

Desde o retorno presencial, o programa atravessa diferentes níveis de implementação, variando de estado para estado.

As escolas públicas não têm infraestrutura para manter o novo formato.

O aumento da carga horária, que deve chegar a 7 horas por dia em 2024, não é atrativo para alunos mais pobres que precisam trabalhar. Isso porque, se antes eles conseguiam conciliar o trabalho durante o dia com o curso à noite, por exemplo, agora, o tempo de aula precisará ser mais longo e não caberá em um único turno.

As disciplinas clássicas têm menos prioridade na grade com a entrada das novas ofertas.

Alunos de escolas públicas em cidades menores podem ser prejudicados, em comparação com alunos de escolas privadas ou de municípios maiores, por terem menos opções de itinerários formativos.

Estudantes mais pobres podem ser desestimulados de seguir para o ensino superior por terem uma proposta de mercado de trabalho mais acessível, graças à disciplina profissionalizante que pode ser oferecida no novo formato.

A legislação que instituiu o Novo Ensino Médio não foi discutida com todos os setores da educação.

Precisamos de escolas com tecnologia, com professores atualizados e com condições de trabalho dignas e que valorizem nossas potencialidades e múltiplas inteligências.

— Ubes

A Ubes cobra a revogação imediata do Novo Ensino Médio e a "construção de uma comissão tripartite, que uma sociedade civil, estudantes e governo" para elaborar uma nova lei para regulamentar o ensino médio.

Procurada pela reportagem, a União Nacional dos Estudantes (UNE) afirmou que acompanha a Ubes nas reivindicações.

Em outra frente, o deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ) montou um abaixo-assinado on-line para coletar apoio a favor da revogação da reforma, que já conta com mais de 96 mil signatários.

3 - O que dizem os defensores do Novo Ensino Médio?

Favoráveis ao novo modelo, o MEC e os governos estaduais argumentam que o objetivo é tornar essa etapa do ensino mais atrativa para os estudantes. Assim como especialistas na área, que concordam com o formato, eles reconhecem, porém, a necessidade de se discutir e fazer ajustes a fim de aprimorar a etapa. Entre os pontos vistos como positivos estão:

Mais tempo em sala de aula: o novo ensino médio propõe ampliar o tempo de aulas diárias, adotando um formato de tempo integral. Até 2024, o dia letivo deve ter 7 horas, chegando a 1.400 horas/ano.

O novo formato também visa formar o aluno em ao menos um curso técnico já nesta etapa educacional, a fim de adiantar a entrada no mercado de trabalho.

A grade curricular é atualizada, mas nenhuma disciplina deve ficar de fora. Então, amplia-se o leque do que é ensinado aos alunos.

Disciplinas optativas podem tornar a etapa mais atrativa para os alunos, o que

pode ajudar a combater a evasão escolar, que é maior no ensino médio.

4 - Qual a opinião de especialistas?

O Todos Pela Educação é um dos que entendem que o novo formato aponta para a direção correta, com organização curricular por área do conhecimento e busca da interdisciplinaridade, mas defende a necessidade de ajustes.

“Nosso entendimento no Todos é que o caminho passa por fugir do binarismo - “revoga tudo” ou “deixa tudo como está”.

— Olavo Nogueira Filho, diretor-executivo do Todos Pela Educação

A entidade considera positiva "a ideia de uma arquitetura curricular diferente e da expansão da carga horária", mas vê dois problemas:

"A ausência de coordenação do governo federal nos últimos anos deixou os estados à própria sorte, gerando uma implementação muito heterogênea e, em muitos casos, problemática".

"Há, sim, problemas nas normativas. Isso precisa ser dito, pois não é apenas um problema de implementação". Entre as questões apontadas estão não levar em conta o avanço das escolas de tempo integral e a permissão de 20% do conteúdo ser dado à distância.

Outro aspecto central para o Todos é que apenas a mudança no currículo não é suficiente.

Se queremos um ensino médio de fato ressignificado, será preciso abordar outros elementos também, como infraestrutura escolar, dedicação integral do professor a uma única escola, gestão escolar, projeto pedagógico, valorização e formação docente, entre outros.

— Olavo Nogueira Filho, diretor-executivo do Todos Pela Educação

O Movimento Pela Base ressalta que o modelo tem o objetivo de "garantir uma educação de qualidade, conectada aos desafios de nosso tempo e aos interesses de

cada estudante - e, assim, ajudar a reverter os desastrosos números do velho Ensino Médio, como aqueles de evasão e de aprendizagem".

Alerta, no entanto, ser "imprescindível" fazer "um monitoramento cuidadoso e um diálogo permanente com gestores, professores, estudantes e famílias, que aponte o que está dando certo, assim como as demandas e carências do processo".

5 - O que os estudantes acham do novo modelo?

Ao mesmo tempo em que veem como positiva a oferta de conteúdos interdisciplinares, alunos que têm aulas no novo formato, de olho nos vestibulares, sentem falta de mais conteúdo nas disciplinas tradicionais.

Em entrevista ao SP2 (veja vídeo abaixo), Gabriel Teixeira Guedes, que estuda em uma escola estadual da capital paulista, conta que tem nove horas de aulas por dia e uma de suas disciplinas mistura conhecimentos de ciências humanas e exatas. Era parte do itinerário formativo "#quemdividemultiplica".

"Escolhi porque eu gosto bastante de exatas. Mas também fala de sociologia, filosofia que são importantes para o cidadão", explica.

Já a estudante Sofia Barbosa cursa o itinerário formativo "Corpo, saúde e linguagens", que mescla conhecimentos de linguagens e ciências da natureza. Ela vai tentar uma vaga no vestibular esse ano, e diz sentir falta de mais conteúdo.

"Ele [o itinerário formativo] tem umas matérias focadas nele junto, só que eu sinto falta de uma matemática pura, básica, básica", afirma.

A colega dela, Amanda Pereira, de 16 anos, também vai concluir o ensino médio em 2023, mas diz que não chegou a se acostumar com o novo modelo.

"São várias matérias que a gente já tinha focando os temas numa coisa só. Mas ao mesmo tempo, as matérias que saíram um pouco da carga horária fazem um pouco de falta para vestibulares e afins", diz.

6 - Qual a posição das redes estaduais?

O Consed ressalta que o Novo Ensino Médio é uma construção coletiva e que os novos currículos foram montados em conjunto pelos técnicos das secretarias, em colaboração com as equipes das escolas, e especialistas de entidades parceiras e sindicatos.

Para a entidade, "não é sensato pensar em descartar todo esse esforço técnico e financeiro despendido pelas redes estaduais ao longo dos últimos anos".

Destaca que aprimoramentos e ajustes podem e devem ser discutidos, mas que a revogação é "inviável" e, "em nenhum momento, foi considerada pelos gestores estaduais, que são os responsáveis pela etapa de ensino na rede pública".

7 - O que diz o MEC?

O debate sobre o novo ensino médio "transcende a simples revogação e passa pelo debate sobre melhoria da qualidade, sobre quais são seus elementos problemáticos e quais são os ajustes necessários".

A posição que o MEC defende é pela "retomada do diálogo democrático sobre o sentido do ensino médio e sobre como podemos, juntos e com a prudência necessária, entregar a melhor escola para a nossa juventude".

As equipes da pasta já estão planejando uma ampla pesquisa com toda a comunidade escolar para qualificar o debate, corrigir distorções e investir em boas práticas em andamento, com indução e coordenação do MEC para apoiar as redes de ensino.

Escolas cívico-militares têm meta, eficácia e desempenho desconhecidos; veja 6 pontos sobre a bandeira de Bolsonaro na educação⁹³

⁹³ Emily Santos. Escolas cívico-militares têm meta, eficácia e desempenho desconhecidos; veja 6 pontos sobre a bandeira de Bolsonaro na educação. g1 Educação. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/12/13/escolas-civico-militares-tem-meta-eficacia-e-desempenho-desconhecidos-veja-6->

Apesar do alto investimento, MEC não divulga dados sobre programa, que visa combater a evasão e inibir casos de violência escolar. Tendência é que modelo seja deixado de lado no governo Lula.

Uma das principais bandeiras do governo Bolsonaro na educação, o programa de escolas cívico-militares, em que a parte pedagógica continua nas mãos de educadores civis, mas a gestão administrativa passa para militares, carece de dados específicos sobre eficácia do modelo e desempenho dos estudantes, apontam especialistas ouvidos pelo g1.

Embora tenha investimento maior do que o destinado à implantação do Novo Ensino Médio, o programa não decolou e está presente hoje em apenas 0,1% das escolas brasileiras.

Procurado pela reportagem, o Ministério da Educação (MEC) não disponibilizou informações sobre metas nem indicadores de aprendizagem. Com a mudança para o governo Lula, a tendência é a de que o programa seja deixado de lado a partir de 2023.

1 - Como funciona o programa

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) prevê que o Ministério da Educação (MEC), com o apoio do Ministério da Defesa, forneça suporte técnico e financeiro às escolas públicas regulares estaduais, municipais e distritais que desejarem implementar o modelo.

Para aderir, a escola precisa:

- Atender os anos finais do ensino fundamental e/ou ensino médio;
- Apresentar avaliação baixa no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); e
- Ter alunos em situação de vulnerabilidade social.

Dentro da sala de aula, as escolas têm autonomia no projeto pedagógico. As aulas

[pontos-sobre-a-bandeira-de-bolsonaro-na-educacao.ghtml](#). Visitado em 13.12.2022.

são dadas pelos professores da rede pública, que são servidores civis.

Fora da sala de aula, militares da reserva atuam como monitores, disciplinando o comportamento dos alunos. Eles não têm permissão para interferir no que é trabalhado em aula ou ministrar materiais próprios.

"Os militares não atuarão em sala de aula, serão apoio no acolhimento e preparo dos alunos na entrada dos turnos, no intervalo de aulas e nos períodos de encerramento dos turnos. Colaborarão também nos projetos educativos extraclasse e na busca ativa dos alunos", explica o site do programa.

2 - Objetivo

Criado em setembro de 2019 por meio de um decreto, o programa começou a ser posto em prática no ano seguinte. Foi proposto com o objetivo de diminuir a evasão escolar e inibir casos de violência escolar a partir da disciplina militar.

Segundo os defensores do modelo no governo, a presença da força militar nas escolas públicas pode resolver os principais problemas da comunidade escolar.

3 - Número de escolas

Até 2021, 127 escolas municipais e estaduais por todo o Brasil haviam adotado o modelo, o equivalente a 0,1% da rede pública.

A expectativa era que outras 89 também implementassem o formato até o fim deste ano, atingindo a meta de 216 escolas. No entanto, procurado pelo g1, o MEC não forneceu dados atualizados.

4 - Investimento

Apesar de representar uma parcela mínima das escolas públicas do país, em 2022, a verba prevista para o Pecim era de R\$ 64 milhões. O valor é quase o dobro do montante listado para implantação do Novo Ensino Médio, que era de R\$ 33 milhões.

De 2020 a 2022, a fatia do orçamento do MEC destinada ao programa mais do que triplicou. No primeiro ano de

funcionamento, a verba era de R\$ 18 milhões.

5 - Sem dados sobre eficácia

Apesar do destaque que o governo dá ao programa, especialistas ouvidos pelo g1 ressaltam a falta de dados públicos que comprovem a sua eficácia. Não se sabe, por exemplo, detalhes sobre o desempenho dos alunos que frequentam essas escolas, o que permitiria traçar um paralelo com o período pré-militarização.

O MEC não divulga dados do programa que permitam entender o cenário real nestas escolas. Os sites estão desatualizados e as informações as quais temos acesso são extremamente defasadas

— Gabriel Corrêa, gerente de Políticas Educacionais da ONG do Todos Pela Educação.

Principal termômetro da educação brasileira, a nota do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), por exemplo, não está disponível para parte das escolas que aderiram ao modelo - uma das razões é a quantidade insuficiente de participantes nas provas de língua portuguesa e matemática, segundo o site do Inep.

O g1 pediu ao MEC informações como investimento total no modelo escolar e atualizações sobre meta, mas não teve retorno até a publicação desta reportagem.

6 - O que dizem os especialistas

Controverso, o programa é alvo de críticas de especialistas. Os principais pontos levantados por eles são:

O modelo é falho e deveria ser limitado a escolas militares oficiais.

Esse modelo militarizado de escolas deveria ser restrito às escolas das Forças Armadas, para jovens que desejam esse tipo de formação e carreira, com militares que tiveram formação no campo educacional

— Gabriel Corrêa, do Todos Pela Educação.

Em algumas regiões, não deixa opção para quem não quiser o modelo.

Corrêa lembra que um dos critérios do programa é atender a escolas com alunos em situação de vulnerabilidade social. No entanto, muitas vezes, elas são as únicas em sua região e aqueles que não quiserem frequentar uma instituição militarizada podem não ter a opção de se transferir, o que pode levar à evasão escolar.

Há uma visão distorcida de prioridades.

Segundo Corrêa, "dá-se uma prioridade para um número mínimo de escolas, cria-se uma política, um orçamento específico e uma diretoria específica no MEC para elas, o que mostra uma visão muito distorcida que se tem de prioridades nesse governo Bolsonaro".

Risco de militares sem preparo atuarem no ambiente escolar e de interferência no projeto pedagógico trabalhado em sala de aula.

O MEC promete treinamento para os militares que atuam nas escolas, mas, na prática, o que vemos é um sistema de censura a conteúdos considerados políticos e de 'esquerda' -- entre aspas mesmo --, além de uma verdadeira doutrinação militar que não deveria acontecer neste ambiente

— Alex Gonçalves, organizador do Movimento Edu+

O temor é confirmado por uma professora de uma escola estadual que segue o modelo em Ibirité, Minas Gerais. A docente, que pediu para não ser identificada por medo de represália, conta que os colegas evitam tratar de certos conteúdos por medo de serem interpretados como "esquerdistas", incluindo análises sobre o Brasil Colônia, democracia e segurança pública.

Ela também aponta a falta de formação adequada dos militares enviados à escola. Procurada pela reportagem, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

(SEE/MG) negou que as situações relatadas pela professora tenham acontecido.

"A SEE/MG informa que [os relatos] não procedem. Ressaltamos que as diretrizes do Pecim não preveem interferência dos militares nas atividades pedagógicas e que todas as unidades escolares do Estado seguem as diretrizes e competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG)", diz em nota.

Aprendizado no ensino médio técnico público supera o de quem cursa o regular, aponta levantamento⁹⁴

Dados do Iede com base no Saeb 2021 mostram que quase 18% saem do curso profissionalizante com conhecimento ideal em matemática, ante 5% de quem conclui o ensino médio regular.

O aprendizado em matemática e língua portuguesa no ensino médio integrado público, que une o currículo padrão com o técnico, supera o de quem cursa o ensino médio regular também na mesma rede pública, segundo estudo feito com base nos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2021, principal termômetro da educação brasileira.

Levantamento realizado pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) mostra que quase 18% dos alunos que cursam o ensino profissionalizante saem com conhecimento considerado adequado em matemática. Entre os que fazem o ensino médio regular, apenas 5% têm aprendizado avaliado como ideal na disciplina.

No caso de língua portuguesa, a situação é um pouco melhor, mas ainda há discrepância: 57% dos estudantes do ensino médio integrado saem com conhecimento adequado na matéria, enquanto no regular, eles representam cerca de 31,3%.

94 g1. Educação. Aprendizado no ensino médio técnico público supera o de quem cursa o regular, aponta levantamento. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/12/01/aprendizado-no->

[ensino-medio-tecnico-publico-supera-o-de-quem-cursa-o-regular-aponta-levantamento.ghtml](#). Visitado em 01.12.2022.

Os dados foram disponibilizados pelo QEDu, um dos maiores portais de dados educacionais abertos do Brasil, que tem o apoio institucional da Fundação Lemann, B3 Social, Itaú Educação e Trabalho e da Fundação Roberto Marinho.

Defasagem na aprendizagem

A defasagem na aprendizagem de matemática no país é histórica e se agravou com a pandemia de Covid, que deixou as escolas sem aulas presenciais por um longo período em 2020 e 2021.

Os resultados preocupantes no aprendizado de matemática são perceptíveis já nos anos iniciais do ensino fundamental, com 36,7% dos estudantes da rede pública com aprendizado adequado na disciplina em 2021. Houve uma piora em relação a 2019, quando o índice tinha sido de 47%.

Nos anos finais do ensino fundamental, o percentual que já não era alto caiu também e chegou a 15,3%. Em 2019, eram 18%.

Uma das hipóteses para essa queda maior nos anos iniciais em comparação ao cenário de pré-pandemia, de acordo com o Iede, seria a dificuldade de se ensinar a disciplina de forma remota e a das famílias apoiarem os filhos.

Saeb

O Saeb é uma prova de português e de matemática feita nacionalmente a cada dois anos por alunos do 2º, 5º e 9º ano do ensino fundamental e por estudantes do 3º do ensino médio. No caso do 9º ano, em 2021, para uma amostra específica, houve também questões de ciências da natureza e ciências humanas.

As provas foram aplicadas em novembro e dezembro do ano passado, quando muitas escolas ainda não haviam voltado para o formato 100% presencial. Em razão disso, pode ser que, no caso delas, menos estudantes tenham feito o Saeb - o que, segundo especialistas, faz com que os dados baseados nas avaliações devam ser vistos com cautela.

Questões

01. (Prefeitura de Lavras/MG – Assistente Social – FUNDEP - 2023) O Brasil está entre os 10 países com mais universidades presentes no ranking de impacto global elaborado pela publicação britânica Times Higher Education (THE), divulgado nesta quarta (27/04) no encontro de Inovação e Impacto em Estocolmo, na Suécia. São 48 instituições brasileiras na lista, que mede o comprometimento das universidades com a sustentabilidade.

[...]

A THE faz diversos rankings sobre educação superior desde 2004. [...] diferentemente das classificações tradicionais, o ranking de impacto global da THE mede a contribuição das instituições para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Organização das Nações Unidas). Isso é feito através da avaliação do comprometimento das universidades com a sustentabilidade em quatro áreas amplas: pesquisa, gestão de recursos, alcance e ensino.

Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/educacao/2022/04/27/internas_educacao,1362724/brasil-esta-entre-paises-com-mais-universidades-em-ranking-de-impacto-globa.shtml Acesso em: 28 abr. 202

De acordo com a reportagem, algumas universidades brasileiras têm se destacado

A - ao desenvolver potentes pesquisas para a sustentabilidade, a ponto de colocar algumas universidades brasileiras entre as 10 melhores do mundo.

B - em se filiar às políticas implementadas pela ONU, como desafio às universidades, para que elas contribuam cientificamente com a sustentabilidade.

C - no aprimoramento de suas políticas de pesquisa e educação, a fim de assegurar as primeiras colocações em futuros rankings de educação superior.

D - pelo comprometimento no desenvolvimento de ações de ensino e pesquisa que possam garantir a existência de uma sociedade e ambiente equilibrados.

02. (Câmara de Rio Acima/MG – Analista Legislativo – Instituto Access – 2022) Em fevereiro de 2022, o Ministro da Educação do Governo Bolsonaro é

- (A) Ciro Nogueira.
- (B) Rogério Marinho.
- (C) Milton Ribeiro.
- (D) Marcos Pontes.

03. (CRBM 3º Região – Fiscal Biomédico – Quadrix - 2022) Um fato que tem chamado a atenção, nos dias de hoje, é o acentuado aumento das agressões, físicas e morais, em escolas de diversas cidades brasileiras. Relativamente a esse tema, além de outros que mantêm com ele alguma conexão, julgue o item.

Para muitos especialistas, o comportamento agressivo dos alunos, logo na retomada das aulas presenciais, é atribuído ao isolamento e às perdas em família.

- () Certo
- () Errado

Alternativas

01 – D | 02 - C | 03 - Certo

SAÚDE

Apesar de recorde em 2023, Brasil tem mais de 40 mil pessoas na fila de doação de órgãos⁹⁵

Mais de 6 mil pessoas realizaram transplantes neste ano; rins são os órgãos mais procurados.

No Dia Nacional da Doação de Órgãos, números do Ministério da Saúde mostram uma boa notícia: o Brasil realizou mais de 6 mil transplantes este ano. No entanto, mais de 40 mil pacientes estão à espera de um órgão. E destes, 92% aguardam por um rim.

O Brasil nunca viu tanta doação de órgãos como no primeiro semestre deste

ano. Mais de 1.900 doadores possibilitaram a realização de 4.300 transplantes, 16% a mais do que no mesmo período do ano passado. De lá para cá, mais pacientes conseguiram sair da lista.

Há a alternativa da hemodiálise: uma rotina de muitas horas, várias vezes por semana, que só termina quando o paciente consegue o doador para ter um novo rim. E pela legislação brasileira, a doação só acontece se o paciente tiver o diagnóstico de morte cerebral e se a família autorizar.

Mas se o total de transplantes este ano já passa de 6 mil, esse número poderia ser ainda maior.

Ronaldo Honorato Barros dos Santos, médico da Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos, diz que muitas famílias recusam a doação por falta de conhecimento. E afirmou que é preciso melhorar a comunicação.

“Nós temos 43% das famílias que recusam a doação talvez por desconhecimento, talvez por não compreensão de todo o processo da doação e dúvidas que realmente possam ocorrer nesta situação. Para quem espera na fila, um dia já é demais. Uma semana. É demais”, argumentou.

Superfungo: especialistas explicam alcance e riscos do Candida auris⁹⁶

Em quatro dias, três pacientes foram diagnosticados em Pernambuco. Ele pode não oferecer risco às pessoas saudáveis. Mas para quem tem um sistema imunológico debilitado, pode levar à morte.

Em menos de uma semana, três pessoas de Pernambuco foram diagnosticadas com um "superfungo". E um hospital de alta complexidade deixou de receber novos pacientes para evitar o aumento da contaminação.

O fungo Candida auris se espalha silenciosamente pelo mundo. Segundo

⁹⁵ Jornal Hoje. Apesar de recorde em 2023, Brasil tem mais de 40 mil pessoas na fila de doação de órgãos. <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/09/27/apesar-de-recorde-em-2023-brasil-tem-mais-de-40-mil-pessoas-na-fila-de-doacao-de-orgaos.ghtml>. Visitado em 27.09.2023.

⁹⁶ Fantástico. Superfungo: especialistas explicam alcance e riscos do Candida auris. <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/05/28/superfungo-especialistas-explicam-alcance-e-riscos-do-candida-auris.ghtml>. Visitado em 29.05.2023.

especialistas, ele pode não oferecer risco às pessoas saudáveis. Mas para quem tem um sistema imunológico debilitado, pode levar à morte.

Um exame pré-operatório, de rotina, na UTI de um hospital em Paulista, região metropolitana do Recife, revela que um paciente de 48 anos, diabético, está com o superfungo *Candida auris*. Vinha passando por procedimentos cirúrgicos para tratar de uma necrose no pé esquerdo.

Com o diagnóstico, o homem foi isolado e o hospital fechou as portas para novos pacientes. A medida drástica foi tomada porque ele havia passado por vários setores.

"Esse hospital, ele tá fazendo atendimentos de urgência, não estão sendo admitidos pacientes a nível de procedimentos de internamento. É uma situação que está restrita, controlada e sofrendo intervenção de vigilância rotineiramente pra que a gente possa, de fato, garantir a segurança dos pacientes", diz José Lancart de Lima, diretor-geral de informações epidemiológicas da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco.

Três dias depois, em outro hospital público, de Olinda, mais um caso. Desta vez, o superfungo foi encontrado num homem de 77 anos, que tratava das sequelas de um AVC, um acidente vascular cerebral.

Em 25 de maio, em um hospital particular do Recife, um paciente - de 66 anos - internado com doença renal crônica, é também diagnosticado com *Candida auris*. Três casos de contaminação por um fungo pouco comum, de difícil tratamento, em três hospitais diferentes do estado.

"Não temos nenhum tipo de identificação de cadeia de transmissão epidemiológica que crie vínculos entre esses pacientes", diz José Lancart de Lima.

Candida auris é um fungo que foi identificado - pela primeira vez - no Japão, em 2009. E logo se espalhou. Há casos registrados na Europa, África, Ásia, Oceania e nas Américas. Aqui, foi em 2020.

O primeiro caso foi num paciente que estava internado na Bahia. Entre 2021 e 2022, houve surto de *Candida auris* no

Recife. O maior já registrado no país, com 48 notificações.

"Houve uma busca ativa importante de colonizados, por isso que a gente achou tantos pacientes colonizados", diz Arnaldo Lopes Colombo, professor de infectologia da Escola Paulista de Medicina.

Significa que havia fungo habitando a pele e outras superfícies do corpo, mas não havia infecção por *Candida* nesses pacientes. A Unifesp e a Fiocruz participaram das pesquisas desses casos brasileiros.

"Esse serviço de monitoramento desses casos impediu uma elevada taxa de mortalidade desses pacientes devido a essa sinalização rápida da ocorrência da *Candida auris* nessa unidade hospitalar. A gente precisa ter o isolamento dos pacientes e a limpeza das áreas onde tem esse fungo presente", diz Manoel Marques Oliveira, pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz).

Os especialistas dizem que não vai ser num lugar comum que as pessoas que estão bem de saúde vão contrair *Candida auris* e ter problemas. O perigo mesmo está dentro dos hospitais, especificamente entre os pacientes com sistema imunológico debilitado, aqueles que estão internados há algum tempo.

As regiões do corpo onde o fungo *Candida auris* costuma ficar são: ouvidos, narinas, axilas e virilhas. Nesta fase, não há sintomas. Mas um machucado, uma ferida na pele ou o uso de algum tipo de catéter no hospital, pode dar a chance de que esses fungos entrem no corpo, atinjam a corrente sanguínea e provoquem uma infecção. Em casos graves, podem até prejudicar órgãos como o coração e o cérebro. É quando o paciente pode ter febres, calafrios e o agravamento de doenças que o levaram ao hospital.

"Qual é o terror associado a *Candida auris*? é a velocidade com que ela vem se expandindo em hospitais do mundo todo. Sobrevivência no ambiente hospitalar e rápida evolução pra resistência", diz Arnaldo Lopes Colombo, infectologista e

diretor do Laboratório Especial de Micologia da Unifesp.

Dos cinco padrões genéticos desse superfungos, os dois que estão no Brasil até agora - por sorte - são os que ainda respondem a medicamentos.

Os cuidados num hospital devem ser levados à risca. Os superfungos podem ficar um bom tempo entre os equipamentos. Num quarto, por exemplo, eles já foram encontrados nos trilhos das camas, nas bandejas, nos equipamentos que controlam os sinais vitais e estetoscópios.

Em março deste ano, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC) já tinha alertado para o ritmo alarmante com que a espécie *Candida auris* se espalha nas unidades de saúde.

"Na cidade de Nova Iorque nós temos mais de 2 mil casos entre colonizados e infectados e descritos. Se a gente não atuar de forma séria, rápida, precoce, para conter a expansão disso nos nossos hospitais, sim, a gente pode ter surtos envolvendo aí mais de mil pessoas", diz Arnaldo Lopes Colombo.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) lançou orientações e o Ministério da Saúde acompanha os casos de perto. O Hospital Português - que é particular e fica no Recife - não quis comentar o caso. Segundo a Secretaria de Saúde de Pernambuco, os três pacientes com superfungos passam bem.

Covid: por que o fim da emergência global não significa o fim da pandemia⁹⁷

Status de pandemia será mantido porque a doença causada pelo Sars-Cov-2, o novo coronavírus, ainda se mantém em disseminação global, afeta vários continentes com a transmissão sustentada do surto e tem impacto relevante no número de mortes e hospitalizações.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou nesta sexta-feira (5) que a Covid-19 não é mais uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), o mais alto título de alerta da organização, declarado para o surto do novo coronavírus no final de janeiro de 2020.

A decisão não altera o título de pandemia de Covid, que só foi declarado meses mais tarde, em março de 2020.

Mas por que o fim da emergência global não significa o fim da pandemia?

O status de pandemia será mantido porque:

- a doença causada pelo Sars-Cov-2, o novo coronavírus, ainda se mantém em disseminação global,

- ela ainda afeta vários continentes e mantém um surto com transmissão sustentada,

- e tem impacto relevante no número de mortes e hospitalizações: na semana passada, a Covid matou uma pessoa a cada três minutos.

A líder técnica da entidade, Maria van Kerkhove, já havia explicado - ainda em janeiro - que, mesmo que a organização decretasse o fim da emergência, o mundo ainda poderia ter que lidar por um bom tempo com a pandemia de Covid. "Isso porque esse vírus está aqui conosco e veio para ficar", disse Kerkhove à época.

Entenda a diferença técnica entre os dois termos:

A **Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)** é um termo técnico que passa por diversos critérios até ser decretado. A designação é bastante importante para coordenação de esforços de saúde pública internacionais. É também o mais alto nível de alerta da OMS. Acabar com a emergência pode significar que a colaboração internacional ou os esforços de financiamento também serão

⁹⁷ g1. Covid: por que o fim da emergência global não significa o fim da pandemia.
[https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2023/05/05/covid-por-](https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2023/05/05/covid-por-que-o-fim-da-emergencia-global-nao-significa-o-fim-da-pandemia.ghtml)

[que-o-fim-da-emergencia-global-nao-significa-o-fim-da-pandemia.ghtml](https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2023/05/05/covid-por-que-o-fim-da-emergencia-global-nao-significa-o-fim-da-pandemia.ghtml).
Visitado em 05.05.2023.

encerrados ou mudarão de foco, embora muitos já tenham se adaptado à medida que a pandemia recuou em diferentes regiões.

Já o termo **pandemia** é diferente e faz referência a disseminação mundial de uma nova doença, quando vários continentes têm uma transmissão sustentada do surto. Para a OMS, a declaração de uma pandemia é uma caracterização ou descrição de uma situação.

"Ontem, o Comitê de Emergência se reuniu pela 15ª vez e me recomendou que eu declarasse o fim da emergência de saúde pública de importância internacional. Aceitei esse conselho. É, portanto, com grande esperança que declaro a Covid-19 como uma emergência de saúde global. No entanto, isso não significa que a Covid-19 acabou como uma ameaça à saúde global. Na semana passada, a Covid ceifou uma vida a cada três minutos – e essas são apenas as mortes que conhecemos", disse Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS, durante o anúncio.

Durante a coletiva após o anúncio, Michael Ryan, diretor-executivo da OMS lembrou que a batalha contra a Covid não acabou. E reforçou que provavelmente "não haverá um ponto em que a OMS anunciará o fim da pandemia".

Impacto no combate ao vírus

Margareth Dalcolmo, presidente da Sociedade Brasileira de Pneumologia, explicou em entrevista à GloboNews que, do ponto de vista prático, o decreto é apenas formal e não muda muita coisa. No entanto, ela espera que a decisão da OMS não afete medidas que facilitam o acesso aos insumos, vacinas e outros procedimentos, principalmente por países mais pobres.

"Espero que isso [o fim da emergência] não implique em uma dificuldade de acesso às vacinas e todos os procedimentos que são necessários. É preciso reconhecer que a transmissão epidêmica está controlada, com altas coberturas vacinais que conseguimos. Mas isso implica que medidas sanitárias,

coletivas e individuais sejam mantidas", explicou Dalcolmo.

Sobre termos uma nova emergência de saúde da Covid, Dalcolmo acha pouco provável, mas a probabilidade sempre existe. Ela alertou que precisamos estar preparados para outras epidemias. "A Covid não foi a última. Nós sabemos que temos pela frente a expectativa que possamos ter outras".

No Brasil, o fim do estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) ocorreu em abril de 2022.

Influenciadora Karen Bachini revela ser intersexo; entenda o termo⁹⁸

Youtuber publicou vídeo contando sobre como foi o processo para descoberta da condição. Karen relatou ter passado por hormonização feminina e disse ter vivido momentos difíceis.

Karen disse que fez exames e se entendeu como pessoa pseudo-hermafrodita feminina. Ou seja, ela contou que possui os genitais e órgãos internos referentes ao sexo feminino, mas não produz hormônios.

A influenciadora contou que, quando tinha 18 anos, procurou ajuda médica porque tinha o ovário muito pequeno e não tinha glândula mamária. À época, ela disse ter recebido o diagnóstico de menopausa precoce.

"Naquela época foi me dito que eu tinha menstruado em alguma parte da minha vida e entrei na menopausa. Mas eu sempre achei isso muito estranho porque, se eu tivesse menstruado, eu saberia", disse.

Karen contou que passou por uma hormonização feminina, com pílula anticoncepcional, sem saber da condição intersexo. A influenciadora disse que, se soubesse o que realmente se passava com

98 g1. Influenciadora Karen Bachini revela ser intersexo; entenda o termo. Saúde.

<https://g1.globo.com/saude/sexualidade/noticia/2023/03/22/influenciadora-karen-bachini-revela-ser-intersexo.ghtml>. Visitado em 22.03.2023.

seu corpo, talvez não tivesse feito o procedimento.

"Eu sempre tive todas essas dúvidas. E eu pensava: 'e se eu tomasse o hormônio masculino, o que vai acontecer comigo?'. Essas respostas eu nunca pude ter, porque naquela época ninguém sabia o que estava acontecendo", afirmou.

Karen contou que, por não produzir qualquer tipo de hormônio, passou pela puberdade apenas após o processo de hormonização.

A influenciadora disse que chegou a parar com a hormonização feminina por um tempo, o que fez com que o corpo dela passasse por mudanças, como a redução do tamanho dos seios.

"Quando eu voltei com os hormônios femininos, eu voltei com as características femininas. Mas eu ter as características femininas, depende somente de eu tomar os hormônios femininos. Se eu paro de tomar, eu perco essas características."

A youtuber disse ainda que passou por momentos difíceis em relação a como se sentia com seu corpo e na própria vida sexual.

O que é intersexo?

O termo intersexo é usado para descrever uma série de variações biológicas naturais do corpo. Em algumas pessoas, as características intersexo são perceptíveis logo no nascimento; em outras, são aparentes até na puberdade.

Uma pesquisa da Organização das Nações Unidas (ONU) estimou que entre 0,05% e 1,7% da população mundial nasce com características intersexo — o que pode significar até 3,5 milhões de pessoas apenas no Brasil.

Essas pessoas podem ter alterações hormonais, genitais ambíguos e outras diferenças anatômicas, ou ainda nascer com códigos genéticos diferentes do padrão. Um exemplo: o corpo pode ser fisicamente feminino, mas o seu código genético ser

XY (X é o cromossomo feminino e Y é o masculino), o que pode afetar o desenvolvimento e a produção de hormônios.

Antigamente, pessoas intersexo eram chamadas de hermafroditas, mas o termo caiu em desuso. Além de ser pejorativo, é associado apenas aos genitais ambíguos ou pessoas que nasciam com os dois genitais, masculino e feminino.

Karen Bachini

A youtuber Karen Bachini é conhecida por fazer vídeos de beleza e compartilhar seu dia a dia nas redes sociais. Ela tem um canal na rede social desde 2009, onde possui quase 2,7 milhões de seguidores.

Em 2017, a influenciadora assinou uma coleção de maquiagem com a Jequiti e, em 2019, foi uma das convidadas para um projeto da Avon de tutoriais de maquiagem.

No ano passado, Karen recebeu críticas nas redes sociais e foi acusada de romantizar a pobreza, zombar de outros youtubers com menor número de visualizações e ainda humilhar uma funcionária.

Nas últimas semanas, a youtuber voltou a ser um dos assuntos mais comentados das redes sociais depois de criticar uma maquiagem lançada pela influenciadora Virgínia Fonseca.

Trabalhe enquanto outros dormem?

Não é bem assim: cuidado com os prejuízos da privação de sono⁹⁹

Ser negligente com seu sono é ser negligente com a sua saúde, já que ele desempenha um papel fundamental no funcionamento de quase todos os sistemas do corpo.

Mais do que causar uma sensação de cansaço, a falta de sono pode impactar negativamente na nossa saúde. A privação afeta a imunidade, o humor, a qualidade e função cognitiva.

⁹⁹ Mariana Garcia. *Trabalhe enquanto outros dormem? Não é bem assim: cuidado com os prejuízos da privação de sono.* g1 Saúde. <https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/03/02/trabalhe-enquanto->

outros-dormem-nao-e-bem-assim-cuidado-com-os-prejuizos-da-privacao-de-sono.ghml. Visitado em 02.03.2023.

Quando eu durmo mal, meu corpo começa a quebrar o equilíbrio interno. Ele começa a falhar, a atenção não é a mesma, a memória é prejudicada.

— Monica Andersen, professora de medicina e biologia na UNIFESP

Para saber se você está em falta com seu sono é preciso ter uma referência de quantidade. Para chegar a uma média, você pode criar o seu diário do sono, anotar os horários que dorme e acorda e tirar uma média. Geralmente, a média da pessoa adulta é de 7 a 8 horas por noite, mas o número pode ser um pouco maior ou menor.

A partir dessa média, é possível descobrir se você anda devendo horas de sono para o seu corpo.

Déficit crônico e agudo

É possível classificar a privação de sono em duas frentes:

- Déficit agudo: dura um período curto, de um, dois dias;
- Déficit crônico: conhecido como a síndrome do sono insuficiente, dura três meses ou mais e traz consequências mais sérias para a nossa saúde.

"O déficit agudo pode levar a uma sonolência no outro dia, a uma diminuição da resposta psicomotora (o reflexo). Se você diminui o reflexo, aumenta a propensão a ter acidentes, seja doméstico, de trabalho ou até mais grave, como acidente de carro. Ele também pode levar ao aumento da impulsividade nas relações, com a comida", explica Alan Luiz Eckeli, professor de neurologia e medicina do sono na FMRP-USP (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo).

Já o déficit crônico afeta mais a nossa saúde. "Ele está associado a prejuízos na esfera da saúde mental (depressão, ansiedade, síndrome do pânico); você também diminui suas funções cognitivas (memória) e a consolidação dessa memória; aumentam os riscos de doenças crônicas - e para quem tem a doença estabelecida,

aumenta a dificuldade de controle", completa o professor de neurologia.

Dormir pouco faz muito mal

As consequências da privação de sono podem ser muito graves. Estudos apontam que dormir menos de 6 horas está associado ao aumento da mortalidade.

Ser negligente com seu sono é ser negligente com a sua saúde, já que ele desempenha um papel fundamental no funcionamento de quase todos os sistemas do corpo.

Assim como comer bem e fazer atividade física, o sono deve ser prioridade na nossa vida. Ele faz parte do tripé da nossa saúde", lembra Sandra Doria, otorrinolaringologista com especialização em Medicina do Sono.

O que a falta de sono provoca:

- Aumenta as chances de depressão, ansiedade, transtornos mentais
- Oscilação no humor
- Diabetes
- Doenças cardiovasculares
- Problemas sexuais
- Riscos de acidentes
- Desequilíbrios hormonais

Os benefícios de dormir bem

Sandra Doria cita três impactos positivos do sono na nossa saúde:

Sistema cardiovascular

"Quando dormimos, temos um predomínio do sistema nervoso parasimpático, quando você tem a desaceleração do ritmo cardíaco, da pressão arterial, regularidade de ritmos. Isso é muito favorável para o repouso que o sistema cardio precisa".

Equilíbrio emocional

"Durante o sono, temos uma faxina cerebral. É quando tiramos do cérebro tudo o que não é necessário armazenar e foi excesso durante o dia. Essa faxina ajuda a evitar distúrbios de depressão, ansiedade, impulsividade".

Sistema imunológico

"Em tempos de pandemia, ficamos preocupados com nosso sistema imunológico. Para nos defender bem, precisamos do sono reparador. Não à toa, quando estamos doentes temos mais sono. Isso acontece porque nosso corpo nos obriga a dormir. É quando o exército de defesa do corpo age mais. Estudos já mostraram, por exemplo, que pacientes privados de sono desenvolvem mais sintomas de gripe, mais reação à vacina".

A privação de sono não deve ser normalizada. E o sono não deve ser só quantificado. "Para um bom sono você precisa de quantidade, qualidade e ritmo - horários regulares para dormir e acordar", finaliza a otorrinolaringologista.

108 mil pessoas não sabem que são soropositivas, alerta Saúde ao lançar campanha de prevenção no carnaval¹⁰⁰

Campanha publicitária do Ministério da Saúde será realizada nos meios de comunicação a partir desta sexta-feira.

O Ministério da Saúde inicia nesta sexta-feira (17/02) uma campanha nos meios de comunicação sobre a importância da prevenção da transmissão de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) durante a comemoração do Carnaval, alertando também para a grande quantidade de pessoas que ainda não tem o diagnóstico da doença.

"Temos 108 mil pessoas no Brasil que têm HIV positivo no Brasil e não sabem. Isso é muito grave", disse a secretária de Vigilância em Saúde, Ethel Maciel. "Essas pessoas são jovens, elas estão no carnaval. O primeiro passo para a prevenção é termos o diagnóstico. Precisamos que nossos jovens saibam da preocupação e dificuldade do tratamento", afirmou.

O anúncio da campanha foi feito nesta quinta-feira (16). Essa é a primeira

campanha publicitária realizada pelo Ministério da Saúde na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A secretária reforçou a importância de toda relação sexual ser feita de maneira protegida. "Precisamos que nossos jovens compreendam que é preciso se divertir e é preciso se proteger. É preciso usar preservativo", disse Ethel.

O chefe do Departamento de HIV/Aids e Infecções Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde, Dráurio Barreira, disse que o Sistema Único de Saúde (SUS) tem "farta e suficiente" distribuição em pontos em todo o país de preservativos internos e externos, garantindo que haja prevenção em todo tipo de relação sexual.

Segundo o Ministério, o foco da campanha terá como motes "conhecer, prevenir e tratar".

O SUS também conta com métodos de prevenção específicos para quem irá se expor ou já se expôs ao vírus HIV, a Profilaxia Pré-Exposição (Prep) e a Profilaxia Pós-Exposição ao HIV (PEP), que consistem na administração de medicamentos específicos para estes casos.

Covid-19

A ministra Nísia Trindade falou que a campanha voltada para o Carnaval também falará da importância do esquema vacinal atualizado contra a Covid-19. "Reforçamos que aqueles que não tem a cobertura vacinal completa, atualizada para Covid-19, que o faça", afirmou.

Nísia afirmou que o ritmo de vacinação precisa aumentar. "Esse ritmo precisa acelerar muito. Mas também lembramos que recompusemos o estoque das vacinas infantis muito recentemente, os estados e municípios vem recebendo, então tem um tempo mesmo para a aceleração [do ritmo de vacinação].

"Esse será o carnaval da alegria, após tempos tão duros que vivemos, mas graças a proteção das vacinas será possível brincar.

100 Paloma Rodrigues. 108 mil pessoas não sabem que são soropositivas, alerta Saúde ao lançar campanha de prevenção no carnaval. g1 Saúde. <https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/02/16/108-mil-pessoas-nao-sabem-que-sao-soropositivas-alerta-saude-ao-lancar-campanha-de-prevencao-no-carnaval.ghtml>. Visitado em 17.02.2023.

sabem-que-sao-soropositivas-alerta-saude-ao-lancar-campanha-de-prevencao-no-carnaval.ghtml. Visitado em 17.02.2023.

Mas fazemos questão de frisar a importância da proteção", disse.

Mais Médicos: Ministério da Saúde diz que vai acelerar recrutamento de profissionais para distritos indígenas¹⁰¹

Segundo a pasta, medida busca sanar desassistência em saúde nos territórios, como o Yanomami, onde o caos sanitário fez o governo federal decretar emergência de saúde pública.

O Ministério da Saúde anunciou neste domingo (22/01) que por causa da desassistência sanitária da população do território Yanomami estuda acelerar um edital do Programa Mais Médicos para recrutar profissionais para atuação nos Distritos Sanitários Indígenas (Dsei).

Segundo a pasta, o recrutamento seria de médicos tanto formados no Brasil como no exterior, e a atuação seria de maneira permanente, inclusive no Dsei Yanomami, onde quase 100 crianças morreram no ano passado, segundo o Ministério dos Povos Indígenas.

Os Dsei são unidades de responsabilidade sanitária federal e correspondem a uma ou mais terras indígenas.

"Tínhamos um edital só para brasileiros. Só em seguida que faríamos um edital para brasileiros formados no exterior e, depois, para estrangeiros. Frente à necessidade de levarmos assistência à população dos distritos indígenas, especialmente aos Yanomami, queremos fazer um edital em que todos se inscrevam de uma única vez", explica o secretário de Atenção Primária à Saúde, Nésio Fernandes.

Ainda de acordo com a pasta, a medida é uma das ações da Sala de Situação, criada na sexta-feira (20), para apoiar ações de enfrentamento à desassistência dos povos que vivem no território Yanomami.

Criado na gestão de Dilma Rousseff (PT) em 2013, o programa Mais Médicos

sofreu resistências do último governo, que decidiu criar um novo programa em 2019, o Médicos pelo Brasil, para substituir o programa petista.

Como mostrou o g1, na prática, isso não aconteceu. Até então, os dois programas estavam existindo de forma concomitante. E, segundo o secretário do Ministério da Saúde, não foram suficientes para preencher as vagas no interior e em periferias, áreas que mais sofrem com a falta de médicos na atenção básica.

Ainda de acordo com Fernandes, com o edital único, quando esgotarem as vagas para brasileiros, aquelas remanescentes automaticamente irão para os brasileiros formados no exterior. Persistindo a vacância, as vagas irão para estrangeiros que queiram participar, de modo que haja um processo mais célere. A ideia é otimizar o trabalho e suprir o atendimento nos distritos indígenas.

"A Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) está garantindo recursos para um edital em andamento, em que há 77 médicos alocados em Dsei. O Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami é um dos que mais carece de profissionais entre os territórios, com apenas 5% das vagas ocupadas. Por isso, a necessidade de um novo edital formulado já a partir desta semana, contemplando a necessidade da saúde indígena", informou o ministério.

Questões

01. (Prefeitura de Dorés do Indaiá/MG – Agente Fiscal – ACCESS - 2023) Uma comunidade indígena sofreu graves problemas de adoecimento e alimentação no último semestre de 2022. Trata-se dos

- A - pataxós.
- B - guaranis.
- C - caiapós.
- D - yanomanis.

¹⁰¹ Roberto Peixoto. Mais Médicos: Ministério da Saúde diz que vai acelerar recrutamento de profissionais para distritos indígenas. g1 Saúde. <https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/01/22/mais-medicos-ministerio->

[da-saude-diz-que-vai-acelerar-recrutamento-de-profissionais-para-distritos-indigenas.ghml](#). Visitado em 23.01.2023.

02. (Prefeitura de Barra Longa/MG – Ajudante de Serviços Gerais – FUNDEP - 2023) A picada da fêmea do *Aedes aegypti*, um mosquito que se multiplica em depósitos de água parada, pode transmitir uma infecção viral conhecida como

- A - Covid-19.
- B - dengue.
- C - hepatite.
- D - sarampo.

03. (MPE/SP – Assistente Social – FGV - 2023) Segundo o boletim epidemiológico da Prefeitura, a capital paulista registrou duas mortes e 11.815 casos confirmados de dengue em 2022, o maior patamar da doença desde o início da pandemia de Covid-19.

Frente a esse aumento da epidemia é preciso agir para evitar que o cenário se repita em 2023, uma vez que

A - as chuvas de verão, no início do ano, produzem o ambiente ideal para a reprodução do mosquito *Aedes aegypti*, que também transmite febre amarela, malária e chikungunya.

B - trata-se de uma doença cíclica e de ocorrência não uniforme, de modo que estados e regiões vivenciam o seu acirramento em momentos diferentes do ano.

C - o relaxamento das restrições impostas contra a Covid-19, como o distanciamento social, acelerou o contágio entre pacientes acometidos pela doença.

D - a diminuição da circulação do vírus depende do êxito das campanhas de vacinação, combinadas ao uso intensivo de inseticidas químicos para eliminar o vetor do vírus.

E - o combate dessa arbovirose necessita de uma ação contínua de eliminação da vegetação de grande e médio porte, a qual abriga os insetos transmissores e possibilita sua proliferação.

Alternativas

01 – D | 02 – B | 03 – B

SEGURANÇA

Mortes na Amazônia Legal são 45% maiores que a média nacional; cidades mais violentas estão no PA e em MT¹⁰²

Estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indica taxa de 33,8 mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes nos 9 estados da Amazônia legal em 2022. Média do país é de 23,3 por 100 mil no mesmo período.

A média de mortes violentas intencionais nos 9 estados da Amazônia Legal é 45% maior do que a do Brasil inteiro, aponta estudo divulgado nesta quinta-feira (30) pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública com base em dados de 2022.

A Amazônia Legal é uma área delimitada em 1953 por lei federal com o objetivo de criar políticas para o desenvolvimento socioeconômico da região. É formada por nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e por parte do Maranhão, num total de 772 municípios.

Segundo o estudo "Cartografias da violência na Amazônia", do FBSP, os nove estados somados tiveram taxa de 33,8 mortes a cada 100 mil habitantes em 2022, enquanto o país registrou no mesmo ano taxa de 23,3 para cada grupo de 100 mil. Em 2021, a taxa de mortes violentas intencionais na Amazônia Legal era de 34,4. A taxa de mortes por 100 mil habitantes permite comparar municípios de diferentes tamanhos.

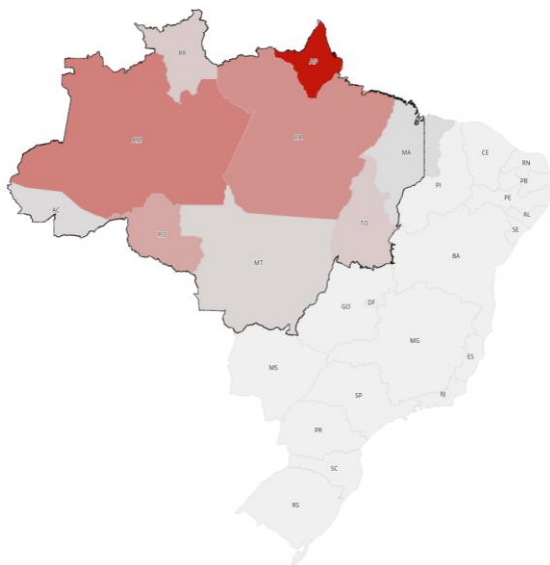
Os dados levam em consideração os registros de quatro crimes: homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes em decorrência de intervenção policial.

¹⁰² Arthur Stabile. Mortes na Amazônia Legal são 45% maiores que a média nacional; cidades mais violentas estão no PA e em MT. [https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/amazonia-](https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/amazonia-legal/noticia/2023/11/30/mortes-na-amazonia-legal-sao-45percent-maiores-que-a-media-nacional-cidades-mais-violentas-estao-no-pa-e-em-mt.ghtml)

[legal/noticia/2023/11/30/mortes-na-amazonia-legal-sao-45percent-maiores-que-a-media-nacional-cidades-mais-violentas-estao-no-pa-e-em-mt.ghtml](https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/amazonia-legal/noticia/2023/11/30/mortes-na-amazonia-legal-sao-45percent-maiores-que-a-media-nacional-cidades-mais-violentas-estao-no-pa-e-em-mt.ghtml). Visitado em 04.12.2023.

Todos os estados da Amazônia Legal estão com taxa acima da média brasileira. O estado com maior taxa é o Amapá, com 50,6 mortes para cada 100 mil. Já Acre registrou o menor, com 28,6.

Taxa de mortes violentas intencionais — Amazônia Legal



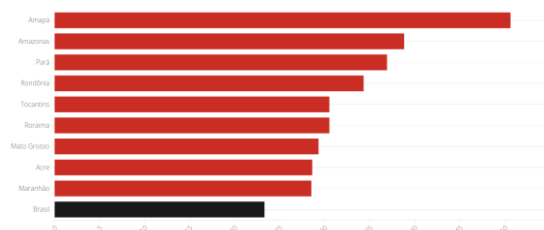
Para Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a forma de desenvolvimento da região e uma mudança na dinâmica do crime organizado estão entre as possíveis explicações para a violência na Amazônia Legal ser maior do que a do país como um todo. Os crimes estão ligados não só a disputas ambientais, mas também

"Temos uma tradição de ocupação muito pautada do fora para dentro, com vazios urbanos. Ao mesmo tempo, os grandes municípios estão vivendo um problema seríssimos de violência e que as rotas [de tráfico] estão sendo controladas pelo narcotráfico em sinergia e de forma simbiótica com as outras modalidades de crime, como garimpo, desmatamento, grilagem e assim por diante", diz.

Lima destaca o fato de a criminalidade na Amazônia Legal não ser restrita a questões ligadas ao meio ambiente. Crimes urbanos também contribuem para a taxa elevada.

Mortes violentas na Amazônia Legal

Área de disputa de pelo menos 22 facções criminosas tem taxa de mortes violentas intencionais 45% maior do que a do Brasil.



Outros destaques do estudo

15 municípios apresentaram taxa média de violência letal acima de 80 mortes por 100 mil habitantes entre 2020 e 2022, a maioria nos estados do Pará e Mato Grosso.

A taxa de mortes violentas de indígenas na Amazônia é 26% maior do que fora dela.

A taxa de feminicídio na Amazônia foi de 1,8 para cada 100 mil mulheres, 30,8% superior à média nacional, que foi de 1,4 por 100 mil.

A violência sexual também apresenta taxas mais elevadas na Amazônia do que no restante do país. A taxa de estupro na região foi de 49,4 vítimas para cada 100 mil em 2022, 33,8% superior à média nacional, que foi de 36,9 por 100 mil.

O estudo mapeou a existência de ao menos 22 facções criminosas na região, presentes em todos os estados amazônicos.

Do total de 772 municípios da Amazônia Legal, o levantamento identificou que ao menos 178 possuem presença de facções.

Os registros de crimes vinculados ao desmatamento cresceram 85,3% entre 2018 e 2022. No último ano, foram 619 registros nas polícias civis dos estados da Amazônia Legal.

Os registros de incêndios criminosos na Amazônia Legal cresceram 51,3% entre 2018 e 2022.

Em 10 anos, a taxa de pessoas no sistema prisional na Amazônia Legal cresceu 67,3%, enquanto a média nacional foi de 43,3% de aumento.

Entre 2019 e 2022, o crescimento dos registros de arma de fogo na Amazônia foi

da ordem de 91%, ao passo que a média nacional ficou em 47,5%.

Entre 2019 e 2022, a apreensão de cocaína pelas polícias estaduais na Amazônia cresceu 194,1%, totalizando cerca de 20 toneladas. Já a Polícia Federal apreendeu 32 toneladas de cocaína em 2022, crescimento de 184,4% em comparação a 2019.

Municípios mais violentos

Entre os municípios da Amazônia Legal, 15 registram taxa com 80 ou mais mortos para cada 100 mil pessoas, em especial no Pará (8) e no Mato Grosso (5). Cumaru do Norte (128,5) e Floresta do Araguaia (126,6), ambos municípios do Pará, são os mais violentos.

Municípios mais violentos

— Amazônia Legal



Segundo Renato, do FBSP, o município de Floresta do Araguaia exemplifica as dinâmicas que são reproduzidas em toda a região, que tem Pará e Mato Grosso como rotas do crime organizado —seja para o tráfico de drogas, com entrada no Centro-Oeste e saída no Norte, seja para crimes relacionados ao meio ambiente, como garimpo e extração de madeira.

"[Floresta] É a síntese de todos os problemas: você tem ali 13 conflitos fundiários ao longo do período que a gente está descrevendo, com desmatamento,

grilagem [de terra], garimpo [ilegal], crime organizado. Ele é a síntese dessa simbiose entre crimes ambientais, narcotráfico e dinâmica da criminalidade em geral", afirma.

A dinâmica do crime organizado na Amazônia mudou em 2016, quando as facções criminosas rivais Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, e Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro, deixaram de lado um acordo de paz e passaram a disputar territórios na região.

À época, mortes em presídios causadas por integrantes desses dois grupos criminosos geraram apreensão de uma escalada nacional.

O estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indica que há 22 grupos criminosos em atuação nos estados da Amazônia.

"É uma região violenta que, com a chegada do dinâmica nacional do narcotráfico, pelo volume que o narcotráfico significa em termos de dinheiro na região, mudou o patamar da violência. Um número que a gente conseguimos é mostrar que dos municípios da Amazônia, que são 772 municípios, 178 deles —o equivalente a 23%— gente já consegue comprovar a presença das facções", afirma Renato.

Morte de indígenas

Assim como no geral, os estados da Amazônia registraram taxas de mortes violentas de indígenas acima da nacional: 13,1 para cada 100 mil indígenas. O Brasil tem média de 11,8. Os dados são referentes a 2021.

A mortalidade de indígenas na Amazônia é 26% do que no restante do país: morreram 114 integrantes dos povos originários na região contra 86 nos outros 17 estados e no Distrito Federal. Roraima (46), Amazonas (41) e Maranhão (8) são os três estados com mais vítimas.

A população indígena nos 9 estados é de 867 mil pessoas, enquanto o restante do país registra 825 mil.

"Vale mencionar que as circunstâncias desses crimes são desconhecidas e não necessariamente se relacionam com questões territoriais e de crimes ambientais que povoam a Amazônia, podendo ser fruto de conflitos interpessoais, característica comum da violência letal no Brasil. Entretanto, é notório que a ameaça aos indígenas se intensifica à medida que o contexto de múltiplas ilegalidades se agrava na região.", diz o estudo.

Senado aprova lei orgânica de PMs e bombeiros com regras para participação política, ouvidoria e comandos das corporações¹⁰³

Proposta que segue para sanção unifica em nível nacional normas básicas para corporações. Texto inclui diretrizes sobre atuação política, formação e disputa de cargos eletivos.

O Senado aprovou nesta terça-feira (7) a Lei Orgânica das Polícias e Bombeiros Militares. O texto organiza e unifica, em nível nacional, as regras aplicadas para essas categorias.

O projeto segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Relator da proposta, o senador Fabiano Contarato (PT-ES) disse em seu parecer que o projeto é "conveniente e oportuno", destacando que as atuais regras para o funcionamento das corporações, de 1969, "contém disposições anacrônicas e até mesmo incompatíveis" com a Constituição Federal.

Em outubro, o Senado aprovou a Lei Orgânica da Polícia Civil, estabelecendo, entre outros pontos, a aposentadoria integral para os agentes.

A lei assegura que o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar (PM) têm "caráter estadual" e são subordinados ao governador de cada unidade federativa. Entre as novas normas, está a proibição de "divulgar imagens de pessoas sob a

custódia da polícia sem autorização judicial".

No ano passado, quando o texto foi aprovado pela Câmara do Deputados, parlamentares ligados às forças de segurança chegaram a propor que as PMs pudessem tomar decisões sem o aval dos governadores, mas este ponto ficou de fora do texto final.

Outro trecho do projeto aprovado prevê que as polícias podem criar ouvidorias subordinadas ao comandante-geral – e não à Secretaria de Segurança Pública ou a órgãos de controle do Executivo, por exemplo.

Em nota técnica sobre o projeto, o Ministério dos Direitos Humanos avaliou que esse dispositivo "pode ser interpretado como se referindo às ouvidorias que promovem o acompanhamento da atividade policial, indo na contramão da independência desses mecanismos e de suas finalidades de controle social".

Atividade política

O projeto aprovado pelo Senado explicita a proibição de policiais e bombeiros de:

- se filiarem a partido político ou sindicato. Esta proibição é prevista pela Constituição, no caso de membros das Forças Armadas. A lei estende para PMs e bombeiros;
- comparecerem armados ou fardados em evento político-partidário, a não ser que estejam trabalhando;
- divulgarem opinião político-partidária, publicamente ou pelas redes sociais, utilizando farda, patente, graduação ou símbolo da instituição.

A proposta que vai para sanção estabelece regras para o militar que quiser se candidatar a um cargo eletivo que variam de acordo com o tempo de carreira.

Caso tenha menos de 10 anos de serviço, o policial será afastado do serviço ativo no

¹⁰³ Sara Resende, Elisa Clavery. Senado aprova lei orgânica de PMs e bombeiros com regras para participação política, ouvidoria e comandos das corporações.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/11/07/senado-aprova-lei-organica-das-policias-militares-e-bombeiros-com-regras-para-atuacao-politica.ghtml>. Visitado em 24.11.2023.

dia seguinte ao registro de sua candidatura na Justiça Eleitoral.

Já o militar com mais de 10 anos de serviço passa para a reserva remunerada apenas se eleito, no dia da sua diplomação, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Bacharelado em direito

A lei aprovada pelo Congresso também exige que os policiais militares que assumirem funções de comando, chefia, direção e administração superior na instituição (chamados de "Quadro de Oficiais de Estado Maior") tenham bacharelado em Direito.

No caso dos bombeiros, também é exigida alguma graduação, mas os estados podem definir outras áreas além do Direito.

Na avaliação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a medida reduz a diversidade dos quadros da corporação e "tende a enfraquecer seus processos de gestão, uma vez que não contarão mais com administradores, engenheiros e economistas".

O texto prevê ainda que o cargo de inspetor-geral das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros seja exercido por um oficial general da ativa, seguindo as mesmas regras do Exército Brasileiro.

A proposta aprovada reserva, no mínimo, 20% as vagas nos concursos públicos para as candidatas do sexo feminino.

Exército investiga se 3 militares de quartel participaram do furto de 21 armas em SP a pedido de facções e se crime ocorreu em 7 de setembro¹⁰⁴

Informações foram obtidas pela TV Globo e g1 com fontes ligadas à investigação e parentes dos militares 'aquartelados' na base em Barueri, na Grande São Paulo. Exército já identificou suspeitos envolvidos no desaparecimento

das 13 metralhadoras calibre .50 e 8 calibre 7,62 do Arsenal de Guerra da cidade, segundo Blog da Andréia Sadi.

O Exército investiga se pelo menos três militares do quartel de Barueri, na Grande São Paulo, participaram do furto das 21 metralhadoras de guerra a pedido de facções e se o crime foi cometido a partir do feriado de 7 de Setembro e se continuou nos dias seguintes.

As informações acima foram confirmadas nesta quinta-feira (19) pela TV Globo e g1 com fontes ligadas à investigação e também parentes dos militares que continuam impedidos de sair do Arsenal de Guerra depois que o desaparecimento delas foi confirmado. Atualmente, cerca de 160 militares estão "aquartelados" no quartel desde a semana passada. Todos tiveram seus celulares confiscados.

Antes, aproximadamente 480 tinham sido "retidos" inicialmente. Mas na terça-feira (16) 320 deles foram "soltos" para voltarem para suas casas. Mais de 50 militares já foram ouvidos pelo Exército no Inquérito Policial Militar (IPM) que apura o sumiço das metralhadoras. Segundo a instituição, a tropa

A investigação sobre o desaparecimento do armamento é feita exclusivamente pelo Comando Militar do Sudeste (CMSE), na capital paulista, e o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), com sede em Brasília.

O Blog da Andréia Sadi informou que o Exército já identificou os suspeitos envolvidos no desaparecimento das 13 metralhadoras calibre .50 e oito metralhadoras calibre 7,62 do Arsenal de Guerra da cidade. E apurou que esses militares receberam formulários de apuração de transgressão para fazerem suas defesas. Eles eram responsáveis pela fiscalização e controle do armamento. Se forem considerados culpados pelo sumiço, cumprirão punições disciplinares.

104 Lucas Jozino, Kleber Tomaz, Renato Biazzi. Exército investiga se 3 militares de quartel participaram do furto de 21 armas em SP a pedido de facções e se crime ocorreu em 7 de setembro. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/10/19/exercito-investiga-se-3-militares-de-quartel-participaram-do-furto-de-21-armas-em-sp-a-pedido-de-faccoes-e-se-crime-ocorreu-em-7-de-setembro.ghml>. Visitado em 19.10.2023.

Exército se preocupava com desvios desde 2020

O sumiço das armas foi verificado somente em 10 de outubro, durante uma vistoria para contagem das armas. De acordo com os investigadores do Exército o armamento pode ter sido encomendado por facções criminosas. E o desaparecimento dele confirmou falhas na fiscalização e controle das metralhadoras.

Documentos do Exército de 2020, obtidos pela reportagem, já demonstravam a preocupação do órgão com outros desvios de armas registrados anteriormente. Neles constam dados de que criminosos estariam cooptando militares para conseguir comprar armas de grosso calibre de uso exclusivo do Exército.

O objetivo do crime organizado é o de usar o arsenal em roubos a carros-fortes e bancos, invadindo cidades pequenas, numa ação que ficou conhecida como "Novo Cangaço".

Furto é maior desvio de armas no Exército desde 2009

Segundo o Instituto Sou da Paz, este foi o maior desvio de armas de uma base do Exército brasileiro desde 2009, quando sete fuzis foram roubados por criminosos de um batalhão em Caçapava, interior de São Paulo. Naquela ocasião, a polícia paulista recuperou todas as armas e prendeu suspeitos pelo crime, entre eles um militar.

Até a última atualização desta reportagem nenhum suspeito pelo furto das metralhadoras de Barueri havia sido preso. E nenhuma dessas armas tinha sido localizada ou recuperada.

A Polícia Civil e a Polícia Militar (PM) de São Paulo não participam da investigação sobre o furto das armas com o Exército. Apesar disso, a Secretaria da Segurança Pública (SSP) determinou que os órgãos façam buscas para tentar localizar e recuperar as armas e prender os responsáveis pelo furto.

Guilherme Derrite, secretário SSP, chegou a dizer que o furto pode ter "consequências catastróficas" se as

metralhadoras forem usadas pelo crime organizado. Para isso, as forças de segurança do estado analisam câmeras de monitoramento de Barueri e realizam operações na região.

Polícia do RJ envia vídeo ao Exército

A polícia do Rio de Janeiro investiga se o arsenal levado do estado de São Paulo foi oferecido pelos militares envolvidos no furto para membros do Comando Vermelho (CV), facção criminosa que atua no estado fluminense.

Um vídeo foi apreendido pela investigação do Rio com imagens de quatro metralhadoras. As imagens foram encaminhada ao Exército para saber se as armas que aparecem na gravação são as que foram furtadas do quartel em Barueri

O Exército trabalha com a hipótese de que as metralhadoras tenham sido furtadas uma por vez do paiol do Arsenal de Guerra da cidade. E apura se um militar acessou as armas, outro retirou e um terceiro dirigiu o caminhão da própria instituição, transportando o armamento para fora do quartel em Barueri. Até o momento não há registro de que a base tenha sido invadida por criminosos externos.

Parentes citam furto em 7 de setembro

Parentes dos militares proibidos de sair do quartel disseram que os "aquartelados" contaram que o Exército apura se o furto do arsenal começou durante o feriado nacional do último dia 7 de setembro. Em áudios que circulam nas redes sociais, eles contam que as luzes câmeras de segurança do paiol onde as armas estavam teriam sido desligadas para facilitar a retirada das metralhadoras.

"Na hora, eles desligaram o interruptor. Eles desligaram a câmera. Aí eles vão manter o pessoal que estava no dia 7 de setembro e o pessoal que mexe na eletricidade", falou uma mulher casada com um militar do Arsenal de Guerra.

O "aquartelamento" atinge soldados, cabos, sargentos, tenentes, capitães, maiores e até coronéis. Apesar disso,

parentes deles acusam o Exército de permitir "regalias" para os "aquartelados" de patente mais alta.

Exército alega que armas furtadas são 'inservíveis'

A corporação alega que as armas furtadas eram "inservíveis", não estariam funcionando e passariam por manutenção. Fontes da reportagem disseram, no entanto, que as metralhadoras podem voltar a operar se forem recuperadas por criminosos.

As armas de sumiram do Exército em Barueri podem derrubar aeronaves, perfurar veículos blindados, disparam 600 tiros por minuto, em média, e são capazes de atingir alvos entre 2,5 quilômetros e 6 quilômetros de distância.

Ministério da Justiça libera R\$ 150 milhões para ampliar rondas e melhorar segurança nas escolas¹⁰⁵

Estados e municípios poderão enviar projetos para aprimorar segurança nas escolas a partir de quinta-feira (13). Governo repassará recursos para que ações sejam implantadas.

O Ministério da Justiça publicou um edital que libera R\$ 150 milhões para ampliar rondas e criar ações para melhorar a segurança nas escolas, por meio do Programa Nacional de Segurança nas Escolas. A medida foi oficializada em Diário Oficial, nesta quarta-feira (12).

O governo anunciou a medida depois do ataque a uma creche de Blumenau (SC), no dia 5 de abril, que deixou quatro crianças mortas.

Segundo o Ministério da Justiça, o objetivo da medida é fortalecer os órgãos de Segurança Pública para atuar nas escolas, com ações preventivas e patrulhamento, além de monitoramento e investigação de possíveis crimes, incluindo na internet.

Por meio do edital, o governo receberá projetos de secretarias de Segurança

Pública de estados e municípios. Depois, o ministério vai repassar os recursos para as propostas de ações de enfrentamento à violência que forem aprovadas.

A partir de quinta-feira (13), órgãos públicos poderão enviar propostas para o governo com as seguintes temáticas:

- Criação, aprimoramento ou fortalecimento de Patrulhas e Rondas Escolares;
- Capacitação e especialização na prevenção em segurança no ambiente escolar;
- Pesquisa e diagnóstico na prevenção em segurança no ambiente escolar;
- Monitoramento de ameaças, inteligência e enfrentamento aos crimes cibernéticos;
- Ações educativas e culturais com foco em prevenção às violências observadas no ambiente escolar;
- Estruturação de Observatórios de violência nas escolas.

Todas as propostas vão ser analisadas por uma comissão, que distribuirá notas para cada projeto de acordo com os critérios do edital. O resultado dos projetos contemplados deve ser divulgado até o fim de maio.

Municípios que tiverem propostas aprovadas pelo Ministério da Justiça receberão entre R\$ 100 mil e R\$ 1 milhão. Já estados e o Distrito Federal receberão de R\$ 500 mil a R\$ 3 milhões.

Os recursos para bancar os projetos virão do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Redes Sociais

O ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou ao blog da Andréia Sadi que o governo prepara uma portaria para obrigar redes sociais a remover conteúdos sobre ataques em escolas. A medida deve ser publicada nos próximos dias.

¹⁰⁵ Wesley Bischoff. Ministério da Justiça libera R\$ 150 milhões para ampliar rondas e melhorar segurança nas escolas. [https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/12/ministerio-da-justica-](https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/12/ministerio-da-justica-lanca-edital-de-r-150-milhoes-para-ampliar-rondas-e-melhorar-seguranca-nas-escolas.shtml)

[lanca-edital-de-r-150-milhoes-para-ampliar-rondas-e-melhorar-seguranca-nas-escolas.shtml](https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/12/ministerio-da-justica-lanca-edital-de-r-150-milhoes-para-ampliar-rondas-e-melhorar-seguranca-nas-escolas.shtml). Visitado em 12.04.2023.

"Isso é uma emergência nacional: qual valor está acima de salvar vidas de crianças e adolescentes?", afirmou Dino ao blog.

Na segunda-feira (10), Dino se reuniu com representantes de plataformas. Durante o encontro, subiu o tom após o Twitter se recusar a remover uma postagem com fotos de autores de atentados em escolas.

Durante a reunião, o ministro disse que termos de uso das redes sociais não estão acima da lei.

O Ministério da Justiça deve solicitar, nesta quarta-feira, que as plataformas derrubem perfis e hashtags que incitam crimes. Segundo o ministro, se as empresas não atenderem ao pedido, passarão a ser investigadas.

Lula sanciona funcionamento 24 horas de delegacias da mulher e programa de combate ao assédio sexual¹⁰⁶

Propostas foram aprovadas pelo Congresso em março e publicadas no Diário Oficial desta terça. Lei prevê que mulheres sejam atendidas por mulheres, mesmo onde não há delegacia específica.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou o projeto que prevê o funcionamento 24 horas por dia, incluindo domingos e feriados, para as delegacias da mulher em todo o país. O texto foi publicado no Diário Oficial desta terça-feira (4).

Lula também sancionou um projeto que cria programa de combate ao assédio sexual em órgãos públicos e em instituições privadas que prestem serviços ao governo.

A lei sobre o funcionamento ininterrupto das delegacias da mulher foi proposta em 2020 pelo senador Rodrigo Cunha (União-AL) e aprovada pelo Senado no início de março.

Hoje, já existem delegacias da mulher que funcionam nesse formato – é o caso das duas unidades no Distrito Federal e de algumas em São Paulo, por exemplo.

As mulheres que procurarem por atendimento deverão ser atendidas em salas privadas, preferencialmente por policiais do sexo feminino.

No caso das cidades onde não há uma delegacia especializada para as mulheres, o atendimento deverá ser feito em uma delegacia comum, de preferência por uma agente especializada.

A lei prevê que os policiais passem por treinamento para acolhimento das vítimas "de maneira eficaz e humanitária".

As delegacias especializadas também terão de disponibilizar um número de telefone ou uma forma de contato eletrônico para acionamento imediato da polícia em casos de violência contra a mulher.

Combate ao assédio sexual

A lei sobre assédio sexual sancionada por Lula institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual em órgãos públicos.

A lei surgiu após o Senado aprovar uma Medida Provisória sobre o tema em 15 de março. Em tese, o texto prevê a capacitação de profissionais, produção de campanhas educativas e criação de ações e estratégias para a prevenção e o enfrentamento ao assédio sexual.

O texto estabelece, ainda, que as ações de enfrentamento devem seguir diretrizes, como:

- esclarecer as condutas que caracterizam o assédio sexual e demais crimes;
- fornecer materiais educativos com exemplos de condutas que podem ser caracterizadas como qualquer forma de violência sexual;
- implementar boas práticas para prevenção desses crimes no âmbito da administração pública;

¹⁰⁶ g1. Lula sanciona funcionamento 24 horas de delegacias da mulher e programa de combate ao assédio sexual. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/04/lula-sanciona-leis-que->

[preveem-funcionamento-24-horas-de-delegacias-da-mulher-e-programa-de-combate-ao-assedio-sexual.ghtml](https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/04/lula-sanciona-leis-que-preveem-funcionamento-24-horas-de-delegacias-da-mulher-e-programa-de-combate-ao-assedio-sexual.ghtml). Visitado em 04.04.2023.

- divulgar a legislação e as políticas públicas de proteção, acolhimento, assistência e garantia de direitos às vítimas;
- divulgar aos servidores, órgãos, entidades e demais atores envolvidos os canais acessíveis para a denúncia da prática desses crimes;
- estabelecer procedimentos para o encaminhamento de reclamações e denúncias desses crimes, assegurados o sigilo e o devido processo legal;
- e criar programas de capacitação, na modalidade presencial ou a distância.

A Medida Provisória que deu origem à lei foi editada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em 2022, mas restringia a iniciativa aos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e distrital.

Ao passar pela Câmara, o programa abarcou todos os órgãos e entidades da administração pública, ou que prestarem serviços públicos por "concessão, permissão, autorização, ou qualquer outra forma de delegação".

Ataques no RN foram motivados por exigência de 'regalias' para presos, diz secretário: 'Querem televisão e visita íntima'¹⁰⁷

Segundo governo, ordens de ataques teriam partido de dentro da penitenciária de Alcaçuz, na Grande Natal. Facção criminosa é quem organiza ações.

As ordens para os ataques criminosos registrados desde a madrugada de terça-feira (14) no Rio Grande do Norte foram motivadas por exigências de "regalias", como aparelhos de televisão e visitas íntimas, para presos do sistema penitenciário estadual. A afirmação foi feita pelo secretário de Segurança Pública, Francisco Araújo, na manhã desta quarta-feira (15).

"Pelas reivindicações, eles querem televisão, querem sistema de iluminação,

visita íntima, coisa que o sistema prisional não está atendendo porque está cumprindo a lei de execução penal", afirmou.

Os ataques já atingiram 24 cidades no estado e tem como alvos prédios públicos, comércios e veículos. Duas pessoas ficaram feridas e outras duas morreram em confronto com a polícia.

Inicialmente, a Secretaria de Segurança Pública havia dito que as ações eram em retaliação por ações policiais com apreensão de armas e drogas. Mais tarde, ainda na terça-feira (14), disse que a ordem vinha de dentro dos presídios e organizada por uma facção criminosa.

Segundo a secretaria, as ordens teriam partido de dentro da Penitenciária de Alcaçuz, a maior unidade prisional do estado, localizada em Nísia Floresta, na Grande Natal. E está sendo organizada pela facção.

Um preso apontado como líder da facção criminosa foi transferido da penitenciária de Alcaçuz, nesta terça-feira (14), para um presídio federal. O secretário ainda afirmou que outros presos deverão ser transferidos ao longo desta quarta (15). Um outro organizador foi morto em confronto com a polícia na Paraíba -- ele faz parte de facção que atua no RN.

"Nós temos investigações, tanto da Polícia Civil, como da Polícia Federal e Ministério Público, de possíveis pessoas que estavam presas com esse líder da organização criminosa que foi transferido ontem à noite, de ter ordenado esses ataques. Ele estava preso em Alcaçuz, recebeu visitas e, pelas investigações, tem indícios de ele ter dado ordem para fazer esse tipo de ação", declarou.

Alcaçuz

De acordo com a Secretaria de Administração Penitenciária, tanto o presídio de Alcaçuz como outras unidades prisionais do estado não contam aparelhos

¹⁰⁷ Pedro Trindade e Igor Jácome, *Inter TV Cabugi e g1 RN. Ataques no RN foram motivados por exigência de 'regalias' para presos, diz secretário: 'Querem televisão e visita íntima'*. <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/03/15/ataques-no-rn-foram-motivados-por-exigencia-de-regalias-para-presos-diz-secretario-querem-televisao-e-visita-intima.ghml>. Visitado em 15.03.2023.

grande-do-norte/noticia/2023/03/15/ataques-no-rn-foram-motivados-por-exigencia-de-regalias-para-presos-diz-secretario-querem-televisao-e-visita-intima.ghml. Visitado em 15.03.2023.

de televisão, energia elétrica ou visitas íntimas.

As mudanças ocorreram após um motim seguido de um massacre, em uma guerra entre facções rivais, que vitimou 27 presos.

Ainda segundo a Seap, as medidas tomadas desde 2017 seguem normativas nacionais. As celas são iluminadas por refletores que ficam nos corredores do presídio, para evitar que os presos usem a fiação elétrica para carregar possíveis aparelhos celulares que entrem no presídio.

Segunda noite de ataques

O Rio Grande do Norte teve a segunda noite de violência com ataques na capital, Natal, e pelo menos outras cinco cidades nesta quarta-feira (15). Segundo a polícia, a ação é organizada por uma facção que tem queimado prédios públicos, comércios e veículos. Ao menos duas pessoas ficaram feridas.

Na madrugada, 100 homens da Força Nacional chegaram ao estado para reforçar a segurança. De acordo com o último balanço da Polícia Militar, 28 pessoas foram presas desde o início dos ataques. Uma pessoa morreu em um confronto com a polícia e duas pessoas ficaram feridas durante ataques.

Impactos

A onda de violência está impactando serviços públicos. Em Natal, o transporte público vai funcionar, mas com a frota reduzida. Os ônibus também começaram a circular mais tarde, a partir das 6h30.

Ainda na capital, a prefeitura suspendeu atendimento em unidades básicas de saúde e em escolas da rede municipal.

Em Mossoró, município que também foi alvo de ataque, o transporte público está suspenso desde a terça-feira.

Universidades suspenderam as aulas na terça-feira após a sucessão de ataques.

Estudo em sete estados aponta que uma mulher é vítima de violência a cada quatro horas¹⁰⁸

Rede de Observatórios da Segurança registrou 2.423 casos de violência contra a mulher na Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo em 2022. Foram 495 feminicídios.

Um estudo com dados de sete estados brasileiros aponta que, em 2022, uma mulher foi vítima de violência a cada quatro horas: foram 2.423 casos — e 495 deles terminaram em morte.

O levantamento consta do boletim “Elas Vivem: dados que não se calam”, da Rede de Observatórios da Segurança, lançado nesta segunda-feira (6). A terceira edição do documento compilou os registros na Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo.

O maior número de eventos foi registrado em São Paulo (898) — um a cada dez horas. São casos como o da jovem sequestrada que teve o rosto tatuado com o nome do ex-companheiro ou o da procuradora-geral espancada no local de trabalho.

A Bahia é o estado com maior taxa de crescimento em relação ao último boletim, com uma variação de 58%, com ao menos um caso por dia, além de ser o primeiro em feminicídios do Nordeste, com 91 registros.

“Existe a necessidade de que todas as pessoas tenham um conhecimento social sobre essas questões para que a gente possa transformar esses números, que aumentam a cada ano”, explica a pesquisadora baiana Larissa Neves.

Aumento no RJ

O Rio de Janeiro também apresentou uma alta significativa de 45% em um ano com casos de repercussão nacional, como o do estupro de uma parturiente cometido por um anestesista ou do chefe de investigações da delegacia da mulher acusado de agredir

108 Priscilla Moraes. Estudo em sete estados aponta que uma mulher é vítima de violência a cada quatro horas. g1. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/03/06/estudo-em-sete-estados-aponta-que-uma->

[mulher-e-vitima-de-violencia-a-cada-quatro-horas.ghtml](https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/03/06/estudo-em-sete-estados-aponta-que-uma-mulher-e-vitima-de-violencia-a-cada-quatro-horas.ghtml). Visitado em 06.03.2023.

a ex-companheira.

O Rio chegou a registrar ao menos um caso de violência contra a mulher a cada 17 horas, e casos de violência sexual praticamente dobraram, passando de 39 para 75.

Pernambuco é o segundo estado do Nordeste em registros de violência contra a mulher (225), com pelo menos um caso a cada dois dias. O estado também passou a liderar os números de transfeminicídios — posição ocupada pelo Ceará nos últimos dois anos.

Segundo a pesquisadora da Rede em Pernambuco, Dália Celeste, essa condição se dá pela negligência do governo. “Houve um silenciamento e a omissão do governo em relação à criação de políticas públicas mesmo após a onda de ataques transfóbicos em 2021. Corpos trans e travestis passam por um processo de desumanização e são vistos como corpos que não deveriam existir, o que alimenta os crimes de ódio”, afirma.

As mulheres cearenses vivenciaram um aumento de casos de violência sexual. O número quase dobrou, passando de 17 para 31 casos.

O Piauí registrou 48 feminicídios. No estado, os equipamentos de acolhimento se encontram na capital e deixam as mulheres de outras localidades desamparadas.

O Maranhão é o segundo estado do Nordeste em agressões e tentativas de feminicídio.

Violência em casa

A maior parte dos registros nos sete estados tem como autor da violência companheiros e ex-companheiros das vítimas. São eles os responsáveis por 75% dos casos de feminicídio. As principais motivações são brigas e terminos de relacionamento.

“Para além da responsabilidade individual, precisamos refletir sobre a responsabilidade do estado em tolerar que tantos feminicídios aconteçam. Já foram assinados tratados e já avançamos em algumas direções, mas ainda se permite a

impunidade. E isso se dá ao não saber como esse crime acontece, não se fazer o devido registro, não qualificar juridicamente da maneira correta”, explica Edna Jatobá, coordenadora do observatório da segurança de Pernambuco.

Metodologia

Os dados do boletim são produzidos a partir de um monitoramento diário do que circula nos meios de comunicação e nas redes sociais sobre violência e segurança. As informações coletadas alimentam um banco de dados que posteriormente é revisado e consolidado.

A violência contra mulher é o terceiro indicador de violência mais registrado pela Rede de Observatórios, atrás apenas de eventos com armas de fogo e ações policiais — que tradicionalmente ocupam o noticiário policial.

Governo Bolsonaro liberou em média 619 novas armas por dia para CACs; 47% dos registros foram em 2022

Dados do Exército obtidos pelo g1 mostram que, nos quatro anos de mandato do ex-presidente, foram concedidos 904 mil novos registros de armas para caçadores, atiradores e colecionadores.

O governo de Jair Bolsonaro (PL) concedeu em média 691 registros de novas armas por dia para CACs (grupo formado por caçadores, atiradores e colecionadores) nos quatro anos de mandato do ex-presidente. Foram ao todo 904.858 registros para aquisição de armas entre 2019 e 2022, indicam dados do Exército obtidos pelo g1 via Lei de Acesso à Informação.

Esta é a primeira vez em que é divulgado o total de novas armas liberadas por Bolsonaro em todo o seu mandato, desde a posse, em 1º de janeiro de 2019, até dezembro de 2022. Bolsonaro tinha entre suas principais pautas o armamento da população.

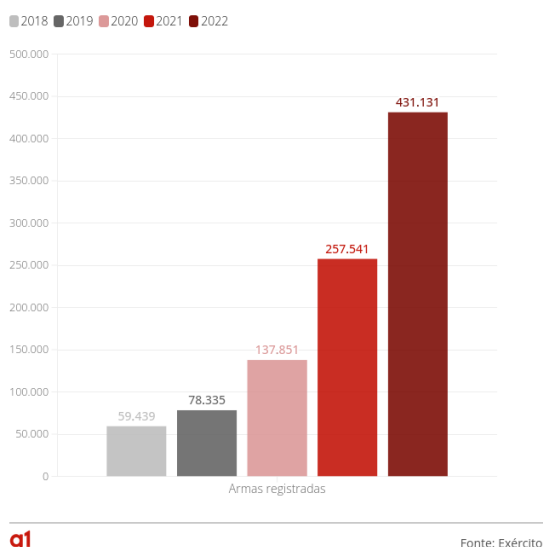
Os registros concedidos aos CACs ao longo do governo Bolsonaro representam a

liberação de 26 novas armas por hora no país nos últimos quatro anos.

O número de pessoas com certificado de CAC deu um salto no governo Bolsonaro. Cresceu 474%, segundo dados do Anuário de Segurança Pública, que considera licenças para atividades de caçador, atirador desportivo e colecionador concedidas até 1º de julho de 2022. O número de pessoas com registro de CAC passou de 117,5 mil em 2018, antes de Bolsonaro assumir, para 673,8 mil.

Armas registradas por CACs no governo Bolsonaro

Foram 904.858 novas armas para caçadores, atiradores e colecionadores de 2019 até 2022



O último ano do governo Bolsonaro representa crescimento de 625% quando comparado com 2018, último ano do governo de Michel Temer (MDB), seu antecessor, quando CACs receberam autorização para adquirir 59.439 novas armas.

Em seu mandato, Bolsonaro editou decretos que facilitaram o acesso a armas, inclusive as de grosso calibre e uso restrito, como fuzis, com critérios menos rígidos para posse e aquisição, bem como maior limite de munições disponíveis por ano para CACs.

Os decretos foram parcialmente suspensos pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em setembro de 2022. No dia 2 de janeiro, o presidente Lula (PT) revogou as normas sobre armas e definiu novas regras, dentre as quais a suspensão de novas concessões para CACs registrarem novas armas.

Aumento da procura

Um dos motivos para a alta procura por armas no governo Bolsonaro é a facilitação do acesso e registro das armas. Diretor do Instituto Sou da Paz, especializado em segurança pública, Bruno Langeani conta que o instituto acompanha a categoria de CACs desde os anos 1990 e que esse era um grupo "muito residual, de pouquíssimas pessoas".

"Demoramos décadas para essa categoria ter 100 mil armas e, em um período muito curto, vimos esse número explodir. Hoje já ultrapassou mais de um milhão de armas na categoria, a maior parte nestes quatro anos", afirma.

Segundo ele, não houve uma disparada no interesse pela prática do tiro esportivo, mas sim a maior facilidade de solicitação por meios eletrônicos. "O que explica esse aumento é tanto uma facilitação desse acesso e registro no Exército quanto a liberação do porte de trânsito", afirma, ao citar as regras menos rígidas para CACs andarem com suas armas nas ruas a caminho de clubes de tiro, por exemplo.

Sobre o fato de 2022 ser o ano com maior quantidade de registros liberados, o diretor do Sou da Paz avalia que é tanto reflexo da pandemia de coronavírus quanto um ajuste do mercado armamentista no Brasil.

"Muitas das estavam lojas fechadas, o que freou as vendas e, quando a pandemia melhora, cresce forte em 2021. Em 2022, nos parece puxado tanto pelo ex-presidente [Bolsonaro], mas também pela adaptação do mercado para trazer modelos e calibres novos, antes não liberados com pouca opção disponível. Isso foi adaptado, e mais

e mais importadoras ficaram disponíveis para o mercado nacional", diz o diretor.

Langeani alerta que o grande número de armas que entraram em circulação recentemente representa risco num contexto de violência política crescente, com ações de bolsonaristas cada vez mais radicalizados. Além disso, há esquemas fraudulentos envolvendo a emissão de licenças para desviar armas compradas no mercado legal ao crime organizado.

"Vemos a violência política alimentada por armas registradas oficialmente no Exército. E houve explosão no esquema criminoso de fornecimento de armas, ou para milícias ou para grupos que atuam no estilo do novo cangaço [quadrilhas especializadas em roubos a banco], que compram armas mais baratas e com documento", afirma.

Um levantamento do Instituto Sou da Paz divulgado pelo Fantástico há quase ano mostrou que uma grande quantidade de armas compradas no mercado legal vai parar nas mãos de bandidos.

Os pesquisadores analisaram quase 24 mil ocorrências policiais entre os anos de 2011 e 2020 e descobriram uma relação surpreendente entre os modelos mais roubados, furtados e extraviados e os tipos de armas encontrados com criminosos.

Aumento constante

O ano passado concentrou a maior quantidade de novas armas liberadas: 431.131, ou 47% do total. Houve crescimento constante desde 2019, quando ocorreram 78.335 liberações. Em 2020, foram 137.851, e em 2021, o número passou para 257.541.

Justiça inicia mutirão de audiências de custódia de bolsonaristas radicais presos em Brasília¹⁰⁹

Para quarta-feira (11/01), estavam previstas 64 audiências; já nesta quinta

(12), são 213. Segundo Conselho Nacional de Justiça, há 1,4 mil presos, durante ataques e em acampamento golpista.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) começou, nesta quarta-feira (11), um mutirão para fazer audiências de custódia dos bolsonaristas radicais presos durante os ataques terroristas aos três poderes e no acampamento golpista em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília, no domingo (8).

Na quarta, a corte previa a realização de 64 audiências. Já para esta quinta, a expectativa é de que 213 pessoas sejam ouvidas. Questionado, o tribunal não informou quantas pessoas permanecem presas e quantas foram liberadas nas audiências.

De acordo com um levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao todo, 1.418 pessoas permaneciam presas até quarta, após serem detidas no acampamento e nos atos terroristas. Elas passaram por exame no Instituto Médico Legal (IML) e foram encaminhadas para o Complexo da Papuda ou para a Penitenciária Feminina do DF, conhecida como Colmeia.

Segundo o Tribunal de Justiça, as audiências são realizadas de forma virtual, das 8h às 19h, e ocorrerão também aos finais de semana.

Detidos

Nesta quarta, a Polícia Federal terminou de ouvir os bolsonaristas detidos no ginásio da Academia Nacional da corporação. De acordo com a PF, 684 pessoas foram soltas.

A corporação liberou idosos, pessoas com problemas de saúde, em situação de rua e mães acompanhadas de crianças, "por questões humanitárias".

No ginásio da PF, os detidos passaram por uma triagem e foram submetidos aos procedimentos da polícia judiciária. Depois, passaram a ser apresentados à Polícia Civil do DF, responsável pelo encaminhamento dos detidos ao Instituto

109 g1. Justiça inicia mutirão de audiências de custódia de bolsonaristas radicais presos em Brasília. <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/12/justica-comeca-mutirao-de-audiencias-de->

[custodia-de-presos-durante-ataques-terroristas-em-brasil.ghml](https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/12/justica-comeca-mutirao-de-audiencias-de-). Visitado em 12.01.2023.

Médico Legal (IML) e, posteriormente, ao sistema prisional.

Resumo dos ataques

Bolsonaristas terroristas invadiram e depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso e o STF. Veja fotos de quem participou da destruição.

O movimento golpista que ocorre há semanas em Brasília foi engrossado por dezenas de ônibus que chegaram no fim de semana.

Apesar disso, a PM do DF mantinha poucos homens no local e não conseguiu frear os terroristas. A polícia foi criticada e acusada de omissão.

Obras de arte e móveis foram quebrados no palácio presidencial. O plenário do STF ficou destruído. Veja fotos e vídeos da barbárie.

Lula decretou intervenção federal para assumir a segurança do DF, e o governo pediu a prisão do bolsonarista Anderson Torres, que respondia pela segurança em Brasília.

O ministro do STF Alexandre de Moraes determinou o afastamento do governador Ibaneis Rocha (MDB) por, pelo menos, 90 dias. Quem assume o cargo é a vice, Celina Leão (PP).

O coronel que chefiava PM durante ataques em Brasília, Fábio Augusto, foi preso após determinação do ministro do STF, Alexandre de Moraes.

O ministro também determinou a prisão do ex-secretário de Segurança Pública do DF e ex-ministro da Justiça no governo Bolsonaro, Anderson Torres.

Questões

01. (CISAS/SC – Auxiliar Administrativo – PS Concursos) O presidente Jair Bolsonaro assinou, no dia 08 de maio de 2019, o decreto que altera as normas sobre o direito ao porte de armas e munições, autorização para transportar arma fora de casa. As novas regras se somam às normas sobre posse de armas, que tratam do direito de ter armas em casa

e também foram flexibilizadas por meio de decreto assinado no 15º dia do governo de Bolsonaro.

Com relação as mudanças nas regras, e de acordo com matéria publicada pelo portal G1 em 8 de maio de 2019, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Entre as mudanças, está a inclusão, na lista de armas permitidas, daquelas que antes eram de uso privativo de forças de segurança, como a pistola 9 mm e o revólver calibre .40, comumente utilizado por policiais civis e militares.

(B) Com a mudança do novo decreto, o proprietário rural com posse de arma de fogo fica autorizado a utilizar a arma, sem especificação de qual modelo, em todo o perímetro da propriedade.

(C) Antes deste novo decreto assinado dia 08/05/2019, o Certificado de Registro de Arma de Fogo só autorizava, para os proprietários rurais, uso da arma no interior de casa ou nas dependências dela ou no local de trabalho.

(D) O novo decreto também definiu que poderão ser adquiridas o valor máximo de 100 unidades de munição por ano, tanto para munição convencional quanto para a de uso restrito. Antes, o valor máximo era de apenas 50 unidades.

(E) Com as mudanças no decreto, o prazo de validade do Certificado de Registro de Arma de Fogo passa para 10 anos. Assim, os documentos relativos à posse e ao porte terão o mesmo prazo de validade.

02. (TER-AP – Analista Judiciário – CESPE) A segurança é um item de crescente preocupação da população brasileira. Esta preocupação é resultante

(A) da descoberta, apenas recentemente, da existência de grupos econômicos e sociais envolvidos no comércio ilícito das drogas.

(B) de uma onda episódica de casos policiais que envolvem personalidades políticas nacionais.

(C) da percepção da sociedade brasileira da urgência do tema bem como de suas

causas profundas e imediatas, como a crise no próprio sistema de segurança do Estado.

(D) de uma visão passional e imediatista da população brasileira em relação a problema global que atinge todo o mundo.

(E) de uma visão limitada do país e manipulada pelos grandes conglomerados da comunicação nacional.

Alternativas

01 - D | 02 - C

CULTURA

Curta produzido pelo primeiro cineasta Yanomami é premiado no 51º festival de Gramado¹¹⁰

Produção levou para casa o Kikito de Melhor Fotografia e o Prêmio Especial do Júri. O curta do cineasta conta com a participação do líder e xamã Davi Kopenawa e aborda sobre o conhecimento dos Yanomami sobre os sonhos.

O curta-metragem "Mãri hi - A Árvore do Sonho (2023)", produzido por Morzaniel Iramari, considerado o primeiro cineasta Yanomami, ganhou dois prêmios na 51ª edição do Festival de Cinema de Gramado. A produção levou para casa o Kikito de Melhor Fotografia e o Prêmio Especial do Júri.

O curta do cineasta conta com a participação do líder e xamã Davi Kopenawa e aborda sobre o conhecimento dos Yanomami sobre os sonhos. A cerimônia aconteceu na última sexta-feira (18), na Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul.

Kikito é o símbolo e prêmio máximo concedido no Festival de Gramado. O nome do troféu, "Kikito", foi dado pela artesã Elisabeth Rosenfeld, que desenvolveu a peça que era vendida pelos artesãos de Gramado como um souvenir, lembrancinha ou presente.

O filme é uma produção da Aruac Filmes, co-produção da Hutukara Associação Yanomami, a mais representativa de seu povo, e produção associada da Gata Maior Filmes. Esta é a terceira obra de Morzaniel, que já produziu A Casa dos Espíritos (2010) e Curadores da Terra-Floresta (2014), além de coassinar a tradução do curta Uma Mulher Pensando (2023), feito por mulheres Yanomami.

O cineasta também já ganhou o prêmio de Melhor Curta-Metragem no Festival É Tudo Verdade, de 2023. O festival de cinema documental brasileiro é considerado um dos maiores eventos do cinema da América Latina.

"Mãri-Hi – A árvore do Sonho" já tem uma reserva especial na 80ª edição do Festival de Veneza, na Itália, que acontece de 30 de agosto e 9 de setembro. No dia 4 de setembro será o dia para o cinema indígena Yanomami, no "Eyes of the Forest", Olhos da Floresta, que exibirá três curtas-metragens Yanomami e será um dia dedicado ao primeiro cineasta Yanomami, Morzaniel Iramari, e ao Cinema Indígena Yanomami no Brasil.

Morzaniel Iramari

Morzaniel Iramari Yanomami nasceu na década de 1980 na comunidade Watoriki, na região do Demini. Ele trabalhou como Coordenador de Comunicação na Hutukara Associação Yanomami e foi formado em 2010 no projeto Pontos de Cultura Indígena - Vídeo nas Aldeias.

O interesse por registrar a história do seu povo iniciou quando diversos jornalistas e cinegrafistas estiveram na comunidade Watoriki para entrevistar o xamã Davi Kopenawa. À época, em 1995, a demarcação da Terra Indígena Yanomami havia sido oficializada há três anos

Além de cineasta, ele trabalha como intérprete e tradutor. Atualmente, Morzaniel viaja o Brasil e o mundo para

¹¹⁰ 110 Curta produzido pelo primeiro cineasta Yanomami é premiado no 51º festival de Gramado. g1. <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/08/21/curta-produzido->

[pelo-primeiro-cineasta-yanomami-e-premiado-no-51o-festival-de-gramado.ghtml](https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/08/21/curta-produzido-pelo-primeiro-cineasta-yanomami-e-premiado-no-51o-festival-de-gramado.ghtml). Visitado em 21.08.2023.

exibir as suas produções sobre a história e cultura do povo Yanomami.

Corpo de Rita Lee será velado nesta quarta no planetário; fãs aguardam na fila para se despedir da cantora¹¹¹

Cerimônia de despedida será aberta ao público das 10h às 17h. Primeiros fãs chegaram ao local por volta das 5h e esperam, sob chuva fraca, abertura.

A despedida da cantora Rita Lee ocorre nesta quarta-feira (10), no planetário do Parque Ibirapuera, na Zona Sul de São Paulo, onde seu corpo será velado.

O corpo chegou ao local por volta das 5h. A cerimônia será aberta ao público das 10h às 17h.

Os primeiros fãs chegaram ao local por volta das 5h e aguardavam, sob chuva fraca, na fila.

Conforme desejo de Rita seu corpo será cremado. A cerimônia de cremação será reservada aos familiares e amigos.

Em sua primeira autobiografia, "Rita Lee — uma autobiografia", publicada em 2016, a cantora escreveu um capítulo sobre a relação que tinha com o local que veio a se tornar o Parque Ibirapuera, chamado pela artista de "floresta encantada": um lugar ideal para montar um pequeno acampamento e realizar piqueniques aos domingos.

Na obra, a cantora também imaginou como seriam os minutos após sua morte. E, ao longo das nove linhas que escreveu sobre este momento, ela aproveitou para advertir os políticos:

"Nenhum político se atreverá a comparecer ao meu velório, uma vez que nunca compareci ao palanque de nenhum deles e me levantaria do caixão para vaiá-los".

Segundo a cantora, as visitas ao local eram realizadas em grupo formado por seis mulheres. Cada uma escolhia uma árvore

ou planta para cuidar, retirando folhas secas e ervas daninha. Elas também plantavam pés de frutas, verduras e legumes nas redondezas do parque.

Ao relembrar a inauguração do parque, em comemoração aos 400 anos da capital paulista, Rita menciona que "o sonho acabou" — suas pequenas hortas foram destruídas, e a floresta deu lugar ao asfalto, cimento e "construções de gosto duvidoso".

O pai da cantora teria desaprovado a intervenção no espaço e se recusado a comparecer à festa de inauguração.

Ainda assim, o Parque Ibirapuera seguiu como um local marcante na vida de Rita, sendo mencionado diversas vezes aos longo dos capítulos do livro.

No capítulo intitulado "Mutatis Mutandis", Rita Lee conta que ia toda semana ao planetário do Ibirapuera, era seu "must semanal", visita que era sucedida por uma banana-split na lanchonete próxima.

Lei Rouanet: Governo aumenta limite de cachê para artistas e valor de captação¹¹²

Em fevereiro de 2022, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) reduziu o valor recebido pelos artistas. O aumento foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (11).

A ministra da Cultura, Margareth Menezes, aumentou o valor do cachê de artistas solos integrantes da Lei Rouanet. A alteração foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (11).

Em fevereiro de 2022, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) reduziu o valor recebido pelos artistas. No caso de artistas solos, por exemplo, o limite por apresentação caiu de até R\$ 45 mil para até R\$ 3 mil; e o de empresas, de R\$ 10 milhões para R\$ 6 milhões.

Criada em 1991, a Lei de Incentivo à Cultura, conhecida como Lei Rouanet,

111 g1 SP. *Corpo de Rita Lee será velado nesta quarta no planetário; fãs aguardam na fila para se despedir da cantora.* <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/05/10/corpo-de-rita-lee-sera-velado-nesta-quarta-no-planetario-no-parque-ibirapuera-chamado-pela-cantora-de-floresta-encantada.ghtml>. Visitado em 10.05.2023.

112 Artur Nicoceli. *Lei Rouanet: Governo aumenta limite de cachê para artistas e valor de captação.* g1. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/11/lei-rouanet-cache.ghtml>. Visitado em 11.04.2023.

autoriza produtores a buscarem investimento privado para financiar iniciativas culturais. Em troca, as empresas podem abater parcela do valor investido no Imposto de Renda.

A nova decisão publicada nesta terça-feira, o limite para previsão de pagamento de cachês artísticos passam a ser:

- R\$ 25 mil reais por apresentação, para artista, solista e modelo - antes era de R\$ 3 mil;

- R\$ 5 mil por apresentação de músico - antes era de R\$ 2,25 mil;

- R\$ 25 mil para o maestro ou regente, no caso de orquestra - antes era de R\$ 15 mil

Há a possibilidade de solicitar valores maiores que os determinados nesta terça, que deverão ser aprovados pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (Cnic). A comissão foi suspensa durante o governo de Bolsonaro.

Aumento no valor de captação

Outro valores relacionados ao mercado cultural também foram alterados. O governo aumentou o valor de captação dos projetos. Veja abaixo:

- R\$ 1 milhão para empreendedor Individual, com enquadramento Microempreendedor Individual (MEI), e para pessoa física, até quatro projetos ativos - o valor se manteve;

- R\$ 6 milhões para os demais enquadramentos de Empreendedor Individual, com até oito projetos ativos - antes era de R\$ 4 milhões;

- R\$ 10 milhões para empresas, com até 16 projetos ativos - antes era de R\$ 6 milhões

As categorias dos setores artísticos também tiveram mudanças nos valores máximos a serem captados:

- Curtas-metragens: R\$ 300 mil - antes era R\$ 200 mil;

- Mostras/festivais/eventos: para primeira edição R\$ 500 mil (a partir da segunda edição, o valor solicitado será

limitado a maior captação realizada no mecanismo Incentivo a Projetos Culturais)

- antes era R\$ 400 mil;

- Programas de TV: R\$ 65 mil por episódio - antes era R\$ 50 mil;

- Programas de rádio: R\$ 125 mil para programação semestral - antes era R\$ 100 mil;

- Sites de internet: R\$ 65 mil para infraestrutura do site e R\$ 190 mil para produção de conteúdo para o site - antes a infraestrutura era R\$ 50 mil e produção era R\$ 150 mil;

- Jogos eletrônicos e aplicativos educativos e culturais: R\$ 700 mil - antes era R\$ 350 mil;

- Websérie: R\$ 30 mil por episódio - antes era de R\$ 15 mil

Foram criadas categorias específicas para média metragens. Enquanto o governo Bolsonaro definiu o valor de R\$ 600 mil; a ministra da Cultura decretou o valor de R\$ 800 mil para produtos com duração de até 49 minutos e R\$ 1 milhão para os que durarem de 50 a 70 minutos.

Também foi criada a categoria de R\$ 20 mil por episódio de podcast.

Para solicitar os valores, o Salic (Sistema de Acesso às Leis de Incentivo à Cultura), plataforma onde os proponentes cadastram suas propostas, ficará disponível a partir desta terça. O site é onde ocorrem todos os processos até a captação do valor: inscrição da proposta; aprovação; execução e prestação de contas.

Vale destacar que caso um projeto contemple mais de um produto audiovisual, o valor total do projeto corresponderá a soma dos produtos, respeitados os limites previstos.

Oscar 2023: veja os vencedores¹¹³

'Tudo em todo lugar ao mesmo tempo' foi o grande vencedor com sete estatuetas.

A Academia de Hollywood realizou na noite deste domingo (12) a cerimônia do Oscar, no Dolby Theatre, em Los Angeles.

Durante a abertura, o apresentador da noite, Jimmy Kimmel, fez algumas piadas sobre o tapa dado por Will Smith em Chris Rock em 2022.

Essa foi a terceira participação de Jimmy Kimmel no comando da premiação. Ela já havia apresentado o evento em 2017 e 2018.

Melhor Filme

'Nada de Novo no Front'

'Avatar: O Caminho da Água'

'Os Banshees de Inisherin'

'Elvis'

'Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo' (VENCEDOR)

'Os Fabelmans'

'Tár'

'Top Gun: Maverick'

'Triângulo da Tristeza'

'Entre Mulheres'

Melhor atriz

Cate Blanchett - 'Tár'

Ana de Armas - 'Blonde'

Andrea Riseborough - 'To Leslie'

Michelle Williams - 'Os Fabelmans'

Michelle Yeoh - 'Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo' (VENCEDORA)

Melhor ator

Colin Farrell - 'Os Banshees de Inisherin'

Austin Butler - 'Elvis'

Brendan Fraser - 'A Baleia' (VENCEDOR)

Bill Nighy - 'Living'

Paul Mescal - 'Aftersun'

Melhor direção

Martin McDonagh - 'Os Banshees de Inisherin'

Daniel Kwan e Daniel Scheinert - 'Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo' (VENCEDORES)

Steven Spielberg - 'Os Fabelmans'

Todd Field - 'Tár'

Ruben Östlund - 'Triângulo da tristeza'

Melhor montagem

'Os Banshees of Inisherin'

'Elvis'

'Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo' (VENCEDOR)

'Tár'

'Top Gun: Maverick'

Melhor música original

'Applause', de 'Tell it like a woman', música e letra de Diane Warren, com interpretação da cantora e atriz Sofia Carson

'Hold my hand', de 'Top Gun: Maverick', música e letra de Lady Gaga e Bloodpop

'Lift me up', de 'Pantera Negra: Wakanda Para Sempre', música de Tems, Rihanna, Ryan Coogler e Ludwig Goransson, letra de Tems e Ryan Coogler

'Naatuu Naatu', do filme 'RRR', música de M.M. Keeravaani, letra de Chandrabose (VENCEDOR)

'This is life', de 'Tudo em todo lugar ao mesmo tempo', música de Ryan Lott, David Byrne e Mitski, letra de Ryan Lott e David Byrne

Melhor som

'Nada de Novo no Front'

'Avatar: O Caminho da Água'

'Batman'

'Elvis'

'Top Gun: Maverick' (VENCEDOR)

Melhor roteiro adaptado

'Nada de Novo no Front'

'Glass Onion: Um Mistério Knives Out'

¹¹³ g1. Oscar 2023: veja os vencedores. <https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2023/03/12/oscar-2023-veja-os-vencedores.ghtml>. Visitado em 13.01.2023.

'Living'
'Top Gun: Maverick'
'Entre mulheres' (VENCEDOR)

Melhor roteiro original

'Os Banshees de Inisherin'
'Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo'
(VENCEDOR)
'Os Fabelmans'
'Tár'
'Triângulo da tristeza'

Melhores efeitos visuais

'Nada de Novo no Front'
'Avatar: O Caminho da Água'
(VENCEDOR)
'The Batman'
'Top Gun: Maverick'
'Pantera Negra: Wakanda para Sempre'

Melhor trilha sonora

'Nada de Novo no Front' (VENCEDOR)
'Babilônia'
'Os Banshees de Inisherin'
'Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo'
'Os Fabelmans'

Melhor design de produção

'Nada de Novo no Front' (VENCEDOR)
'Avatar: O Caminho da Água'
'Babilônia'
'Elvis'
'Os Fabelmans'

Melhor curta de animação

'The Boy, the Mole, the Fox, and the Horse' (VENCEDOR)
'The Flying Sailor'
'Ice Merchants'
'My Year of Dicks'
'An Ostrich Told Me the World is Fake, and I Think I Believe It'

Melhor curta documentário

'The Elephant Whisperers'
(VENCEDOR)
'Haulout'
'How Do You Measure a Year?'
'The Martha Mitchell Effect'
'Stranger at the Gate'

Melhor filme internacional

'Nada de Novo no Front' (VENCEDOR)
'Argentina, 1985'
'Close'
'Eo'
'The Quiet Girl'

Melhor figurino

'Babilônia'
'Pantera Negra: Wakanda para Sempre'
(VENCEDOR)
'Elvis'
'Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo'
'Sra. Harris Vai a Paris'

Melhor maquiagem e penteados

'Nada de Novo no Front'
'The Batman'
'Pantera Negra: Wakanda para Sempre'
'Elvis'
'A Baleia' (VENCEDOR)

Melhor fotografia

'Nada de Novo no Front' (VENCEDOR)
'Bardo, Falsa Crônica de Algumas Verdades'
'Elvis'
'Império da Luz'
'Tár'

Melhor curta live action

'An Irish Goodbye' (VENCEDOR)
'Ivalu'
'Le Pupille'
'Night Ride'
'The Red Suitcase'

Melhor documentário

'All That Breathes'
'All the Beauty and the Bloodshed'
'Vulcões: A Tragédia de Katia e Maurice Krafft'
'A House Made of Splinters'
'Navalny' (VENCEDOR)

Melhor atriz coadjuvante

Angela Basset - 'Pantera Negra: Wakanda para Sempre'
Hong Chau - 'A Baleia'

Kerry Condon - 'Os Banshees de Inisherin'

Stephanie Hsu - 'Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo'

Jamie Lee Curtis - 'Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo' (VENCEDORA)

Melhor ator coadjuvante

Brendan Gleeson - 'Os Banshees de Inisherin'

Brian Tyree Henry - 'Causeway'

Judd Hirsch - 'Os Fabelmans'

Barry Keoghan - 'Os Banshees de Inisherin'

Ke Huy Quan - 'Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo' (VENCEDOR)

Melhor animação

'Pinóquio por Guillermo del Toro' (VENCEDOR)

'Gato de Botas 2: O Último Pedido'

'Marcel the Shell With Shoes On'

'A Fera do Mar'

'Red: Crescer é uma Fera'

João Gilberto, Gal Costa e Caetano Veloso entram na lista da 'Rolling Stone' de maiores cantores¹¹⁴

Cantores brasileiros aparecem no ranking da revista americana. Aretha Franklin foi eleita a melhor de todos os tempos, com Whitney Houston e Sam Cooke completando o top 3.

João Gilberto, Gal Costa e Caetano Veloso foram incluídos na lista dos 200 melhores cantores da história divulgada pela revista americana "Rolling Stone" neste domingo (1º). O ranking, que já teve outras versões, ganhou uma atualização.

João Gilberto (1931-2019) ficou com o 81º lugar e Gal Costa (1945-2022) apareceu na 90ª posição. Caetano Veloso completa o time de brasileiros citados, em 108º. Embora os três sejam baianos, o pai da

bossa nova foi chamado de carioca pela publicação.

A revista define a bossa nova como "um dos movimentos culturais mais poderosos que surgiram na América Latina", tendo João Gilberto como "seu discreto cantor e violonista". O cantor baiano é chamado de "mestre da sutileza cosmopolita". Ele "murmurava e sussurrava com uma desenvoltura que fazia cada música parecer uma reunião casual de amigos". "O álbum de estreia de Gilberto em 1959 deu o tom para a revolução que se seguiu, e o clássico jazzístico de 1964 'Getz/Gilberto' resumiu sua energia com 'Garota de Ipanema', que ele tocou acompanhado do inglês limitado de sua esposa Astrud".

A "Rolling Stone" também diz que Gal Costa tem uma voz com um "poder transformador". "Como uma luminosa rainha Midas, a diva baiana transformava em ouro tudo o que tocava", resume a revista. Eles citam músicas que viraram clássicos na voz da cantora, como "Baby" e "Festa do interior". "Sua leitura de 1979 de 'Estrada do Sol' é tão exuberante e mística que beira o surreal." "Vocalista feminina mais transcendente da era pós-bossa, ela continuou fazendo música até sua morte aos 77 anos", conclui.

Caetano Veloso, por sua vez, é definido como "o equivalente brasileiro de Dylan". Para a revista, o cantor baiano é "um roqueiro revolucionário com uma forte inclinação literária" e um "mestre na arte de se apresentar". "Ele é encantador quando acelera o ritmo e lança gritos e trinos emocionantes - e ele transmite tudo em inglês e em português."

Baguete francesa é declarada Patrimônio Cultural da Humanidade¹¹⁵

Pão típico da França entra para a lista de bens imateriais da Unesco, a agência de patrimônios da ONU que já reúne outras

114 g1. João Gilberto, Gal Costa e Caetano Veloso entram na lista da 'Rolling Stone' de maiores cantores. <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2023/01/02/joao-gilberto-gal-costa-e-caetano-veloso-entram-na-lista-da-rolling-stone-de-maiores-cantores.ghtml>. Visitado em 03.01.2023.

115 g1. Baguete francesa é declarada Patrimônio Cultural da Humanidade. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/11/30/baguete-francesa-e-declarada-patrimonio-cultural-da-humanidade.ghtml>. Visitado em 30.11.2022.

600 tradições de mais de 130 países. Padarias francesas produzem cerca de 6 bilhões de unidades por ano.

A famosa baguete francesa foi declarada nesta quarta-feira (30) Patrimônio Cultural da Humanidade.

O clássico pão da França entrou na lista de bens imateriais da Unesco, a agência de patrimônio mundial da Organização das Nações Unidas (ONU), que reúne cerca de 600 tradições de mais de 130 países.

"A inclusão celebra o modo de vida francês: a baguete é um ritual diário, um elemento estruturante da refeição, sinônimo de compartilhamento e convívio", disse a chefe da Unesco, Audrey Azoulay.

"É importante que essas habilidades e hábitos sociais continuem existindo no futuro."

Feita apenas com farinha, água e fermento, a baguete é um símbolo da França em todo o mundo e tem sido uma parte central da dieta francesa há pelo menos cem anos, segundo os principais registros.

Embora o consumo de baguetes tenha diminuído nas últimas décadas, a França ainda produz cerca de 16 milhões desse pão por dia – quase 6 bilhões por ano – de acordo com uma estimativa da consultoria Fiducial de 2019.

Morre o cantor e compositor Erasmo Carlos¹¹⁶

Cantor e compositor, Erasmo Carlos estava internado em hospital na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro

Erasmo Carlos morreu nesta terça-feira (22/11). O cantor e compositor havia sido internado ontem de manhã no Hospital Barra D'or, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, às pressas.

Erasmo havia recebido alta hospitalar no início do mês, após ficar internado por nove dias, com um quadro de edema.

A esposa de Erasmo Carlos, Fernanda, estava ao lado do cantor no momento em que ele faleceu. A causa da morte ainda não foi divulgada.

Erasmo Carlos tinha 81 anos e tratava, há alguns meses, uma síndrome edemigênica, que ocorre quando há um desequilíbrio bioquímico, dificultando a manutenção dos líquidos dentro dos vasos sanguíneos. Geralmente, essa enfermidade é causada por doenças cardíacas, renais ou dos próprios vasos.

Manifestantes jogam tinta preta em pintura de Klimt em museu na Áustria¹¹⁷

Pintura alvo do protesto é a Morte e Vida de Gustav Klimt, em exposição no Leopoldo Museum, em Viena. Obra é protegida por vidro.

Manifestantes jogaram tinta preta na pintura Morte e Vida de Gustav Klimt no Leopoldo Museum, em Viena, na Áustria, nesta terça-feira (15). Logo depois do protesto, um dos ativistas foi detido pela segurança do museu. As imagens foram divulgadas no Twitter pelo grupo ativista Letzte Generation Österreich (Última Geração), que tem alemães e austríacos como integrantes.

A pintura Morte e Vida tem como foco o corpo feminino e o erotismo. Klimt fez a pintura entre 1908 e 1916.

No Twitter, o grupo ativista informou o seguinte: "Pessoas da última geração derramaram óleo na pintura de Klimt Morte e Vida no Museu Leopold hoje. Novos poços de petróleo e gás são uma sentença de morte para a humanidade".

"As pessoas que ainda procuram e perfuram novos petróleo e gás têm sangue nas mãos – e nenhum patrocínio vai lavar esse sangue. Não pode haver arte limpa com dinheiro sujo envolvido!", disseram em outro tuíte.

¹¹⁶ Guilherme Amado. Morre o cantor e compositor Erasmo Carlos. Metrópoles. <https://www.metrópoles.com/colunas/guilherme-amado/morre-o-cantor-erasmo-carlos>. Visitado em 23.11.2022.

¹¹⁷ g1. Pop & Art. Manifestantes jogam tinta preta em pintura de Klimt em museu na Áustria. <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2022/11/15/manifestantes-jogam-oleo-em-pintura-de-klimt-em-museu-na-austria.ghtml>. Visitado em 10.11.2022.

"Os restauradores estão trabalhando para determinar se a pintura, que é protegida por vidro, foi danificada", disse à AFP o porta-voz do museu, Klaus Pokorny.

Nesta terça-feira a entrada no museu é gratuita por um dia patrocinado pelo grupo petrolífero austríaco OMV.

Pokorny disse que um ativista escondeu a tinta a óleo em uma garrafa térmica.

Os dois ativistas foram retirados da sala e a polícia foi chamada. A sala foi fechada para visitantes.

O grupo se define como "a primeira geração a experimentar o início do colapso climático e a última que ainda pode detê-lo".

Nas últimas semanas, ativistas ambientais multiplicaram ações em todo o mundo atacando obras de arte para alertar a opinião pública sobre o aquecimento global.

Gal Costa, uma das maiores cantoras do Brasil, morre aos 77 anos¹¹⁸

Informação foi confirmada pela assessoria da cantora. Foram 57 anos de carreira e clássicos da MPB como 'Baby', 'Meu nome é Gal', 'Chuva de Prata', 'Meu bem, meu mal' e 'Barato total'.

Gal Costa, uma das maiores cantoras do Brasil, morreu aos 77 anos, em São Paulo, nesta quarta-feira (09/11). A informação foi confirmada pela assessoria da cantora. Ela havia dado uma pausa em shows, após passar por uma cirurgia para retirar um nódulo na fossa nasal direita.

Maria da Graça Costa Penna Burgos nasceu em 26 de setembro de 1945 em Salvador e como "Baby", "Meu nome é Gal", "Chuva de Prata", "Meu bem, meu mal", "Pérola Negra" e "Barato total". Veja discografia completa.

Foram 57 anos de carreira, iniciada em 1965, quando a cantora apresentou músicas inéditas de Caetano Veloso e Gilberto Gil. Ela ainda era Maria da Graça quando

lançou "Eu vim da Bahia", samba de Gil sobre a origem da cantora e do compositor.

Três anos depois, veio outro clássico: "Baby", de Caetano Veloso. A canção foi feita para Maria Bethânia, mas Gal a lançou em disco e a projetou no álbum-manifesto da Tropicália. "Divino maravilhoso" (de Gil e Caetano) foi outra da fase tropicalista.

Ao longo dos anos 60 e 70, ela seguiu misturando estilos. Dedicou-se ao suingue de Jorge Ben Jor com "Que pena (Ela já não gosta mais de mim)" e foi pelo rock com "Cinema Olympia", mais uma de Caetano. "Meu nome é Gal", de Roberto e Erasmo Carlos, serviu como carta de apresentação unindo Jovem Guarda e Tropicália.

Ao gravar "Pérola negra", em 1971, ajudou a revelar o então jovem compositor Luiz Melodia (1951-2017). No mesmo ano, lançou "Vapor barato", mostrando a força dos versos de Jards Macalé e Waly Salomão.

Ela seguiu gravando várias músicas de Gil e Caetano, mas foi incluindo no repertório versos de outros compositores como Cazuza ("Brasil", 1998); Michael Sullivan e Paulo Massadas ("Um dia de domingo", de 1985); e Marília Mendonça ("Cuidando de longe", 2018).

Na longa carreira, Gal lançou mais de 40 álbuns entre discos de estúdio e ao vivo. "Fa-tal", "Índia" e "Profana" foram três dos principais.

Ela estava em turnê com o show "As várias pontas de uma estrela", no qual revisitava grandes sucessos dos anos 80 do cancionário popular da MPB. "Açaí", "Nada mais", "Sorte" e "Lua de mel" eram algumas das músicas do repertório.

Bem recebido pelo público e pela crítica, esse show fez com que a agenda de Gal ficasse agitada após a pandemia. A estreia aconteceu em São Paulo, em outubro do ano passado.

Além de rodar o Brasil, Gal entrou na programação de vários festivais e ainda tinha uma turnê na Europa prevista para novembro.

¹¹⁸ g1. Pop & Art. Gal Costa, uma das maiores cantoras do Brasil, morre aos 77 anos. <https://g1.globo.com/pop->

<arte/musica/noticia/2022/11/09/gal-costa-morre-aos-77-anos.ghtml>. Visitado em 10.11.2022.

Ela deixa o filho Gabriel, de 17 anos, que inspirou o último álbum de inéditas. "A pele do futuro", de 2018, foi o 40º disco da carreira. "Está vindo a geração que salvará o planeta", disse ela ao g1, quando lançou o álbum.

O último álbum lançado foi "Nenhuma Dor", em 2021, quando Gal regravou músicas como "Meu Bem, Meu Mal", "Juventude Transviada" e "Coração Vagabundo", com cantores como Seu Jorge, Tim Bernardes e Criolo.

Corpo de Rolando Boldrin é velado na Assembleia Legislativa de SP nesta terça¹¹⁹

Velório é aberto ao público, das 8h às 15h. O sepultamento ocorrerá no cemitério Gethsêmani Morumbi, às 17h.

O corpo do ator, cantor, compositor e apresentador da TV Cultura Rolando Boldrin é velado nesta quinta-feira (10) no Hall Monumental da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), na Zona Sul da capital paulista, desde as 8h.

A cerimônia é aberta ao público e deve ser encerrada às 15h.

O acesso para visita ao público é feito pelo portão do estacionamento localizado na avenida Pedro Álvares Cabral, 201.

O sepultamento ocorrerá no cemitério Gethsêmani Morumbi, na Zona Oeste da capital, às 17h.

Boldrin morreu nesta quarta (09/11) aos 86 anos, em São Paulo. A causa da morte foi insuficiência respiratória e renal, segundo informações da TV Cultura. Ele estava internado no Hospital Albert Einstein havia dois meses.

Com mais de 60 anos de carreira na TV, Rolando Boldrin apresentou o programa musical "Sr. Brasil" por 17 anos. Com grandes sucessos, Boldrin se consagrou como um dos principais expoentes da

cultura sertaneja e das raízes da música caipira no Brasil.

"Ele tirou o Brasil da gaveta" e fez coro com os artistas mais representativos de todas as regiões do país. Em seu programa, o cenário privilegiava os artesãos brasileiros e era circundado por imagens dos artistas que fizeram a nossa história, escrita, falada e cantada, e que já viajaram, muitos deles 'fora do combinado', conforme costumava dizer Rolando", diz nota da TV Cultura.

Um dos grandes sucessos de Boldrin na televisão foi o Som Brasil, que começou no rádio e estreou na TV Globo em 1981. O programa foi criado pelo próprio artista.

No Som Brasil, Rolando Boldrin contava causos, dançava e exibia peças teatrais e pequenos documentários. Mas o destaque eram as atrações musicais com forte apelo à cultura popular brasileira.

Na televisão, ainda apresentou os programas "Empório Brasileiro" na TV Bandeirantes e "Empório Brasil" no SBT. Na TV Cultura, estava à frente do "Sr. Brasil" desde 2005.

Boldrin também fez carreira na teledramaturgia. Como ator, Rolando atuou em mais de 30 novelas, como "O Direito de Nascer", "As Pupilas do Senhor Reitor", "Os Deuses Estão Mortos", "Quero Viver", "Mulheres de Areia", "Os Inocentes", "A Viagem", "O Profeta", "Roda de Fogo", "Cara a Cara", "Cavalo Amarelo" e "Os Imigrantes".

Segundo a nota da Fundação Padre Anchieta, Boldrin dizia que era fundamentalmente um ator: "esse tem sido meu trabalho a vida inteira; radioator, ator de novela, de teatro, de cinema, um ator que canta, declama poesias e conta histórias", falava.

Escritora francesa Annie Ernaux ganha Nobel de Literatura¹²⁰

119 g1. São Paulo. Corpo de Rolando Boldrin é velado na Assembleia Legislativa de SP nesta terça. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/11/10/corpo-de-rolando-boldrin-chega-a-assembleia-legislativa-de-sao-paulo-para-ser-velado.ghtml>. Visitado em 10.11.2022.

120 Jornal Nacional. Escritora francesa Annie Ernaux ganha Nobel de Literatura. g1 Jornal Nacional. <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/10/06/escritora-francesa-annie-ernaux-ganha-nobel-de-literatura.ghtml>. Visitado em 14.10.2022.

Em obras como ‘O acontecimento’, ‘Os anos’ e ‘A vergonha’, a autora, de 82 anos, conta suas experiências pessoais para falar de temas como desigualdade de classe e de gênero.

O Prêmio Nobel de Literatura deste ano foi para a francesa Annie Ernaux. A academia sueca elogiou a coragem da autora e destacou que escrita dela explora uma vida marca por forte disparidades de gênero, linguagem e classe.

Em obras como "O acontecimento", "Os anos" e "A vergonha", a escritora parte das próprias experiências para falar de temas classificados pela academia como coletivos. Aos 82 anos, Annie Ernaux é uma das convidadas da Flip, Festa Literária Internacional de Paraty, no mês que vem.

Questões

01. (Câmara Municipal de Sapucaia do Sul/RS – Agente Administrativo – FUNDATEC - 2023) Estreou nos cinemas em julho de 2023 o filme “Oppenheimer”, novo longa do aclamado diretor Christopher Nolan, que já arrecadou mais de R\$ 56 milhões na bilheteria nacional. Essa é a maior bilheteria da carreira do diretor no Brasil, superando até mesmo os filmes do Batman, segundo a Universal Pictures no Brasil. O filme conta a história de Robert Oppenheimer, conhecido como:

A - Criador da Teoria da Relatividade.

B - Criador do termômetro por dilatação do mercúrio.

C - Descobridor da existência da primeira partícula subatômica: o elétron.

D - Pai da bomba atômica.

E - Pai da lâmpada.

02. (Prefeitura de Dorés do Indaiá/MG – Médico Generalista – ACCESS - 2023) Cantor da Jovem Guarda, faleceu em novembro de 2022.

Trata-se de

A - Moraes Moreira.

B - Erasmo Carlos.

C - Belchior.

D - Emílio Santiago.

03. (Prefeitura de Manaus/AM – Analista de Suporte de Tecnologia da Informação – FGV - 2022) Na cerimônia do Oscar 2022, o ator Will Smith deu um tapa no comediante Chris Rock, após este fazer uma piada sobre sua esposa Pinkett Smith. Ela tem alopecia, doença autoimune que causa queda de cabelo, e se apresenta de cabeça raspada. O comediante comparou a atriz com a protagonista de “GI Jane: Até o limite da honra” (1997), no qual a atriz Demi Moore interpretou uma personagem careca, causando desconforto em Pinkett Smith.

O episódio teve uma ampla repercussão colocando em discussão

A - o preconceito racial e a desigualdade de gênero.

B - a exclusão política dos afrodescendentes nos Estados Unidos.

C - o limite do humor e a identidade homoafetiva.

D - o uso legítimo da violência contra a desigualdade econômica.

E - a liberdade de expressão e a uniformidade jurídica.

Alternativas

01 – D | 02 – B | 03 – A

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Venezuela: as riquezas da região da Guiana que Maduro quer anexar¹²¹

Desde 1841, Venezuela e Guiana disputam o Essequibo, área rica em recursos minerais e naturais. Em 3 de dezembro, está previsto um novo capítulo da disputa: um referendo na Venezuela.

Com uma área superior à de nações como Inglaterra, Cuba ou Grécia,

¹²¹ Norberto Paredes. Venezuela: as riquezas da região da Guiana que Maduro quer anexar. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/11/30/venezuela-as-riquezas->

<da-regiao-da-guiana-que-maduro-quer-anexar.ghtml>. Visitado em 04.12.2023.

Essequibo é um território repleto de minerais e outros recursos naturais cuja diversidade é uma das maiores do mundo. Além de sua riqueza e das grandes jazidas de petróleo ali encontradas, o território é conhecido por ter sua soberania disputada pela Venezuela e Guiana desde 1841.

Embora a reivindicação venezuelana tenha persistido ao longo deste tempo, o governo do presidente Nicolás Maduro tem levantado progressivamente a sua voz desde 2015, quando foram descobertos vastos depósitos de petróleo na área.

A Venezuela considera Essequibo, também conhecido como Guayana Esequiba em espanhol, uma "área reivindicada" e geralmente a exibe riscada em seus mapas. Enquanto isso a Guiana, que controla e administra a área, tem seis de suas dez regiões administrativas lá.

Essequibo, a região em disputa por Guiana e Venezuela



Mas a Venezuela parece agora determinada a romper a situação.

O governo venezuelano anunciou a realização de um polêmico referendo em 3 de dezembro sobre a região disputada.

Nele, será perguntado aos venezuelanos, entre outras coisas, se apoiam a criação do estado Guayana Esequiba, além de um plano para conceder a cidadania venezuelana aos seus habitantes.

Segundo o governo da Guiana, o referendo representa uma ameaça

existencial à integridade territorial do país e pediu ao Tribunal de Haia que o impedisse.

A Venezuela criticou o pedido, argumentando que ele interfere nos seus assuntos internos.

"Nada impedirá a realização do referendo marcado para 3 de dezembro", afirmou ao tribunal a vice-presidente da Venezuela, Delcy Rodríguez, em 15 de novembro.

O Escudo das Guianas

O Essequibo cobre cerca de 160.000 km², a maioria deles de selva impenetrável.

"Do ponto de vista geográfico, o Essequibo faz parte do Maciço Guianês, também conhecido como Escudo das Guianas", explica Reybert Carrillo, geógrafo da Universidade de Los Andes, na Venezuela.



"Compartilha características muito semelhantes com estados venezuelanos como Delta Amacuro, Bolívar e Amazonas".

Nestes três estados venezuelanos, que fazem fronteira com a área reivindicada, está o Arco Mineiro do Orinoco, uma área de exploração de mais de 111.800 km² que possui grandes reservas de ouro, cobre, diamante, ferro, bauxite e alumínio, entre outros minerais.

Carrillo destaca que as formações geológicas do Maciço Guianês costumam conter minerais "de alto valor".

No território, existem também vários tepuis — formações montanhosas com topos planos e paredes incomumente

verticais. Eles são compostos majoritariamente por arenito e estão entre as estruturas geológicas mais antigas do planeta, com cerca de 2 a 4 bilhões de anos.

Petróleo e gás

As tensões entre a Venezuela e a Guiana aumentaram desde que dezenas de depósitos de petróleo começaram a ser descobertos em 2015 na costa da área disputada.

Até o momento, a multinacional americana ExxonMobil e os seus parceiros fizeram 46 descobertas que elevaram as reservas de petróleo da Guiana para cerca de 11 bilhões de barris, representando cerca de 0,6% do total mundial.

As descobertas inesperadas tornaram a Guiana, um país de 800.000 habitantes, uma das economias que mais crescem no mundo. Seu Produto Interno Bruto (PIB) deverá crescer 25% este ano, depois de ter expandido 57,8% em 2022.

Mas a maior parte das reservas está localizada num bloco de petróleo e gás de 26.000 km² conhecido como Stabroek, ao largo da costa atlântica do país.

Uma parcela importante desse bloco está localizada nas águas da região disputada pela Venezuela.

Segundo dados da consultoria Refinitiv Eikon, a Guiana exportou 338.254 barris por dia durante o primeiro trimestre de 2023, mais que o triplo do que produziu em 2021.

Analistas do site OilPrice afirmam que toda essa produção vem do bloco Stabroek, operado por um consórcio liderado pela ExxonMobil.

A Guiana espera produzir 1,2 milhão de barris por dia até 2027, o que a tornaria um dos maiores produtores de petróleo da América Latina — superado apenas pelo Brasil e pelo México, e à frente dos 750 mil barris por dia que a Venezuela produz atualmente.

O Essequibo é um território rico em ouro e hidrocarbonetos



Fontes: EJAAtlas, Ministério de Recursos Naturais da Guiana

BBC

A exploração na área também levou à descoberta de reservas significativas de gás em Stabroek, mas a grande maioria está localizada no sudeste do bloco, perto da fronteira com o Suriname, segundo mapa do Ministério de Recursos Naturais da Guiana.

O Ministro das Finanças do país, Ashni Singh, afirmou em janeiro que as reservas de gás do país estão atualmente estimadas em 17 bilhões de pés cúbicos.

Ouro e outros recursos minerais

No século 19, a disputa entre o Reino Unido e a Venezuela se acirrou quando foi descoberta a existência de ouro na região — e o Reino Unido buscou ampliar ainda mais seu domínio, acrescentando mais de 80.000 km² à sua colônia.

Em 1876, pessoas que falavam inglês já haviam se estabelecido na bacia do rio Cuyuní, que, no entanto, estava em território venezuelano. Trabalhando para Londres, o explorador Robert Schomburgk acreditava que os ingleses poderiam reivindicar aquela área.

Ali nasceu a mina de ouro de Omai, que se tornaria uma das maiores do Escudo das Guianas e uma das grandes fontes de renda da Guiana.

Quase dois séculos depois, a mina de ouro localizada no território disputado ainda produz riquezas.

No início do ano passado, toneladas de ouro foram detectadas em um poço conhecido como Wenot.

"Essequibo é uma região com muitos recursos minerais. Além do petróleo, há muito ouro", observa o geógrafo Temitope Oyedotun, da Universidade da Guiana.

"Existem também outros recursos minerais como diamantes, bauxita, manganês e urânio."

Importante rede de rios

O pesquisador também destaca os recursos hídricos da região, como os dos rios Cuyuní, Mazaruní, Kuyuwini, Potaro e Rupununi.

Reybert Carrillo afirma que a extensa rede de afluentes do Essequibo é "um dos recursos naturais mais importantes" do território.

"Existem rios como o Potaro, que abriga uma grande variedade de peixes e cachoeiras de até 200 metros. Esse rio também tem grande potencial para gerar energia hidrelétrica", diz o geógrafo da Universidade dos Andes.

O Essequibo conta com uma extensa rede fluvial



No rio Potaro, que deságua no Essequibo e tem 225 km de extensão, existem nove cachoeiras, entre as quais se destacam as Kaieteur e as Tumatumari.

Com queda livre de até 227 metros, as Cataratas Kaieteur são até cinco vezes mais

altas que as Cataratas do Niágara, localizadas entre os EUA e o Canadá.

Para Oyedotun, é "uma das cachoeiras mais impressionantes do mundo".

Carrillo acredita que os recursos hídricos de Essequibo podem ser vitais para o futuro.

"Pelo que se projeta com a crise climática e a escassez de água, ter uma rede de rios como a que tem este território poderia ser muito importante", explica.

"Acho que esse será o recurso mais importante por várias décadas."

Águas costeiras

O território reivindicado tem quase 300 km de costa.

"A costa e as suas águas permitem consolidar e ampliar uma saída em direção ao Atlântico", afirma Carrillo.

"Ela também proporciona 370 km de zona econômica exclusiva, o que confere jurisdição aduaneira. Isso significa que qualquer navio que passa por ali tem de pagar impostos".

E foi nessas águas que foi encontrado o "mar de petróleo" responsável por reavivar, em 2015, as tensões entre a Guiana e a Venezuela.

O professor Oyedotun critica que a Venezuela tenha se interessado mais pela reivindicação de Essequibo após a descoberta de petróleo e acredita que o governo venezuelano também está usando a disputa para obter apoio político.

"Não se pode organizar um referendo perguntando a um povo se ele gostaria de começar a considerar uma região de outro país como sua", argumenta o geógrafo guianês.

"Por que você não pergunta aos cidadãos de Essequibo como e por quem eles gostariam de ser governados?", indaga.

Georgetown insistiu que a organização do referendo faz parte de um "plano sinistro da Venezuela para tomar o território da Guiana".

Para a Guiana, a disputa fronteiriça já foi resolvida há mais de um século com a Sentença Arbitral de Paris de 1899, na qual

a Linha Schomburgk foi estabelecida como a fronteira entre os dois territórios.

Mas em 1949, começaram a surgir evidências que denunciavam a cumplicidade entre os delegados britânicos e o jurista Friedrich Martens para decidir contra a Venezuela.

Por essa e outras razões, a Venezuela considera que Essequibo foi tomado de forma ilegítima e ilegal pelo Reino Unido no século 19.

Pouco antes da independência da Guiana do Reino Unido em 1966, Caracas e Londres assinaram o Acordo de Genebra, um tratado ainda em vigor que reconhece a reivindicação da Venezuela e procura encontrar soluções para a disputa.

Caracas adere a esse acordo e rejeita a competência do Tribunal de Haia para definir a questão.

A equipe jurídica da Guiana, que denunciou o referendo perante o tribunal, descreve-o como uma "ameaça existencial" que procura preparar o caminho para a anexação de Essequibo pela Venezuela.

Nenhum dos países cede. Em jogo está um grande território cheio de riquezas.

Confrontos na Cisjordânia durante operação de Israel deixam 3 palestinos mortos¹²²

Número de mortes no território chega a 68 desde o início da guerra. Israel disse ainda já ter prendido 524 pessoas na Cisjordânia ligadas a grupos armados.. Hamas incita moradores do território a resistir e atacar militares de Israel que atuam na Cisjordânia.

Confrontos na Cisjordânia durante uma nova operação que Israel iniciou nesta quinta-feira (19) no território deixaram três palestinos mortos, segundo Ministério da Saúde da Palestina.

Com isso, já são 68 os mortos nesse território, reivindicado pelos palestinos para a criação de um Estado próprio, junto da Faixa de Gaza. As Forças de Defesa de

Israel também afirmaram já ter prendido 524 pessoas na Cisjordânia desde o início da guerra com o Hamas.

As tensões na Cisjordânia - onde os palestinos reivindicam um Estado próprio, junto com a Faixa de Gaza - têm crescido desde o início dos conflitos entre Israel e o Hamas. O território é fortemente disputada por palestinos e israelenses desde 1948, e as duas partes não encontraram um consenso até hoje.

A operação realizada nesta quinta por Israel tem como alvo o campo de refugiados de Tukarem

Segundo as forças israelenses, os presos no território têm ligação com grupos armados, entre eles o Hamas.

O grupo terrorista, cujo braço político governa Gaza, não atua formalmente na Cisjordânia, mas sua influência tem crescido no território. Nesta quinta, o Hamas pediu que moradores da Cisjordânia se rebelem contra forças israelenses - que controlam os pontos de entrada e saída, além de ter bases espalhadas por lá.

Na quarta-feira (19), protestos em Ramallah, a capital da Cisjordânia, terminaram em confrontos com a polícia palestina local - comandada pela Autoridade Nacional Palestina, grupo político rival ao Hamas.

Segundo as Forças Armadas de Israel, 330 dos 524 presos são ligados ao Hamas.

Operações na Cisjordânia

Antes da guerra contra o Hamas começar, Israel concentrava boa parte de seus esforços na Cisjordânia. Há meses, as tensões no território já eram elevadas, principalmente por conta de conflitos entre moradores locais e judeus ultraortodoxos que vivem em assentamentos dentro da Cisjordânia.

Esses assentamentos são conjuntos de casas que Israel construiu à revelia no território - que os ultraortodoxos também reivindicam.

¹²² Confrontos na Cisjordânia durante operação de Israel deixam 3 palestinos mortos. g1.

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/19/cisjordania-presos.ghtml>. Visitado em 19.10.2023.

As tensões já vinham crescendo porque o atual governo de Israel, pactado com um partido de extrema direita que defende os assentamentos, iniciou novas construções no território palestino. Em reação, manifestantes lançaram pedras e tentaram atacar judeus na Cisjordânia.

Em julho, na maior ação militar na Cisjordânia nos últimos 20 anos, o Exército de Israel fez uma megaoperação no campo de refugiados de Jenin, dentro do território. O governo israelense alegou ter informações que o Irã enviou armas ao Hamas que estavam escondidas em bunkers dentro de Jenin.

Doze palestinos morreram durante a megaoperação.

Israel dá prazo de 24 horas para palestinos deixarem Cidade de Gaza; Hamas pede que moradores ignorem ultimato¹²³

Israel distribuiu panfletos exigindo que moradores do norte da Faixa de Gaza abandonem suas casas até às 18h desta sexta (13), pelo horário de Brasília. Aviso gerou temor de uma incursão por terra. ONU pediu rescisão do pedido e alertou para "consequências humanitárias devastadoras".

O Exército israelense deu um ultimato nesta sexta-feira (13) a moradores da Cidade de Gaza e arredores.

O porta-voz do exército afirmou que a "evacuação é para a própria segurança" dos habitantes da Faixa de Gaza e recomendou que as pessoas só voltem à Cidade de Gaza quando o governo israelense permitir.

Palestinos temem que a ordem seja um indicativo de que o Exército israelense entre por terra em Gaza.

Pouco tempo antes do pronunciamento nas redes sociais do exército, a Organização das Nações Unidas (ONU) disse, em comunicado, que os militares israelenses avisaram que todos os palestinos na região

norte da Faixa de Gaza, cerca de 1,1 milhão de pessoas, deveriam migrar para o sul.

No entanto, segundo as informações do Exército, o alerta é apenas para a Cidade de Gaza, que tem 677 mil habitantes.

Israel também afirmou que, nos próximos dias, as operações na Cidade de Gaza serão "significativas" e que os moradores da região não devem se aproximar ou tentar ultrapassar a fronteira.

Segundo a ONU, o comunicado foi enviado pouco antes da meia-noite no horário local. Assim, as 24 horas serão completadas às 18 horas desta sexta-feira (13), no horário de Brasília. A Organização afirmou que já transferiu seu centro de operações centrais para o sul de Gaza.

Salama Marouf, chefe do gabinete de comunicação do Hamas, disse à agência que o aviso é "propaganda falsa, com o objetivo de semear confusão entre os cidadãos e prejudicar a nossa coesão interna" e que orienta os cidadãos palestinos a "não se envolverem nestas tentativas".

ONU pede que qualquer ordem de ataque seja rescindida

O porta-voz da ONU Stephane Dujarric pediu que, se qualquer ordem de ataque por Israel for confirmada, seja rescindida, "evitando o que poderia transformar o que já é uma tragédia numa situação calamitosa".

De acordo com o porta-voz, "as Nações Unidas consideram impossível que tal movimento ocorra sem consequências humanitárias devastadoras", já que não haveria tempo hábil para a movimentação de todo esse contingente de pessoas.

Em comunicado, Dujarric afirmou que a ordem de deixar a parte norte de Gaza foi dada, inclusive, aos funcionários da ONU e às pessoas abrigadas nas instalações humanitárias da organização.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) também apelou às autoridades

¹²³ Israel dá prazo de 24 horas para palestinos deixarem Cidade de Gaza; Hamas pede que moradores ignorem ultimato. g1. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/13/militares-israelenses->

[pedem-para-que-palestinos-deixem-o-norte-de-gaza-em-ate-24-horas-diz-a-onu.ghtml](https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/13/militares-israelenses-). Visitado em 13.10.2023.

israelenses, dizendo que mover as pessoas que estão em estado grave nos hospitais de Gaza, incluindo aquelas com suporte de respiração, é uma "sentença de morte".

Dezenas de tanques de guerra estão sendo colocados por Israel na fronteira de Gaza, antes de uma invasão terrestre planejada pelas forças militares do país para combater o Hamas.

O conflito entre Israel e Palestina teve início no último sábado (7), após terroristas do grupo Hamas iniciarem um ataque sem precedentes contra o território israelense. Israel se declarou em guerra e os bombardeios entre os dois lados continuam desde então, com mais de 2.800 mortos até o momento, sendo 1.537 palestinos e 1.300 israelenses.

O que aconteceu até agora?

Como foi o ataque?

As ações se concentraram perto da fronteira da Faixa Gaza, de onde Hamas lançou 5 mil foguetes.

Por terra, ar e mar, com motos e parapentes, homens armados invadiram o território israelense pelo sul do país.

Houve relatos de que os invasores atiraram em pessoas que estavam nas ruas e sequestraram dezenas de israelenses (incluindo mulheres e crianças), levados como reféns para Gaza.

Como foi a resposta de Israel?

Diante da ofensiva do Hamas, o governo israelense iniciou uma retaliação e bloqueou as fronteiras da Faixa de Gaza, impedindo a entrada de alimentos, eletricidade, água e combustível.

"Estamos em guerra e vamos ganhar", disse o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, logo após o ataque.

"O nosso inimigo pagará um preço que nunca conheceu."

Ainda em 7 de outubro, Israel lançou bombas em direção à Faixa de Gaza.

O ministro da Defesa, Yoav Gallant, declarou na segunda-feira (9) que Gaza "não receberia eletricidade, nem alimentos,

nem água, nem combustível". As fronteiras da Faixa de Gaza foram bloqueadas.

Quantas pessoas morreram?

O balanço mais recente das autoridades locais indicava, na manhã de quarta-feira, que mais de 2.700 pessoas morreram. A ONU estima que mais de 338 mil pessoas foram deslocadas em Gaza desde sábado (7).

O que é e onde fica Faixa de Gaza?

É o território palestino localizado em um estreito pedaço de terra na costa oeste de Israel, na fronteira com o Egito.

Marcado por pobreza e superpopulação, tem 2 milhões de habitantes morando em um território de 360 km².

Para se ter uma ideia desse tamanho em comparação com cidades brasileiras, o território é um pouco maior que o da cidade de Fortaleza (312,4 km²) e menor que o de Curitiba (434,8 km²).

Tomada por Israel na Guerra dos Seis Dias, em 1967, e entregue aos palestinos em 2005, Gaza vive um bloqueio de bens e serviços imposto por seus vizinhos de fronteira.

Qual é o histórico do conflito na região?

A disputa entre Israel e Palestina se estende há décadas e já resultou em inúmeros enfrentamentos armados e mortes.

Em sua forma moderna, remonta a 1947, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs a criação de dois Estados, um judeu e um árabe, na Palestina, sob mandato britânico.

Brics anuncia ampliação do bloco e convida seis países¹²⁴

Irã, Arábia Saudita, Egito, Argentina, Etiópia e Emirados Árabes foram aprovados para ingressar no grupo a partir de 1º de janeiro de 2024.

A Cúpula do Brics anunciou nesta quinta-feira (24) que vai ampliar o bloco. O grupo decidiu convidar formalmente seis países para se tornarem novos membros, disse o presidente sul-africano Cyril Ramaphosa: Argentina, Egito, Irã, Etiópia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

O debate sobre a expansão do bloco Brics, que inclui Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, esteve no topo da agenda durante as reuniões em Joanesburgo. A cúpula termina nesta quinta.

Os seis países convidados terão de cumprir com algumas condições para participar do grupo a partir de 1º de janeiro de 2024.

A ministra das Relações Exteriores da África do Sul, Naledi Pandorm, já havia adiantado na quarta-feira (23) que os líderes dos países chegaram a um acordo para adotar diretrizes de ampliação do Brics.

Ainda na quarta, os cinco chefes de governo e Estado do grupo se posicionaram a favor da expansão.

O presidente brasileiro, Lula, já declarou publicamente ser favorável à entrada de "vários países" e demonstrou, assim como membros do governo brasileiro, desejo de contar com a Argentina no bloco.

Os países convidados

BRICS

Países fundadores convidaram outros 6 para o bloco



Membros originais

- 1 Brasil
- 2 Rússia
- 3 Índia
- 4 China
- 5 África do Sul

Convidados

- 1 Arábia Saudita
- 2 Argentina
- 3 Egito
- 4 Emirados Árabes Unidos
- 5 Etiópia

g1 Infográfico elaborado em: 24/08/2023

A lista de novos membros do Brics inclui nações de três continentes (Ásia, África e América do Sul) com diferentes sistemas e regimes de governo – do presidencialismo argentino à monarquia absolutista da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes.

Em termos econômicos, devem passar a integrar o Brics o maior exportador de óleo cru do mundo (Arábia Saudita) e o dono da maior reserva de gás natural do planeta (Irã).

Ao mesmo tempo, também deve aderir a Argentina, que vive um agravamento da dívida externa e uma alta descontrolada da inflação.

'Nova ordem econômica'

Nesta quinta-feira (24), ao discursar durante o Diálogo de Amigos do BRICS, Lula afirmou que o interesse de outros países em aderir ao bloco "mostra o quão relevante é a busca por uma nova ordem econômica mundial".

"Agora, o PIB dos BRICS eleva-se para 36% do PIB global em paridade de poder de compra e 46% da população mundial", disse Lula.

Mais de 40 países manifestaram interesse em aderir aos BRICS, informaram

¹²⁴ g1. Brics anuncia ampliação do bloco e convida seis países. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/24/brics-anuncia-ampliacao-do-bloco-e-convida-seis-paises.ghtml>. Visitado em 24.08.2023.

autoridades sul-africanos, e 22 pediram formalmente para serem admitidos no bloco.

Moeda de pagamentos

Durante a cúpula, os membros também aprovaram uma resolução para estudar a criação de “uma nova moeda de pagamentos.”

Sediada em Joanesburgo, a 15ª cúpula do Brics tem a participação dos presidentes Lula (Brasil), Cyril Ramaphosa (África do Sul) e Xi Jinping (China), e do primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi. O presidente da Rússia, Vladimir Putin, participa de forma remota.

Eleições no Equador: entenda como estava a disputa presidencial antes do assassinato de Fernando Villavicencio¹²⁵

Candidata apoiada pelo ex-presidente Rafael Correa lidera pesquisas de intenção de voto. Segurança, emprego e combate à corrupção são os temas mais importantes para os eleitores.

O assassinato de Fernando Villavicencio, candidato à presidência do Equador, aconteceu apenas a 11 dias das eleições, marcadas para o dia 20 de agosto. Além dele, outros sete candidatos disputam o cargo, que atualmente é ocupado por Guillermo Lasso.

As eleições presidenciais no Equador foram antecipadas em maio, após Lasso convocar uma cláusula da Constituição e dissolver a Assembleia Nacional.

O artigo, conhecido como "Morte Cruzada", foi aplicado pela primeira vez no país. Pela lei, ao dissolver a Assembleia, Lasso estava obrigado a convocar novas eleições presidenciais.

O Equador enfrenta uma grave crise política, e Lasso chegou a ser alvo de uma tentativa de impeachment. Ele optou por não disputar as eleições novamente e disse

ao jornal "The Washington Post" que não se importava com quem seria seu sucessor.

Com o processo aberto, oito candidatos se registraram para concorrer ao cargo de presidente. São eles:

- Yaku Pérez, líder indígena
- Daniel Noboa, ex-deputado
- Luisa González, ex-deputada
- Jan Topic, economista
- Otto Sonnenholzner, ex-vice-presidente
- Bolívar Armijos, advogado
- Fernando Villavicencio, jornalista e ex-deputado
- Xavier Hervas, empresário

O que querem os eleitores?

Outra pesquisa do instituto AS/COA, feita em julho, perguntou aos eleitores o que eles consideravam mais importante na hora de escolher um candidato. O tema "insegurança" foi o mais citado.

Atualmente, o Equador enfrenta uma forte onda de violência, que está ligada ao narcotráfico. Os conflitos também refletem em ameaças a políticos e funcionários públicos, enquanto o número de homicídios disparou.

Há cerca de duas semanas, por exemplo, um prefeito foi assassinado no país. O cientista político Maurício Santoro explica que essa onda de violência gerou uma influência na política do Equador.

"O país se tornou uma rota muito importante para o tráfico de drogas na América Latina, que entra pelos portos equatorianos, atravessa a Amazônia e vai para a Europa e os Estados Unidos", explica.

Outro tema bastante citado é combate à corrupção. Nos últimos anos, o Equador presenciou diversos escândalos, que resultaram na condenação do ex-presidente Rafael Correa. Atualmente, ele vive na Bélgica e diz ser inocente.

¹²⁵ Wesley Bischoff. Eleições no Equador: entenda como estava a disputa presidencial antes do assassinato de Fernando Villavicencio. g1. [https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/08/10/eleicoes-no-equador-](https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/08/10/eleicoes-no-equador-entenda-como-estava-a-disputa-presidencial-antes-do-assassinato-de-fernando-villavicencio.ghtml)

[entenda-como-estava-a-disputa-presidencial-antes-do-assassinato-de-fernando-villavicencio.ghtml](https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/08/10/eleicoes-no-equador-entenda-como-estava-a-disputa-presidencial-antes-do-assassinato-de-fernando-villavicencio.ghtml). Visitado em 10.08.2023.

Confira, a seguir, o que os eleitores consideram mais importante, segundo a pesquisa da AS/COA:

- Solução para a insegurança: 55,3%
- Criação de empregos: 22,5%
- Combate à corrupção: 14,8%
- Proteção ao meio ambiente: 7,4%

Estado de exceção

O presidente Guillermo Lasso decretou estado de exceção e garantiu que as eleições estão mantidas para 20 de agosto.

O estado de exceção no Equador tem validade por 60 dias e permite que as Forças Armadas vão às ruas apoiar o trabalho da polícia. O presidente fica autorizado a suspender ou limitar os direitos de inviolabilidade de residência e correspondência, e os de liberdade de trânsito, reunião e de informação.

Após suspender acordo de grãos, Rússia ataca portos da Ucrânia, dizem autoridades¹²⁶

A Força Aérea da Ucrânia informou que a Rússia usou drones e mísseis balísticos para atingir alvos nas regiões sul e leste do país.

A Rússia mirou portos da Ucrânia durante ataques promovidos na noite de segunda-feira (17) e madrugada desta terça-feira (18), segundo autoridades ucranianas. Os bombardeios aconteceram um dia após Moscou suspender o acordo que permitia que a Ucrânia exportasse grãos para países pobres.

A Força Aérea da Ucrânia informou que a Rússia usou drones e mísseis balísticos para atingir alvos nas regiões sul e leste do país. Não há informações sobre feridos.

Uma instalação do porto de Mykolaiv pegou fogo ainda na noite de segunda-feira (17). As autoridades informaram que o incêndio foi rapidamente controlado, sem deixar feridos.

"É muito sério", disse o prefeito Oleksandr Senkevich em uma rede social.

Além de Mykolaiv, o porto de Odessa também foi alvo de ataques, sofrendo danos. A Ucrânia informou que os estragos foram provocados por destroços de artefatos russos abatidos. Casas também foram danificadas.

Os portos de Odessa e Mykolaiv possuem acesso ao Mar Negro, por onde a Ucrânia envia as exportações de grãos.

"Mais uma prova de que o país-terrorista quer colocar em risco a vida de 400 milhões de pessoas em vários países que dependem das exportações de alimentos ucranianos", disse Andriy Yermak, chefe da equipe presidencial.

Alertas de ataque aéreo foram emitidos em várias regiões do país. O sistema de defesa foi acionado para repelir os ataques, principalmente na região de Odessa.

Mais cedo, a Rússia acusou a Ucrânia de promover um ataque contra uma ponte na península da Crimeia, que foi anexada pelo governo de Moscou em 2014. Duas pessoas morreram.

Prigozhin já está em Belarus, diz presidente Alexander Lukashenko¹²⁷

Líder do Grupo Wagner, responsável por motim contra a Rússia, deve ficar exilado no país vizinho.

O líder do Grupo Wagner, Yevgeny Prigozhin, está em Belarus, disse o presidente do país, Alexander Lukashenko, nesta terça-feira (27/06), segundo a agência de notícias estatal Belta.

A ida de Prigozhin para Belarus foi prevista em um acordo firmado após o paramilitar liderar um motim contra o governo russo no último fim de semana e ameaçar marchar até Moscou.

Na madrugada desta terça-feira, um jato Embraer Legacy 600 ligado a Prigozhin voou da Rússia para Belarus e pousou em

¹²⁶ Após suspender acordo de grãos, Rússia ataca portos da Ucrânia, dizem autoridades. g1. <https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2023/07/18/apos-suspender-acordo-de-graos-russia-ataca-portos-da-ucrania-dizem-autoridades.ghtml>. Visitado em 18.07.2023.

¹²⁷ Prigozhin já está em Belarus, diz presidente Alexander Lukashenko. g1. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/06/27/jato-da-embraer-que-levava-prigozhin-ja-chegou-a-belarus.ghtml>. Visitado em 27.06.2023.

Minsk por volta de 1h30 no horário de Brasília.

O presidente de Belarus, Alexander Lukashenko, disse também que o país não está construindo nenhum acampamento para o grupo mercenário, mas que irá acomodá-los.

"Oferecemos a eles uma das bases militares abandonadas. Temos uma cerca, temos tudo. Montem suas barracas", disse Lukashenko.

Ele disse ainda que os militares do seu país adorariam aprender com a experiência de guerra dos membros do Grupo Wagner.

Falando para soldados do exército russo em uma reunião no Kremlin, Putin disse que sempre respeitou os combatentes de Wagner, mas que o fato é que o grupo foi "totalmente financiado" pelo orçamento do Estado.

Ele informou que o Estado gastou 86 bilhões de rublos (R\$ 4,82 bilhão) com o Ministério da Defesa entre maio de 2022 e maio de 2023.

O presidente russo disse também que autoridades investigarão como o dinheiro pago pelo governo para o Grupo Wagner foi utilizado.

Premiê espanhol dissolve parlamento e convoca novas eleições¹²⁸

Socialista Pedro Sánchez afirma que decisão vem após resultado de eleições regionais realizadas no domingo (28). Conservadores tiraram do partido do chefe de governo o controle de quase todas as regiões do país e de sete das dez principais cidades.

O primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, anunciou nesta segunda-feira (29) que vai dissolver o Parlamento do país e convocar novas eleições gerais.

A decisão, explicou Sánchez, veio após o resultado de eleições regionais realizadas no domingo (28) na Espanha, que indicaram uma dura derrota para sua sigla,

o Partido Socialista Obreiro Espanhol (PSOE).

Em alianças com a extrema direita espanhola, o Partido Popular (PP), principal rival político do PSOE, tirou dos socialistas o controle de quase todas as regiões do país, incluindo a Comunidade de Madri, além do governo de sete das dez maiores cidades.

Em discurso nesta manhã, o socialista Pedro Sánchez reconheceu responsabilidade na derrota de seu partido e disse ter decidido convocar novas eleições para que "o povo espanhol tome a palavra para decidir o rumo político do país".

"Assumo em primeira pessoa esses resultados e acredito ser importante submeter nosso mandato democrático à vontade popular", declarou.

Quarta maior economia da União Europeia, a Espanha também vem enfrentando problemas de inflação alta, mas há também uma insatisfação de parte da população com as políticas de Sánchez, que governa em uma coalizão o Podemos, de extrema esquerda.

O premiê afirmou que o novo pleito ocorrerá em 23 de julho, mas não afirmou se concorrerá ou não pelo seu partido. Pelo calendário convencional, as eleições gerais ocorreriam no fim deste ano.

Mas, com o adiamento anunciado nesta segunda, as Cortes espanholas serão dissolvidas a partir de terça-feira (29), disse o premiê, que afirmou já ter comunicado a decisão ao rei da Espanha, Felipe VI.

A Espanha tem um regime de monarquia parlamentarista - o rei é o chefe de Estado, responsável pelas Forças Armadas e por reconhecer o primeiro-ministro, mas não interfere no Executivo. Já o premiê do país tem a função de chefe de governo, e é escolhido pelo Parlamento, eleito por voto popular.

Pedro Sánchez, líder do PSOE, comanda a Espanha desde 2019, depois de eleições também convocadas antes da hora.

128 g1. Premiê espanhol dissolve parlamento e convoca novas eleições. [https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/05/29/premie-espanhol-](https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/05/29/premie-espanhol-dissolve-parlamento-e-convoca-novas-eleicoes.ghtml)

[dissolve-parlamento-e-convoca-novas-eleicoes.ghtml](https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/05/29/premie-espanhol-dissolve-parlamento-e-convoca-novas-eleicoes.ghtml). Visitado em 29.05.2023.

Aos 74 anos, rei Charles III é coroado no Reino Unido¹²⁹

Monarca falou em defender a lei e a Igreja da Inglaterra. A rainha Camilla, casada com o novo rei, também foi coroada no evento. Cerimônia ocorreu quase oito meses após a morte da rainha Elizabeth II, a mais longeva da história britânica.

O rei Charles III do Reino Unido foi coroado neste sábado (6) com a coroa de St. Edward, na Abadia de Westminster, em Londres. Cerimônia ocorreu quase oito meses após a morte da rainha Elizabeth II, a mais longeva da história britânica.

Aos 74 anos, Charles assume a função em um momento delicado, com a economia britânica pressionada pela inflação e com a família real envolvida em uma série de polêmicas.

Logo na abertura da cerimônia, Charles foi recebido na Abadia de Westminster por Samuel Strachan, um corista da Capela Real, que lhe dá as boas-vindas, como "filhos do reino de Deus" e em nome do "Rei dos reis".

"Em seu nome e a seu exemplo não venho para ser servido, mas para servir", disse Charles III.

Sentado na Cadeira do Estado, Charles realizou o Juramento de Coroa, comprometendo-se a defender a lei e a Igreja da Inglaterra, e o Juramento da Declaração de Adesão, declarando-se um "fiel protestante".

"Eu, Charles, solene e sinceramente na presença de Deus, professo, testifico e declaro que sou um fiel protestante e que irei, de acordo com a verdadeira intenção das leis que garantem a sucessão protestante ao trono, defender e manter as referidas promulgações com o melhor de meus poderes de acordo com a lei", afirmou o rei.

No momento da coroa do rei Charles III, uma saudação de 62 tiros foi disparada

na Torre de Londres, com uma salva de seis tiros no Horse Guards Parade. Outros 21 tiros foram disparados em 13 locais em todo o Reino Unido, incluindo Edimburgo, Cardiff e Belfast, e em navios da Marinha Real.

Ao fim da Procissão de Coroa, o rei e a rainha fizeram uma aparição na varanda do Palácio de Buckingham. Em seguida, a Força Aérea Real fez uma apresentação nos céus de Londres.

Brasil concederá visto temporário para haitianos afetados pela crise no país caribenho¹³⁰

Haiti vive forte instabilidade institucional e onda de violência. Estrangeiros poderão solicitar visto para morar e trabalhar no Brasil por até dois anos.

O Brasil irá conceder visto temporário e de autorização de residência para haitianos que foram afetados pela crise no país. O Haiti vive há alguns anos uma onda de instabilidade, com crescimento nos índices de violência. A medida foi publicada em Diário Oficial da União nesta sexta-feira (31).

A portaria, de autoria dos ministérios das Relações Exteriores e da Justiça e Segurança Pública, prevê que o visto temporário tem fins de acolhida humanitária.

A medida abrange haitianos e apátridas que foram afetados pela situação de calamidade no país, seja por desastre ambiental ou por instabilidade institucional.

Os vistos terão validade de 365 dias, com prazo de residência de até dois anos, e serão emitidos pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe, na capital do Haiti. A medida é válida até o fim de 2024.

Os estrangeiros que quiserem solicitar visto para residência no Brasil terão que apresentar um documento de viagem, o

129 Giuliana Viggiano e Artur Nicoceli. Aos 74 anos, rei Charles III é coroado no Reino Unido. g1. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/05/06/coroacao-rei-charles-iii.ghtml>. Visitado em 16.05.2023.

130 g1. Brasil concederá visto temporário para haitianos afetados pela crise no país caribenho. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/03/31/brasil-concedera-visto-temporario-para-haitianos-afetados-pela-crise-no-pais-caribenho.ghtml>. Visitado em 31.03.2023.

formulário de solicitação de visto, comprovante de meio de transporte para entrada no Brasil e atestado de antecedentes criminais.

Haitianos que já estão no Brasil também podem pedir pelo visto temporário em unidades da Polícia Federal.

Estrangeiros que conseguirem o visto poderão trabalhar no Brasil, segundo a portaria.

Xi Jinping é reeleito para terceiro mandato como presidente da China¹³¹

Quase 3 mil membros do parlamento elegeram Xi em votação unânime.

Xi Jinping garantiu um terceiro mandato de cinco anos sem precedentes como presidente da China na sexta-feira (10), um papel amplamente cerimonial, enquanto ele reforça seu domínio como o líder mais poderoso do país desde Mao Tsé-Tung, que ficou 27 anos no poder.

Quase 3.000 membros do parlamento da China, o Congresso Nacional do Povo (NPC), votaram unanimemente no Grande Salão do Povo para Xi, 69, ser presidente em uma eleição onde não havia outro candidato.

Xi também foi nomeado comandante por unanimidade dos 2 milhões de membros do Exército Popular de Libertação, uma força que recebe ordens do partido e não do país.

Em outra votação, o terceiro oficial do partido, Zhao Leji, foi nomeado chefe do Congresso Nacional do Povo. A grande maioria do trabalho legislativo do órgão é chefiada por seu Comitê Permanente.

Um resquício do Comitê Permanente do Politburo do partido anterior, o ápice do poder político na China chefiado por Xi, Zhao, 67, conquistou a confiança do presidente como chefe do órgão de vigilância anticorrupção do partido, a Comissão Central de Inspeção Disciplinar, perseguindo uma investigação

anticorrupção que congelou toda potencial oposição ao líder chinês.

O ex-chefe do partido de Xangai e membro do último Comitê Permanente do Politburo, Han Zheng, foi nomeado para o cargo cerimonial de vice-presidente estadual.

Tensão entre China e EUA: por que a destruição do balão chinês agrava ainda mais a crise diplomática entre os países¹³²

Governo chinês argumenta que balão tinha fins meteorológicos e teve a rota desviada por ventos. No entanto, americanos rebatem versão e afirmam que instrumento era usado para vigilância.

De um lado, os Estados Unidos alegam que o balão misterioso que apareceu nos céus do estado americano de Montana na última quinta-feira (02/02) tratava-se de um objeto chinês de espionagem. De outro, a China informa que o balão nada mais era que um instrumento meteorológico que desviou da sua rota e viajou até o território americano.

O vai e vem de declarações e acusações é mais um ponto de estresse de uma relação muito desgastada entre as duas maiores potências do mundo. E a derrubada do balão no mar no último sábado (4) pelos Estados Unidos, na costa dos estados da Carolina do Norte e do Sul, gerou insatisfação da China.

E para entender mais este capítulo de crise diplomática entre os Estados Unidos e a China, o g1 conversou com Elias Khalil Jabbour, professor da faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e com Tanguy Baghdadi, criador do podcast Petit Journal.

Balão espião ou instrumento meteorológico?

¹³¹ Reuters. Xi Jinping é reeleito para terceiro mandato como presidente da China. g1 Mundo. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/03/10/xi-jinping-e-reeleito-para-terceiro-mandato-como-presidente-da-china.ghml>. Visitado em 10.03.2023.

¹³² Fernanda Berlinck. Tensão entre China e EUA: por que a destruição do balão chinês agrava ainda mais a crise diplomática entre os países. g1 Mundo. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/02/07/tensao-entre-china-e-eua-por-que-a-destruicao-do-balao-chines-agrava-ainda-mais-a-crise-diplomatica-entre-os-paises.ghml>. Visitado em 07.02.2023.

"Esse balão, na minha opinião, é tudo menos um balão espião. Eu, particularmente, acho que é uma provocação aberta dos Estados Unidos e, evidentemente, que isso vai mexer com as relações com a China. Até porque a China não precisa colocar um balão nos Estados Unidos para saber o que está acontecendo lá dentro", defende Elias Khalil Jabbour.

Para ele, os americanos nada mais querem que dialogar com o seu público interno e reforçar, ainda mais, a ideia "de que existe uma ameaça à hegemonia americana". Jabbour, além de achar uma piada a possibilidade de o balão ser um objeto de espionagem, acredita que a acusação faça parte de uma jogada do presidente dos Estados Unidos Joe Biden.

"Hoje, a China é cercada por 80 bases militares americanas", comenta Jabbour. Com isso, diz o professor, "existe uma força desproporcional empregada pelos Estados Unidos nesse processo que passa essa imagem de que a China é uma ameaça ao mundo".

Por outro lado, Tanguy Baghdadi discorda: "Meu palpite é que, sim, tenha algum elemento de coleta de informações". Na opinião dele, ao lançar um balão, a China consegue obter uma série de informações, como, por exemplo:

- Quanto tempo os Estados Unidos vão demorar para abater aquele balão?
- Quem comanda o abatimento deste instrumento?
- Quanto tempo demora?
- É ágil a ação americana?

"Eu acredito que tenha alguma questão relacionada com espionagem, sim. Quando a gente fala de uma relação neste nível, em altíssimo nível político, econômico e diplomático, informação é um elemento muito importante", argumenta Baghdadi.

Relação EUA x China

Ainda que se trate de um episódio isolado e quase "cotidiano" da relação entre os dois países, tanto Elias Khalil Jabbour quanto Tanguy Baghdadi explicam que o aparecimento (e o abatimento) do balão chinês eleva, ainda mais, a crise diplomática entre Estados Unidos e China.

"Qualquer coisa que aconteça fora de qualquer padrão nesse momento agravaria as relações. Então, se fosse um drone americano para fins de diversão no mar do sul da China, também teria um problema", pontua Jabbour.

Ao voltar na história recente, Baghdadi lembra que não é a primeira vez que o governo americano acusa a China de espionagem. Em 2019, por exemplo, dois diplomatas chineses foram expulsos dos EUA por suspeita de espionagem.

Além disso, é importante lembrar, destaca Tanguy Baghdadi, que se trata das duas maiores potências do mundo, que são também os maiores parceiros comerciais e que, com isso, dependem muito um do outro.

"Eu acho que, às vezes, a gente fica esperando grandes acontecimentos. Esse nível de tensão entre Estados Unidos e China vai ter outros capítulos, mas isso faz parte do cotidiano da relação", resume Tanguy.

Diminuição da população na China pode afetar força de trabalho e economia mundial, avalia economista¹³³

Livio Ribeiro explica que o encolhimento demográfico chinês vai exigir uma adequação do mercado de trabalho no país, que pode impactar na diminuição da demanda e, consequentemente, na produção.

Dados divulgados pelo Escritório Nacional de Estatísticas (ONE) em Pequim nesta terça-feira (17/01) mostram que a população chinesa caiu pela primeira vez em 60 anos, como já previam especialistas.

¹³³ Fernanda Berlinck. Diminuição da população na China pode afetar força de trabalho e economia mundial, avalia economista. g1 Mundo. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/01/18/diminuicao-da->

[populacao-na-china-pode-afetar-forca-de-trabalho-e-economia-mundial-avalia-economista.ghtml](https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/01/18/diminuicao-da-populacao-na-china-pode-afetar-forca-de-trabalho-e-economia-mundial-avalia-economista.ghtml). Visitado em 18.01.2023.

A taxa de natalidade no país vem caindo há anos e atingiu seu recorde de queda em 2022, com 6,77 nascimentos por mil pessoas.

Mesmo com a queda, a população da China ainda é enorme. São 1,4118 bilhão de habitantes. "Todas as projeções demográficas já incorporavam isso. A gente teria o caimento que se esperava ser na virada de 2024/2025, então o número acabou vindo dois anos antes", comenta Livio Ribeiro, sócio da BRTG e pesquisador-associado do FGV Ibre.

A Academia de Ciências Sociais de Xangai prevê que, em breve, a população chinesa vai diminuir aproximadamente 1.1% (15 milhões de pessoas) por ano — o percentual em 2022 foi de 0.06%. O resultado disso pode ser uma queda de população para menos de 600 milhões em 2100.

Quais são as implicações de ter menos pessoas na China?

No curto e médio prazo: vai depender de como o país vai se moldar ao mercado de trabalho.

Livio Ribeiro esclarece que "ter uma população encolhendo não é igual a dizer que a força de trabalho vai encolher porque você pode ter mais pessoas proporcionalmente participando da força de trabalho".

Então, explica o economista, será preciso entender que políticas o governo chinês irá implementar e quem serão as pessoas ativas na produção que atuarão como forma de mitigar o efeito da queda de mão de obra.

Ele ressalta também que o alerta é que pessoas mais velhas tendem a consumir (e produzir) menos.

No longo prazo: "Tem um limite para você incorporar cada vez mais gente na força de trabalho. Uma população que encolhe tira a força da economia", diz o professor.

Impactos mundiais: o fato de a capacidade chinesa de produção diminuir impacta diretamente na adequação do resto

do mundo também — menos produção, menos demanda.

"Olhando de maneira geral, quando a China acelera, há demanda mais de commodities. E isso é favorável para os países portadores de commodities, entre eles o Brasil", exemplifica.

Além disso, a China é hoje "um rival estratégico dos Estados Unidos", o que aponta também para "novas formas de interações entre esses dois atores que vão afetar o mundo inteiro", comenta Ribeiro.

Quais os fatores influenciam na queda demográfica da China?

Existem alguns aspectos que explicam a queda na taxa de natalidade entre os chineses, como:

- o envelhecimento da população;
- o fato de pessoas irem cada vez mais morar nos centros urbanos (o que torna mais caro viver);
- a política de um filho único implementada na China até 2015;
- e uma barreira no país à imigrantes.

Ribeiro explica que:

- sociedades mais urbanas tendem a ter menos filhos já que a manutenção do custo de vida é mais alta;
- e que comunidades asiáticas não são muito abertas à imigração. Por que isso importa? Porque quando não há aumento na taxa de natalidade, trazer pessoas de fora é uma forma de manter um crescimento da população e, naturalmente, aumentar a força de trabalho.

Projeção da economia chinesa em 2023

O Produto Interno Bruto da China cresceu 3% em 2022. O número ficou abaixo da meta oficial de 5,5%, dado, principalmente, pelas políticas de restrições sanitárias de Covid-19 que impactaram diretamente no consumo e na produção.

"Hoje, com as características da economia chinesa, o importante é estimular o consumo interno, e isso o governo chinês não costuma fazer. Ele dá muito mais

prioridade para estimular as empresas, investimento, produção industrial, exportações, do que os consumidores", analisa Livio Ribeiro.

O especialista projeta um crescimento de 4,7% para o país em 2023, e diz que considera o percentual entre neutro e pessimista. "Todo mundo acha que a China cresce mais que a média do mundo esse ano. A discussão é se ela cresce muito mais ou muitíssimo mais", conclui.

Em dia mais letal, 18 morrem em protestos contra o governo no Peru; recém-nascida está entre vítimas¹³⁴

Onda de manifestações já soma 46 mortos e ocorre há semanas, desde que Pedro Castillo foi deposto do poder após tentar um golpe de estado. Manifestantes pedem saída de atual presidente.

A retomada dos protestos no Peru contra o governo da atual presidente, Dina Boluarte, deixou na segunda-feira (09/01) 18 mortos em um único dia devido a confrontos entre manifestantes e policiais no sul do país.

As manifestações, que começaram no início de dezembro passado contra a destituição de Pedro Castillo da presidência, após ele tentar dar um golpe de estado, já somam 46 mortos, segundo contagem da Ouvidoria. Os protestos pedem, principalmente:

- A antecipação das eleições gerais;
- A renúncia de Boluarte;
- O fechamento do Congresso.

Na segunda-feira, dezessete pessoas morreram em confrontos com policiais na cidade de Juliaca, em Puno, segundo a Ouvidoria. Além disso, uma recém-nascida morreu porque não pôde ser evacuada para um hospital porque a estrada foi bloqueada devido às manifestações nesta região.

Com esse saldo, a segunda-feira (9) foi o dia mais letal desde o início dos protestos,

em dezembro passado. Até agora, o dia mais violento havia sido 15 de dezembro, com oito mortos, segundo a Ouvidoria.

As manifestações ganharam novo fôlego na última quarta-feira, após uma trégua parcial nas férias de final de ano.

O governo culpou os manifestantes pela violência em Puno. O primeiro-ministro do país, Alberto Otárola, afirmou em mensagem televisionada que "mais de 9.000 pessoas se aproximaram do aeroporto e 2.000 dessas pessoas iniciaram um ataque total contra a polícia (...) lamento." Outros ministros acompanharam Otárola no pronunciamento, com a notável ausência de Boluarte.

Até agora, 46 vítimas foram contabilizadas no contexto dos protestos: 39 no confronto com as forças de ordem e outras sete devido a acidentes de trânsito ou em eventos ligados a bloqueios de estradas.

Boluarte assumiu o governo depois que Castillo, que era presidente desde 2021, foi destituído pelo Congresso após tentar dissolver esse poder estatal com uma mensagem de televisão em 7 de dezembro.

A atual presidente foi vice-presidente de Castillo e foi eleita na mesma lista de seu antecessor. O Parlamento a empossou no mesmo dia da demissão de Castillo como seu sucessor constitucional.

Castillo foi preso quando estava em um veículo com sua comitiva em uma avenida no centro de Lima. Segundo o Ministério Público, ele se dirigia à embaixada mexicana para pedir asilo político.

Em Juliaca, o protesto se intensificou desde sexta-feira, quando centenas de manifestantes tentaram tomar o aeroporto, mas foram impedidos pela polícia. O aeroporto de Juliaca mantém a suspensão de suas operações.

Os mortos nos confrontos eram jovens entre 21 e 35 anos, além de um menor de 17 anos, segundo os registros da Direção de Saúde de Puno. Três pessoas de 38, 50 e 55

¹³⁴ Associated Press. Em dia mais letal, 18 morrem em protestos contra o governo no Peru; recém-nascida está entre vítimas. g1 Mundo. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/01/10/em-um-so-dia-18->

[morrem-em-protestos-contra-o-governo-no-peru.ghtml](https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/01/10/em-um-so-dia-18-morrem-em-protestos-contra-o-governo-no-peru.ghtml). Visitado em 10.01.2023.

anos também morreram. Quatro vítimas ainda não foram identificadas.

Um dos mortos era um jovem médico, Marco Samilán Sanga, 29 anos, que, segundo a Federação Peruana de Estudantes de Medicina Humana, morreu devido a disparos de pellets enquanto tratava dos feridos no confronto.

No final da tarde de segunda-feira, a Ouvidoria da República informou sobre mobilizações, greves e bloqueios de estradas em 25 províncias.

Em comunicado, o Provedor de Justiça lembrou às Forças Armadas e à Polícia que "têm o dever de cumprir a regulamentação em vigor e as normas internacionais sobre o uso da força", e que o Ministério Público "deve realizar as investigações necessárias para identificar os responsáveis pelos a perda de vidas humanas (...) a fim de evitar todas as formas de impunidade".

Dina Boluarte assume a presidência do Peru após impeachment de Pedro Castillo¹³⁵

Ela chegou ao poder depois que o Congresso aprovou o impeachment de Castillo. Ele foi destituído após uma tentativa de dissolver o Legislativo, decretar estado de exceção e toque de recolher no Peru.

Dina Boluarte, que era a vice-presidente de Pedro Castillo, assumiu a presidência do Peru nesta quarta-feira (7) e, assim, tornou-se a primeira mulher a liderar o país.

Em julho de 2021, Dina Boluarte foi nomeada por Pedro Castillo ministra do Desenvolvimento e Inclusão Social do Governo. Ela renunciou ao cargo em novembro deste ano, após mais de um ano no ministério. A nova presidente é da cidade de Chalhuanca, e formou-se em direito. Ainda como vice-presidente, ela criticou a tentativa de Castillo de fechar o Congresso.

A nova presidente fez seu juramento no Congresso. O presidente da Câmara, José Williams Zapata, passou a faixa para ela.

Ao assumir, Dina disse que houve uma tentativa de golpe de Estado de Pedro Castillo, e que o Congresso evitou isso.

A nova presidente pediu unidade de todos os peruanos e disse que é preciso conversar e tentar chegar a acordos. Dina anunciou que vai pedir para que o Ministério Público a ajude a tirar "as máfias" do governo e que o gabinete dela terá "todas as forças democráticas".

No salão do Congresso havia representantes das Forças Armadas, que foram aplaudidos durante o discurso de Dina.

Como Dina chegou ao poder

Dina Boluarte chegou ao poder depois que o Congresso aprovou o impeachment de Castillo. Ele foi destituído após uma tentativa de dissolver o Legislativo e decretar estado de exceção e toque de recolher no Peru.

A reação no país foi rápida: a Suprema Corte chamou a decisão de golpe de Estado, assim como a polícia, as Forças Armadas e o Ministério Público.

Após a aprovação do impeachment, os deputados convocaram Dina Boluarte para assumir a presidência no próprio Congresso. Os deputados aguardaram a chegada dela.

Questões

01. (Câmara de Tremembé/SP – Motorista – Instituto Consulplan - 2023)

A rainha Elizabeth II, líder da história do Reino Unido, morreu aos 96 anos. Sabe-se que a monarca apresentava um quadro de saúde debilitado desde outubro do ano passado, após a morte do ex-marido príncipe Philip. Ícone da cultura britânica, a rainha foi referência em diversas

¹³⁵ g1. Dina Boluarte assume a presidência do Peru após impeachment de Pedro Castillo. g1 Mundo. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/12/07/dina-boluarte-assume-a->

[presidencia-do-peru-apos-impeachment-de-pedro-castillo.ghtml](#). Visitado em 08.12.2022.

produções; dentre elas, séries, filmes e animações.

(Disponível em:
<https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-earte/2022/09/5035455-rainha-elizabeth-ii-conheca-producoes-queretratam-a-monarca.html>.
Acesso em: 21/12/2022. Adaptado.)

Sobre Elizabeth II, a rainha do Reino Unido, analise as afirmativas a seguir.

I. Após a morte de George VI, do qual Elizabeth II era filha, ela foi coroada assumindo o trono inglês.

II. Considerada a monarca mais longeva da coroa Britânica, aos 70 anos de reinado, recebeu o Jubileu de Platina, em 2022.

III. O príncipe Philp III, por ser o filho primogênito da rainha Elizabeth II, assumiu o trono.

IV. Philip foi obrigado a abandonar sua coroa dinamarquesa e grega, para se casar com Elizabeth, além de se converter ao anglicanismo.

Está correto o que se afirma apenas em

A - I, II e IV.

B - I, II e III.

C - I, III e IV.

D - II, III e IV.

02. (IPREV/DF – Analista Previdenciário – Quadrix - 2023) Embora se saiba que toda época histórica é de transição, a impressão que se tem, nos dias de hoje, é que o tempo passa mais depressa, tal a celeridade das mudanças verificadas em todos os setores. Considerando os diversos aspectos da atualidade brasileira e mundial, julgue o item:

A intensificação das ameaças nucleares e a realização de testes atômicos pela ditadura da Coreia do Norte fazem da Península Coreana uma das áreas mais potencialmente perigosas do mundo atual.

() Certo

() Errado

03. (Prefeitura de São Miguel Arcanjo/SP – Agente Comunitário de Saúde – Avanço SP - 2023) No mês de julho de 2022, um político japonês que

serviu como primeiro-ministro foi baleado e morto. Assinale o nome de tal político:

A - Fumio Kishida.

B - Shinzo Abe.

C - Nobuo Kishi.

D - Taro Kono.

E - Yoshihide Suga.

04. (CFO/DF – Agente Operacional – Quadrix - 2022) O cenário atual do mundo é complexo e diversificado. Contudo, alguns de seus aspectos mais significativos podem ser vistos em ampla perspectiva, atingindo povos, países e regiões com nítidas semelhanças. Acerca de aspectos variados da atualidade, julgue o item.

A globalização estimula a produção e a circulação de bens e capitais em escala mundial.

() Certo () Errado

05. (CFO/DF – Agente Operacional – Quadrix - 2022) O cenário atual do mundo é complexo e diversificado. Contudo, alguns de seus aspectos mais significativos podem ser vistos em ampla perspectiva, atingindo povos, países e regiões com nítidas semelhanças. Acerca de aspectos variados da atualidade, julgue o item.

O terrorismo, em todas as suas formas, foi derrotado e praticamente eliminado no mundo.

() Certo

() Errado

Alternativas

01 – A | 02 – Certo | 03 – B | 04 – Certo | 05 – Errado

SUMÁRIO

Organizações: natureza, desenvolvimento, cultura e estrutura	1
Funções da Administração: planejamento, organização, direção e controle	19
Processo de comunicação.....	22
Administração de pessoas: recrutamento, seleção, treinamento, desenvolvimento, motivação liderança, delegação, cargos e salários	26
Gestão da qualidade	63
Planejamento e nível organizacional: estratégico, tático e operacional.....	68
O ambiente e as organizações	73
Administração Financeira e orçamentária: decisões de investimento, decisões de financiamento, orçamento, análise de projetos	75
Noções de administração pública.....	91
Princípios fundamentais da administração pública.....	96
Poderes e deveres do administrador público.....	102
Improbidade administrativa	105
Servidores públicos	123
Responsabilidade civil da administração pública	130
Controle da administração pública. Tipos e formas de controle.....	135
Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação, anulação, revogação e efeitos	138
Orçamento público	151
Processo legislativo	160

**Organizações: natureza, desenvolvimento,
cultura e estrutura**

Organização

Organização¹ como uma unidade ou entidade social: toda organização é uma entidade social, pois é constituída por pessoas que interagem entre si para alcançar objetivos específicos. Nesse sentido, a palavra organização denota todo empreendimento humano moldado intencionalmente para atingir determinados objetivos. Toda organização é dirigida para objetivos, pois é desenhada para alcançar resultados, como gerar lucros (nas empresas em geral), proporcionar satisfação social (nos clubes esportivos), atender a necessidades dos cidadãos (assistência médico-hospitalar, segurança, educação) etc. Toda organização é deliberadamente estruturada, pois o trabalho organizacional é dividido e seu desempenho é atribuído às suas unidades e aos seus membros. Assim, a palavra organização significa qualquer empreendimento humano, lucrativo ou não, moldado intencionalmente para atingir determinados objetivos, como empresas, bancos, financeiras, hospitais, clubes, igreja etc.

O objetivo principal² (também chamado missão ou negócio) é o fornecimento de alguma combinação de produtos e serviços. Por meio do fornecimento de produtos e serviços, outros objetivos são realizados.

Recursos

As pessoas são o principal recurso ou insumo das organizações. Em essência, as organizações são grupos de pessoas que usam recursos: recursos materiais, como espaço, instalações, máquinas, móveis e equipamentos, e recursos intangíveis, como tempo e conhecimentos.

Processos de transformação

Por meio de processos, a organização transforma os insumos para produzir resultados. Um processo é um conjunto ou sequência de atividades interligadas, com começo, meio e fim, que utiliza recursos, como trabalho humano e equipamentos, para fornecer produtos e serviços. Um processo é a estrutura de ação de um sistema. Todas as organizações podem ser desmembradas em processos. O processo mais importante de todas as organizações é o de produção, que consiste em transformar matérias-primas, por meio da aplicação de máquinas e atividades humanas, em produtos e serviços.

Outro processo importante é o de administração de recursos humanos, que consiste em transformar necessidades de mão de obra em pessoas capacitadas e motivadas, desde seu ingresso até seu desligamento da organização. A transformação agrega valor aos insumos. O tijolo vale mais na parede do que no depósito de materiais de construção, por ter sido transformado pelo trabalho humano e pelo acréscimo de outras matérias-primas.

Funções organizacionais

As funções organizacionais são as tarefas especializadas que as pessoas e os grupos executam, para que a organização consiga realizar seus objetivos. Todas as organizações tem aproximadamente as mesmas funções. As funções mais importantes de qualquer organização são analisadas sucintamente a seguir: produção (ou operações), marketing, pesquisa e desenvolvimento, finanças, recursos humanos e tecnologia da informação. A coordenação de todas essas funções especializadas é o papel da administração geral.

As organizações podem ser visualizadas sob dois aspectos:

Organização formal: é a organização baseada em uma divisão do trabalho

¹ Chiavenato, Idalberto. *Fundamentos de Administração*. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo GEN, 2021

² Maximiano, Antonio Cesar A. *Introdução à Administração*, 2ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2011

racional, na diferenciação e integração dos participantes de acordo com algum critério estabelecido por aqueles que detêm o processo decisório. É a organização planejada: aquela que está no papel. É geralmente aprovada pela direção e comunicada a todos os participantes por meio de manuais de organização, organogramas e descrições de cargos. É a organização formalizada oficialmente.

Organização informal: é a organização que emerge espontânea e naturalmente entre as pessoas a partir dos relacionamentos como ocupantes de cargos. Forma-se a partir das relações de amizade (ou antagonismos) e do surgimento de grupos informais que não aparecem no organograma ou em qualquer outro documento formal. A organização informal é constituída de relacionamentos e interações sociais entre as pessoas em função de suas atividades na organização formal. A organização informal surge a partir das relações e interações impostas pela organização formal para o desempenho das atividades. Todavia, a organização informal transcende e ultrapassa a formal em vários aspectos, como:

Duração: enquanto a organização formal está confinada ao horário de trabalho, a organização informal pode prolongar-se para os períodos de lazer ou tempos livres das pessoas.

Localização: enquanto a organização formal está circunscrita a um local físico determinado, a organização informal pode ocorrer em qualquer local, dentro ou fora da empresa.

Assuntos: a organização formal limita-se aos interesses da empresa, enquanto a informal abrange todos os interesses comuns das pessoas envolvidas.

Já a organização como função administrativa é a organização faz parte do processo administrativo. Nesse aspecto,

organização significa o ato de organizar, estruturar e integrar os recursos e órgãos incumbidos de sua administração e estabelecer relações entre eles e atribuições de cada um deles. Como função administrativa, a organização faz parte integrante do processo administrativo de planejar, organizar, dirigir e controlar

Princípios fundamentais da organização formal

A organização³ consiste em um conjunto de posições funcionais e hierárquicas orientado para o objetivo econômico de produzir bens ou serviços. Os princípios fundamentais da organização formal:

Divisão do trabalho

O objetivo imediato e fundamental de toda e qualquer organização é a produção de bens ou serviços. Para ser eficiente, a produção deve basear-se na divisão do trabalho, que nada mais é do que a maneira pela qual um processo complexo pode ser decomposto em uma série de pequenas tarefas que o constituem. O procedimento de dividir o trabalho começou a ser praticado com o advento da Revolução Industrial, provocando mudança radical no conceito de produção pela fabricação maciça de grandes quantidades por meio do uso da máquina, em substituição ao artesanato, e da aplicação da especialização do trabalhador na linha de montagem. O importante era que cada pessoa pudesse produzir a maior quantidade possível de unidades dentro de um padrão aceitável de qualidade, objetivo que somente poderia ser atingido por uma relativa automatização na atividade humana baseada na repetição constante da mesma tarefa.

Em uma organização, cada pessoa e cada grupo de pessoas realiza tarefas específicas que contribuem para a realização dos objetivos. Assim como as organizações são especializadas em determinados objetivos,

³ Chiavenato, Idalberto. *Administração Geral e Pública - Provas e Concursos*. Disponível em: *Minha Biblioteca*, (6th edição). Grupo GEN,

as pessoas e os grupos que nelas trabalham são especializados em determinadas tarefas. A divisão do trabalho é o processo que permite superar as limitações individuais por meio da especialização. Quando se juntam as tarefas especializadas, realizam-se produtos e serviços que ninguém conseguiria fazer sozinho.

As consequências que a divisão do trabalho trouxe no curto prazo foram:

- a. Maior produtividade e melhor rendimento do pessoal envolvido.
- b. Maior eficiência da organização, como resultante do item anterior.
- c. Redução dos custos de produção, principalmente os de mão de obra e de materiais diretos.

Com a divisão do trabalho, a organização empresarial passa a desdobrar-se em três níveis administrativos que compõem o aparato administrativo necessário para dirigir a execução das tarefas e operações:

- a. Nível institucional, composto por dirigentes e diretores da organização.
- b. Nível intermediário, ou nível do meio do campo, composto por gerentes.
- c. Nível operacional, composto por supervisores que administram a execução das tarefas e operações da empresa.

Especialização

Como consequência do princípio da divisão do trabalho, surge a especialização: cada órgão ou cargo passa a ter funções e tarefas específicas e especializadas. Os neoclássicos adotam essas colocações e passam a se preocupar com a especialização dos órgãos que compõem a estrutura organizacional.

Hierarquia

Outra consequência do princípio da divisão do trabalho é a diversificação funcional dentro da organização. A pluralidade de funções imposta pela especialização exige o desdobramento da

função de comando, cuja missão é dirigir todas as atividades para que essas cumpram harmoniosamente suas respectivas missões. Isso significa que, além de uma estrutura de funções especializada, a organização precisa também de uma estrutura hierárquica para dirigir as operações dos níveis que lhe estão subordinados. Daí o princípio da hierarquia: o princípio estalar. Em toda organização formal existe uma hierarquia que divide a organização em camadas ou níveis de autoridade. À medida que o administrador sobe na escala hierárquica, aumenta seu volume de autoridade.

Quanto maior a organização, maior tende a ser o número de níveis hierárquicos de sua estrutura. A nivelação hierárquica representa a especialização da direção, ou seja, a distribuição da autoridade e responsabilidade em cada um dos níveis de organização.

Amplitude administrativa

Em decorrência do princípio da distribuição de autoridade e responsabilidade, outro aspecto discutido pelos autores neoclássicos é a amplitude administrativa. A amplitude administrativa (amplitude de comando ou, ainda, amplitude de controle) significa o número de subordinados que um administrador pode supervisionar. Quando um administrador tem muitos subordinados, ele tem grande amplitude de comando. Na prática, a amplitude média adotada por uma organização determina a configuração geral de sua estrutura organizacional. Uma amplitude média estreita com um maior número de níveis hierárquicos produz uma estrutura organizacional alta e alongada. Ao contrário, uma amplitude média larga com poucos níveis hierárquicos produz uma estrutura organizacional achatada e dispersada horizontalmente.

A tendência atual nas organizações é de achatamento e compressão da estrutura

organizacional no sentido de aproximar a base da cúpula e melhorar as comunicações.

Questões

01. (Prefeitura de Niterói/RJ - Analista Administrativo - COSEAC/2021). Para que as organizações possam cumprir as suas respectivas missões, é necessário que suas funções organizacionais sejam bem estruturadas. Para Maximiano (2015), “funções organizacionais são tarefas especializadas, que contribuem para que a organização realize seus objetivos”. Ainda, para Maximiliano, “todas as organizações têm, aproximadamente, as mesmas funções”. Marque a opção em que estão relacionadas estas funções.

A - Produção; comunicação; contabilidade; financeira; recursos humanos e tecnologia da informação.

B - Comunicação; controladoria; contas a pagar; financeira; contabilidade; recursos humanos e informática.

C - Produção; marketing; pesquisa e desenvolvimento; finanças; recursos humanos e tecnologia da informação.

D - Pesquisa e desenvolvimento; controladoria; contabilidade e finanças; recursos humanos e tecnologia.

E - Marketing; pesquisa e desenvolvimento; contabilidade; recursos humanos; logística e tecnologia da informação.

02. (Prefeitura de Bela Vista de Minas/MG - Auxiliar Administrativo - FUNDEP /Gestão de Concursos). Sobre as funções organizacionais, assinale a alternativa INCORRETA.

A - As funções organizacionais são tarefas especializadas que as pessoas ou grupos executam para que a organização consiga realizar seus objetivos.

B - Produção ou operações, marketing, pesquisa e desenvolvimento, finanças e recursos humanos são as funções mais importantes de qualquer organização.

C - A coordenação de todas as funções especializadas é papel da administração de recursos humanos.

D - Todas as organizações têm aproximadamente as mesmas funções especializadas.

03. (TCE/CE - Administração - MGA). Um dos princípios fundamentais da organização formal é a divisão do trabalho. Em relação aos níveis administrativos da divisão do trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

A - O nível institucional é composto por dirigentes e diretores da organização;

B - O nível operacional é composto por supervisores que administram a execução das tarefas e operações da empresa;

C - O nível intermediário ou nível do meio do campo é composto por gerentes;

D - O nível intelectual é composto pelos sócios da empresa.

04. (EBSERH - Assistente Administrativo - INSTITUTO AOCP). A divisão do trabalho permite, dentre outros benefícios,

A - a volatilidade de procedimentos técnicos e do exercício de autoridade.

B - o nivelamento inferior da produtividade e da eficiência organizacional.

C - a avaliação uniforme em todos os cargos e funções da organização.

D - a formação de quadro de pessoal altamente generalista no trabalho.

E - o aumento de produtividade do trabalho e de eficiência organizacional.

05. (IF/RN - Administrador - IF/RN). A amplitude administrativa consiste

A - no número de clientes que uma empresa pretende atender.

B - na quantidade de níveis hierárquicos que uma empresa possui.

C - na quantidade de departamentos que uma empresa possui.

D - no número de funcionários que se devem reportar a um administrador.

Alternativas

01. C – 02. C – 03. D – 04. E – 05. D

Cultura Organizacional

A cultura organizacional é um padrão de assuntos básicos compartilhados que a empresa apreendeu como maneira de resolver seus problemas de adaptação externa e de integração interna. Ela funciona bem a ponto de ser considerada válida e desejável para ser transmitida aos novos membros. Em suma, é a maneira vigente de perceber, pensar e sentir em relação a todos os assuntos ou aos seus problemas. Ou, em outras palavras, como as coisas são entendidas e aceitas internamente pelas pessoas em cada empresa.

É a maneira⁴ costumeira e tradicional de pensar e fazer as coisas, que é compartilhada por todos os membros da organização e que os novos membros devem aprender e aceitar para serem aceitos na empresa. Em outras palavras, a cultura organizacional representa as normas informais e não escritas que orientam o comportamento dos membros da organização no cotidiano e que direciona suas ações para o alcance dos objetivos organizacionais.

No fundo, é a cultura que define a missão e provoca o nascimento e o estabelecimento dos objetivos da organização. A cultura precisa estar alinhada com todos os aspectos das decisões e ações da organização, como planejamento, organização, direção e controle para que estes sejam aceitos, compreendidos e executados.

Os componentes da cultura organizacional

A cultura apresenta três diferentes níveis ou estratos:

Artefatos: são todas as coisas físicas e concretas que, no seu conjunto, definem uma cultura e revelam como ela dá atenção

ao que é visível e perceptível. Fazem parte do primeiro nível da cultura, o mais superficial, visível e perceptível. São todas as coisas que cada pessoa vê, ouve e sente quando se depara com uma empresa. Os artefatos são compostos por produtos, serviços e padrões de comportamento dos membros de uma organização. Quando se percorre os escritórios de uma empresa pode-se notar como as pessoas se vestem, como elas falam, sobre o que conversam, como se comportam, quais assuntos são importantes e relevantes para elas. Os artefatos são todas as coisas ou eventos que podem indicar visual ou auditivamente como é a cultura da empresa. Os símbolos, histórias, heróis, lemas, cerimônias anuais são também exemplos de artefatos.

Valores compartilhados: são os valores relevantes que se tornam importantes para as pessoas e que definem as razões pelas quais elas fazem o que fazem. Funcionam como justificativas aceitas por todos os membros. Constituem o segundo nível da cultura corporativa.

Pressuposições básicas: são as crenças inconscientes, percepções, sentimentos e pressuposições dominantes e nos quais os membros da organização acreditam. Constituem o terceiro nível da cultura corporativa, o mais íntimo, profundo e oculto. A cultura prescreve a maneira certa de fazer as coisas na empresa, muitas vezes, por meio de pressuposições não escritas e nem sequer faladas.

Assim, artefatos, valores compartilhados entre os membros e pressuposições básicas constituem os principais elementos para se conhecer e compreender a cultura de uma empresa.

Da mesma maneira como não existem duas empresas iguais, também existem culturas e culturas. Algumas são estáveis e conservadoras; mantêm ideias, valores,

⁴ Chiavenato, Idalberto. Fundamentos de Administração. Disponível em:

Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo GEN, 2021.

tradições e costumes arraigados, retrógrados e que não mudam com o tempo. O perigo é que o mundo muda, assim como o contexto em que a organização está contida, mas ela se mantém imutável como se nada houvesse mudado. Outras culturas são adaptativas e flexíveis e a organização se caracteriza pela adoção de novos hábitos e costumes para manter sua maleabilidade, flexibilidade e adaptabilidade em um mundo mutável e dinâmico. A sobrevivência e o crescimento da organização ocorrem na medida em que ela consegue ajustamento e adaptabilidade à mudança que ocorre no seu ambiente. Todavia, a organização deve possuir certa dose de estabilidade como complemento ou suplemento à mudança. Mudanças seguidas e sem estabilidade alguma podem gerar caos, tensão e angústia entre os membros da organização.

Questões

01. (CRA/PR - Administrador I – Quadrix/2022). Com relação à cultura organizacional, julgue o item.

A cultura organizacional é composta, somente, pelas normas formais e escritas, que orientam o comportamento dos membros de uma organização no dia a dia e que direcionam suas ações para o alcance dos objetivos organizacionais.

() Certo () Errado

02. (CRA/PR – Auxiliar Administrativo – Quadrix/2022). Quanto ao comportamento organizacional, julgue o item.

Os artefatos são todas aquelas coisas que, no seu conjunto, definem uma cultura e revelam como essa cultura dá atenção a elas.

() Certo () Errado

03. (Prefeitura de Pontes e Lacerda/MT - Técnico Operacional Assistente Administrativo – SELECON/2022). Para que os objetivos e estratégias de uma organização sejam alcançados, é necessário que seus colaboradores conheçam sua identidade, a qual está relacionada a aspectos formais e informais como, por exemplos, políticas, diretrizes, métodos, procedimentos, atitudes, valores.

Os aspectos formais e informais da organização são denominados:

- A - estrutura organizacional
- B - identidade organizacional
- C - comportamento organizacional
- D - cultura organizacional

Gabarito

01. Errado – 02. Certo – 03. D

Estrutura Organizacional

A forma como as várias partes de uma organização são formalmente organizadas é geralmente chamada de estrutura organizacional⁵. Trata-se do sistema de tarefas, fluxos de trabalho, relacionamentos hierárquicos e dos canais de comunicação que unem o trabalho dos diversos grupos e indivíduos. Qualquer estrutura deve tanto alocar tarefas por meio de uma distribuição do trabalho como criar condições para a coordenação dos resultados obtidos. Uma estrutura que faz bem ambas as coisas é um ativo importante, ajudando a implementar a estratégia de uma organização.

A Estrutura organizacional é a forma como a empresa se organiza internamente, como articula suas atividades e seus negócios, em outras palavras, é a dinâmica de uma empresa no mercado, como ela desenvolve suas capacidades para melhor atender o público interno (colaboradores) e externo (clientes, fornecedores, acionistas, investidores, etc.), ou seja, ela é o conjunto

⁵ Jr., John R. S. Administração, 8ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2006.

ordenado de responsabilidades, autoridades, comunicações e decisões das unidades organizacionais de uma empresa.

Estruturas formais

Estrutura formal é a estrutura oficial da organização. Ela representa a forma como se espera que uma organização funcione. Os principais aspectos apresentados pela organização formal são:

- Os departamentos e divisão de tarefas;
- Cargos (como de diretores, gerentes, supervisores, operários, etc.);
- A hierarquia de autoridade (como autoridade e responsabilidade previamente definidas);
- Os objetivos e planos definidos para alcançá-los adequadamente;
- A tecnologia e instrumentos da organização, que constituem o modo de realizar o trabalho dentro da organização.

Entre as características da organização formal, temos que ela é:

- Deliberadamente planejada e formalmente representada, em alguns aspectos pelo seu organograma;
- Reconhecida juridicamente de fato e de direito;
- Estruturada e organizada;
- Ênfase a posições em termos de autoridades e responsabilidades;
- Estável;
- Está sujeita a controle da direção;
- Possui líder formal.

Estruturas informais

Trata-se de uma organização “sombra” formada por relações de trabalho extraoficiais, porém geralmente críticas, entre os membros da organização.

A estrutura informal surge da interação social das pessoas, o que significa que se desenvolve espontaneamente e voluntariamente quando as pessoas se reúnem. Assim representam as relações que não estão formalmente estruturadas em um organograma por exemplo.

É composta por relações não documentadas e não estruturadas entre os indivíduos, uma vez que surgem na informalidade e, portanto, não são reconhecidas pela hierarquia da organização.

Elas contam com as vantagens da aprendizagem informal que acontece enquanto trabalham juntas e interagem em seu dia de trabalho. As estruturas informais também são úteis por permitirem o acesso das pessoas as redes interpessoais de amizade e suporte emocional que satisfazem importantes necessidades sociais.

Formas de Organizar a Estrutura

Podemos definir três tipos tradicionais de organização:

- Organização e/ou Estrutura Linear

A organização do tipo linear constitui a forma estrutural mais simples e antiga. As formas mais antigas de organização se baseiam no princípio da autoridade linear ou princípio escalar, que estabelece a hierarquia da autoridade.

Na organização linear, existem linhas diretas e únicas de autoridade e responsabilidade entre superior e subordinados. Daí seu formato piramidal. Cada administrador recebe e transmite tudo o que se passa na sua área de competência devido à rigidez das linhas de comunicações.

A organização linear é utilizada em empresas pequenas ou nos seus estágios iniciais, ou quando as tarefas são padronizadas, rotineiras e repetitivas. Sua esfera de aplicação é limitada. Fayol via esse tipo de organização ideal para as organizações de sua época.

Características

- Autoridade linear ou única.
- Linhas formais de comunicação.
- Centralização das decisões.
- Aspecto piramidal.

Vantagens

Estrutura simples e de fácil compreensão.

Clara delimitação das responsabilidades.

Facilidade de implantação.

Estabilidade.

Indicada para pequenas empresas.

Desvantagens

Estabilidade e constância das relações formais.

Autoridade linear baseada no comando único e direto.

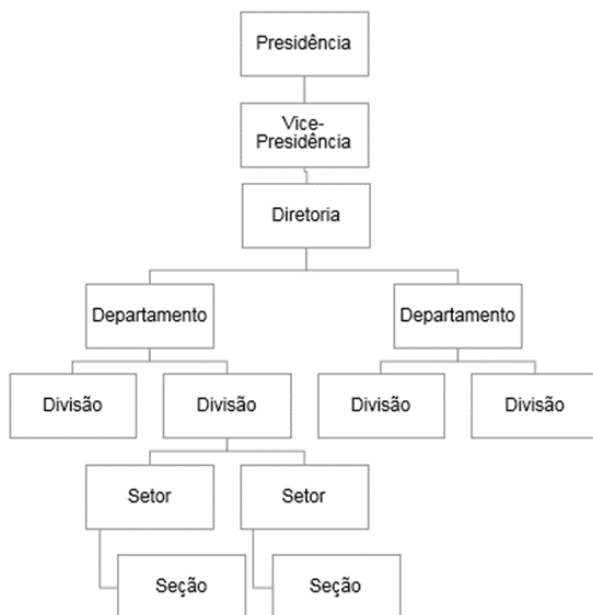
Exagero da função de chefia.

Chefes generalistas que não se especializam.

Provoca o congestionamento das comunicações.

Comunicações indiretas e demoradas.

Modelo de estrutura linear



- Organização e/ou Estrutura Funcional

A organização funcional é o tipo de estrutura organizacional que aplica o princípio funcional ou princípio da especialização das funções, que separa, distingue e especializa. Os dirigentes de indústrias perceberam que quando a competição aumenta, há a necessidade de

órgãos especializados – staff – para proporcionar inovações rápidas e substanciais e, conseqüentemente, flexibilidade, um dos pontos fracos da estrutura linear. Taylor a utilizou para estabelecer linhas diretas de comunicação entre supervisores e operários na indústria e descentralizar decisões.

Características

Autoridade funcional ou dividida.

Linhas diretas de comunicação.

Descentralização das decisões.

Ênfase na especialização.

Vantagens

Proporciona o máximo de especialização.

Permite a melhor supervisão técnica possível.

Desenvolve comunicações diretas e sem intermediação.

Separa as funções de planejamento e controle das funções de execução.

Desvantagens

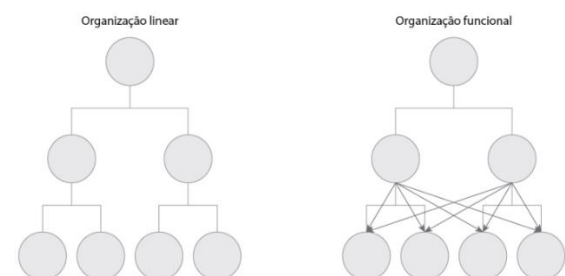
Diluição e conseqüente perda de autoridade de comando.

Subordinação múltipla.

Tendência à concorrência entre especialistas.

Tendência à tensão e ao conflito dentro da organização.

Diferenças entre organização linear e organização funcional



- Organização e/ou Estrutura Linha-Staff

A organização linha-staff é o resultado da combinação da organização linear e da

organização funcional no sentido de incrementar as vantagens dessas e reduzir suas desvantagens. É uma organização do tipo hierárquico-consultivo. Nela há características do tipo linear e do tipo funcional, reunidas para proporcionar um tipo organizacional mais completo e complexo.

Na organização linha-staff, coexistem órgãos de linha (órgãos de execução) e de assessoria (órgãos de staff, apoio e consultoria interna) relacionados entre si. Os órgãos de linha caracterizam-se pela autoridade linear e pelo princípio escalar, enquanto os órgãos de staff prestam assessoria e serviços especializados.

Crítérios de distinção entre linha e staff

Existem dois critérios para distinguir os órgãos de linha e os órgãos de staff:

Relacionamento com os objetivos da organização: as atividades de linha estão direta e intimamente ligadas aos objetivos básicos da organização ou do órgão do qual fazem parte, enquanto as atividades de staff estão ligadas a eles indiretamente. Se o objetivo da organização é produzir, somente a área de produção é considerada de linha e todas as demais são de staff. Porém, se o objetivo passa a ser também vender, então a área de vendas passa a ser considerada de linha, juntamente com a de produção, e as demais áreas serão de staff. Nesse caso, os órgãos de produção e vendas representam as atividades básicas e fundamentais da organização: suas atividades-fim. Os demais órgãos serão complementares e subsidiários: representam as atividades-meio. Se houver mudança nos objetivos da organização, a estrutura linha-staff sofrerá alterações. Em geral, nas empresas industriais os órgãos de produção e vendas são órgãos de linha, pois traduzem os objetivos básicos que orientam a organização. Quase sempre os órgãos de linha estão focados para fora da organização, onde se situam seus objetivos, enquanto os órgãos de staff são intraorientados, ou seja, estão voltados para

dentro da organização, assessorando os demais órgãos internos, sejam eles linha, sejam eles staff. Um órgão de linha ou de staff pode ter órgãos subordinados de linha ou de staff dependendo do fato de estarem ou não vinculados diretamente aos objetivos do órgão superior. Nesse sentido, podemos encontrar órgãos linha de linha, linha de staff, staff de linha e staff de staff.

Tipo de autoridade: os órgãos de linha têm autoridade para decidir e executar as atividades principais ou vinculadas diretamente aos objetivos da organização (autoridade linear). Os órgãos de staff, por sua vez, têm autoridade de assessoria, planejamento e controle, consultoria e recomendação (autoridade funcional).

Principais funções do staff

Suas principais funções são, basicamente, as seguintes:4

Serviços: são atividades especializadas, como contabilidade, compras, pessoal, pesquisa e desenvolvimento, processamento de dados, propaganda, que são realizadas e executadas pelo staff.

Consultoria e assessoria: são atividades especializadas, como assistência jurídica, métodos e processos, consultoria trabalhista etc., que são fornecidas pelo staff, como orientação e recomendação.

Monitoração: monitorizar significa acompanhar e avaliar determinada atividade ou processo sem nele intervir ou influenciar. Em geral, o staff se incumbe de avaliar desempenho e controlar atividades, como auditoria e acompanhamento de processos.

Planejamento e controle: quase sempre as atividades de planejamento e controle são delegadas ao staff, como planejamento e controle financeiro ou orçamentário, planejamento e controle de produção, planejamento e controle de manutenção de máquinas e equipamentos, controle de qualidade etc.

Nos órgãos de staff, à medida que se sobe na escala hierárquica, aumenta a

proporção das funções de consultoria, assessoramento, aconselhamento e recomendação, e diminui a proporção das funções de prestação de serviços

Características da organização linha-staff

Suas características são, basicamente, as seguintes:

Fusão da estrutura linear com a estrutura funcional: existem, simultaneamente, características lineares e características funcionais. Cada órgão se reporta a apenas um órgão superior: é o princípio da autoridade única ou unidade de comando típica da organização linear. Porém, cada órgão recebe assessoria e serviços especializados de diversos órgãos de staff. Predomina a autoridade linear de um órgão (seja de linha, seja de staff) sobre seus subordinados. Existe também autoridade funcional de um órgão de staff em relação aos demais órgãos da organização sobre assuntos de sua especialidade.

Coexistência entre linhas formais de comunicação e linhas diretas de comunicação: existem linhas formais de comunicação entre superiores e subordinados e que representam a hierarquia. Porém, existem também linhas diretas de comunicação que ligam os órgãos e o staff e que representam a oferta de assessoria e serviços especializados. A rede de comunicações da organização linha-staff é formada de linhas formais de autoridade e responsabilidade lineares e de linhas diretas de assessoria e prestação de serviços de staff.

Separação entre órgãos operacionais (executivos) e órgãos de apoio e suporte (assessores): os órgãos operacionais (linha) são os órgãos executivos das operações básicas da organização e os órgãos de apoio (staff) são os órgãos assessores e consultores que prestam serviços internos. O staff dedica-se a atividades que requerem

estudo e pesquisa e que concentram sua atenção sobre assuntos de planejamento e solução de problemas da organização. Com isso, os chefes de linha ficam livres para se concentrar na execução do trabalho e nos regulamentos formulados pelo staff. A autoridade e a responsabilidade dos membros de staff são de natureza aconselhadora e não diminuem a autoridade e a responsabilidade dos chefes de linha. Entretanto, são os chefes de linha que retêm completa autoridade e responsabilidade pela execução dos planos.

Hierarquia versus especialização: apesar do convívio entre características lineares e funcionais, há forte predominância dos aspectos lineares na organização linha-staff. A organização linha-staff mantém o princípio da hierarquia (cadeia escalar), ou seja, a nivelação dos graus de autoridade linear, sem abrir mão da especialização. A hierarquia (linha) assegura o comando e a disciplina, enquanto a especialização (staff) fornece os serviços de consultoria e assessoria. Reúnem-se em um só tipo de organização a autoridade hierárquica e a autoridade do conhecimento.

Quase sempre, como na área militar, a autoridade de staff é uma autoridade de gabinete, enquanto a autoridade linear é uma autoridade de campo focada na execução e nas operações.

Vantagens da organização linha-staff

Estas são suas vantagens:

Assegura assessoria especializada e inovadora mantendo o princípio de autoridade única: o staff proporciona serviços especializados, fator importante em uma era de especialização e competição, mas não pode interferir na autoridade dos órgãos que assessoria e presta serviços. A estrutura linha-staff tem a vantagem de oferecer uma área de assessoria e prestação de serviços com predomínio da estrutura linear e conservando o princípio da autoridade única. Os especialistas prestam serviços, mas os serviços que oferecem são

apenas recomendados e não precisam ser aceitos. A linha pode adotá-los à sua maneira. Assim, o staff alivia a linha das tarefas acessórias e especializadas, permitindo-lhe concentrar-se sobre suas principais atividades e responsabilidades.

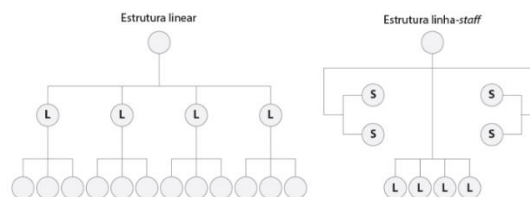
Atividade conjunta e coordenada dos órgãos de linha e dos órgãos de staff: os órgãos de linha responsabilizam-se pela execução das atividades básicas da organização (como produzir e vender), enquanto os órgãos de staff responsabilizam-se pela execução de serviços especializados (como financiar, comprar, gerir recursos humanos, planejar e controlar etc.).

Desvantagens da organização linha-staff

Existência de conflitos entre órgãos de linha e de staff: o assessor de staff não tem autoridade linear sobre os executores e o gerente de linha não tem tempo, nem preparo profissional, para se especializar.

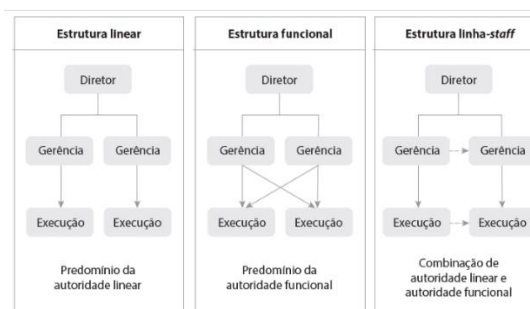
Dificuldade na obtenção e na manutenção do equilíbrio entre linha e staff: pode ocorrer inevitáveis desequilíbrios e distorções. O staff tende a forçar suas sugestões e impor suas ideias em detrimento do ponto de vista dos órgãos assessorados. Isso pode provocar enfraquecimento da linha ou delimitação da ação dos especialistas. Se essa delimitação for exagerada ou rígida, poderá fortalecer a ação da linha ou levar o staff à passividade e à acomodação. É difícil chegar a um equilíbrio dinâmico e a uma sincronização entre linha e staff de maneira que alcancem um comportamento cooperativo, recíproco e integrativo.

Comparativo entre a organização linear e a organização linha-staff.



Resumindo, a estrutura linha-staff é a forma mais utilizada de organização. Permite incorporar especialistas à organização para dar apoio e suporte aos órgãos de linha.

Diferenças entre as organizações linear, funcional e linha-staff.



Departamentalização

Departamento designa uma área, divisão ou segmento distinto de uma empresa sobre a qual um administrador (diretor, gerente, supervisor etc.) tem autoridade para o desempenho de atividades específicas. Assim, departamento é um termo utilizado com um significado genérico: pode ser um departamento, uma divisão, uma seção, uma unidade organizacional ou um setor.

À medida que ocorre a especialização do trabalho, a organização passa a requerer coordenação dessas diferentes atividades, agrupando-as em unidades maiores. Daí o princípio da homogeneidade: as funções devem ser atribuídas a unidades organizacionais na base da homogeneidade de conteúdo com o objetivo de alcançar operações mais eficientes e econômicas. As funções são homogêneas quando seu conteúdo apresenta semelhanças entre si.

Assim, o princípio que deve reger a departamentalização é o princípio da homogeneidade.

A departamentalização é uma forma de sistematização da estrutura organizacional que visa agrupar atividades que possuem uma mesma linha de ação com o objetivo de melhorar a eficiência operacional da empresa. Dessa forma, a empresa consegue juntar recursos, unidades e pessoas que tenham esse ponto em comum.

Até aqui foram visualizadas as formas de departamentalização por meio das estruturas organizacionais mais tradicionais. Porém, existem outras formas, uma vez que os departamentos são as unidades de trabalho responsáveis por uma função ou por um conjunto de funções. É um meio de se obter homogeneidade de tarefas em cada órgão, escolher homogeneidade das atividades, agrupando os componentes da organização em departamentos e divisões.

Tipos de departamentalização

A departamentalização é um meio para obter homogeneidade de tarefas em cada órgão, essa homogeneidade é possível quando se reúne, na mesma unidade, todos aqueles que estão executando o mesmo trabalho, pelo mesmo processo, para a mesma clientela e no mesmo lugar.

Os principais tipos de departamentalização são:

Por funções ou departamentalização funcional.

Por produtos ou serviços.

Por localização geográfica.

Por clientes.

Por fases do processo ou processamento.

Por projetos.

A departamentalização consiste em escolher modalidades de homogeneização de atividades, agrupando componentes similares em departamentos ou divisões.

Departamentalização por funções

Também denominada departamentalização funcional, consiste no agrupamento das atividades e tarefas de acordo com as funções principais desenvolvidas dentro da empresa. Como todo empreendimento compreende a criação de alguma utilidade em uma economia de troca e as funções fundamentais de toda empresa consistem em produção (criação de utilidade ou acréscimo de utilidade de um produto ou serviço), venda (procura de fregueses, pacientes, clientes ou membros que concordem em aceitar o produto ou serviço a um determinado preço) e financiamento (levantamento, obtenção, aplicação de recursos financeiros da empresa), nada mais lógico do que agrupar tais atividades básicas em departamentos: produção, vendas e finanças. Assim, a divisão do trabalho provoca a departamentalização da organização de acordo com o critério de semelhança de funções em atividades agrupadas com a mesma classificação funcional, como produção, vendas e finanças.

Características

Agrupamento das atividades de acordo com as funções principais da empresa.

Vantagens

Agrupa especialistas comuns em uma única chefia;

Garante plena utilização das habilidades técnicas das pessoas;

Permite economia de escala pela utilização integrada das pessoas e produção;

Orienta as pessoas para uma única e específica atividade;

Indicada para condições de estabilidade;

Reflete auto orientação e introversão administrativa

Desvantagens:

Reduz a cooperação interdepartamental;

Inadequada quando a tecnologia e o ambiente são mutáveis

Dificulta adaptação e flexibilidade a mudanças externas;

Faz com que pessoas focalizem subobjetivos de suas especialidades

Características da departamentalização funcional.



Departamentalização por produtos ou serviços

Envolve diferenciação e agrupamento de atividades de acordo com o resultado da organização, isto é, de acordo com o produto ou serviço realizado. As atividades requeridas para suprir um produto ou serviço – mesmo que sejam dissimilares – são agrupadas no mesmo departamento.¹⁰

Se a organização produz quatro produtos, as atividades A, B, C e D, requeridas para cada produto, deverão ser agrupadas em cada departamento por produto.

Esse tipo de departamentalização baseia-se nos produtos ou serviços executados pela organização, a qual se descentraliza em função deles. Isso traz vantagens econômicas e facilita o emprego da tecnologia, das máquinas e dos equipamentos, do conhecimento e do pessoal, permitindo intensificação de esforços e concentração, que aumentam a eficiência da organização.

A estrutura por produtos/serviços é indicada para circunstâncias ambientais instáveis e mutáveis, pois induz à cooperação entre especialistas e à coordenação de seus esforços para melhor desempenho do produto/serviço.¹² Além disso, cada departamento tem completa autonomia e autossuficiência com suas próprias unidades de produção, vendas, pesquisa e desenvolvimento etc. Se a tecnologia adotada é estável e permanente, então a organização do tipo linear e a departamentalização funcional são mais

apropriadas. Todavia, se a tecnologia adotada é adaptativa e mutável, então a departamentalização por produto e a estrutura de staff são mais adequadas.

Características:

Agrupamento das atividades de acordo com o resultado da organização, ou seja, de acordo com o produto ou serviço realizado.

Vantagens

Fixa a responsabilidade dos departamentos para um produto ou serviço;

Facilita a coordenação interdepartamental;

Facilita a inovação, que requer cooperação e comunicação de vários grupos;

Indicada para circunstância externas mutáveis;

Permite flexibilidade.

Desvantagens

Dispersa os especialistas em subgrupos para diferentes produtos;

Contraindicada para circunstâncias externas estáveis;

Provoca problemas humanos de temores e ansiedade com a instabilidade;

Enfatiza a coordenação em detrimento da especialização.

Departamentalização por produtos ou serviços



Departamentalização geográfica

É também denominada departamentalização territorial ou regional ou por localização geográfica. Requer diferenciação e agrupamento das atividades de acordo com a localização onde o trabalho será desempenhado ou a área de mercado servida pela empresa. A presunção implícita nessa estrutura é que, onde os mercados estão dispersos, a eficiência pode ser

melhorada quando todas as atividades relacionadas com um produto são agrupadas em uma área geográfica específica. Assim, as funções e os produtos/serviços – sejam similares, sejam dissimilares – são agrupados na base dos interesses geográficos. A departamentalização por base territorial é utilizada por empresas que cobrem grandes áreas geográficas, cujos mercados são extensos e cujas atividades estão geograficamente dispersas. As empresas multinacionais utilizam essa estratégia para as suas operações fora do país de origem, onde estão sediadas. É mais indicada para a área de produção (operações) e de vendas, sendo pouco utilizada pela área financeira, que nem sempre permite descentralização.

A preocupação territorial é uma característica típica da área mercadológica (filiais e agências distribuídas territorialmente) e da área de produção ou operações (fábricas e instalações distribuídas territorialmente para melhor utilização dos recursos locais). Ela faz com que as demais áreas da empresa – finanças e recursos humanos, pesquisa e desenvolvimento – se tornem secundárias. O agrupamento territorial aumenta o problema do controle ao nível institucional da empresa. A estrutura geográfica é aplicável quando a empresa pretende dar cobertura a um mercado de clientes ou consumidores (por meio da área mercadológica descentralizada) ou a um mercado de fornecedores de recursos de produção (por meio da área de produção descentralizada).

Características

Agrupamento das atividades de acordo com o território, região ou área geográfica.

Vantagens:

Assegura sucesso da organização pelo ajustamento às condições locais;

Fixa a responsabilidade de desempenho e lucro em cada local ou região;

Encoraja os executivos a pensar em termos de sucesso no território;

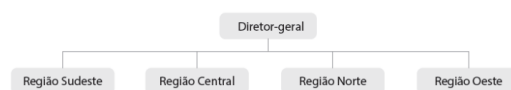
Indicada pra condições de estabilidade;
Permite acompanhar variações locais e regionais.

Desvantagens:

Reduz a cooperação interdepartamental;
Ocorre principalmente nas áreas de marketing e produção;

Inadequada para área financeira.

Departamentalização por localização geográfica



Departamentalização por clientes

A organização na base da clientela envolve a diferenciação e o agrupamento das atividades de acordo com o tipo de cliente para quem o trabalho é executado. As características dos clientes – como idade, gênero, nível socioeconômico, tipo de consumidor etc. – constituem a base para esse tipo de departamentalização. A departamentalização por clientes ou por fregueses reflete o interesse pelo consumidor do produto ou serviço oferecido pela organização. É um critério importante quando a organização lida com diferentes classes de clientes com diferentes características e necessidades. Ela divide as unidades organizacionais para que cada uma delas possa servir um cliente diferente. Quando clientes diferentes requerem diferentes métodos de vendas, diferentes características de produtos e, às vezes, diferentes serviços organizacionais, a estrutura centrada no cliente é a mais indicada.

A departamentalização por clientes constitui a abordagem mais extrovertida da empresa, cuja ênfase está mais voltada para o cliente do que para si mesma. É indicada quando o negócio depende de diferentes características de produtos/serviços que variam conforme o tipo e as necessidades do cliente. É uma estrutura que permite

concentrar todos os conhecimentos sobre as diferentes necessidades e exigências dos diferentes clientes servidos pela organização.

Características:

Agrupamento das atividades de acordo com os tipos de clientes servidos

Vantagens

Quando a satisfação do cliente é o aspecto mais crítico da organização;

Quando o negócio depende de diferentes tipos de clientes;

Predis põe os executivos a pensar em satisfazer as necessidades dos clientes;

Permite concentrar competências sobre distintas necessidades dos clientes.

Desvantagens

As demais atividades da organização – produção, finanças – tornam – se secundárias ou acessórias face à preocupação exclusiva do cliente;

Os demais objetivos da organização – como lucratividade, produtividade; eficiência – podem ser sacrificadas em função da satisfação do cliente.

Departamentalização por clientes em uma loja



Departamentalização por processos

Também denominada departamentalização por fases do processo, por processamento ou, ainda, por equipamento. É utilizada em empresas industriais nas áreas de produção ou operação e nos níveis mais baixos da estrutura organizacional. A diferenciação e o agrupamento se fazem por meio de sequência do processo produtivo ou operacional ou por meio do arranjo e da disposição racional do equipamento

utilizado. É o processo de produção dos bens ou serviços que determina a estrutura de diferenciação e agrupamento.

Processo é um conjunto de atividades estruturadas e destinadas a resultar em um produto específico para determinado cliente ou mercado. É uma ordenação das atividades de trabalho no tempo e no espaço, com começo e fim, e entradas e saídas claramente identificadas.¹⁴ O processo é entendido como uma série de atividades que fornecem valor a um cliente. O cliente do processo não é necessariamente um cliente externo da empresa. Ele pode estar dentro da empresa: é o chamado cliente interno.

A departamentalização por processo procura extrair vantagens econômicas oferecidas pela natureza do equipamento ou da tecnologia. A tecnologia constitui o foco e o ponto de referência para o agrupamento de unidades e posições. A ênfase nos processos produziu a reengenharia. Essa procura reinventar a organização por meio do total redesenho dos seus processos empresariais, como veremos mais adiante.

O agrupamento por processo está também ligado ao produto/serviço produzido por meio do processo. Em outros termos, a estrutura do processo utilizada pelas empresas está relacionada com a estrutura e o fluxo de produção do produto. Vale dizer que o processo é uma variável dependente da tecnologia empregada para produzir um dado produto/serviço. O agrupamento por processo é interessante quando os produtos ou a tecnologia utilizada são estáveis e duradouros.

Características:

Agrupamento das atividades de acordo com o fluxo do processo produtivo

Vantagens

Muito utilizado no nível operacional de áreas de produção ou de operações ;

Garante plena utilização e vantagens econômicas do equipamento ou tecnologia;

A tecnologia passa a ser o foco e o ponto de referência para o agrupamento;

Enfatiza o processo;
Permite ações de reengenharia dos processos e de enxugamento.

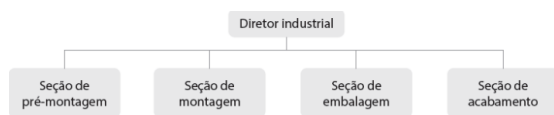
Desvantagens

Inadequada quando a tecnologia e o ambiente são mutáveis;

Pouca flexibilidade a mudanças internas ou externas;

Centraliza demasiadamente a atenção no processo produtivo.

Departamentalização por processos.



Departamentalização por projetos

O agrupamento na base de projetos envolve a diferenciação e o agrupamento das atividades de acordo com as saídas e resultados (outputs) relativos a um ou a vários projetos da empresa. É uma estratégia utilizada em empresas de grande porte que produzem produtos envolvendo grande concentração de recursos e prolongado tempo de produção. É o caso de estaleiros navais (que produzem navios), obras de construção civil (edifícios) ou industrial (fábricas e usinas hidrelétricas), que exigem tecnologia sofisticada, pessoal especializado e reunião de recursos diferentes ao longo do produto. Ocorre também em novelas de televisão e em filmes, em que cada projeto é constituído de uma equipe que, após terminado, dispersa-se. Como o produto é de grande porte e exige planejamento individual e detalhado e um extenso período para sua execução, cada produto é tratado como um projeto especial e sob encomenda. Essa estratégia de organização adapta a estrutura da empresa aos projetos que ela se propõe a construir. Por meio desse critério, unidades e grupos de empregados são destacados e concentrados durante longo lapso de tempo em projetos específicos e os recursos

necessários são alocados em cada projeto. Veja Figura 8.13.

A departamentalização por projetos é, no fundo, uma departamentalização temporária por produto (quando o projeto é único e inédito), tem ciclo de vida específico, assume proporções enormes, requerendo investimentos e recursos elevados, tecnologia específica e períodos prolongados de tempo para seu planejamento e sua execução. Sua vantagem é a enorme concentração de diferentes recursos em uma atividade complexa que exige pontos definidos de início e término, com datas e prazos determinados. É uma departamentalização focada em resultados. Cada projeto envolve tecnologias e conhecimentos exclusivos. Além da descontinuidade, provoca ansiedade e angústia nas pessoas pela imprevisibilidade de futuro no trabalho.

O agrupamento por projeto é utilizado por organizações que se dedicam a atividades influenciadas pelo desenvolvimento tecnológico – por exemplo, pesquisa e desenvolvimento em empresas do ramo farmacêutico, de eletrônica, energia nuclear, astronáutica, aeronáutica etc. –, quando o projeto se refere a um novo produto a ser pesquisado e desenvolvido para ser futuramente colocado em linha de produção. A principal tarefa é reunir uma equipe de especialistas em diversos campos de atividade.¹⁵ A Administração por projetos é uma decorrência dessa estratégia organizacional e está centrada na adaptação de certos segmentos da empresa a um produto complexo e manufaturado a partir de uma enorme concentração de recursos e de especialistas diferentes para atender a especificações predeterminadas no sentido de atender exigências e necessidades dos clientes

Características

Agrupamento das atividades com os projetos planejados pela empresa.

Vantagens:

Agrupar equipes multifuncionais em projetos específicos de grande porte;

Ideal para empresa cujos produtos envolvam concentração de recursos e tempo;

Ideal para estaleiros, obras de construção civil ou industrial, hidroelétricas;

Facilita o planejamento detalhado para execução de produtos de grande porte;

Adapta a empresa aos projetos que ela pretende construir;

Unidades e grupos são destacados e concentrados durante longo tempo;

É uma departamentalização temporária por produto.

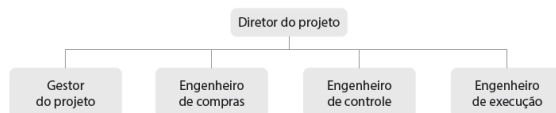
Desvantagens:

O projeto tem vida planejada. É descontínuo;

Quando ele termina, a empresa pode desligar pessoas ou paralisar equipamentos;

Produz ansiedade e angústia nas pessoas pela sua descontinuidade.

Departamentalização por projetos



Escolhas de alternativas de departamentalização

Difícilmente se encontra na prática a aplicação pura de um único tipo de departamentalização em toda a organização. É comum encontrar uma conjugação de diversos tipos de departamentalização no mesmo nível ou nos diferentes níveis hierárquicos da organização. Isso porque os tipos de departamentalização não são suficientes para estruturar uma organização por meio deles próprios, não indicam claramente como são estabelecidas as inter-relações entre os vários departamentos. A departamentalização não é um fim em si, mas um meio de organizar as atividades da empresa, de forma a facilitar o alcance de

seus objetivos. Não é, tampouco, a solução ideal, pois a separação de atividades sempre cria problemas de coordenação de difícil solução.

Existem quatro princípios que, apesar de não serem absolutos e de conflitarem entre si algumas vezes, permitem ajustar o problema de departamentalização:

Princípio de maior uso: o departamento que fizer mais uso de uma atividade deve tê-la sob sua jurisdição.

Princípio de maior interesse: o departamento que tiver mais interesse por uma atividade deve supervisioná-la, porque se torna proficiente nela.

Princípio de separação do controle: as atividades de controle devem ser autônomas, independentes e separadas das atividades que estão sendo controladas.

Princípio da supressão da concorrência: deve-se eliminar a concorrência entre departamentos, agrupando atividades diversas em um só departamento – embora, em certos casos, a rivalidade interdepartamental seja salutar quando cria uma competição leal e sadia.

Resumo - Organização Formal

A organização formal apresenta cinco características básicas: divisão do trabalho, especialização, hierarquia, distribuição da autoridade e da responsabilidade, e racionalismo. Para atender a essas características, que mudam de acordo com cada organização, os autores clássicos e neoclássicos definiram três tipos de organização: linear, funcional e linha-staff.

A organização linear é o tipo de organização mais antigo e mais simples. Baseia-se no princípio da unidade de comando. Suas características principais são: autoridade única baseada na hierarquia, linhas formais de comunicação, centralização das decisões no topo e, conseqüentemente, seu aspecto piramidal. A organização linear apresenta fortes vantagens, como estrutura simples e de fácil compreensão, clara delimitação das

responsabilidades de cada órgão, facilidade de implementação, estabilidade e adequação a organizações de pequeno porte. Suas desvantagens residem em sua tendência à rigidez e à inflexibilidade, ao comando autocrático, à ênfase em chefes generalistas, na falta de especialização e no congestionamento dos canais formais de comunicação à medida que a organização cresce. Assim, a organização linear é indicada quando a organização é pequena e rotineira, tem vida curta ou, ainda, quando está em seu estágio inicial.

A organização funcional é o tipo de organização que se baseia no princípio funcional ou princípio de especialização. Suas principais características são: autoridade funcional ou dividida, linhas diretas de comunicação, descentralização das decisões e ênfase na especialização dos órgãos, na melhor supervisão técnica, nas comunicações diretas e sem intermediação. Contudo, suas desvantagens são evidentes: diluição da autoridade de comando, subordinação múltipla, tendência à concorrência entre os especialistas, existência de tensões e de conflitos na organização e confusão quanto aos objetivos. Assim, a organização funcional é indicada quando a organização é pequena ou quando se torna interessante delegar temporariamente autoridade funcional a determinado órgão para implementar algo ou avaliar uma nova atividade.

A organização linha-staff é uma combinação das organizações linear e funcional, aumentando-se ao máximo as vantagens e reduzindo as desvantagens, mas com predominância das características lineares. Existem órgãos de linha (ou de execução ou operação) e órgãos de staff (ou de consultoria, assessoria ou prestação de serviços especializados). As características da organização linha-staff são: fusão da estrutura linear com a estrutura funcional, coexistência entre linhas formais de comunicação e prestação de assessoria funcional, separação entre órgãos operacionais (ou de linha) e órgãos de apoio (ou de assessoria ou staff) e coexistência

entre hierarquia e especialização técnica. Suas vantagens residem na oferta de assessoria especializada e inovadora, mantendo o princípio de autoridade única, e na atividade conjunta e coordenada dos órgãos de linha e dos órgãos de staff. Suas desvantagens estão na possibilidade de conflitos entre assessoria e operação e na dificuldade de manter o equilíbrio entre o poder da linha e o poder do staff. A organização linha-staff tem sido a mais amplamente utilizada em todos os tipos de organização.

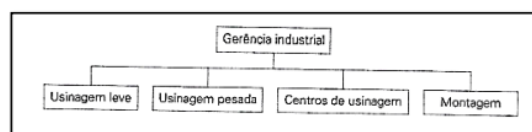
A fim de responder às exigências internas e externas, a organização pode desenvolver uma especialização vertical (proporcionando maior número de níveis hierárquicos) e uma especialização horizontal (proporcionando maior número de órgãos especializados, ou seja, departamentalização).

A departamentalização constitui a combinação e/ou agrupamento adequados das atividades necessárias à organização em departamentos específicos. Os tipos de departamentalização são: por funções, por produtos ou serviços, por localização geográfica, por clientes, por fases do processo ou por projetos.

Cada tipo de departamentalização apresenta características, vantagens e limitações que influirão nas decisões quanto às escolhas de alternativas de departamentalização a adotar em cada organização

Questões

01. (CEASA/RS - Analista - Administrador - FUNDATEC/2022). Observe a imagem abaixo.



Fonte: Marras (2016).

Marras (2016) define que a estrutura organizacional de uma empresa está

geralmente demonstrada em organogramas, funcionogramas e fluxogramas de atividades. O desenho do organograma acima corresponde ao modelo que tem como critério a divisão da estrutura em subsistemas que representam diferentes passos ou fases do todo, que se denomina departamentalização:

- A - Funcional.
- B - Geográfica.
- C - Por processo.
- D - Por produto.
- E - Por cliente.

02. (CRF/GO - Agente de Tecnologia da Informação - Quadrix/2022). A respeito de estrutura organizacional, julgue o item.

A organização linha-staff é mais rígida com relação à hierarquia, pois tem como base que, entre o superior e o subordinado, existem linhas diretas e únicas de autoridade e de responsabilidade.

- () Certo () Errado

03. (CRF/GO - Agente de Tecnologia da Informação - Quadrix/2022). A respeito de estrutura organizacional, julgue o item.

São três os tipos básicos de estrutura organizacional: linear; funcional; e linha-staff.

- () Certo () Errado

04. (SEDF - Professor Substituto - Quadrix/2021). A respeito de estrutura organizacional, julgue o item.

A estrutura por processos é o tipo mais frequente, pois cada parte da empresa deve ter a estrutura que mais se adapta à sua realidade organizacional. É composta por mais de uma estrutura interdependente para inovar e alcançar as metas em um ambiente incerto. Apesar dessa vantagem, gera uma sobrecarga nas decisões, uma vez que

envolve vários departamentos com um único presidente, podendo envolver, também, a combinação de mais de uma estrutura.

- () Certo () Errado

05. (SEDF - Professor Substituto - Quadrix/2021). A respeito de estrutura organizacional, julgue o item.

A estrutura linear, também chamada de militar, pois ressalta bem a questão da autoridade, possui um controle inflexível e totalmente limitado, o que dificulta a participação dos funcionários, que não têm competências especializadas. Tudo é rotineiro e previamente estabelecido pela cúpula gerencial.

- () Certo () Errado

06. (SEDF - Professor Substituto - Quadrix/2021). A respeito de estrutura organizacional, julgue o item.

A estrutura funcional é como a linear, simples e de alta gerência forte e decisória, mas com um órgão diferente que serve de assessoria para facilitar os desfechos das decisões e ajudar a concluir os trabalhos com qualidade e eficiência. As vantagens desse tipo de estrutura são: participação de especialistas; favorecimento da execução do trabalho; e maior eficiência.

- () Certo () Errado

Alternativas

01. C – 02. Errado – 03. Certo – 04. Errado – 05. Certo – 06. Errado

**Funções da Administração:
planejamento, organização, direção e
controle**

Processo⁶ (do latim *procedere* = avançar, ir para frente) significa uma sequência de atividades, tarefas ou passos que se sucedem em um fluxo no sentido de

⁶ Chiavenato, Idalberto. *Fundamentos de Administração*. Disponível em: *Minha Biblioteca*, (2nd edição). Grupo GEN, 2021.

alcançar uma meta ou objetivo. É uma maneira planejada e sistemática de fazer as coisas. É um meio, método ou maneira de conduzir certas atividades tendo em vista algo a ser cumprido ou alcançado. Dentro dessa perspectiva, a administração é um processo conduzido por administradores nos vários níveis da organização ou nas várias funções de planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades da organização a fim de alcançar objetivos estabelecidos. Assim, as funções administrativas – planejamento, organização, direção e controle – recebem o nome de processo administrativo ou também adotado como Processo Organizacional.

O processo administrativo apresenta as seguintes características básicas:

É cíclico e repetitivo: o processo administrativo é permanente e contínuo e está sempre sendo completado e repetido continuamente. Em cada ciclo – seja diário, semanal, mensal ou anual –, o processo tende a melhorar e aperfeiçoar-se contínua e gradativamente.

É interativo: cada função administrativa interage com as demais funções, influenciando-as e sendo por elas influenciada.

É iterativo: o processo administrativo é uma sequência de passos que, embora não sejam rigidamente seguidos, formam um itinerário sujeito a ajustamentos e correções, avanços e recuos, ao longo de sua execução.

É sistêmico: o processo não pode ser analisado por cada uma de suas partes tomadas isoladamente, mas pela sua totalidade e globalidade. Cada uma das funções administrativas deve ser vista em conjunto com as demais. Nenhuma delas pode ser administrada sem uma estreita vinculação com as outras.

O processo administrativo envolve a atividade do gestor em toda a sua extensão: desde o início (planejamento), preparação (organização), meio (direção) e final

(controle). Consequentemente, envolve a definição dos objetivos e o caminho para alcançá-los, a conjunção de recursos e competências para que isso seja possível, a ativação e condução das pessoas para executarem as atividades planejadas e a monitoração e avaliação disso tudo para garantir que o que foi planejado, organizado e dirigido alcançou os objetivos pretendidos com sucesso. O processo administrativo é o meio condutor que o gestor utiliza para entregar resultados à organização e torná-la competitiva e sustentável ao longo do tempo.

As funções Administrativas

Planejamento

O planejamento define o que a organização pretende fazer no futuro e como deve fazê-lo. Por essa razão, o planejamento é a primeira função administrativa que define os objetivos para o desempenho organizacional futuro e decide sobre as tarefas e recursos necessários para alcançá-los adequadamente. Por meio do planejamento, o administrador pode se orientar pelos objetivos visados e pelas ações necessárias para alcançá-los, baseando-se em métodos ou lógica, e não ao acaso. O planejamento produz planos que se baseiam em objetivos e nos melhores procedimentos para alcançá-los adequadamente. Assim, planejar envolve solução de problemas e tomada de decisões quanto a alternativas para o futuro.

O planejamento é, portanto, o processo de estabelecer objetivos e o curso de ação adequado para alcançá-los da melhor maneira possível.

Organização

A função administrativa de organizar visa estabelecer os meios e recursos necessários para possibilitar a execução do planejamento e reflete como a organização tenta executar os planos. A organização é a função administrativa relacionada com a divisão do trabalho, arranjo e alocação de

tarefas, agrupamento de equipes ou departamentos e alocação dos recursos necessários nas equipes e nos departamentos. É, portanto, o processo de arranjar e alocar o trabalho, estabelecer a autoridade e os recursos entre os membros de uma organização para que eles possam alcançar os objetivos organizacionais.

A organização, portanto, é o processo de engajar as pessoas em um trabalho conjunto de maneira estruturada para alcançar objetivos comuns.

Direção

Representa a colocação em marcha daquilo que foi planejado e organizado. Para tanto, a direção é a função administrativa que envolve o uso de influência para ativar e motivar as pessoas a alcançarem os objetivos organizacionais. Ela envolve influência, comunicação e motivação das pessoas para desempenhar tarefas essenciais.

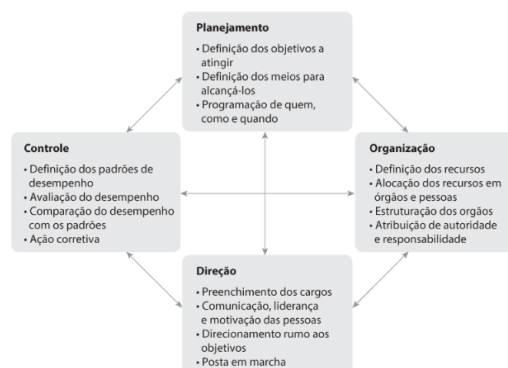
A direção, portanto, é o processo de influenciar e orientar as atividades relacionadas com as tarefas dos diversos membros da equipe ou da organização como um todo.

Controle

Representa acompanhamento, monitoração e avaliação do desempenho organizacional para verificar se as coisas estão acontecendo de acordo com o que foi planejado, organizado e dirigido. Controle é a função administrativa relacionada com a monitoração das atividades a fim de manter a organização no caminho adequado para o alcance dos objetivos e permitindo as correções necessárias para atenuar os desvios.

O controle, portanto, é o processo de assegurar que as atividades atuais estejam em conformidade com as atividades planejadas.

Processo administrativo como um ciclo repetitivo de eventos.



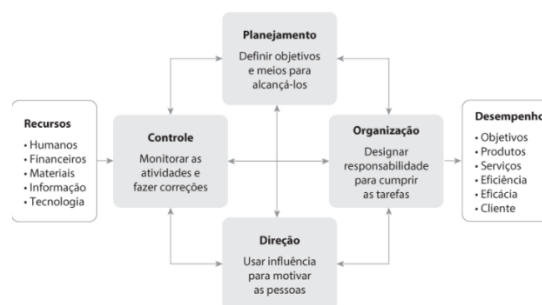
Cada uma das funções administrativas lida com uma base de atuação própria e diferente.

Papel do processo administrativo

Função administrativa	Base de atuação	Definição
Planejamento	Objetivos	Fixar objetivos e determinar um curso de ação futura para alcançá-los.
Organização	Recursos	Atribuir e relacionar o trabalho para o alcance dos objetivos fixados.
Direção	Pessoas	Designar as pessoas e promover a ação intencional em direção aos objetivos.
Controle	Resultados	Avaliar o progresso em relação aos objetivos, de acordo com o planejado.

Todas as funções administrativas convergem fortemente para uma mesma finalidade: o desempenho organizacional adequado para alcançar objetivos e oferecer resultados na forma de entrega de produtos, serviços, eficiência, eficácia e satisfação do cliente. E, atrás disso tudo, competitividade e sustentabilidade.

Processo administrativo como um todo integrado



Basicamente, o administrador deve planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades da organização ou da sua unidade, ou ainda de sua equipe, a fim de alcançar objetivos previamente

estabelecidos. O ideal seria que balanceasse igualmente seu desempenho em todas essas quatro funções.

Todavia, alguns administradores são excelentes planejadores; outros, muito bons organizadores; outros sabem dirigir bem; enquanto outros ainda são ótimos controladores. E não têm as condições ideais de conduzir todo o processo administrativo de planejamento, organização, direção e controle. Afinal de contas, ninguém é perfeito neste mundo. Contudo, é preciso saber conduzir e equilibrar todos esses aspectos no seu conjunto para ser um gestor pleno.

Questões

01. (DPE/MT - Assistente Administrativo - FGV) Em relação aos processos administrativos nas organizações, assinale a afirmativa incorreta.

- A - Prever é traçar um programa de ação.
- B - Organizar significa distribuir tarefas.
- C - Comandar é distribuir/orientar pessoas.
- D - Coordenar é harmonizar os esforços individuais.
- E - Controlar é estimular iniciativas autônomas.

02. (Colégio Pedro II - Técnico de Nível Superior - INSTITUTO AOCP) O processo administrativo é formado por funções básicas da Administração. Quais são elas?

- A - Planejamento e direção
- B - Controle e direção.
- C - Planejamento, organização e trabalho.
- D - Planejamento, organização, controle e direção.
- E - Controle e direção do trabalho.

03. (INSTITUTO AOC - Analista Administrativo - UFGD) Assinale a

alternativa que apresenta uma definição de processo administrativo.

A - É o processo de planejar, implementar, controlar e avaliar estratégias.

B - É o processo de prever os objetivos pretendidos.

C - É o processo de tomar decisões sobre a utilização de recursos para realizar objetivos.

D - É o processo que possibilita o uso racional dos recursos disponíveis.

E - É o processo que integra o conjunto de funções-chave da administração.

Alternativas

01. E – 02. D – 03 – E -

Processo de comunicação

Comunicação

Para adentrarmos à análise do presente tema, necessário se faz um breve conceito para melhor visualização. A comunicação se sintetiza na troca de informações entre indivíduos, o modo como tal comunicação ocorrerá pode ser variado a depender da circunstância, do momento, da localidade, entre outros fatores.

A comunicação⁷ é uma das principais ferramentas do administrador. A maior parte do seu tempo é aplicada em comunicação. Ela tem aplicação em todas as funções administrativas, mas é particularmente importante na função de direção, pois representa o intercâmbio de pensamento e de informações para proporcionar compreensão mútua e confiança, além de boas relações humanas. A comunicação envolve troca de ideias, fatos, opiniões ou emoções entre duas ou mais pessoas. E é envolvida em inter-relações por meio de palavras, letras, símbolos ou mensagens e como um meio

⁷ Chiavenato, Idalberto. *Fundamentos de Administração*. Disponível em: *Minha Biblioteca*, (2nd edição). Grupo GEN, 2021

para as pessoas compartilharem e intercambiarem significado e compreensão entre si.

A comunicação não se restringe somente ao falar, mas também pode se concretizar via olhar, gestos, símbolos, pela escrita.

Por exemplo, este material que você, candidato, está lendo, é uma forma de troca de informações entre o que escreve e o que lê, ou seja, uma comunicação aqui é instaurada.

Quando se realiza a comunicação está havendo a troca de informações entre as pessoas envolvidas, tratando-se de um aspecto essencial e fundamental nas relações humanas e organizacional.

Com a modernização do mundo a comunicação se tornou algo dinâmico, fácil e rápido. Os diversos aplicativos e redes sociais criadas, possibilitam, por exemplo, uma empresa se comunicar com muito mais facilidade e agilidade com seus parceiros comerciais, com seus clientes, expor suas mercadorias, ter um *feedback* do seu trabalho, corrigir posturas da empresa para melhor desenvolvimento, entre tantas outras oportunidades.

Ao se analisar sobre o tema comunicação, percebe-se que a mesma possui algumas funções básicas: controle, motivação, expressão emocional e informação.

Pelo controle, busca controlar o comportamento do indivíduo.

A motivação, traz a ideia do que deve ser feito, qual a qualidade do desempenho e como melhorá-lo, ou seja, trabalha com o *feedback* de progresso, ex.: *quando o chefe elogia o funcionário pelo bom trabalho realizado*.

Pela expressão emocional consegue perceber sentimento de alegria, prazer, satisfação, bem como de frustração e a partir dessa análise tomar atitudes de conforme o apurado.

Por fim, na informação é coletado dados que possibilitaram a identificação e avaliação de alternativas.

Ainda sobre o tema, é válido ressaltar que ao longo dos tempos estudiosos humanistas pesquisaram, de forma aprofundada, sobre as chamadas “Redes de comunicação ou padrões/cadeias de comunicação”. A ideia inicial do estudo era encontrar a melhor maneira de se comunicar; no entanto, concluiu-se que não existe apenas uma única maneira universal de comunicação nas organizações, tendo em vista que os dados e informações são trocados entre as pessoas por diversos propósitos ou circunstâncias.

Sistema de comunicação

O sistema de comunicação envolve, no mínimo, duas pessoas: a remetente (fonte) e a recebedora (destino), isto é, a que envia a comunicação e a que a recebe. A fonte constitui o ponto inicial e o destino o ponto final da comunicação. Entre eles existem mais quatro componentes do processo: transmissão, canal, recepção e o ruído. Vejamos os seis componentes do sistema de comunicação:

1.Fonte: significa a pessoa, coisa ou processo que emite ou fornece as mensagens por intermédio do sistema.

2.Transmissor: significa o meio, processo ou equipamento (voz, telefone, e-mail etc.) que codifica e transporta a mensagem por meio de algum canal até o receptor (destino) que deve recebê-la. Todo transmissor é um codificador.

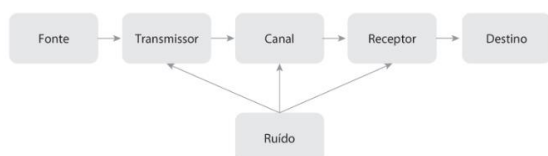
3.Canal: é o espaço intermediário situado entre o transmissor e o receptor, que em geral constituem dois pontos distantes.

4.Receptor: é o processo ou equipamento que capta e recebe a mensagem do canal. Para tanto, decodifica a mensagem para colocá-la à disposição do destino. Em princípio, todo receptor é um decodificador de mensagem.

5.Destino: é a pessoa, coisa ou processo a quem é destinada a mensagem no ponto final do sistema de comunicação.

6.Ruído: significa uma perturbação indesejável que tende a deturpar e alterar a mensagem transmitida de maneira imprevisível. Envolve as perturbações internas presentes nos diversos componentes do sistema, como é o caso de perturbações no transmissor (voz rouca ou prolação defeituosa, telefone cruzado, carta ilegível) ou no receptor (surdez, dificuldade de leitura).

Sistema de comunicação



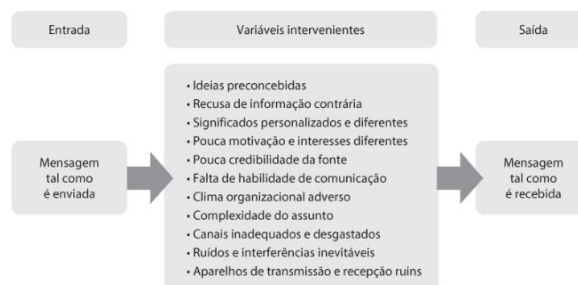
Os seis componentes funcionam como um processo, ou melhor, como um sistema. O conteúdo do processo de comunicação é geralmente uma mensagem, enquanto o objetivo é a compreensão da mensagem por parte do destino. A comunicação somente ocorre quando o destino (pessoa que a recebe) compreende ou interpreta a mensagem. Se a mensagem não chega ao destino e se o destino não a compreende, a comunicação não se efetiva

Barreiras à comunicação

Quase sempre o processo de comunicação sofre entraves, bloqueios, dificuldades e restrições devido a barreiras que se interpõem entre o emissor e receptor. As barreiras à comunicação são restrições e limitações que ocorrem dentro ou entre as etapas do processo de comunicação, fazendo com que nem todo sinal emitido pela fonte percorra o processo de modo a chegar incólume ao seu destino. O sinal pode sofrer perdas, mutilações, distorções, como também ruídos, interferências, vazamentos e ainda ampliações ou desvios. O boato é uma

comunicação distorcida, ampliada ou desviada. As barreiras fazem com que a mensagem enviada e a mensagem recebida e interpretada sejam diferentes entre si.

Barreiras ao processo de comunicação.



Com o passar do tempo, pesquisadores puderam passar a dar mais atenção às oportunidades de ouvir e aprender em reuniões de grupo, podendo avaliar os problemas existentes nas comunicações entre grupos da organização. Desta forma, notou-se que a comunicação dentro da empresa é falha, compelindo a administradores tomarem atitudes tais quais:

- Assegurar a participação das pessoas dos níveis inferiores na solução dos problemas operacionais da empresa;
- Possibilitar que haja mais franqueza e confiança entre indivíduos e grupos dentro da organização;

Comunicação Formais e Informais

A comunicação também pode ser dividida em Formal e Informal.

Formal: aquela que é a oficial da estrutura organizacional. É formalizado, como exemplo, no regimento interno, ocorre entre os níveis hierárquicos, e busca atender algum tipo de exigência funcional.

Informal: é o tipo de comunicação que se dá fora do fluxo formal da organização, não sendo controlada pela direção, pois acontece na relação social entre as pessoas, independentemente da posição hierárquica.

Comunicações orais e escritas

As mensagens podem ser transmitidas de diferentes formatos: orais ou escritas.

Comunicações orais: são comunicações interpessoais feitas oralmente de pessoa para pessoa ou entre pessoas, geralmente face a face.

Comunicações escritas: são comunicações entre pessoas distantes entre si. Permitem documentação e comprovação.

Todavia, tempo, custo, rapidez, preferências pessoais, habilidades individuais, recursos disponíveis e outras considerações servem como critérios de decisão para a escolha de um desses tipos de comunicação.

Fluxo de direção

Em toda empresa existe uma complexa combinação de meios de comunicações pelos quais elas transitam e se propagam. Conforme o fluxo direcional dentro da empresa, as comunicações podem ser classificadas como:

- *Vertical:* dividida em ascendente e descendente.
 - A) Ascendente: do nível mais baixo ao mais alto;
 - B) Descendente: do nível mais alto para o mais baixo.
- *Horizontal:* a comunicação que ocorre entre membros de um mesmo grupo ou de grupos de mesmo nível hierárquico.
- *Transversal:* ocorre em todas as direções. Verifica-se mais a sua presença em organizações flexíveis.
- *Circular:* todos os níveis, adequado nas organizações informais.

Questões

1. (UFSBA – Assistente em administração – UFMT) No ambiente organizacional, a comunicação é uma permuta ou intercâmbio de informações que devem ser transmitidas e compreendidas. Sobre entraves que podem restringir o processo de comunicação, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() Clareza das informações recebidas pelo locutor é relevante para compreensão da mensagem.

() Distorções das informações encaminhadas pelo locutor auxilia na compreensão da mensagem.

() Informalidade do locutor na apresentação de informações constitui-se imprescindível para o êxito da comunicação.

() Deficiência para interpretação da informação pelo interlocutor afeta a compreensão da informação.

Assinale a sequência correta

- A - V, F, F, V
- B - F, V, V, F
- C - V, F, V, F
- D - F, V, F, V

02. (Prefeitura de Gramado - RS - Auxiliar Administrativo - FUNDATEC/2019). A comunicação organizacional utiliza redes de comunicação para a transmissão de informações. Essas redes podem ser de caráter formal e informal. A rede de comunicação formal inclui os vários níveis hierárquicos da organização, podendo ser longa e complexa, a depender da própria estrutura organizacional utilizada como base. De outro lado, as redes de comunicação informal não possuem estrutura definida, tampouco componentes hierárquicos. Sobre as redes de comunicação informal, assinale a alternativa correta.

A - São de iniciativa da gerência da empresa e se tratam da principal forma de comunicação da empresa.

B - É sempre vista de maneira negativa pela organização, devendo ser evitada.

C - Trata-se de uma forma de sabotar os gerentes e diretores. Empresas de renome não admitem essas práticas em seus negócios.

D - Nas organizações públicas, não existe esse tipo de comunicação, já que toda informação segue o modelo burocrático de Webber, de maneira que apenas as comunicações escritas têm valor para os funcionários.

E - São redes não oficiais de comunicação, também conhecidas como rede de rumores, pelas quais as informações não oficiais fluem de maneira mais célere. Em alguns casos, são estimuladas pelas organizações, em outros, evitadas.

03. (CRMV/MS - Agente Fiscal - Quadrix/2022). Quanto à comunicação, julgue o item.

A comunicação formal é aquela que está diretamente ligada ao ambiente interpessoal e pode se dar tanto no ambiente de trabalho quanto no ambiente familiar.

() Certo () Errado

04. (UFRPE - Assistente em Administração - SUGEP/UFRPE/2019).

A comunicação formal é a comunicação veiculada através dos canais de comunicação existentes no organograma da empresa e é derivada da alta administração. Já a comunicação informal é aquela desenvolvida espontaneamente através da estrutura informal e fora dos canais de comunicação estabelecidos pelo organograma, “sendo todo tipo de relação social entre os colaboradores. É a forma dos funcionários obterem mais informações, através dos conhecidos ‘boatos e rumores’”. Assinale a alternativa que corresponde a um exemplo de comunicação informal.

- A - Comunicação interna.
- B - Relatório de atividades.
- C - Contrato de prestação de serviços.
- D - Reunião informal entre colaboradores.
- E - Aviso aos acionistas.

05. (CRMV/MS - Agente Fiscal - Quadrix/2022). Quanto à comunicação, julgue o item.

A comunicação transversal está muito relacionada com a hierarquia formal da organização e é mais comum entre um superior e seus subordinados.

() Certo () Errado

06. (HEMOBRÁS - Analista de Gestão Administrativa - CESPE / CEBRASPE).

Emissor, receptor, mensagem, canal e ruído são elementos do processo de comunicação nas organizações.

() Certo () Errado

Alternativa

1.A – 02. E – 03. Errado – 04. D – 05. Errado – 06. Certo

Administração de pessoas: recrutamento, seleção, treinamento, desenvolvimento, motivação liderança, delegação, cargos e salários

Recrutamento

Recrutamento é um conjunto de técnicas e procedimentos que visa atrair candidatos potencialmente qualificados e capazes de ocupar cargos dentro da organização. É basicamente um sistema de informação, por meio do qual a organização divulga e oferece ao mercado de recursos humanos as oportunidades de emprego que pretende preencher.

Meios de recrutamento

As fontes de recrutamento são as áreas do mercado de recursos humanos que devem ser exploradas pelos mecanismos de recrutamento. Em outros termos, o mercado de recursos humanos apresenta fontes de RH diversificadas que devem ser diagnosticadas e localizadas pela empresa, que passa a influenciá-las por meio de uma multiplicidade de técnicas de recrutamento,

visando atrair candidatos para atender às suas necessidades.

O mercado de RH é constituído pelo conjunto de candidatos que podem estar aplicados ou empregados (trabalhando em alguma empresa) ou disponíveis (desempregados). Os candidatos aplicados ou disponíveis podem ser tanto reais (que estão procurando emprego ou pretendem mudar de emprego) como potenciais (que não estão interessados em procurar emprego). Ocorre que os candidatos aplicados – sejam reais ou potenciais – estão trabalhando em alguma empresa ou na nossa. Daí os dois meios de recrutamento: o interno e o externo.

O recrutamento externo aborda candidatos reais ou potenciais, disponíveis ou aplicados em outras empresas e sua consequência é uma provável admissão. Por outro lado, o recrutamento interno aborda candidatos reais ou potenciais aplicados na própria empresa e sua consequência é o processamento interno de candidatos.

Recrutamento Interno

O recrutamento interno ocorre quando a empresa procura preencher determinada vaga com remanejamento de seus funcionários, que podem ser promovidos (movimentação vertical) ou transferidos (movimentação horizontal), ou ainda transferidos com promoção (movimentação diagonal). Assim, o recrutamento interno pode envolver:

Transferências de pessoal.

Promoções de pessoal.

Transferências com promoções de pessoal.

Programas de desenvolvimento de pessoal.

Planos de encareiramento (carreiras) de pessoal.

O recrutamento interno exige intensa e contínua coordenação e integração do órgão de recrutamento com os demais órgãos da empresa e envolve vários sistemas e bancos de dados. Muitas organizações utilizam

bancos de talentos com pessoas capacitadas para o recrutamento interno.

Para tanto, o recrutamento interno baseia-se em dados e informações relacionados com os outros subsistemas, a saber:

Resultados obtidos pelo candidato interno nos testes de seleção a que se submete quando de seu ingresso na organização.

Resultados das avaliações do desempenho do candidato interno.

Resultados dos programas de treinamento e de aperfeiçoamento de que participou o candidato interno.

Análise e descrição do cargo atual do candidato interno e do cargo que se está considerando, a fim de se avaliar a diferença entre ambos e os requisitos adicionais que se farão necessários.

Planos de carreira, planos de encareiramento ou, ainda, planejamento das movimentações de pessoal para se verificar a trajetória mais adequada do ocupante do cargo considerado.

Condições de promoção do candidato interno (está “no ponto” de ser promovido) e de substituição (se o candidato interno já tem substituto preparado para seu lugar).

Para que possa funcionar bem, o recrutamento interno exige interna coordenação do órgão de RH com os demais órgãos da empresa.

Vantagens do recrutamento interno

O recrutamento interno é um processamento ou movimentação interna de recursos humanos. As principais vantagens do recrutamento interno são:

- É mais econômico: evita despesas com anúncios em jornais ou honorários de empresas de recrutamento, custos de atendimento de candidatos, custos de admissão, custos de integração do novo empregado etc.

- É mais rápido: evita as demoras frequentes do recrutamento externo, a expectativa do dia em que o anúncio será

publicado no jornal, a espera dos candidatos, a possibilidade de que o candidato escolhido tenha de trabalhar durante o período de aviso prévio em seu atual emprego, a demora natural do próprio processo de admissão etc.

- Apresenta maior índice de validade e de segurança: pois o candidato já é conhecido, avaliado durante certo tempo e submetido à apreciação dos chefes envolvidos; não necessita, na maior parte das vezes, de período experimental, de integração e indução à organização, ou de informações cadastrais a respeito.

- É uma fonte poderosa de motivação para os colaboradores: desde que estes vislumbrem a possibilidade de crescimento dentro da organização, graças às oportunidades oferecidas para uma futura promoção.

- Aproveita os investimentos da empresa em treinamento do pessoal: que, muitas vezes, tem o seu retorno quando o empregado passa a ocupar cargos mais elevados e complexos.

- Desenvolve um sadio espírito de competição entre o pessoal: tendo em vista que as oportunidades são oferecidas igualmente a todos e as aproveitam os que demonstrem condições de merecê-las.

Desvantagens do recrutamento interno

- Exige que os novos colaboradores tenham potencial de desenvolvimento para serem promovidos a alguns níveis acima do cargo onde estão sendo admitidos e motivação suficiente para chegar lá. Se a organização não oferece oportunidades de crescimento no momento adequado, corre o risco de frustrar os colaboradores em suas ambições, trazendo consequências como apatia, desinteresse ou a saída da organização para aproveitar oportunidades fora dela.

- Pode gerar conflito de interesses, pois, ao oferecer oportunidades de crescimento, cria uma atitude negativa nos colaboradores que não são envolvidos.

- Quando praticado continuamente leva os colaboradores a um progressivo estancamento nas políticas e diretrizes da organização.

- Não pode ser feito em termos globais dentro da organização. A ideia de que quando o presidente se aposenta a organização admite um aprendiz de escritório e promove todo mundo já foi enterrada há muito tempo. Isso provoca uma descapitalização do capital humano: a organização perde um presidente e ganha um aprendiz de escritório novato e inexperiente. Para não prejudicar o patrimônio humano, o recrutamento interno deve ser efetuado na medida em que os candidatos internos tenham condições de igualar-se aos candidatos externos.

Recrutamento externo

O recrutamento externo funciona com candidatos vindos de fora. Havendo uma vaga, a organização procura preenchê-la com pessoas estranhas, ou seja, com candidatos externos. O recrutamento externo incide sobre candidatos reais ou potenciais, disponíveis ou aplicados em outras organizações, e pode envolver uma ou mais das seguintes técnicas de recrutamento:

Arquivos de candidatos que se apresentaram espontaneamente ou em outros recrutamentos: Os candidatos que se apresentam espontaneamente ou que não foram escolhidos em recrutamentos anteriores devem ter um curriculum vitae ou proposta de emprego arquivados no órgão de recrutamento. O recrutamento deve ser uma atividade contínua e ininterrupta que visa garantir sempre um estoque de candidatos para qualquer eventualidade futura. Além do mais, a organização deve estimular a vinda espontânea dos candidatos, recebê-los e, se possível, manter contatos eventuais com eles, a fim de não perder a atratividade e o interesses.

Apresentação de candidatos por parte dos funcionários da empresa: A organização que estimula seus colaboradores a apresentarem ou recomendarem candidatos está utilizando um veículo dos mais eficientes e de amplo espectro de cobertura, porque o veículo vai ao candidato por intermédio do funcionário

Cartazes ou anúncios na portaria da empresa: Os resultados dependem de uma série de fatores, como a localização da empresa, proximidade de lugares onde haja movimentação de pessoas, proximidade das fontes de recrutamento, visualização fácil dos cartazes e anúncios, facilidade de acesso etc. Nesse caso, o veículo é estático e o candidato vai até ele, tomando a iniciativa

Contatos com sindicatos e associações de classe: Tem a vantagem de envolver outras organizações no processo de recrutamento, sem elevação de custos. Serve mais como estratégia de apoio ou esquema residual do que como estratégia principal

Contatos com universidades, escolas, agremiações estaduais, diretórios acadêmicos e centros de integração empresa-escola: Mesmo que não haja vagas no momento, algumas empresas desenvolvem esse sistema continuamente, como propaganda institucional para intensificar a apresentação de candidatos

Conferências e palestras em universidades e escolas: no sentido de promover a empresa e criar uma atitude favorável, relatando o que é a organização, quais são seus objetivos, sua estrutura e as oportunidades de trabalho que oferece, com uso de recursos audiovisuais (filmes, slides etc.).

Contatos com outras empresas que atuam no mesmo mercado: em termos de cooperação mútua. Em alguns casos, esses contatos interempresas chegam a formar

cooperativas de recrutamento ou órgãos de recrutamento financiados por um grupo de empresas.

Viagens de recrutamento a outras localidades: quando o mercado de RH local já está bastante explorado, a empresa pode lançar mão do recrutamento em outras cidades ou localidades.

Anúncios em jornais e revistas: o anúncio de jornal é considerado uma das técnicas de recrutamento mais eficientes de atrair candidatos.

Agências de recrutamento: há uma infinidade de organizações especializadas em recrutamento de pessoal no sentido de atender a pequenas, médias ou grandes empresas. O recrutamento por agência é um dos mais caros, embora seja compensado pelos fatores de tempo e rendimento.

Recrutamento online: Há muitos sites de procura de emprego na internet. As organizações estão apostando na internet para recrutar talentos e reduzir os custos dos processos de provisão de pessoas, ao mesmo tempo em que aumentam os horizontes do recrutamento e facilitam a vida dos candidatos. O candidato pode concorrer a várias oportunidades no mercado – nacional e internacional – mesmo estando em sua casa.

No recrutamento virtual, o espaço principal do site da empresa destina-se ao cadastramento de currículos. Ao acessar esses sites, o internauta encontra informações sobre a empresa, oportunidades de trabalho, desenvolvimento de carreira, proposta de valor etc.

Programas de trainees: muitas empresas desenvolvem programas de trainees para recrutar, selecionar e preparar jovens saídos de universidades para ocupar posições gerenciais ou altamente técnicas em seus quadros, após o período de estágio programado devidamente supervisionado.

Na maior parte das vezes, essas técnicas de recrutamento são utilizadas de maneira conjugada. Os fatores custo e tempo são importantes na escolha da técnica ou do veículo mais indicado para o recrutamento externo. De modo geral, quanto maior a limitação de tempo, ou seja, quanto maior a urgência para se recrutar um candidato, tanto maior será o custo da técnica de recrutamento a ser aplicada. Quando o recrutamento externo é desenvolvido de maneira contínua e sistemática, a organização pode dispor de candidatos a um custo muito menor de processamento.

As técnicas de recrutamento representam os métodos com os quais a organização divulga a existência de oportunidades de trabalho junto às fontes de RH mais adequadas. São denominadas veículos de recrutamento, pois são fundamentalmente meios de comunicação.

Vantagens do recrutamento externo

- Traz “sangue novo” e experiências novas para a organização: a entrada de recursos humanos ocasiona uma importação de ideias novas, de diferentes abordagens dos problemas internos da organização e, quase sempre, uma revisão na maneira pela qual os assuntos são conduzidos dentro da empresa.

- Renova e enriquece os recursos humanos da organização: principalmente quando a política é a de admitir pessoal com gabarito igual ou melhor do que o já existente na empresa.

- Aproveita os investimentos em treinamento e desenvolvimento de pessoal feitos por outras empresas ou pelos próprios candidatos: isso não significa que a empresa deixe de fazer esses investimentos, mas que ela usufrua de imediato o retorno dos investimentos efetuados pelos outros.

Desvantagens do recrutamento externo

Desvantagens do recrutamento externo

- É geralmente mais demorado do que o recrutamento interno: o período despendido com escolha e mobilização das técnicas mais adequadas para influenciar as fontes de recrutamento, atração e apresentação dos candidatos, recepção e triagem inicial, encaminhamento à seleção, aos exames médicos, à documentação, liberação do candidato do outro emprego e admissão não é pequeno

- É mais caro e exige inversões e despesas imediatas: com anúncios, jornais, honorários de agências de recrutamento, despesas operacionais relativas a salários e encargos sociais da equipe de recrutamento, material de escritório, formulários etc.

- Em princípio, é menos seguro que o recrutamento interno: os candidatos externos são desconhecidos, provêm de origens e trajetórias profissionais que a empresa não tem condições de verificar e confirmar com exatidão.

- Pode provocar barreiras internas: quando monopoliza as vagas e as oportunidades dentro da empresa, pode frustrar o pessoal que passa a visualizar barreiras, fora de seu controle, para seu crescimento profissional.

- Geralmente, afeta a política salarial da empresa: e influencia as faixas salariais internas, principalmente quando a oferta e a procura de recursos humanos estão em situação de desequilíbrio.

Recrutamento misto

Na prática, as empresas nunca praticam apenas recrutamento interno ou apenas recrutamento externo. Ambos se complementam. Ao fazer um recrutamento interno, o indivíduo deslocado para a posição vaga precisa ser substituído em sua posição atual. E, se é substituído por outro funcionário, o deslocamento produz uma vaga que precisa ser preenchida. Quando se faz o recrutamento interno em algum ponto da organização, surge sempre uma posição a ser preenchida pelo recrutamento externo,

a menos que seja cancelada. Por outro lado, sempre que se faz recrutamento externo, algum desafio, oportunidade ou horizonte devem ser oferecidos ao novo funcionário sob pena de este procurar desafios e oportunidades em outra organização que lhe pareça melhor.

Devido às vantagens e desvantagens do recrutamento interno e do externo, uma solução eclética tem sido preferida: o recrutamento misto, ou seja, aquele que aborda tanto fontes internas como fontes externas de RH.

Seleção de Pessoas

A seleção de pessoas funciona como uma espécie de filtro que permite que apenas algumas possam ingressar na organização: aquelas que apresentam características desejadas pela instituição. Há um velho ditado popular que afirma que a seleção constitui a escolha exata da pessoa certa para o lugar certo. Em termos mais amplos, a seleção busca, entre os vários candidatos recrutados, aqueles que são mais adequados aos cargos existentes na organização, visando manter ou aumentar a eficiência e o desempenho do pessoal, bem como a eficácia da organização. No fundo, está em jogo o capital intelectual da organização, que a seleção deve preservar ou enriquecer.

A seleção visa solucionar três problemas básicos: Adequação da pessoa ao trabalho; Adequação do trabalho à pessoa; Eficiência e eficácia da pessoa no trabalho.

Existem duas alternativas para fundamentar o processo seletivo: o cargo a ser preenchido ou as competências a serem preenchidas. Assim, de um lado, o processo seletivo baseia-se em dados e informações sobre o cargo a ser preenchido ou, de outro, em função das competências desejadas pela organização. As exigências dependem desses dados e informações para que a seleção tenha maior objetividade e precisão para preencher o cargo ou agregar as competências. Se de um lado temos o cargo a ser preenchido ou as competências

desejadas, temos, de outro, candidatos profundamente diferentes entre si, disputando a mesma posição. Nesses termos, a seleção passa a ser configurada basicamente como um processo de comparação e de decisão.

Seleção como um processo de comparação

A melhor maneira de conceituar seleção é representá-la como uma comparação entre duas variáveis: de um lado, os requisitos do cargo a ser preenchido (requisitos que o cargo exige de seu ocupante) e, de outro, o perfil das características dos candidatos que se apresentam para disputá-lo. A primeira variável é fornecida pela descrição e análise do cargo, enquanto a segunda é obtida por meio de aplicação das técnicas de seleção. A primeira variável será denominada x e a segunda variável y.

Seleção como um processo de decisão e escolha

Após a comparação entre as características exigidas pelo cargo ou competências desejadas e as características oferecidas pelos candidatos, pode acontecer que vários destes apresentem condições aproximadamente equivalentes para serem indicados para ocupar a vaga. O órgão de seleção não pode impor ao órgão requisitante a aceitação dos candidatos aprovados no processo de comparação. Pode apenas prestar o serviço especializado, aplicar as técnicas de seleção e recomendar aqueles candidatos que julgar mais adequados ao cargo. No entanto, a decisão final de aceitar ou rejeitar os candidatos é sempre de responsabilidade do órgão requisitante. Assim, a seleção é responsabilidade de linha (de cada chefe ou gestor) e função de staff (prestação de serviço pelo órgão especializado).

Técnicas de Seleção de Pessoas

Chiavenato⁸, esclarece que as técnicas de seleção podem ser classificadas em cinco grupos: entrevistas; provas de conhecimentos ou de capacidades; testes psicológicos; testes de personalidades; e técnicas de simulação.

Entrevistas

Percebe-se que a entrevista é uma das técnicas mais utilizadas na seleção de pessoas, por ser aplicável em qualquer situação. O autor Lodi⁹ sugere que “a entrevista é um dos mais antigos procedimentos para a obtenção de dados e durante muito tempo foi o único modo de obtê-los”. E, de acordo com o autor mencionado, a primeira função da entrevista é obter informações sobre aspectos não mensuráveis, e a segunda é para comprovar as informações passadas pelo entrevistado, já na terceira é uma função integradora, contendo as aptidões da pessoa recrutada.

Para Gil, entrevista é quando “o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas com o objetivo de obtenção dos dados que interessam a investigação”.

Para Chiavenato¹⁰: A **eficiência** reside em fazer corretamente as coisas: saber entrevistar bem, aplicar testes de conhecimentos que sejam válidos e preciosos, dotar a seleção de rapidez e agilidade, contar com um mínimo de custos operacionais, envolver as gerências e suas equipes no processo de escolher candidatos etc. A **eficácia** reside em alcançar resultados e atingir objetivos: saber trazer os melhores talentos para a empresa e, sobretudo, tornar a empresa cada dia melhor com as novas aquisições de pessoal.

Sobre este processo, após o término da entrevista a primeira atitude do entrevistador é fazer sua avaliação sobre o

candidato, analisando suas competências e comparando as respostas pela escala de avaliação.

Tipos de entrevista para Chiavenato

1) Entrevista totalmente padronizada:

é o tipo de entrevista fechada ou estruturada em que tem uma forma pré-elaborada e cujas questões podem assumir a forma de verdadeiro-falso, sim-não, agrada-desagrada, etc. Neste tipo de entrevista não há preocupação por parte do entrevistador quanto aos assuntos a abordar, podendo deste modo ultrapassar as suas limitações. Esta é, aliás, uma vantagem associada à entrevista padronizada.

2) Entrevista padronizada quanto às questões:

é um tipo de entrevista que as questões são também pré-elaboradas, mas a resposta a ela é aberta. O entrevistador tem uma lista das questões a serem perguntadas com o objetivo de recolher informação sobre o entrevistado, sendo que este responde livremente.

3) **Entrevista diretiva:** é um tipo de entrevista onde as questões não são especificadas, mas sim as respostas, visando apenas conhecer “certos conceitos espontâneos dos candidatos”. O entrevistador formula as questões conforme o decorrer da entrevista com o objetivo de obter uma determinada resposta.

4) **Entrevista não diretiva:** é um tipo de entrevista não estruturada. Neste caso não são especificadas nem as questões nem as respostas, sendo totalmente livres. É o entrevistador que tem a seu cargo a condução da sequência da entrevista.

⁸ CHIAVENATO, Idalberto. Gerenciando com as pessoas. Rio de Janeiro: Elsevier 2005.

⁹ LODI, João Bosco. A Entrevista: Teoria e Prática. 7. ed. São Paulo:

Pioneira, 1991.

¹⁰ CHIAVENATO, Idalberto. Gerenciando com as pessoas. RJ; Elsevier 2005.

Teste de conhecimentos ou de Capacidades

A segunda técnica de seleção de pessoas é o teste de conhecimentos ou de capacidades. Dentro deste contexto, analisa-se o conhecimento do possível futuro colaborador e também são aplicados testes para analisar o seu desempenho.

De acordo com Chiavenato¹¹ as provas de conhecimentos ou de capacidade funcionam como instrumentos que possibilitam medir o grau de conhecimentos profissionais e técnicos exigidos pelo cargo assim como o grau de capacidade ou habilidade para certas tarefas. E assim são classificadas em provas, testes psicométricos, testes de personalidade e testes de simulação.

Em função da variedade de provas de conhecimentos ou de capacidade, costuma-se classificá-las quanto à maneira, à área abordada e à forma.

Classificação quanto à:	Tipos
Maneira como as provas são aplicadas	- <u>Orais</u>: são as provas aplicadas verbalmente por meio de perguntas e respostas orais. São perguntas verbais específicas objetivando respostas verbais específicas; - <u>Escritas</u>: provas aplicadas por escrito por meio de perguntas e respostas escritas para aferir conhecimentos adquiridos; - <u>De realização</u>: provas aplicadas por meio da execução de um trabalho ou tarefa, de maneira uniforme e com tempo determinado, como: digitação, desenho, manobra de veículos ou usinagem de peças;
Área de conhecimentos abrangidos	- <u>Provas gerais</u>: provas que aferem noções de cultura geral ou generalidades de conhecimentos;

	- <u>Provas específicas</u>: provas pesquisam os conhecimentos técnicos e específicos diretamente relacionados ao cargo em referências. Se o cargo for de químico de produção, a prova versará sobre os assuntos da especialidade.
Forma como as provas são elaboradas	<u>Provas tradicionais</u>: provas do tipo dissertativo e expositivo. Podem ser improvisadas, pois não exigem planejamento. Longas, explicativas e demoradas. Abrangem um número menor de questões; <u>Provas objetivas</u>: provas estruturadas, também denominadas testes, na forma objetiva, cuja aplicação e correção são rápidas. <u>Os principais tipos são</u>: testes de alternativas (certo ou errado, sim-não, etc.); testes de preenchimento de lacuna (com espaços abertos para preencher); testes de múltipla escolha (com três, quatro ou cinco alternativas); testes de ordenação ou conjugação de pares (como: países numerados de um lado e várias capitais, ao acaso, do outro).

Testes Psicológicos

O termo teste designa um conjunto de provas que se aplicam as pessoas para apreciar seu desenvolvimento mental, aptidões, habilidades, conhecimentos, etc. O teste é geralmente utilizado para servir de base para melhor conhecer as pessoas nas decisões de emprego, de orientação profissional, de avaliação profissional, de diagnóstico de personalidade, etc. Sua função é analisar essas amostras de comportamento humano, examinando-as sob condições padronizadas e comparando-as com padrões baseados em pesquisas estatísticas.

¹¹ CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos. São Paulo: Atlas, 2000.

Os testes psicológicos focalizam principalmente as aptidões procurando a determinação de quanto elas existem em cada pessoa, com o intuito de generalizar e prever aquele comportamento em determinadas formas de trabalho.

Os testes psicológicos baseiam-se nas diferenças individuais das pessoas, que podem ser físicas, intelectuais e de personalidade. Analisam o quanto variam as aptidões de um indivíduo em relação ao conjunto de indivíduos tomados como padrão de comparação.

Testes de Personalidade

Servem para compreender a personalidade do indivíduo de acordo com a análise de seus traços de personalidade inatos e adquiridos, ou seja, os traços determinados pelo caráter e pelo temperamento do indivíduo.

Os testes de personalidade servem para analisar os diversos traços de personalidade, sejam aqueles determinados pelo caráter (traços adquiridos ou fenotípicos) como pelo temperamento (traços inatos ou genotípicos). Um traço de personalidade é uma característica marcante da pessoa e que é capaz de distingui-la das demais. Os testes de personalidade são genéricos quando revelam traços gerais de personalidade em uma síntese global e recebem o nome de psicodiagnósticos.

Os testes de personalidade são chamados específicos quando pesquisa determinados traços ou aspectos da personalidade, como equilíbrio emocional, tolerância a frustrações, interesses, motivação, etc. Tanto a aplicação como a interpretação dos testes de personalidade exigem necessariamente a participação de um psicólogo.

Técnicas de Simulação

As técnicas de simulação procuram passar do tratamento individual e isolado para o tratamento em grupos e do método exclusivamente verbal ou de execução para

a ação social. Seu ponto de partida é o drama, que significa reconstituir em cima de um palco – contexto dramático – no momento presente, no aqui e agora, o acontecimento que se pretende estudar e analisar o mais proximamente do real.

Assim, o protagonista, ao dramatizar uma cena, assume um papel (*role playing*) e permanece em um palco circular rodeado por outras pessoas – contexto grupal – que assistem à sua atuação e podem vir ou não a participar da cena. São essencialmente técnicas de dinâmica de grupo. A principal técnica de simulação é o **psicodrama**, ou seja, cada pessoa põe em ação os papéis que lhe são mais característicos sob forma de comportamento, seja isoladamente seja em interação com outra(s) pessoa(s). A simulação promove retroação e favorece o autoconhecimento e a auto avaliação.

Não há como prever qual tipo de dinâmica será aplicado em determinada empresa” por isso cita “alguns exemplos pode ajudar em sua preparação. Algumas vivências frequentes em processos seletivos:

Apresentação: antes de começar a trabalhar em grupo, é preciso conhecer cada um dos candidatos. A apresentação pode ser feita apenas oralmente, quando cada participante fará uma pequena descrição de sua vida pessoal e profissional. Sua apresentação pessoal já estará sendo avaliada pelos recrutadores;

Atividade individual: também é uma opção de avaliação do selecionador, que busca examinar a capacidade do candidato em se expor a outras pessoas, competência na argumentação e fluência verbal; Redação: algumas empresas pedem durante a dinâmica que os candidatos escrevam um texto para avaliar o domínio da língua escrita (em português ou em outro idioma). Uma dica valiosa é revisar sua ortografia;

Simulação de vendas: não é raro que os recrutadores peçam para os candidatos se dividirem em grupos e bolarem uma estratégia de venda para determinado produto. Essa dinâmica geralmente ocorre quando a vaga está relacionada ou necessita

de algumas competências de um profissional de vendas;

Trabalho em equipe: inúmeras dinâmicas têm o objetivo de avaliar como o candidato interage em grupo – se é introvertido ou não, engajado com a equipe ou relapso, possui capacidade de argumentação ou não, apresenta características de liderança ou de liderado, etc.

Processo Seletivo

O passo seguinte é determinar quais as técnicas de seleção que deverão ser aplicadas. Geralmente, aplica-se mais de uma técnica de seleção, em um processo sequencial, cada técnica de seleção aplicada representa um estágio de decisão para se verificar se o candidato passará à técnica seguinte.

1) Seleção de estágio único: tipos de seleção cuja abordagem faz com que as decisões sejam baseadas nos resultados de uma única técnica de seleção. É a situação de seleção em que existem várias vagas, e as restrições referem-se somente às exigências mínimas para aceitação do candidato.

2) Seleção sequencial de dois estágios: tipo de seleção utilizado quando as informações colhidas no primeiro estágio são insuficientes para uma decisão definitiva de aceitar ou rejeitar um candidato. Seu objetivo é melhorar a eficiência do programa de seleção por meio do plano sequencial: somente os candidatos que passaram no primeiro estágio passarão para o segundo, permitindo a economia de testes.

3) Seleção sequencial de três estágios: envolve uma sequência de três decisões tomadas com base em três técnicas de seleção. A principal vantagem dos planos sequenciais reside na economia no custo de obtenção das informações efetuadas sequencialmente, segunda a necessidade de cada caso. São altamente recomendáveis, principalmente quando as despesas com testes são elevadas.

Cabe ressaltar que, as empresas brasileiras estão assumindo, além da capacidade intelectual e competência técnica, os candidatos devem ser investigados em suas qualidades pessoais como: iniciativa, liderança, adaptabilidade, empatia ou capacidade de persuasão. Isso faz adotar a prática de avaliar candidatos não só em seu raciocínio lógico e capacidade analítica como também em sua inteligência emocional.

Ante o exposto, é possível compreender que é de grande valia a existência de um profissional capacitado na área, afinal é uma área muito importante, pois é pelo recrutador que passa o possível futuro colaborador da empresa e, caso haja um mau recrutamento e este colaborador for escolhido de maneira errônea, pode gerar muitas perdas para a empresa, tanto de tempo quanto perda financeira. De tal modo, é necessário que o recrutador sempre esteja se aperfeiçoando e capacitando para que não faça escolhas erradas em sua rotina profissional.

Questões

01. (AL/CE - Analista Legislativo - CESPE / CEBRASPE/2021). Segundo Chiavenato, o recrutamento interno apresenta como desvantagem

A - inibir novas ideias, expectativas e experiências.

B - promover alteração da cultura organizacional.

C - aumentar as possibilidades de erro.

D - reduzir o turnover, por meio da retenção de funcionários na organização.

E - induzir os funcionários a buscar outras oportunidades fora da organização.

02. (SEDF - Professor Substituto - Quadrix/2021). Quanto às técnicas de recrutamento e seleção, julgue o item.

Na última década, a utilização de técnicas de recrutamento e seleção modernas e tecnológicas foi intensificada. Simulações e jogos on-line fazem parte desse rol de técnicas e têm como objetivo

identificar o comportamento do candidato por meio de atitudes mensuráveis nas tomadas de decisões durante o jogo.

() Certo () Errado

03. (CRBio - Assistente Administrativo Quadrix/2021). O recrutamento é a primeira fase do processo seletivo por meio do qual a organização divulga oportunidades de emprego e atrai os potenciais candidatos para as etapas subsequentes. O recrutamento pode ser interno, externo ou interno e externo, simultaneamente. Considerando essas informações, assinale a alternativa que apresenta vantagem(ns) do recrutamento interno.

- A - obtenção de informações mais precisas e menor custo
- B - estímulo ao carreirismo
- C - não necessitar de treinamento para o selecionado
- D - extrema aceitação dos outros colaboradores e estímulo à performance
- E - aumento da inovação no trabalho

04. (CRQ - Auxiliar Administrativo - Quadrix/2021). No que diz respeito à administração de pessoas e à administração de materiais, julgue o item.

O recrutamento externo tem como vantagem promover a renovação da cultura organizacional e o enriquecimento do patrimônio humano da organização.

() Certo () Errado

05. (ITEP/RN - Assistente Técnico Forense - INSTITUTO AOCP/2021). No processo de seleção, há um cargo a ser preenchido e há candidatos disputando o cargo. Nesse sentido, a seleção pode ser considerada um processo de

- A - divulgação e de escolha.
- B - atribuição e de disputa.
- C - precisão e de objetivo.
- D - criação e de desenvolvimento.
- E - comparação e de decisão.

06. (Prefeitura de Cordilheira Alta/SC - Analista de Recursos Humanos - FUNDATEC/2019). Segundo Chiavenato (2010), as técnicas de seleção de pessoas são agrupadas nas seguintes categorias, EXCETO:

- A - Entrevista.
- B - Instrução programada.
- C - Provas de conhecimento ou capacidade.
- D - Testes psicológicos.
- E - Testes de personalidade.

Alternativas

01. A – 02. Certo – 03. A – 04. Certo – 05. E – 06. B

Educação

A educação é toda influência que o ser humano recebe do ambiente social no decorrer de toda sua existência, no sentido de adaptar-se às normas e aos valores sociais vigentes e aceitos pela sociedade em que vive. Contudo, o ser humano não recebe passivamente essas influências, mas assimila-as de acordo com suas inclinações e predisposições e enriquece ou modifica o seu comportamento dentro dos seus próprios padrões pessoais.

Pela sua amplitude e influência, a educação pode ser institucionalizada e exercida de modo organizado e sistemático, como nas escolas e instituições, obedecendo a um plano preestabelecido, como também pode ser desenvolvida de modo difuso, desorganizado e assistemático, como no lar e nos grupos sociais a que o indivíduo pertence, sem obedecer a qualquer plano preestabelecido. Em termos gerais, a educação é o preparo para a vida e pela vida. Pode-se falar em vários tipos de educação: social, religiosa, cultural, política, moral, profissional etc. O tipo de educação que nos interessa neste capítulo é a educação profissional.⁶

Educação profissional é a educação institucionalizada ou não, que visa ao preparo das pessoas para a vida profissional. Compreende três etapas

interdependentes, mas perfeitamente distintas:

1. Formação profissional: é a educação profissional institucionalizada ou não, que prepara a pessoa para uma profissão de um determinado mercado de trabalho. Seus objetivos são amplos e mediatos, situados no longo prazo, visando qualificar a pessoa para uma futura profissão. A formação profissional pode ser realizada em escolas, como nos cursos fundamentais de educação e mesmo dentro das próprias organizações.

2. Desenvolvimento profissional: é a educação profissional que aperfeiçoa a pessoa para uma carreira dentro de uma profissão. É a educação profissional que visa ampliar, desenvolver e aperfeiçoar a pessoa para seu crescimento profissional em determinada carreira na organização ou para que se torne mais eficiente e produtiva no seu cargo. Seus objetivos são menos amplos que os da formação e situados no médio prazo, visando proporcionar conhecimentos que transcendem o que é exigido no cargo atual, preparando-a para assumir funções mais complexas. É realizado nas organizações ou em firmas especializadas em desenvolvimento de pessoas.

3. Treinamento: é a educação profissional que adapta a pessoa para um cargo ou função. Seus objetivos situados no curto prazo são restritos e imediatos, visando dar à pessoa os elementos essenciais para o exercício de um cargo, preparando-a adequadamente para ele. É realizado nas empresas ou em firmas especializadas em treinamento ou capacitação. Nas empresas, é delegado geralmente no nível do gestor imediato da pessoa que está trabalhando. Obedece a um programa preestabelecido e atende a uma ação sistemática, visando à adaptação da pessoa ao trabalho. Pode ser aplicado em todos os níveis ou setores da empresa.⁷

Treinamento

Treinamento¹² é um processo educacional focado no curto prazo e aplicado de maneira sistemática e organizada pelo qual as pessoas aprendem conhecimentos, habilidades e competências em função de objetivos organizacionais previamente definidos. O treinamento envolve a transmissão de conhecimentos específicos relativos a trabalho, atitudes frente a situações, conhecimento da tarefa e do ambiente e pode envolver desenvolvimento de habilidades e competências. Dentro de uma concepção mais limitada, o treinamento é o ato de aumentar o conhecimento e a perícia da pessoa para a execução de determinado trabalho ou tarefa. Na verdade, o treinamento é uma educação especializada que inclui desde a aquisição da habilidade motora até conhecimentos técnicos, desenvolvimento de aptidões administrativas e de atitudes referentes a situações. Segundo o *National Industrial Conference Board*, o treinamento tem por finalidade ajudar a alcançar os objetivos da empresa, proporcionando aos colaboradores de todos os níveis as oportunidades de obter conhecimento, prática e conduta necessários à organização. Mais do que isso, o treinamento é um investimento da empresa no sentido de capacitar as pessoas a reduzir ou eliminar a diferença entre o atual desempenho e o desempenho desejado, no sentido de permitir o alcance dos objetivos organizacionais. Assim, treinamento não é despesa, mas um investimento altamente compensador pelos retornos que traz, tanto para a empresa como para a pessoa.

Objetivos do treinamento

Os principais objetivos do treinamento são:

- Preparar as pessoas para a execução imediata das diversas tarefas do cargo.

¹² Chiavenato, Idalberto. *Administração Geral e Pública - Provas e Concursos*. Disponível em: *Minha Biblioteca*, (6th edição). Grupo GEN,

- Proporcionar oportunidades para o contínuo desenvolvimento pessoal, não apenas em seus cargos atuais, mas também para outras funções mais complexas e elevadas.

- Mudar a atitude das pessoas para criar um clima mais satisfatório entre elas ou para aumentar a motivação e torná-las mais receptivas às novas técnicas de gestão.

Tipos de Treinamento

Para Milkovich¹³, há diferentes tipos de treinamento:

Treinamento de Integração: objetiva adaptar as pessoas à organização (novos colaboradores).

Treinamento Técnico-operacional: busca a capacitação do indivíduo para o desempenho das tarefas específicas a serem realizadas.

Treinamento Gerencial: procura desenvolver a competência técnica, administrativa e comportamental.

Treinamento Comportamental: tem como intuito solucionar os problemas das inter-relações no contexto do trabalho.

Ciclo do treinamento

Treinamento é o ato intencional de fornecer os meios para possibilitar a aprendizagem. Aprendizagem é um fenômeno que surge como resultado dos esforços de cada indivíduo. A aprendizagem é uma mudança no comportamento e ocorre no dia a dia e em todos os indivíduos. O treinamento deve tentar orientar essas experiências de aprendizagem num sentido positivo e benéfico, além de suplementá-las e reforçá-las com atividade planejada, a fim de que os indivíduos, em todos os níveis da empresa, possam desenvolver mais rapidamente seus conhecimentos e aquelas atitudes e habilidades que beneficiarão a eles mesmos e à empresa.

O processo de treinamento assemelha-se a um modelo de sistema aberto, cujos componentes são:

- Entradas (inputs): treinandos, recursos organizacionais, informação, conhecimentos, competências etc.

- Processamento ou operação (throughputs): processos de ensino, aprendizagem individual ou de equipe, programa de treinamento etc.

- Saídas (outputs): pessoal habilitado, conhecimentos, competências, sucesso ou eficácia organizacional etc.

- Retroação (feedback): avaliação dos procedimentos e resultados do treinamento por meios informais ou pesquisas sistemáticas.

Indicadores de Necessidade de Treinamento

1 - Indicadores a priori (antes): são eventos que, se acontecerem, provocarão futuras necessidades de treinamento:

- Expansão da empresa e admissão de novos empregados;

- Redução do número de empregados;

- Mudança de métodos e processos de trabalho;

- Absenteísmo, faltas, licenças e férias de pessoal;

- Modernização de equipamentos e novas tecnologias;

- Produção e comercialização de novos produtos ou serviços.

1 - Indicadores a posteriori (depois): são problemas provocados por necessidades de treinamento ainda não atendidas, “carências”, como:

Problemas de produção:

- Baixa qualidade de produção;

- Baixa produtividade;

- Avarias frequentes em equipamentos e instalações;

- Comunicações deficientes, etc.

¹³ MILKOVICH, Jorge T. *Administração de Recursos Humanos*:

Treinamento. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

Problemas de pessoal:

- Relações deficientes entre o pessoal;
- Número excessivo de queixas;
- Mau atendimento ao cliente;
- Pouco interesse pelo trabalho;
- Falta de cooperação;
- Erros na execução de ordens.

O treinamento é um processo cíclico composto de quatro etapas:

Levantamento das necessidades de treinamento

É a etapa do diagnóstico das necessidades e carências do treinamento. Constitui o diagnóstico preliminar dos problemas que devem ser removidos por meio do treinamento. O levantamento das necessidades pode ocorrer em três diferentes níveis de análise, a saber:

Análise da organização: envolve a análise da entidade como um sistema, como uma totalidade para verificar a situação, os objetivos organizacionais e as necessidades globais de competências e habilidades, enfim, a estratégia da entidade para, a partir dela, estabelecer a estratégia para o treinamento das pessoas. Os objetivos da entidade, os planos de expansão ou de encolhimento, o lançamento de novos serviços etc. constituem quase sempre novas necessidades de treinamento.

Análise departamental: envolve a análise de cada área da entidade como um subsistema, para verificar os objetivos departamentais, as necessidades de competências e habilidades para detectar as necessidades de treinamento a serem supridas. Os objetivos do departamento, os planos de aumento de eficiência e eficácia, os resultados da avaliação do desempenho do pessoal quase sempre constituem novas necessidades de treinamento.

Análise das tarefas e operações: envolve a análise das tarefas e operações de cada cargo para verificar os requisitos que o

cargo exige de seu ocupante e as competências e habilidades que este deve possuir. A diferença entre os requisitos que o cargo exige do ocupante e as suas habilidades atuais constituem a diferença que representa uma necessidade de treinamento.

Na realidade, o diagnóstico de treinamento significa um esforço de localizar carências de conhecimentos, habilidades, destrezas e competências que são necessárias para o desempenho das atividades. As entidades bem-sucedidas preocupam-se mais com a manutenção preventiva: antecipam-se a essas carências, promovendo o treinamento antes – e não depois – que novos conhecimentos, habilidades e competências se tornem necessários e imprescindíveis.

Programação do treinamento

Feito o diagnóstico, segue-se a terapêutica, ou seja, a escolha e a prescrição dos meios de tratamento para sanar as necessidades e carências indicadas ou percebidas. Em outras palavras, feito o levantamento das necessidades de treinamento, passa-se à programação do treinamento.

Programar treinamento é estabelecer previamente os itens. Cada um dos itens apresentados na figura deve ser dimensionado para, no conjunto, proporcionar condições de implementação do treinamento da maneira mais eficiente e eficaz possível e, com isso, remover ou suprimir as necessidades de treinamento ao custo mais baixo

A programação de treinamento requer um plano integrado que envolva os seguintes itens: Abordagem de uma necessidade específica de cada vez; Definição clara do objetivo do treinamento; Divisão do trabalho a ser desenvolvido em módulos, pacotes ou ciclos; Determinação do conteúdo do treinamento; Escolha dos métodos de treinamento e a tecnologia disponível.

Bases da programação do treinamento

1. O que deve ser ensinado	→	1. Conteúdo do treinamento
2. Quem deve aprender	→	2. Treinandos ou aprendizes
3. Como se deve ensinar	→	3. Métodos e recursos institucionais
4. Quem deve ensinar	→	4. Treinador ou instrutor
5. Onde deve ser ensinado	→	5. Local de treinamento
6. Quando deve ser ensinado	→	6. Época ou periodicidade

Execução do treinamento

Constitui o terceiro passo do processo cíclico do treinamento. Refere-se à aplicação da terapêutica planejada. Em outras palavras, significa a execução da programação do treinamento nas pessoas ou nas áreas que apresentam sinais de necessidade de treinamento.

Frequentemente, a execução do treinamento cabe ao gestor ou à própria pessoa que apresenta sintomas de necessidade de treinamento. Na realidade, o treinamento é uma responsabilidade de linha e uma função de staff. A assessoria de RH pode, em função do levantamento das necessidades, planejar ou projetar uma programação de treinamento para que sua execução possa ser aplicada no próprio local pelos gestores ou pelos servidores carentes, ou ainda por meios externos.

Avaliação dos resultados do treinamento

É a etapa final do processo. Serve para verificar se os sintomas desapareceram ou se ainda persistem. Ou seja, se o diagnóstico, a terapêutica e sua aplicação foram bem-sucedidos ou se algum deles falhou. Da mesma maneira como foi feito o levantamento das necessidades de treinamento em três níveis de análise, a avaliação dos resultados deve cobrir igualmente o nível organizacional, o nível departamental e o nível individual dos cargos e das tarefas.

Essas quatro etapas formam um processo cíclico e recorrente. Cada uma das quatro

etapas do treinamento merece conceituações preliminares.

Desenvolvimento

O desenvolvimento organizacional (DO) é a mudança planejada da organização, seja da sua cultura, seja da sua dinâmica, seja da sua estrutura organizacional. O DO parte de uma visão macroscópica e sistêmica da organização empresarial para melhorar a eficiência e a eficácia da empresa por meio de intervenções construtivas na estrutura e nos processos organizacionais. O DO privilegia a mudança no comportamento organizacional em relação à mudança estrutural da organização ou procura compatibilizar mudanças comportamentais com mudanças estruturais. No fundo, o DO visa modificar o ambiente organizacional, a estrutura e a cultura organizacionais dentro do qual as pessoas trabalham. E o desenvolvimento de pessoal é um programa de longo prazo para prover o crescimento profissional das pessoas por meio de condições externas capazes de realizar gradativamente as potencialidades humanas. Na Figura 14.1, há uma representação dos estratos de treinamento, desenvolvimento de pessoal e desenvolvimento organizacional.

Estratos de treinamento, desenvolvimento de pessoal e desenvolvimento organizacional.



Enquanto o desenvolvimento organizacional é sistêmico e abrangente, o desenvolvimento de pessoal é orientado

para a carreira de cada pessoa e seu contínuo desdobramento frente a objetivos de longo prazo. Já o treinamento parte de uma visão microscópica e de curto prazo. O treinamento é o ato intencional de fornecer os meios para proporcionar a aprendizagem, a qual é uma mudança no comportamento humano decorrente de novos conhecimentos, novas habilidades, novas atitudes e novos conceitos.

O desenvolvimento dentro da organização serve de ferramenta de apoio e estímulo para o autodesenvolvimento, pois muito depende do próprio colaborador querer se empenhar e crescer dentro da empresa.

Métodos e Estratégias de Desenvolvimento de Pessoas

Rotação de cargos (job rotation) - É a movimentação das pessoas em várias posições na organização, e ela pode ser vertical ou horizontal.

Posições de Assessoria - Esse método possibilita à pessoa de elevado potencial a trabalhar apoiando um gerente.

Aprendizagem Prática - O treinando se dedica a um trabalho de tempo integral para analisar e resolver problemas em certos projetos ou em outros departamentos.

Atribuição de Comissões - Oportunidade para trabalhar com comissões de trabalho.

Participação em Cursos e Seminários Externos - É a forma mais tradicional de desenvolvimento, com a ajuda de consultores, fornecedores, etc. Pode se fazer também pelo uso de Tecnologia da Informação.

Exercícios de Simulação - Incluem estudos de caso e simulação de papéis (como gerente, cliente, funcionário...), usando a experiência de outras empresas.

Os exercícios de simulação apresentam a vantagem de criar um ambiente similar em relação às situações reais em que a pessoa trabalha, contudo, é difícil simular todas as situações reais da vida cotidiana.

Centros de Desenvolvimento Internos- São centros localizados na empresa para expor as pessoas a exercícios realísticos, a fim de melhorar as habilidades pessoais. É o caso das universidades corporativas.

Coaching - O gerente integra vários papéis como líder renovador, preparador, orientador e impulsionador ao guiar e orientar uma pessoa em sua carreira. Assim, ele aconselha, dá críticas e sugestões para ajudar no crescimento do funcionário.

Treinamento fora da empresa - Geralmente é oferecido por empresas de Treinamento e Desenvolvimento (T&D) cujo foco é ensinar o trabalho em equipe.

Estudo de Casos - É um método de desenvolvimento no qual a pessoa se defronta com uma descrição escrita de um problema organizacional para ser analisado e resolvido. Trata-se de uma técnica que permite diagnosticar um problema real e apresentar alternativas de solução, desenvolvendo habilidades de análise, comunicação e persuasão.

Jogos de empresas - As equipes competem umas com as outras tomando decisões computadorizadas a respeito de situações reais ou simuladas de empresas.

Questões

01. (CRECI - Fiscal - Quadrix /2022). No que se refere à gestão de pessoas, julgue o item.

A área de treinamento e desenvolvimento deve estar sempre em constante mudança, pois deve acompanhar a evolução de demandas externas e as possíveis necessidades, em termos de novas competências.

() Certo () Errado

02. (FUNSAÚDE /CE - Analista de Recursos Humanos - FGV/2021). Treinamento é o conjunto de ações que auxilia os colaboradores a aprimorarem seu desempenho nos respectivos cargos. Dependendo do tipo de treinamento, uma das mudanças que ocorre no comportamento do colaborador decorre do

desenvolvimento de habilidades, conceito que está relacionado

A - ao aumento da capacidade de abstração de ideias e pensamento global.

B - à melhora na destreza na realização de tarefas.

C - à mudança na atitude, de forma a encarar a situações com mais positividade.

D - à expansão horizontal do conhecimento teórico.

E- ao desdobramento do comportamento em metas mais precisas.

03. (CREFITO-Analista de Pessoal - Quadrix/2021). Acerca dos subsistemas e das vertentes da gestão de pessoas, julgue o item.

Treinamento é a educação, institucionalizada ou não, que visa adaptar a pessoa ao exercício de determinada função ou à execução de tarefas específicas em determinada organização.

() Certo () Errado

Alternativas

01. Certo – 02. B – 03. Certo

Motivação

Motivação¹⁴ (do latim *movere* = mover) é o conceito mais associado com a perspectiva microscópica do Comportamento Organizacional. Significa impulsionar e dinamizar as pessoas. Contudo, os pontos de vista sobre motivação não são unânimes. Cada autor tem o seu próprio ponto de vista a respeito dela. Apesar da sua enorme importância, é difícil definir a motivação em poucas palavras, e não existe consenso absoluto sobre o assunto.

Motivação é um termo utilizado com vários significados de maneira pouco correta, como: necessidade, impulso, desejo, vontade, meta, objetivo, motivo ou incentivo. Alguns autores se concentram em alguns fatores que incitam e dirigem as atividades das pessoas. Outros enfatizam

metas ou objetivos a serem alcançados. Outros ainda afirmam que a motivação se relaciona com a maneira pela qual o comportamento começa, recebe energia, mantém-se, é dirigido, interrompe, e com o tipo de reação subjetiva que ocorre no organismo quando tudo isso acontece. Na verdade, cada autor privilegia alguns aspectos particulares para fundamentar suas ideias a respeito. Em suma, as conclusões iniciais sobre motivação podem ser assim resumidas:

O conceito de motivação está intimamente relacionado com o comportamento e o desempenho das pessoas. A motivação das pessoas certamente envolve metas e objetivos.

Existem diferenças fisiológicas, psicológicas e ambientais das pessoas que são fatores importantes na explicação da motivação.

A motivação é um processo psicológico fundamental no comportamento individual. Juntamente com a percepção, a atribuição, a cognição, as atitudes e a aprendizagem, a motivação sobressai como um importante processo na compreensão do comportamento humano. Ela interage com e atua em conjunto com outros processos mediadores entre o ser humano e o ambiente. Da mesma forma como acontece com os processos cognitivos, a motivação não é visualizável em si, mas apenas observada por meio do comportamento das pessoas. A motivação é um constructo utilizado para ajudar a compreender o comportamento humano.

Componentes da motivação

A motivação é um processo que depende de três aspectos dos esforços de uma pessoa para alcançar determinado objetivo:

Direção do esforço: significa onde focar o comportamento. O esforço deve ser direcionado para o alcance de um objetivo que define a direção. O objetivo pode ser

¹⁴ Chiavenato, Idalberto. *Comportamento Organizacional - A Dinâmica do Sucesso das Organizações. Atlas; 4ª edição -2021*

organizacional (definido pela organização) ou individual (desejado pela pessoa).

Intensidade do esforço: representa o esforço que a pessoa aplica na direção definida. Nem sempre a intensidade do esforço leva em conta sua qualidade, ou seja, a coerência do esforço em relação ao que se pretende alcançar, isto é, o objetivo desejado.

Persistência do esforço: significa quanto tempo a pessoa consegue manter seu esforço. Uma pessoa motivada tende a persistir no comportamento até que seu objetivo seja plenamente alcançado.

Essas colocações contradizem a opinião de muitos executivos que costumam rotular seus subordinados como desmotivados ou preguiçosos. Pode até parecer que eles estejam sempre preguiçosos ou desmotivados, mas isso nada tem a ver com a motivação. Motivação não é um traço de personalidade. Ela é o resultado da interação da pessoa com a situação que a envolve. As pessoas diferem quanto ao seu impulso motivacional básico, e o mesmo indivíduo pode ter diferentes níveis de motivação que variam ao longo do tempo. A pessoa pode estar mais motivada em um momento e menos em outra ocasião. A conclusão é que o nível de motivação varia entre as pessoas e numa mesma pessoa ao longo do tempo. Além das diferenças individuais, existem as variações no mesmo indivíduo em função do momento e da situação.

Em um sentido sistêmico, a motivação consiste da junção de três elementos interagentes e interdependentes, a saber:

Necessidades: as necessidades são criadas quando surge um desbalanceamento fisiológico ou psicológico. Ela aparece quando as células do corpo são privadas de alimento e água, ou quando a pessoa é privada de seus amigos ou companheiros. As necessidades são variáveis situadas

dentro de cada indivíduo e dependem de variáveis culturais. Em suma, uma necessidade significa uma carência interna da pessoa, como fome, insegurança, solidão etc. O organismo se caracteriza por um estado de equilíbrio. Esse equilíbrio é rompido toda vez que surge uma necessidade. A necessidade é um estado interno que, quando não satisfeita, cria tensão e estimula algum impulso no indivíduo, visando à sua redução ou atenuação.

Impulsos: os impulsos ou motivos (os dois termos são utilizados em comum) são os meios que aliviam necessidades. O impulso gera um comportamento de busca e pesquisa para localizar objetivos ou incentivos que, se atingidos, satisfarão a necessidade e produzirão redução da tensão. Quanto maior a tensão, maior o nível de esforço. Os impulsos fisiológicos e psicológicos são orientados para a ação e proporcionam as condições energizadoras no sentido de alcançar um incentivo. Os impulsos são o coração do processo motivacional. As necessidades de alimento e água são transformadas em fome e sede, e a necessidade de ter amigos torna-se um impulso para a afiliação.

Incentivos: no final do ciclo motivacional está o incentivo, definido como algo que pode aliviar uma necessidade ou reduzir um impulso. O alcance de um incentivo tende a restaurar a balança fisiológica ou psicológica e pode reduzir ou eliminar o impulso. Comendo alimentos ou bebendo água, ou ainda juntando-se aos amigos, tenderá a restaurar a balança e reduzir os impulsos correspondentes. Nesses exemplos, alimento, água e amigos representam os incentivos. Em geral, os incentivos estão situados fora do indivíduo e variam enormemente conforme a situação.

Essas três dimensões do processo motivacional básico – necessidades, impulsos e incentivos – constituem o ponto

de partida para as teorias de motivação. As necessidades servem de impulso para o alcance ou obtenção de incentivos desejados.

Processo motivacional

Os seres humanos são motivados por uma grande variedade de fatores. Uma pessoa pode gostar do seu trabalho porque ele satisfaz suas necessidades sociais e de segurança. Contudo, as necessidades humanas estão sempre mudando. O que motiva alguém hoje pode não motivar amanhã. O conceito de necessidades ou carências é importante para tratar do comportamento humano nas organizações. Para tanto, precisamos conhecer como funciona o processo motivacional.

Para a maioria das teorias, o processo motivacional está dirigido para metas ou necessidades. As metas são resultados procurados pela pessoa e atuam como forças vitais que a atraem. O alcance das metas desejadas conduz a uma redução das necessidades humanas. As metas podem ser positivas – elogios, reconhecimento, interesse pessoal, aumento salarial, promoção – ou negativas – críticas, admoestações, desinteresse pessoal, não promoção. Enquanto as metas positivas têm forte atração, as pessoas tendem a evitar as metas que lhes parecem negativas.

As necessidades são carências ou deficiências que a pessoa experimenta em determinado período de tempo. A necessidade pode ser fisiológica – como necessidade de alimento – ou psicológica – como necessidade de autoestima – ou, ainda, sociológica – como necessidade de interação social. As necessidades são energizadoras ou desencadeadoras das respostas comportamentais. Por essa razão, quando surge uma necessidade, a pessoa se torna mais susceptível aos esforços motivacionais dos líderes ou gerentes.

Ciclo motivacional

O primeiro passo para desenhar um modelo de processo motivacional está em

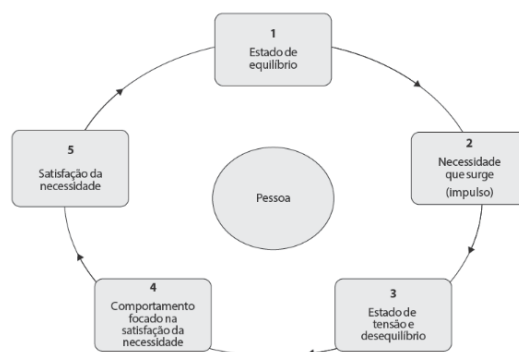
relacionar as variáveis intervenientes em uma sequência, como na figura abaixo

O processo motivacional é cíclico e pode ser assim explicado:

O organismo está tranquilo e em estado de equilíbrio.

As necessidades e as carências surgem, derrubam o equilíbrio e provocam um estado de tensão e desconforto na pessoa, como no caso da fome.

Para resolver o estado de tensão e desconforto, a pessoa desencadeia um processo que busca reduzir ou eliminar essa tensão por meio de um comportamento orientado para a satisfação da necessidade (impulso). No caso, a pessoa procura comida.



Se o comportamento da pessoa consegue satisfazer a necessidade, o processo motivacional é bem-sucedido, e o ciclo retorna ao estado anterior de equilíbrio. A satisfação elimina ou reduz a necessidade ou carência. Se a pessoa come, a fome está satisfeita e a pessoa fica tranquila.

Contudo, se por algum obstáculo, barreira ou impedimento a satisfação não é alcançada, ocorre a frustração, o conflito ou o estresse, e o estado de tensão permanece ou pode até aumentar. Se a pessoa não consegue comer por alguma razão, ela permanece faminta.

Desencadeiam-se novos ciclos motivacionais e seguem-se outros padrões circulares, indefinidamente. O comportamento individual é uma contínua e incessante sequência de ciclos motivacionais. Necessidades ou motivos

surgem a todo instante e provocam os mais diversos ciclos motivacionais no comportamento humano.

Enquanto a necessidade satisfeita gera um estado de satisfação e consequente bem-estar, a necessidade não satisfeita pode gerar mecanismos individuais de reação ou de defesa, como frustração, conflito e estresse. O bloqueio de certas necessidades pode resultar em um desempenho indesejável devido à frustração. As pessoas enfrentam a frustração e o estresse de várias maneiras.

Variáveis organizacionais

As variáveis organizacionais também influenciam poderosamente o processo motivacional, tais como modelagem das tarefas, composição da equipe, amplitude de controle, estilo de liderança e tecnologia utilizada. São aspectos do contexto de trabalho que devem ser considerados no processo motivacional.

Outra variável importante no processo motivacional é o nível de satisfação da pessoa. A satisfação é decorrente da autorrealização em virtude da experiência provocada por várias atividades e recompensas. O termo satisfação é usado para analisar os resultados já experimentados pela pessoa. Assim, a satisfação é uma consequência das recompensas e punições ligadas ao desempenho passado. A pessoa pode ficar satisfeita ou insatisfeita com seu comportamento, com o desempenho alcançado e com as relações de recompensa normalmente existentes. Contudo, motivação e satisfação, embora sejam conceitos intimamente relacionados entre si, não são sinônimos. A motivação se relaciona com o comportamento focado no alcance de metas ou de incentivos. A satisfação é uma decorrência do êxito alcançado nesse processo motivacional.

Combinando os conceitos do modelo simplificado com as variáveis individuais e organizacionais e a satisfação e os conceitos psicológicos decorrentes, é possível

desenvolver um modelo integrado de processo motivacional.

Principais Teorias da Motivação

É possível classificar as teorias sobre motivação em três grupos: as teorias de conteúdo (que se relacionam com os fatores internos à pessoa e que ativam, dirigem, sustentam ou paralisam o comportamento, ou seja, as necessidades específicas que motivam as pessoas), as teorias de processo (que descrevem e analisam o processo pelo qual o comportamento é ativado, dirigido, mantido ou paralisado) e as teorias de reforço (que se baseiam nas consequências do comportamento bem ou malsucedido).

Classificação das teorias da motivação

Classificação das teorias:	Teorias da motivação:
Teorias de conteúdo	• Maslow: teoria da hierarquia de necessidades • Alderfer: teoria ERC • Herzberg: teoria dos dois fatores • McClelland: teoria das necessidades adquiridas
Teorias de processo	• Adams: teoria da equidade • Teoria da definição de objetivos • Vroom: teoria da expectativa • Porter & Lawler: desempenho – satisfação
Teorias de reforço	• Teoria do reforço

Vejamos inicialmente as principais teorias baseadas no conteúdo da motivação. Elas partem do princípio de que os motivos do comportamento humano residem no próprio indivíduo. A motivação para agir e se comportar deriva de forças que existem dentro dele. Assim, cada pessoa é uma pessoa.

Abaixo vamos abordar as teorias mais solicitadas nas provas.

Hierarquia de necessidades de Maslow

A teoria motivacional de Maslow se baseia na chamada hierarquia de necessidades. O fundamento da sua teoria é que as necessidades podem ser hierarquizadas, ou seja, distribuídas em

uma hierarquia de importância e de influência no comportamento humano. As necessidades apontadas por Maslow são as seguintes:

Necessidades fisiológicas: são as necessidades de alimentação, bebida, habitação e proteção contra a dor ou o sofrimento. São também denominadas necessidades biológicas e exigem satisfação cíclica e reiterada a fim de garantir a sobrevivência do indivíduo.

Necessidades de segurança: são as necessidades de estar livre de perigos (reais ou imaginários) e de proteção contra ameaças externas ou ambientais. Estão também intimamente relacionadas com a sobrevivência do indivíduo.

Necessidades sociais: são as necessidades de amizade, participação, filiação a grupos, amor e afeto. Estão relacionadas com a vida associativa do indivíduo junto a outras pessoas e com o desejo de dar e receber afeto.

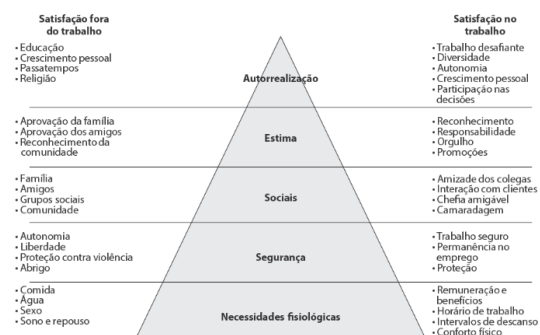
Necessidades de estima: são as necessidades relacionadas com a maneira pela qual a pessoa se vê e autoavalia, como autoestima, autoapreciação e autoconfiança.

Necessidades de autorrealização: são as necessidades mais elevadas do ser humano e que o levam a se realizar maximizando suas aptidões e capacidades potenciais. São as necessidades humanas que se concentram no topo da hierarquia e se traduzem na tentativa de cada pessoa realizar seu próprio potencial e se desenvolver continuamente como criatura humana ao longo da vida.

Em resumo, existem duas classes de necessidades: as necessidades de baixo nível ou primárias – como as necessidades fisiológicas e de segurança –, que são satisfeitas externamente (por meio de remuneração, permanência no emprego,

condições de trabalho); e as necessidades de alto nível ou secundárias – como as necessidades sociais, de estima e de autorrealização –, que são satisfeitas internamente (dentro do indivíduo).

Hierarquia das necessidades



Os argumentos da teoria de Maslow são os seguintes:

- As necessidades não satisfeitas influenciam o comportamento, dirigindo-o para metas ou objetivos individuais. Uma necessidade satisfeita não é motivadora de comportamento.

- Cada pessoa nasce com certa bagagem de necessidades fisiológicas, que são as necessidades inatas ou hereditárias. De início, seu comportamento é exclusivamente voltado para a satisfação cíclica dessas necessidades, como fome, sede, sono, atividade, sexo etc.

- A partir de certa idade, a pessoa ingressa em uma longa trajetória de aprendizagem de novos padrões de necessidades. Surgem as necessidades de segurança voltadas para a proteção contra o perigo e contra as ameaças e a privação. As necessidades fisiológicas e de segurança constituem as necessidades primárias do indivíduo, voltadas para sua própria conservação e sobrevivência pessoal.

- À medida que a pessoa passa a controlar suas necessidades primárias, surgem lenta e gradativamente as necessidades secundárias em função da aprendizagem. As necessidades mais elevadas somente surgem à medida que as necessidades primárias são satisfeitas e

passam a predominar sobre os níveis mais baixos de necessidades.

- O comportamento do indivíduo passa a ser influenciado por um grande número de necessidades concomitantes que se articulam na hierarquia.

- Contudo, à medida que uma necessidade mais baixa não é satisfeita, ela se torna imperativa e passa a predominar provisoriamente no comportamento até que seja parcial ou totalmente satisfeita. A privação de uma necessidade mais baixa faz com que as energias do indivíduo se desviem pela luta pela sua satisfação. As pessoas procuram satisfazer suas necessidades básicas antes de focalizar seu comportamento nas necessidades mais elevadas.

- As necessidades mais baixas requerem um processo motivacional mais rápido (comer, dormir etc.), enquanto as mais elevadas requerem um ciclo extremamente mais longo.

- A teoria de Maslow está construída sobre a premissa de que as pessoas têm necessidade de crescer e desenvolver, pressuposto válido para algumas pessoas, mas não para todas elas.

Teoria dos dois fatores de Herzberg

Dentro de outra abordagem, para Herzberg, a motivação das pessoas para o trabalho depende de dois fatores intimamente relacionados entre si: fatores higiênicos e fatores motivacionais.

Fatores higiênicos: referem-se às condições que rodeiam a pessoa enquanto trabalha, englobando as condições físicas e ambientais de trabalho, salário e benefícios sociais, políticas da organização, estilo de liderança recebido, clima de relações entre a direção e os empregados, regulamentos internos, oportunidades de crescimento, relacionamento com colegas etc. Correspondem ao contexto do trabalho. Na prática, constituem os fatores tradicionalmente utilizados pelas organizações para obter motivação das

pessoas. Contudo, os fatores higiênicos são limitados em sua capacidade de influenciar as pessoas. A expressão higiene serve para refletir seu caráter preventivo e profilático e para mostrar que, quando são excelentes, eles apenas evitam a insatisfação, uma vez que sua influência sobre o comportamento não consegue elevar substancial e duradouramente a satisfação das pessoas. No entanto, quando precários, provocam a insatisfação. Por isso são chamados fatores insatisfacientes. Incluem:

- Salário percebido.

- Benefícios sociais percebidos.

- Condições físicas de trabalho e conforto.

- Relações com o gerente.

- Relações com os colegas e camaradagem.

- Políticas da organização.

Os fatores higiênicos estão relacionados com as condições externas ao indivíduo. Estão relacionados com as necessidades primárias da pessoa.

Fatores motivacionais: referem-se ao conteúdo do cargo, às tarefas e às atividades relacionadas com o cargo em si. Produzem efeito duradouro de satisfação e de aumento de produtividade em níveis de excelência. Quando os fatores motivacionais são ótimos, eles elevam substancialmente a satisfação das pessoas. Quando são precários, provocam ausência de satisfação. Por isso são chamados fatores satisfacientes. Incluem:

- Uso pleno de habilidades pessoais.

- Liberdade de decidir como executar o trabalho.

- Responsabilidade total pelo trabalho.

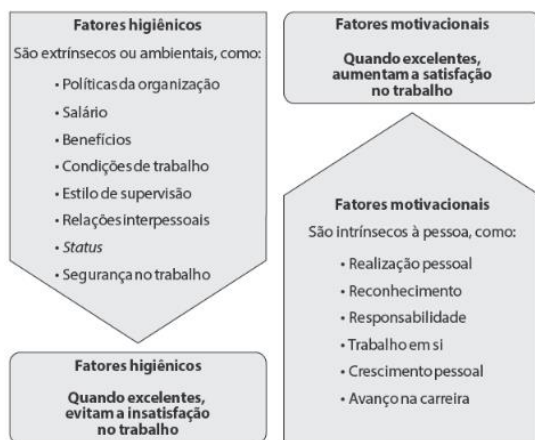
- Definição de metas e objetivos relacionados com o trabalho.

- Autoavaliação do desempenho.

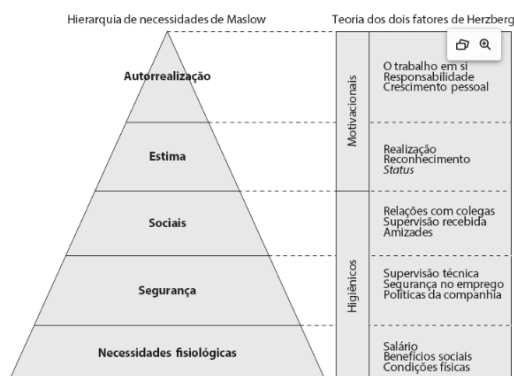
Os fatores motivacionais estão relacionados com as condições internas do indivíduo que conduzem a sentimentos de satisfação e de autorrealização. Estão relacionados com as necessidades secundárias da pessoa.

Herzberg chegou à conclusão de que os fatores responsáveis pela satisfação profissional são totalmente desligados e distintos dos fatores responsáveis pela insatisfação. Para ele, o oposto de satisfação não é a insatisfação, mas nenhuma satisfação. Da mesma maneira, o oposto de insatisfação não é a satisfação, mas nenhuma insatisfação.

Efeito dos fatores higiênicos e motivacionais



As abordagens de Maslow e Herzberg, embora diferentes, apresentam alguns pontos de concordância que permitem uma configuração mais rica a respeito da motivação humana para o trabalho.



Questões

01. (CRECI/24ª Região - Assistente Administrativo - Quadrix/2022). No que se refere à gestão de pessoas, julgue o item.

A motivação não é cíclica e começa com uma necessidade, que pode ser definida como uma força dinâmica e persistente que provoca o comportamento ao interromper o estado de equilíbrio do organismo.

() Certo () Errado

02. (CREFITO/6ª Região (CE) - Recepcionista - Quadrix/2022). Acerca da teoria das necessidades de Maslow, assinale a alternativa correta.

A - O topo da pirâmide está direcionado para as necessidades de alimentação, moradia e vestimenta.

B - A segunda necessidade é a segurança.

C - A primeira necessidade é a social, ligada ao conceito de amor e relacionamento.

D - A terceira necessidade direciona-se ao status e à autoestima.

E - Na base da pirâmide, está a autorrealização.

03. (Câmara de Aracaju/SE - Analista Administrativo - FGV/2021). Abraham Maslow, psicólogo americano consagrado por seus estudos sobre a motivação humana, desenvolveu uma importante teoria substantiada na conhecida Pirâmide de Maslow.

A premissa básica da Pirâmide de Maslow é:

A - o desempenho depende de uma relação entre a expectativa e a recompensa;

B - existe uma hierarquia entre as necessidades humanas;

C - existem dois tipos de fatores, os que geram satisfação e os que minimizam a insatisfação;

D - quanto maior a eficácia do funcionário, maior será a sua confiança e, conseqüentemente, o seu grau de motivação;

E - enquanto o reforço positivo premia o comportamento adequado, a punição inibe o negativo.

04. (CNMP - Analista do CNMP – FCC). Segundo a Teoria de Herzberg, é considerado Fator Motivacional:

A - Melhorar os móveis e a decoração do ambiente de trabalho.

B - Conceder anualmente um aumento salarial para os empregados com melhor desempenho.

C - Desenvolver uma nova política de gestão na empresa.

D - Fornecer mais responsabilidade e maior autonomia para as pessoas no trabalho.

E - Aumentar a periodicidade de confraternizações na empresa.

05. (ANVISA - Técnico Administrativo – CETRO). Na Teoria de Herzberg (Teoria dos Dois Fatores), afirmava-se que existiam fatores que afetavam o indivíduo. Sobre esses fatores e de acordo com a Teoria de Herzberg, é correto afirmar que deve(m) ser considerado(s)

A - que “o trabalho é, em si mesmo, desagradável para a maioria das pessoas” e “o trabalho é tão natural como o lazer, se as condições forem favoráveis”.

B - o equilíbrio entre o que a pessoa oferece à organização, por meio do sistema produtivo (o seu desempenho) e aquilo que recebe por meio do sistema retributivo (a sua compensação).

C - os fatores motivacionais e higiênicos na satisfação do cargo.

D - que “o trabalhador precisa conhecer objetivos, diretrizes e metas para agir de forma a alcançá-las” e “a participação do trabalhador na definição das metas”.

E - os fatores “existência” e “relacionamento”.

Alternativas

01. Errado – 02. B – 03. B – 04. D – 05. C

Liderança

Liderança¹⁵ é uma influência interpessoal exercida em dada situação visando à consecução de um objetivo específico. Liderança é um processo de influência pelo qual uma pessoa facilita, impulsiona e dinamiza um grupo de pessoas rumo a metas comuns ou compartilhadas.

A liderança é um fenômeno social e ocorre exclusivamente em grupos sociais e em organizações. É um tipo de influência, uma força psicológica e envolve conceitos como poder e autoridade, como vimos anteriormente. A influência pode ocorrer de diversas formas, indo desde formas violentas de imposição e coação até formas suaves de convencimento e sugestão.

A liderança é a capacidade de influenciar as pessoas. O líder exerce influência sobre as pessoas, conduzindo suas percepções de objetivos em direção aos seus objetivos. A definição de liderança envolve duas dimensões:

1-A capacidade presumida de motivar as pessoas a fazerem aquilo que precisa ser feito.

2- A tendência dos seguidores de seguirem aqueles que eles percebem como instrumentais para satisfazerem os seus próprios objetivos pessoais e necessidades.

Assim, a liderança é uma lâmina com corte duplo: nenhuma pessoa pode ser um líder a menos que possa fazer com que as pessoas façam aquilo que ela pretende fazer, nem será bem-sucedida a menos que seus seguidores a percebam como um meio de satisfazer suas próprias aspirações pessoais. O líder deve ser capaz; os seguidores devem ter vontade. Para tanto, o líder precisa proporcionar orientação, direcionamento, apoio e suporte, impulso e motivação, incentivos e recompensas, entusiasmo e vibração às pessoas de sua equipe.

¹⁵ Chiavenato, Idalberto. *Fundamentos de Administração*. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo GEN, 2021

Também convém distinguir entre liderança como qualidade pessoal (combinação especial de características pessoais que fazem de um indivíduo um líder) e liderança como função (decorrente da distribuição da autoridade de tomar decisões dentro de uma empresa), isto é, o grau em que a pessoa demonstra qualidades de liderança depende não somente de suas próprias características, mas também das características dos liderados e da situação em que se encontra.

No passado, predominou a abordagem dos traços, ou seja, as características pessoais do líder, como comunicabilidade, argumentação, visão de futuro, carisma ou personalidade. Chegou-se à conclusão de que um líder na política pode ser o liderado em sua própria casa. Assim, a liderança passou a ser estudada em termos de estilos de comportamento do líder em relação aos seus subordinados, isto é, maneiras pelas quais o líder orienta sua conduta. Aquilo que o líder faz e não aquilo que ele é.

Liderança Autocrática, Liberal e Democrática

Liderança autocrática: o líder é duro e impositivo, centralizador e toma as decisões arbitrárias e as impõe aos subordinados. Ênfase no líder.

Liderança liberal: o líder deixa todo o grupo à vontade e não participa das decisões. Ênfase nos subordinados

Liderança democrática: o líder é atuante, consultivo, define objetivos e orienta as decisões a serem tomadas em conjunto com os subordinados. Ênfase no líder e nos subordinados.

A partir dessa experiência, passou-se a defender o papel da liderança democrática – alinhado com o espírito americano da época –, comunicativa e que encoraja a participação do subordinado, que é justa e não arbitrária e que se preocupa com os

problemas do trabalho e também com os problemas das pessoas.

Autocrática	Democrática	Liberal (laissez-faire)
O líder fixa as diretrizes, sem qualquer participação do grupo.	As diretrizes são debatidas e decididas pelo grupo, estimulado e assistido pelo líder.	Há liberdade completa para as decisões grupais ou individuais, com participação mínima do líder.
O líder determina as tarefas, cada uma por vez, na medida em que se tornam necessárias e de modo imprevisível para o grupo.	O grupo esboça os objetivos e os meios para alcançá-los dado orientação e sugerindo alternativas para o grupo escolher, abrindo debates.	A participação do líder é limitada, apresentando apenas materiais variados ao grupo, esclarecendo que poderia fornecer informações desde que as pedissem.
O líder determina a tarefa que cada um deve executar e qual o seu companheiro de trabalho.	A divisão das tarefas fica a critério do próprio grupo, e cada membro tem liberdade de escolher os seus companheiros de trabalho.	Tanto a divisão das tarefas como a escolha dos companheiros ficam totalmente a cargo do grupo. Absoluta falta de participação do líder.

Na prática, o líder utiliza os três estilos de liderança de acordo com a situação, as pessoas e a tarefa a ser executada. O líder tanto manda cumprir ordens, como consulta os subordinados ao tomar uma decisão e sugere a algum subordinado realizar determinadas tarefas: ele utiliza a liderança autocrática, a democrática e a liberal. A principal problemática da liderança é saber quando aplicar qual estilo, com quem e dentro de que circunstâncias e atividades a serem desenvolvidas.

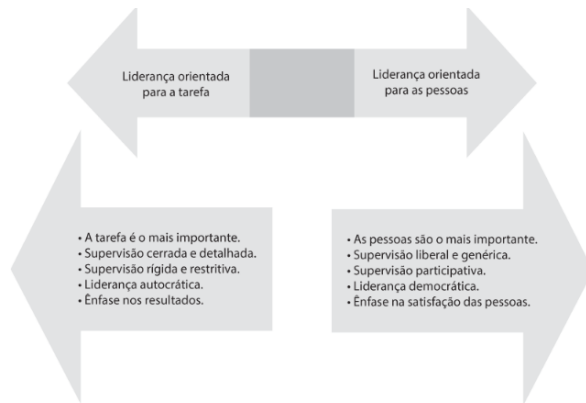
Estilos de liderança

Assim como a administração é um processo relativo para o qual não existem princípios universais e imutáveis, o mesmo se dá com a liderança.

Liderança centrada na tarefa (job centered): é a liderança preocupada com a execução da tarefa e com os seus resultados. É típica das empresas que concentram as pessoas em ocupações restritas e de modo padronizado e em ritmos baseados em padrões de produção preestabelecidos. É a liderança preocupada apenas com o trabalho e em conseguir que as coisas sejam feitas conforme os métodos e com os recursos disponíveis.

Liderança centrada nas pessoas (employee-centered): é a liderança preocupada com os aspectos humanos dos subordinados e que procura manter uma equipe de trabalho atuante, com participação nas decisões. É o tipo de liderança que dá mais ênfase às pessoas do

que ao trabalho em si, procurando ajudar os subordinados, preocupando-se mais com as metas do que com os métodos, mas sem descuidar-se do desempenho esperado.



As pesquisas revelaram que unidades com baixa eficiência são geralmente chefiadas por líderes orientados para a tarefa. A pressão em fazer as pessoas trabalharem provoca atitudes desfavoráveis. No curto prazo, essa liderança até pode promover bons resultados de eficiência e produtividade. Contudo, nos médio e longo prazos, provoca insatisfação, menor ritmo de trabalho, rotatividade de pessoal, absenteísmo, desperdício, reclamações trabalhistas. Quanto maior a percepção de conflito, tanto menor o nível de produção.

Competências relacionadas com a eficácia da liderança¹⁶:

Impulso: motivação íntima para perseguir objetivos.

Motivação para liderar: uso de poder socializado para influenciar pessoas.

Integridade: inclui confiança e vontade de transladar palavras em ações.

Autoconfiança: necessária para fazer as pessoas se sentirem seguras e impressionar os demais de várias maneiras possíveis.

Inteligência: geralmente focada na habilidade de processar informação, analisar alternativas e descobrir novas oportunidades.

Conhecimento do negócio: essencial para que as ideias geradas ajudem a organização a sobreviver e ser bem-sucedida.

Inteligência emocional: baseada em uma personalidade automonitorada, com forte sensibilidade às situações e habilidade para adaptar-se às circunstâncias, quando necessário.

E, mais recentemente, relacionam-se à liderança outras competências como a visão sistêmica, o pensamento estratégico, a inteligência emocional, a colaboração, a resolução de problemas, o relacionamento humano, a visão de futuro etc. E uma listagem de habilidades de liderança críticas para o sucesso na economia global inclui, necessariamente, as seguintes competências:

Flexibilidade cultural: nos negócios internacionais, essa habilidade se refere à atenção e à sensibilidade cultural. Nas organizações domésticas, as mesmas habilidades parecem ser críticas para o sucesso à luz da crescente diversidade. Os líderes devem possuir habilidades não somente para gerenciar, mas também para reconhecer e celebrar o valor da diversidade em suas organizações.

Habilidades de comunicação: os líderes eficazes são hábeis em comunicar, seja na forma escrita, seja na forma oral, seja na forma não verbal.

Habilidades relacionadas com pessoas: como as pessoas são parte da eficácia da liderança, são necessárias habilidades para desenvolver um clima de aprendizado, desenhar e conduzir programas de treinamento, transmitir informações e experiências, acessar resultados, proporcionar aconselhamento de carreira, criar mudança organizacional e adaptar material de aprendizagem.

¹⁶ Chiavenato, Idalberto. *Comportamento Organizacional - A Dinâmica do Sucesso das Organizações*. Atlas; 4ª edição -2021

Criatividade: solução de problemas, inovação e criatividade proporcionam a vantagem competitiva no mercado global de hoje. O líder deve possuir as habilidades não somente de criatividade pessoal, mas também a de proporcionar o clima que encoraja a criatividade das pessoas e que as ajude a ser criativas.

Autogestão do aprendizado: essa habilidade se refere à necessidade de aprendizado contínuo de novos conhecimentos e habilidades. Em tempos de mudanças dramáticas e competitividade global, os líderes devem continuamente mudar a si mesmos. Eles devem ser autoaprendizes.

Habilidades mais identificadas nos líderes

1. Comunicar verbalmente e ouvir as pessoas.
2. Gerenciar o tempo e o estresse.
3. Gerenciar as decisões individuais.
4. Reconhecer, definir e resolver problemas.
5. Motivar e influenciar os outros.
6. Delegar.
7. Definir objetivos e uma visão articulada do futuro.
8. Autoprevenido.
9. Construir e fortalecer equipes.
10. Gerenciar conflitos.

Na prática, os líderes eficazes são multi-habilidosos, pois utilizam simultaneamente um arsenal de habilidades pessoais e interpessoais que se ajudam mutuamente. Do ponto de vista das habilidades pessoais, o líder eficaz deve saber compatibilizar três aspectos importantes:

Administrar a tensão do cotidiano: o líder deve saber trabalhar em um ambiente de tensão criativa e lidar com estressores para balanceá-los adequadamente (moderando alguns que influenciam negativamente o aprendiz e alimentando outros que o ajudam e estimulam a atingir

objetivos). Deve estabelecer um senso de urgência com relação à mudança e à inovação e, ao mesmo tempo, dosar o impacto dessa urgência para não sobrecarregar o aprendiz. Além disso, deve administrar o seu próprio tempo e o grau adequado de delegação de responsabilidades aos seguidores.

Desenvolver sua autoatenção: tem a função de definir e redefinir valores e prioridades, identificar seu estilo de comportamento e avaliar a atitude das pessoas quanto à mudança que pretende incentivar.

Resolução criativa de problemas: o líder utiliza uma abordagem racional ou criativa na solução de problemas, dependendo de sua natureza. Em geral, enfatiza mais a abordagem criativa para fomentar e incentivar a inovação nas pessoas.

Líder X Chefe

O **líder** é conhecido como aquele que orienta as pessoas a fazerem da melhor forma e de bom grado aquilo que é proposto, geralmente ele pede e orienta, e não impõe, e além disso está aberto a considerar contestações e sugestões para sua análise. A postura do líder é mais voltada a participação de todos, nesse caso a postura está mais voltada à ideia de motivação, respeito, conquista, atenção e a construção de um ambiente harmônico em prol dos objetivos coletivos.

Já o **chefe** nas organizações empresariais, é aquele conhecido por dar ordens diretas e incontestáveis aos demais, ou seja, ele faz executarem tarefas através da sua imposição, obrigando os demais a cumprirem, sem considerar que muitas vezes aspectos relativos às condições humanas estão envolvidos e podem em certos momentos ser feito de maneira diferente ou menos imediata e quase sempre de forma inflexível. Muitos defendem a necessidade dessa postura em dados

momentos, mas no caso dos chefes esta é sempre a mesma postura observada.

As pessoas em particular possuem uma ou outra postura profissional e como as empresas são movidas por pessoas, em muitas organizações chefes autoritários se chocam com líderes que defendem outra forma de comportamento, e isso acaba sendo motivo de desentendimentos e conflitos entre as partes. Os colaboradores buscam atuar em um ambiente mais participativo mais propenso a condução de um líder, enquanto chefes buscam exatamente o contrário, um ambiente sem a participação nenhuma destes.

Chefe	Líder
- Existe naquelas organizações que não precisam (ou não querem) ser eficientes. - Geralmente são identificados no setor público ou empresas familiares, onde privilégios pessoais são mais importantes que projetos de longo prazo. - Chefes possuem sentimentos de posse, ou seja, só enxerga sua posição de "status", e considera os demais inferiores. - Chefes tem a necessidade de dominar seus funcionários, para mostrar que está no controle, e de certa forma, se torna um dependente, que na maioria das vezes não consegue resolver certos problemas por si só. - Os chefes fazem com que as regras sejam cumpridas, de uma forma onde ele manda, ou seja, faz com que tudo	- Líderes estão preocupados com o futuro e não com o presente, ou melhor, eles preocupam-se em cumprir o necessário no presente, para garanti-lo, e além disso preparar a organização para os desafios vindouros. - Apontam um sentimento mais coletivista entendendo que a organização só é capaz de atingir o sucesso se cada um doar um pouco do seu melhor. - O líder faz uma combinação de estratégia e caráter para atingir metas e objetivos para extrair o máximo de cada pessoa que trabalha ao seu lado, ouvindo ideias e gerando responsabilidades. - Ele está sempre disposto a servir, aprender e sempre em uma posição de humildade para poder agregar cada vez mais a sua equipe.

aconteça pela ordem.

Todas as organizações devem se preocupar com esta questão (de Chefia e Liderança) e não tentar impor a qualquer custo sua maneira de trabalho aos colaboradores, algumas justificam a necessidade de ter em seu quadro chefes autoritários que imponham regras rígidas, senão ninguém obedece, enquanto outras dão valor à presença de líderes flexíveis mais voltados à motivação e multiplicadores de conhecimento, e não há nada de errado com isso, só que alguém com características de um líder encontra dificuldades em se conformar num cargo de chefe, enquanto o oposto também é verdadeiro.

Questões

01. (SES/RS - Administrador - FAURGS/2022). Sobre liderança, assinale a alternativa INCORRETA.

A - A liderança não interfere no clima organizacional, até porque são elementos completamente distintos e independentes no processo administrativo.

B - O comportamento dos grupos sociais é influenciado pelo estilo de supervisão e liderança.

C - Liderança é um fenômeno de influência interpessoal.

D - Liderança é um processo de redução da incerteza de um grupo.

E - Liderança é uma função das necessidades existentes em uma determinada situação e consiste em uma relação entre indivíduo e um grupo.

02. (CRF/GO - Agente Administrativo - Quadrix/2022). No que diz respeito à administração e a seus conceitos fundamentais, julgue o item.

No âmbito organizacional, o papel da liderança é essencial no desenvolvimento de competências que sejam estratégicas tanto para as pessoas quanto para as organizações, sendo o pensamento

sistêmico e a compreensão do negócio exemplos de competências pessoais que possuem relação com o desempenho organizacional.

() Certo

() Errado

03. (SPGG/RS - Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão - FUNDATEC/2022). Liderança, para Cintra e Dalbem (2016), é a interação entre dois ou mais membros de um grupo que, com frequência, envolve a estruturação ou reestruturação da situação e das percepções e expectativas dos membros. Conforme as autoras, Chiavenato (2014) aponta a pesquisa de Kurt Lewin, em 1930, na Universidade de Iowa, como o primeiro estudo acerca dos estilos de liderança. Foram definidos três estilos de liderança:

I. Liderança liberal ou laissez-faire: dá total liberdade aos colaboradores, exercendo participação mínima nas decisões da equipe, ou regulando as ações do grupo.

II. Liderança autocrática: o líder esboça suas ideias e as expõe aos colaboradores, incentivando todos a participarem das decisões, conduzindo e orientando a equipe.

III. Liderança democrática: poder centralizado no líder, que toma todas as decisões e as impõe aos colaboradores, que devem acatar sem questionar.

Quais estão corretas?

A - Apenas I.

B - Apenas I e II.

C - Apenas I e III.

D - Apenas II e III.

E - I, II e III.

04. (Câmara de Aracaju /SE - Analista Administrativo - FGV /2021). O tipo de liderança praticado pelo líder que centraliza toda a tomada de decisões e impõe suas ordens e diretrizes sem participação do grupo é o:

A - liberal;

B - tradicional;

C - democrático;

D - autocrático;

E - laissez-faire.

Alternativas

01. A – 02. Certo – 03. A – 04. D

Delegação

Delegação é o processo de transferência de determinado nível de autoridade de um chefe para seu subordinado, criando o correspondente compromisso pela execução da tarefa delegada.

A tarefa que foi transferida do chefe para o subordinado; e a obrigação – responsabilidade ou compromisso – que o subordinado tem para com o chefe, na realização dessa tarefa transferida.

A importância da delegação para a empresa está baseada nos aspectos:

- permite coordenar trabalhos mais complexos e de abrangência maior;

- permite maior produtividade da equipe de trabalho, por meio de maior motivação, menor tempo de espera para a tomada de decisões, maior desenvolvimento da equipe e maior interação entre as unidades organizacionais;

- permite amplitude de controle mais adequada;

- exige melhor planejamento e programação de atividades e proporciona condições para isso, pois o chefe que delega tem mais tempo para executar suas tarefas prioritárias;

- permite melhor aproveitamento de recursos; e

- proporciona maior segurança para a empresa, pois, quando o chefe deixa a empresa, existem subordinados treinados e em condições de substituí-lo de maneira adequada.

Os principais obstáculos para a delegação, do ponto de vista da empresa, do chefe e do subordinado:

Do ponto de vista da empresa

- Modelo de gestão estabelecido pela alta administração, o qual pode não privilegiar a delegação.
- Nível de controle exagerado, levando a medos no processo decisório.
- Barreiras legais, correspondentes às responsabilidades estabelecidas para determinados cargos (presidente etc.).

Do ponto de vista do gestor

- Medo de perder poder.
- Medo de perder o lugar (cargo e funções atuais).
- Falta de tempo para treinar os subordinados.
- Falta de subordinados capacitados e habilitados.
- Autovalorização, achando que o único que sabe é o próprio chefe.
- Desconfiança da capacidade e habilidade dos subordinados.
- Gosta de fazer o trabalho do subordinado.
- Falta de habilidade de dirigir e coordenar atividades.
- Dificuldade para identificar tarefas que não exigem sua atenção direta.
- Mania de perfeição (julga que faz qualquer tarefa melhor do que o subordinado).
- Inabilidade para encorajar colaboração entre subordinados.
- Ausência de controles, o que torna os chefes cautelosos quanto à delegação.

Do ponto de vista do subordinado

- Medo de assumir responsabilidades, por medo de críticas pelos erros; ou por falta de confiança própria.
- Não se julga capacitado para a tarefa, por falta de conhecimento; falta de informações necessárias; ou falta de recursos.
- Não tem tempo disponível para as novas tarefas.

- Preguiça, julgando que é mais fácil perguntar ao chefe do que decidir por si próprio.

- Possibilidade de não ser reconhecido.
- Incentivos inadequados.

Gestão de Salários

Um dos aspectos mais importantes da filosofia de uma organização é o que se relaciona com a política de remuneração. O nível de salários é o elemento essencial tanto na posição competitiva da organização no mercado de trabalho como nas relações da organização com os seus próprios colaboradores.

Salário¹⁷

Em decorrência de sua complexidade, o salário pode ser considerado de muitas maneiras distintas:

É o pagamento de um trabalho.

Constitui uma medida do valor de uma pessoa na organização.

Coloca uma pessoa em uma hierarquia de status dentro da organização.

O salário constitui o centro das relações de intercâmbio entre as pessoas e organizações. Todas as pessoas nas organizações aplicam seu tempo e esforço, e, em troca, recebem dinheiro, que representa o intercâmbio de uma equivalência entre direitos e responsabilidades recíprocos entre empregado e empregador.

Significado de salário para as pessoas

O salário representa uma das mais complicadas transações, pois, quando uma pessoa aceita um cargo, ela está se comprometendo a uma rotina diária, a um padrão de atividades e a uma ampla faixa de relações interpessoais dentro de uma organização e, para tanto, recebe salários. Assim, em troca desse elemento simbólico e intercambiável – o dinheiro –, o homem é

¹⁷ Chiavenato, Idalberto. *Recursos Humanos - O Capital Humano das Organizações*. Disponível em: Minha Biblioteca, (11th edição). Grupo

capaz de empenhar parte de si mesmo, de seu esforço e de sua vida.

Para as pessoas, o trabalho é, muitas vezes, considerado o meio para atingir um objetivo intermediário, que é o salário. Com o salário, muitos objetivos finais podem ser alcançados pelo indivíduo. O salário é a fonte de renda que define o padrão de vida de cada pessoa em função do seu poder aquisitivo.

Significado de salário para as organizações

Para as organizações, o salário representa, a um só tempo, um custo e um investimento. Custo porque o salário se reflete no custo do produto ou do serviço final. Investimento porque representa aplicação de dinheiro em um fator de produção – o trabalho – como tentativa de conseguir um retorno maior no curto ou médio prazo.

Gestão de salários

Nas organizações, cada trabalho ou atividade tem o seu valor individual. Somente se pode remunerar com justeza e equidade o ocupante de um trabalho na medida em que se conhece o seu valor em relação aos demais trabalhos da organização e à situação de mercado. Como a organização é um conjunto integrado de trabalhos em diferentes níveis hierárquicos e em diferentes setores de especialidade, a Gestão de Salários (GS) é um assunto que abarca a organização como um todo, repercutindo em todos os seus níveis e setores.

Assim sendo, pode-se definir GS como o conjunto de normas e procedimentos que visam estabelecer e/ou manter estruturas de salários equitativas e justas na organização. Essas estruturas de salários deverão ser equitativas e justas com relação:

- Aos salários em associação aos demais trabalhos da própria organização, visando-se, pois, ao equilíbrio interno desses salários.

- Aos salários em associação aos mesmos trabalhos de outras empresas que atuam no mercado de trabalho, visando-se, pois, ao equilíbrio externo dos salários.

- Remunerar cada colaborador de acordo com o valor do trabalho que ocupa.

- Recompensá-lo adequadamente pelo seu desempenho e dedicação.

- Atrair e reter os melhores candidatos para os trabalhos.

- Ampliar a flexibilidade da organização, dando-lhe os meios adequados à movimentação do pessoal e racionalizando as possibilidades de desenvolvimento e encarecimento.

- Obter dos colaboradores plena aceitação dos sistemas de remuneração adotados pela empresa.

- Manter equilíbrio entre os interesses financeiros da organização e a sua política de relações com os colaboradores.

Métodos de avaliação de cargos

Existem várias maneiras de definir e gerir sistemas de pagamento. A avaliação de cargos está relacionada com a obtenção de dados que permitem uma conclusão acerca do preço para cada trabalho, indicando as diferenças essenciais entre os cargos, seja quantitativa ou qualitativamente. Em geral, a avaliação de cargos é complementada por outros procedimentos, como negociações com sindicatos, pesquisas de mercado de salários etc.

Os métodos de avaliação de cargos podem ser divididos em:

Método do escalonamento (job ranking)

O método de avaliação de cargos por escalonamento é denominado método da comparação simples e consiste em se dispor os cargos, em um rol (crescente ou decrescente), em relação a algum critério de comparação, de que cada trabalho é comparado aos demais em função do critério escolhido, como base de referência. Trata-se do método mais

rudimentar de avaliação de cargos, pois a comparação entre os trabalhos é global e sintética, sem considerar nenhuma análise ou decomposição. Assim, a comparação tende a ser superficial.

Método das categorias predeterminadas (job classification)

O método das categorias predeterminadas constitui uma variação do método do escalonamento simples. É denominado método dos escalonamentos simultâneos. Em primeiro lugar, faz-se a divisão dos cargos em conjuntos de cargos (categorias predeterminadas) que possuam certas características comuns. A seguir, faz-se a aplicação do método do escalonamento simples em cada um desses conjuntos ou categorias de cargos.

Uma vez definida a estrutura organizacional e feita a análise dos cargos, esse método começa com a definição prévia das categorias de cargos. As categorias são conjuntos de cargos com características comuns e que podem ser dispostas em uma hierarquia ou escala prefixada.

Após a definição do número de categorias apropriado para a organização (o que pode inclusive ser tratado no nível sindical ou junto à autoridade competente), cada categoria deve ser definida quanto ao nível de responsabilidade e de outros requisitos típicos de cada grau. As definições das categorias devem ser escritas e passam a constituir um padrão ou marco referencial a partir do qual os outros cargos são avaliados e encaixados no grau apropriado. Algumas vezes, torna-se interessante estabelecer um cargo de referência para cada categoria, a fim de facilitar o processo de comparação. Os critérios para a seleção dos cargos de referência são exatamente os mesmos já anteriormente discutidos no método do escalonamento. Sua finalidade é constituir um meio prático de classificar todos os

cargos em uma organização, de acordo com as definições de categorias.

Método de comparação de fatores¹⁸

Trata-se de uma técnica analítica, no sentido de que os trabalhos são comparados por meio de fatores de avaliação. Como em todos os métodos aperfeiçoados, este deve passar inicialmente pelas mesmas etapas de coleta, análise, descrição de cargos e designação de comissões avaliadoras.

Determinam-se, em primeiro lugar, os fatores que irão ser utilizados no processo. Esses fatores, que permitem comparar os diversos cargos, variam de uma para outra e até mesmo dentro de uma empresa. Entretanto, na quase totalidade dos casos, podem ser reduzidos a quatro grandes grupos: habilidade, esforço, responsabilidade e condições de trabalho. Cada um destes fatores pode ser subdividido, como por exemplo: habilidade - experiência, instrução, iniciativa, engenhosidade; esforço - físico, mental, visual; responsabilidade - por pessoas, máquinas, valores, produtos, segurança; condições de trabalho - higiene, periculosidade.

Mesmo que haja essas subdivisões dos fatores básicos, eles devem manter-se amplos, flexíveis e sem sobreposição de uns aos outros.

Em segundo lugar, selecionam-se e descrevem-se, com todo o cuidado, os cargos-chave, isto é, os que servirão de padrões para todos os demais. Cerca de 10 a 25 cargos, conforme o tamanho da organização, podem ser escolhidos, desde que: a) sejam bem representativos, b) estáveis no organograma, c) conhecidos por muitos, d) fáceis de definir, e) correspondentes a vários níveis de salários e f) cujos valores monetários sejam considerados justos e razoáveis, tanto dentro quanto fora da empresa.

Na terceira etapa, os diversos membros da comissão de salários (A, B, C, D e E),

18

<https://www.scielo.br/j/rae/a/B6LjGymCcnZtjpGBMFXppm/?lang=pt#>

depois de bem estudadas as descrições dos cargos-chave, ordenam-nos isoladamente para cada um dos fatores escolhidos (como no primeiro método - escalonamento simples) preparando tabelas com as médias dos analistas para cada fator, o que dá a classificação dos cargos. Esse escalonamento costuma ser feito mais de uma vez, para se obterem melhores resultados.

Repete-se, para cada um dos outros três fatores, o que foi feito com o fator habilidade e levam-se os resultados da última coluna, em cada caso.

A quarta etapa, a mais delicada de todo o método, consiste em dividir arbitrariamente, o salário de cada um dos cargos-chave, o que já era conhecido, pelos diversos fatores adotados. Essa operação deve ser feita mais de uma vez. Comparam-se os resultados, fazem-se as verificações e discutem-se as divergências.

Método de avaliação por pontos (point rating)

É também chamado de método de avaliação por fatores e pontos, tornou-se o método de avaliação de cargos mais usado nas empresas. A técnica é analítica: cargos são comparados por meio de fatores de avaliação em suas partes componentes. É também uma técnica quantitativa: são atribuídos valores numéricos (pontos) para cada elemento do cargo e um valor total é obtido pela soma dos valores numéricos (contagem de pontos).

Inicialmente, baseada em análises e descrições de cargos, a comissão avaliadora estabelece os fatores comuns a todos os cargos que, vamos supor, sejam os mesmos anteriormente adotados, isto é, habilidade, esforço, responsabilidade e condições de trabalho, todos muito bem definidos.

Classificação de cargos

De acordo com os resultados da avaliação, os cargos podem ser classificados em classes de cargos. O

agrupamento dos cargos em classes visa facilitar a gestão salarial, além de permitir que cada classe de cargos tenha um tratamento genérico em termos de salários, benefícios sociais, regalias e vantagens, sinais de status.

A classificação dos cargos é fixada arbitrariamente. Para o propósito de estabelecer salários, é costume dividir as séries em graus ou grupos de cargos (classes de cargos) para os quais são atribuídas faixas de classes de salários com limites máximos e mínimos. No final, cada classe passa a ter um relativo grau de importância e todos os cargos nela contidos passam a ter igual tratamento.

Alguns métodos de avaliação de cargos tendem a proporcionar automaticamente uma classificação dos cargos, como é o caso do método do escalonamento e das categorias predeterminadas. Outros métodos – como o de avaliação por pontos – proporcionam valores em pontos para cada cargo, permitindo que a classificação dos trabalhos seja feita por classes de pontos.

Pesquisa salarial

A Gestão de Salários procura obter o equilíbrio interno de salários na organização, como também obter o equilíbrio externo de salários em relação ao mercado de trabalho. Assim, antes de se definir as estruturas salariais da empresa, convém pesquisar e analisar os salários da comunidade por meio de:

- Uso de pesquisas feitas por empresas nas quais tenha participado.
- Uso de pesquisas feitas por empresas especializadas.
- Promover a sua própria pesquisa salarial.

A montagem de uma pesquisa de salários deve levar em consideração:

- Quais trabalhos devem ser pesquisados (cargo de referência).
- Quais companhias devem ser pesquisadas (empresas participantes).

- Qual é a época da pesquisa (periodicidade).

A pesquisa de salários pode ser feita por meio de:

- Questionários.
- Visitas a empresas.
- Reuniões com especialistas em salários.
- Contatos por e-mails entre especialistas em salários.
- Aquisição de pesquisas feitas por empresas especializadas.

Seleção dos cargos de referência

Ao promover a pesquisa salarial, a empresa deve selecionar os cargos que considera de referência, para testar a sua estrutura salarial. Os cargos de referência podem ser:

- Cargos que representam os vários pontos da curva salarial da empresa.
- Cargos facilmente identificáveis no mercado.
- Cargos que representam os setores de atividade da empresa.

O número de cargos de referência que compõe a pesquisa é variável e depende do tipo de atividade da empresa e de suas necessidades e interesses. São escolhidos os cargos de referência para representar o mercado de trabalho, de um lado, e representar a estrutura de salários da empresa, de outro. Os cargos de referência são, ao mesmo tempo, amostras do mercado de salários externo e da estrutura interna de salários da empresa. Daí serem denominados cargos amostrais. Devem ser cuidadosamente selecionados para poderem propiciar comparações claras e adequadas entre a empresa e o mercado.

Seleção das empresas participantes

Os critérios adotados para a escolha das empresas que deverão ser convidadas a participar da pesquisa salarial como amostras do mercado de trabalho são:

- Localização geográfica da empresa: as empresas podem ser selecionadas em função de sua localização geográfica. Existem cargos cujos ocupantes são influenciados pelo mercado local de trabalho, desinteressando-se por ofertas de trabalho em locais distantes. Quando se pretende pesquisar salários de trabalhos horistas não qualificados, as empresas escolhidas são aquelas situadas nas imediações da empresa que está pesquisando.

Ramo de atividade da empresa: a presunção é a de que deve existir alguma similaridade de operações e atividades que se traduz na tipologia dos trabalhos.

Tamanho da empresa: muitos trabalhos estão relacionados com o tamanho ou dimensão da empresa, em decorrência da amplitude administrativa ou volume de responsabilidade envolvida.

Política salarial da empresa: quando a empresa pretende seguir uma política salarial agressiva, ela tende a escolher participantes com políticas salariais mais avançadas. Quando pretende pagar em torno da média do mercado, ela tende a escolher participantes conservadoras em sua política salarial.

Quando se trata de pesquisa salarial abrangente, é comum escolher amostras de empresas, aplicando-se os vários critérios citados. O número de empresas que deve compor uma pesquisa salarial varia em função do nível de detalhamento e da precisão da pesquisa, bem como do tempo disponível para sua conclusão.

Além dos salários, podem ser pesquisados outros elementos, como informações sobre a política salarial e os benefícios que as empresas oferecem (faixas salariais, influência do mérito no salário, aumento por promoções, assistência médica e social, restaurante etc.), bem como os dados sobre o comportamento

organizacional (turnover, absenteísmo, produtividade etc.).

Coleta de dados

Definidos os cargos de referência e as empresas-amostras, o passo seguinte é colher as informações para a pesquisa. A coleta de informações em uma pesquisa salarial pode ser feita pelos seguintes meios:

- Questionário a ser preenchido pelas empresas participantes.
- Visitas e consequente troca pessoal de informações, por meio de entrevistas, reuniões ou e-mails.
- Reuniões de associações de empresas ou associações de classe.
- E-mails ou contatos virtuais quando as empresas pesquisadas estão localizadas a distância.
- Telefonemas ou e-mails quando as pesquisas são curtas e o relacionamento entre os profissionais das empresas é mais profundo.

O principal meio de coleta de informações é, sem dúvida, o questionário, pela facilidade de manuseio e de registro dos dados.

De posse dos dados do mercado, a empresa fará a tabulação e o tratamento estatístico dos dados que permitam a comparação a seus salários, para verificar se o seu esquema está satisfatório ou se precisa ser corrigido.

Política salarial

Política salarial é o conjunto de princípios e diretrizes que refletem a orientação e a filosofia da organização no que tange aos assuntos de remuneração de seus colaboradores. Assim, as normas presentes e futuras, bem como as decisões sobre cada caso individual, devem orientar-se por esses princípios e diretrizes. A política salarial não é estática. Pelo contrário, é dinâmica e evolui pela aprendizagem, aperfeiçoando-se com sua aplicação frente a situações que se modificam com rapidez.

Uma política salarial deve ter como conteúdo:

Estrutura de trabalhos e salários: isto é, classificação dos trabalhos e as faixas salariais para cada classe de trabalhos.

Salários de admissão: para as diversas classes salariais. O salário de admissão para cada trabalho coincide com o limite inferior da classe salarial.

Previsão de reajustes salariais: sejam por determinação legal (dissídios coletivos), sejam espontâneos. Os reajustes salariais podem ser:

Reajustes coletivos (ou por custo de vida): visam restabelecer o valor real dos salários face às alterações na conjuntura econômica do país ou no poder aquisitivo das pessoas.

Reajustes individuais: suplementam os ajustes coletivos e podem classificar-se em:

Reajustes por promoção: entende-se por promoção o exercício autorizado, contínuo e definitivo de cargo diverso do atual, em nível funcional superior.

Reajustes por enquadramento: a empresa procura pagar salários compatíveis com os salários pagos no mercado de trabalho.

Reajustes por mérito: são concedidos aos empregados que devem ser recompensados pelo seu desempenho acima do normal.

O objetivo da compensação é criar um sistema de recompensas que seja equitativo tanto para a organização como para as pessoas. Uma política de compensação deve atender os critérios abaixo para ser eficaz:

1. Adequada: a compensação deve distanciar-se dos padrões mínimos do governo e do sindicato.

2. Equitativa: cada pessoa deve ser paga proporcionalmente de acordo com seu esforço, habilidades e treinamento.

3. Balanceada: salários, benefícios e outras recompensas devem proporcionar um razoável pacote total de recompensas.

4.Eficácia quanto a custos: salários não podem ser excessivos, considerando o que a organização pode pagar.

5.Segura: salários devem ser suficientes para dar segurança aos empregados e ajudá-los a satisfazer suas necessidades básicas.

6.Incentivadora: salários devem motivar eficazmente o trabalho produtivo.

7.Aceitável para os colaboradores: os colaboradores devem compreender o sistema de salários e sentir que ele é razoável para eles e para a empresa.

A política salarial deve levar em consideração outros aspectos importantes do sistema de recompensas ao pessoal: benefícios sociais, estímulos e incentivos ao desempenho dedicado dos empregados, oportunidades de crescimento profissional, garantia de emprego (estabilidade na empresa) etc.

Os salários têm vários desdobramentos do ponto de vista legislativo e fiscal. Geram encargos sociais que são calculados sobre seus valores em uma verdadeira cascata. Os encargos sociais são decorrências legais representados por contribuições legalmente estabelecidas. Incidem sobre os salários os cálculos de Previdência Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outros encargos que são suportados e pagos pela organização quando esta remunera seus colaboradores. Os encargos envolvem obrigações sociais, tempo não trabalhado pelo colaborador, bem como o reflexo dos itens anteriores devido ao seu efeito cascata.

Questões

01. (IFN/MG - Assistente em Administração - FCM/2019). Acerca dos objetivos que a Gestão de Salários se propõe a atingir, indique se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma.

() Remunerar cada funcionário de acordo com o valor do cargo que ocupa.

() Recompensar o funcionário adequadamente por seu desempenho e dedicação.

() Atrair e reter os melhores candidatos para os cargos.

() Unificar os conceitos de salário real e salário nominal.

() Certificar-se de que os funcionários dos níveis tático, operacional e estratégico recebam exatamente os mesmos valores de dividendos da empresa.

De acordo com as afirmações, a sequência correta é

A - (V); (V); (V); (F); (V).

B - (F); (F); (V); (V); (V).

C - (F); (V); (F); (F); (F).

D - (V); (F); (F); (V); (V).

E - (V); (V); (V); (F); (F).

02. (DPE/RO - Analista da Defensoria Pública - CESPE / CEBRASPE /2022). Considerando os métodos de avaliação de cargos e salários, é correto afirmar que

A - o escalonamento compara os cargos por meio de fatores de avaliação, tais como os requisitos mentais, habilidades requeridas, requisitos físicos, responsabilidades e condições de trabalho.

B - todos esses métodos indicam a natureza dos cargos, a diferença entre eles e seus fatores qualitativos e quantitativos; o que os diferencia é a ordem de classes progressivas que adotam.

C - o método das categorias predeterminadas, também conhecido por job classification, compara os cargos quantitativamente e os pontos atribuídos para cada um dos elementos.

D - o método de avaliação de pontos realiza comparação quantitativa dos cargos por meio de fatores de avaliação. Nesse método os pontos são atribuídos a cada elemento do cargo e depois, contados.

E - o método de comparação de fatores considera promoção e progressão os dois elementos preponderantes de determinação dos fatores.

03. (IF/RS - Administrador - FUNDATEC/2022). Chiavenato (2010) define que para assegurar o equilíbrio interno dos salários, a administração salarial

utiliza a avaliação e classificação de cargos. Existem diversos métodos de avaliação de cargos e o mais utilizado no mundo denomina-se método de:

- A - Avaliação por pontos.
- B - Escalonamento simples.
- C - Escalonamento composto.
- D - Categorias predeterminadas.
- E - Comparação por fatores.

04. (CRESS/RO - Técnico Administrativo Executivo - Quadrix/2021). A avaliação de cargos é parte essencial da elaboração do plano de cargos e salários. O objetivo é atribuir valor para cada posto a ser ocupado na organização, conforme o seu grau de relevância. Considerando essa informação, assinale a alternativa que apresenta o método que consiste na atribuição de valores aos fatores, de acordo com a quantidade de graus aplicados.

- A - escalonamento simples de cargos
- B - método por graus determinados
- C - classificação predeterminada
- D - avaliação quantitativa por comparação de fatores
- E - avaliação quantitativa por meio de pontos

05. (Câmara de Olímpia /SP - Analista de Recursos Humanos – VUNESP). A respeito da Pesquisa Salarial, é correto afirmar que

- A - seu objetivo principal é resguardar, essencialmente, o equilíbrio dos salários dentro da organização.
- B - não é recomendável que se faça a pesquisa salarial antes de se elaborar a estrutura salarial da organização.
- C - a pesquisa salarial deve ser feita pela própria organização.
- D - a pesquisa salarial deve ter como objetivo primordial a verificação da posição da organização frente a outras organizações de seu entorno.
- E - é uma prática que permite obter dados importantes para gerenciar o equilíbrio interno na organização e o equilíbrio externo em relação ao mercado de trabalho.

06. (AVAREPREV/SP - Supervisor de Recursos Humanos - VUNESP/2020). O procedimento usual de organizações que irão fazer uma pesquisa salarial é o de

A - contratar empresa terceirizada, a fim de não viesar o processo de coleta, organização e avaliação pela cultura ou pressões internas.

B - selecionar organizações privadas e públicas, de forma a obter melhor equidade em relação ao estudo de remuneração sobre seus cargos.

C - utilizar-se de cargos-chave – também chamados de cargos-paradigma (benchmark) – e não de todos os cargos existentes, para a pesquisa.

D - considerar sempre a gama de benefícios ou de remuneração indireta dos cargos considerados na pesquisa com terceiros.

E - utilizar-se de planilhas eletrônicas e mensuração estatística sobre o levantamento, mesmo que a pesquisa seja feita com uma pequena amostra.

07. (Prefeitura de Arujá/SP - Analista de Recrutamento, Seleção e Treinamento - VUNESP/2019). Uma política salarial deve atender simultaneamente a alguns critérios para ser eficaz. Um deles é chamado de política balanceada, que pode ser assim resumido:

A - os salários devem motivar eficazmente o trabalho produtivo, de modo a manter a empresa preparada para uma possível fiscalização.

B - salário, benefício e outras recompensas devem proporcionar um pacote total de recompensas que seja razoável.

C - cada pessoa deve ser paga proporcionalmente de acordo com seu esforço, habilidades e capacitação profissional.

D - os salários devem ser suficientes para ajudar os empregados a sentirem-se seguros.

E - a compensação deve distanciar-se dos padrões mínimos estabelecidos pelo governo ou pelo acordo sindical.

Alternativas

01. E – 02. D – 03. A – 04. E – 05. E – 06. C – 07. B

Gestão da qualidade

Gestão da Qualidade

A palavra **qualidade**¹⁹ indica uma das principais medidas do desempenho das organizações e faz parte do dia a dia do vocabulário dos administradores. Assim como não há administração sem objetivos, não há organização que trabalhe sem alguma definição de qualidade, implícita ou explícita. Mas, há muitos significados para a palavra qualidade. Os mais importantes, que todo administrador deve conhecer, são os seguintes: excelência, especificações, conformidade e adequação ao uso.

Algumas definições:

Excelência: O melhor que se pode fazer. O padrão mais elevado de desempenho em qualquer campo de atuação.

Especificações: Qualidade planejada. Projeto do produto ou serviço. Definição de como o produto ou serviço deve ser.

Conformidade: Grau de identidade entre o produto ou serviço e suas especificações

Adequação ao uso: Qualidade de projeto e ausência de deficiências.

Excelência

Excelência é a característica que distingue algum produto, serviço, pessoa, grupo, lugar (ou qualquer outra coisa) pela superioridade em relação aos semelhantes.

A excelência é absoluta: é o ideal mais elevado. Por exemplo:

- Um time esportivo imbatível, formado com os melhores atletas que se consegue reunir.

- Um veículo confortável, seguro, resistente às irregularidades das vias, econômico e com todos os itens opcionais.

- Um sistema educacional que desenvolve as competências das pessoas no mais alto nível.

O ideal da excelência está sintetizado no princípio de fazer bemfeito e, em particular, fazer bemfeito da primeira vez. Esse é o princípio no qual se fundamenta a busca de padrões superiores de desempenho em todas as áreas de atuação. Como vimos no Capítulo 2, a qualidade no sentido de desempenho superior faz parte da herança que recebemos dos gregos.

Especificações

Definir qualidade em termos de especificações é o problema dos especialistas de todas as profissões, como os engenheiros. Segundo a perspectiva dos especialistas, qualidade significa o conjunto das características de um produto ou serviço. As características são chamadas especificações e descrevem o produto ou serviço em termos de sua utilidade, desempenho ou atributos.

Por exemplo: comprimento, peso, cor, velocidade, composição química, ponto de ebulição, consumo de combustível, quantidade e tipos de itens que entram no recheio de um sanduíche, comportamento do funcionário ao atender o cliente, higiene de uma cozinha ou restaurante, teor de gordura ou grau de pureza do leite. Essa é a qualidade que estabelece como o produto ou serviço deve ser – é a qualidade planejada.

Conformidade com especificações

A contrapartida da qualidade planejada é a qualidade real dos produtos e serviços

¹⁹ Maximiano, Amaru. Fundamentos da Administração-Introdução à Teoria Geral e aos Processos da Administração. Disponível em: Minha

Biblioteca, (3rd edição). Grupo GEN, 2014.

fornecidos aos clientes. A qualidade real pode estar próxima ou distante da qualidade planejada. A qualidade real é chamada qualidade de conformação, qualidade de conformidade ou qualidade de aceitação.

Um produto ou serviço tem qualidade de aceitação quando está de acordo com as especificações planejadas. Quando o produto não está de acordo com as especificações, diz-se que não tem conformidade. Não conformidade significa falta de qualidade.

Um produto ou serviço que atende sistematicamente as especificações planejadas tem regularidade ou confiabilidade.

Adequação ao uso

Adequação ao uso é uma ideia que engloba as definições anteriores e tem dois significados: qualidade de projeto e ausência de deficiências (ou ausência de defeitos).

•Qualidade de projeto.

A qualidade de projeto compreende as características do produto que atendem as necessidades ou interesses do cliente. Quanto mais o produto for capaz de cumprir a finalidade para a qual o cliente pretende utilizá-lo, mais elevada (ou adequada) é a qualidade do projeto. Essa definição estabelece que a qualidade é relativa. A água pura, para consumo humano, tem qualidade. A água suja, para limpeza sanitária, também. É mais caro produzir a água pura, com qualidade de projeto mais elevada, do que a água suja. Por isso, de forma geral, mais qualidade custa mais.

•Ausência de deficiências.

As deficiências nos produtos e serviços compreendem as falhas no cumprimento das especificações. Por exemplo: água suja usada na produção de alimentos. Quanto maior o número de deficiências, mais baixa é a qualidade. Quando não há deficiências, não é necessário corrigir defeitos. Portanto, os custos de produção são menores. Ou: mais qualidade custa menos.

Para ter qualidade de produtos e serviços, é preciso fazer investimentos. Os investimentos compõem os custos da qualidade, necessários para manter funcionando o sistema da qualidade e evitar os custos da não qualidade. Os custos da qualidade agrupam-se em duas categorias: custos de prevenção e custos de avaliação. É devido aos custos da qualidade que mais qualidade custa mais.

A falta de adequação ao uso acarreta prejuízos para o cliente e para a organização e gera os custos da não qualidade, outra ideia importante dentro do moderno enfoque da qualidade na administração. Os custos da não qualidade também se agrupam em duas categorias: custos internos e custos externos dos defeitos. Aumentar a adequação ao uso significa reduzir ou eliminar esses custos, o que implica maior eficiência dos recursos produtivos. É por isso que mais qualidade custa menos.

Principais teóricos da Qualidade

Inúmeras pessoas contribuíram com ideias e ações para que o movimento da qualidade, na sociedade contemporânea, nascesse e criasse impulso. Eis algumas dessas pessoas:

Walter Andrew Shewhart (1891-1967).

Trabalhou nos laboratórios da companhia telefônica Bell, onde foi mentor de Deming e Juran. Em 1924, Shewhart desenvolveu o gráfico (ou carta) de controle para detectar variações nos processos. Tanto Shewhart quanto Deming defenderam o uso dos gráficos de controle para avaliar a estabilidade dos processos e para fazer projeções sobre a produção. A gestão dos processos se tornaria mais econômica. Foi dessa maneira que nasceu o estudo científico do controle de processos. Os gráficos de Shewhart foram adotados em seguida por empresas e pelas Forças Armadas americanas. Ele era frequentemente chamado para trabalhar como consultor dos militares americanos e

das Nações Unidas. Na década de 1990, os princípios de Shewhart foram redescobertos e incorporados na metodologia do Six Sigma (Seis Sigmas).

William Edwards Deming (1900-1993).

Deming nasceu nos Estados Unidos. Formou-se engenheiro e obteve os títulos de mestre e doutor em física e matemática. Durante toda a sua vida, foi professor e consultor. Em 1927, conheceu e começou a trabalhar com Shewhart e se especializou em estatística. Em 1950, a JUSE (União dos Cientistas e Engenheiros do Japão) o convidou para ministrar um curso de estatística para o aprimoramento da qualidade. Foi esse curso o início de uma colaboração que criou as bases do desenvolvimento do modelo japonês de administração. Em 1980, a NBC fez um documentário sobre o sucesso japonês. Nesse documentário, o papel de Deming na recuperação japonesa e sua enorme dimensão foram revelados. Deming, com 80 anos, tornou-se celebridade mundial. Apesar de sua idade avançada, envolveu-se em intensa atividade de consultoria e treinamento, à qual se dedicou até o final de sua vida, nos últimos dias de 1993. Em sua homenagem, a JUSE criou o Prêmio Deming.

Também divulgou o “Ciclo de Shewhart”, um plano de ação para colocar em prática os 14 princípios, e que ficou conhecido como “Ciclo de Deming”, que utiliza a sigla PDCA (Plan, Do, Check, Action), sua tradução é (planejar, fazer, checar, agir) e tem como etapas: -estudar um processo e planejar seu aprimoramento; -implementar a mudança; -observar os efeitos; -estudar os resultados.

Joseph Moses Juran (1904-2008).

Nasceu na Romênia e em 1912 emigrou com a família para os Estados Unidos. Em 1924, formou-se em engenharia elétrica e foi trabalhar na Western Electric. Em 1925 foi transferido para o Departamento de Estatística e começou sua carreira em controle da qualidade. Durante a Segunda

Guerra Mundial, prestou consultoria ao governo americano. Em 1979, fundou o Instituto Juran e passou a trabalhar como consultor. Trabalhou para diversas companhias em todo o mundo. Juran viveu 103 anos e foi produtivo até seus últimos dias. Assim como acontece com Deming, é impossível resumir suas imensas contribuições. Uma das mais importantes é a sistematização do processo de administrar a qualidade, que ele definiu em termos de três processos: planejamento, controle e aprimoramento. Também devemos a Juran a definição da qualidade como adequação ao uso, que vimos anteriormente.

Armand Vallin Feigenbaum (1920 - 2014).

Feigenbaum é o criador do conceito de controle da qualidade total, que se transformou em administração da qualidade total. Também devemos a Feigenbaum outros conceitos: custos da qualidade, envolvimento ativo da alta administração nos processos da qualidade e “fábrica oculta”, a ideia de que se faz tanto esforço para corrigir erros que acaba existindo uma fábrica dentro de cada fábrica.

Kaoru Ishikawa (1915-1989).

Um dos principais protagonistas do modelo japonês de administração da qualidade. Integrou, expandiu e traduziu para o japonês as lições de Deming e Juran. Inventou os círculos da qualidade, o diagrama da espinha de peixe (ou diagrama de Ishikawa) e a versão japonesa da qualidade total, que se integrou com a de Feigenbaum.

Princípios da Qualidade

Focalização no cliente: qualquer organização tem como motivo de sua existência a satisfação de determinada necessidade de seu cliente, seja com o oferecimento de um produto ou serviço. Portanto, o foco no cliente é um princípio fundamental da gestão da qualidade que deve sempre buscar o atendimento pleno

das necessidades do cliente sejam elas atuais ou futuras e mesmo a superação das expectativas deste;

Liderança: cabe aos líderes em uma organização criar e manter um ambiente propício para que os envolvidos no processo desempenhem suas atividades de forma adequada e que se sintam motivadas e comprometidas a atingir os objetivos da organização;

Envolvimento das pessoas: toda organização é formada por pessoas que, em conjunto, constituem a essência da organização. Portanto, a gestão da qualidade deve compreender o envolvimento de todos, o que possibilitará o uso de suas habilidades para o benefício da organização;

Abordagem por processos: a abordagem por processos permite uma visão sistêmica do funcionamento da empresa como um todo, possibilitando o alcance mais eficiente dos resultados desejados;

Abordagem sistêmica: a abordagem sistêmica na gestão da qualidade permite que os processos inter-relacionados sejam identificados, entendidos e gerenciados de forma a melhorar o desempenho da organização como um todo;

Melhoria contínua: para que a organização consiga manter a qualidade de seus produtos atendendo suas necessidades atuais e futuras e encantando-o (excedendo suas expectativas), é necessário que ela tenha seu foco voltado sempre para a melhoria contínua do seu processo e produto/serviço;

Abordagem factual para a tomada de decisão: todas as decisões dentro de um sistema de gestão de qualidade devem ser tomadas com base em fatos, dados concretos e análise de informações, o que implica na implementação e manutenção de um sistema eficiente de monitoramento;

Benefícios mútuos nas relações com fornecedores: a organização deve buscar o relacionamento de benefício mútuo com seus fornecedores através do desenvolvimento de alianças estratégicas, parcerias e respeito mútuo, pois o trabalho em conjunto de ambos facilitará a criação de valor.

Gestão da Qualidade

Três eras principais marcam a história da gestão da qualidade: *inspeção, controle da qualidade e qualidade total*

Era da inspeção

A inspeção consiste em observar o produto ou serviço para verificar se está em conformidade com as expectativas ou se necessita de reparo ou descarte. A inspeção do produto é praticada pelos consumidores nas feiras livres, nos super-mercados e no comércio de produtos artesanais, com a finalidade de encontrar o que melhor atende a suas necessidades e interesses. Cada vez que você confere a data de validade de um produto, está fazendo inspeção da qualidade.

Nas empresas e atividades profissionais de todos os tipos, é o próprio artesão ou o supervisor quem faz a inspeção. Até hoje, em alguns sistemas produtivos e educativos, é esse o modelo que funciona.

Era do controle estatístico

Com a ascensão da grande empresa industrial e da produção massificada, tornou-se impraticável inspecionar a totalidade dos produtos que saíam aos milhares das linhas de montagem. Por causa disso, o contexto tornou-se favorável ao surgimento do controle estatístico da qualidade, que se baseia na amostragem. Em lugar de inspecionar todos os produtos, seleciona-se por amostragem certa quantidade para inspeção. As propriedades dessa amostra podem então ser estendidas ao lote do qual foi extraída.

O pioneiro da aplicação da estatística ao controle da qualidade foi Walter A.

Shewhart, que em 1924 preparou o primeiro rascunho do que viria a ser conhecido como carta de controle. Dois colegas de Shewhart, Dodge e Romig, foram os especialistas que desenvolveram as técnicas de amostragem. O que eles fizeram constituiu o núcleo da maioria das técnicas estatísticas de controle da qualidade que são usadas até hoje.

A era do controle estatístico teve seu momento áureo durante a Segunda Guerra Mundial, com a participação dos Estados Unidos. A guerra exigiu um grande esforço de capacitação de pessoas e das empresas industriais para fornecer material na casa dos bilhões de unidades em alguns casos. Podemos dizer que foi esse o início do movimento da qualidade, que alcançou o Japão e, em seguida, o mundo.

Era da qualidade total

A moderna administração da qualidade total baseia-se em três princípios, que integram ideias de Feigenbaum e Ishikawa:

1.O interesse do cliente é o ponto de partida para definir e administrar a qualidade. O ponto de partida não é o que pensam os projetistas, independentemente do que querem os clientes.

2.A administração da qualidade exige o envolvimento de todos na empresa, do mais alto executivo ao funcionário mais simples; não é problema apenas dos engenheiros ou supervisores da qualidade.

3.A administração da qualidade envolve todo o ciclo do produto, desde a identificação dos requisitos desejados pelo cliente até os serviços pós-venda, passando por projeto de engenharia e todas as demais funções que transformam os requisitos nos produtos e serviços.

Resumindo:

Inspeção

•Inspeção é mais perspectiva do que período. A inspeção é e continuará a ser praticada em todos os sistemas de fornecimento de bens e serviços.

•Consiste em observar o produto ou serviço e compará-lo com suas

especificações ou expectativas do consumidor.

•A inspeção resulta em aceitação ou rejeição para reparo ou descarte.

•É o próprio cliente ou o artesão ou o supervisor quem faz a inspeção.

•A ênfase está no controle.

Controle estatístico

•O controle estatístico complementa a prática da inspeção.

•Em lugar de inspecionar todos os produtos, seleciona-se por amostragem certa quantidade para inspeção.

•As propriedades dessa amostra podem então ser estendidas ao lote do qual foi extraída.

•Havendo divergências entre a qualidade real e as especificações, o processo é corrigido.

•A ênfase está na prevenção por meio do controle do processo.

Qualidade total

•Está mais relacionada com a administração do que com as técnicas da qualidade dos produtos e serviços.

•Transforma a administração da qualidade em responsabilidade de todos na empresa, do mais alto ao mais baixo escalão hierárquico.

•Os fornecedores são envolvidos na administração da qualidade.

•A qualidade é um problema que começa na concepção do produto.

•A ênfase está no sistema da qualidade.

Normas ISO 9000

A ISO – *International Organization for Standardization* (Organização Internacional da Padronização) é uma organização internacional, privada e sem fins lucrativos, que foi criada em 1947 e tem sede em Genebra. ISO não é a sigla da organização. É o nome que deriva da palavra grega isos, que significa igual. A ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, membro fundador da ISO, é a organização nacional de normalização que representa o Brasil.

Em 1987, a ISO publicou manuais de avaliação do sistema da qualidade, chamados Normas ISO Série 9000 de Padrões Internacionais, que sintetizavam diversas normas nacionais já existentes, que regulamentavam as relações entre fornecedores e compradores. Em 1996, foram publicadas as Normas ISO 14000, que tratam da administração ambiental. Ambas fazem parte de um conjunto de mais de 11.000 padrões internacionais que a ISO produziu desde sua fundação.

Devido a sua grande aceitação, as normas ISO passaram a ser adotadas como mecanismos de auditoria dos sistemas da qualidade. Surgiram empresas especializadas nesse tipo de auditoria, que conferem certificados de conformidade com a ISO 9000. No entanto, a certificação não é conferida pela ISO, nem em seu nome, nem essas empresas têm qualquer delegação da ISO para fazê-lo.

A família ISO 9000 de normas representa uma espécie de consenso internacional a respeito das boas práticas de administração da qualidade, mas não é uma garantia da qualidade de produtos. Desde a revisão feita no ano 2000, a família compreende quatro normas específicas, chamadas padrões primários. Outras normas específicas compõem a família ISO 9000.

- ISO 9001:2008 – Sistemas de administração da qualidade – requisitos. Define os requisitos dos sistemas da gestão da qualidade.

- ISO 9000:2005 – Fundamentos e vocabulário. Abrange os conceitos básicos e a linguagem da norma.

- ISO 9004:2009 – Administração do desempenho sustentável da organização. Trata de como fazer o sistema da qualidade funcionar de maneira eficaz e eficiente.

- ISO 19011:2011 – Diretrizes para a auditoria dos sistemas de administração da qualidade. Orienta a execução de auditorias internas e externas do sistema de administração da qualidade.

Questões

01. (SES/RS - Administrador - FAURGS /2022). Na definição da gestão da qualidade, uma das suas características importantes, denominada qualidade de conformidade ou qualidade de aceitação, é

A - o valor das informações das expectativas do consumidor.

B - a gestão centrada em pesquisa de mercado no desejo do consumidor.

C - o controle da inspeção da faixa de mercado a atender.

D - o atendimento sistemático às especificações planejadas.

E - o aprimoramento do nicho de mercado a atender.

02. (CRF/GO - Agente Administrativo - Quadrix/2022). A abordagem do processo e a melhoria e o engajamento das pessoas são princípios fundamentais da gestão da qualidade.

() Certo

() Errado

Alternativas

01. D – 02. Certo

Planejamento e nível organizacional: estratégico, tático e operacional

Planejamento

Planejamento²⁰ é a função administrativa que define objetivos e decide sobre os recursos e as tarefas necessários para alcançá-los adequadamente. Como principal decorrência do planejamento estão os planos, que facilitam a organização no alcance de suas metas e objetivos. Além

²⁰ Chiavenato, Idalberto. *Administração Geral e Pública - Provas e Concursos*. Disponível em: *Minha Biblioteca*, (6th edição). Grupo GEN,

2021

disso, os planos funcionam como guias ou balizamentos para assegurar os seguintes aspectos:

- Definem os recursos necessários para alcançar os objetivos organizacionais.
- Servem para integrar os vários objetivos a serem alcançados em um esquema organizacional que proporciona coordenação e integração.
- Permitem que as pessoas trabalhem em diferentes atividades consistentes com os objetivos definidos. Eles dão racionalidade ao processo, pois servem de meios para alcançar adequadamente os objetivos traçados.
- Permitem que o alcance dos objetivos possa ser continuamente monitorado e avaliado em relação a certos padrões ou indicadores, a fim de estabelecer a ação corretiva necessária quando o progresso não for satisfatório.

Processo de Planejamento

Definir os objetivos: o primeiro passo do planejamento é o estabelecimento de objetivos que se pretende alcançar. Os objetivos da organização devem servir de direção a todos os principais planos, servindo de base tanto aos objetivos departamentais quanto aos das áreas subordinadas. Os objetivos devem especificar resultados desejados e os pontos finais a que se pretende chegar, para conhecer os passos intermediários.

Verificar qual é a situação atual em relação aos objetivos: em contraposição aos objetivos desejados, deve-se avaliar a situação atual; verificar onde se está e o que precisa ser feito.

Desenvolver premissas quanto às condições futuras: premissas constituem os ambientes esperados dos planos em operação. Como a organização opera em ambientes complexos, quanto mais pessoas estiverem atuando na elaboração e na compreensão do planejamento e quanto mais se obter envolvimento para utilizar

premissas consistentes, tanto mais coordenado será o planejamento. Trata-se de gerar cenários alternativos para os estados futuros das ações, analisar o que pode ajudar ou prejudicar o progresso em direção aos objetivos. A previsão é um aspecto importante no desenvolvimento de premissas, pois está relacionada com pressuposições antecipatórias a respeito do futuro.

Analisar as alternativas: o quarto passo do planejamento é a busca e a análise dos cursos alternativos de ação. Trata-se de relacionar e avaliar as ações que devem ser tomadas, escolher uma delas para perseguir um ou mais objetivos e fazer um plano para alcançá-los.

- Escolher um curso de ação entre as várias alternativas: o quinto passo é selecionar o curso então adequado para alcançar os objetivos propostos. Trata-se de uma tomada de decisão em que se escolhe uma alternativa e abandonam-se as demais. A alternativa escolhida se transforma em um plano para o alcance dos objetivos.

Implementar o plano e avaliar os resultados: fazer aquilo que o plano determina e avaliar cuidadosamente os resultados para assegurar o alcance dos objetivos, seguir pelo que foi planejado e tomar as ações corretivas à medida que se tornarem necessárias.

O planejamento é feito por meio de planos. O administrador deve saber lidar com diferentes tipos de planos, os quais podem incluir períodos de longo a curto prazo, assim como podem envolver a organização inteira, uma divisão, um departamento ou uma tarefa. O planejamento é uma função administrativa que se distribui entre todos os níveis organizacionais. Embora o seu conceito seja exatamente o mesmo, em cada nível organizacional, o planejamento apresenta características diferentes.

O planejamento envolve volumosa parcela da atividade organizacional. Com isso, queremos dizer que toda organização está sempre planejando: o nível institucional elabora genericamente o planejamento estratégico, o nível intermediário segue-o com planos táticos e o nível operacional traça detalhadamente os planos operacionais, cada qual dentro de sua área de competência e em uníssono com os objetivos globais da organização.

Planejamento estratégico

O planejamento estratégico visa assumir padrões decisivos para o direcionamento das atitudes da organização em relação ao seu plano, de modo a proporcionar uma previsão acerca do futuro da empresa, independentemente do seu porte

O foco de atuação do planejamento está na prevenção de possíveis riscos a uma organização e na tomada de atitudes proativas no decorrer do seu desenvolvimento, visando à excelência dos resultados desejados. Esse planejamento pode ser desdobrado principalmente em relação aos níveis hierárquicos e de inferência na gestão. Considerando os níveis hierárquicos, o planejamento pode ser dividido em três tipos

O planejamento estratégico é um processo organizacional compreensivo de adaptação por meio da aprovação, tomada de decisão e avaliação. Procura responder a questões básicas, como: “Por que a organização existe?”, “O que ela faz?” e “Como faz?”. O resultado do processo é um plano que serve para guiar a ação organizacional por um prazo de três a cinco anos. Na era digital, com as mudanças e incertezas, esse prazo está encolhendo.

O planejamento estratégico está relacionado com a adaptação da organização a um ambiente mutável. Está voltado para as relações entre a organização e seu ambiente de tarefa. Portanto, está sujeito à incerteza a respeito dos eventos

ambientais. Por se defrontar com a incerteza, tem suas decisões baseadas em julgamentos, e não em dados concretos. Reflete uma orientação externa que focaliza as respostas adequadas às forças e às pressões que estão situadas do lado de fora da organização.

O planejamento estratégico apresenta cinco características fundamentais:

- O planejamento estratégico é orientado para o futuro: seu horizonte de tempo é o longo prazo. Durante o curso do planejamento, a consideração dos problemas atuais é dada apenas em função dos obstáculos e das barreiras que eles possam provocar para um desejado lugar no futuro. É mais voltado para os problemas do futuro que os de hoje.

- O planejamento estratégico é compreensivo: ele envolve a organização como uma totalidade, abarcando todos os seus recursos, no sentido de obter efeitos sinérgicos de todas as capacidades e potencialidades da organização. A resposta estratégica da organização envolve um comportamento global, compreensivo e sistêmico.

- O planejamento estratégico é um processo de construção de consenso: dada a diversidade de interesses e necessidades dos parceiros envolvidos, o planejamento oferece um meio de atender a todos eles na direção futura que melhor convenha a todos.

- O planejamento estratégico é uma forma de aprendizagem organizacional: como está orientado para a adaptação da organização ao contexto ambiental, o planejamento constitui uma tentativa constante de aprender a ajustar-se a um ambiente complexo, competitivo e mutável.

Etapas do planejamento estratégico

O planejamento estratégico exige sete etapas

1. Definição dos objetivos empresariais.
2. Análise ambiental externa.
3. Análise organizacional interna.
4. Formulação das alternativas estratégicas e escolha da estratégia empresarial.
5. Elaboração do planejamento estratégico.
6. Implementação mediante planos táticos e planos operacionais.
7. Acompanhamento e avaliação dos resultados.

Níveis hierárquicos e respectivos tipos de Planejamento



Planejamento	Prazo	Amplitude	Nível Hierárquico	Riscos
Estratégico	Longo	Toda a organização	Alta cúpula (Presidente, Diretor)	Maiores
Tático	Médio	Determinado Departamento	Gerências departamentais	Médios
Operacional	Curto	Determinada atividade	Operacional (supervisores)	Menores

Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico é aquele que define as estratégias de longo prazo da empresa. Esse planejamento contribui na definição da visão, missão e valores da organização. Também colabora com a concepção dos objetivos (metas), e da análise dos fatores internos e externos da companhia. O planejamento estratégico é o mais amplo dos três e abrange toda a organização. Ele é de longo prazo e será responsável por nortear a empresa como um todo. O planejamento começa aqui. No geral, podemos resumi-lo como um processo gerencial que possibilita estabelecer o rumo a ser seguido pela empresa, com vistas a obter um nível de otimização na relação da empresa com o seu ambiente.

O planejamento estratégico é um processo permanente e contínuo, sendo sempre voltado para o futuro. Ele visa a racionalidade das tomadas de decisão e a alocação dos recursos organizacionais da forma mais eficiente possível, o que acaba gerando mudanças e inovações na companhia.

Planejamento tático

Enquanto o planejamento estratégico envolve toda a organização, o planejamento tático envolve determinada unidade organizacional: um departamento ou divisão. O primeiro estende-se a longo prazo, ao passo que o segundo estende-se pelo médio prazo, geralmente o exercício de um ano. Enquanto o planejamento estratégico é desenvolvido pelo nível institucional, o planejamento tático é desenvolvido pelo nível intermediário. Na verdade, o planejamento estratégico é desdobrado em vários planejamentos táticos, enquanto estes se desdobram em planos operacionais para sua realização.

Assim, o planejamento tático é o planejamento focado no médio prazo e que enfatiza as atividades correntes das várias unidades ou departamentos da organização. O administrador utiliza o planejamento tático para delinear o que as várias partes da organização, como departamentos ou divisões, devem fazer para que a organização alcance sucesso no decorrer do período de um ano de seu exercício. Os planos táticos geralmente são desenvolvidos para as áreas de produção, marketing, pessoal, finanças e contabilidade. Para ajustar-se ao planejamento tático, o exercício contábil da organização e os planos de produção, de vendas, de investimentos etc. abrangem geralmente o período anual.

Os planos táticos geralmente envolvem:

- Planos de produção: abrangem métodos e tecnologias necessárias para as pessoas em seu trabalho, arranjo físico do trabalho e equipamentos como suportes para as atividades e tarefas.
- Planos financeiros: envolvem captação e aplicação do dinheiro necessário para suportar as várias operações da organização.
- Planos de marketing: abrangem os requisitos de vender, distribuir bens e serviços no mercado e atender ao cliente.

- Planos de recursos humanos: envolvem recrutamento, seleção e treinamento das pessoas nas várias atividades dentro da organização. Recentemente, as organizações também estão se preocupando com a aquisição de competências essenciais para o negócio por meio da gestão do conhecimento corporativo.

Contudo, os planos táticos podem também se referir à tecnologia utilizada pela organização (tecnologia da informação, tecnologia de produção etc.), investimentos, obtenção de recursos etc.

Planejamento operacional

O planejamento operacional é focalizado para o curto prazo e abrange cada uma das tarefas ou operações individualmente. Preocupa-se com o que fazer e com o como fazer as atividades cotidianas da organização. Refere-se especificamente às tarefas e operações realizadas no nível operacional. Como está inserido na lógica de sistema fechado, o planejamento operacional está voltado para a otimização e maximização de resultados, enquanto o planejamento tático está voltado para a busca de resultados satisfatórios.

Apesar de serem heterogêneos e diversificados, os planos operacionais podem ser classificados em quatro tipos, a saber:

- Procedimentos: são os planos operacionais relacionados com métodos.
- Orçamentos: são os planos operacionais relacionados com dinheiro.
- Programas (ou programações): são os planos operacionais relacionados com tempo.
- Regulamentos: são os planos operacionais relacionados com comportamentos das pessoas.

Questões

01. (MSGás - Analista de Processos - IESSES/2021). Sobre planejamento

estratégico, verifique as assertivas e assinale a INCORRETA.

A - O planejamento estratégico deve ter um sólido compromisso com a sobrevivência e desenvolvimento da organização no curto prazo, buscando para isso determinar a direção que melhor assegure esse propósito.

B - O planejamento estratégico deve estabelecer as prioridades de toda a organização, as quais serão incorporadas aos planos e ações das unidades ou departamentos.

C - O planejamento estratégico lida tanto com a formulação de objetivos quanto com a seleção dos cursos de ação a seguir para a sua consecução, consideradas as condições externas e internas à empresa e sua evolução esperada.

D - O planejamento estratégico pode ser definido como um processo gerencial que possibilita estabelecer um rumo a ser seguido pela empresa, com vistas a obter um nível de otimização na sua relação com o ambiente.

02. (Prefeitura de Timóteo / MG - Analista em Gestão Municipal FCM/2022). Os princípios gerais de administração orientam o gestor no desenvolvimento sobre suas funções, entre as quais destaca-se a função de planejar.

A esse respeito, é correto afirmar que há três níveis de planejamento, que se diferenciam quanto ao prazo de abordagem, sendo de longo, médio e curto prazo, denominados, respectivamente, de

- A - estratégico / tático / operacional.
- B - tático / estratégico / operacional.
- C - estratégico / operacional / tático.
- D - operacional / estratégico / tático.

03. (AL/CE - Analista Legislativo - CESPE / CEBRASPE /2021). Em uma organização, o planejamento elaborado em nível intermediário, projetado para o médio prazo e com foco em ações de coordenação e integração é o

- A - tático.

- B - sistêmico.
- C - operacional.
- D - de recursos.
- E - estratégico.

Alternativas

01. A – 02. A – 03. A

O ambiente e as organizações

O ambiente organizacional diz respeito a conjuntura de condições variadas, tanto externas como internas de uma organização ou empresa e que possui a capacidade de afetar o desempenho do empreendimento.

O Ambiente pode ser considerado como todos os fatores que rodeiam determinada organização, e pode abranger outras empresas e grupos sejam internos ou externos, clientes, sociedade, população ao redor da empresa comunidade, fornecedores, enfim, tudo que circunda determinado negócio está ligado ao ambiente organizacional.

O ambiente de uma organização pode ser definido como o conjunto de elementos fora de sua fronteira e que pode afetar seu desempenho.

Análise ambiental²¹

A análise ambiental abrange o ambiente geral (macroambiente) e o ambiente de tarefa (microambiente).

Análise do ambiente geral (macroambiente)

O macroambiente é um conjunto de fatores externos que podem interferir nos rumos de uma empresa, seja para o seu crescimento ou estagnação. Sendo assim, ele está situado fora da empresa, diz respeito a questões das esferas política,

social, tecnológica, legal, entre outras. É o macroambiente que envolve fatores que influenciam todas as organizações sem distinção, embora com diferentes impactos.

Seus principais fatores são:

Fatores tecnológicos: como mudanças tecnológicas que afetam os fatores de produção, novos produtos ou serviços que podem concorrer com os atuais produtos ou serviços oferecidos.

Fatores políticos: envolvendo decisões governamentais no nível federal, estadual e municipal capazes de afetar as atividades e operações da empresa.

Fatores econômicos: como o estágio da economia (depressão, recessão, prosperidade), tendências nos preços de bens e serviços (inflação ou deflação), políticas monetárias e fiscais, balança de pagamentos. Tais aspectos podem facilitar ou dificultar o alcance dos objetivos e o sucesso ou fracasso da estratégia.

Fatores legais: a legislação – no âmbito federal, estadual e municipal – sobre salários, controles de preços, higiene e segurança do trabalho, concessão de crédito direto ao consumidor, construção de edifícios, condições de trabalho, faturamento, estocagem e depósito de matérias-primas e de produtos, além de impostos e uma infinidade de aspectos, tornam a atividade empresarial sujeita a limitações e restrições legais. Muitas vezes, a estratégia empresarial esbarra em certos impedimentos legais.

Fatores sociais: os valores sociais e as atitudes das pessoas – como clientes ou funcionários – afetam a estratégia empresarial. A qualidade desejada de vida, padrões de conforto, preferências de lazer, costumes, tradições, interesses influenciam os produtos e serviços desejados pela

²¹ Chiavenato, Idalberto. Fundamentos de Administração. Disponível em:

Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo GEN, 2021

sociedade, bem como sua qualidade, preço, importância etc.

Fatores demográficos: como a densidade populacional e distribuição geográfica da população, distribuição por idade, sexo, raça etc. definem a maneira pela qual os clientes estão distribuídos no mercado.

Fatores ecológicos: envolvendo aspectos do ambiente físico e natural, bem como políticas governamentais e empresariais a respeito.

Todos esses fatores constituem importantes aspectos do ambiente geral (ou macroambiente) que devem ser levados em conta no planejamento estratégico.

Análise do ambiente de tarefa

O ambiente de tarefa representa o nicho ambiental mais próximo e imediato de cada organização. Constitui um segmento específico do macroambiente e recebe o nome de microambiente. Cada organização tem ao seu redor seu próprio ambiente de tarefa. Para ter uma visão periférica do seu negócio, ela precisa conhecer seu ambiente de tarefa. A análise ambiental para focalizar o ambiente de tarefa da organização aborda:¹

Consumidores ou usuários: dos produtos ou serviços da empresa, isto é, os clientes da empresa. É o mercado de consumidores, usuários ou clientes e que pode absorver todos os resultados ou saídas da atividade empresarial.

Fornecedores de recursos: empresas fornecedoras que oferecem as entradas e recursos necessários para as operações da empresa. A organização mantém relações de dependência com seus fornecedores de capital (mercado de capitais envolvendo acionistas, investidores, bancos, entidades financeiras), de materiais e matérias-primas (mercado de fornecedores de insumos e materiais básicos), de equipamentos,

tecnologia, mão de obra, espaço a ser alugado ou arrendado, serviços (como propaganda, limpeza e faxina, segurança e vigilância, contabilidade, recrutamento e seleção, assistência médico-hospitalar).

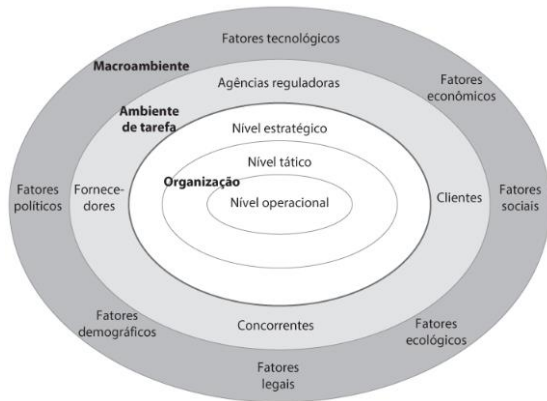
Concorrentes: quando às saídas ou entradas da empresa. Os concorrentes podem disputar clientes, consumidores ou usuários (saídas), como é o caso de empresas que produzem os mesmos produtos ou serviços colocados no mesmo mercado consumidor. Como podem disputar também recursos (entradas), como capitais, investimentos, matérias-primas, máquinas e equipamentos, tecnologia, recursos humanos, serviços etc. A concorrência quanto a saídas ou a entradas provoca alterações no mecanismo de ofertas e procura do mercado, afetando preços, disponibilidades, qualidade e facilidade ou dificuldade em obter recursos básicos às operações da empresa. A concorrência afeta a dinâmica do ambiente, provocando turbulência e reatividade ambiental.

Agências regulamentadoras: entidades governamentais, sindicatos, associações de classe, opinião pública que influenciam atividades e operações da empresa, seja para fiscalizá-las, controlá-las e fazer restrições e limitações, reduzindo o grau de liberdade no processo de tomada de decisões da empresa.

É no ambiente de tarefa que a organização cria o seu domínio, isto é, o intrincado jogo de poder e dependência em relação a ele. Toda mudança em relação aos produtos ou serviços oferecidos pela organização altera de alguma forma suas interdependências, podendo aumentar ou reduzir seu poder ou dependência.

A análise ambiental pode ser feita por meio de informação verbal ou escrita, pesquisa e análise, espionagem, estudos de previsão e sistemas de informação gerencial ou inteligência do negócio que variam de acordo com a empresa.

Macroambiente e ambiente de tarefa da organização.



Questões

01. (FUNPRESP JUD - Analista em Gestão de Pessoas - INSTITUTO AOC/P/2021). Julgue o item relativo ao comportamento organizacional e à diversidade no ambiente corporativo

O ambiente empresarial é afetado por influências internas e externas: as relações geradas dentro e fora do ambiente de trabalho afetam o colaborador e, conseqüentemente, impactam no ambiente empresarial.

() Certo

() Errado

02. (SANASA Campinas - Assistente Administrativo – FCC/2019). As organizações são sistemas abertos que operam em constante interação com o ambiente externo, este que pode ser operacionalizado em dois estratos: o ambiente geral e o ambiente de tarefa. Fazem parte do ambiente de tarefa

A - as Entidades reguladoras e os clientes.

B - as Variáveis demográficas e tecnológicas.

C - as Variáveis sociais e culturais.

D - as Entidades políticas e legais.

E - o Macroambiente e o microambiente.

Alternativas

01. Certo – 02. A

Administração Financeira e orçamentária: decisões de investimento, decisões de financiamento, orçamento, análise de projetos

A Gestão Financeira (GF)²² é a área da Administração que cuida dos recursos financeiros da empresa.

É uma ferramenta utilizada para controlar da forma confiável e eficaz à concessão de crédito para clientes, captação de crédito externos, análise de investimentos, planejamentos visando sempre o desenvolvimento, evitando gastos desnecessários, desperdícios, observando os melhores caminhos para a condução financeira das organizações.

A GF por meio do diretor financeiro, gerente financeiro, tesoureiro ou qualquer outra denominação que tenha o executivo da área – tem por finalidade obter, utilizar e aplicar os recursos financeiros da empresa, alcançando índices elevados de rentabilidade e de liquidez. Para tanto, a GF deve analisar e avaliar a maneira como os recursos financeiros são obtidos, utilizados e aplicados pelas diversas áreas e setores de atuação da empresa, para que a rentabilidade e a liquidez não sejam prejudicadas.

Em geral, a Gestão Financeira enfrenta três tipos básicos de decisões que são tomadas continuamente:

1.Orçamento de capital: envolve o planejamento e a gestão dos investimentos de longo prazo da empresa. O desafio está em identificar e localizar as oportunidades de investimento cujo valor para a empresa seja superior ao seu custo de aquisição. Em outras palavras, o fluxo de caixa gerado por um ativo supera o custo desse ativo. A

²² Chiavenato, Idalberto. *Gestão Financeira: Uma Abordagem Introdutória*. Disponível em: *Minha Biblioteca*, (4th edição). Grupo GEN,

2022.

criação de riqueza reside exatamente nesse aspecto: buscar oportunidades que aumentem o valor do negócio.

2.Estrutura de capital: envolve a adequada combinação de capital próprio existente na empresa com capital de terceiros para suplementar o capital próprio em momentos em que ele se torna insuficiente para o andamento dos negócios. É uma decisão cotidiana que envolve:

- a. Quanto a empresa deve tomar emprestado para garantir suas operações.
- b. Quais são as fontes menos dispendiosas de fundos para a empresa.
- c. Quando, onde e como tais recursos devem ser captados.
- d. Escolha sobre o tipo adequado de recurso que a empresa tomará emprestado para reforçar seu capital próprio.

3.Gestão do capital de giro: envolve – como veremos adiante – os ativos e passivos circulantes da empresa. Trata-se de uma atividade diária e recorrente que busca assegurar que a empresa tenha sempre recursos suficientes para dar continuidade às suas operações e evitar possíveis interrupções em suas operações cotidianas.

Assim, a GF trata de processo, instituições, mercados e instrumentos envolvidos na transferência de recursos entre pessoas, empresas e governos. Ela é designada como a ciência e arte de administrar fundos, envolvendo a aplicação de princípios econômicos e financeiros no sentido de maximizar a riqueza da empresa e do valor de suas ações.

Objetivos da Gestão Financeira

O objetivo básico da GF é a maximização do lucro, ou seja, incrementar o valor de mercado de capital dos proprietários ou acionistas de uma empresa, seja ela uma firma individual, uma sociedade de pessoas ou por ações. Em toda empresa, uma boa decisão financeira

aumenta o valor de mercado do capital de seus proprietários.

Maximização da riqueza significa a contribuição para o aumento do valor da empresa pela escolha e seleção dos investimentos que possuem a melhor compensação entre o risco e o retorno.

Objetivos básicos

Manutenção de permanente situação de liquidez: por meio da manutenção de um adequado fluxo de entradas e saídas de caixa sob controle. Isso requer conhecimento antecipado dos períodos em que irá faltar numerário para as operações cotidianas da empresa. Uma situação de liquidez existe quando os ativos e os passivos da empresa são adequadamente geridos.

Obtenção de recursos adicionais para suas operações ou planos de expansão: com menores custos por meio de estudos de viabilidade econômico-financeira. Projetos envolvendo novos produtos e novas tecnologias englobam enormes somas de investimentos e aumento no grau de risco do empreendimento. Além disso, o retorno do investimento deve ser compatível com o risco assumido. Um risco maior deve ser acompanhado de uma expectativa de maior retorno.

Manutenção do equilíbrio entre objetivos de lucro e de liquidez financeira: no sentido de assegurar que os planos de expansão estejam de acordo com as possibilidades de obtenção de recursos próprios ou de terceiros.

Rentabilidade e liquidez

Os dois objetivos principais da GF são: o melhor retorno possível do investimento – que é a rentabilidade ou lucratividade – e sua rápida conversão em dinheiro – liquidez.

Rentabilidade: O investimento é alcançado à medida que o negócio da empresa proporciona a maximização dos retornos dos investimentos feitos pelos proprietários ou acionistas. Rentabilidade é a capacidade de um capital aplicado ou investido render dividendos ou ganho em dinheiro e pode ser expressa pela percentagem de lucro em relação ao investimento total. Na maior parte dos casos, a rentabilidade é inversamente proporcional à segurança do investimento e à liquidez. A rentabilidade máxima pode comprometer a liquidez da empresa, pois os retornos estão submetidos a diferentes períodos de tempo.

Liquidez: de uma empresa é representada pelo disponível (que é o dinheiro em caixa mais títulos de mercado) e pelo realizável no curto prazo (que são as mercadorias vendidas em prazos inferiores a seis meses, duplicatas e promissórias). A liquidez representa a disponibilidade em moeda corrente, meios de pagamento, posse de títulos ou valores que podem ser convertidos rapidamente em dinheiro. Liquidez significa a qualidade daquilo que se pode dispor imediatamente e, portanto, a capacidade de um bem, título ou obrigação de se transformar em dinheiro ou em disponibilidade monetária. A liquidez pode ser maior ou menor dependendo do tipo de aplicação financeira, pois ela é inversamente proporcional aos prazos negociados. Aplicações de longo prazo têm menor liquidez que aplicações de curto prazo. Apenas o papel-moeda e a moeda metálica têm liquidez absoluta. Títulos ou aplicações com o mesmo prazo de vencimento têm maior liquidez que outros dependendo de sua aceitação no mercado, como é o caso de ações consideradas *Blue Chips* no mercado acionário.

Existe um conflito entre a máxima rentabilidade e a máxima liquidez: não é possível conseguir a maximização dos dois objetivos ao mesmo tempo. O segredo está em buscar a rentabilidade sem sacrificar

totalmente a liquidez. Deve-se aplicar boa parte dos fundos disponíveis e manter inativa outra parte como proteção ou defesa contra o risco de não se conseguir pagar algum débito. Contudo, fundos inativos não produzem retorno aos investidores. Assim, a maximização da rentabilidade e da liquidez ao mesmo tempo não é possível. Em vez de maximização, procura-se a satisfação. Em vez do máximo, o satisfatório: um dos principais desafios da GF é manter ambas – rentabilidade e liquidez da empresa – em nível satisfatório. Para equilibrar rentabilidade e liquidez, a GF procura obter recursos financeiros do mercado e utilizar e aplicar os recursos financeiros em seu negócio ou em atividades paralelas como um meio acessório de aumentar seus recursos.

Estrutura Organizacional da Gestão Financeira

Algumas áreas da empresa – principalmente Produção e Comercialização – podem ser descentralizadas ou espalhadas geograficamente para aproveitar a proximidade dos recursos naturais e dos mercados consumidores. Muitas empresas possuem fábricas distribuídas por várias regiões para economizar transporte de MP e PA e mantêm filiais de vendas dispersas geograficamente para melhor cobertura mercadológica e aproximação dos clientes. Contudo, a área financeira costuma ser centralizada na matriz para melhor controle financeiro e obtenção de economias de escala na busca e na aplicação de recursos financeiros. É o lema de centralizar o controle – no caso a controladoria – e descentralizar as operações.

A centralização da GF também é motivada pelo fato de que quase todas as decisões vitais da empresa são tomadas sob o aspecto financeiro. Por isso, a GF quase sempre é uma diretoria subordinada diretamente ao diretor-presidente da empresa.

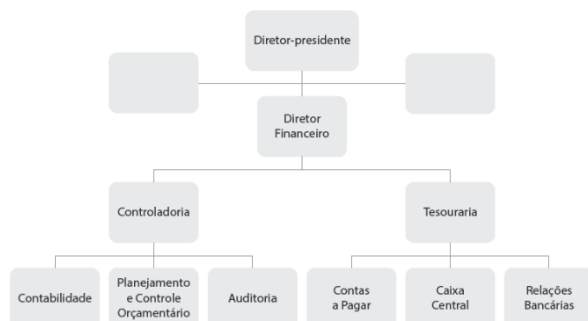
As principais atribuições da GF podem ser desdobradas em três aspectos:

1. Obter recursos financeiros: para que a empresa possa funcionar ou expandir suas atividades. A obtenção de recursos financeiros pode ser feita no mercado de capitais, seja por meio de aumento de capital, financiamento ou condições de pagamento aos fornecedores, empréstimos bancários etc.

2. Utilizar recursos financeiros: para as operações da empresa, nos vários setores e áreas de atividade, como compras de MP, aquisição de máquinas e equipamentos, pagamento de salários etc.

3. Aplicar recursos financeiros excedentes: em aplicações no mercado de capitais ou no mercado monetário, aquisição de imóveis ou terrenos etc.

Estrutura organizacional da área financeira.



A estrutura organizacional da área financeira representada acima desempenha múltiplas funções, que vão desde o planejamento e controle financeiro até a obtenção, utilização e aplicação de recursos financeiros. De um lado, a GF se baseia em uma Controladoria para lhe fornecer controles e informações por meio da Contabilidade, do Controle Orçamentário e da Auditoria. De outro lado, a GF requer uma Tesouraria para lhe permitir meios de obtenção e utilização de recursos financeiros, como Relações Bancárias, Contas a Pagar e Caixa. Os aspectos relacionados à aplicação (investimentos) de recursos financeiros são geralmente

tratados ao nível de diretoria. Para melhor apresentar as funções da área financeira, faremos, a seguir, uma rápida explanação dos setores de Controladoria e Tesouraria, as duas áreas básicas da GF.

Controladoria

A Controladoria constitui um órgão de staff da GF. Em outras palavras, a Controladoria é o órgão que assessoria a Administração Financeira (AF) para lhe proporcionar os controles e as informações básicas para seu funcionamento. A Controladoria representa o setor da GF que efetua os controles contábeis e proporciona os meios de informações para a tomada de decisões. A Controladoria é, geralmente, constituída dos seguintes órgãos: Contabilidade, Planejamento e Controle Orçamentário e Auditoria.

Contabilidade

A Contabilidade cuida de classificação, registro e análise de todas as transações realizadas por uma empresa ou órgão público, proporcionando uma avaliação constante da situação econômico-financeira. Seu objetivo é o patrimônio econômico, permitir o controle, bem como oferecer um sistema de avaliação por meio de informações precisas aos administradores, investidores, credores e ao público em geral. Cobre todos os aspectos empresariais ou públicos que possam ser expressos por números, como o ativo (propriedade), o passivo (dívidas), as receitas e despesas, os lucros e perdas e os direitos de investidores.

A Contabilidade proporciona os dados e controles para avaliar o desempenho da empresa e guiar as atividades da GF. O contador utiliza princípios padronizados para preparar as demonstrações financeiras e o Balanço Patrimonial, enquanto o administrador financeiro analisa as receitas e despesas como entradas e saídas de caixa. Nesse sentido, a Contabilidade representa a principal fonte de dados internos para guiar as atividades da Gestão Financeira.

A finalidade da Contabilidade é registrar os fatos já ocorridos para orientar as decisões financeiras que são projetadas para o futuro. A GF utiliza os dados contábeis para elaborar projeções.

A importância da Contabilidade está no fato de servir de base para as decisões financeiras que devem ser tomadas pela empresa.

Planejamento e Controle Orçamentário

O órgão de Planejamento e Controle Orçamentário coordena com os demais órgãos da empresa a montagem dos respectivos orçamentos de despesas e seu acompanhamento e controle ao longo do exercício anual, para verificar se as despesas orçadas estão sendo realizadas adequadamente.

A finalidade do Planejamento e Controle Orçamentário é assessorar todos os órgãos da empresa na montagem dos orçamentos departamentais e monitorar sua execução, apontando os desvios, principalmente quando as despesas realizadas excedem demais o que foi orçado. A importância do órgão de Planejamento e Controle Orçamentário está no planejamento de todas as despesas departamentais e no controle de sua execução, permitindo correções ao longo do exercício anual.

Auditoria

O órgão de Auditoria é de controle e verificação dos procedimentos contábeis executados não só pela Contabilidade, mas por todos os órgãos da empresa envolvidos nesses procedimentos. Na realidade, os diversos órgãos da empresa realizam operações que são classificadas e lançadas pela Contabilidade: aquisição de MP pelo órgão de Compras, seu recebimento pelo Almoxarifado, as requisições pelo órgão de Produção, a folha de pagamento do órgão de Recursos Humanos (RH) etc. Todas essas operações precisam ser confiáveis. Cabe à Auditoria a revisão e a verificação das informações sobre operações e

procedimentos executados por todos os órgãos envolvidos no processo de contabilização.

A finalidade da Auditoria é dupla: de um lado, impõe confiabilidade aos procedimentos contábeis e às informações prestadas e, de outro lado, presta um serviço de ensino e educação profissional, ao indicar como os procedimentos devem ser executados, a fim de evitar erros ou enganos. Trata-se aqui de uma função pedagógica.

A importância da Auditoria reside no fato de funcionar como uma sentinela sempre alerta aos possíveis erros ou distorções que podem ocorrer nos procedimentos contábeis da empresa.

Tesouraria

O setor de Tesouraria representa o órgão de linha da GF. Isso significa que a Tesouraria é o órgão que procura atingir os objetivos básicos da GF. Em outros termos, é a Tesouraria o órgão que obtém e utiliza os recursos financeiros. É por intermédio dela que os recursos financeiros ingressam, são utilizados por meio do pagamento das contas e aplicados em investimentos internos ou externos.

A Tesouraria engloba as atividades que compreendem o uso do dinheiro, sua manipulação e a posse efetiva de fundos. Para proceder a essas atividades, a Tesouraria mantém contato com o público externo: as empresas fornecedoras de materiais, as empresas fornecedoras de serviços, os clientes, os bancos e as entidades financeiras, os órgãos governamentais etc.

Relações Bancárias

Como o próprio nome indica, o órgão de Relações Bancárias tem como função básica o relacionamento com bancos e instituições financeiras, tanto para a obtenção de empréstimos ou financiamentos externos quanto para a utilização das contas bancárias e, ainda,

para aplicação de excedentes financeiros a fim de obter rentabilidade e liquidez em fundos que poderiam permanecer inativos.

A finalidade do órgão de Relações Bancárias é manter um intercâmbio com bancos e instituições financeiras capazes de proporcionar um relacionamento que garanta à empresa a captação de recursos financeiros no curto, médio e longo prazos.

A importância do órgão de Relações Bancárias reside na manutenção de um nível de aplicações excedentes de caixa, de um lado e, de outro lado, na captação de financiamentos bancários de curto prazo para a cobertura de insuficiências de caixa e na tomada de recursos financeiros a médio e longo prazos para as operações da empresa.

Contas a Pagar

É o órgão incumbido do planejamento e da execução de todas as contas a serem pagas, no curto, médio e longo prazos. O órgão de Contas a Pagar prepara e agenda todas as contas e duplicatas a serem pagas pela empresa, estabelecendo as importâncias e as datas de pagamento. Em muitos casos, consulta os contratos firmados para confirmar as condições de pagamento, verifica os possíveis descontos para pagamento antecipado, calcula os índices de correção monetária, para que as contas e as duplicatas sejam pagas de forma correta ou adequada aos interesses da empresa.

A finalidade do órgão de Contas a Pagar é garantir a execução do pagamento das contas e dívidas da empresa, dentro dos prazos e condições previamente estabelecidas.

A importância do órgão de Contas a Pagar é evidente: as contas, as dívidas e os tributos da empresa precisam ser pagos pontualmente e nas condições acordadas, para que a empresa não sofra prejuízos.

Caixa

É o órgão incumbido da efetivação dos pagamentos e da liquidação de dívidas, bem como dos recebimentos das receitas da empresa. Tanto a saída quanto a entrada de dinheiro da empresa são efetuadas por meio do Caixa. Isso significa que as despesas saem e as receitas entram pelo Caixa. Em outros termos, o Caixa paga despesas e recebe receitas da empresa.

A finalidade do Caixa é, portanto, processar as entradas e as saídas de dinheiro, por meio do recebimento das receitas e do pagamento das despesas. Para que o nível de dinheiro no Caixa não fique muito elevado (proporcionando perdas pelo dinheiro parado) nem fique muito baixo (impossibilitando o pagamento pontual das despesas), torna-se necessário um planejamento de caixa que permita um volume mínimo de dinheiro capaz de honrar os compromissos da empresa nas datas de vencimento.

A importância do Caixa está no fato de por ali serem processados os recebimentos e os pagamentos da empresa. O Caixa é o ponto de trânsito de todo o dinheiro que entra e sai da empresa.

Funções do Gestor Financeiro

O gestor financeiro é o profissional contratado para monitorar o fluxo dos ativos e passivos de uma empresa e tomar decisões que envolvem questões de orçamento, investimentos e corte de gastos, entre outras, sempre respaldado pela alta gestão da organização. Cabe ao gestor não apenas registrar os fluxos financeiros como também escolher a melhor destinação dos recursos materiais.

A principal função de um gestor financeiro é cuidar do controle orçamentário.

O gestor financeiro é um dos profissionais encarregados de levantar os dados para que a empresa comprove que tem potencial para crescer e gerar retorno aos investidores.

Toda estratégia financeira é necessariamente acompanhada de um planejamento. É por esse instrumento de controle que a empresa define como pretende atingir seus objetivos, observando suas limitações orçamentárias, o gestor financeiro participa deste planejamento.

O planejamento financeiro serve ainda para apoiar a gestão contábil no cumprimento de suas obrigações.

Finanças Internacionais²³

Finanças Internacionais é um ramo atrelado à economia, que se dedica ao estudo das taxas de câmbio, do investimento externo, entre outros fatores e de que forma essas variáveis afetam o comércio internacional.

As empresas com operações no exterior são classificadas como empresas internacionais ou multinacionais. Elas devem levar em conta fatores financeiros que não afetam diretamente as empresas com atuação em mercado nacional. Esses fatores incluem:

- a) Taxas de Câmbio;
- b) Diferenças nas Taxas de Juros entre os Países;
- c) Métodos e Operações Contábeis de cada País;
- d) Alíquotas de Impostos;
- e) Intervenção dos Governos de Países diferentes; etc.

As empresas que operam em ambientes nacionais e internacionais buscam investir em projetos que geram mais valor para sócios ou acionistas do que seu custo em si e buscam financiamentos ao menor custo possível. Uma das complicações mais consideráveis das finanças internacionais é o câmbio, pois oferece informações e oportunidades importantes para uma empresa com atuação internacional quando toma decisões de orçamento de capital e de financiamento.

Questões

01. (CREF/11ª Região - Agente de Orientação e Fiscalização - Quadrix/2019). Com relação ao processo de planejamento e à gestão de recursos materiais, financeiros e humanos, julgue o item.

A tesouraria, uma das funções do departamento financeiro, busca garantir o controle de contas de consumo e pagamento de fornecedores, evitando o esquecimento do pagamento de contas que possam acarretar multas devido aos atrasos.

() Certo () Errado

02. (SEPLAG/MG – Administração – FUNCAB). A administração financeira é a área da administração que cuida dos recursos financeiros da empresa, tendo como preocupações principais a rentabilidade e a liquidez. Nessa perspectiva, assinale a alternativa correta.

A - Para a sobrevivência da empresa, no mercado cada vez mais competitivo, devem-se buscar a máxima rentabilidade e a máxima liquidez que podem ser atingidas simultaneamente.

B - Rentabilidade é a capacidade de um capital aplicado ou investido render dividendos ou ganho em dinheiro e pode ser representado pela razão entre o investimento total e os dividendos ou os ganhos em dinheiro.

C - Rentabilidade é o grau de rendimento proporcionado por determinado investimento e é alcançada na medida em que o negócio da empresa alcança a liquidez máxima sobre os investimentos feitos pelos proprietários ou acionistas.

D - A rentabilidade máxima pode comprometer a liquidez da empresa, pois os retornos dos investimentos estão submetidos a diferentes períodos de tempo. Nesses casos, a rentabilidade é inversamente proporcional à segurança do investimento e à liquidez.

²³ Fundamentos de administração financeira [recurso eletrônico] / Stephen A. Ross ... [et al.] ; [tradução: Leonardo Zilio, Rafaela

Guimarães Barbosa]. – 9. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : AMGH, 2013.

03. (IF/PA - Tecnólogo Gestão Financeira - IF/PA/2019). A estrutura organizacional da área financeira de uma instituição desempenha múltiplas funções, que vão do planejamento e controle orçamentário e financeiro à obtenção, utilização e aplicação de seus recursos. Postos os dispositivos abaixo, é VERDADEIRO o que está contido em:

I - O administrador financeiro recebe o apoio técnico de profissionais especializados em Tesouraria e Controladoria, sendo que os executivos responsáveis por essas duas áreas recebem os títulos de tesoureiro (ou gerente financeiro) e controller, respectivamente.

II - A Controladoria preocupa-se com a contabilidade, o planejamento, o controle orçamentário e a auditoria interna, envolvendo impostos e sistemas de informação gerencial.

III - A Tesouraria responsabiliza-se pela gestão do caixa, contas a pagar e da área de crédito da empresa.

- A - Apenas I.
- B - Apenas II.
- C - I, II e III.
- D - Apenas II e III.
- E - Apenas I e III.

Alternativas

01. Errado – 02. D - 03. C

Planejamento Financeiro

Planejamento

O planejamento²⁴ consiste em estabelecer com antecedência as ações a serem executadas dentro de cenários e condições preestabelecidos, estimando os recursos a serem utilizados e atribuindo as responsabilidades, para atingir os objetivos fixados.

Os objetivos fixados poderão ser atingidos somente com um sistema de planejamento adequadamente estruturado.

Planejamento é o processo de estabelecer objetivos ou metas, determinando a melhor maneira de atingi-las. O planejamento estabelece o alicerce para as subsequentes funções de organizar, liderar e controlar, e por isso é considerado função fundamental do administrador.

Para que os planos sejam viabilizados, é preciso que tenham o suporte de configurações relativas aos investimentos necessários e ao respectivo financiamento. Essas configurações de investimento e financiamento são interdependentes e, como tal, devem ser estabelecidas em conjunto.

O planejamento econômico-financeiro

O planejamento econômico-financeiro²⁵, ao contribuir para definir objetivos e fixar padrões de avaliação de resultados, é a ferramenta adequada para os estudos de viabilidade do planejamento da empresa. Por meio do planejamento econômico-financeiro são avaliados os resultados relativos aos objetivos, as decisões e alternativas contidas no planejamento, indicando a possibilidade de sua implantação, ou não, do ponto de vista financeiro.

O processo de planejamento econômico-financeiro é desenvolvido através da manipulação, etapa por etapa, de inúmeros dados projetados, vinculados ao planejamento da empresa, que vão sendo agrupados, proporcionando a geração de resultados intermediários. A cada etapa percorrida é possível se avaliar resultados e definir a realimentação com novos objetivos e projeções do plano. Esses resultados, também agrupados, formarão o plano financeiro. Há interdependência entre os dados gerados, e o orçamento operacional, que é elaborado com base no regime de competência, além de apurar a projeção do lucro do período, fornece elementos para a projeção do fluxo de caixa. Os dados obtidos através do orçamento

²⁴ Hoji, Masakazu. *Administração Financeira e Orçamentária*, 12ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2017

²⁵ Cherobim, Ana P. *Administração Financeira*. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). Grupo GEN, 2016

operacional, junto com os dados da projeção do fluxo de caixa e dos orçamentos de capital, fornecerão os elementos necessários para a projeção do Balanço Patrimonial.

A informática trouxe muitas facilidades para as atividades relacionadas ao planejamento econômico-financeiro, permitindo, com grande rapidez e níveis ótimos de detalhes, simulações de resultados decorrentes de inúmeras alternativas do planejamento da empresa, e possibilitando, em tempo real, conhecer reflexos financeiros de decisões propostas em análise.

O planejamento econômico-financeiro é também uma eficiente ferramenta de controle que visa identificar se as projeções e objetivos estabelecidos estão sendo atingidos, permitindo analisar o desempenho de produtos e áreas da empresa, além de constatar a necessidade, ou não, de ações de correção de curso.

Sistema de orçamentos

Uma empresa é um sistema que aumenta os recursos nela investidos. Os recursos têm um valor econômico e, portanto, os resultados esperados em relação às atividades exercidas devem ser expressos em valores.

O sistema de orçamentos (ou sistema orçamentário) é um instrumento de planejamento e controle de resultados econômicos e financeiros. É um modelo de mensuração que avalia e demonstra, por meio de projeções, os desempenhos econômicos e financeiros da empresa, bem como das unidades que a compõem.

Os orçamentos expressam, quantitativamente, as políticas de compras, produção, vendas, recursos humanos, gastos gerais, qualidade e tecnologia. Os responsáveis pelas unidades que compõem a empresa devem implementá-los de acordo com os planos de ação e acompanhá-los com base em sistema de informações gerenciais adequadamente estruturado, e os

eventuais desvios são devidamente corrigidos, ao longo do tempo.

Planejamento Financeiro de Curto e Longo Prazo

Como o planejamento econômico-financeiro é utilizado para a análise de viabilidade de projeções futuras do planejamento da empresa, a distribuição e o detalhamento dessas projeções no tempo são necessários. Assim, os planos econômico-financeiros são de curto e de longo prazo. À medida que as projeções se distanciam do momento do planejamento, o seu nível de detalhe diminui. Ao contrário, quanto mais perto do momento do planejamento, maiores são os detalhes envolvidos no planejamento.

Uma empresa deve determinar a extensão do período de planejamento mais adequado para suas atividades. Geralmente, são adotados dois períodos de planejamento: o de curto prazo e o de longo prazo.

Longo prazo

O planejamento econômico-financeiro de longo prazo traduz, em termos financeiros, os resultados de planos estratégicos voltados para períodos superiores a um ano. Podem cobrir períodos de dois a cinco anos; algumas empresas preparam planos para períodos de 25 anos ou mais. O tempo-limite deste planejamento é definido pela empresa, de acordo com suas expectativas e objetivos.

O conteúdo do planejamento econômico-financeiro de longo prazo, em que o nível de detalhamento é pequeno, está vinculado ao plano estratégico da empresa, mais especificamente às estratégias e aos objetivos de crescimento relacionados aos investimentos de capital, expansão em termos de mercados e produtos, daí também os investimentos previstos em pesquisa e desenvolvimento de produtos, definição das fontes de financiamento necessárias. O planejamento econômico-financeiro de longo prazo se concentrará no orçamento de

capital e nas expectativas de geração de lucros e recursos financeiros.

A empresa pode adotar a estratégia de utilizar-se do mercado de capitais como fonte alternativa de financiamento para seus investimentos. Se ela ainda não está no mercado de capitais, é necessária toda uma preparação para tê-lo como fonte de financiamento, e esta preparação leva algum tempo.

As grandes mudanças ocorridas no mundo, principalmente a partir da internacionalização das finanças, são fatores complicadores do planejamento de longo prazo, dado o alto grau de incerteza das expectativas econômicas do futuro.

No entanto, a percepção do futuro que se aproxima é sempre melhor quanto mais vezes realizamos planos sobre ele. As expectativas ou projeções para daqui a dez anos serão, certamente, muito diferentes da realidade da época. Porém, se efetuarmos projeções durante os nove anos que antecedem o décimo ano, certamente quando chegarmos a ele, as projeções serão muito melhores do que se começássemos a projetá-lo no decorrer do ano que antecede o décimo ano.

Como vimos, a preparação do planejamento econômico-financeiro de longo prazo objetiva determinar os resultados futuros de longo prazo decorrentes de decisões tomadas no presente. Portanto, se propõe a definir e projetar:

- a) o orçamento de capital;
- b) os lucros futuros; e
- c) a geração de recursos financeiros (caixa).

Orçamento de capital

O assunto foi tratado no Capítulo 5. Os orçamentos de capital, que foram escolhidos para ser implantados no período de planejamento, fornecerão as informações necessárias para a determinação dos resultados adicionados, tanto em termos de lucros, para a projeção da Demonstração de

Resultados, como em termos de entradas de caixa, para a projeção do fluxo de caixa.

Os lucros futuros

As demais informações contidas no planejamento como expansão de mercados e produtos e os investimentos previstos em pesquisa e desenvolvimento de produtos, os quais certamente farão parte de orçamentos de capitais escolhidos pela empresa, serão utilizados para as projeções da Demonstração de Resultados e do Balanço Patrimonial. Todas as informações utilizadas estarão distribuídas no tempo, de acordo com cronogramas que fazem parte do planejamento da empresa.

Geração de recursos financeiros (caixa)

A projeção da capacidade de geração de recursos financeiros, ou a capacidade de geração de caixa, ao longo do tempo é utilizada para orientar decisões de obtenção de financiamentos ou então de aplicação dos excedentes de caixa gerados.

Curto prazo

As atividades desenvolvidas para a elaboração do planejamento econômico-financeiro de curto prazo visam preparar quatro demonstrativos financeiros que serão utilizados para a análise de viabilidade do planejamento da empresa e, se aprovados, seus conteúdos constituirão os objetivos financeiros a serem perseguidos. Serão também utilizados na implementação, acompanhamento e controle do planejamento econômico-financeiro. Os demonstrativos financeiros são os seguintes:

- a) Orçamento de capital, também denominado orçamento de investimentos.
- b) Demonstração de resultados projetada, também denominada de orçamento operacional.
- c) Projeção do fluxo de caixa, também denominada orçamento de caixa.
- d) Balanços patrimoniais projetados.

Os demonstrativos financeiros projetados servirão para se elaborar a

análise dos resultados projetados. Os resultados da análise irão indicar se o planejamento da empresa, tal como concebido, irá melhorar ou não a sua situação econômico-financeira.

Há grande interdependência entre esses “instrumentos gerenciais”, e decisões de investimentos ou de financiamentos produzirão reflexos em todos eles. A projeção de cada demonstrativo exige técnica especial para sua preparação, dadas as características específicas de cada um deles.

A elaboração do planejamento econômico-financeiro de curto prazo permite a preparação do fluxo de caixa e das demonstrações financeiras.

Questões

01. (SEDF - Professor de Educação Básica – Quadrix/2022). Julgue o item, referentes à administração financeira e à gestão de riscos.

Planejamentos financeiros de um cidadão que envolvam depósitos de recursos pelo período de dez meses para pagamento de IPTU e depósitos pelo período de dez anos para uma previdência privada são, respectivamente, planejamentos de curto e longo prazo.

() Certo () Errado

02. (TCE/SC - Auditor Fiscal de Controle Externo - CESPE / CEBRASPE /2022). No que se refere à gestão de projetos, gestão de processos e administração financeira, julgue o item seguinte.

Suponha-se que dois adolescentes recebam mesadas mensais: um deles, com 14 anos de idade, pretende guardar os recursos para iniciar sua faculdade aos 18 anos; o outro, com 17 anos de idade, pretende guardar os recursos para realizar uma viagem ao exterior logo que completar

18 anos, o que ocorrerá daqui a 11 meses. Nessa situação, são relatados, respectivamente, um planejamento financeiro de longo prazo e outro de curto prazo.

() Certo () Errado

03. (DPE-DF - Analista de Apoio à Assistência Judiciária - CESPE / CEBRASPE /2022). Acerca da gestão por processos e de conceitos de administração financeira, julgue o item seguinte.

Um planejamento financeiro para o prazo de 4 anos e outro planejamento financeiro para o prazo de 15 anos são considerados planejamentos de curto e longo prazo, respectivamente.

() Certo () Errado

Alternativas

01. Certo – 02. Certo – 03. Errado

Financiamentos e Empréstimos

Empréstimo e financiamento são as formas mais comuns de conseguir a liberação de crédito com um banco. Normalmente, as duas operações de crédito pode ser feito em qualquer instituição financeira pública ou privada.

Empréstimos e financiamento servem para quem precisa de uma quantia de dinheiro e não tem no momento o valor total. A liberação de crédito depende de análises. Além disso, cada instituição têm critérios diferentes para concessão dos valores.

Dependendo do valor pedido, algumas instituições financeiras pedem uma garantia ou fiador para liberação de um empréstimo e financiamento.

Financiamento

Financiamento²⁶ é uma operação por meio da qual a empresa obtém recursos financeiros de terceiros para o capital de

²⁶ Chiavenato, Idalberto. *Gestão Financeira: Uma Abordagem Introdutória*. Disponível em: *Minha Biblioteca, (4th edição). Grupo GEN*,

giro, ativos circulantes temporários ou permanentes, bens pessoais ou não e também para investimento. O objetivo é captar temporariamente fundos como antecipação de futuras entradas de caixa para permitir o pagamento de dívidas ou compromissos da empresa. Muitas empresas com vendas sazonais, concentradas em certas épocas do ano – como o Natal ou a Páscoa –, precisam aumentar seus estoques antes do aumento das vendas e, para tanto, tomam emprestado para produzir com antecipação a fim de atender à demanda sazonal.

O financiamento é um tipo de contrato entre clientes e instituições financeiras, mas conta com regras diferentes as do empréstimo.

O financiamento tem uma condição exigente e burocrática, o cliente precisa usar a quantia que pegou emprestada em algo específico e já combinado com o banco

O financiamento pode ser classificado em dois tipos: de curto prazo ou de médio e longo prazos.

Financiamento de curto prazo

O financiamento de curto prazo (CP) é uma operação por meio da qual a empresa levanta recursos no CP (período inferior a um ano) destinados à manutenção de aplicações em créditos a clientes e em estoques. Os recursos podem, ainda, ser destinados ao financiamento a clientes ou para cobrir deficiências de fundos quando as entradas de caixa são insuficientes para cobrir aumentos imprevistos de despesas. O objetivo do financiamento de CP é preencher lacunas de necessidades de financiamento, evitando o de longo prazo e, com isso, eliminando possíveis excessos de fundos ociosos e suas despesas decorrentes.

O financiamento de CP é obtido por meio de:

- Bancos comerciais privados e públicos: os bancos comerciais captam fundos ou são depositários de poupanças na forma de contas-correntes e certificados de depósitos

que são utilizados para financiar a atividade econômica.

- Sociedades de crédito, financiamento e investimento: também denominadas financeiras.

O financiamento de CP consiste, portanto, em obrigações que devem vencer dentro de um ano ou menos, para proporcionar ativos circulantes da empresa – como caixa, títulos negociáveis, contas a pagar e estoques.

O financiamento de CP pode ser efetuado por meio de quatro tipos de operações financeiras:

1.Desconto de duplicatas: as duplicatas são títulos exatamente iguais, em valor e outras características, às faturas emitidas pela empresa. São, portanto, cópias das faturas. Quando a empresa vende a prazo, permanece em posição de espera até a data de vencimento da fatura, quando pode receber a importância vendida ao cliente. Se, porém, a empresa tiver necessidade de recursos para o giro normal de suas operações, pode descontar duplicatas em um banco comercial, recebendo dele um empréstimo de recursos cujo prazo vai desde o momento em que a empresa recebe o empréstimo bancário até a data do vencimento da fatura. A empresa faz uma cessão de direitos sobre os valores a receber de seus clientes pagando antecipadamente os juros e o desconto bancário de praxe para receber recursos com relativa rapidez para o financiamento de capital de giro temporário. O banco exige:

a. Solidez dos títulos submetidos ao desconto.

b. Saldo médio, ou seja, a obrigação da empresa em manter uma proporção de seus saldos em conta corrente.

c. Reciprocidade em substituição ao saldo médio, ou seja, a atribuição ao banco de todas as operações de recolhimento de tributos ao poder público federal, estadual e municipal.

2. Empréstimos bancários em conta corrente: é um serviço denominado linha de crédito ou adiantamento em conta corrente. Trata-se de um compromisso pelo qual o banco comercial concede à empresa um crédito numa conta corrente que pode ser movimentada à vista. Enquanto no desconto de duplicatas os recursos são entregues integralmente, aqui os fundos são obtidos pela empresa gradativamente segundo suas necessidades e a disponibilidade de saldo em sua conta bancária. A empresa pode efetuar depósitos para reduzir a dívida. Os juros fixados não incidem sobre o valor máximo colocado à disposição da empresa, mas são calculados sobre o movimento diário dos saldos devedores. O banco geralmente exige:

- a. Saldo médio.
- b. Taxa de juros.
- c. Entrega em caução de títulos para garantir a devolução do valor principal na data de vencimento da operação.

3. Crédito direto ao consumidor: é uma operação de financiamento destinada ao comprador final dos produtos da empresa. O comprador do produto assina um contrato de financiamento com uma sociedade de crédito, financiamento e investimento (financeira), que paga o valor da compra à empresa vendedora, com a alienação fiduciária do produto à financeira até o pagamento da última prestação pelo comprador. É uma operação que serve para facilitar ao comprador a aquisição de um bem durável (como um automóvel ou eletrodoméstico, por exemplo) e permitir maior volume de vendas para as empresas produtoras e comercializadoras.

4. Crédito mercantil: enquanto as três modalidades de financiamento a CP anteriormente mencionadas são efetuadas por intermediários financeiros (como os bancos comerciais e as financeiras), o crédito mercantil é uma fonte espontânea de recursos financeiros proporcionada pelos fatores de produção que a empresa utiliza sem o pagamento instantâneo. No caso da

mão de obra, os salários são pagos quinzenal ou mensalmente, alguns dias após o final do mês. No caso de compras de mercadorias ou matérias-primas (MP) junto aos fornecedores, a empresa pode obter um prazo de financiamento, permitindo-lhe processá-los e transformá-los em produtos acabados (PA) que podem ser vendidos, proporcionando recebimentos antes do pagamento aos fornecedores. O custo do crédito mercantil pode ser avaliado em função do desconto que o fornecedor efetuará se a venda fosse à vista.

Financiamento de médio prazo e de longo prazo

O financiamento de médio (MP) e de longo prazo (LP) se destina à obtenção de recursos de terceiros a prazos superiores a seis meses e a um ano, respectivamente. É geralmente efetuado junto a organismos ou programas geridos pelo poder público, como o Banco do Brasil, o Bacen, os bancos de desenvolvimento, a Caixa Econômica Federal (CEF) e as Caixas Econômicas Estaduais.

O financiamento de MP ou de LP pode ser obtido por meio de fundos especiais de instituições públicas, por recursos captados no exterior, debêntures e recursos próprios. Vejamos rapidamente cada um desses tipos de financiamentos de MP ou de LP.

- Fundos especiais de instituições públicas: são fundos especiais provenientes de receitas tributárias, de resultados de empréstimos internacionais ou de exercícios anteriores, bem como de depósitos do público, à vista e a prazo fixo, que os órgãos governamentais canalizam para investimentos públicos ou para as empresas privadas. Os organismos que concedem financiamentos a MP ou a LP por meio de fundos especiais são:

- BNDES.
- Banco do Brasil (BB).
- Bancos estaduais e regionais de desenvolvimento, como o Banco do

Nordeste (BNB) e o Banco da Amazônia (BASA).

- CEF.
- Caixas Econômicas Estaduais.
- Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME).

Recursos captados no exterior: são constituídos pelas operações de empréstimos em moeda com recursos captados no exterior e aprovados previamente pelo Bacen e pelos financiamentos de importações, isto é, financiamentos de compras da empresa por fornecedores estrangeiros.

Debêntures: as debêntures de uma empresa são títulos de dívida emitidos para levantar grandes volumes de dinheiro, no LP, de diversos grupos de emprestadores ou de aplicadores. A emissão e a venda de debêntures proporcionam – como as ações – flexibilidade na utilização dos recursos, pois permite a obtenção de financiamento de LP para as operações da empresa. As debêntures podem ser nominativas ou ao portador. São certificados que dão ao seu comprador o direito de receber juros prefixados no próprio título, correção monetária variável e o valor nominal na data de resgate (que é a data de vencimento previamente estabelecida). Difere da ação preferencial pela fixação do prazo e do valor de resgate pela empresa. É uma alternativa de financiamento de LP e a um custo prefixado.

Recursos próprios: os recursos próprios da empresa são o capital social, as reservas e os lucros acumulados, itens que integram o patrimônio líquido do balanço. A obtenção de recursos externos para aumentar o capital social se faz por meio do lançamento de novas ações ao público ou da oferta de direitos de subscrição aos acionistas atuais. O lançamento ao público deve ser previamente registrado na CVM e intermediado por uma ou mais instituições financeiras (bancos de investimento) escolhidas pela empresa. Essa

interveniência, como vimos há pouco, recebe o nome de colocação, subscrição ou *underwriting*. É onde o banco de investimento desempenha seu principal papel de reorganizar o mercado de capitais.

Conforme a prioridade no recebimento de dividendos, as ações podem ser classificadas em ordinárias ou preferenciais.

As duas modalidades de ações – ordinárias e preferenciais – afetam diferentemente o custo do capital, face aos diferentes riscos e direitos dos investidores e às diferentes obrigações assumidas pela empresa.

Classificação de financiamentos.

Financiamento de CP	Financiamento de MP e LP
Desconto de duplicatas	Fundos especiais de instituições públicas
Empréstimos bancários em conta corrente	Recursos captados no exterior
Crédito direto ao consumidor	Debêntures
Crédito mercantil	Recursos próprios

O financiamento de CP serve para cobrir insuficiências ou carências de caixa e permite condições para administrar adequadamente as contas a pagar e os estoques. Já os financiamentos de MP e LP servem para angariar recursos de terceiros, por prazos superiores a seis meses ou a um ano, e permitem condições para aumentar a capacidade de produção e, conseqüentemente, incrementar as vendas da empresa ou a execução de planos de expansão ou de desenvolvimento tecnológico.

Por essas razões, a obtenção de financiamentos externos é uma das funções

cruciais da Gestão Financeira, por exigir cuidadoso estudo do mercado financeiro e das opções referentes a condições de custo e pagamento. Decisões desse tipo são fundamentalmente importantes para o sucesso do negócio.

Empréstimo

O empréstimo é um contrato entre um cliente e uma instituição financeira, em que o primeiro recebe um valor em dinheiro e precisa devolvê-lo para a instituição em um determinado prazo com o pagamento de juros.

É um tipo de crédito sem restrições para o uso, o cliente solicita o valor que deseja e pode usá-lo como quiser. Sem grandes explicações para o banco, sua única obrigação é pagar. O fato de não ter um objetivo pré decidido pode acabar impactando no número de parcelas e juros.

Em alguns casos, os bancos ou instituições podem pedir que o cliente conte como pretende gastar o dinheiro, só que isso não determina o destino do empréstimo.

Na maioria das vezes, também é possível fazer o empréstimo sem dar nenhum tipo de garantia em troca.

São inúmeros os motivos que podem levar alguém a pedir um empréstimo, como imprevistos, emergências, compras de alto custo ou até para quitar dívidas diferentes com juros mais altos.

Tipos de empréstimo²⁷

Empréstimo pessoal

Esta é a modalidade mais comum e, geralmente, é oferecida por todos os bancos e a todos que possuem nome limpo. Ou seja, sem restrições no CPF. O dinheiro solicitado é liberado diretamente na conta corrente em até 24 horas. Dessa maneira, essa é uma boa opção para casos de emergências.

Porém, existem algumas desvantagens em pegar um empréstimo pessoal. Em

primeiro lugar, a quantia que se pode pegar nessa modalidade é baixa. Na maioria das instituições, o valor máximo liberado é de até R\$ 5.000,00. Outra desvantagem está nas taxas de juros, que costumam ser altas.

Para conseguir esse crédito, é só entrar em contato com um banco ou instituição financeira. Caso você escolha pegar o empréstimo com um banco, você precisa ser cliente dele.

Empréstimo consignado

Essa é uma das linhas de crédito mais atrativas, pois oferece uma das menores taxas de juros do mercado e bons prazos de pagamento. No entanto, esse tipo de empréstimo está disponível para aposentados pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) ou pensionistas, trabalhadores com carteira assinada ou funcionários públicos. Isso porque o dinheiro para o pagamento desse empréstimo é debitado, de forma automática, do benefício do INSS ou do salário.

Como existe essa segurança para as instituições financeiras, a liberação desse crédito costuma ser rápida e simples. Atualmente, é possível inclusive contratar essa modalidade direto nos sites e aplicativos de bancos.

Outra vantagem do consignado é que o devedor não precisa indicar como vai utilizar o dinheiro solicitado. Ou seja, não é preciso apresentar nenhuma justificativa para a solicitação do empréstimo. Caso ele esteja com o restrições no CPF, o banco vai analisar se libera ou não o valor.

Cheque especial

Esse é o crédito acionado no momento em que a pessoa acaba com o saldo na conta corrente. Quando isso acontece, automaticamente os juros do cheque especial passam a ser debitados da conta.

Basicamente, a principal vantagem do cheque especial é a praticidade, uma vez que ele é contratado automaticamente.

²⁷ <https://www.tenda.com/eudouconta/duvidas-sobre-dividas/o-que-e->

Porém, esse tipo de crédito tem taxas de juros exorbitantes, a maior que as instituições bancárias oferecem.

Os juros do empréstimo costumam levar muito em conta o relacionamento que o cliente tem com a instituição financeira. Por exemplo, os pontos positivos que os bancos consideram na hora de calcular as taxas de juros costumam ser:

- Ter uma conta que não está no negativo;
- Pagar em dia as parcelas do cartão de crédito;
- Ter uma renda mensal compatível com o valor que se pede emprestado.

Diferença entre financiamento e empréstimo

Uma das principais diferenças²⁸ entre eles é o empréstimo ser um processo de pedir dinheiro para um banco, enquanto o financiamento é um processo de disponibilizar dinheiro, mas não para quem solicitou diretamente.

O empréstimo geralmente vem com custos elevados, pois as taxas de juros são geralmente maiores. Financiamento, por outro lado, pode ter custos menores, dependendo da fonte financiadora

Uma outra diferença é que enquanto o empréstimo cede uma quantia em dinheiro para o cliente, o financiamento financia a compra de um bem de forma direta.

Um financiamento por exemplo, está associado a compra de um carro, moto, casa, etc. No entanto, a exigência do financiamento é definir o destino do dinheiro ao credor, assim, o valor liberado é encaminhado direto para quem realizou a venda.

Já o empréstimo, por sua vez, libera um valor em crédito diretamente para conta do solicitante. Deste modo, o cliente poderá utilizar o dinheiro da forma que desejar, seja

para realizar viagens, quitar dívidas ou até mesmo realizar festas.

O financiamento pode ser considerado um tipo de empréstimo²⁹, mas que tem uma finalidade específica e será usado para um objetivo já definido e alinhado com o banco. Diferente do empréstimo pessoal que o cliente não precisa avisar o banco, mas isso não significa que ele não saiba para o que vai usar. No caso do financiamento, o valor emprestado é exatamente o que ele vai pagar no imóvel ou no veículo, ou fim determinado

Questões

01. (Banestes - Analista Econômico Financeiro - FGV – 2023). Os empréstimos e os financiamentos são produtos destinados ao amparo creditício de indivíduos que precisam de recursos financeiros. Assinale a opção que indica, respectivamente, exemplos de operações relacionadas a empréstimo e a financiamento.

- A - Consórcio; emissão de ações.
- B - Uso de cartão de débito; consórcio.
- C - Uso de cartão de débito; compra de carro.
- D - Operação de capital de giro; compra de máquina.
- E - Operação de capital de giro; emissão de ações.

02. (TRT 13ª Região - Analista Judiciário – FGV/2022). De acordo com o MCASP, os principais tipos de operações de crédito são empréstimo, financiamento e arrendamento mercantil (leasing).

Assinale a opção que indica uma diferença entre empréstimos e financiamentos.

A - Nos empréstimos, os juros e os encargos são menores, enquanto nos financiamentos eles são maiores.

²⁸ <https://blog.xpeducacao.com.br/diferenca-entre-emprestimo-e-financiamento/#:~:text=Uma%20das%20principais%20diferen%C3%A7as%20entre,n%C3%A3o%20>

[para%20quem%20solicitou%20diretamente.](#)
²⁹

<https://www.serasa.com.br/credito/blog/diferencas-entre-financiamento-e-emprestimo/>

B - Os empréstimos são de longo prazo, enquanto os financiamentos são de curto/médio prazo.

C - Nos empréstimos, há uma análise mais detalhada para a liberação dos recursos, enquanto nos financiamentos, a liberação dos recursos é mais simples.

D - Os empréstimos têm como objetivo a contratação de um serviço, enquanto os financiamentos tem como objetivo a aquisição de um bem.

E - Os empréstimos não possuem finalidade específica, enquanto nos financiamentos, os recursos financeiros liberados devem ser usados com uma finalidade específica.

Alternativas

01.D – 02. E

Noções de administração pública

Administração Pública

A Administração Pública³⁰ constitui importante segmento da ciência da Administração. Ela representa o aparelhamento do Estado e funciona como o instrumento do governo para planejar, organizar, dirigir e controlar todas as ações administrativas, com o objetivo de dar plena e cabal satisfação das necessidades coletivas básicas.

Administração Pública envolve todo o aparato administrativo com que nações, estados e municípios se moldam para cuidar do interesse coletivo e entregar à população uma ampla variedade de serviços públicos capazes de melhorar a qualidade de vida em geral.

Compreendendo todo o aparato existente, a Administração Pública, tem à disposição dos governos a estrutura e recursos; os órgãos e agentes; os serviços e

atividades, para a realização de seus objetivos políticos e do objetivo maior e primordial do Estado: a promoção do bem comum da coletividade.

Vários conceitos são utilizados para definir a Administração Pública, e dentre eles encontram-se os conceitos relacionados à **Ciência Administrativa** e à **Ciência Jurídica**.

- **Ciência Administrativa:** segundo esse conceito, a Administração Pública é o ramo da administração aplicada na gestão direta e indireta das três esferas de Governo: Federal, Estadual e Municipal.

- **Ciência Jurídica:** esse conceito corresponde às atividades desenvolvidas pelos entes públicos, dentro dos limites legais, com o fim de prestar serviços ao Estado e à sociedade em prol do bem comum, nesse sentido formal-jurídico só são considerados administração pública os órgãos e entidades que a lei considera como tal.

Importante !!

A Administração Pública em sentido amplo compreende: o governo (que toma as decisões políticas), e a estrutura administrativa e a administração (que executa essas decisões). Em sentido estrito compreende apenas as funções administrativas de execução dos programas de governo, prestação de serviços e demais atividades.

Evolução da Administração Pública no Brasil

Num breve esforço para reconstituir as linhas gerais da evolução histórica da Administração Pública³¹ no Brasil, poderíamos destacar basicamente nove momentos:

A Administração Colonial;

O Brasil como sede do império português;

³⁰ Chiavenato, Idalberto. *Administração Geral e Pública - Provas e Concursos*. Disponível em: Minha Biblioteca, (6th edição). Grupo GEN, 2021

³¹ Costin, Claudia. *Administração Pública*. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2010

O Império (1º reinado, regências e 2º reinado);

A República Velha;

O varguismo e a implantação da Reforma de 1936;

O desenvolvimentismo e o início da Reforma do Ministério da Fazenda;

O regime militar, o estatismo, a modernização e a Reforma de 1967;

A democratização e o retorno ao formalismo;

A reforma da Gestão Pública de 1995.

Fases da Administração Pública

A Administração Pública no Brasil já passou por três fases, que são elas:

1. *Patrimonialista (durante a era do Império);*

2. *Burocrática (na era Vargas); e*

3. *Gerencial (fase mais recente que está sendo implementada).*

Patrimonialista: no patrimonialismo, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados prebendas. A res publica não é diferenciada das res principis. Em consequência, a corrupção e o nepotismo são inerentes a esse tipo de administração. No momento em que o capitalismo e a democracia se tornam dominantes, o mercado e a sociedade civil passam a se distinguir do Estado. Nesse novo momento histórico, a administração patrimonialista torna-se uma excrescência inaceitável.

Burocrática: a Administração Pública Burocrática surge na segunda metade do século XIX, constituem princípios orientadores do seu desenvolvimento a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade, o formalismo, em síntese, o poder racional-legal. O modelo da Administração Pública Burocrática surgiu como forma de combater

a corrupção e o nepotismo patrimonialista, e os principais princípios desse modelo são a: profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o formalismo.

Gerencial: o mundo mudou, a sociedade mudou e as pessoas mudaram, assim como a economia das nações apresentou grandes mudanças e tecnologias inusitadas surgiram. A principal fonte desse item é o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado de 1995 (PDRAE) a Administração Pública gerencial emerge na segunda metade do século XX, como resposta, de um lado, à expansão das funções econômicas e sociais do Estado, e de outro, ao desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial, uma vez que ambos deixaram à mostra os problemas associados à adoção do modelo anterior.

Divisão da Administração Pública

A Administração Pública é a gestão dos interesses públicos por meio da prestação de serviços públicos, sendo dividida em Administração Direta e Administração Indireta³².

Administração direta, compreendendo a estrutura administrativa da Presidência da República e dos diversos Ministérios, bem como o conjunto das instituições e unidades organizacionais de cada um dos poderes que integram a União, os Estados e os Municípios. Nesse caso, os órgãos não possuem personalidade jurídica própria, patrimônio, nem autonomia administrativa, ou seja, o Estado exerce suas funções diretamente.

Administração indireta, compreendendo as instituições com personalidade jurídica própria, criadas para realizar atividades governamentais de forma descentralizada, Ela visa à descentralização, ou seja, a

³² Oliveira, Djalmá de Pinho Rebouças D. *Administração Pública: Foco na Otimização do Modelo Administrativo*. Disponível em: Minha

Biblioteca, Grupo GEN, 2014.

distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica, a saber:

- autarquias são serviços autônomos, criadas por lei específica, com personalidade jurídica de direito público, bem como patrimônio e receita próprios, que necessitam, para seu adequado funcionamento, de uma administração descentralizada;

- empresas públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União – se federal –, sendo criadas para exploração de atividade econômica que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa;

- sociedades de economia mista são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, instituídas mediante autorização legislativa e registro em órgão próprio para exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, à União ou entidade da administração indireta; e

- fundações públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criadas por lei e registros específicos, com autonomia administrativa, patrimônio próprio e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

A dimensão jurídica, originária do **Direito Administrativo**³³, permite apresentar dois conceitos específicos, e, como complemento, um conceito operacional.

O sentido Subjetivo/Formal/Orgânico

Corresponde ao conjunto de pessoas jurídicas e órgãos públicos criado para realizar a função administrativa do Estado, cujas atividades são desempenhadas pelos seus agentes, portanto, nesse sentido, temos as pessoas jurídicas de Direito Público

Interno, as pessoas jurídicas da Administração indireta, os órgãos da Administração direta e os agentes públicos.

Esse conjunto orgânico está ligado à Administração Pública direta e indireta dos três poderes. Para Meirelles³⁴ os órgãos são centros de competências instituídos para o desempenho de funções estatais, por meio de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem, ele também classifica os órgãos em independentes, autônomos, superiores e subalternos:

- Independentes: são os que têm sua origem na Constituição e não se submetem a nenhuma hierarquia superior. Ex.: Presidência da República, Congresso Nacional, Senado, Câmara e Tribunais Judiciários.

- Autônomos: encontram-se no topo da estrutura administrativa, estão imediatamente abaixo e subordinados aos órgãos independentes. Ex.: Ministérios de Governo, Controladoria-Geral, Advocacia-Geral da União.

- Superiores: exercem funções de comando, direção e controle, e sujeitam-se ao controle hierárquico de autoridade superior. Ex.: gabinetes, diretorias, secretarias, coordenadorias.

- Subalternos: praticamente não detêm poder algum e atuam na execução de atividades. Ex.: portarias, seções de atendimento ao público.

Importante !!

Podem existir órgãos na Administração indireta, quando forem desconcentradas competências internamente, dentro da mesma pessoa jurídica: autarquia, fundação etc.

Agentes Públicos

Os agentes são as pessoas físicas (eventualmente jurídicas: concessionários/permissionários) que exercem alguma atividade estatal. Para a lei

³³ Direito administrativo é um ramo autônomo, dentro do direito público interno, que basicamente se concentra no estudo da Administração Pública e da atividade de seus integrantes.

³⁴ MEIRELLES, H. L., *Direito administrativo brasileiro*. 39. ed. SP, Malheiros, 2013.

de improbidade administrativa o conceito é mais amplo, pois inclui todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública.

O conjunto de agentes apontados por Meirelles³⁵ inclui os agentes políticos, administrativos, honoríficos e delegados:

Políticos: ocupam os escalões mais altos, e sua investidura ocorre mediante eleição, nomeação e designação. Ex.: presidente, ministros, senadores, deputados, prefeitura, vereadores.

Administrativos: são os diversos tipos de servidores públicos, civis (estatutários ou celetistas) e militares.

Honoríficos: têm como características a transitoriedade e a ausência de remuneração. Ex.: mesários eleitorais, jurados do Tribunal do Júri.

Delegados: executam determinada atividade, serviço ou obra mediante delegação do Poder Público. Ex.: concessionários, permissionários, peritos, tradutores.

Credenciados: podem praticar atividade específica ou representar a Administração em determinado ato – mediante pagamento.

O sentido Objetivo/Material/Funcional

Corresponde à função administrativa propriamente dita e às atividades necessárias à prestação dos serviços públicos em geral. Nesse conceito, inclui-se tanto a função administrativa desempenhada pelo Governo (decisões de governo), quanto as desempenhadas pelos órgãos e demais entes públicos (decisões administrativas e ações de execução).

Insere-se nesse contexto tanto a prestação dos serviços públicos, como a intervenção no domínio econômico e o exercício do Poder de Polícia, e, ainda, o

fomento e incentivo às atividades em geral de interesse ou de utilidade pública.

Pode-se, ainda, utilizar o conceito operacional de Administração Pública, definido por Meirelles³⁶ como “o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços do Estado, ou por ele assumido, em benefício da coletividade”.

Características da Administração Pública

A Administração Pública possui as seguintes características principais:

É executora: a Administração, direta ou indireta, centralizada ou descentralizada, executa as atividades desejadas pelo Estado, tendo em vista o bem-estar da coletividade. A atividade da Administração Pública é de execução: presta serviços públicos e pratica atos administrativos através de seus órgãos e agentes. Ela não pratica atos políticos nem atos de governo.

É instrumental: a Administração Pública não é um fim em si mesma, mas um instrumento do Estado para a promoção do desenvolvimento do país e do bem comum da sociedade. É o meio de que se valem o Estado e o Governo para realização de seus fins.

É hierarquizada: a estrutura da Administração Pública obedece a uma hierarquia, em que há subordinação dos órgãos inferiores aos superiores. Os agentes lotados nos órgãos inferiores (ainda que chefes hierárquicos) também obedecem às instruções das autoridades que comandam os órgãos superiores.

Possui Competência Limitada: a Administração Pública só possui poder para decidir e comandar a área de sua competência (competência específica). A competência, por sua vez, é estabelecida por

³⁵ Idem.

³⁶ MEIRELLES, H. L., *Direito administrativo brasileiro*. 39. ed. SP,

Malheiros, 2013.

lei e fixa os limites da atuação administrativa, de seus órgãos e agentes.

Tem Responsabilidade Técnica: ao prestar serviços públicos e praticar atos administrativos, a Administração Pública obedece a normas jurídicas e técnicas. O desvio dessas normas invalidará o ato praticado e responsabilizará o agente que o praticou. Os agentes públicos são responsáveis pelos atos que praticam, e estão sujeitos à prestação de contas perante a própria Administração, os órgãos de controle e a sociedade.

Tem Apenas Poder Administrativo: a Administração não tem poder político, mas apenas administrativo: suas decisões se restringem a assuntos técnicos, financeiros e jurídicos, e todas as atividades administrativas submetem-se aos princípios e normas vigentes no ordenamento jurídico.

É dependente: a função administrativa consiste em implementar as decisões tomadas pelo Governo, pelo Legislativo ou pelo Judiciário (quando submetidas a sua apreciação). A Administração Pública, portanto, é uma atividade dependente e vinculada às decisões/opções do Governo, dos poderes e dos demais órgãos que detêm competência legal para fiscalização e controle de sua atuação.

É neutra: a Administração Pública deve tratar a todos igualmente. Como parte da estrutura do Estado, perseguindo o bem comum da coletividade, não lhe é permitido afastar-se desse fim pretendido pelo Estado e expresso pelas normas e princípios vigentes. Não pode, pois, a Administração favorecer/discriminar pessoas, políticos, determinada categoria ou região, em detrimento dos demais, sob pena de desvio de finalidade e ofensa ao ordenamento jurídico vigente.

Questões

01. (HCRP - Médico I - HCRP/2021). Analise as definições abaixo e responda: I. Os fins da Administração Pública resumem-se ao objetivo de garantir o bem comum da coletividade administrada. II. A gestão pública, ao contrário da gestão privada, é obrigatória a agir apenas de acordo com o que a lei permite.

- A - Apenas a definição I está correta.
- B - Apenas a definição II está correta.
- C - As duas definições estão corretas.
- D - As duas definições estão incorretas.

02. (SBMG/PR - Auxiliar Administrativo - FAUEL/2019). O tipo de Administração Pública no qual órgãos como ministérios, suas coordenadorias e departamentos estão diretamente ligados ao chefe do Poder Executivo é conhecido como administração Pública:

- A - Indireta
- B - Descentralizada.
- C - Direta
- D - Terceirizada.
- E - Estatal.

03. (Prefeitura de Piraúba/MG - Agente Fiscal de Posturas - MS CONCURSOS). No que tange aos conceitos e classificações da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

A - A Administração Pública, em sentido subjetivo, formal ou orgânico, designa os entes que exercem a atividade administrativa e compreende pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.

B - Em sentido amplo (latu sensu), a Administração Pública compreende apenas os órgãos administrativos, em sua função puramente administrativa.

C - Em sentido estrito (stricto sensu), a Administração Pública compreende; os órgãos governamentais, incumbidos de planejar, comandar, traçar diretrizes e metas (exercendo uma função política); e os órgãos administrativos, responsáveis por executar os planos governamentais (exercendo a função administrativa).

D - A Administração Pública, em sentido objetivo, formal ou material, busca o objeto da Administração, ou seja, a própria função política.

04. (HCRP - Médico I - HCRP/2021).
A Administração Pública Indireta compreende:

A - Secretarias de Estado, Autarquias e Fundações.

B - Autarquias, Fundações Públicas e Empresas Públicas.

C - Autarquias Públicas e Fundações Privadas.

D - Secretarias de Estado e Empresas Públicas.

05. (Prefeitura de Roseira/SP - Escriturário - AGIRH/2022). Pode-se afirmar que administração pública:

A - é o planejamento, organização, direção e controle dos serviços públicos, segundo as normas do direito e da moral, visando ao bem apenas da população mais pobre.

B - é ela que permite aos governantes cumprir as funções básicas do governo, de forma a tratar o bem público da melhor maneira possível.

C - é a organização definida pelo governo que através da prestação de seus serviços busca atender a expectativa da população com maiores poderes aquisitivos.

D - é toda a estrutura governamental e suas ações que visam o bem de apenas uma parcela da população.

Alternativas

01. C – 02. C – 03. A – 04. B – 05. B

Princípios fundamentais da administração pública

Princípios da Administração Pública

Os princípios que regem a administração pública do ponto de vista jurídico é

imprescindível para analisar a atuação das autoridades brasileiras e compreender suas atribuições, competências e limites, especialmente no momento em que a sociedade brasileira se encontra.

A Constituição da República estabelece que no caput do artigo 37 os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência devem ser observados pela administração pública direta e indireta no desempenho de suas funções.

Estes princípios também são denominados de princípios explícitos da Administração Pública.

Estes princípios podem ser facilmente memorizados com a palavra LIMPE:

L (Legalidade)

I (Impessoalidade)

M (Moralidade)

P (Publicidade)

E (Eficiência)

Princípio da Legalidade (art. 37,§5º, CF)

O princípio da legalidade e o controle da Administração feito pelo Judiciário configuram uma das principais garantias aos direitos individuais. A lei confere os limites de atuação da Administração.

Esse princípio é fundamento do Estado democrático de direito, tendo por fim combater o poder arbitrário do Estado, ou seja, os conflitos devem ser resolvidos pela lei e não mais por meio da força.

Em se tratando das relações particulares, a eles é permitido fazer o que a lei não proíbe.

Por respeito à lei, a edição de um ato administrativo não faz com que a Administração possa conferir direitos, limitações e obrigações aos administrados.

O princípio da legalidade estabelece um limite para a atuação do Poder Público ao mesmo tempo em que expressa a garantia de que o Estado deverá atuar com base na lei. Já a iniciativa privada, vistas as

exigências do Estado para as empresas, são somente aquelas que estiverem previstas na lei.

Princípio da Impessoalidade

Esse princípio refere-se à neutralidade da administração em relação aos administrados, ficando proibida de estabelecer discriminações gratuitas, ou seja, não pode existir favoritismo ou perseguição de nenhum contratado, e questões pessoais não devem se interpor ao trabalho da administração pública.

Só pode ocorrer discriminações que se justifiquem em razão do interesse coletivo, pois as gratuitas caracterizam abuso de poder e desvio de finalidade, que são espécies do gênero ilegalidade.

O administrador não pode contratar quem quiser, deve abrir concurso público, o qual pode trazer discriminações relacionadas à natureza do cargo, mas não discriminações gratuitas, e deve-se respeitar a ordem de classificação dos candidatos para o ingresso no serviço público.

Para contratação de serviços ou aquisição de bens deve-se abrir licitação, a qual também pode conter discriminações, mas não gratuitas.

Na liquidação de seus débitos, a Administração tem que respeitar a ordem cronológica de apresentação dos precatórios para evitar privilégios. Se for quebrada a ordem, pode gerar sequestro de verbas públicas, crime de responsabilidade e intervenção federal.

Princípio da Moralidade

A administração deve atuar com moralidade, tendo em vista que tal princípio integra o conceito de legalidade. Decorre a conclusão de que ato imoral é ato ilegal, inconstitucional e, portanto, o ato administrativo estará sujeito a um controle do Poder Judiciário.

É preciso ter ética na conduta administrativa, pois a moralidade da Administração Pública não se limita à

distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum (nem tudo que é legal é moral).

Segundo o Art. 5 da CF (LXXIII): “qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.” Por outro lado, segundo a súmula 365 do STF, as pessoas jurídicas não têm legitimidade para propor ação popular.

Princípio da Publicidade

O Estado tem o dever de fornecer as informações necessárias a coletividade, contudo esse princípio comporta exceções como nos casos de sigilo e segredo de justiça.

Esse princípio tem como significado que a administração tem o dever de manter plena transparência de todos os atos que praticar e de todos os seus comportamentos, inclusive de oferecer informações que estejam armazenadas em seus bancos de dados, quando sejam solicitadas, em razão dos interesses que ela representa quando atua.

Assim, deve dar total transparência a todos os atos que praticar, uma vez que o ato administrativo não pode ser sigiloso. Este princípio se refere à obrigatória divulgação dos atos da Administração Pública, com o objetivo de permitir seu conhecimento e controle pelos órgãos estatais competentes e por toda a sociedade.

Princípio da Eficiência

A eficiência possui relação com o serviço público. Tem relação com a atuação do agente público que presta o serviço e busca os melhores resultados e também com a organização e estrutura da Administração

Pública, que visa os melhores resultados na prestação dos serviços.

A Administração Pública deve buscar um aperfeiçoamento na prestação dos serviços públicos, mantendo ou melhorando cada vez mais a qualidade dos serviços prestados, com economia de despesas.

O princípio da eficiência é de suma importância nas mais diversas áreas em que a Administração Pública atua, desde a contratação e exoneração de agentes públicos até a prestação de seus serviços.

Princípios secundários da administração pública

Além dos princípios que estão descritos no Art. 37 da CF, que foram citados acima (LIMPE), este segundo grupo trata dos princípios que são os implícitos no texto constitucional (princípios implícitos da Administração Pública). Também são conhecidos como princípios infraconstitucionais e derivam de outras legislações esparsas e específicas. São eles:

Princípio da Supremacia do interesse público

Uma lei ao ser elaborada deverá levar em consideração o interesse público, além de proteger os interesses individuais.

Juntamente com a supremacia temos também o princípio da finalidade pública, que por se tratar de interesses da coletividade não está à disposição de quem quer que seja.

A Administração Pública, na prática de seus atos, deve sempre respeitar a lei e zelar para que o interesse público seja alcançado. Natural, assim, que sempre que constate que um ato administrativo foi expedido em desconformidade com a lei, ou que se encontra em rota de colisão com os interesses públicos, tenham os agentes públicos a prerrogativa administrativa de revê-los, como uma natural decorrência do próprio princípio da legalidade.

Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público

Este princípio é o segundo pilar do regime jurídico-administrativo, funcionando como contrapeso ao princípio da Supremacia do Interesse Público.

Ao mesmo tempo em que a Administração tem prerrogativas e poderes exorbitantes para atingir seus fins determinados em lei, ela sofre restrições, limitações que não existem para o particular. Essas limitações decorrem do fato de que a Administração Pública não é proprietária da coisa pública, não é proprietária do interesse público, mas sim, mera gestora de bens e interesses alheios que pertencem ao povo.

Em decorrência deste princípio, a Administração somente pode atuar pautada em lei, ela somente poderá agir quando houver lei autorizando ou determinando a sua atuação. Essa atuação deve, então, atender o estabelecido em lei, único instrumento capaz de retratar o que seja interesse público. Assim, o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público tem estreita relação com o princípio da Legalidade, sendo que alguns autores utilizam essas expressões como sinônimas.

Princípio da Finalidade

É dever do administrador público buscar os resultados mais práticos e eficazes, resultados esse que devem estar ligados às necessidades e aspirações do interesse público.

Esse princípio impõe que o administrador, ao manejar as competências postas a seu encargo, atue com rigorosa obediência à finalidade de cada qual. Isto é, cumpre-lhe cingir-se não apenas à finalidade própria de todas as leis, que é o interesse público, mas também à finalidade específica obrigada na lei a que esteja dando execução.

Enfim, o princípio da finalidade é aquele que imprime à autoridade administrativa o dever de praticar o ato administrativo com vistas à realização da finalidade perseguida pela lei.

Princípio da Lealdade e Boa-fé

Esse princípio resume-se em que o administrador não deve agir com malícia ou de forma astuciosa para confundir ou atrapalhar o cidadão no exercício de seus direitos, ele deve agir de acordo com a lei e com bom-senso.

A boa-fé pode ser entendida como expressão da sinceridade, veracidade e franqueza, ela representa o contrário da mentira, hipocrisia, duplicidade, rechaçando, assim, dissimulações e artifícios, ou seja, todas as possíveis formas da má-fé.

Princípio da Motivação

A administração deve demonstrar os fundamentos de fato e de direito ao tomar as suas decisões. Qualquer tipo de ato necessita dessa formalidade que atualmente é necessário para que haja o controle dos atos administrativos.

Para todas as ações dos servidores públicos deve existir uma explicação, um fundamento de base e direito. O princípio da motivação é o que vai fundamentar todas as decisões que serão tomadas pelo agente público.

Princípio da Isonomia

O princípio da isonomia, também conhecido como princípio da igualdade, define que todos são iguais perante a lei. Isso significa que o Estado deve tratar todos os cidadãos de maneira igualitária, sem discriminação de qualquer natureza.

O Art. 5º da CF prevê que todos temos direitos iguais sem qualquer distinção, e para o administrador não é diferente. Ele não pode distinguir as situações, sendo obrigado, por lei, a agir de maneira igual em situações iguais e desigual em situações desiguais.

A lei só poderá estabelecer discriminações se o fator de discriminação utilizado no caso concreto estiver relacionado com o objetivo da norma, pois,

caso contrário, ofenderá o princípio da isonomia. Exemplo: A idade máxima de 60 anos para o cargo de estivador está relacionada com o objetivo da norma.

A lei só pode tratar as pessoas de maneira diferente se a distinção entre elas justificar tal tratamento, senão seria inconstitucional, dessa forma, trata diferentemente para alcançar uma igualdade real (material, substancial) e não uma igualdade formal.

Princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade

É aplicado ao Direito Administrativo como mais uma das formas de impor-se limitações à discricionariedade administrativa, aumentando o âmbito de apreciação do ato administrativo pelo Poder Judiciário.

Determinada decisão conferida ao Poder Público de agir de modo discricionário ajudará na satisfação do interesse público

O princípio da razoabilidade, exige certa proporção entre os meios de que se utiliza a Administração e os fins por ela almejados

Já a proporcionalidade deve ser vista de acordo com os padrões do homem na sociedade, não se vale única e exclusivamente ao que está disposto na lei, mas também de acordo com o caso concreto.

Na medida que o administrador público deva estrita obediência à lei (princípio da legalidade) e tenha como dever absoluto a busca da satisfação dos interesses públicos (princípio da finalidade), há que se pressupor que a prática de atos administrativos discricionários se processe dentro de padrões estritos de razoabilidade, ou seja, com base em parâmetros objetivamente racionais de atuação e sensatez.

O princípio da razoabilidade tem o objetivo de proibir o excesso, com a finalidade de evitar as restrições abusivas ou desnecessárias realizadas pela Administração Pública. Esse princípio envolve o da proporcionalidade, assim as competências da Administração Pública

devem ser feitas proporcionalmente, sendo ponderadas, segundo as normas exigidas para cumprimento da finalidade do interesse público.

Pode-se entender que, se a administração pública fizer menos do que está previsto na lei, é uma conduta abusiva e, se fizer a mais, também é abuso. Deve-se seguir o limite do que é estabelecido em lei, sem excesso ou escassez.

Princípio da Autotutela

A Administração Pública tem possibilidade de revisar seus próprios atos, devendo anulá-los por razões de ilegalidade (quando nulos) e podendo revogá-los por razões de conveniência ou oportunidade (quando inoportunos ou inconvenientes). Vejamos alguns conceitos:

- Anulação: tanto a Administração como o Judiciário podem anular um ato administrativo, a anulação gera efeitos “*ex tunc*”, isto é, retroage até o momento em que o ato foi editado, com a finalidade de eliminar todos os seus efeitos até então.

- Revogação: somente a Administração pode fazê-la, caso o Judiciário pudesse rever os atos por razões de conveniência ou oportunidade, estaria ofendendo a separação dos poderes. A revogação gera efeitos “*ex nunc*”, pois até o momento da revogação o ato era válido.

Presunção de Legitimidade ou de Veracidade

Até que obtenha-se prova em contrário, a lei pela qual a Administração é submetida, presume-se como verdadeira (*presunção juris tantum*) ou presunção relativa, por permitir a inversão do ônus da prova.

As decisões administrativas devem ser imediatamente cumpridas, independente ou não de concordância do particular ou administrado.

Princípio da Especialidade

A execução de algumas atividades nem sempre fica nas mãos da própria Administração, na maioria das vezes é necessário ocorrer a descentralização administrativa.

Essa descentralização ocorre para que a prestação de serviços públicos chegue as mãos de quem seja especialista em determinada função.

Esse princípio geralmente é mais aplicado as autarquias, mas nada impede sua extensão às demais pessoas jurídicas instituídas por lei, para integrarem a Administração Pública Indireta. Em nenhuma hipótese, as entidades poderão seguir uma linha contrária aos objetivos delimitados pela própria lei.

Princípio da Continuidade do Serviço Público

O Estado não goza de Poder Discricionário para paralisar suas atividades.

A execução de um serviço público não pode vir a ser interrompida. Assim, a greve dos servidores públicos não pode implicar em paralisação total da atividade, caso contrário será inconstitucional.

Exemplo: algumas funções públicas precisam contar com substitutos caso os cargos fiquem vagos.

Questões

01. (CRC/RO - Contador - IBADE/2022). São princípios da administração pública, EXCETO:

- A - moralidade.
- B - publicidade.
- C - impessoalidade.
- D - legalidade.
- E - eficácia.

02. (Câmara Municipal de São José dos Campos/SP - Técnico Legislativo - VUNESP/2022). A respeito dos princípios

do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.

A - O princípio da moralidade administrativa impede a prática do nepotismo na Administração Pública, estendendo-se a vedação a nomeações de cargos políticos.

B - É compatível com o princípio da legalidade a ação administrativa que, embora não esteja estritamente autorizada por lei, tem por base os princípios constitucionais e visa assegurar os direitos fundamentais do cidadão.

C - O princípio da eficiência exige que a correção da ação administrativa seja analisada exclusivamente sob o prisma econômico.

D - O princípio da impessoalidade não impede a realização de propagandas que tenham por objetivo promover a imagem do gestor público.

E - Em função do princípio da publicidade, todos os atos administrativos devem ter o seu conteúdo veiculado no Diário Oficial do respectivo ente federativo.

03. (PC/MS - Perito Médico Legista - FAPEC/2021). A respeito dos princípios que regem a Administração Pública, é correto afirmar que:

A - o princípio da legalidade orienta que deve existir compatibilidade entre os meios e os fins, de forma que não existam restrições desnecessárias ou abusivas praticadas pela Administração Pública, especialmente nos atos discricionários.

B - a prevalência dos interesses da coletividade sobre os interesses dos particulares justifica a existência de prerrogativas a favor da Administração da Pública.

C - o princípio da moralidade prevalece em relação aos demais princípios, o que significa dizer que se o ato se revestir de moralidade é dispensada a sua previsão em lei.

D - o princípio da eficiência exige que a atuação administrativa seja desprovida de entraves burocráticos, por isso exigências

legais podem ser dispensadas, ainda que essenciais para a prática do ato.

E - o princípio da motivação exige que o administrador público mantenha os servidores motivados a produzirem mais e com economicidade, obtendo sempre os melhores resultados.

04. (CRT/RN - Agente de Fiscalização - Quadrix/2021). Acerca da Administração Pública e dos princípios que a regem, julgue o item.

A Administração Pública deve pautar sua atuação exclusivamente nos princípios expressos na Constituição Federal de 1988.

() Certo

() Errado

05. (Prefeitura de Santo Augusto/RS - Auditor Fiscal de Tributos Municipais - FUNDATEC – 2020). Os princípios que regem a Administração Pública podem ser implícitos ou explícitos, estes últimos contidos expressamente na Constituição Federal (Art. 37). Entre os implícitos, podemos citar os três seguintes exemplos:

A - Autotutela, Impessoalidade e Especialidade.

B - Indisponibilidade, Legalidade e Continuidade.

C - Isonomia, Proporcionalidade e Razoabilidade.

D - Motivação, Moralidade e Finalidade.

E - Razoabilidade, Publicidade e Eficiência.

06. (Prefeitura de Candelária/RS - Inspetor Tributário – FUNDATEC/2021). Assinale a única alternativa em que constam apenas Princípios Implícitos da Administração Pública, não positivados no Art. 37 da Constituição Federal.

A - Economicidade, Impessoalidade, Isonomia, Razoabilidade.

B - Isonomia, Supremacia do Interesse Público, Presunção de Legitimidade e Razoabilidade.

C - Legalidade, Presunção de Legitimidade, Isonomia e Economicidade.

D - Moralidade, Impessoalidade, Presunção de Legitimidade e Publicidade.

E - Publicidade, Moralidade, Isonomia e Razoabilidade.

Alternativas

01. E – 02. B – 03. B – 04. Errado – 05. C – 06. B

Poderes e deveres do administrador público

Poderes Administrativos³⁷

Os poderes fazem parte da Administração Pública, tendo em vista que eles permitem que o administrador tenha maior facilidade ao impor as ordens, deveres aos administrados, estes poderes são chamados de poderes-deveres.

Como características são irrenunciáveis, sendo que o administrador não pode dispor destes, já que buscam o interesse público por meio do Estado.

Federação e o princípio da separação de poderes: o exercício da função administrativa

Os poderes são distintos como entendido por Montesquieu, pelo fato de ser uma forma de reter o poder. O ponto de vista defendido é que um bom governo depende da ausência de concentração no mesmo órgão ou corpo social dos poderes de fazer as leis, executando as resoluções públicas, além de julgar crimes ou pontos distintos entre as pessoas.

Vinculação e Discricionariedade

A lei é o instrumento que irá estabelecer se a atuação administrativa será vinculada ou discricionária, é por meio dela que o agente notará se vai atuar com poder de escolha, se assim for, estará diante do poder

discricionário, agora, caso a lei estipule todos os elementos do ato que devem ser praticados, não dando poder de escolha, o poder será vinculado.

Poder Vinculado

A lei cria um ato administrativo e estabelece a conduta que deve ser tomada pela autoridade administrativa.

Com o preenchimento dos requisitos da lei, o ato administrativo deve ser praticado, não há liberdade de conveniência e oportunidade.

Poder Discricionário

O administrador também está subordinado a lei, mas essa mesma lei confere poder de escolha ao administrador, buscando o que for mais viável.

A discricionariedade existe tanto no momento em que o ato é praticado, quanto no momento em que a administração decide revoga-lo, levando em consideração a conveniência e a oportunidade.

Poder Normativo ou Regulamentar

É o poder conferido à Administração de expedir atos administrativos gerais e abstratos, com *efeito erga omnes*.

A lei como fonte primária do Direito Administrativo cria regras e obrigam a atuação do administrador público.

Os regulamentos são atos normativos advindos do chefe do Poder Executivo e sua forma é o decreto, logo entendemos que o regulamento é expedido pelo decreto.

Espécies de Regulamentos

- Regulamentos executivos - não irá inovar mas pode complementar a lei;

- *Regulamentos autônomos* – atuam substituindo a lei e irá inovar o ordenamento jurídico.

³⁷ Adaptado de: Carvalho, Matheus. Manual de Direito Administrativo, 7ª edição, Salvador, JusPODIVM, 2020.

Poder Hierárquico

Integra a estrutura das pessoas jurídicas da Administração Pública direta ou indireta.

A hierarquia só existe dentro de uma mesma pessoa jurídica, que irá definir a competência entre órgãos e agentes públicos. Entre os diversos entes federativos como União, Estados, Município e Distrito Federal ou os entes da administração direta e indireta não há relação de hierarquia ou subordinação, pois se trata de pessoas jurídicas diferentes.

Avocação – o chefe pode chamar para si, de modo temporário, a competência atribuída a um agente subordinado, por outro agente de hierarquia superior.

Delegação – é a atribuição de um órgão para o outro da mesma hierarquia ou ainda de hierarquia inferior, não podendo ser exclusiva. Ela é exercida de modo temporário e não quer dizer que seja uma transferência mas sim uma ampliação de competência

Alguns casos não podem ser delegados como as decisões de recurso hierárquico, a edição de atos normativos e a competência exclusiva que for definida em lei.

Poder Disciplinar

Permite a aplicação de sanções aos que se sujeitem ao ente estatal. Deste modo, entendemos que esse poder decorre do Poder Hierárquico.

Não pode ser confundido com o poder de polícia, pois pelo disciplinar as punições acontecem internamente.

Pense da seguinte maneira, quem se sujeita ao poder disciplinar pertence aos quadros da Administração Pública.

Quando a Administração toma conhecimento da prática de uma infração pelo agente, é necessária a instauração de processo administrativo disciplinar para a aplicação das sanções cabíveis, sendo que no momento da aplicação das sanções encontramos acentuado o poder

discricionário, pois o agente tem margem de escolha com relação a penalidade que vai praticar e a possível sanção.

O agente pode praticar uma infração nas três esferas (civil, penal e administrativa). Essas instâncias devem ser incomunicáveis, porém a jurisprudência dos tribunais entende que em caso de absolvição criminal por inexistência do fato ou autoria, haverá também absolvição na esfera administrativa.

Poder de Polícia

O Estado deve atuar buscando o interesse da coletividade, colocando, inclusive, limitações as liberdades individuais e ao direito de propriedade das pessoas, por meio destes pontos estamos diante do Princípio da Supremacia do Interesse Público.

O artigo 78 do Código Tributário Nacional define:

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

Por que o conceito desse poder está disciplinado no Código Tributário?

O exercício e a prestação de serviços *uti singuli* ensejam em grande a cobrança de taxas.

Poder de Polícia Originário: é aquele que nasce da própria entidade, não precisa que seja repassado, transferido a ele por algum órgão (União, Estados e Municípios).

Poder de Polícia Delegado: existe por intermédio de uma transferência legal, é outorgado, quem irá recebe-lo é a Administração Indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista).

é aquele que ocorre por meio de transferência legal, ou seja, aquele que é outorgado, sendo este recebido pela administração pública indireta.

Vinculação e Discricionariedade

O agente público, pautado na lei irá analisar o que for mais conveniente em prol da coletividade (discricionariedade).

Atenção: nem sempre o Poder de Polícia é discricionário, pense nas licenças para construção, elas devem ser cumpridas de acordo com o que for trazido.

Atributos

Discricionariedade (explicada acima);

Imperatividade – a Administração Pública impõe obrigações que devem ser cumpridas pelos particulares, mesmo que estes concordem ou não.

Autoexecutoriedade – a Administração tem poderes próprios para executar suas próprias decisões, não precisar pedir autorização para o Poder Judiciário.

Coercibilidade – a vontade do administrado não é consultada, o ato se torna obrigatório e a Administração pode usar meios de coerção para cumprir as determinações.

Uso e Abuso de Poder

O abuso de poder é encontrado quando o poder é utilizado fora dos limites razoáveis para o interesse público, neste caso estamos diante de excesso de poder que não pode ser confundido com o desvio de poder, pelo

fato deste ter finalidade diversa da que fora pretendida.

Questões

01. (MPE/PE - Promotor de Justiça e Promotor de Justiça Substituto - FCC/2022) Acerca dos poderes administrativos:

A - O poder regulamentar é uma prerrogativa concedida pela Constituição Federal exclusivamente ao chefe do Poder Executivo Federal, não se estendendo aos Governadores e aos Prefeitos.

B - A autoexecutoriedade, um dos atributos do poder de polícia, existe em toda e qualquer medida de polícia, possibilitando que a Administração pública, com seus próprios meios, execute as suas decisões, sem necessitar recorrer previamente ao Poder Judiciário.

C - É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

D - A multa, como sanção resultante do exercício do poder de polícia pela Administração pública, goza do atributo da autoexecutoriedade.

E - Poder hierárquico é o que cabe à Administração pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa

02. (COREN/AP - Agente Administrativo - Quadrix/2022) Acerca dos poderes administrativos, julgue o item.

A polícia administrativa somente pode agir de forma preventiva, sendo-lhe vedado atuar repressivamente.

() Certo () Errado

03. (DETRAN/AM - Técnico Administrativo - IBFC/2022) No que

tange aos Poderes Administrativos, especialmente sobre o Poder Disciplinar, analise as afirmativas abaixo.

I. Poder Disciplinar é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.

II. O Poder Disciplinar não abrange as sanções impostas a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração, porque, nesse caso, as medidas punitivas encontram seu fundamento no Poder de Polícia do Estado.

III. Nenhuma penalidade pode ser aplicada sem prévia apuração por meio de procedimento legal, em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Estão corretas as afirmativas:

A - I, II e III

B - I e II apenas

C - II e III apenas

D - I e III apenas

Alternativas

01.C – 02.errado – 03.A

Improbidade administrativa

A Improbidade Administrativa é ato ilegal ou contrário aos princípios básicos da Administração Pública, cometido por agente público, durante o exercício de função pública. A pessoa que, mesmo não sendo agente público, participar ou se beneficiar da prática de ato de improbidade, também está sujeito às penalidades previstas na lei.

Alexandre de Moraes define atos de improbidade como “aqueles que, possuindo natureza civil e devidamente tipificados em

lei federal, ferem direta ou indiretamente os princípios constitucionais e legais da administração pública”.³⁸

Dita o § 4º do art. 37 da CF, que os atos de improbidade administrativa implicarão nas seguintes sanções: suspensão dos direitos políticos; perda da função pública; indisponibilidade dos bens; e ressarcimento ao erário.

O ilícito de improbidade possui *natureza civil*.

ADI 2797: O ilícito de improbidade não é reconhecido ilícito penal, pois segundo entendimento firmado, o art. 37, § 4º da CF menciona as sanções de improbidades, sem prejuízo das sanções penais.

A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Dita a Lei:

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992³⁹

Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I Das Disposições Gerais

Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos

³⁸ MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional administrativo*. São Paulo: Atlas, 2002. p. 320.

³⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18429.htm, visitado em: 04.12.2023.

desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Parágrafo único. (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 4º Aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado nesta Lei os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 5º Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 6º Estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais, previstos no § 5º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 7º Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o

ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 8º Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Parágrafo único. No que se refere a recursos de origem pública, sujeita-se às sanções previstas nesta Lei o particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 3º As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 1º Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º As sanções desta Lei não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 4º (Revogado pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 5º (Revogado pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 6º (Revogado pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 7º Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Parágrafo único. (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 8º O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 8º-A A responsabilidade sucessória de que trata o art. 8º desta Lei aplica-se também na hipótese de alteração contratual, de transformação, de incorporação, de fusão ou de cisão societária. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Parágrafo único. Nas hipóteses de fusão e de incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas nesta Lei decorrentes de atos e de fatos ocorridos antes da data da fusão ou da incorporação, exceto no caso de simulação ou de evidente intuito de fraude,

devidamente comprovados. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

CAPÍTULO II
Dos Atos de Improbidade
Administrativa
Seção I
Dos Atos de Improbidade
Administrativa que Importam
Enriquecimento Ilícito

Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

I - receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

II - perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado;

III - perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado;

IV - utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

V - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para

tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem;

VI - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre qualquer dado técnico que envolva obras públicas ou qualquer outro serviço ou sobre quantidade, peso, medida, qualidade ou característica de mercadorias ou bens fornecidos a qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

VII - adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, de cargo, de emprego ou de função pública, e em razão deles, bens de qualquer natureza, decorrentes dos atos descritos no caput deste artigo, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, assegurada a demonstração pelo agente da licitude da origem dessa evolução; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

VIII - aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade;

IX - perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza;

X - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;

XI - incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

XII - usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei.

Seção II

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

I - facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a indevida incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, de rendas, de verbas ou de valores integrantes do acervo patrimonial das entidades referidas no art. 1º desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

II - permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

III - doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie;

IV - permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta lei, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço inferior ao de mercado;

V - permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;

VI - realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;

VII - conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

X - agir ilicitamente na arrecadação de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

XI - liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;

XII - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;

XIII - permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

XIV – celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei;

XV – celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.

XVI - facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a incorporação, ao patrimônio particular de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidades privadas mediante celebração de parcerias, sem a observância

das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

XVII - permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidade privada mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

XVIII - celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

XIX - agir para a configuração de ilícito na celebração, na fiscalização e na análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

XX - liberar recursos de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.

XXI - (Revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

XXII - conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem o caput e o § 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 1º Nos casos em que a inobservância de formalidades legais ou regulamentares não implicar perda patrimonial efetiva, não ocorrerá imposição de ressarcimento, vedado o enriquecimento sem causa das entidades referidas no art. 1º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º A mera perda patrimonial decorrente da atividade econômica não acarretará improbidade administrativa, salvo se comprovado ato doloso praticado com essa finalidade. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Seção II-A

Art. 10-A. (Revogado pela Lei nº 14.230, de 2021)

Seção III

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

I - (Revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

II - (Revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

IV - negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

V - frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

VII - revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de

afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

VIII - descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

IX - (Revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

X - (Revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

XI - nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

XII - praticar, no âmbito da administração pública e com recursos do erário, ato de publicidade que contrarie o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, de forma a promover inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 1º Nos termos da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, promulgada pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006, somente haverá improbidade administrativa, na aplicação deste artigo, quando for comprovado na conduta funcional do agente público o fim de obter proveito ou benefício indevido para si ou para outra pessoa ou entidade. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º Aplica-se o disposto no § 1º deste artigo a quaisquer atos de improbidade administrativa tipificados nesta Lei e em leis especiais e a quaisquer outros tipos especiais de improbidade administrativa

instituídos por lei. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 3º O enquadramento de conduta funcional na categoria de que trata este artigo pressupõe a demonstração objetiva da prática de ilegalidade no exercício da função pública, com a indicação das normas constitucionais, legais ou infralegais violadas. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 4º Os atos de improbidade de que trata este artigo exigem lesividade relevante ao bem jurídico tutelado para serem passíveis de sancionamento e independem do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito dos agentes públicos. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 5º Não se configurará improbidade a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, sendo necessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

CAPÍTULO III

Das Penas

Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

I - na hipótese do art. 9º desta Lei, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14

(catorze) anos; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

II - na hipótese do art. 10 desta Lei, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 12 (doze) anos; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

III - na hipótese do art. 11 desta Lei, pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

IV - (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Parágrafo único. (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 1º A sanção de perda da função pública, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, atinge apenas o vínculo de mesma qualidade e natureza que o agente público ou político detinha com o poder público na época do cometimento da infração, podendo o magistrado, na hipótese do inciso I do caput deste artigo, e em caráter excepcional, estendê-la aos demais vínculos, consideradas as circunstâncias do caso e a gravidade da infração. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º A multa pode ser aumentada até o dobro, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor calculado na forma dos incisos I, II e III do caput deste artigo é ineficaz para reprovação e prevenção do ato de

improbidade. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 3º Na responsabilização da pessoa jurídica, deverão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção de suas atividades. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 4º Em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a sanção de proibição de contratação com o poder público pode extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade, observados os impactos econômicos e sociais das sanções, de forma a preservar a função social da pessoa jurídica, conforme disposto no § 3º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 5º No caso de atos de menor ofensa aos bens jurídicos tutelados por esta Lei, a sanção limitar-se-á à aplicação de multa, sem prejuízo do ressarcimento do dano e da perda dos valores obtidos, quando for o caso, nos termos do caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 6º Se ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano a que se refere esta Lei deverá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 7º As sanções aplicadas a pessoas jurídicas com base nesta Lei e na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, deverão observar o princípio constitucional do non bis in idem. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 8º A sanção de proibição de contratação com o poder público deverá constar do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, observadas as limitações territoriais contidas em decisão judicial, conforme disposto no § 4º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 9º As sanções previstas neste artigo somente poderão ser executadas após o

trânsito em julgado da sentença condenatória. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 10. Para efeitos de contagem do prazo da sanção de suspensão dos direitos políticos, computar-se-á retroativamente o intervalo de tempo entre a decisão colegiada e o trânsito em julgado da sentença condenatória. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

CAPÍTULO IV

Da Declaração de Bens

Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 1º (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º A declaração de bens a que se refere o caput deste artigo será atualizada anualmente e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 3º Será apenado com a pena de demissão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar a declaração dos bens a que se refere o caput deste artigo dentro do prazo determinado ou que prestar declaração falsa. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 4º (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

CAPÍTULO V

Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial

Art. 14. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada

investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

§ 1º A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.

§ 2º A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas no § 1º deste artigo. A rejeição não impede a representação ao Ministério Público, nos termos do art. 22 desta lei.

§ 3º Atendidos os requisitos da representação, a autoridade determinará a imediata apuração dos fatos, observada a legislação que regula o processo administrativo disciplinar aplicável ao agente. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 15. A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.

Parágrafo único. O Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas poderá, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.

Art. 16. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 1º (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 1º-A O pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o caput deste artigo poderá ser formulado independentemente da representação de que trata o art. 7º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º Quando for o caso, o pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o caput deste artigo incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 3º O pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o caput deste artigo apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em 5 (cinco) dias. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 4º A indisponibilidade de bens poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu, sempre que o contraditório prévio puder comprovadamente frustrar a efetividade da medida ou houver outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar, não podendo a urgência ser presumida. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 5º Se houver mais de um réu na ação, a somatória dos valores declarados indisponíveis não poderá superar o montante indicado na petição inicial como dano ao erário ou como enriquecimento ilícito. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 6º O valor da indisponibilidade considerará a estimativa de dano indicada na petição inicial, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do réu, bem como a sua readequação durante a instrução do processo. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 7º A indisponibilidade de bens de terceiro dependerá da demonstração da sua efetiva concorrência para os atos ilícitos apurados ou, quando se tratar de pessoa jurídica, da instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica,

a ser processado na forma da lei processual. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 8º Aplica-se à indisponibilidade de bens regida por esta Lei, no que for cabível, o regime da tutela provisória de urgência da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil). (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 9º Da decisão que deferir ou indeferir a medida relativa à indisponibilidade de bens caberá agravo de instrumento, nos termos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil). (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 10. A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 11. A ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, navios e aeronaves, ações e quotas de sociedades simples e empresárias, pedras e metais preciosos e, apenas na inexistência desses, o bloqueio de contas bancárias, de forma a garantir a subsistência do acusado e a manutenção da atividade empresária ao longo do processo. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 12. O juiz, ao apreciar o pedido de indisponibilidade de bens do réu a que se refere o caput deste artigo, observará os efeitos práticos da decisão, vedada a adoção de medida capaz de acarretar prejuízo à prestação de serviços públicos. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 13. É vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta-corrente. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 14. É vedada a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, salvo se comprovado que o imóvel seja

fruto de vantagem patrimonial indevida, conforme descrito no art. 9º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 17. A ação para a aplicação das sanções de que trata esta Lei será proposta pelo Ministério Público e seguirá o procedimento comum previsto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), salvo o disposto nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021) (Vide ADIN 7042) (Vide ADIN 7043)

§ 1º (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 3º (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 4º (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 4º-A A ação a que se refere o caput deste artigo deverá ser proposta perante o foro do local onde ocorrer o dano ou da pessoa jurídica prejudicada. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 5º A propositura da ação a que se refere o caput deste artigo prevenirá a competência do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 6º A petição inicial observará o seguinte: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

I - deverá individualizar a conduta do réu e apontar os elementos probatórios mínimos que demonstrem a ocorrência das hipóteses dos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei e de sua autoria, salvo impossibilidade devidamente fundamentada; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

II - será instruída com documentos ou justificação que contenham indícios suficientes da veracidade dos fatos e do dolo imputado ou com razões fundamentadas da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas, observada a legislação vigente, inclusive as disposições constantes dos arts. 77 e 80 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015

(Código de Processo Civil). (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 6º-A O Ministério Público poderá requerer as tutelas provisórias adequadas e necessárias, nos termos dos arts. 294 a 310 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021) (Vide ADIN 7042) (Vide ADIN 7043)

§ 6º-B A petição inicial será rejeitada nos casos do art. 330 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), bem como quando não preenchidos os requisitos a que se referem os incisos I e II do § 6º deste artigo, ou ainda quando manifestamente inexistente o ato de improbidade imputado. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 7º Se a petição inicial estiver em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação dos requeridos para que a contestem no prazo comum de 30 (trinta) dias, iniciado o prazo na forma do art. 231 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 8º (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 9º (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 9º-A Da decisão que rejeitar questões preliminares suscitadas pelo réu em sua contestação caberá agravo de instrumento. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 10. (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 10-A. Havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 90 (noventa) dias. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

§ 10-B. Oferecida a contestação e, se for o caso, ouvido o autor, o juiz: (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

I - procederá ao julgamento conforme o estado do processo, observada a eventual inexistência manifesta do ato de improbidade; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

II - poderá desmembrar o litisconsórcio, com vistas a otimizar a instrução processual. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 10-C. Após a réplica do Ministério Público, o juiz proferirá decisão na qual indicará com precisão a tipificação do ato de improbidade administrativa imputável ao réu, sendo-lhe vedado modificar o fato principal e a capitulação legal apresentada pelo autor. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021) (Vide ADIN 7042) (Vide ADIN 7043)

§ 10-D. Para cada ato de improbidade administrativa, deverá necessariamente ser indicado apenas um tipo dentre aqueles previstos nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 10-E. Proferida a decisão referida no § 10-C deste artigo, as partes serão intimadas a especificar as provas que pretendem produzir. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 10-F. Será nula a decisão de mérito total ou parcial da ação de improbidade administrativa que: (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

I - condenar o requerido por tipo diverso daquele definido na petição inicial; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

II - condenar o requerido sem a produção das provas por ele tempestivamente especificadas. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 11. Em qualquer momento do processo, verificada a inexistência do ato de improbidade, o juiz julgará a demanda improcedente. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 12. (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 13. (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 14. Sem prejuízo da citação dos réus, a pessoa jurídica interessada será intimada para, caso queira, intervir no processo. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021) (Vide ADIN 7042) (Vide ADIN 7043)

§ 15. Se a imputação envolver a desconsideração de pessoa jurídica, serão

observadas as regras previstas nos arts. 133, 134, 135, 136 e 137 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil). (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 16. A qualquer momento, se o magistrado identificar a existência de ilegalidades ou de irregularidades administrativas a serem sanadas sem que estejam presentes todos os requisitos para a imposição das sanções aos agentes incluídos no polo passivo da demanda, poderá, em decisão motivada, converter a ação de improbidade administrativa em ação civil pública, regulada pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 17. Da decisão que converter a ação de improbidade em ação civil pública caberá agravo de instrumento. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 18. Ao réu será assegurado o direito de ser interrogado sobre os fatos de que trata a ação, e a sua recusa ou o seu silêncio não implicarão confissão. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 19. Não se aplicam na ação de improbidade administrativa: (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

I - a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em caso de revelia; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

II - a imposição de ônus da prova ao réu, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 373 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil); (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

III - o ajuizamento de mais de uma ação de improbidade administrativa pelo mesmo fato, competindo ao Conselho Nacional do Ministério Público dirimir conflitos de atribuições entre membros de Ministérios Públicos distintos; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

IV - o reexame obrigatório da sentença de improcedência ou de extinção sem resolução de mérito. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 20. A assessoria jurídica que emitiu o parecer atestando a legalidade prévia dos

atos administrativos praticados pelo administrador público ficará obrigada a defendê-lo judicialmente, caso este venha a responder ação por improbidade administrativa, até que a decisão transite em julgado. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021) (Vide ADIN 7042) (Vide ADIN 7043)

§ 21. Das decisões interlocutórias caberá agravo de instrumento, inclusive da decisão que rejeitar questões preliminares suscitadas pelo réu em sua contestação. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 17-A. (VETADO): (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

I - (VETADO); (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

II - (VETADO); (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

III - (VETADO). (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

§ 1º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

§ 2º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

§ 3º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

§ 4º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

§ 5º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

Art. 17-B. O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados: (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

I - o integral ressarcimento do dano; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

II - a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 1º A celebração do acordo a que se refere o caput deste artigo dependerá, cumulativamente: (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

I - da oitiva do ente federativo lesado, em momento anterior ou posterior à propositura da ação; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

II - de aprovação, no prazo de até 60 (sessenta) dias, pelo órgão do Ministério Público competente para apreciar as promoções de arquivamento de inquéritos civis, se anterior ao ajuizamento da ação; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

III - de homologação judicial, independentemente de o acordo ocorrer antes ou depois do ajuizamento da ação de improbidade administrativa. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º Em qualquer caso, a celebração do acordo a que se refere o caput deste artigo considerará a personalidade do agente, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do ato de improbidade, bem como as vantagens, para o interesse público, da rápida solução do caso. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 3º Para fins de apuração do valor do dano a ser ressarcido, deverá ser realizada a oitiva do Tribunal de Contas competente, que se manifestará, com indicação dos parâmetros utilizados, no prazo de 90 (noventa) dias. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 4º O acordo a que se refere o caput deste artigo poderá ser celebrado no curso da investigação de apuração do ilícito, no curso da ação de improbidade ou no momento da execução da sentença condenatória. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 5º As negociações para a celebração do acordo a que se refere o caput deste artigo ocorrerão entre o Ministério Público, de um lado, e, de outro, o investigado ou demandado e o seu defensor. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 6º O acordo a que se refere o caput deste artigo poderá contemplar a adoção de mecanismos e procedimentos internos de integridade, de auditoria e de incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, se for o caso,

bem como de outras medidas em favor do interesse público e de boas práticas administrativas. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 7º Em caso de descumprimento do acordo a que se refere o caput deste artigo, o investigado ou o demandado ficará impedido de celebrar novo acordo pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado do conhecimento pelo Ministério Público do efetivo descumprimento. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 17-C. A sentença proferida nos processos a que se refere esta Lei deverá, além de observar o disposto no art. 489 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil): (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

I - indicar de modo preciso os fundamentos que demonstram os elementos a que se referem os arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, que não podem ser presumidos; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

II - considerar as consequências práticas da decisão, sempre que decidir com base em valores jurídicos abstratos; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

III - considerar os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados e das circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

IV - considerar, para a aplicação das sanções, de forma isolada ou cumulativa: (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

a) os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

b) a natureza, a gravidade e o impacto da infração cometida; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

c) a extensão do dano causado; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

d) o proveito patrimonial obtido pelo agente; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

e) as circunstâncias agravantes ou atenuantes; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

f) a atuação do agente em minorar os prejuízos e as consequências advindas de sua conduta omissiva ou comissiva; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

g) os antecedentes do agente; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

V - considerar na aplicação das sanções a dosimetria das sanções relativas ao mesmo fato já aplicadas ao agente; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

VI - considerar, na fixação das penas relativamente ao terceiro, quando for o caso, a sua atuação específica, não admitida a sua responsabilização por ações ou omissões para as quais não tiver concorrido ou das quais não tiver obtido vantagens patrimoniais indevidas; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

VII - indicar, na apuração da ofensa a princípios, critérios objetivos que justifiquem a imposição da sanção. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 1º A ilegalidade sem a presença de dolo que a qualifique não configura ato de improbidade. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º Na hipótese de litisconsórcio passivo, a condenação ocorrerá no limite da participação e dos benefícios diretos, vedada qualquer solidariedade. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 3º Não haverá remessa necessária nas sentenças de que trata esta Lei. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 17-D. A ação por improbidade administrativa é repressiva, de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal previstas nesta Lei, e não constitui ação civil, vedado seu ajuizamento para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Parágrafo único. Ressalvado o disposto nesta Lei, o controle de legalidade de políticas públicas e a responsabilidade de agentes públicos, inclusive políticos, entes públicos e governamentais, por danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, a qualquer outro interesse difuso ou coletivo, à ordem econômica, à ordem urbanística, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos e ao patrimônio público e social submetem-se aos termos da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 18. A sentença que julgar procedente a ação fundada nos arts. 9º e 10 desta Lei condenará ao ressarcimento dos danos e à perda ou à reversão dos bens e valores ilicitamente adquiridos, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 1º Se houver necessidade de liquidação do dano, a pessoa jurídica prejudicada procederá a essa determinação e ao ulterior procedimento para cumprimento da sentença referente ao ressarcimento do patrimônio público ou à perda ou à reversão dos bens. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º Caso a pessoa jurídica prejudicada não adote as providências a que se refere o § 1º deste artigo no prazo de 6 (seis) meses, contado do trânsito em julgado da sentença de procedência da ação, caberá ao Ministério Público proceder à respectiva liquidação do dano e ao cumprimento da sentença referente ao ressarcimento do patrimônio público ou à perda ou à reversão dos bens, sem prejuízo de eventual responsabilização pela omissão verificada. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 3º Para fins de apuração do valor do ressarcimento, deverão ser descontados os serviços efetivamente prestados. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 4º O juiz poderá autorizar o parcelamento, em até 48 (quarenta e oito)

parcelas mensais corrigidas monetariamente, do débito resultante de condenação pela prática de improbidade administrativa se o réu demonstrar incapacidade financeira de saldá-lo de imediato. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 18-A. A requerimento do réu, na fase de cumprimento da sentença, o juiz unificará eventuais sanções aplicadas com outras já impostas em outros processos, tendo em vista a eventual continuidade de ilícito ou a prática de diversas ilicitudes, observado o seguinte: (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

I - no caso de continuidade de ilícito, o juiz promoverá a maior sanção aplicada, aumentada de 1/3 (um terço), ou a soma das penas, o que for mais benéfico ao réu; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

II - no caso de prática de novos atos ilícitos pelo mesmo sujeito, o juiz somará as sanções. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Parágrafo único. As sanções de suspensão de direitos políticos e de proibição de contratar ou de receber incentivos fiscais ou creditícios do poder público observarão o limite máximo de 20 (vinte) anos. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

CAPÍTULO VI

Das Disposições Penais

Art. 19. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

Pena: detenção de seis a dez meses e multa.

Parágrafo único. Além da sanção penal, o denunciante está sujeito a indenizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.

Art. 20. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se

efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Parágrafo único. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

§ 1º A autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º O afastamento previsto no § 1º deste artigo será de até 90 (noventa) dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo, mediante decisão motivada. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 21. A aplicação das sanções previstas nesta lei independe:

I - da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento e às condutas previstas no art. 10 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

II - da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

§ 1º Os atos do órgão de controle interno ou externo serão considerados pelo juiz quando tiverem servido de fundamento para a conduta do agente público. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º As provas produzidas perante os órgãos de controle e as correspondentes decisões deverão ser consideradas na formação da convicção do juiz, sem prejuízo da análise acerca do dolo na conduta do agente. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 3º As sentenças civis e penais produzirão efeitos em relação à ação de improbidade quando concluírem pela inexistência da conduta ou pela negativa da

autoria. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 4º A absolvição criminal em ação que discuta os mesmos fatos, confirmada por decisão colegiada, impede o trâmite da ação da qual trata esta Lei, havendo comunicação com todos os fundamentos de absolvição previstos no art. 386 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal). (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 5º Sanções eventualmente aplicadas em outras esferas deverão ser compensadas com as sanções aplicadas nos termos desta Lei. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 22. Para apurar qualquer ilícito previsto nesta Lei, o Ministério Público, de ofício, a requerimento de autoridade administrativa ou mediante representação formulada de acordo com o disposto no art. 14 desta Lei, poderá instaurar inquérito civil ou procedimento investigativo assemelhado e requisitar a instauração de inquérito policial. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Parágrafo único. Na apuração dos ilícitos previstos nesta Lei, será garantido ao investigado a oportunidade de manifestação por escrito e de juntada de documentos que comprovem suas alegações e auxiliem na elucidação dos fatos. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

CAPÍTULO VII

Da Prescrição

Art. 23. A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

I - (Revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

II - (Revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

III - (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 1º A instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos ilícitos referidos nesta Lei suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias corridos, recomeçando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído o processo, esgotado o prazo de suspensão. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º O inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 3º Encerrado o prazo previsto no § 2º deste artigo, a ação deverá ser proposta no prazo de 30 (trinta) dias, se não for caso de arquivamento do inquérito civil. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 4º O prazo da prescrição referido no caput deste artigo interrompe-se: (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

I - pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

II - pela publicação da sentença condenatória; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

III - pela publicação de decisão ou acórdão de Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal que confirma sentença condenatória ou que reforma sentença de improcedência; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

IV - pela publicação de decisão ou acórdão do Superior Tribunal de Justiça que confirma acórdão condenatório ou que reforma acórdão de improcedência; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

V - pela publicação de decisão ou acórdão do Supremo Tribunal Federal que confirma acórdão condenatório ou que reforma acórdão de improcedência. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 5º Interrompida a prescrição, o prazo recomeça a correr do dia da interrupção,

pela metade do prazo previsto no caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 6º A suspensão e a interrupção da prescrição produzem efeitos relativamente a todos os que concorreram para a prática do ato de improbidade. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 7º Nos atos de improbidade conexos que sejam objeto do mesmo processo, a suspensão e a interrupção relativas a qualquer deles estendem-se aos demais. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 8º O juiz ou o tribunal, depois de ouvido o Ministério Público, deverá, de ofício ou a requerimento da parte interessada, reconhecer a prescrição intercorrente da pretensão sancionadora e decretá-la de imediato, caso, entre os marcos interruptivos referidos no § 4º, transcorra o prazo previsto no § 5º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 23-A. É dever do poder público oferecer contínua capacitação aos agentes públicos e políticos que atuem com prevenção ou repressão de atos de improbidade administrativa. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 23-B. Nas ações e nos acordos regidos por esta Lei, não haverá adiantamento de custas, de preparo, de emolumentos, de honorários periciais e de quaisquer outras despesas. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 1º No caso de procedência da ação, as custas e as demais despesas processuais serão pagas ao final. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º Haverá condenação em honorários sucumbenciais em caso de improcedência da ação de improbidade se comprovada má-fé. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 23-C. Atos que ensejem enriquecimento ilícito, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação de recursos públicos dos

partidos políticos, ou de suas fundações, serão responsabilizados nos termos da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais

Art. 24. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Ficam revogadas as Leis nºs 3.164, de 1º de junho de 1957, e 3.502, de 21 de dezembro de 1958 e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

FERNANDO COLLOR

Questões

01. (CRMV/MA - Fiscal Médico-Veterinário – Quadrix/2022)
Relativamente à Lei n.º 8.429/1992, julgue o item.

Independentemente da situação econômica do réu, é vedado ao juiz aumentar a pena de multa, uma vez que ela tem valor fixo e não se vincula ao valor do acréscimo patrimonial.

() Certo () Errado

02. (MPE/TO - Promotor de Justiça Substituto – CESPE-CEBRASPE/2022)
A respeito de improbidade administrativa, assinale a opção correta.

A - A configuração de ato de improbidade contrário a princípio da administração pública independe de prova de dano ao erário ou enriquecimento ilícito do agente.

B - A exigência de que os agentes públicos apresentem declaração anual de bens ao órgão ou ao ente a que estejam ligados pode ser mitigada em caso de recusa de consciência, devidamente fundamentada.

C - A ação por improbidade administrativa tem natureza criminal.

D - No atual regime legal da improbidade administrativa, são puníveis atos praticados com culpa grave, devidamente provados e que tenham causado dano ao erário.

E - No caso de condenação à perda da função pública, a eficácia da decisão judicial deve alcançar qualquer vínculo atual do réu com o serviço público, ainda que diverso do existente quando do cometimento da improbidade.

03. (CRESS-RJ - Quadrix/2022) Com base na Lei n.º 8.429/1992, julgue o item.

Não configura improbidade a ação decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, desde que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos tribunais do Poder Judiciário.

() Certo () Errado

04. (CRESS-RJ - Quadrix/2022) Com base na Lei n.º 8.429/1992, julgue o item.

Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.

() Certo () Errado

05. (CRESS-RJ - Quadrix/2022) Com base na Lei n.º 8.429/1992, julgue o item.

A autoridade que conhecer de fatos que indiquem indícios de ato da improbidade administrativa deve representar ao Ministério Público competente, para as providências necessárias.

() Certo () Errado

06. (CRESS-RJ - Quadrix/2022) Com base na Lei n.º 8.429/1992, julgue o item.

O mero desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por eventual ato de improbidade administrativa.

() Certo () Errado

07. (CRESS-AP - Quadrix/2022)

Considerando as disposições da Lei n.º 8.429/1992, julgue o item.

A omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, não configura ato de improbidade administrativa.

() Certo () Errado

08. (CRESS-AP - Quadrix/2022)

Considerando as disposições da Lei n.º 8.429/1992, julgue o item.

O agente público que, culposamente, concorra para a prática de ato improbidade administrativa sofrerá as sanções equivalentes à sua participação.

() Certo () Errado

09. (CRESS-AP - Quadrix/2022)

Considerando as disposições da Lei n.º 8.429/1992, julgue o item.

A Lei de Improbidade Administrativa incide exclusivamente sobre os atos lesivos ao patrimônio público do Poder Executivo.

() Certo () Errado

10. (DETRAN/DF - Analista em Atividades de Trânsito - IBFC/2022)

Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade. Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresenta uma conduta que caracteriza ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.

A - Celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie

B - Agir para a configuração de ilícito na celebração, na fiscalização e na análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas

C - Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado

D - Permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente

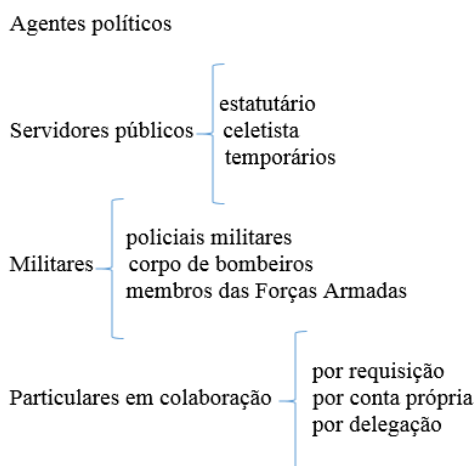
Alternativas

01. Errado; 02. A; 03. Errado; 04. Errado; 05. Certo; 06. Certo; 07. Certo; 08. Errado; 09. Errado; 10. C.

Servidores públicos

O agente público é toda pessoa física que atua com ou sem vínculo empregatício em nome do Estado ou ainda das pessoas jurídicas que pertençam a Administração Indireta.

Espécies e classificação



Nohara, Irene. *Direito administrativo* / Irene Nohara. – 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2020.

Agentes Políticos

São as pessoas que fazem parte do quadro governamental nos seus primeiros escalões, ocupam cargos, funções e estão

investidos em mandatos ou comissões, que pode ocorrer por eleição, designação ou delegação para que possa enfim exercer o que assegura a constituição.

São alguns eles:

- Chefes do Executivo, representado pelo Presidente da República, Governadores de Estados e do Distrito Federal e os Prefeitos.
- Membros do Poder Legislativo (Senadores, Deputados e Vereadores)
- Membros do Poder Judiciário (magistrados em geral);
- Membros do Ministério Público: (Procuradores da República, Promotores Públicos e Procuradores de Justiça).

Os agente políticos são investidos através de eleição, contudo esta regra não se aplica aos ministros e secretários, já que a nomeação destes ocorre por livre escolha do Chefe do Executivo

Servidores públicos

São pessoas físicas que prestam serviços ao Estado ou entidades da Administração, possuindo vínculo empregatício, quem irá remunerá-los será os cofres públicos.

Classificação:

- servidores públicos estatutários: submetem-se ao regime estatutário, com lei própria (ex: lei 8.112/1990), ocupantes de cargos públicos.

- empregados públicos: submetem-se ao regime contratual, regidos pela CLT.

Veda a aplicação do regime celetista para os cargos em comissão, para os servidores regidos pela Lei nº 8.112/90, bem como para a criação de empregos não criados por leis específicas; repete a exigência constitucional, contida no artigo 37, II, de concurso público de provas ou de provas e títulos.⁴⁰

A partir da Emenda nº 19 a estabilidade é conferida apenas ao servidor nomeado pra cargo de provimento efetivo e não ao servidor celetista, já que este é contratado

⁴⁰ Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo* / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. – 34. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

para emprego, enquanto aquele é nomeado para ocupar o cargo correspondente.

- servidores temporários: exercem atividades de modo temporário, não podendo se vincular para sempre à Administração Pública, atendem as necessidades temporárias de excepcional interesse público

Militares

São as pessoas físicas que prestam serviços para as Forças Armadas. Compõem o seu quadro:

- a Marinha,
- o Exército e
- a Aeronáutica

Todos esses militares devem respeitar o estatuto próprio, de esfera federal.

Para ingressar para as Forças Armadas temos a aprovação em concurso público ou ainda o recrutamento oficial.

Os policiais militares e os integrantes do Corpo de Bombeiros possuem estatuto próprio e ingressam através de concurso público.

Particulares em colaboração com o Poder Público ou Agentes de Fato

São pessoas físicas que prestam serviços ao Estado, porém não há vínculo empregatício, com ou sem remuneração. Esses particulares não possuem investidura prévia e válida.

Temos:

- *agentes de fato putativos*: exercem a função pública em situação de normalidade e possuem a aparência de servidor público (ex.: agentes públicos que desempenham a função pública sem a aprovação em concurso público válido).

- *agentes de fato necessários*: exercem a função pública em situações de calamidade ou de emergência (ex.: particulares que, socorrem vítimas de alagamentos, deslizamentos).

- agentes delegados: são particulares que exercem obra ou serviço público, atuando

em nome próprio, de acordo com as normas do Estado, não possui vínculo com o Estado (ex.: leiloeiros, tradutores públicos, empregados de concessionárias e permissionárias).

- agentes credenciados: representam a Administração Pública ao exercerem suas funções e são remunerados pelo poder público credenciante (ex: peritos).

- agentes honoríficos: via de regra, não são remunerados e tratam-se de cidadãos, que de forma transitória, são chamados para colaborar com o Estado ao prestarem serviços públicos, por força de suas condições cívicas e honorárias, destacando também a capacidade profissional.

Vamos treinar com uma questão...

(DPE/GO - Defensor Público – FCC/2021) Na classificação dos agentes públicos, são definidos como agentes credenciados aqueles que

A - exercem atividade pública de natureza profissional e remunerada, em regime jurídico próprio imposto pela entidade.

B - mantêm relação precária com a Administração, executando serviço público atípico, com ou sem remuneração.

C - recebem designação para, transitoriamente, colaborar com o Estado, em função de sua importância, mediante remuneração do Poder Público.

D - executam atividade ou serviço público em nome próprio, mas sempre sob a fiscalização da Administração.

E - recebem incumbência da Administração para representá-la em determinado ato ou praticar certa atividade.

Alternativa: E

Cargo, emprego e função públicos

O cargo público faz parte da organização da Administração Direta, das fundações públicas e autarquias, só pode ser ocupado por servidor público, com funções específicas e remuneração fixada em lei.

De acordo com o artigo 3º, caput, da lei 8.112/1990 significa “o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor”.

Classificação dos cargos:

a) cargos vitalícios: os titulares que pertencerem aos cargos vitalícios só podem ser destituídos apenas por sentença judicial transitada em julgado;

b) cargos efetivos: somente podem ser ocupados por pessoas que tenham sido aprovadas em concurso público de provas ou provas e títulos;

c) cargos em comissão: ocupados por titulares em caráter transitório e sua nomeação independe de aprovação em concurso público, bastando a confiança da autoridade competente

Para ser admitido em um cargo público, necessita-se da aprovação em concurso público (regra geral). Desse modo estamos diante do regime estatutário, com garantias de estabilidade.

Emprego Público

O emprego público deve ser preenchido por agente contratado para desempenhar suas funções. O emprego público é gerado pelo Estado, o contratante será o organismo estatal, já no setor privado o contratante será uma empresa que não seja pública.

O ocupante de emprego público é regido pelo regime celetista e tem garantia ao FGTS e se for demitido sem causa motivada terá direito ao recebimento da multa.

Função Pública

Trata-se da atividade em si mesma, refere-se as atribuições referentes às tarefas que constituem o objeto dos serviços que são prestados pelos servidores públicos.

Para exercer a função pública, necessariamente não é obrigado a passar em

um concurso público, se estivermos diante do critério residual.

Questões

01. (CRBM - 4 - Agente Administrativo - Quadrox/2021) Com relação à administração direta, à administração indireta e a agentes públicos, julgue o item.

O presidente da República, os senadores e os deputados federais são considerados como agentes políticos, enquanto os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público são considerados como servidores públicos estatutários.

02. (Prefeitura de Ametista do Sul/RS - Auditor Fiscal de Tributos Municipais - FUNDATEC/2021) Em relação aos cargos, empregos e funções dos agentes administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.

A - Não são servidores estatutários, os ocupantes de cargo em comissão.

B - O cargo público nem sempre é ocupado mediante concurso público.

C - O emprego público é ocupado por empregado público, sempre celetista.

D - O emprego público somente pode ser ocupado mediante concurso público.

E - Servidores públicos são agentes estatutários que ocupam um cargo público.

03. (CRF/GO - Farmacêutico Consultor – Quadrix/2022) No que se refere aos cargos públicos e à responsabilidade civil do Estado, julgue o item.

O cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades de um servidor, previsto na estrutura organizacional.

() Certo () Errado

Alternativas

01. errado – 02.A– 03.certo

Investidura

A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V - a idade mínima de dezoito anos;
- VI - aptidão física e mental.

OBS: às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Provimento

É o ato administrativo de investidura do agente público no exercício de cargo, emprego ou função pública, dividindo-se em provimento originário e derivado.⁴¹

O provimento originário é aquele que dá início a uma relação estatutária nova, seja porque o titular não pertencia ao serviço público anteriormente seja porque pertencia a quadro funcional regido por estatuto diverso do que rege o cargo agora provido.

O provimento derivado pressupõe a existência de um vínculo anterior do servidor público com a Administração, devendo o servidor ser titular de outro cargo sujeito ao mesmo estatuto. As formas de provimento derivado independem de nova aprovação em concurso público.

Formas de provimento:

- nomeação;
- readaptação;
- reversão;
- aproveitamento;
- reintegração;
- recondução.

a. Nomeação: pode ser em caráter efetivo e em comissão.

O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

a. Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

b. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado:

I - por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria; ou

II - no interesse da administração, atendendo alguns requisitos.

OBS: não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

c. Reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens

⁴¹

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/2402/monografia%20vers%c3>

d. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II - reintegração do anterior ocupante.

Vamos resolver uma questão para memorizar melhor:

(AL/MA - Técnico de Gestão Administrativa - ND/2022) João, servidor estável, foi demitido após os trâmites de processo administrativo por abandono de cargo. Tempos depois move ação judicial com a finalidade de comprovar que sua demissão foi injusta, ao final do processo sentença declara que a demissão foi injusta e determina a reinvestidura de João no cargo que ocupava anteriormente.

Nesta situação hipotética, o provimento do cargo público se dará através de:

A - recondução.

B - readaptação.

C - reintegração.

D - reverso.

Alternativa: C

Concurso Público

O concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuserem a lei e o regulamento do respectivo plano de carreira,

O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

Posse

A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento. Poderá dar-se mediante procuração específica. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Exercício

É o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.

É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.

Estabilidade

O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício. (prazo 3 anos - vide EMC nº 19).

O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Vacância

Relaciona-se com o surgimento de vaga no cargo público ocupado pelo servidor nas seguintes hipóteses:

I - exoneração;

II – demissão;

III - promoção;

VI - readaptação;

VII - aposentadoria;

VIII - posse em outro cargo inacumulável;

IX - falecimento.

OBS: quanto à demissão, trata-se de penalidade aplicável aos servidores públicos que cometeram infrações administrativas.

Quanto à exoneração:

A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.

De ofício dar-se-á:

I - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.

Remoção

É o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

São modalidades de remoção:

I - de ofício, no interesse da Administração;

II - a pedido, a critério da Administração;

III - a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração.

Redistribuição

É o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC,

A redistribuição ocorrerá ex officio para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.

§ 3º Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento.

O servidor que não for redistribuído ou colocado em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central do SIPEC, e ter exercício provisório, em outro órgão ou entidade, até seu adequado aproveitamento.

Substituição

Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de Natureza Especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.

O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de Natureza Especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, superiores a trinta dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, que excederem o referido período.

Direitos e Vantagens

Cito aqui alguns como: vencimento e remuneração,

Remuneração e Vencimento:

Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

Vantagens:

São vantagens:

I - indenizações;

II - gratificações;

III - adicionais.

OBS1. As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

OBS2 As gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.

Das indenizações que mais chamam a atenção e são cobradas em prova vale destacar a diferença entre ajuda de custo e diárias:

Ajuda de custo: destina-se a compensar as **despesas de instalação** do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente.

Diárias: o servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a **passagens e diárias** destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com **pousada, alimentação e locomoção urbana**.

Férias

O servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

OBS: O servidor que opera direta e permanentemente com Raios X ou substâncias radioativas gozará 20 (vinte) dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida em qualquer hipótese a acumulação.

Auxílio-moradia

O valor mensal do auxílio-moradia é limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do cargo em comissão, função comissionada ou cargo de Ministro de Estado ocupado.

O valor do auxílio-moradia não poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração de Ministro de Estado

Sobre gratificações e adicionais

Temos:

Retribuição pelo Exercício de Função de Direção, Chefia e Assessoramento

Ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial é devida retribuição pelo seu exercício.

Gratificação Natalina

A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano. Deve

ser paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

OBS: A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Adicionais de Insalubridade, Periculosidade ou Atividades Penosas

- Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.

O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.

O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

- Servidores que operam com Raios X ou substâncias radioativas

Os locais de trabalho e os servidores que operam com Raios X ou substâncias radioativas serão mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizante não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

Parágrafo único. Os servidores a que se refere este artigo serão submetidos a exames médicos a cada 6 (seis) meses.

Adicional por Serviço Extraordinário

O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada.

Adicional Noturno

Terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

Adicional de Férias

Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias.

Férias

O servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

As férias poderão ser parceladas em até três etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da administração pública.

Regime Disciplinar

Envolve deveres e proibições.

A dica para deveres e proibições é ler pelo menos 4 vezes e entender alguns pontos. O ponto em comum é:

- pensar que o servidor deve atender bem ao público;
- zelar pelos materiais da Administração em pensar em economizar, ter carinho;
- falha grave de outro servidor deve ser levado ao conhecimento de quem é o superior ou outro responsável.

Poderes que o servidor não tem:

- mando e desmando;
- obrigatoriedade em participar de eventos, sindicalizar-se.
- cumprir as ordens superiores quando estas forem ilegais (essa questão já caiu inúmeras vezes, inclusive é a mais exigida).

Responsabilidades dos servidores:

O servidor responde:

- civil;
- penal e
- administrativamente.

Civil: ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

Penal: abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor. Caso o servidor tenha sido absolvido criminalmente por inexistência material do fato será afastada a responsabilidade administrativa.

Administrativa: resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Questão

01. (PC/PB - Delegado de Polícia Civil - CESPE-CEBRASPE/2022) Considere que um policial civil do estado da Paraíba seja acusado de ter exercido irregularmente sua função e, se condenado, tenha de responder civil, penal e administrativamente pelo ato praticado. Nessa situação,

A - a responsabilidade civil decorre independentemente de o ato cometido importar prejuízo.

B - eventual dano cometido pelo policial exclui seus sucessores de repará-lo.

C - eventuais sanções administrativa, civil e penal serão dependentes entre si.

D - o ressarcimento de eventual dano cometido implicará a supressão da responsabilidade administrativa.

E - eventual absolvição criminal por inexistência material do fato afastará a responsabilidade administrativa.

Alternativa

01.E

Responsabilidade civil da administração pública

Responsabilidade Civil do Estado.

Para falarmos sobre esse tema, primeiro ponto é saber que haverá responsabilização do ente público pelos danos que seus agentes causarem a particulares, isso acontece em decorrência da responsabilidade extracontratual, quer

dizer, independente de contrato firmado a pessoa deverá ser indenizada, caso o agente tenha agido com negligência, imprudência ou imperícia.

Em decorrência do princípio da isonomia, quando o Estado, representado por um de seus agentes causar dano a uma pessoa ou um grupo delas, todos deverão ser indenizados.

Aspectos Constitucionais (artigo 37§6º da CF):

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

()

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Teoria da Responsabilidade Objetiva

É a teoria adotada em nosso país atualmente, que traz como base que basta a comprovação do agente público e o dano causado.

Requisitos – Responsabilidade Objetiva

- conduta lícita ou ilícita;
- dano
- nexo de causalidade

OBS: um caso de conduta lícita é a desapropriação de um imóvel para a construção de um presídio, certamente os vizinhos da redondeza serão prejudicados por ter esse tipo de construção perto da casa. Para que não ocorra nenhuma lesão, o Estado tem o dever de indenizar esses moradores.

Agentes

Além do Estado, seus agentes também devem ser responsabilizados (autarquias e fundações públicas de direito público), apenas se estendo as empresas públicas e sociedades de economia mista se estas forem criadas para a prestação do serviço público. Além destes, as concessionárias e permissionárias também respondem por serem prestadores de serviço público por delegação.

O Estado ao responder pelos danos causados a outra pessoa jurídica fica diante da responsabilidade subsidiária, ou seja, se a pessoa jurídica prestadora do serviço não efetuar o pagamento, o Estado é chamado para assim fazer.

Atenção: não confunda com responsabilidade solidária, pois nesta ambos são chamados ao mesmo tempo e forma solidária para pagarem o dano.

Teorias da Responsabilidade

Teoria do Risco Administrativo

Nosso país adota a Teoria do Risco Administrativo, de modo que o Estado possui muito mais poder que um particular, por isso deve arcar com um risco maior, respondendo por este, independente de má prestação ou culpa do agente público.

Alguns casos permitem excludentes como é o caso da culpa exclusiva da vítima, caso fortuito e força maior, já que estas interrompem o nexo de causalidade.

Teoria do Risco Integral

Por esta teoria, o Estado responderia integralmente pelo dano causado. Como ela não é absoluta entre todos os doutrinadores, sua aplicação é permitida apenas para os seguintes casos:

- dano ao meio ambiente;
- crimes ocorridos a bordo de aeronave;
- acidentes de trânsito.

Responsabilidade por Omissão do Estado

Considera-se omissão quando o agente deveria atuar e não o faz, conforme previsão trazida em lei. Para este caso, aplica-se a Teoria da Responsabilidade Subjetiva, em que o elemento subjetivo é indenizar. Aqui não é necessária a demonstração de culpa ou dolo, bastando a má fé na prestação do serviço, atraso ou prestação defeituosa.

A omissão do agente deve ser lícita, configurando ausência de cumprimento de seus deveres estipulados.

Excludentes

Fora os casos trazidos na Teoria da Risco Integral, exclui-se a responsabilidade civil pública quando: o agente público estiver atuando nessa qualidade, o dano for causado a um particular e houver nexo de causalidade entre a conduta e o dano. Se um destes elementos não estiver presente exclui-se o dever de indenizar.

Responsabilidade por Obra Pública

- Responsabilidade por má construção da obra

Pense da seguinte forma, quem estava fazendo a obra....

Se o próprio Estado construiu a responsabilidade é objetiva, pois foi a conduta do ente público que causou dano ao particular.

Caso essa obra tenha sido feita por uma empreiteira, através de contrato administrativo e o dano tenha ocorrido por culpa do executor, a responsabilidade será subjetiva.

- Responsabilidade pelo simples fato da obra

A obra causa algum prejuízo sem que tenha havido culpa de alguém, não é um

caso de má construção e sim o simples fato dela existir (responsabilidade objetiva).

Direito de Regresso

Coaduna-se como sendo o direito que o Estado possui de requerer ressarcimento do prejuízo que seu agente causou, seja por dolo ou culpa. Ou seja, o Particular cobra o dano do Estado, o Estado paga e posteriormente esse pode cobrar do agente causador do dano.

Responsabilidade primária e subsidiária

Como analisado nos parágrafos anteriores, o Estado, como regra, possui responsabilidade objetiva, sendo ele o primeiro a ser cobrado pelo dano que seus agentes nessa qualidade causar.

No entanto, pode haver situações, como por exemplo na concessão de serviço público, em que primeiro se cobra da concessionária/pessoa jurídica, e somente, nos casos em que a mesma não arcar com os prejuízos é que se poderá cobrar do estado, caracterizando-se uma responsabilidade subsidiária.

Responsabilidade pela Perda de uma Chance⁴²

Quando estamos diante da responsabilidade pela perda de uma chance, visualizamos um prejuízo enfrentado pela vítima, qual seja, a perda de uma vantagem aguardada pela vítima, também conhecida como dano final.

Com a perda da vantagem esperada não consegue-se reconhecer a indenização, em decorrência da conduta do réu, não sendo caracterizada a condição *sine qua non*. Isso se deve ao fato da doutrina tradicional entender que não há aceitação da causalidade parcial, já que as chances perdidas devem ser isoladas como um prejuízo independente.

⁴² Adaptado de: Silva, Rafael Peteffi da Responsabilidade civil pela perda de uma chance: uma análise do direito comparado e brasileiro / Rafael

Peteffi da Silva. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

A doutrina brasileira, aos poucos vem adotando esse tipo de responsabilidade, ainda que haja uma resistência em relação aos casos de responsabilidade pela perda de uma chance, por parte de alguns doutrinadores. Carvalho Santos, analisando casos de falta de recurso cabível diante de uma sentença desfavorável, afirma que “parece duvidoso o direito do constituinte, de poder exigir qualquer indenização, precisamente porque não lhe será possível provar que a sentença seria efetivamente reformada”.

Entre um ou outro doutrinador, o que temos configurado é a solidificação em relação aos limites e à metodologia de aplicação da teoria da perda de uma chance.

A doutrina e a jurisprudência são unânimes em afirmar que o dano, para ser passível de reparação, deve ser certo. Como corolário deste requisito tem-se que o prejuízo não pode ser eventual ou hipotético.

A jurisprudência com seus mais variados julgados mostra como o caminho que o direito nacional segue e continuará a seguir, eis que, no ordenamento brasileiro não se encontra qualquer dispositivo que sirva como obstáculo para a aplicação da teoria da perda de uma chance.

Indenização por Dano Moral⁴³

Ao falarmos de dano moral estamos diante das regras do direito civil, mais precisamente entre os artigos 186 e 927, vejamos:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Analisando os dispositivos acima mencionados, aquele que violar os direitos fica obrigado a indenizar moralmente a vítima lesada.

A maior ou menor repercussão social, a maior ou menor intensidade do dolo ou da culpa, são dados completamente irrelevantes no plano da responsabilidade civil. O valor da indenização a ser proporcionada à vítima deve ser absolutamente desvinculado da gravidade do ato cometido, porque sua função não é punir, mas apenas ressarcir.

Desde que o Estado de Direito isolou a responsabilidade penal da responsabilidade civil, para avocá-la inteiramente para si, a vítima perdeu, por completo, o direito de punir aquele que lhe causa prejuízos. A responsabilidade civil, para o ofendido, não é uma “questão de vingança” ou de “punição”, mas apenas de “reparação”. O objeto de sua ação, por isso, só pode ser “perdas e danos”.²⁴

Questões

01. (FAPESP - Procurador - VUNESP) Na hipótese de empregado de Agência Reguladora que, no exercício de sua atividade de fiscalização e monitoramento de execução de contrato de delegação de serviço público, causar dano a terceiro, haverá, em tese, responsabilidade civil extracontratual

A - objetiva da agência reguladora, por ato comissivo de seu empregado.

B - subjetiva da agência reguladora, devendo-se apurar dolo ou culpa do empregado.

⁴³ Adaptado de: Theodoro Júnior, Humberto. *Dano moral* / Humberto Theodoro Júnior – 8. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense,

2016.

C - subjetiva do Poder Concedente, já que a agência reguladora não tem personalidade jurídica própria.

D - objetiva do empregado da agência reguladora, por ato decorrente do exercício de poder de polícia.

E - objetiva do Poder Concedente, titular do serviço público delegado, a que subordinada a agência reguladora.

02. (TRT - 15ª Região - Juiz do Trabalho Substituto - FCC) Os princípios que informam a atuação da Administração pública, embora possam ser isoladamente identificados como parâmetros para controle das funções executivas, na maior parte das vezes expressam-se por meio de normas que não lhes fazem alusão direta. Como exemplo da presença implícita do princípio que se destaca nas diversas atribuições e obrigações da Administração pública pode-se mencionar a

A - responsabilidade civil do Estado sob a modalidade objetiva, em decorrência da prática de atos lícitos, que bem representa o conteúdo do princípio da isonomia, de forma a evitar a distribuição desigual dos ônus entre os administrados.

B - responsabilidade civil do Estado sob a modalidade objetiva, como forma de expressão do princípio da moralidade, na medida em que seria excessivo exigir do administrado demonstrar culpa do agente público em determinado evento.

C - ação regressiva cabível em face dos agentes públicos causadores de danos que tenham sido ressarcidos pelo Estado sob a modalidade da responsabilidade objetiva, como forma de manifestação do princípio da eficiência, na medida em que permite o atingimento de dupla finalidade, financeira e disciplinar.

D - modalidade objetiva de responsabilização do Estado, em que não há culpa nem é necessário demonstrar o nexo causal, como expressão do princípio da impessoalidade, visto que independe da identificação do agente público.

E - ação regressiva em face do agente público causador dos danos, sob a

modalidade objetiva, como expressão do princípio da legalidade, na medida em que a atuação ilícita deve ser sancionada e o prejuízo reparado.

03. (TJ/DFT - Titular de Serviços de Notas e de Registros - CESPE/CEBRASPE) No que concerne à responsabilidade civil do Estado e ao controle da administração pública, assinale a opção correta.

A - No exercício da função administrativa, o Estado responde objetivamente tanto no caso de danos morais quanto no de danos materiais causados a terceiros por seus agentes.

B - Apenas o Poder Executivo está obrigado a exercer o controle interno, dado consistir em função administrativa.

C - O controle judicial da administração pública pode ser realizado por provocação ou de ofício, podendo ser exercido por meio de mandado de segurança ou ação civil pública.

D - A teoria adotada no Brasil quanto aos casos de responsabilidade civil da administração pública é a do risco integral, segundo a qual a responsabilidade é objetiva, isto é, não depende da comprovação da culpa ou do dolo.

E - O controle judicial do poder disciplinar da administração pública é amplo, podendo o juiz considerar o mérito administrativo e determinar concretamente a sanção disciplinar aplicável ao caso.

Alternativas

01.A – 02.A – 03.A

Controle da administração pública. Tipos e formas de controle

Controle da Administração⁴⁴

Controle é o conjunto de instrumentos definidos pelo ordenamento jurídico para a fiscalização da atual do Estado através dos serviços prestados pelos seus órgãos, além das entidades da Administração Direta, Poderes Legislativo e Judiciário e claro, sem deixar passar a atividade que é representada pelos indivíduos “povo”.

Antes, abordaremos os controles interno e externo.

Controle Interno: é o que cada um dos Poderes exerce sobre seus próprios atos e agentes

Controle Externo: é o controle que um Poder exerce sobre o outro, além daquele exercido pela Administração Direta e Indireta.

A Constituição Federal, no capítulo concernente à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, prevê o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas (art. 71) e o controle interno que cada Poder exercerá sobre seus próprios atos (arts. 70 e 74). Esse controle interno é feito, normalmente, pelo sistema de auditoria, que acompanha a execução do orçamento, verifica a legalidade na aplicação do dinheiro público e auxilia o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional.

Controle Prévio, Controle Concomitante e Controle Posterior

- *Prévio (a priori):* trata-se do controle realizado de forma preventiva, antes da

prática ou da conclusão do ato administrativo. Busca evitar a ocorrência de irregularidades. Ex: pareceres de licitação.

- *Concomitante (pari passu):* trata-se do controle realizado durante a prática da conduta administrativa / à medida que os atos ou atividades são executados, para verificar a regularidade de sua formação. Ex.: auditoria de obras públicas. Este controle também possui um caráter preventivo, pois permite coibir irregularidades de forma tempestiva.

- *Posterior (a posteriori) /corretivo:* trata-se do controle realizado após a prática do ato administrativo, buscando corrigir-lhe (convalidação), desfazer-lhe (anulação ou revogação) ou conferir-lhe eficácia. Assim, este controle pode ter a finalidade de corrigir (corretivo) ou de confirmar uma situação. Ex.: homologação de licitação.

Controle Administrativo

O controle é feito pela própria Administração (autotutela), de modo que irá fiscalizar e revisar os seus atos, seja de provocação, quanto de ofício, para verificação da ilegalidade, sob pena de anulação do ato e ato revogação caso seja o caso de falta de interesse público e manutenção da conduta.

Os meios de controle são a supervisão ministerial e o controle hierárquico.

Pelo controle hierárquico, os órgãos hierarquicamente elevados têm competência para rever os atos dos inferiormente hierárquicos. Já na supervisão ministerial, existem entidades diferentes, o controle não é feito segundo a regra da hierarquia.

Caso seja necessária a provocação da Administração, esta se dará por meio de

⁴⁴ Adaptado de: Carvalho, Matheus. Manual de Direito Administrativo, 7ª edição, Salvador, JusPODIVM, 2020.

representação, reclamação ou pedido de consideração.

Usufruindo do direito de petição abre-se o momento para o processo administrativo em que o Poder Público produzirá todas as provas em direito admitidas, devendo seguir a ampla defesa e o contraditório.

Admite-se a interposição de recursos administrativos para combater uma decisão que tenha sido eivada de ilegalidade. Com a tramitação do processo de forma regular em todas as instâncias administrativas termos a coisa julgada administrativa, logo, essa mesma matéria não será mais discutida na esfera administrativa.

Os recursos interpostos podem ser próprios (dirigidos à autoridade hierárquica superior à que praticou o ato recorrido) ou impróprios (dirigido à autoridade que não possui grau de superioridade hierárquica se comparado com quem praticou o ato).

Controle Judicial

O Brasil adotou o sistema de jurisdição única, o que consiste na exclusividade do Estado de exercer a função jurisdicional por meio do Poder Judiciário. Nesse sentido, os litígios privados ou administrativos podem ser levados à justiça comum (Poder Judiciário).

O controle é feito pelo Poder Judiciário, por provocação de qualquer interessado que esteja sofrendo ameaça de lesão em decorrência de atos omissivos ou comissivos da Administração e que recaia sobre esse indivíduo.

Vale ressaltar que a provocação do interessado poder ser anterior ou posterior aos aspectos da legalidade, mas não admite-se que o Judiciário atue na causa se os motivos alegados forem de conveniência e oportunidade para a prática dos atos.

O Poder Judiciário, ao exercer o controle jurisdicional da atividade da administração pública, não deve restringir sua análise ao exame estrito da legalidade do ato administrativo, além de analisar a conformidade do ato com lei, deve considerar também sua conformação com a

moral administrativa e com o interesse coletivo.

A coisa julgada administrativa (decisão considerada como imutável, após a análise de todos os prazos para interposição de recursos administrativos) não obsta a revisão da decisão prolatada.

Meios de Controle Jurisdicional

Como forma de controle jurisdicional, é permitida a aplicação de algumas ações: mandado de segurança, habeas data, habeas corpus, mandado de injunção, ação popular, ação civil pública, entre outras.

Controle Legislativo

O controle é feito diretamente pelo Poder Legislativo, podendo, caso necessite contar o Tribunal de Contas. Desse modo, dizemos de acordo com a doutrina que o controle pode ser feito de ofício ou mediante provocação do(s) particular(es) interessado(s).

Controle pelo Tribunal de Contas

O TCU atua como auxiliar do Poder Legislativo no controle externo e irá fiscalizar as entidades públicas (Ministério Público, Legislativo e Judiciário), além de controlar as entidades privadas que usam dinheiro público para execução de suas atividades.

Sobre o TCU, acompanhe o trazido no texto constitucional:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e

valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

Questões

01. (SEFAZ/BA - Agente de Tributos Estaduais - FGV/2022) Em matéria de controle da Administração Pública, extrai-se do texto constitucional que o controle externo, a cargo do Poder Legislativo, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, ao qual compete

A - apreciar as contas prestadas semestralmente pelo chefe do Poder Executivo, mediante parecer prévio, que vincula o julgamento dessas contas pelo Poder Legislativo.

B - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade, e, descumprida a ordem, condenar o gestor omissor à suspensão dos direitos políticos por até 8 (oito) anos e ressarcimento pelos danos causados ao erário.

C - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de

contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, suspensão dos direitos políticos por até 5 (cinco) anos e ressarcimento pelos danos causados ao erário.

D - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta, mas não da administração indireta, e as contas daqueles que derem causa à perda, ao extravio ou a outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

E - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

02. (DPE/RR - Defensor Público - FCC/2021) No campo do controle da Administração Pública, quanto aos recursos administrativos a

A - solicitação de perdão administrativo é aquele dirigido à autoridade de outro órgão não integrado na mesma hierarquia daquele que proferiu o ato, com a finalidade de tornar sem efeito penalidade anteriormente aplicada ao administrado.

B - retificação hierárquica é aquela apresentada pelo interessado, atingido pelo ato administrativo, para que o superior hierárquico do departamento que o emitiu faça cessar os efeitos por ele causados ao administrado.

C - revisão é o recurso pelo qual o interessado requer o reexame do ato à própria autoridade que o emitiu.

D - pedido de reconsideração é o pedido de reexame do ato administrativo dirigido à autoridade superior a que proferiu o ato, visando sua alteração e restabelecimento do status quo.

E - reclamação administrativa é o ato pelo qual o administrado, seja particular ou

servidor público, deduz uma pretensão perante a Administração Pública, visando obter o reconhecimento de um direito ou a correção de um ato que lhe cause lesão ou ameaça de lesão.

03. (CRT/SP - Fiscal - Quadrix/2021) Julgue o item com relação aos tribunais de contas.

O trânsito em julgado de decisão proferida por tribunais de contas não inibe, por força da inafastabilidade jurisdicional, que o acórdão possa ser levado a controle judicial.

() Certo () Errado

Alternativas

01.E – 02.E – 03.certo

Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação, anulação, revogação e efeitos

Ato administrativo

Conceito

É um ato jurídico emanado por um agente público (*múnus público*) e atua em nome da Administração.

Em sentido restrito, trata-se de declaração unilateral de vontade do poder público, possuindo as prerrogativas do regime de direito público, sujeitando-se ao controle jurisdicional.

Em sentido amplo, decorre de acordos feitos pelo poder público, além dos atos gerais e abstratos que são praticados pelo poder público.

Vamos resolver essa questão para entender melhor o conceito

Questão

01. (ICMBIO - Técnico Ambiental – CESPE-CEBRASPE/2022) Acerca do

conceito de ato administrativo, julgue o item a seguir.

Ato administrativo é aquele que decorre de acontecimentos naturais que independem do ser humano.

() Certo

() Errado

Alternativa

01. Errado

Ato administrativo e o princípio da separação dos poderes⁴⁵

A separação dos poderes é, no Brasil, o fundamento do Estado Constitucional Democrático de Direito, no qual cada um dos integrantes dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) deve observar sua função frente a um propósito social.

A nossa atual Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988, prevê em seu artigo 2º: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Desse modo, podemos conceituar, pelo critério objetivo, que, são atos administrativos, todos aqueles atos praticados no exercício da função administrativa, sejam eles praticados por órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário.

Vale destacar que, de acordo com o princípio constitucional da separação de poderes, cada um dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) têm uma função principal, mas também exercem funções típicas dos outros poderes, ainda que de forma secundária. É importante destacar que o ato administrativo relaciona-se com o exercício da função administrativa, independentemente da qualidade do agente.

Normalmente editado pelo Executivo, que exerce de maneira típica a função administrativa, o ato administrativo também pode ser editado pelo Poder

Legislativo e Judiciário (ex.: o ato que concede férias e o ato disciplinar, editados no âmbito de qualquer Poder, são considerados atos administrativos). Registre-se que o princípio da separação de poderes (rectius: funções) não se fundamenta no critério da exclusividade da função exercida por todo Poder, mas, sim, no critério da preponderância, razão pela qual os Poderes Legislativo e Judiciário exercem, de forma atípica, função administrativa.

Ato administrativo e ato privado da administração

No âmbito da Administração Pública, é preciso verificar a natureza da atividade exercida para caracterização do ato administrativo, pois a Administração, além dos atos administrativos, edita atos privados que não se vinculam ao exercício de função administrativa.

Desse modo, a empresa pública e a sociedade de economia mista que executam atividade econômica, concorrendo com as demais entidades privadas, submetem-se, normalmente, ao mesmo regime jurídico privado aplicável às empresas em geral (art. 173, § 1.º, II, da CRFB). Não se trata, por óbvio, de regime totalmente privado, uma vez que as referidas entidades exercem, também, funções tipicamente administrativas por imposição constitucional (ex.: concurso público para contratação de agentes; licitação para determinadas contratações etc.), razão pela qual os respectivos atos serão considerados administrativos. Por esse motivo, a Súmula 333 do STJ dispõe: “Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública”. Os atos praticados na licitação e em outros procedimentos administrativos devem ser considerados materialmente

⁴⁵ Oliveira, Rafael Carvalho R. Curso de Direito

Administrativo. Disponível em: Minha Biblioteca, (11th edição). Grupo GEN, 2023.

administrativos e sujeitos à impugnação por meio do mandado de segurança.

Ato administrativo e delegatários de atividades estatais

O ato administrativo relaciona-se com a função administrativa, que pode ser encontrada dentro ou fora da Administração Pública.

Dessa maneira, a edição de atos administrativos não é exclusividade dos entes e das entidades que compõem a Administração Pública Direta e Indireta. As entidades delegatárias de atividades administrativas, que não integram a Administração Pública, também podem editar atos materialmente administrativos quando exercem a atividade delegada. Em consequência, o STJ tem admitido a impetração de mandado de segurança contra atos das concessionárias de serviços públicos que determinam a interrupção do serviço ao usuário, uma vez que tais atos não são de simples gestão, mas de delegação de administrativa.

Ato e fato administrativo

Os atos administrativos não se confundem com os fatos administrativos. Aliás, no Direito Civil é comum a distinção entre atos e fatos jurídicos.

Os atos administrativos, espécies de atos jurídicos, representam a vontade da Administração preordenada ao atendimento da finalidade pública (ex.: ato administrativo punitivo editado no Processo Administrativo Disciplinar – PAD – tem por objetivo punir o agente público).

Fato da Administração

Entende-se por fato toda ação ou omissão do Poder Público que poderá recair diretamente sobre o contrato, impedindo que o mesmo seja executado.

São fatos da Administração:⁴⁶

- atraso superior a 90 dias dos pagamentos devidos pela administração

decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou de parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de (a) calamidade pública, (b) grave perturbação da ordem interna; e (c) guerra (art. 78, XV);

- suspensão da execução, por ordem escrita da Administração, por mais de 120 dias, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, salvo em caso de (a) calamidade pública; (b) grave perturbação da ordem interna; e (c) guerra (art. 78, XIV);

- não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes materiais naturais especificadas no projeto (art. 78, XVI).

Ato e processo administrativo;

Ato e processo administrativo não se confundem. De um lado, o ato administrativo é a manifestação unilateral de vontade da Administração destinada à produção de efeitos jurídicos. De outro lado, o processo administrativo refere-se à sequência encadeada de atos instrumentais para obtenção da decisão administrativa.

Enquanto o ato administrativo é marcado pelo caráter estático, o processo é dinâmico, projetando-se no tempo.

Apesar de institutos distintos, existe uma forte relação entre o ato e o processo administrativo, uma vez que este último compreende, necessariamente, a edição daquele. Vale dizer: o processo administrativo, com nítido caráter instrumental, tem por objetivo a produção do ato administrativo.

Ato administrativo e ato de governo (político)

A distinção entre ato administrativo e ato de governo (político) remete à tradicional dicotomia função administrativa

⁴⁶ Nohara, Irene. *Direito administrativo* / Irene Nohara. – 10. ed. – São

Paulo: Atlas, 2020.

(Administração) e função política (Governo).

Características

Os atos administrativos apresentam as seguintes características básicas:

- a) referem-se ao exercício da função administrativa;
- b) são editados pelo Poder Executivo, na função típica, e pelos Poderes Legislativo e Judiciário, nas funções atípicas;
- c) inserem-se no Direito Administrativo. São exemplos de atos administrativos os atos de consentimento (autorização de uso de bem público etc.), os atos sancionatórios (demissão do servidor etc.), entre outros.

Por outro lado, os atos políticos são caracterizados da seguinte forma:

- a) relacionam-se com o exercício da função política;
- b) são editados pelos Poderes Executivo e Legislativo;
- c) integram o Direito Constitucional. Podem ser mencionados os seguintes exemplos de atos políticos: sanção e veto de projetos de leis, declaração de guerra etc.

Tradicionalmente, a referida distinção tem por objetivo principal afastar os atos de governo (políticos) do controle judicial. Todavia, a tendência atual é a submissão, em regra, de todo e qualquer ato ao controle judicial, tendo em vista o princípio da inafastabilidade consagrado no art. 5.º, XXXV, da CRFB, conforme demonstra a denominada “judicialização das políticas públicas”.

Silêncio Administrativo

O silêncio é a ausência de manifestação da Administração por meio da petição do administrado.

Elementos do ato administrativo

Os atos administrativos, espécies de atos jurídicos, podem ser analisados a partir dos planos da existência (elementos de

estruturação dos atos), validade (compatibilidade com o ordenamento jurídico) e eficácia (aptidão para produção de efeitos jurídicos).

Os elementos do ato administrativo são: sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade.

Sujeito

É o agente que pode praticar o ato administrativo, já que a lei permite a prática do ato. Pelo fato do Estado ser formado por pessoas jurídicas, não haverá vontade própria. Apenas teremos vontade se estivermos falando de pessoas físicas (agentes públicos).

Objeto

O objeto é o efeito jurídico imediato que precisa ser moral e lícito.

Forma

É o modo de exteriorização do ato administrativo. Geralmente são produzidos por escrito, mas nada impede que sejam verbais ou sinalagmáticos. A imposição de uma forma para o ato leva a constatar que o ato é discricionário.

Motivo

É o pressuposto de fato e direito que permite que a Administração pratique um ato administrativo.

O pressuposto de direito são os dispositivos legais que servem de base para o ato, enquanto o pressuposto de fato é o conjunto de acontecimentos que fazem com que a Administração pratique um ato.

OBS: motivação e motivo são distintos, aquele refere-se a um discurso que justifica a edição de um ato, é a formalidade do ato, enquanto o motivo é a explicação dos motivos.

Finalidade

É a finalidade que a administração visa alcançar, podendo ser lato sensu (ato para satisfação da coletividade) e stricto sensu (ato específico)

Validade

Para um ato ser válido todas as etapas precisam ter sido cumpridas, portanto, ato válido é aquele criado de acordo com as regras estipuladas pela legislação correspondente. Passou então pelo seu período de formação até ser constituído ao seu final.

Vale ressaltar que o ato imperfeito existe nesse momento, quando ele ainda está em formação e não concluiu todas as suas etapas definidas em lei.

Inexistência

Os atos inexistentes aparentam vontade de manifestação da Administração Pública. Constatada, a qualquer momento, a prática de um ato inexistente, será declarada a sua inexistência e serão desconstituídos os efeitos produzidos por esse ato.

Eficácia

É a aptidão para produção de efeitos, podendo a eficácia ser imediata, logo depois que houver a publicação, já outros podem ser editados ou terem condições suspensivas, sendo ainda ineficazes, por estarem pendentes.

Os atos administrativos produzem efeitos próprios (efeitos típicos do ato). Exemplo: em uma ação de desapropriação tem-se a perda do bem pelo particular.

Temos também os efeitos impróprios (efeitos atípicos do ato) podendo estes efeitos serem reflexos e prodrômicos.

Discrecionabilidade e Vinculação

Os atos vinculados não conferem ao agente público margem de escolha, de modo que a competência, finalidade e forma são elementos vinculados.

Os atos discricionários, por sua vez, conferem margem de escolha ao agente público, quando não houver previsão em lei para a prática de determinados atos, de modo que o motivo e o objeto são elementos discricionários do ato administrativo, devendo o administrador atuar de acordo com a oportunidade e a conveniência.

O motivo e o objeto fazem parte do mérito de um ato, não tendo condições de ser controlado pelo Poder Judiciário.

OBS: não se esqueça, por mais que um ato seja discricionário ele deve cumprir com a lei, já que a Administração segue o princípio da legalidade.

Mérito Administrativo

É a aplicação do poder discricionário dado por lei ao administrador. É por ele que o agente público decide sobre a oportunidade e conveniência da prática do ato.

Controle judicial dos atos administrativos discricionários

Tradicionalmente, quanto ao parâmetro do controle sobre a atuação administrativa, o controle dos atos administrativos é dividido em duas espécies:

a) controle de legalidade: adequação formal do ato administrativo com a legislação; e

b) controle do mérito: verificação da conveniência e da oportunidade relativas ao motivo e ao objeto do ato administrativo.

O controle jurisdicional sobre os atos oriundos dos demais Poderes (Executivo e Legislativo) restringe-se aos aspectos de legalidade (juridicidade), sendo vedado ao Poder Judiciário substituir-se ao administrador e ao legislador para definir, dentro da moldura normativa, qual a decisão mais conveniente ou oportuna para o atendimento do interesse público, sob pena de afronta ao princípio constitucional da separação de poderes.

Assim, o Judiciário deve invalidar os atos ilegais da Administração, mas não pode revogá-los por razões de conveniência e oportunidade.

O controle judicial da discrecionabilidade administrativa evoluiu ao longo do tempo. Após o abandono da noção de imunidade judicial da discrecionabilidade, várias teorias

procuraram explicar e legitimar o controle judicial da atuação estatal discricionária, com destaque para três teorias que serão estudadas a seguir:

- a) teoria do desvio de poder (*détournement de pouvoir*) ou desvio de finalidade;
- b) teoria dos motivos determinantes; e
- c) teoria dos princípios jurídicos (juridicidade).

*Teoria do desvio de poder (*détournement de pouvoir*) ou desvio de finalidade*

A teoria do desvio de poder (*détournement de pouvoir*) ou desvio de finalidade, oriunda do Conselho de Estado francês,⁴¹ admite que o Judiciário invalide ato administrativo em desacordo com a finalidade da norma (ex.: a remoção ex officio de um servidor em razão de perseguição pessoal do seu chefe – a remoção não pode ter caráter punitivo; a cessão de imóvel desapropriado para empresa privada executora de atividade econômica lucrativa – a desapropriação só pode ter por finalidade a utilidade pública, a necessidade pública ou o interesse social).

Teoria dos motivos determinantes

De acordo com a teoria dos motivos determinantes, a validade do ato administrativo depende da correspondência entre os motivos nele expostos e a existência concreta dos fatos que ensejaram a sua edição. Mesmo naquelas situações excepcionais em que a lei não exige a motivação (exteriorização dos motivos), caso o agente exponha os motivos do ato, a sua validade dependerá da correspondência com a realidade (ex.: exoneração de agente ocupante de cargo em comissão motivada pelo reiterado descumprimento do horário de trabalho. Comprovado pelo agente que a motivação é falsa, o ato será invalidado).

Na hipótese de pluralidade de motivos justificadores da edição do ato, a eventual apresentação de motivo ilícito, que não contamine a substância do ato, não tem o

condão de gerar a sua nulidade, tendo em vista a inexistência de prejuízo (*pas de nullité sans grief*).

Teoria dos princípios jurídicos e o controle de juridicidade

Por fim, a teoria dos princípios jurídicos exige a compatibilidade dos atos administrativos com os princípios consagrados no ordenamento jurídico. A referida teoria ganhou relevância com o reconhecimento da normatividade dos princípios, no contexto da constitucionalização do Direito Administrativo e do Pós-Positivismo, abrindo a possibilidade do controle ampliado e dotado de maior efetividade do ato administrativo.

A partir do reconhecimento do papel central da Constituição e da normatividade dos princípios constitucionais, a legalidade deixa de ser o único parâmetro para verificação da validade da atuação administrativa. Trata-se do princípio da juridicidade que não aceita a concepção da Administração vinculada exclusivamente às regras prefixadas nas leis, mas sim ao próprio Direito, o que inclui as regras e princípios previstos na Constituição.

O STF editou a Sumula Vinculante 13 para vedar o nepotismo na Administração Pública com fundamento nos princípios da impessoalidade, moralidade e eficiência. O STJ, por sua vez, utiliza-se rotineiramente dos princípios da razoabilidade e da isonomia (impessoalidade) para saber se algumas das exigências contidas em editais de concursos públicos são válidas ou não.

A juridicidade, como se vê, amplia a margem de controle do ato discricionário levada a efeito pelo Judiciário. E isso não para permitir a apreciação do mérito administrativo propriamente dito, porque importaria em inadmissível violação ao princípio da separação de poderes, mas para garantir que o mérito da atuação administrativa não seja um artifício ou

escudo à violação, por via transversa, da ordem jurídica pelo administrador. Contudo, com o intuito de evitar uma simples troca da arbitrariedade administrativa pela judicial, é indispensável a justificação da decisão judicial, como elemento essencial para sua legitimidade, pois só assim há possibilidade do controle “final” pelos “donos do poder” (o povo).

É oportuno notar que o reconhecimento da existência do princípio da juridicidade é uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que há um nítido incremento do prestígio da atividade exercida pela Administração Pública na concretização das normas constitucionais, a juridicidade gera necessariamente restrições mais sensíveis à atuação do administrador e acarreta a ampliação do controle judicial dos atos administrativos, uma vez que a atuação administrativa, para ser considerada válida, deve compatibilizar-se com os princípios consagrados na Constituição da República (moralidade, eficiência, razoabilidade etc.).

Atributos dos Atos Administrativos

Os atributos são as prerrogativas conferidas por lei em virtude do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado. São atributos:

- *Presunção de legitimidade*: até que se prove o contrário, o ato foi editado seguindo a lei, não admitindo-se inversão do ônus da prova, porém é cabível a demonstração do ato ilícito. Caso o particular queira tornar o ato ilegítimo deverá provar que ele não foi praticado respeitando os trâmites legais.

- *Presunção de veracidade*: o ato possui fé pública e os fatos que existem em sua prática são verdadeiros, essa presunção de veracidade não é absoluta, já que admite-se prova em contrário pelo interessado.

São colocados à prova os fatos, devendo o lesado provar a falsidade com a inversão do ônus da prova dos fatos alegados no ato administrativo. Exemplo: a pessoa que é

multada precisa comprovar que não cometeu a infração.

- *Imperatividade*: os atos são imperativos quando impõem obrigações e deveres ao particular, se um ato não gozar dessa imposição não será um ato imperativo. Mesmo que um ato seja inválido pelo particular, não poderá ser ilegal enquanto assim não for assim declarado, devendo a regras serem cumpridas pelo agente.

- *Exigibilidade*: o particular deve cumprir a exigência imposta pelo ato, sob pena de sanção disciplinar, o que permite que o Estado aplique a penalidade sem necessidade de provimento judicial. Exemplo: a placa de sinalização de proibido parar e estacionar exige que o particular cumpra essa ordem, independente ou não de aceitação.

- *Executoriedade ou autoexecutoriedade*: em alguns casos apenas os meios indiretos de coerção não atendem ao interesse público, sendo necessária a aplicação de meios diretos de execução dos atos administrativos. Se o carro estiver parado na área de proibido parar e estacionar o guincho pode ser acionado e retirar o veículo do local frente ao descumprimento de um ato.

- *Tipicidade*: de modo simples, todo administrativo precisa ter previsão em lei, possuir um tipo legal definido.

Questões

01. (Câmara Municipal de São José dos Campos/SP - Técnico Legislativo – VUNESP/2020) Acerca dos atributos dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

A - A presunção de veracidade se aplica aos atos privados da Administração Pública.

B - A imperatividade constitui na prerrogativa de a Administração Pública executar, diretamente, os seus atos,

independentemente da manifestação do Poder Judiciário.

C - A presunção de veracidade não implica na inversão do ônus da prova, pois o cidadão tem o direito de exigir sempre que a autoridade pública comprove que está agindo de acordo com o princípio da legalidade.

D - Prevalece na doutrina o entendimento de que a autoexecutoriedade prescinde prévia autorização legislativa ou a caracterização de situação emergencial.

E - A autoexecutoriedade autoriza a Administração a, em determinados casos, utilizar de forma moderada a força para viabilizar a execução do interesse público.

02. (DPE-MT - Técnico de Apoio Administrativo - IBFC/2022) O ato administrativo deve conter seus componentes para que seja perfeito e válido. São sete os requisitos do ato administrativo. Assinale a alternativa que contém o requisito que é o modo pelo qual o ato aparece e revela sua existência.

- A- Finalidade
- B- Forma
- C- Agente público
- D- Motivo

03. (MPC-SC - Técnico em Atividades Administrativas - CESPE/CEBRASPE/2022) Maria, servidora pública de determinada autarquia estadual, aplicou advertência a Caio, seu subordinado, por este ter praticado ato que não era de sua atribuição legal. Inconformado com a punição, Caio impetrou mandado de segurança visando anular a pena administrativa aplicada.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o item seguinte.

Considerando que Caio realmente tenha atuado fora dos limites de sua competência legal, é correto afirmar que o ato administrativo por ele praticado apresentou vício de competência.

- () Certo () Errado

04. (DPE-AM - Assistente Técnico de Defensoria - Assistente Técnico Administrativo - FCC/2022) João, chefe de uma repartição pública, justifica a remoção de Maria para uma cidade distante com base no interesse público. No entanto, sua intenção era puni-la por desavenças anteriores. Na presente situação, o ato administrativo carrega vício de

- A- ilegalidade de objeto.
- B- incompetência do agente.
- C- forma.
- D- ausência de motivação.
- E- desvio de finalidade.

Alternativas

01. E - 02. B - 03. Certo - 04. E

Classificação

A classificação existe para separar os grupos de atos, vejamos:

- Quanto à liberdade (vinculados e discricionários)

Vinculados: possuem definição em lei e não dão margem de escolha ao agente público;

Discricionários: ainda que sejam regulamentados por lei, este instrumento legal dá poder de escolha a atuação do agente público.

- Quanto à formação (simples, complexos e compostos)

Simples: necessita da manifestação da vontade de apenas um órgão, tornando-o perfeito;

Complexos: necessita da vontade de órgãos públicos diferentes, em mesmo nível hierárquico;

Compostos: necessita da manifestação da vontade de mais de um órgão. É preciso ter uma vontade principal e uma acessória.

- Quanto aos destinatários (gerais ou individuais)

Gerais: voltado para uma quantidade indeterminada de pessoas, não especificando a(s) pessoa(s). Dependem de publicação para produção de efeitos;

Individuais: voltado para indivíduos específicos, devendo para tanto estar explicitado no ato.

- Quanto ao objeto (império, expediente e gestão)

Império: o poder público coloca imposições, aplica penalidades, levando em consideração a supremacia do interesse público sobre o privado. Podem ser anulados pela Administração ou Poder Judiciário ou revogado por motivo de interesse público;

Expediente: dá andamento a atividade administrativa, sendo considerada a execução de condutas definidas;

Gestão: será executado pelo Poder Público, porém sem as prerrogativas do Estado, sendo que particular e Administração ficam em posição de igualdade. Aqui não há restrições e o Estado não pode se valer de meios coercitivos para forçar a execução.

- Quanto à estrutura (concretas e abstratas)

Concretas: irá resolver um caso em específico, de modo que os seus efeitos findam em um único momento, não restando resquícios após a aplicação de determinado ato;

Abstratos: definem uma regra genérica que deve ser aplicado quando a situação que constar no ato de fato ocorrer.

- Quanto aos efeitos (constitutivos e declaratórios)

Constitutivos: cria-se uma situação jurídica nova que ainda não existia previamente, portanto são novos direitos ou até mesmo o final de outros que já não servem para esses novos atos;

Declaratórios: afirmam um direito preexistente, com o reconhecimento de uma situação jurídica previamente formada.

- Quanto aos resultados (ampliativos e restritivos)

Ampliativos: conferem direitos e vantagens aos seus destinatários,

concedendo vantagens feitas pelo interessado;

Restritivos: dentro dos limites da lei há uma imposição de obrigações e aplicação de penalidades aos destinatários.

- Quanto ao alcance (internos e externos)

Internos: os efeitos são produzidos dentro da estrutura da Administração Pública, conferindo regras que devem ser cumpridas pelos agentes públicos, não atingindo pessoas que sejam estranhas ao quadro da Administração. Não dependem de publicação oficial;

Externos: produzem efeitos aos administrados que sejam estranhos à Administração, não necessita ser alguém interno. Por isso para a produção de efeitos esses atos precisam ser publicados em órgão oficial para que a sociedade tome conhecimento.

- Quanto à capacidade de produção

Unilaterais: formado por uma única vontade. Exemplo: alvará de funcionamento.

Bilaterais: formados pelo acordo de vontades. Exemplo: contrato

Multilaterais: formado por diversas vontades de vários agentes.

Espécies de atos administrativos.

- Atos administrativos normativos

São atos gerais e abstratos que causam obrigações a um número indeterminado de pessoas, respeitando os limites da lei. Esses atos ocorrem devido ao poder normativo do Estado, por meio da execução das leis, permitindo aplicação das seguintes espécies:

Regulamento: ato normativo privativo do chefe do Poder Executivo, feito por meio da expedição de decreto. Os regulamentos podem ser executivos e autônomos.

- Atos administrativos ordinatórios

São atos de ordenação e organização interna advindos do poder hierárquico.

Destinam-se a produzir efeitos no âmbito da Administração Pública.

Os ordinatórios podem ser por portaria, circular, ordem de serviço, despacho, memorando e ofício.

- Atos negociais ou de consentimento

São aqueles em que a administração confere direitos pretendidos pelos particulares. O interesse do particular e do Estado comunicam-se ao mesmo tempo.

Fazem parte dos atos negociais a autorização, a permissão, a licença, admissão, aprovação e homologação.

- Atos administrativos enunciativos

São os que estabelecem opiniões e conclusões do ente estatal, não estão sujeitos à análise de mérito ou legalidade, portanto não produzem efeitos imediatos.

Fazem parte dos atos enunciativos o atestado, a certidão, apostila ou averbação e parecer.

- Atos administrativos de controle ou de verificação

Os atos administrativos de controle ou de verificação são aqueles que controlam a legalidade e o mérito de atos administrativos já editados. Em determinados casos, os atos de controle são necessários para produção de eficácia de certos atos administrativos, razão pela qual parcela da doutrina utiliza também a expressão atos confirmatórios (ou de confirmação). Os atos de controle são: aprovação, homologação e visto

Aprovação- É o ato administrativo discricionário que controla, preventiva ou repressivamente, outro ato administrativo (ex.: aprovação de projeto para execução de uma obra).

Homologação- A homologação, por sua vez, é o ato administrativo que controla a legalidade e o mérito de ato anterior. Ex.: homologação da licitação.

Visto- O visto é o ato administrativo que verifica a legitimidade formal de outro ato (ex.: visto da autoridade superior em

relação ao parecer elaborado pelo subordinado).

- Atos administrativos punitivos ou sancionatórios

Punitivos são aqueles que contêm sanção imposta pela Administração aos servidores e particulares que se submetem à disciplina administrativa. São exemplos de atos punitivos, para Hely Lopes Meirelles: imposição de multa administrativa, interdição de atividade e punição disciplinar de servidores públicos.

Os atos administrativos punitivos ou sancionatórios podem ser aplicados sobre os administrados (viola a norma administrativa) e os agentes públicos (infração funcional, poder disciplinar. Ex.: demissão, suspensão de direitos políticos).

Questões

01. (Câmara Municipal de Sorocaba - Oficial Legislativo - Avança/2022) Considerando as espécies de atos administrativos, são denominados ordinatórios, EXCETO:

- A - Circulares.
- B - Ofícios.
- C - Instruções.
- D - Deliberações.
- E - Despachos.

02. (PC/BA - Investigador de Polícia Civil - IBFC/2022) Acerca das espécies dos atos administrativos, especialmente quanto ao seu conteúdo, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() Licença é o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade.

() A autorização é ato constitutivo e a licença é ato declaratório de direito preexistente.

() A autorização administrativa baseia-se no poder hierárquico e disciplinar do Estado sobre a atividade privada.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

A - V - V - V

B - V - F - V

C - F - F - V

D - V - V - F

E - F - V - F

03. (CRF-GO - Agente Administrativo - QUADRIX/2022) No que se refere aos atos administrativos, julgue o item.

Atos gerais, também denominados normativos, são os que regulam uma quantidade indeterminada de pessoas que se encontram na mesma situação jurídica.

() Certo

() Errado

04. (CRF-GO - Agente Administrativo - QUADRIX/2022) No que se refere aos atos administrativos, julgue o item.

Os atos de polícia, tais como a apreensão de bens, podem ser classificados como atos de gestão.

() Certo

() Errado

Alternativas

01.D – 02.D - 03. Certo - 04. Errado

Teoria dos Motivos Determinantes

Pela Teoria dos Motivos Determinantes, a validade do ato administrativo está vinculada à existência e à veracidade dos motivos apontados como fundamentos para a sua adoção, a sujeitar o ente público aos seus termos.⁴⁷

Vícios

O vício é o defeito do ato administrativo, que permite a sua invalidação, já que apresenta um defeito nos seus elementos. Os vícios permitem a declaração de

nulidade ou a anulação dos atos administrativos.

Dentre os vícios aqui vale frisar os que mais são cobrados em concursos: vício da forma. O vício da forma é sanável quando não for capaz de causar prejuízos ao interesse público e a terceiros, devendo manter esse interesse.

Temos também o vício de finalidade, que ocorre quando há um desvio de poder ou de finalidade. O agente possui competência para agir buscando uma finalidade de interesse geral.

Ato Nulo x Ato Anulável

A diferença entre ambos está nos efeitos, se o ato for nulo, não possui aptidão para produção de efeitos jurídicos, tornando inválida a decisão, que não será eficaz.

Se o ato for anulável ele produzirá efeitos até o momento da sua anulação, afastando, assim, todos os efeitos produzidos desde o início.

Extinção dos atos administrativos.

Na extinção o ato já cumpriu todos os efeitos ou ainda já chegou ao seu termo final.

Extinção normal ou natural

O ato administrativo extingue-se naturalmente quando produz seus efeitos ou no advento do prazo nele estipulado (ex.: o ato que concede férias é extinto com o gozo das férias pelo servidor; a autorização de uso de bem público, editada pelo prazo de cinco anos, é extinta com o término do prazo).

⁴⁷

Extinção por manifestação de vontade da Administração: caducidade, cassação, anulação e revogação

Renúncia

Forma de extinção aplicada para atos ampliativos e confere direitos a particulares, pois não é possível renunciar a obrigações. Na prática, o particular abre mão de um direito através da edição de um ato administrativo.

Retirada

É a extinção precoce do ato administrativo, por intermédio da edição de um ato que o desfaza. Pode ocorrer por meio de anulação, revogação, cassação, caducidade e contraposição.

a. anulação (invalidação): desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade. Ela produz efeitos retroativos à data em que foi emitido (efeitos *ex tunc*).

SÚMULA 346, STF

A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

SÚMULA 473, STF

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Quando feita pelo Poder Judiciário, é necessária provocação dos interessados, que poderão usar as ações ordinárias e especiais, previstas na lei processual.

Quando feita pela própria Administração, independe de provocação do interessado, pois está vinculada ao princípio da legalidade.

O ato administrativo pode ser convalidado e diante disso estamos nos

referindo à convalidação ou sanatória, que permite a correção do ato se o interesse público exigir e o vício for sanável, desde que seja oportuno e conveniente, além de não causar prejuízos a terceiros.

b. revogação: é a extinção do ato administrativo por motivos de conveniência e oportunidade ou ainda razões de mérito. Pense da seguinte forma, não há mais vícios no ato, porém ele se tornou desnecessário para a Administração.

Não compete ao Judiciário examinar o mérito do ato administrativo, de modo que somente a Administração poderá de ofício ou por provocação.

Alguns atos não podem ser revogados, no caso dos consumados, irrevogáveis, que gerem direitos adquiridos, atos vinculados, enunciativos, de controle e complexo.

c. Cassação: é a extinção do ato por motivo de ilegalidade superveniente decorrente do descumprimento dos requisitos impostos para a sua expedição pelo beneficiário.

d. Caducidade: é a extinção do ato por lei superveniente que impede a manutenção do ato que era válido no seu início. É um caso de ilegalidade superveniente que contam exclusivamente com a ação do legislador por ter alterado determinada lei.

e. Contraposição: é a extinção do ato por ser impossível mante-lo, já que conflita com um ato novo que trata da matéria.

f. Convalidação ou Sanatória (saneamento): é a forma que a Administração usa para suprir um vício, possui efeitos retroativos à data em que foi praticado o vício, para produzir os efeitos almejados. Nem todo ato ilegal pode ser convalidado, ainda que ele recaia sobre a ilegalidade.

Prescrição Administrativa

No regime administrativo, sob a ótica da Administração Pública, a prescrição pode

ser definida como a perda do prazo pela Administração Pública para rever os próprios atos ou para aplicar penalidades administrativas. Já sob a ótica do administrado, pode ser entendida como a perda do prazo de que dispõe o particular para recorrer de decisões administrativas.

Diante da prática do ato irregular ou, em caso de infração permanente, o prazo para a Administração agir é de 5 anos. Da mesma forma, aplica-se também o prazo prescricional quinquenal ao particular.

Questões

01. (Câmara Municipal de São José dos Campos/SP - Técnico Legislativo - VUNESP/2022) O Diretor Administrativo da Câmara Municipal emitiu ato administrativo vinculado que possui vício de forma. A autoridade administrativa entende que o interesse público será melhor atendido caso o ato seja preservado. Com base na situação hipotética e na teoria do ato administrativo, é correto afirmar que

A - por se tratar de vício sanável, será cabível a convalidação, que produzirá efeitos retroativos.

B - em função do princípio da legalidade, qualquer ato administrativo viciado deve ser anulado.

C - o ato deverá ser revogado.

D - será possível a convalidação, ainda que haja prejuízo a terceiro, sempre que essa conduta se mostrar adequada a atender o interesse público.

E - o ato administrativo deve ser anulado, pois o vício de forma não é passível de convalidação.

02. (MPCM/PA - Subprocurador de Contas - CESPE-CEBRASPE/2022) No direito administrativo, o ato vinculado, perfeito e eficaz, destituído de vícios e que poderá extinguir um ato administrativo, desde que seus efeitos não estejam preclusos ou exauridos, é conhecido por

A - convalidação.

B - revogação.

C - anulação.

D - competência da autotutela.

E - extinção inominada.

03. (SEFAZ-AM - Assistente Administrativo da Fazenda Estadual - FCC/2022) O empresário João obteve do poder público licença para funcionamento de um hotel. Seis meses após o início das atividades de seu estabelecimento, João mudou a finalidade do empreendimento, que passou a ser um misto de casa de show e de motel, sem qualquer comunicação ou ciência do poder público.

Tendo em vista que, de forma superveniente à concessão da licença, João, por sua culpa, descumpriu os requisitos do ato de sua concessão, haverá a extinção do ato administrativo de licença por meio da

A - caducidade.

B - cassação.

C - contraposição.

D - revogação.

E - convalidação.

04. (IGP-SC - Auxiliar Médico-Legal - FEPESE/2022) Assinale a alternativa correta acerca da invalidação do ato administrativo.

A - A invalidação do ato administrativo não gerar o dever de a administração pública indenizar o particular.

B - A revogação do ato administrativo vinculado ou já consumado está sujeito aos mesmos requisitos para a sua edição.

C - O motivo para a revogação do ato administrativo é o vício de ilegalidade.

D - A competência para revogar o ato administrativo é da própria administração pública ou do Poder Judiciário.

E - Os efeitos do ato administrativo revogado devem permanecer vigentes até a edição do ato revogatório.

Alternativas

01. A - 02. B - 03. B - 04. E

Orçamento público

Orçamento Público

Orçamento público no Brasil

O orçamento nasceu como instrumento de controle político do Parlamento sobre a Coroa, e foi adotado pelos revolucionários franceses em 1789. Com o espírito francês, os princípios orçamentários foram transmitidos às novas nações que se formavam do outro lado do Atlântico e mesmo pelo restante do mundo.

No Brasil, o orçamento surge logo após a revolução pernambucana no ano de 1817, quando D. João VI criou vários impostos no país. Mas somente na Constituição de 1824 é que a peça orçamentária foi estabelecida oficialmente. No entanto, apenas em 1830 tivemos o primeiro Orçamento Geral no Brasil, votado para o exercício financeiro de 1830 e 1831.

Em termos históricos, no Brasil, o orçamento público passou por três etapas:

1. O orçamento tradicional;
2. O orçamento de desempenho; e
3. O orçamento-programa.

Orçamento Público

A ação planejada do Estado⁴⁸, quer na manutenção de suas atividades, quer na execução de seus projetos, materializa-se por meio do orçamento público, que é o instrumento de que dispõe o Poder Público (em qualquer de suas esferas) para expressar, em determinado período, seu programa de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios a serem efetuados.

O orçamento público e a teoria do orçamento podem ser analisados de diferentes perspectivas:

- como instrumento de planejamento (orçamento-programa);
- como instrumento básico de política fiscal;
- como instrumento de controle político (orçamento tradicional);
- como sistema de informação;
- como instrumento de suporte à gestão governamental; e
- como instrumento de avaliação do gasto público.

O orçamento público⁴⁹ é o instrumento de planejamento que detalha a previsão dos recursos a serem arrecadados (impostos e outras receitas estimadas) e a destinação desses recursos (ou seja, em quais despesas esses recursos serão utilizados) a cada ano. Ao englobar receitas e despesas, o orçamento é peça fundamental para o equilíbrio das contas públicas e indica as prioridades do Governo para a sociedade.

Essa ferramenta estima tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto fixa as despesas a serem efetuadas com o dinheiro. Assim, as receitas são estimadas porque os tributos arrecadados (e outras fontes) podem sofrer variações ano a ano, enquanto as despesas são fixadas para garantir que o governo não gaste mais do que arrecada.

A União, cada estado e cada município elaboram anualmente seu orçamento. No Orçamento da União, é possível encontrar os valores que o Governo Federal pretende gastar com o seu funcionamento e na execução das políticas públicas, como as de saúde, educação, e segurança. Somente as despesas ali previstas podem ser executadas.

Uma vez que o orçamento detalha as despesas, pode-se acompanhar as prioridades do governo para cada ano, como, por exemplo: o investimento na

⁴⁸ Piscitelli, Roberto B. Contabilidade Pública. Disponível em: Minha Biblioteca, (14th edição). Grupo GEN, 2019.

⁴⁹ <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento>

construção de escolas, a verba para transporte e o gasto com a saúde.

O processo de elaboração do orçamento é complexo, pois envolve as prioridades do Brasil, e é essencial para a melhor aplicação dos recursos públicos.

O processo de planejamento envolve várias etapas, porém três delas se destacam: a aprovação da Lei do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Cada uma dessas leis é proposta pelo Poder Executivo, a partir de objetivos específicos, e depende da aprovação do Congresso Nacional. Isso permite que os deputados e senadores eleitos representantes influenciem o orçamento, adequando as leis às necessidades mais críticas da população que representam.

Funções do Orçamento Público⁵⁰⁵¹

Na função alocativa, o Estado atua diretamente na produção de bens. O governo dirige a utilização dos recursos totais da economia, incluindo a oferta de bens públicos. Dessa forma, podem ser criados incentivos para desenvolver certos setores econômicos em relação a outros

De acordo com a Teoria Econômica do Bem-Estar Social, existem razões para essa atuação produtiva do Estado, as denominadas falhas de mercado: competição imperfeita, existência de bens públicos, presença de externalidades e de mercados incompletos, informação imperfeita, desemprego e outros distúrbios macroeconômicos. Por meio do Orçamento Público são feitas alocações de recursos, por exemplo, para que empresas governamentais atuem diretamente na oferta de bens à sociedade.

De acordo com a função distributiva, verifica-se que nem todas as distribuições

de bens e recursos da sociedade são desejáveis, principalmente por considerações de eficiência e de justiça social. Isso leva a que o governo se utilize do Orçamento para promover políticas de distribuição de recursos públicos como forma de tentar resolver tais tipos de problemas.

Essa função tem importância fundamental para o crescimento equilibrado do país. Por intermédio dela, o governo deve combater os desequilíbrios regionais e sociais, promovendo o desenvolvimento das regiões e classes menos favorecidas.

A função estabilizadora está relacionada às escolhas orçamentárias na busca do pleno emprego dos recursos econômicos; da estabilidade de preços; do equilíbrio da balança de pagamentos e das taxas de câmbio, com vistas ao crescimento econômico em bases sustentáveis.

Em termos macroeconômicos, a política fiscal por meio do Orçamento Público visa promover ajustes para que a economia atinja adequado nível de estabilidade. Essa função estabilizadora é importante com vistas a um alto nível de emprego, um grau razoável de estabilidade nos preços, equilíbrio no balanço de pagamentos e uma aceitável taxa de crescimento econômico.

Princípios Orçamentários

Na elaboração e execução orçamentária⁵²⁵³, a maioria dos autores dá ênfase ao que se convencionou chamar de princípios orçamentários, que são premissas, linhas norteadoras de ação a serem observadas na concepção e implementação da proposta, o que, obviamente, não é estático, pressupondo-se a evolução desses princípios ao longo do tempo.

A melhor forma de se obter a transparência do orçamento público e

⁵⁰ <https://bityli.com/NCowHncN>

⁵¹

<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2170/1/Or%C3%A7amento%20P%C3%BAblico%20Conceitos%20B%C3%A1sicos%20-%20M%C3%B3dulo%20%20%281%29.pdf>

⁵² Nascimento, Edson R. *Gestão pública*. Disponível em: *Minha Biblioteca*, (4th edição). Editora Saraiva, 2020

⁵³ Marques, Euvaldo. *Finanças Públicas – Administração Financeira e Orçamentária*. Disponível em: *Minha Biblioteca*, Editora Saraiva, 2015

facilitar o seu controle e avaliação é buscar a elaboração da peça legal, seguindo e obedecendo aos princípios clássicos do orçamento. O objetivo desses princípios é tornar o orçamento transparente e facilitar o seu controle e avaliação.

Os princípios orçamentários podem ser divididos em fundamentais e operacionais:

- os princípios fundamentais são os mais clássicos e normalmente são seguidos e aceitos pela maioria dos agentes públicos em nível local e em âmbito internacional;
- já os princípios operacionais têm como objetivo tornar o orçamento mais racional e eficiente.

Destacam-se como princípios orçamentários fundamentais e operacionais:

Princípios fundamentais:

- princípio da Legalidade;
 - princípio da Reserva Legal;
 - princípio da periodicidade (na maioria dos casos se resume no princípio da anualidade);
 - princípio da exclusividade;
 - princípio da unidade;
 - princípio da universalidade.
- Princípios operacionais:
- princípio do Equilíbrio Orçamentário;
 - princípio da Publicidade;
 - princípio da especificação;
 - princípio da Não Vinculação de Impostos;
 - princípio do Orçamento Bruto.

Princípio da Legalidade

De acordo com esse princípio, o sistema orçamentário deverá estar em sintonia com o planejamento e a programação do poder público, garantindo que todos os atos relacionados aos interesses da sociedade devem passar pelo exame e pela aprovação do parlamento.

A legalidade pode ser dividida em duas partes:

1. a legalidade da despesa: é a autorização legislativa da despesa. A despesa deve ser autorizada por lei especial, pela Lei do Orçamento ou por lei de créditos adicionais;

2. a legalidade da receita: é autorização legislativa da receita. A receita também deve ser autorizada por lei. Antigamente, o próprio orçamento autorizava a arrecadação da receita. Hoje em dia, a lei que institui o tributo autoriza a sua cobrança e arrecadação.

Princípio da Reserva Legal

De acordo com a Constituição Federal, a iniciativa para propor a Lei do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual é do Poder Executivo. Essa exclusividade em matéria orçamentária é denominada Reserva Legal.

Resta, por fim, considerar que o princípio da Reserva Legal foi o primeiro princípio a ser definido, historicamente. Ele declara que o orçamento deve ser, obrigatoriamente, objeto de uma lei, a qual deve ser o fruto de um processo legislativo completo.

A legalização da despesa orçamentária ocorre da seguinte forma: uma proposta, que contém o projeto de lei do orçamento, deve ser elaborada pelo Executivo e submetida ao Legislativo (Congresso Nacional, em nível federal), para que possa ocorrer apreciação (autorização – controle político) e a posterior devolução da lei ao Poder Executivo para sanção e publicação.

Um dos aspectos mais importantes nesse processo é que as despesas do orçamento precisam receber autorização legal. O orçamento precisa ter força de lei para que todos saibam que ele foi autorizado.

Princípio da periodicidade

O princípio da Periodicidade diz que o orçamento deve obedecer a uma certa periodicidade, que, na maioria das vezes, é de um ano, uma vez que esta é a medida de

tempo normal para previsões dentro do setor público (ano civil).

Um ano também é um período razoável para que o Poder Legislativo possa interferir e controlar o orçamento, de maneira a permitir a correção de eventuais desvios que porventura venham a ocorrer.

A correção dos desvios é um preceito estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), concretizado por meio de relatórios tais como o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

Ambos verificam os valores de receitas e despesas e constata se houve desvios de limites de gastos ou desvios de metas fiscais. No caso da ocorrência de desvios, deve-se buscar, na Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), as medidas corretivas que deverão ser adotadas.

Essas verificações dos dados orçamentários, financeiros e fiscais são feitas anualmente, ou seja, durante o período de um ano. Por outro lado, os relatórios fiscais da LRF serão publicados trimestralmente (RGF) e bimestralmente (RREO).

Princípio da anualidade

As previsões de receita e fixação da despesa devem corresponder ao período de um ano. Ou seja, no Brasil o orçamento obedece ao princípio da Anualidade. A Constituição Federal de 1988 dispõe que leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão orçamentos anuais. Assim, o texto constitucional declara que o período de vigência do orçamento é de um ano.

Esse período de vigência do orçamento se denomina exercício financeiro. O art. 34 da Lei n. 4.320/64 estipula que o exercício financeiro coincide com o ano civil (de 1º de janeiro até 31 de dezembro). Daí surge uma pergunta: Qual será o foco das atenções no orçamento durante esse período? A resposta está no art. 35 da Lei n. 4.320, que diz:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

- I – as receitas nele arrecadadas; e
- II – as despesas nele legalmente empenhadas.

Princípio da exclusividade

O orçamento deve conter apenas matéria de cunho orçamentário e não deve cuidar de assuntos adversos, o que, aliás, está previsto no art. 165, § 8º da Constituição

Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos suplementares e contratação de operação de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

O princípio da exclusividade foi introduzido no direito brasileiro pela reforma constitucional de 1926. Ele admite exceção à autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de créditos.

Princípio da unidade

O orçamento deve ser uno, ou seja, do ponto de vista estritamente formal, cada ente federado (União, Estado, Distrito Federal e município) deve ter apenas um orçamento. Busca-se, dessa forma, eliminar a existência de orçamentos paralelos.

No caso do Brasil, a União possui três peças orçamentárias (o que pode sugerir o desrespeito ao princípio da Unidade): 1. o orçamento fiscal; 2. o orçamento da seguridade social; e 3. o orçamento de investimentos em empresas que a União detenha a maioria do capital social votante.

Esses três orçamentos estão integrados de forma harmônica dentro de um sistema integrado de planejamento-orçamento. A utilização do princípio da Unidade no processo de elaboração torna o orçamento mais transparente, facilitando seu controle e a avaliação.

Apesar da existência de três peças orçamentárias no Governo Federal, eles devem ser harmônicos entre si, integrando

uma única norma legal: a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O Princípio da Unidade pressupõe que todas as Receitas e Despesas em cada exercício financeiro devem integrar um único documento legal dentro de cada nível federativo. Na área federal, este documento único é denominado de Orçamento Geral da União (OGU).

Este princípio elimina a existência de orçamentos paralelos, na forma do art. 165, da Constituição, na configuração como antes existentes.

Princípio da universalidade.

O orçamento deve conter todas as receitas e as despesas referentes aos poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta. A exposição dessa totalidade ou universalidade das receitas e das despesas constitui o princípio da Universalidade.

A ideia desse princípio está associada a palavras tais como totalidade, total, todas etc., no sentido de que o orçamento deverá conter todas as receitas e todas as despesas públicas. Contudo, na vida real, essa lógica nem sempre se processa no orçamento, ou seja, existem exceções ao princípio da Universalidade.

O princípio da Universalidade é previsto nos arts. 2º, 3º, 4º e 6º da Lei n. 4320/64 que, no conjunto, preconizam que o orçamento deve conter as receitas e as despesas do Estado. O objetivo do princípio da Universalidade é possibilitar ao Legislativo conhecer e autorizar, previamente, essas receitas e despesas.

Além da previsão legal do princípio da Universalidade na Lei n. 4320/64, a definição constitucional do orçamento fiscal enquadra-se muito bem nesse princípio orçamentário.

Senão, vejamos: verificamos ao ler o art. 165, § 5o, I, que o orçamento fiscal possui todas as receitas e todas as despesas fiscais (com exceção dos valores dos orçamentos da Seguridade Social e do orçamento de investimentos).

Incluem-se no orçamento fiscal as receitas e as despesas dos poderes da União e de todos os tipos de administração pública da União. São receitas e despesas dos fundos, órgãos, das entidades da administração direta e indireta, incluindo as fundações.

Novamente aqui, no art. 165, § 5o, I, também o princípio da Universalidade está refletido e expresso nas palavras todos e todas (receitas e despesas de todos os órgãos).

Ocorre, no entanto, conforme asseverado, que esse princípio não é absoluto, existindo exceções à regra. Ou seja, não se incluem no orçamento as receitas e as despesas extraorçamentárias.

Princípio do Equilíbrio Orçamentário

Esse é um princípio clássico de finanças públicas, que postula a necessidade do equilíbrio entre receita e despesa. A Constituição Federal de 1988 pretendeu obter a aplicação deste princípio no que tange às operações correntes. Esse é o foco do art. 167, inciso III, da CF, o qual vedou a realização de operações de crédito que ultrapassem o montante das despesas de capital.

Em cada exercício financeiro, o montante da despesa não deve ultrapassar o da receita prevista para o período.

Nesse caso, a proposta é obter o equilíbrio entre as despesas e as receitas (receitas aqui no seu sentido estrito, ou seja, não incluindo as operações de crédito). Dessa forma, evita-se o financiamento de despesas correntes por meio de endividamento.

A LRF também faz uso desse princípio ao determinar que o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária, conforme previsto no § 2º do art. 12.3

Além disso, tanto a Lei n. 4.320/64 como a LRF e a própria Constituição Federal

procuram garantir o cumprimento do princípio do equilíbrio de uma forma mais ampla, estabelecendo normas e impondo condição para a criação de despesas. Tais normas determinam que a criação de qualquer despesa deve vir acompanhada da indicação da fonte de recursos para garantir o equilíbrio orçamentário.

Princípio da Publicidade

O conteúdo orçamentário deve ser divulgado ou publicado pelos veículos oficiais de comunicação ou divulgação para conhecimento público, também pela busca da eficácia ou da legitimidade do ato, que é princípio exigido para todos os atos oficiais do governo.

Este princípio é derivado da mesma regra constitucional de administração pública, no tocante à publicidade dos atos de gestão, que está contido no art. 37, da Constituição.

Princípio da especificação

De acordo com esse princípio, as receitas e as despesas devem aparecer no orçamento de maneira discriminada, demonstrando a origem e a aplicação dos recursos. Quanto maior a discriminação, maior será a clareza e a possibilidade de fiscalização pelos agentes competentes.

O § 4º do art. 5º da LRF estabelece a vedação de consignação de crédito orçamentário com finalidade imprecisa, exigindo, assim, a especificação da despesa.

Também o art. 5º da Lei n. 4.320/64 estabelece que a Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.

O princípio da Especificação determina ainda que os montantes das receitas e despesas devem estar bem identificados, de modo que possam ser entendidos por toda a sociedade, quer seja, indiretamente, pelos seus representantes (os congressistas), quer seja, diretamente, pelo cidadão comum, pelo chamado “controle social”.

Os recursos são correlacionados a metas físicas a serem concretizadas durante a execução do orçamento, nos prazos fixados. Esse princípio era reforçado com a publicação do Quadro de Detalhamento das Despesas (QDD), alguns dias após a aprovação da lei orçamentária. Quanto maior for a discriminação das receitas e das despesas, maior será a clareza e a possibilidade de fiscalização por parte dos agentes competentes e de controle, além do público em geral.

As exceções a este princípio orçamentário são os programas especiais de trabalho e a reserva de contingência mencionada no art. 5º, III da LRF. Na verdade, a reserva de contingência será estabelecida, nos termos da norma legal, com base na Receita Corrente Líquida (RCL) e será destinada ao atendimento de eventos imprevistos.

Princípio da Não Vinculação de Receita de Impostos

Os impostos não devem ser vinculados a órgão, fundo ou despesa, exceto os casos previstos no próprio texto constitucional ou em mandamentos legais, por exemplo:

- a participação de estados, Distrito Federal e municípios na arrecadação tributária;
- os recursos para saúde e educação;
- a prestação de garantias à União;
- o pagamento de débitos para com a União; e
- a garantia de Operações por Antecipação de Receitas.

São as seguintes disposições constitucionais ditadas pelo art. 167, que vedam tais vinculações:

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como

determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contra garantia à União e para pagamento de débitos para com esta”

Princípio do Orçamento Bruto.

É princípio complementar à universalidade orçamentária. Determina que todas as receitas e despesas devem aparecer no orçamento em seus valores brutos. Tem a finalidade de impedir a inclusão de importâncias líquidas, sem a discriminação, por exemplo, da origem e da totalidade dos recursos arrecadados.

Assim, o orçamento público deve apresentar e discriminar os abatimentos e os descontos aos valores brutos com a finalidade de satisfazer a outro princípio orçamentário que é o princípio da transparência. Ao se impedir a apresentação de valores líquidos, evita-se que informações sobre valores de abatimentos, descontos e compensações sejam escondidas pela simples apresentação de valores líquidos sem a discriminação desses diversos tipos de descontos.

O princípio do Orçamento Bruto está previsto no art. 6º da Lei n. 4.320/64.

Tipos e Técnicas do Orçamento

Orçamento Tradicional

Os procedimentos até então utilizados para a elaboração orçamentária antes da Lei n. 4.320, de 1964 e do Decreto-lei n. 200, de 1967, baseavam-se na técnica tradicional, ou seja, o de que bastava, apenas, o levantamento de montantes para previsão da receita e fixação da despesa.

Não se vislumbravam, nesse caso, compromisso algum com o atendimento das necessidades formuladas pela coletividade ou da própria administração pública e não ficavam evidentes os objetivos econômicos e sociais que motivariam a elaboração orçamentária. Na concepção de hoje, esta seria uma hipótese absurda.

Essa técnica era pautada por uma preocupação exagerada com o controle contábil do gasto, que refletia o obsessivo detalhamento da despesa, do desdobramento desta em vários níveis, cuja finalidade seria, apenas, o de verificar o objeto do gasto. Outro fato interessante é que, ao tomar essa direção, a programação ou a distribuição dos recursos para unidades orçamentárias era realizada com base na proporção do montante gasto em exercícios passados, e não em função do programa de trabalho ou da intenção do que se pretendia realizar.

Depreende-se, portanto, que o orçamento tradicional se caracteriza como um instrumento de autorização de despesas a entidades assinaladas na peça legal, em que estão relacionados os elementos de despesas (pessoal, material, equipamentos etc.) e as respectivas fontes de receita.

A maior deficiência do orçamento tradicional consistia no fato de que ele não privilegiava um programa de trabalho e um conjunto de objetivos a alcançar. Adotava uma filosofia incrementalista, pois os órgãos eram contemplados no orçamento de acordo com o que gastavam no exercício anterior e não em função do que pretendiam realizar.

Orçamento de desempenho

O orçamento clássico tradicional evoluiu para o orçamento de desempenho ou de realizações, em que se buscava saber “as coisas que o governo faz e não as coisas que o governo compra ou gasta”. Assim, saber o que a administração pública compra se tornou menos relevante do que saber para que se destina a referida aquisição.

O orçamento de desempenho é aquele que apresenta os propósitos e objetivos para os quais os créditos se fazem necessários, os custos dos programas propostos para atingir aqueles objetivos, além de dados quantitativos que meçam as realizações e o trabalho levados a efeito em cada programa (observa-se que a figura do programa surgiu com o orçamento de desempenho e não com o orçamento-programa).

O orçamento de desempenho, embora já ligado aos objetivos, não poderia, ainda, ser considerado um orçamento-programa, visto que lhe faltava uma característica essencial, que era a vinculação ao sistema de planejamento.

Orçamento Participativo

O orçamento participativo engaja a população ao processo da elaboração orçamentária, seja por meio de lideranças da sociedade civil, seja por meio de audiências públicas ou por outras formas de consultas diretas aos cidadãos. Normalmente, os orçamentos públicos, nas democracias representativas, são elaborados pelo poder Executivo e aprovados pelo Legislativo.

De acordo com outros estudiosos, a principal razão da existência do Legislativo, na sua função precípua de representação popular, está na participação direta com o Executivo na alocação dos recursos públicos por intermédio da elaboração dos orçamentos.

O Orçamento Participativo constitui uma das formas mais diretas de consultar a sociedade para a definição das ações de governo destinadas à resolução dos problemas por ela considerados prioritários.

O Orçamento Base-Zero

Não foi considerado propriamente um marco na evolução da tecnicidade orçamentária, mas apenas uma conduta técnica simples, de elaboração da peça orçamentária, conquanto que:

- ao final de cada exercício, os programas orçamentários componentes fossem tecnicamente zerados em seus valores, o que obrigava os executores a levantarem estimativas, com vistas à obtenção de novas prioridades para o orçamento seguinte;

- a realização de procedimentos de análise, revisão e avaliação de todas as despesas propostas, e não apenas daquelas que ultrapassassem o limite de gasto existente;

- os esforços eram direcionados para a melhoria da eficiência na alocação dos recursos públicos.

A principal característica do orçamento base zero é a avaliação dos resultados alcançados. Os objetivos do orçamento base zero são:

- planejamento orçamentário para o exercício seguinte;

- obediência ao princípio da economicidade;

- planejamento estratégico para identificar as reais necessidades financeiras;

- acompanhamento sistemático dos programas; e

- planejamento estruturado a longo prazo.

Nesse sentido, o orçamento base zero representa uma evolução do orçamento tradicional, criando condições para a elaboração do orçamento-programa.

O Orçamento-Programa

Introduzido no Brasil pelo Decreto-lei n. 200, de 1967, como plano de ação do Governo Federal. Em seu art. 16, determinava:

Em cada ano será elaborado um orçamento-programa que pormenoriza a etapa do programa plurianual a ser realizado no exercício seguinte e que servirá de roteiro à execução coordenada do programa anual.

Alguns autores destacam as vantagens do orçamento-programa em relação às sistemáticas anteriores, porque atualmente ele tem proporcionado:

- integração e planejamento com o orçamento;
- a programação com base na fixação de objetivos e metas a serem alcançadas;
- melhor metodologia para a pertinência dos custos;
- facilidade e disciplina na programação das atividades em todas as suas fases;
- objetividade na elaboração da peça orçamentária;
- precisão nas responsabilidades da administração do orçamento;
- facilidade em assimilar o conteúdo programático pelo Executivo e Legislativo e pela população em geral;
- programação focada na relação insumo-produto;
- melhor controle da execução dos programas de trabalho;
- ênfase naquilo que se realiza e não no gasto;
- acompanhamento físico - financeiro da programação;
- avaliação por resultados e a gerência por objetivos.

Em sua elaboração, o Orçamento-Programa tem a lógica que o distingue dos outros tipos de orçamento, as chamadas fases do orçamento, que deverão ser cumpridas passo a passo, conferindo-lhe peculiaridades que lhe são próprias:

- a) Primeira – determinação da situação – identificação dos problemas existentes.
- b) Segunda – diagnósticos da situação – identificação das alternativas possíveis para solucionar os problemas.
- c) Terceira – definição das soluções – proposição das alternativas possíveis para solucionar os problemas.
- d) Quarta–Estabelecimento das prioridades–ordenamento das soluções encontradas.
- e) Quinta – Determinação das tarefas – identificação das ações necessárias para atingir os objetivos.
- f) Sexta– Determinação dos recursos– composição dos meios, sejam recursos humanos, materiais, técnicos, institucionais e ou serviços de terceiros necessários.

- g) Sétima – Determinação dos meios financeiros – definição da expressão monetária dos recursos alocados.

Questões

01. (Câmara Municipal de Sorocaba - Contador II - Avança SP/2022). Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos – União, estados, Distrito Federal e municípios – são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina.

São alguns dos Princípios Orçamentários, exceto o que se afirma em:

- A - Não-vinculação (não afetação) da receita de impostos.
- B- Igualdade.
- C - Legalidade.
- D - Orçamento bruto.
- E - Exclusividade.

02. (PRODAM/AM - Analista Administrativo – Quadrix/2022). O orçamento público é definido pela doutrina atual como o principal instrumento de intervenção estatal na economia, por meio do qual o Estado exerce suas três funções típicas. Nesse sentido, quando o Estado intervém na economia para prover bens e serviços nos quais a iniciativa privada não tem interesse ou os quais ela não dispõe de capacidade de ofertar, ele exerce a função

- A - distributiva.
- B - social.
- C - estabilizadora.
- D - equilibradora.
- E - alocativa.

03. (FCEE/ SC - Administrador - FEPESE/2022). O orçamento público é um instrumento tipicamente que serve para:

- A - Punição e castigo.

- B - Planejamento e controle.
- C - Tributação e comercialização.
- D - Definição de lucros e dividendos.
- E - Comercialização e exportação.

04. (SES/RS - Gestor Financeiro - FAURGS/2022). De acordo com o princípio da universalidade,

A - cada unidade governamental deve apresentar apenas um orçamento.

B - as separações orgânicas, que resultam da descentralização administrativa, por território e por serviços, devem ser respeitadas.

C - o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas do Estado.

D - não é permitida a inclusão, no orçamento, de importâncias líquidas.

E - nenhuma parcela da receita geral poderá ser reservada ou comprometida para atender a certos e determinados gastos.

05. (Prefeitura de Seara/SC - Técnico Controlador Interno - AMAUC/2021). Determinado município que arrecadar tributos pertencentes ao Estado deverá incluir o produto integral da receita em seu próprio orçamento, em respeito ao princípio:

- A - Da discriminação.
- B - Da exclusividade.
- C - Do orçamento bruto.
- D - Do equilíbrio.
- E - Da programação.

06. (TCE/PI - Auditor de Controle Externo - FGV/2021). O aperfeiçoamento das práticas orçamentárias ao longo do tempo se refletiu, entre outros aspectos, na consolidação dos princípios orçamentários.

O princípio que tem como finalidade evitar a ocorrência de múltiplos orçamentos paralelos em um mesmo ente para um dado período é:

- A - anualidade;
- B - equilíbrio;
- C - exclusividade;
- D - legalidade;
- E - unidade.

07. (IBGE - Analista Censitário - INSTITUTO AOCP/2019). Dentre as técnicas orçamentárias, qual é a que se caracteriza por um processo orçamentário que se apoia na necessidade de justificativa de todos os programas cada vez que se inicia um novo ciclo orçamentário, com análise, revisão e avaliação de todas as despesas propostas?

- A - Orçamento de desempenho.
- B - Orçamento com teto fixo.
- C - Orçamento base-zero.
- D - Orçamento incremental.
- E - Orçamento inercial.

Alternativas

01. B – 02.E – 03. B – 04. C – 05. C – 06. E – 07. C

Processo legislativo

Processo Legislativo

O processo Legislativo corresponde ao conjunto de normas constitucionais previsto nos artigos 59 a 69 da Constituição Federal.

Consiste na sucessão ordenada de atos destinados à elaboração de uma lei ou ato normativo.

Segundo o artigo 59, as espécies primárias são:

- emendas à Constituição;
- leis complementares;
- leis ordinárias;
- leis delegadas;
- medidas provisórias;
- decretos legislativos;
- resoluções.

A **Emenda Constitucional** está disciplinada no artigo 60 da Constituição Federal, que a forma usada para modificar artigos da Constituição Federal. A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) pode ser proposta por:

- 1/3 (um terço) de deputados ou de senadores;
- Presidente da República;

- mais da $\frac{1}{2}$ (metade) das Assembleias Legislativas, pela maioria relativa de seus membros.

Portanto, não há possibilidade de iniciativa popular, ou seja, os cidadãos não podem apresentar propostas de emenda constitucional no âmbito federal.

Segundo o artigo 60, §2º, *“a proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.”*

Quanto a iniciativa pelo Presidente da República, há um rol taxativo, previsto no artigo 61, §1º, da CF, que determina os temas que poderão ser objeto de emenda se a iniciativa for do Presidente da República.

Além disso, a Emenda Constitucional não tem sanção e veto do Presidente da República, pois o artigo 66, caput e §1º trata desse tema apenas para projetos de lei, não incluindo as emendas constitucionais.

Vale nesse momento, contextualizar o que é veto e sanção do Presidente da República.

- **Veto** é a discordância do Presidente da República em relação ao Projeto de lei aprovado no Congresso Nacional. Esse veto presidencial deve ser sempre expresse, motivado e ocorrer dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento do projeto de lei pelo chefe do Poder Executivo. Caso o Presidente não se pronuncie no prazo, ocorrerá a sanção tácita ao projeto de lei.

- **Sanção** presidencial é a concordância do Presidente com o projeto ou com parte dele, pois o veto também pode ser total, da lei completa, ou de parte dela, de algum artigo, por exemplo, concordando com os demais.

Outrossim, as emendas constitucionais não dependem de promulgação pelo Presidente da República, visto que o artigo 60, §3º, da Constituição Federal estabelece

que as emendas constitucionais são promulgadas pelas Mesas da Câmara do Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem (número da Emenda, por exemplo, 104/2020).

Portanto a única atribuição do Presidente da República no que se refere as Emendas Constitucionais é poder propor uma emenda, haja vista ser um dos legitimados à propositura segundo o artigo 60, inciso II, da CF.

Importante destacar que a Emenda Constitucional não pode ser representada na mesma sessão legislativa se for rejeitada ou ficar prejudicada. Assim, só pode ser reapresentada na próxima sessão legislativa, ou seja, a partir de 2 de fevereiro do ano seguinte.

Por fim, ainda tratando-se do tema Emenda Constitucional, oportuno salientar, nas Emendas Constitucionais, não há Casa Iniciadora e Casa Revisora, podendo ser apresentada, indistintamente, tanto perante a Câmara dos Deputados, quanto ao Senado Federal. Dessa forma, exige-se para sua aprovação, consenso entre as duas Casas Legislativas, ou seja, a proposta de Emenda Constitucional será votada apenas caso ambas as casas concorrem com sua redação final.

As **Lei ordinária**⁵⁴ é a mais utilizada no ordenamento jurídico brasileiro em razão de sua amplitude. É a regra geral das leis emanadas do Poder Legislativo, podendo versar sobre matéria penal, civil, trabalhista, tributária, previdenciária, processual, etc. O processo de aprovação de uma lei ordinária pode ser dividido em quatro etapas:

a) iniciativa:

Segundo o artigo 61 da Constituição Federal *“a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-*

⁵⁴ MARTINS, Flávio. Curso de Direito Constitucional. 5ª edição. São

Paulo. Editora Saraiva, 2021.

Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição”.

b) deliberação parlamentar:

Realizado o projeto de lei pelos legitimados mencionados anteriormente, será discutido, votado e, eventualmente, aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional.

c) deliberação executiva:

Aprovado o projeto de lei pelo Poder Legislativo, será enviado ao Poder Executivo para sanção ou veto. Caso o Presidente da República concorde com o Projeto de lei, irá sancioná-lo. Caso discorde, irá vetá-lo.

d) fase complementar:

Depois de realizados todos os procedimentos anteriores e caso o Poder Legislativo rejeite o veto presidencial, o que é perfeitamente possível, haverá a promulgação e publicação da lei.

Promulgação é o atestado de existência de uma nova lei. E, publicação, é o ato de tornar pública a nova lei por meio de publicação no Diário Oficial.⁵⁵

A **Lei Complementar** é a lei que tem o fim de complementar a Constituição Federal nas hipóteses expressamente previstas.

O processo de aprovação dessa lei é muito semelhante ao da lei ordinária, possuindo apenas duas diferenças, quais sejam:

- quórum de aprovação: na lei complementar o quórum deve ser de maioria absoluta, isto é, mais da metade dos membros da Casa Legislativa em que tramita. Já a lei ordinária tem quórum de maioria simples ou relativa, ou seja, mais da metade dos **presentes** na sessão de votação.

- conteúdo: enquanto a lei complementar somente pode ser feita sobre as matérias reservadas pela Constituição Federal, a lei ordinária pode versar sobre qualquer

assunto, desde que não seja reservado à lei complementar.⁵⁶

Por sua vez, **Lei Delegada** é aquele em que o Congresso delega a elaboração da lei ao Presidente da República sobre um assunto específico. O procedimento desta lei deverá seguir as diretrizes previstas no artigo 68 da Constituição Federal.

Medida Provisória é o ato com força de lei feito pelo Chefe do Poder Executivo, em caso de relevância e urgência, com prazo determinado. Previsto no artigo 62 da Constituição Federal, prevê ser de iniciativa do Presidente da República, em âmbito federal.⁵⁷ O procedimento das medidas provisórias deve ser estudado no artigo 62 da CF.

Decreto Legislativo é o ato normativo previsto no artigo 59, VI da Constituição Federal, destinado a concretizar a competência exclusiva do Congresso Nacional, prevista no artigo 49 da Constituição Federal, ou seja, as competências previstas no artigo mencionado devem ser exercidas serão exercidas por meio de Decreto Legislativo do Congresso Nacional. Outra possibilidade de decreto legislativo é para disciplinar os atos produzidos por medida provisória.

A iniciativa do decreto pode ser de qualquer deputado federal, senador ou Comissão. Para sua aprovação, deve ser discutido, votado e aprovado nas duas casas do Congresso Nacional, de forma bicameral em um único turno pela maioria simples ou relativa, nos termos do artigo 47 da CF. Se aprovado, será promulgado pelo Presidente do Senado Federal.

A **Resolução** é o ato normativo destinado a disciplinar a competência privativa da Câmara dos Deputados (artigo 51 da CF), a competência privativa do Senado Federal (artigo 52 da CF) e, em

⁵⁵ Adaptado de MARTINS, Flávio. Curso de Direito Constitucional. 5ª edição. São Paulo. Editora Saraiva, 2021.

⁵⁶ MARTINS, Flávio. Curso de Direito Constitucional. 5ª edição. São

Paulo. Editora Saraiva, 2021.

⁵⁷ MARTINS, Flávio. Curso de Direito Constitucional. 5ª edição. São Paulo. Editora Saraiva, 2021.

alguns casos, a competência do Congresso Nacional, nas hipóteses previstas na Constituição Federal ou no Regimento Comum do Congresso Nacional.⁵⁸

A resolução pode ser aprovada em apenas uma das Casas, como por exemplo, resolução de alteração do regimento interno da Câmara será votado e aprovado pela própria Câmara dos Deputados. Também pode ser aprovada pelas duas Casas quando se tratar de resolução do Congresso Nacional.

SEÇÃO VIII
DO PROCESSO LEGISLATIVO
SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - emendas à Constituição;
- II - leis complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - leis delegadas;
- V - medidas provisórias;
- VI - decretos legislativos;
- VII - resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

SUBSEÇÃO II
DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- II - do Presidente da República;
- III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I - a forma federativa de Estado;
- II - o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III - a separação dos Poderes;
- IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

SUBSEÇÃO III
DAS LEIS

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

- I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;
- II - disponham sobre:
 - a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
 - b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

⁵⁸ MARTINS, Flávio. Curso de Direito Constitucional. 5ª edição. São

Paulo. Editora Saraiva, 2021.

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I - relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;

b) direito penal, processual penal e processual civil;

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

II - que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

III - reservada a lei complementar;

IV - já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

§ 9º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.

Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público.

Art. 64. A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

§ 1º - O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 2º Se, no caso do § 1º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo

constitucional determinado, até que se ultime a votação.

§ 3º A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á no prazo de dez dias, observado quanto ao mais o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º Os prazos do § 2º não correm nos períodos de recesso do Congresso Nacional, nem se aplicam aos projetos de código.

Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção.

§ 4º O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.

§ 5º Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente da República.

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata,

sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 7º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, nos casos dos § 3º e § 5º, o Presidente do Senado a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente do Senado fazê-lo.

Art. 67. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

Art. 68. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.

§ 1º Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a matéria reservada à lei complementar, nem a legislação sobre:

I - organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

II - nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais;

III - planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

§ 2º A delegação ao Presidente da República terá a forma de resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º Se a resolução determinar a apreciação do projeto pelo Congresso Nacional, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 69. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.

Questões

01. (CRM/MS – Advogado - Quadrix /2021) A respeito do processo legislativo, assinale a alternativa correta.

A - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir o voto obrigatório, por se tratar de cláusula pétrea.

B - A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

C - O veto presidencial pode ser parcial, abrangendo apenas palavras e expressões do projeto de lei.

D - Segundo o texto constitucional, é possível a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

E - Se o veto presidencial for rejeitado pelo Congresso Nacional, o projeto de lei será enviado diretamente ao presidente do Senado Federal para promulgação.

02. (Câmara de Pirapora /MG - Assessor Jurídico FUNDEP (Gestão de Concursos) – 2022) No que toca ao processo legislativo, assinale a alternativa correta.

A - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a extinguir órgãos da Administração Pública.

B - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

C - O processo legislativo compreende a elaboração de leis complementares, instruções normativas, circulares e portarias.

D - As leis delegadas serão elaboradas pela Câmara dos Deputados, que deverá solicitar a delegação ao Senado Federal.

Alternativas

01. D – 02.B